

Prestação de Contas Anual do Governo

2025

ANEXO IV – VOLUME II

ANEXO IV

RELATÓRIO DE GESTÃO



Subsecretaria de
Planejamento
Governamental

Secretaria Executiva de
Finanças, Orçamento
e Planejamento

Secretaria
de Economia





14203 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Relatório de Gestão (RGE) 2025 da Emater-DF, elaborado conforme as instruções da Prestação de Contas Anual do Governador do Distrito Federal, consolida as principais realizações e resultados do exercício.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF) é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, integrante da Administração Indireta do Distrito Federal (empresa pública), criada pelo Decreto n.º 4.140, de 07 de abril de 1978, conforme a autorização constante da Lei n.º 6.500, de 07 de dezembro de 1977, e ratificada pelo Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, que dispõe sobre a estrutura da Administração Pública do Distrito Federal. O Estatuto Social vigente da Emater-DF, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), nos termos da Deliberação nº 49/2023 do Conselho de Administração, está registrado na Junta Comercial do Distrito Federal e publicado no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 190 do dia 19 de outubro de 2023. O Estatuto Social da Emater-DF, art. 7º, estabelece entre seus objetivos:

- Colaborar com os órgãos competentes do Governo do Distrito Federal e da Administração Federal na formulação e execução de políticas de assistência técnica e extensão rural (ATER) e atividades de pesquisa aplicada;
- Planejar, coordenar e executar programas de ATER e atividades de pesquisa aplicada, visando a inovação tecnológica e a construção de conhecimento técnico, econômico, ambiental e humano-social para formação de pessoas, aumento da produção e produtividade agrícolas e a melhoria das condições de vida no meio rural do DF e de sua região geoeconômica, de acordo com as políticas de ação do Governo do Distrito Federal (GDF) e do Governo Federal.

De forma complementar, o art. 9º do Estatuto Social declara as seguintes diretrizes básicas da Emater-DF:

- Promoção do desenvolvimento rural sustentável;
- Apoio às iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;
- Aumento da produção, da qualidade e da produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;
- Promoção da melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;
- Assessoramento às diversas fases das atividades econômicas, à gestão de negócios, sua organização, à produção, inserção no mercado, e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;
- Desenvolvimento das ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade;
- Construção de sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;
- Aumento da renda do público beneficiário e agregação de valor à sua produção;
- Apoio ao associativismo e ao cooperativismo, bem como à formação de agentes de assistência técnica e extensão rural;
- Promoção do desenvolvimento e da apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e à integração deste ao mercado;
- Promoção da integração da Emater-DF, por meio de suas atividades de assistência técnica e extensão rural, atividades de pesquisa aplicada, com as instituições que desenvolvem outras dimensões de inovação, pesquisa e ensino, aproximando a produção agrícola, o espaço rural e o espaço urbano do conhecimento científico;
- Contribuição para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro;



- Compatibilização dos programas de assistência técnica e extensão rural e de atividades de pesquisa aplicada, com as políticas públicas nacionais e regionais de desenvolvimento rural;
- Estabelecimento e manutenção de processos de relacionamento operacional com as diretrizes da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal e demais órgãos e entidades ligados às atividades de desenvolvimento rural;
- Estímulo ao desenvolvimento tecnológico, gerencial e inclusão socioprodutiva, por meio do crédito rural, programas de fomento e apoio aos organismos creditícios na aplicação dos recursos financeiros e na avaliação dos resultados;
- Apoio à formação e ao aperfeiçoamento do quadro de empregados para a qualificação de suas atividades profissionais, com vistas à promoção do desenvolvimento rural sustentável;
- Estabelecimento e manutenção de sistema de acompanhamento, avaliação de resultados e controle das atividades de assistência técnica e extensão rural e atividades de pesquisa aplicada;
- Promover o desenvolvimento de produtos, serviços e processos para atender à identidade e propósitos da Empresa.

A Emater-DF possui sede no Parque Estação Biológica e realiza assistência técnica e extensão rural (ATER) por meio de 15 escritórios locais distribuídos em regiões rurais do Distrito Federal, assegurando presença institucional e atendimento continuado às comunidades rurais. A localização e os contatos dos escritórios (Figura 01), bem como os canais de atendimento, estão disponíveis em: <https://emater.df.gov.br/mapa-e-enderecos-dos-escritorios>.

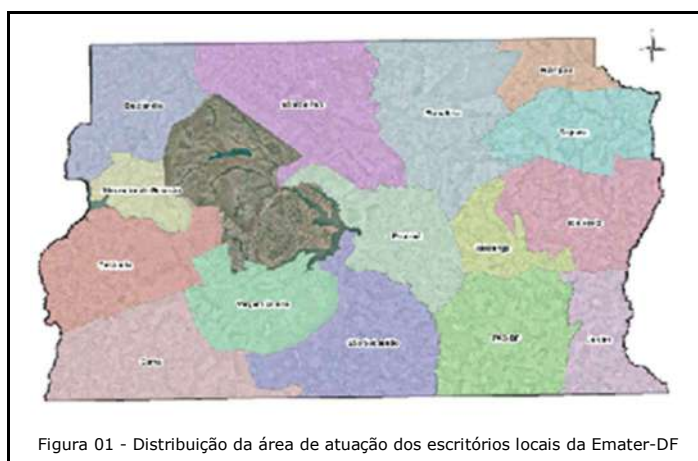


Figura 01 - Distribuição da área de atuação dos escritórios locais da Emater-DF

Planejamento Estratégico Institucional

Em 2025, a Emater-DF prosseguiu a etapa de monitoramento de seu Planejamento Estratégico Institucional (PEI), direcionando suas atividades para alcançar resultados significativos para a sociedade. O Mapa Estratégico da Emater-DF, representado na Tabela 01, abrange o período de 2022 a 2031, estabelece a Missão, Visão e Valores Institucionais, além de delinear 14 objetivos estratégicos de longo prazo, organizados em 5 perspectivas: impacto social, clientes, processos internos, aprendizado e crescimento, sustentabilidade e finanças. O PEI completo está registrado no processo SEI nº 00072-00000738/2023-64, disponível para pesquisa pública no Portal SEI do GDF. E, complementarmente, os documentos institucionais estão disponíveis em: <https://emater.df.gov.br/planejamento-estrategico>.

Tabela 01 – Planejamento Estratégico da Emater-DF

Planejamento Estratégico Institucional 2022 a 2031 - Emater-DF		
Missão: Promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental, por meio da assistência técnica e extensão rural (ATER) de excelência, em benefício da sociedade		
Visão: Ser referência em assistência técnica e extensão rural e essencial ao desenvolvimento da sociedade		
Valores Institucionais: Inovação - Comprometimento - Credibilidade - Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente - Ética e transparência - Presença no meio rural do Distrito Federal.		
Objetivos Estratégicos	Impacto Social	Promover a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento sustentável.
		Ser referência em informações sobre o espaço rural



Tabela 01 – Planejamento Estratégico da Emater-DF

Planejamento Estratégico Institucional 2022 a 2031 - Emater-DF		
	Clientes	Assegurar assistência técnica e extensão rural com qualidade e inovação tecnológica
		Fomentar a sustentabilidade ambiental
		Fortalecer as organizações rurais e a gestão rural participativa
		Fomentar a geração de renda e a inclusão social e produtiva
		Fomentar a sucessão familiar com foco em jovens rurais
	Processos Internos	Aprimorar a comunicação interna e fortalecer a imagem institucional
		Ampliar a utilização de estratégias digitais e soluções tecnológicas em ATER
	Aprendizado e Crescimento	Desenvolver competências gerenciais e profissionais
		Aprimorar a gestão de pessoas
		Difundir a gestão estratégica e a otimização de processos
	Sustentabilidade e Finanças	Primar pela excelência e transparência na gestão dos recursos
		Aprimorar a captação de recursos orçamentários e a geração de recursos próprios

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	9	0	101	144	254
Comissionados sem vínculo efetivo	18	0	0	0	18
Requisitados de órgãos do GDF	8	0	4	5	17
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	11	30	41
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	8	1	9
Terceirizados (FUNAP)	0	0	12	0	12
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	35	0	136	180	351
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	18	0	18
Total Geral	35	0	118	180	333

O quadro de força de trabalho da Emater-DF no exercício de 2025 evidencia aumento de 7,77% em relação a 2024. Essa variação associa-se, principalmente, à ampliação do programa de estagiários e à contratação de novos empregados públicos aprovados no concurso homologado em julho de 2024. Tais medidas contribuíram para iniciar a recomposição do efetivo, ainda que parcialmente. Ressalta-se que, do total de 9 empregados efetivos lotados na atividade-meio com cargo em comissão, estão incluídos 2 CNE-01 (Presidente e Diretor).

O concurso público da Emater-DF teve edital publicado para provimento de vagas efetivas previstas no Plano de Empregos e Salários vigente. A homologação saiu com a publicação do resultado final no DODF em 02 de julho de 2024. No ano seguinte, em setembro de 2025, a Secretaria de Estado de Economia autorizou a convocação de 15 candidatos aprovados, com contratações realizadas em novembro de 2025, iniciando a recomposição após 11 anos sem contratações efetivas.



Em 2025, registrou-se a adesão de empregados às seis vagas remanescentes disponibilizadas no âmbito do Plano de Desligamento Voluntário (PDV) vigente. Permanece, contudo, a percepção recorrente das unidades organizacionais quanto à necessidade de recomposição e ampliação do quadro efetivo, considerando que a atividade finalística requer qualificação compatível com as atribuições de ATER.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	1000000,0	335343,00	335342,53	335342,53
0080 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-EMATER-DISTRITO FEDERAL	1000000,0	335343,00	335342,53	335342,53
9057 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS	100000,0	73482,27	5638,50	5638,50
0004 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS--DISTRITO FEDERAL	100000,0	73482,27	5638,50	5638,50
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	43633,0	33781,0	0	0
0042 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	43633,0	33781,0	0	0
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1489716,0	1489716,00	136710,56	136710,56
6150 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-EMATER-DISTRITO FEDERAL	1489716,0	1489716,00	136710,56	136710,56
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	9960010,0	9360010,00	9002029,79	9002029,79
0035 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-EMATER-DISTRITO FEDERAL	9960010,0	9360010,00	9002029,79	9002029,79
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	12593359,00	11292332,27	9479721,38	9479721,38

Programação Orçamentária Realizada

2.1. EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS

A rubrica Execução de Sentenças Judiciais refere-se ao acompanhamento técnico-jurídico do cumprimento de decisões judiciais, incluindo análise de obrigações, prazos e cálculos, bem como a articulação com as áreas administrativas para viabilizar providências internas compatíveis com o regime processual aplicável. Essa atuação busca reduzir riscos de descumprimento, prevenir incidência de multas e assegurar maior previsibilidade na gestão de passivos, especialmente em demandas trabalhistas e cíveis. Na sequência, apresenta-se a Tabela 02 — Análise Comparativa de Desempenho — 2024 vs. 2025, que evidencia a evolução quantitativa das entregas e a intensificação da atuação jurídica no período.



Tabela 02 — Análise Comparativa de Desempenho — 2024 vs. 2025

Atividade	Exercício 2024	Exercício 2025	Variação
Pareceres Jurídicos	148	190	+ 28%
Manifestações Judiciais	201	353	+ 75%
Despachos Produzidos	217	351	+ 61%
Manifestações Totais (SEI)	492	1.000	+ 103%
Processos Tramitados	590	593	Estável

Fonte: Assessoria jurídica da Emater-DF

Os dados revelam que, embora o número de processos tramitados tenha se mantido estável (593), a intensidade da atuação jurídica e a complexidade das entregas mais que dobraram. O aumento de 75% na atuação contenciosa e de 103% na produção documental total reflete uma assessoria mais presente, técnica e essencial para a mitigação de riscos e para o suporte às decisões estratégicas relacionadas às vias judiciais.

2.2. RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL - PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO (PDV)

O regulamento do Plano de Desligamento Voluntário (PDV) foi aprovado pelo Comitê Interno de Gestão de Pessoas (CIGP), com início das adesões em novembro de 2023 e desligamentos a partir de 31/01/2024. O Programa iniciou com o desligamento de 23 empregados em fevereiro de 2024 e, após autorização da Secretaria de Economia, em dezembro de 2024, o Programa foi reaberto, resultando no desligamento de 06 empregados em fevereiro de 2025.

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NÃO EXECUTADA
20.846.0001.9093.0000 — OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES: Não houve necessidade de realizar ressarcimentos, indenizações ou restituições.

6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	315000,0	193449,00	190871,7	121031,7
0020 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-EMATER-DF ENTORNO	315000,0	193449,00	190871,7	121031,7
2173 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	3266689,0	4123403,10	3108016,22	2675009,60
0002 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL-PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATER-DF ENTORNO	930689,0	2286558,50	1363531,53	1008523,53
0003 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA - DISTRITO FEDERAL	0	25000,0	20752,0	7702,0
0004 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA - DISTRITO FEDERAL	0	30000,0	21876,0	21620,0
0005 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA - DISTRITO FEDERAL	0	95000,0	80052,20	80052,20



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0006 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - Assistência Técnica e Extensão Rural - DISTRITO FEDERAL	0	114995,0	114995,0	114995,0
0007 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - DISTRITO FEDERAL	0	150000,0	150000,0	150000,0
0060 - APOIO AO PROJETO FILHOS DESTE SOLO	370000,0	370000,00	312152,41	247459,79
0061 - IMPLANTAÇÃO DE HORTAS ESCOLARES COM CAPTAÇÃO DE ÁGUA DA CHUVA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL	300000,0	0,0	0	0
0062 - Apoio a Realização de Métodos Coletivos de Extensão Rural no DF	1300000,0	1000000,0	1000000,0	1000000,0
0063 - PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	366000,0	51849,6	44657,08	44657,08
2620 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS	1911000,0	825944,0	824560,6	683485,6
0012 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS - AQUISIÇÃO E INSUMOS E PRODUTOS AGRÍCOLAS pp NO DISTRITO FEDERAL	500000,0	82944,0	82944,0	82944,0
0011 - Fomento às atividades rurais	561000,0	243000,0	242371,8	101296,8
0013 - AQUISIÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS PARA PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL	500000,0	500000,0	499244,8	499244,8
0014 - AQUISIÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS	350000,0	0,0	0	0
3724 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL	3000000,0	510498,0	386997,86	242254,86
0007 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL - CANAIS DE IRRIGAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	0	320000,0	196500,0	66900,0
0017 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL	1000000,0	0,0	0	0
0018 - Apoio às ações de sustentabilidade da Emater	1600000,0	0,0	0	0
0019 - PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR	400000,0	190498,0	190497,86	175354,86
3773 - IMPLANTAÇÃO DO USO DE FONTES DE ENERGIAS RENOVÁVEIS	360000,0	500,0	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO USO DE FONTES DE ENERGIAS RENOVÁVEIS - DISTRITO FEDERAL	10000,0	500,0	0	0
0007 - INSTALAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA	350000,0	0,0	0	0



4107 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	95000,0	4704587,68	2466991,72	2438446,25
5666 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA-DIFUSÃO E MOMENTO DE INOVAÇÕES CIENTÍFICAS-DF ENTORNO	95000,0	4704587,68	2466991,72	2438446,25
4119 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO	80000,0	500,0	0	0
0001 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO - DISTRITO FEDERAL	80000,0	500,0	0	0
TOTAL - 6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL	9027689,00	10358881,78	6977438,10	6160228,01

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA REALIZADA

2.3. MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Em 2025, a Emater-DF assegurou a continuidade e o adequado funcionamento dos serviços de Tecnologia da Informação, essenciais às atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e às rotinas administrativas. As ações executadas buscaram preservar a eficiência operacional, reduzir riscos associados ao uso de equipamentos obsoletos e suporte tecnológico apropriado ao corpo técnico. O conjunto de medidas adotadas contribuiu para a estabilidade dos serviços e para a modernização gradual da infraestrutura institucional. Foram adquiridos 90 computadores, contemplando *notebooks*, *desktops* e estações de trabalho, além de 10 *switches*, 40 monitores e componentes, bem como acessórios necessários ao funcionamento das unidades.

2.4. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)

A Emater-DF possui a missão de promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental por meio de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) de excelência em benefício da sociedade do Distrito Federal e Entorno, e tem como visão ser referência em assistência técnica e extensão rural, e essencial ao desenvolvimento da sociedade. Inovação, comprometimento, credibilidade, respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente, ética e transparência e presença no meio rural são os valores institucionais da Emater-DF. No exercício de 2025, a Emater-DF executou diversas ações com o objetivo de cumprir seu papel junto à sociedade, resultando em beneficiários atendidos e atendimentos, conforme a Tabela 03:

Tabela 03 — Indicadores da Emater-DF em 2025	
Indicador	Total
Beneficiários atendidos	9.825
Atendimentos realizados	160.690

Fonte: Emater-DF/Painel de Gestão Institucional

Na elaboração desse relatório, foi utilizado o Valor Bruto da Produção (VBP) de 2024 para demonstrar o desempenho e a evolução das safras agrícola e pecuária do Distrito Federal.

2.4.1. AQUICULTURA

A aquicultura brasileira cresce de forma contínua, posicionando o Brasil como 4º maior produtor mundial de tilápia. No Distrito Federal, a produção anual supera 2,2 mil toneladas, sendo a tilápia responsável por mais de 90% desse volume. A atividade apresenta elevado potencial de expansão, impulsionada pela demanda crescente por pescado fresco e de boa qualidade. O Valor Bruto da Produção (VBP) — 2024 da aquicultura alcançou R\$ 25.961.664,00.

No DF, a produção é realizada predominantemente em viveiros escavados em terra, com abastecimento de água por gravidade ou bombeamento. Gradualmente, os produtores adotam sistemas de maior produtividade, com uso de aeradores, tanques revestidos com



geomembrana ou ferrocimento e aproveitamento de tanques de irrigação para criação de peixes, otimizando o uso múltiplo da água. Os principais desafios da cadeia são a informalidade na comercialização, a baixa organização dos produtores e a necessidade de redução dos custos de produção.

Em resposta a esses desafios, a Emater-DF oferta assistência técnica e extensão rural especializada com utilização de metodologia específica voltada à qualificação dos produtores e trabalhadores rurais. As ações abrangem boas práticas de manejo na aquicultura, inovações tecnológicas, intensificação da produção, gestão financeira, crédito rural, regularização da atividade junto à legislação ambiental vigente, organização social, comercialização e processamento da produção. O grupo de trabalho técnico responsável pelo Programa de Aquicultura da Emater-DF atua na organização e fortalecimento da cadeia produtiva, regularização da produção, comercialização e sustentabilidade, visando o aumento da produtividade com a redução no uso de recursos hídricos. A seguir, apresentam-se as principais ações desenvolvidas em 2025:

2.4.1.1. O Projeto ProAqua: qualificar e assessorar os piscicultores do DF na gestão da propriedade

Em 2025, o projeto ProAqua acompanhou intensivamente 12 produtores de peixes com visitas periódicas de assessoramento especializado e continuado em boas práticas de manejo na aquicultura, escrituração zootécnica e regularização da atividade (Figura 02).



Figura 02 — ProAqua visita a campo

2.4.1.2. Projeto AquaMais: aumentar a produtividade e inovação tecnológica para aquicultura do DF

O projeto AquaMais realizou 299 visitas técnicas em 2025, com foco na adoção de inovações tecnológicas nas estruturas de produção existentes com uso eficiente dos recursos hídricos. As ações priorizaram o aumento da produtividade e o uso eficiente dos recursos hídricos, por meio da otimização dos sistemas de criação. Dessa forma, buscou-se reduzir o impacto ambiental, ampliando a produção na mesma área de lâmina d'água.

2.4.1.3. Circuito de Aquicultura na feira AgroBrasília 2025 — bioinsumos na aquicultura

Durante a AgroBrasília 2025, o Circuito de Aquicultura focou na utilização de microrganismos na produção de peixes e seus impactos na sustentabilidade e redução de custos. O uso de sistemas de produção intensiva, como produção em bioflocos e a utilização de reservatórios de irrigação para produção de peixes, foram outras tecnologias demonstradas junto aos produtores e ao público em geral, conforme demonstrado na Figura 03.



Figura 03 — Circuito Aquicultura na feira Agrobrazilia 2025

2.4.1.4. Implantação de acompanhamento de Unidades de Experimentação em Aquicultura

A metodologia de Unidades de Experimentação tem se mostrado eficiente para demonstrar inovações tecnológicas em condições reais de campo, permitindo que produtores e trabalhadores rurais observem, na prática, o desempenho e a eficiência das novas tecnologias. Atualmente, o Programa de Aquicultura acompanha cinco Unidades de Experimentação, implantadas em propriedades rurais da região e no edifício-sede da Emater-DF. Os principais temas trabalhados são boas práticas de produção, sistemas intensivos de criação, uso de reservatórios de irrigação para a aquicultura e recirculação de água.

2.4.1.5. Realização e apoio nas capacitações de produtores rurais e extensionistas rurais

Ao longo de 2025, a Emater-DF, por meio de métodos coletivos de ATER executados pelo Programa de Aquicultura com o Centro de Formação Tecnológica e Desenvolvimento Profissional (CEFOP), promoveu diversas ações de qualificação para produtores e extensionistas rurais. Foram realizados os cursos “Mão de Obra Eficiente na Aquicultura”; “Inovações Tecnológicas na Produção Intensiva de Peixes” (Figura 04), além do Dia de Campo “Utilização de Bioinsumos na Aquicultura” e o “Encontro de Piscicultores do DF e Entorno”.

Complementarmente, ocorreram duas missões técnicas para extensionistas, técnicos da SEAGRI e produtores rurais nas principais regiões produtoras de tilápia no Brasil, sendo uma na região Oeste do Paraná e outra em Morada Nova de Minas. Também houve a participação de cinco extensionistas na Feira Nacional do Camarão (FENACAM) e no Simpósio Internacional de Aquicultura em Natal-RN, ampliando o intercâmbio técnico e atualização em tendências da cadeia produtiva.



Figura 04 - Curso de Adoção de Tecnologia na Produção Intensiva de Peixes

A Tabela 04 apresenta os principais resultados do Programa de Aquicultura da Emater-DF em 2025.

Tabela 04 — Resultados do Programa de Aquicultura da Emater-DF em 2025	
Indicador	Aquicultura 2025
Atendimentos realizados	10.162
Visitas realizadas	777
Beneficiários atendidos	1.887
Produtores rurais atendidos	800
Propriedades atendidas	781



Tabela 04 – Resultados do Programa de Aquicultura da Emater-DF em 2025

Indicador	Aquicultura 2025
Unidades de Experimentação	05

Fonte: Emater-DF/Painel de Gestão Institucional

2.4.2. AVICULTURA

A avicultura brasileira cresce de forma contínua, posicionando o país como 3º maior produtor de frango de corte e 5º maior produtor de ovos do mundo, além de maior exportador de carne de frango. No Distrito Federal, em 2024, foram alojadas 66.264.189 aves, com produção de 134.808.181 kg de carne de frango e 49.626.801 dúzias de ovos. O Valor Bruto da Produção (VBP) - 2024 da avicultura alcançou R\$ 1.799.209.343,46, o que correspondeu a 82,23% do VBP da pecuária no DF, envolvendo aproximadamente 6.454 avicultores (Fonte: RIA Emater-DF).

A avicultura semi-intensiva (tipo caipira) apresenta elevado potencial, ao demandar menor área, menor consumo de água e reduzida necessidade de mão de obra nas rotinas diárias. A crescente demanda da sociedade por alimentos com maior valor nutricional tem impulsionado essa modalidade. Com isso, a atividade passou por mudanças de perfil: a criação de aves para corte perdeu espaço diante de obstáculos como exigência de escala, padronização de carcaças, logística de transporte e insuficiência de abatedouros.

Como resultado, parte significativa dos produtores de aves de corte semi-intensivo migrou para a avicultura semi-intensiva de postura. As regiões do Gama, Ceilândia, Sobradinho, São Sebastião e Planaltina concentram plantéis expressivos e já registram a formalização de entrepostos ou granjas avícolas, com 10 entrepostos em processo de regularização e dois já regularizados. O uso de linhagens com melhor desempenho produtivo e o controle zootécnico dos plantéis potencializam a produtividade e rentabilidade da atividade.

Diante desse cenário, a Emater-DF promove assistência técnica e capacitação dos produtores e trabalhadores rurais com foco no manejo, sanidade, nutrição, instalações, genética, boas práticas agropecuárias, controle zootécnico, gestão financeira da atividade, crédito rural, regularização e agroindustrialização. O grupo de trabalho responsável pelo Programa de Avicultura/Suinocultura da Emater-DF, em conjunto com outros técnicos, atuou em diversas frentes de desenvolvimento do setor. As ações concentraram-se no fortalecimento da cadeia produtiva, na realização de capacitações e na difusão de inovações tecnológicas, cujas principais iniciativas de 2025 são apresentadas a seguir.

2.4.2.1. O Projeto Pró-Dúzia - estimular o crescimento da avicultura de postura semi-intensiva (tipo caipira)

Em 2025, o projeto Pró-Dúzia acompanhou 12 produtores de avicultura de postura tipo caipira (criação de poedeiras), com visitas periódicas para monitoramento e apoio ao desenvolvimento da atividade (Figura 05).



Figura 05 - Pró-Dúzia visita a campo

2.4.2.2. Circuito de Avicultura — Na feira AgroBrasília 2025

Durante a AgroBrasília 2025, o Circuito de Avicultura ressaltou a prevenção contra Influenza Aviária e apresentou as principais linhagens de postura utilizadas no DF (Figura 06). A escolha da linhagem interfere diretamente na coloração dos ovos, um fator relevante para o mercado consumidor. Destacou-se, ainda, a unidade de experimentação de avicultura apresentada no evento, utilizada como vitrine tecnológica para os participantes.



Figura 06 — Circuito Avicultura / AgroBrasília

2.4.2.3. Realização e apoio nas capacitações de produtores rurais e extensionistas rurais

Ao longo de 2025, a Emater-DF promoveu diversas capacitações para os produtores e extensionistas rurais, totalizando 26 métodos coletivos, entre cursos, palestras, concursos, oficinas e reuniões técnicas. Essas atividades abordaram temas como qualidade do ovo, nutrição, sanidade, instalações, linhagens, manejo geral e formalização da atividade (Figura 07).

Além disso, foram realizadas duas capacitações específicas para os extensionistas rurais, incluindo um curso sobre influenza aviária, linhagens e vacinação de poedeiras, que capacitou 35 profissionais. Houve, ainda, a participação de dois extensionistas no Congresso PEC NE — 2025 (Pecuária Nordeste), realizado em Fortaleza-CE, fortalecendo a atualização técnica e o intercâmbio de experiências no setor avícola.



Figura 07 - Concurso Avicultor na região de São Sebastião

2.4.2.4. Elaboração da caderneta de campo de avicultura de postura para acompanhamento de toda a produção

A caderneta de campo é um instrumento que permite ao produtor, junto com o técnico responsável, realizar o controle zootécnico e a gestão financeira da atividade. Com esse registro, a situação real do sistema de produção pode ser analisada, favorecendo uma tomada de decisão mais segura e fundamentada.

A Tabela 05 apresenta os principais resultados do Programa de Avicultura da Emater-DF em 2025.

Tabela 05 — Resultados do Programa de Avicultura da Emater-DF em 2025	
Indicador	Avicultura 2025
Atendimentos realizados	20.958
Visitas realizadas	2.022
Beneficiários atendidos	3.539
Produtores rurais atendidos	4.232
Propriedades atendidas	3.955
Unidades de Experimentação	01

Fonte: Emater-DF/Painel de Gestão Institucional

2.4.3. BOVINOCULTURA



A Emater-DF atua na bovinocultura por meio da assistência técnica e extensão rural, com foco na melhoria dos processos produtivos, sanitários e gestão dos empreendimentos, visando o aumento da renda e incentivo às cadeias produtivas de corte e leite no Distrito Federal. Trata-se de atividade tradicional, geradora de renda e empregos diretos e indiretos no campo e na cidade. Além da comercialização de genética, carne, leite e derivados, a cadeia envolve setores relevantes como a produção de rações, suplementos, medicamentos, implementos, equipamentos e serviços especializados.

Em 2025, a produção no DF foi de 33.902.073,00 litros de leite e 5.571.017,00 Kg de carne, com rebanho composto de 79.105 cabeças e 2.849 produtores, sendo 1.717 produtores de leite e 1.132 produtores de corte. O Valor Bruto de Produção (VBP) - 2024 da bovinocultura foi de R\$ 183.915.687,77, correspondendo a cerca de 8,4% do VBP da pecuária convencional do Distrito Federal. Esses resultados evidenciam a importância econômica do segmento para a agropecuária local.

O custo de produção de leite de 2025, medido pelo custo operacional efetivo (COE), foi de R\$ 1,38 por litro, levemente superior ao registrado em 2024, que foi de R\$ 1,35. O custo anual por vaca, em sistema semi-intensivo, foi de R\$ 5.225,30, ante R\$ 5.099,36 em 2024, refletindo pequeno incremento. Esse aumento decorre, principalmente, da elevação dos custos de produção de volumosos e concentrados utilizados na alimentação e nutrição dos animais.

Na pecuária de corte, em 2025, o Distrito Federal se caracterizou por rebanhos predominantemente de cria, tendo a venda de bezerros desmamados como principal fonte de receita. Observou-se valorização do preço do bezerro e da arroba do boi gordo, com melhora na relação de troca com a sacaria de milho, indicador relevante para o setor. Grande parte dos produtores está inserida em sistemas semi-intensivos e intensivos, com tendência de ampliação de projetos de confinamento e terminação, incorporando maior uso de tecnologia nos processos e serviços.

A bovinocultura demanda capacitações, treinamentos e projetos voltados para a melhoria da atividade, aumento da renda e sustentabilidade dos empreendimentos. Nesse contexto, a Emater-DF tem investido na qualificação de seu corpo técnico e dos produtores atendidos, por meio do grupo técnico multidisciplinar em bovinocultura, ATER continuada, capacitações e feiras rurais. As ações integradas com a cadeia da agroindústria buscam fortalecer o setor, com ênfase na formalização, agregação de valor, geração de renda e emprego e na integração com o turismo rural. As principais ações realizadas em 2025 são apresentadas a seguir:

2.4.3.1. Circuito de Bovinocultura — Na feira AgroBrasília 2025

O Circuito de Bovinocultura apresentou demonstrações e exposições de tecnologias e práticas de manejo para a bovinocultura de corte e leite. As atividades abrangeram, entre outros temas, a importância e etapas da produção de silagem para a conservação de volumosos (Figura 08). Destacou-se, ainda, a unidade de experimentação de bovinocultura apresentada no evento, utilizada como vitrine tecnológica para os participantes.



Figura 08 — Circuito bovinocultura / AgroBrasília

2.4.3.2. Assistência técnica e extensão rural (ATER) continuada – Bovinocultura.

No contexto do acompanhamento de propriedades selecionadas para atendimento presencial, a Emater-DF desenvolveu ações de ATER continuada com a realização de visitas técnicas em



cada unidade produtiva. Essas visitas tiveram como foco o aperfeiçoamento dos sistemas de produção, a melhoria da renda e a agregação de valor aos produtos. Ao todo, foram atendidas 16 propriedades, distribuídas nas diferentes áreas de atuação da Emater-DF (Figura 09).



Figura 09 — ATER continuada — confinamento de bovinos de corte na região do Escritório Local do Jardim

2.4.3.3. Grupo de trabalho e capacitações

Além dos técnicos de campo, a Emater-DF conta com um grupo de trabalho em bovinocultura composto por equipe especializada e multidisciplinar, formada por técnicos de diversas unidades da empresa. Esse grupo desenvolve atendimentos direcionados e especializados, voltados a temáticas e demandas dos produtores e empreendimentos rurais. Paralelamente, são ofertados cursos e capacitações para produtores, funcionários das propriedades atendidas e extensionistas. Em 2025, foi realizado um curso de qualificação da mão de obra em bovinocultura, que capacitou 30 profissionais atuantes nas atividades pecuárias.

2.4.3.4. Sanidade animal

A sanidade animal e a saúde pública são eixos centrais do trabalho da bovinocultura na Emater-DF, com prioridade para a execução do Programa Nacional de Erradicação da Brucelose e Tuberculose no Distrito Federal. Em 2025, a Emater-DF realizou 1.079 visitas para vacinação contra brucelose, com a imunização de 3.202 bezerras. A Emater-DF se destaca como uma das poucas unidades da Federação que oferece esse serviço gratuitamente aos produtores, atuando ainda em campanhas de vacinação de raiva e clostridioses, bem como em clínica médica veterinária para os rebanhos atendidos.

Os principais resultados do Programa de Bovinocultura da Emater-DF em 2025 estão apresentados na Tabela 06.

Tabela 06 - Resultados do Programa de Bovinocultura da Emater-DF em 2025	
Indicador	Bovinocultura 2025
Atendimentos realizados	24.055
Visitas realizadas	2.717
Beneficiários atendidos	3.396
Produtores rurais atendidos	1.837
Propriedades atendidas	1.771
Unidades de Experimentação	01

Fonte: Emater-DF/Painel de Gestão Institucional

2.4.4. FLORICULTURA

A cadeia produtiva da floricultura no Distrito Federal mantém destaque no cenário agrícola, configurando-se como atividade de relevante potencial gerador de renda, sustentabilidade e importância econômico-social. Condições edafoclimáticas favoráveis, estrutura logística bem desenvolvida e proximidade a mercados consumidores de maior poder aquisitivo, com hábito de consumo de flores e plantas ornamentais, contribuem para a consolidação e expansão do setor.

Em 2024, o Valor Bruto da Produção (VBP) da floricultura alcançou R\$ 265.987.612,00, representando aumento de 30% em relação a 2023, quando o VBP foi de R\$ 205.829.409,54. Esse desempenho evidencia o crescimento consistente da cadeia da floricultura no Distrito Federal.

Na produção local, destacam-se o cultivo de gramas e forrações, que apresentam a maior área plantada, e a produção de palmeiras e plantas ornamentais em vasos, como orquídeas, bromélias e suculentas. A oferta é fortemente direcionada ao mercado interno e a crescente



demanda por flores e plantas ornamentais em eventos, paisagismo, decoração urbana e espaços privados no DF e em outras regiões do país ampliam as perspectivas de expansão. Entre as oportunidades futuras, destacam-se a ampliação da área de cultivo, a diversificação de espécies, incluindo plantas nativas do Cerrado, e o maior uso de tecnologias para aprimorar produtividade e qualidade.

A cadeia, contudo, enfrenta desafios relacionados à qualificação da mão de obra, à necessidade de maior organização comercial, modernização tecnológica e aos elevados custos de produção. Ainda assim, observa-se amplo espaço para profissionalização e adoção de tecnologias sustentáveis, como automatização de sistemas e boas práticas de manejo. As principais ações desenvolvidas na cadeia produtiva de floricultura em 2025 são apresentadas a seguir:

2.4.4.1. ATER continuada e capacitações — floricultura.

A Emater-DF atuou na prestação de ATER continuada e na capacitação de produtores rurais e do público urbano, com foco na difusão de práticas sustentáveis e na qualificação técnica da floricultura no DF. Entre os destaques, estão a “Oficina de plantio de plantas medicinais, aromáticas e condimentares” (Figura 10), na qual os produtores se capacitaram com técnicas agroecológicas; “Oficina de produção e cuidados com orquídeas”, realizada em parceria com a Sociedade Orquidófila de Brasília, e a visita à propriedade produtora de baunilha com foco em pós-colheita.

Em cooperação com a Novacap, foram promovidas duas edições do curso “Vem Plantar”, no qual 60 pessoas receberam treinamento em técnicas de jardinagem, aliando conteúdos teóricos e práticos. Foram ainda realizados outros métodos coletivos, como cursos, excursões (Figura 11) e oficinas nas regiões de atuação dos escritórios locais da Emater-DF, ampliando as oportunidades de aprendizagem e atualização de técnicas de produção.



Figura 10 — Oficina de plantas medicinais, aromáticas e condimentares na região de São Sebastião



Figura 11 — Excursão à propriedade produtora de baunilha na região de São Sebastião

2.4.4.2. Circuito de Floricultura - Na feira AgroBrasília 2025

No espaço da Emater-DF na Feira AgroBrasília 2025, o Circuito de Floricultura teve como objetivo apresentar o planejamento produtivo sustentável de orquídeas e bromélias (Figura 12). Também foram abordados temas relativos à sustentabilidade, com ênfase no correto dimensionamento de sistemas de irrigação. Adicionalmente, destacou-se o uso de água proveniente de tanques de peixes, como estratégia de aproveitamento racional dos recursos hídricos.



Figura 12 - Circuito Floricultura / AgroBrasília



Além disso, mais de 30 produtores participaram e comercializaram sua produção em diversos eventos, como a Feira da Uva de Planaltina, Festa da Goiaba e Festa do Morango em Brazlândia. Essas iniciativas fomentaram a comercialização em pontos estratégicos do DF e aproximaram os produtores do público consumidor, ampliando a visibilidade da produção local.

A Emater-DF possui um grupo de trabalho responsável pelo Programa de Floricultura, composto por extensionistas rurais, e tem como objetivos avaliar a cadeia de produção e comercialização de flores, identificar potencialidades e desafios, além de incentivar a produção local de flores e plantas ornamentais. Em 2025, esse grupo realizou visitas a diversos produtores da cadeia de floricultura, buscando conhecer os principais entraves relatados e articular estratégias para o crescimento e desenvolvimento do setor no DF. A Tabela 07 apresenta os resultados do Programa de Floricultura:

Tabela 07 - Resultados do Programa de Floricultura da Emater-DF em 2025

Indicador	Floricultura 2025
Atendimentos realizados	11.371
Visitas realizadas	615
Beneficiários atendidos	1.608
Produtores rurais atendidos	204
Propriedades atendidas	183
Unidades de Experimentação	03

Fonte: Emater-DF/Painel de Gestão Institucional

2.4.5. FRUTICULTURA

A cadeia da fruticultura no DF apresenta crescimento expressivo nos últimos anos, em função das condições edafoclimáticas favoráveis e do mercado consumidor diversificado. A demanda por alimentos frescos, saudáveis e de alto valor agregado, característica da população local, fortalece a atividade. As frutas podem ser destinadas tanto ao consumo in natura quanto ao processamento, ampliando nichos de mercado, agregando valor à produção e aumentando a competitividade dos produtores.

Em 2025, a área total plantada com frutíferas foi de 2.303 hectares, com uma produção de cerca de 38 mil toneladas de frutas. O valor bruto de produção (VBP) atingiu R\$ 273.568.224,00, representando acréscimo de 40 milhões de reais no VBP em relação ao ano anterior. Esse desempenho reforça o papel da fruticultura como uma das principais atividades do agronegócio regional.

As principais frutas produzidas no DF são: abacate, limão, goiaba, pitaia, banana, uva, maracujá, tangerina ponkan e laranja, com aumento expressivo, em 2025, da área plantada de mirtilo e açaí. O abacate é atualmente a fruta de maior produção na região e segue com perspectiva de expansão nos próximos anos. A participação de cada cultura no VBP 2024 está demonstrada no Gráfico 01.

Gráfico 01 — Representatividade de cada cultura no VBP 2024 (Fruticultura)





2.4.5.1. Mirtilo

O cultivo de mirtilo em sistema semi-hidropônico, impulsionado pelas ações conjuntas da Rota da Fruticultura - Programa CODEVASF/Governo Federal e da Emater-DF - vem despertando crescente interesse entre os produtores, resultando na ampliação da área plantada. O número de produtores passou de 14, em 2024, para 26, em 2025, totalizando 8,0 hectares cultivados com a fruta. Além da assistência técnica individual, a Emater-DF promoveu métodos coletivos, como oficinas de poda e de irrigação (Figura 13), para apoiar os produtores na adoção e no manejo adequado da cultura.



Figura 13 - Automatização da irrigação na cultura do mirtilo

2.4.5.2. Açaí

O cultivo de açaí no Distrito Federal, também estimulado pela Rota da Fruticultura - Programa CODEVASF, apresenta expansão recente e configura-se como frutífera exótica em consolidação. A produção utiliza a cultivar BRS Pai D'Égua e enfrenta desafios no período seco, demandando um manejo mais cuidadoso. A Emater-DF acompanha de perto os produtores, promovendo eventos coletivos de capacitação para aprimorar o manejo, reduzir problemas de adaptação da cultura (Figura 14) e incentivar o consórcio do açaí com outras espécies frutíferas, grãos e hortaliças.



Figura 14 — Plantio de açaí BRS Pai D'Égua consorciado, na região de Ceilândia

2.4.5.3. Uvas

A produção de uvas finas e de mesa na região do Cerrado apresenta elevado potencial de crescimento. No Distrito Federal, a adoção da técnica de dupla poda permite a obtenção de vinhos de excelente qualidade, consolidando a vitivinicultura como uma atividade em expansão no território.

2.4.5.4. Pitaia

A pitaia tem se destacado entre os produtores do Distrito Federal pela rusticidade e boa adaptação ao clima do Cerrado. A parceria entre a Embrapa Cerrados e a Emater-DF tem fortalecido essa cadeia, com eventos conjuntos e distribuição de mudas das cultivares lançadas. Em 2025, foram realizadas oficinas de podas que possibilitaram aos participantes obter cladódios para plantio e multiplicação em suas propriedades (Figura 15). Além dessa atividade, foram realizadas reuniões técnicas voltadas à apresentação e discussão do manejo da cultura da pitaia.



Figura 15 — Oficina — poda de pitaia realizada na região de Sobradinho

2.4.5.5. Circuito de Fruticultura — Na feira AgroBrasília 2025

A Emater-DF mantém um Circuito de Fruticultura na AgroBrasília, onde são demonstrados diversos cultivos frutíferos, tanto em sistemas consorciados quanto em ambientes protegidos, com foco em práticas sustentáveis e uso racional da água. Esse espaço funciona como vitrine tecnológica, permitindo que os agricultores conheçam espécies de alto potencial comercial para o DF, observem os manejos recomendados e visualizem soluções produtivas inovadoras.

Em síntese, o trabalho consistente realizado pela Emater-DF em conjunto com outras instituições contribui para o avanço da fruticultura no Distrito Federal. As ações de ATER auxiliam a ampliação do cultivo de espécies tradicionalmente consolidadas, como goiaba, abacate, banana e limão, ao mesmo tempo em que estimulam a introdução de culturas antes pouco consideradas para o Cerrado. A instituição vem incentivando a diversificação produtiva com a inclusão de frutas como caqui, framboesa, amora, graviola, açaí, mirtilo e outras espécies adaptadas às condições locais, ampliando significativamente as alternativas de produção e renda para os produtores.

O Programa de Fruticultura da Emater-DF consolidou a expansão de espécies tradicionais e a introdução de novas frutas adaptadas ao Cerrado, conforme apresentado na Tabela 08.

Tabela 08 - Resultados do Programa de Fruticultura da Emater-DF em 2025	
Indicador	Fruticultura 2025
Atendimentos realizados	30.551
Visitas realizadas	2.292
Beneficiários atendidos	3.886
Produtores rurais atendidos	2.139
Propriedades atendidas	1.936
Unidades de Experimentação	02

Fonte: Emater-DF/Painel de Gestão Institucional

2.4.6. GRANDES CULTURAS

A cadeia produtiva das grandes culturas no Distrito Federal desempenha um papel estratégico no desenvolvimento econômico e social da região. Destaca-se pela elevada tecnologia adotada pelos grandes produtores e pelo uso na alimentação básica em pequenas propriedades. Culturas como soja, milho, feijão e café são centrais nesse contexto, impulsionadas por práticas sustentáveis, como o plantio direto, uso de insumos de qualidade e eficiência logística associada à posição geográfica do DF, contribuindo para a geração de empregos, fortalecimento do agronegócio, abastecimento de alimentos e difusão de inovações tecnológicas. O Valor Bruto da Produção (VBP) — 2024 das grandes culturas alcançou R\$ 1.565.333.417,61, sendo equivalente a 26,64% do VBP Total.

2.4.6.1. Soja

A soja em grão é a cultura de maior produção do Distrito Federal (DF) em área plantada, com 89.085 hectares em 2025. Nesse ano, a produção de soja totalizou 392.920 toneladas (soja grão e semente). O DF se destaca na produção de sementes de soja de alta qualidade, apoiada em clima favorável, práticas agrícolas modernas e no melhoramento genético.



2.4.6.2. Café do cerrado

Entre as grandes culturas, o café se destaca pela qualidade obtida. Em 2025, a produção atingiu 830 toneladas, em 418 hectares plantados e 213 agricultores, com foco em variedades especiais de café arábica, colhidas prioritariamente no estágio de grão cereja. A cafeicultura no DF tem se consolidado como polo emergente de cafés de qualidade, impulsionada por condições geográficas e climáticas adequadas, técnicas de colheita diferenciadas e crescente valorização de cafés especiais. Os números de produtores, área e produção das principais grandes culturas estão sintetizados na Tabela 09.

Tabela 09 - Destaques das Grandes Culturas no DF em 2025			
Cultura	Área Plantada (hectares)	Produção (toneladas)	Produtores
Soja	89.085	356.575	724
Milho	51.917	331.766	2.214
Feijão	11.935	34.386	625
Sorgo	11.400	49.700	169
Trigo	8.635	40.898	89

Fonte: Emater-DF/EmaterWeb

Em 24 de maio de 2025, durante a AgroBrasília, foi realizado o 1º Encontro de Cafeicultura do Distrito Federal e RIDE (Figura 16), reunindo mais de 70 participantes entre produtores, técnicos, estudantes e pesquisadores. O evento se destacou como uma das principais atividades da feira ao valorizar os produtores locais, apresentar oportunidades de mercado e disseminar boas práticas voltadas à expansão da cafeicultura na região.



Figura 16 - 1º Encontro de Cafeicultura do Distrito Federal e RIDE (Emater-DF)

Foi realizado em novembro de 2025 o “Curso de cafeicultura para extensionistas rurais e produtores rurais”, uma ação em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Café), registrado na Figura 17. A atividade contou com a participação de pesquisadores de outras empresas públicas de pesquisa e extensão, como a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) e o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná). O evento, estruturado em três módulos, registrou 53 inscritos, entre produtores e extensionistas de diversas instituições.



Figura 17 - Curso de cafeicultura para extensionistas rurais da Emater-DF e produtores (Emater-DF)

2.4.6.3. Cooperativas no DF

A Emater-DF também atua no apoio a organizações sociais, oferecendo suporte técnico às cooperativas de grandes culturas do DF, com destaque para a Cooperativa Agrícola do Rio Preto (COARP), que conta com 60 cooperados, e para a Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal (COOPA-DF), com 140 cooperados. Essas cooperativas desempenham



papel fundamental no fortalecimento da produção local, na disseminação de boas práticas agrícolas e na agregação de valor à produção de seus associados. A Emater-DF contribui com assistência técnica e orientações sobre inovação tecnológica, auxiliando os produtores na superação de desafios e no aumento da produtividade nas culturas de soja, milho, feijão e café.

A Tabela 10 apresenta os principais resultados do Programa de Grandes Culturas da Emater-DF em 2025.

Tabela 10 - Resultados do Programa de Grandes Culturas da Emater-DF em 2025

Indicador	Grandes Culturas 2025
Atendimentos realizados	13.131
Visitas realizadas	1.203
Beneficiários atendidos	2.027
Produtores rurais atendidos	1.625
Propriedades atendidas	1.687
Unidades de experimentação	02

Fonte: Emater-DF/Painel de Gestão Institucional

2.4.7. HORTALIÇAS

A segurança alimentar da população do Distrito Federal está diretamente relacionada à viabilidade econômica dos pequenos e médios horticultores. As ações desenvolvidas contribuem para a geração de renda, a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais e dos trabalhadores e para o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva de hortaliças.

A produção de hortaliças é uma das atividades mais relevantes do setor agropecuário no DF, com impactos econômicos, sociais e ambientais expressivos. A cadeia envolve mais de 3.300 empreendedores, majoritariamente pequenos produtores, e gera cerca de 30 mil empregos em toda a cadeia, dos quais mais de 10 mil diretamente na produção primária. O Valor Bruto da Produção (VBP) em 2024 alcançou R\$ 1.550.710.106,79, sendo equivalente a 26,39% do VBP Total.

Com foco em sustentabilidade, os extensionistas rurais da Emater-DF têm priorizado temas como manejo adequado do solo e da nutrição de plantas, redução e uso racional de agrotóxicos, melhoria da qualidade e segurança dos alimentos, e aumento da eficiência da irrigação. Mais recentemente, destacam-se ações voltadas à mecanização agrícola e à automatização de sistemas, em resposta à necessidade de qualificação, redução da penosidade e aumento da produtividade do trabalho no campo. As principais ações desenvolvidas em 2025 seguem abaixo:

2.4.7.1. Projeto Hortaliças Saudáveis

O projeto Hortaliças Saudáveis, uma das iniciativas do Programa de Hortaliças, tem como objetivo oferecer ATER qualificada aos produtores, com visitas planejadas e estímulo ao planejamento produtivo. Em 2025, além da difusão de inovações tecnológicas, os extensionistas trabalharam a gestão dos empreendimentos, a comercialização e a agregação de valor, articulando assistência técnica e qualificação. No período, foram realizados três cursos de Manejo de Agrotóxicos, que capacitaram 49 participantes, três cursos de qualificação da irrigação intitulados "Como Ganhar Mais Dinheiro com Irrigação Eficiente", com 61 pessoas capacitadas (Figura 18), e um curso inédito sobre adubação e nutrição de plantas, ofertado na região do Incra 9, em Ceilândia, que capacitou 17 produtores e trabalhadores rurais.



Figura 18 - Curso de Qualificação da Irrigação na região de Brazlândia

2.4.7.2. Circuito das Hortaliças — Na feira AgroBrasília 2025

Na AgroBrasília 2025, o Circuito das Hortaliças da Emater-DF apresentou tecnologias voltadas às culturas da batata-doce, do tomate e ao Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SPDH), reforçando a difusão de práticas conservacionistas ambientalmente sustentáveis e de aumento da eficiência produtiva. Esse espaço funcionou como ambiente de demonstração e troca de conhecimentos entre extensionistas, produtores e demais participantes da feira.

A Tabela 11 apresenta os principais resultados do Programa de Hortaliças da Emater-DF em 2025, evidenciando o impacto e o alcance das ações institucionais junto a esse segmento. Esses indicadores reforçam o alcance da ATER prestada e a relevância da olericultura para o abastecimento alimentar e a geração de renda no DF.

Tabela 11 - Resultados do Programa de Hortaliças da Emater-DF em 2025	
Indicador	Hortaliças 2025
Atendimentos realizados	46.974
Visitas realizadas	3.685
Beneficiários atendidos	4.852
Produtores rurais atendidos	3.093
Propriedades atendidas	2.567

Fonte: Emater-DF/Painel de Gestão Institucional

2.5. CAPACITAÇÕES

A Política Nacional da Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), estabelecida na Lei nº 12.888, de 11/01/2010, define Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, como um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. Trata-se de um processo contínuo de formação, capacitação e qualificação dos beneficiários de ATER que ocorre por métodos coletivos diversos como semanas tecnológicas, feiras, encontros, dias de campo, oficinas, cursos e reuniões. Esses processos educativos não formais geram motivação, aprendizado, interações e trocas de experiências.

2.5.1. Capacitação do público beneficiário de ATER

Em 2025, foram realizadas 355 ações de capacitação, alcançando 3.204 beneficiários sem repetição, incluindo agricultores, trabalhadores rurais e famílias, além de cursos para instituições públicas. As capacitações contemplaram tecnologias de agroindustrialização e processamento de alimentos, setor agropecuário vegetal e animal, e temas transversais (artesanato, benefícios sociais, gestão de negócios e área ambiental). A seguir, a Tabela 12 apresenta os quantitativos por métodos, pessoas capacitadas com repetição (C/R) e pessoas capacitadas sem repetição (S/R).

Tabela 12 - Métodos Coletivos 2025			
Métodos	Quantidade de ações	Pessoas (com repetição)	Pessoas (sem repetição)
Campanha	26	766	671
Curso	84	915	757
Curso online	4	29	29



Tabela 12 - Métodos Coletivos 2025

Métodos	Quantidade de ações	Pessoas (com repetição)	Pessoas (sem repetição)
Dia de Campo	3	78	77
Encontro	7	110	101
Excursão	80	815	742
Oficinas	122	984	505
Palestra	22	273	220
Reunião Técnica - Capacitação	7	112	102
Total	355	4.082	3.204



Figura 19 - Curso Produção de Queijos Especiais



Figura 20 - Curso Criação e Manejo de Abelhas Nativas sem Ferrão



Figura 21 - Oficina Plantas medicinais, aromáticas e condimentares



Figura 22 - Oficina de Poda de Pitaia



Figura 23 - Curso Práticas Apícolas para Produção de mel



Figura 24 - Curso Biossegurança e prevenção de acidentes no manejo de animais de produção



Figura 25 - Curso de Cafeicultura

2.5.2. Capacitações e apoios para Instituições Públicas

Em 2025, a Emater-DF recebeu demandas para capacitação de instituições do GDF e de escolas públicas. Dentre as quais destacam-se:

Ações para a NOVACAP (Introdução à Jardinagem Básica), com 4 turmas e total de 57 participantes entre colaboradores e público urbano.

Para a Embrapa Cerrados, realizou-se curso de Manejo de Agrotóxicos, com uma turma de 33 colaboradores.

Ações educativas e oficinas em escolas: Na Escola Classe Pedra Fundamental (Planaltina-DF), ocorreram oficinas de massinha caseira, contação de histórias, plantio de mudas nativas do cerrado e assessoria na organização da sala de leitura, com 150 alunos beneficiados. No Centro de Ensino Fundamental Boa Esperança (Ceilândia-DF), houve oficina de Aproveitamento Integral de Alimentos, doação de gibis para sala de leitura e oficina de cosméticos caseiros, beneficiando 50 alunos e 20 mães. Na Escola Classe Jiboia (Ceilândia-DF), houve doação de publicações, assessoria para implantação do cantinho da leitura e oficina de massinha caseira. Foram beneficiados 100 alunos. As ações reforçaram a integração entre educação, alimentação e práticas socioambientais.

2.6. COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO



Em 2025, a Emater-DF realizou ações de qualificação voltadas à inserção de produtores rurais e de suas organizações em diferentes mercados. Essas ações enfatizaram boas práticas aplicadas à comercialização incluindo padronização e classificação, diversificação de produtos, organização logística e apoio à formalização fiscal. Em 2025, foram registrados 32.659 atendimentos coletivos e individuais no tema comercialização e mercado, com 3.060 produtores rurais atendidos, conforme a Tabela 13.

Tabela 13 - Principais resultados em Comercialização e Mercado em 2025	
Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	32.659
Visitas realizadas	1.693
Beneficiários atendidos	3.382
Produtores rurais atendidos	3.060
Propriedades atendidas	2.563

Fonte: Emater-DF/Painel de Gestão Institucional

Os circuitos curtos de comercialização, especialmente as feiras, permanecem como canal de venda direta que aproxima produtores e consumidores e favorece a diversidade de alimentos no espaço urbano, desempenhando um papel fundamental para o escoamento da produção rural e da geração de renda dos produtores, agroindústrias e suas organizações sociais. O termo “Feira Rural” foi desenvolvido pela Emater-DF para facilitar o reconhecimento dos produtores e das produções locais pela população urbana, proporcionando maior acesso a alimentos de qualidade. Nesse sentido, as feiras configuram alternativa de dinamização territorial por viabilizarem mercados locais e relações de confiança. No ano de 2025, a Emater-DF auxiliou os agricultores para a sua formalização fiscal junto à Receita do Distrito Federal e capacitou para a emissão de nota fiscal por meio do aplicativo Nota Fiscal Fácil-NFF, módulo Produtor Rural-PPR, sendo 677 produtores orientados nestes aspectos (Figura 26).



Figura 26 - Apoio à agricultura na emissão de nota fiscal no momento da comercialização

2.6.1. Feiras Rurais

As Feiras Rurais são tratadas como estratégia de dinamização econômica local, por estimularem relações diretas e maior autonomia de negociação entre produtores e consumidores. Para sua implantação e continuidade, a atuação envolve articulação com órgãos do poder público (administrações regionais, secretarias, trânsito e segurança) e com organizações de agricultores (associações e cooperativas), visando apoio estrutural e logístico. Como exemplos, em 2025 houve ações em parceria com organizadores de exposições agrícolas, Administrações Regionais e gestores do Parque da Cidade e do Zoológico, além de organizações rurais.

Em 2025, a Emater-DF organizou e coordenou 104 edições de Feiras Rurais em eventos como Festa da Goiaba, AgroBrasília, Festa do Morango, Expoabra, Hemocentro de Brasília, Ministério da Justiça (Figura 28) e Palácio do Buriti (Figura 27). Além disso, deu continuidade ao trabalho nas feiras já existentes, como a Feira da Presidência da República.



Figura 27 - Feira Rural organizada pela Emater-DF no Palácio do Buriti



Figura 28 - Feira Rural organizada pela Emater-DF no Palácio da Justiça 2025

No ano de 2025, a Emater-DF realizou 2.243 atendimentos no método de ATER de apoio à Feira, com ações de assistência técnica aos produtores cadastrados e participantes das feiras rurais apoiadas pela Emater-DF, totalizando um público de 178 produtores rurais atendidos (Tabela 14).

Tabela 14 - Principais resultados na realização de Feiras Rurais em 2025.

Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	2.243
Beneficiários atendidos	218
Produtores rurais atendidos	178
Propriedades atendidas	193

Fonte: Emater-DF/Painel de Gestão Institucional

Outros canais relevantes de comercialização para a agricultura familiar são as compras governamentais, viabilizadas por políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (PAPA-DF). Essas iniciativas constituem importantes instrumentos do Estado para o fortalecimento da agricultura familiar, ao promover o aumento da renda das famílias produtoras e ampliar as possibilidades de comercialização de seus produtos. Além disso, contribuem para o desenvolvimento local e para a promoção da segurança alimentar e nutricional, especialmente entre populações em situação de vulnerabilidade social, bem como para o apoio aos equipamentos públicos e da rede socioassistencial.

2.6.2. Compras Institucionais - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído originalmente pelo art. 19 da Lei nº 10.696/2003 e, atualmente, é disciplinado pela Lei nº 14.628/2023. Trata-se de política pública voltada para a promoção da segurança alimentar e nutricional e para o fortalecimento da agricultura familiar. O Programa é financiado pelo Governo Federal e conta com a parceria do Governo do Distrito Federal (GDF) em sua execução. No âmbito do PAA/Termo de Adesão, firmado entre o GDF e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), em 2025 registrou-se a execução de R\$ 2.875.786,29, oportunizando a participação para 1.255 produtores familiares, aquisição de 351 toneladas de frutas e hortaliças e distribuição para 247 entidades socioassistenciais do Distrito Federal, por meio dos Bancos de Alimentos da CEASA/DF e do Mesa Brasil do SESC/DF. Estima-se que 57 mil pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar foram diretamente beneficiadas (Tabela 27).

Além da atuação junto aos produtores familiares, a Emater-DF desempenha papel estratégico na articulação interinstitucional com órgãos públicos envolvidos na gestão e na execução do Programa, contribuindo para a adequação das ações à realidade produtiva e organizativa da agricultura familiar do Distrito Federal.



Tabela 14 - Número de beneficiários consumidores, entidades socioassistenciais atendidas e quantidade de alimentos (t) entregue pelos agricultores familiares para o Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade compra com Doação Simultânea em 2025 pelo Termo de Adesão com o MDS.

Indicador	Quantitativo
Número de Agricultores familiares Inscritos	1.255
Beneficiários Consumidores atendidos	56.944
Entidades socioassistenciais atendidas	247
Quantidade de alimentos (tonelada)	351,427

Fonte: Emater-DF



Figura 29 - Recepção de alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Entre as modalidades do PAA, a Emater-DF registrou 10.801 atendimentos aos beneficiários em 2025, com 993 produtores atendidos (Tabela 15). Esses atendimentos incluem ações de informações gerais sobre a política pública, orientação e suporte técnico associados à operacionalização dos programas de compras institucionais.

Tabela 15 - Indicadores realizados na meta do PAA em 2025

Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	10.797
Visitas realizadas	278
Beneficiários atendidos	993
Produtores atendidos	977
Propriedades atendidas	800

Fonte: Emater-DF/Painel de Gestão Institucional.

2.6.3. Compras Institucionais - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituído pela Lei nº 11.947/2009, tem como uma de suas diretrizes o apoio ao desenvolvimento sustentável, por meio do incentivo à aquisição de gêneros alimentícios diversificados e produzidos localmente. A efetividade do Programa está diretamente relacionada à atuação articulada entre os diferentes setores institucionais e à consolidação de uma cadeia de fornecimento estruturada com a agricultura familiar. Nesse contexto, o PNAE viabiliza a aplicação de recursos e investimentos estratégicos para a ampliação e diversificação da produção de alimentos, o fortalecimento da economia rural, a qualificação comercial dos produtores familiares, a valorização da cultura alimentar local, o estímulo a práticas sustentáveis e a contribuição para a redução da insegurança alimentar e da pobreza. Em outubro de 2025, a Lei nº 15.226/2025 ampliou de 30% para 45% o percentual mínimo dos recursos do PNAE destinados à compra direta da agricultura familiar, com prioridade para alimentos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade. Em 2025, o Programa manteve o estímulo ao fornecimento de alimentos orgânicos para a alimentação escolar e ao fomento da agroindustrialização da agricultura familiar, visando à agregação de valor aos produtos e ao fortalecimento das organizações rurais, com destaque para o Projeto Piloto de Mel, cuja Chamada Pública encontra-se em fase de contratação.

O Programa de Alimentação Escolar do DF conta com uma intersectorialidade de ações por meio do Grupo de Acompanhamento (SEE-DF, Seagri-DF e Emater-DF) – GA PNAE. As ações desenvolvidas pela Emater-DF incluem o planejamento das Chamadas Públicas, o apoio aos produtores familiares e suas organizações rurais do Distrito Federal (DF) e da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (RIDE), além do acompanhamento e avaliação contínua do Programa.



Gráfico 02 - Valores financeiros contratados entre 2021 e 2025



Em 2025, foram realizadas duas Chamadas Públicas pela Secretaria de Educação: a Chamada nº 01 (perecíveis, convencionais e orgânicos – frutas e hortaliças) e a Chamada nº 02 (mel) - Figuras 30 e 31, respectivamente. Os contratos para aquisição de produtos convencionais foram no valor financeiro de R\$ 28.978.823,84, firmados com 10 associações e sete cooperativas, oportunizando a participação de 1.101 agricultores familiares do DF e RIDE, fornecendo 3.915 toneladas de gêneros alimentícios. Foram distribuídos 34 tipos diferentes de frutas e hortaliças ao longo de 200 dias letivos para 455.419 alunos matriculados em 689 escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal. Para a aquisição dos orgânicos, foram contratadas 2 associações do DF, oportunizando a participação de 70 agricultores familiares no valor financeiro total de R\$ 2.838.870,88 para fornecimento de 35 tipos de frutas e hortaliças certificadas como orgânicas, fornecendo 277 toneladas de alimentos para 55.262 alunos.



Figura 30 - Reunião do GA PNAE com o setor produtivo para lançamento e divulgação do Edital da Chamada Pública Nº 01 de 2025 de produtos convencionais e orgânicos.



Figura 28 - Feira Rural organizada pela Emater-DF no Palácio da Justiça 2025
Figura 31 - Reunião do GA PNAE com o setor produtivo para lançamento e divulgação do edital da Chamada Pública Nº 02 de 2025 de mel

Em 2025, a Emater-DF realizou 1.224 atendimentos aos agricultores e suas organizações sociais relacionados à meta do PNAE (Tabela 16), dos quais se destacam o apoio dos Escritórios Locais às organizações rurais, o Projeto Técnico de Venda e as reuniões do GA PNAE com o setor produtivo para preparação coletiva, acolhimento de sugestões de produtos orgânicos e convencionais e lançamento dos editais.

Tabela 16 - Principais resultados no PNAE e PAPA-DF em 2025.

Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	1.224
Beneficiários atendidos	204
Produtores rurais atendidos	190
Propriedades atendidas	169

Fonte: Emater-DF/Painel de Gestão Institucional

2.6.4. Compras Institucionais - Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (PAPA-DF)

O Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (PAPA/DF) tem como objetivo garantir a compra direta de produtos agropecuários, extrativistas, in natura ou processados, além de artesanato produzido por agricultores familiares ou por suas organizações sociais, conforme estabelece a Lei Distrital nº 4.752/2012. Para a operacionalização do PAPA-DF, a Emater-DF atua em diversas frentes: no planejamento, oferecendo orientações sobre demandas de



alimentos, dinamização das cadeias produtivas e divulgação dos editais; no acompanhamento, por meio de reuniões extraordinárias de avaliação e ajustes; no apoio às organizações rurais e aos órgãos demandantes do Governo do Distrito Federal, incluindo a elaboração e orientação dos projetos de venda e da documentação necessária; e na capacitação de técnicos e agricultores envolvidos no Programa.

No âmbito interinstitucional, a articulação entre Emater-DF e Seagri-DF resultou no apoio à Secretaria de Educação do Distrito Federal, por meio do Grupo de Acompanhamento do PNAE, para atendimento da demanda de aquisição de alimentos destinados à merenda escolar via PAPA-DF. Em 2025, foram realizados dois chamamentos públicos por órgãos do Poder Executivo do Governo do Distrito Federal — Secretaria de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Social — que contrataram o montante de R\$ 31.041.897,88 para aquisição de produtos lácteos e cestas de frutas e hortaliças, possibilitando a participação de 510 produtores familiares, por meio de suas organizações.

As Compras Governamentais desempenham papel estratégico na inserção da agricultura familiar no mercado institucional, tanto no âmbito local quanto federal. Considerando sua importância econômica, estima-se que aproximadamente R\$ 65 milhões foram injetados em 2025 em contratos firmados com produtores familiares e suas organizações rurais, conforme dados apresentados na Figura 32. Segundo Santos e Haddad (2007), cada unidade monetária acrescida à renda do setor agropecuário nesta Unidade Federativa se multiplica em 3,02 unidades monetárias. Assim, o impacto econômico das Compras Públicas no Distrito Federal é estimado em cerca de R\$ 197 milhões, evidenciando a relevância do PAPA-DF para o desenvolvimento rural e para a economia local. Em dezembro, foi lançada a Chamada Pública nº 03 de 2025, destinada à aquisição direta, por dispensa de licitação, de peixe congelado - filé de tilápia sem pele, produzido por produtores familiares para fornecimento aos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e atendidos pelo Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal – PAEDF, a ser contratada em 2026.

¹ Santos, R. A. C., Haddad, E. A. (2007). Uma Análise de Insumo-Produto da Distribuição Interestadual da Renda no Brasil. Revista Economia, v.8, n.1, p.121–138, Brasília-DF



Figura 32 - Volume de recurso financeiro contratado por meio das Chamadas Públicas, aplicado na compra de alimentos da agricultura familiar no DF, período 2024 a 2025

2.6.5. Organização Rural

O desenvolvimento local depende de uma gestão participativa, com a atuação dos diversos grupos sociais ligados à atividade rural. O fortalecimento da cidadania torna as comunidades mais conscientes de seus direitos e das políticas públicas, promovendo o controle social e maior equilíbrio entre o meio rural e o urbano. A Emater-DF incentiva e apoia diferentes formas de organização rural — como associações, cooperativas, conselhos rurais, condomínios e canais de uso de água, federações, sindicatos e movimentos sociais, reconhecendo o impacto positivo dessas iniciativas no desenvolvimento econômico e social das comunidades. As associações e cooperativas desempenham papel fundamental na economia rural, ao possibilitarem a inserção dos produtores familiares em programas de compras institucionais, como o PAA, o PNAE e o PAPA-DF, além da participação em chamamentos públicos para acesso a insumos, máquinas, implementos agrícolas e veículos



para o transporte de mercadorias. O estímulo a essas organizações fortalece as atividades econômicas dos trabalhadores e agricultores familiares, ampliando sua presença em diferentes mercados, com melhores condições de competitividade e lucratividade, resultando em aumento de renda e melhoria da qualidade de vida no meio rural.

Em 2025, foram registrados 3.947 atendimentos na meta de Organização Rural para 498 beneficiários (Tabela 17), com acompanhamento de 146 organizações rurais (121 associações, 24 cooperativas e uma Confederação – UNICAFES). As ações envolveram orientação para formalização, mediação de conflitos, planejamento e gestão organizacional. Os quantitativos sintetizam a assistência prestada no fortalecimento das formas coletivas de organização.

Tabela 17 - Principais resultados em Organização Rural em 2025.	
Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	3.947
Visitas realizadas	74
Beneficiários atendidos	498
Produtores rurais atendidos	450

Fonte: Emater-DF/Painel de Gestão Institucional

A Emater-DF também atuou junto aos nove Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CRDRS) e ao Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Distrito Federal (CDRS), participando de reuniões mensais orientadas ao debate de demandas, planejamento participativo e articulação interinstitucional. Em 2025, apoiou o processo eleitoral dos CRDRS (biênio 2026–2027), compondo comissões eleitorais geral e regionais.

Em 2025, a Emater-DF realizou, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, a 3ª Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Distrito Federal (Figura 33). A Conferência teve a participação de 92 produtores rurais do Distrito Federal, além de produtores de Goiás e Minas Gerais, áreas de abrangência do Território de Águas Emendadas, e técnicos da Emater-DF, CONAB, MDA e CONDRAF.



Figura 33 - 3ª Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Distrito Federal

2.7. DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Apresentamos a seguir o detalhamento das atividades realizadas, organizadas por ações estratégicas, voltadas ao Desenvolvimento Humano e Social:

2.7.1. Inclusão socioproductiva das mulheres rurais do DF

No ano de 2025, a Emater-DF promoveu o desenvolvimento econômico e social, assim como a igualdade de gênero no meio rural, fundamental para o fortalecimento das mulheres rurais. Entre as iniciativas, destacaram-se as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que ofereceram suporte em áreas como Artesanato, Avicultura, Bovinocultura, Caprinocultura, Saúde, Saneamento, Habitação, Floricultura, Fruticultura, Meliponicultura, Organização Social e Econômica, Aquicultura.

O projeto "Educação em Saúde–Terapia Comunitária Integrativa", criado para promover a saúde integral da comunidade por meio de práticas de terapia comunitária, o fortalecimento



do vínculo social, a prevenção de doenças e a promoção do bem-estar. Foram realizadas 17 Rodas de Terapia Comunitária Integrativa em parceria com terapeutas voluntárias nas comunidades do PAD DF (Café Sem Troco e Quebrada dos Neres); Vargem Bonita; Jardim (Sussuarana e NR Jardim); Núcleo Rural Tabatinga, Sobradinho (Assentamento Antonio Julio), beneficiando cerca de 85 mulheres e também homens nesses espaços de escuta e saúde coletiva (Figura 34).

A valorização da cultura local também foi uma prioridade. Foram realizadas iniciativas para fortalecer a rede de artesãs rurais, incentivando a troca de experiências e fomentando a produção para comercialização de produtos artesanais. Essas ações não apenas promovem a cultura local, mas também geram renda e autonomia para as mulheres envolvidas. Destaque para a realização pela Emater-DF em parceria com o Sebrae, do segundo evento Trilhas do Conhecimento 2025, que reuniu mais de 30 artesãos da área rural (Figura 35). Com oficinas e palestras, participantes aprenderam técnicas de fotografia e produção de vídeos para produtos autorais, processos criativos em artesanato e trabalhos manualistas, agregação de valor por meio da diferenciação e identidade cultural, marketing pessoal e investimentos em marketing digital.

Para comemorar o Dia Internacional da Mulher Rural, celebrado no dia 15 de outubro, a Emater-DF, realizou a Gincana Dia Internacional da Mulher Rural, com ações para promover a colaboração, estimulando a inclusão, o senso de comunidade com a construção de um artefato e início da conversa sobre Frutos do Cerrado, onde cada equipe apresentou uma mostra. Essa iniciativa reuniu mulheres do meio rural para discutir questões relevantes, compartilhar experiências e fortalecer a rede de apoio entre elas. Este evento foi um espaço de celebração e reflexão sobre os desafios e conquistas das mulheres no campo (Figura 36). Essa atividade foi definida na Oficina do pré-encontro de mulheres, com o objetivo de construir o IX Encontro Distrital de Mulheres Rurais por meio das seguintes atividades:

- Arrecadação de alimentos e doação para pessoas em situação de vulnerabilidade, por parte das equipes de mulheres organizadas por cada Escritório Local (Figura 37).
- Fechamento com o IX Encontro Distrital de Mulheres (Figura 38), grande encontro das equipes para continuar com participação nas provas da Gincana, entregar a Carta para as autoridades, confraternizar e se divertir.

Essas ações refletem um compromisso contínuo com o desenvolvimento das comunidades rurais, promovendo inclusão, igualdade e um futuro mais sustentável para todos. Na Tabela 18, apresentamos os principais resultados em ações de Inclusão Socioprodutiva das Mulheres Rurais do DF em 2025.

Tabela 18 - Principais resultados em ações de Inclusão Socioprodutiva da Mulheres Rurais do DF em 2025.	
Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	68.730
Visitas realizadas	5.944
Beneficiários atendidos	4.748
Produtores rurais atendidos	3.493
Propriedades atendidas	3.338

Fonte: Emater-DF/Painel de Gestão Institucional



Figura 34 - Educação em Saúde - Terapia Comunitária Integrativa



Figura 35 - Convite para Trilha do Conhecimento



Figura 36 - Dia Internacional da Mulher Rural



Figura 37 - Arrecadação de Alimentos pelas mulheres rurais e doação para instituições



Figura 38 - IX Encontro Distrital de Mulheres Rurais

2.7.2. Ampliação do Programa de Inclusão Produtiva Rural (Fomento)

O Programa de Inclusão Produtiva Rural (Fomento), desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) é uma iniciativa essencial para fortalecer a produção e a autonomia das comunidades, especialmente de mulheres rurais. Este programa não apenas promove práticas sustentáveis e colaborativas, mas também busca incluir agricultores de baixa renda nas atividades produtivas rurais e na geração de renda. Em 2025, foram 64 famílias beneficiadas com a primeira parcela no valor de R\$ 2.600,00, das quais 36 famílias receberam a segunda parcela no valor de R\$ 2.000,00, totalizando R\$ 238.400,00 em recursos repassados às famílias atendidas. (Figura 39).

As ações destinadas à concessão e à operacionalização dos Créditos de Instalação do Programa Nacional da Reforma Agrária-PNRA constituem um instrumento poderoso para a construção de um futuro mais justo e sustentável, onde as comunidades possam prosperar de maneira autônoma e colaborativa. São iniciativas que não apenas beneficiam os indivíduos, mas também fortalecem o tecido social e econômico das comunidades, contribuindo para um país mais inclusivo e sustentável.

Ao facilitar o acesso a iniciativas que promovem a produção sustentável, capacitação e estímulo a práticas respeitadas com o meio ambiente, enquanto serviço de ATER contribuimos significativamente para o fortalecimento da autonomia e da resiliência das comunidades. Essa conexão não apenas melhora a qualidade de vida dos beneficiários, mas também promove o desenvolvimento rural sustentável.

Na tabela abaixo, apresentamos os principais resultados em ações de Inclusão Produtiva Rural em 2025:

Tabela 19 - Principais resultados nas ações de Inclusão Produtiva Rural (Fomento) em 2025	
Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	1.059
Visitas realizadas	258
Beneficiários atendidos	278
Produtores rurais atendidos	214
Propriedades atendidas	207

Fonte: Emater-DF/Painel de Gestão Institucional



Figura 39 - Programa Fomento MDS



2.7.3. Ampliação das Boas Práticas Agropecuárias (BPA)

As Boas Práticas Agropecuárias constituem um conjunto essencial de procedimentos voltados à produção sustentável, à qualidade e segurança dos alimentos, bem como à proteção da saúde humana, animal e ambiental. A ampliação dessas práticas é estratégica para fortalecer a eficiência produtiva, assegurar padrões sanitários adequados e promover a sustentabilidade das comunidades rurais, consolidando ambientes produtivos mais responsáveis. Nesse sentido, a Emater-DF vem atuando de forma contínua, integrada e articulada com diversas instituições parceiras, ampliando o alcance das ações de orientação técnica e de promoção da saúde no campo.

Ao longo do ano de 2025, a Emater-DF desempenhou um papel decisivo na difusão das BPA, realizando 25 reuniões técnicas, oito oficinas, seis palestras e 19 diagnósticos voltados à certificação orgânica, além de 29 assessorias especializadas em qualidade do alimento e implementação de Boas Práticas Agropecuárias. Essas ações contribuíram para elevar o nível de conformidade sanitária e organizacional das propriedades atendidas, fortalecendo a competitividade e o acesso a mercados diferenciados.

Destaca-se, ainda, a realização de 15 Dias Especiais de Saúde do Trabalhador Rural, conduzidos em parceria com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES/DF). Essas atividades contemplaram a execução de exames toxicológicos, orientações preventivas e palestras educativas sobre saúde e segurança no trabalho, alcançando 375 produtores rurais. A iniciativa reforça o compromisso da Emater-DF com o bem-estar dos trabalhadores, a promoção da saúde ocupacional e o enfrentamento de riscos associados ao uso de agrotóxicos e às rotinas intensas de trabalho no campo (Figura 40).

Na tabela abaixo, apresentamos os principais resultados em ações para Ampliação das Boas Práticas Agropecuárias em 2025:

Tabela 20 - Principais resultados nas ações de Boas Práticas Agropecuárias em 2025	
Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	31.893
Visitas realizadas	2.921
Beneficiários atendidos	4.190
Produtores rurais atendidos	3.573
Propriedades atendidas	3.064

Fonte: Emater-DF/Painel de Gestão Institucional



Figura 40 - Coleta de sangue - Exame toxicológico

2.7.4. Execução do Programa de Saneamento Rural da Emater-DF

A Emater-DF, com seu Programa de Saneamento Rural, implementou uma iniciativa estratégica e indispensável para a promoção da saúde e do bem-estar das populações residentes no meio rural. Por meio da gestão adequada de esgoto e resíduos, aliada às ações de educação sanitária, o Programa tem contribuído significativamente para a construção de comunidades mais resilientes, saudáveis e ambientalmente sustentáveis. Sua execução está plenamente alinhada ao Marco Legal do Saneamento Básico, instituído pela Lei nº 14.026/2020, que estabelece diretrizes para a universalização, a eficiência e a qualificação dos serviços de saneamento no Brasil, fornecendo o arcabouço jurídico e as metas que orientam as ações desenvolvidas pela Empresa nesse campo. No âmbito de sua execução, destacam-se, entre as principais atividades realizadas em 2025:



- Instalação de 204 sistemas de esgotamento sanitário individual, viabilizada por meio da captação de recursos provenientes de Emendas Parlamentares e de Convênios celebrados com instituições governamentais;

- Realização de cinco reuniões técnicas, cinco oficinas e uma palestra, direcionadas à orientação de técnicos e produtores rurais sobre temas relacionados à saúde, saneamento e habitação, abordando, entre outros aspectos, o manejo adequado de resíduos, bem como o funcionamento e a manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário individual.

Adicionalmente, a implementação dessas ações fortalece a capacidade institucional da Emater-DF no tocante ao apoio às famílias rurais, ao promover a integração entre assistência técnica, educação sanitária e soluções tecnológicas de tratamento de esgoto. Essa abordagem integrada permite não apenas a melhoria das condições socioambientais das propriedades, mas também a ampliação da segurança hídrica e a mitigação de impactos ambientais associados ao manejo inadequado dos efluentes domésticos (Figuras 41 e 42).

Os resultados do Programa de Saneamento Rural da Emater-DF demonstram o compromisso com o desenvolvimento rural sustentável. As ações realizadas avançam no cumprimento das legislações e na proteção dos recursos naturais. Também fortalecem as políticas públicas de saneamento e elevam a qualidade de vida das famílias atendidas. Além disso, contribuem para aprimorar as práticas produtivas nas áreas rurais do Distrito Federal.

Na tabela abaixo, apresentamos os principais resultados em ações de Saneamento Rural em 2025:

Tabela 21 - Principais resultados nas ações de Saneamento Rural em 2025	
Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	16.840
Visitas realizadas	2.148
Beneficiários atendidos	2.870
Produtores rurais atendidos	2.389
Propriedades atendidas	2.181

Fonte: Emater-DF/Painel de Gestão Institucional



Figura 41 - Instalação de sistema de esgotamento sanitário



Figura 42 - Sistema de esgotamento sanitário individual

2.7.5. Atendimentos em políticas públicas sociais (cidadania, políticas públicas e benefícios sociais)

A Emater-DF, no âmbito de sua missão, desenvolveu as atividades, garantindo ao público rural o acesso a benefícios por meio de articulação com diversos setores e instituições de políticas públicas, orientando e encaminhando os produtores e familiares em ações de cidadania, políticas públicas sociais e previdenciárias, emissão de documentos e declarações como a carteira de produtor rural e declarações de atividade rural, bem como nas atividades relacionadas à geração e gênero, educação, cultura e lazer.

Destacam-se 49 mutirões em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social do DF (SEDES), que geraram 1.225 atendimentos com as equipes do CRAS Volante para acesso e atualização do CADÚnico, facilitando a participação de famílias em programas de benefícios sociais e também no Programa Fomento Rural (Figura 43). Esses resultados demonstram o



alcance desse processo para produtores e trabalhadores rurais no ano de 2025, representados na Tabela 22.

Tabela 22 - Principais resultados nas ações de cidadania, políticas públicas e benefícios sociais em 2025	
Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	35.267
Visitas realizadas	5.241
Beneficiários atendidos	8.645
Produtores rurais atendidos	7.098
Propriedades atendidas	5.442

Fonte: Emater-DF/Painel de Gestão Institucional



Figura 43 - CRAS Móvel

2.8. AGROINDÚSTRIA

O processamento de alimentos é uma atividade de agregação de valor aos produtos agropecuários produzidos nas propriedades rurais. Na área rural do DF existem 413 produtores que processam alimentos, sendo que 231 processam produtos de origem animal, como queijos, manteiga, produtos cárneos, embutidos, ovos, mel, e 182 processam produtos de origem vegetal, como doces, conservas, molhos, panificados e bebidas.

A Emater-DF possui uma equipe especializada em agroindústria, cujo objetivo é promover uma assistência técnica mais focada à realidade do setor e também continuamente aos estabelecimentos de processamento de alimentos. No ano de 2025, foram realizadas as seguintes ações com foco no desenvolvimento de novos produtos, serviços e processos agroindustriais:

- Promoção, implantação, desenvolvimento e acompanhamento das agroindústrias, por meio de assistência continuada;
- Assessoramento nos processos de formalização das agroindústrias junto aos órgãos sanitários;
- Elaboração de projetos/croquis de agroindústrias para os produtores rurais do Distrito Federal;
- Elaboração de rótulos e informação nutricional de produtos processados;
- Demonstração de um modelo de queijaria na AgroBrasília e de um entreposto de ovos na Expoabra (Figura 44), possibilitando aos produtores rurais visualizar, na prática, como deve ser a estrutura adequada de uma agroindústria.



Figura 44 - Modelo de Referência para Entrepastos de Ovos apresentado na Expoabra 2025



Em Boas Práticas de Fabricação (BPF), no ano de 2025, foram realizadas as seguintes ações junto aos produtores rurais:

Promoção das Boas Práticas de Fabricação, com visitas planejadas para as agroindústrias formais e informais, com o objetivo de abordar as Boas Práticas concomitantemente com outros assuntos;

Execução do curso “Boas Práticas de Fabricação para a pequena agroindústria rural”, no formato EAD;

Execução do curso “Boas Práticas de Fabricação para manipuladores de alimentos” (Figuras 45 e 46);

Execução do curso “Boas Práticas de Fabricação de Alimentos para feiras e eventos”;

Execução do Curso “Como implantar uma agroindústria de pequeno porte de Ovos”, no formato EAD;

Execução do Curso “Gestão e Qualificação para Agroindústria”, no formato EAD.

Na tabela abaixo, apresentamos os principais resultados em ações de Boas Práticas de Fabricação (BPF) em 2025:

Tabela 24 - Principais resultados nas ações de Boas Práticas de Fabricação (BPF) em 2025	
Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	4.865
Visitas realizadas	174
Beneficiários atendidos	666
Produtores rurais atendidos	547
Propriedades atendidas	553

Fonte: Emater-DF/Painel de Gestão Institucional



Figura 45 - Capacitação de produtores



Figura 46 - Capacitação de produtores em excursão técnica

2.8.1. Projeto do Desenvolvimento do Queijo Artesanal no DF

O objetivo principal desse projeto foi desenvolver a cadeia dos queijos artesanais do Distrito Federal, divulgando a lei do Selo Arte - Lei Nº 13.860/2019, trazendo renda para os produtores, desenvolvimento regional, segurança alimentar e turismo rural para a região. Em 2025, várias ações desse projeto foram realizadas, dentre elas:

- Apoio governamental à cadeia do queijo foi consolidado com a publicação do Decreto nº 46.718/2025, que instituiu a Comissão para a promoção de estudos e definição de ações de fomento, apoio e incentivo à cadeia produtiva do queijo no Distrito Federal, reconhecendo sua importância econômica, cultural e social. Tal medida ampliou a visibilidade do setor, fortaleceu a produção local e criou um ambiente mais favorável para a regularização sanitária, agregação de valor e promoção do turismo gastronômico no Distrito Federal;

- Incorporação da Rota do Queijo à coleção Rotas de Brasília, da Secretaria de Turismo (Figura 47);

- Fundação da QUEIJART-DF – Associação de Produtores de Queijos Artesanais do Distrito Federal.



Figura 47 - Produtores que participaram do grupo instituído pelo Decreto nº 46.718/2025 na Agrobrasília 2025

2.9. TURISMO RURAL

Na área de Turismo Rural, a Emater-DF tem como objetivo integrar as cadeias produtivas e culturais do meio rural às atividades turísticas. Essa integração visa agregar renda, resgatar tradições e gerar novos postos de trabalho, melhorando, assim, as condições de vida e promovendo a inclusão sócio-produtiva da população local.

Dessa forma, as práticas de Turismo Rural e a produção associada estão em uma fase de conscientização, onde buscamos informar ao público sobre a possibilidade de vincular seus produtos à cadeia do turismo. Isso envolve a organização e adequação dos produtos para torná-los competitivos nesse segmento. Embora os resultados sejam de médio e longo prazo, eles revelam um grande potencial a ser explorado e um crescente interesse tanto por parte dos pequenos produtores, potenciais fornecedores, quanto dos empreendedores e visitantes potenciais compradores.

A assistência técnica e extensão rural voltada para o turismo rural, no ano de 2025, incluiu ações de capacitação e treinamento, desenvolvimento de experiências e produtos turísticos, orientação em sustentabilidade, marketing e promoção, além de infraestrutura e acessibilidade, gestão e planejamento. Essa abordagem não apenas apoia o desenvolvimento econômico local, mas também desempenha um papel fundamental na preservação da cultura e no fortalecimento das comunidades. Ao criar um ciclo positivo que beneficia tanto os anfitriões quanto os visitantes, a promoção de um turismo consciente e sustentável se torna uma prioridade essencial.

Os serviços prestados pela Emater-DF possibilitaram um aumento na renda das famílias envolvidas, o que contribuiu para a sustentabilidade e promoção da conservação ambiental local, fortalecendo parcerias com instituições do trade turístico. No ano de 2025, foram realizadas as seguintes ações para promoção do turismo rural associado à produção:

- Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER, para estruturação de produtos turísticos na área rural e/ou organização da cadeia programática para visitação;
- Desenvolvimento de parcerias para fortalecimento da cadeia produtiva do turismo;
- Integração das cadeias produtivas com atividades turísticas;
- Fortalecimento por meio da ATER, dos circuitos turísticos e eventos agropecuários nas comunidades e regiões rurais;
- Orientação à implantação e manutenção de atividades de "Colha & Pague" nas diversas cadeias produtivas como forma de incentivo ao turismo e comercialização (Figura 48);
- Lançamento da Rota do Queijo Artesanal do DF em 2025, oficialmente com a incorporação da Rota do Queijo à coleção Rotas de Brasília, da Secretaria de Turismo. Inicialmente, fizeram parte da Rota oito propriedades rurais, sendo sete propriedades no DF e uma do Entorno. São pequenas queijarias artesanais que produzem queijos de leite de vaca e cabra. Algumas delas já estão recebendo visitantes na propriedade (Cabríssima, Ercoara, Vila das Cabras, Malunga e Rancharia Queijaria), as demais estão se estruturando para abrirem suas portas aos visitantes (Figura 49).

Na tabela abaixo, apresentamos os principais resultados em ações de promoção do turismo rural associado à produção em 2025.



Tabela 25 - Principais resultados nas ações de promoção do turismo rural associado à produção em 2025

Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	3.103
Visitas realizadas	122
Beneficiários atendidos	469
Produtores rurais atendidos	50
Propriedades atendidas	49

Fonte: Emater-DF/Painel de Gestão Institucional



Figura 48 - Experiência Colhe e Pague de morango



Figura 49 - Rota do Queijo Artesanal do DF em 2025

2.10. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

2.10.1. Crédito Rural

Em 2025, os produtores enfrentaram dificuldades quanto à disponibilidade de recursos em algumas linhas de crédito. Houve uma retração na oferta por parte de alguns bancos, porém houve avanços em relação a novas linhas de crédito. Alguns entraves com relação ao Banco do Brasil foram superados, principalmente com relação à exigência da Certidão de Conformidade Ambiental do ICMBIO que começou a ter mais agilidade na liberação do documento. Certos impedimentos ainda estão sendo negociados, mas foi viabilizada a contratação de 22 Pronafs A, que há muito tempo não eram aprovados. Recentemente, a Emater-DF foi habilitada a operacionalizar o Pronaf B para o Banco do Brasil.

Na linha de crédito do Prospera, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, o valor direcionado à área rural ficou em torno de 10% do comitê, mesmo assim o número de projetos aprovados foi 13% maior, em comparação a 2024.

Para o Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – FDR, houve a prospecção de inserção de recursos por parte da Seagri-DF. Foram elaborados 49 projetos, sendo aprovados 51, pois alguns ficaram pendentes de análise do ano 2024. Por esse motivo, o número de projetos aprovados é maior que o de elaborados.

O BRB reduziu significativamente a oferta de crédito por operar somente a partir de junho, por conta de uma atualização de sistema, o que impactou o volume de recursos disponibilizados aos produtores rurais.

Em 2025, foi assinado o ACT com o Sicoob/Credibrasília, e este agente financeiro apresentou a proposta de trabalhar com o crédito orientado com os produtores assistidos pela Emater-DF, facilitando a documentação e dando acesso ao fundo da Associação de Garantia de Crédito de Goiás-GarantiGoiás, sendo um fundo de aval, cujo objetivo é facilitar o acesso ao crédito de micros e pequenos empresários.

No Planejamento Estratégico Institucional da Emater-DF (PEI), a Meta de crédito rural, Indicador 6.2, tem por objetivo aumentar em 5% o número de projetos elaborados. Foram elaborados até o momento 275 projetos de crédito (Tabela 26). Em 2025, foram executados 5.601 atendimentos diversos e atendidos 2.831 beneficiários com repetição (Tabela 27).

Tabela 26 - Alcances de projetos de crédito para o ano de 2025

Agentes financiadores / Linhas de crédito	Projetos elaborados	Elaborados (R\$)	Projetos aprovados	Contratados (R\$)
Prospera	95	2.222.533,96	69	1.459.526,62
FDR	49	4.674.411,24	51	5.147.057,45



Tabela 26 - Alcances de projetos de crédito para o ano de 2025

Agentes financiadores / Linhas de crédito	Projetos elaborados	Elaborados (R\$)	Projetos aprovados	Contratados (R\$)
Banco do Brasil	52	3.474.569,47	25	1.317.378,32
BRB/Pronaf	34	1.245.257,71	25	1.453.257,71
BRB/Pronamp	12	2.527.745,67	01	208.000,00
Sicoob/Pronaf	14	1.302.959,20	00	0,00
Sicoob/Pronamp	09	2.810.051,15	00	0,00
Caixa	03	263.764,53	00	0,00
Sicredi	07	1.595.292,07	01	88.537,00
Total	275	20.683.420,22	171	9.465.757,10

Fonte: GEDEC/EmaterWeb

Tabela 27 - Alcances em atendimentos do crédito rural em 2025

Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	5.601
Visitas realizadas	930
Beneficiários atendidos	2.831

Fonte: Emater-DF/EmaterWeb

No Gráfico 03 está representada a evolução do crédito rural quanto ao volume de recursos de projetos elaborados e aprovados, enquanto no Gráfico 04 a evolução do número de projetos elaborados e aprovados, ambos dos últimos quatro anos.



Gráfico 03 - Evolução do valor de projetos de crédito aprovados e elaborados dos últimos 04 anos

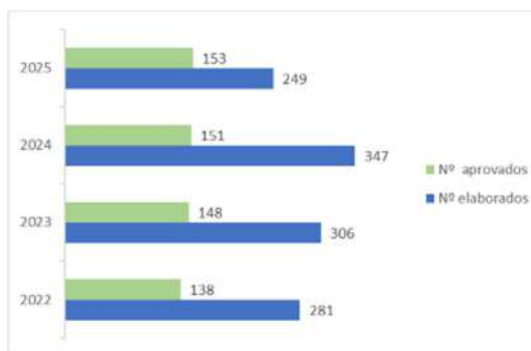


Gráfico 04 - Evolução do número de projetos de crédito rural elaborados e aprovados dos últimos 04 anos

Em 2025, foram executadas, segundo o painel de gestão da Emater-DF entre CAFs físicas e jurídicas, 1.307 emissões de Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) junto ao Governo Federal, atendendo a 1.966 beneficiários. Conforme a Tabela 28, foram realizados 7.936 atendimentos diversos nesta meta, atendendo a 3.569 beneficiários.

Tabela 28 - Alcances em atendimentos da CAF em 2025

Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	7.936
Visitas realizadas	612
Beneficiários atendidos	3.569

Fonte: Emater-DF/EmaterWeb

2.10.2. Informações Conjunturais

No site institucional, a Emater-DF apresenta um conjunto de informações conjunturais que consolida séries anuais e boletins técnicos para caracterizar, com base institucional, a dinâmica do setor agropecuário do Distrito Federal. Esse repositório agrega o Relatório de Produção Agropecuária do DF contendo informações agropecuárias do DF; os relatórios de Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária e da agroindústria, utilizados como um indicador conjuntural de desempenho e faturamento bruto das cadeias produtivas; e a série AgroEmater-DF, voltada à análise técnica e econômica de cadeias específicas.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Tabela 29 - Representação dos setores produtivos no VBP agrícola 2024 no DF

Cadeia Produtiva	Área Plantada (hectares)	Produção (unidades variadas)	VBP (R\$)	% VBP Total
Olericultura	191.777,27	1.042.308	1.565.333.417,61	42,44
Grandes Culturas	8.948,08	268.493	1.550.710.106,79	42,04
Fruticultura	1.960,20	40.207	273.568.224,30	7,42
Floricultura	491,05	10.563.464	265.987.611,93	7,21
Silvicultura	1.704,33	220.184	33.030.115,60	0,90
Total	204.880,92	12.134.656	3.688.629.476,23	100,00

Fonte: Emater-DF/EmaterWeb

Tabela 30 - Representação dos setores produtivos no VBP pecuária 2024 no DF

Cadeia Produtiva	Rebanho (nº de cabeças)	Produção (unidades variadas)	VBP (R\$)	% VBP Total
Avicultura	66.264.189	184.427.206	1.810.335.012,96	82,74
Bovinocultura	79.105	39.473.090	183.915.687,77	8,41
Suinocultura	239.442	19.144.226	160.076.221,04	7,32
Aquicultura	6.238.435	2.163.472	25.961.664,00	1,19
Ovinocultura	14.531	170.810	3.832.870,74	0,18
Bubalinocultura	813	216.862	1.119.866,40	0,05
Apicultura	3.487	24.078	1.047.393,00	0,05
Caprinocultura	2.448	82.095	1.156.857,21	0,05
Coturnicultura	35.717	269.597	372.077,74	0,02
Cunicultura	1.251	1.228	55.260,00	0,00
Total	72.879.418	245.972.664	2.187.872.910,86	100,00

Fonte: Emater-DF/EmaterWeb

O VBP – Valor Bruto da Produção da Agropecuária do Distrito Federal é um indicador que demonstra o desempenho das safras agrícola e pecuária de um determinado ano. O VBP da Agropecuária de 2024 no DF foi de R\$ 5.876.543.146,29, e diminuiu em 0,97% o seu valor total, quando comparado a 2023, conforme as Tabelas 29 e 30 e o Gráfico 05. Vale ressaltar que o cálculo do VBP é feito com base no ano anterior ao exercício atual (2025), ou seja, 2024.



Gráfico 05 - Série histórica do Valor do VBP da Agropecuária do DF dos últimos 05 anos no DF

O VBP da Agroindústria do Distrito Federal avalia o cenário da agroindústria rural no ano e estima o faturamento bruto dessa atividade produtiva na propriedade. O VBP da Agroindústria em 2023 totalizou R\$ 1.247.179.851,64, sendo composto por 141 produtos distribuídos em 26 categorias. Este indicador cresceu 19,27% de 2023 para 2024, conforme o Gráfico 06. Vale destacar que no Gráfico 06 está representada a produção em unidades diversas, ocorrendo pelo fato de existir, no somatório, unidades de medidas distintas, como quilos, dúzias, unidades, dentre outras.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental



Gráfico 06 - Evolução do Valor do VBP da agroindústria do DF dos últimos 05 anos no DF

O Indicador Toneladas de Alimento Produzidas/Ano no Distrito Federal é objetivo no PEI da Emater-DF, Indicador 1.2 e pretende aumentar em 2% a quantidade total de alimentos produzidos no DF, anualmente. Em 2023, foram produzidas 1.471.791 toneladas e em 2024, foram produzidas 1.580.686 toneladas. Portanto, houve um aumento de cerca de 7,40%, conforme demonstra o Gráfico 07.

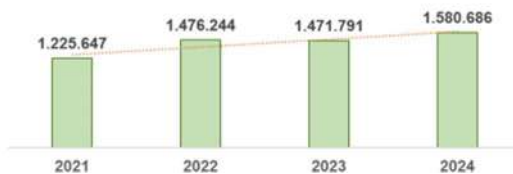


Gráfico 07 - Evolução da quantidade de alimentos em toneladas produzidos nos últimos anos no DF

2.10.3. AgroEmater-DF

O AgroEmater-DF tem por objetivo divulgar informações econômicas sobre a produção agropecuária do Distrito Federal. Neste informativo são apresentados o desempenho econômico de produtos das safras agrícolas e pecuária, fornecendo dados e análises de cenário sob a perspectiva do negócio rural, fundamentais para subsidiar tomadas de decisão dos agentes do setor como: técnicos agropecuários, produtores rurais e mesmo gestores de órgãos públicos e instituições privadas, visando políticas públicas mais assertivas.

Em 2025, foram publicadas 4 edições do AgroEmater-DF. Edições: AgroEmater Nº 1/2025 – Ovo caipira (Figura 50); AgroEmater Nº 2/2025 – Abacate; AgroEmater nº 3/2025 – Batata-Doce; AgroEmater nº4/2025 – Café. As publicações estão disponíveis no site: <https://www.emater.df.gov.br/informacoes-agropecuarias-do-distrito-federal/>.



Figura 50 - AgroEmater N. 01/2025 – Ovos caipira

2.10.4. Avanços na área de informações conjunturais 2025:

Criação de sistema informatizado com novas funcionalidades

O Painel de Gestão Institucional (<https://gestao.emater.df.gov.br/>) módulo informatizado foi criado para facilitar o trabalho das equipes táticas e dos escritórios locais, permitindo acesso aos dados de IPA agrícola, floricultura, pecuária e agroindústria na forma de relatórios, como também visualiza as informações sobre VBP agropecuária e agroindústria e Relatório de Informação Agropecuária.



Tabela sistematizada de cálculo da produção de toneladas de alimentos por ano

A criação da tabela informatizada de cálculo da produção em toneladas de alimentos produzidos na agropecuária teve por objetivo a geração de dados para o Indicador 1.2 do PEI da Emater-DF. Esta ferramenta reduziu o tempo de resposta em relação ao procedimento anterior, tornando o cálculo mais célere e qualificado e permitindo uma melhor análise conjuntural das informações.

Atualização do Custo de Produção

Um dos principais informativos da Emater-DF é o "Custos de Produção". A publicação divulga dados técnicos de sistemas de produção no Distrito Federal, juntamente com preços praticados pelas principais empresas de insumos agropecuários do DF.

Em 2025, o informativo Custos de Produção passou a ser divulgado em ciclos semestrais no site institucional, com edições "1º Semestre" e "2º Semestre". "Custos de Produção" está disponível para consulta pública em: <https://www.emater.df.gov.br/custos-de-producao> e teve 2.308 downloads, sem considerar a consulta feita em sistema interno Ematerweb por Extensionistas da Emater-DF.

2.10.5. PROGRAMA FILHOS DESTE SOLO

O Programa Filhos Deste Solo, focado na transformação do futuro das comunidades rurais, tem por objetivo a capacitação de jovens para que se tornem empreendedores de sucesso e agentes de desenvolvimento local. O programa oferece ferramentas e conhecimentos em gestão e empreendedorismo e busca reverter a tendência de migração para as cidades, incentivando os jovens a permanecerem em suas comunidades e a transformarem suas ideias em negócios prósperos.

Por meio do curso Introdução ao Empreendedorismo, os jovens beneficiados pelo programa adquirem e experimentam as habilidades necessárias para compreender, planejar e implementar seus próprios negócios. Tais habilidades são fundamentais para complementar e contribuir com as atividades existentes em seus espaços familiares, alavancando o desenvolvimento econômico e social de sua família e da comunidade rural na qual está inserido.

Ao longo de 2025, foram realizadas capacitações junto à Secretaria de Educação do Distrito Federal, na Escola Várzeas de Tabatinga, e Escola Rural da Taquara e ao Instituto Federal de Brasília (IFB) - Figuras 51, 52, 53, 54, 55 e 56.



Figuras 51, 52, 53 e 54 - Cursos voltados para jovens rurais



Figuras 55 e 56 - Curso IFB Planaltina

Em alinhamento com o PEI da Emater-DF, foram capacitados (sem repetição) 173 jovens, conforme a tabela a seguir:

Tabela 31 - Modalidades de atendimentos do Programa em 2025	
Indicador	Quantitativo
Beneficiários atendidos – Com repetição	186
Beneficiários atendidos – Sem repetição	173
Cursos realizados	3
Excursão (nº de pessoas)	14

Fonte: Emater-DF/EmaterWeb

Em 2025, o Programa Filhos Desse Solo retomou uma atividade complementar estratégica voltada aos egressos dos cursos de Introdução ao Empreendedorismo: a Excursão de Vivência e Benchmarking ampliado. A iniciativa buscou mais do que o simples contato com boas práticas do mercado — ela teve como propósito oferecer aos jovens uma imersão em diferentes realidades produtivas e de vida, estimulando novas perspectivas, criatividade e capacidade crítica. Ao observar e interagir com empreendimentos de distintos portes e segmentos, e em lugares diferentes dos que estão imersos, os participantes ampliaram sua visão sobre gestão, inovação e sustentabilidade, adquirindo repertório para repensar seus próprios negócios e projetar soluções mais eficientes e transformadoras para o meio rural.

Esse ano, o local escolhido para essa atividade foi o Rio Grande do Sul, região rural de Porto Alegre, onde os jovens visitaram diversas propriedades rurais de base familiar com o apoio da Emater-RS. Também fez parte do roteiro a visita à EXPOINTER, no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio (RS), considerado um dos principais complexos de feira agropecuária do continente sul-americano, vitrine de inovação e negócios, tecnologia agrícola e festival cultural.

Lá, recebidos pela equipe da Emater-RS, foi possível conhecer o espaço de demonstração de tecnologias e o Pavilhão da Agricultura Familiar. Este foi um dos espaços mais procurados da feira, ao proporcionar uma experiência autêntica, com venda direta de produtos coloniais, evidenciando a força e a diversidade da produção de base familiar no Rio Grande do Sul. Para complementar, o grupo foi convidado a participar ativamente do Encontro ATERS Juventude Rural – promovido pela Emater-RS, como parte de um programa também dedicado à juventude rural, promovido pela anfitriã. (Figuras 57, 58, 59, 60, 61 e 62)

No evento, os jovens puderam apresentar suas iniciativas de negócios em suas realidades distintas, bem como demonstrar os conhecimentos aprendidos junto ao Programa. O encontro foi uma oportunidade única de colaboração e Benchmarking, não só entre os jovens, mas também para os técnicos de ambas as Emateres participantes. Uma verdadeira experiência de integração de conhecimentos.



Figuras 57, 58, 59, 60, 61 e 62 - Excursão a Expointer-RS

Ao investir na capacitação dos jovens, o Programa Filhos Deste Solo está construindo um futuro mais próspero para o campo, promovendo a geração de emprego e renda, a valorização da agricultura familiar e a preservação do meio ambiente.

2.10.6. PROGRAMA EMPREENDER E INOVAR

O Programa Empreender e Inovar tem por objetivo aumentar a sustentabilidade e fomentar o sucesso a longo prazo do empreendimento rural por meio da capacitação dos empreendedores rurais em planejamento, gestão e técnicas de negócios a fim de maximizar os fatores de produção, capital e trabalho.

A capacitação em Gestão do Negócio Rural proporciona aos empreendedores uma compreensão abrangente de áreas essenciais, como planejamento estratégico, planos de negócios, administração financeira e marketing. Essas habilidades permitem mais efetividade no processo produtivo, tomadas de decisão embasadas e por fim, maximização dos resultados do empreendimento agrícola. A compreensão e aplicação de uma gestão efetiva traz domínio sobre os processos internos de seu negócio e permite mitigar os impactos das variáveis internas e externas do ambiente de negócios.

Assim sendo, estimula-se uma postura empreendedora dos produtores do Distrito Federal, promovendo uma visão profissional do negócio, tornando os empreendimentos mais sólidos e preparados para encarar a concorrência e garantir o fortalecimento das cadeias produtivas. Esse programa tem como lema "Transformar produtores rurais em empreendedores rurais" e isso tem um significado profundo.

A metodologia de trabalho desse Programa se baseia fundamentalmente em capacitação, instrumentalização e acompanhamento dos beneficiários e extensionistas rurais do DF. As principais atividades são: cursos; teleatendimento para esclarecimento de dúvidas ou problemas menores que podem ser mitigados de forma mais imediata; visitas no modelo de programa de desenvolvimento visando capacitação para operacionalização da ferramenta planilha de gestão financeira, bem como consultorias e acompanhamento em planejamentos, técnicas de gestão e acompanhamento das atividades aprendidas nas capacitações. (Figuras 63 e 64)

A Tabela 32 apresenta as principais modalidades de atendimentos do Programa Empreender e Inovar em 2025, com destaque para dois cursos do programa (Figuras 63 e 64).

Tabela 32 - Modalidades de atendimentos do Programa em 2025	
Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	963
Visitas realizadas	92
Beneficiários atendidos – Com repetição	272
Beneficiários atendidos – Sem repetição	82
Cursos realizados	2
Teleatendimentos realizados	37



Tabela 32 - Modalidades de atendimentos do Programa em 2025

Indicador	Quantitativo

Fonte: Emater-DF/EmaterWeb



Figura 63 e 64 - Curso Princípios de Gestão Rural

Em 2025, foi realizada a segunda versão do curso “Presença Digital, Marketing Digital e E-commerce”, com a participação muito expressiva de 20 alunos (Figura 65). Esse curso gerou atividade extra, complementar ao curso, no modelo de videoconferências, para desenvolvimento das ações dos participantes.



Figura 65 - Curso presença digital, marketing digital e E-commerce

Por fim, as visitas técnicas na forma de programa de desenvolvimento e capacitação, beneficiaram seis propriedades rurais e 16 empreendedores rurais em seus diversos graus de necessidade, conforme a fase do negócio em que se encontram. Dentre essas seis propriedades, vale destacar que temos empreendimentos que vão de assentamento rural a grandes culturas, demonstrando que a metodologia é efetiva independentemente da dimensão do negócio.

2.11. AGRICULTURA ORGÂNICA E AGROECOLOGIA

A crescente conscientização ambiental e o rigor gradativo nas normas de proteção ao meio ambiente têm impulsionado transformações profundas na agricultura mundial. A busca por alimentos mais saudáveis e por sistemas produtivos sustentáveis destaca a agricultura orgânica e a agroecologia como caminhos eficazes para enfrentar os desafios contemporâneos. Nesse cenário, o uso de bioinsumos vem ganhando destaque. Segundo a CropLife Brasil, uma associação civil, que congrega empresas produtoras de bioinsumos, até 2024, 64% dos produtores brasileiros usavam bioestimulantes ou biofertilizantes, índices muito superiores à média global de 31%. De acordo com essa mesma associação, na safra 2023-2024, o Brasil registrou 158,6 milhões de hectares tratados com bioinsumos, um aumento de 15% em relação à safra anterior.

Diante desse cenário, a Emater-DF vem ampliando seus esforços para estimular a adoção de práticas agroecológicas e orgânicas, promovendo o uso de bioinsumos como alternativa sustentável, tanto ambiental quanto economicamente. A Emater-DF prevê a expansão da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) voltada para práticas agroecológicas e para o incentivo à certificação orgânica. Um dos indicadores do objetivo estratégico 04 estabelece "aumento anual de 3% no número de propriedades que adotam práticas agroecológicas".

Um importante objetivo da Emater-DF no ano de 2025 foi de aumentar o número de produtores certificados como orgânicos. O objetivo estabelecido pela Emater-DF era atingir



340 produtores orgânicos no Distrito Federal. Em 2025, alcançou-se 376 produtores orgânicos, representando um aumento de 23% em relação a 2024 (Gráfico 08). Houve significativo crescimento do número de Organizações de Controle Social (OCS) incentivadas e organizadas pela Emater-DF, que apoiou também a certificação por meio de Organizações Participativas de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC). A formalização dessas OCS foi precedida de diversas oficinas organizadas pela Emater-DF, com teoria e prática sobre o que é a produção orgânica, seus princípios, métodos e práticas, aspectos legais e normativos. Esse esforço de capacitação de produtores, cadastramento e certificação de novos produtores orgânicos está diretamente alinhado com a meta 6 do Plano Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica (PLADAPO) e ensejará uma maior participação do setor de orgânicos nas compras institucionais e públicas (PNAE, PAA e PAPA) em 2026.

Gráfico 08 - Número de agricultores do Distrito Federal cadastrados no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos - CNPO do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA



Fonte: CNPO/MAPA

Os resultados do ano de 2025 reforçam o impacto positivo das ações da Emater-DF no fortalecimento da agricultura orgânica e no abastecimento sustentável da alimentação escolar e de outros programas públicos, quando comparados com 2024 (Tabela 33).

Tabela 33 - Evolução dos números ligados aos temas Agroecologia e Produção Orgânica				
Indicador	Agricultura Orgânica		Práticas Agroecológicas	
	2024	2025	2024	2025
Ano	2024	2025	2024	2025
Beneficiários atendidos	1.791	2.267	1.516	1.845
Propriedades rurais atendidas	1.373	1.741	1.134	1.433
Atendimentos	17.534	16.958	7.710	10.984
Visitas técnicas	687	885	469	832
Propriedades adotantes de práticas agroecológicas e/ou produção orgânica	305	376	2.170	2.309

Fonte: Emater-DF/Painel de Gestão Institucional

No ano de 2025, destacaram-se os seguintes trabalhos realizados pela Emater-DF relacionados à Agroecologia e Produção Orgânica:

7 encontros incluindo questões normativas, legislação e capacitações técnicas relacionadas ao cadastramento e formalização de produtores orgânicos na condição de OCS no Assentamento Terra Prometida, o que culminou com a criação de 3 OCS e 17 agricultores certificados (Figuras 66 e 67).



Figura 66 - Mutirão para formação de OCS



Figura 67 - Oficina sobre produção de bioinsumos no Assentamento Terra Prometida

• 5 encontros, incluindo distribuição de mudas de pitaia, reuniões sobre questões normativas e legislação relacionadas ao cadastramento e formalização de produtores orgânicos na condição de OCS e capacitações técnicas no Assentamento Renascer Palmares. Como resultado, tivemos a criação de 3 OCS e 18 agricultores certificados (Figura 68).



Figura 68 - Mutirão para certificação orgânica e distribuição de pitaia

• Apoio na criação de quatro OCS com um total de 31 novos produtores cadastrados como orgânicos no Assentamento Marielle Franco. Foram realizados 3 encontros contemplando capacitações em práticas agroecológicas, questões normativas e legislação sobre produção orgânica (Figura 69). Em um dos encontros, foram distribuídas manivas de mandioca da cultivar BRS 429 para iniciar plantios e conservação de material genético para futuros cultivos. Foram também distribuídas sementes genéticas de milho BRS Taquaral da Embrapa para formação de banco comunitário de sementes (Figuras 70 e 71).



Figura 69 - Capacitação para produção orgânica no Assentamento Marielle Franco, São Sebastião e distribuição de manivas BRS 429



Figuras 70 e 71 - Sementes de milho BRS Taquaral e Manivas de BRS 429



Levantamento de informações para preenchimento de planos de manejo para certificação orgânica.

• Ampliação no número de OCS existentes no DF, de 7 em 2024 para 16 em 2025 e apoio direto em todas elas, por meio de auxílio e capacitação no planejamento e produção



agrícola, na produção de relatórios e organização de visitas de avaliação de conformidade, treinamentos para novos integrantes e contribuições com capacitações e atendimentos rotineiros nas demais formas de certificação.

- A redução do uso de agrotóxicos e a introdução de práticas agroecológicas no cultivo de morango foram uma importante ação, desencadeada pelos escritórios locais da Emater-DF localizados em Brazlândia e Alexandre Gusmão. Esta ação está em consonância com o objetivo de introduzir práticas agroecológicas nos cultivos convencionais, pelo redesenho dos agroecossistemas, manejo de irrigação, introdução de manejo biológico de pragas e doenças, produção e introdução de mudas qualificadas e outras práticas, que levem esses cultivos para um maior grau de sustentabilidade e tornem os alimentos ainda mais saudáveis. Foram realizadas diversas ações coletivas com os produtores e pesquisadores da Embrapa Hortaliças, destacando-se: oito visitas de diagnósticos em propriedades produtoras de morango; um encontro técnico com cerca de 80 produtores e elaboração de dois projetos de captação de recursos para pesquisa e extensão rural destinados à FAP-DF e ABDI.

- Excursão técnica sobre saúde do solo e sistemas produtivos sustentáveis em propriedades produtoras de grãos e leite no núcleo rural Tabatinga, totalizando 23 participantes. O grupo foi composto por pesquisadores e técnicos da Embrapa Cerrados, Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e Emater-DF. Foram visitadas três propriedades rurais e respectivos produtores rurais com importantes reflexões e debates em campo. Essa ação foi precedida por amostragem e análise biológica dos solos (BioAs) dessas propriedades, importantes para embasamento das discussões sobre o efeito das práticas na saúde do solo.

2.11.1. Circuito de tecnologias de Agroecologia e Produção Orgânica - Na feira AgroBrasília 2025

As tecnologias de Agroecologia e Produção Orgânica foram inseridas nos circuitos da piscicultura, olericultura, fruticultura e segurança alimentar. Foram demonstradas diversas técnicas como Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SPDH) - Figuras 72 e 73 e cultivo de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) nos quintais produtivos.



Figura 72 - SPDH no cultivo de alface



Figura 73 - Plantio de peixinho, uma das PANCs plantadas na Agrobrasília

Em 2025, a Emater-DF realizou diversas reuniões em conjunto com outras unidades orgânicas da empresa e entidades ligadas ao tema Produção Orgânica e Agroecologia, incluindo a Seagri-DF, UnB, Embrapa Hortaliças e Cerrados, IFB Campus Planaltina, Fazenda Malunga, Mercado Orgânico, Sindiorgânico/OPAC Cerrado. Esses encontros que proporcionaram o levantamento das demandas do setor e a construção de uma agenda sinérgica. As principais ações foram:

- Participação no evento Abril Orgânico, organizado pelo Escritório Local de Planaltina, promovendo: uma reunião sobre Certificação Orgânica e duas oficinas: "Bioinsumos on farm" e "Certificação orgânica na prática" - uma excursão com a temática sistema de plantio direto de hortaliças-SPDH e Hortaliças PANC na Embrapa Hortaliças;
- Participação com palestras em três cursos de Manejo Racional de Agrotóxicos;
- Reunião estratégica com lideranças das certificadoras participativas (OPAC Cerrado, OPAC AGE), Sindiorgânicos, Instituto Brasil Orgânico e Embrapa, para discutir estratégias e ações visando a promoção do crescimento da produção e número de produtores orgânicos, bem como melhorar a estruturação do setor;



- Participação do ESORG como membro efetivo da Câmara Técnica de Agricultura Orgânica do MAPA, da Comissão de Produção Orgânica do DF (CPORG-DF) e da Câmara Setorial de Agricultura Orgânica e Agroecologia do DF (CAO);
- Acompanhamento de novo grupo de OCS que está em fase de capacitações para posterior Certificação, ligados ao Escritório Local do Paranoá. Até o momento, foram realizados três encontros com parte teórica, contendo informações básicas sobre Certificação, e parte prática envolvendo a produção de bioinsumos para fertilidade e melhoria da saúde das plantas e controle de pragas e doenças;
- Quatro oficinas de produção de caldas naturais para controle de pragas e doenças nas regiões do Gama, Brazlândia, Pipiripau e Paranoá;
- Curso sobre PANC realizado no Assentamento Renascer em Sobradinho;
- Articulação e apoio na criação da Cooperativa Nacional das Plantas Alimentícias não Convencionais – COMPANC, primeira Cooperativa do Brasil destinada à difusão e estímulo ao consumo das Plantas Alimentícias não Convencionais – PANC. Atualmente, estamos trabalhando para incluí-las nas compras públicas.
- Articulação e construção de um Acordo de Cooperação Técnica - ACT com o Instituto Federal de Brasília e elaboração de Plano de Trabalho para que o IFB passe a realizar análises de solo e água para agricultores familiares, com prioridade para os agricultores orgânicos e agroecológicos.
- Capacitação do corpo técnico, por meio de dois treinamentos, um em normas orgânicas para certificação e outro em Bioinsumos, realizado na Fazenda Malunga (Figuras 74 e 75). Também foram promovidas duas viagens técnicas (Figura 76), uma para participação no 8º HortPANC e outra para participação no Curso Regular do Método Sistema Plantio Direto de Hortalças – SPDH promovido pela EPAGRI em Florianópolis – SC).



Figura 74 - Capacitação em Certificação Orgânica para técnicos



Figuras 75 - Capacitação do corpo técnico na produção de Bioinsumos



Figura 76 - Viagem técnica Curso Regular do Método Sistema Plantio Direto de Hortalças – SPDH

2.12. PROGRAMA BRASÍLIA VERDE DE AGRICULTURA URBANA

O Programa Brasília Verde de Agricultura Urbana, executado pela Emater-DF, conquistou novo enquadramento institucional a partir da Lei nº 14.935/2024, que institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana em âmbito nacional.

Nesse contexto, foi incorporado atendimento voltado a agricultores familiares periurbanos em situação de insegurança alimentar, foram distribuídos 714 kit's de insumos de fomento produtivo (adubos e sementes) para associações de produtores familiares. A iniciativa se alinha ao propósito de ampliar a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas vulneráveis. A principal frente do programa foi o apoio ao cultivo de hortas agroecológicas urbanas, em diferentes arranjos institucionais e comunitários.

Em 2025, 164 unidades receberam insumos, abrangendo 94 escolas e creches, 26 instituições sem fins lucrativos, 4 unidades do sistema penitenciário, 7 unidades do sistema socioeducativo e 33 unidades de saúde e socioassistenciais. O conjunto reforça a função do programa de fomentar a produção de alimentos de baixo custo e fortalecer práticas sustentáveis em espaços urbanos.

Além do incentivo à produção de alimentos seguros e saudáveis, o programa priorizou a difusão de tecnologias sustentáveis no cotidiano urbano. Entre as tecnologias incentivadas, o programa institucional registra foco em captação de água de chuva e reaproveitamento de resíduos orgânicos para biodigestão e compostagem, entre outros.



Em 2025, foi implantada 1 Escola Modelo Sustentável (Escola Classe Lajes da Jiboia - Ceilândia), que recebeu um sistema de captação de água de chuva, além de horta, três unidades de biodigestores para tratamento e aproveitamento dos resíduos orgânicos e sistema fotovoltaico para suprimento das necessidades da escola. (Figuras 77, 78 e 79)



Figuras 77, 78 e 79 - Atividades da Agricultura Urbana nas Escolas

2.13. IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL - CANAIS DE IRRIGAÇÃO - DISTRITO FEDERAL

A revitalização de canais de irrigação é ação do Governo do Distrito Federal, executada pela Emater-DF em parceria com a Secretaria de Agricultura e comunidades rurais. O objetivo é recuperar infraestrutura rural, revestindo canais com tubulações de PVC ou PEAD, reduzindo perdas de água, conflitos entre usuários e promovendo uso racional da água. As intervenções são planejadas e acompanhadas por técnicos da Emater-DF, com execução em parceria com a SEAGRI e associações, e, quando necessário, com empresas de engenharia.

Em 2025, houve intervenções em 7 canais, totalizando cerca de 7,0 km de tubulações instaladas, com aproximadamente 109 produtores rurais atendidos. Os canais beneficiados incluem: Jardim II, Capão da Erva, Curral Queimado, Capão Comprido, Rodeador, Xavier e Vereda. A maior parte dos recursos em 2025 foi disponibilizada pelo ACT 01/24, com cerca de R\$ 4,5 milhões para aquisição de 15,6 km de tubulações e reservatórios de geomembrana PEAD.

Tabela 34 - Execução por canal (2025)

Canal	Situação	Meta de execução (km)	Executado (km)	Nº de propriedades atendidas
Jardim II (trecho inicial)	Concluído	0,4	0,4	36
Rodeador (Ramal 08)	Concluído	0,3	0,3	4
Capão Comprido (trecho crítico)	Concluído	0,28	0,28	3
Curral Queimado	Concluído	1,84	1,84	6
Xavier	Concluído	1,5	1,5	5
Capão da Erva	Concluído	1,14	1,32	4
Vereda	Em andamento	3,2	1,4	9
Total	-	8,4	7,0	66

Fonte: Emater-DF

As ações de revestimentos nos canais produzem impactos diretos ao favorecer a regularidade na oferta de água para cultivos. Também geram ganhos ambientais ao reduzir pressões de retirada dos mananciais e favorecer recarga de reservatórios que abastecem cidades. As intervenções reforçam o papel da infraestrutura hídrica no suporte à produção agrícola e ao uso sustentável da água (Figuras 80, 81, 82 e 83).



Figuras 80, 81, 82 e 83 - Revitalização de canais de irrigação

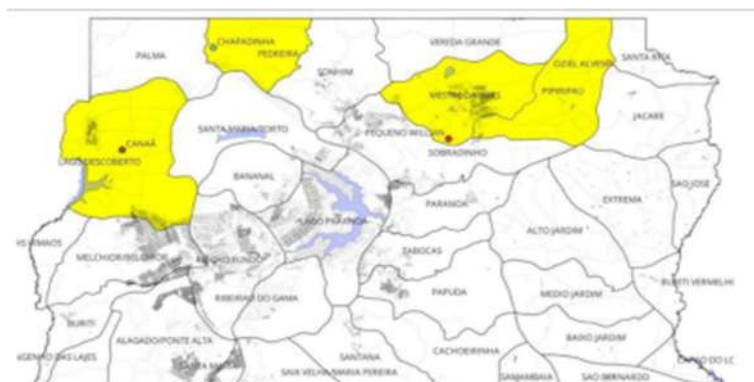
Revestimento de reservatórios. A instalação de geomembranas PEAD em reservatórios de água para irrigação busca eliminar perdas por infiltração e otimizar o uso da água nas propriedades. Por acordo de cooperação com o Comitê de Bacias Hidrográficas do São Francisco, foram adquiridos 247 kits de revestimento para reservatórios de 430 m³. Até novembro de 2025, foram escavados e instalados 50 kits, permitindo armazenamento de mais de 20,7 milhões de litros de água para irrigação e criação de peixes (Figuras 84, 85, 86 e 87).



Figuras 84, 85, 86 e 87 - Revestimento de reservatórios

2.14. IMPLANTAÇÃO DO USO DE FONTES DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

Em continuidade às ações de 2024, foi realizado estudo agrônomo com projeto e implantação de 14 hectares de açaí em sistema irrigado por microaspersão, com bombeamento fotovoltaico off-grid. O arranjo combina controle da irrigação e uso de fonte renovável desconectada da rede elétrica, favorecendo eficiência no uso de recursos e potencial economia operacional ao produtor.



Figuras 88 - Regiões contempladas com fomento efetivo e planejamento para fruticultura



2.15. CONVÊNIOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

As parcerias institucionais visam ao fortalecimento da Emater-DF e são fundamentais ao desenvolvimento das atividades de ATER no Distrito Federal. Em 2025, foram celebrados 06 (seis) Acordos de Cooperação Técnica e 01 (um) Acordo de Cooperação – MROSC (Decreto Distrital nº 37.843/2016). A seguir detalhamento dos instrumentos celebrados no período:

- Acordo celebrado entre Emater-DF e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal (CREA-DF), com objeto de troca de informações e dados úteis e/ou necessários ao desempenho de competências do CREA-DF e da Emater-DF.
- Acordo de Cooperação celebrado entre Emater-DF e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal (SEAPE-DF), visando à utilização de espaços nos estabelecimentos penais para capacitação profissional e oferta de trabalho às pessoas presas do sistema penitenciário do DF.
- Acordo de Cooperação celebrado entre Emater-DF e o SICOOB Credibrasília, com finalidade de conjugar assistência técnica e crédito rural no DF e região econômica, podendo ser estendido a outras localidades, mediante condições requeridas.
- Acordo de Cooperação celebrado entre Emater-DF e a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUS), voltado à promoção de acesso à alimentação saudável a adolescentes e jovens em medidas socioeducativas (internação, semiliberdade e meio aberto), bem como a pessoas em situação de violação de direitos e comunidades vulneráveis assistidas pela SUBDHIR.
- Acordo de Cooperação celebrado entre Emater-DF e a SEAGRI-DF, para compartilhamento mútuo de dados pessoais de produtores rurais do DF armazenados nos bancos de dados dos partícipes.
- Acordo de Cooperação celebrado entre Emater-DF e a UNB, para utilização e compartilhamento de tecnologias, infraestrutura, instalações, recursos humanos, materiais, informações e dados, visando implementação conjunta de projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão, prioritariamente para fortalecer a inovação agropecuária no DF.
- Acordo de Cooperação celebrado entre Emater-DF e a Cootaquara, com objeto de conjugação de esforços para planejar, coordenar e executar ações específicas de extensão rural e inovação tecnológica, a ser executado na Chácara nº 39 do Núcleo Rural Taquara.
- Não foram firmados contratos de repasse.

No que se refere a convênios, a captação de recursos por transferências legais cumpre papel relevante no apoio às atividades da Emater-DF, por fomentar ATER, capacitação de técnicos e produtores e investimentos em infraestrutura, veículos e equipamentos. A seguir, apresentam-se os convênios firmados, com número, processo SEI, objeto, contraparte, valor e vigência:

Número do Convênio	CONVÊNIO 951757/2023
Processo SEI	00072-00002930/2023-95
Objeto	Viabilizar ações de formação e capacitação de caráter não continuado aos produtores familiares, por meio da ampliação da estrutura de apoio, com a aquisição de mobiliários e equipamentos para salas de treinamento e reuniões e equipamentos para Unidade didática de agroindústria.
Contraparte	MDA
Valor	R\$ 199.063,58
Vigência	26/12/2023 a 26/09/2026

Número do Convênio	CONVÊNIO 942861/2023
Processo SEI	00072-00002516/2023-86
Objeto	Aquisição de computadores e veículos, visando ações de formação e capacitação de caráter técnico não continuado aos produtores familiares.
Contraparte	MDA
Valor	R\$ 966.069,12
Vigência	26/12/2023 a 26/09/2026

Número do Convênio	CONVÊNIO 956158/2024
Processo SEI	00072-00001016/2024-16



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Número do Convênio	CONVÊNIO 956158/2024
Objeto	Aquisição de computadores e veículos, visando ações de formação e capacitação de caráter técnico não continuado aos produtores familiares
Contraparte	MAPA
Valor	R\$ 604.068,63
Vigência	20/08/2024 a 20/08/2026

Número do Convênio	CONVÊNIO 959758/2024
Processo SEI	00072-00001016/2024-16
Objeto	Viabilizar a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) aos produtores familiares, por meio da ampliação da estrutura de apoio.
Contraparte	MDA
Valor	R\$ 517.450,00
Vigência	01/05/2024 a 01/05/2026

Número do Convênio	CONVÊNIO 969292/2024
Processo SEI	00072-00003768/2024-11
Objeto	Viabilizar o atendimento ao produtor rural, ampliando a estrutura de apoio, com a aquisição de veículos utilitários.
Contraparte	MDA
Valor	R\$ 984.876,62
Vigência	30/12/2024 a 30/12/2026

Número do Convênio	CONVÊNIO 971483/2024
Processo SEI	00072-00004435/2024-00
Objeto	Apoio a execução de obras e serviços de engenharia para o fomento aos setores agropecuário e de agroindústria, conforme detalhado no Plano de Trabalho.
Contraparte	MAPA
Valor	R\$ 2.868.000,00
Vigência	31/12/2024 a 31/08/2027

Número do Convênio	CONVÊNIO 973503/2024
Processo SEI	00072-00004515/2024-57
Objeto	Estimular por meio de fomento produtivo, na forma de distribuição gratuita de sementes, fertilizantes e corretivos de solo a produção de alimento para consumos e comércio de excedentes destinada aos produtores periurbanos da agricultura familiar em situação de insegurança alimentar.
Contraparte	MAPA
Valor	R\$ 499.882,80
Vigência	31/12/2024 a 31/12/2026

Número do Convênio	CONVÊNIO 966303/2024
Processo SEI	00072-00002392/2024-10
Objeto	A integração de esforços entre as Partícipes, para a execução do "Diagnóstico da cadeia produtiva de café no DF e capacitação de extensionistas da EMATER-DF por meio de transferência de tecnologia, ficando o CONVENIENTE responsável pela execução deste instrumento.
Contraparte	EMBRAPA
Valor	R\$ 200.000,00
Vigência	28/07/2025 a 28/07/2027

Número do Convênio	CONVÊNIO 976330/2025
Processo SEI	00072-00002272/2025-01
Objeto	Aquisição de equipamentos para o diagnóstico da cadeia produtiva do café no Distrito Federal.
Contraparte	EMBRAPA
Valor	R\$ 300.000,00
Vigência	28/07/2025 a 28/07/2027



2.16. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Em 2025, a área internacional da Emater-DF promoveu agenda interinstitucional com Agência Brasileira de Cooperação - ABC, Centro de Excelência contra a Fome, Programa Mundial de Alimentos - PMA e Secretaria Extraordinária de Relações Internacionais - SERINTER, incluindo reuniões de aprofundamento, para alinhar iniciativas, além de mapear demandas e recursos. Entre as iniciativas, houve a tradução para os idiomas francês, inglês e espanhol da legislação vigente sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e publicações institucionais, como o Livro Emater - 30 anos. Como destaque, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) convidou a Emater-DF para participar da missão internacional integrando a delegação brasileira na II Reunião do Comitê Gestor do Programa Desenvolvimento de Regiões Irrigadas e Políticas de Apoio à Agricultura Familiar de Angola, realizada na Cidade de Luanda, Angola, durante os dias 3 e 6 de novembro de 2025, inteiramente custeada por aquela Agência. Em 2025, a Emater-DF recebeu 8 comitivas dos seguintes países: Malawi, África do Sul, Congo, Benin, Nigéria, Angola, Paquistão e Etiópia.

PROGRAMAÇÃO	ORÇAMENTÁRIA	NÃO	EXECUTADA
20.606.6201.2173.0061 - (EPI) IMPLANTAÇÃO DE HORTAS ESCOLARES COM CAPTAÇÃO DE ÁGUA DA CHUVA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL: Alteração orçamentária com cancelamento da dotação			
20.608.6201.2620.0014 - (EPI) AQUISIÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS: Alteração orçamentária com cancelamento da dotação			
20.606.6201.3724.0017 - (EPI) IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL: Alteração orçamentária com cancelamento da dotação			
20.606.6201.3724.0018 - (EPI) APOIO ÀS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DA EMATER: Alteração orçamentária com cancelamento da dotação			
20.606.6201.3773.0001 - IMPLANTAÇÃO DO USO DE FONTES DE ENERGIAS RENOVÁVEIS: Alteração orçamentária com cancelamento da dotação			
25.752.6201.3773.0007 - (EPI) INSTALAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA: Alteração orçamentária com cancelamento da dotação			
20.606.6201.4119.0001 - (***) MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO: Alteração orçamentária com cancelamento da dotação			

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10757 - COBERTURA DE ATENDIMENTO A PRODUTORES RURAIS	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	55,00	48,00	57,00	42,40	59,00	X	60,00	X	SISTEMA INFORMATIZADO EMATERWEB
Justificativa: 2024 - Em 2024 o percentual de produtores atendidos (número de produtores atendidos/número total de produtores) foi de 48%, índice inferior ao desejado. O principal fator que contribuiu para esse resultado foi a redução no número de extensionistas de campo, causada pela adesão ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) durante o ano, o que consequentemente impactou no número de produtores atendidos. Apesar dos esforços das equipes locais em atender os produtores por meio de busca ativa, o resultado ainda foi aquém do esperado. 2025 - No ano de 2025 o percentual de produtores atendidos (número de produtores atendidos/número total de produtores) foi de 42,4%, sendo inferior ao índice desejado. Este resultado foi influenciado, em parte, pela redução no quadro de profissionais, principalmente no número de extensionistas de campo, que aderiram ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) no início de 2025. Além disso, há que se levar em consideração também os processos de regularização de assentamentos de reforma agrária ocorridos ao longo do ano de 2025, que geraram aumento do número de produtores cadastrados em nosso sistema de informação (EmaterWeb), o que consequentemente impactou sobremaneira no número de demandas de atendimentos e que, apesar dos esforços das equipes locais, o resultado ainda foi aquém do esperado.													
10758 - NÚMERO DE ATENDIMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS DA EMATER-DF	UNIDADE	166974,00	01/12/2022	Anual	170000,00	176807,00	170000,00	160690,00	170000,00	X	170000,00	X	SISTEMA INFORMATIZADO EMATERWEB
Justificativa: 2024 - Em 2024 o número de atendimentos realizados foi de 176.807, o que superou o índice desejado para o mesmo período. Apesar da redução do número de extensionistas de campo, por conta da adesão ao Plano de Demissão Voluntária, este resultado foi positivo por conta de implementação de novas metodologias, como o atendimento remoto/digital, além de aumento dos atendimentos nos escritórios locais, aumento na demanda de atividades como projetos de crédito e de fomentos, e atividades coletivas como cursos e reuniões técnicas. 2025 - Em 2025 realizamos 160.690 atendimentos, sendo este número inferior ao índice desejado. Este resultado foi influenciado, em parte, pela redução no quadro de profissionais, principalmente no número de extensionistas de campo, que aderiram ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) no início de 2025.													



6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	10000,0	5074,0	0	0
0019 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA - DISTRITO FEDERAL	10000,0	5074,0	0	0
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	10000,00	5074,00	0,00	0,00

Programação Orçamentária não Executada

20.122.6203.2619.0000 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA: Não conclusão da contratação de plataforma digital para promoção de saúde e bem-estar aos empregados.
20.122.6203.2619.0019 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA - DISTRITO FEDERAL: Não conclusão da contratação de plataforma digital para promoção de saúde e bem-estar aos empregados.

6210 - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3043 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS	900000,0	894113,0	891945,0	891945,0
5612 - SANEAMENTO BÁSICO	500000,0	500000,0	497832,5	497832,5
5613 - INSTALAÇÃO DE SISTEMA SIMPLIFICADO DE SANEAMENTO RURAL	400000,0	394113,0	394112,5	394112,5
4116 - DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL	70000,0	69910,80	65106,6	8397,1
0001 - DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL-EMATER-DF ENTORNO	70000,0	69910,80	65106,6	8397,1
4049 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM GESTÃO AMBIENTAL	95203,0	730396,57	24752,00	24752,0
0001 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM GESTÃO AMBIENTAL - DF ENTORNO	95203,0	730396,57	24752,00	24752,0
7316 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	72995,0	754741,0	754740,06	754740,06
0001 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO-DISTRITO FEDERAL	72995,0	754741,0	754740,06	754740,06
TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	1138198,00	2449161,37	1736543,66	1679834,16

Programação Orçamentária Realizada

2.17. DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL

A Gestão Ambiental da Emater-DF atua como diretriz administrativa e operacional orientada à adequação ambiental de imóveis rurais e à mitigação de impactos dos processos produtivos. Suas linhas de atuação incluem regularização fundiária, conservação de água e solo, a adequação ambiental dos imóveis rurais conforme a legislação ambiental vigente, educação ambiental e apoio técnico para conformidade ambiental (CAR, licenciamento, DCAA e outorgas), por meio de articulações interinstitucionais.



2.17.1. Regularização Fundiária

Em 2025, a atuação em Regularização Fundiária orientou 1.349 ocupantes de terras públicas rurais, com histórico anual de 1.195 (2020), 1.283 (2021), 1.025 (2022), 971 (2023) e 1.400 (2024). Considerando o período de 2020 até 2025, o ano de 2025 corresponde a 19% do total de orientações, conforme Tabela 35. As ações envolveram análise de proposta técnica de uso do solo, elaboração de Plano de Utilização (P.U.), suporte em editais e intermediação documental com a ETR, alinhando-se ao escopo institucional de “auxiliar o produtor rural” em requerimentos e “Planos de Utilização (P.U.)”.

Tabela 35 - Total de orientados em regulação fundiária e percentuais no período 2020-2025		
Ano	Orientados	Percentual
2020	1.195	17%
2021	1.283	18%
2022	1.025	14%
2023	971	13%
2024	1.400	19%
2025	1.281	19%

Fonte: Emater-DF/Gestão Institucional.

2.17.2. Campanhas Educativas - embalagens de agrotóxicos

Foram realizadas 3.700 orientações técnicas em 2025, com foco em recolhimento de embalagens de agrotóxicos, prevenção e combate a incêndios florestais e educação ambiental continuada (Figuras 89 e 90). As metodologias incluíram palestras técnicas, material informativo e ações práticas de conscientização com registro histórico de 1.776 (2020); 6.962 (2021); 3.868 (2022); 2.949 (2023); 2.983 (2024) e 3.700 (2025), conforme Tabela 36.

Tabela 36 - Total de orientados em campanhas de recolhimento de embalagens vazias, período 2020-2025	
Ano	Orientados
2020	1.776
2021	6.962
2022	3.868
2023	2.949
2024	2.983
2025	3.700

Fonte: Emater-DF/Gestão Institucional



Figura 89 e 90 - Campanha de recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos no Núcleo Rural Jardim e Taquara

2.17.3. Conservação de Água e Solo

Foram orientados 5.227 produtores rurais em 2025, com linhas de trabalho que abrangeram controle de erosão, reflorestamento de área de preservação permanente (APP), recuperação de Reserva Legal, construção de terraços e adequação de estradas rurais. Também foram desenvolvidas ações de revitalização de canais de irrigação/abastecimento, alocação negociada de água e intervenções em microbacias, apoiadas por técnicas como levantamento planialtimétrico e conservação de microbacias e revestimento de reservatórios (Figuras 91 e 92).



Figura 91 - Plantio direto com presença terraço em curva nível



Figura 92 - Terraço em curva nível

2.17.4. Compostos Orgânicos

Foram registradas 4.775 orientações técnicas em 2025, relacionadas a materiais como Composto Orgânico de Lixo (COL), lodo de esgoto e restos de podas vegetais. Os benefícios ambientais observados são a reciclagem de resíduos urbanos, a redução de custos de produção e a promoção da agricultura de baixo impacto. Exemplos práticos envolvem a compostagem de lodo de esgoto na Unidade de Gerenciamento de Lodo (UGL) da CAESB, resultando em produtos finais como o Lodo Classe A. O histórico de orientações foi de 3.556 (2020), 4.730 (2021), 5.219 (2022), 4.846 (2023), 4.290 (2024) e 4.775 (2025), conforme Tabela 37.

Tabela 37: Total de orientações sobre utilização de compostos orgânicos, no período 2020-2025	
Ano	Orientações
2020	3.556
2021	4.730
2022	5.219
2023	4.846
2024	4.290
2025	4.775

Fonte: Emater-DF/Gestão Institucional

2.17.5. Adequação da propriedade rural, conforme a legislação Ambiental

Foram registrados 5.770 atendimentos, beneficiando 1.385 produtores rurais, com serviços como PIP, CAR, licenciamento de atividades agropecuárias, DCAA e outorga de recursos hídricos.

Destaca-se a elaboração e retificação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), um serviço essencial para a regularização ambiental das propriedades rurais. Em 2025, foram realizados 682 atendimentos, beneficiando diretamente 346 produtores rurais. Esse serviço tem um impacto significativo, ao facilitar o processo de adequação das propriedades à legislação ambiental vigente, promovendo a conformidade e garantindo a segurança jurídica para os produtores no contexto das exigências ambientais.

2.18. PROGRAMA EMATER-DF NO CLIMA

Nas últimas décadas, as mudanças climáticas tornaram-se uma preocupação global. Atualmente, vivenciamos extremos climáticos, e o Distrito Federal não está imune a esses desafios. Nesse contexto, a Emater-DF reconhece que os produtores rurais podem desempenhar um papel fundamental na proteção do clima, ao adotarem práticas conservacionistas para se adaptarem às mudanças climáticas. Diante desse cenário, idealizou-se o Programa Emater-DF no Clima, voltado à adaptação às mudanças climáticas no âmbito da Emater-DF. Seu objetivo é transformar o Distrito Federal em referência nacional, fortalecendo os produtores rurais como agentes protetores do clima, preparando-os para os desafios climáticos, inserindo-os no mercado de carbono e contribuindo para a segurança hídrica, a preservação do Cerrado e o desenvolvimento rural sustentável. Entende-se que o uso correto e o manejo da água e do solo na produção agropecuária do Distrito Federal promovem a sustentabilidade dos sistemas ecológicos, refletindo diretamente no clima local. Assim, como braços operacionais do Programa Emater-DF no Clima, destacam-se os seguintes projetos:



- **Plantar Cerrado** – adoção de práticas conservacionistas pelos produtores rurais do Distrito Federal;

- **Fazendas de Carbono** – inserção dos produtores rurais do Distrito Federal no mercado de carbono;

- No âmbito do Programa Emater-DF no Clima, a Emater-DF atua como parceira dos seguintes projetos:

- **Produtor de Água** – incentivo à adoção de práticas de conservação do solo e da água pelos produtores rurais das bacias do Pípiripau e Descoberto, com foco na proteção de nascentes, recarga hídrica e segurança dos recursos hídricos;

- **Ser Natureza** - promoção da restauração ambiental e da conservação dos recursos naturais em áreas rurais, com foco na recomposição vegetal, na proteção de nascentes e na adoção de práticas sustentáveis pelos produtores rurais.

No ano de 2025, foi firmado Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade de Brasília (UnB), com o objetivo de promover a integração de esforços institucionais voltados à temática das mudanças climáticas no Distrito Federal. A parceria visa à cooperação em um projeto unificado de pesquisa e extensão, estabelecendo a conexão entre as evidências científicas relacionadas às mudanças do clima e ao aquecimento global e as ações de campo desenvolvidas pela Emater-DF.

Ainda em 2025, foi iniciada a Caravana Emater-DF no Clima, que consistiu na realização de visitas aos Escritórios Locais da Emater-DF, com o objetivo de apresentar os projetos de forma mais detalhada aos técnicos e identificar produtores rurais potenciais para a implementação dos Projetos Plantar Cerrado e Fazendas de Carbono. A Caravana realizada no referido ano contemplou os Escritórios do Gama, Vargem Bonita, Alexandre Gusmão, Planaltina e Paranoá.



Figura 93 - Selo do Programa Emater-DF no Clima.

2.18.1. Programa Produtor de Água

O Programa Produtor de Água foi criado em 2001, pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), com foco na revitalização ambiental de bacias hidrográficas. Sua implementação no Distrito Federal ocorreu na bacia do ribeirão Pípiripau em 2012 e na bacia do rio Descoberto em 2019. Os produtores rurais aderem voluntariamente ao programa, tornando-se parceiros e elegendo áreas de suas propriedades como objetos de remuneração via Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). A Emater-DF divulga o programa durante visitas às propriedades rurais, auxiliando na inscrição e na elaboração do Projeto Individual da Propriedade (PIP), além de oferecer acompanhamento e suporte na implantação das práticas conservacionistas. As práticas conservacionistas implantadas nas bacias incluem plantio de mudas, construção de terraços, readequação de estradas, construção de bacias de contenção, plantio direto, recomposição vegetal e instalação de cercas.

No ribeirão Pípiripau, foram contratados 210 produtores rurais, resultando na implantação de 1.300 hectares de terraços, na readequação de 134 km de estradas, na construção de 1.300 bacias de contenção, na adoção de plantio direto em 2.100 hectares, no plantio de mais de 400.000 mudas, na recomposição vegetal de 250 hectares e na instalação de 40 km de cercas. Em continuidade a essas ações, no rio Descoberto inscreveram-se 68 produtores rurais, com a elaboração de 45 Projetos Individuais de Propriedade (PIPs), a formalização de 9 contratos



e a implantação de 10 km de cercas, além da construção de 8 metros de terraços, da readequação de 5,45 km de estradas rurais internas, da implantação de 37 bacias de infiltração e de 2 fossas biodigestoras.



Figura 94 - Bacias de infiltração localizadas na bacia hidrográfica do ribeirão Pipiripau

Complementando essas ações no âmbito do Projeto Produtor de Água na bacia do Rio Descoberto, foi firmado convênio entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a Emater-DF, com o objetivo de implantar 07 Unidades Demonstrativas de irrigação, capacitar produtores rurais, auxiliar na construção de terraços e adquirir equipamentos para elaboração de Projetos Individuais de Propriedade (PIPs). No ano de 2025, executou-se a instalação de uma Unidade Demonstrativa de Irrigação, bem como a gravação dos Cursos EAD “Como Ganhar Mais Dinheiro com Irrigação Eficiente Parte 01 e Parte 02” (Figura 96), essenciais para o apoio técnico aos produtores rurais.



Figura 95 - Entrega do medidor de água bruta, item que compõe a Unidade Demonstrativa de Irrigação



Figura 96 - Gravação das aulas para o Curso EAD “Como Ganhar Mais Dinheiro com Irrigação Eficiente

2.18.2. Projeto Ser Natureza

O Projeto Ser Natureza é uma iniciativa do Ministério Público do Estado de Goiás que busca construir soluções para os problemas ambientais por meio da educação ambiental e da formação de redes sociais e do fortalecimento da interlocução com a sociedade civil e os poderes constituídos, como estratégia extrajudicial para a efetivação das políticas públicas na área ambiental. Voltado à proteção, recuperação e conservação dos recursos naturais, o projeto prioriza a recomposição de áreas degradadas, a preservação da biodiversidade e o incentivo a práticas sustentáveis, por meio de ações integradas de restauração ecológica, mobilização social e promoção do uso responsável do meio ambiente.

Na Bacia do Ribeirão Santa Maria, no Distrito Federal - responsável pelo abastecimento hídrico da cidade de Novo Gama - o projeto conta com a Emater-DF como uma de suas principais parceiras para a implementação das ações em campo, fortalecendo o engajamento dos produtores rurais, a adoção de práticas conservacionistas e a proteção dos recursos hídricos essenciais à segurança hídrica da região. No ano de 2025, a Emater-DF participou das reuniões agendadas, contribuiu com o levantamento de informações e realizou visita ao local na Bacia do Ribeirão Santa Maria, incluindo a área da voçoroca situada em sua nascente.

Essas iniciativas reforçam o compromisso da Emater-DF com a adaptação climática, consolidando os produtores rurais como protagonistas na preservação ambiental e no desenvolvimento rural sustentável do Distrito Federal.



6217 - DF MAIS SEGURO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	441000,0	340858,0	337056,35	337056,35
0007 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-EMATER-DISTRITO FEDERAL	441000,0	340858,0	337056,35	337056,35
TOTAL - 6217 - DF MAIS SEGURO	441000,00	340858,00	337056,35	337056,35

Programação Orçamentária Realizada

2.19. FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA

O Decreto nº 43.824, de 7 de outubro de 2022, instituiu o Programa Ressocializa-DF, destinado aos sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, revogando o Decreto nº 24.193, de 5 de novembro de 2003, que criou o programa Reintegra Cidadão. Ambos têm o propósito de promover a ressocialização e a inserção social dos apenados por meio da qualificação profissional e do oferecimento de trabalho remunerado.

Em conformidade com a legislação vigente, a Emater-DF, para executar atividades de manutenção predial e serviços correlatos, buscou mão de obra por meio da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP). Essa parceria viabilizou a contratação de profissionais vinculados ao programa, contribuindo para a reintegração social e gerando economia ao erário, em razão das vantagens orçamentárias e financeiras associadas a esse modelo de contratação. Para ampliar a efetividade do programa, manteve-se o quantitativo de 12 profissionais, com atuação em jardinagem, recepção, lavagem de veículos e carregamento.

8201 - AGRICULTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	100000,0	100000,0	100000,0	0
0047 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS--DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,0	100000,0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1020000,0	2888000,0	0	0
9881 - CONSTRUÇÃO DO ESCRITÓRIO LOCAL DA EMATER DF EM SOBRADINHO.	1000000,0	0,0	0	0
0046 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-EMATER-DISTRITO FEDERAL	20000,0	2888000,0	0	0
2239 - CONCESSÃO DE BOLSA DO MENOR APRENDIZ	162005,0	157250,25	135707,46	135118,37
0001 - CONCESSÃO DE BOLSA DO MENOR APRENDIZ-ÁREA FIM - CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAL-DISTRITO FEDERAL	18188,0	14106,14	4269,66	3969,66



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0002 - CONCESSÃO DE BOLSA DO MENOR APRENDIZ-ÁREA MEIO - CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAL-DISTRITO FEDERAL	143817,0	143144,11	131437,80	131148,71
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	800000,0	222672,00	222397,40	106705,30
5338 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EMATER-DF ENTORNO	800000,0	222672,00	222397,40	106705,30
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	24000,0	2000,0	0	0
0016 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-ÁREA FIM - MATER-DISTRITO FEDERAL	12000,0	1000,0	0	0
0017 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-ÁREA MEIO - EMATER-DISTRITO FEDERAL	12000,0	1000,0	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	256000,0	216603,00	200160,52	181964,11
0037 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO--DISTRITO FEDERAL	256000,0	216603,00	200160,52	181964,11
2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	730000,0	734544,00	723072,54	671453,70
0002 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS--DF ENTORNO	730000,0	734544,00	723072,54	671453,70
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	5015000,0	1000,00	0	0
9699 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-EMATER-DISTRITO FEDERAL	5015000,0	1000,00	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	241415,0	391247,97	365958,83	365958,83
0016 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-EMATER-DISTRITO FEDERAL	241415,0	191247,97	175828,71	175828,71
0083 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - APOIO A CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DA EMATER-DF - DISTRITO FEDERAL	0	30000,0	30000,00	30000,0
0100 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-Apoio a capacitação de Servidores da EMATER-DISTRITO FEDERAL	0	170000,0	160130,12	160130,12
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	135483724,0	130433724,00	129745604,67	129725546,82



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0090 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ÁREA FIM - EMATER-DISTRITO FEDERAL	77428646,0	75403646,00	75348868,99	75333605,17
0091 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ÁREA MEIO-DISTRITO FEDERAL	58055078,0	55030078,00	54396735,68	54391941,65
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	5637017,0	4730071,00	4730068,86	4730068,86
0077 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ÁREA FIM - EMATER-DISTRITO FEDERAL	3755318,0	2831814,00	2831813,26	2831813,26
0078 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ÁREA MEIO - EMATER-DISTRITO FEDERAL	1881699,0	1898257,00	1898255,60	1898255,60
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1143000,0	1187736,36	1132530,46	982930,95
0093 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-EMATER-DISTRITO FEDERAL	1143000,0	1187736,36	1132530,46	982930,95
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	440000,0	324396,75	324396,69	278801,37
2607 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-EMATER-DISTRITO FEDERAL	440000,0	324396,75	324396,69	278801,37
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	125000,0	59433,0	46493,20	33452,97
0003 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-EMATER-DISTRITO FEDERAL	125000,0	59433,0	46493,20	33452,97
TOTAL - 8201 - AGRICULTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO	151177161,00	141448678,33	137726390,63	137212001,28

Programação Orçamentária Realizada

2.20. CONCESSÃO DE BOLSA DO MENOR APRENDIZ

O Programa Jovem Aprendiz da Emater-DF visa à contratação de jovens de 14 a 24 anos para atividades teóricas e práticas, com curso de aprendizagem profissional sob orientação de entidade qualificada. Em 2025, a Emater-DF manteve 09 aprendizes, em parceria com o Instituto Fecomércio. A instituição parceira permaneceu responsável pela qualificação dos jovens contratados.

2.21. CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO

Destaca-se que o programa de estágio da Emater-DF é executado pelo contrato corporativo nº 052037/2024, firmado entre a Secretaria de Estado de Economia (SEEC-DF) e o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE). O programa oferece oportunidades de estágio curricular e extracurricular a estudantes regularmente matriculados, com objetivo de complementar estudos por prática profissional. Em 2025, foram contratados 66 estagiários nas áreas: Medicina Veterinária (11), Agronomia (20), Zootecnia (3), Nutrição (7), Administração (3), Gestão Pública (8), Gestão do Agronegócio (2), Ensino Médio (4), Contabilidade (1), Serviço



Social (2), Designer Gráfico (2), Jornalismo (2) e Técnico Subsequente em Administração (1). As contratações buscaram apoiar rotinas e fortalecer áreas técnicas e administrativas.

2.22. MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO

A Emater-DF conta, em sua estrutura, com o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, ambos classificados como órgãos responsáveis pela orientação estratégica, pelo controle e pela fiscalização da gestão administrativa, financeira e patrimonial da Empresa. O Conselho de Administração é o órgão de administração superior da Emater-DF, de natureza normativa e deliberativa, incumbido da orientação geral e do controle administrativo da Empresa. De acordo com o Estatuto da empresa, o colegiado conta com 8 (oito) membros, observada a representatividade institucional prevista no Estatuto Social, com mandato de dois anos, admitidas reconduções, conforme as normas vigentes. No exercício de 2025, o Conselho de Administração reuniu-se de forma ordinária, com periodicidade mensal, deliberando sobre matérias estratégicas e administrativas, tais como planejamento e acompanhamento da gestão da Diretoria Executiva, aprovação de diretrizes, orçamentos, políticas e demais assuntos de sua competência estatutária.

O Conselho Fiscal, por sua vez, é o órgão responsável pela fiscalização dos atos e fatos administrativos da Empresa, com foco nas áreas econômica, financeira, contábil e patrimonial. É composto por 3 (três) membros, eleitos na forma estatutária, com mandato até a primeira assembleia geral ordinária subsequente à eleição, admitida recondução, observados os requisitos legais e regimentais. Durante o exercício de 2025, o Conselho Fiscal também manteve funcionamento regular, com a realização de reuniões mensais, no âmbito das quais exerceu suas atribuições de acompanhamento da execução orçamentária e financeira, exame de demonstrações contábeis, emissão de pareceres e demais atividades previstas no Estatuto e no Regimento Interno.

2.23. MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) exige presença contínua, com deslocamentos para atendimento, orientação e acompanhamento *in loco* nos diversos territórios rurais do Distrito Federal. Nesse contexto, a frota institucional sustenta a capilaridade do serviço e reduz barreiras de acesso dos produtores. Assim, a execução orçamentária vinculada à manutenção da frota justifica-se por garantir a continuidade do atendimento aos produtores rurais. Registra-se na realização físico-financeira o total de 197 veículos como frota oficial.

2.24. CAPACITAÇÕES - DESENVOLVIMENTO DE EMPREGADOS

A Emater-DF promove o desenvolvimento de seus empregados por meio do Plano Anual de Treinamento e Desenvolvimento (T&D), buscando aprimorar competências técnicas, operacionais e comportamentais alinhadas à sua missão. As ações do plano são organizadas nas seguintes categorias:

- **Internas:** Ministradas pelo próprio corpo técnico da empresa.
- **Internas com parceria:** Organizadas em conjunto com outras instituições, podendo incluir instrutores externos.
- **Externas:** Participação dos colaboradores em cursos e eventos gratuitos oferecidos por outras organizações.
- **Contratadas:** Cursos e eventos de instituições privadas, adquiridos por meio de contratação (modalidades *in company* ou abertas).
- **Online:** Cursos gratuitos realizados por iniciativa do empregado ou previstos no plano de T&D.
- **Resultados de 2025**
 - Em 2025, foram executadas um total de 46 ações de capacitação, totalizando 380 participações de empregados, com repetição. A seguir, os destaques por categoria:
 - **Ações Internas:** Curso de Técnicas de Nivelamento e Utilização de Equipamentos na Topografia.
 - **Parcerias:** Curso de Elaboração de Rotulagem (com SEAGRI/DIPOVA) e Workshop para Executores de Contratos (com CGDF).
 - **Ações Externas:** Curso de Uso da Inteligência Artificial no Serviço Público (ofertado pela EGOV-DF).



• **Ações Contratadas:** Seminário de Contratações de Estatais, Curso de Fabricação de Produtos Lácteos e Formação de Preços em Contratos.

Integração de Novos Empregados.

Em 2025, a Emater-DF contratou 15 novos empregados públicos para o quadro permanente. Para recebê-los, foi promovido um curso de ambientação, com o objetivo de apresentar o funcionamento, as políticas e as normas institucionais da Emater-DF (Figura 97).



Figura 97 - Curso de Ambientação para os novos empregados

2.25. GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Além da infraestrutura, foram garantidos o suporte e a manutenção dos sistemas legados da instituição, em especial o EmaterWeb. Destaca-se a evolução da plataforma de assistente virtual (*chatbot*) institucional, que passou a incorporar novos fluxos voltados a recomendações técnicas e orientações de assistência técnica. A plataforma realizou 4.569 atendimentos entre janeiro e novembro de 2025, representando aumento de 400% em relação a 2024. A mesma solução tecnológica também viabilizou a avaliação de 2.263 atendimentos realizados pela Emater-DF. Dentre as avaliações registradas, 86% atribuíram o conceito "Excelente", indicando percepção positiva de eficiência e satisfação do público atendido. Além disso, foram mantidos de forma contínua, os serviços de impressão, telefonia e internet. Essas soluções asseguraram disponibilidade, estabilidade e suporte às demandas internas e externas. Trata-se da base tecnológica para emissão de documentos técnicos, comunicação institucional e acompanhamento das ações de extensão rural.

2.26. PUBLICIDADE E PROPAGANDA – COMUNICAÇÃO

O orçamento da Emater-DF prevê apenas publicações de atos legais, dentre elas as publicações obrigatórias no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) e no Diário Oficial da União (DOU), totalizando 239 publicações relacionadas principalmente à divulgação de editais de pregão eletrônico, extratos de contratos administrativos, extratos de prorrogação de convênios e à publicação de recursos administrativos em processos licitatórios, entre outros atos administrativos.

A comunicação social da Emater-DF tem como propósito estabelecer e manter canais efetivos de diálogo com a sociedade e com a imprensa; consolidar diretrizes internas de comunicação; fortalecer a credibilidade institucional; disseminar informações de interesse dos diversos públicos da empresa; e ampliar o reconhecimento da qualidade dos serviços prestados. Também busca assegurar transparência aos atos da gestão, aprimorar o fluxo interno de informações, alinhar discursos e práticas à missão e à visão da Emater-DF e promover articulação ágil e institucionalizada com órgãos e agentes governamentais. A presença qualificada na mídia proporciona visibilidade institucional, contribui para a construção da imagem e identidade da Emater-DF e reforça seu papel como agente público. Como instrumento estratégico, o noticiário permite à empresa participar do debate público, influenciar agendas, esclarecer demandas, informar e prestar contas à sociedade. O Plano de



Publicidade e Propaganda está disponível em: <https://emater.df.gov.br/plano-de-publicidade-e-propaganda-2017>

Tabela 39 - Indicadores de Comunicação da Emater-DF em 2025

Indicador	Total
Matérias publicadas no site	234 notícias publicadas
Atendimentos à imprensa:	444 atendimentos realizados
Emater-DF na mídia:	886 citações registradas
Agro Na Prática (O quadro visa divulgar conteúdos técnicos sobre cultivos e criações)	2 temas: PANC e Manejo de Irrigação.
Podcast Boletim do Campo (O podcast possui dois programas: Conversa com Extensionista e Histórias e Saberes do Campo)	1 episódio

Fonte: Assessoria de comunicação — (01/01/2025–01/12/2025)

Redes Sociais - As redes sociais da Emater-DF consolidaram-se como canais digitais de ampla divulgação institucional, garantindo que públicos interno e externo tenham acesso remoto a conteúdos informativos, educativos e de utilidade pública.

- **X** (antigo *Twitter*): Redução de 1.421 seguidores (2024) para 1.406 seguidores em 2025, considerando o baixo alcance da rede para o nicho da Emater-DF.

- **Facebook**: Entre janeiro e dezembro de 2025, foram conquistados 126 novos seguidores, totalizando 8.260. Nesse período, foram publicados mais de 148 posts, 37 stories e 32 reels.

- **Instagram**: Em 2025, o perfil alcançou 20,3 mil seguidores, ante 16,9 mil em dezembro de 2024. Durante o ano, foram publicados mais de 500 *stories* e 370 *posts* no *feed*, entre vídeos, *cards* e notícias.

- **LinkedIn**: Com foco no público profissional, a rede registrou quatro publicações entre janeiro e dezembro de 2025 e 121 novos seguidores, passando de 891 (2024) para 1.012 seguidores em 2025.

- **YouTube**: Entre janeiro e 4 de dezembro de 2025, o canal cresceu de 10,5 mil para 11,1 mil inscritos. Foram publicados 10 vídeos, com destaque para o programa Agro na Prática, o mais visualizado do período. A menor frequência de publicações deve-se ao volume de demandas de diagramação e outras demandas de comunicação, que inviabilizaram a continuidade da TV Emater-DF.

Artes, Publicações e Vídeos - Produções realizadas pela Emater-DF em 2025:

- Artes para redes sociais: 497
- Vídeos: 96
- *Banners*: 70
- *Folders*: 25
- Apresentações em *PowerPoint*: 13
- Papéis de parede: 18
- Diagramações: 29
- Materiais diversos: 792
- Total de materiais produzidos: 1.540

Programação Orçamentária não Executada

20.122.8201.1984.0000 - (EPI) CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS: Alteração orçamentária com cancelamento da dotação

20.122.8201.1984.9881 - (EPI) CONSTRUÇÃO DO ESCRITÓRIO LOCAL DA EMATER DF EM SOBRADINHO: Alteração orçamentária com cancelamento da dotação

20.451.8201.1984.0046 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-EMATER-DISTRITO FEDERAL: Não conclusão da contratação de empresa especializada para construção de galpão multiuso para eventos, destinado à Emater-DF no espaço da Feira AgroBrasília.

20.122.8201.3903.9699 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS: Alteração orçamentária com cancelamento da dotação

20.122.8201.3903.9699 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-EMATER-DISTRITO FEDERAL: Alteração orçamentária com cancelamento da dotação



3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

3.1. ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA INTERNA

Ao longo do exercício de 2025, foram recebidas e distribuídas orientações e recomendações feitas pela Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF) e pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), dirigidas à alta administração da Emater-DF e às unidades organizacionais da Empresa.

Foram adotadas as seguintes medidas para o aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos na Emater-DF:

Participação de empregados da empresa nas capacitações ofertadas pela CGDF e pelo TCDF, visando ao aperfeiçoamento da gestão;

Ampliação do Projeto de Gestão de Riscos aos Objetivos Estratégicos;

Realização de atividades de integridade conforme o Código de Conduta Ética e Integridade da Emater-DF;

Código de Conduta da Alta Administração e o Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Cíveis do Poder Executivo (Decreto Distrital nº 37.297, de 29 de abril de 2016);

Realização de atividades de correção, com apoio permanente às áreas correlatas, visando ao aperfeiçoamento das práticas administrativas da empresa

No que tange ao quesito “conformidade”, a Emater-DF segue cumprindo as exigências de governança previstas na Lei Nacional nº 13.303 de 30 de junho de 2016 — Lei das Estatais. Além disso, a empresa atendeu às recomendações feitas com a utilização do sistema Portal UCI da CGDF, para monitoramento e gestão de contratos, pessoal e pagamentos.

3.2. OUVIDORIA

Até 10 de dezembro de 2025, a Ouvidoria da Emater-DF registrou:

352 manifestações, sendo 265 no Sistema de Ouvidoria e 87 no Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), na Plataforma Participa DF.

Como evidência do perfil de interação com o público, a unidade de Ouvidoria da Emater-DF destaca que “74% das manifestações” do Sistema de Ouvidoria se referem a elogios.

Apoio de inteligência artificial (“Robô Iza”) para auxiliar o cadastro de demandas, incluindo informações, solicitações, sugestões, denúncias, reclamações e elogios.

No eixo de valorização e comunicação interna, aconteceu o projeto “Valorização das Virtudes dos Empregados e Empregadas da Emater-DF”, em parceria com o Comitê de Integridade e Gestão de Riscos (CICOG).

No campo de resultados institucionais, destacam-se conquistas associadas à transparência (PNTP – Nível Diamante) e reconhecimentos à Emater-DF, como troféu de transparência ativa e passiva, além de selo de acessibilidade e “Ouvidoria destaque”.

3.3. AGENDA 2030 NO PPA 2024–2027 EMATER-DF

A análise dos atributos do PPA 2024–2027 da Emater-DF, vinculados no sistema PPAWEB, permitiu a identificação de alinhamento de 16 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na atuação institucional, evidenciando ampla cobertura temática indicadores de desempenho, metas finalísticas, ações orçamentárias e não orçamentárias, com maior recorrência dos ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável), ODS 8 (Crescimento Econômico), ODS 15 (Vida terrestre), seguidos por ODS 12 (Consumo e Produção responsáveis) e ODS 4 (Educação de Qualidade). No conjunto, o ODS 2 destaca-se por sua associação a metas de aumento de produtividade, segurança alimentar e apoio à agricultura familiar, enquanto o ODS 8 se vincula a ações de fomento ao cooperativismo, geração de renda e qualificação profissional. Já o ODS 15 concentra-se em iniciativas de conservação, agroecologia, recuperação de solos e educação ambiental. Dessa forma, a leitura dos atributos vinculados aos ODS reforça a abrangência institucional e evidencia o alinhamento da Emater-DF à Agenda 2030 e instrumentos distritais de desenvolvimento rural sustentável.



3.4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL EMATER-DF

A Emater-DF deu continuidade ao processo de monitoramento do Planejamento Estratégico Institucional (PEI), com ações voltadas para o alcance de resultados significativos para a sociedade. A etapa de monitoramento do PEI adotou elementos-chave para assegurar uma gestão estratégica eficaz, descritos a seguir.

Monitoramento Quadrimestral: A Emater-DF adotou uma forma diferenciada para o monitoramento das metas apuradas quadrimestralmente, permitindo avaliações contínuas de suas ações estratégicas. Este formato de acompanhamento possibilitou ajustes em resposta às mudanças no ambiente interno e externo, garantindo eficácia nas operações. A empresa implementou uma metodologia de acompanhamento dos objetivos estratégicos com indicadores de desempenho, incluindo metas e iniciativas estratégicas, o que permitiu uma avaliação do progresso em direção às metas estabelecidas no PEI.

Iniciativas Estratégicas Priorizadas: Foi ampliado o número de iniciativas estratégicas priorizadas em 2025 para 39, refletindo o compromisso e o esforço da Emater-DF em alcançar seus objetivos. Dentre elas, destacam-se:

1. A ampliação das boas práticas agropecuárias (BPA) e das boas práticas de fabricação (BPF);
2. Implantação do programa de produção sócioprodutiva (Fomento Rural);
3. Execução do Programa de Saneamento Rural da Emater-DF;
4. Desenvolvimento de novos produtos, serviços e processos agroindustriais;
5. Aperfeiçoamento do painel de resultados e EmaterWEb;
6. Elaboração do Balanço Social;
7. A prestação de Ater continuada com uso de inovações tecnológicas para as principais cadeias produtivas do DF (olericultura, fruticultura, floricultura, avicultura, bovinocultura, aquicultura e grandes culturas);
8. Aperfeiçoamento do cadastro de produtores, beneficiários e não beneficiários;
9. Ampliação da oferta de Ater aos produtores rurais que não receberam Ater nos últimos 12 meses;
10. A ampliação do Programa de Agricultura Urbana da Emater-DF;
11. Ampliação da oferta de Ater com foco em práticas agroecológicas, estimulando a certificação orgânica;
12. Ampliação de orientações e assessorias técnicas para a sustentabilidade ambiental (outorga, DCAA, licenciamento ambiental, reflorestamento de áreas de APP e reserva legal);
13. Incentivo à adoção de práticas de conservação de solo e água e adequação ambiental da propriedade;
14. Ampliação da adesão aos programas Produtores de Água e Reflorestar;
15. Qualificação dos dirigentes das organizações sociais;
16. Qualificação dos profissionais da Emater-DF em Organização Social;
17. Estimular a participação ativa nas reuniões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural Sustentável;
18. Estimular a participação das organizações rurais nas políticas públicas;
19. Orientação sobre direitos trabalhistas e acesso a políticas públicas (Bolsa Família, Auxílio Doença, Previdência Social);
20. Promoção do crédito rural;
21. Inclusão socioprodutiva das mulheres rurais do DF;
22. Promoção do turismo rural associado à produção;
23. Promoção dos canais de comercialização;



24. Desenvolvimento do programa de Sucessão Rural com foco em jovens;
25. Divulgação periódica do Informater;
26. Ampliação de atendimentos por meio de Assistente Virtual;
27. Inserção e treinamento de fluxos no Assistente Virtual;
28. Desenvolvimento de novos módulos para o Aplicativo Emater-DF;
29. Formação de Gestores;
30. Realização do Programa de Integração;
31. Realização de concurso público continuado;
32. Melhorias dos sistemas de avaliação dos empregados;
33. Implementação do Programa de Gestão por Resultados da Emater-DF;
34. Atualização e disponibilização de normativos internos;
35. Realização de reportes (relatórios) bimestrais à direção da empresa acerca do orçamento;
36. Implementação de sistema para acompanhamento dos principais processos administrativos da Emater-DF;
37. Elaboração de POP (procedimento operacional padrão) para os principais processos administrativos da Emater-DF;
38. Atualização dos serviços e valores prestados pela Emater-DF; e
39. Celebração de acordos internacionais.

Alinhamento com o PEDF 2019-2060: A Emater-DF apresentou alinhamento entre seu PEI 2022 até 2031 e as diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico do Distrito Federal (PEDF) para o período de 2019 a 2060. Esse alinhamento garantiu que as metas da instituição estivessem em consonância com as políticas governamentais, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável do DF e Entorno;

Alinhamento com o PPA 2024-2027: A Emater-DF promoveu uma integração entre os atributos de seu PEI e do Plano Plurianual (PPA) GDF. Esse alinhamento estratégico dos compromissos indicados nos documentos supracitados contribuiu para a alocação eficiente de recursos, garantindo que as metas de curto e médio prazos sigam em harmonia com as prioridades governamentais. O PEI da Emater-DF está disponível no seguinte endereço: <https://www.emater.df.gov.br/planejamento-estrategico/>;

Resultados alcançados: Os resultados alcançados relativos aos indicadores de desempenho e das iniciativas priorizadas foram medidos ao longo do exercício de 2025, quadrimestralmente, sendo que os resultados do 3º e último período são incluídos e tratados no exercício seguinte, com as informações prestadas pelos responsáveis. E, após a consolidação dos dados, será elaborado e apresentado relatório técnico com análises dos alcances de cada indicador e iniciativas, bem como sugestões de melhorias no PEI para avaliação da direção da empresa, incluídas no processo SEI nº 00072-00000738/2023-64, disponível para pesquisa pública no Portal SEI — GDF.

REFERÊNCIAS

- Lei nº 12.188/2010 (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural — PNATER e Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural — PRONATER);
- Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais);
- Decreto nº 37.967/2017 (regulamenta a Lei 13.303/2016 no DF).

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Emater-DF, como agente de políticas públicas, tem um papel fundamental na segurança alimentar e nutricional, no progresso social e econômico, assegurando a sustentabilidade ambiental e impulsionando o desenvolvimento da agricultura e pecuária no Distrito Federal.



Assim, a Emater-DF reafirma seu empenho na modernização e melhoria da assistência técnica e extensão rural (ATER), demonstrando resultados benéficos para os agricultores, sociedade e governo. Neste cenário, a empresa pública tem se esforçado para melhorar suas práticas de governança a fim de garantir o fornecimento de serviços públicos de qualidade, seguindo os princípios de transparência e controle na administração pública estabelecidos na Lei das Estatais (Lei Nº 13.303/2016 e Decreto Distrital Nº 37.967/2017).

No ano de 2025, a Emater-DF realizou 160.690 atendimentos em conformidade com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI), o Plano Estratégico do Distrito Federal (PEDF), o Plano Plurianual 2024–2027, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. A Emater-DF executa programas, projetos e políticas públicas no Distrito Federal, tais como: o Programa de Suporte à agricultura urbana; o Programa de saneamento rural; Programa de revitalização dos canais de irrigação; Programa de energias renováveis; Programa de compras institucionais; Programa de inclusão socioprodutiva das mulheres do campo; Programa de qualificação e fortalecimento da agroindústria; Programa de Juventude Rural — Filhos Deste Solo; o estímulo ao empreendedorismo; ações para conservação do solo e da água; gestão ambiental, além da expansão da oferta de assistência técnica e extensão rural, continuamente, voltadas para inovação tecnológica, entre outros. Estas ações realizadas de forma concatenada resultaram em conquistas estratégicas que consolidaram a missão da organização. Importante salientar as relações interinstitucionais para o desenvolvimento de inúmeras atividades por meio de Convênios e Emendas Parlamentares.

Destaca-se, ainda, a 4ª edição do Balanço Social, cujo Índice de Lucro Social estimou que, em 2025, a cada R\$ 1,00 investido na Emater-DF pelo Governo do Distrito Federal e pelo Governo Federal gerou R\$ 5,15 em benefícios à sociedade. Esse resultado sugere um retorno agregado estimado em R\$ 832.013.009,72 no período analisado. PORTAL BALANÇO SOCIAL: <https://www.emater.df.gov.br/balanco-social-da-emater-df/>

Entre os benefícios promovidos pela Emater-DF incluem-se: o apoio aos produtores rurais para geração de renda, a melhoria da produtividade agropecuária, a agregação de valor aos produtos, o acesso aos diversos canais de comercialização, a ampliação do acesso ao crédito rural que proporciona avanços tecnológicos e a inovação no campo, além da participação dos produtores em programas de pagamento por serviços ambientais, programas de compras governamentais, acesso ao saneamento rural, inclusão em programas socioprodutivos, bem como outras ações executadas pelos extensionistas rurais da Emater-DF.

O resultado apresentado não apenas evidencia a eficácia das práticas extensionistas da Emater-DF, mas também reforça o impacto positivo no meio rural e fortalece a sustentabilidade ambiental no sentido de promover melhor qualidade de vida para as comunidades rurais e população urbana do Distrito Federal.

Com o foco em desenvolver e aplicar inovações tecnológicas na área rural do Distrito Federal, a Emater-DF firmou cooperação técnica com a Universidade de Brasília (UNB) visando fomentar a criação de uma incubadora de startups AgTechs, além da realização de eventos de inovação no setor e o desenvolvimento de pesquisas aplicadas, para impulsionar o empreendedorismo inovador, a transferência de tecnologia e a sustentabilidade na agricultura e pecuária do DF.

É importante reconhecer desafios e dificuldades. Entre elas, destacam-se questões operacionais e, em certas situações, restrições de recursos para a execução de projetos. A complexidade de algumas ações estratégicas requereu esforços extras para assegurar sua implementação eficaz. Problemas específicos, como a diminuição de empregados em razão do Plano de Desligamento Voluntário (PDV), resultaram em aumento da carga de trabalho. Do ano de 2024 a 2025, 29 empregados foram desligados da empresa por meio de PDV, e, para apoiar e atender às demandas operacionais e administrativas, 15 novos empregados efetivos ingressaram na empresa no final de 2025. Algumas barreiras de logística e questões legais influenciaram, de certa maneira, a efetividade de determinados programas. Contudo, manteve-se firme o compromisso de superar tais obstáculos, buscando soluções inovadoras e eficientes.



O objetivo para o próximo ano de 2026 é continuar mirando em ações de fortalecimento da qualidade de vida da população do Distrito Federal, aproveitando oportunidades significativas para impulsionar, principalmente com o uso da inovação tecnológica, bem como apoiar ainda mais os pilares sociais, econômicos e ambientais no meio rural. A instituição dará foco na expansão das estratégias de inovação tecnológica, soluções digitais de ATER, com fomento à implementação de Hubs de Inovação Tecnológica, com apoio de parceiros, aprimoramentos no assistente virtual e nos painéis de monitoramento das atividades da Empresa. De acordo com o Plano de Negócios de 2026, foram eleitos pela Emater-DF alguns desafios para serem alcançados em 2026, tais como: Fortalecer o Programa Filhos Deste Solo; Empreendedorismo Rural para a Juventude do Distrito Federal; Incentivar a Qualificação e Inovação Tecnológica para as Agroindústrias do DF; Fomentar o Programa de Saneamento Rural da Emater-DF; Fomentar o Uso de Bioinsumos pelos Pequenos Agricultores; Ampliar o Desenvolvimento da Agricultura Urbana e Periurbana e Desenvolver e Aplicar Inovação Tecnológica.



14903 - FUNDO DISTRITAL DE SANIDADE ANIMAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

O Fundo Distrital de Sanidade Animal - FDS é um instrumento indenizatório emergencial, instituído pela Lei Complementar nº 763, de 30 de maio de 2008, regulamentada pelo Decreto nº 33.785 de 13 de julho de 2012, gerido por um Conselho de Administração sob a coordenação da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, presidido pelo titular da pasta da Subsecretaria de Defesa Agropecuária – SDA, composto por representantes titulares e suplentes indicados pelos seguintes órgãos e entidades:

- I. Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – Seagri/DF;
- II. Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF;
- III. Superintendência Federal de Agricultura no Distrito Federal – SFA/DF;
- IV. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – Emater/DF;
- V. Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal – FAP/DF;
- VI. Associação dos Produtores e Processadores de Leite do Distrito Federal – Aproleite/DF;
- VII. Associação dos Avicultores do Planalto Central – Aviplac;
- VIII. Associação dos Criadores de Ovinos do Distrito Federal – ACOB/DF;
- IX. Associação dos Criadores do Planalto – ACP.

MISSÃO

Mitigar os prejuízos financeiros causados pelo abate ou sacrifício sanitário de animais suspeitos ou atingidos por doenças infectocontagiosas contempladas em programas de controle sanitário no âmbito do Distrito Federal.

OBJETIVOS

O FDS possui dois objetivos distintos:

- O primeiro visa indenizar, as propriedades no âmbito do Distrito Federal, pelo abate ou sacrifício sanitário de animais suspeitos ou atingidos por doenças infectocontagiosas contempladas em programas de controle sanitário do Distrito Federal.
- O segundo objetiva suplementar recurso para atender ao desenvolvimento de ações ou à execução de serviços relativos à vigilância e à fiscalização em saúde animal e educação sanitária.

BENEFICIÁRIOS

Proprietários que possuam animais atingidos ou que sejam considerados suspeitos de contaminação por doenças infectocontagiosas, podendo representar perigo de disseminação da enfermidade, de acordo com o Código Zoosanitário Internacional e que forem abatidos ou sacrificados sanitariamente por determinação do Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal do Distrito Federal, adquiridos de acordo com as normas de trânsito vigentes e com certificados sanitários exigidos pelo serviço de defesa sanitária animal, e que estejam sendo criados ou mantidos em locais apropriados e condições adequadas de manejo, nutrição, higiene e profilaxia de doenças e de proteção ao meio ambiente e, se estiverem adimplentes com as obrigações e compromissos relacionados aos serviços de cadastro da propriedade, comprovados pelo órgão executor da defesa sanitária animal, bem como a débitos de tributos distritais e federais, comprovados pela Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal e pela Receita Federal do Brasil, respectivamente.



FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2772 - FOMENTO À DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	10000,0	10000,0	0	0
0001 - FOMENTO À DEFESA SANITÁRIA ANIMAL-- DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
9110 - INDENIZAÇÃO A PRODUTORES RURAIS	180000,0	180000,0	68992,55	68992,55
0001 - RESSARCIMENTO A PRODUTORES RURAIS-SACRIFÍCIO DE ANIMAIS SUSPEITOS OU DOENTES-DISTRITO FEDERAL	180000,0	180000,0	68992,55	68992,55
TOTAL - 6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL	190000,00	190000,00	68992,55	68992,55

Programação Orçamentária Realizada:

A principal fonte de receita do Fundo provém de recolhimento de multas aplicadas aos proprietários de animais e/ou fornecedores de produtos de origem animal e vegetal, pelo descumprimento de obrigações sanitárias no âmbito da Subsecretaria de Defesa Agropecuária da SEAGRI/DF.

As multas são recolhidas aos cofres públicos, por meio de Documento de Arrecadação – DAR, repassadas pela Subsecretaria do Tesouro - SUTES ao FDS na fonte de recurso 171 - Recursos Próprios dos Fundos.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

No exercício de 2025 foram pagos em indenizações R\$ 68.992,55 (sessenta e oito mil novecentos e noventa e dois reais e cinquenta e cinco centavos), correspondentes ao sacrifício de 20 (vinte) bovinos acometidos por brucelose.

O processo de indenizações dos animais acometidos por doenças infectocontagiosas envolve várias etapas, requer cautela por parte dos Agentes da Defesa e dos Gestores do FDS, indo desde a fiscalização da propriedade, passando pelo saneamento do rebanho, abate dos animais e a indenização propriamente dita, a qual é realizada de forma individual, diretamente ao beneficiário, e calculada com base no preço médio da arroba do animal na região.

Quadro I – Arrecadações efetiva do Fundo.

TAXAS E MULTAS EFETIVAMENTE ARRECADADAS	
Mês/Ano	2025
Janeiro	10.353,09
Fevereiro	34.115,28
Março	41.317,38
Abril	22.056,11
Maio	19.388,64
Junho	10.457,31
Julho	22.398,22
Agosto	12.976,76
Setembro	31.379,72
Outubro	21.111,99
Novembro	11.839,61
Dezembro	26.750,91
Total	264.145,02

Quadro II - Fonte de recurso do FSA

FONTE	PROGRAMA DE TRABALHO	AUTORIZADO (R\$)	REALIZADO (R\$)	%
171	Fomento à Defesa Sanitária Animal	10.000,00	0	0,00%
	Gestão de Recursos do FDS	10.000,00	0	0,00%
	Ressarcimento a Produtores Rurais	180.000,00	68.992,55	38,32%
TOTAIS		200.000,00	68.992,55	34,49%

Quadro III - Registro das Indenizações em 2025.

SOLICITAÇÕES			INDENIZAÇÕES
Data	Animais	Pagamentos	2025
		Data	R\$
08/08/2025	4	15/08/2025	11.823,26
31/03/2025	16	15/12/2025	57.169,29
Totais	20		68.992,55

As indenizações somente são pagas aos proprietários que se enquadraram nas normas operacionais do FDS, ou seja, quando os animais doentes ou suspeitos são criados ou mantidos em condições adequadas de nutrição, saúde, higiene, profilaxia de doenças e seus proprietários estejam adimplentes com as obrigações e compromissos relacionados aos serviços de defesa e vigilância agropecuária.

Programação Orçamentária não Executada

Observa-se que para esta Unidade Orçamentária não há de se falar em não execução, visto que depende da ocorrência de enfermidades, e que o desejado é que não ocorra nenhum caso.

Quanto ao valor destinado que não foi executado no Programa de Trabalho "Fomento à Defesa Sanitária Animal e Gestão de Recursos do FDS" – Fonte 171, observa-se que os valores destinados foram irrisórios, impossibilitando o desenvolvimento das ações.



8201 - AGRICULTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	10000,0	10000,0	0	0
0019 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FUNDO DISTRITAL DE SANIDADE ANIMAL-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
TOTAL - 8201 - AGRICULTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO	10000,00	10000,00	0,00	0,00

Programação Orçamentária não Executada:

Não houve utilização do valor destinado.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O processo de indenizações dos animais acometidos por doenças infectocontagiosas envolve várias etapas e requer cautela por partes dos Agentes da Defesa e dos Gestores do FDS, indo desde a fiscalização da propriedade, passando pelo saneamento do rebanho, abate dos animais e a indenização propriamente dita, que é realizada de forma individual, diretamente ao beneficiário e calculada com base no preço médio da arroba do animal na região.

As indenizações somente são pagas aos proprietários que se enquadraram nas normas operacionais do FDS, ou seja, quando os animais doentes ou suspeitos são criados ou mantidos em condições adequadas de nutrição, saúde, higiene, profilaxia de doenças e seus proprietários estejam adimplentes com as obrigações e compromissos relacionados aos serviços de defesa e vigilância agropecuária.

Os critérios para a avaliação e indenização dos animais são disciplinados por intermédios das Resoluções:

- 01/2015/FDS - Bovinos e bubalinos;
- 01/2018/FDS - Equídeos;
- 03/2018/FDS - Aves;
- 04/2018/FDS - Suínos; e
- 05/2018/FDS - Ovinos e caprinos.

O Fundo Distrital de Sanidade Animal já indenizou o correspondente a 112 animais, perfazendo um montante de R\$ 390.195,28 (trezentos e noventa mil, cento e noventa e cinco reais e vinte e oito centavos).

Conforme citado anteriormente, a principal fonte de receita do Fundo provém de recolhimento de multas aplicadas aos proprietários de animais e/ou fornecedores de produtos de origem animal e vegetal, pelo descumprimento de obrigações sanitárias no âmbito da Subsecretaria de Defesa Agropecuária da SEAGRI/DF. Neste particular, a baixa arrecadação demonstra que ações do setor de Defesa Agropecuária voltadas para prevenção junto aos produtores vêm surtindo bons resultados.

Por outro lado, registra-se que o saldo financeiro positivo do FDS apurado ao final do exercício é automaticamente transferido para o Tesouro do Distrito Federal, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 925/2017, impossibilitando o acúmulo de recursos financeiros para o desenvolvimento dos Programas de Trabalho Fomento à Defesa Sanitária Animal e Gestão de Recursos do FDS.

No mesmo sentido, havendo a necessidade de honrar indenizações e não existindo saldo suficiente na conta do Fundo, as indenizações deverão ocorrer diretamente com recursos do Tesouro do GDF - Fonte 100. Pelos motivos citados acima, é de bom alvitre que o saldo financeiro positivo do FDS apurado em balanço seja transferido para o exercício seguinte a crédito do próprio Fundo.



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Para o exercício de 2026, considerando que o FDS é um fundo emergencial, espera-se não haver, no Distrito Federal, nenhum caso de animal suspeito ou atingido por doenças infectocontagiosas e nem a necessidade de indenizações pelo abate/sacrifícios de animais acometidos por tais doenças.

Espera-se, ainda, que haja a excepcionalidade orçamentária para que o saldo financeiro positivo do FDS apurado em balanço seja transferido para o exercício seguinte a crédito do próprio Fundo.



14904 - FUNDO DISTRITAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - FDR

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo Distrital de Desenvolvimento Rural – FDR é um instrumento financeiro, regido pela Lei nº 6.606, de 28 de maio de 2020, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 41.163, de 1º de setembro de 2020, gerido por um Conselho Administrativo e Gestor sob a presidência do Secretário de Estado da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – Seagri.

O Fundo Distrital de Desenvolvimento Rural – FDR atua em quatro modalidades distintas:

I. FDR-Social - apoia financeiramente, em caráter não reembolsável, projetos de fomento à produção agropecuária no Distrito Federal;

II. FDR-Crédito - financia projetos de atividades rurais no Distrito Federal e na RIDE;

III. FDR-Aval - concede garantias complementares necessárias à contratação de financiamento agropecuários, junto às instituições financeiras e,

IV. FDR-Habitação Rural - financia as despesas de construção, reforma ou ampliação de empreendimentos habitacionais em áreas rurais no Distrito Federal.

Constituem fontes de receitas do FDR:

I – Repasses e transferências do governo federal, mediante convênios ou outros ajustes firmados;

II – Receitas decorrentes de convênios, contratos e acordos celebrados pelo Distrito Federal com instituições públicas ou privadas, tendo por objeto ações do FDR;

III – Receitas oriundas do retorno dos financiamentos concedidos, incluindo todos os encargos deles decorrentes, inclusive das aplicações financeiras;

IV – Recursos provenientes de repasses de instituições de fomento de caráter nacional e internacional, observada a legislação pertinente;

V – Recursos oriundos de emendas parlamentares;

VI – Recuperação de recursos de avais honrados;

VII – Valores decorrentes de taxas para concessão de garantias complementares;

VIII – Valores decorrentes de leilões oriundos de bens do FDR;

IX – 50% da receita arrecadada com a taxa anual das concessões de uso, das concessões de direito real de uso e dos arrendamentos e com outras, referentes à utilização das terras públicas rurais pertencentes às pessoas jurídicas da administração indireta do Distrito Federal ou outras que venham a substituí-las;

X – 20% da receita arrecadada com a venda dos imóveis rurais pertencentes às pessoas jurídicas da administração indireta do Distrito Federal ou outras que venham a substituí-las;

XI – 100% da receita arrecadada com a taxa anual das concessões de uso, das concessões de direito real de uso e dos arrendamentos e com outras, referentes à utilização das terras públicas rurais pertencentes às pessoas jurídicas da administração direta do Distrito Federal;

XII – 100% da receita arrecadada com a venda dos imóveis rurais pertencentes às pessoas jurídicas da administração direta do Distrito Federal.

MISSÃO

Promover o desenvolvimento rural do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE/DF, com ações que permitam o aumento da produção e da produtividade agropecuária, da renda, da segurança alimentar e a permanência do homem no espaço rural.

OBJETIVOS



Financiar, fomentar e conceder garantias complementares à projetos de atividades rurais e habitacionais rurais, bem como, disponibilizar maquinários e implementos agrícolas às Organizações das Sociedades Cívis rurais, por intermédio de Acordos de Cooperação, com vistas as demandas coletivas de seus associados.

BENEFICIÁRIOS

Produtores que desenvolvam atividades rurais no Distrito Federal ou na RIDE/DF e suas organizações - Associações, Cooperativas e Empresas Rurais - no âmbito do Distrito Federal.

BREVE HISTÓRICO DO FDR

Obedecendo ao comando da Lei do PRO-RURAL nº 2.499/1999, em 27 de dezembro de 2000, foram editadas as Leis números 2.652 e 2.653 instituindo, respectivamente, o Fundo de Aval do Distrito Federal – FADF e Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – FDR.

Posteriormente, em 27 de fevereiro de 2013, o FDR foi reformulado pela Lei nº 5.024. Até o ano de 2015, a principal fonte de arrecadação do FDR advinha das taxas de arrendamentos das terras públicas rurais do Distrito Federal, cujos contratos eram firmados diretamente com a SEAGRI e as taxas destinadas ao Fundo, porém, os contratos de arrendamentos passaram a ser firmados com a Terracap retirando a principal fonte de receita do Fundo.

Para que o FDR continuasse a ser viável e por entender que o setor produtivo rural carece de acesso descomplicado às políticas públicas, especialmente no que se referem as linhas de créditos, a SEAGRI-DF, gestora do Fundo buscou reestabelecer a principal fonte de arrecadação do Fundo e aprimorar suas normas no sentido de realinhar as políticas públicas com a atual realidade local.

Neste sentido, foram efetivadas tratativas com a Terracap e outros órgãos da Administração Pública, culminado em 28 de maio de 2020 com a aprovação Lei nº 6.606 aglutinando o FADF e o FDR em um único fundo, denominado de Fundo Distrital de Desenvolvimento Rural, herdando a sigla FDR e todos os haveres, obrigações e deveres assumidos anteriores, bem como, foram instituídas as modalidades FDR-Social, FDR-Crédito; FDR-Aval e FDR-Habitação Rural, otimizando a operacionalização do Fundo.

Com o advento da Lei nº 6.606/2020, houve a tentativa de reestabelecida a principal fonte de arrecadação do FDR, devendo os valores serem arrecadados pela Terracap e repassados ao Fundo. Porém, neste particular os repasses dos valores não foram efetivados, sob a alegação da Terracap de que, por ser uma Estatal, a Lei não poderia adentrar em suas receitas.

A Secretaria Executiva do FDR solicitou uma consulta jurídica à Procuradoria do Distrito Federal, que em Parecer Final corroborou com a Estatal, restando definido que esta fonte orçamentária não mais poderia vir para o FDR.

Sendo assim, consultando o Conselho Gestor do FDR, foi definido uma propositura de alteração da Lei 6.606, para retirada desta fonte orçamentária e para compor novas receitas visando viabilizar o FDR. Esta proposta foi apresentada à Casa Civil e deverá ser apresentada à Câmara Legislativa do Distrito Federal até fevereiro de 2026.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	1	1	0	3
Comissionados sem vínculo efetivo	1	0	0	0	1
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Estagiários	0	0	0	4	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	2	1	1	4	4
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	2	1	1	4	8

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20000,0	20000,00	0	0
0088 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-RESTITUI REC PAGOS INDEVIDAMENTE AO FDR-DISTRITO FEDERAL	20000,0	20000,00	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	20000,00	20000,00	0,00	0,00

Programação Orçamentária não Executada

Em relação à ação 9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES, salienta-se que a TERRACAP avocou a taxa de arrendamento, antes de competência do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal. Assim, o montante remanescente na ação refere-se aos valores ainda exigíveis, não atingidos pela prescrição de cinco anos, e que seriam destinados para eventual espólio.

6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	20000,0	20000,00	0	0
0075 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-DISTRITO FEDERAL	20000,0	20000,00	0	0
9089 - GARANTIA DE AVAL AOS PRODUTORES RURAIS	766471,0	766471,0	0	0
0003 - GARANTIA DE AVAL AOS PRODUTORES RURAIS-GARANTIA DE AVAL AOS PRODUTORES RURAIS-DISTRITO FEDERAL	766471,0	766471,0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

9109 - APOIO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	2503785,0	5486208,00	4608589,25	4560568,41
0003 - APOIO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL-REFORMA OU AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÕES EM ÁREAS RURAIS-DISTRITO FEDERAL	107671,0	107671,00	0	0
0007 - APOIO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL- APOIO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	2396114,0	5378537,00	4608589,25	4560568,41
TOTAL - 6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL	3290256,00	6272679,00	4608589,25	4560568,41

Foram disponibilizados créditos para implantação de 45 projetos de atividades rurais, num montante de R\$ 4.458.844,41 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos). Com esses recursos foram financiados custeios e investimentos agropecuários, bem como, tratores, implementos agrícolas, veículos utilitários para o transporte da produção, sistemas de energia fotovoltaica, sistemas de irrigação, agroindústrias artesanais, com destaque para 19 projetos de fruticultura.

ITEM	NCR/CRP 2025	REGIÃO	ATIVIDADE/BENS	VALOR R\$	MÃO DE OBRA			
					FAM	CONT.	TEMP.	TOTAL
1	CRP-001	Alex. Gusmão	Aq. trator agrícola e enxada rotativa	195.000,00	4	0	2	6
2	CRP-002	Pipiripau	Aq. de veículo	93.781,70	2	0	1	3
3	CRP-003	Rio Preto	Aq. Fiat Strada Freedom Cabine Plus 1.3, 8V Flex 2025/2026	98.983,50	3	1	2	6
4	NCR- 001	Alex. Gusmão	Renovação 2,0 ha de uva e Aq. de sombrite de 18%	99.997,61	2	1	1	4
5	NCR- 002	Gama	Impl.da cultura do mirtilo; irrigação e montagem e telado	85.796,68	2	1	1	4
6	NCR- 003	São Sebastião	Impl.da cultura de mirtilo, irrigação e telado	61.951,56	1	1	1	3
7	NCR- 004	Gama	Impl.da cultura do mirtilo; irrigação e montagem; telado	86.665,18	2	2	1	5
8	NCR- 005	Taquara	Impl.da cultura do mirtilo; irrigação e montagem; telado	169.341,52	1	1	0	2
9	NCR- 006	Alex. Gusmão	Aq. energia fotovoltaica e câmara congelada	84.948,63	2	1	7	10
10	NCR- 007	Pipiripau	Aq. de sist.de energia fotovoltaica	46.537,70	1	1	0	2
11	NCR- 008	Pad/DF	Custeio de 2 hectares de uvas vinícolas	250.000,00	4	1	1	6
12	NCR- 009	Rio Preto	Aq. energia fotovoltaica	32.716,09	5	0	0	5
13	NCR- 010	Vargem Bonita	Aq. de sist.fotovoltaico	33.000,00	2	0	1	3
14	NCR- 011	Rio Preto	Aq. plantadeira	189.000,00	2	3	0	5
15	NCR- 012	Pipiripau	Custeio banana e mandioca e irrigação automatizada	91.319,90	1	0	1	2
16	NCR- 013	Gama	Impl.da cultura do mirtilo; irrigação e montagem e telado	90.329,46	2	0	1	3
17	NCR- 014	Gama	Aq. energia fotovoltaica, telado, ráfia e freezer	199.415,20	0	0	0	0
18	NCR- 015	Planaltina	Aq. energia fotovoltaica	67.093,47	2	0	0	2
19	NCR- 016	Pad/DF	Construção de estufas	200.000,00	0	1	0	1
20	NCR- 017	Tabatinga	Aq. matrizes bovinas leiteiras	85.000,00	2	0	1	3
21	NCR- 018	Planaltina	Aq. matriz bov girolanda e custeio de milho/silagem	47.959,85	2	0	0	2
22	NCR- 019	Paranoá	Custeio soja	75.880,00	1	0	1	2
23	NCR- 020	Ceilândia	Aq. de sist.de energia fotovoltaica	195.355,53	2	11	1	14



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

24	NCR- 021	Taquara	Aq. de 1 veículo utilitário	200.000,00	4	4	2	10
25	NCR- 022	Tabatinga	Aq. de tanque para acoplamento em sist.roll-on roll-off	100.000,00	4	1	1	6
26	NCR- 023	Ceilândia	Aq. energia fotovoltaica	59.445,67	2	1	3	6
27	NCR- 024	Sobradinho	Custeio de orgânicos	36.026,84	2	0	1	3
28	NCR- 025	Gama	Aq. de sist.de energia fotovoltaica	80.000,00	2	0	2	4
29	NCR- 026	Taquara	Aq. de máquina descascadora de mandioca	62.970,00	0	10	0	10
30	NCR- 027	Pipiripau	Impl.goiaba e irrigação	62.434,18	2	0	0	2
31	NCR- 028	Gama	Impl.da lavoura de mirtilo, sist.de irrigação e telado	38.091,74	2	0	1	3
32	NCR- 029	Taquara	Aq. de equipamentos e implementos agrícolas	183.785,82	1	2	1	4
33	NCR- 030	Taquara	Aq. de trator agrícola	190.000,00	2	4	1	7
34	NCR- 031	Planaltina	Impl.de 1,2 ha. de mirtilo	98.157,97	0	1	5	6
35	NCR- 032	PAD/DF	Impl.da lavoura de mirtilo, sist.de irrigação e telado	90.299,21	1	0	0	1
36	NCR- 033	Sobradinho	Impl.da lavoura de mirtilo	99.188,72	1	0	0	1
37	NCR- 034	Paranoá	Impl.da lavoura de mirtilo, sist.de irrigação e telado	73.312,39	0	0	0	0
38	NCR- 035	Planaltina	Impl.de 0,350 ha. de mirtilo, sist. irrigação e telado	94.874,04	3	0	0	3
39	NCR- 036	Planaltina	Custeio de lavoura de mirtilo	17.338,66	2	0	0	2
40	NCR- 037	Alex. Gusmão	Plantio de abacate	39.350,30	2	1	1	4
41	NCR- 038	Paranoá	Impl.de 0,350 ha. de mirtilo	32.116,49	4	0	1	5
42	NCR- 039	Taquara	Aq. Fiat Strada Freedom CS Plus 1.3 Flex 2026	99.821,20	4	0	0	4
43	NCR- 040	Planaltina	Aquisição de Estufas	62.400,00	2	1	3	6
44	NCR- 041	Planaltina	Aquisição de Estufas	60.005,15	3	1	1	5
45	NCR- 042	Planaltina	Cultivo de Mirtilo, Sistema Irrigação, Telado	99.152,45	2	1	4	7
TOTAL				4.458.844,41	81	51	45	177

Em função da implantação dos projetos, destaca-se a geração de 177 postos de trabalho, sendo 81 Familiares e 51 Contratados e 45 temporários, podendo ainda, verificar a quantidade de projetos financiados e empregos gerados por Região (Escritórios da Emater).

Observa-se, ainda, neste exercício que alguns produtores se valeram dos imóveis rurais - Contratos de Concessão de Uso Oneroso – CDU e da Concessão de Direito Real de Uso firmados com Governo por intermédio da Terracap, como instrumentos de garantia em seus financiamentos junto ao FDR.

Em relação ao programa 9109 - APOIO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL, informa-se que a diferença observada entre o valor empenhado de R\$ 4.608.589,25 e o valor liquidado de R\$ 4.608.589,25, totalizando o montante de R\$ 48.020,84 é referente ao Contrato de Prestação de Serviços com o BRB. Nesse contexto, o empenho ocorreu nos meses de novembro e dezembro de 2025, nos valores, respectivamente de R\$ 4.070,54 e R\$ 20.865,16, os quais foram inscritos em restos a pagar. Salienta-se que o montante remanescente, no valor de R\$ 23.085,14 fora cancelado.

Programação Orçamentária não Executada

Em atenção à ação 3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, salienta-se que a aquisição de equipamentos é utilizada pela modalidade social. Nesse cenário, informa-se que tal subtítulo depende de orçamento externo, pois a arrecadação não é suficiente. Assim, reserva-se montante como garantia, em caso de necessidade.

No que tange à ação 9089 - GARANTIA DE AVAL AOS PRODUTORES RURAIS, ressalta-se que, conforme disposto no Decreto nº 41.163/2020 e na Lei Nº 6.606 de 28 de maio de 2020, Art. 4º, § 3º, I, pelo menos 10% para atender as demandas do FDR-Aval. Nesse sentido,



considerando haver prazo de 8 anos para pagamento, consigna-se o valor respectivo para garantia.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Em 2025, foram realizadas visitas de fiscalização dos contratos e novos empreendimentos rurais financiados pelo Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - FDR.

Na ocasião, os servidores fazem contato direto com os produtores rurais, vistoriam o objeto do financiamento *in loco*, garantindo a aplicação e transparência do projeto apresentado, e, ao mesmo tempo, fortalecendo a expansão das políticas públicas voltadas para o setor agropecuário do Distrito Federal.

Abaixo, no ANEXO I, seguem alguns registros dos empreendimentos nas propriedades rurais e ações pela equipe do FDR-DF.

ANEXO I

Cultivos de hortaliças e frutas financiados por recursos do Fundo de Desenvolvimento Rural, do Distrito Federal.



Cultivo de banana-prata.



Cultivo de uva.



Cultivo e produção de mirtilo no Distrito Federal - Financiamento FDR e Rota das Frutas/DF



Matrizes de Gir leitera - Financiamento FDR



Placas de energia solar na propriedade - Financiamento FDR

O Quadro I demonstra o valor estimado de arrecadação do FDR até dezembro de 2025 e o total realizado.

Observa-se que na Fonte 171 – Taxas de arrendamentos constam os valores arrecadados com as terras pertencentes ao GDF, Administração Direta, conforme inciso XI, do art. 4º da Lei, porém esta arrecadação se concentra no mês de dezembro, o que inviabiliza a sua utilização no mesmo ano, ficando o montante aguardando o Superavit no ano de 2026 para efetivar novas propostas.



Quadro I – Demonstrativo dos valores estimados de arrecadações do FDR.

2025	ARRECADAÇÕES				TOTAL	
	Retorno de Financiamento – F: 123		Taxas de Arrendamentos – F: 171			
	ESTIMADO	REALIZADO	ESTIMADO	REALIZADO	ESTIMADO	REALIZADO
JANEIRO	412.878,52	260.714,52	51.717,08	-	464.595,60	260.714,52
FEVEREIRO	141.228,53	49.032,86	51.717,08	-	192.945,61	49.032,86
MARÇO	280.143,87	198.613,16	51.717,08	-	331.860,95	198.613,16
ABRIL	153.226,38	92.483,51	51.717,08	43.912,02	204.943,46	136.395,53
MAIO	307.613,43	213.496,05	51.717,08	-	359.330,51	213.496,05
JUNHO	119.461,03	138.551,29	51.717,08	-	171.178,11	138.551,29
JULHO	378.619,94	283.563,99	51.717,08	-	430.337,02	283.563,99
AGOSTO	198.281,81	159.831,03	51.717,08	-	249.998,89	159.831,03
SETEMBRO	98.825,67	94.985,37	51.717,08	-	150.542,75	94.985,37
OUTUBRO	178.469,80	98.005,42	51.717,08	-	230.186,88	98.005,42
NOVEMBRO	221.274,00	214.136,44	51.717,08	-	272.991,08	214.136,44
DEZEMBRO	68.824,57	32.459,94	51.717,08	579.242,13	120.541,65	611.702,07
TOTAL	2.558.847,55	1.835.873,58	620.604,96	623.154,15	3.179.452,51	2.459.027,73

No Quadro II consta o Detalhamento de Despesas, onde cabe destacar a não utilização da Devolução de Recursos, visto que não houve novas solicitações no ano de 2025, apenas as protocoladas. Porém essas ainda aguardam a devida instrução processual ou solução de pendências dos solicitantes. Desse modo, não há possibilidade de novas solicitações previstas para o ano de 2026, apenas as que estão protocoladas nesta secretaria.

Quadro II – Detalhamento de Despesas

Indicadores/Descrição	ESTIMADAS	DESPESAS/EXECUÇÕES - QDD 2025			
		AUTORIZADA	DESCRIÇÃO	REALIZADA	
FDR-Crédito - Apoio Financeiro	5.158.537,00	5.158.537,00	Financiamentos	2.458.844,41	86,44%
			Desvinculação de Receita do DF - EC 93/2016	2.000.000,00	
BRB-Operacionalização do FDR	220.000,00	220.000,00	Operacionalização FDR	126.207,65	57,37%
FDR-Crédito - Apoio Financeiro (0001)	20.000,00	10.000,00	Devolução de Recursos (0001)	0,00	0,00%
FDR-Social - Fomento Atividade Rural	25.000,00	25.000,00	Aquisição Equipamentos	0,00	0,00%
FDR-Habitação Rural	107.671,00	107.671,00	Financiamentos	0,00	0,00%
FDR-Aval - Garantia de Aval	766.471,00	766.471,00	Garantias - Alavancagem 10X Disponibilidades informadas.	165.735,56	21,62%
TOTAL	6.297.679,00	6.287.679,00		4.750.787,62	75,56%

No indicador FDR-Crédito – Apoio Financeiro a despesa total realizada foi de R\$ 4.458.844,41 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos). Destaca-se que, pela primeira vez, o Governo do Distrito Federal autorizou um crédito adicional de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), visando o apoio à FRUTICULTURA no DF.

O Quadro IV, demonstra a quantidade de projetos que foram financiados desde 2004 até o final do ano de 2025. Foram disponibilizados recurso na ordem de R\$ 40.610.395,47, sendo R\$ 37.407.218,27 em financiamentos para 487 projetos de atividades rurais no Distrito Federal e na RIDE.

Apresenta ainda, os valores utilizados para aquisição de máquinas e implementos e agrícolas, totalizando R\$ 3.203.177,20, cujos bens são disponibilizados às Entidades representativas



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

dos produtores rurais por intermédio de Acordos de Cooperações, num total de 45, dos quais, apenas 2 continuam vigentes.

EXERCÍCIO	FDR-CRÉDITO		FDR-SOCIAL			TOTAL
	PROJETOS FINANCIADOS		AQUISIÇÕES	ACORDOS DE COOPERAÇÃO		
	QUANTIDADE	R\$		R\$	FIRMADOS	
2004	9	65.044,09	0	0	0	65.044,09
2005	8	66.482,58	0	0	0	66.482,58
2006	34	1.039.658,91	0	0	0	1.039.658,91
2007	14	270.614,17	0	0	0	270.614,17
2008	32	1.068.605,21	0	0	0	1.068.605,21
2009	21	850.986,89	0	0	0	850.986,89
2010	11	569.623,02	0	0	0	569.623,02
2011	18	1.295.040,73	0	0	0	1.295.040,73
2012	45	3.016.992,07	0	0	0	3.016.992,07
2013	58	5.108.208,08	0	0	0	5.108.208,08
2014	18	1.998.373,51	2.402.383,00	11	0	4.400.756,51
2015	38	3.609.374,95	0	5	0	3.609.374,95
2016	15	1.873.296,03	0	0	0	1.873.296,03
2017	21	2.717.504,32	0	1	0	2.717.504,32
2018	12	852.816,61	423.669,00	4	0	1.276.485,61
2019	15	1.420.244,92	377.125,20	11	0	1.797.370,12
2020	16	1.531.369,97	0	9	0	1.531.369,97
2021	22	2.937.810,92	0	4	0	2.937.810,92
2022	25	2.164.611,07	0	0	0	2.164.611,07
2023	20	1.973.010,89	0	0	15	1.973.010,89
2024	35	2.977.549,33	0	0	0	2.977.549,33
2025	45	4.458.844,41	0	0	2	4.458.844,41
TOTAL	487	41.866.062,68	3.203.177,20	45	15	45.069.239,88

O Quadro IV demonstra a quantidade de projetos que foram financiados desde 2004 até o final do ano de 2025. Foram disponibilizados recursos na ordem de R\$ 40.610.395,47, sendo R\$ 37.407.218,27 em financiamentos para 487 projetos de atividades rurais no Distrito Federal e na RIDE. Apresenta ainda os valores utilizados para aquisição de máquinas e implementos e agrícolas, totalizando R\$ 3.203.177,20. Esses bens são disponibilizados às Entidades representativas dos produtores rurais por intermédio de Acordos de Cooperações, em um total de 45, dos quais apenas 2 continuam vigentes.

Conforme demonstrado no Quadro V, a modalidade FDR-Aval, no final do ano de 2025, constam 82 Cartas de Avais ativas em um montante de R\$ 4.357.917,35 de garantias em projetos rurais. Ressalta-se que os valores contábeis equivalem a 10% dos valores contratados. O Quadro V também registra os valores dos projetos os quais parte ou o total é garantido por Aval. Alguns desses estão vinculados apenas ao BRB, ou seja, garantem financiamento solicitado ao BRB, que não é um FDR.

Quadro V – Registros de avais até 31/12/2025 – Modalidade Aval-FDR

	Número	Benefic.	Emissão	Valor R\$		Contrato	R\$ Financ.
1	2025/001	FDR	10/02/2025	99.997,61	NCR	2025/001	99.997,61
2	2025/002	FDR	16/05/2025	83.000,00	CRP	2025/001	195.000,00
3	2025/010	FDR	10/07/2025	93.781,70	CRP	2025/002	93.781,70
4	2025/003	FDR	06/11/2025	98.983,50	CRP	2025/003	98.983,50
5	2025/003	FDR	03/06/2025	84.948,63	NCR	2025/006	84.948,63
6	2025/004	FDR	25/06/2025	46.537,70	NCR	2025/007	46.537,70
7	2025/005	FDR	25/06/2025	91.319,90	NCR	2025/012A	68.810,30
						2025/012B	22.509,60
8	2025/009	FDR	03/07/2025	67.093,47	NCR	2025/015	67.093,47
9	2025/006	FDR	25/06/2025	51.000,00	NCR	2025/017	85.000,00
10	2025/008	FDR	30/06/2025	47.959,85	NCR	2025/018A	36.000,00



						2025/018B	11.000,00
11	2025/007	FDR	27/06/2025	58.633,00	NCR	2025/019	75.880,00
12	2025/011	FDR	10/07/2025	100.000,00	NCR	2025/022	100.000,00
13	2025/013	FDR	10/07/2025	62.970,00	NCR	2025/026	62.970,00
14	2025/012	FDR	10/07/2025	62.434,18	NCR	2025/027	62.434,18
15	2025/016	FDR	25/09/2025	98.157,97	NCR	2025/031	98.157,97
16	2025/015	FDR	25/09/2025	90.299,21	NCR	2025/032	90.299,21
17	2025/018	FDR	26/09/2025	73.312,39	NCR	2025/034	73.312,39
18	2025/014	FDR	23/09/2025	94.874,04	NCR	2025/035	94.874,04
19	2025/020	FDR	30/09/2025	17.338,66	NCR	2025/036	17.338,66
20	2025/021	FDR	14/10/2025	39.350,30	NCR	2025/037	39.350,30
21	2025/022	FDR	22/10/2025	32.116,49	NCR	2025/038	32.116,49
Total				1.494.108,60			1.657.355,60

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

PERSPECTIVAS PARA 2026

Na modalidade Crédito, o foco principal é continuar financiando projetos agropecuários com maior sustentabilidade, no sentido de diminuir os contaminantes e os resíduos físicos, químicos e biológicos na produção de alimentos agropecuários, buscando a melhoria nas condições de trabalho no espaço rural; o aumento da produção e da renda e o melhor aproveitamento do solo, tais como: projetos de investimentos e custeios cujas atividades e sistemas de produções sejam realizados em espaço protegido (plasticultura), especialmente o cultivo orgânico de olericultura, floricultura, fruticultura, piscicultura e produção de mudas, bem como, a implantação, ampliação e adequação de sistemas agroflorestais, inclusive a Integração Lavoura, Pecuária e Floresta – ILPF; as boas práticas agropecuárias - BPA; agroindustrialização e sistemas de irrigação localizada e de energias renováveis.

Na modalidade Social, considerando os Acordos de Cooperação vigentes, a previsão na Lei FDR que permite ao Fundo receber aporte de recursos via Emenda Parlamentar e bens oriundos de outros convênios. Espera-se que esses sejam suficientes para atender às demandas da coletividade rural local.

Considerando que os critérios de acesso e de ressarcimento das garantias complementares ficaram menos burocráticos, espera-se que tanto os produtores quanto as instituições operadoras de créditos rurais possam se valer da modalidade Aval para a contratação dos financiamentos no desenvolvimento de projetos agropecuários.

Com a propositura de alteração da Lei, visando principalmente fontes orçamentárias, também houve a sugestão de alteração nas modalidades do FDR, onde será criado o FDR-Mulher, o FDR Estrutura Rural (englobando do DR-Habituação Rural) e o FDR Associação/Cooperativas. Logo, o cumprimento das estimativas para 2026 estará vinculado a aprovação das mudanças na Lei. Por derradeiro, prevendo as retribuições anuais provenientes das CDUs e das CDRUs – Fonte 171 e dos retornos dos financiamentos concedidos anteriormente – Fonte 123 estima-se para o exercício de 2026 uma arrecadação na ordem de R\$3.079.126,04 (três milhões, setenta e nove mil, cento e vinte e seis reais e quatro centavos), destinando-se os recursos conforme proposto no quadro a seguir:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

PREVISÃO 2026	ARRECADAÇÕES			DESTINAÇÃO						
	Retorno de Financ.	Taxas de Arrenda.	Total	SOCIAL	HABITAÇÃO	5% IFRAESTRUTURA FDR	AVAL	BRB	CRÉDITO	TOTAL
	Fonte 123	Fonte 171						Operc. Fundo		
JAN	480.172,25	51.929,51	532.101,76	0	0	26.605,09	53.210,18	19.625,00	432.661,50	532.101,76
FEV	113.588,54	51.929,51	165.518,05	0	0	8.275,90	16.551,81	19.625,00	121.065,34	165.518,05
MAR	308.676,98	51.929,51	360.606,49	0	0	18.030,32	36.060,65	19.625,00	286.890,52	360.606,49
ABR	264.414,58	51.929,51	316.344,09	0	0	15.817,20	31.634,41	19.625,00	249.267,48	316.344,09
MAI	391.083,08	51.929,51	443.012,59	0	0	22.150,63	44.301,26	19.625,00	356.935,70	443.012,59
JUN	173.350,37	51.929,51	225.279,88	0	0	11.263,99	22.527,99	19.625,00	171.862,90	225.279,88
JUL	465.439,46	51.929,51	517.368,97	0	0	25.868,45	51.736,90	19.625,00	420.138,62	517.368,97
AGO	151.892,97	51.929,51	203.822,48	0	0	10.191,12	20.382,25	19.625,00	153.624,11	203.822,48
SET	137.083,86	51.929,51	189.013,37	0	0	9.450,67	18.901,34	19.625,00	141.036,36	189.013,37
OUT	210.236,72	51.929,51	262.166,23	0	0	13.108,31	26.216,62	19.625,00	203.216,30	262.166,23
NOV	334.108,11	51.929,51	386.037,62	0	0	19.301,88	38.603,76	19.625,00	308.506,98	386.037,62
DEZ	49.079,12	51.929,51	101.008,63	0	0	5.050,43	10.100,86	19.625,00	66.232,34	101.008,63
TOTAL	3.079.126,04	623.154,12	3.702.280,16	0	0	185.114,01	370.228,02	235.500,00	2.911.438,14	3.702.280,16

Retorno de Financiamentos – controle de recebíveis do FDR

Taxas de Arrendamentos – previsão com base em arrecadações anteriores pela SEAGRI/DF



15101 - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal - SECOM, criada por meio do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, teve seu regimento interno aprovado por meio do Decreto nº 41.285, de 30 de setembro de 2020, tem atuação e competência nas áreas de publicidade governamental, campanhas educativas e de interesse público, constituindo-se no órgão central do sistema de comunicação social do Governo do Distrito Federal no que concerne a relações públicas, imprensa e atividades de comunicação social.

Nos termos da legislação vigente, à Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal-SECOM, órgão da Administração Direta do Governo do Distrito Federal e órgão central do Sistema de Comunicação Social do Governo do Distrito Federal, compete:

- I - Planejar, coordenar e executar a política de comunicação do Governo;
- II - Executar a publicidade governamental e campanhas educativas e de interesse público, bem como a comunicação corporativa da Administração Direta do Governo;
- III - Subsidiar à elaboração de minutas de editais e seus anexos para a contratação de prestadores de serviços de publicidade governamental e comunicação corporativa encaminhados pelas unidades administrativas dos órgãos e entidades integrantes da Administração Direta e Indireta do Governo do Distrito Federal;
- IV - Proceder ao relacionamento do Governo com os órgãos de comunicação; e
- V - Realizar atividades de relações públicas do Governo.

Todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Governo do Distrito Federal ficam obrigados, sob pena de responsabilidade, a facilitar a execução das atividades da Secretaria de Comunicação e a fornecer os elementos necessários ao exercício de suas competências. Para tanto, integram o Sistema de Comunicação Social do Governo do Distrito Federal todas as assessorias de comunicação, ou unidades similares, dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal

Cabe ainda à SECOM, produzir e divulgar o conteúdo informativo institucional do Governo do Distrito Federal, cumprindo a missão de fazer da comunicação um instrumento de cidadania.

Nesse sentido, tem-se como atribuições da Secretaria, promover o acesso da população às informações de todas as ações de governo, prestando contas da gestão administrativa do Governo do Distrito Federal, além de conferir excelência e garantir transparência aos atos da Administração Pública, visando contribuir para democratizar a comunicação do Distrito Federal.

Como forma de aproximar o Estado do cidadão, trazendo mais transparência e credibilidade às ações governamentais, realiza a publicação dos atos, programas, obras, serviços e ações desenvolvidas por meio dos órgãos e entidades da Administração Pública do GDF, permitindo, assim, o cumprimento de políticas públicas em diversos segmentos de atuação do Estado, como levar ao conhecimento dos cidadãos ações sobre saúde, meio ambiente, educação, ciência, tecnologia, inovação, esporte, cultura, turismo, lazer, segurança, desenvolvimento econômico, desenvolvimento rural, desenvolvimento urbano, abastecimento, habitação, infraestrutura, transporte, trabalho, direitos humanos, cidadania, justiça, juventude e relações internacionais e institucionais.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	7	0	3	10
Comissionados sem vínculo efetivo	0	113	0	0	113
Requisitados de órgãos do GDF	0	9	0	0	9
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	129	0	3	132
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	3	3
Total Geral	0	129	0	0	129

A Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal conta com 10 servidores efetivos do quadro próprio da SECOM, estando 3 cedidos; 9 requisitados de outros órgãos do GDF; e 113 servidores sem vínculo efetivo com o GDF. Dessa forma, há 129 pessoas na força de trabalho.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	260400,0	143925,00	143924,02	143924,02
0015 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	260400,0	143925,00	143924,02	143924,02
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	210000,0	310000,00	224264,04	191264,04
0004 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DISTRITO FEDERAL	210000,0	310000,00	224264,04	191264,04
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000,0	11319,3	5369,0	5369,0
0013 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	1000,0	11319,3	5369,0	5369,0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	471400,00	465244,30	373557,06	340557,06



Programação Orçamentária Realizada

Ressalta-se que no exercício de 2025 foram realizados 29 (vinte e nove) acertos de contas de servidores.

Informa-se, também, que foram pagas, mensalmente, no decorrer do ano de 2025, parcelas referentes à conversão de Licença Prêmio em pecúnia para 04 (quatro) servidores aposentados da SECOM.

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
6057 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	31580608,0	17579857,00	17578996,77	11516451,34
0001 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL- REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-DF	9601723,0	6205486,00	6204626,36	4542240,81
0002 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-SOLUÇÕES DE COMUNICAÇÃO DIGITAL-DF	21978885,0	11374371,00	11374370,41	6974210,53
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	200000000,0	199970000,0	199961565,21	168575469,37
0002 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- PUBLICIDADE E PROPAGANDA- INSTITUCIONAL-DISTRITO FEDERAL	130000000,0	129970000,0	129961565,21	109109357,15
0004 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- PUBLICIDADE E PROPAGANDA- UTILIDADE PÚBLICA-DF	70000000,0	70000000,0	70000000,00	59466112,22
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	231580608,00	217549857,00	217540561,98	180091920,71

Programação Orçamentária Realizada

No que tange a Comunicação Social, o objetivo é informar os cidadãos sobre as ações e serviços do Governo do Distrito Federal de forma transparente e unificada. Ao longo de 2025, por meio das atividades de Comunicação Digital, a Secretaria de Comunicação executou campanhas, que englobam tanto os conteúdos diários, quanto as campanhas digitais.

Dentro de suas competências legais, a Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal - SECOM-DF é responsável pela coordenação e realização de ações publicitárias institucionais, contemplando as modalidades Institucional/Governamental e Institucional/Legal e as ações de utilidade pública da Administração Direta do Governo do Distrito Federal - GDF.

A publicidade Institucional/Governamental destina-se a divulgar atos, ações, programas, obras, serviços, campanhas, metas e resultados dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Distrito Federal, com os objetivos de atender ao princípio da publicidade; de valorizar e fortalecer as instituições públicas; e de estimular a participação da sociedade no debate, no controle e na formulação de políticas públicas. A publicidade de Utilidade Pública visa informar, orientar, prevenir ou alertar a população sobre temas de interesse social, e adoção de comportamentos que gerem benefícios individuais ou coletivos.

Nas ações de publicidade institucional, foram veiculadas as seguintes campanhas:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

1. Ampliação dos restaurantes comunitários	124. Distrito Junino
2. Aniversário das regiões administrativas	125. Pagamento digital no transporte público
3. Entrega de unidades habitacionais	126. DF no Ponto
4. Qualidade de vida no DF	127. Street League Skateboarding
5. Menor taxa de homicídio dos últimos anos	128. Programa Preparação DF
6. Casamento Comunitário	129. Cerrado Cup
7. Drenar DF	130. e-Candangão
8. Transportes públicos mais seguros	131. Novos detectores fetais na rede pública
9. Corrida de Reis	132. Zebrinha elétrico
10. Saúde Mais Perto do Cidadão	133. DF referência em ações para imigrantes
11. GDF Mais Perto do Cidadão	134. Hotel Social
12. Inauguração de Cepi	135. Capital Moto Week
13. Cartão PDAF	136. Centro Interescolar de Línguas
14. EducaDF Digital	137. Pesquisa Distrital de Segurança Pública (PDSP)
15. Iluminação em LED no DF	138. Festa do Morango
16. Contratação de profissionais da saúde	139. Referência nacional em sustentabilidade e tecnologia
17. Castração de cães e gatos	140. Novos ônibus para o DF
18. Programa Nasce uma Estrela	141. Obras na Epig
19. Pagamento de IPVA	142. Festa da Uva
20. Inauguração de campos sintéticos	143. Inauguração de centros educacionais
21. Recuperação da DF-345	144. DIU de cobre
22. Carnaval	145. Hospital Veterinário Público do DF (Hvep)
23. DF com a menor taxa de analfabetismo do Brasil	146. Carteira assinada
24. Vai de Graça	147. Wi-Fi Social
25. Lazer para Todos	148. O Maior São João do Cerrado
26. Inauguração da Escola Integral Bilíngue Libras-Português do Plano Piloto	149. Projeto Viver 60+
27. Recuperação da DF-180	150. Rolês de graça no DF
28. Aniversário de Brasília	151. Tempo seco no DF
29. Reajuste salarial para as forças de segurança	152. Novo centro cirúrgico no Hospital de Base
30. Gamifica DF	153. 14º Circuito de Ciências do DF
31. Ampliação do metrô de Samambaia	154. Delegacia de Polícia do Lago Sul
32. Cine Brasília	155. Programa Melhorias Habitacionais
33. Privatização da Rodoviária do Plano Piloto	156. Novo sistema de abastecimento de água
34. Conselho de Juventude do DF	157. Projeto De Cara Nova
35. Edital para ampliação da Rodoviária de Integração do BRT Sul	158. Expoabra
36. Aprovação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)	159. Reabertura do Autódromo de Brasília
37. Laboratório de Representação Facial Humana (LRFH)	160. Cesta Verde
38. Reforma da Rodoviária do Gama	161. Programa Educação Precoce
39. Pagamento de benefícios	162. Setembro Amarelo
40. Dia da Mulher	163. Festival de Cinema Brasileiro
41. Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	164. Centros Olímpicos e Paralímpicos
42. Pontes para o Mundo	165. Show da Katy Perry
43. Saúde mais perto do cidadão – A Tenda+	166. Vacinação contra o sarampo
44. Vacinação contra o HPV ampliada	167. Programa de Aluguel Social
45. Hvep Móvel	168. Ranking de segurança viária no Brasil
46. Planetário de Brasília	169. Grandes conquistas deste GDF
47. Investimentos na rede pública de ensino	170. Número de leitos ampliado no DF
48. Vagas no Centro Interescolar de Esportes (Cief)	171. Cartão Uniforme Escolar
49. Pavimentação da entrada principal de Sobradinho	172. UPA, UBS e hospitais
50. Novos Zebrinhas	173. Skate Park reformado
51. Jardim Botânico	174. Cartão Vermelho para o Racismo
52. Patinetes elétricos	175. Centro de Convivência do Idoso
53. Jogo Brasil x Colômbia	176. Nova marginal da BR-040
54. Cartão Gás	177. Vacinação antirrábica
55. Reforma da Piscina com Ondas	178. Vagas para a educação
56. Faixas exclusivas para BRT	179. Comitê Distrital para Apoio a Migrantes, Refugiados e Apátridas (CDAM)
57. Entrega de escrituras e contratos (Pró-DF II e Desenvolve-DF)	180. STU National Street Finals
58. Teatro Nacional Claudio Santoro	181. Inauguração de escola classe
59. Final do Candangão	182. Reforço na segurança pública
60. Hemocentro de Brasília	183. Realização do Enem
61. Vacinação	184. W3 Sul reformada
62. DF referência nacional no combate à fome	185. COP30
63. Pronto-socorro odontológico do Hospital Regional do Gama	186. Programão de fim de semana
64. Festa da Goiaba	187. Programa de Apoio aos Protetores de Animais
65. Acompanhe as redes do GDF	188. Retrospectiva
66. DF Culture	189. Programa Água Legal
	190. City Tour
	191. Nomeações
	192. Campanha SLU



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

67. DF no ranking de capital mais sustentável do Centro-Oeste	193. Campanha de Combate à Dengue
68. Novo aparelho de ressonância magnética	194. Campanha RenovaDF
69. Carro da Vacina	195. Campanha QualificaDF
70. Incentiva DF	196. Campanha Volta às Aulas
71. Campanha Páscoa Solidária	197. Campanha Minuto Contra a Dengue
72. Campeonato Mundial de Marcha Atlética por Equipes	198. Campanha Esta é a Nossa História
73. Jogos Escolares do Distrito Federal (JEDF)	199. Campanha Tá na Hora! Tá na Sua Mão!
74. Aprova DF	200. Campanha Modo Chuva On
75. Datas comemorativas	201. Campanha Mulheres do DF
76. Rolê gastronômico nas feiras do DF	202. Campanha Cada Lixo no Seu Canto
77. Nova carteira de identidade gratuita para crianças e adolescentes	203. Campanha Brasília 65 Anos – O Melhor Tempo é Agora
78. Cartão Mobilidade	204. Campanha Tudo Sobre o GDF
79. Ampliação do horário do metrô aos domingos	205. Campanha Coleta Seletiva
80. Operação Verde Vivo	206. Campanha Mobilidade que Transforma
81. Show da Lady Gaga no Brasil	207. Campanha IPTU em Dia, Sua Cidade Melhor
82. Ampliação da rede de saúde mental	208. Campanha Entre Mães, um Amor que Alimenta
83. Projeto Absorva o Bem	209. Campanha Proteção aos Animais
84. Cinema Inflável	210. Campanha Agasalho Solidário
85. Copa do Mundo Feminina no DF	211. Campanha Rolê nas RAs
86. Passe livre no transporte público para mulheres com medida protetiva	212. Campanha Doação de Sangue
87. Centro de Referência da Mulher Brasileira	213. Campanha Só Quem é do DF Entende
88. Programa Igreja Legal	214. Campanha Salve Todas
89. Formatura de policiais militares	215. Campanha GDF nas Ruas
90. Universidade do Distrito Federal (UnDF)	216. Campanha O Câncer Não Espera. O GDF Também Não
91. Brasília Game Festival	217. Campanha OperaDF
92. Doação de leite materno	218. Campanha Vem Brincar Comigo
93. Sorteio Nota Legal	219. Campanha Negocia DF
94. Projeto Meninas em Ação	220. Campanha Pontes para o Mundo
95. Festas do Dia da Diversidade Cultural	221. Campanha Jogos da Juventude
96. Duplicação da DF-140	222. Campanha Outubro Rosa
97. Inscrições do Enem	223. Campanha Por Dentro da Casa
98. Cinco anos do Cartão Prato Cheio	224. Campanha Combate ao Racismo
99. Hospital modular anexo ao Hospital Regional de Samambaia	225. Campanha Novembro Azul
100. Programa Material de Construção	226. Campanha GDF Tá On
101. Centro Integrado de Inteligência Artificial (Ciia)	227. Campanha Agenda Cultural
102. Programa DF Social	228. Campanha Nosso Natal
103. Projeto Em um Piscar de Olhos	229. Campanha Doar Sangue Move o DF
104. Investimentos em merenda escolar da rede pública	230. Campanha Turismo no DF
105. Mais linhas de ônibus em circulação	231. Campanha Medicamento em Casa
106. Segurança alimentar	232. Campanha Balanço de Obras
107. Projeto Um Novo Olhar para a Melhor Idade	233. Campanha Especial: Cartão Creche, Uniforme Escolar e Material Escolar
108. AgroBrasília	234. Campanha Festas de Final de Ano
109. Ipês	235. Campanha Balanço da Cultura
110. Campus Party	236. Campanha Balanço da Saúde
111. Curso de Educação Profissional e Tecnológica	237. Campanha Balanço do Desenvolvimento Social
112. Innova Summit	238. Campanha Balanço da Segurança
113. Segurança nas UPAs	239. Campanha Dicas para as férias no DF
114. Protocolo Sinal de Busca Imediata de Desaparecidos	240. Campanha Balanço da Educação
115. Recorde na produção de grãos	241. Campanha Balanço do Esporte
116. Oncologia ampliada no Hospital de Base	242. Campanha Balanço da Agricultura
117. Inscrição EJA	243. Campanha Balanço do Transporte
118. Oportunidades de emprego	244. Campanha Balanço de Proteção Animal
119. QualificaDF Móvel	245. Campanha Direção Consciente
120. Pró-Jovem Digital	246. Campanha Moradias no DF
121. Projeto Restaurando Sorrisos	
122. Reajuste do valor do Cartão Creche	
123. Projeto Na Sua Hora	

Na ação de utilidade pública, foram veiculadas 19 (dezenove) campanhas:

1. Campus Party e Innova Summit;
2. Dengue 2025;
3. Entregas;
4. Oncologia;



5. Vai de graça;
6. PDOT;
7. Brasília 65 anos;
8. Cartão material escolar;
9. Salve todas;
10. Combate à Dengue 2025;
11. Conteúdos Mensais Utilidade Pública do GDF;
12. Conteúdos Mensais Utilidade Pública do GDF II;
13. Doação de Leite Materno;
14. Doação de Sangue;
15. IPTU 2025;
16. Negocia DF;
17. Prevenção aos Incêndios Florestais 2025;
18. Proteção Animal no DF; e
19. Transporte e Mobilidade.

Em relação às Atividades de Comunicação Social produzidas pelo site da Agência Brasília, por meio da equipe jornalística, a SECOM, apresentou, no exercício de 2025, os seguintes resultados.

Matérias produzidas:

REPORTAGEM	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Matérias produzidas	245	233	255	243	230	196	226	199	201	222	167	143

Total de 2.560 matérias produzidas

Matérias editadas e publicadas, incluindo, matérias de outros órgãos:

EDIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Matérias editadas e publicadas	640	751	772	790	827	783	811	888	877	884	760	682

Total: 9.465 matérias editadas e publicadas

Produção de matérias de conteúdo audiovisual jornalístico para a Agência Brasília e vídeos de cobertura disponibilizados para a imprensa:

VÍDEO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Matérias de vídeo produzidas	89	100	78	83	91	66	97	88	79	80	77	64

Total: 992 pautas acompanhadas que gerou algum material de vídeo

Fotos realizadas e tratadas pela Agência Brasília:

FOTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Fotos recebidas	1001	442	576	1155	690	384	303	313	229	600	327	120
Álbuns	128	123	135	147	137	100	122	116	110	125	110	91

Total: 6.140 fotos recebidas e 1.444 álbuns produzidos e disponibilizados
Média de visualizações das fotos por mês: 1.836.536

Demandas recebidas pelo setor de Atendimento à Imprensa da Agência Brasília:

DEMANDA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Demandas recebidas	680	787	803	667	705	536	834	787	722	966	860	821

Total de demandas recebidas no exercício de 2025: 9.168 demandas.

A SECOM apresenta o seguinte panorama do site da Agência Brasília, referente ao exercício de 2025:

Visualizações do site em 2025: 7.698.574

Média mensal em 2025 de 641.547 visualizações

Usuários ativos em 2025: 3.285.308

Matérias mais lidas:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

- 1 - Brasília 65 anos: Veja programação completa dos três dias de comemorações (75.940 visualizações)
<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/w/brasil-65-anos-veja-programacao-completa-dos-tres-dias-de-comemorações>
- 2 - Vai de Graça cai no gosto da população e tem alta adesão (35.373 visualizações)
<https://agenciabrasilia.df.gov.br/w/vai-de-graca-cai-no-gosto-da-populacao-e-tem-alta-adesao/>
- 3 - GDF abre inscrições para estágio em níveis médio, técnico e superior (34.104 visualizações)
<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/w/gdf-abre-inscricoes-para-estagio-em-niveis-medio-tecnico-e-superior/>
- 4 - Educação no DF ganha novo fôlego com ampliação de vagas, valorização de professores e investimentos em infraestrutura (30.799 visualizações)
<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/w/educacao-no-df-ganha-novo-folego-com-ampliacao-de-vagas-valorizacao-de-professores-e-investimentos-em-infraestrutura>
- 5 - GDF Saúde aprova novos valores de contribuição para os beneficiários (29.941 visualizações)
<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/w/gdf-saude-aprova-novos-valores-de-contribuicao-para-os-beneficiarios>

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10583 - ALCANCE DAS CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS REALIZADAS	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	71,00	67,69	72,00	54,02	73,00	X	74,00	X	RELATÓRIO DE ALCANCE CONFECCIONADO PELAS AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE QUE POSSUEM CONTRATOS COM A SECCOM.
Justificativa: 2024 - As campanhas publicitárias veiculadas pela Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM no ano de 2024, alcançou o índice de 95,3% da meta esperada, tendo atingido o índice de 67,69% dos 71% desejados. O resultado apresentado abaixo do índice desejado é justificado pelo não fechamento dos relatórios de novembro e dezembro, das campanhas que compõe o índice, pelas agências de publicidade, visto que as agências de publicidade têm prazo de até 60 dias, após o término da campanha para enviar os referidos relatórios. 2025 - As campanhas publicitárias veiculadas pela Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM no ano de 2025, alcançaram o índice de 54,02% da meta esperada, que equivale a 75,02% dos 72% desejados. O resultado apresentado abaixo do índice desejado é justificado pelo meio analisado, visto que os relatórios de resultado apresentaram o alcance apenas do meio TV, sem considerar o alcance dos demais meios de comunicação, inclusive internet, que atualmente possui um dos maiores alcances de campanha.													
10584 - IMPACTO E ENTENDIMENTO DA MENSAGEM DAS CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS REALIZADAS	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	71,00	60,36	72,00	62,70	73,00	X	74,00	X	RELATÓRIO DOS INSTITUTOS DE PESQUISA CONTRATADOS PELAS AG. DE PUBLICIDADE CONTRATADAS PELA SECCOM.
Justificativa: 2024 - A mensuração do impacto das campanhas publicitárias realizadas pela Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM, no ano de 2024, bem como o entendimento de sua mensagem pelo público, alcançou 85% do índice desejado de 71%, o que representa o total de 60,36%. Seguindo recomendação do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, as pesquisas realizadas após a finalização das campanhas são alternadas entre qualitativas e quantitativas. São consideradas para fins de alcance do indicador, apenas as campanhas que foram analisadas por meio da pesquisa quantitativa. 2025 - A mensuração do impacto das campanhas publicitárias realizadas pela Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM, no ano de 2025, bem como o entendimento de sua mensagem pelo público, alcançou de 62,7%, que equivale a 87,08% do índice desejado de 72% para o exercício. Seguindo recomendação do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, as pesquisas realizadas após a finalização das campanhas são alternadas entre qualitativas e quantitativas. Motivo pelo qual, foram consideradas, para fins de alcance do indicador, somente as campanhas que foram analisadas por meio da pesquisa quantitativa.													

8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	20000,0	6293,0	0	0
0058 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	20000,0	6293,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	19271920,0	20691920,00	17936713,02	17893213,02
0011 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	19271920,0	20691920,00	17936713,02	17893213,02
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1174800,0	1104800,00	968857,81	966357,81



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0008 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DISTRITO FEDERAL	1174800,0	1104800,00	968857,81	966357,81
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	445000,0	703459,82	673325,13	668660,35
0018 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DISTRITO FEDERAL	445000,0	703459,82	673325,13	668660,35
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	100000,0	201496,39	192298,1	192298,1
0013 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	100000,0	201496,39	192298,1	192298,1
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	90000,0	80476,0	80468,00	73808,51
0006 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	90000,0	80476,0	80468,00	73808,51
TOTAL - 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO	21101720,00	22788445,21	19851662,06	19794337,79

Programação Orçamentária Realizada

Ao longo do exercício de 2025, a SECOM executou as obrigações patronais, concedendo benefícios a servidores, tais como: auxílio-creche, auxílio-alimentação e auxílio-transporte.

A execução administrativa obteve êxito, tendo sido adquirido os bens e serviços necessários para o bom andamento das atividades e funcionamento do órgão. A gestão eficiente de pessoal e de suprimentos por meio, dentre outras aquisições e realizações, da contratação de licença de uso do software, contribuiu de forma significativa para a melhoria contínua na entrega dos serviços públicos à população,

Programação Orçamentária não Executada

4088.0058 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES: os recursos orçamentários disponibilizados foram insuficientes para viabilizar a capacitação do número previsto de dois servidores da SECOM-DF.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Não houve realizações extraordinárias no ano de 2025.



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2025, as ações desenvolvidas pela SECOM, procuraram cumprir a programação orçamentária e financeira estabelecida para o exercício, bem como o Plano Anual de Publicidade para 2025, que contemplou as ações de publicidade executadas pelas agências de publicidade e propaganda que atendem o governo, reunindo as demandas das diversas Secretarias de Estado que compõem a Administração Direta do Governo do Distrito Federal - GDF.

Para o exercício de 2026, as perspectivas são que a SECOM-DF possa continuar desempenhando suas atribuições com eficácia e eficiência, realizando suas atividades programadas para o exercício, tanto nas questões administrativas como orçamentárias, atendendo às demandas internas e na atividade fim, prestando contas das ações governamentais para a população do Distrito Federal, com foco na otimização dos recursos e na melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade.



16101 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Sistema de Arte e Cultura - SAC-DF é composto por órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta e por esferas de articulação e participação social, destinado a formulação, financiamento e gestão das políticas públicas de cultura no Distrito Federal, consoante a Lei Complementar nº 934 de 07 de dezembro de 2017, que instituiu a Lei Orgânica da Cultura do Distrito Federal. A instituição do SAC-DF e a formalização do Plano de Cultura do Distrito Federal ratificam a adesão ao Sistema Nacional de Cultura e ao Plano Nacional de Cultura, que trata a Lei federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Nesse sentido, o SAC-DF se insere no Sistema Nacional de Cultura, articulando-se com a sociedade e os demais entes federativos do Brasil e tendo como essência, a coordenação e a cooperação para fortalecimento, democratização e eficiência na gestão pública da cultura, cujos objetivos são os seguintes:

- Promover a formação artístico -cultural, a capacitação profissionalizante, a ampliação das artes e da cultura inclusivos, o aperfeiçoamento e o intercâmbio entre gestores culturais, produtores, pesquisadores, artistas e outros profissionais da cultura, dando prioridade aos artistas com deficiência e aos estabelecidos no Distrito Federal;
- Criar mecanismos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do SAC-DE;
- Descentralizar para as regiões administrativas do Distrito Federal as ações e os recursos no campo da cultura;
- Estabelecer parcerias entre os setores público e privado e as entidades sem fins lucrativos na cultura;
- Viabilizar a manutenção de equipamentos culturais e o fomento à realização de sua programação, respeitando a necessidade e as especificidades da acessibilidade;
- Viabilizar manutenção, conservação, restauro, promoção, valorização da memória e demais ações voltadas ao tombamento e ao registro do patrimônio material e Imaterial, histórico e artístico-cultural, bem como estimular, promover e apoiar os projetos culturais de preservação do patrimônio cultural material e imaterial;
- Promover, nacional e internacionalmente, a arte e a cultura do Distrito Federal por meio de ações de promoção, difusão e Intercâmbio;
- Reconhecer, valorizar e apoiar as manifestações culturais sacro-religiosas, populares, gospel, tradicionais, indígenas e afro-brasileiras e o segmento de arte inclusive e de grupos culturais historicamente excluídos;
- Ampliar o acesso da população à fruição de bens e serviços culturais, efetivando direitos culturais, especialmente para a população em situação de vulnerabilidade social;
- Promover a sensibilização para a arte e a cultura;
- Fortalecer as redes de organizações da sociedade civil, coletivos, grupos informais e de pessoas físicas que atuam nos diversos segmentos da cultura, priorizando aqueles residentes no Distrito Federal, inclusive a rede Cultura Viva;
- Estruturar, desenvolver e fortalecer a economia criativa, incluindo o estímulo ao empreendedorismo, a inovação e o desenvolvimento de suas cadeias, arranjos produtivos e territórios criativos;
- Estimular a pesquisa, a sistematização de dados, a formulação de Indicadores, a documentação e a difusão de informações culturais;
- Promover gestão pública compartilhada e participativa, potencializando as Iniciativas culturais;
- Assegurar partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais das regiões administrativas;
- Proteger e aperfeiçoar os espaços destinados às manifestações culturais com adaptações aos portadores com deficiências;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

- Promover, nacional e internacionalmente, a cultura e a arte do Distrito Federal por meio de programas, acordos e cooperações, inclusive com organismos, Estados, entidades públicas e privadas; e
- Estimular, divulgar e fomentar projetos culturais ou turísticos que já tenham reconhecimento do Poder Legislativo, Instituídos em lei distrital ou federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	18	14	141	85	258
Comissionados sem vínculo efetivo	44	61	0	0	105
Requisitados de órgãos do GDF	4	8	6	2	20
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	75	0	75
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	30	0	30
Terceirizados (FUNAP)	0	0	19	0	19
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	66	83	271	87	507
(-) Cedidos para outros órgãos	2	0	6	7	15
Total Geral	64	83	265	80	492

No ano de 2025, a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do DF remunerou 492 servidores, de acordo com o quadro acima, incluindo efetivos, comissionados, requisitados, estagiários, menor aprendiz/projeto jovem candango e sentenciados da FUNAP.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	3000000,0	3131937,00	3131936,42	3131936,42
0124 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	3000000,0	3131937,00	3131936,42	3131936,42
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	600000,0	161000,00	105366,58	93937,44
0076 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	600000,0	161000,00	105366,58	93937,44



9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10000,0	3014801,0	2833325,75	2833325,75
0014 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - VALORES REFERENTES A SALDO DE CONVÊNIOS FEDERAIS - DISTRITO FEDERAL	10000,0	3014801,0	2833325,75	2833325,75
9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO	1000000,0	1,00	0	0
0044 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR - DISTRITO FEDERAL	1000000,0	1,00	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	4610000,00	6307739,00	6070628,75	6059199,61

Programação Orçamentária Realizada:

Ação 9041 CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO

No exercício de 2025, conforme programação da Secretaria e obedecendo à ordem cronológica, concedeu-se a conversão de licença prêmio em pecúnia de janeiro a dezembro, um total de 599 servidores aposentados no valor de R\$ 3.131.936,42 (Três milhões, cento e trinta e um mil, novecentos e trinta e seis reais e quarenta e dois centavos), conforme o Decreto nº 40.208/2019.

Ação 9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL

No exercício de 2025, teve pagamentos efetuados a restituição de salário de 15 servidores cedidos de outros órgãos.

Ação 9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

Teve Devolução de saldo remanescente do Convênio nº 898783/2020 entre a União e a SECEC/DF e devolução de recursos relativos à Lei Paulo Gustavo.

Programação Orçamentária não Executada:

Ação 9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO - Em defesa do interesse público, a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, roga que, em virtude do poder discricionário, não sejam deferidos pedidos de conversão de licença-prêmio em pecúnia no exercício financeiro atual, alinhando-se ao princípio do equilíbrio orçamentário, conforme recomendado no Ofício Circular Nº 25/2024 - SEPLAD/GAB (ID-SEI 134048263).

6217 - DF MAIS SEGURO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	576000,0	585999,12	580312,12	554634,99
8389 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	576000,0	585999,12	580312,12	554634,99
TOTAL - 6217 - DF MAIS SEGURO	576000,00	585999,12	580312,12	554634,99

Programação Orçamentária Realizada:

No que tange a ação 2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA, houve as seguintes realizações:

Ações relacionadas à reinserção do cidadão em condição de regresso no meio social, através de bolsa de ressociação, capacitação ao mercado de trabalho e valorização da mão de obra, onde foram beneficiados 19 Colaboradores Terceirizados, para prestação de serviços,



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

de mão de obra por meio de convênio com a fundação de amparo ao trabalhador preso-FUNAP, sendo copeiras e serviços gerais de baixa complexidade, no valor de 554.634,99 (Quinhentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e nove centavos) ao longo do ano de 2025.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2417 - MANUTENÇÃO DA RÁDIO CULTURA	500000,0	301459,24	298057,29	298057,29
0001 - MANUTENÇÃO DA RÁDIO CULTURA-SECRETARIA DE CULTURA-PLANO PILOTO .	500000,0	301459,24	298057,29	298057,29
2478 - MANUTENÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO	600000,0	359453,73	285045,55	218716,68
0001 - MANUTENÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO--DISTRITO FEDERAL	600000,0	359453,73	285045,55	218716,68
2590 - FOMENTO A EMPREENDIMENTOS E TERRITÓRIOS CRIATIVOS	10000,0	0,0	0	0
0001 - FOMENTO A EMPREENDIMENTOS E TERRITÓRIOS CRIATIVOS--DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
2803 - REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA	10000,0	0,0	0	0
0001 - REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA--DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
2810 - APOIO AO PROJETO CULTURA EDUCA	500000,0	209600,0	209600,0	202400,0
0001 - APOIO AO PROJETO CULTURA EDUCA--DISTRITO FEDERAL	500000,0	209600,0	209600,0	202400,0
2815 - APOIO AO CARNAVAL DE BRASÍLIA	10000,0	0,0	0	0
0001 - APOIO AO CARNAVAL DE BRASÍLIA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
2831 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	6517363,0	51444768,42	51394914,15	32011850,60
0001 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	6517363,0	51444768,42	51394914,15	32011850,60
2962 - PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	2000000,0	656960,94	274145,31	268579,33
0001 - PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL--DISTRITO FEDERAL	2000000,0	656960,94	274145,31	268579,33



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

3308 - APOIO ÀS AÇÕES DE LIVRO, LEITURA E LITERATURA	3000000,0	0,88	0	0
0001 - APOIO ÀS AÇÕES DE LIVRO, LEITURA E LITERATURA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	3000000,0	0,88	0	0
3847 - REFORMA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO	2000000,0	2000000,0	2000000,00	1992890,48
0001 - REFORMA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO--DISTRITO FEDERAL	2000000,0	2000000,0	2000000,00	1992890,48
3933 - REFORMA DE ESPAÇOS CULTURAIS	300000,0	0,0	0	0
0006 - REFORMAR O SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS - CINE BRASÍLIA	300000,0	0,0	0	0
4004 - IMPLEMENTAÇÃO DA BRASÍLIA FILM COMISSION	100000,0	0,0	0	0
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DA BRASÍLIA FILM COMISSION--DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
4012 - FOMENTO E INCENTIVO PARA A CULTURA E AS ARTES - PREMIAÇÃO HONORÍFICA	1500000,0	0,0	0	0
0002 - FOMENTO E INCENTIVO PARA A CULTURA E AS ARTES - PR - DISTRITO FEDERAL	1500000,0	0,0	0	0
4023 - DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA ARTE URBANA	810000,0	0,0	0	0
0001 - DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA ARTE URBANA--DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
0004 - Edital do Hip-Hop	800000,0	0,0	0	0
4085 - ESCOLA DE CULTURA	10000,0	0,0	0	0
0001 - ESCOLA DE CULTURA - DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
4104 - APOIO AO DISTRITO JUNINO	10000,0	0,0	0	0
0001 - APOIO AO DISTRITO JUNINO - DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
5026 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE AUDIOVISUAL	10000,0	0,0	0	0
0001 - Implantação de Projetos de Audiovisual - DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
9075 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS	146276000,0	179303748,04	178674525,29	177232933,11



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0004 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS- SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	67300000,0	59707492,00	59707491,47	59707491,47
0006 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS - Apoio Financeiro ao Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal - IHG - DISTRITO FEDERAL	700000,0	494444,04	494444,04	494444,04
0007 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS - Política Nacional Aldir Blanc - PNAB - DISTRITO FEDERAL	1000,0	39819153,0	39594926,76	39594926,76
0008 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS - PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS NO DF - DISTRITO FEDERAL	0	1000000,0	970000,00	967436,68
0009 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS - FOMENTO A PROJETOS CULTURAIS NAS CIDADES - DISTRITO FEDERAL	0	850000,0	850000,0	850000,0
0010 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS - APOIO A REALIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS - DISTRITO FEDERAL	0	262193,00	262192,76	262192,76
0011 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS - APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS EM TODO DF - DISTRITO FEDERAL	0	1600000,0	1260000,0	1260000,0
0360 - APOIO A REALIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS	4885000,0	4438136,0	4438135,77	4432135,77
0361 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS EM PROL DA COMUNIDADE DO DISTRITO FEDERAL	6500000,0	3029895,0	3029894,02	3029894,02
0362 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS	7000000,0	5040364,0	5040363,56	5031363,56
0363 - APOIO A PROJETOS DE INCENTIVO À CULTURA NO DISTRITO FEDERAL- 2025	1000000,0	900000,0	900000,00	875520,00
0364 - APOIO A EVENTOS CULTURAIS	2140000,0	3065078,0	3060743,45	3060743,45
0365 - APOIO A PROJETOS CULTURAIS NO DISTRITO FEDERAL	300000,0	1950000,0	1950000,0	1950000,0
0366 - APOIO A EVENTOS	4000000,0	2947758,0	2947757,80	2754735,71
0367 - APOIO A PROJETOS DE FOMENTO CULTURAL NO DISTRITO FEDERAL - 2025	2000000,0	2003200,0	2003200,00	2003200,00
0368 - PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS i NO DF	6000000,0	4999545,0	4999544,80	4999544,80
0369 - APOIO A CULTURA NO DISTRITO FEDERAL	2000000,0	4117802,0	4117793,62	4117793,62



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0370 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS - NO DISTRITO FEDERAL	3500000,0	3250000,0	3250000,0	3250000,0
0371 - APOIO A PROJETOS CULTURAIS NO DISTRITO FEDERAL - 2025	4500000,0	5804929,0	5804928,24	5804038,24
0372 - APOIO A PROJETOS CULTURAIS EM TODO O DF	5800000,0	5429992,0	5429991,04	5429991,04
0373 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS - DISTRITO FEDERAL	3000000,0	4420000,0	4420000,0	4420000,0
0374 - FOMENTO A PROJETOS CULTURAIS NO DISTRITO FEDERAL	3650000,0	1672441,0	1672440,76	1672440,76
0375 - Transferência de recursos a projeto (cultura)	4550000,0	2640000,0	2639999,99	2639999,99
0376 - APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS EM TODO DF - JS	2500000,0	3199994,0	3199993,29	3194400,72
0377 - APOIO A PROJETOS	5000000,0	8300000,0	8299935,31	8299935,31
0378 - APOIO A PROJETOS CULTURAIS DF - DJ	5000000,0	4619690,0	4590691,95	3390691,95
0379 - Apoio a projetos culturais no DF	1250000,0	741775,0	741774,30	741774,30
0380 - APOIO À PROJETOS CULTURAIS	2000000,0	150000,0	150000,0	150000,0
0381 - APOIO A PROJETOS CULTURAIS pp NO DISTRITO FEDERAL	1700000,0	2849867,0	2848282,36	2848238,16
9112 - APOIO FINANCEIRO AO MEMORIAL JK	6700000,0	6651386,08	6650548,61	6650548,61
0001 - APOIO FINANCEIRO AO MEMORIAL JK-SECRETARIA DE CULTURA- PLANO PILOTO .	6700000,0	6651386,08	6650548,61	6650548,61
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	170863363,00	240927377,33	239786836,20	218875976,10

Programação Orçamentária Realizada:

No que tange a ação 2417 - MANUTENÇÃO DA RÁDIO CULTURA

Houve as seguintes realizações: Continuidade da programação jornalística, educativa e cultural, com transmissão ininterrupta, garantindo o cumprimento da missão institucional da Rádio Cultura; Regularização da outorga junto à Anatel/Ministério das Comunicações, com situação plenamente regularizada e mantida atualizada em 2025; Projeto desenvolvido em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) classificado no edital da FAP-DF, intitulado "Rádio Cultura – Passado, Presente e Futuro da Comunicação Pública"; Atuação ativa e contínua do Conselho Curador nas decisões estratégicas e editoriais da emissora; Fortalecimento e manutenção da Musiteca Clodo Ferreira, instrumento fundamental para a preservação da memória musical e cultural do Distrito Federal; Veiculação de mais de 2.700 notas jornalísticas, contemplando divulgação de eventos e projetos públicos e privados de interesse público, ações sociais, informações e serviços de utilidade pública e ações e comunicados oficiais do Governo do Distrito Federal (GDF).

Cobertura institucional de grandes eventos promovidos por órgãos do GDF; Apoio e divulgação de eventos culturais e populares realizados nas cidades satélites do Distrito Federal, ampliando o alcance territorial da emissora; Realização do evento de entrega de certificados a voluntários e parceiros da Rádio Cultura, com mais de 100 participantes agraciados, reforçando o reconhecimento institucional e o vínculo com a sociedade civil.



Ação 2478 - MANUTENÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO

A Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro, além dos tradicionais concertos às quintas-feiras a Orquestra lançou um novo vídeo no seu canal do Youtube, toda sexta, às 20h. Outra novidade, a Orquestra se apresentou em alguns locais diferentes em 2025. A cada mês, o maestro titular Cláudio Cohen montou uma programação que foi apresentada presencialmente sempre às quintas-feiras, às 20h, com repercussão de público nacional e estrangeiro.

A Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro (OSTNCS) teve uma agenda movimentada em 2025, com concertos que incluíram tributos (John Williams, Rock Sinfônico), obras de compositores europeus (Tchaikovsky, Wagner) e eventos especiais como o Espetáculo O Quebra Nozes no Ginásio Nilson Nelson e o Natal Sinfônico na Esplanada dos Ministérios, com regência do Maestro Cláudio Cohen e participação de solistas renomados, ocorrendo principalmente na Sala Martins Pena e outros locais gratuitos, sempre às quintas-feiras, focando em repertório clássico e popular.



Ação 2810 - APOIO AO PROJETO CULTURA EDUCA

O projeto "Cultura Educa": iniciativa que conecta cultura e educação, promovendo atividades artísticas, debates e reflexões para enriquecer o aprendizado, valorizar identidades e desenvolver habilidades socioemocionais em alunos e educadores, muitas vezes usando metodologias ativas e focando na diversidade cultural e no acesso à educação, como visto em projetos de mapeamento cultural e formação de professores. Articula diversas áreas como Língua Portuguesa, História, Artes, Sociologia, e outras, em torno de temas culturais; utiliza rodas de conversa, oficinas, festivais, e práticas que colocam o aluno como protagonista; foca na identidade cultural, ancestralidade e vivências diversas para combater preconceitos e promover inclusão; oferece formação para professores sobre políticas públicas, cultura digital e práticas pedagógicas inovadoras e cria mapas participativos de cultura e educação para reflexão e controle social, beneficiando milhares de estudantes e professores.

Ação 2831 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS

Em 2025, foram realizadas inúmeras atividades culturais no Distrito Federal como por exemplo: Fiscalização Projeto Brasília da Utopia à Capital que é o tema de uma exposição itinerante que explora a história, urbanismo, arquitetura modernista e o simbolismo da criação de Brasília, mostrando a cidade como um projeto político e cultural; Encontro Nacional de Gestores de Cultura que teve trocas de experiências e de debates em torno dos desafios da administração e comunitária de equipamentos culturais. Serviços de tradução de libras e realização de eventos, Participação do Concerto da Orquestra Sinfônica, Lançamento do edital Arranjos Regionais que visa estimular o setor audiovisual.

Ação 2962 - PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Espaço Cultural Renato Russo é um centro cultural de Brasília, cujas origens remontam a 1974. Polo de difusão, experimentação e inovação em termos de cultura em Brasília, possui inúmeras salas e compartimentos internos, que permitem a realização de sua vocação



multilinguagens, contando com teatros e auditórios para espetáculos de artes cênicas, audiovisual e palestras; galerias para exposições de artes visuais; uma biblioteca referência em artes e cultura, que conta com seções específicas de gibiteca, fanzinoteca e musiteca; e espaços para ministrar cursos e oficinas de artes e assuntos correlatos.

Apenas no ano de 2025, foram atendidas cerca de 75 mil pessoas, foram apresentadas centenas de peças de teatro e foram exibidas cerca de 40 exposições, além de oficinas diárias e ininterruptas ao longo do ano. Público visitante e usuários estimados da Biblioteca de Artes Ethel de Oliveira Dornas/Gibiteca TT Catalão do ECRR, Fanzinoteca Zenaide Lustosa Elvas Nogueira e Musiteca Clodo Ferreira: 15.000 pessoas.

Durante todo o ano o Espaço está aberto ao recebimento de pautas espontâneas que não estão necessariamente relacionadas ao tema de cada mês. Além disso, o acervo e espaço da Biblioteca/Gibiteca/Fanzinoteca/Musiteca também está disponível para as atividades temáticas mensais, com material para consulta no local, empréstimos, audição de cds e vinis, pesquisas diversas na área artística.

Resumo das principais atividades: - Clube de Leitura de ficção foram onze no total e acrescido de dois encontros do Clube de Leitura de Quadrinhos; - Doações recebidas até dezembro/2025: 4747 obras; - Empréstimos realizados: especial 117 e registrados no Biblivre 273. Total: 390 empréstimos. - Um chamamento para voluntários visando a colaboração de estudantes das - áreas de biblioteconomia, artes cênicas, visuais e design. - Três feiras de troca de livros e gibis; - Realização do Projeto Colheita – escrita criativa e leitura de imagens (projeto contínuo); - Realização do Curso "Shake that thing" sobre história do gênero musical Blues;

O Complexo Cultural de Planaltina recebeu no ano de 2025 aproximadamente 531 atividades entre ensaios, oficinas, exposições, lançamentos de livros e contação de histórias, capoeira, circo e espetáculos de música, dança, teatro e stand up, alcançando um público total de 39.434 pessoas. Dos projetos recepcionados 39 contaram com financiamento público, sendo 29 pelo Fundo de Apoio à Cultura (FAC), 07 por Termos de Fomento e 03 pela Lei Paulo Gustavo.

Nos meses de janeiro a dezembro teve um Total de Público de 39.434 em 531 atividades realizadas, sendo que no mês de junho, nas celebrações juninas, o complexo esteve fechado para reformas, sendo assim o mês de menor público, juntamente com janeiro, mês de férias escolares em que há pouquíssimos eventos.

O Centro de Dança integra o rol de espaços culturais, contribuindo para as metas institucionais por meio do atendimento continuado à população usuária do equipamento. Em 2025, foram registrados de janeiro a dezembro um Público de 62.724 pessoas com base em registros administrativos de uso das salas, controle de frequência em atividades formativas, relatórios de ocupação e estimativas de público em apresentações, considerando as especificidades de um equipamento voltado majoritariamente à formação, pesquisa e ensaios, e não exclusivamente à visitação expositiva. O Centro de Dança atuou como equipamento cultural de caráter receptivo, cuja programação é constituída majoritariamente por propostas espontâneas da comunidade artística. Realizou ensaios técnicos e artísticos de companhias e grupos em processo de criação ou circulação de espetáculos, manteve atividades formativas em diversas linguagens da dança: contemporânea, urbana, ballet clássico, Dança afro, dança do ventre, danças populares, práticas somáticas, entre outras. Execução de oficinas, workshops e laboratórios pontuais de curta duração. Realização de atividades inclusivas e sociais, voltadas a PCDs, crianças e jovens.

Complexo Cultural de Samambaia- CCS recebeu no ano de 2025 aproximadamente 176 projetos entre ensaios, oficinas, exposições, lançamentos de livros e contação de histórias, capoeira, circo e espetáculos de música, dança, teatro, alcançando um público aproximado de 59.710 pessoas. Dos projetos recepcionados 49 contaram com financiamento público, sendo 33 pelo Fundo de Apoio à Cultura (FAC), 04 pela Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), 05 pela Lei Paulo Gustavo 02 pela Funarte, 02 pelo Conexões Cultura, 01 pelo Ministério da Cultura/Fundação Palmares e 01 pelo Ministério do Esporte.



Casa do Cantador, é um equipamento cultural Público, de caráter receptivo, cuja atuação se dá pela disponibilização gratuita do espaço para a realização de eventos culturais e artísticos, por meio de solicitações espontâneas dos nossos proponentes. A casa recebeu no ano de 2025 aproximadamente 211 atividades entre ensaios, oficinas, exposições, forró, aulas de tango, espetáculos de músicas, danças, teatro e stand up, shows, alcançando um público total de 35.060 pessoas.

Ação 3847 - REFORMA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO

Em 2025, foram retomadas e finalizadas as licitações para as fases seguintes da obra, com um consórcio liderado pela Porto Belo Engenharia vencendo a concorrência para a restauração do corpo do teatro, com investimento de R\$ 268 milhões; Foco na Modernização, as intervenções incluem melhorias significativas em acústica, elétrica, hidráulica, climatização e acessibilidade, além da recuperação de painéis de Athos Bulcão e modernização dos equipamentos cênicos (iluminação, etc.).



Ação 9075 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS CIRCUITO DE FESTEJOS JUNINOS

A Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (Secec-DF) realizou, entre os meses de Julho e Agosto, o Circuito de Festejos Juninos do DF e Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno, com encerramento nos dias 29 e 30 de agosto de 2025 na Esplanada dos Ministérios com quadrilhas campeãs e shows de Natanzinho Lima, Flávio José, Wesley Safadão, entre outros. O evento se consolidou como uma das principais iniciativas culturais do ano, reafirmando o compromisso com a valorização das tradições populares e o fortalecimento da economia criativa. Contando com um orçamento recorde de 10 milhões do Governo do Distrito Federal (GDF) - o maior já destinado ao movimento junino na história do DF, o evento percorreu nove regiões administrativas e uma cidade do Entorno durante 41 dias de programação, reunindo famílias inteiras em 14 etapas festivas, de apresentações das maiores quadrilhas juninas em dez Regiões Administrativas do DF, além de localidades do Entorno, com entrada totalmente gratuita, viabilizado por meio de um termo de colaboração firmado com a Organização da Sociedade Civil Instituto Acolher, o circuito alcançou resultados significativos em diversas dimensões culturais, econômicas e sociais. A descentralização das atividades permitiu alcançar um público expressivo e diversificado, ampliando o acesso à cultura em regiões como Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Planaltina, Taguatinga, Paranoá, Santa Maria, Sobradinho I, Riacho Fundo II. A programação foi organizada em cinco etapas, realizadas sempre de sexta a domingo.



CELEBRAÇÃO DA CONSCIÊNCIA NEGRA 2025:

Entre os dias 20 a 22 de novembro de 2025, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (Secec-DF), em parceria com a Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejus-DF), Instituto Janelas da Arte e a Emissora oficial: TV Globo e Parceiro de Mídia: Metrôpoles, realizaram o evento Consciência Negra 2025, na Praça do Museu da República com entrada gratuita. O evento, que contou com um investimento total de 7 Milhões de reais no DF, promoveu uma celebração ampla da cultura afro-brasileira, reunindo shows, exposições, feiras, oficinas e debates sobre a importância da valorização da herança africana na formação da identidade cultural e social do Brasil.

Durante três dias, a Praça do Museu da República foi transformada em um espaço cultural dedicado à celebração das raízes afrodescendentes, com atividades voltadas a públicos de todas as idades. No palco principal, grandes nomes da música negra local e nacional abrilhantaram o evento, com apresentações de artistas como Ludmilla, Alexandre Pires, Benzadeus, Uel, Timbalada, Mumuzinho, Carlinhos Brow, Psirico e vários artistas locais.

Além dos Shows, o Festival conta com: Galeria Ancestralidade Viva (Exposições, fotografia e memória); Ternda Muntu (Rodas de conversas, painéis e debates); Espaço Beleza e Moda Afro (turbantes, tranças, estética negra, moda e muita autoestima); Passarela Afrofuturo (moda, estética, oficinas e desfiles); Espaço Kitutes (gastronomia afro-brasileira); Feira Cauris (afroempreendedorismo e economia criativa) e Espaço Infantil Raízes (atividades, oficinas e contação de histórias), tudo isso de forma gratuita.



NOSSO NATAL 2025 E CELEBRA DF 2026

As festas de fim de ano organizadas pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF (Secec-DF) mobilizaram mais de 1,4 milhão de pessoas, geraram milhares de empregos e devolveram dezenas de milhões de reais aos cofres públicos, reforçando a importância das políticas culturais no Governo do Distrito Federal (GDF).



O Nosso Natal 2025, montado entre 8 de dezembro e 4 de janeiro na Esplanada dos Ministérios, superou a marca de 1 milhão de participantes em sua programação gratuita, com atividades para todas as idades e atrações que incluíram roda-gigante, pista de patinação e teatro infantil, em um ambiente pensado para acolher famílias e visitantes do DF e entorno. Segundo a Secec-DF, o evento gerou retorno financeiro superior a R\$ 60 milhões para os cofres públicos, resultado da movimentação econômica, de tributos e do consumo local.

No mesmo período, o Celebra DF 2026 reuniu mais de 400 mil pessoas em celebrações de Réveillon na Esplanada dos Ministérios e na Praça dos Orixás, com shows gratuitos que atraíram multidões para a virada do ano. A estimativa oficial é de que o festival tenha contribuído com mais de R\$ 30 milhões em arrecadação para o Distrito Federal, entre tributos e impactos diretos na cadeia de serviços.

Além do enorme público presente, os eventos impulsionaram a geração de trabalho em setores como gastronomia, cultura, logística e serviços, com cerca de 10 mil vagas diretas e 15 mil indiretas envolvidas nas operações. Os números apontam um fortalecimento da economia criativa local e a consolidação de Brasília como palco de grandes eventos públicos que combinam cultura, entretenimento e desenvolvimento socioeconômico.

Estes resultados reforçam a estratégia do GDF de integrar cultura e desenvolvimento econômico nas políticas públicas, com foco na inclusão, no acesso universal e na promoção de atividades que somam lazer, emprego e receita para o orçamento público.



FESTIVAL DE BRASÍLIA DO CINEMA BRASILEIRO

Cabe ressaltar que em 30 de agosto de 2024, firmou-se o Termo de Colaboração nº 06/2024, para realização das Edições 57ª, 58ª e 59ª do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro 2024-2027.

O 58º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro foi realizado entre os dias 12 a 20 de setembro de 2025 com programação extensa e diversa, além de levar exhibições para Planaltina, Gama e Ceilândia e foi um grande sucesso de público e de crítica. Esta edição marca também os 60 anos da primeira edição do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, realizado em 1965 sob a alcunha de Semana do Cinema Brasileiro. Em 2025, o festival teve formato ampliado, com nove dias de programação, incluindo longa-metragem e mais na seleção da Mostra Competitiva Nacional e outro na Mostra Brasília.

Ao todo foram exibidos 80 filmes, distribuídos em seis mostras, sendo elas: as tradicionais Competitiva Nacional e Mostra Brasília, quatro mostras paralelas (Caleidoscópio, Festival dos Festivais, Coletivas Identidades, História (s) do Cinema Brasileiro), além do Festivalzinho e das sessões especiais. As exhibições foram realizadas no Cine Brasília, no Complexo Cultural de Planaltina e nas unidades do Sesc no Gama e em Ceilândia. Evento reconhecido não só nacionalmente, mas também no cenário internacional. Com planejamento e transparência, a Secretaria entregou a 58ª edição com a qualidade que a sociedade e toda a comunidade cinematográfica e setor do audiovisual merecem.

Seguindo a tradição do Festival, também contou com atividades extras como debates, seminários, oficinas, homenagens, solenidades de abertura e de premiação, Ambiente de Mercado e oficinas gratuitas. Com um total de 1.702 filmes inscritos, dos quais 1.396 curtas



e 306 longas, o 58º Festival de Brasília apresentou sete longas-metragens e 12 curtas na Mostra Competitiva Nacional; cinco longas e 11 curtas do 27º Troféu Câmara Legislativa – Mostra Brasília, voltado para as produções do DF; e mais de 30 títulos nas mostras paralelas.



Ação 0010 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS - APOIO A REALIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS - DISTRITO FEDERAL

Durante o exercício de 2025, firmaram-se termos de colaboração e de fomento com intuito de promover a cultura o lazer, a geração de empregos e renda para todas as Regiões Administrativas e ainda melhorar a gestão dos espaços culturais. Foram apoiados vários projetos como o Festival Buraco do Jazz realizado no Centro Cultural Três Poderes, um evento cultural e social independente, que conta com música ao vivo (jazz, blues, funk, groove) e uma praça de alimentação, sendo sustentado pela contribuição do público.

Projeto Oficina do Bem que oferece Oficinas de Dança Charme, atividades culturais e profissionalizantes tendo impacto na inclusão, sensibilidade e beleza através da arte.

Projetos de formação de arte e cultura nas periferias são iniciativas que utilizam a arte (música, dança, teatro, literatura, audiovisual) como ferramenta de transformação social, empoderamento, inclusão e desenvolvimento comunitário, oferecendo formação, visibilidade e oportunidades para jovens e artistas locais, muitas vezes com ações como oficinas, festivais, rodas de conversa e eventos culturais.

O "Projeto Capoeira para Todos" é uma iniciativa que visa democratizar o acesso à capoeira, promovendo inclusão social, cultura afro-brasileira, saúde e bem-estar através de aulas gratuitas e abertas a todas as idades e públicos, incluindo pessoas com deficiência, utilizando-a como ferramenta de educação, cidadania e desenvolvimento comunitário em diversas cidades e instituições.

Ação 9112 - APOIO FINANCEIRO AO MEMORIAL JK

Apoio Financeiro ao Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal - IHG APOIO FINANCEIRO AO MEMORIAL JK, no período de janeiro a dezembro de 2025, foram realizados:

- 03 instruções processuais para a celebração dos termos de fomento "Manutenção e Conservação do Memorial JK", "Manutenção e conservação da Catedral de Brasília" e Despesas e Manutenção Anual do IHG-DF; Feitos 196 despachos de homologação dos Relatórios de Monitoramento e Avaliação emitidos pelos gestores das parcerias, conforme prever a Lei Nacional nº 13.019/2014, regulamentada pelo Decreto nº 37.843/2016, disciplinada pela Portaria nº 21/2020 e suas alterações; Acompanhamento da liberação das parcelas dos recursos das parcerias.

Programação Orçamentária não Executada:

2590 - FOMENTO A EMPREENDIMENTOS E TERRITÓRIOS CRIATIVOS - Ressalte-se que a ausência de execução da presente ação orçamentária decorreu do contingenciamento de dotações imposto pelo Decreto nº 47.386, de 25 de junho de 2025, o que inviabilizou a continuidade dos trâmites processuais licitatórios e dos procedimentos de chamamento público inicialmente programados. Nesse contexto, a indisponibilidade de recursos financeiros impediu o cumprimento das metas estabelecidas para o exercício, circunstância que é ora consignada como justificativa formal para o não atingimento dos objetivos previstos.



2803 - REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA - Essa ação não teve execução pela Secretaria de Cultura, ela foi promovida e realizada pela Secretaria de Turismo do Distrito Federal. Pois o recurso que tinha disponível houve ausência de execução da presente ação orçamentária decorreu do contingenciamento de dotações imposto pelo Decreto nº 47.386, de 25 de junho de 2025, o que inviabilizou a continuidade dos trâmites processuais licitatórios e dos procedimentos de chamamento público inicialmente programados. Nesse contexto, a indisponibilidade de recursos financeiros impediu o cumprimento das metas estabelecidas para o exercício, circunstância que é ora consignada como justificativa formal para o não atingimento dos objetivos previstos.

2815 - APOIO AO CARNAVAL DE BRASÍLIA - Essa ação foi realizada em outro Programa de Trabalho (Ação 9075.0004 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS), pois no Programa de Trabalho que se refere o Apoio ao Carnaval, houve ausência de execução da presente ação orçamentária decorreu do contingenciamento de dotações imposto pelo Decreto nº 47.386, de 25 de junho de 2025, o que inviabilizou a continuidade dos trâmites processuais licitatórios e dos procedimentos de chamamento público inicialmente programados. Nesse contexto, a indisponibilidade de recursos financeiros impediu o cumprimento das metas estabelecidas para o exercício, circunstância que é ora consignada como justificativa formal para o não atingimento dos objetivos previstos.

3308 - APOIO ÀS AÇÕES DE LIVRO, LEITURA E LITERATURA - Ressalte-se que a ausência de execução da presente ação orçamentária decorreu do contingenciamento de dotações imposto pelo Decreto nº 47.386, de 25 de junho de 2025, o que inviabilizou a continuidade dos trâmites processuais licitatórios e dos procedimentos de chamamento público inicialmente programados. Nesse contexto, a indisponibilidade de recursos financeiros impediu o cumprimento das metas estabelecidas para o exercício, circunstância que é ora consignada como justificativa formal para o não atingimento dos objetivos previstos.

3933 - REFORMA DE ESPAÇOS CULTURAIS - Ressalte-se que a ausência de execução da presente ação orçamentária decorreu do contingenciamento de dotações imposto pelo Decreto nº 47.386, de 25 de junho de 2025, o que inviabilizou a continuidade dos trâmites processuais licitatórios e dos procedimentos de chamamento público inicialmente programados. Nesse contexto, a indisponibilidade de recursos financeiros impediu o cumprimento das metas estabelecidas para o exercício, circunstância que é ora consignada como justificativa formal para o não atingimento dos objetivos previstos.

4004 - IMPLEMENTAÇÃO DA BRASÍLIA FILM COMISSION - Ressalte-se que a ausência de execução da presente ação orçamentária decorreu do contingenciamento de dotações imposto pelo Decreto nº 47.386, de 25 de junho de 2025, o que inviabilizou a continuidade dos trâmites processuais licitatórios e dos procedimentos de chamamento público inicialmente programados. Nesse contexto, a indisponibilidade de recursos financeiros impediu o cumprimento das metas estabelecidas para o exercício, circunstância que é ora consignada como justificativa formal para o não atingimento dos objetivos previstos.

4012 - FOMENTO E INCENTIVO PARA A CULTURA E AS ARTES - PREMIAÇÃO HONORÍFICA - Ressalte-se que a ausência de execução da presente ação orçamentária decorreu do contingenciamento de dotações imposto pelo Decreto nº 47.386, de 25 de junho de 2025, o que inviabilizou a continuidade dos trâmites processuais licitatórios e dos procedimentos de chamamento público inicialmente programados. Nesse contexto, a indisponibilidade de recursos financeiros impediu o cumprimento das metas estabelecidas para o exercício, circunstância que é ora consignada como justificativa formal para o não atingimento dos objetivos previstos.

4023- DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA ARTE-URBANA - Edital do Hip-Hop - Ressalte-se que a ausência de execução da presente ação orçamentária decorreu do contingenciamento de dotações imposto pelo Decreto nº 47.386, de 25 de junho de 2025, o que inviabilizou a continuidade dos trâmites processuais licitatórios e dos procedimentos de chamamento público inicialmente programados. Nesse contexto, a indisponibilidade de recursos financeiros impediu o cumprimento das metas estabelecidas para o exercício, circunstância que é ora consignada como justificativa formal para o não atingimento dos objetivos previstos.



4085 - ESCOLA DE CULTURA - Ressalte-se que a ausência de execução da presente ação orçamentária decorreu do contingenciamento de dotações imposto pelo Decreto nº 47.386, de 25 de junho de 2025, o que inviabilizou a continuidade dos trâmites processuais licitatórios e dos procedimentos de chamamento público inicialmente programados. Nesse contexto, a indisponibilidade de recursos financeiros impediu o cumprimento das metas estabelecidas para o exercício, circunstância que é ora consignada como justificativa formal para o não atingimento dos objetivos previstos.

4104 - APOIO AO DISTRITO JUNINO - Essa ação foi realizada em outro Programa de Trabalho (Ação 9075.0004 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS), pois no Programa de Trabalho que se refere o Apoio ao Distrito Junino houve ausência de execução da presente ação orçamentária decorreu do contingenciamento de dotações imposto pelo Decreto nº 47.386, de 25 de junho de 2025, o que inviabilizou a continuidade dos trâmites processuais licitatórios e dos procedimentos de chamamento público inicialmente programados. Nesse contexto, a indisponibilidade de recursos financeiros impediu o cumprimento das metas estabelecidas para o exercício, circunstância que é ora consignada como justificativa formal para o não atingimento dos objetivos previstos.

5026- IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE AUDIOVISUAL - Ressalte-se que a ausência de execução da presente ação orçamentária decorreu do contingenciamento de dotações imposto pelo Decreto nº 47.386, de 25 de junho de 2025, o que inviabilizou a continuidade dos trâmites processuais licitatórios e dos procedimentos de chamamento público inicialmente programados. Nesse contexto, a indisponibilidade de recursos financeiros impediu o cumprimento das metas estabelecidas para o exercício, circunstância que é ora consignada como justificativa formal para o não atingimento dos objetivos previstos.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10680 - PÚBLICO PRESENTE NOS EVENTOS CULTURAIS: ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA	UNIDADE		01/01/2001	Anual	200000,00	500000,00	200000,00	400000,00	200000,00	X	200000,00	X	SUBSECRETARIA DE DIVERSIDADE E DIFUSÃO CULTURAL - SDDC
Justificativa: 2024 - O Aniversário de Brasília de 2024 superou a expectativa inicial, devido às atrações de grande destaque e as descentralizações das celebrações, que ampliou o alcance dos eventos. O evento reafirmou o papel estratégico da cultura no Distrito Federal, fortalecendo o engajamento e a participação popular em comemorações de grande relevância. 2025 - O Aniversário de Brasília (65 anos), em 2025, contou com uma ampla programação festiva realizada na Esplanada dos Ministérios, no período de 19 a 21 de abril, com a realização de shows gratuitos de diversos artistas nacionais, reunindo centenas de milhares de pessoas. A programação incluiu, ainda, atrações complementares, como roda-gigante, espaço kids, oferta de transporte público gratuito, além de outros eventos distribuídos pela cidade. Ressalta-se que o evento comemorativo do Aniversário de Brasília, em 2025, foi promovido e organizado pela Secretaria de Estado de Turismo - SETUR, sendo o referido indicador informado pela Secretaria de Segurança Pública. O indicador estabelecido para o evento, no exercício de 2025, previa a participação de 200.000 (duzentas mil) pessoas. Conforme os dados consolidados, o público efetivamente registrado foi de 400.000 (quatrocentas mil) pessoas, o que corresponde a um percentual de alcance de 200% do indicador previsto. O resultado evidencia desempenho significativamente superior ao planejamento originalmente estabelecido, indicando elevada atratividade do evento e efetividade das ações de organização, programação e mobilização do público. O expressivo comparecimento reforça o potencial do evento como instrumento de promoção cultural, turística e de fortalecimento da identidade cívica da cidade.													
10681 - PÚBLICO VISITANTE NOS ESPAÇOS CULTURAIS	UNIDADE		01/01/2001	Anual	350000,00	922226,00	800000,00	1000000,00	900000,00	X	1000000,00	X	SUBSECRETARIA DE PATRIMÔNIO CULTURAL / GABINETE
Justificativa: 2024 - Em 2024, a visitação nos espaços culturais foi significativa. As parcerias com setores da sociedade civil e entidades privadas para a realização de diversas exposições e eventos contribuíram para esse resultado. Esse resultado reflete o comprometimento contínuo da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF em cumprir sua missão de servir à comunidade e disseminar a cultura. 2025 - A visitação nos espaços culturais está cada ano mais significativa. As parcerias com setores da sociedade civil e entidades privadas para a realização de diversas exposições e eventos, contribuíram para esse resultado. Isso reflete o comprometimento contínuo da Secretaria de Cultura e Secretaria de Economia do DF em disseminar cultura e servir à comunidade. Cabe destacar que o indicador previsto, para o exercício de 2025, previa a visitação de 800.000 (oitocentas mil) pessoas aos espaços culturais. Entretanto, os dados apurados ao final do período indicam a participação de 1.000.000 (um milhão) de pessoas, o que corresponde a 125% do indicador originalmente estabelecido. Portanto, o resultado evidencia a superação do índice planejado, demonstrando a efetividade das ações de promoção cultural implementadas, bem como a ampliação do acesso da população aos equipamentos culturais do Distrito Federal. O desempenho alcançado reforça a relevância das políticas públicas voltadas à democratização da cultura e à valorização dos espaços culturais como instrumentos de inclusão e fruição cultural.													
10935 - PÚBLICO PRESENTE NOS EVENTOS CULTURAIS: CARNAVAL	UNIDADE		01/01/2001	Anual	100000,00	1700000,00	500000,00	500000,00	500000,00	X	500000,00	X	SDDC
Justificativa: 2024 - O Carnaval de 2024 no Distrito Federal superou amplamente as expectativas iniciais. A festa foi marcada pela diversidade e pela alegria com blocos tradicionais, atraindo uma multidão durante os cinco dias de celebração. O sucesso do Carnaval reflete o planejamento eficaz e a adesão popular, reforçando o papel estratégico da cultura e do lazer no Distrito Federal. 2025 - O indicador para o evento de Carnaval de 2025 previa a participação de 500.000 (quinhentas mil) pessoas. Conforme dados apurados, o quantitativo efetivamente alcançado foi de 500.000 (quinhentas mil) pessoas, o que corresponde a 100% de execução do indicador previsto. Dessa forma, constata-se que o resultado obtido atingiu integralmente o índice planejado, demonstrando aderência entre o planejamento e a execução da política pública, bem como a efetividade das ações adotadas para a promoção e realização do evento. Ressalta-se que o Carnaval de 2025 não apresentou o mesmo impacto de público observado no exercício de 2024, em razão de fatores externos e operacionais que influenciaram a atratividade do evento. Destacam-se, nesse contexto, a concorrência com outros eventos realizados simultaneamente na cidade, a ausência consecutiva do tradicional desfile das escolas de samba e problemas operacionais relacionados aos blocos carnavalescos.													
10936 - PÚBLICO PRESENTE NOS EVENTOS CULTURAIS: FESTIVIDADES DE FIM DE ANO (NATAL E RÉVEILLON).	UNIDADE		01/01/2001	Anual	90000,00	1470000,00	175000,00	1400000,00	175000,00	X	175000,00	X	SDDC



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Período	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
Justificativa: 2024 - As festividades de fim de ano (Natal e Réveillon) no Distrito Federal superaram amplamente as expectativas. No mês de dezembro, a Esplanada dos Ministérios recebeu cerca de 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) pessoas para o evento "Nosso Natal". A campanha de ceia natalina nos restaurantes comunitários serviu mais de 55.000 (cinquenta e cinco) refeições, reforçando a proposta de união e solidariedade típica do período. A festa "Ano Novo, Novos Sonhos" aconteceu em quatro localidades, contribuindo para o expressivo público de 270.000 (duzentos e setenta) mil pessoas. 2025 - As festividades de fim de ano (Natal e Réveillon) no Distrito Federal superaram como no ano anterior amplamente as expectativas. No mês de dezembro, a Esplanada dos Ministérios recebeu cerca de 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) pessoas para o evento "Nosso Natal 2025". Houve diversas atrações como a Casa do Papai Noel, pista de gelo, carrossel, roda-gigante, shows, oficinas e apresentações da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional. A festa "Celebra 2026" aconteceu na Esplanada dos Ministérios e na Praça dos Orixás, contribuindo para o público de 200.000 (duzentas mil) pessoas. O indicador estabelecido previa o alcance de 175.000 (Cento e setenta e cinco mil) pessoas nos eventos (Natal e Réveillon), no ano de 2025. Entretanto, o resultado apurado ao final do período avaliativo registrou a participação de 1.400.000 (Um milhão e quatrocentas mil) pessoas nas festividades Natal e Réveillon, que corresponde a 800% do indicador originalmente fixado. Logo, esse desempenho evidencia uma superação significativa do índice planejado, demonstrando elevada efetividade das ações executadas, ampla capacidade de mobilização do público e forte alcance das estratégias adotadas.													

8219 - CULTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	100000,0	41621,6	41621,6	41621,6
0008 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - DISTRITO FEDERAL	100000,0	41621,6	41621,6	41621,6
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	75745150,0	79225150,00	79211810,41	78800300,41
8715 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA-DISTRITO FEDERAL	75745150,0	79225150,00	79211810,41	78800300,41
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	2935699,0	5565699,00	5543430,74	5526430,74
9551 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	2935699,0	5565699,00	5543430,74	5526430,74
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	26209387,0	9454678,67	9425302,96	8563629,57
9634 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	26209387,0	9454678,67	9425302,96	8563629,57
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	295670,0	23153,12	21992,6	21992,6
2539 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	295670,0	23153,12	21992,6	21992,6
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	136000,0	115926,00	115925,46	82886,88
2625 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	136000,0	115926,00	115925,46	82886,88
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	14000000,0	9800000,0	9400000,00	7798160,72



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

5284 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO - SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	14000000,0	9800000,0	9400000,00	7798160,72
TOTAL - 8219 - CULTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO	119421906,00	104226228,39	103760083,77	100835022,52

Programação Orçamentária Realizada:

Ação 4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

No ano de 2025, foram capacitados 3 servidores com o Curso "40 orientações práticas para aplicar a Lei nº 14.133/21 que é o novo marco legal das licitações e contratos administrativos e participaram do 9º Congresso de Governança.

Ação 8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Foram remunerados no ano de 2025 a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do DF remunerou 492 servidores, de acordo com o quadro acima, incluindo efetivos, comissionados, requisitados, estagiários, menor aprendiz/projeto jovem candango e sentenciados da FUNAP.

Ação 8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES

Foram concebidos diversos benefícios aos servidores da Secretaria de Cultura como auxílio alimentação, auxílio creche, auxílio transporte e plano odontológico.

No que se refere aos auxílios concedidos no período de janeiro a dezembro de 2025, são apresentados os seguintes dados:

Mês	Quantidade de Servidores	Vir Mensal	Aux Alimen.	Vir Mensal	Aux Natalidade	Vir Mensal	Aux Creche	Vir Mnensal	Aux Transporte	Vir Mensal	Plao Odontológico	Vir Mensal	Total
Janeiro	371	R\$ 4.716.166,27	331	R\$ 210.792,70	0	R\$ 0,00	12	R\$ 2.472,12	4	R\$ 1.994,00	8	R\$ 239,00	R\$ 4.931.664,49
Fevereiro	370	R\$ 5.473.796,68	327	R\$ 208.785,44	0	R\$ 0,00	12	R\$ 2.295,54	5	R\$ 2.312,30	9	R\$ 40,00	R\$ 5.687.458,96
Março	367	R\$ 5.117.220,57	330	R\$ 211.083,63	1	R\$ 1.022,48	12	R\$ 2.118,96	4	R\$ 1.939,00	9	R\$ 269,00	R\$ 5.333.653,64
Abril	366	R\$ 5.147.766,54	330	R\$ 211.200,00	0	R\$ 0,00	11	R\$ 1.942,38	11	R\$ 6.333,70	10	R\$ 269,00	R\$ 5.367.541,32
Maio	368	R\$ 5.196.352,59	330	R\$ 210.909,07	0	R\$ 0,00	11	R\$ 1.942,38	6	R\$ 4.824,30	11	R\$ 298,70	R\$ 5.414.356,64
Junho	364	R\$ 5.592.252,94	322	R\$ 205.992,72	0	R\$ 0,00	11	R\$ 1.942,38	5	R\$ 3.328,00	11	R\$ 328,30	R\$ 5.803.844,34
Julho	359	R\$ 5.370.411,81	323	R\$ 206.516,35	0	R\$ 0,00	11	R\$ 1.942,38	10	R\$ 4.693,10	11	R\$ 328,30	R\$ 5.583.891,94
Agosto	358	R\$ 5.317.427,93	319	R\$ 203.025,43	0	R\$ 0,00	10	R\$ 1.765,80	10	R\$ 4.853,20	11	R\$ 328,30	R\$ 5.527.400,66
Setembro	358	R\$ 5.316.340,33	324	R\$ 207.098,16	0	R\$ 0,00	10	R\$ 1.765,80	9	R\$ 4.611,20	11	R\$ 328,30	R\$ 5.530.143,79
Outubro	360	R\$ 5.330.831,94	322	R\$ 205.905,44	0	R\$ 0,00	7	R\$ 1.236,06	4	R\$ 2.275,30	11	R\$ 328,30	R\$ 5.540.577,04
Novembro	356	R\$ 5.621.444,84	322	R\$ 205.090,88	0	R\$ 0,00	7	R\$ 1.236,06	9	R\$ 3.634,40	11	R\$ 328,30	R\$ 5.831.734,48
Dezembro	357	R\$ 5.963.302,88	324	R\$ 206.429,07	1	R\$ 1.083,82	7	R\$ 1.236,06	7	R\$ 2.836,70	11	R\$ 328,30	R\$ 6.175.216,83

Ação 8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

Foram mantidos os serviços e as despesas da Caesb, Neoenergia, Telefonia, Jeton, aquisição de material de consumo e permanente, serviços de chheiro.

Ação 2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Contrato dos serviços de Impressão:

Objetivo: Serviço de Outsourcing de impressão, cópia e digitalização, com disponibilização de equipamentos multifuncionais monocromáticas e policromáticas, incluindo instalação, suporte técnico e manutenção on-site para a SECEC.



Id	Descrição da Meta	Indicador	Valor a ser atingido na meta	Prazo	Ação
M1	Garantir a continuidade dos serviços de impressão da SECEC	% de equipamentos disponibilizados	100%	2024-2027	A1 - Disponibilizar impressoras/digitalizadoras (diversas especificações)

Resultados alcançados:

- Redução de custos com manutenção de impressoras próprias, pois os equipamentos são fornecidos e gerenciados pela contratada;
- Agilidade nos processos internos devido à disponibilidade de equipamentos modernos e bem mantidos;
- Controle efetivo do volume de impressões realizadas, incluindo relatórios regulares que detalhem: quantidade de páginas impressas, utilização por setor ou usuário;
- Equipamentos modernos, com funcionalidades atualizadas;
- Atendimento rápido e eficiente para resolução de problemas técnicos ou reposição de consumíveis; e
- Acompanhamento do executor tanto nos serviços prestados como no controle de impressões.

Ação 1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Disco rígido interno interface do tipo SAS com capacidade mínima de 2 terabytes

Objetivo: Aquisição de HDs de 2 TB para que a Biblioteca Nacional de Brasília possa desempenhar suas atividades de forma contínua, eficiente, segura e confiável. Os HD's são essenciais para garantir a capacidade adequada de armazenamento, assegurar a performance dos servidores e evitar potenciais interrupções nos serviços críticos.

Id	Descrição da Meta	Indicador	Valor a ser atingido na meta	Prazo	Ação
M1	Modernização da infraestrutura de rede da BNB	Quantidade de equipamentos adquiridos/serviços executados	100%	2024-2027	A1 - Aquisição de equipamentos diversos tipos e especificações, com disponibilização de serviços e suporte técnico.

Resultados alcançados:

- Aumento da Capacidade de Armazenamento;
- Melhoria do Desempenho dos Servidores com maior velocidade no processamento de dados e acesso à informação;
- Garantia de Redundância e Segurança dos Dados (Configuração em RAID-1 assegura a proteção de dados, permitindo operação contínua em caso de falha de um disco);
- Redução de Custos Operacionais (Durabilidade de até 7 anos reduz intervenções frequentes de manutenção e evita gastos com adaptadores);
- Facilidade de Expansão e Manutenção;
- Confiabilidade e Continuidade dos Serviços (Alta confiabilidade e MTBF elevado garantem operação 24x7, reduzindo o risco de falhas em ambientes críticos);
- Aumento na Produtividade (Com maior capacidade e velocidade de processamento, os sistemas operam de forma mais eficiente, aumentando a produtividade da equipe de TI e das áreas atendidas); e
- Melhoria no Atendimento ao Público (A maior estabilidade e performance dos servidores resultam em respostas mais rápidas e eficazes, melhorando o atendimento aos usuários finais).

Aquisição de materiais e equipamentos de informática e material elétrico e eletrônico (webcam, memória RAM, cabo UTP, entre outros), conforme Ata de Registro de Preços nº 0136/2025 da SEEC-DF, oriunda do Pregão Eletrônico nº 90007/2025 - COLIC/SCG/SPLAN/SEEC-DF, firmado no âmbito do Processo SEI nº 00150-00009061/2025-76.



Item	Especificação
01	ARMAZENAMENTO, Descrição: SSD de 2,5 polegadas, capacidade mínima de 500GB, interface 3.0, compatível com a versão anterior SATA Rev. 2.0, leitura mínima de 500MB, gravação mínima de 350MB.
02	MEMÓRIA RAM, Descrição: para desktop, capacidade de 8GB, módulo/chip pc3-10600 / ddr3-1333, formato DIMM, latência CL9 (9-9-9), 1,5v, estrutura de 8 chips 512m x 8 FBGA.

ARMAZENAMENTO, Descrição: SSD de 2,5 polegadas, capacidade mínima de 500GB, interface 3.0, compatível com a versão anterior SATA Rev. 2.0, leitura mínima de 500MB, gravação mínima de 350MB; e

MEMÓRIA RAM, Descrição: para desktop, capacidade de 8GB, módulo/chip pc3-10600 / ddr3-1333, formato DIMM, latência CL9 (9-9-9), 1,5v, estrutura de 8 chips 512m x 8 FBGA.

Objetivo: Aquisição de equipamentos e materiais de apoio destinados à Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC), com a finalidade de viabilizar a adequada prestação de suporte técnico aos ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC), bem como possibilitar a realização de atualizações e aprimoramentos (upgrades) nos equipamentos atualmente em uso, sempre que tecnicamente necessário.

Id	Descrição da Meta	Indicador	Valor a ser atingido na meta	Prazo	Ação
M1	Material de apoio para suporte técnico e manutenção de equipamentos de TIC	Quantidade de equipamentos adquiridos	100%	2024-2027	A1 - Adquirir material de apoio para suporte técnico e manutenção de equipamentos de TIC

Resultados alcançados:

- Melhoria do desempenho dos equipamentos de TIC, com redução de lentidão e maior estabilidade no funcionamento dos sistemas utilizados pela SECEC;
- Aumento da produtividade dos servidores, em razão da maior eficiência no uso dos recursos computacionais;
- Redução do tempo de resposta do suporte técnico, possibilitada pela disponibilidade de equipamentos e materiais adequados para manutenção e upgrade;
- Prolongamento da vida útil do parque computacional, por meio de atualizações de hardware que evitam a substituição prematura dos equipamentos;
- Maior confiabilidade e disponibilidade dos sistemas de informação, minimizando interrupções nas atividades administrativas;
- Otimização dos recursos públicos, com melhor aproveitamento dos equipamentos já existentes e redução de custos com aquisições emergenciais; e
- Melhoria das condições de trabalho dos servidores, contribuindo para um ambiente mais eficiente e adequado à execução das atividades institucionais;

Ação 2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

Foram mantidos os serviços de conservação e manutenção preventiva, corretiva como o Museu Nacional, Memorial JK, Memorial dos Povos Indígenas

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Cabe ressaltar as seguintes ações não orçamentárias:

Concessão De Autorizações no âmbito da Brasília Film Commission: A Brasília Film Commission emitiu, no exercício de 2025, o total de 101 autorizações para realização de filmagens no Distrito Federal.

Regulamentação da Rede de Bibliotecas Públicas do DF, a ação ainda não foi iniciada.

O Cine Brasília, equipamento cultural público no período de janeiro a dezembro de 2025, foram atendidas 165.706 pessoas, decorrentes da execução de programação regular de exibição cinematográfica, sessões especiais, ações formativas, políticas de acessibilidade e iniciativas de democratização do acesso. As ações executadas incluíram a ampliação da grade de programação, com a criação de sessões fixas semanais e especiais, a realização de mostras



e ciclos temáticos, o fortalecimento da difusão do cinema brasileiro e da produção local, bem como a implementação e ampliação de políticas de acessibilidade, por meio de sessões acessíveis, atípicas e gratuitas. Destaca-se, ainda, a manutenção de política de preços populares e a oferta sistemática de cortesias institucionais, ampliando o acesso da população ao equipamento cultural. Do total de 165.706 pessoas atendidas em 2025, foram concedidas 62.205 cortesias, o que corresponde a 37,54% do público total, percentual que evidencia a política de democratização do acesso adotada pelo Cine Brasília, garantindo a participação de públicos prioritários e o desenvolvimento de ações de caráter social, educativo e institucional, sem prejuízo ao alcance e à sustentabilidade das atividades realizadas.

Diante do exposto, constata-se que, mesmo sem impacto orçamentário direto, as ações não orçamentárias desenvolvidas no exercício de 2025 tiveram relevância estratégica para o fortalecimento da política cultural do Distrito Federal. A atuação da Brasília Film Commission, com a expressiva concessão de autorizações para filmagens, contribuiu para a dinamização da cadeia produtiva do audiovisual e para a projeção do DF como território atrativo para produções culturais. No âmbito do Cine Brasília, os resultados alcançados evidenciam a consolidação do equipamento como espaço democrático, inclusivo e formativo, com significativa ampliação do acesso da população às atividades culturais, especialmente por meio da política de cortesias e de acessibilidade. Embora a regulamentação da Rede de Bibliotecas Públicas do DF ainda não tenha sido iniciada, a sua previsão reforça o compromisso institucional com o fortalecimento da leitura e do acesso ao conhecimento. Assim, as ações relatadas demonstram a capacidade da Secretaria em gerar impactos culturais, sociais e institucionais relevantes, mesmo para além da execução orçamentária, reafirmando o papel estratégico da cultura como vetor de desenvolvimento e inclusão social no Distrito Federal.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No exercício de 2025, a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC) manteve-se firme em seu compromisso de promover, fomentar e apoiar projetos e atividades culturais que valorizem a diversidade e a inclusão no Distrito Federal. Por meio de uma gestão estratégica e integrada, consolidou avanços significativos na ampliação dos mecanismos de participação social e controle democrático, assegurando a formulação, execução e avaliação das políticas públicas culturais.

A Secretaria enfrentou desafios estruturais que comprometeram parcialmente sua capacidade de alcançar os objetivos almejados. A insuficiência de recursos financeiros destinados à dotação orçamentária dificultou a execução de projetos culturais, reduzindo a previsibilidade e gerando atrasos na implementação de atividades planejadas. Essa limitação exigiu esforços redobrados da gestão na priorização de ações, com foco em atender às demandas mais urgentes da sociedade. Outro fator limitante foi a carência de recursos humanos adequados para atender à crescente complexidade das atividades desenvolvidas pela Subsecretaria. A equipe reduzida de servidores e colaboradores ocasionou sobrecarga de trabalho, comprometendo a eficiência administrativa e operacional. Essa condição restringiu a amplitude de atuação de suas unidades evidenciando a necessidade urgente de medidas voltadas à recomposição e ao fortalecimento do quadro funcional.

No período de 2025, houve uma redução de 8 servidores no quadro funcional da DBNB (designações para atuar na área de fiscalização de fomento, aposentadoria e exoneração). Por outro lado, a contratação das recepcionistas minimizou os efeitos das saídas, mas a Diretoria e suas Gerências ainda têm dificuldades para manter a quantidade e qualidade dos serviços em razão do quadro de pessoal reduzido.

Em consonância com as diretrizes de fortalecimento da política cultural e de ampliação do acesso democrático à cultura, a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal prevê, para o exercício de 2026, a execução das seguintes iniciativas estruturantes:

- Reforma do Teatro Nacional – Execução da Fase 2: com a licitação concluída, iniciar e dar continuidade às obras de restauração integral das Salas Villa-Lobos e Alberto Nepomuceno, bem como das demais áreas do complexo, com vistas à devolução plena do



Teatro Nacional à população e ao setor cultural, reafirmando seu papel como um dos maiores complexos culturais do país;

- Reforço do quadro de servidores, com o objetivo de aprimorar o atendimento às demandas institucionais, assegurar o cumprimento da missão da Secretaria com excelência e fortalecer a execução de ações de fomento, desenvolvimento e apoio às iniciativas culturais voltadas à sociedade;

- Realização dos Prêmios Literários Candango e Candanguinho;

- Modernização do Espaço Geek e do Auditório da BNB, por meio da execução de convênio com o Ministério da Cultura;

- Implantação do Sistema Integrado de Bibliotecas, destinado à gestão dos acervos das Bibliotecas Públicas do Distrito Federal;

- Aquisição de 40 novas Malas do Livro, acompanhada da capacitação dos agentes de leitura vinculados ao Programa Mala do Livro e às bibliotecas públicas e escolares;

- Regulamentação do Sistema de Bibliotecas Públicas do Distrito Federal;

- Ampliação do sistema de CFTV da Biblioteca Nacional de Brasília (BNB);

- Cadastro das Bibliotecas Públicas do Distrito Federal na nova plataforma do Ministério da Cultura; e

- Aquisição de novos livros para todas as bibliotecas públicas do DF e para o Programa Mala do Livro.

Diante do exposto, conclui-se que, mesmo em um contexto marcado por restrições orçamentárias e limitações estruturais de pessoal, a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal demonstrou, no exercício de 2025, capacidade de gestão, compromisso institucional e responsabilidade pública na condução das políticas culturais. Os desafios enfrentados evidenciaram não apenas a necessidade de fortalecimento do quadro funcional e de maior previsibilidade orçamentária, mas também a resiliência administrativa da Secretaria, que priorizou ações estratégicas voltadas ao interesse público e à garantia do acesso democrático à cultura.

Para o exercício de 2026, as iniciativas planejadas refletem uma agenda consistente de consolidação e expansão das políticas culturais, com ênfase na requalificação de equipamentos culturais emblemáticos, na modernização da infraestrutura bibliotecária, no fortalecimento dos programas de leitura, na valorização da produção literária e na melhoria das condições institucionais de gestão. Tais ações reafirmam o papel da SECEC como agente central na promoção da diversidade cultural, da inclusão social e do desenvolvimento humano no Distrito Federal.

Sendo assim, a execução das atividades previstas para 2026, aliada à recomposição da força de trabalho e ao aprimoramento dos instrumentos de gestão, tende a potencializar os resultados alcançados, ampliando o impacto das políticas públicas culturais e assegurando à sociedade o pleno usufruto dos bens, serviços e expressões culturais, em consonância com os princípios da eficiência administrativa, da participação social e do interesse público.



16903 - FUNDO DE APOIO À CULTURA DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Apoio à Cultura (FAC) foi instituído pela Lei Complementar nº 267, de 15/12/1999 e mantido pela Lei Complementar nº 934, de 07 de dezembro de 2017 (Lei Orgânica da Cultura -LOC). A partir de março de 2018, o FAC passou a ser regulamentado pelo Decreto nº 38.933, de 15 de março de 2018, que dispõe sobre o regime jurídico de fomento à cultura no Distrito Federal.

O FAC tem por finalidade prover recursos financeiros às pessoas físicas e jurídicas domiciliadas ou estabelecidas no Distrito Federal e inscritas no Cadastro de Entes e Agentes Culturais - CEAC, para a realização de ações que tenham por finalidade a produção, promoção, manutenção ou difusão de atividades artísticas e/ou culturais, por meio de fomento a projetos selecionados em editais de chamamento público que são lançados no decorrer do ano.

FORÇA DE TRABALHO					
Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

Ressalte-se que todos os servidores que atuam no Fundo de Apoio à Cultura (FAC) são vinculados à Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC/DF), encontrando-se devidamente informados no Relatório de Gestão do referido órgão. Em razão disso, o quadro "Força de Trabalho" não foi preenchido.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2911 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS - CONEXÃO CULTURA FAC	7000000,0	8929007,40	6257550,59	4606366,45



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0002 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS - CONEXÃO CULTURA FAC-- DISTRITO FEDERAL	7000000,0	8929007,40	6257550,59	4606366,45
4091 - APOIO A PROJETOS	52785546,0	70161716,41	64282585,72	36556999,44
0082 - APOIO A PROJETOS-PROJETOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS-DISTRITO FEDERAL	52785546,0	70161716,41	64282585,72	36556999,44
9075 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS	16100000,0	41836324,68	40257555,55	27218016,60
0092 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-TODO O DF - PESSOA JURÍDICA-DISTRITO FEDERAL	15000000,0	39060280,0	38672510,14	26060785,41
0110 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-CONEXÃO CULTURA DF - PESSOA JURÍDICA-DISTRITO FEDERAL	1100000,0	2776044,68	1585045,41	1157231,19
4012 - FOMENTO E INCENTIVO PARA A CULTURA E AS ARTES - PREMIAÇÃO HONORÍFICA	4000000,0	49,95	0	0
0001 - FOMENTO E INCENTIVO PARA A CULTURA E AS ARTES - PREMIAÇÃO HONORÍFICA--DISTRITO FEDERAL	4000000,0	49,95	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	79885546,00	120927098,44	110797691,86	68381382,49

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA REALIZADA:

O Fundo de Apoio à Cultura fomenta projetos em diversas linhas e fazeres artísticos, direcionados à formação e qualificação artística e cultural. Estimula o conhecimento de bens e valores culturais, promoção, circulação e difusão da produção cultural do Distrito Federal.

No Exercício/2025, o Fundo de Apoio à Cultura - FAC/DF apoiou, promoveu, difundiu e fomentou projetos e atividades culturais por meio do lançamento de seus Editais, conforme previsto na Lei Complementar nº 934, de 07 de dezembro de 2017, em seu art. 64, parágrafo 3º, incisos II e III, além do Edital Permanente do Programa Conexão Cultura DF, igualmente executado com recursos do Fundo. Ademais, apoiou projetos direcionados à formação e qualificação artística e cultural, estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais, promoção, circulação e difusão da produção cultural do Distrito Federal.

Para compreensão dos quantitativos de projetos fomentados em 2025, vale ressaltar que, em face do cancelamento dos Restos a Pagar não Processados, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, de 17 de abril de 2025, por força do Decreto nº 46.858, de 13 de fevereiro de 2025, o Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal foi compelido a realizar pagamentos de projetos culturais relativos aos Editais FAC I e II/2024, com recursos do orçamento de 2025, conforme quantidades e valores que se segue:

O primeiro e segundo blocos de EDITAS FAC/2025 foram executadas com recursos das AÇÕES/SUBTÍTULOS (4091.0082 - APOIO A PROJETOS-PROJETOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS e 9075.0092 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS - TODO O DF - PESSOA JURÍDICA), conforme descrito abaixo:

QUADRO RESUMO		
Projetos de seleções anteriores liquidados e pagos em 2025		
EDITAIS	QUANTIDADE DE PROJETOS	VALOR
FAC I/2024 Edital nº 14/2024	145	R\$ 18.286.626,72
FAC II/2024 - Edital nº 33/24 - DEMAIS ÁREAS II	56	R\$ 10.068.700,67
FAC II/2024 - Edital nº 34/24 - TEATRO	23	R\$ 3.300.863,72
FAC II/2024 - Edital nº 35/24 - AUDIOVISUAL	62	R\$ 21.945.315,31



FAC II/2024 - Edital nº 36/24 - DEMAIS ÁREAS I	77	R\$ 9.716.278,43
TOTAL	218	R\$ 63.317.784,85

PRIMEIRO BLOCO DE EDITAIS FAC/2025

a) Edital nº 10/2025 - FAC I

Em 30 abril de 2025, publicou-se o Edital nº 10/2025 - FAC I com o objetivo de selecionar projetos culturais para recebimento de apoio financeiro do Fundo de Apoio à Cultura, buscando promover a descentralização da execução dos projetos e a democratização do acesso aos recursos disponibilizados pelo Fundo. Com o saldo, então disponível no QDD/FAC, somado ao valor da recomposição orçamentária, autorizada pela Secretaria Executiva de Finanças, Orçamento e Planejamento, em 30 de abril de 2025, no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), o Fundo de Apoio à Cultura publicou seu primeiro bloco de Editais, do exercício/2025, no valor de R\$ 31.960.000,00 (trinta e um milhões novecentos e sessenta mil reais), conforme recomposição mencionada - Autorização - SEEC/SEFIN - Doc. SEI - 169616378.

O Edital nº 10/2025 previu a possibilidade de convocação de proponentes suplentes para ocupar as vagas no caso de inabilitação ou desistência de agentes culturais na fase de intitulada Mérito Cultural. Além disso, foram implementadas ações afirmativas voltadas à população negra, destinando uma linha de apoio exclusiva para proponentes negros.

Foram publicados três anexos ao Edital nº 10/2025 - FAC I com previsão de vagas distribuídas em 3 modalidades de concorrência: Regionalizado I, Regionalizado II e Ampla Concorrência (Submodalidade: Meu 1º FAC), descritas a seguir:

- **REGIONALIZADO I:** esta modalidade destinou-se a selecionar projetos culturais oriundos de 16 Regiões Administrativas do Distrito Federal: Água Quente (RA XXXV), Arapoanga (RA XXXIV), Brazlândia (RA IV), Ceilândia (RA IX), Fercal (RA XXXI), Itapoã (RA XXVIII), Paranoá (RA VII), Planaltina (RA VI), Recanto das Emas (RA XV), Riacho Fundo II (RA XXI), Samambaia (RA XII), Santa Maria (RA XIII), São Sebastião (RA XIV), SCIA/Estrutural (RA XXV), Sol Nascente/Pôr do Sol (RA XXXII) e Varjão (RA XXIII). Ou seja, os projetos deveriam ser obrigatoriamente executados na Região Administrativa de residência do proponente.

- **REGIONALIZADO II:** esta modalidade destinou-se a selecionar projetos culturais oriundos de 18 Regiões Administrativas do Distrito Federal: Águas Claras (RA XX), Arnieiras (RA XXXIII), Candangolândia (RA XIX), Cruzeiro (RA XI), Gama (RA VII), Guará (RA X), Jardim Botânico (RA XXVII), Núcleo Bandeirante (RA VIII), Park Way (RA XXIV), Riacho Fundo (RA XXII), SIA (RA XXXII), Sobradinho (RA V), Sobradinho II (RA XXVIII), Sudoeste/Octogonal (RA XVI), Taguatinga (RA IX), Vicente Pires (RA XXX), Vila Telebrasília (RA XXXIV), Vila Planalto (RA XXXV). Resguardando-se o mesmo objetivo do Regionalizado I: a obrigatoriedade de os projetos serem executados na Região Administrativa de residência do proponente.

- **AMPLA CONCORRÊNCIA (Submodalidade: MEU 1º FAC):** Modalidade destinada a todos os agentes culturais inscritos no Edital e que não se encaixam em nenhuma das outras modalidades de vagas. O agente cultural pode propor projetos em quaisquer das linhas de apoio previstas no Edital nº 10/2025 - FAC I/25 - Anexo III.

- A sugestão de ampliação da "regionalização" dos Editais partiu de sugestões propostas pelo movimento cultural em duas Audiências Públicas realizadas pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa. O objetivo da implementação é descentralizar e democratizar ainda mais os recursos de cultura em todas as regiões do Distrito Federal, sobretudo fora da área de cobertura mais central de Brasília.

- O Edital nº 10/2025 - FAC I recebeu 1.655 inscrições para concorrer às 295 vagas nele previstas. Do total de inscritos, 600 (seiscentas) propostas, analisadas por pareceristas credenciados, foram habilitadas. E destas, 305 foram contempladas. Incluindo-se, entre elas, também os suplentes convocados. Até dezembro de 2025, todos os projetos relativos ao Edital FAC I/2025 foram empenhados, perfazendo um total de R\$ 31.442.055,14 (trinta e um milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, cinquenta e cinco reais e quatorze centavos).



Segue abaixo o quadro com o resumo dos quantitativos e valores dos projetos selecionados no 1º Bloco de Editais FAC/2025:

CATEGORIA	ANEXOS - EDITAL Nº 10/2025	VALOR EDITALIZADO	TOTAL DE PROJETOS APROVADOS	VALOR DOS PROJETOS APROVADOS	VALOR EMPENHADO
FAC I Edital nº 10/2025	Anexo I - Regionalizado I	R\$ 3.000.000,00	36	R\$ 2.724.582,02	R\$ 2.724.582,02
	Anexo II - Regionalizado II	R\$ 9.000.000,00	106	R\$ 11.497.366,32	R\$ 11.497.366,32
	Anexo III - Ampla Concorrência	R\$ 19.960.000,00	163	R\$ 17.220.106,80	R\$ 17.220.106,80
TOTAIS		R\$ 31.960.000,00	305	R\$ 31.442.055,14	R\$ 31.442.055,14

SEGUNDO BLOCO DE EDITAIS FAC/2025

Em 31 de agosto de 2025, em atendimento ao previsto no § 3º do art. 64 da Lei Complementar nº 934/2017, foi publicado o segundo bloco de editais do Fundo de Apoio à Cultura (FAC), visando promover a descentralização da execução dos projetos e a democratização do acesso aos recursos disponibilizados pelo Fundo, considerando os segmentos artísticos e culturais relacionados no art. 4º do Decreto nº 38.933/2018. No segundo bloco foram lançados 2 (dois) editais: FAC II - Edital nº 22/2025 - ÁUDIOVISUAL e Edital nº 23/2025 - DEMAIS ÁREAS.

Com o saldo, então disponível no QDD/FAC, somado ao valor da recomposição orçamentária, autorizada pela Secretaria Executiva de Finanças, Orçamento e Planejamento, em 29 de agosto de 2025, no valor de R\$ 41.462.782,43 (quarenta e um milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, setecentos e oitenta e dois reais e quarenta e três centavos), o Fundo de Apoio à Cultura publicou seu segundo bloco de Editais, do exercício/2025, no valor de R\$ 49.230.000,00 (quarenta e nove milhões duzentos e trinta mil reais) .

a) Edital nº 22/2025 - FAC II - ÁUDIOVISUAL

O FAC II - Edital nº 22/2025 - AUDIOVISUAL selecionou projetos culturais em 12 linhas do audiovisual que incluiu, entre outras, desenvolvimento de projetos cinematográficos, produção, finalização, complementação, distribuição, mostras, pesquisa, preservação de acervo.

Este Edital previu a possibilidade de convocação de proponentes suplentes para ocupar vagas remanescentes em caso de inabilitação ou desistência do agente cultural selecionado na Fase de Mérito Cultural.

As vagas previstas nos editais foram distribuídas em 3 modalidades: Ampla Concorrência, Regionalizada e Meu 1ºFAC, descritas a seguir:

- AMPLA CONCORRÊNCIA - Modalidade destinada a todos os agentes culturais inscritos no Edital e que não se encaixavam em nenhuma das outras modalidades de vagas. O agente cultural pôde propor projetos em quaisquer das linhas de apoio previstas no edital.
- REGIONALIZADO - Modalidade destinada a agentes culturais que comprovassem residência em uma das 31 (trinta e uma) Regiões Administrativas (discriminadas no item 3 do Edital nº 22/2025 - SECEC), ou seja, em RAs fora do eixo central de Brasília.
- MEU PRIMEIRO FAC - Modalidade destinada aos agentes culturais que nunca celebraram contratos/termos de ajuste com o FAC/DF.
- O Edital nº 22/2025 recebeu 365 inscrições. E, até o final do exercício/2025, o certame ainda se encontrava em fase de análise de recurso de mérito. Todos os projetos tiveram suas propostas analisadas por pareceristas credenciados, âmbito da etapa de Mérito Cultural.

CATEGORIA	VALOR EDITALIZADO	TOTAL DE INSCRIÇÕES
FAC II - Edital nº 22/2025 Audiovisual 00150-00011390/2025-87	R\$ 11.130.000,00	365

b) Edital nº 23/2025 - FAC II - DEMAIS ÁREAS

O Edital nº 23/2025 selecionou projetos culturais constantes dos segmentos artísticos e culturais relacionados no art. 4º do Decreto nº 38.933, de 15 de março de 2018.



Segue quadro-resumo dos quantitativos e valores de projetos aprovados e empenhados em 2025:

CATEGORIA	ANEXOS - EDITAL Nº 10/2025	VALOR EDITALIZADO	TOTAL DE INSCRIÇÕES
FAC II Edital nº 23/2025 Demais Áreas 00150- 00011412/2025-17	Anexo I - Regionalizado I	R\$ 4.100.000,00	173
	Anexo II - Regionalizado II	R\$ 15.000.000,00	444
	Anexo III - Ampla Concorrência (Submodalidade: Meu 1º FAC)	R\$ 19.000.000,00	968
TOTAIS		R\$ 38.100.000,00	1.585

Edital Permanente do Programa Conexão Cultura DF foi executado com recursos das AÇÕES/SUBTÍTULOS (2911.0002 REALIZAÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS - CONEXÃO CULTURA FAC e 9075.0110 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-CONEXÃO CULTURA DF – PESSOA JURÍDICA), conforme detalhamento a seguir:

c) Edital Permanente do Programa Conexão Cultura DF

O Edital Permanente do Programa Conexão Cultura DF é um edital com fluxo contínuo de inscrições, voltado à formação, qualificação e projeção nacional e internacional da arte e cultura do Distrito Federal, de forma a ampliar a circulação e a fruição dos agentes, bens e serviços culturais e criativos para fortalecer a identidade cultural local e a cultura enquanto vetor de desenvolvimento integrado no território.

No Edital Permanente Conexão Cultura DF foram apoiados projetos na modalidade de promoção, difusão, intercâmbio cultural e capacitação, nas linhas de apoio a seguir descritas:

- Circulação Nacional, Internacional ou Mista;
- Participação Em Eventos Estratégicos Nacionais e Internacionais;
- Promoção de Plataformas;
- Intercâmbios e Residências Artísticas, Técnicas ou em Gestão Cultural e Cursos de Capacitação de Curta Duração de até 6 (seis) meses.

Em 2025, foram selecionados 202 (duzentos e dois) projetos inscritos, entre pessoas física e jurídica e o total destinado foi da ordem de R\$ 11.300.000,00 (onze milhões trezentos mil reais). Desse montante foram liquidados e pagos R\$ 6.094.118,41 (seis milhões, noventa e quatro mil cento e dezoito reais e quarenta e um centavos).

RESUMO GERAL PROGRAMA - 6219 - CAPITAL CULTURAL

De acordo com o Quadro de Detalhamento de Despesa do FAC/DF, a dotação orçamentária total destinada ao Fundo em 2025, no início do exercício, foi de R\$ 83.710.152,00 (oitenta e três milhões, setecentos e dez mil cento e cinquenta e dois reais). Deste total (que inclui recursos para execução de dois Editais/FAC, do Edital Permanente do Programa Conexão Cultura, e Manutenção do Fundo), tem-se R\$ 67.705.579,00 (sessenta e sete milhões, setecentos e cinco mil quinhentos e setenta e nove reais) destinados especificamente à execução dos EDITAIS FAC I e II/2025, que são lançados em ABR e AGO de cada ano, no Programa de Trabalho 13.392.6219.4091.0082 - APOIO A PROJETOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS - Pessoa Física; e Programa de Trabalho nº 13.392.6219.9075.0092 - Pessoa Jurídica.

Considerando a necessidade de utilizar parte do orçamento de 2025 para honrar despesas dos Editais/2024, ocasionadas em razão do cancelamento dos Restos a Pagar Não Processados - DODF de 17/04/2025, verifica-se que o orçamento de 2025 ficou bastante comprometido uma vez que houve empenhos no valor de R\$ 63.317.784,85 (sessenta e três milhões, trezentos e dezessete mil setecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), nas fontes 100, 170 e 171, relativos aos projetos dos Editais FAC I e II/2024.

Ou seja, dos R\$ 67.705.579,00 (sessenta e sete milhões, setecentos e cinco mil quinhentos e setenta e nove reais), destinados à execução dos Editais FAC/2025, restaram apenas R\$ 4.387.794,15 (quatro milhões, trezentos e oitenta e sete mil setecentos e noventa e quatro reais e quinze centavos), após os referidos empenhos.

Em 30 de abril de 2025 a Secretaria de Estado de Economia – SEEC/DF atendeu a solicitação da SECEC e fez a recomposição do Fundo no montante de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

de reais), para lançamento do primeiro bloco de editais. A gestão do Fundo de Apoio à Cultura decidiu pela utilização de R\$ 1.960.000,00 (um milhão novecentos e sessenta mil reais) do orçamento/2025 e lançou o 1º bloco de editais FAC/2025 no valor de R\$ 31.960.000,00 (trinta e um milhões novecentos e sessenta mil reais).

Em 18 de junho de 2025, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa solicita o restante da recomposição orçamentária com vistas ao lançamento do 2º Bloco de Editais, o FAC II/2025 (Editais nº 22/2025 e nº 23/2025); e, em 29 de agosto de 2025, a Secretaria de Economia - SEEC/DF autoriza o valor de R\$ 41.462.783,00 (quarenta e um milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil setecentos e oitenta e três reais). O somatório da segunda recomposição, acrescido à apuração do superávit e do saldo restante no QDD (R\$ 41.462.783,00 + R\$ 6.503.859,00 + R\$ 1.263.358,00), garantiu o lançamento do 2º Bloco de Editais FAC II/2025 no valor de R\$ 49.230.000,00 (quarenta e nove milhões duzentos e trinta mil reais).

EDITAL		VALOR EMPENHADO	VALOR RESTOS A PAGAR
1º Bloco de Editais ABR/2025	FAC I/2025 - Edital nº 10/2025	R\$ 31.442.055,14	R\$ 31.442.055,14
2º Bloco de Editais AGO/2025	FAC II/2025 - Edital nº 22/2025 - AUDIOVISUAL	R\$ 4.297.620,41	R\$ 4.297.620,41
	FAC II/2025 - Edital nº 23/2025 - DEMAIS ÁREAS	R\$ 3.798.035,46	R\$ 3.798.035,46
Conexão Cultura	Edital Permanente do Programa Conexão Cultura DF	R\$ 7.842.596,00	R\$ 1.748.477,59
Exercício Anterior	EDITAIS FAC - Seleções anteriores a 2025	R\$ 63.317.784,85	Pagos em 2025
TOTAL		R\$ 110.698.091,86	R\$ 41.286.188,60

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NÃO EXECUTADA: (AÇÃO/SUBTÍTULO: 4012/0001 - FOMENTO E INCENTIVO PARA A CULTURA E AS ARTES - PREMIAÇÃO HONORÍFICA)

Os servidores responsáveis pela execução dos editais de Premiação foram realocados para outra atividade fim desta Secretaria, o que inviabilizou a produção dos Editais de Premiação (com execução via Fundo de Apoio à Cultura). De todo modo, os recursos foram realocados para os Editais semestrais do FAC, lançados em abril e agosto de 2025. Por este motivo, considera-se a não realização dos Editais de Premiação, embora o recurso tenha sido executado no Programa 6219 - Capital Cultural, na AÇÃO/SUBTÍTULO 4091.0082 - APOIO A PROJETOS-PROJETOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS-DISTRITO FEDERAL.

8219 - CULTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	3824606,0	3471894,70	1431130,0	353380,0
0011 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS--DISTRITO FEDERAL	3824606,0	3471894,70	1431130,0	353380,0
TOTAL - 8219 - CULTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO	3824606,00	3471894,70	1431130,00	353380,00

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA REALIZADA:

PARECEISTAS/2025	Valor Empenhado	Liquidado
8219 - CULTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO	R\$ 1.431.130,00	R\$ 353.380,00

Em 24 de junho de 2025, publicou-se o Edital de Chamamento Público nº 17/2025 com vistas a credenciar especialistas/profissionais nas diversas áreas de conhecimento dos segmentos culturais para atuarem na análise técnica e de mérito cultural dos projetos inscritos nos editais do Fundo de Apoio à Cultura - FAC/DF (Editais ABR/AGO e Edital Permanente Conexão Cultura DF) e do Programa de Incentivo Fiscal - LIC/DF.

Para a análise das propostas decorrentes da publicação do Edital FAC I/2025, foram contratados **31** pareceristas e o valor empenhado, no exercício, foi de **R\$ 233.950,00 (duzentos e trinta e três mil e novecentos e cinquenta reais)**. Para as propostas



decorrentes da publicação do Edital FAC II/2025, foram contratados **75** profissionais, tendo sido empenhado o montante de **R\$ 1.068.150,00 (um milhão, sessenta e oito mil e cento e cinquenta reais)**. Para as propostas do Edital Permanente do Programa Conexão Cultura DF, foram contratados **13** profissionais, tendo sido empenhado o montante de R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais), durante o exercício/2025.

Para a seleção de projetos inscritos no Programa de Incentivo Fiscal - LIC/DF foram contratados **15** pareceristas e o valor empenhado foi de **R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)**.

O valor total investido pelo Fundo de Apoio à Cultura para a contratação de pareceristas, em 2025, foi da ordem de **R\$ 1.321.500,00 (um milhão, trezentos e vinte e um mil e quinhentos reais)**.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Ressalta-se que não há informações complementares a ser registradas, tendo em vista não haver realizações que tratem de Fundo Constitucional do Distrito do Federal (FCDF), de ações não orçamentárias previstas no PPA, nem tampouco, de parcerias público-privadas e com a comunidade, de convênios ou outras realizações fora do Quadro de Detalhamento de Despesas desta Unidade.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2025, o Fundo de Apoio à Cultura (FAC) deu continuidade à implementação de diretrizes por meio de iniciativas voltadas à descentralização da execução de projetos, à democratização do acesso aos recursos públicos e à garantia da diversidade das iniciativas apoiadas. Essas ações contribuíram para o atendimento às necessidades e aos interesses da população do Distrito Federal, promovendo seu desenvolvimento simbólico, econômico e cidadão, bem como o fortalecimento da identidade cultural local.

Apesar dos avanços significativos alcançados nos últimos anos no campo da gestão do Fundo de Apoio à Cultura, persistem algumas dificuldades estruturais. Destaca-se, entre os principais desafios, a gestão de pessoal, diante da evidente desproporcionalidade entre o reduzido número de servidores e a elevada demanda de ações e atividades relacionadas à seleção de projetos, à contratação de agentes culturais e pareceristas, à gestão financeira e aos pagamentos, ao acompanhamento da execução dos projetos e à análise das prestações de contas. Atualmente, menos de 20 servidores são responsáveis pela execução de um dos maiores fundos de fomento cultural do país, cuja dotação orçamentária anual tem ultrapassado a marca de R\$ 100 milhões nos últimos anos.

Destaca-se, ainda, como importante realização institucional, a consulta formulada à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, por meio da qual a gestão do Fundo obteve manifestação jurídica favorável às proposições destinadas a conferir maior celeridade às rotinas de Tomada de Contas Especial de projetos fomentados com recursos do FAC/DF.

Em 2026, será necessária a conclusão dos procedimentos de seleção e pagamento dos projetos vinculados aos Editais FAC/2025. Quanto ao Edital FAC I/2025, os projetos encontram-se em fase de pagamento relativo aos restos a pagar não processados; e os projetos do Edital FAC II/2025 não tiveram suas despesas empenhadas em 2025 em razão da alteração no QDD/FAC, conforme QDD do dia 01/09/2025 - com saldo da 2ª recomposição e QDD do dia 08/12/2025 - sem o saldo da 2ª recomposição.

Como perspectiva para o próximo exercício, o Fundo de Apoio à Cultura dará continuidade às tratativas relacionadas à implantação de uma solução tecnológica, atualmente em fase final de desenvolvimento pela Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação da Secretaria de Cultura e Economia Criativa. Espera-se que sua implementação, a ser realizada de forma



gradual, contribua para tornar mais ágeis e transparentes as atividades desenvolvidas pelo FAC/DF.

Ressalte-se, por fim, que a implantação da referida ferramenta não esgota a necessidade de contratação de uma solução tecnológica mais robusta, integrada a outros sistemas institucionais, e capaz de oferecer funcionalidades que atendam, de forma técnica e administrativa, aos desafios atualmente enfrentados pelo Fundo de Apoio à Cultura.

Diante do exposto, conclui-se que o Fundo de Apoio à Cultura tem desempenhado papel estratégico na promoção das políticas culturais do Distrito Federal, consolidando avanços relevantes no que se refere à descentralização do fomento, à ampliação do acesso aos recursos públicos e ao fortalecimento da diversidade cultural. Não obstante, os desafios estruturais identificados, especialmente aqueles relacionados à capacidade operacional e à necessidade de modernização dos processos de gestão, evidenciam a importância de ações contínuas voltadas ao aprimoramento institucional do Fundo.

Nesse contexto, a implementação de soluções tecnológicas, aliada ao fortalecimento da estrutura administrativa e à adoção de medidas que confirmam maior eficiência, transparência e segurança jurídica às rotinas de gestão, revela-se essencial para assegurar a sustentabilidade do FAC/DF. Tais iniciativas são fundamentais para que o Fundo possa ampliar sua capacidade de resposta às demandas do setor cultural, garantir a adequada execução dos recursos públicos e fortalecer, de forma contínua, o desenvolvimento cultural, econômico e cidadão da população do Distrito Federal.



16904 - FUNDO DE POLÍTICA CULTURAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Fundo de Política Cultural do Distrito Federal - FPC, tem como finalidade captar recursos e dar suporte à execução de programas e projetos de desenvolvimento de políticas culturais, nos termos do artigo 60, da Lei no 934, de 07 de dezembro de 2017. Quanto às competências, não há informação, haja vista que o Fundo de Política Cultural ainda não foi regulamentado.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

Quanto à força de trabalho, não existe servidores lotados na UO 16904, haja vista que o Fundo de Política cultural ainda não foi regulamentado.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

Realizações por Programa

Não houve execução no exercício de 2025, haja vista que o Fundo de Política Cultural ainda não foi regulamentado.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Não há informações complementares, haja vista que o Fundo de Política Cultural ainda não foi regulamentado.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Ressalta-se que uma das maiores dificuldades encontradas pela Secretaria de Cultura para regulamentação do Fundo de Política Cultural do DF (FPC), foram os repetitivos



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

contingenciamentos orçamentários realizados pela Secretaria de Estado de Economia do DF (SEEC).

Quanto às perspectivas para 2026, provavelmente não haverá mudança, haja vista que não houve alterações nos procedimentos de contingenciamento orçamentário no âmbito do Distrito Federal, o que impossibilitará a regulamentação para início das atividades do FPC. Diante desse cenário, verifica-se que os contingenciamentos orçamentários permanecem como um entrave estrutural à regulamentação e à efetiva operacionalização do Fundo de Política Cultural do Distrito Federal.



17101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES/DF) é responsável pela execução das políticas públicas de Assistência Social, de Transferência de Renda e de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como pela gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do Distrito Federal, nos termos da Portaria nº 610, de 20 de setembro de 2023, que aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal e dispõe sobre sua estrutura organizacional e funcionamento. Compete-lhe, ainda, a avaliação e a gestão da informação, o fomento a parcerias e a articulações em rede, visando à efetividade das políticas sociais sob sua responsabilidade.

O objetivo primordial da Secretaria é garantir e efetivar o direito à proteção social à população em situação de vulnerabilidade e risco social. Nesse sentido, a SEDES/DF atua por meio da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios que contribuem para o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais, promovendo o desenvolvimento de potencialidades e da autonomia, o empoderamento das famílias e a ampliação de sua capacidade protetiva.

Outra área primordial de atuação da Secretaria é formulação, coordenação e promoção de políticas públicas voltadas para segmentos historicamente invisibilizados, tais como mulheres, população negra, povos indígenas, romani (popularmente conhecida como ciganos), minorias étnicas, pessoas com deficiência, pessoas idosas, pessoas em situação de rua e comunidade LGBTQIAPN+. Essas ações visam à promoção da equidade, do respeito à diversidade e da inclusão social, contribuindo assim para o fortalecimento de um Distrito Federal que respeite e valorize as diferenças.

Além de outros serviços e ações desenvolvidos, a Secretaria é responsável pela gestão e coordenação dos seguintes equipamentos:

- Centros Referência da Assistência Social - Cras;
- Centros de Referência Especializada de Assistência Social - Creas;
- Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - CCFV;
- Centros de Referência Especializada para População em Situação de Rua - Centros Pop;
- Gerência do Serviço Especializado em Abordagem Social - GESEAS;
- Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias - SAIF;
- Serviço de Acolhimento Instrucional para Mulheres - SAIM;
- Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas - SAIP;
- Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA;
- Unidade de Proteção Social 24 horas - UPS 24h;
- Restaurantes Comunitários.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	101	48	309	1.069	1.527
Comissionados sem vínculo efetivo	104	48	0	0	152
Requisitados de órgãos do GDF	12	0	3	0	15



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	70	38	108
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	3	7	10
Terceirizados (FUNAP)	0	0	60	36	96
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	217	96	445	1.150	1.908
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	96
Total Geral	217	96	445	1.150	1.812

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO	5000,0	0,0	0	0
0051 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR - DISTRITO FEDERAL	5000,0	0,0	0	0
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	2329518,0	2288245,0	2288244,56	2287527,09
0123 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	2329518,0	2288245,0	2288244,56	2287527,09
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	974264,0	1637604,00	1637604,00	934784,50
0093 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	974264,0	1637604,00	1637604,00	934784,50
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5000,0	82609,00	82609,00	79608,1
0048 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	5000,0	82609,00	82609,00	79608,1
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	3313782,00	4008458,00	4008457,56	3301919,69

Programação Orçamentária Executada

No que se refere à execução orçamentária e financeira relacionada à concessão de licenças, indenizações e ressarcimentos aos servidores ativos e inativos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES/DF), foram efetivados os pagamentos correspondentes a 693 licenças-prêmio, 84 indenizações de pessoal e 2.602 ressarcimentos de planos odontológicos.



Programação Orçamentária Não Executada

9127.0051 - Conversão de Licença Prêmio em Pecúnia Servidor - Distrito Federal - A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES/DF) utilizou o crédito orçamentário disponível como fonte de cancelamento para custear despesas de pessoal.

6217 - DF MAIS SEGURO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	2250000,0	2780470,00	2780470,00	2670882,80
0065 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SEDES - PLANO PILOTO.	2250000,0	2780470,00	2780470,00	2670882,80
TOTAL - 6217 - DF MAIS SEGURO	2250000,00	2780470,00	2780470,00	2670882,80

Programação Orçamentária Executada

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES/DF) promove a inclusão e reintegração social de até 111 (cento e onze) reeducandos advindos do sistema prisional, oferecendo oportunidades de melhorias em suas condições de vida mediante a inserção no mercado de trabalho.

Em 2025, no contexto do contrato celebrado com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (Funap/DF), foram registrados 96 (noventa e seis) reeducandos ativos, dos quais 60 (sessenta) exerceram atividades na área meio e 36 (trinta e seis) atuaram nas atividades finalísticas do Órgão.

6228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9073 - TRANSFERÊNCIA PARA BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)	700000,0	400000,0	400000,00	399860,01
0005 - TRANSFERÊNCIA PARA BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECI - TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL 2025 - DISTRITO FEDERAL	0	400000,0	400000,00	399860,01
0038 - APOIO A PROJETOS DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL LGBTI+	700000,0	0,0	0	0
9071 - TRANSFERÊNCIA PARA BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	1480000,0	1550000,0	1550000,0	800000,0
0006 - TRANSFERÊNCIA PARA BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - APOIO A PROJETOS - DISTRITO FEDERAL	0	150000,0	150000,0	150000,0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0010 - TRANSFERÊNCIA PARA BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - ORÇAMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE (OCA) 2025 - DISTRITO FEDERAL	0	800000,0	800000,0	400000,0
0035 - APOIO A PROJETOS SOCIAIS	300000,0	0,0	0	0
0039 - TRANSFERÊNCIA PARA BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-APOIO A PROJETO SOCIAL-DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	200000,0	200000,0
0005 - TRANSFERÊNCIA PARA BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - FOMENTO A PROJETOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - DISTRITO FEDERAL	0	50000,0	50000,0	50000,0
0036 - TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM PROL DA COMUNIDADE DO DISTRITO FEDERAL	200000,0	0,0	0	0
0037 - APOIO A PROJETOS DE PROTEÇÃO SOCIAL	180000,0	0,0	0	0
0038 - Transferência de recursos a projetos (assistência)	800000,0	350000,0	350000,0	0
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES	1300000,0	950000,0	950000,0	950000,0
0403 - Apoio a projetos sociais no DF	500000,0	0,0	0	0
0048 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - FOMENTO AOS PROJETOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - DISTRITO FEDERAL	0	450000,0	450000,0	450000,0
0087 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - APOIO A PROJETOS SOCIAIS - DISTRITO FEDERAL	0	150000,0	150000,0	150000,0
0404 - PROMOVER AÇÕES DE APOIO À ASSISTÊNCIA SOCIAL NO DISTRITO FEDERAL	300000,0	350000,0	350000,0	350000,0
0402 - APOIO A PROJETO DE SEGURANÇA ALIMENTAR-BANCO DE ALIMENTOS/DF - JS	500000,0	0,0	0	0
4162 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO	42000000,0	41038597,0	41038596,95	41038596,95
0009 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO-- DISTRITO FEDERAL	42000000,0	41038597,0	41038596,95	41038596,95
4188 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	300000,0	300000,0	300000,0	300000,0
0017 - Apoio a programas e benefícios da proteção social básica	300000,0	300000,0	300000,0	300000,0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

4232 - AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	24070673,0	20698182,00	20698181,14	19962353,77
0002 - AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA--DISTRITO FEDERAL	24070673,0	20698182,00	20698181,14	19962353,77
4271 - GESTÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL	0	395877,0	395877,00	395877,0
0001 - GESTÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL--GESTÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO-DISTRITO FEDERAL	0	395877,0	395877,00	395877,0
4272 - CONCESSÃO DO PROGRAMA SOCIAL CARTÃO PRATO CHEIO	0	46766097,0	46766097,00	46766097,00
0001 - CONCESSÃO DO PROGRAMA SOCIAL CARTÃO PRATO CHEIO--DISTRITO FEDERAL	0	46766097,0	46766097,00	46766097,00
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	50000,0	0,0	0	0
0039 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO--DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
4172 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA GOVERNAMENTAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	50000,0	31140,0	11446,0	11446,0
0002 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA GOVERNAMENTAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL--DISTRITO FEDERAL	50000,0	31140,0	11446,0	11446,0
4173 - FORNECIMENTO EMERGENCIAL DE ALIMENTOS	5000,0	299638309,98	299638309,70	276027381,66
0003 - FORNECIMENTO EMERGENCIAL DE ALIMENTOS--SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	5000,0	299638309,98	299638309,70	276027381,66
4174 - FORNECIMENTO CONTINUADO DE ALIMENTOS	202500000,0	15577387,95	15577387,06	14400363,26
0002 - FORNECIMENTO CONTINUADO DE ALIMENTOS--DISTRITO FEDERAL	202500000,0	15577387,95	15577387,06	14400363,26
4175 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NOS RESTAURANTES COMUNITÁRIOS	135000000,0	102466797,79	102462894,13	90232696,53
0002 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NOS RESTAURANTES COMUNITÁRIOS--DISTRITO FEDERAL	135000000,0	102466797,79	102462894,13	90232696,53
4273 - CONCESSÃO DE CESTAS SECAS E VERDES NO DISTRITO FEDERAL	0	2541080,0	2541079,49	2159941,01



0001 - CONCESSÃO DE CESTAS SECAS E VERDES NO DISTRITO FEDERAL-CONCESSÃO DE CESTAS SECAS E VERDES NO-DISTRITO FEDERAL	0	2541080,0	2541079,49	2159941,01
TOTAL - 6228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	407455673,00	532353468,72	532329868,47	4934444613,19

Programação Orçamentária Executada

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), compreendido como o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, é reconhecido como um direito humano pelo artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Para protegê-lo e promovê-lo, o Brasil instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), por meio da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). A LOSAN – Lei nº 11.346, de 2006 – regulamenta as políticas de promoção e acesso a alimentos saudáveis e à água, assim como de fomento à produção, à comercialização e ao consumo de alimentos oriundos da agricultura familiar.

No âmbito do Governo do Distrito Federal, cabe à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES/DF), contribuir, por meio de políticas públicas integradas e transversais, para que o DHAA seja respeitado, protegido, promovido e provido no Distrito Federal. Dentre as ações de acesso e garantia de alimentos, destaca-se:

- O acesso à alimentação adequada e saudável, por meio da rede de Restaurantes Comunitários, com 18 unidades no DF;
- Ação de distribuição de cestas de alimentos;
- Incentivo à agricultura familiar, com a aquisição de gêneros alimentícios;
- Incentivo ao consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- Fomento a processos educativos na perspectiva de estimular autonomia na escolha alimentar saudável;
- Articulação intersetorial com estímulo à participação social;
- Ampliação do acesso ao alimento às famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional com o Programa Cartão Prato Cheio; e
- Fornecimento de refeições nas 73 unidades socioassistenciais da Sedes localizadas em todo o território do DF.

Restaurantes Comunitários

Os Restaurantes Comunitários constituem equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, destinados ao preparo e à comercialização de refeições saudáveis a preço acessível, contribuindo para a garantia do acesso à alimentação adequada, em conformidade com os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada, com especial atenção às famílias em situação de vulnerabilidade social.

Esses equipamentos atendem ao público em geral, praticando o valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para o café da manhã e o jantar, e R\$ 1,00 (um real) para o almoço. À população em situação de rua é assegurado o acesso gratuito às refeições, conforme disposto no Decreto nº 33.329, de 10 de novembro de 2011, alterado em 2024, que ampliou a gratuidade anteriormente restrita ao almoço e ao jantar, passando a contemplar também o café da manhã.

Atualmente, o Distrito Federal conta com 18 Restaurantes Comunitários em funcionamento, distribuídos em diferentes Regiões Administrativas, consolidando-se como importante política pública de enfrentamento à insegurança alimentar e nutricional.

Dentre essas unidades, 15 Restaurantes Comunitários ofertam refeições nas modalidades de café da manhã, almoço e jantar, com funcionamento diário, inclusive aos domingos e feriados. As demais unidades ainda não servem o jantar. A unidade da Estrutural encontra-se em processo de manutenção predial, com previsão de reabertura já contemplando a oferta das



três refeições, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados. As unidades de Ceilândia e do Sol Nascente, por sua vez, atualmente ofertam café da manhã e almoço, funcionando de segunda a sábado.

Ressalta-se que a ampliação gradativa do funcionamento pleno dos Restaurantes Comunitários está vinculada aos processos de adequação física das unidades e às novas contratações dos serviços, havendo previsão de que, até o segundo semestre de 2026, todas as 18 unidades estejam operando com a oferta integral dos serviços de café da manhã, almoço e jantar, todos os dias da semana.

As unidades que passaram por ampliações de serviço no ano de 2025 foram: Gama e Riacho Fundo II (janeiro/2025); Santa Maria (maio/2025) e Samambaia/Rorizão (junho/2025).

Durante o exercício de 2025, além das unidades com serviço ampliado, outros Restaurantes Comunitários tiveram o funcionamento temporariamente interrompido em razão da realização de manutenção, adequações estruturais e ajustes operacionais necessários à melhoria dos serviços prestados, a saber: Samambaia Expansão, São Sebastião, Paranoá, Arniqueira e Planaltina. Destaca-se, ainda, a unidade da Estrutural, cuja manutenção encontra-se em andamento.

Tais intervenções foram planejadas com o objetivo de assegurar condições adequadas de funcionamento, segurança e qualidade no atendimento à população. Como medida de contingência para garantir a continuidade do acesso à alimentação, especialmente para a população em situação de vulnerabilidade, esta Secretaria viabilizou, nos períodos de interrupção, a disponibilização de transporte gratuito por meio de ônibus, possibilitando o deslocamento dos usuários para o Restaurante Comunitário em funcionamento mais próximo.

A tabela a seguir apresenta a relação das unidades com interrupção temporária do serviço em 2025, os respectivos períodos e os quantitativos de usuários transportados, conforme registros administrativos constantes nos processos específicos.

RESTAURANTES COM INTERRUPÇÃO DO SERVIÇO EM 2025		
UNIDADE	PERÍODO INTERRUPÇÃO	USUÁRIOS TRANSPORTADOS NO PERÍODO
ARNIQUEIRA	02/10/2025 até 08/10/2025	327
RIACHO FUNDO II	01/01/2025 até 10/01/2025	*
GAMA	09/10/2024 até 07/01/2025	1.878
PARANOÁ	07/04/2025 até 03/10/2025	**
PLANALTINA	07/05/2025 até 09/12/2025	7
SAMAMBAIA	29/01/2025 até 27/06/2025	12.897
SAMAMBAIA EXPANSÃO	30/08/2025 até 28/09/2025	815
SANTA MARIA	01/2025 até 05/2025	*
SÃO SEBASTIÃO	30/07/2025 até 29/09/2025	1.014
SOBRADINHO	30/08/2024 até 11/10/2024	2.372
BRASÍLIA ESTRUTURAL	01/11/2025 até 03/2026 (previsão)	1.280
TOTAL DE USUÁRIOS TRANSPORTADOS		20.590

* Sem registros realizados pela Gerência

** Unidade sem transporte de usuários

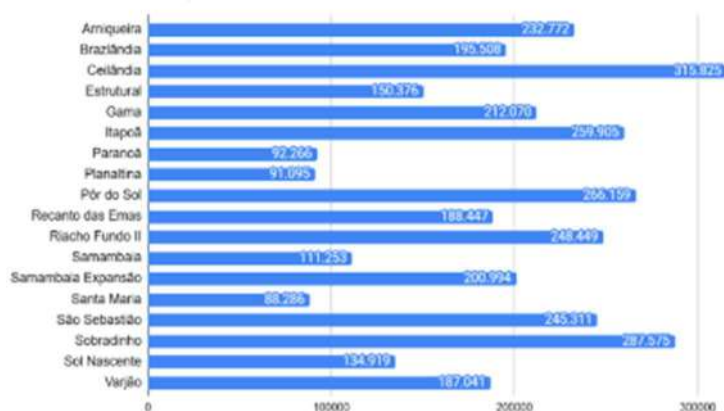
No exercício de 2025, os Restaurantes Comunitários do Distrito Federal registraram a oferta total de 16.801.987 (dezesseis milhões, oitocentos e um mil e novecentos e oitenta e sete) refeições. Desse quantitativo, 1.928.821 (um milhão, novecentos e vinte e oito mil e oitocentos e vinte e um) refeições foram destinadas gratuitamente à população em situação de rua, correspondendo a 11,5% do total, evidenciando o papel estratégico desses equipamentos públicos na proteção social e na promoção da segurança alimentar e nutricional.

No café da manhã, ao final do ano de 2025, foram servidas 3.508.251 (três milhões, quinhentos e oito mil e duzentos e cinquenta e um) refeições no somatório de todas as unidades. Para maior elucidação, segue abaixo a imagem com gráfico que apresenta a quantidade total de refeições na modalidade de café da manhã, discriminadas por unidade.



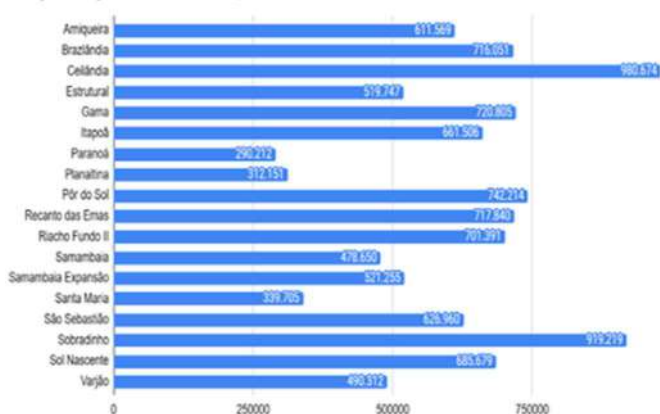
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Café da Manhã - Refeições Servidas em 2025 por Restaurante Comunitário



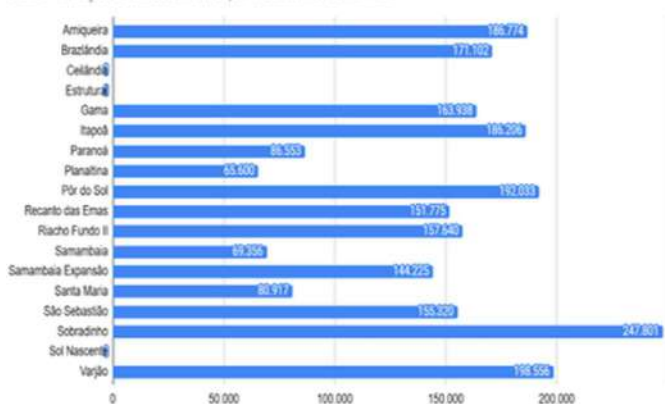
No que diz respeito ao almoço, a expressiva marca de 11.035.940 (onze milhões, trinta e cinco mil e novecentos e quarenta) refeições foi alcançada, refletindo um esforço contínuo para atender às necessidades alimentares da população. Apresenta-se abaixo a imagem com o gráfico que detalha a quantidade total de refeições no almoço, distribuídas por unidade.

Almoço - Refeições Servidas em 2025 por Restaurante Comunitário



O jantar também desempenha um papel relevante na oferta alimentar, totalizando 2.257.796 (dois milhões e duzentos e cinquenta e sete mil e setecentos e noventa e seis) refeições. Segue abaixo a imagem com o gráfico que detalha a quantidade total de refeições no jantar, distribuídas por unidade.

Jantar - Refeições Servidas em 2025 por Restaurante Comunitário



Os resultados observados ao longo de 2025 reafirmam o comprometimento dos Restaurantes Comunitários com a redução da insegurança alimentar e nutricional no Distrito Federal, consolidando-se como política pública essencial para a garantia do direito à alimentação adequada.



Por fim, para melhoria do atendimento à população, tem sido realizado o cadastramento de usuários e a implementação gradual de novo sistema de atendimento nos Restaurantes Comunitários. Esse cadastro tem por objetivo o atendimento às recomendações dos órgãos de controle, a identificação dos usuários a partir do CPF e o aprimoramento dos mecanismos de gestão, controle e transparência da política pública, permitindo o registro adequado das refeições ofertadas e o acompanhamento da execução dos serviços. O sistema já foi implementado nos Restaurantes Comunitários de Santa Maria, Itapoã e Paranoá, observando cronograma estabelecido, e vem apresentando resultados positivos quanto à organização do fluxo de atendimento e ao controle das informações operacionais. Ressalta-se que o cadastramento possui caráter administrativo e gerencial, não constituindo requisito para acesso às refeições, tampouco implicando restrição ou exclusão de usuários, preservando-se o caráter universal e inclusivo do Programa Restaurantes Comunitários, em consonância com os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Além do comprometimento com a oferta alimentar, é digno de nota o investimento total realizado, perfazendo a cifra de R\$ 96.285.057 (noventa e seis milhões, duzentos e oitenta e cinco mil e cinquenta e sete reais). Esse investimento demonstra a importância atribuída aos Restaurantes Comunitários como instrumentos de combate à insegurança alimentar e nutricional, contribuindo efetivamente para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Resumindo, em 2025, alcançou-se o seguinte resultado:

Número de cafés da manhã servidos: **3.508.251** (três milhões, quinhentos e oito mil e duzentos e cinquenta e um);

Do número de cafés da manhã servidos, 628.246 (seiscentos e vinte e oito mil e duzentos e quarenta e seis) foram para a população em situação de rua;

Número de almoços servidos: **11.035.940** (onze milhões, trinta e cinco mil e novecentos e quarenta);

Do número de almoços servidos, 966.327 (novecentos e sessenta e seis mil e trezentos e vinte e sete) foram para a população em situação de rua;

Número de jantares: **2.257.796** (dois milhões, duzentos e cinquenta e sete mil e setecentos e noventa e seis);

Do número de jantares servidos, 334.248 (trezentos e trinta e quatro mil e duzentos e quarenta e oito) foram para a população em situação de rua;

Número total de refeições servidas em 2025: **16.801.987** (dezesseis milhões, oitocentos e um mil e novecentos e oitenta e sete);

Investimento total em 2025: **R\$ 96.285.057** (noventa e seis milhões, duzentos e oitenta e cinco mil e cinquenta e sete reais).

Programa Cartão Prato Cheio

O Programa Cartão Prato Cheio foi instituído pela Lei nº 7.009, de 17 de dezembro de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 42.783 de 29 de dezembro de 2021 e normatizado pela Portaria nº 32 de, 11 de maio de 2022. Em sua forma primária, o Programa consiste no repasse de subsídio financeiro no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para as famílias em insegurança alimentar e nutricional (InSAN) atendidas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Esta modalidade objetiva garantir a agilidade no acesso ao alimento, além de incentivar a autonomia de escolha dos alimentos adequados e saudáveis.

Observa-se que o Programa Cartão Prato Cheio em sua modalidade pecuniária fomenta a economia local, contribuindo com a geração de emprego e renda e demais ações relacionadas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Para além disso, o Programa Cartão Prato Cheio possui como modalidade excepcional e secundária a oferta da cesta básica de alimentos; bem como, em sua forma complementar, a oferta da cesta verde ou cesta in natura de alimentos.

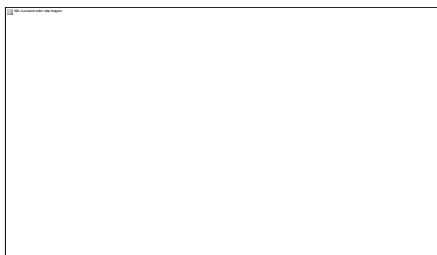
Durante o exercício de 2025, o Programa apresentou avanços significativos, destacando-se a ampliação do número de beneficiários de 100 mil para 130 mil, o que representa um aumento



de 30%. Ademais, houve a ampliação do número de parcelas, que passou de 9 para 18, conforme atualização da Portaria nº 32/2022.

Além disso, qualificou-se o processo de auditoria e fiscalização de irregularidades no Programa, por meio de gestão estratégica, criação do “Manual de Procedimentos da Gerência de Fiscalização de Programas de Segurança Alimentar e Nutricional”; e por meio de melhorias tecnológicas junto ao Sistema Integrado de Desenvolvimento Social - SIDS.

De uma forma geral, no ano de 2025, o Programa, em sua modalidade pecuniária, atendeu 155.242 (cento e cinquenta e cinco mil e duzentos e quarenta e dois) famílias, sendo, aproximadamente, 130 mil abastecimentos mensais, perfazendo um valor total de repasse de R\$ 343.398.250,00 (trezentos e quarenta e três milhões, trezentos e noventa e oito mil duzentos e cinquenta).



Cestas Básicas

A cesta básica de alimentos é concedida às famílias que estão em situação de insegurança alimentar e nutricional, todavia, não se enquadram nos critérios para entrada no programa na modalidade pecuniária (recebimento de crédito no valor de R\$ 250,00 mensais) ou aguardam vaga para o recebimento do crédito. Assim, a cesta básica tem caráter emergencial, esporádico e excepcional.

Desta forma, a família em situação transitória de insegurança alimentar e nutricional poderá receber o aporte da cesta básica de alimentos visando atender uma necessidade emergencial e provisória enquanto perdurar a situação de Insan.

A concessão é realizada mediante atendimento pelas unidades socioassistenciais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

No ano de 2025, foram distribuídas 12.618 (doze mil, seiscentos e dezoito) cestas básicas de alimentos, totalizando o valor investido de R\$ 3.516.296,40 (três milhões, quinhentos e dezesseis mil, duzentos e noventa e seis reais e quarenta centavos).

Cesta Verdes

Em complemento ao Programa Cartão Prato Cheio, a oferta de cestas verdes tem por objetivo promover o acesso à alimentação adequada e saudável às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, além de fomentar a agricultura familiar.

Desta forma, a entrega de cestas verdes é destinada tanto para aquelas famílias que participam do Programa Cartão Prato Cheio em sua modalidade pecuniária, quanto àquelas que recebem as cestas básicas.

Além disso, pontua-se os resultados obtidos com a aquisição de produtos da agricultura familiar, quais sejam:

- Fomento à agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com estímulo à produção com sustentabilidade e à geração de renda;
- Fortalecimento dos circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
- Estímulo ao cooperativismo e ao associativismo;
- Apoio à formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- Incentivo ao consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; e
- Incentivo aos hábitos alimentares saudáveis.



Para além, um dos avanços realizados no ano de 2025 foi a contratação de dois modelos de cestas considerando a safra do período de seca (maio a outubro) e a safra do período chuvoso (novembro a abril). Essa adequação contratual resultou em uma melhora significativa da qualidade alimentar das cestas, com redução de perdas e diminuição expressiva das reclamações relacionadas à qualidade dos alimentos.

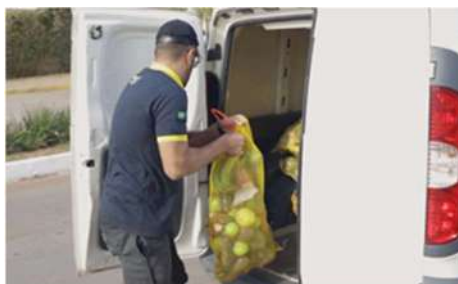
Em 2025, foram entregues 80.882 (oitenta mil, oitocentos e oitenta e dois) cestas verdes, perfazendo um valor total de R\$ 4.568.602,96 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, seiscentos e dois reais e noventa e seis centavos).

Transporte de Cestas

O serviço de entrega de cestas consiste na logística de planejamento, agendamento prévio com o usuário e efetiva entrega do alimento na residência do beneficiário que participa do Programa Cartão Prato Cheio.

Deste modo, para o serviço de entrega das cestas básicas e verdes de alimentos, conta-se com a contratação de empresas especializadas para o transporte desses gêneros alimentícios em domicílios localizados nas zonas urbanas e rurais do Distrito Federal. Logo, a entrega das cestas de alimentos respeita o modelo porta a porta, entendendo-se como alternativa viável para amparar o acesso das famílias a uma alimentação saudável e adequada, respeitando as limitações e prezando pela efetiva acessibilidade do serviço e da política pública.

Em 2025, foram transportadas 88.562 (oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e dois) cestas de alimentos, perfazendo um valor total de R\$ 2.048.508,49 (dois milhões e quarenta e oito mil e quinhentos e oito reais e quarenta e nove centavos).



Fornecimento de Refeições às Unidades Socioassistenciais do DF

O fornecimento de refeições é realizado nas 73 (setenta e três) unidades socioassistenciais da Sedes, quais sejam: Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, Centros de Convivência - CECON, Centros de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS, Centros de Referência Especializados de Atendimento à População em Situação de Rua - Centros Pop, Centro da Diversidade, Central de Vagas de Acolhimento, Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias do Areal, Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres, Serviço de Acolhimento em República para Jovens, Serviço para Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes e Unidade de Proteção Social 24 horas.

O tipo e a quantidade de refeições servidas variam de acordo com a unidade socioassistencial, conforme tabela abaixo:

UNIDADES	REFEIÇÕES OFERTADAS
Centros de Referência de Assistência Social (Cras);Centros de Referência Especializados em Assistência Social (Creas);Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Cecon).	Lanche
Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro POP).	Café da manhã, almoço, lanche e jantar
Unidade de Proteção Social (UPS) 24hs e Central de Vagas (Centvac).	Café da manhã, colação, almoço, lanche, jantar e ceia
Serviços de Acolhimento Institucional (Saica, Saiafa, Saim, Saipi e RJovem).	Café da manhã, colação, almoço, lanche, jantar e ceia



Destaca-se que, os atendimentos realizados nessas unidades, abarcam indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e/ou de risco pessoal, por incidência de violação de direitos. Registra-se que o fornecimento de refeições nas unidades da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES/DF é executado por meio de cinco contratos de prestação de serviços, os quais garantem a continuidade e a operacionalização da política pública de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito desta ação.

No exercício de 2025, foram ofertadas 1.920.287 refeições, evidenciando um crescimento aproximado de 10.1% em relação ao ano anterior. Tal incremento está associado à ampliação da demanda pelos serviços ofertados, resultando em um investimento total de R\$ 12.098.501,53 (doze milhões, noventa e oito mil, quinhentos e um reais e cinquenta e três centavos).

Programa Cartão Gás

Instituído pela Lei nº 6.938 de 10 de agosto de 2021, alterada pela Lei nº 7.010, de 17 de dezembro de 2021, e regulamentado pelo Decreto nº 42.376, de 10 de agosto de 2021, alterado pelo Decreto 45192 de 22/11/2023, que instituem o referido Programa. Consiste em concessão de auxílio financeiro, em parcelas sucessivas bimestrais no valor de R\$ 100,00 (cem), para aquisição do GLP 13kg. Destinado a assegurar às famílias com renda per capita de até meio salário mínimo o acesso ao gás liquefeito de petróleo (GLP 13 kg) para uso doméstico.

No período de janeiro a dezembro de 2024 foram geradas 06 folhas de pagamento do Programa Cartão Gás, o que representa 79.740 (setenta e nove mil e setecentos e quarenta) famílias atendidas pelo programa; sendo pagos 419.988 (quatrocentos e dezenove mil, novecentos e oitenta e oito) benefícios/parcelas que totalizaram R\$ 41.998.800,00 (quarenta e um milhões, novecentos e noventa e oito mil e oitocentos reais) investidos.



Programa "Agentes da Cidadania"

Instituído pela Lei nº 7.008, de 17 de dezembro de 2021 e regulamentado pela Portaria nº 42, DE 20 de Dezembro de 2023. O Programa Agentes da Cidadania é destinado a mulheres em situação de pobreza e extrema pobreza, residentes no Distrito Federal, a fim de fortalecer o trabalho social com indivíduos e famílias no território. O Programa visa oferecer, mediante concessão de bolsa social de R\$ 300,00 (trezentos reais), ações em favorecimento ao enfrentamento da pobreza, da desigualdade social e das violações de direitos, contribuindo para a proteção social das mulheres, de suas famílias e comunidades; contribuir para a promoção de aquisições, com vistas à redução das desigualdades sociais e de gênero; promover ações voltadas ao desenvolvimento de aquisições que contribuam para a promoção da autonomia financeira e o fortalecimento da inclusão social e produtiva de mulheres dentre outros. Em 2024, participaram do programa cerca de 111 (cento e onze) mulheres por mês.



Projeto "SER +"

Transferência financeira a uma Organização da Sociedade Civil - OSC para prestação de serviço de proteção social básica que consiste no atendimento socioassistencial direcionado a



70 (setenta) crianças e adolescentes na faixa etária de 06 a 14 anos, em vulnerabilidade social na Região Administrativa do Gama.

Projeto "Viver o futuro agora"

Transferência financeira a uma Organização da Sociedade Civil - OSC para prestação de serviço de proteção social básica crianças e adolescentes de 6 a 15 anos de idade direcionados a 100 (cem) usuários, bem como suas famílias, com o propósito de prevenir situações de vulnerabilidade social e fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

Projeto "Cuidado Especial"

Transferência financeira a uma Organização da Sociedade Civil - OSC para promover acesso a saúde psicológica usando de Autista: terapia clínica e ocupacional a (15) quinze crianças e adolescentes de acolhimento institucional com TEA - Transtorno Espectro Autista.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA

Participação de membro do Consea/DF (da entidade Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida) na atividade autogestionada realizada pelo Consea Nacional cujo tema é "A erradicação da fome e a reforma da governança global: diálogos e convergências realizados necessárias".

Programação Orçamentária não Executada

9073.0038 - Transferência para Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (Mac) - Apoio a Projetos de Acolhimento Institucional LGBTI+ - Emenda Parlamentar cancelada.

9071.0035 - Transferência para Bloco da Proteção Social Básicaproteção Social Básica - Apoio a Projetos Sociais - Emenda Parlamentar cancelada.

9071.0036 - Transferência para Bloco da Proteção Social Básicaproteção Social Básica - Transferência para Proteção Social Básica em Prol da Comunidade do Distrito Federal - Emenda Parlamentar cancelada.

9071.0037 - Transferência para Bloco da Proteção Social Básicaproteção Social Básica - Apoio a Projetos de Proteção Social - Emenda Parlamentar cancelada.

9071.0038 - Transferência para Bloco da Proteção Social Básicaproteção Social Básica - Transferência de recursos a projetos (assistência) - Emenda Parlamentar cancelada.

9107.0403 - Transferência Financeira a Entidades - Apoio a projetos sociais no DF - Emenda Parlamentar cancelada.

9107.0402 - Transferência Financeira a Entidades - Apoio a Projeto De Segurança Alimentar - Banco de Alimentos/DF - JS - Emenda Parlamentar cancelada.

2579.0039 - Manutenção e Funcionamento De Conselho - Manutenção e Funcionamento de Conselho - Distrito Federal - Não houve demanda por parte da área técnica responsável em 2025.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10708 - DOMICÍLIOS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR	PERCENTUAL	21,60	01/12/2021	Bianual	X	X	20,00	X	X	X	19,00	X	PDAD (PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO), DO IPEDF (INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO
Justificativa: 2024 - Indicador sem índice desejado para exercício.													
10708 - DOMICÍLIOS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR	PERCENTUAL	21,60	01/12/2021	Bianual	X	-	20,00	0,00	X	X	19,00	X	PDAD OU PNAD-C
Justificativa: 2025 - Registra-se que os dados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), referentes ao ano de 2024, foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em outubro de 2025, reforçando a atualidade, a confiabilidade e a regularidade dessa fonte para fins de acompanhamento do indicador no âmbito do Plano Plurianual (PPA) e dos demais instrumentos de planejamento. Dessa forma, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), o percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar no Distrito Federal foi de 23,5% em 2023 e 27,0% em 2024. Ressalta-se que os dados referentes ao exercício de 2025 ainda não foram divulgados pelo IBGE. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – PNAD Contínua, módulo de Segurança Alimentar e Nutricional (EBIA).													
10778 - TAXA DE FAMÍLIAS DESASSISTIDAS PELA TRANSFERÊNCIA DE RENDA	PERCENTUAL	14,15	01/04/2023	Anual	12,00	25,30	24,30	27,13	23,30	X	22,30	X	ESPELHO DO CADASTRO ÚNICO E FOLHAS DE PAGAMENTO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA - CTRAR



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
Justificativa: 2024 - Taxa de famílias desassistidas pela transferência de renda é calculado a partir dos dados do Cadastro Único e das folhas de pagamento do Programa Bolsa Família (PBF), DF Social, Cartão Gás e Auxílio Gás dos Brasileiros (PAGB). O aumento percentual do indicador se justifica pois, ao longo de 2024, houve um crescente em relação aos processos de fiscalização dos benefícios federais, em especial do Programa Bolsa Família. Por meio, principalmente, das ações de Averiguação Cadastral e povoamento automático dos dados do Cadastro Único com a renda identificada no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), o Governo Federal reduziu substancialmente a folha de pagamento dos programas de transferência de renda com a retirada das famílias que não mais atendiam aos critérios de permanência. Somado a isso, houve um aumento no número de famílias inscritas no Cadastro Único. O resultado desse processo é gerou um aumento da taxa de famílias desassistidas. 2025 - O aumento percentual do indicador se justifica pois, ao longo de 2025, houve um crescente em relação aos processos de fiscalização dos benefícios federais, em especial do Programa Bolsa Família. Por meio, principalmente, das ações de Averiguação Cadastral e povoamento automático dos dados do Cadastro Único com a renda identificada no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), o Governo Federal reduziu substancialmente a folha de pagamento dos programas de transferência de renda com a retirada das famílias que não mais atendiam aos critérios de permanência. Somado a isso, houve um aumento no número de famílias inscritas no Cadastro Único. O resultado desse processo gerou um aumento da taxa de famílias desassistidas.													
10819 - TAXA DE ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO ÚNICO	PERCENTUAL	87,23	01/04/2023	Anual	89,25	83,04	85,40	91,14	87,40	X	89,40	X	ESELHO DO CADASTRO ÚNICO - CTRAR
Justificativa: 2024 - Taxa de atualização do Cadastro Único, durante todo o ano de 2022 e início de 2023, houve um trabalho intenso desta Pasta para inclusão e atualização cadastral da demanda que estava reprimida desde 2020, momento em que o país passou pela pandemia de Covid19 e, com isso, houve um aumento exponencial das demandas da Assistência Social, entre elas, a de Cadastro Único. Dessa forma, naquela época, aumentou-se muito o número de atendimentos e o número de famílias incluídas/atualizadas no Cadastro Único. Com isso, no final de 2024 e início de 2025, essas famílias começam a ter o cadastro desatualizado, de forma que é necessária a mesma intensidade da movimentação anterior para que todos os cadastros sejam atualizados e a taxa de atualização se mantenha em crescimento. 2025 - A taxa de atualização do Cadastro Único corresponde ao percentual de famílias com cadastro atualizado nos últimos 24 meses em relação ao total de famílias cadastradas. Em 2025, observou-se um aumento em potencial da taxa de atualização para 91,14% (Referência 12/2025), superando o planejado para o ano (85,4 %). Esse resultado decorre de um conjunto de fatores articulados, entre os quais se destacam: o trabalho intensivo desenvolvido por esta Pasta para a inclusão e a atualização cadastral da demanda reprimida, realizado por meio das unidades socioassistenciais, dos 13 Postos do Cadastro Único e dos 5 Postos Na Hora, distribuídos pelas diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal; a implementação, em março de 2025, do novo Portal do Cadastro Único, que introduziu uma plataforma mais moderna e simplificada, facilitando o cadastramento das famílias tanto para a população usuária quanto para os operadores do sistema; e a publicação da Portaria MDS nº 1.133, de 1º de dezembro de 2025, que alterou a Portaria MC nº 810, de 14 de setembro de 2022, ao permitir que o cadastro da família seja considerado atualizado quando houver alteração de dados do Cadastro Único realizada pelo Governo Federal por meio da integração com outros registros administrativos (atualização por integração).													

8228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	600000,0	801447,00	801447,00	684663,01
0171 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS--DISTRITO FEDERAL	600000,0	801447,00	801447,00	684663,01
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	270531475,0	314711788,00	314711787,31	311582161,60
0100 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	270531475,0	314711788,00	314711787,31	311582161,60
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	14258494,0	13607502,00	13350194,00	13307055,07
0085 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	14258494,0	13607502,00	13350194,00	13307055,07
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	28835724,0	20295820,10	20214758,30	18508907,40
0139 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	26835724,0	20295820,10	20214758,30	18508907,40
9887 - MELHORIAS NOS CRAS E CREAS DO DF	500000,0	0,0	0	0
9886 - INSTALAÇÃO DE TOLDOS NOS RESTAURANTES COMUNITÁRIOS	1500000,0	0,0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	2055000,0	765654,50	765653,95	765653,95
0076 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SEDES-DISTRITO FEDERAL	2055000,0	765654,50	765653,95	765653,95
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2950000,0	2093459,00	2093458,09	1881839,80



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0088 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	2950000,0	2093459,00	2093458,09	1881839,80
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	500000,0	322655,30	322446,93	183860,90
0075 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	500000,0	322655,30	322446,93	183860,90
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	5000000,0	26633676,46	26633675,76	26603526,63
0070 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SEDES-PLANO PILOTO .	5000000,0	26633676,46	26633675,76	26603526,63
TOTAL - 8228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL - GESTÃO E MANUTENÇÃO	324730693,00	379232002,36	378893421,34	373517668,36

Programação Orçamentária Executada

Manutenção Predial

Refere-se a prestação de serviços de manutenção predial no edifício sede da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES/DF) e todas as suas unidades vinculadas, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, sob demanda, bem como conserto, instalação, conservação e reparação, sob demanda, de modo a possibilitar instalações adequadas, acessíveis e em conformidade com as necessidades dos usuários da política pública de assistência social, bem como proporcionar condições físicas adequadas de trabalho aos servidores da Secretaria.

Em 2025, todas as unidades da SEDES/DF foram contempladas com alguma ação de reparo, reforma ou manutenção predial, incluindo os Restaurantes Comunitários, por meio de contratos firmados com empresas especializadas na prestação deste tipo de serviço.



Gestão e Manutenção dos Serviços Administrativos

A execução financeira relacionada aos contratos destinados à manutenção do funcionamento da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES/DF) e de suas unidades vinculadas compreendeu despesas essenciais à continuidade das atividades administrativas e finalísticas da pasta. Esses gastos abrangeram, entre outros, contratos de locação de imóveis utilizados para a instalação de unidades administrativas e de atendimento ao público, bem como a contratação de serviços públicos indispensáveis, tais como fornecimento de água e energia elétrica.

Ademais, foram executados recursos voltados à aquisição de materiais de expediente, necessários ao suporte das rotinas administrativas, ao adequado atendimento aos usuários da política pública de assistência social e à preservação das condições operacionais das



unidades. Tais despesas foram realizadas visando assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e regular da SEDES/DF.

Capacitação de Servidores Públicos

No exercício de 2025, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES/DF) promoveu a capacitação de seus servidores por meio da participação em cursos relacionados às respectivas áreas de atuação. As ações de capacitação ocorreram nas modalidades presencial e on-line, em Brasília e em outros estados brasileiros.

As capacitações realizadas contribuíram para o fortalecimento institucional e para o aprimoramento da execução das políticas públicas de assistência social no Distrito Federal.

Tecnologia e Inovação

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES/DF) mantém diversos contratos na área de Tecnologia da Informação, destinados à otimização e ao aprimoramento dos sistemas utilizados no âmbito da Secretaria.

Esses contratos contemplam, entre outras ações, a manutenção e o gerenciamento das informações institucionais, a locação de softwares, a emissão de certificados digitais, bem como o suporte à infraestrutura tecnológica necessária ao adequado funcionamento dos serviços administrativos e finalísticos.

Ademais, a SEDES/DF dispõe de contratos voltados à modernização e ao aperfeiçoamento da gestão da informação, por meio da implantação de sistemas de tecnologia da informação, do desenvolvimento de softwares e da aquisição de equipamentos de áudio, vídeo, comunicação e microinformática. Tais investimentos têm como objetivo fortalecer a eficiência operacional, ampliar a transparência institucional e aprimorar a divulgação das informações à população acerca dos serviços, benefícios e projetos socioassistenciais ofertados pela Secretaria.

Programação Orçamentária não Executada

8517.9887 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - MELHORIAS NOS CRAS E CREAS DO DF - Emenda Parlamentar Cancelada.

8517.9886 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - INSTALAÇÃO DE TOLDOS NOS RESTAURANTES COMUNITÁRIOS - Emenda Parlamentar Cancelada.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Ações de Educação Alimentar e Nutricional

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) constitui um campo de conhecimento e de práticas contínuas, permanentes, transdisciplinares, intersetoriais e multiprofissionais, voltado à promoção da prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, ao fortalecimento de hábitos alimentares regionais e à valorização das diversas expressões da cultura alimentar, inserindo-se no contexto do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

No âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES), as ações de Educação Alimentar e Nutricional são desenvolvidas de forma transversal, integrando os programas, serviços e equipamentos da rede de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como a rede socioassistencial que compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sob responsabilidade desta Secretaria.

No exercício de 2025, foram realizadas atividades educativas junto ao público frequentador dos Restaurantes Comunitários, com abordagem de temáticas relacionadas ao incentivo às práticas alimentares saudáveis e à promoção da alimentação adequada e saudável. As referidas atividades foram elaboradas e acompanhadas tecnicamente pelas nutricionistas da SEDES e executadas mensalmente pelas empresas contratadas para o preparo e a distribuição das refeições nesses equipamentos públicos.



Adicionalmente ao exposto, em 29 de setembro de 2025, foi publicado o III Plano de Educação Alimentar e Nutricional da SEDES (2025–2027), instrumento de planejamento estratégico que tem como finalidade fortalecer, qualificar e sistematizar as ações de EAN no âmbito da Secretaria, promovendo a integração entre as políticas de Assistência Social e de Segurança Alimentar e Nutricional. No ano de 2025, o Plano orientou ações voltadas à sensibilização e capacitação de servidores, à ampliação das atividades educativas junto aos beneficiários dos serviços socioassistenciais e dos Programas de Segurança Alimentar e Nutricional, e ao fortalecimento da atuação territorial, contribuindo para a efetivação do DHAA.



Em 17 de novembro de 2025, o Comitê Gestor Permanente de Educação Alimentar e Nutricional (COEAN) da SEDES/DF, realizou o evento de lançamento oficial do referido Plano, seguido de oficina técnica, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). A iniciativa teve como objetivo fortalecer a articulação entre as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e de Assistência Social, promover a troca de experiências e boas práticas em EAN, bem como sensibilizar profissionais da SEDES e instituições parceiras quanto à importância dessa área para a garantia do DHAA. Ademais, o evento contribuiu para o alinhamento das ações locais às diretrizes nacionais e para a troca de conhecimentos e experiências voltadas à qualificação das ações de EAN no Distrito Federal. A oficina técnica também atendeu às metas do Plano relacionadas à capacitação de profissionais que atuam com EAN, visando ao alinhamento teórico da temática. Ao todo, foram capacitados 159 profissionais, entre servidores públicos e trabalhadores de organizações da sociedade civil com parcerias firmadas com a SEDES.





No cumprimento de suas atribuições regimentais, o COEAN realizou, ao longo de 2025, reuniões periódicas com seus membros e com servidores que atuam nos equipamentos socioassistenciais, com vistas ao planejamento técnico, à articulação intersetorial e ao acompanhamento das ações de Educação Alimentar e Nutricional desenvolvidas pela Secretaria.

Ao todo, no ano de 2025, foram realizadas 171 atividades de Educação Alimentar e Nutricional, contemplando diferentes públicos, territórios e equipamentos da política de Assistência Social e de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal.

Nosso Natal

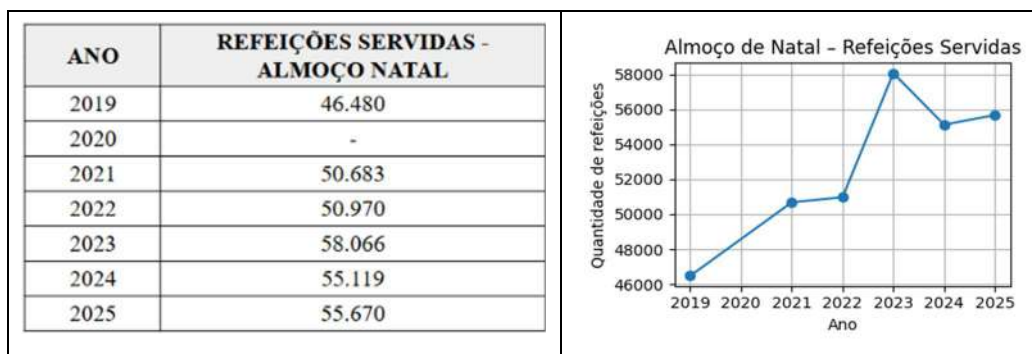
Desde 2019, os Restaurantes Comunitários do Distrito Federal promovem, anualmente, uma Ceia de Natal Especial, numa parceria que engloba a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, a Chefia Executiva de Políticas Sociais, outras secretarias de estado e as respectivas Administrações Regionais aos quais cada restaurante está localizado. A iniciativa inclui um cardápio temático, atrações musicais, a presença do Papai Noel e a entrega de presentes para as crianças, criando um ambiente de celebração e acolhida para os indivíduos e famílias frequentadoras do equipamento.

Esse evento comemorativo valoriza o senso de comunidade, promovendo a convivência e a integração social, reafirmando o Restaurante Comunitário não apenas como um espaço de alimentação, mas também de acolhimento e fortalecimento de vínculos comunitários.

Ao longo desses anos, a ação atendeu um público crescente, consolidando-se como um momento de fortalecimento de vínculos comunitários e promoção de inclusão social durante as festividades. Desde 2019, cerca de 316.988 mil refeições foram servidas, reforçando o compromisso do Distrito Federal com a segurança alimentar e a valorização das tradições culturais. A proposta continuará sendo realizada nos próximos anos, ampliando sua abrangência e impacto nas comunidades atendidas.

Já no ano de 2025, foram servidas 55.670 refeições nas 17 unidades que ofereceram o evento no almoço (Gersan da Estrutural encontra-se fechada para reformas visando sua ampliação para o ano de 2026).

A seguir, apresenta-se o quadro com os quantitativos de refeições servidas nos almoços comemorativos de Natal, de 2019 a 2025, evidenciando a evolução dessa relevante ação institucional no âmbito da política de segurança alimentar e nutricional:



A ação do Almoço de Natal apresentou evolução positiva ao longo dos últimos anos. Após a interrupção em 2020, em decorrência da pandemia da COVID-19, houve retomada em 2021, com crescimento gradual até 2023, ano em que foi registrado o maior número de refeições servidas. Em 2024 e 2025, a ação manteve-se em patamar elevado e estável, evidenciando a consolidação da iniciativa e sua relevância no atendimento à população em situação de vulnerabilidade social.



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Programa Restaurante Comunitário

Os Restaurantes Comunitários desempenham papel essencial na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, ao ofertarem refeições saudáveis a preços acessíveis, contribuindo de forma significativa para a garantia do acesso a uma alimentação adequada e equilibrada à população em situação de vulnerabilidade social.

Considerando essa relevância, para o exercício de 2026, projeta-se a ampliação do funcionamento de todas as unidades, com a oferta de café da manhã, almoço e jantar, de segunda-feira a domingo, inclusive em feriados, abrangendo a totalidade dos 18 Restaurantes Comunitários.

No ano de 2026, encontram-se programadas as ampliações de funcionamento nas unidades localizadas em Ceilândia (DJ Jamaica), Sol Nascente e Estrutural.

As principais dificuldades a serem enfrentadas nesse processo de ampliação relacionam-se, inicialmente, à insuficiência de recursos humanos, tanto em razão do quantitativo reduzido de servidores efetivos quanto da limitação de servidores comissionados disponíveis para atuação nos finais de semana e feriados nas unidades.

Adicionalmente, a gestão simultânea das 18 unidades configura-se como um desafio relevante, especialmente diante do aumento da oferta de refeições. Esse cenário demanda uma logística administrativa eficiente, capaz de organizar a rotina operacional dos restaurantes, assegurar a execução adequada das manutenções em um regime de funcionamento contínuo — de segunda-feira a domingo, com oferta de café da manhã, almoço e jantar — e viabilizar o revezamento apropriado de servidores, garantindo a presença da fiscalização da Administração Pública em todos os dias da semana, inclusive aos finais de semana e feriados.

Outro fator que impacta a operacionalização das unidades refere-se às condições de segurança em determinadas regiões, as quais podem dificultar o deslocamento e a permanência de servidores, prestadores de serviços e usuários, especialmente nos horários estendidos de funcionamento.

Por fim, destaca-se a disponibilidade orçamentária como um desafio adicional e de elevada complexidade, sobretudo diante da necessidade de investimentos contínuos em manutenção das unidades e em soluções tecnológicas, voltadas à maior agilidade no tratamento dos dados gerados na rotina dos restaurantes, bem como à segurança, integridade e disponibilidade dessas informações.

Programa Cartão Prato Cheio

O Programa Cartão Prato Cheio consiste na garantia de provimento alimentar direto às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio da disponibilização de crédito alimentar ou da oferta de cestas de alimentos.

Nesse sentido, trata-se de programa essencial para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável no âmbito do Distrito Federal, contribuindo também para



a promoção da autonomia das famílias beneficiárias, bem como para o fomento do comércio local e da agricultura familiar em nível distrital.

Com vistas à continuidade da oferta do serviço público à população assistida, para o exercício de 2026 pretende-se manter o Programa Cartão Prato Cheio com a disponibilização de crédito alimentar para até 130.000 (cento e trinta mil) famílias por mês, no valor unitário de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), bem como a oferta complementar de cestas básicas de alimentos.

Ressalta-se, ainda, como ação fundamental para a promoção da alimentação saudável, a continuidade da oferta de cestas verdes ao público beneficiário do Programa Cartão Prato Cheio, em articulação com a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI, visando ao fortalecimento da agricultura familiar local.

No que se refere aos desafios para a gestão e execução do Programa, destaca-se a necessidade de ampliação do corpo técnico de servidores, de modo a viabilizar o aprimoramento das execuções contratuais e das atividades de fiscalização. Ademais, evidencia-se a necessidade de investimentos em melhorias tecnológicas no Sistema Integrado de Desenvolvimento Social, com vistas à qualificação das informações disponibilizadas aos beneficiários e aos servidores, bem como à segurança e à confiabilidade dos dados.

Fornecimento de Refeições às Unidades Socioassistenciais do DF

Ressalta-se que o fornecimento de refeições nas unidades socioassistenciais constitui ação estratégica e essencial para a garantia do acesso regular e contínuo à alimentação saudável e adequada à população referenciada, contribuindo diretamente para o fortalecimento da Política de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política de Assistência Social do Distrito Federal. O público atendido por esses equipamentos é composto por indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e de insegurança alimentar e nutricional, o que evidencia a elevada relevância social e institucional dessa ação governamental.

A execução do serviço ocorre por meio de cinco contratos de prestação de serviços, firmados entre a SEDES/DF e empresas especializadas, responsáveis pelo preparo e transporte de refeições destinadas às 73 (setenta e três) unidades socioassistenciais, distribuídas em diferentes Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Em razão da complexidade e da ampla abrangência do serviço prestado, uma das principais dificuldades identificadas refere-se à gestão e à fiscalização contratual. Atualmente, a execução dos cinco contratos é acompanhada por apenas três servidores desta secretaria, o que impõe limitações significativas à atuação fiscalizatória. Ademais, os servidores lotados nas unidades socioassistenciais não participam formalmente do processo de fiscalização, circunstância que compromete a efetividade do acompanhamento da execução contratual e a identificação tempestiva de eventuais não conformidades.

Verifica-se, ainda, a ausência de um fluxo de trabalho institucionalizado entre as subsecretarias envolvidas, capaz de viabilizar uma atuação integrada e sistêmica na gestão e fiscalização desses contratos. Associada à escassez de recursos humanos no âmbito da Secretaria, essa realidade impacta negativamente a eficiência do acompanhamento contratual e, potencialmente, a qualidade do serviço prestado à população usuária.

Diante desse cenário, foram adotadas medidas para o aprimoramento da gestão do serviço, tendo sido concluídos os trabalhos técnicos de análise realizados por Grupo de Trabalho constituído por servidores da Secretaria. Os estudos possibilitaram a identificação das principais fragilidades, necessidades operacionais e oportunidades de melhoria relacionadas à execução e à fiscalização dos contratos vigentes.

Como produto desse processo de análise, foi elaborado um manual de referência, destinado a subsidiar a implementação de um programa estruturado de gestão e fiscalização do fornecimento de refeições, com o objetivo de assegurar a efetividade das ações, a conformidade dos serviços com os padrões de qualidade e as recomendações nutricionais vigentes, bem como apoiar a reformulação do modelo contratual e a realização de nova licitação, em consonância com a legislação aplicável.



Além disso, os resultados dos estudos do Grupo de Trabalho subsidiaram o início do planejamento do processo licitatório para a contratação de novos contratos de fornecimento de refeições, contemplando ajustes e aprimoramentos no modelo contratual, com vistas a adequar a prestação do serviço às demandas identificadas, fortalecer os mecanismos de controle e fiscalização e promover maior previsibilidade, eficiência e qualidade na execução contratual.

Adicionalmente, foi proposto projeto de lei com vistas à instituição formal de um programa de fornecimento de refeições nas unidades socioassistenciais, como medida estruturante de fortalecimento da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, conferindo maior segurança jurídica, continuidade administrativa e sustentabilidade à execução do serviço.

Por fim, para o exercício de 2026, pretende-se iniciar a implementação do programa proposto, bem como consolidar a reformulação dos contratos de fornecimento de refeições nas unidades socioassistenciais da SEDES/DF por meio das novas contratações, com o objetivo de modernizar os instrumentos contratuais, fortalecer os mecanismos de controle e fiscalização e aprimorar a qualidade da prestação do serviço, garantindo maior efetividade no atendimento à população em situação de vulnerabilidade social e maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.



17902 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Assistência Social do Distrito Federal (FAS/DF), instituído pela Lei Complementar nº 8/1995, e regulamentado pelo Decreto nº 18.366/1997, constitui-se em instrumento fundamental de financiamento da política de assistência social no âmbito do Distrito Federal. Seu objetivo é assegurar, de forma ágil, sistemática e continuada, a provisão de recursos destinados ao custeio de benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, conforme disposto no art. 14 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 — Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

O FAS/DF encontra-se vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do DF (SEDES/DF), sob a coordenação do titular da Pasta ou seu representante legal, e está sujeito à supervisão e à fiscalização do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal (CAS/DF).

O orçamento do Fundo constará das políticas e programas anuais e plurianuais do Governo do Distrito Federal e será submetido à apreciação e à aprovação do CAS/DF.

As despesas realizadas à conta do Fundo de Assistência Social do Distrito Federal (FAS/DF) compreendem o pagamento dos auxílios natalidade e funeral, previstos no art. 14, inciso I, da Lei nº 8.742/1993 (LOAS); o financiamento dos benefícios eventuais, dos serviços e dos programas de assistência social, bem como dos projetos de enfrentamento da pobreza de que tratam os arts. 22, 23, 24, 25 e 26 da LOAS; a execução de ações de caráter emergencial; o apoio a atividades permanentes de estudos, pesquisas e capacitação de recursos humanos, nos termos do art. 19, incisos IX e X, da LOAS; o pagamento por serviços prestados por entidades conveniadas de direito privado para a execução de programas ou projetos específicos de assistência social; a aquisição de material permanente, material de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações socioassistenciais; a construção, reforma, ampliação ou locação de imóveis destinados à execução dessas ações; e o atendimento de despesas diversas de pronto pagamento, indispensáveis à execução imediata de ações emergenciais de assistência social.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Total Geral	0	0	0	0	0

O Fundo de Assistência Social do Distrito Federal (FAS/DF) é operacionalizado pela força de trabalho da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES/DF).

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2411 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	103000,0	510000,0	15724,5	15724,5
0002 - GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IGDSUAS--DISTRITO FEDERAL	103000,0	510000,0	15724,5	15724,5
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	56000,0	584417,0	250000,00	216831,92
0166 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FÓRUMS, CONFERÊNCIAS E SEMINÁRIOS-DISTRITO FEDERAL	56000,0	584417,0	250000,00	216831,92
4161 - BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO	3460000,0	4410182,00	3105202,74	2612073,93
0001 - BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADAST - IGD PBF - DISTRITO FEDERAL	3460000,0	4410182,00	3105202,74	2612073,93
4181 - BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - IGD VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	206000,0	4378321,0	0	0
0001 - BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - IGD VIGILÂNCIA SOCIOASSI - DISTRITO FEDERAL	206000,0	4378321,0	0	0
4182 - BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - IGD GESTÃO DO TRABALHO NO SUAS	632000,0	1549231,0	20732,79	0
0001 - BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - IGD GESTÃO DO TRABALHO N - DISTRITO FEDERAL	632000,0	1549231,0	20732,79	0
9074 - TRANSFERÊNCIA BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO	7170000,0	8047164,00	8047162,16	8047162,16
0001 - TRANSFERÊNCIA BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FA - DISTRITO FEDERAL	7170000,0	8047164,00	8047162,16	8047162,16
2943 - PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ	55000,0	1059026,0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0001 - PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ - DISTRITO FEDERAL	55000,0	1059026,0	0	0
9072 - TRANSFERÊNCIA PARA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ	510000,0	1510000,0	0	0
0001 - TRANSFERÊNCIA PARA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRI - DISTRITO FEDERAL	510000,0	1510000,0	0	0
2944 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)	1635000,0	4443213,38	1154054,13	1038366,45
0007 - Implementação de programa para apoiar pessoas em situação de rua	400000,0	0,0	0	0
0001 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA - DEMAIS INDIVÍDUOS E FAMÍLIA - DISTRITO FEDERAL	865000,0	2606524,38	834054,13	812347,83
0002 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA - CRIANÇA E ADOLESCENTE - DISTRITO FEDERAL	370000,0	1836689,0	320000,00	226018,62
4267 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	456497,0	450000,00	8793,52	8793,52
0001 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - CONSELHO DE AS - CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - DISTRITO FEDERAL	456497,0	450000,00	8793,52	8793,52
4268 - GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	16333000,0	20654262,00	20616886,15	19758635,05
0001 - GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS - GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS - DISTRITO FEDERAL	13198000,0	16419262,00	16381886,15	15667014,05
0002 - GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS - GESTÃO DE BENEFÍCIOS EXCEPCIONAIS - DISTRITO FEDERAL	3135000,0	4235000,00	4235000,00	4091621,0
4269 - AÇÕES COMPLEMENTARES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	100000,0	1397600,0	1397600,0	1242600,0
0001 - AÇÕES COMPLEMENTARES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL B - AGENTE DA CIDADANIA - DISTRITO FEDERAL	100000,0	1397600,0	1397600,0	1242600,0
9073 - TRANSFERÊNCIA PARA BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)	59053676,0	134654916,61	130783592,58	128080317,98
0039 - APOIO A REALIZACAO DE PROJETOS DE ASSISTENCIA SOCIAL	1500000,0	1500000,0	1500000,0	1500000,0
0040 - TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - NO DISTRITO FEDERAL	300000,0	300000,0	300000,0	300000,0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0002 - TRANSFERÊNCIA PARA BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECI - TRANSFERÊNCIA CRIANÇA E ADOLESCENTE - DISTRITO FEDERAL	13000000,0	25213126,00	23335576,02	23155630,28
0003 - TRANSFERÊNCIA PARA BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECI - TRANSFERÊNCIA DEMAIS INDIVÍDUOS E FAMÍLIA - DISTRITO FEDERAL	44253676,0	107641790,61	105648016,56	103124687,70
2914 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	403687,0	1400116,54	628414,55	517278,49
0001 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRIANÇA E ADOLESCENTE - DISTRITO FEDERAL	55000,0	173352,0	84500,0	61685,0
0002 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - DEMAIS INDIVÍDUOS E FAMÍLIA - DISTRITO FEDERAL	348687,0	1226764,54	543914,55	455593,49
4159 - AÇÕES COMPLEMENTARES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1000,0	1199120,0	118300,0	0
0001 - AÇÕES COMPLEMENTARES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL E - DISTRITO FEDERAL	1000,0	1199120,0	118300,0	0
9071 - TRANSFERÊNCIA PARA BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	20093375,0	35399484,00	25236758,48	24995962,14
0003 - TRANSFERÊNCIA PARA BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - TRANSFERÊNCIA CRIANÇA E ADOLESCENTE - DISTRITO FEDERAL	18200000,0	32436711,00	22823608,48	22586793,44
0004 - TRANSFERÊNCIA PARA BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - TRANSFERÊNCIA DEMAIS INDIVÍDUOS E FAMÍLIA - DISTRITO FEDERAL	1893375,0	2962773,0	2413150,0	2409168,7
TOTAL - 6228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	110268235,00	221647053,53	191383221,60	186533746,14

Benefícios Eventuais:

Descrição: Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, na forma prevista na Lei federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com fundamentação nos princípios da cidadania e dos direitos sociais humanos. No Distrito Federal os benefícios eventuais estão regulamentados pela Lei N.º 5.165, de 04 de setembro de 2013, Decreto N.º 35.191, de 21 de fevereiro de 2014 e Portaria N.º 39, de 07 de julho de 2014 e classificam-se nas seguintes modalidades, podendo ser concedidos via pecúnia ou bens de consumo:

- Auxílio-natalidade;
- Auxílio por morte;
- Auxílio em situações de vulnerabilidade temporária;
- Auxílio em situações de desastre e calamidade pública.

Resultado:

- **Auxílio Natalidade (Pecúnia):** Repasse de parcela única à mãe ou alguém que a represente legalmente, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por criança nascida ou em situação de natimorto. Destina-se ao auxílio nas despesas decorrentes do nascimento de



criança em situação de vulnerabilidade social. Em 2025, foram transferidos R\$ 1.961.400,00 (um milhão, novecentos e sessenta e um mil e quatrocentos reais) a 9.801 (nove mil oitocentos e uma) famílias.

- **Auxílio Natalidade (Bens de Consumo):** Entrega de bens de consumo (bolsa maternidade) por criança nascida. A bolsa maternidade consistem em um enxoval composto por bolsa e itens de vestuário e higiene. No ano de 2025 foram entregues 6.012 (seis mil e doze) bolsas maternidades perfazendo um total investido de R\$ 1.810.573,92 (um milhão, oitocentos e dez mil, quinhentos e setenta e três reais e noventa e dois centavos).



- **Auxílio por Morte (Pecúnia):** Concedido em parcela única no valor de R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais), com o objetivo de reduzir vulnerabilidades provocadas por morte de membro da família. Em 2025 foram concedidos aproximadamente 112 (cento e doze) auxílios por morte na modalidade pecúnia, gerando um montante de aproximadamente R\$ 47.310,00 (quarenta e sete mil trezentos e dez reais) às famílias que tiveram identificada alguma vulnerabilidade em decorrência da perda de ente familiar.

- **Auxílio por Morte (Bens de Consumo):** Concessão de urna funerária, velório e sepultamento, incluindo transporte funerário, utilização de capela, pagamento de taxas e colocação de placa de identificação, entre outros serviços inerentes que garantam dignidade e respeito à família beneficiária. Em 2025 foram prestados 1.282 (um mil duzentos e oitenta e dois) auxílios nesta modalidade.

- **Auxílio Vulnerabilidade (Pecúnia):** Repasse de parcela no valor de até R\$ 408,00 (quatrocentos e oito reais) com limite de 6 (seis) parcelas anuais visando minimizar situações de riscos, perdas e danos e decorrentes de contingências sociais. Em 2025 foram atendidos 29.045 (vinte e nove mil e quarenta e cinco) beneficiários totalizando um repasse de R\$ 11.848.613,00 (onze milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, seiscentos e treze reais).

- **Auxílio-Vulnerabilidade (Bens de Consumo):** Concessão de bilhete de passagem ao usuário, objetivando auxiliar a família ou o indivíduo, visando minimizar situações de riscos, perdas e danos, em caráter suplementar e provisório. Em 2025 foram concedidas 1.718 (um mil setecentos e dezoito) passagens para diferentes estados do Brasil. Totalizando um repasse de R\$ 1.068.030,88 (um milhão, sessenta e oito mil e trinta reais e oitenta e oito centavos).

- **Auxílio-Calamidade (Pecúnia):** Concessão de auxílio financeiro no valor de R\$ 408,00 (quatrocentos e oito reais) em situações de calamidade pública e desastre, podendo ser requerido mensalmente enquanto durar o estado de calamidade. No ano de 2025, foram atendidos 527 (quinhentos e vinte sete) requerimentos de Auxílio Calamidade gerando um montante de R\$ 215.016,00 (duzentos e quinze mil e dezesseis reais).

Benefício Excepcional:

Descrição: Prestação excepcional no âmbito da assistência social, subsidiária à Política de Habitação do Distrito Federal, decorrente da existência de situações de vulnerabilidade temporária ocasionadas pela falta ou pela inadequação da moradia, sendo destinado, exclusivamente, ao pagamento de aluguel de imóvel residencial. Trata-se de concessão de auxílio financeiro no valor de até R\$ 600,00 (seiscentos reais), conforme critérios regidos em normativa. Instituído e regulamentado nas seguintes normativas: Lei Distrital nº 5.165 de 04



de setembro de 2013, Decreto nº 35.191 de 21/02/2014 e Portaria SEDES nº 39 de 07 de julho de 2014.

Resultado: Em 2025, foram atendidas 9.190 (Nove mil, cento e noventa) solicitações do Benefício Excepcional resultando no montante transferido às famílias em situação de desabrigo temporário de R\$ 5.459.017,00 (Cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil e dezessete reais.). OBS: está faltando contabilizar a segunda quinzena de dezembro.

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – Paif:

Descrição: Serviço continuado de trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade, com foco na prevenção de riscos, no fortalecimento da função protetiva familiar e no acesso a direitos.

Resultado: Em 2025, o Paif foi ofertado por 32 Centros de Referência de Assistência Social (Cras), sendo 31 (trinta e um) unidades fixas e 1 (uma) móvel, distribuídos em 25 (vinte e cinco) Regiões Administrativas do DF. No período, foram realizados 472.179 (quatrocentos e setenta e dois mil e cento e setenta e nove) atendimentos particularizados, contemplando aproximadamente 353.046 (trezentos e cinquenta e três mil e quarenta e seis) pessoas atendidas.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV:

Descrição: Serviço de caráter preventivo e complementar ao Paif e ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), com atividades em grupo voltadas ao fortalecimento da convivência comunitária e ao desenvolvimento de potencialidades.

Resultado: Em 2025, o SCFV foi ofertado por 16 (dezesesseis) Centros de Convivência (Cecons) e por 16 (dezesesseis) Organizações da Sociedade Civil, abrangendo 19 (dezenove) Regiões Administrativas. Foram ofertadas em média 2.259 (duas mil e duzentos e cinquenta e nove) vagas na rede governamental e 4.700 (quatro mil e setecentas) vagas na rede não governamental, sendo 4.300 (quatro mil e trezentas) destinadas a crianças e adolescentes e 400 (quatrocentas) à população idosa.

Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias:

Descrição: Serviço continuado que oferta atendimento integral e garantia de condições de estadia, convívio e endereço de referência para adultos e famílias em situação de rua e desabrigo por abandono ou calamidades, migração e/ou ausência de residência; pessoas em trânsito e sem condições de auto sustento ou situação de rua. Público: Adultos e Famílias em situação de rua e desabrigo. É ofertado em 02 abrigos institucionais de execução estatal (141 – cento e quarenta e uma – vagas), 21 (vinte e um) abrigos institucionais (965 – novecentos e sessenta e cinco - vagas) através de 4 (quatro) parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC) e 01 (um) acolhimento em modalidade pernoite ("Hotel Social", com 200 – duzentas – vagas) por meio de parceria com OSC.

Resultado: Em 2025, foram instaladas 9 (nove) novos abrigos institucionais (465 – quatrocentos e sessenta e cinco – vagas) e 1 (uma) hotel social (200 – duzentas – vagas). Foram significativas inovações para a rede de acolhimento institucional do Distrito Federal a criação da modalidade pernoite e a abertura de unidade específica para acolhimento da população LGBTQIA+.

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas:

Descrição: Serviço continuado que oferta acolhimento para idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivências de situações de violência e negligência, em situação de rua e/ou de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos e que necessitem de acolhimento, independentes ou com grau de cuidados de saúde mais elevado. Público: Pessoa Idosa que não dispõem de condições para permanecer com a família. Unidade executora: 01 (um) abrigo institucional governamental e 05 (cinco) abrigos institucionais por meio de parceria com 05 (cinco) OSC (rede pública de assistência social não-governamental).

Resultado:

- Média mensal de pessoas idosas acolhidas em unidade governamental: 35 (trinta e cinco).



- Média mensal de pessoas idosas acolhidas nas unidades não-governamentais parceiras: 264 (duzentas e sessenta e quatro).
- Na rede pública de assistência social governamental foram ofertadas 35 (trinta e cinco) vagas para acolhimento temporário de pessoas idosas.
- Na rede pública de assistência social não-governamental foram ofertadas 268 (duzentas e sessenta e oito) vagas para acolhimento de pessoas idosas.

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas com Deficiência:

Descrição: Serviço continuado que oferta acolhimento de jovens e adultos com deficiência, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados e que não dispõem condições de autocuidado e sustento. Público: Jovens e Adultos com deficiência, na faixa etária de 18 até 59 anos. Unidade executora: 20 residências inclusivas, através de parceria com 04 OSC (rede pública de assistência social não-governamental).

Resultado:

- Média mensal de jovens e adultos com deficiência acolhidos nas unidades não-governamentais parceiras: 216 (duzentas e dezesseis). Ofertado 220 vagas.

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – Paefi:

Descrição: Serviço continuado que presta atendimento a famílias ou indivíduos que vivenciaram situações de ameaças ou violação de direitos e precisam lidar com o impacto dessas situações, agravada ou não por insegurança de renda ou alimentar. O público alvo é constituído prioritariamente por crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou mulheres. Em 2025, o Paefi foi ofertado por 14 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas).

Resultado: São 12 unidades que referenciam áreas de abrangência considerando as 25 Regiões Administrativas do DF e duas unidades especializadas: CREAS Migrantes, voltada ao atendimento de pessoas e famílias que lidam com o impacto de situações de discriminação e/ou violação em decorrência de seu processo migratório; CREAS Diversidade, voltada ao atendimento de pessoas e famílias que lidam com o impacto de situações de discriminação e/ou violação em decorrência de sua identidade de gênero, orientação sexual, questões étnico-raciais ou religiosas. No período, foram realizados 42.809 (quarenta e dois mil e oitocentos e nove) atendimentos particularizados, contemplando 37.911 (trinta e sete mil e novecentos e onze) pessoas.

Serviço de Acolhimento em República para Jovens Egressos de Acolhimento:

Descrição: Serviço continuado que oferece proteção, apoio e moradia subsidiada a grupos de pessoas maiores de 18 anos em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autos-sustentação. Público: Jovens (Mulheres) egressas do serviço de acolhimento institucional. Unidade Executora: Uma unidade de assistência social governamental denominada República Jovem (RJovem) com 6 (seis) vagas.

Resultado:

- Média mensal de jovens acolhidas na unidade de assistência social governamental: 6 (seis) jovens. Total de jovens acompanhadas no período: 21 (vinte e um).

Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua:

Descrição: Os Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centros Pop - são unidades da política pública de assistência social que executam o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. O Distrito Federal conta com duas unidades desse tipo, o Centro Pop Brasília e o Centro Pop Taguatinga. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, trata-se de um serviço da Proteção Social Especial de Média Complexidade, ofertado às pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência, que além de oferecer atividades diárias de alimentação, banho, lavagem de roupa, guarda de pertences e acesso à documentação civil, assegura acompanhamento especializado que pode resultar no processo gradativo de saída da situação de rua, por meio do desenvolvimento de sociabilidades, resgate, fortalecimento ou construção de vínculos



familiares e/ou comunitários, que possibilitem a construção de novos projetos e trajetórias de vida. O Centro Pop é fundamental nesse circuito tanto por constituir espaço para processos de redução de danos com as ofertas que atendem demandas diárias básicas, bem como, por promover atendimentos que viabilizam a organização de processos de saída da rua e o acesso a benefícios socioassistenciais, quando pertinente.

Resultado: No período, foram realizados 22.926 (vinte e dois mil e novecentos e vinte e seis) particularizados, contemplando 15.645 (quinze mil e seiscentos e quarenta e cinco) pessoas.

Serviço Especializado em Abordagem Social:

Descrição: O Serviço Especializado em Abordagem Social - SEAS - é executado em parceria com Organização da Sociedade Civil, Instituto Ipês, e atende a pessoas em situação de rua em todas as regiões do Distrito Federal. É uma das portas de entrada da Política Pública de Assistência Social para quem vive e/ou sobrevive nas ruas, tem foco em ações de proteção social, defesa e acesso a direitos, que visam a garantia de vida e prevenção de riscos. Os atendimentos realizados pelo SEAS são fundamentais para atender pessoas em situação de rua que vivenciam violências diversas por viabilizarem acesso a essa população nos locais em que se encontram, o que costuma ser uma barreira para seu atendimento. Constitui, portanto, estratégia privilegiada de busca ativa para pessoas em situações de extremo risco. Além disso, amplia a possibilidade de inserção em outros serviços da rede socioassistencial, a outras políticas públicas ou ao Sistema de Garantia de Direitos que possam contribuir para o processo de proteção social dessas pessoas.

Resultado: O SEAS realiza 3.000 (três mil) abordagens por mês, totalizando 36.000 (trinta e seis mil) abordagens por ano. Para efetivar esses atendimentos, o serviço conta com 26 equipes de abordagem, diariamente com horário de funcionamento de 8h às 21h. As abordagens ocorrem por meio de busca ativa ou podem ser provocadas por solicitação da comunidade ou órgãos diversos. Ao longo do ano de 2025, foram atendidas por esse serviço 34.095 (trinta e quatro mil e noventa e cinco) pessoas.

Ações Complementares de Habilitação e Reabilitação:

Descrição: As ações complementares de promoção a habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência são oferecidas com intuito de promover, a partir das ofertas da Política de Assistência Social, o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas. No âmbito destas ações são consideradas as Segurança socioassistenciais de Acolhida; Convívio, Vivência Familiar, Comunitária e Social; Desenvolvimento da Autonomia. O acesso é realizado por meio de encaminhamentos pelos serviços do SUAS, saúde, educação, sistema de garantia de direitos ou procura espontânea. Não possuem regionalização do território, pois atendem todo DF.

Resultado: 1.260 (um mil, duzentos e sessenta) vagas de Atendimento das ações complementares de Habilitação e Reabilitação em 2025.

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes:

Descrição: Serviço continuado que oferta acolhimento institucional provisório e excepcional de crianças e adolescentes do Distrito Federal e territórios, afastados do convívio familiar. Público: Crianças e Adolescentes afastados do convívio familiar, por meio de aplicação de Medida Protetiva de acolhimento institucional, disposta no Art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Resultado:

- Média mensal de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente na unidade governamental: 13 (treze).
- Média mensal de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente nas unidades não governamentais parceiras: 350 (trezentos e cinquenta)



- Na rede pública de assistência social governamental foram ofertadas 16 (dezesesseis) vagas para acolhimento de crianças e adolescentes.

- Na rede pública de assistência social não-governamental foram ofertadas 370 (trezentas e setenta) vagas para acolhimento de crianças e adolescentes.

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

Descrição: Serviço continuado que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas. É previsto até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção. O serviço é o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente acolhido e sua família de origem. Unidade executora: 01 (uma) parceria com OSC.

Resultado: 59 (cinquenta e nove) vagas pactuadas, com média mensal de acolhimento: 24 (vinte e quatro).

Central de Acolhimento para Adultos e Famílias

Descrição: Unidade responsável por executar a regulação de vagas nos serviços de acolhimento para adultos e famílias, para pessoas com deficiência e para pessoas idosas, gerenciando o acesso a abrigos institucionais, casas de passagem, residências inclusivas e outras modalidades de atendimento. A unidade também atua de forma complementar aos serviços de acolhimento executados pela rede parceira, em especial com a concessão de benefícios eventuais. Público: adultos e famílias, pessoas idosas e com deficiência com vivências de situações de violência e negligência, em situação de rua e/ou de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos e que necessitem de acolhimento.

Resultado: 100% das vagas de serviços de acolhimento vinculados à Secretaria foram ocupadas conforme as providências/gestão da Diretoria de Serviços de Acolhimento. Para além da regulação de vagas, a unidade atendeu 2.596 (duas mil, quinhentas e noventa e seis) em 2025.

Central de Acolhimento para Crianças e Adolescentes

Descrição: Unidade responsável por realizar, de forma contínua e ininterrupta, a regulação de acesso e o encaminhamento de crianças e adolescentes aos serviços de acolhimento institucional, observando os fluxos e protocolos pactuados com o Sistema de Justiça e o Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes, além de realizar o atendimento de crianças e adolescentes encaminhados pelo Conselho Tutelar por meio do procedimento de acolhimento excepcional e de urgência, realizando estudo de caso inicial e construindo, junto ao Conselho Tutelar e à Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, um plano estratégico para atuação no período de até 24 horas.

Resultado: Para além da regulação de vagas, a unidade atendeu 511 (quinhentas e onze) pessoas em 2025.

Programa Não Executado:

4181.0001 - Bloco de Gestão do SUAS - IGD Vigilância Socioassistencial - Distrito Federal - Não houve demanda da área fim.

4182.0001 - Bloco de Gestão do SUAS - IGD Gestão Do Trabalho - Distrito Federal - Não houve demanda da área fim.

2396.5452 - (EPI) Reforma do CRAS do Riacho Fundo 2 RA XXI - JS - Emenda Individual Parlamentar cancelada.

2943.0001 - (OCA) Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz - Distrito Federal - Não houve demanda da área fim.

9072.0001 - (OCA) Transferência para Primeira Infância no SUAS - CRI - Distrito Federal - Não houve demanda da área fim.

2944.0007 - (EPI) Implementação de programa para apoiar pessoas em situação de rua - Emenda Individual Parlamentar cancelada.



4159.0001 - Ações Complementares do Bloco da Proteção Social e - Distrito Federal - Não houve demanda da área fim.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10832 - PERCENTUAL DE EQUIPE MÍNIMA DE REFERÊNCIA DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)	PERCENTUAL	27,00	01/01/2023	Bianual	27,00	0,00	X	X	50,00	X	X	X	PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMÍLIOS - PDAD REALIZADA PELA CODEPLAN.
Justificativa: 2024 - Não se aplica.													
Indicador sem índice desejado para o exercício.													

8228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	6700000,0	11648768,96	11648768,96	11641338,96
0012 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS - DISTRITO FEDERAL	6000000,0	11648768,96	11648768,96	11641338,96
5452 - REFORMA DO CRAS DO RIACHO FUNDO 2 - RA XXI - JS	700000,0	0,0	0	0
TOTAL - 8228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL - GESTÃO E MANUTENÇÃO	6700000,00	11648768,96	11648768,96	11641338,96

Manutenção e Reformas prediais

Descrição: Prestação de serviços para manutenção e reformas no prédio do Fundo de Assistência Social - FAS e todas as suas unidades vinculadas.

Resultado: Em 2025 todas as Unidades passaram por algum tipo de reforma, reparo ou manutenção predial. Incluindo CREAS, CRAS, CECON's, através de contratos firmados com empresas especializadas na prestação deste tipo de serviço.



3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF

Destacam-se as seguintes ações:

- Atuação do Cras Móvel em territórios de baixa densidade demográfica, com espalhamento ou dispersão populacional (áreas rurais e assentamentos, dentre outros), em articulação intersectorial, ampliando o acesso da população aos serviços ofertados pela Proteção Social Básica.

- Articulação com órgãos parceiros visando viabilizar estrutura e condições adequadas para o atendimento de famílias residentes em áreas distantes ou de difícil acesso à política de assistência social. Nesse contexto, destacam-se as parcerias com a Defensoria Pública do



Distrito Federal (DPDF), Defensoria Pública da União (DPU), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater - DF), Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejus), cooperativas de catadores de materiais recicláveis, Secretaria de Saúde, entre outros.

- Mapeamento e reorganização dos processos de trabalho das equipes dos CRAS, com a incorporação dos procedimentos da recepção ao sistema informatizado, promovendo maior agilidade, transparência e rastreabilidade do histórico de atendimentos, além de aprimorar a eficiência operacional e a qualidade dos serviços prestados.
- Gravação e disponibilização de vídeos autoinstrucionais sobre os processos de trabalho dos especialistas do Cras, por meio da Escola Sedes.
- Realização de supervisões técnicas do Paif, com reordenamento de ofertas e elaboração de documentos orientadores, visando assegurar a qualidade e a efetividade das ações socioassistenciais.
- Remodelagem dos fluxos de atendimento ao público prioritário da Proteção Social Básica, assegurando maior celeridade e transparência no atendimento.
- Aquisição de veículo próprio para o Cras Sol Nascente, possibilitando a ampliação das visitas domiciliares, especialmente para famílias com membros que enfrentam dificuldades de deslocamento, favorecendo intervenções mais qualificadas.
- Oferta de formações para profissionais da rede socioassistencial, com foco na qualificação técnica e melhoria da qualidade dos serviços. Destacam-se os cursos: (i) Manejo de Grupos; (ii) Aprimoramento do Paif – Gestão Social do Território; e (iii) Aprimoramento do Paif – Segurança de Convivência para Famílias do BPC na Escola, ministrados por profissional de notória especialização.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV

Destacam-se as seguintes ações:

- Redesenho dos procedimentos de referenciamento de usuários, resultando na redução do tempo para inserção no serviço, maior ocupação das vagas e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.
- Criação de grupo de trabalho para a revisão das normativas de referenciamento ao SCFV. A revisão das normativas visa garantir a efetividade do referenciamento e atender às necessidades das famílias usuárias do serviço.
- Avanço no desenvolvimento do módulo do SCFV no sistema informatizado, o que viabilizará ampliação do monitoramento, a transparência e o acompanhamento das vinculações e desligamentos dos usuários.

Programa Agentes de Cidadania

Manutenção de elevada taxa de permanência das mulheres vinculadas ao programa, evidenciando adesão e efetividade.

Programa Incentiva DF

Realização do encontro de lançamento do programa, com a participação dos adolescentes beneficiários e das equipes técnicas envolvidas, promovendo alinhamento institucional e fortalecimento da identidade do programa em todo o Distrito Federal.

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – Paefi

Destacam-se as seguintes ações desenvolvidas no período:

- Realização de eventos, capacitações e encontros temáticos, com destaque para: cine-debate Visibilidade Trans no CRAS Ceilândia Sul; rodas de conversa sobre tráfico de pessoas; minicurso sobre o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS); oficinas sobre erradicação do trabalho infantil e benefícios eventuais.
- Promoção de ciclos de diálogos com as equipes dos CREAS, organizados em quatro ciclos temáticos: (i) mapeamento de processos e processos grupais; (ii) atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência; (iii) prevenção e combate às violências contra crianças



e adolescentes; e (iv) atendimento humanizado à população LGBTQIAPN+, incluindo encontros regionais.

- Desenvolvimento conjunto entre DISEFI e GERVIS da Rede CREAS – Sistema de Registro de Demandas e Atendimentos dos CREAS, estruturado a partir dos pilares de diagnóstico/gestão, comunicação/compartilhamento, e sistematização/segurança da informação. A implantação ocorrerá em fases: inicial, intermediária e avançada, incluindo migração progressiva de casos para o formulário elaborado e organização de dados no SharePoint, com vistas à futura integração ao SIDS.

- Levantamento e sistematização das necessidades das unidades CREAS, considerando limitações do SIDS, qualificação dos dados, campos estratégicos para a Vigilância Socioassistencial e subsídios à construção do módulo da média complexidade no sistema.

- Conclusão do mapeamento dos processos de trabalho, realizado conjuntamente com as equipes dos CREAS, subsidiando a padronização e qualificação da atuação da rede.

Ações voltadas para Pessoas em Situação de Rua:

- Articulação permanente com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda (Sedet) para o desenvolvimento e coordenação de programas de inclusão produtiva. Encaminhamento de pessoas para participação no Programa RenovaDF, que oferta cursos de qualificação profissional associados à recuperação de equipamentos públicos, com reserva de vagas para pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo pessoas em situação de rua. O programa contou com 3 ciclos em 2025 e para todos eles foram encaminhados usuários atendidos nas unidades de Centro Pop, CREAS e acolhimento institucional. A articulação também permite o cumprimento do Decreto Distrital nº 45.846, de 27 de maio de 2024, que regulamenta a reserva de percentual de vagas de trabalho (2%) em serviços e obras públicas para pessoas em situação de rua. Os encaminhamentos, nesse caso, são contínuos a partir da demanda da SEDET e seguindo lista alimentada pelas unidades de Proteção Social Especial.

- Atuação conjunta com o Poder Judiciário, no apoio à oferta de serviços socioassistenciais no âmbito do Mutirão PopRuaJud. Trata-se de evento realizado pela Justiça Federal em colaboração com diversos órgãos públicos do DF, voltados à inclusão social das pessoas em situação de rua. No ano de 2025, foram realizados dois mutirões que contaram com atuação da SEDES.

- Parceria com a Universidade de Brasília (UnB) para apoio ao Projeto de Atenção Odontológica à População em Situação de Alta Vulnerabilidade, desenvolvido no Centro POP Brasília, com intuito de viabilizar atendimento a pessoas em situação de rua atendidas no local.

- Participação, por meio da Dipop e da Geseas, no processo de planejamento e apoio para realização do 2º Censo Pop Rua do DF, em parceria com o IPEDF, realizado no mês de janeiro de 2025.

- Promoção de capacitação para vigilantes da empresa Brasfort, em dois encontros, com foco na qualificação do atendimento e abordagem a públicos em situação de vulnerabilidade, sobretudo, pessoas em situação de rua.

- Realização do mapeamento dos processos de trabalho, realizado conjuntamente com as equipes dos Centros Pop, voltado à estruturação, padronização e otimização dos processos de atendimento realizados nos Centros POP. Em 2025, foi concluída a etapa S2 – Mapeamento da Situação Atual, com instituição de Grupo de Trabalho, em novembro, para início da implementação e monitoramento dos novos fluxos.

Elaboração do Manual dos Serviços de Acolhimento do Distrito Federal

No período, destaca-se a elaboração do documento “Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento do SUAS do Distrito Federal”, resultado de um cronograma de trabalho participativo desenvolvido ao longo do segundo semestre de 2025. O processo envolveu reuniões sistemáticas de homologação com representantes dos serviços de acolhimento, incluindo gestores e trabalhadores da rede própria e da rede parceira, assegurando construção coletiva e validação técnica das diretrizes propostas.



O documento possui caráter inovador e estruturante para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS/DF, ao consolidar parâmetros técnicos inéditos que orientam práticas profissionais, organização dos processos de trabalho e tomada de decisão pelas equipes e pela gestão. Nesse processo, foram debatidos e validados eixos centrais como normativas de referência, articulação com a política de saúde mental, cuidados específicos conforme os diferentes perfis atendidos, fluxos de acesso aos serviços, critérios para restrições e desligamentos, além de diretrizes relativas ao ambiente físico das unidades e às condições de trabalho das equipes.

As orientações técnicas resultantes contribuem para o fortalecimento da padronização dos serviços, para a segurança jurídica da atuação profissional e para a qualificação da atenção ofertada, reafirmando o papel da gestão pública na indução de práticas éticas, humanizadas e alinhadas aos princípios do Sistema Único de Assistência Social no Distrito Federal.

Implantação do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua na modalidade pernoite.



No período, foi realizada a implantação do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua na modalidade pernoite, ação que cumpriu a meta prevista no Plano de Ação para Efetivação da Política Distrital para a População em Situação de Rua. A iniciativa responde à necessidade de diversificação das ofertas de acolhimento no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, incorporando um modelo mais flexível e aderente às dinâmicas da vida nas ruas.

O acolhimento em formato pernoite constitui demanda histórica do Movimento de Pessoas em Situação de Rua do Distrito Federal, ao possibilitar acesso à proteção social noturna sem a imposição de desligamento imediato dos territórios, vínculos e estratégias de sobrevivência construídos pelas pessoas em situação de rua. A oferta dialoga diretamente com as diretrizes estabelecidas na ADPF nº 976, ao reafirmar a obrigação do poder público de assegurar condições dignas de acolhimento, proteção da vida, respeito à autonomia e não violação de direitos dessa população.

Nesse contexto, foi implantada unidade no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte (SAAN), denominada Hotel Social, com 200 vagas, que tem apresentado excelente recepção por parte do público atendido, consolidando-se como alternativa qualificada de proteção noturna. A unidade incorpora inovação relevante ao dispor de canil para acolhimento de animais de estimação, reconhecendo os vínculos afetivos entre as pessoas em situação de rua e seus animais como dimensão legítima do cuidado e da proteção social, removendo barreiras historicamente impostas ao acesso aos serviços de acolhimento.

A experiência reafirma o compromisso da política de assistência social do Distrito Federal com ofertas humanizadas, pactuadas com o controle social e alinhadas às determinações do Supremo Tribunal Federal, fortalecendo a efetividade da Política Distrital para a População em Situação de Rua e a centralidade dos direitos humanos na atuação estatal.

Implementação do Serviço de Acolhimento de Pessoas LGBTQIA+ expulsas do núcleo familiar com vínculos familiares rompidos.

No período, foi realizada a implementação do Serviço de Acolhimento de Pessoas LGBTQIA+ expulsas do núcleo familiar com vínculos familiares rompidos, ação que cumpriu a meta prevista no Plano de Ação para Efetivação da Política Distrital para a População em Situação



de Rua. A iniciativa responde à necessidade de qualificação e diversificação das ofertas de acolhimento institucional, considerando as especificidades das violações de direitos vivenciadas por pessoas LGBTQIA+, especialmente aquelas decorrentes de expulsão do núcleo familiar, rompimento de vínculos e trajetórias marcadas por violência, discriminação e exclusão social.

O serviço foi implantado em dezembro de 2025, com capacidade para 60 vagas, estruturando-se como oferta especializada no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. A implantação reafirma o compromisso do Distrito Federal com a proteção integral, a dignidade humana e o enfrentamento às múltiplas formas de violência e LGBTfobia institucional e social, reconhecendo que a ruptura familiar, nesses casos, decorre de processos estruturais de discriminação e não de escolhas individuais.

A oferta dialoga diretamente com os princípios dos direitos humanos e com a necessidade de atuação estatal diferenciada frente a públicos historicamente vulnerabilizados, garantindo acolhimento seguro, ambiente protetivo e acompanhamento socioassistencial qualificado, com vistas à reconstrução de projetos de vida, ao fortalecimento da autonomia e à superação das situações de violência que motivaram o afastamento do convívio familiar.

A implementação do serviço representa avanço estruturante na política de assistência social do Distrito Federal, ao reconhecer as especificidades da população LGBTQIA+ e ao induzir práticas de acolhimento pautadas no respeito à diversidade, na não discriminação e na promoção de trajetórias de cuidado e inclusão social.

Implantação de unidade de acolhimento voltada para mulheres vítimas de violência no âmbito do Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias.

No período, foi realizada a implantação de unidade de acolhimento voltada para mulheres vítimas de violência, no âmbito do Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias, ampliando e diversificando as ofertas de proteção social destinadas a esse público no Distrito Federal. A unidade foi implantada no Riacho Fundo I, com capacidade para 50 vagas, destinada ao acolhimento de mulheres e seus filhos em situação de violência e desabrigo.

A implantação da unidade responde à identificação de lacunas históricas na rede de proteção, ao atender mulheres e núcleos familiares que não se enquadram nos critérios e nas demandas socioassistenciais do modelo de Casa Abrigo, especialmente em razão da exigência de sigilo absoluto de localização, da necessidade de formalização de denúncia e da presença de adolescentes na composição familiar, situações que frequentemente inviabilizam o acesso imediato a esse tipo de serviço.

Nesse sentido, a unidade configura-se como oferta complementar e estratégica no âmbito da proteção social especial de alta complexidade, assegurando acolhimento provisório, proteção integral e acompanhamento socioassistencial qualificado, sem reproduzir barreiras institucionais que possam retardar ou impedir o acesso à proteção.

A iniciativa contribuiu para a diversificação e o fortalecimento da rede de proteção às mulheres em situação de violência no Distrito Federal, ampliando a capacidade de resposta do Estado frente a contextos de desabrigo, rompimento de vínculos e risco social, e reafirmando o papel da política de assistência social na garantia de cuidado, dignidade e segurança às mulheres e às suas famílias.

Estruturação das Centrais de Acolhimento.

No período, foi realizada a estruturação de duas Centrais de Acolhimento no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, configurando avanço inédito na organização da rede de proteção social e no fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social no Distrito Federal. A rede de acolhimento, que anteriormente dispunha de apenas uma Central de Vagas, passa a contar com duas Centrais de Acolhimento, ampliando significativamente a capacidade de gestão, regulação e resposta às demandas de acolhimento.

A criação das Centrais não decorreu de mera redistribuição da equipe existente, mas da incorporação de novos profissionais, o que possibilita a presença de especialistas em ambas as unidades durante todo o período de funcionamento ininterrupto. Essa estrutura assegura maior qualidade técnica, agilidade no atendimento e continuidade da atuação, permitindo a



organização de uma Central dedicada ao Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes e outra voltada às redes de proteção de pessoas em situação de rua, pessoas idosas, pessoas com deficiência e demais demandas de acolhimento no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

As Centrais de Acolhimento assumem papel estratégico para além da gestão de vagas, atuando na realização de estudos prévios, no monitoramento de dados, na organização e qualificação dos fluxos de acesso e no apoio técnico à rede socioassistencial parceira, inclusive no que se refere à concessão de benefícios eventuais. Esse movimento reafirma a regulação do acesso como campo técnico a ser consolidado no SUAS, compreendida não apenas como disponibilização de vagas, mas como ordenamento qualificado dos fluxos, otimização de recursos públicos, promoção da transparência e garantia da integralidade e da equidade no acesso aos serviços.

A atuação das Centrais contribui, ainda, para a prevenção de acolhimentos desnecessários e para a oferta mais adequada às necessidades específicas de cada usuária e usuário, fortalecendo a capacidade do Estado de assegurar respostas proporcionais, oportunas e protetivas.

A estruturação das Centrais é resultado de ação integrada no âmbito da Sedes. A Subsecretaria de Assistência Social assumiu a condução técnica da política; a Subsecretaria de Governança, Inovação e Educação Permanente foi responsável pelo desenvolvimento do módulo central de vagas e pelo mapeamento dos fluxos de trabalho, encontrando-se em fase de conclusão os fluxos da Central de Acolhimento para Crianças e Adolescentes; e a Subsecretaria de Administração Geral assegurou as condições de infraestrutura e manutenção necessárias para a instalação e funcionamento das unidades.

Realização da Conferência Livre de Crianças e Adolescentes Acolhidas do Distrito Federal e do Seminário Interface das Políticas Públicas no Atendimento às Crianças, aos Adolescentes e aos Jovens em Serviço de Acolhimento.

No período, destaca-se a realização da Conferência Livre de Crianças e Adolescentes Acolhidas do Distrito Federal, ocorrida em julho de 2025, como iniciativa inédita de escuta qualificada e participação direta de crianças, adolescentes, jovens acolhidos e egressos do Serviço de Acolhimento. A Conferência integrou o processo preparatório da Conferência Distrital da Assistência Social e contribuiu para o debate nacional dos 20 anos do SUAS, assegurando que as vivências e proposições dos sujeitos diretamente impactados pela medida protetiva de acolhimento fossem incorporadas à construção das políticas públicas. O processo metodológico foi especialmente adaptado ao público infantojuvenil, garantindo linguagem acessível, ambiente acolhedor e centralidade do protagonismo das crianças e adolescentes, cujas propostas foram posteriormente sistematizadas e organizadas conforme os eixos da 14ª Conferência Nacional da Assistência Social

Destacamos também a realização do Seminário “Interface das Políticas Públicas no Atendimento às Crianças, aos Adolescentes e aos Jovens em Serviço de Acolhimento no Distrito Federal”, reunindo gestores, trabalhadores e representantes das políticas de Assistência Social, Saúde, Educação, Justiça, Conselho Tutelar, Sistema Socioeducativo e demais atores da Rede de Proteção. O Seminário constituiu espaço estratégico de articulação intersetorial, aprofundando os debates sobre os desafios institucionais e a necessidade de fluxos integrados, atendimento prioritário e práticas de cuidado alinhadas ao princípio da proteção integral e da excepcionalidade do acolhimento.

As proposições construídas no Seminário reforçaram a urgência de consolidar protocolos intersetoriais, qualificar a comunicação entre políticas públicas e assegurar a priorização efetiva de crianças, adolescentes e jovens com vivência de acolhimento nos serviços públicos. O processo incorporou, de forma explícita, as contribuições oriundas da Conferência Livre, reafirmando a escuta das crianças e adolescentes acolhidos como eixo estruturante da formulação, do monitoramento e do aprimoramento das políticas públicas no Distrito Federal.

A realização articulada da Conferência Livre e do Seminário representa avanço relevante na consolidação de práticas democráticas, participativas e intersetoriais no âmbito do SUAS/DF, fortalecendo a gestão pública orientada por direitos, pela escuta ativa e pelo reconhecimento



de crianças, adolescentes e jovens como sujeitos de direitos e protagonistas na construção das respostas institucionais que lhes dizem respeito.

Realização da oficina “Dialogando sobre cuidado como proteção integral (SEDES/SES) com ações transversais para a pessoa idosa em acolhimento institucional”.

No período, foi realizada a oficina “Dialogando sobre cuidado como proteção integral (SEDES/SES) com ações transversais para a pessoa idosa em acolhimento institucional”, promovida de forma intersetorial pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, no âmbito de articulação induzida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por meio da Promotoria de Justiça da Pessoa Idosa (PROJID/MPDFT). A iniciativa integrou os trabalhos do Grupo de Trabalho Intersetorial constituído para o fortalecimento das respostas públicas voltadas à proteção e ao cuidado da pessoa idosa em acolhimento institucional.

A oficina constituiu espaço estratégico de diálogo técnico e político entre as políticas de assistência social e saúde, reunindo gestores e profissionais das redes socioassistencial e de saúde, incluindo equipes das Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas públicas, conveniadas e filantrópicas, Unidades Básicas de Saúde, Núcleos Regionais de Atenção Domiciliar e serviços especializados. O encontro possibilitou o debate qualificado sobre temas centrais, como saúde mental, cognição, desospitalização responsável, prevenção de agravos e compartilhamento do cuidado entre SUS e SUAS, com base em estudos de caso e metodologias participativas.

O processo formativo e propositivo foi orientado pela atuação do Grupo de Trabalho Intersetorial, que favoreceu a construção coletiva de fluxos de cuidado, a identificação de gargalos institucionais e a pactuação de encaminhamentos voltados à integração das políticas públicas. A atuação articulada entre SEDES, SES e MPDFT reafirmou a corresponsabilidade estatal na garantia da proteção integral da pessoa idosa, superando abordagens fragmentadas e induzindo práticas coordenadas no território.

A realização da oficina fortaleceu a compreensão do cuidado como eixo estruturante da proteção integral, contribuindo para a consolidação de protocolos intersetoriais, para a qualificação dos processos de trabalho e para o planejamento de instrumentos orientadores futuros, com vistas à ampliação da segurança, da dignidade e da qualidade do acolhimento institucional de pessoas idosas no Distrito Federal.

Programa Família Acolhedora

No ano de 2025, a Diretoria de Benefícios (Dibes), unidade vinculada a Coordenação de Transferência de Renda e Benefícios (Ctrab), operacionalizou o pagamento de 295 (duzentos e noventa e cinco) bolsas sociais do Programa Família Acolhedora, totalizando um montante de R\$ 136.064,00 (cento e trinta e seis mil sessenta e quatro reais).

Outras Informações Complementares:

Ao longo de 2025, respondemos muitas demandas de diferentes setores e órgãos externos a respeito da vulnerabilidade social no DF e o estado dos serviços socioassistenciais. Além disso, avançou no desenvolvimento de metodologias próprias de organização, análise e visualização de dados e definiu os requisitos de ferramentas que contribuirão para os objetivos da Vigilância Socioassistencial no DF.

Realização de estudo quanto à necessidade de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV: Analisou-se a concentração de potenciais usuários do SCFV em cada região do DF e a distância de cada localidade até o local mais próximo de execução do SCFV. O estudo contém mapas e tabelas que indicam as localidades mais propícias à instalação de SCFV, isto é, em que há, ao mesmo tempo, grande concentração de potenciais usuários e grande distância dos locais de oferta existentes. Destaca-se o inovador uso de dados do OpenStreetMap e do software Open Source Routing Machine para calcular as distâncias considerando as vias públicas, e não a distância em linha reta.

Necessidade de CRAS por localidade: similarmente ao estudo sobre o SCFV, foi realizado um estudo para determinar as localidades que têm, ao mesmo tempo, grande concentração de



famílias de baixa renda e grande distância do CRAS de referência. No estudo, há mapas e tabelas com as localizações mais propícias para instalação de novos CRAS, considerando a distribuição das famílias e dos equipamentos existentes.

Distribuição de famílias e servidores por CRAS: neste estudo realizado em março e junho de 2025, apresenta-se gráficos e mapas a respeito da razão entre famílias referenciadas aos CRAS e quantidade de servidores, levando em conta diferentes perfis de renda e vulnerabilidade das famílias e os cargos e especialidades dos servidores. Este estudo foi uma das principais contribuições às Conferências Regionais de Assistência Social, pois evidencia os territórios com maior déficit de cobertura pelos serviços do CRAS e permite calcular a quantidade de servidores e equipamentos necessária para atender adequadamente a cada região.

Aproveitamento das agendas nos CRAS: Em março e maio de 2025 foram realizados estudos sobre o aproveitamento das agendas de atendimento dos CRAS e a razão entre quantidade de atendimentos ofertados e de famílias referenciadas. Neste estudo, é possível identificar localidades com maior aproveitamento das agendas e localidades com déficit de oferta de atendimentos, considerando o tamanho da população referenciada.

Especificação do painel de dados sobre acolhimento institucional: No contexto do desenvolvimento da nova versão do Mapa do Desenvolvimento e Assistência Social, foi proposto um painel interativo sobre os serviços de acolhimento institucional ofertados pela Sedes e pelas OSC que executam termos de cooperação. A proposta foi apresentada ao MPDFT em julho e está em desenvolvimento. Paralelamente, um painel similar, de uso exclusivo da Sedes, foi encomendado. O painel tem por objetivo comparar a oferta e demanda por serviços de acolhimento, segmentada por público, bem como evidenciar a distribuição espacial da oferta e da demanda por acolhimento e sua variação temporal.

Especificação do painel de dados sobre atendimento na recepção dos CRAS: Em setembro de 2025 foi enviada à Sugip demanda de painel de dados sobre o atendimento na recepção dos CRAS. A especificação foi produzida, tendo como objetivo evidenciar o volume de atendimentos, padrões temporais de procura, principais demandas e perfil das pessoas atendidas. O painel está sendo desenvolvido.

Estudo sobre pessoas indígenas em vulnerabilidade social: Em junho, em resposta a solicitação da Assessoria de Políticas Públicas do Núcleo de Enfrentamento à Discriminação do MPDFT, produziu-se análise a respeito dos fatores de vulnerabilidade, perfil sociodemográfico e distribuição das pessoas indígenas inscritas no Cadastro Único no DF. O estudo incluiu um mapa interativo.

Estudo sobre pessoas atendidas no Creas Migrantes: Foi realizado estudo sobre o perfil das pessoas atendidas ou aguardando atendimento no Creas Migrantes. O perfil incluiu idade, gênero, país de origem, escolaridade e um painel de indicadores de vulnerabilidade social registrados no Cadastro Único, além de mapas e tabelas com a distribuição das pessoas por Região Administrativa do DF.

Diagnóstico territorial por CRAS: a fim de subsidiar o planejamento do trabalho social com famílias, o FAS disponibilizou para as equipes dos CRAS ao longo de 2025 duas versões do diagnóstico territorial. O diagnóstico contém mapa interativo com a distribuição das famílias inscritas no CadÚnico, com valores absolutos e incidência em relação à população total (a partir de dados do Censo 2022). Contém também gráficos e tabelas sobre idade, renda, gasto com aluguel, defasagem escolar e não cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família na educação (frequência escolar das crianças e adolescentes). Há também um painel de indicadores de vulnerabilidade social calculados a partir do Cadastro Único. Para todos os CRAS, os indicadores são comparados com o valor para o DF, destacando peculiaridades de cada território. Na versão mais recente do diagnóstico, há dois painéis comparativo com o Cadastro Único de um ano atrás. Nestes painéis, é possível verificar a variação do tamanho da população referenciada, do perfil de renda e dos indicadores de vulnerabilidade social. São destacados os indicadores de vulnerabilidade para os quais houve maior aumento.

Ao longo de 2025, o Fundo de Assistência Social - FAS atuou de forma contínua no acompanhamento, formalização e ajuste das parcerias celebradas no âmbito da política de



Assistência Social do Distrito Federal, respondendo a demandas internas da Subsas, das unidades finalísticas da Sedes e das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) parceiras.

No período, foram realizadas 26 aditativas a termos de colaboração e de fomento vigentes, com vistas à adequação de prazos, valores, metas e planos de trabalho, observando rigorosamente os dispositivos do MROSC, do Decreto nº 37.843/2016 e demais normativos aplicáveis. Foram também efetivados 23 apostilamentos, destinados a registrar alterações de natureza formal ou administrativa, sem impacto no objeto ou no valor global das parcerias.

Adicionalmente, conduziu-se 9 celebrações de novas parcerias, abrangendo a análise técnica e jurídica dos planos de trabalho, a verificação da documentação das OSCs e a articulação com as áreas demandantes, assegurando a conformidade dos instrumentos pactuados com as diretrizes da política pública e com os princípios da legalidade, transparência e eficiência.

No âmbito do planejamento e da ampliação da rede socioassistencial, houve a construção de 2 editais de chamamento público, contribuindo para a definição de critérios, objetos, metas, indicadores e requisitos de habilitação, de modo a garantir processos seletivos isonômicos e alinhados às necessidades identificadas pela gestão do Suas no DF.

Paralelamente às atividades formais de celebração e gestão das parcerias, aconteceram atendimentos direto e contínuo a gestores públicos e representantes das OSCs, esclarecendo dúvidas relativas à interpretação da legislação, à execução financeira, à prestação de contas, à formalização de ajustes contratuais e ao uso dos sistemas oficiais, desempenhando papel relevante de orientação técnica e prevenção de inconsistências nos instrumentos de parceria.

No exercício de 2025, concentrou-se esforços na redução do passivo de prestações de contas pendentes relativas a termos de colaboração e fomento, atuando de forma contínua para conferir maior celeridade e consistência às análises.

Nesse contexto, a unidade prestou assessoramento técnico nos julgamentos anuais de contas, bem como colaborou com processos de auditoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), por meio do fornecimento de documentos e informações, além de esclarecimentos tempestivos às demandas apresentadas.

Como resultado, no âmbito dos julgamentos anuais, contribuiu-se para a elaboração e instrução de mais de 100 julgamentos, reduzindo expressivamente o passivo existente pela metade, o que evidencia o esforço empreendido e o compromisso institucional com o saneamento das pendências.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Proteção Social Básica

A estruturação da cobertura da assistência social no Distrito Federal tem sido insuficiente para atender às necessidades da população em situação de vulnerabilidade social. A pandemia de Covid-19 agravou esse cenário, aumentando a demanda por atendimentos socioassistenciais, principalmente nos Cras.

Para enfrentar esse desafio, o Distrito Federal, vem adotando uma série de medidas para ampliar e qualificar a oferta de serviços socioassistenciais. Entre as principais medidas adotadas estão:

- Ampliação da jornada de trabalho de servidores interessados para 40 horas;
- Constituição de equipes de Proteção Social Móvel que resultou na criação do Cras Móvel, com o objetivo de atender áreas rurais e regiões com maior demanda pelos serviços do Cras;
- Gradativa liberação de vagas para agendamento, evitando filas nos Cras;
- Reorganização da Recepção dos Cras (janeiro/2025), com um novo módulo no Sistema Integrado de Desenvolvimento Social (Sids);



- Implementação de comunicação oficial (fevereiro/2025) via SMS/WhatsApp para confirmação ou cancelamento de agendamentos, reduzindo a taxa de abstenção e liberando vagas para novos agendamentos;
- Implementação de aprimoramentos no sistema de agendamento para destinação de percentual específico para públicos prioritários (dezembro/2025);
- Planejamento para implantação de novos Cras para ampliar a cobertura dos atendimentos socioassistenciais nos territórios (previsão no Plano Estratégico Institucional (PEI) / 2024 - 2027);
- Reorganização do processo de referenciamento ao SCFV;
- Empreendimento de esforços para o desenvolvimento de módulo do SCFV no Sistema Integrado de Desenvolvimento Social (Sids), com vistas a subsidiar a gestão do serviço no âmbito da Secretaria.

Ademais, as entregas realizadas em 2025 também contemplaram a organização do Paif, por meio do mapeamento dos processos de trabalho no âmbito dos Cras. Soma-se a isso a implementação de programas na proteção social básica, com o objetivo de ampliar e qualificar as ofertas dos serviços socioassistenciais (Paif e SCFV).

Com essas ações, a Sedes demonstra seu compromisso com o objetivo de viabilizar acesso a serviços e benefícios socioassistenciais para quem necessitar e garantir a qualidade e a efetividade das ofertas prestados à população.

Apesar dessas medidas, ainda existem desafios a serem superados para garantir o acesso a direitos e serviços essenciais às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Entre esses desafios estão:

- Garantir atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal;
- Ampliar a oferta de serviços socioassistenciais nos territórios mais vulneráveis e distantes;
- Equipar e estruturar as unidades socioassistenciais para garantir a execução de serviços com qualidade e realização de atividades essenciais como visitas domiciliares;
- Disponibilizar ambiente acessível e em conformidade com os parâmetros normativos durante a realização dos atendimentos nas unidades de assistência social;
- Implementar ações complementares por meio de bolsas sociais, visando o apoio para o enfrentamento das situações vivenciadas e a elevação da qualidade de vida do público atendido;
- Qualificar a oferta de serviços socioassistenciais;
- Garantir recursos orçamentários e financeiros suficientes para a realização das ofertas dessa política pública;
- Reduzir obstáculos para famílias em situação de vulnerabilidade social acessar direitos sociais;
- Prazo estendido para finalização do desenvolvimento do módulo do SCFV no sistema informatizado, viabilizando ampliação do monitoramento, a transparência e o acompanhamento das vinculações e desligamentos dos usuários.

Para superar os desafios, a Secretaria de Desenvolvimento Social planeja adotar várias medidas no próximo exercício, dentre elas destacam-se:

- Expandir, qualificar e diversificar a oferta dos serviços socioassistenciais essenciais com a implementação de novas unidades socioassistenciais governamentais (Cras), ampliação de vagas em serviços socioassistenciais executados com a rede parceira e implantação de serviços socioassistenciais previstos na legislação não executados no Distrito Federal;
- Executar o Programa Acessuas Trabalho;
- Implementar o Serviço vinculado à Primeira Infância do Suas (Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos);



- Instrumentalizar e capacitar trabalhadores do Suas e gestores de parcerias designados com escopo de viabilizar a qualificação da oferta de serviços;
- Qualificar o monitoramento e avaliação das ofertas.

Essas medidas, se implementadas, contribuirão para a melhoria da qualidade e da efetividade da Assistência Social no Distrito Federal, garantindo o acesso a serviços essenciais às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal.

Proteção Social Especial de Média Complexidade

A Proteção Social Especial de Média Complexidade no Distrito Federal atua em um contexto de elevada complexidade social, marcado por múltiplas violações de direitos, judicialização crescente das demandas, diversidade de públicos atendidos e necessidade permanente de articulação intersetorial. Nesse cenário, ao longo de 2025 foram adotadas medidas voltadas ao fortalecimento da gestão, à qualificação técnica das equipes e à organização dos processos de trabalho.

Entre as principais realizações, destacam-se:

- Desenvolvimento de atividades com intuito de fortalecer o apoio técnico às unidades, com participação ativa das diretorias em reuniões, oficinas, encontros técnicos, apresentação de ferramentas de trabalho e construção conjunta de fluxos com a rede socioassistencial e intersetorial.
- Desenvolvimento e implantação piloto da Rede CREAS – Sistema de Registro de Demandas e Atendimentos, em parceria com a Vigilância Socioassistencial, estruturando um modelo de registro com foco em gestão da demanda, qualificação dos dados, segurança da informação e sistematização, com vistas à futura integração ao Sistema Integrado de Desenvolvimento Social (SIDS).
- Realização dos Mapeamentos de Processos "Gerir PAEFI" e "Gerir SEPOP", com participação de profissionais de diferentes unidades, subsidiando a padronização dos fluxos, a qualificação do atendimento e o aprimoramento da gestão do serviço.
- Realização de ciclos temáticos de diálogo com as equipes dos CREAS, promovendo formação continuada e espaços de reflexão técnica sobre temas estratégicos do PAEFI, com ampliação progressiva da cobertura regional.

Essas ações contribuíram para maior organização institucional, fortalecimento da identidade técnica da média complexidade e qualificação progressiva da atuação das unidades CREAS.

Apesar dos avanços, permanecem desafios estruturais que impactam a capacidade de resposta da Proteção Social Especial de Média Complexidade, dentre os quais destacam-se:

- Número reduzido de profissionais na Diretoria, frente à complexidade e ao volume de serviços, unidades e demandas sob sua responsabilidade.
- Sobrecarga processual, especialmente decorrente da tramitação de demandas oriundas do Sistema de Justiça, agravada pela ausência de integração entre o SEI do GDF e o SEI dos órgãos judiciais, o que demanda grande esforço administrativo e reduz o tempo disponível para ações técnicas.
- Garantir atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, sobretudo em territórios que são referenciados a unidades de CREAS que são fisicamente distantes ou que estão sobrecarregados, em decorrência do baixo contingente de servidores;
- Organização dos serviços nos Centros Pop considerando as diversas ofertas realizadas com baixo contingente de servidores e número reduzido de unidades;
- Lidar com as recorrentes necessidades de manutenção predial nas unidades de Centro Pop que, por contarem com intenso trânsito de pessoas, demandam atividades de manutenção recorrentes;
- Equipar e estruturar as unidades socioassistenciais para garantir a execução de serviços com qualidade e realização de atividades essenciais como visitas domiciliares;



- Disponibilizar ambiente acessível e em conformidade com os parâmetros normativos durante a realização dos atendimentos nas unidades de assistência social;
- Qualificar a oferta de serviços socioassistenciais.

Para enfrentar os desafios identificados e consolidar os avanços alcançados, a Secretaria de Desenvolvimento Social planeja adotar, no próximo exercício, as seguintes medidas no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade:

- Avançar na fase de consolidação e integração do sistema de registro da Rede CREAS, com ampliação do uso nas unidades, integração com a Vigilância Socioassistencial e desenvolvimento do módulo CREAS no SIDS.
- Fortalecer a padronização e publicação dos processos de trabalho, com consolidação de biblioteca virtual de fluxos e orientações técnicas, garantindo acesso qualificado às informações pelas equipes.
- Manter e ampliar as supervisões técnicas, por meio de ciclos temáticos, oficinas e atividades formativas com participação de parceiros intersetoriais.
- Intensificar a articulação intersetorial, especialmente com áreas internas da Sedes, Vigilância Socioassistencial, Sistema de Justiça e demais políticas públicas, visando aprimorar fluxos, dados e respostas institucionais.
- Essas medidas visam fortalecer a capacidade institucional da Proteção Social Especial de Média Complexidade, assegurando maior efetividade, qualidade e coerência às ofertas socioassistenciais destinadas a famílias e indivíduos em situação de violação de direito e pessoas em situação de rua no Distrito Federal.

Proteção Social Especial de Alta Complexidade

No exercício de 2025, a Proteção Social Especial de Alta Complexidade consolidou-se como a área com maior expansão da atuação no âmbito do SUAS do Distrito Federal, tanto pela ampliação expressiva do número de unidades e vagas quanto pela diversificação qualificada das ofertas de acolhimento. Esse movimento foi impulsionado, especialmente, pelo processo de implementação das vagas previstas no Edital de Chamamento Público nº 02/2024, que selecionou Organizações da Sociedade Civil para a expansão de aproximadamente 200 vagas de acolhimento institucional, representando um desafio técnico, administrativo e operacional de grande magnitude para a Coordenação de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

A rápida expansão da rede exigiu não apenas esforços contínuos de implantação e acompanhamento das unidades, mas também o fortalecimento de ações estruturantes voltadas à padronização dos processos de trabalho, à qualificação da gestão e à consolidação da regulação do acesso como campo técnico estratégico no SUAS. Nesse contexto, destacam-se a estruturação das Centrais de Acolhimento, a elaboração das Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento do SUAS do Distrito Federal e o aprimoramento dos fluxos de regulação de vagas, iniciativas fundamentais para garantir coerência, equidade, transparência e qualidade na oferta dos serviços em um cenário de elevada demanda.

Mesmo diante de um contexto marcado por sobrecarga institucional, elevada pressão assistencial e complexidade das situações atendidas, a atuação da equipe da CPSA manteve-se orientada por práticas intersetoriais, participativas e dialógicas. Ao longo do exercício, foram fortalecidos os espaços de diálogo com trabalhadores da rede própria e parceira, com uma rede diversa de Organizações da Sociedade Civil executoras dos serviços e, de forma inédita, com as próprias usuárias e usuários da política, por meio de iniciativas como a Conferência Livre de Crianças e Adolescentes Acolhidas do Distrito Federal.

Esse conjunto de realizações evidencia o esforço contínuo do FAS em conciliar expansão da cobertura, qualificação da gestão e compromisso com a escuta, a participação e os direitos dos sujeitos atendidos, reafirmando o papel da Proteção Social Especial de Alta Complexidade como eixo estruturante da resposta do Estado às situações de maior vulnerabilidade e desproteção social no Distrito Federal.



No exercício de 2025, a Proteção Social Especial de Alta Complexidade enfrentou um conjunto de dificuldades de natureza estrutural, orçamentária, organizacional e intersetorial, que impactaram a consolidação e a expansão de determinadas ofertas da política.

Destaca-se, inicialmente, o não efetivo andamento da ampliação do valor da bolsa do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, elemento estruturante para a sustentabilidade da modalidade. A manutenção de um subsídio defasado prejudicou a adesão e a permanência das famílias acolhedoras, limitando a capacidade de expansão do serviço e restringindo alternativas ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

Soma-se a esse cenário a não priorização, no período, do debate para implementação do Programa Guarda Subsidiada, o que manteve a ausência de instrumentos complementares de proteção familiar e de alternativas à institucionalização, ampliando a pressão sobre os serviços de acolhimento institucional existentes.

No campo orçamentário e financeiro, registraram-se restrições relevantes decorrentes de déficit orçamentário e atrasos nos repasses financeiros às Organizações da Sociedade Civil parceiras. Essa situação colocou em risco a continuidade da execução de serviços essenciais da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, impactou a segurança de acolhida dos usuários e tencionou a relação institucional com as OSC, exigindo esforços permanentes de mediação, gestão de risco e manutenção mínima das ofertas.

No que se refere ao Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, evidencia-se um déficit significativo de vagas na rede, que operou ao longo do exercício no limite de sua capacidade instalada, com elevada complexidade de manejo dos casos. Esse cenário exigiu a realização de aditivos emergenciais para preservação da oferta e revelou a insuficiência estrutural da rede frente à demanda existente, apontando a urgência de abertura de novo edital de chamamento público para expansão qualificada das vagas de acolhimento institucional.

Registraram-se, ainda, dificuldades no avanço do diálogo intersetorial com a política de saúde para a implantação de equipamentos híbridos socioassistenciais e socio sanitários. Embora tenha sido constituído Grupo de Trabalho intersetorial para tratar do tema, não foi possível alcançar consensos no âmbito da política de saúde, o que inviabilizou a expansão de vagas para acolhimento de pessoas idosas e de pessoas com deficiência, cujas filas de espera permanecem elevadas.

A expansão da rede de acolhimento para Adultos e Famílias ocorreu, também, em um contexto de forte pressão social e territorial, marcado por manifestações de aporofobia, resistência comunitária à implantação de unidades e, em alguns casos, judicialização dos serviços, o que demandou esforços adicionais de negociação, mediação institucional e defesa do caráter público e protetivo da política de assistência social.

As dificuldades apresentadas evidenciam a necessidade de fortalecimento orçamentário, reestruturação organizacional, ampliação da capacidade instalada da rede e aprofundamento da articulação intersetorial, como condições essenciais para a sustentabilidade e o aprimoramento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade no Distrito Federal.

Para o próximo exercício, com relação à Proteção Social Especial de Alta Complexidade, o FAS projeta um conjunto de ações estratégicas voltadas à ampliação, diversificação e qualificação da rede de acolhimento, bem como ao fortalecimento de bases estruturantes da gestão e do trabalho social.

Entre as prioridades, destaca-se a abertura de novo edital de chamamento público para os Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, nas modalidades Casa Lar e Família Acolhedora, com vistas à expansão da capacidade instalada da rede e à qualificação da oferta, respondendo ao déficit histórico de vagas e à necessidade de fortalecimento de alternativas ao acolhimento institucional tradicional.

Insere-se, também, como perspectiva central, a implementação do Acolhimento Conjunto, em consonância com o novo Plano de Convivência Familiar e Comunitária, como estratégia de preservação de vínculos, redução de rupturas familiares e qualificação das respostas protetivas ofertadas pelo SUAS.



No campo da proteção social aos jovens egressos dos serviços de cuidados alternativos, prevê-se o reordenamento do Serviço de Acolhimento em Repúblicas para Jovens, com a perspectiva de estruturá-lo como serviço de proteção social voltado à transição para a vida adulta, superando abordagens meramente etapistas e reforçando a noção de acompanhamento continuado, cuidado, moradia apoiada e proteção social longitudinal.

Para o público adulto e famílias, projeta-se a implantação do Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade pernoite em Taguatinga, bem como a ampliação de vagas em abrigo institucional, contribuindo para a diversificação das ofertas e para o enfrentamento das situações de desabrigo e risco social vivenciadas por esse público.

No âmbito da atuação em situações de emergência, calamidades públicas e conflitos relacionados à moradia, aponta-se como perspectiva a qualificação da atuação da Unidade de Proteção Social 24 horas, por meio do mapeamento e padronização dos processos de trabalho, da sistematização da atuação em documentos técnicos e do fortalecimento de sua inserção estratégica no conjunto da política de assistência social.

De forma transversal, o próximo exercício deverá concentrar esforços na qualificação geral dos processos de trabalho e no fortalecimento das ações de educação permanente, com vistas à padronização de fluxos, ao aprimoramento da gestão, à consolidação da regulação do acesso como campo técnico e ao fortalecimento das equipes frente à complexidade crescente das demandas atendidas pela Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Vigilância Socioassistencial

No ano de 2025, o FAS consolidou métodos de organização, análise e apresentação dos dados relacionados à política de Assistência Social do DF, o que permitiu a produção de diversos relatórios, muitos deles contendo análises e visualizações inéditas a respeito da política de Assistência Social no DF. O principal avanço destes relatórios é relacionar diferentes bases de dados, como o Cadastro Único, as agendas de atendimento no SIDS, a lista de servidores do SIGRH, etc. Utilizando diferentes fontes, é possível construir uma representação mais fidedigna da vulnerabilidade social no DF e do estado dos serviços socioassistenciais.

Devido à falta de pessoal, não foi possível socializar adequadamente os relatórios produzidos ao longo de 2025. Para que a Vigilância Socioassistencial se consolide, é essencial que os dados sejam frequentemente discutidos com a gestão do Suas, com as equipes dos serviços socioassistenciais e com as instâncias de controle social. Para isso, é necessário que haja mais servidores na gerência.

No próximo exercício, espera-se atualizar regularmente os relatórios já desenvolvidos, possibilitando o acompanhamento da evolução dos indicadores apresentados.

Espera-se homologar dois painéis interativos (Acolhimento Institucional e Recepção CRAS) e apresentá-los às unidades interessadas. Espera-se também organizar atividades com servidores de diferentes setores da gestão e das unidades de atendimento e com representantes do controle social, para apresentar e debater dados e colher sugestões e demandas relacionadas à Vigilância Socioassistencial no DF.

Em relação aos Creas, espera-se concluir, a especificação dos requisitos do módulo de registro de demandas e atendimentos dos Creas no Sids. Espera-se, também, avançar na padronização dos dados existentes nas planilhas de registro utilizadas atualmente pelos Creas, com o objetivo de facilitar sua migração para o novo sistema.

Parcerias com as Organizações da Sociedade Civil

No exercício de 2025, a atuação do FAS contribuiu para a manutenção e o aprimoramento das parcerias firmadas pela Sedes, assegurando maior segurança jurídica aos instrumentos celebrados e maior previsibilidade às OSCs executoras. O volume de aditamentos, apostilamentos, novas parcerias e editais elaborados evidencia o papel estratégico da Unidade no suporte à execução da política de Assistência Social, especialmente diante da complexidade normativa que rege as parcerias com organizações da sociedade civil.

A principal dificuldade enfrentada no período refere-se à implementação de uma nova plataforma para a celebração e gestão das parcerias, a qual demandou período de adaptação tanto por parte da Unidade quanto das OSCs e das áreas demandantes. A transição entre



sistemas impactou fluxos de trabalho, prazos e rotinas administrativas, exigindo esforços adicionais de orientação, capacitação e acompanhamento dos usuários, além de ajustes internos nos procedimentos da Unidade.

Para o próximo exercício, espera-se consolidar o uso da nova plataforma de parcerias, com a estabilização dos fluxos operacionais e a redução de entraves decorrentes da fase de implantação. Pretende-se, ainda, aprimorar os procedimentos internos, ampliar a padronização de orientações às OSCs e fortalecer a atuação preventiva da Unidade, por meio da produção de notas técnicas, fluxos orientadores e ações de capacitação voltadas a gestores e parceiros

Prestação de Contas de Termos de Colaboração e Fomento

Quanto ao diagnóstico do desenvolvimento da unidade, registra-se que, por se tratar de gerência de criação recente, houve avanço significativo no aperfeiçoamento técnico no campo das parcerias, com participação em capacitações e aprofundamento nas legislações vigentes, buscando aprimorar métodos de trabalho e fortalecer a segurança jurídica dos julgamentos anuais conduzidos.

A unidade enfrenta limitações relevantes decorrentes da insuficiência de pessoal, o que inviabiliza maior velocidade na eliminação integral do passivo, considerando que a atividade exige análise documental minuciosa e criteriosa, indispensável para mitigação de erros e robustez das decisões administrativas. Registra-se, ainda, a percepção de déficit de recursos humanos na Pasta, com expectativa de que futuro provimento de pessoal, mediante concurso público, contribua para recompor a força de trabalho e aprimorar a prestação do serviço socioassistencial.

Por fim, para o próximo exercício, projeta-se intensificar os trabalhos com vistas à eliminação do passivo remanescente de julgamentos de parcerias encerradas, bem como ao acompanhamento tempestivo das parcerias vigentes, de modo a assegurar aderência à legislação aplicável, atender às demandas dos Órgãos de controle e consolidar maior segurança jurídica e regularidade processual nos julgamentos de parcerias.



17906 - FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (FCEP) foi criado pela Lei nº 4.220/2008, com o objetivo de viabilizar à população do Distrito Federal o acesso a níveis dignos de vida. Seus recursos são aplicados em ações de capacitação para o trabalho, elevação do nível educacional e em atividades socioeducativas de convivência e socialização, tendo como foco principal a inclusão produtiva e a melhoria da qualidade de vida, conforme disposto no art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal.

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (FCEP) será gerido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES/DF), à qual compete:

- I – Formular as políticas e diretrizes gerais que orientarão a aplicação dos recursos do Fundo;
- II – Propor programas e ações a serem financiados com recursos do Fundo, para apreciação e deliberação do Conselho;
- III – elaborar as propostas orçamentárias anual e plurianual, bem como suas alterações, a serem encaminhadas à manifestação do Conselho de Administração do Fundo;
- IV – Apresentar os resultados da execução dos programas e das ações financiados com recursos do Fundo;
- V – Prestar apoio técnico-administrativo ao funcionamento do Conselho de que trata o art. 5º;
- VI – Selecionar, por meio de edital de chamamento público, entidades ou associações da sociedade civil para o desenvolvimento de programas e ações a serem financiados com recursos do Fundo.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (FCEP) é operacionalizado pela força de trabalho da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES/DF).



2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4162 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO	83629274,0	115036592,0	114799347,0	114622465,0
0008 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO-FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA-DISTRITO FEDERAL	83629274,0	115036592,0	114799347,0	114622465,0
TOTAL - 6228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	83629274,00	115036592,00	114799347,00	114622465,00

Programa DF Social



Descrição: O Programa DF Social foi instituído pela Lei nº 7.008 de 17 de dezembro de 2021 regulamentada pelo Decreto nº 42.872 de 29 de dezembro de 2021 e visa a superação da pobreza no Distrito Federal. O Programa DF Social é um benefício de transferência direta de renda, concedendo auxílio financeiro, em parcelas sucessivas mensais, no valor mínimo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) cada, a ser creditado em nome do responsável familiar definido no CadÚnico, preferencialmente mulher. Apenas 1 membro da família faz jus ao recebimento do benefício. O crédito do DF Social é intransferível. O DF Social é financiado pelo Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza FCEP.

Público: Destinado às famílias de baixa renda residentes no Distrito Federal e inscrita no Cadastro Único - CADÚNICO.

Resultado: No período de Janeiro a Dezembro de 2025 foram geradas 12 folhas de pagamento do Programa DF Social. Isto representa (aproximadamente) 78.502 famílias atendidas pelo programa; sendo aproximadamente 826.865 (oitocentos e vinte e seis mil, oitocentos e sessenta e cinco) benefícios pagos, totalizando um valor de aproximadamente R\$ 125.025.295,00 (cento e vinte e cinco milhões, vinte e cinco mil, duzentos e noventa e cinco reais) reais investidos.



3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.



Programa Incentiva - DF

No ano de 2025, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - FCEP operacionalizou o pagamento aproximadamente 6.818 (seis mil oitocentos e dezoito) bolsas sociais do Programa Incentiva DF, totalizando um montante de aproximadamente R\$ 1.382,600,00 (um milhão, trezentos e oitenta e dois mil e seiscentos reais).



Programa Agentes da Cidadania

No ano de 2025, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - FCEP operacionalizou o pagamento de 564 (quinhentos e sessenta e quatro) bolsas sociais do Programa Agentes da Cidadania, totalizando um montante de R\$ 169.200,00 (cento e sessenta e nove mil e duzentos reais).

Além disso, foram realizados 2.914 (dois mil novecentos e quatorze) atendimentos em domicílio, com uma taxa de efetividade de 81,76% de atendimentos nos agendamentos realizados. Já a equipe da Gerência de Acompanhamento e Fiscalização (Geaf), recebeu 614 (seiscentos e quatorze) denúncias de irregularidades no Cadastro Único e/ou recebimento de benefícios de transferência de renda. Destas, 583 (quinhentos e oitenta e três) foram resolvidas. E, também, foi realizado o atendimento de mais de 116 famílias, e acompanhou 2.714 (dois mil setecentos e quatorze) processos de ressarcimento, o que gerou a devolução aos cofres públicos de R\$ 323.725,41 recuperados, 119 mil parcelados e quase 2 milhões em processo de devolução ou inscrição em dívida ativa.

Com relação à promoção de ações de capacitação continuada para as equipes das unidades da Secretaria, a fim de fomentar a qualificação técnica sobre assuntos relacionados ao Cadastro Único, benefícios de transferência de renda, condicionalidades do Programa Bolsa Família e benefícios eventuais. Ao longo de 2025, foram realizadas 15 (quinze) ações de capacitação, ente oficinas, encontros e seminários, sendo eles:

1. Seminário CTRAB: O novo sistema do Cadastro Único - 06/02/2025 (160788483);
2. Encontro Intersetorial de Condicionalidades do Programa Bolsa Família da Região Centro Sul - 27/03/2025 (00431-00004824/2025-08);
3. Seminário CTRAB: Averiguação e Revisão Cadastral 2025 - 08/05/2025 (160788483);
4. Encontro Intersetorial de Condicionalidades do Programa Bolsa Família da Região Sudoeste - 29/05/2025 (00431-00008510/2025-76).
5. Oficina Benefícios Eventuais e Excepcional com a Região Central - 11/07/2025.
6. Seminário CTRAB: Painéis de Dados do Cadastro Único - 07/08/2025 (160788483);
7. Encontro Intersetorial de Condicionalidades do Programa Bolsa Família da Região Central - 18/08/2025 (00431-00017614/2025-71).
8. Oficina Benefícios Eventuais e Excepcional com a Região Oeste - 01/08/2025.
9. Oficina Benefícios Eventuais e Excepcional com as Regiões Leste e Centro Oeste - 29/08/2025.
10. Oficina Benefícios Eventuais e Excepcional com as Regiões Sul e Norte - 19/09/2025
11. Encontro Intersetorial de Condicionalidades do Programa Bolsa Família da Região Oeste - 25/09/2025 (00431-00021323/2025-88)
12. Oficina Benefícios Eventuais e Excepcional com as unidades de acolhimento - 03/10/2025



13. Apresentação da nova modelagem do Benefício Excepcional - 31/10/2025 (00431-00023524/2025-10)

14. Seminário CTAB: Procedimentos de Fiscalização do Cadastro Único - 06/11/2025 (160788483)

15. Encontro Intersetorial de Condicionalidades do Programa Bolsa Família da Região Norte - 07/11/2025 (00431-00023858/2025-93)

Além das ações listadas acima, foram feitas reuniões mensais com as unidades, Postos Na Hora, Postos de Cadastro Único e reuniões técnicas com unidades específicas.

Com relação às manutenções dos benefícios, em 2025, foram realizadas 18.939 (dezoito mil novecentos e trinta e nove).

Ao longo de 2025, o Comitê Gestor Intersetorial do Programa Bolsa Família realizou reuniões mensais para o monitoramento sobre o acompanhamento de condicionalidades e para discussão técnica sobre o seu aprimoramento. Além disso, realizou ações de divulgação para as famílias beneficiárias, através de chamamento via whatsapp e redes sociais. Por fim, realizou 5 (cinco) Encontros Intersetoriais de Condicionalidades, de forma regionalizada, com o objetivo de promover a articulação entre os profissionais da área de educação, saúde e assistência social das diversas Regiões Administrativas (RAs) do DF. Foram realizados:

Encontro Intersetorial de Condicionalidades do Programa Bolsa Família da Região Centro Sul - 27/03/2025

Encontro Intersetorial de Condicionalidades do Programa Bolsa Família da Região Sudoeste - 29/05/2025

Encontro Intersetorial de Condicionalidades do Programa Bolsa Família da Região Central - 18/08/2025

Encontro Intersetorial de Condicionalidades do Programa Bolsa Família da Região Oeste - 25/09/2025

Encontro Intersetorial de Condicionalidades do Programa Bolsa Família da Região Norte - 07/11/2025

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No ano de 2025, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - FCEP, planejou e executou ações voltadas ao fortalecimento da operacionalização e da gestão do Cadastro Único e dos benefícios socioassistenciais — incluindo a transferência de renda e os benefícios eventuais — no âmbito do Distrito Federal. Essas ações tiveram como finalidade a melhoria da qualidade de vida das famílias, o provimento de apoio inicial em situações de contingência social e vulnerabilidade temporária, bem como o suporte à produção de informações qualificadas para subsidiar a análise e a implementação de outras políticas públicas.

Os resultados alcançados evidenciam boa capacidade de execução orçamentária e operacional, com o atendimento a centenas de milhares de famílias por meio de programas estruturantes, como o DF Social e o Cartão Gás, além da concessão de benefícios eventuais e excepcional. Tais benefícios responderam de forma célere e eficaz a situações de nascimento, óbito, vulnerabilidade temporária, calamidade pública e desabrigo.

De forma complementar, o expressivo volume de atendimentos realizados nos 13 Postos de Cadastro Único e 5 Postos Na Hora, aliado à atuação estratégica da Central de Cadastro Único (Cecad) nos atendimentos em domicílio, contribuiu para a ampliação do acesso aos serviços, a qualificação das informações prestadas e o aumento da fidedignidade dos dados registrados no Cadastro Único. Como resultado desse esforço conjunto, a taxa de atualização cadastral evoluiu de 83,04% em 2024 para 91,14% em 2025.

Destaca-se, ainda, o fortalecimento dos mecanismos de governança, controle, transparência e recuperação de recursos públicos, por meio das ações sistemáticas desenvolvidas, bem



como a atuação do Comitê Gestor Intersectorial do Programa Bolsa Família, que consolidou a articulação entre as políticas de assistência social, saúde e educação.

Por fim, as iniciativas de capacitação continuada das equipes técnicas e a operacionalização de programas e benefícios socioassistenciais reforçam o esforço da equipe em contribuir de forma eficiente e efetiva para a superação da pobreza e a promoção da proteção social no Distrito Federal.

Dentre as principais dificuldades enfrentadas ao longo de 2025 na execução das ações, destacam-se:

Limitação orçamentária para o pagamento dos benefícios dos Programas DF Social e Cartão Gás, bem como dos benefícios eventuais;

Insuficiência de recursos humanos para atender, de forma adequada e tempestiva, o elevado volume de demanda por atendimentos domiciliares imposto pelo Governo Federal;

Morosidade nos trâmites administrativos para contratações e rescisões contratuais, o que levaram ao desabastecimento dos bens de consumo;

Insuficiência de veículos e equipamentos para a adequada realização dos atendimentos em domicílio.

Considerando os resultados alcançados e os desafios identificados em 2025, as perspectivas para 2026 apontam para o fortalecimento e o aprimoramento das ações de transferência de renda, benefícios socioassistenciais e gestão do Cadastro Único no Distrito Federal. Nesse sentido, espera-se a ampliação e a recomposição do orçamento destinado aos programas DF Social, Cartão Gás e aos benefícios eventuais, de modo a assegurar a continuidade do atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade e a reduzir riscos de descontinuidade na oferta dos benefícios.

No campo da gestão, espera-se a expansão e a qualificação da capacidade operacional, por meio do reforço das equipes técnicas, com especial atenção ao atendimento em domicílio, de modo a garantir o cumprimento dos percentuais mínimos de atendimento estabelecidos pelo Governo Federal.

Além disso, também se almeja o fortalecimento das ações de acompanhamento, fiscalização e controle, com o aperfeiçoamento dos fluxos de apuração de irregularidades e a intensificação da articulação com órgãos de controle e demais políticas públicas.

Por fim, pretende-se ampliar as ações de capacitação continuada e consolidar a atuação intersectorial, promovendo maior qualificação das equipes técnicas que atuam com o Cadastro Único, os benefícios de transferência de renda e os benefícios eventuais, contribuindo para o aumento da eficiência e da efetividade das políticas socioassistenciais no Distrito Federal.



18101 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Em 2025, segundo dados do Censo Escolar do Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) possuía 855 Instituições Educacionais ativas incluindo Instituições Educacionais Parceiras distribuídas em 14 Coordenações Regionais de Ensino e 448.103 estudantes matriculados nas distintas etapas e modalidades da Educação Básica. Parte integrante da Administração Direta do Governo do Distrito Federal, a SEEDF é responsável pelas políticas públicas educacionais e pela direção superior da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, tendo por missão proporcionar uma educação pública gratuita e democrática, voltada à formação integral do ser humano para que possa atuar como agente de construção científica, cultural e política da sociedade, assegurando a universalização do acesso à escola e à permanência com êxito de todos os estudantes no decorrer do percurso escolar.

Em 2025, a SEEDF teve sua estrutura administrativa alterada por meio dos Decretos: 46.725 de 08/01/25, 46.727 de 13/01/25, 46.748 de 15/01/25, 46.749 de 15/01/25, 46.772 de 23/01/25, 46.786 de 27/01/25, 46.785 de 27/01/25, 46.787 de 27/01/25, 46.815 de 04/02/25, 46.870 de 18/02/25, 46.933 de 06/03/25, 46.990 de 19/03/25, 47.087 de 09/04/25, 47.152 de 25/04/25, 47.266 de 26/05/25, 47.296 de 30/05/25, 47.326 de 09/06/25, 47.378 de 24/06/25, 47.496 de 28/07/25, 47.526 de 01/08/25, 47.593 de 20/08/25, 47.630 de 28/08/25, 47.792 de 08/10/25, 47.823 de 17/10/25, 47.844 de 22/10/25, 47.924 de 12/11/25, 47.973 de 25/11/25 e 48.029 de 05/12/25.

As competências das unidades organizacionais e as atribuições dos titulares dos cargos e das funções comissionadas encontram-se no Regimento Interno da SEEDF, aprovado pelo Decreto nº 38.631, de 20 de novembro de 2017, que se encontra em fase de atualização, consoante com o estabelecido no art. 1º do Regimento Interno da SEEDF, e tem atuação e competência nas seguintes áreas:

I - educação básica: etapas e modalidades;

II - educação superior;

III – apoio ao estudante;

IV- formação e capacitação dos servidores.

O mesmo Regimento Interno (Art. 2º) atribui à SEEDF as seguintes competências:

I – propor e executar políticas públicas educacionais no âmbito do Distrito Federal;

II – cumprir e fazer cumprir as normas e as diretrizes da educação nacional e distrital no âmbito do Distrito Federal;

III – regulamentar, quando for o caso, a aplicação de normas e diretrizes emanadas dos órgãos federais e locais em sua área de atuação;

IV – realizar pesquisas e estudos, avaliações e levantamentos de dados estatísticos e Censo Escolar, voltados a subsidiar a formulação, a implantação, a implementação e o aperfeiçoamento das políticas públicas para a Educação no âmbito do Distrito Federal;

V – propor alterações de normas referentes à estrutura e ao funcionamento dos órgãos de Educação no âmbito do Distrito Federal;

VI – manter, coordenar e supervisionar as Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e fiscalizar as instituições educacionais da Rede Privada de Ensino do Distrito Federal;

VII – criar e manter as unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

VIII – ofertar Educação Básica a crianças, adolescentes, jovens e adultos do Distrito Federal;

IX – implantar e implementar programas e projetos para os níveis, as etapas e as modalidades da Educação;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

X – prover, no limite de suas possibilidades e em cooperação com a União, assistência aos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

XI – praticar, no âmbito de sua competência, os atos de gestão relativos ao pessoal em exercício na Secretaria;

XII – planejar, desenvolver, coordenar e avaliar programas de formação continuada e aperfeiçoamento para os profissionais da Secretaria;

XIII – aplicar e gerir recursos públicos destinados à Educação;

XIV – planejar, acompanhar e executar as atividades orçamentárias e financeiras, e a adequada aplicação dos recursos administrados pela Secretaria;

XV – elaborar e zelar pelo cumprimento de normas sobre a aplicação de recursos públicos e acompanhar sua execução nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino e nas instituições educacionais subordinadas, vinculadas e parceiras à Secretaria;

XVI – prover-se de recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários ao desempenho de suas atribuições;

XVII – utilizar resultados de avaliações, pesquisas, dados estatísticos e informações como elementos necessários ao planejamento e ao desenvolvimento do ensino e à elaboração e ao acompanhamento do Plano Distrital de Educação;

XVIII – celebrar contratos, convênios, parcerias, portarias conjuntas, acordos e instrumentos congêneres para a execução das políticas públicas educacionais do Distrito Federal;

XIX – exercer outras competências compatíveis com sua área de atuação e necessárias à efetiva consecução de suas finalidades e as que lhe forem delegadas pelo Governador do Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2.090	2.473	4.898	20.839	30.300
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	18.184	18.184
Requisitados de órgãos do GDF	61	0	3	0	64
Requisitados de órgãos fora do GDF	4	0	21	19	44
Estagiários	1	0	15	25	41
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	146	0	146
Subtotal	2.156	2.473	5.083	39.067	48.779
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	351	260	611
Total Geral	2.156	2.473	4.732	38.807	48.168



2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	56758988,0	1653633,00	1653468,54	1651070,59
0006 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SE-DISTRITO FEDERAL	56758988,0	1653633,00	1653468,54	1651070,59
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	649249,0	3602207,00	3602207,00	3558793,03
0085 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SE-DISTRITO FEDERAL	649249,0	3602207,00	3602207,00	3558793,03
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10000,0	8349,0	8349,0	8349,0
0003 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SE-DISTRITO FEDERAL	10000,0	8349,0	8349,0	8349,0
9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO	10000,0	0,0	0	0
0072 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR - DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	57428237,00	5264189,00	5264024,54	5218212,62

Programação Orçamentária Realizada

O Programa de Operações Especiais consiste na concessão de pagamentos aos servidores da SEEDF relativos a Licenças-Prêmio e Indenizações, conforme descrito abaixo:

Em 2025, foram concedidos 178 ressarcimentos de servidores requisitados, 1.006 Indenizações de regularização funcional, 53.984 indenizações de Licença Prêmio para os servidores desta Secretaria.

Programação Orçamentária não executada

O Subtítulo 0072 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR - DISTRITO FEDERAL da ação 9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO apresentou a programação orçamentária não executada devido ao cancelamento do crédito.

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	104213,0	104213,00	0	0
0009 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	104213,0	104213,00	0	0
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	104213,00	104213,00	0,00	0,00

Programação Orçamentária não executada



O subtítulo 0009 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - DISTRITO FEDERAL da ação 2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA apresentou a programação orçamentária não executada devido ao cancelamento do crédito.

6217 - DF MAIS SEGURO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	2917303,0	2768687,0	2658686,29	2407572,26
0013 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA - SE - DISTRITO FEDERAL	2917303,0	2768687,0	2658686,29	2407572,26
TOTAL - 6217 - DF MAIS SEGURO	2917303,00	2768687,00	2658686,29	2407572,26

Programação Orçamentária Realizada

FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL - FUNAP/DF

A FUNAP desenvolve, desde 1986, em parceria com a SEEDF, programas de inclusão na educação formal, qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho, com vistas ao aumento dos níveis de escolarização, à remissão de pena e à promoção da qualidade de vida das pessoas submetidas a penas privativas de liberdade, bem como à reintegração social dos egressos do sistema prisional.

Entre as ações voltadas para a reintegração social das pessoas submetidas a penas privativas de liberdade por meio do trabalho, destaca-se a parceria firmada entre a SEEDF e a FUNAP que possibilita a oferta a esse público de atividades nas instalações da SEEDF, em áreas como a administrativa e de serviços de manutenção predial escolar, entre outras. Em dezembro de 2024, esta Secretaria contava com a prestação de serviços de 158 pessoas da FUNAP/DF.

6221 - EDUCADF

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	16816,0	1099952,0	399553,0	241768,0
2787 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SE-DISTRITO FEDERAL	16816,0	1099952,0	399553,0	241768,0
4091 - APOIO A PROJETOS	31231192,0	61335640,0	61333760,0	60934160,0
0096 - APOIO A PROJETOS-EDUCADOR SOCIAL VOLUNTÁRIO (ESV)-DISTRITO FEDERAL	31231192,0	61335640,0	61333760,0	60934160,0
9068 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS	286869000,0	230620684,78	230620682,84	230584848,84
0001 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-SE-DISTRITO FEDERAL	150000000,0	140928071,0	140928069,84	140892235,84
0006 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - APOIO AO PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - PDAF - DISTRITO FEDERAL	0	230000,0	230000,0	230000,0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0007 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - PDAF - 2025 - DISTRITO FEDERAL	0	80000,0	80000,0	80000,0
0008 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - PDAF - 2025 - DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	200000,0	200000,0
0390 - APOIO AO PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - PDAF	7996000,0	7514673,78	7514673,0	7514673,0
0391 - PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL - PDAF-DISTRITO FEDERAL	5000000,0	2960000,0	2960000,0	2960000,0
0392 - APOIO AO PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - PDAF	9591000,0	1690000,0	1690000,0	1690000,0
0393 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS - PDAF-DF-2025-CUSTEIO	2000000,0	1980000,0	1980000,0	1980000,0
0394 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS - PDAF-DF-2025-CAPITAL	2000000,0	2550000,0	2550000,0	2550000,0
0395 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL - PDAF	6500000,0	4715000,0	4715000,0	4715000,0
0396 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL - PDAF	500000,0	125000,0	125000,0	125000,0
0397 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECU-PDAF NAS ESCOLAS- DISTRITO FEDERAL	21791000,0	14204000,0	14204000,0	14204000,0
0398 - PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS (PDAF) EM PROL DA COMUNIDADE DO DISTRITO FEDERAL	500000,0	400000,0	400000,0	400000,0
0399 - Descentralização de recursos para escola no DF	4000000,0	4700000,0	4700000,0	4700000,0
0400 - APOIO A REALIZACAO DE PROGRAMA DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - PDAF	6000000,0	1445000,0	1445000,0	1445000,0
0401 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - PROGRAMA PDAF - 2025	7000000,0	2155000,0	2155000,0	2155000,0
0402 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - NO DISTRITO FEDERAL	2541000,0	1886000,0	1886000,0	1886000,0
0403 - PROMOVER MELHORIAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS	6609000,0	6928000,0	6928000,0	6928000,0
0404 - TRANSFERENCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - PDAF	2500000,0	0,0	0	0
0405 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSO FINANCEIRO PARA ESCOLA - PDAF	4000000,0	3577900,0	3577900,0	3577900,0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0406 - Transferência de recursos a escolas via PDAF	11000000,0	7585000,0	7585000,0	7585000,0
0407 - PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL - PDAF	13000000,0	9767600,0	9767600,0	9767600,0
0408 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - PROJETO EM UM PISCAR DE OLHOS - DF- DJ	1100000,0	0,0	0	0
0409 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - DJ	400000,0	400000,0	400000,0	400000,0
0410 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS	5000000,0	1845000,0	1845000,0	1845000,0
0411 - APOIO AO PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA-PDAF/DF- JS	4341000,0	3085460,0	3085460,0	3085460,0
0412 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DO DF - PDAF	6000000,0	4683000,0	4683000,0	4683000,0
0413 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS TM PARA AS ESCOLAS - PDAF Custeio-DISTRITO FEDERAL	3000000,0	1874380,0	1874380,0	1874380,0
0414 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS TM PARA AS ESCOLAS - PDAF Capital-DISTRITO FEDERAL	3000000,0	1661600,0	1661600,0	1661600,0
0415 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS pp NO DISTRITO FEDERAL	1500000,0	1450000,0	1450000,0	1450000,0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	3530309,0	40723354,0	18656303,26	13556584,25
2484 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SE-DISTRITO FEDERAL	3530309,0	40723354,0	18656303,26	13556584,25
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	9836762,0	9768481,0	9768481,00	9616030,53
0020 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-UNIDADES DE ENSINO - SE-DISTRITO FEDERAL	9836762,0	9768481,0	9768481,00	9616030,53
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES	9553800,0	6303548,0	6250319,22	6250319,22
0405 - APOIO AO PROJETO - EM UM PISCAR DE OLHOS	2000000,0	0,0	0	0
0406 - APOIO AO PROJETO DE INCLUSÃO COM EQUOTERAPIA PARA JOVENS E CRIANÇAS NO DF - 2025	200000,0	199849,0	199848,9	199848,9
0407 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - APOIO A PROJETOS PARA EDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL	1000000,0	0,0	0	0
0408 - APOIAR A REALIZAÇÃO DE PROJETOS A ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL	550000,0	299899,0	299899,0	299899,0
0409 - PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL 2025	5800000,0	5800000,0	5750571,32	5750571,32



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0280 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-APOIO A ORGANIZAÇÕES SOCIAIS QUE DESENVOLVEM PROJETOS EM ESCOLAS PÚBLICAS NO DF-DISTRITO FEDERAL	3800,0	3800,0	0	0
2160 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA	1744624,0	1128099,00	1128097,68	618128,08
0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	1744624,0	1128099,00	1128097,68	618128,08
2389 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	49254655,0	350236348,00	331777013,60	324077208,73
0001 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	49254655,0	350236348,00	331777013,60	324077208,73
2446 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR	58080000,0	49958293,0	49958292,13	49870292,13
0001 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR-ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	46400000,0	42467582,0	42467582,0	42379582,0
0002 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR-ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	7200000,0	3649591,0	3649590,13	3649590,13
0004 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR-PRE-ESCOLA-SE-DISTRITO FEDERAL	3200000,0	3200000,0	3200000,0	3200000,0
0003 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - SE-DISTRITO FEDERAL	640000,0	564320,0	564320,0	564320,0
0005 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR-EDUCAÇÃO ESPECIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	640000,0	76800,0	76800,0	76800,0
2964 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	221553059,0	194199881,00	190106000,31	171018090,75
0001 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	122538878,0	108696488,00	106785983,49	95928322,45
0004 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-ALUNOS DO ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	44038103,0	39615124,00	39520982,11	37211611,99
9316 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	28184555,0	26212158,0	24327007,98	22458519,81
9317 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE - SE-DISTRITO FEDERAL	931965,0	5130376,0	5130355,00	2097565,43
9314 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -SE-DISTRITO FEDERAL	12928986,0	12615143,00	12534455,39	11907599,52
9319 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO ESPECIAL - SE-DISTRITO FEDERAL	12930572,0	1930592,0	1807216,34	1414471,55
3632 - SAÚDE ESCOLAR	282768,0	130737,0	130581,86	110311,55
0001 - SAÚDE ESCOLAR - Ensino Fundamental - DISTRITO FEDERAL	183350,0	99420,0	99266,20	88417,16
0002 - SAÚDE ESCOLAR - Ensino Médio - DISTRITO FEDERAL	28852,0	9282,0	9281,33	6425,55
0003 - SAÚDE ESCOLAR - Educação Infantil - Pré-escola - DISTRITO FEDERAL	48196,0	8806,0	8805,40	8210,43
0005 - SAÚDE ESCOLAR - Educação Infantil - Creche - DISTRITO FEDERAL	1000,0	0,0	0	0
0006 - SAÚDE ESCOLAR - Educação de Jovens e Adultos - DISTRITO FEDERAL	19269,0	13229,0	13228,93	7258,41



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0004 - SAÚDE ESCOLAR - Educação Especial - DISTRITO FEDERAL	2101,0	0,0	0	0
4047 - ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE.	47999996,0	36579868,00	36579865,99	36313498,49
0002 - ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE. - ENSINO FUNDAMENTAL - DISTRITO FEDERAL	24576823,0	24095771,0	24095770,79	23829403,29
0003 - ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE. - ENSINO MÉDIO - DISTRITO FEDERAL	13497756,0	6097884,00	6097883,82	6097883,82
0001 - ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE. - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA - DISTRITO FEDERAL	4511533,0	3461334,0	3461333,08	3461333,08
0006 - ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE. - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - DISTRITO FEDERAL	2255848,0	0,0	0	0
0005 - ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE. - ENSINO ESPECIAL - DISTRITO FEDERAL	3158036,0	2924879,0	2924878,3	2924878,3
4202 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE	258000000,0	740945439,0	736982149,32	735554568,69
0004 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE - ENSINO FUNDAMENTAL - REDE PÚBLICA - DISTRITO FEDERAL	86873601,0	457172936,0	453859089,12	452848862,00
0005 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE - ENSINO MÉDIO - REDE PÚBLICA - DISTRITO FEDERAL	22435078,0	0,0	0	0
0006 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE - ENSINO PROFISSIONAL - REDE PÚBLICA - DISTRITO FEDERAL	1913800,0	0,0	0	0
0007 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE - EDUCAÇÃO INFANTIL - REDE PÚBLICA - DISTRITO FEDERAL	35902966,0	0,0	0	0
0008 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - REDE PÚBLICA - DISTRITO FEDERAL	3200864,0	0,0	0	0
0009 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE - EDUCAÇÃO ESPECIAL - REDE PÚBLICA - DISTRITO FEDERAL	5601106,0	0,0	0	0
0010 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE - PLE - OUTROS - DISTRITO FEDERAL	102072585,0	283772503,0	283123060,20	282705706,69
4976 - TRANSPORTE DE ALUNOS	162277478,0	316252680,00	310804677,66	305089743,21
0002 - TRANSPORTE DE ALUNOS-ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	122983830,0	237093681,00	232709383,85	227901192,64
9534 - TRANSPORTE DE ALUNOS-ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	12796771,0	32345735,00	31895029,33	31890188,96
9535 - TRANSPORTE DE ALUNOS-EDUCAÇÃO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	19028343,0	32485718,00	32052665,18	31154562,88
9533 - TRANSPORTE DE ALUNOS-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - SE-DISTRITO FEDERAL	3061169,0	4881544,00	4872804,30	4870695,85
9537 - TRANSPORTE DE ALUNOS-UNIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - SE-DISTRITO FEDERAL	4407365,0	9446002,00	9274795,00	9273102,88
2390 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO	7351325,0	104479931,00	101589474,40	97349638,94
0001 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO-REDE PÚBLICA -SE-DISTRITO FEDERAL	7351325,0	104479931,00	101589474,40	97349638,94
3991 - REFORMA DE UNIDADE ESCOLAR	9158999,0	4931445,0	1431442,64	949642,24



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - REFORMA DE UNIDADE ESCOLAR-REDE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	9158999,0	4931445,0	1431442,64	949642,24
2391 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	7367610,0	20770005,00	18377348,60	17842342,56
0001 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	7367610,0	20770005,00	18377348,60	17842342,56
2388 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	27451381,0	35149657,00	30025742,90	29363307,64
0008 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE - REDE PÚBLICA-SE-DISTRITO FEDERAL	13876003,0	7594943,00	4957317,00	4957317,00
4380 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA - REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	13575378,0	27554714,00	25068425,90	24405990,64
2442 - PROGRAMA DE BENEFÍCIO EDUCACIONAL-SOCIAL/PBES	117000000,0	95445699,00	95445698,84	86183098,77
0001 - PROGRAMA DE BENEFÍCIO EDUCACIONAL-SOCIAL/PBES-DISTRITO FEDERAL	117000000,0	95445699,00	95445698,84	86183098,77
9069 - TRANSFERÊNCIA PARA ENTIDADES DE ENSINO INFANTIL	429999999,0	355963690,0	355963688,86	355899242,68
0001 - TRANSFERÊNCIA PARA ENTIDADES DE ENSINO INFANTIL-CRECHE-DISTRITO FEDERAL	407662337,0	328472112,0	328472111,14	328407664,96
0002 - TRANSFERÊNCIA PARA ENTIDADES DE ENSINO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA-DISTRITO FEDERAL	22337662,0	27491578,0	27491577,72	27491577,72
2392 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	12005253,0	12889367,00	12588483,09	12078176,08
0003 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-SE-DISTRITO FEDERAL	12005253,0	12889367,00	12588483,09	12078176,08
2393 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	10798271,0	9852532,00	9852530,96	9315453,74
0001 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	10798271,0	9852532,00	9852530,96	9315453,74
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	114586,0	1403707,0	1403706,94	1062451,31
0056 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-UNIDADES ESCOLARES-DISTRITO FEDERAL	114586,0	1403707,0	1403706,94	1062451,31
3982 - CONSTRUCAO DE UNIDADE ESCOLAR	51427236,0	67074594,00	32502998,19	28055818,45
0001 - CONSTRUCAO DE UNIDADE ESCOLAR-REDE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	51427236,0	67074594,00	32502998,19	28055818,45
3985 - AMPLIACAO DE UNIDADE ESCOLAR	50627826,0	42779987,00	38279986,59	29336103,64
0001 - AMPLIACAO DE UNIDADE ESCOLAR-REDE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	50627826,0	42779987,00	38279986,59	29336103,64
3990 - RECONSTRUCAO DE UNIDADE ESCOLAR	13096235,0	6108082,0	4714182,89	4512387,65
0001 - RECONSTRUCAO DE UNIDADE ESCOLAR-REDE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	13096235,0	6108082,0	4714182,89	4512387,65
TOTAL - 6221 - EDUCADF	1876629180,00	2796131700,78	2686671062,77	2615783216,17



Programação Orçamentária Realizada

EDUCADOR SOCIAL VOLUNTÁRIO (ESV)

O Programa Educador Social Voluntário, instituído pela Portaria nº 326, de 8 de julho de 2021, destaca-se como iniciativa relevante da SEEDF. O principal objetivo do Programa é a contratação de Educador Social Voluntário destinado a promover suporte às Instituições Educacionais que ofertam educação em tempo integral e ensino especial na Rede Pública de Ensino.

Dentre as ações realizadas, destacam-se a assistência em atividades de Educação em Tempo Integral; o suporte a todas as Coordenações Regionais de Ensino e suas Instituições Educacionais Públicas; suporte a estudantes com necessidades educacionais especiais e/ou deficiência, incluindo Transtorno do Espectro Autista (TEA); promoção da integração e do aprendizado de estudantes estrangeiros e indígenas; visitas técnicas a mais de 40 Instituições Educacionais Públicas e encontros com todas as CREs para planejamento da nova Portaria ESV 2026.

Nesse período, as 14 Coordenações Regionais de Ensino (CREs) foram atendidas por esse Programa, adaptando a quantidade de ESVs às necessidades apresentadas. Ao todo, foram 4.482 ESVs em 2021; 2.667 em 2022; 5.500 em 2023, 7.500 em 2024; e 7.700 em 2025, distribuídos nas Instituições Educacionais Públicas da Rede de Ensino do Distrito Federal.

O Programa reforça o compromisso da Secretaria de Educação em promover uma educação inclusiva e de qualidade, contando com a colaboração essencial de Educadores Sociais Voluntários para o atendimento de demandas específicas.

Todos os Educadores Sociais Voluntários participaram da formação oferecida pela SEEDF, conforme a Lei Nº 7.621, de 18 de dezembro 2024.

A Portaria 1.762, de 26 de dezembro de 2024, estabelece o Programa Educador Social Voluntário no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, o quantitativo de Educador Social Voluntário (ESV) está definido conforme a disponibilidade orçamentária anual, seguindo os critérios definidos pelas áreas técnicas, de acordo com a demanda de cada Coordenação Regional de Ensino (CRE) e Unidade Escolar (UE), com o quantitativo de 7.500 vagas, acrescidos em mais 1.000 vagas, como banco central de ESV, perfazendo um total de 8.500 ESVs.

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) apresenta, as ações pedagógicas, os resultados alcançados e as iniciativas implementadas ao longo do ano letivo de 2025, buscando assegurar a integração e a eficácia das políticas públicas educacionais na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Em consonância com as diretrizes, destacam-se os esforços envidados para a melhoria das práticas pedagógicas, a ampliação do acesso e a promoção de equidade na oferta educacional, além de abordar os desafios enfrentados e as estratégias empregadas para superar esses desafios.

PROJETO ALIMENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MAIS QUE CUIDAR, EDUCAR, BRINCAR E INTERAGIR

Encontro formativo voltado para a formação dos nutricionistas, das instituições parceiras, dos professores e coordenadores pedagógicos locais. Atendeu as 423 instituições públicas e parceiras, num total de 846 profissionais da educação.



Figura 1 e 2 - Encontro Formativo



Figura 3 - Evento de Formação dos Profissionais



PROGRAMA E.I MANUTENÇÃO

O programa E.I Manutenção foi criado em 2012 para ajudar os municípios e o Distrito Federal a ampliar a oferta de Educação Infantil. Por meio de apoio financeiro, o Governo Federal buscou reduzir o lapso temporal entre o início das aulas de uma nova turma e o recebimento dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O programa destina-se ao atendimento de crianças matriculadas em novas turmas de educação infantil em estabelecimentos educacionais públicos.

PROJETO PLENARINHA

Em 2025 a proposta original do projeto foi retomada e ampliada. Todas as instituições educacionais públicas e parceiras constituíram Comitês Mirins para discutirem as pautas que destacaram as necessidades dos bebês e das crianças. Essas pautas foram trabalhadas ao longo do ano letivo e direcionadas para outros segmentos da sociedade, a fim de resolver ou melhorar questões como acessibilidade, limpeza urbana, urbanização, revitalização de espaços para as crianças, acesso a serviços básicos, dentre outros. A etapa regional contou com diversos formatos de compartilhamento das pautas e das práticas pedagógicas adotadas pelas instituições educacionais: plenárias, feiras, mostras culturais, e-book, participação no Circuito de Ciências. Atendeu, até a data da construção deste relatório, um total de 69.245 bebês e crianças e 3449 professores. Outra ação foram as visitas guiadas à Câmara Legislativa do Distrito Federal como forma de promover a inserção de bebês e crianças no ambiente da plenária. As visitas guiadas atenderam a 28 Comitês Mirins, num total de 631 bebês e crianças, contou com a participação de uma média de 170 profissionais da educação das 14 CREs. O Seminário Distrital da Primeira Infância integra as ações da XIII Plenarinha e compõe a programação da Semana Distrital da Educação Infantil, reafirmando o compromisso interinstitucional com o fortalecimento das políticas públicas voltadas à Primeira Infância. A programação do seminário contou com mesas temáticas que abordaram o direito das crianças à cidade, à natureza, à cultura, à saúde, ao brincar e à escuta, reunindo profissionais das áreas de educação, saúde, justiça, urbanismo, assistência social e cultura. Essa abordagem intersetorial visou fortalecer o diálogo entre diferentes atores comprometidos com a infância e promover o engajamento coletivo em torno da valorização dessa etapa da vida. O Seminário reuniu 365 profissionais da área de educação, beneficiando 69.245 bebês e crianças.

PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (Alfaletando)

O Programa de Alfabetização e Letramento do Distrito Federal (Alfaletando), instituído pelo Decreto nº 45.495/2024 como resposta ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), tem como objetivos garantir que 100% das crianças, matriculadas na rede pública de ensino, estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental e recompor as aprendizagens, com foco na alfabetização das crianças matriculadas no 3º, 4º e 5º anos da rede pública de ensino do DF.

- O Programa é executado através de ações e estratégias organizadas em 5 eixos:
- Governança e elaboração de política distrital de alfabetização;
- Formação de profissionais da educação e acompanhamento pedagógico;



- Melhoria e qualificação da infraestrutura física e insumos pedagógicos;
- Sistema de avaliação;
- Reconhecimento e compartilhamento de práticas pedagógicas exitosas.

Visando desenvolver a política de alfabetização de maneira mais completa, significativa, qualitativa e democrática possível, instituiu-se o Comitê Distrital de Alfabetização e Letramento (Codalfa), por meio da Portaria Nº 481, de 26 de Abril de 2024, atualizada pela Portaria Nº 985, de 05 de setembro de 2025 e a Rede Distrital de Alfabetização (Redalfa), a partir da publicação da Portaria Nº 480, de 26 de Abril de 2024, atualizada pela Portaria Nº 73, de 22 de janeiro de 2025. Ao aderir ao CNCA, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) se comprometeu a executar os recursos orçamentários repassados pelo Governo Federal e promover sua gestão e prestação de contas com eficiência, eficácia e transparência, visando à efetividade das ações.

Em 2025, no âmbito do Programa Alfaletando, foram distribuídos 63.552 materiais didáticos suplementares, sendo 3.700 destinados aos professores alfabetizadores e 59.852 aos estudantes matriculados no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental. Também foi ofertado percurso formativo a 3.430 profissionais diretamente envolvidos no processo de alfabetização, fortalecendo as práticas pedagógicas.

As instituições educacionais públicas que ofertam Anos Iniciais do Ensino Fundamental participaram dos Ciclos de Avaliação Contínua das Aprendizagens, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento dos estudantes e orientar ações pedagógicas mais eficazes, e da Prova DF que tem como objetivo subsidiar o planejamento do projeto político-pedagógico e a autoavaliação das instituições educacionais públicas, promovendo alinhamento estratégico e melhoria contínua.

Essas ações reafirmam o compromisso do Programa Alfaletando com uma educação pública de excelência, centrada na aprendizagem e no sucesso escolar de todas as crianças.

A estrutura operacional da Rede Distrital de Alfabetização (Redalfa) organiza-se por meio de um corpo técnico composto por 131 articuladores, distribuídos em três níveis de atuação: quatro na esfera distrital, 28 no âmbito regional e 99 dedicados ao atendimento local itinerante. Essa capilaridade permite que o programa alcance 14 Coordenações Regionais de Ensino e 383 unidades escolares. No que tange ao público-alvo diretamente impactado, a Rede abrange um contingente de 3.447 professores que atuam no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, assistindo, ao todo, 56.497 estudantes nessas etapas cruciais do ciclo de alfabetização.

O Programa DF Alfabetizado, desde 2012, alfabetizou um total de 30 mil pessoas em todo o Distrito Federal e objetiva alfabetizar jovens, a partir dos 15 anos, adultos e idosos do Distrital que se encontram em situação de analfabetismo, por meio da disponibilização de material escolar para os alfabetizadores e alfabetizandos do Programa DF Alfabetizado. Foram abertas 64 turmas em 2025, atendendo 1.600 pessoas.

PROGRAMA SUPERAÇÃO

O Programa SuperAção, instituído por meio da Portaria Nº 133, de 15 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal Nº 34, de 16 de fevereiro de 2023, com base no Parecer Nº 001/2023, do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), tem por objetivo assegurar o atendimento aos estudantes do Ensino Fundamental em situação de incompatibilidade idade/ano e reconstruir suas trajetórias escolares, levando-os ao fluxo escolar adequado com sucesso.

O Programa SuperAção prevê o atendimento dos estudantes tanto nas Classes comuns com atendimento personalizado, quanto em turmas específicas SuperAção ou SuperAção reduzida. Foram formadas 25 turmas específicas do Programa SuperAção, sendo 2 turmas de 2º ciclo e 23 turmas de 3º ciclo, em 17 instituições educacionais de 7 Coordenações Regionais de Ensino.

Em 2025, o público do SuperAção totalizou 7.385 estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano matriculados do 3º ao 8º ano do Ensino Fundamental, em 483 instituições educacionais nas 14 Coordenações Regionais de Ensino. Foram ofertados dois



percursos formativos para professores e coordenadores pedagógicos com o objetivo de subsidiar a continuidade da implementação do Programa SuperAção na rede pública de ensino do Distrito Federal:

- Trilha formativa do Programa SuperAção (Anos Iniciais) - Na modalidade EAD Autoinstrucional com carga horária de 120 horas.
- Trilha Formativa do Programa SuperAção (Anos Finais) - Na modalidade híbrida com encontros presenciais e virtuais e carga horária de 120 horas.

Ademais, foram realizados encontros formativos para coordenadores intermediários do Ensino Fundamental e professores articuladores do Programa SuperAção em parceria com a Eape e Unicef, palestras nas Coordenações Regionais de Ensino e visitas técnicas às instituições educacionais, com o intuito de fortalecer a formação continuada em processo e o monitoramento da política de correção de fluxo.

O Projeto Se Liga na Escola - SuperAção 2025, uma parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-DF) com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), objetiva proporcionar aos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano do Ensino Fundamental da rede pública de ensino do Distrito Federal uma experiência inspiradora com foco no protagonismo e na motivação dos estudantes, para a superação dos desafios enfrentados na trajetória escolar e da vida.

O Se Liga na Escola - SuperAção 2025 foi realizado no dia 24 de outubro com histórias de superação, atividades motivacionais e lúdicas, entrega de brindes para estudantes e professores, dentre outras. Em 2025 contou com a participação de 20 Equipes inscritas, formadas por 4 estudantes e 1 professor do Programa SuperAção, totalizando 80 estudantes e 20 professores de 9 Coordenações Regionais de Ensino.

No âmbito do projeto Se Liga na Escola - SuperAção 2025, a operacionalização das atividades concentra-se em nove Coordenações Regionais de Ensino (CRE), que articulam as ações em unidades escolares específicas do Distrito Federal. A distribuição abrange as regiões de Brazlândia (CED INCRA 8 e EC 1 do INCRA 8), Ceilândia (CEF 28 e CEF 30) e Núcleo Bandeirante (CEF 1 RFII), além de unidades no Paranoá (CEF Dona Zilda Arns) e no Plano Piloto (EPC PROEM). Observa-se uma concentração robusta de atendimento nas regiões de Planaltina, com quatro unidades assistidas, e Samambaia, que lidera o quantitativo com cinco instituições escolares (CEF 411, CEF 427, CEF 504, CEF 519 e EC 512). O panorama de atuação é completado pelas regionais de Santa Maria e Sobradinho, consolidando uma rede de suporte pedagógico focada na superação de desafios educacionais para o ano letivo de 2025.

ATENDIMENTO PEDAGÓGICO HOSPITALAR – CLASSES HOSPITALARES

O Comitê Gestor do Atendimento Educacional Hospitalar - Classes Hospitalares realizou as visitas técnicas às unidades hospitalares para o acompanhamento pedagógico e administrativo da parceria firmada entre as Secretarias de Estado de Educação (SEEDF) e de Saúde do Distrito Federal (SESDF), por meio da Portaria Conjunta Nº 9/2021. Além das visitas programadas, em atendimento ao solicitado pelo IGESDF, foi realizada visita técnica ao Hospital Regional de Santa Maria, visando continuidade das tratativas quanto à possibilidade de ofertar atendimento educacional na unidade hospitalar.

A rede de Atendimento Educacional Hospitalar, conforme os registros do primeiro semestre de 2025, demonstra uma atuação diversificada em seis unidades de saúde, totalizando uma infraestrutura de suporte que abrange desde centros especializados até hospitais regionais. O Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB) apresentou o maior volume de produtividade no período, com 349 atendimentos realizados em seus 64 leitos, seguido pelo Hospital Regional Leste (HRL – Paranoá), com 255 atendimentos, e pelo Hospital da Criança de Brasília (HCB), que, apesar de possuir a maior capacidade instalada (200 leitos), registrou 151 atendimentos. O Hospital Regional de Sobradinho (HRS) complementa os dados positivos com 126 atendimentos em seus 28 leitos.

Contudo, o balanço do semestre também revela interrupções nos serviços em pontos estratégicos: no Hospital Regional de Ceilândia (HRC), a ausência de atendimentos decorreu do afastamento legal da docente para tratamento de saúde. Já no Hospital Regional de



Taguatinga (HRT), a suspensão das atividades pedagógicas foi motivada pela aposentadoria da professora regente e pela cessão temporária do espaço físico ao setor de cardiologia, em virtude de reformas estruturais na unidade hospitalar.

PROGRAMA DISTRITAL ESCOLA DAS ADOLESCÊNCIAS

O Programa Distrital Escola para as Adolescências (PDEPA) foi instituído pela Portaria Nº 650, de 06 de junho de 2024, nas instituições educacionais que ofertam Anos Finais do Ensino Fundamental da rede pública de ensino do Distrito Federal. O PDEPA tem como objetivos melhorar a qualidade da oferta dos Anos Finais do Ensino Fundamental, considerando as singularidades dos jovens desta etapa, com foco no apoio às transições escolares e nas formas de reorganizar os tempos e os espaços para instituir um currículo intencional, que promova a expansão e a articulação de diferentes experiências formativas voltadas para os letramentos e para a autonomia intelectual dos estudantes.

O PDEPA organiza as suas estratégias e ações em cinco eixos:

- Governança;
- Formação de profissionais da educação e do acompanhamento pedagógico;
- Desenvolvimento curricular e protagonismo estudantil;
- Reconhecimento e compartilhamento de práticas pedagógicas exitosas;
- Sistema de avaliação.

Tendo por objetivo o desenvolvimento da política de maneira mais completa, e em consonância com a Portaria Nº 635, de 10 de julho de 2024, do Ministério da Educação, que institui o Programa de Fortalecimento para os Anos Finais do Ensino Fundamental da Educação Básica (Programa Escola das Adolescências), instituiu-se o Comitê do Programa Distrital Escola para as Adolescências (Codipea) e a Rede do Programa Distrital Escola para as Adolescências (Redipea), por meio das Portarias 650 e 651, de 6 de junho de 2024. Visando a contribuição de toda a SEEDF, esta ação foi realizada por meio da indicação dos membros do Codipea, composto por 54 integrantes da área central e das coordenações regionais de ensino e dos articuladores da Redipea, composta por 30 participantes distribuídos entre articuladores distritais e regionais.

Após a realização das indicações, os articuladores distritais promoveram o I Encontro da Rede do Programa Distrital Escola para as Adolescências (Redipea), realizado no dia 18 de setembro de 2025. Em continuidade a esta ação, nos meses de outubro e novembro, foram promovidos os encontros regionais da Redipea, em conjunto com as equipes gestoras das instituições educacionais públicas.

Foram realizadas ações junto às instituições educacionais públicas no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) - Escola das Adolescências, que disponibiliza assistência técnica e financeira do Ministério da Educação para redes de ensino e unidades escolares, a fim de apoiar o desenvolvimento integral dos estudantes dos Anos Finais, por meio de auxílio destinado a custos de capital e gastos de custeio. Realizou-se o acompanhamento das instituições educacionais que realizaram a adesão no ano de 2024 e se promoveu a adesão de 102 unidades escolares ao PDDE. Ainda no contexto do PDEPA, as instituições educacionais públicas que ofertam Anos Finais do Ensino Fundamental participaram dos Ciclos de Avaliação Contínua das Aprendizagens, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento dos estudantes e orientar ações pedagógicas mais eficazes.

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL EM REDE – PROJETO PLANER

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) deu continuidade ao Planejamento Educacional em Rede (Planer), iniciado no ano letivo de 2023, com vistas a orientar e acompanhar, junto às Unidades Regionais de Educação Básica, as políticas, os programas, os projetos e as ações referentes ao Ensino Fundamental na rede pública de ensino do Distrito Federal, bem como orientar e acompanhar, em âmbito central, os coordenadores intermediários com função de apoio (CIA) e os coordenadores intermediários (CI), quanto ao atendimento pedagógico a esta etapa da educação básica, conforme disposto no Regimento Interno da SEEDF.



O Projeto Planer tem como objetivo materializar o acompanhamento pedagógico sistemático, por meio de Relatórios de Acompanhamento Pedagógico (RAP) de cada Unidade Regional frente ao trabalho desenvolvido com as instituições educacionais que ofertam Ensino Fundamental, instituindo-se, desta forma, modelo único de acompanhamento oficial na rede.

O Projeto Planejamento Educacional em Rede pressupõe momento para organização do trabalho pedagógico nas suas mais variadas esferas, contemplando importantes temáticas, das quais se destacam: perfil das instituições educacionais públicas que ofertam Ensino Fundamental, situação das aprendizagens dos estudantes, acompanhamento da frequência, busca ativa, organização curricular, alfabetização, letramento matemático, Programa SuperAção e programas e projetos realizados com parcerias externas formalizadas.

FÓRUM DO ENSINO FUNDAMENTAL 2025 – DA ALFABETIZAÇÃO ÀS ADOLESCÊNCIAS

No ano de 2025, realizou-se a terceira edição do “Fórum do Ensino Fundamental: da alfabetização às adolescências”, nos dias 06, 07 e 08 de outubro, que reuniu gestores e professores de Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental das instituições educacionais públicas do Distrito Federal, Coordenadores Pedagógicos Locais e Intermediários, Chefes de Unidades Regionais de Educação Básica (Unieb) e equipes técnicas da SEEDF.

O referido evento teve por objetivo proporcionar um espaço para o compartilhamento de experiências exitosas das instituições educacionais que ofertam Ensino Fundamental na rede pública de ensino do Distrito Federal, bem como valorizar os profissionais dessa etapa da Educação Básica e promover debates relevantes para a prática pedagógica.

Para selecionar as práticas pedagógicas exitosas apresentadas no referido Fórum e publicadas nos Anais, divulgou-se um Edital de Chamamento, resultando na seleção de 15 práticas pedagógicas para apresentação oral no Fórum e 21 para publicação nos Anais do evento. Ao longo dos três dias de evento, ocorreram painéis temáticos com a apresentação de práticas pedagógicas exitosas de profissionais da rede pública de ensino do Distrito Federal que atuam nos Anos Iniciais e nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

PROJETO BANDAS MUSICAIS

O Projeto Bandas Musicais é uma parceria entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSPDF), ampliando tempos e espaços na educação por meio de atividades musicais no contraturno escolar. O Projeto envolve todos os 25 Colégios Cívico-Militares do Distrito Federal (CCMDF).

PROJETO ESCOLA DE CAMPEÕES

O Projeto Escola de Campeões é uma parceria entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSPDF), que tem dentre seus objetivos ampliar tempos e espaços na educação por meio de atividades esportivas no contraturno, envolvendo todos os 25 Colégios Cívico-Militares do Distrito Federal (CCMDF), através das Olimpíadas CCMDF. Os jogos ocorreram entre os meses de outubro e novembro em sete modalidades esportivas (futsal, handebol, voleibol, basquete, atletismo, queimada e xadrez), contando com a participação de cerca de 20 mil estudantes.

DESFILE CÍVICO-MILITAR - 7 de Setembro de 2025

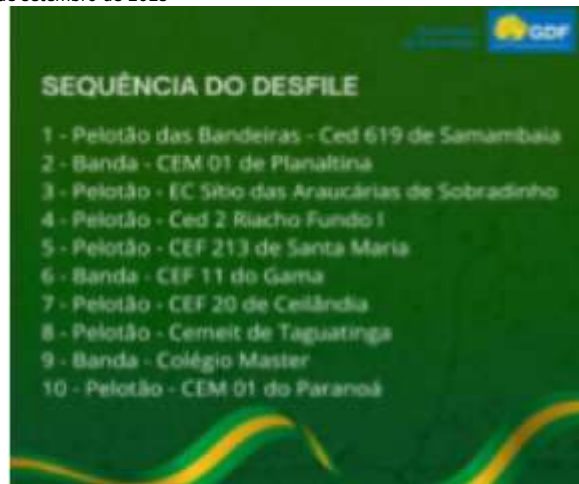
A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal participa, tradicionalmente, do ato cívico em celebração à nossa pátria nos princípios fundamentais da cidadania, do respeito mútuo e da paz.

Representando a rede de ensino do DF, estudantes desfilam com seus vestuários e coreografias, enaltecendo as nossas riquezas naturais, o trabalhador brasileiro e faz alusão ao tema COP 30 2025.



Em 2025, a SEEDF participou com 720 estudantes, com a apresentação, o desfile, o corpo coreográfico e com a banda de estudantes da rede de ensino. Foram selecionadas 11 instituições educacionais de 10 Coordenações Regionais de Ensino, perfazendo um total de 870 participantes, dentre estudantes e professores.

Figura 4 e 5 - Desfile 7 de setembro de 2025



DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO – 2ª Edição

Elaboração, submissão e publicação da 2ª Edição das Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo no DF por meio da Instituição e coordenação de Grupo de Trabalho com integrantes de diferentes setores da Secretaria.

Objetivos:

- Atualização das Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- Fortalecimento da Educação do Campo como modalidade específica, valorizando a operacionalidade da organização do trabalho pedagógico;
- Garantir e organizar a implementação da Pedagogia da Alternância;
- Instituir descrição das ações esperadas dos profissionais que trabalham nas escolas do campo;
- Promover a construção coletiva do Inventário da Realidade e do PPP.
- Essas Diretrizes se alinham às políticas educacionais da SEEDF voltadas para a população do campo, aos marcos normativos federais da Educação do Campo, bem como aos documentos regulatórios da Educação Pública do Distrito Federal.

Amplia, sobretudo, as orientações pedagógicas às instituições educacionais do campo e às unidades gestoras da política pública nos níveis intermediário e central, contribuindo para a sua operacionalidade. Assim, é possível estabelecer um trabalho pedagógico orientado para a Educação do Campo a partir de seus princípios e matrizes, marcos conceituais e publicações pedagógicas, reconhecendo, inclusive, as demandas apresentadas pelo Fórum Permanente de Educação do Campo do Distrito Federal (Fecampo). Desta maneira, apresenta um amplo alcance em toda Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

PROGRAMA HÁ CAMPO

O “Programa Há Campo” tem como objetivo o fortalecimento da educação ambiental e sustentabilidade nas escolas da rede pública de ensino. O Programa é fruto do Acordo de Cooperação Técnica entre a SEEDF e a Emater-DF acordado desde 2023. Há 4 projetos diferenciados que compõem o Programa:

- Implementação de hortas e agroflorestas;
- Instalação de sistemas de captação de água da chuva;
- Produção de energia fotovoltaica;
- Cursos de empreendedorismo “Filhos deste Solo” para estudantes das escolas do campo na Rede Pública de Ensino.



Busca promover a implementação de tecnologias sustentáveis que permitam o uso eficaz de recursos naturais, favorecendo o equilíbrio ecológico e a conservação do meio ambiente tendo em vista projetos de Educação Ambiental e Sustentabilidade. A colaboração técnico-pedagógica entre a EMATER-DF e a Secretaria de Educação promove o empreendedorismo de estudantes das escolas do campo, bem como dissemina princípios, valores, conceitos, atividades e metodologias relacionadas à sustentabilidade ambiental. Em 2025, 77 novas instituições educacionais aderiram ao Programa Há Campo.

PROGRAMA ESCOLA DA TERRA

O Curso de Formação Continuada Escola da Terra (4ª Edição) é resultado de uma articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, o Ministério da Educação (MEC) e a Universidade de Brasília (UnB).

- Público-alvo: Professores (efetivos e temporários) e Pedagogos-Orientadores Educacionais da rede pública de ensino do DF que atuam ou têm interesse na Educação do Campo.

- Vagas Ofertadas: 150 vagas.

- Metodologia: Pedagogia da Alternância, que articula o Tempo Universidade (TU) (126h) e o Tempo Comunidade (TC) (54h), totalizando 180 horas. As atividades do TU incluem aulas virtuais e encontros presenciais quinzenais nas escolas polo, durante os momentos de coordenação pedagógica.

- Objetivo: Ampliar o acesso à Formação Continuada em Educação do Campo para educadores, promovendo o aperfeiçoamento profissional. O conteúdo visa fortalecer a Política Pública de Educação do Campo.

INVENTÁRIO SOCIAL, HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL DAS ESCOLAS DO CAMPO – INVENTÁRIO DA REALIDADE

Em 2025, iniciou-se a proposta pedagógica da (Re)Construção e do Uso Pedagógico do Inventário da Realidade das Escolas do Campo com os seguintes objetivos:

- Orientar e contribuir com a produção coletiva do Inventário da Realidade (aspectos históricos, sociais, culturais e ambientais) com a participação comunidade escolar das unidades de ensino do campo;

- Potencializar o Inventário da Realidade na perspectiva de uma ferramenta didático-pedagógica, dialógica, coletiva, investigativa e dialética para nortear a ressignificação do Projeto Político Pedagógico da escola do campo.

NOVO PROGRAMA NACIONAL DO CAMPO - PRONACAMPO

A Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (Novo Pronacampo) é um conjunto articulado de ações de apoio aos sistemas de ensino para a implementação da Política de Educação do Campo, das Águas e das Florestas, em regime de colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, para:

- Estruturar um sistema de avaliação e monitoramento da educação dos Povos do campo, das águas e das florestas;

- Formar profissionais da educação básica, educação profissional e tecnológica e ensino superior para gestão e docência no âmbito da educação dos povos do campo, das águas e das florestas;

- Estimular a construção de capacidades institucionais para a condução das políticas de educação dos Povos do campo, das águas e das florestas, nos entes federados no sistema de Governança Popular;

- Reconhecer avanços institucionais de práticas educacionais para multisseriação e demais métodos caros à modalidade da educação dos povos do campo, das águas e das florestas;

- Contribuir no fomento de tecnologias sociais, práticas produtivas e infraestrutura ecologicamente sustentáveis nas escolas dos povos do campo, das águas e das florestas;

- Consolidar a modalidade educação do campo, das águas e das florestas, com implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar do Campo;

- Implementar protocolos de apoio e manutenção das escolas dos povos do campo, das águas e das florestas.



ATENDIMENTO À SOCIOEDUCAÇÃO

A publicação da Portaria é uma ação estratégica para estabelecer a cooperação entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (Sejus) para oferta, implementação, acompanhamento e avaliação da política pública de escolarização de adolescentes e jovens em Internação Provisória, em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Internação, Internação Sanção, Semiliberdade, Meio Aberto - Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade - e dos adolescentes e dos jovens atendidos pelo Núcleo de Atendimento Integrado.

Por meio da elaboração do Caderno Orientador Socioeducação na Escola que apresenta as orientações para assegurar a garantia de matrícula, o acolhimento adequado, o acompanhamento pedagógico, a gestão da frequência e a promoção de uma convivência escolar pautada na cultura de paz, para os estudantes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e semiliberdade.

A cooperação entre as secretarias garante a oferta mensal de escolarização para aproximadamente 900 adolescentes e jovens que se encontram no Sistema Socioeducativo. A SEEDF atende mensalmente uma média de 600 estudantes que cumprem medidas em meio aberto e semiliberdade em todas as 14 Coordenações Regionais de Ensino (CREs). Além disso, 8 unidades de internação, que possuem núcleos de ensino vinculados a 7 instituições educacionais em 6 CREs.

ELABORAÇÃO DO PROGRAMA TRAJETÓRIAS

O Programa Trajetórias está em desenvolvimento pela Gerência de Atenção à Socioeducação para qualificar o acompanhamento pedagógico de estudantes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, de semiliberdade e pós-cumprimento de internação. O objetivo do programa é promover a permanência e inclusão social desses estudantes, na perspectiva da conclusão da educação básica, por meio dos seguintes eixos:

Gestão e Articulação do Acompanhamento Escolar:

- Garantir matrícula;
- Monitoramento de frequência;
- Monitoramento de rendimento;
- Ações que promovam a inclusão social;
- Protagonismo e participação estudantil.

Formação e Capacitação da Rede de Ensino:

- Materiais orientadores;
- Plano de formação e capacitação.

Fortalecimento da Articulação Interinstitucional:

- Rede de articulação interinstitucional;
- Gestão de fluxo de dados e informação;
- Normativos conjuntos.

PROJETO "ONDA: ADOLESCENTES EM MOVIMENTO PELOS DIREITOS"

O projeto desenvolve ações educativas voltadas à formação de adolescentes de instituições educacionais públicas e ao atendimento dos adolescentes dos Núcleos de Ensino das Unidades Socioeducativas, com ações pertinentes às áreas de direitos humanos, cidadania e orçamento público.

Destinados aos adolescentes vinculados ao Núcleo de Atendimento Integrado/NAI (aproximadamente 2.000 adolescentes por ano), as 15 Gerências de Atendimento em Meio Aberto - aproximadamente 800 adolescentes, 6 Gerências de Atendimento em Semiliberdade - aproximadamente 70 adolescentes e 8 Unidades de Internação Socioeducativas - aproximadamente 350 adolescentes, atendidos por 100 professores nos Núcleos de Ensino das Unidades de Internação Socioeducativas acompanhados pela SEEDF.



PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO (PNLD)

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é uma política pública do Governo Federal que distribui gratuitamente livros didáticos, pedagógicos e literários às escolas públicas de todo o país. Executado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o programa busca promover a qualidade da educação, democratizar o acesso ao conhecimento e estimular a leitura entre estudantes e educadores.

Tem como objetivo geral garantir o acesso gratuito e regular de estudantes e professores a materiais didáticos e literários de qualidade, fortalecendo o processo de ensino e aprendizagem, ampliando o acesso à leitura e contribuindo para uma educação mais equitativa e cidadã.

Com alcance em mais de 96% das redes de ensino no Brasil e 100% da rede pública de ensino no Distrito Federal, o PNLD é um dos maiores programas de distribuição de livros do mundo, fortalecendo a educação pública e a cidadania por meio do acesso à leitura, chegando a estudantes, professores e bibliotecários.

Destina-se a toda a comunidade escolar, incluindo estudantes, professores, bibliotecários, gestores e famílias, o que perfaz os totais de mais de 70 mil servidores e mais de 390 mil estudantes.

Até o momento, 70 mil livros didáticos foram distribuídos para as instituições educacionais e turmas novas da rede pública de ensino do DF (fora do censo 2024) por meio da Reserva técnica da SEEDF.

PROJETO ESCOLA QUE LÊ

O Projeto Escola que Lê reconhece e valoriza as práticas de leitura das escolas públicas do DF, fortalecendo o protagonismo de professores, estudantes e comunidades na criação de ambientes leitores acolhedores e criativos. Além de promover o acesso a obras literárias, com destaque para autores locais e a literatura Cerratenense, incentiva a ampliação de espaços bibliotecários e parcerias que democratizam o acesso à leitura e à cultura.

Foram distribuídas às bibliotecas escolares e/ou escolares comunitárias um total de aproximadamente 11.741 obras literárias.

Outra ação relevante foi a Promoção do Cine Clube Literário para a valorização da leitura, da produção literária e do debate cultural entre estudantes da rede pública, autores convidados e o produtor do documentário "Além do sonho".

BIBLIOTECAS ESCOLARES E COMUNITÁRIAS

O papel da biblioteca escolar vai muito além da simples organização de livros. Trata-se de um espaço dinâmico de leitura, pesquisa, troca de saberes e convivência, que contribui de forma decisiva para a formação integral dos estudantes. Cabe a cada profissional zelar para que esse ambiente se mantenha sempre acolhedor, organizado e acessível a toda a comunidade escolar, estimulando o prazer pela leitura e o desenvolvimento do pensamento crítico.

A gestão, o funcionamento e a orientação das bibliotecas escolares e comunitárias da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal são norteados pela Portaria Nº 380, de 23 de novembro de 2018, que estabelece diretrizes para sua organização, manutenção e articulação pedagógica, assegurando a democratização do acesso ao conhecimento e à cultura.

Destina-se a toda a comunidade escolar, incluindo estudantes, professores, bibliotecários, gestores e famílias, o que perfaz os totais de mais de 70 mil servidores e mais de 390 mil estudantes.

CIRCUITO DE CIÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL

Com o objetivo de fomentar a produção e a difusão do conhecimento científico, suas tecnologias e inovações na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e selecionar os melhores trabalhos para a participação.



O Circuito de Ciências das Instituições Educacionais Públicas do DF é um importante instrumento para o letramento científico, a exposição e a divulgação da produção científica, tecnológica e de inovação, desenvolvido no âmbito da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Constitui-se como atividade pedagógica com potencial motivador do ensino, da aprendizagem e da compreensão da prática científica no ambiente escolar. Essa ação, mais do que recurso pedagógico para incentivo às ciências, também apresenta à comunidade escolar a produção científica das instituições educacionais e coloca os estudantes em evidência, tornando-os parte ativa do processo de ensino-aprendizagem.

O Circuito de Ciências abrange toda a educação básica e anualmente alcança números consideráveis de estudantes e professores. As atividades de produção científica são realizadas em 3 etapas: local, regional e distrital, tendo sua culminância na seleção dos melhores trabalhos, que participam na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT. O Circuito contribui para inserir e despertar nos estudantes o interesse pela Ciência, possibilitando que investiguem por meio da pesquisa científica problemas locais, regionais e estaduais.

Público-alvo: Todos os estudantes das diversas etapas e modalidades de ensino da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e das Instituições Educacionais Parceiras que atendem à Educação Infantil, gestores, professores e coordenadores pedagógicos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Ações realizadas em 2025:

- Revisão e publicação do Regulamento do 14º Circuito de Ciências das Escolas Públicas do DF;
- Instituição das Comissões Central, Regional e Científica;
- Oficina para Capacitação de Professores: transformando sua prática pedagógica em Projeto Científico, com a participação de aproximadamente 50 professores nos três turnos, com carga horária de 2h;
- Capacitação no formato de Oficina com o tema: "Elaboração de Projetos Científicos para o Circuito de Ciências" destinado aos coordenadores intermediários, aos professores e aos demais profissionais da educação;
- Oficina de capacitação para Avaliação de Projetos Científicos do Circuito de Ciências para os Coordenadores Intermediários, membros da Coordenação Regional, para atuação na Etapa Regional;
- Três oficinas para os avaliadores atuantes na Etapa Distrital.

Na Etapa Local as escolas organizaram suas feiras de ciência em datas convenientes ao calendário durante o primeiro semestre de 2025. Foram registrados na webpage oficial do circuito, cerca de 933 projetos, impactando 21.700 estudantes e 1.562 professores nas 14 Coordenações Regionais de Ensino.

As Etapas Regionais do Circuito de Ciências aconteceram nas 14 (quatorze) CREs, ao longo dos meses de agosto e setembro de 2025. Foram apresentados 472 projetos, sendo 2086 unidades educacionais participantes e 706 professores;

A Etapa Distrital do 14º Circuito de Ciências aconteceu durante a 23ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), contando com cerca de 113 projetos, com aproximadamente 575 estudantes e 230 professores. Foram estimados cerca de 100 mil estudantes visitantes que prestigiaram as apresentações dos trabalhos na etapa distrital, conforme organização da SNCT. Os projetos foram avaliados por 101 profissionais voluntários de diversas áreas do conhecimento.

OLIMPÍADAS CIENTÍFICAS

As Olimpíadas Científicas representam competições abrangentes, abordando temáticas específicas como Matemática, Biologia, Robótica, História, Meio Ambiente, dentre outras. Essas competições têm como objetivo estimular a resolução de problemas teóricos e práticos, a realização de experimentos e a promoção de debates relevantes à sociedade.

O processo de divulgação das competições científicas com cunho pedagógico alcançou um aumento na quantidade de participantes ao longo dos anos. No ano de 2025, os resultados



cresceram com a OBMEP, com a participação de mais de 80 mil estudantes, o que rendeu 84 medalhistas nacionais, além de prêmios para 10 escolas e 20 professores. A Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA) contabilizou 87 estudantes premiados. Na área tecnológica, a Olimpíada Brasileira de Robótica (OBR) envolveu 150 estudantes, culminando na premiação de 9 equipes na etapa estadual. Por fim, na Olimpíada Brasileira de Cartografia (OBRAC), destacou-se a equipe do CEF 04 de Ceilândia, composta por 4 estudantes e um professor, que representou a SEEDF e o Centro-Oeste como finalista nacional em Niterói - RJ.

A SEEDF busca publicizar as competições científicas nacionais dentro da rede de ensino pública do DF, que acontece através da divulgação semestral das olimpíadas científicas, formalizada pelos Informativos Olímpicos.

O processo de divulgação das competições científicas com cunho pedagógico tem alcançado um aumento na quantidade de participantes ao longo dos anos. A ação apresenta um papel importante no despertar dos estudantes para aprimorar suas habilidades nas diversas áreas das ciências e tecnologia, proporcionando um intercâmbio entre escolas e instituições de ensino superior, que também pode ser um estímulo para a escolha profissional do estudante.

PROJETO ESCOLAS DE GESTÃO COMPARTILHADA

O Projeto Escolas de Gestão Compartilhada (EGCs), regulamentada pela Portaria Nº 22, de 28/10/20, é fruto da parceria entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF). A SEEDF é responsável pela gestão administrativa e pedagógica das instituições educacionais públicas de ensino e pelo cumprimento do Projeto Político-Pedagógico, conforme as leis e diretrizes educacionais, e a SSPDF é responsável pela gestão disciplinar.

Para o desenvolvimento da gestão disciplinar, a SSPDF disponibiliza o efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), que atuam também na coordenação de atividades extracurriculares. As ações disciplinares são voltadas à formação cívica, moral e ética do corpo discente, objetivando o seu bem-estar social.

Assim, o Projeto Escolas de Gestão Compartilhada (EGCs) objetiva uma educação de qualidade, bem como construir estratégias voltadas à segurança comunitária e ao enfrentamento da violência no ambiente escolar, para a promoção de uma cultura de paz e o pleno exercício da cidadania.

A implementação do Projeto Escolas de Gestão Compartilhada teve seu início por determinação do Governo do Distrito Federal e atualmente conta com 25 unidades escolares participantes, atendendo diretamente cerca de 29.000 (vinte e nove mil) estudantes em 14 regiões administrativas do Distrito federal.

PRODUÇÃO DO DOCUMENTO COMPETÊNCIAS DIGITAIS NO CURRÍCULO EM MOVIMENTO, EM ADEQUAÇÃO À BNCC COMPUTAÇÃO

Propor diretrizes para a implementação da Cultura Digital de forma transversal e articulada às diferentes áreas do conhecimento, em harmonia com os pressupostos do Currículo em Movimento, promovendo competências cognitivas, técnicas e socioemocionais por meio do pensamento computacional, da fluência digital, da resolução colaborativa de problemas e do consumo e da produção crítica de artefatos digitais. As ações envolvem parcerias com as diretorias de cada etapa, modalidade e atendimento, além do Grupo de Trabalho constituído por membros de diversos setores da Secretaria de Estado de Educação do DF.

PLANO DE ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS NO ENSINO MÉDIO (PAAEM)

O Plano de Acompanhamento das Aprendizagens no Ensino Médio (Paaem) é uma iniciativa da Diretoria de Ensino Médio que tem como objetivo promover a melhoria contínua das aprendizagens dos estudantes do Ensino Médio, por meio de um acompanhamento pedagógico sistematizado e articulado em rede, que subsidie e (re)oriente as práticas docentes e o trabalho pedagógico nos três níveis de gestão: local (Instituição Educacional), intermediário (Coordenação Regional de Ensino) e central.



O Plano está estruturado em quatro linhas de ação interconectadas, que visam promover o acompanhamento pedagógico contínuo e a recomposição das aprendizagens: acompanhamento dos indicadores e das trajetórias educacionais - foco no uso de dados educacionais para diagnóstico; planejamento e monitoramento das aprendizagens; ciclo de coordenações pedagógicas temáticas - visa fortalecer a coordenação pedagógica como espaço de formação, planejamento e produção coletiva; encontros de apoio pedagógico às instituições educacionais - estabelece um fluxo de apoio técnico-pedagógico às instituições educacionais; socialização de boas práticas - promove a socialização, o reconhecimento e a disseminação de experiências pedagógicas exitosas.

Foi proposta a realização da coordenação pedagógica propositiva, tematizando o Saeb 2025. A iniciativa mobilizou as instituições educacionais públicas para promover o engajamento da comunidade escolar e garantir a participação qualificada dos estudantes na principal avaliação externa da educação básica brasileira, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

PROJETO GERAÇÃO ENEM

O projeto "GerAção Enem" é uma iniciativa estratégica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), visando a ampliação das oportunidades acadêmicas para estudantes do 3º Ano do Ensino Médio da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. O objetivo geral do "GerAção Enem" é preparar esses estudantes para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), proporcionando-lhes conhecimento, estratégia e suporte técnico-pedagógico para que possam obter um desempenho satisfatório na prova e ampliar suas chances de ingresso no ensino superior.

O "Geração Enem" está planejado em três frentes principais, estruturadas para garantir a máxima eficácia da preparação dos estudantes: evento central, eventos regionais e produção de videoaulas, com disponibilização em canal específico da internet.

O evento central foi realizado no dia 21 de outubro com a participação de 400 pessoas, entre estudantes e professores das instituições educacionais de ensino médio da rede pública de ensino do DF.

A etapa regional do "GerAção Enem" é composta pelas ações de preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio desenvolvidas nas Coordenações Regionais de Ensino (CREs) e nas instituições educacionais, valorizando e fortalecendo o trabalho já existente em cada comunidade escolar. Os eventos tiveram o apoio institucional para a identidade visual (camisetas), alimentação e suporte centralizado (conteúdos digitais), de modo a fortalecer e unificar as ações que acontecem localmente.

A operacionalização dessa etapa ocorreu de forma descentralizada, abrangendo diversas frentes pedagógicas. No eixo de orientação profissional, realizaram-se Feiras das Profissões nas regionais de Brazlândia (Escola Técnica de Brazlândia) e São Sebastião (UDF). O suporte voltado ao conteúdo acadêmico concentrou-se na oferta de Aulões Preparatórios em Ceilândia (Auditório da CRE), Plano Piloto (CEM Paulo Freire) e Taguatinga, além de oficinas específicas de Redação em Sobradinho.

Destaca-se, ainda, a intensiva programação em Santa Maria, com a realização do projeto "Se Liga no ENEM" no CED 416 e no CEPETESM, e em São Sebastião, onde a estratégia de preparação foi robustecida pela aplicação de Simulados (CEM 01 e CED Zumbi dos Palmares) e pela oferta do Cursinho Popular UneAfro no CED São Francisco, consolidando um panorama de suporte integral aos estudantes da rede pública.

Como forma de ampliar as possibilidades de acesso de forma remota pelos estudantes das diferentes regiões administrativas do DF, foram produzidos conteúdos digitais em formato de vídeos, com foco nos temas mais incidentes na prova do Enem, para publicação em plataformas institucionais da SEEDF, organizados por professores da rede pública de ensino. As videoaulas seguem uma estrutura, sugerindo uma breve apresentação, a exposição do conteúdo, um exemplo prático com a resolução de questões do Enem e um fechamento retomando alguns pontos principais da aula e dicas para o estudo e resolução da prova. Foram contemplados os 13 componentes curriculares do Ensino Médio, além da temática de redação e teoria de resposta ao item.



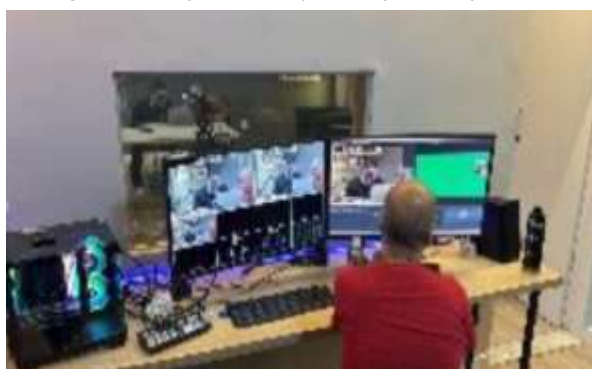
Os vídeos continuam em fase de produção, edição e tradução para libras (acessibilidade), sendo paulatinamente disponibilizados em um canal específico do Projeto "GerAção Enem", que foi criado na plataforma digital EducaDF, permitindo que os estudantes estudem de forma autônoma e revisem os conteúdos sempre que necessário. Para além das ações pedagógicas, o projeto GerAção Enem contou com uma ampla Campanha de Mobilização e Conscientização.

Com o conceito "Sua prova, seu futuro", a campanha teve como objetivo principal combater as duas maiores barreiras enfrentadas pelos estudantes: a desinformação logística e a ansiedade pré-prova. Utilizando uma linguagem jovem e direta, a campanha tem sido veiculada nas redes sociais e canais oficiais da SEEDF, com foco em conteúdos de alto impacto.

Figura 6 - Evento ENEM sua prova, seu futuro



Figura 7 - Produção de vídeos para o Projeto "GerAção Enem"



PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA PNAEM

Em 12 de maio de 2025 foi homologada a Resolução CNE/CEB Nº 4, que institui os Parâmetros Nacionais para a Oferta de Itinerários Formativos de Aprofundamento (PN-IFA). O documento dá continuidade às transformações iniciadas com a Lei Nº 14.945, de 31 de julho de 2024, que instituiu a Política Nacional de Ensino Médio (PNAEM), e com a Resolução CNE/CEB Nº 2, de 13 de novembro de 2024, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM).

No âmbito distrital, as orientações foram complementadas pela Portaria Nº 338/2025 – SEEDF, que regulamenta a oferta e a organização dos Itinerários Formativos na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Em cumprimento à alínea I do artigo 2º dos PN-IFA, foi promovido um conjunto articulado de ações voltadas à reorganização da oferta dos Itinerários Formativos de Aprofundamento (IFA), com foco na atualização do Catálogo de Percursos Educacionais Estruturados (PEE), que passará a ser chamado Catálogo de Itinerário Formativo de Aprofundamento.

Essas ações buscaram garantir a participação democrática da rede, a atualização dos instrumentos normativos e a qualificação das ofertas de itinerários formativos, em conformidade com as orientações dos PN-IFA.

ESTRUTURA DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS DE APROFUNDAMENTO (IFA)

Os Itinerários Formativos de Aprofundamento (IFAs) estão fundamentados no princípio epistemológico da integração curricular, superando abordagens fragmentadas e promovendo o desenvolvimento do pensamento crítico, criativo e analítico dos estudantes. Seu objetivo é aprofundar os conhecimentos nas áreas de interesse juvenil, ampliando as aprendizagens e fortalecendo o protagonismo estudantil.

Em 2025, os IFAs são constituídos por Percursos Educacionais Estruturados (PEE), organizados em macrotemáticas alinhadas aos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) da BNCC, integrando duas ou mais áreas do conhecimento e pela Unidade Curricular Projeto de Vida. Cada percurso é composto por doze Unidades Curriculares (UC). O aprofundamento das aprendizagens será viabilizado por meio de projetos interdisciplinares e integradores, desenvolvidos nas UCs, que estimulam a investigação, a criatividade e a resolução de problemas reais.



IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE INOVAÇÃO PARA EDUCAÇÃO HÍBRIDA - RIEH

Implementar a Rede de Inovação para a Educação Híbrida na rede pública de ensino do Distrito Federal como estratégia no uso de metodologias ativas e inovadoras, que faz uso da tecnologia para potencializar modelos mais flexíveis de ensino e aprendizagem por meio da integração entre os espaços físicos e virtuais, além de fortalecer a implementação e apoio a Política Nacional do Ensino Médio (PNAEM).

PROGRAMA HORIZONTES DIGITAIS

Programa de Transformação, Modernização e Inovação da Subsecretaria de Educação Básica (Subeb) que busca integrar tecnologias digitais e práticas pedagógicas inovadoras para potencializar a qualidade do ensino e da aprendizagem, preparar estudantes e educadores para os desafios dos vários futuros possíveis, além de fomentar a inclusão digital e reduzir desigualdades educacionais.

ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL

O Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) tem como objetivo ampliar a oferta dessa modalidade nas redes públicas de ensino dos Estados e do Distrito Federal, por meio da transferência de recursos financeiros às Secretarias de Educação que participarem do programa e o desenvolverem de acordo com as diretrizes da Portaria Nº 2.116, de 6 de dezembro de 2019.

No Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Educação trabalha para expandir a oferta de Educação em Tempo Integral (EITI) nas instituições educacionais da Rede Pública de Ensino que integram o EMTI.

Essa iniciativa busca fortalecer a integralidade educacional dos estudantes, ampliar a jornada escolar e garantir o suporte financeiro ao sistema educacional. Atualmente, 23 instituições educacionais ofertam o EMTI, totalizando 5.542 matrículas em 2025.

O programa tem contribuído tanto para consubstanciar o número de matrículas nas instituições educacionais que ofertam o EMTI quanto para ampliar a Educação Integral em Tempo Integral/Ensino Médio (EITI/Ensino Médio), além de proporcionar aos estudantes mais oportunidades de aprendizagem em diferentes áreas, como Artes, Ciência, Cultura e Esportes, promovendo a formação integral.

CONCERTOS DIDÁTICOS

Os Concertos Didáticos da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro (OSTNCS) promovem, em mediação didático-fruidora, a difusão da música clássica e contemporânea para estudantes da Rede Pública de Ensino.

A iniciativa busca aproximar o público da música clássica, desconstruindo a ideia de que essa forma de arte figuraria uma expressão cultural elitista e mostrando que, ao contrário, a orquestra pode dialogar com diversos segmentos artísticos.

Em 2025, foram contemplados por evento, aproximadamente, 500 discentes da Educação Integral em Tempo Integral (EITI), totalizando cerca de 4.000 alunos. Os Concertos Didáticos proporcionam tanto apropriação cultural quanto conhecimento sobre a arte sinfônica, alcançando os objetivos propostos e ampliando o acesso à cultura.

CURSO AUTOINSTRUCIONAL

Visando atender as necessidades das instituições educacionais que ofertam a Educação Integral em Tempo Integral (EITI) da Educação Infantil ao Ensino Fundamental e Médio, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-DF) elaboraram o curso Educação em Tempo Integral - Premissas e Práticas Pedagógicas para a Educação Básica.

Trata-se de uma parceria estratégica, além de mutuamente benéfica, a qual fortalece esforços conjuntos para o desenvolvimento em diversas áreas de atuação voltadas ao público-alvo que atua na EITI, como professores, coordenadores, gestores e equipe pedagógica.

O curso autoinstrucional tem como objetivos:



- Compreender as bases teóricas e as premissas da matriz da EITI referente à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio em Tempo Integral;
- Compreender as bases teóricas das metodologias ativas, relacionando-as à ETI;
- Refletir sobre o papel da integração curricular no desenvolvimento de competências e habilidades transversais;
- Desenvolver habilidades práticas na aplicação de metodologias ativas e aprendizagem baseada em projetos, promovendo a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem;
- Explorar estratégias de ensino voltadas para o empreendedorismo, visando estimular a criatividade, a autonomia e a proatividade dos estudantes;
- Integrar conceitos de inovação educacional, adaptando-os para a realidade da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI);
- Elaborar planos de ação para implementação das práticas aprendidas, considerando os recursos disponíveis e as particularidades da instituição educacional;
- Desenvolver estratégias para a avaliação na ETI;
- Fomentar a criação de espaços educacionais que incentivem a resolução de problemas, o trabalho em equipe e, principalmente, o pensamento crítico.

O curso intenta preparar docentes para implementarem práticas pedagógicas inovadoras – apoiadas em integração curricular, metodologias ativas, inovação, aprendizagem baseada em projetos e empreendedorismo – e, especificamente, adaptadas para o contexto da ETI.

O curso visa que os participantes sejam capazes de conceber e coordenar projetos e estratégias educacionais, os quais promovam o engajamento discente, desenvolvam habilidades empreendedoras nos educandos e os preparem ante os desafios do século XXI. Em 2025, o curso contou com a participação de 209 inscritos.

ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO DE CULTURA FRANCO-BRASILEIRA (ACFB) - O ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (SEEDF) E A ASSOCIAÇÃO DE CULTURA FRANCO-BRASILEIRA (ACFB)

O acordo tem como objetivo fundamental conceder vagas, no curso de Francês da Aliança Francesa (AF) de Brasília, destinadas a estudantes e servidores da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, mediante cessão de professores da SEEDF.

O objetivo mínimo é formar estudantes até o nível B1 e, em casos mais específicos, o nível B2. No caso dos servidores, o propósito é formá-los até o nível B2 do Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas: aprender, ensinar, avaliar (QCER). Além do alcance linguístico, a meta é levar um componente intercultural e pragmático importante para o conjunto dos discentes — capacidade para se expressar publicamente em língua francesa, interagir com pessoas vindas de outros contextos socioeconômicos e estimular a confiança para abordar temas de conversação amplos relacionados à cultura francesa ou a outros assuntos.

Em 2025, foram concedidas cinco bolsas de estudo para a prova do DELF (um certificado oficial de estudos em língua francesa oferecido pelo Ministério da Educação Nacional da França) a estudantes da SEEDF, promovendo reconhecimento internacional de proficiência no idioma.

Além disso, 356 estudantes foram contemplados com bolsas integrais de estudo na AF, o que evidencia o compromisso dos parceiros com a ampliação do acesso a oportunidades de formação linguística e certificação oficial.

Ademais, de 18 a 20 de março, para celebrar a Semana da Francofonia de 2025, a Embaixada da França, a Associação de Professores de Francês do Distrito Federal (APFDF), a AF e a SEEDF organizaram a Mostrinha de Cinema.

Nos três dias desse evento, 360 estudantes de Língua Francesa dos Centros Interescolares de Línguas (CILs) assistiram à exibição gratuita de produções francófonas premiadas no Festival Varilux de Cinema.

Em adição, o Centro Educacional (CED) do Lago Norte (Cedlan), no âmbito do Pebi Francês, em parceria com a Universidade de Brasília (Unb), participou da leitura cênica da peça Mãe



d'Água contra a Fada Caraboça, com a presença de 400 educandos de Francês, incluindo estudantes do Cedlan e do Centro Interescolar de Línguas (CIL) do Paranoá.

PRONATEC

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) é uma iniciativa fundamental para promover o acesso à Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, garantindo oportunidades para que jovens e adultos se qualifiquem para o mundo do trabalho e possam melhorar suas condições de vida. O programa prevê o repasse de recursos para pagamento da bolsa formação/remuneração de estudantes, professores e demais funções do Pronatec.

Além disso, houve a continuidade na adesão à Linha de Fomento da Bolsa Formação Ensino Médio articulada com a Educação Profissional e Tecnológica (EMEPT), com vistas à consolidação e à ampliação da oferta de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio em Tempo Integral. Essa ação possibilitou a oferta de 765 vagas em 2025, reforçando o compromisso com a formação profissional e o desenvolvimento de competências alinhadas às demandas contemporâneas do setor produtivo e às necessidades da comunidade escolar. Também foi realizada a pactuação da Bolsa Formação – para funcionários – Redes de Ensino Estadual e Distrital no âmbito da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e do Ministério da Educação (MEC), com as redes de ensino estadual e distrital, para a oferta de 137 vagas de cursos técnicos de nível médio na modalidade a distância, direcionados à formação de profissionais da educação básica que atuam na rede pública do Distrito Federal.

PROGRAMA MULHERES MIL

O Programa Pronatec Mulheres Mil, desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação, tem como finalidade promover qualificação profissional, inclusão social e autonomia para mulheres em situação de vulnerabilidade e risco social. O programa atua a partir dos eixos Acolhimento, Oportunidade e Transformação, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e de gênero. A adesão ao programa realizou a oferta de 344 vagas em 2025, contribuindo para a transformação da realidade de centenas de famílias e promovendo a inclusão social no Distrito Federal. Público-Alvo: Mulheres a partir de 16 anos, em vulnerabilidade e risco social, vítimas de diferentes formas de violência ou residentes em áreas com infraestrutura deficitária.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar o acesso de mulheres vulneráveis à formação profissional;
- Garantir permanência, enfrentando barreiras como falta de tempo, apoio familiar ou recursos financeiros;
- Promover êxito formativo, estimulando a conclusão dos cursos e a inserção no mundo do trabalho;
- Permanência das beneficiárias, especialmente devido à dificuldade de conciliação com responsabilidades familiares;
- Necessidade de suporte social para viabilizar participação contínua;
- Inserção profissional após a formação, os impactos e os benefícios;
- Promoção de autonomia e autoestima das mulheres;
- Ampliação das oportunidades de participação social e acesso ao trabalho;
- Valorização do papel social e econômico da mulher, contribuindo para a equidade de gênero.

O Programa Mulheres Mil consolidou sua atuação em 2025 por meio da oferta de 344 vagas destinadas à qualificação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade e risco social no Distrito Federal. A distribuição dessas oportunidades ocorreu de forma estratégica em diversas regiões administrativas, articulando parcerias com instituições educacionais públicas e entidades do terceiro setor.

No polo de Ceilândia, observou-se uma concentração significativa de cursos, incluindo as qualificações em Modelista (15 vagas) e Costureira (35 vagas) no Instituto do Carinho, além de turmas de camareira (45 vagas) e operadora de computador (35 vagas) na Casa da Mulher



Brasileira – Pró Mulher. A região contou ainda com o curso de cuidador infantil (25 vagas) no Centro Educacional 11. Na região do Gama, o Centro de Convivência Oeste (CECON Oeste) sediou as formações de masseiro (15 vagas) e confeitiro (20 vagas), enquanto em Planaltina, a Escola Técnica (CEP-ETP) viabilizou 50 vagas para o curso de brigadista particular, o maior contingente individual da oferta.

A capilaridade do programa estendeu-se também à Cidade Estrutural, com o curso de manicure e pedicure (20 vagas), via Instituto Doando Vidas; ao Guará, com a formação de barista (20 vagas) no CEP-ETG; e a Sobradinho, com o curso de recepcionista (23 vagas) no CEM 02. Notadamente, o programa cumpriu seu papel de inclusão em contextos de privação de liberdade e vulnerabilidade extrema, ofertando o curso de assistente administrativo (20 vagas) na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF) e a qualificação de cuidador de idosos (20 vagas) no espaço Empreende Mais, no Sol Nascente.

Para fechamento, a SEEDF exibiu no Cine Brasília o Documentário Mulheres Mil em Cena - Educação que Transforma, que destacou o impacto do programa na promoção da dignidade, da autonomia e do protagonismo de mulheres atendidas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), reunindo público da SEEDF, autoridades, participantes do programa, amigos e familiares. Os resultados alcançados, até o momento, demonstram a relevância do programa e a necessidade de sua continuidade e expansão.

PROGRAMA PONTES PARA O MUNDO

O Programa Pontes para o Mundo representa um marco transformador na educação pública do Distrito Federal, unindo inovação, inclusão e excelência acadêmica em uma proposta que transcende fronteiras geográficas e culturais. Com o compromisso de proporcionar experiências educacionais e culturais imersivas, o Programa se alinha aos mais altos padrões de internacionalização, preparando os estudantes para os desafios do século XXI. Ao conectar jovens de diferentes contextos sociais e regionais com instituições de ensino de excelência em países parceiros, o Programa fortalece as competências técnicas e linguísticas dos participantes e contribui para o desenvolvimento de competências globais, como liderança, inovação, colaboração e cidadania ativa.

Os estudantes retornam ao Brasil com conhecimentos acadêmicos ampliados, maturidade e a confiança necessárias para transformar suas comunidades e contribuir para o progresso do Distrito Federal. Inspirado em programas consolidados em estados como Pernambuco e Paraíba, o Pontes para o Mundo contribui para a qualificação da educação pública, amplia oportunidades formativas e fortalece políticas de internacionalização no âmbito do Distrito Federal.

Em 2025, a iniciativa teve início em setembro, contemplando 100 estudantes, em um período de intercâmbio de 13 a 16 semanas, no Reino Unido.

Parcerias envolvidas:

- Embaixadas e Representações diplomáticas;
- Organizações Não Governamentais (ONGs) e Consórcios internacionais;
- Agências Educacionais Externas;
- Instituições de Ensino dos Países Parceiros.

SISTEMA DUAL

A iniciativa proposta visa à implantação de um modelo de Educação Profissional e Tecnológica inspirado nos princípios do sistema dual alemão, que articula formação teórica e experiências práticas em ambientes produtivos vinculados ao setor de atuação do estudante. Essa abordagem permite que os jovens desenvolvam competências profissionais de maneira contextualizada e alinhada às exigências reais do mundo do trabalho.

O objetivo é instituir e executar, no Distrito Federal, um modelo integrado de Educação Profissional e Tecnológica que promova a coordenação entre teoria e prática, em articulação com o Programa Jovem Candango. A proposta busca ampliar a qualificação dos jovens,



fortalecer sua inserção profissional e atender de forma mais assertiva às demandas do mercado de trabalho local.

GINÁSIOS EDUCACIONAIS TECNOLÓGICOS (GETs)

O projeto contempla a implantação dos Ginásios Educacionais Tecnológicos (GETs), estruturados como ambientes pedagógicos de alta complexidade voltados à inovação educacional no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Tem por objetivo estruturar ambientes pedagógicos especializados capazes de potencializar a formação técnica e o desenvolvimento de competências digitais e socioemocionais, por meio da aplicação sistemática de metodologias ativas, tecnologias emergentes e abordagens integradas aos eixos tecnológicos da EPT.

Esses espaços incorporam laboratórios maker, infraestrutura STEAM, recursos digitais avançados e mobiliário modular, possibilitando a execução de atividades orientadas à experimentação, à prototipagem, à resolução de problemas e ao desenvolvimento de produtos educacionais.

Os GETs, inspirados nos referenciais do CIEM e em modelos implementados no Rio de Janeiro, consolidam-se como unidades estratégicas de apoio à formação técnica, ao desenvolvimento de projetos interdisciplinares e à integração entre tecnologia, ciência e práticas colaborativas. O projeto está em fase de planejamento e estruturação, contemplando a definição de justificativa, objetivos, metodologia e levantamento detalhado dos itens de mobiliário e equipamentos a serem adquiridos.

PRODUÇÃO DE MATERIAL PARA A BUSCA ATIVA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Realização de busca ativa e de divulgação permanente das matrículas a qualquer tempo na Educação de Jovens e Adultos. Ampliar o acesso e as matrículas na EJA, de modo a tornar o Distrito Federal um território livre do analfabetismo e ampliar o percentual de adultos com Ensino Médio Completo, favorecendo a sua inserção no mundo do trabalho e, ainda, o arranjo produtivo local. Temos a demanda de 500.000 pessoas, aproximadamente, conforme dados da Pesquisa Distrital por Amostra Domiciliar Ampliada.

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO - PEDAGÓGICO COMPLEMENTAR

Fornecimento de material didático-pedagógico, para complementar o atendimento aos estudantes matriculados no 3º Segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA), da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF. A aquisição desse material didático complementar é destinada apenas aos estudantes matriculados no 3º segmento da EJA, uma vez que haverá disponibilização, no Quadriênio 2026-2029, de livros didáticos para o 1º e 2º segmentos da EJA, pelo Programa Nacional do Livro e do Livro Didático na EJA - PNLD EJA, o qual se refere a uma política pública executada pelo Ministério da Educação (MEC).

PROGRAMA DF ALFABETIZADO - SALDO REMANESCENTE

Alfabetizar jovens, a partir dos 15 anos, adultos e idosos do Distrital que se encontram em situação de analfabetismo.

Relevância/Alcance: tornar o Distrito Federal território livre do analfabetismo. Atender 1,5% da população a partir dos 15 anos, o que representa 42.000 pessoas. Em 2025, foram abertas 64 turmas, atendendo 1.600 pessoas.

ADESÃO AO PACTO NACIONAL PELA SUPERAÇÃO DO ANALFABETISMO E QUALIFICAÇÃO DA EJA

Implementar os programas, os projetos e as ações previstos no Pacto Nacional. A saber:

- Programa Brasil Alfabetizado (PBA), regido pela mesma Lei Nº 10.880/2004 e instituído no Distrito Federal como DF Alfabetizado pela Lei Distrital Nº 5.134, de 12 de julho de 2013. Atendimento a 64 turmas, perfazendo um total de 1.600 pessoas.



- Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), de que trata o Decreto Nº 9.099, de 18 de julho de 2017. A distribuição do acervo bibliográfico foi concluída em dezembro de 2025, contemplando 106 unidades escolares. A implementação pedagógica dos materiais ocorrerá no primeiro semestre de 2026, beneficiando diretamente 11.000 estudantes do 1º e 2º segmentos da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

- Programa Pé-de-Meia, cujo incentivo financeiro-educacional é operacionalizado de acordo com o disposto na Lei Nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024.

- Programa de Formação de Professores da EJA. A formação atendeu, em 2025, 2.838 profissionais que atuam na EJA.

Relevância/Alcance: tornar o Distrito Federal território livre do analfabetismo. Atender 1,5% da população a partir dos 15 anos, o que representa 42.000 pessoas e possibilitar que os cidadãos, a partir dos 25 anos, que ainda não concluíram o Ensino Médio, concluam a Educação Básica. (Em torno de 500.000 pessoas, conforme dados da Pesquisa Distrital por Amostra Domiciliar Ampliada – 2024).

PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E EM SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (PROFSEJA)

Objetiva ofertar formação continuada e em serviço a todos os profissionais que atuam na modalidade da Educação de Jovens e Adultos e na educação popular com o Programa DF Alfabetizado. Até o momento, o ProfsEJA alcançou 2.838 cursistas, o que representa, em torno de 85% dos profissionais da EJA. O ProfsEJA é composto por 17 formadores regionais, um em cada Coordenação Regional de Ensino (CRE) e uma formadora responsável pela formação da EJA interventiva, dos educadores populares e da EJA diurno.

PROJETO DE FORMAÇÃO CONTINUADA E EM SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (ProfsEJA)

O atendimento educacional, em nível de educação básica, nas unidades prisionais do Distrito Federal, acontece pela oferta da Educação de Jovens e Adultos, por meio do Centro Educacional 01 de Brasília. Com o objetivo de escolarizar a população carcerária das oito unidades prisionais do Distrito Federal (em torno de 17 mil custodiados), a EJA é ofertada em todas as 8 unidades prisionais do DF, por meio do Centro Educacional 01 de Brasília, que tem 148 turmas, atende semestralmente 2400 estudantes e ampliou, em 2024, a sua oferta educacional em 40%.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL NO SISTEMA PRISIONAL

A oferta educacional no Sistema Prisional do DF se iniciou com a formação no 1º semestre com 150 turmas e 1.334 matrículas e, no segundo semestre o atendimento foi de 1.900 estudantes totalizando 4.000 matrículas em um universo de 15.439 internos. Destaca-se que a SEEDF construiu todas as propostas pedagógicas para os cursos de formação continuada dos profissionais da educação que atuam com a Educação de Jovens e Adultos, incluindo a Educação no Sistema Prisional.

O Centro Educacional 01 de Brasília (CED 01 de Brasília) é a unidade escolar da Rede Pública de Ensino do DF responsável pelo atendimento educacional nas unidades prisionais, sendo reorganizado de modo a abranger as 4 horas de aula diárias em cela de aula por turno (horas diretas), exceto no dia em que os estudantes recebem visita dos familiares e amigos.

POLÍTICA DE REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA NOS ESTABELECIMENTOS PENAIIS DO DISTRITO FEDERAL

A política de remição de pena pela leitura tem o objetivo de reduzir quatro dias de pena das pessoas privadas de liberdade, mediante a leitura de uma obra literária, científica ou filosófica. É um atendimento educacional que começou como projeto em 2018 e em 2022 foi estabelecido como política de estado, por meio da Portaria Conjunta Nº 11/2022.

A política possibilita a reintegração social, amplia as atividades educacionais nos ambientes privados de liberdade e confere remição de pena pelo estudo. De 2021 para 2025 houve ampliação de 671% desse atendimento educacional. Foram realizados 11 ciclos de leitura por ano. Até o momento, 9 ciclos foram concluídos e o atendimento está em 31.701.



OFERTA EDUCACIONAL NA PENITENCIÁRIA FEDERAL EM BRASÍLIA (PFBRA)

Por meio da parceria firmada entre o Distrito Federal, por intermédio da SEEDF, e a União, representada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por intermédio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) – atualmente denominado Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) – cujo objeto é a oferta de Educação Básica, nos níveis fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade custodiadas na Penitenciária Federal em Brasília (PFBRA), na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos presencial, na forma de EJA Combinada para o 1º segmento, e na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos a Distância (EJA/EaD) para o 2º e 3º segmentos. Relevância/Alcance: ofertar escolarização aos custodiados da Penitenciária Federal em Brasília em cumprimento à Lei de Execução Penal. Em 2025, foram atendidos 9 estudantes no 1º semestre e 6 estudantes no 2º semestre e registra-se que o atendimento educacional é individual devido ao perfil dos custodiados em privação de liberdade na referida unidade prisional. Foram realizadas 411 validações das verificações de leitura relativas às atividades da Remição de Pena pela Leitura até o momento.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial, fundamentada na LDBN (Lei Nº 9.394/96) e alinhada ao conceito de educação inclusiva, assegura atendimento especializado para estudantes com deficiências, Transtorno do Espectro Autista (TEA), altas habilidades/superdotação e outras demandas específicas.

Figura 8 - Educação Especial



Em 2025, a Secretaria de Educação Inclusiva realizou um conjunto de ações voltadas ao fortalecimento dos serviços, à melhoria dos processos e à ampliação do apoio às unidades escolares, sempre em consonância com as diretrizes da SEEDF.

PROJETOS VIVÊNCIAS

Atualmente, a Secretaria de Estado de Educação conta com parcerias com Organizações da Sociedade Civil, que ofertam Atendimento Educacional Especializado voltado especificamente para adultos com deficiência. Dentre elas, destaca-se a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE/DF), a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Deficientes de Taguatinga e Ceilândia (APAED) e a Associação Pestalozzi de Brasília.

Essas instituições fazem parte do projeto vivências, cujo objetivo central desta iniciativa é fomentar a participação ativa do estudante adulto no contexto comunitário e familiar, por meio de propostas de atendimento e de uma estrutura organizacional que promovam a inclusão e o desenvolvimento integral desses indivíduos, por meio de aprendizagens significativas, respeitando as individualidades de cada estudante. Essa abordagem não apenas beneficia os estudantes, mas também fortalece os laços familiares e amplia a interação social na comunidade.

No Plano de Vivências, os estudantes deverão realizar vivências junto às instituições parceiras, observados os critérios de localização geográfica, capacidade de atendimento da entidade parceira e avaliação biopsicossocial do estudante. As vivências serão implementadas gradualmente, em regime de meio período, condicionadas à anuência expressa da família.



Figuras 9 a 12 - Realização do Projeto Vivências



PROMOÇÃO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

A SEEDF estabeleceu acordos com a APAE-DF, o Instituto Dom Orione, a Pestalozzi, o IFB-Planaltina, a UCB e o Centro Equestre Cavaleiros de São Jorge, unindo forças para oferecer um conjunto mais amplo de serviços à comunidade escolar. As ações realizadas em parceria promovem o atendimento qualificado, as atividades diversificadas e o suporte contínuo para o desenvolvimento dos estudantes.

Figuras de 13 a 15 - Promoção de Atividades Pedagógicas



ORIENTAÇÕES E DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

O Caderno de Orientações Pedagógicas 2025 e o Caderno de Orientações para Concessão de Aptidão e Estudos de Caso foram produzidos em 2025 e analisados 57 processos para abertura de Classes Especiais (CE) em escolas regulares, além de 65 processos encaminhados por Ouvidorias, Proeduc e Defensoria Pública, com demandas sobre enturmação, reanálise de casos e permanência de estudantes. Nos Centros de Ensino Especial (CEEs), foram avaliados 10 processos para abertura de turmas, sempre priorizando as necessidades educacionais específicas e as normativas vigentes.

Figuras 16 e 17 - Caderno de Orientações Pedagógicas 2025 e o Caderno de Orientações para Concessão de Aptidão e Estudos de Caso



1º FÓRUM DE EDUCADORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Com o intuito de fortalecer as ações de formação e capacitação dos professores da SEEDF que atuam em instituições parceiras no atendimento a estudantes com deficiência, foi organizado o 1º Fórum de Educadores da Educação Especial. Esta iniciativa, de extrema importância, contribuiu para a consolidação dos conhecimentos a respeito das práticas desenvolvidas pelas instituições parceiras, fortalecendo os vínculos pedagógicos e ampliando a articulação entre os envolvidos.



1º ENCONTRO PEDAGÓGICO DAS EQUOTERAPIAS

Este foi mais um importante evento com iniciativa desta Secretaria, em parceria com o Instituto Federal de Brasília (IFB) – Campus Brasília e a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). A proposta deste encontro ampliou as iniciativas de qualificação e desenvolvimento profissional dos docentes da SEEDF que atuam nas instituições parceiras no atendimento a estudantes com deficiência por meio da equoterapia. Nesta ocasião, contou-se com aproximadamente 50 professores participando ativamente da construção coletiva de saberes, da troca de experiências e do fortalecimento das práticas pedagógicas voltadas à inclusão e ao atendimento educacional especializado.

ABERTURA DE TURMAS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PRECOCE

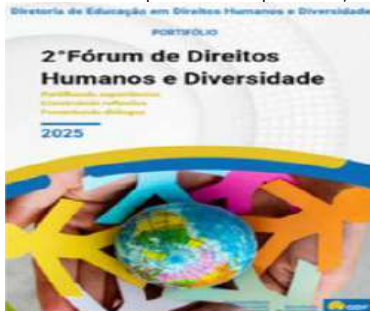
O Programa de Educação Precoce (PEP) registrou 3.960 matrículas em 2025 – um crescimento de 7,8% em relação a 2024. Foram abertas 12 novas turmas nas regionais de Ceilândia, Planaltina, Brazlândia e Paranoá, e está prevista a inauguração do CEI 10 de Taguatinga, com 6 turmas autorizadas. Nos CEEs, foi solicitado um levantamento das grades horárias dos estudantes para integrar o Observatório da Educação Inclusiva, visando melhorias na gestão.

Destaca-se que a implantação de novas turmas para o ano letivo de 2025 possui impacto direto e significativo na ampliação do atendimento especializado ofertado pela Educação Precoce. A medida permitirá a inclusão de aproximadamente 250 crianças que atualmente compõem a lista de inscritos à espera de vaga, além de assegurar o prosseguimento do fluxo de atendimento às crianças que concluem seu percurso na modalidade, garantindo a oferta contínua e adequada às demandas identificadas.

2º FÓRUM DE DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE: PARTILHANDO EXPERIÊNCIAS, CONSTRUINDO REFLEXÕES E FOMENTANDO DIÁLOGOS

Na realização do “2º Fórum de Direitos Humanos e Diversidade: partilhando experiências, construindo reflexões e fomentando diálogos”, houve compartilhamento de experiências exitosas de projetos e práticas pedagógicas em Direitos Humanos.

Figuras 18 - 2º Fórum de Direitos Humanos e Diversidade: partilhando experiências, construindo reflexões e fomentando diálogos



V JORNADA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

O evento foi realizado de 26 a 28 de fevereiro de 2025, em um formato híbrido (presencial e virtual), que reuniu profissionais de diversas regiões.

Essa quinta edição da Jornada consolidou-se como um importante espaço de formação continuada, fortalecendo o compromisso da SEEDF com a qualificação e a atualização dos Orientadores Educacionais.

Durante os três dias de atividades, foram promovidas palestras, oficinas e mesas-redondas que abordaram os principais desafios sociais que impactam o ambiente escolar e o trabalho dos profissionais da área.

Os participantes tiveram a oportunidade de refletir sobre temas atuais, como as questões relacionadas à saúde mental dos estudantes, à diversidade e à inclusão e às novas demandas impostas pela dinâmica social contemporânea. A programação ampliou o repertório técnico/pedagógico dos Orientadores Educacionais, com o intuito de subsidiar e aprimorar a práxis educativa no cotidiano escolar, favorecendo intervenções mais eficazes e humanizadas.



Com um alcance de 1.600 visualizações no canal da internet, além de palestras com as temáticas “Educação e Trabalho”, “Do eu ao Nós - Educação Socioemocional” e “Educação Emancipadora”, foram apresentadas orientações para o planejamento do trabalho ao longo do ano letivo, oferecendo ferramentas práticas para o desenvolvimento das ações de Orientação Educacional nas unidades escolares.

1º TEAR PEDAGÓGICO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Realizado no dia 21 de março de 2025, o 1º Tear Pedagógico da Orientação Educacional, com o tema Organização do Trabalho Pedagógico 2025, teve como principal propósito entrelaçar saberes e experiências que fortaleçam a organização do trabalho pedagógico, articulando as frentes de ação previstas no Calendário Escolar com as diretrizes e as temáticas do Currículo em Movimento da Educação Básica.

O Tear Pedagógico se consolida como um momento formativo fundamental para os profissionais da educação, apresentando orientações sobre a organização do trabalho pedagógico da Orientação Educacional nas unidades escolares, de forma a estruturar e planejar ações educativas para 2025, que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes, alinhadas às diretrizes curriculares e às demandas da comunidade escolar. Transmitido pelo canal da internet, obteve um alcance de 2.074 visualizações, reafirmando a importância desse espaço de construção coletiva, reflexão crítica e potencialização das práticas pedagógicas.

XV FÓRUM DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Criado como parte das comemorações do Dia do (a) Orientador (a) Educacional, conforme estabelecido pela Lei Federal Nº 5.564/1968, o Fórum de Orientação Educacional tem desempenhado um papel essencial na valorização profissional, estimulando a formação continuada e promovendo debates aprofundados sobre políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Ao longo desses 15 anos, o evento construiu uma trajetória marcada por compromisso, inovação e transformação na área da Orientação Educacional. Em 2025, em sua 15ª edição, o Fórum reafirmou o papel estratégico desses profissionais na construção de uma escola mais acolhedora, inclusiva e equitativa, que valoriza não apenas a aprendizagem acadêmica, mas também a promoção da cidadania e o cuidado com o bem-estar emocional de crianças e adolescentes.

O XV Fórum de Orientação Educacional – muitas histórias, milhares de futuros, pertencimento, comunidade e cocriação, visa promover reflexões qualificadas, estimulando a troca de experiências entre os Pedagogos-Orientadores Educacionais da Rede Pública do Distrito Federal, fortalecendo as práticas profissionais alinhadas aos desafios contemporâneos da escola pública, reafirmando o compromisso institucional com uma educação humanizada, inclusiva e equitativa. O Fórum alcançou cerca de 1.168 Pedagogos-Orientadores Educacionais que atuam nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, exercendo papel estratégico no acompanhamento das trajetórias escolares, na mediação das relações entre estudantes, famílias e comunidade e na promoção do bem-estar emocional.

As três palavras escolhidas para compor o título em 2025 são representativas da identidade da Orientação Educacional ao longo desse caminho. Assim, pensar em pertencimento é reconhecer quem são esses profissionais e qual o seu lócus. Já o sentido de comunidade é fundamental no eixo de atuação em rede, indicado na Orientação Pedagógica da Orientação Educacional (DF, 2019), como a participação coletiva visando a superação dos desafios que impactam o cotidiano escolar. Por fim, cocriação traz a relevância do fazer cooperativo e democrático, na busca de um ambiente escolar cada vez mais humano, inovador e colaborativo, por meio de soluções criativas e de aprendizagens significativas.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – CLASSE HOSPITALAR

O Comitê Gestor do Atendimento Educacional Hospitalar - Classes Hospitalares realizou as visitas técnicas às unidades hospitalares, no período de 16 a 18 de setembro de 2025, para



o acompanhamento pedagógico e administrativo da parceria firmada entre as Secretarias de Estado de Educação (SEEDF) e de Saúde do Distrito Federal (SESDF). Além das visitas técnicas programadas, em atendimento ao solicitado pelo IGESDF, foi realizada visita técnica ao Hospital Regional de Santa Maria, visando continuidade das tratativas quanto à possibilidade de ofertar atendimento educacional na unidade hospitalar.

No âmbito da rede pública de ensino do Distrito Federal, a SEEDF coordenou a oferta de suporte pedagógico em ambiente hospitalar, alcançando diferentes níveis de produtividade conforme a infraestrutura e a disponibilidade de cada unidade. O balanço do primeiro semestre de 2025 revela que o Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB) liderou o volume de assistência com 349 atendimentos realizados em seus 64 leitos, seguido pelo Hospital Regional Leste (HRL – Paranoá), que registrou 255 atendimentos. No Hospital da Criança de Brasília (HCB), apesar da ampla capacidade de 200 leitos, foram contabilizados 151 atendimentos, enquanto o Hospital Regional de Sobradinho (HRS) efetuou 126 atendimentos em 28 leitos.

A análise institucional também aponta unidades onde o serviço foi temporariamente interrompido, devido a questões administrativas e estruturais. No Hospital Regional de Ceilândia (HRC), não houve registro de atendimentos em virtude do afastamento legal de docente para tratamento de saúde. De forma similar, o Hospital Regional de Taguatinga (HRT) manteve as atividades suspensas devido à aposentadoria da professora regente e à cessão do espaço físico para o setor de cardiologia, decorrente de reformas na infraestrutura hospitalar.

PARCERIAS - PROJETOS

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) tem demonstrado um compromisso notável com o aprimoramento do cenário educacional local, acompanhando de forma sistemática uma vasta gama de parcerias. Essas colaborações estratégicas, que abrangem desde a realização de estágios até iniciativas em diversas outras áreas educacionais, são fundamentais para enriquecer a formação dos estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal e promover uma integração mais profunda entre a teoria e a prática. Ao integrar diferentes setores da sociedade, a SEEDF não apenas amplia as oportunidades para os estudantes do Distrito Federal, mas também constrói um futuro mais promissor para toda a comunidade, preparando os jovens para serem cidadãos ativos e profissionais competentes.

PROJETO HANDS FREE SCHOOL

A SEEDF mantém o Projeto Hands Free School, uma iniciativa estratégica que visa garantir a continuidade do processo educativo para estudantes em condições de adoecimento crônico ou acometidos por patologias, com ou sem deficiência. O programa é direcionado àqueles que, mediante laudo médico, encontram-se impossibilitados de comparecer fisicamente às unidades escolares, viabilizando sua inclusão nas atividades de ensino e aprendizagem por meio do atendimento remoto em tempo real.

No decorrer do ano letivo de 2025, a SEEDF consolidou avanços significativos na infraestrutura do projeto, concluindo a instalação de pacotes tecnológicos em oito unidades. Essas instalações compreenderam um conjunto robusto de equipamentos, incluindo pacotes de internet, púlpitos, alto-falantes, monitores, mesas digitalizadoras, projetores, quadros-brancos, além de microfones de lapela e webcams para a transmissão das aulas.

Adicionalmente ao suporte nas salas de aula, a SEEDF promoveu a democratização do acesso digital para os estudantes atendidos, realizando a entrega de tablets e planos de internet individuais. Para assegurar a plena utilização desses recursos, foram realizados treinamentos específicos, capacitando os alunos para o manuseio das ferramentas e fortalecendo o vínculo pedagógico entre a escola e o ambiente domiciliar ou hospitalar.



PROGRAMA DEFENSORIA PÚBLICA NAS ESCOLAS: EDUCAÇÃO INFANTIL

O programa prevê a garantia de direitos de crianças e bebês e é uma parceria entre a Defensoria Pública e a Secretaria de Estado de Educação. Foi um total de 423 instituições atendidas.

CREs atendidas em 2024: 1ª edição - Plano Piloto; 2ª edição - Sobradinho, 3ª edição - Núcleo Bandeirante; 4ª edição - São Sebastião.

CREs atendidas em 2025: 5ª edição - Samambaia; 6ª edição - Recanto das Emas; 7ª edição - Ceilândia, 8ª edição - Taguatinga; 9ª edição - Brazlândia; 10ª edição - Paranoá, e 11ª edição - Santa Maria.

Figura 19 - Defensoria nas Escolas



PROGRAMA EMBAIXADA DE PORTAS ABERTAS (PEPA)

Parceria intersetorial entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília (TCB), a Secretaria de Relações Internacionais (Serinter), as representações diplomáticas e os organismos internacionais sediados em Brasília com o intuito de construir e estreitar relações entre as representações diplomáticas e os organismos internacionais e as unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal, além de oportunizar aos estudantes à interação com o conhecimento nos componentes curriculares de História e Geografia, conhecendo a cultura e os idiomas de diversos países.

A consolidação da educação bilíngue e intercultural na rede pública de ensino é viabilizada pela SEEDF através de parcerias estratégicas com representações diplomáticas, conectando unidades escolares a diferentes contextos globais. Atualmente, essa articulação contempla o CED 02 do Cruzeiro em colaboração com a Embaixada da França; o CEM 01 do Paranoá com a Embaixada da Espanha; o CEF 05 de Taguatinga com a Embaixada da China; o CEM 03 de Taguatinga com a Embaixada da Alemanha e o CEM 12 de Ceilândia, que também mantém vínculo com a Embaixada da França.

No que tange à governança do programa em 2025, a SEEDF intensificou as agendas de alinhamento institucional, realizando três reuniões de ajuste com a Secretaria Extraordinária de Relações Internacionais e oito reuniões de coordenação junto às Regionais de Ensino e Instituições Educacionais. No âmbito diplomático, foram conduzidos dois encontros de alinhamento direto com as embaixadas parceiras, somados ao acompanhamento técnico de dez atividades externas.

Quanto à operacionalização logística, é importante destacar que, em 2025, a TCB não integrou a execução da parceria. Diante desse cenário, a SEEDF assegurou a continuidade dos deslocamentos necessários para as atividades do programa por meio da descentralização de recursos do PDAF (Programa de Descentralização Administrativa e Financeira). Essa gestão financeira, coordenada pelas Regionais de Ensino, garantiu a mobilidade dos estudantes e a efetividade das vivências interculturais propostas.

PROJETO EDUCAÇÃO NOS TRILHOS

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e a Companhia do Metropolitano do Distrito Federal (METRÔ/DF) estabeleceram uma parceria para desenvolver o Projeto Educação nos Trilhos. O objetivo é formar passageiros mais conscientes por meio de uma abordagem lúdica e educativa, que aborda a história do Metrô-DF, sua importância para o acesso amplo e democrático à cidade, esclarece dúvidas sobre o funcionamento do sistema metroviário e destaca os benefícios desse modal de transporte sobre trilhos.



O Projeto consiste em um conjunto de visitas guiadas, realizadas geralmente às sextas-feiras, nos turnos matutino e vespertino, em estações do metrô próximas às instituições educacionais públicas participantes. Os passeios são educativos e envolventes, contando com a participação de instrutores metroviários que orientam os estudantes sobre normas de segurança, ensinam a utilizar o metrô de forma consciente e incentivam a valorização desse importante meio de transporte. Neste ano, foram realizadas 11 visitas guiadas conduzidas em ambos os semestres letivos, perfazendo um total de 267 estudantes envolvidos.

PROJETO TCENDO O FUTURO

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) firmaram uma parceria para o desenvolvimento do Projeto TCendo o Futuro, cujo objetivo é aproximar o TCDF da comunidade estudantil, promover transparência sobre as funções dos Tribunais de Contas e destacar a importância do controle externo na vida dos cidadãos. Além disso, busca oportunizar a compreensão sobre participação e controle social. O Termo de Cooperação Técnica trata-se, sobretudo, de um compromisso com a disseminação de conhecimento sobre um tema socialmente relevante, cuja aprendizagem contribui para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos, deveres e possibilidades.

O Projeto TCendo o Futuro promove visitas guiadas de estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental de instituições educacionais de ensino públicas do Distrito Federal ao TCDF, proporcionando uma experiência educativa e cidadã. O Projeto TCendo o Futuro consiste em um conjunto de visitas guiadas às instalações do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), realizadas preferencialmente com um ou dois grupos por semana, conforme agendamento prévio com a SEEDF e de acordo com o calendário de ações da Secretaria. Durante as visitas, os estudantes participam de oficinas lúdicas e informativas, que contribuem para a compreensão do funcionamento da democracia e da importância da atuação cidadã.

Em 2025, o projeto previu ações, distribuídas entre o primeiro e o segundo semestre, com a meta de atender 300 estudantes ao longo do ano e durante a vigência do ajuste. Coube ao TCDF conduzir as visitas, promover as palestras previstas, fornecer lanche, brindes e transporte de ida e volta, além de compilar os dados das visitas (lista de presença, registros fotográficos, atividades realizadas e materiais produzidos) e encaminhá-los ao setor competente da SEEDF. À SEEDF competiu organizar as turmas contempladas, acompanhar os estudantes durante as visitas e providenciar os termos de autorização dos pais para transporte e uso de imagem pelo TCDF para fins de divulgação.

A SEEDF coordenou a execução das visitas guiadas ao longo dos dois semestres letivos de 2025, registrando o engajamento de diferentes unidades escolares da rede. A distribuição dos participantes ocorreu da seguinte forma: no primeiro semestre, as atividades contaram com a presença de 28 estudantes do EC 04 do Cruzeiro e 27 estudantes do EC 06 do Cruzeiro. Dando continuidade às ações no segundo semestre, registrou-se a participação de 30 estudantes do CED 02 do Cruzeiro, 31 estudantes do CEM 01 do Paranoá e 10 estudantes do CEM 12 de Ceilândia.

PROGRAMA APRENDER VALOR

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e o Banco Central do Brasil (BCB) mantêm uma parceria para a implementação do Programa Aprender Valor. O objetivo do programa é integrar a Educação Financeira, de forma alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nas instituições educacionais públicas do Ensino Fundamental, articulando-a com as disciplinas obrigatórias. A aplicação do Aprender Valor em sala de aula se dá por meio de projetos escolares.

Tais projetos oferecem sequências didáticas que integram a Educação Financeira a diversos componentes curriculares, como Matemática, Língua Portuguesa e Ciências Humanas. As atividades propostas promovem, de maneira transversal e integrada, o desenvolvimento de habilidades essenciais como planejamento do uso dos recursos, poupança ativa e crédito responsável, sempre em consonância com os conteúdos e habilidades previstos na BNCC.



O Distrito Federal conta com a adesão de 243 instituições educacionais e um total de 3.185 profissionais cadastrados, abrangendo as 14 Coordenações Regionais de Ensino. O Programa Aprender Valor é, desde o ano passado, um dos apoiadores da Olimpíada do Tesouro Direto de Educação Financeira (Olitef), organizada pelo Tesouro Nacional e pela B3.

O apoio à Olitef reflete um alinhamento estratégico, visto que a Olimpíada busca promover a educação financeira entre os estudantes brasileiros – objetivo central também do Aprender Valor, que visa auxiliar educadores e escolas a incorporar esse tema em suas atividades pedagógicas em todo o país.

PROGRAMA ELEITOR DO FUTURO

O programa Eleitor do Futuro visa despertar a consciência cívica e proporcionar a inclusão social, política e econômica de crianças e jovens estudantes, e o módulo Inclusão Social desde a Infância se destina aos estudantes de 4 a 10 anos matriculados na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Já o Módulo Eleitor do Futuro, destina-se aos estudantes de 11 a 14 anos matriculados nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

O programa, efetivado por intermédio do Termo de Cooperação celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF), visa despertar a consciência cívica e proporcionar a inclusão social, política e econômica de crianças e jovens estudantes. Em 2025, 71 unidades escolares da rede pública de ensino do DF participaram do programa, alcançando aproximadamente 25.534 estudantes.

PROGRAMA NA REAL

Busca dialogar com adolescentes brasileiros acerca dos agravos associados ao consumo precoce e indevido de bebidas alcoólicas e escolhas que terão impacto durante toda a vida, despertando reflexões de forma lúdica e responsável. Sua proposta metodológica inclui a arte, o debate e a participação protagonista dos jovens. O Programa foi viabilizado por meio do Acordo de Cooperação entre a SEEDF e o Instituto Aliança com o Adolescente, com duração até dezembro de 2025. Das 62 escolas inscritas, 34 receberam o Programa. As Instituições Educacionais de Ensino Fundamental receberam uma Oficina Interativa, enquanto as de Ensino Médio participaram de sessões de teatro (peça debate).

PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE “POLÍTICOS DO FUTURO

Realizado em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE/DF), o Programa tem por objetivo a formação de jovens cidadãos, via inserção nos conteúdos programáticos dos diversos níveis escolares e consideradas as características de cada um deles, de temas específicos relacionados aos processos democráticos, ao exercício pleno da cidadania, às características da organização político-administrativa do Estado brasileiro, aos diversos níveis e esferas do governo e suas competências, às características do sistema eleitoral e, ainda, ao esclarecimento quanto aos instrumentos de controle social e de fiscalização existentes e de como podem ser exercidos.

ITINERÁRIO FORMATIVO

Parceria com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), que tem por objeto regular a relação entre o MPDFT e a SEEDF, visando a construção conjunta e o desenvolvimento de unidades curriculares eletivas orientadas e de trilha de aprendizagem, a fim de subsidiar a oferta de itinerários formativos no Novo Ensino Médio, considerando o disposto na Portaria Nº 1.432/2018 do Ministério da Educação (MEC). O público-alvo da presente cooperação técnica são os professores e estudantes do ensino médio da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

EDUCAÇÃO POSITIVA/NÃO CONSUMO DE ÁLCOOL NAS ESCOLAS

A implementação de parceria para execução das atividades do Programa Na Real em instituições educacionais públicas do Distrito Federal, para estudantes matriculados no 8º e 9º anos do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, que tem por objetivo principal fomentar o estímulo da autogestão e do protagonismo estudantil, no reconhecimento dos próprios



desafios e de suas potencialidades pertinente ao direcionamento de seu projeto de vida e capacidade de resolução de problemas vinculados à adicção por alcoolemia no ambiente escolar.

PROGRAMA EDUCACIONAL DF: SEU POVO, SUA HISTÓRIA

Em vigência há 30 anos no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, o Programa configura-se como iniciativa singular no cenário educacional brasileiro. Seu eixo central consiste na oferta de aulas sobre a Geografia e a História do Distrito Federal para estudantes das redes pública e privada, bem como para profissionais da Educação. A proposta busca instigar estudantes e docentes a refletirem sobre os processos históricos, os diferentes sujeitos envolvidos e as dinâmicas espaciais que conformaram a transferência da capital, promovendo uma compreensão ampliada da formação e das especificidades do território brasiliense.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O Acordo tem por objeto a cooperação técnica entre os partícipes nos diversos segmentos da educação básica com vistas à conjugação de esforços na construção de políticas e programas que promovam a melhoria da educação nacional, em cumprimento às diretrizes previstas no Plano Nacional de Educação (PNE), bem como o intercâmbio de experiência em nível nacional e internacional na educação básica, envolvendo a disponibilização de Professores e/ou Pedagogos - Orientadores Educacionais.

ITINERÁRIO FORMATIVO NEM

O instrumento tem por objeto a cooperação entre o POLITIZE - Instituto de Educação Política e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal no apoio técnico para a elaboração e implantação de um itinerário formativo no Novo Ensino Médio, com foco em liderança e cidadania, formação de professores e formação de representantes de turma, a ser executado: a) de forma remota ou nas dependências da SEEDF e do Politize, durante a produção dos conteúdos; b) de forma remota ou nas dependências da SEEDF, durante a formação e c) nas unidades escolares de ensino médio da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, durante o desenvolvimento da ministração dos conteúdos aos estudantes.

PROGRAMA DETRAN NAS ESCOLAS

Realizado em parceria com o Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran/DF), visa a implantação e implementação da Educação para o Trânsito, de maneira constante, no Projeto Político Pedagógico das instituições educacionais públicas, por meio da formação continuada de profissionais do magistério público da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Além disso, produção e entrega de material didático de apoio, na temática "Mobilidade e Trânsito" para estudantes de todas as etapas da Educação Básica e das modalidades da Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional.

ALISTAMENTO ELEITORAL

O presente instrumento tem por objeto o estabelecimento de mútua cooperação entre a SEEDF, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF) e a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (Sejus), com vistas ao desenvolvimento de ações destinadas à implantação e à operacionalização de programa destinado ao alistamento eleitoral dos jovens eleitores, a partir dos 15 até os 18 anos incompletos, nas instituições educacionais públicas que ofertam Ensino Médio do Distrito Federal e Instituições Educacionais Especializadas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), mediante a utilização de unidades volantes do Na Hora, com a finalidade de fomentar a consciência cívica e democrática e a importância do direito ao voto.

FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA DE RECURSOS HUMANOS

Parceria estabelecida com o Senado, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), com o objetivo de promover a formação e especialização técnica dos recursos humanos da SEEDF,



independentemente da área de atuação; o intercâmbio técnico, científico e cultural entre as instituições; o desenvolvimento de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum.

PROJETO VOZ ATIVA

Este Acordo de Cooperação com o Instituto Multiplicidades tem por objeto a execução do Projeto Voz Ativa, por meio da implementação de pesquisa longitudinal para a escuta qualificada de estudantes do Ensino Fundamental e Médio da rede pública de ensino do Distrito Federal, utilizando sistema de coleta ativa de percepções estudantis com recursos de gamificação, inteligência artificial e ciência de dados. A abordagem adotada será centrada na escuta ética, segura e engajadora, com o objetivo de subsidiar gestores e equipes pedagógicas na tomada de decisões e na formulação de políticas educacionais baseadas em evidências.

ITINERÁRIO DE FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL (IFTP)

Tem por objeto ofertar o Itinerário de Formação Técnica e Profissional (IFTP), por meio do Programa de Aprendizagem Profissional, desenvolvido pelo Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), em cooperação com a Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal (SEEDF), aos estudantes do Novo Ensino Médio, nas instituições educacionais participantes.

PARCERIAS VOLTADAS À REALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS

As cooperações técnicas firmadas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e instituições parceiras têm como finalidade ampliar as oportunidades de estágios obrigatórios e não obrigatórios, com concessão de bolsa, para estudantes maiores de 16 anos, regularmente matriculados na rede pública. A meta foi encaminhar 11.160 estudantes, para estágio supervisionado. Compõem este conjunto de parcerias o Instituto Fecomércio/DF, a empresa Insight Recursos Humanos, a Super Estágios LTDA e o ISBE; Centro de Integração Empresa Escola (CIEE); Brasil Educacional Integração Empresa e Escola Ltda (Bred Estágios); Capacitação Inserção e Desenvolvimento (Cide); Universidade Patativa do Assaré; Usina de Talentos Treinamento e Desenvolvimento Profissional Ltda; Max Seleção e Agenciamento de Mão-de-Obra Ltda; Ministério da Saúde e Instituto CNP Brasil.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI/DF)

O presente acordo tem por objeto a oferta de cursos Técnicos de Nível Médio e Qualificação Profissional, no âmbito da gratuidade regimental, nas unidades operacionais Senai-DF, para estudantes regularmente matriculados no ensino médio da rede pública de ensino do Distrito Federal. Foram atendidos 23 estudantes nos Cursos de Informática para Internet e Desenvolvimento de Sistemas.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC-DF)

A parceria ocorre por meio de dois instrumentos:

- Convênio que oferece cursos técnicos e de qualificação profissional na forma concomitante ao Ensino Médio, assegurando a gratuidade por meio do Programa Senac de Gratuidade (PSG). O acordo tem como objetivo a oferta de cursos técnicos e de Qualificação Profissional de Nível Médio na forma articulada/concomitante ao Ensino Médio, para estudantes regularmente matriculados na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. As atividades serão realizadas nas unidades do Senac AR/DF ou da SEEDF, por meio do Programa Senac de Gratuidade, com vigência de 24 meses, podendo ser prorrogado por até 60 meses a partir do dia 01/04/2025. Atualmente, os estudantes atendidos estão divididos entre 14 Coordenações Regionais de Ensino. Além disso, há fornecimento de Kits-lanches, supervisionados por uma comissão de alimentação desta Secretaria de Educação, garantindo alimentação adequada e balanceada com maior variedade e qualidade nutricional para os estudantes.

- Programa Valorização da Formação Técnica Profissional: consiste em repasse de ajuda de custo, denominado "Auxílio Formação", o qual será ofertado para cada estudante um valor



fixo de acordo com a carga horária de cada curso, inclusive no período de recesso do meio do ano para 1000 estudantes que irão cursar os Cursos Técnicos de Nível Médio e Qualificação Profissional, concomitante ao Ensino Médio. Atualmente, são atendidos 15 Cursos ofertados sendo o seu realizado nas unidades do Senac AR/DF.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA (CIEE)

A parceria entre a SEEDF e o CIEE teve como objetivo ofertar o Itinerário de Formação Técnica e Profissional (IFTP), por meio do programa de Aprendizagem Profissional destinado aos estudantes do Novo Ensino Médio, nas instituições educacionais públicas participantes. Atualmente, a parceria atende 75 instituições educacionais públicas com um total de 820 estudantes vinculados ao Programa de Estágio e 762 estudantes vinculados ao Programa de Aprendizagem Profissional, totalizando 1.582 estudantes.

EDUCADESK - ESCOLA CONECTADA AO FUTURO

Parceria desenvolvida com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) – responsável pelo provimento da infraestrutura de computação em nuvem utilizada pelo EducaDesk (Desktop Cloud). É uma solução tecnológica que dá acesso aos professores e aos estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal, inclusive pelo celular, a um ambiente computacional completo em nuvem, com softwares e grande capacidade de armazenamento para desenvolvimento tecnológico e melhoria da formação profissional.

O Projeto EducaDesk funcionou em instituições educacionais públicas que ofertam cursos técnicos em informática e cursos de Qualificação Profissional na área de Tecnologia da Informação. Ao longo de 2025, foram entregues 2.000 máquinas virtuais, ampliando o acesso digital e fortalecendo a formação técnica dos estudantes.

AÇÕES FORMATIVAS

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) consolidou-se como unidade estratégica e transformadora, por meio de parcerias com 11 instituições governamentais e entidades da sociedade civil:

Parcerias Governamentais:

- Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF);
- Batalhão de Policiamento Escolar (BPESC);
- Polícia Militar do Distrito Federal;
- Polícia Civil do Distrito Federal;
- Polícia Federal - Programa Guardiões da Infância;
- Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT);
- Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT);
- Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF);
- Secretaria da Mulher do DF (SMDF);
- Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SESDF);
- Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUS).

Parcerias Tecnológicas e de Educação:

- Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro);
- Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE).

PROGRAMA NaMoral – INTEGRIDADE, ÉTICA E CIDADANIA

Figura 21 - Programa NaMoral





Desenvolvido em parceria com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), o programa NaMoral cria um ecossistema de integridade nas escolas mediante educação em valores, ética e cidadania, utilizando tecnologia social e metodologia gamificada e passou a ser uma política pública.

CULTURA DA PAZ

Em 2025, buscou-se ampliar o aprimoramento permanente das políticas de prevenção e enfrentamento ao bullying, ao cyberbullying e às demais formas de violência no âmbito das unidades escolares do Distrito Federal, formando 3.645 profissionais da educação, impactando diretamente 37.280 estudantes e alcançando aproximadamente 100.000 pessoas da comunidade escolar de forma indireta, além de formação em Cultura de Paz para militares atuantes nos Centros de Ensino Médio do DF e Gestão de Incidentes na Perspectiva da Cultura de Paz.

Figura 20 - Folder Cultura de Paz



PROJETO CONSTRUINDO A PAZ NO FUTURO

Figura 22 e 23 - Projeto Construindo a Paz no Futuro



PROGRAMA "SerDigi" - SEGURANÇA DIGITAL

O objetivo da ação foi promover comportamento seguro no ambiente digital, por meio de educação interativa e dinâmica, fortalecendo a cidadania digital. A iniciativa contou com a parceria da Anatel e do Serpro, voltada para estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Figura 24 - Programa de Segurança Digital





ESPETÁCULO TEATRAL "Vida de Influencer" - PROTEÇÃO DIGITAL

A ação teve como objetivo abordar de forma lúdica e educativa temas críticos de segurança digital para crianças e adolescentes. A iniciativa contou com a parceria da Anatel e da Companhia da Ilusão, direcionada a estudantes de 8 a 13 anos (Anos Iniciais e Anos Finais), sendo apresentada para 1.143 estudantes nas regionais de Brazlândia, Guará, Planaltina, Sobradinho, Taguatinga e Recanto das Emas.

Figura 25 - Apresentação "Vida de Influencer"



PREVENÇÃO DE CRIMES CIBERNÉTICOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A ação teve como objetivo reforçar a proteção digital, ampliar a consciência sobre riscos do ambiente virtual e fortalecer a rede de enfrentamento a violências cibernéticas.

CAMPUS PARTY 2025 - INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO

Na Campus Party 2025, focada em Inovação, Tecnologia e Educação, a SEEDF participou estrategicamente com atividades como painel sobre Bullying e Cyberbullying, discutindo casos reais, orientações preventivas e estratégias de acolhimento.

Figura 26 - Campus Party 2025



PROJETO "PAPAI NOEL DOS CORREIOS"

O Projeto Papai Noel dos Correios é uma ação realizada em parceria com os Correios, a qual busca incentivar, por meio de colaboração mútua, o interesse pela escrita de cartas pelas crianças e estimular o desenvolvimento de habilidades cognitivas e emocionais em crianças de até 10 anos de idade, em situação de vulnerabilidade social, tornando-se uma experiência de solidariedade e de cidadania.

Em 2025, foram distribuídos 5.721 presentes, a partir das cartas escritas pelas crianças das unidades escolares que ofertam Educação Infantil e Ensino Fundamental na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, tendo como foco o incentivo à cultura do voluntariado, desde a produção das cartas até as adoções dos pedidos e a entrega dos presentes.

LABORATÓRIO DE CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA - LABCRIE

O LabCrie é resultado de uma iniciativa conjunta entre o Ministério da Educação e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), desde 2022, que visa transformar a educação básica através da inovação e da tecnologia. A ideia é criar espaços dinâmicos e equipados com recursos tecnológicos de ponta em todas as unidades federativas do Brasil, para que professores da rede pública possam se capacitar e experimentar novas metodologias



de ensino. Desde sua criação, o LabCrie tem promovido formações inovadoras para os professores da rede pública de ensino.

Anualmente, aproximadamente 1.500 professores participam das formações em serviço oferecidas, que visam integrar metodologias ativas e tecnologias inovadoras ao ambiente educacional.

As formações oferecidas estão organizadas em eixos temáticos, que abrangem diferentes abordagens pedagógicas e tecnológicas, como Cultura Maker, Metodologias Ativas e Aprendizagem Baseada em Problemas e Projetos, Gamificação, Robótica Educacional, Aprendizagem Criativa, Pensamento Computacional, Cultura Digital e Competências Digitais e Educomunicação.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO COM A EMBAIXADA DA FRANÇA

O Memorando de Entendimento entre a Secretaria de Estado de Educação e a Embaixada da França visa beneficiar o projeto Escola Intercultural Bilíngue do Distrito Federal no Centro Educacional (CED) do Lago Norte (Cedlan), oferecendo o ensino tanto de Língua Francesa e cultura francófona quanto de componentes curriculares ministrados em francês.

Em 2025, o programa atendeu 269 estudantes, ampliando o alcance das ações formativas e culturais no Cedlan e, assim, qualificando a oferta de Língua Francesa na Rede Pública de Ensino da SEEDF. Os principais objetivos foram executar atividades extracurriculares em francês; ofertar formação especializada para a equipe docente, a coordenação e a direção da Escola Intercultural Bilíngue no Cedlan; viabilizar conexões entre profissionais nacionais e internacionais; possibilitar intercâmbio cultural entre estudantes nacionais e internacionais, de forma presencial ou virtual, e apoiar a unidade escolar no desenvolvimento de projetos e atividades pedagógicas.

ACORDO DE COOPERAÇÃO - CASA THOMAS JEFFERSON

O Acordo de Cooperação entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e a Casa Thomas Jefferson (CTJ) busca implementar o Programa de Inovação em Metodologias e Ensino de Línguas com o objetivo de desenvolver ações conjuntas para o aprimoramento linguístico, metodológico e cultural de estudantes e professores da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, além de outras atividades voltadas ao ensino de Língua Inglesa.

Os principais objetivos foram centrados em conceder 30 bolsas de estudo para os cursos Thomas Adult e Cambridge Preps a professores da SEEDF; renovar as bolsas anualmente, a contar de 2025, desde que os docentes beneficiados atendam aos requisitos estabelecidos pela SEEDF e pela CTJ; realizar atividades extracurriculares voltadas ao aprimoramento de habilidades linguísticas e à integração da comunidade escolar; conceder bolsas de estudo no Brazilians Innovating on the Teaching of English (Brite, um programa de aprimoramento profissional orientado à qualificação de docentes no idioma), a um número de até 30 professores de Inglês ativos em instituições educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal que possuam, no mínimo, o nível B1 no Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas: aprender, ensinar, avaliar (QCER) e propiciar que esses docentes revisem e aprendam tópicos relacionados ao ensino de Língua Inglesa nas instituições educacionais públicas do Distrito Federal.

Acerca da renovação das bolsas de estudo, destaca-se que a SEEDF pode substituir professores que não continuem no programa, na condição de o número total das concessões não exceder a quantidade estipulada. Atualmente, 28 professores são beneficiados com bolsas de estudo vinculadas às ações formativas e, aproximadamente, 400 estudantes participam das atividades ofertadas.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES GOETHE

O Protocolo de Intenções entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e o Goethe-Institut São Paulo visa promover o fomento do ensino e da aprendizagem da Língua Alemã no Centro de Ensino Médio Integrado do Gama (Cemi-Gama), bem como diversas atividades extracurriculares relacionadas à língua e à cultura alemã.



O programa atendeu 457 estudantes em 2025, consolidando o ensino da Língua Alemã e promovendo experiências interculturais no âmbito da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Principais objetivos: desenvolver e efetivar um plano para a implementação do componente curricular de Língua Alemã no currículo do Cemi-Gama; oferecer oportunidades de aperfeiçoamento metodológico a docentes da língua alemã efetivos do quadro da SEEDF; realizar palestras para os estudantes do Cemi-Gama sobre oportunidades de estudo na Alemanha e oferecer, também por meio de bolsas de estudo, cursos de língua alemã a docentes efetivos do quadro do Cemi-Gama.

ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A FUNDAÇÃO JAPÃO

A parceria entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e a Fundação Japão (FJSP) objetiva desenvolver ações conjuntas voltadas à promoção linguística, cultural e metodológica de professores e estudantes das instituições da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal que aderirem ao Programa de Educação Bilíngue Intercultural ao longo da vigência da parceria.

Tem-se como os principais objetivos: ofertar, anualmente, um curso de formação continuada para os professores do componente de Língua Estrangeira Moderna (LEM)/Japonês; oferecer oportunidades para aprendizado de Japonês, em forma de cursos on-line e recursos didáticos no site da FJSP; realizar, anualmente, nas instituições educacionais participantes do Programa de Educação Bilíngue Intercultural (Pebi), atividades de intercâmbio artístico e/ou cultural voltadas à língua japonesa e ao aprofundamento cultural e promover, anualmente, duas atividades bilíngues nas instituições educacionais integrantes, como eventos, oficinas, projetos e palestras que utilizem a língua e a cultura japonesas no cotidiano escolar.

O acordo foi formalizado em 2025 e o atendimento será realizado no Centro Educacional (CED) Incra 08 de Brasília. A formação dos estudantes será inserida no arranjo pedagógico do Ensino Integral em Tempo Integral (EITI), valendo-se de clubes, laboratórios e oficinas.

2ª JORNADA DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

O evento consolidou-se como um espaço estratégico de diálogo, reunindo estudantes e docentes das línguas alemã, espanhola, inglesa e japonesa da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, além de acadêmicos e representantes do corpo diplomático. Com o objetivo central de debater a inclusão e a diversidade no processo de ensino-aprendizagem de Línguas Estrangeiras (LEs), a iniciativa promoveu uma integração robusta entre o ensino regular, as Escolas de Natureza Especial e as instituições de relevância internacional.

A programação, integralmente executada, viabilizou o intercâmbio de práticas exitosas por meio de palestras e oficinas metodológicas, fortalecidas por parcerias estratégicas com a Secretaria de Relações Internacionais (Serinter), a Casa Thomas Jefferson e associações de docentes (APDF e APEDF). O apoio direto das embaixadas da Alemanha, Argentina, Espanha, França e do Japão foi fundamental para o sucesso das atividades culturais e técnicas. Como resultado, a ação alcançou um público aproximado de 200 participantes, atingindo plenamente a meta de promover a atualização pedagógica e o fortalecimento dos laços institucionais voltados ao bilinguismo e ao multiculturalismo na SEEDF.

PROJETO PROFESP – BABR

Implementado nas instalações da Área Militar do Aeroporto Internacional de Brasília, o Programa Forças no Esporte – Base Aérea de Brasília (Profesp/BABR) atua como uma iniciativa estratégica para estudantes da Rede Pública de Ensino da SEEDF. O programa visa expandir os tempos e os espaços educativos por meio de atividades artísticas, culturais, pedagógicas e técnico-científicas, com foco especial no desenvolvimento da saúde física e intelectual, mediante à prática esportiva e à promoção da alimentação saudável.

As ações desenvolvidas abrangem uma ampla gama de modalidades, como atletismo, basquete, futebol, natação e vôlei, integradas a um suporte pedagógico que inclui acompanhamento escolar, informática, atividades lúdicas e o Programa de Formação e



Fortalecimento de Valores (PFV). Atualmente, o projeto possui status "em andamento", com vigência estabelecida de 60 meses, operando em conformidade com o calendário letivo.

Quanto aos resultados alcançados em 2025, o atendimento foi iniciado em 1º de novembro, disponibilizando 200 vagas para alunos do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 01 da Candangolândia. A adesão dos estudantes tem demonstrado consistência, registrando a participação de 180 alunos às segundas-feiras, 179 às terças-feiras e 175 às quintas-feiras. As atividades ocorrem no contraturno, das 13h às 16h, garantindo o suporte integral antes do retorno dos discentes às suas respectivas instituições.

PROJETO PROFESP – ESCOLA SUPERIOR DE DEFESA

Fruto de uma cooperação estratégica entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e o Ministério da Defesa (MD), o Programa Forças no Esporte (Profesp) é desenvolvido nas dependências da Escola Superior de Defesa (ESD). A iniciativa fundamenta-se na promoção de aprendizagens emancipatórias e significativas, priorizando a formação multidimensional do estudante. Ao ampliar o tempo de permanência no ambiente educacional, o programa busca garantir uma formação inclusiva e de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento ético, cognitivo, socioemocional e físico dos participantes, além de atuar diretamente na mitigação de situações de vulnerabilidade social.

As ações executadas abrangem projetos de acompanhamento pedagógico em áreas estruturantes, como Português e Matemática, integrados a um cronograma de atividades culturais e esportivas que inclui aulas de música, atividades aquáticas, ciclismo, vôlei e tênis, além do estímulo à formação de hábitos individuais e sociais saudáveis. Com vigência de 60 meses e operando em estrita observância ao calendário letivo escolar, o projeto mantém o status de "em andamento".

Em termos de resultados alcançados, o Profesp atendeu 260 estudantes ao longo do ano letivo de 2025, consolidando-se como um vetor de inclusão social, cultural e intelectual para crianças e adolescentes. A oferta de atividades em cinco dias da semana possibilitou uma formação integral e enriquecedora, ampliando o acesso desse público a práticas físicas, lúdicas e educacionais de excelência.

PROJETO PROFESP – COMANDO MILITAR DO PLANALTO

O Programa Forças no Esporte (Profesp) é desenvolvido nas instalações do Complexo Esportivo do Comando Militar do Planalto (CMP), sob a coordenação da Base de Administração e Apoio do Comando Militar do Planalto (BADM AP/CMP), com o intuito de atender estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. A iniciativa fundamenta-se na promoção de aprendizagens significativas e emancipatórias, visando a uma formação multidimensional que contemple os aspectos éticos, cognitivos, socioemocionais e motores dos educandos. Entre as diretrizes centrais do programa, destacam-se a melhoria do desempenho escolar e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), a redução da evasão e da defasagem idade-ano, além da mitigação de situações de vulnerabilidade social por meio da ampliação do tempo de permanência em ambiente institucional-educacional.

Para alcançar tais objetivos, o projeto integra a oferta de alimentação saudável e atividades físicas à promoção de experiências esportivas colaborativas e ao acesso a oportunidades culturais, tecnológicas e científicas. Esse conjunto de ações busca não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também despertar no estudante a responsabilidade sobre sua trajetória de vida e o preparo para etapas posteriores de estudo.

No que tange aos resultados alcançados em 2025, o programa estabeleceu a meta de atender 100 estudantes da rede pública. Desta maneira, durante o referido ano letivo, foram atendidos 70 alunos provenientes da Escola Classe (EC) 01 da Estrutural, consolidando o impacto da parceria na comunidade escolar local.

PROJETO PROFESP – FUZILEIROS NAVAIS

Viabilizado por meio de uma parceria estratégica entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e o Ministério da Defesa (MD), o Programa Forças no Esporte (Profesp) desenvolve suas atividades nas instalações do Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília



(GptFNB). A iniciativa fundamenta-se na promoção de aprendizagens significativas e emancipatórias, buscando garantir uma formação multidimensional e de qualidade que contemple aspectos éticos, cognitivos, socioemocionais e físicos dos estudantes. Entre seus objetivos centrais, destacam-se a melhoria do desempenho escolar, a redução da evasão e da defasagem idade-ano, além do fortalecimento da responsabilidade dos jovens sobre suas trajetórias de vida.

O programa oferece um amplo espectro de oportunidades educacionais, culturais e de lazer, utilizando a alimentação saudável e as práticas esportivas colaborativas como ferramentas para o desenvolvimento intelectual e a promoção da saúde. Com vigência de 60 meses e operando em estrita observância ao calendário letivo da rede pública, o projeto mantém-se com status "em andamento".

Em termos de resultados alcançados no ano letivo de 2025, a iniciativa contemplou 300 estudantes, promovendo uma efetiva inclusão social e intelectual por meio de atividades lúdicas e formativas integrais. Atualmente, o programa atende alunos de duas unidades escolares da rede: o Centro de Ensino Fundamental (CEF) 01 do Varjão e a Escola Classe (EC) 08 do Cruzeiro.

PROJETO ESPORTE EM AÇÃO - INSTITUTO COMUNIDADE ATIVA

O Projeto Esporte em Ação, desenvolvido pelo Instituto Comunidade Ativa, tem como propósito a oferta de modalidades de esporte e lazer para estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal atendidos pela Educação Integral em Tempo Integral (Eiti). A iniciativa busca promover o desenvolvimento motor, social e pessoal dos participantes, estabelecendo um ambiente inclusivo e acolhedor que contemple atividades adaptadas para estudantes com deficiência. Entre seus objetivos centrais, destacam-se o atendimento de até 250 discentes e a realização de eventos de integração comunitária envolvendo as modalidades de capoeira, jiu-jítsu, kung fu e judô.

No que tange aos resultados alcançados em 2025, o projeto registrou o atendimento de 70 estudantes durante o primeiro semestre, organizados em dois grupos com frequência semanal às terças e às quintas-feiras, no período matutino. Contudo, devido a restrições orçamentárias, as atividades foram suspensas no segundo semestre do referido ano. O projeto mantém o status de "em andamento", com previsão de retomada das execuções pelo Instituto para o ano de 2026.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA

A parceria estabelecida entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e o Jardim Botânico de Brasília (JBB) visa oferecer atendimento especializado aos estudantes da Escola Classe (EC) Alto Interlagos (Ecai) matriculados na Educação Integral em Tempo Integral (Eiti). O foco central da iniciativa é a Educação Ambiental, utilizada como eixo para ampliar tempos, espaços e oportunidades de aprendizagem, em consonância com as concepções e os eixos transversais do Currículo em Movimento do Distrito Federal.

A proposta pedagógica busca promover aprendizagens significativas e emancipatórias que privilegiem a formação multidimensional e integral do educando, abrangendo dimensões éticas, cognitivas, socioemocionais e motoras. Entre os objetivos estratégicos, destacam-se a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da unidade participante, a mitigação de situações de vulnerabilidade social e o fortalecimento do vínculo entre a instituição educacional e a comunidade. Por meio de vivências teórico-práticas no JBB, o projeto estimula o desenvolvimento de habilidades técnico-científicas e desperta nos discentes a responsabilidade socioambiental e o protagonismo em suas trajetórias de vida.

Em relação aos resultados alcançados, a iniciativa estabeleceu como meta o atendimento de 160 estudantes, organizados em oito turmas de 20 alunos, os quais cumprem uma jornada educacional de 10 horas diárias, consolidando o modelo de formação integral proposto pela rede.



PROJETO TERRITÓRIOS CULTURAIS

O Projeto Territórios Culturais configura-se como uma colaboração estratégica entre a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal. A iniciativa visa o enriquecimento da Educação Integral em Tempo Integral (Eiti), por meio de itinerários pedagógicos e visitas mediadas a museus e instituições culturais, promovendo uma abordagem educacional diversificada que integra o patrimônio cultural local ao cotidiano escolar.

Além disso, o projeto fundamenta-se na efetivação dos direitos culturais e na disseminação da Educação Patrimonial, buscando proporcionar aos estudantes da Rede Pública de Ensino o desenvolvimento de um senso crítico e a apropriação consciente da memória e identidade do Distrito Federal. Para garantir a equidade no acesso, o programa prioriza a logística de transporte para educandos em situação de vulnerabilidade social e econômica, assegurando um atendimento qualificado em seis espaços culturais e museais distintos. Tais ações visam não apenas a preservação do patrimônio, mas a construção de redes de saberes que conectam os discentes ao território onde vivem.

O projeto apresenta resultados expressivos em sua trajetória de implementação. Até setembro de 2025, a iniciativa alcançou a marca de 10.066 estudantes atendidos. No balanço consolidado, o programa já contabiliza um total de 94.334 atendimentos, reafirmando sua solidez e relevância como política pública de integração entre educação e cultura no Distrito Federal.

PROJETO DF LEGAL NAS ESCOLAS

O Projeto DF Legal nas Escolas estabelece uma cooperação mútua entre a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal (DF Legal). A iniciativa é pautada no fomento à consciência coletiva sobre a urbanização responsável, destacando a relevância do cumprimento das normas urbanísticas como pilar para a garantia do bem-estar social e da qualidade de vida nas comunidades do Distrito Federal.

O projeto visa orientar estudantes, docentes e servidores sobre as competências e ações do DF Legal, utilizando palestras presenciais e remotas para disseminar conhecimentos sobre a preservação da limpeza e organização das cidades. Entre as diretrizes pedagógicas, destacam-se a conscientização sobre a acessibilidade em espaços públicos e privados, o esclarecimento sobre os impactos negativos de invasões e ocupações irregulares do solo, além do combate ao comércio irregular.

Atualmente, com o status de "em andamento", a principal linha de ação consiste na realização de palestras voltadas à Educação para Fiscalização, atendendo diretamente o público discente da rede pública. Em termos de resultados alcançados, até o mês de agosto de 2025, o projeto contabilizou o atendimento de 345 estudantes, consolidando-se como um instrumento relevante para o fortalecimento da educação cidadã e da responsabilidade social nas instituições educacionais participantes.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL – IPHAN

Esta parceria estratégica entre a Secretaria de Estado de Educação e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) visa consolidar o intercâmbio de experiências e tecnologias, focando no aperfeiçoamento técnico de recursos humanos em Educação Patrimonial. A iniciativa busca fomentar o protagonismo estudantil e a formação cidadã, integrando os saberes sobre o Patrimônio Cultural local ao currículo da rede pública e fortalecendo as políticas institucionais de ambas as entidades por meio de ações formativas e materiais pedagógicos especializados.

A cooperação foi reafirmada em 2025, integrando também o Instituto BRB. Entre os resultados expressivos do período, destacam-se:

- Publicações e Lançamentos: como parte das celebrações dos 65 anos de Brasília, houve o relançamento da obra Gabriel em Brasília na Escola Parque 308 Sul para cerca de 400 estudantes. Adicionalmente, novos volumes da Coleção Patrimônio para Jovens,



como *Tinha um Caco no Meio do Caminho* e *Em Busca da Planaltina Perdida*, foram impressos e lançados oficialmente no Complexo Cultural de Planaltina.

- **Ações Formativas e Oficinas:** foram realizadas diversas oficinas de "Mobilização em Inventários Participativos" e "Mapas Afetivos", voltadas à capacitação docente. Para os estudantes, destacaram-se as oficinas de Graffiti em Planaltina e as atividades sobre Patrimônio Arqueológico no Parque Ecológico Saburo Onoyama, promovendo a reflexão sobre identidade e memória local.

- **Engajamento Digital e Tecnológico:** a parceria explorou novos formatos de disseminação de conhecimento, como o videocast sobre o processo criativo de obras literárias patrimoniais, realizado na EAPE, que contou com a participação de especialistas e ilustradores, alcançando visualizações relevantes para o público especializado.

PROGRAMA BRB

Esta parceria entre a Secretaria de Estado de Educação e o Instituto BRB de Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Socioambiental visa implementar ações estratégicas focadas na Educação Patrimonial, Ambiental e Arte-Educação. O núcleo da cooperação reside na promoção de aprendizagens integrais que favoreçam a formação ética e cidadã, utilizando a apropriação do patrimônio cultural e natural como ferramenta para o protagonismo estudantil. Além do atendimento direto aos educandos, o acordo prevê a capacitação contínua de profissionais da educação e o fortalecimento das políticas públicas voltadas à preservação da memória e da identidade local.

As frentes de atuação abrangem o desenvolvimento de materiais didáticos em formatos físico e digital, a realização de ciclos anuais de oficinas e a implementação das Jornadas do Patrimônio Distrital, reafirmando o compromisso das instituições com o enriquecimento do repertório cultural da rede pública.

No que tange aos resultados alcançados em 2025, destacam-se marcos significativos de engajamento e produção intelectual:

- **Difusão Literária e Eventos de Lançamento:** o relançamento da obra *Gabriel*, em Brasília, mobilizou cerca de 400 estudantes na Escola Parque 308 Sul, estreitando os laços entre a comunidade escolar e o patrimônio da capital. Adicionalmente, a Coleção Patrimônio para Jovens foi expandida com a impressão de 5.200 exemplares das obras *Tinha um Caco no Meio do Caminho* e *Em Busca da Planaltina Perdida*, cujo lançamento ocorreu no Complexo Cultural de Planaltina com a participação de diversas unidades escolares da região.

- **Práticas de Arte-Educação e Sustentabilidade:** a parceria viabilizou experiências imersivas, como as oficinas de graffiti para estudantes do CEM 02 de Planaltina, que resultaram na criação de um mural coletivo sob orientação de artistas locais.

- **Educação Patrimonial e Arqueológica:** por meio do Programa Parque Educador, estudantes dos Anos Iniciais participaram de oficinas sobre patrimônio arqueológico no Parque Ecológico Saburo Onoyama, promovendo reflexões críticas sobre identidade, memória e a preservação do solo e da história.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PROGRAMA PARQUE EDUCADOR

Integrante do Programa Brasília nos Parques, o Programa Parque Educador é o resultado de uma cooperação técnica entre a Secretaria de Estado de Educação, a Secretaria de Meio Ambiente e o Instituto Brasília Ambiental (Ibram). A iniciativa promove a convergência entre a Educação Ambiental, Integral e Patrimonial, sendo direcionada tanto aos estudantes da rede pública quanto às comunidades circunvizinhas às Unidades de Conservação (UCs). O cerne da proposta reside na transposição de práticas pedagógicas formais para ambientes não formais, consolidando a sustentabilidade como eixo central da formação cidadã e valorizando a diversidade e o patrimônio cultural do Distrito Federal.

O programa atua em diversas frentes territoriais, abrangendo os Parques Ecológicos de Águas Claras, Saburo Onoyama, Três Meninas, Sucupira/Estação Ecológica Águas Emendadas, Dom Bosco (Centro de Práticas Sustentáveis) e Riacho Fundo. Além dessas unidades consolidadas, o planejamento estratégico prevê a expansão da iniciativa para os Parques Ecológicos do Gama, Veredinha e Ezequias Heringer até o ano de 2029. As ações operacionais são



estruturadas no atendimento semestral de 12 turmas por unidade, com grupos de até 40 estudantes, estabelecendo uma meta de aproveitamento mínimo de 75% da capacidade prevista.

Em 2025, o projeto alcançou marcos significativos em sua estruturação normativa e pedagógica com a finalização do seu Projeto Político-Pedagógico (PPP). Este documento foi elaborado em estrita observância aos pressupostos teóricos do Currículo em Movimento do Distrito Federal e às normativas vigentes de Educação Ambiental. Como entrega adicional para o encerramento do exercício, está prevista a disponibilização de exemplares do PPP e de um livro técnico que compila as atividades ecopedagógicas desenvolvidas. No que tange ao impacto direto, os resultados do primeiro semestre de 2025 registram a marca expressiva de 7.058 atendimentos, reafirmando a solidez do programa como política pública de desenvolvimento educacional e socioambiental.

PROGRAMA ADASA NA ESCOLA

Programa Adasa na Escola estabelece uma sinergia estratégica entre a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa) e a Secretaria de Estado de Educação. A iniciativa visa o fortalecimento da Educação Ambiental em unidades de Ensino Fundamental e Médio, focando na conscientização sobre o uso responsável dos recursos hídricos, do saneamento básico e da gestão de resíduos sólidos. O programa não apenas dissemina conhecimentos teóricos, mas também promove a sustentabilidade prática, exemplificada pela transformação do Jardim de Infância (JI) Casa de Vivência, em Planaltina, em uma unidade modelo de adaptações físicas sustentáveis.

No âmbito pedagógico, o PAE apoia diretamente a implementação do eixo transversal "Educação para a Sustentabilidade", previsto no Currículo em Movimento do Distrito Federal. Entre suas diretrizes fundamentais, destaca-se a formação continuada de profissionais da educação, viabilizada por meio do curso "Guia Trilhas e Caminhos para a Sustentabilidade Ambiental em Escolas do Distrito Federal". As ações operacionais buscam atingir anualmente a meta de 20.000 pessoas atendidas, integrando palestras de sensibilização a atividades pedagógicas imersivas que conectam os estudantes aos sistemas de abastecimento, esgoto e monitoramento hidrometeorológico.

O programa registrou resultados expressivos no exercício de 2025. Ao longo do ano, a iniciativa beneficiou 14.801 estudantes e 710 professores, consolidando-se como um vetor essencial para a formação de uma consciência ambiental crítica e para a promoção da sustentabilidade socioambiental na rede pública de ensino.

NEOENERGIA

A implementação do Projeto Educação com Energia nas instituições de Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino visa promover a construção de saberes e a mediação de práticas pedagógicas voltadas ao uso consciente da energia elétrica e à adoção de hábitos sustentáveis. A iniciativa centra-se no apoio ao professor como agente multiplicador, facilitando o desenvolvimento de conteúdos transversais sobre sustentabilidade, mudanças climáticas e aquecimento global. Ao integrar educação, tecnologia e criatividade, o projeto busca impactar não apenas o ambiente escolar, mas também as famílias e comunidades nas áreas de concessão da Neoenergia Brasília, estimulando uma mudança cultural em direção ao desenvolvimento sustentável.

As frentes de atuação do programa estruturam-se nas aulas temáticas, na formação docente por meio da metodologia "Energia que Transforma (EqT)" e na realização do "Festival Tô Ligado na Energia", ações que fortalecem o processo de ensino-aprendizagem por meio de abordagens inovadoras. Com vigência estabelecida até 13 de setembro de 2028, o projeto mantém-se com status "em andamento", consolidando-se como uma parceria estratégica de longo prazo para a rede.

No que tange aos resultados alcançados no primeiro semestre de 2025, o programa registrou o atendimento de 7.507 estudantes em seis unidades escolares distribuídas entre as regiões do Riacho Fundo I, Asa Sul, Guará I e Cruzeiro Novo. A eficácia da iniciativa é evidenciada pela participação ativa de professores capacitados e pela distribuição de 32.339 materiais



pedagógicos em quatro Regiões Administrativas, reforçando a viabilidade e o fortalecimento contínuo desta cooperação institucional.

JOGOS ESCOLARES DO DISTRITO FEDERAL - JEDF

Os Jogos Escolares do Distrito Federal (JEDF) constituem a maior e mais estruturada ação de esporte educacional promovida pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Abrangem as 14 Coordenações Regionais de Ensino (CREs), envolvendo instituições educacionais públicas e privadas, mobilizando milhares de estudantes em práticas esportivas pedagógicas, competitivas e formativas. A participação massiva reforça o papel do JEDF como política estruturante de esporte escolar do DF.

Os principais objetivos do JEDF são:

- Ampliar o acesso ao esporte escolar e fomentar a participação estudantil;
- Consolidar práticas esportivas como instrumento de formação integral e cidadania;
- Estimular valores como respeito, disciplina, cooperação e convivência democrática;
- Fortalecer vínculos entre estudantes, escola e comunidade;
- Identificar talentos esportivos e apoiar o desenvolvimento de trajetórias competitivas;
- Padronizar processos de governança esportiva no âmbito da SEEDF.

Em 2025, o evento manteve arquitetura metodológica consolidada, fundamentada no desenvolvimento integral dos estudantes, na valorização da convivência escolar e na promoção da cultura esportiva. A organização envolveu o credenciamento institucional das escolas participantes; a inscrição e homologação de atletas e equipes; a execução das etapas regionais, conduzidas pelas CREs; a realização da etapa distrital, com modalidades coletivas e individuais; os processos classificatórios para participação em competições nacionais e a gestão administrativa e logística abrangendo arbitragem, espaços esportivos, documentação e sistemas de acompanhamento. Foram 15.430 estudantes-atletas participantes e 366 instituições educacionais envolvidas, sendo 229 públicas (62,6%) e 137 privadas (37,4%).

Participação por Etapa:

Etapla Regional – Modalidades Coletivas

- 11.379 atletas (73,75% do total geral);
- 269 instituições envolvidas (73,5% das participantes do evento);
- Marco central da competição, responsável pela seleção das equipes finalistas.

Etapla Distrital – Modalidades Individuais

- 2.481 atletas (16,08% do total);
- 294 instituições participantes (80,3% das escolas envolvidas no ciclo);
- Etapa com maior capilaridade institucional.

Etapla Distrital – Modalidades Coletivas

- 1.570 atletas (10,17% do total);
- 122 instituições representadas;
- Reúne as equipes classificadas após as fases regionais.

Perfil da Rede Pública x Privada

- A rede pública respondeu por 69,09% dos atletas, com média de 46,6 participantes por escola, evidenciando forte adesão institucional e ampla representatividade social.
- A rede privada teve participação estratégica em modalidades específicas, como ginásticas, triathlon e natação, contribuindo para o equilíbrio técnico do evento.

Participação por Modalidade

Entre as modalidades com maior volume de participantes:

- Futsal — 6.822 atletas
- Voleibol — 4.480 atletas



Modalidades de maior especialização técnica (ginásticas, triathlon, natação) tiveram maior adesão da rede privada, enquanto modalidades tradicionais do esporte escolar (atletismo, xadrez, tênis de mesa, badminton, taekwondo) tiveram predominância da rede pública.

JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS

Os Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) são a maior competição esportiva escolar do país, que reúne estudantes-atletas de 12 a 14 anos de todo o Brasil para disputar diversas modalidades. O evento promove a integração social, o desenvolvimento de valores, como disciplina e trabalho em equipe, e a descoberta de novos talentos esportivos.

Os objetivos centrais da participação do DF nos JEBs são:

- representar o Distrito Federal em competição escolar de abrangência nacional;
- ampliar oportunidades de vivências esportivas qualificadas para estudantes da rede pública e privada;
- fortalecer a integração entre esporte escolar, rendimento esportivo e projeto de vida dos estudantes;
- desenvolver competências socioemocionais (cooperação, responsabilidade, resiliência, respeito às regras);
- dar visibilidade às ações de esporte educacional desenvolvidas no âmbito da SEEDF.

Em 2025, a delegação do Distrito federal no JEB'S foi estruturada a partir de atletas classificados nas etapas distritais do JEDF, com forte interlocução entre unidades de ensino, coordenações regionais, federações esportivas e a equipe técnica da SEEDF. Assim, a delegação dos JEBs 2025 revela ampla diversidade de modalidades, forte participação de escolas do DF e integração com programas estruturantes da SEEDF.

Composição da Delegação

- 208 atletas (FUNÇÃO = Atleta);
- 40 profissionais de comissão técnica (técnicos);
- 27 dirigentes (chefia, oficiais, coordenações);
- 275 integrantes no total.

Trata-se, portanto, de uma delegação numerosa, com estrutura técnica e administrativa compatível com a complexidade do evento nacional.

Rede de Ensino e Instituições Representadas entre os 208 atletas:

- 109 estudantes de escolas públicas (52,4%);
- 99 estudantes de escolas privadas (47,6%);
- 87 instituições de ensino representadas, sendo:
- 42 unidades da rede pública;
- 45 instituições da rede privada.

Integração com CID / CIDP

A delegação revela integração relevante com programas de iniciação esportiva da SEEDF:

- 174 atletas não vinculados ao CID/CIDP;
- 31 atletas "Integrante do CID";
- 3 atletas "Integrante do CIDP";

Ou seja, 34 atletas (16,3% do total) possuem vínculo direto com o Centro de Iniciação Desportiva (CID/CIDP), com maior concentração nas modalidades de handebol, atletismo e atletismo adaptado e participações também em vôlei de praia, taekwondo e tênis de mesa. Isso confirma o papel estratégico do CID/CIDP na formação de talentos que alcançam o cenário nacional.

Modalidades e Distribuição Esportiva - A delegação do DF participou de 35 modalidades/naipes, abrangendo:

- Esportes de pista, campo e adaptação: atletismo masculino e feminino, atletismo adaptado masculino e feminino;
- Esportes aquáticos: natação masculino e feminino;



- Esportes de quadra: basquetebol masculino e feminino, handebol masculino e feminino, futsal masculino e feminino, voleibol masculino e feminino;
- Esportes de combate: judô masculino e feminino, taekwondo masculino e feminino, karatê masculino e feminino, wrestling masculino e feminino;
- Esportes de raquete / precisão: tênis de mesa masculino e feminino, badminton masculino e feminino;
- Outras modalidades: ginástica artística (masculino e feminino), ginástica rítmica, vôlei de praia masculino e feminino, xadrez masculino e feminino, ciclismo masculino e feminino, tiro com arco, entre outros.

Entre os grupos com maior número de atletas destacam-se:

- Atletismo masculino e feminino – 34 atletas (17 em cada naipe);
- Handebol masculino e feminino – 24 atletas (12 em cada);
- Basquetebol masculino e feminino – 20 atletas;
- Futsal masculino e feminino – 20 atletas;
- Voleibol masculino e feminino – 17 atletas;
- Natação masculino e feminino – 16 atletas;
- Judô masculino e feminino – 16 atletas;
- Taekwondo masculino e feminino – 12 atletas.

JOGOS DA JUVENTUDE (JJ)

Os Jogos da Juventude constituem a principal competição escolar nacional para estudantes de 15 a 17 anos, reunindo delegações de todo o país em modalidades individuais e coletivas. A participação do Distrito Federal integra a política de esporte educacional da SEEDF, articulando o desempenho esportivo escolar às oportunidades de vivências competitivas de alto rendimento em ambiente educativo.

Os objetivos centrais da participação do DF nos Jogos da Juventude são:

- representar o Distrito Federal na principal competição escolar do país;
- proporcionar experiências esportivas de alto nível em ambiente formativo;
- consolidar trajetórias esportivas iniciadas no âmbito escolar;
- estimular autonomia, disciplina, cooperação, respeito às regras e à convivência democrática;
- valorizar o mérito esportivo dos estudantes e fortalecer o vínculo entre escola, comunidade e projeto de vida.

A delegação do Distrito Federal em 2025 foi composta por atletas oriundos de instituições públicas e privadas, selecionados a partir dos resultados das etapas distritais e dos Jogos Escolares do Distrito Federal (JEDF). A organização envolveu:

- seleção e convocação de atletas classificados nas diversas modalidades;
- validação documental junto às instituições de ensino;
- composição de comissão técnica e equipe de apoio multidisciplinar (chefias de delegação, oficiais, jornalistas, assistentes técnicos, fisioterapeutas);
- articulação logística para transporte, hospedagem, alimentação e acompanhamento dos estudantes;
- comunicação permanente com famílias, escolas e coordenações responsáveis.

Composição da Delegação

- 181 atletas;
- 55 integrantes de comissão técnica e apoio (técnicos, assistentes técnicos, oficiais, jornalistas, fisioterapeutas e chefes de delegação);
- 236 pessoas no total da delegação.
- Instituições de Ensino e Rede
- 90 instituições de ensino representadas;
- 92 atletas de escolas públicas (50,8%);
- 89 atletas de escolas privadas (49,2%).



Esse equilíbrio entre rede pública e privada demonstra que o alto rendimento escolar esportivo está distribuído de forma compartilhada, reforçando tanto o papel das unidades da SEEDF quanto das instituições parceiras no desenvolvimento de talentos.

Integração com Programas da SEEDF - No conjunto de atletas convocados:

- 19 estudantes são integrantes do CID (aproximadamente 10,5% do total de atletas), evidenciando a função estratégica do Centro de Iniciação Desportiva como espaço de formação esportiva continuada;

- Considerando atletas e comissão técnica, a delegação conta com 25 integrantes vinculados ao CID (atletas e técnicos), consolidando a articulação entre programas regulares de esporte escolar e o calendário nacional.

Dimensão Formativa

A participação nos Jogos da Juventude:

- amplia o repertório esportivo dos estudantes;
- fortalece a permanência na escola e o sentimento de pertencimento;
- desenvolve competências socioemocionais como cooperação, resiliência, autocontrole e responsabilidade;
- projeta positivamente a imagem das instituições de ensino do DF em âmbito nacional;
- contribui para a construção de trajetórias esportivas e educacionais articuladas.

JOGOS ESCOLARES PARADESPORTIVOS DO DISTRITO FEDERAL - JEPDF

Os Jogos Escolares Paradesportivos do Distrito Federal (JEPDF) constituem a principal ação da SEEDF voltada ao esporte educacional inclusivo, garantindo a participação de estudantes com deficiência em modalidades adaptadas e paralímpicas. A iniciativa está alinhada às diretrizes da Educação Inclusiva e da Educação Especial na perspectiva da educação integral, promovendo:

- o direito de acesso ao esporte para estudantes público-alvo da Educação Especial;
- o desenvolvimento motor, cognitivo, social e emocional por meio da prática esportiva;
- a ampliação da autonomia e da participação social dos estudantes;
- a identificação de talentos para eventos paradesportivos de âmbito distrital e nacional.

Em 2025, o processo envolveu inscrição on-line pelas unidades escolares, validação documental, classificação funcional e consolidação dos dados para organização das provas, contemplando as principais modalidades individuais e coletivas do paradesporto escolar.

Principais indicadores de participação:

- 185 atletas inscritos em modalidades paradesportivas;
- 93 unidades escolares participantes, distribuídas em diversas Coordenações Regionais de Ensino;
- Predominância de escolas da rede pública de ensino, com participação complementar de instituições privadas;
- Presença de estudantes com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, TEA e paralisia cerebral em diferentes faixas etárias.

Distribuição de atletas por modalidade (atletas por modalidade, conforme inscrito):

- Atletismo – física, visual, auditiva, intelectual e TEA: 77 atletas (≈ 41,6%)
- Natação – física, visual, auditiva, intelectual e TEA: 64 atletas (≈ 34,6%)
- Tênis de Mesa – Física, auditiva e intelectual: 15 atletas (≈ 8,1%)
- Badminton – física, auditiva e intelectual: 11 atletas (≈ 5,9%)
- Tiro com Arco – física, auditiva, visual, intelectual e TEA: 6 atletas (≈ 3,2%)
- Bocha – física: 5 atletas (≈ 2,7%)
- Tênis em cadeira de rodas: 3 atletas (≈ 1,6%)
- Futebol de PC – física: 3 atletas (≈ 1,6%)
- Futsal Intelectual – intelectual: 1 atleta (≈ 0,5%)

Observa-se que atletismo e natação concentram aproximadamente 76% das inscrições, confirmando seu papel como portas de entrada para o paradesporto escolar. As demais modalidades, embora com menor número absoluto de participantes, cumprem função



estratégica de diversificação das oportunidades esportivas e de visibilidade a diferentes perfis de deficiência e interesse.

PARALIMPÍADAS ESCOLARES

As Paralimpíadas Escolares 2025 constituíram uma das principais ações de promoção do paradesporto no âmbito da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. A participação do DF foi estruturada pela SEEDF, por meio da GDESP, com o apoio do CETEFE, dos Centros Olímpicos e Paralímpicos (COPs) e das coordenações pedagógicas das unidades escolares.

O programa teve como objetivos centrais:

- garantir o acesso de estudantes com deficiência a experiências esportivas qualificadas;
- fomentar o desenvolvimento motor, cognitivo, socioemocional e a autonomia dos participantes;
- promover a inclusão e a equidade por meio do esporte;
- fortalecer a articulação entre escolas, programas esportivos e instituições de apoio ao paradesporto.

A delegação contou com equipes multidisciplinares de técnicos, coordenadores e profissionais de comunicação, assegurando uma participação organizada, segura e alinhada às diretrizes de educação inclusiva.

A edição de 2025 representou um marco para o Distrito Federal, tanto pelo número de estudantes quanto pela diversidade de modalidades e instituições envolvidas. A delegação totalizou 125 integrantes, dos quais 112 atletas são distribuídos em quatro modalidades: atletismo, natação, bocha e tênis de mesa.

As instituições representadas abrangem escolas públicas de todas as regiões administrativas, unidades especializadas (como CEE e COPs), instituições parceiras e escolas privadas com atuação voltada ao atendimento educacional especializado. Essa ampla representatividade reforça a capacidade da SEEDF de integrar diferentes políticas públicas em prol do desenvolvimento dos estudantes com deficiência.

PROGRAMAS CID – CIDP – PGINQ

Os Programas Centro de Iniciação Desportiva (CID), CID Paralímpico (CIDP) e Ginástica nas Quadras (PGInq) integram a política de ampliação da jornada escolar e ocupação qualificada do tempo livre nas instituições educacionais da rede pública do Distrito Federal. Seu objetivo é democratizar o acesso ao esporte educacional e à atividade física, ampliando oportunidades por meio da oferta de práticas corporais regulares, sistematizadas e orientadas por profissionais qualificados.

As ações abrangem:

- CID: oferta de modalidades olímpicas e não olímpicas focadas no desenvolvimento motor, social e cognitivo de crianças e adolescentes;
- CIDP: atendimento especializado a estudantes com deficiência, garantindo inclusão, acessibilidade e oportunidades paradesportivas em diversas modalidades;
- PGINQ: promoção de atividades de ginástica e práticas corporais de bem-estar (ginástica localizada, alongamento, funcional, hidroginástica, pilates adaptado etc.) voltadas ao fortalecimento da saúde física e mental da comunidade escolar.

Em 2025, os programas alcançaram ampla capilaridade, contemplando escolas de todas as 14 Coordenações Regionais de Ensino. As ofertas abrangeram tanto modalidades tradicionais do esporte escolar como também práticas de saúde e de inclusão.

Principais destaques do ano:

- Mais de 180 unidades escolares atendidas com pelo menos uma modalidade dos programas;
- Presença em todas as CREs, com forte interiorização e ampliação de atendimentos no Gama, Ceilândia, Santa Maria, Taguatinga e Núcleo Bandeirante;



- Diversidade de modalidades, incluindo Atletismo, Futsal, Handebol, Basquetebol, Ginástica Artística, Judô, Capoeira, Voleibol, Natação, Badminton, Xadrez, Ciclismo, Lutas e modalidades específicas de inclusão (bocha paralímpica, natação adaptada, futebol PC, entre outras);

- Fortalecimento do CIDP, presente em diversas unidades com foco na inclusão esportiva de estudantes com deficiência física, intelectual e múltipla;

- Expansão do PGINQ, assegurando atividades voltadas à saúde, ao envelhecimento ativo e à melhoria da qualidade de vida dos estudantes e da comunidade escolar.

A atuação integrada dos programas contribuiu para a melhoria da permanência e do engajamento escolar, o aumento da prática regular de atividade física, a maior integração entre escola, família e comunidade e a inclusão efetiva de estudantes com deficiência no esporte escolar.

3º ENCONTRO DISTRITAL DO PROGRAMA ESCOLA-COMUNIDADE – GINÁSTICA NAS QUADRAS (PGINQ)

O 3º Encontro Distrital do Programa Escola-Comunidade – Ginástica nas Quadras (Pginq), realizado em 30 de maio de 2025, no estacionamento 8 do Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, constituiu-se como a principal ação pedagógica, comunitária e integradora do programa no exercício de 2025.

A atividade reuniu turmas provenientes de diferentes Coordenações Regionais de Ensino (CREs) e teve por objetivo:

- Promover a integração entre escolas, professores, estudantes e comunidade;
- Reforçar a importância da prática regular de atividade física como estratégia de saúde, bem-estar e prevenção de doenças;
- Valorizar o protagonismo das turmas do Pginq, oferecendo espaço ampliado de vivências corporais;
- Fortalecer o vínculo entre escola e território, ampliando o caráter comunitário do programa;
- Evidenciar a pluralidade de modalidades e práticas corporais trabalhadas nas unidades educacionais ao longo do ano;

O evento contou com apresentações pedagógicas, atividades de ginástica, alongamento, circuitos funcionais e ações de convivência, compondo um painel que demonstra a consolidação do Pginq como uma política distrital estruturante no âmbito da SEEDF.

O encontro reafirmou a expansão e capilaridade do Programa Escola-Comunidade – Ginástica nas Quadras, alcançando ampla representação territorial e mobilização social. O evento reuniu aproximadamente 2.025 participantes entre estudantes, professores, coordenações e membros da comunidade, constituindo o maior encontro distrital do programa desde sua criação.

Distribuição dos participantes por cidade/CRE:

- Samambaia: 475 participantes;
- Taguatinga: 445 participantes;
- Ceilândia: 235 participantes;
- Santa Maria: 170 participantes;
- Gama: 160 participantes;
- Plano Piloto: 85 participantes;
- Guará: 80 participantes;
- Núcleo Bandeirante: 80 participantes;
- Planaltina: 80 participantes;
- Riacho Fundo I: 80 participantes;
- Riacho Fundo II: 50 participantes;
- Candangolândia: 45 participantes;
- Recanto das Emas: 40 participantes.



A diversidade territorial dos participantes revela a consolidação do Pging como programa estruturante do esporte educacional no DF, fortalecendo ações de promoção da saúde, do bem-estar, do envelhecimento ativo e da convivência comunitária.

O encontro também funcionou como espaço de formação e troca de experiências entre profissionais.

PROGRAMA EDUCAÇÃO COM MOVIMENTO (PECM)

O Programa Educação com Movimento (PECM), implementado na Educação Infantil – pré-escola – e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede pública do Distrito Federal, consolida-se como uma política pedagógica essencial voltada ao desenvolvimento integral das crianças. Seu foco central é ampliar as experiências corporais por meio da intervenção integrada entre o professor de Atividades e o professor de Educação Física, favorecendo o movimento, a ludicidade e a construção de vínculos afetivos e sociais.

No ano letivo de 2025, o PECM avançou em alcance, organização e acompanhamento, mantendo como principais objetivos:

- Garantir vivências corporais diversificadas, alinhadas ao desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social das crianças;
- Ampliar o tempo e a qualidade do movimento nas rotinas escolares, fortalecendo práticas pedagógicas integradas;
- Reduzir desigualdades de acesso a atividades físicas qualificadas na primeira infância e nos anos iniciais;
- Favorecer a inclusão, o brincar, a criatividade e o bem-estar por meio de experiências corporais estruturadas;
- Fortalecer o trabalho colaborativo entre equipes gestoras, professores de Atividades e profissionais de Educação Física.

Com base nos levantamentos enviados pelas Coordenações Regionais de Ensino e nos dados preliminares do Censo Escolar 2025, é possível observar um panorama consistente sobre a cobertura do programa e seus desafios.

O PECM em 2025 atendeu totalmente 45 escolas e parcialmente 56 escolas. Com a regulamentação da Lei Nº 7.727, de 15 de julho de 2025, que institui o Programa Educação com Movimento (PECM) na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, no âmbito da rede pública de ensino do Distrito Federal, o programa prevê uma gradual expansão em 2026 de acordo com o planejamento da SEEDF.

O PECM mantém forte impacto nas unidades educacionais contempladas, proporcionando:

- Melhoria da participação e engajamento das crianças;
- Redução de conflitos e melhoria da convivência nas turmas;
- Aumento do tempo de movimento diário e qualificação das práticas corporais;
- Fortalecimento do trabalho colaborativo entre professores e equipes gestoras;
- Maior alinhamento com a política de Educação Integral prevista nos documentos orientadores da SEEDF.

PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - PDAF

O Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF), normatizado pela Lei Nº 6.023, de 18 de dezembro de 2017, norteado pela gestão democrática, sendo materializado pela autonomia na gestão escolar, se propõe a prover recursos às Instituições Educacionais e às Coordenações Regionais de Ensino da rede pública de ensino do DF, visando a promoção da autonomia administrativa, financeira e pedagógica, a contribuição com a melhoria da qualidade do ensino e o fortalecimento da gestão democrática.

Atividades relativas ao exercício de 2025:

- Instrução de aproximadamente 1500 processos de pagamento de PDAF Ordinário, bem como os devidos trâmites no SIGGo, perfazendo o montante de R\$ 123.957.558,15 (cento e vinte e três milhões, novecentos e cinquenta e sete mil quinhentos e cinquenta e oito reais e quinze centavos) em Custeio e R\$ 13.934.677,69 (treze milhões, novecentos e



trinta e quatro mil e seiscentos e setenta e sete reais e sessenta e nove centavos) em Capital, com um total de R\$ 137.892.235,84 (cento e trinta e sete milhões, oitocentos e noventa e dois mil e duzentos e trinta e cinco reais e oitenta e quatro centavos), descentralizados até a presente data.

- Do Valor Descentralizado em Ordinário, todas as 702 Instituições Educacionais que possuem Unidade Executora Local e as 14 Coordenações Regionais de Ensino que possuem Unidade Executora Regional, foram contempladas com recurso descentralizado.

- Confecção e Instrução de aproximadamente 1571 processos de pagamento de PDAF Emendas Parlamentares, bem como os devidos trâmites no SIGGo, perfazendo o montante de R\$ 33.020.974,08 (trinta e três milhões, vinte mil e novecentos e setenta e quatro reais e oito centavos), em Capital R\$ 67.782.909,70 (sessenta e sete milhões, setecentos e oitenta e dois mil e novecentos e nove reais e setenta centavos) em Custeio, com um total de R\$ 100.803.883,78 (cem milhões, oitocentos e três mil oitocentos e oitenta e três reais e setenta e oito centavos).

- Do Valor Descentralizado em Emendas Parlamentares, 591 Unidades Executoras foram contempladas com recurso descentralizado.

- Interlocução junto ao BRB para transferência de valores das Antigas Contas Bancárias das Unidades Executoras para a atual conta bancária do cartão PDAF;

- Elaboração de Portarias de Descentralização de recursos ordinários;

- Gestão do Sistema do Cartão PDAF no EducaDF;

- Treinamento dos Presidentes das Associações e seus respectivos membros quanto à utilização do programa e App do Cartão PDAF;

- Visitas in loco com instruções e orientações quanto ao uso do Cartão PDAF e seus aplicativos;

- Atendimento, cadastro e credenciamento de fornecedores junto ao Cartão PDAF.

PROGRAMA MATERIAL ESCOLAR - LEI DISTRITAL 6.273/2019

Instituído pela Lei Nº 6.273/2019 e regulamentado pela Portaria Conjunta Nº 03/2023, o Cartão Material Escolar é uma política suplementar estratégica que operacionaliza o dever do Estado previsto no Art. 208 da Constituição Federal. A iniciativa é fruto de uma cooperação entre as Secretarias de Educação (SEEs) e as Secretarias de Desenvolvimento Social (Sedes), visando garantir o acesso a insumos pedagógicos básicos para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O auxílio é destinado a estudantes entre 4 e 17 anos, regularmente matriculados na rede pública do Distrito Federal, cujos responsáveis sejam beneficiários do Programa Bolsa Família ou congêneres. A concessão exige que o responsável familiar esteja devidamente habilitado nos programas de transferência de renda do Governo Federal, assegurando que o recurso chegue às unidades familiares de maior necessidade.

O modelo de auxílio financeiro direto proporciona agilidade e autonomia, permitindo que as famílias adquiram os materiais de forma imediata, sem a dependência dos prazos de processos licitatórios tradicionais.

Para a educação infantil, o ensino especial e o ensino fundamental serão liberados R\$320 por estudante. Para o ensino médio, serão R\$240 por estudante. Em 2025, ao longo do Programa, foram atendidos um total de 167.042 estudantes, contemplando 118.717 famílias, em um investimento no valor total de R\$ 51.524.160,00 (cinquenta e um milhões, quinhentos e vinte e quatro mil e cento e sessenta reais). Sendo assim, 34.955 estudantes da educação infantil, 106.113 estudantes do ensino fundamental, 24.054 estudantes do ensino médio, 1.717 estudantes da EJA 1º e 2º segmento, 62 estudantes da EJA 3º segmento e 141 estudantes do Ensino Especial.

Para além do suporte financeiro, o CME atua como um vetor de equidade e inclusão. Ao garantir que o estudante possua os mesmos materiais que seus pares, o programa fortalece a autoconfiança e o sentimento de pertencimento, fatores psicológicos cruciais para o desempenho acadêmico.

O programa também apresenta impactos diretos na:

- Redução da evasão escolar, garantindo as condições materiais para a permanência;



- Melhoria do desempenho pedagógico, assegurando que o processo de ensino-aprendizagem não seja interrompido por falta de recursos básicos;
- Economia local, uma vez que os recursos são utilizados em papelerias credenciadas no Distrito Federal.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal (PAE-DF) materializa a execução local do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), uma política pública brasileira de natureza complementar à educação, em operação contínua desde 1955. O PAE-DF é gerido pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e tem como objetivo fomentar o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem e o desempenho acadêmico dos estudantes por meio da garantia de oferta de refeições nutritivas durante o período letivo e da realização de ações educativas voltadas à promoção da saúde e à formação de hábitos alimentares saudáveis.

EIXO DA OFERTA DE ALIMENTOS E COBERTURA

O PAE-DF demonstrou uma ampla cobertura e capacidade operacional no ano letivo de 2025, iniciado em 10 de fevereiro. O Programa atendeu, em média, 384.017 estudantes da Educação Básica, distribuídos em 692 unidades de ensino. O volume total de refeições fornecidas em 2025 alcançou 98.656.170, conforme apresentado no Quadro 4. A distribuição do atendimento por modalidade de ensino e o quantitativo de refeições servidas encontram-se detalhados no quadro anteriormente mencionado, evidenciando a capilaridade do Programa e sua importância para a garantia da alimentação diária dos estudantes.

Quadro 1 - Alimentação Escolar: distribuição do atendimento por modalidade de ensino e o quantitativo de refeições servidas.

MODALIDADE	QUANTITATIVOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Média de alunos (MÊS)	TOTAL DE REFEIÇÕES
PRE ESCOLA	Nº de estudantes	0	47.384	47.384	45.241	45.241	44.360	44.360	43.846	43.666	43.666	43.382	43.382	44.719	11.012.486
	Nº de refeições	0	886.680	1.064.016	1.125.880	1.182.174	1.104.080	441.632	1.144.185	1.194.622	1.140.321	972.504	756.392		
ENSINO FUNDAMENTAL	Nº de estudantes	0	253.509	253.209	248.035	248.035	246.471	246.471	244.202	244.217	244.217	241.073	241.073	246.383	65.785.654
	Nº de refeições	0	5.106.525	6.127.830	6.662.840	6.995.982	6.666.840	2.666.736	6.934.137	7.264.312	6.934.116	5.864.814	4.561.522		
ENSINO ESPECIAL	Nº de estudantes	04.197	4.197	4.329	4.329	4.329	4.267	4.267	4.257	4.205	4.205	4.037	4.037	4.212	834.862
	Nº de refeições	0	62.955	75.546	86.580	90.909	85.340	34.136	89.397	92.510	88.305	72.666	56.518		
CRECHE	Nº de estudantes	0	74	74	136	136	115	115	72	75	75	72	72	92	91.395
	Nº de refeições	0	5.550	6.660	13.600	14.280	11.500	4.600	7.560	8.250	7.875	6.480	5.040		
ENSINO MÉDIO	Nº de estudantes	0	75.515	75.515	75.057	75.057	76.667	76.667	76.256	75.703	75.703	73.418	73.418	75.361	18.308.869
	Nº de refeições	0	1.390.245	1.668.294	1.843.720	1.935.906	1.870.580	748.232	1.958.565	2.048.222	1.955.121	1.625.616	1.264.368		
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	Nº de estudantes	0	12.863	12.863	13.469	13.469	13.978	13.978	13.689	13.133	13.133	12.582	12.582	13.249	2.622.904
	Nº de refeições	0	192.945	231.534	296.380	282.849	279.560	111.824	287.469	288.926	275.793	226.476	176.148		
TOTAL - Nº de estudantes		0	393.242	393.242	386.267	386.267	385.858	385.858	382.322	380.999	380.999	374.564	374.564	384.017	98.656.170
TOTAL - Nº de refeições		0	7.644.900	9.173.880	10.002.000	10.502.100	10.017.900	4.007.160	10.421.313	10.896.842	10.401.531	8.768.556	6.819.988		

A equipe técnica de nutricionistas elaborou os cardápios com base nas diretrizes nutricionais do PNAE, priorizando a oferta de alimentos in natura ou minimamente processados e respeitando a sazonalidade e a cultura alimentar local. No exercício de 2025, foram utilizados 82 tipos de gêneros alimentícios, com ênfase em alimentos frescos e variados.



A lista de gêneros inclui:

- Cereais e Leguminosas: arroz branco, arroz parboilizado, feijão carioca, feijão preto, milho de canjica, fubá.
- Proteínas: peito de frango pré-cozido e desfiado, atum ralado, coxa/sobrecoxa de frango, coxinha da asa de frango, acém moído, paleta suína, lombo suíno, ovo de galinha, filé de tilápia.
- Laticínios e Derivados: leite em pó, queijo muçarela, manteiga, iogurte.
- Hortifruti (frutas): abacaxi, melão, banana, mamão, melancia, maçã, laranja, manga, goiaba, limão, maracujá, morango, tangerina.
- Hortifruti (legumes e verduras): batata inglesa, alho, cebola, abacate, abóbora japonesa, abobrinha italiana, acelga, alface americana, batata doce, beterraba, berinjela, brócolis, cebolinha, cenoura, chuchu, coentro, couve, couve-flor, espinafre, hortelã, inhame, manjeriço, pepino, pimentão, repolho verde, repolho roxo, salsa, tomate, tomate cereja, quiabo, vagem.

No panorama geral das seis distribuições, prevaleceu a classificação ADEQUADO, contemplando a maior parte das modalidades avaliadas. Entretanto, algumas modalidades, sobretudo 1 Refeição e 3 Refeições, foram classificadas como “Precisa de Melhoras” em semanas específicas, sempre associadas a fatores operacionais pontuais ou à sazonalidade de gêneros alimentícios. De forma ampla, os cardápios apresentaram alta conformidade com a legislação do PNAE, ausência total de alimentos proibidos, qualidade nutricional consistente, planejamento adequado e melhorias contínuas, mantendo a classificação geral como ADEQUADO nas seis distribuições analisadas. Os pontos críticos identificados foram circunstanciais e já possuem recomendações claras para ajustes futuros, sem comprometer o desempenho global do Programa. A eficiência logística é crucial para a manutenção da qualidade e da segurança sanitária dos alimentos. No exercício de 2025, foram distribuídos 4.166.199 Kg de gêneros alimentícios não perecíveis e 14.412.242 Kg de gêneros alimentícios perecíveis, totalizando 18.578.441 Kg de alimentos destinados à execução do PAE-DF.

EIXO DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é um componente estratégico do PNAE, concebida como um conjunto de ações formativas, de caráter transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que visa estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis. A articulação com diferentes setores é fundamental para manter a efetividade das ações de EAN. Ao longo do ano, foram realizadas 76 reuniões intersetoriais, abrangendo uma ampla variedade de temas distribuídos em oito eixos temáticos:

- Formação e Capacitações;
- Planejamento e Gestão;
- Nutrição, Cardápios e Monitoramento;
- Projetos, Oficinas e Eventos;
- Agricultura Familiar e Articulação Intersetorial;
- Estratégias Legislativas e Normativos;
- Comunicação e Materiais Educativos;
- Relações Institucionais e Visitas Técnicas.

As ações de formação e capacitação desenvolvidas em 2025 consolidaram-se como instrumentos estratégicos para a disseminação dos conceitos de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), alcançando um público total de 7.851 participantes. A distribuição quantitativa revela um planejamento focado na capilaridade do programa, com destaque para os seguintes pontos:

- Predomínio dos Executores Diretos: o segmento de Merendeiros do PAE-DF constituiu o principal eixo das formações, totalizando 6.054 participantes. Este dado evidencia uma priorização da gestão em capacitar a ponta da execução, garantindo que as diretrizes de segurança alimentar cheguem diretamente ao preparo das refeições.
- Articulação com a Rede Parceira: as Instituições Educacionais Parceiras (IEPs), incluindo OSCs, Cepis e creches conveniadas, somaram 374 participantes (entre



nutricionistas, dirigentes e equipes gestoras), demonstrando o esforço de integração entre a rede pública e a complementar.

- Fortalecimento da Gestão e Docência: o corpo docente e as equipes de coordenação da SEEDF mantiveram uma presença significativa. Somando-se professores, coordenadores intermediários e locais e equipes gestoras específicas, obteve-se um alcance superior a 800 profissionais, fundamentais para a transversalidade da EAN no currículo escolar.

- Intersetorialidade e Engajamento Social: a formação também integrou a comunidade escolar ampliada, registrando 300 participantes em ações que envolveram simultaneamente pais, responsáveis e alunos de diferentes níveis de ensino (fundamental e médio).

- Parceria Acadêmica e Diversidade: a inclusão de 180 estudantes de graduação em Nutrição (UDF/UnICEUB/UnB) reforça o caráter formativo e o diálogo com a academia, enquanto o grupo "Outros" (Comissão Gestora, Fórum e demais atores) contribuiu com 261 participantes, fechando o ciclo de participação social.

- Em suma, os dados de 2025 refletem uma estratégia de formação abrangente, que não apenas instrui tecnicamente os manipuladores de alimentos, mas também sensibiliza os gestores, educa os docentes e integra a comunidade externa, fortalecendo a rede de segurança alimentar do Distrito Federal.

SAÚDE ESCOLAR

PROJETO NOVO OLHAR

O Projeto NOVO OLHAR disponibiliza consultas oftalmológicas a estudantes da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), regularmente matriculados nas Unidades de Ensino da Rede Pública do Distrito Federal. Os alunos que necessitam de correção visual podem escolher armações de óculos em diferentes tamanhos, formatos e cores para posterior confecção e entrega gratuita. Para serem atendidos, os alunos com matrícula ativa na SEEDF devem comparecer ao local acompanhados dos pais e/ou responsáveis, conforme cronograma previamente estabelecido. No contexto do Projeto Novo Olhar, ao longo do ano de 2025, foram realizadas, entre os meses de março a novembro, 1.284 consultas oftalmológicas e confeccionados 926 óculos prontos.

Devido à natureza específica dos atendimentos oftalmológicos, a quantidade de consultas realizadas mensalmente não apresenta um padrão uniforme. Essa variação impacta diretamente a demanda por óculos, que também é marcadamente variável. Além disso, a quantidade de matrículas registradas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal influencia diretamente a demanda pelos serviços de saúde ocular. Estima-se que para o próximo ano serão ofertados em torno de 1.153 óculos prontos.

BOLETINS INFORMATIVOS DE SAÚDE DO ESTUDANTE

O Boletim Saúde do Estudante é uma iniciativa voltada à produção e à disseminação de informações relevantes sobre a saúde dos estudantes e aspectos correlatos. O documento aborda uma variedade de temas relacionados à saúde por meio da criação e do compartilhamento de boletins informativos. Esses recursos informativos são elaborados com a finalidade de alcançar toda a comunidade escolar, sendo compartilhados com as Coordenações Regionais de Ensino e suas unidades escolares vinculadas.

No ano de 2025, foram publicados os documentos a seguir: Boletim de Saúde - Edição 1 - Doenças Respiratórias na Escola; O que é preciso saber?; Boletim de Saúde - Edição 2 - Cuidados com a Audição para os Estudantes; Boletim de Saúde - Edição 3 - Isso não é brincadeira! O perigo dos desafios com desodorante; Boletim de Saúde - Edição 4 - Vacinas e Desinformação; Boletim de Saúde - Edição 5 - A influência dos fatores ambientais na saúde da população - Cuidar do Ambiente é Cuidar da Saúde e Boletim de Saúde - Edição 6 - Doenças Tropicais Negligenciadas.

PROJETO CIRANDA DO CORAÇÃO

O projeto em tela se insere no Programa de Saúde Mental dos Estudantes e visa promover a saúde mental no território escolar e o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem



o pleno desenvolvimento dos estudantes da rede pública, proporcionar ao estudante em situação de vulnerabilidade um espaço acolhedor e lúdico onde possa se expressar e ressignificar suas experiências, bem como desenvolver suas competências socioemocionais.

Em 2024, foram realizadas oficinas junto a alunos e professores, sendo que foram registrados mais de 470 atendimentos para alunos. O projeto foi retomado a partir de junho de 2025. Até então foram realizadas 3 reuniões com a equipe gestora e orientadora escolar (4 profissionais), duas coletivas com os professores (18 professores), duas reuniões com pais e responsáveis (15) e 16 oficinas com os estudantes (em média 160 estudantes).

PROJETO ACOLHENDO CORAÇÕES JOVENS: DIÁLOGOS EM SAÚDE

O projeto visa promover reflexões sobre saúde mental entre os estudantes, através de palestras e rodas de conversa. Propõe-se criar um espaço onde os estudantes possam aprender sobre saúde mental, compartilhar experiências e desenvolver habilidades para lidar com os desafios socioemocionais do cotidiano.

O Projeto Acolhendo Corações Jovens insere-se no Programa de Saúde Mental dos Estudantes e possibilita a ampliação da educação emocional deles, favorecendo o reconhecimento, a nomeação e a expressão adequada de sentimentos e emoções. Além disso, contribui para a redução de estigmas e preconceitos relacionados à saúde mental, promovendo maior abertura para o diálogo, a escuta e a busca por apoio quando necessário. Ao incentivar reflexões sobre o cuidado de si e do outro, o projeto fortalece o protagonismo juvenil e o desenvolvimento pessoal dos participantes. Nesse processo, estimula o aprimoramento de competências socioemocionais, como empatia, autocontrole, responsabilidade e tomada de decisões saudáveis, elementos fundamentais para a formação integral e o bem-estar dos jovens no contexto escolar e social.

Participaram das ações do projeto 1690 estudantes e 95 profissionais.

PROJETO CUIDANDO DE SI: FAZENDO ESCOLHAS MAIS SAUDÁVEIS

O projeto busca trabalhar a questão da prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e à gravidez na adolescência, em formato de roda de conversa para estudantes da rede pública de ensino. No ano de 2025, foram contemplados mais de mil estudantes matriculados no ensino fundamental.

O projeto está relacionado ao Programa Saúde na Escola (PSE), política instituída pelo Decreto Nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, que tem a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica, por meio de ações que integram os setores da saúde e da educação.

PROJETO LIVRES DA FUMAÇA

O projeto visa promover a prevenção do uso inicial e contínuo dos DEFs e do Tabaco pelos estudantes da rede pública do DF, por meio de ações informativas e participativas. Em 2025, o projeto contemplou dezenas de profissionais da educação bem como mais de mil estudantes.

PROJETO AUDIOLOGIA NAS ESCOLAS

O projeto busca realizar exame de emissões otoacústicas evocadas (EOA), avaliação simplificada do processamento auditivo (ASPA) e teste de habilidade de atenção auditiva sustentada (THAAS). O público-alvo são os estudantes da SEEDF. Em 2025, foram ofertados, entre abril e junho, mais de noventa atendimentos.

PROJETO CAMINHOS DA VOZ

O projeto visa mapear a condição fonoaudiológica dos estudantes da rede pública de ensino e identificar educandos com possíveis alterações de linguagem oral e escrita e da qualidade vocal. Em 2025, foram ofertados, entre abril e agosto, mais de noventa atendimentos. Dentre os resultados esperados, objetiva-se fomentar a aquisição, o desenvolvimento e o aprimoramento dos aspectos relacionados à linguagem oral, escrita e



sinalizada, à voz, à audição, às funções, às estruturas orofaciais e orientar e encaminhar estudantes com alteração de linguagem identificada na triagem.

PROJETO FALANDO DISSO! CAMINHOS PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

O projeto tem como objetivo promover relações saudáveis e respeitadas entre adolescentes, conscientizar acerca dos padrões de comportamento violentos e estereótipos de gênero e desenvolver perspectivas de projetos de vida dos estudantes.

Em 2025, o projeto contemplou várias regionais de ensino. São desenvolvidas palestras e oficinas temáticas para trabalhar a prevenção da violência de gênero nas instituições de ensino públicas. O projeto fundamenta-se na educação como ferramenta de enfrentamento à violência de gênero e de transformação social, visando a equidade de gênero e a modificação de padrões socioculturais machistas e violentos entre os estudantes. São realizadas oficinas temáticas com o objetivo de desenvolver ações de educação em saúde para prevenir a violência de gênero. Até o momento, foram alcançados, por meio das ações do projeto, 1056 estudantes e 34 profissionais de educação.

PROJETO FALANDO DISSO COM CRIANÇAS: CAMINHOS PARA A UMA INFÂNCIA SEGURA

O projeto tem como objetivo promover ações de educação em saúde para construir estratégias para lidar com a violência sexual contra crianças, junto aos profissionais e alunos da educação infantil e anos iniciais, de maneira lúdica e adequada para as suas faixas etárias. O projeto se iniciou em janeiro de 2025 e já contemplou 62 profissionais da educação e 38 responsáveis familiares. A proposta é que as crianças sejam protagonistas na criação de um ambiente escolar baseado em relações saudáveis, desenvolvimento da autonomia e conhecimento do próprio corpo.

PONTES PARA O MUNDO - PREPARAÇÃO PSICOLÓGICA PARA O INTERCÂMBIO

O projeto visa preparar o estudante para lidar emocionalmente com as adaptações culturais, fortalecer sua autonomia e resiliência, promovendo bem-estar durante o intercâmbio. Foi realizada preparação psicológica dos estudantes e preparação com as famílias, contemplando 115 estudantes e 131 responsáveis familiares. O projeto objetivou que a preparação psicológica realizada fosse capaz de fornecer subsídios para o bom andamento do intercâmbio realizado no contexto do projeto Pontes Para o Mundo.

PROJETO A-BE-CÊ

O projeto tem como objetivo realizar a triagem fonoaudiológica dos estudantes da rede pública de ensino no âmbito da CRE Recanto das Emas. Foram realizados 39 atendimentos em junho e 18 atendimentos em julho.

PROJETO +SAÚDE NAS ESCOLAS

O Projeto +Saúde nas Escolas contempla ações voltadas à prevenção de doenças respiratórias, à orientação sobre vacinas e calendário vacinal, além da promoção de hábitos de higiene e de cuidados com a saúde no ambiente escolar. Essas ações fortalecem o compromisso da escola com a promoção da saúde, a conscientização e o bem-estar de toda a comunidade educativa. Atualmente, o projeto está sendo desenvolvido com o tema "Noções em Primeiros Socorros", que tem como foco principal a capacitação dos professores e demais profissionais. Nesse sentido, o projeto visitou o Centro de Ensino Especial 01 de Brasília, nos dias 10 e 17 de setembro, e contemplou 135 profissionais de educação.

A iniciativa busca consolidar uma cultura de cuidado, empatia e responsabilidade coletiva dentro da escola, promovendo um ambiente mais seguro, humanizado e acolhedor. A formação contribui para que os profissionais se sintam mais confiantes e preparados para lidar com situações imprevistas, fortalecendo o trabalho em equipe e a proteção de todos os estudantes.

UNIFORME ESCOLAR



DISTRIBUIÇÃO AOS ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA REGULAR

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal fornece aos seus estudantes itens, que compõem o uniforme escolar, quais sejam: bermuda, calça, camiseta de mangas curtas, camiseta regata e casaco unissex padronizados conforme as especificações contidas, que tratam da padronização de uniforme escolar na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Todos os estudantes das Instituições Educacionais da rede pública regular de ensino do Distrito Federal, ao longo de 2025, foram beneficiados, sendo distribuídas um total de 2.944.956 peças a 420.708 estudantes, conforme Quadro 3.

Quadro 2 - Distribuição de Uniforme aos Estudantes da Rede Pública Regular

Total Geral de Peças Entregues	Total Geral de Escolas que receberam uniformes	Total Geral de Estudantes contemplados
2.944.956	656	420.708

Para o recebimento do benefício, o estudante deve estar devidamente matriculado e com status ativo na rede pública. A política de uniformização encontra-se amparada nos Artigos 205 e 211 da Constituição Federal e na LDB Nº 9.394/1996, que estabelecem o dever do Estado em garantir condições de igualdade para o acesso e a permanência na escola. Localmente, a Lei Nº 1.161/96 e o Regimento da Rede Pública de Ensino do DF (2019) regulamentam a padronização obrigatória, incluindo o Brasão das Armas do Distrito Federal e a identificação das unidades.

A adoção do uniforme escolar transcende a mera padronização visual, refletindo impactos diretos no cotidiano escolar:

- Promoção da Equidade: reduz as distinções socioeconômicas visíveis entre os estudantes, mitigando a pressão social e o bullying relacionados ao vestuário.
- Segurança Institucional: facilita a identificação imediata dos discentes dentro e fora do ambiente escolar, auxiliando no controle de acesso e na prevenção de riscos.
- Foco na Aprendizagem: contribui para que o ambiente pedagógico seja focado nos processos de ensino, minimizando distrações externas.
- Pertencimento: fortalece a identidade estudantil e o vínculo com a instituição de ensino.

DISTRIBUIÇÃO AOS ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA DAS ESCOLAS DE GESTÃO COMPARTILHADA / COLÉGIOS CÍVICO-MILITARES DO DISTRITO FEDERAL 2025

O fornecimento de uniformes para as Escolas de Gestão Compartilhada e Colégios Cívico-Militares é regido por diretrizes específicas que buscam a padronização e a identidade visual própria desta modalidade. O conjunto é composto por camisetas meia-manga com gola redonda, calças e bermudas com elástico, além de casaco sem capuz, todos projetados para garantir conforto e mobilidade durante as atividades pedagógicas e disciplinares.

O público beneficiário são todos os estudantes das Unidades Escolares da rede pública regular de ensino do Distrito Federal (Colégios cívico-militares). Ao longo de 2025, foram distribuídas um total de 151.681 peças a estudantes, conforme quadro abaixo:

Quadro 3 - Distribuição de Uniforme aos Estudantes da Rede Pública das Escolas de Gestão Compartilhada/Colégios Cívico-Militares do DF

Total Geral de Peças Entregues	Total Geral de Escolas que receberam uniformes	Total Geral de Estudantes contemplados
151.681	17	21.669

A política de uniformização nestas unidades ampara-se no regime de colaboração previsto no Art. 211 da Constituição Federal e na LDB Nº 9.394/1996. De forma específica, o modelo segue a Portaria Conjunta Nº 11, de 23 de outubro de 2019, que aprovou o Regulamento Básico de Uniformes do Projeto Escola de Gestão Compartilhada, integrando-o ao Regimento Escolar e ao Regulamento Disciplinar da modalidade.



Conforme o parecer técnico da área especializada, o uniforme escolar nestas unidades supera a antiga visão meramente disciplinadora, adquirindo cinco dimensões educativas fundamentais:

- **Segurança:** permite a identificação imediata dos discentes tanto no interior da escola quanto em trajetos externos, facilitando o monitoramento e o controle de acesso de estranhos.
- **Identidade e Pertencimento:** promove a integração do indivíduo ao grupo, cultivando o zelo pelo ambiente escolar e o orgulho pela instituição, o que impacta positivamente a convivência coletiva.
- **Praticidade e Economia:** representa um suporte financeiro às famílias, evitando o desgaste de vestuários civis e garantindo trajes adequados para as diferentes atividades escolares.
- **Promoção da Igualdade:** atua como equalizador das diferenças socioeconômicas, reduzindo barreiras discriminatórias e neutralizando pressões relacionadas a modismos e consumo.
- **Redução de Conflitos:** em contextos de polarização, o uniforme atua como um elemento neutro, minimizando desentendimentos derivados de associações ideológicas ou de grupos demonstrados por roupas customizadas.
- **A oferta gratuita do uniforme é compreendida pela SEEDF como uma extensão do preceito constitucional da gratuidade do ensino público.** Para que o acesso seja efetivamente igualitário, o Estado deve prover não apenas o ensino, mas os insumos necessários ao processo — material didático e vestuário.

Ao contemplar todos os estudantes da Gestão Compartilhada, sem distinção de renda, o programa fortalece o desenvolvimento psicossocial e o sentimento de "ser parte de algo maior", consolidando uma educação para a paz, a transparência e a eficiência na gestão de recursos públicos.

PROGRAMA PASSE LIVRE ESTUDANTIL

O Passe Livre Estudantil consolida-se como um pilar fundamental da política de assistência estudantil e mobilidade urbana no Distrito Federal. A sua operacionalização assenta numa cooperação interinstitucional estratégica: enquanto a Secretaria de Estado de Educação (SEEDF) assegura o suporte orçamentário necessário, a Secretaria de Estado de Mobilidade (SEMOB) detém a responsabilidade pela execução e fiscalização do serviço. Esta articulação entre as pastas é essencial para garantir que o fluxo de recursos acompanhe a procura real dos utilizadores, assegurando a democratização do acesso às instituições de ensino e contribuindo diretamente para a redução dos índices de evasão escolar no território.

No que respeita ao perfil do público beneficiado, o programa demonstra uma capilaridade social elevada, alcançando estudantes de diversos níveis e modalidades de ensino. O atendimento abrange desde alunos do ensino fundamental e médio da rede pública — que constituem a maioria dos beneficiários — até estudantes do ensino superior e das modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e cursos técnicos. O volume de utilização do benefício apresenta uma flutuação sazonal intrínseca ao calendário académico, com reduções previstas nos períodos de férias, o que exige um planeamento financeiro resiliente por parte dos gestores para garantir o equilíbrio do sistema ao longo de todo o ano letivo.

Sob a ótica da gestão de excelência, a eficiência do programa é sustentada por mecanismos de controlo e transparência, como a utilização de tecnologias de biometria e a integração de bases de dados sociais. Estas ferramentas permitem uma aplicação mais precisa do erário público, mitigando irregularidades e assegurando que o benefício chegue ao público-alvo de forma célere. Desta forma, o Passe Livre Estudantil transcende a função de mero subsídio ao transporte, posicionando-se como um investimento estratégico no capital humano e um instrumento de viabilização do direito constitucional à educação.



PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR

Em 2025, a SEEDF realizou ações fundamentais para assegurar o acesso dos estudantes ao transporte escolar, em alinhamento ao PPA, ao Plano Estratégico e às diretrizes do EDUCADF. As principais entregas foram:

- Gestão da oferta e organização do atendimento, com monitoramento contínuo das rotas e análise das demandas encaminhadas por CREs, Uniaes e unidades escolares.;
- Avaliação técnica para criação, alteração ou exclusão de itinerários, observando critérios de segurança, viabilidade, prioridade pedagógica e economicidade;
- Análise e conferência dos Termos de Compromisso, garantindo conformidade com as normas de atendimento ao transporte escolar;
- Registro e acompanhamento das demandas operacionais das CREs e Uniaes, com emissão de orientações técnicas e suporte no alinhamento com as empresas contratadas;
- Suporte às ações de fiscalização, com envio de informações e validações necessárias ao acompanhamento contratual;
- Orientação às unidades escolares sobre fluxos de solicitação, reposição de dias letivos, regularização de atendimento e documentação necessária;
- Elaboração de notas técnicas e orientações internas, assegurando padronização e uniformidade dos procedimentos;
- Monitoramento diferenciado do atendimento aos estudantes da Educação Especial, com validação específica dos critérios e do acompanhamento de casos sensíveis;
- Integração e fortalecimento das ações vinculadas ao transporte escolar.

Essas ações contribuíram diretamente para a garantia do acesso e da permanência dos estudantes, reforçando o compromisso institucional com a segurança e a eficiência do atendimento, alcançando aproximadamente 70,5 mil alunos atendidos mensalmente em atividades regulares, sendo em sua maioria do ensino fundamental.

Além das atividades previstas no programa orçamentário, executou ações complementares relevantes para a continuidade e qualidade do transporte escolar:

- Atendimento de situações emergenciais, como interrupções de rotas, demandas excepcionais e ajustes decorrentes de condições climáticas ou operacionais;
- Suporte às CREs em casos complexos, envolvendo estudantes em vulnerabilidade, áreas rurais e rotas de difícil acesso;
- Aprimoramento dos fluxos internos, com reorganização dos processos, padronização documental e melhoria da tramitação no SEI;
- Participação em reuniões técnicas com outras unidades, visando alinhamento dos procedimentos e aprimoramento do atendimento;
- Atuação junto às empresas prestadoras, para correção de rotas, ajustes operacionais e consolidação de informações;
- Acompanhamento de projetos específicos, com foco no atendimento à Educação Especial e aos estudantes do campo.

Tais ações fortaleceram a gestão operacional e contribuíram para maior regularidade e qualidade no atendimento aos estudantes.

PROGRAMA DE BENEFÍCIO EDUCACIONAL SOCIAL (PBES) - CARTÃO CRECHE

O Cartão Creche é uma iniciativa prioritária do Governo do Distrito Federal, sancionada como Lei Distrital em 2022, que visa expandir a oferta de vagas na educação infantil por meio do auxílio financeiro direto. O programa é fundamental para o cumprimento da Meta 1 do Plano Distrital de Educação (PDE), que estabelece a ampliação da oferta de creches para atender, no mínimo, 60% das crianças de 0 a 3 anos até 2025.

O benefício destina-se a crianças de 0 a 3 anos e 11 meses, devidamente inscritas e validadas no sistema de gestão de vagas da Secretaria de Educação, conforme os critérios da Portaria Nº 451/2016. O auxílio financeiro, que pode atingir o valor de R\$ 1.472,46 por criança (Decreto Nº 47.395), é repassado mensalmente para o custeio de mensalidades em instituições privadas credenciadas, garantindo serviços de qualidade e desenvolvimento pleno nos primeiros anos de vida.



Ao longo de 2025, de Janeiro a Setembro, foram beneficiados um total de 77.145 estudantes e investidos o valor total de R\$ 66.045.171,15 (sessenta e seis milhões, quarenta e cinco mil e cento e setenta e um reais e quinze centavos).

O Cartão Creche transcende a esfera educacional, atuando como uma ferramenta de fortalecimento da cidadania e do fomento econômico:

- Desenvolvimento infantil: garante o acesso a estímulos pedagógicos cruciais na janela de maior plasticidade cerebral da criança.
- Emancipação feminina: ampara mães e responsáveis legais, especialmente famílias monoparentais, viabilizando a realocação no mercado de trabalho e a geração de renda familiar.
- Redução de Desigualdades: democratiza o acesso à educação de qualidade, assegurando que o suporte estatal chegue às famílias que não foram contempladas por vagas em unidades próprias da rede.

MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A SEEDF desempenhou papel estratégico no desenvolvimento, acompanhamento e modernização das soluções tecnológicas essenciais. As realizações a seguir foram identificadas a partir da análise detalhada dos documentos fornecidos:

- Apoio técnico e análise detalhada do Módulo Cultura de Paz do EducaDF, identificando falhas como funcionalidades inoperantes, inconsistências documentais, problemas de vínculo automático de gestor, datas incorretas (ex.: 31/12/1969) e falhas na triagem de notificações;
- Estruturação e encaminhamento do Módulo de Concursos e Circuitos Educacionais, com parametrização de regras, etapas, formulários e fluxos independentes;
- Recebimento e início das tratativas para o sistema de inscrições do Programa DF Alfabetizado, visando substituir processos manuais de grande volume;
- Proposição de implementação de Machine Learning, Inteligência Artificial e CMS Headless nos sistemas da SEEDF, modernizando a arquitetura tecnológica;
- Início das tratativas para adequação do sistema EducaDF Digital ao eMAG, assegurando acessibilidade plena;
- Apoio a soluções tecnológicas voltadas à gestão do Escritório de Processos, Cadeia Integrada de Valor e Governança Digital;
- Recebimento e acolhimento das demandas de criação de sistemas para Gestão Correcional, voltados ao monitoramento de riscos, registros correcionais, processos disciplinares e transparência ativa;
- Apoio à construção de sistemas integrados com a Secretaria de Saúde para acompanhamento de estudantes com necessidades clínicas, observando LGPD, interoperabilidade e segurança de dados;
- Suporte à criação de ferramenta WebGIS para visualização geoespacial dos resultados da ProvaDF 2024, melhorando a análise pedagógica regionalizada.
- Foram realizadas ações extraordinárias que ampliaram significativamente a capacidade tecnológica, operacional e institucional da SEEDF. Essas ações foram desenvolvidas além dos programas habituais, reforçando a transformação digital e fortalecendo a governança pública, são elas:
 - Desenvolvimento de sistemas destinados ao acompanhamento detalhado de estudantes com necessidades de saúde, com controle de dados sensíveis, integração via APIs SES/SEEDF e atendimento ao MPDFT;
 - Implementação de iniciativas estruturantes de Governança Pública, como sistemas de gestão de processos, cadeia de valor, gestão do conhecimento e repositórios institucionais;
 - Modernização de fluxos pedagógicos e administrativos, com automação de concursos, inscrições e análises territoriais;
 - Acompanhamento rigoroso da fábrica de software, corrigindo inconformidades, revisando documentação, orientando melhorias e garantindo qualidade técnica;
 - Avanço em soluções inovadoras, incluindo IA, ML, CMS Headless e adequação robusta ao eMAG;



- Apoio a projetos intersetoriais, incluindo tecnologia para saúde, correção, governança e segurança escolar.

- As principais dificuldades encontradas envolveram inconsistências técnicas graves nos módulos em desenvolvimento, o acúmulo de demandas simultâneas e urgentes de diversas áreas, a falta de padronização nos documentos enviados pelas unidades solicitantes, a dependência de bases externas e de requisitos legais complexos, especialmente aqueles ligados à saúde e à LGPD, além das limitações de capacidade operacional da fábrica de software.

Os principais problemas na execução incluíram falhas funcionais recorrentes, como notificações travadas e triagens inoperantes, retrabalhos gerados por documentação inconsistente, atrasos decorrentes de cronogramas não cumpridos e da necessidade de ajustes emergenciais, além da demanda por maior maturidade nos processos de integração entre SES e SEEDF.

As perspectivas para o próximo exercício incluem a consolidação da transformação digital com uso ampliado de tecnologias avançadas, como inteligência artificial, machine learning e automação, o fortalecimento da governança digital e dos sistemas estratégicos, a expansão da acessibilidade digital com foco na melhoria da experiência do usuário, o avanço na padronização e na gestão integrada de demandas, além da redução de retrabalho por meio de documentação mais consistente e alinhada às necessidades técnicas.

CENSO ESCOLAR

O Censo Escolar constitui o principal levantamento estatístico acerca das etapas e das modalidades da Educação Básica no Distrito Federal. Seus dados são fundamentais para a formulação de políticas públicas, possibilitando ao governo e à sociedade uma visão precisa da realidade educacional. Por meio dele, são coletadas informações sobre infraestrutura, matrículas, docentes, turmas e demais variáveis que subsidiam decisões relacionadas ao planejamento educacional, programas governamentais e distribuição de recursos, como o PDAF, além de orientar ações de transporte escolar, alimentação, obras, contratação de pessoal e modulação de servidores.

Ao longo de 2025, a equipe desenvolveu diversas ações para promover, acompanhar e consolidar as etapas do Censo Escolar no Distrito Federal. Entre elas, destacam-se: atualizações do Sistema do Censo Escolar para as coletas de Movimento e Rendimento 2024 e 2025; atualização cadastral de unidades escolares; elaboração e entrega de manuais, tutoriais e cadernos de conceitos; realização das coletas anual e semestral; formações para secretários escolares e Uniplats; visitas técnicas; acompanhamento e correção dos dados no Educacenso; emissão de relatórios de matrículas e turmas e entrega de informações para subsidiar a Prestação de Contas do Governador e o repasse de recursos educacionais.

Tais iniciativas reforçam o papel estratégico no monitoramento e na validação dos dados educacionais. As estatísticas produzidas pelo Censo Escolar servem de base para o repasse de recursos federais e para o planejamento das avaliações conduzidas pelo Inep. Assim, o levantamento é essencial para compreender o panorama educacional e avaliar a efetividade das políticas públicas. As ações referentes ao Censo Escolar são executadas anualmente, seguindo o cronograma estabelecido pelo Inep e pela Secretaria de Educação. Os resultados alcançados em 2025 incluem a consolidação de dados que possibilitaram a elaboração de estudos, relatórios analíticos e dashboards voltados à divulgação de informações qualificadas. Esses produtos subsidiam diagnósticos, planejamento estratégico e distribuição de recursos, fortalecendo a gestão escolar e ampliando a transparência.

GESTÃO DOS BANCOS DE DADOS EDUCACIONAIS

A administração de bancos de dados é estratégica para garantir o funcionamento adequado dos sistemas institucionais da SEEDF, assegurando a integridade, disponibilidade e confiabilidade das informações. Em 2025, foram executadas ações contínuas de guarda, suporte e alimentação das bases de dados, além do envio de informações ao MEC para o Programa Pé-de-Meia, do apoio técnico ao processo de Telematrícula para 2026 e da migração de dados entre os sistemas corporativos da SEEDF, como i-Educar, SIGEP e



SUGEP. Também foram estabelecidas parcerias institucionais para compartilhamento seguro de dados por meio de APIs, promovendo interoperabilidade e modernização tecnológica. As ações resultaram em um ambiente tecnológico mais estável, seguro e integrado, com melhorias significativas na eficiência operacional, qualidade dos dados, disponibilidade de informações e agilidade no atendimento às áreas finalísticas. Entre os resultados específicos, destacam-se aprimoramento de processos de manutenção e performance, segurança reforçada, produção de documentação técnica, satisfação dos usuários, envio de dados ao MEC, elaboração de termos de cooperação e construção de APIs de integração.

TRATAMENTO, ESTUDOS E DISSEMINAÇÃO DE DADOS EDUCACIONAIS

Com o objetivo de ampliar a transparência e facilitar o acesso às informações educacionais, a SEEDF tem desenvolvido dashboards, estudos e notas técnicas disponibilizados no Portal de Governança Pública da SEEDF, no sítio <https://governancaeducadf.se.df.gov.br/portal-dados/>. Essas ferramentas oferecem dados atualizados e análises estratégicas, apoiando processos decisórios e o planejamento educacional. As ações de 2025 incluíram alimentação do portal, extração de dados para respostas institucionais, uso de georreferenciamento para identificação de demanda reprimida, desenvolvimento de dashboards temáticos, atualização de painéis existentes e publicação de notas técnicas sobre cenários de matrícula, demanda educacional e histórico escolar.

Estudos sobre a instalação de escolas e a evolução da educação pública também foram concluídos. As seguintes notas técnicas foram elaboradas:

- Estimativas de matrículas na educação básica da Rede Pública vinculadas à SEEDF – 2024 a 2030;
- Onde moram e onde estudam os alunos do Distrito Federal;
- A demanda educacional na RA Fercal entre 2021 e 2023;
- A demanda educacional na RA Água Quente entre 2021 e 2023;
- A demanda educacional na RA Arapoanga entre 2021 e 2023;
- A demanda educacional na RA Arniqueira entre 2021 e 2023;
- A demanda educacional na RA Varjão entre 2021 e 2023;
- A demanda educacional na RA SCIA/Estrutural entre 2021 e 2023;
- A demanda educacional na RA Itapoã entre 2021 e 2023;
- A demanda educacional na RA Sobradinho II entre 2021 e 2023;
- A demanda educacional na RA Lago Sul entre 2021 e 2023;
- Nota Técnica – Cenário na RA do Paranoá – 2021-2023;
- Breve cenário de oferta e demanda em Planaltina entre 2021 e 2023;
- Breve cenário de oferta e demanda do Plano Piloto entre 2021 e 2023;
- Nota Técnica – cenário na RA São Sebastião: área rural – 2021-2023;
- Nota Técnica – unidades de ensino e matrículas na RA de Taguatinga;
- Estudantes matriculados no Riacho Fundo I que residem fora da circunscrição da Coordenação Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante;
- Onde moram os alunos do Riacho Fundo.
- Foram elaborados os seguintes estudos:
 - A Instalação das Escolas no Distrito Federal - Década de 1990;
 - A Instalação das Escolas no Distrito Federal - Escolas do Novo Milênio;
 - A Instalação dos Cepis no Distrito Federal;
 - A História da Educação Pública no Distrito Federal: Origens, Desafios e Consolidação - 1957 2025.

Além disso, foi atualizado o Plano de Dados Abertos (PDA), consolidando a política de transparência ativa da Secretaria e promovendo o acesso público a informações educacionais qualificadas. As ações conduzidas têm caráter contínuo e evolutivo, acompanhando as demandas institucionais e as atualizações dos sistemas de gestão. Os resultados incluem o fortalecimento da cultura de dados na SEEDF, maior precisão no planejamento e na alocação de recursos, identificação ágil de demandas educacionais, ampliação da transparência e incentivo ao uso de evidências nas decisões estratégicas. A implementação do Plano de Dados Abertos consolidou a política de transparência e reforçou o compromisso institucional com a participação social.



ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PAINÉIS BUSINESS INTELLIGENCE

Com o objetivo de aprimorar a divulgação ativa dos dados educacionais, deu-se continuidade à elaboração de painéis interativos em Business Intelligence (BI). Essa iniciativa visa não apenas ampliar a transparência, mas também facilitar a análise e a disseminação de informações educacionais junto às equipes gestoras, aos pesquisadores e à sociedade em geral. Adicionalmente, foram elaborados estudos analíticos sobre a Educação Básica, com especial atenção a indicadores estratégicos como demanda educacional, taxas de rendimento, abandono e evasão escolar.

Esses estudos têm como meta identificar os principais desafios enfrentados pela rede de ensino, subsidiar decisões de caráter estratégico e fundamentar a proposição de soluções que promovam melhorias significativas nos processos de ensino e aprendizagem, fortalecendo, assim, o planejamento educacional do Distrito Federal. Com vistas a fortalecer a política de transparência ativa e ampliar o acesso público às informações educacionais, foram publicados no Portal de Dados Abertos da SEEDF relatórios detalhados sobre as turmas, as matrículas, as escolas, os docentes e a situação dos estudantes, além da disponibilização de dados referentes ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Essa iniciativa visa garantir a democratização do acesso às informações, permitindo à sociedade, aos pesquisadores e aos gestores educacionais a utilização de dados oficiais para fins de acompanhamento de indicadores, formulação de análises, monitoramento de políticas públicas e aprimoramento da gestão da educação no Distrito Federal.

ATENDIMENTO AO USUÁRIO

Ao longo de 2025, a SEEDF realizou ações estratégicas para assegurar o suporte técnico e a melhoria da infraestrutura tecnológica, apesar dos desafios significativos. No âmbito do suporte técnico, foram registrados os seguintes avanços:

Suporte N1: atendimento a 23.785 chamados de Unidades Administrativas e Unidades Escolares da SEEDF.

Suporte N2: realização de 827 atendimentos presenciais em diversas unidades, incluindo Sede I, Sede III, EAPE e Coordenações Regionais de Ensino.

Suporte N3: atendimento a 137 chamados especializados.

IMPLANTAÇÃO DE REDE LÓGICA NAS UNIDADES ESCOLARES

Na Secretaria de Estado de Educação do DF, a rede lógica cabeada encontra-se em fase de implantação em 36 unidades escolares localizadas nas Coordenações Regionais de Ensino de Sobradinho, do Recanto das Emas e do Núcleo Bandeirante. A iniciativa visa modernizar a infraestrutura tecnológica das escolas, garantindo conectividade estável e segura para estudantes, professores e equipes administrativas. Essa ação integra os esforços da Secretaria de Educação para atender às diretrizes da Política Nacional de Educação Conectada (PNEC) e do Programa Horizontes Digitais, ampliando o acesso a recursos pedagógicos digitais e fortalecendo a transformação digital no ambiente educacional.

MODERNIZAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO

Em 2025, consolidou-se um ciclo de modernização e fortalecimento da governança tecnológica, com ações voltadas à segurança da informação, à inovação digital e à ampliação da infraestrutura institucional. As contratações e as iniciativas estratégicas desenvolvidas no período respondem diretamente ao Eixo de Modernização da Infraestrutura Tecnológica e ao pilar de tecnologia do Programa Horizontes Digitais, visando a renovação do parque tecnológico, a ampliação da conectividade e a criação de ambientes pedagógicos tecnologicamente adequados para fortalecer o processo de ensino e aprendizagem na rede pública do Distrito Federal. As ações de modernização no período concentraram-se em múltiplas frentes de aquisição de equipamentos e serviços de tecnologia. Foi iniciada a aquisição de computadores para substituição e reposição de equipamentos administrativos de nível central, intermediário e unidades escolares, incluindo



a reestruturação de laboratórios de informática, permitindo que a substituição de equipamentos e envio de máquinas para as unidades escolares.

Em paralelo, foi conduzida a aquisição de computadores portáteis do tipo Chromebook, com licença de gerenciamento CEU e gabinetes para armazenamento, transporte e recarga, visando apoiar as iniciativas educacionais do Programa EducaDF: Horizontes Digitais. Adicionalmente, iniciou-se a execução do contrato de serviço de desktops em nuvem (Desktop as a Service - DaaS) para atender às necessidades de funcionamento dos Centros de Educação Profissional vinculados à SEEDF.

O objetivo central das contratações é atender à necessidade de substituição de equipamentos obsoletos, garantindo a continuidade e a otimização dos serviços essenciais prestados pela Secretaria. Essas iniciativas alinham-se à frente estratégica de Modernização da Infraestrutura Tecnológica do PDTI, viabilizando a implantação de novos serviços e aplicativos educacionais que exigem maior capacidade de processamento.

Especificamente, a aquisição de Chromebooks busca dar eficiência à implementação do Programa EducaDF: Horizontes Digitais, que visa modernizar a rede e incorporar tecnologias avançadas nas práticas pedagógicas para preparar os estudantes para os desafios do século XXI. Já a contratação de Cloud Desktops visa amparar as demandas de alta performance dos Centros de Educação Profissional, que ministram cursos técnicos em áreas como Desenvolvimento de Software, Redes de Computadores e Arquitetura e Design. Para a aquisição de computadores, após a realização do pregão eletrônico, foram recebidos 3.699 equipamentos.

No que tange à aquisição de Chromebooks, foi solicitada a utilização do saldo remanescente da ata de registro de preços para a formalização e assinatura do contrato referente ao pedido de 2.233 unidades. A contratação de Desktop Cloud foi renovada e encontra-se em execução dos serviços.

Programação Orçamentária não executada

Os subtítulos 0005 e 0004, da ação 3632 - SAÚDE ESCOLAR apresentou a programação orçamentária não executada devido a reprogramação orçamentária da unidade.

O subtítulo 0004, da ação 4047 - ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE apresentou a programação orçamentária não executada devido a reprogramação orçamentária da unidade.

Os subtítulos 0005,0006,0007,0008,0009,0010 da ação 4202 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE apresentou a programação orçamentária não executada devido a reprogramação orçamentária da unidade.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10614 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (REDE PÚBLICA).	ÍNDICE	5,90	01/11/2021	Bianual	6,00	5,90	X	X	6,20	X	X	X	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP/MEC
Justificativa: 2024 - O Ideb das unidades escolares que ofertam os Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede pública de ensino do Distrito Federal seguiu uma tendência de aumento a partir de 2015 até 2019, com queda no índice em 2021 e sua manutenção em 2023. Isso se deu em virtude da redução da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, verificada em ambos os componentes curriculares em 2021. Já em 2023 em relação a 2021, uma leve redução foi verificada na proficiência em Língua Portuguesa e uma leve ampliação em Matemática, levando a um aumento de 0,01 na nota média padronizada do Saeb. Em relação aos dados de proficiência, em 2023 ainda se verificam impactos do período de ensino remoto durante o contexto pandêmico, evidenciando defasagens de aprendizagem, referentes aos processos de alfabetização. 2025 - Indicador bianual e não há apuração para 2025.													
10616 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (REDE PÚBLICA)	ÍNDICE	4,90	01/11/2021	Bianual	5,30	4,60	X	X	5,50	X	X	X	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS INEP/MEC
Justificativa: 2024 - O Ideb das unidades escolares que ofertam os Anos Finais do Ensino Fundamental da rede pública de ensino do Distrito Federal seguiu uma tendência de aumento a partir de 2013. Tal tendência também foi seguida no ano de 2021, durante o contexto pandêmico. Ao serem comparados os dados de 2021 e 2023, nota-se uma expressiva diferença em relação à taxa de aprovação dos 7º e 9º anos, o que pode ser explicado em parte pelo fluxo escolar da etapa, em virtude da diminuição da reprovação motivada pelo continuum curricular orientado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). A baixa taxa de aprovação na referida etapa foi um aspecto significativo para a redução do Ideb em 2023. Considerando os dados de desempenho dos estudantes matriculados nos Anos Finais do Ensino Fundamental, há uma fragilidade significativa em relação à consolidação dos objetivos de aprendizagens considerados essenciais. Essa fragilidade ainda reflete o impacto da adoção do ensino remoto durante o contexto pandêmico, que afetou as trajetórias escolares dos estudantes da etapa do Ensino Fundamental em seu conjunto. 2025 - Indicador Bianual, não houve apuração em 2025.													



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Período	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10617 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) NO ENSINO MÉDIO (REDE PÚBLICA)	ÍNDICE	4,00	01/11/2021	Bianual	4,30	3,70	X	X	4,70	X	X	X	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP/MEC.
Justificativa: 2024 - O IDEB possui duas variáveis: nota de proficiência em português e matemática e taxa de aprovação. O resultado do IDEB no Ensino Médio (Rede Pública) caiu em relação ao índice de referência apurado e, consequentemente, ficou abaixo da meta projetada. A queda aconteceu em virtude da piora das notas de proficiência, tanto em português quanto matemática. Entende-se que essa queda de proficiência seja, ainda, consequência do período de pandemia do COVID -19, 2025 - Indicador Bial, não houve apuração em 2025.													
10618 - TAXA MÉDIA DE REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO DIURNO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL	PERCENTUAL	12,09	01/12/2021	Anual	12,40	10,60	11,80	9,07	11,20	X	10,60	X	CENSO ESCOLAR 2021
Justificativa: 2024 - A meta estabelecida para Taxa de Reprovação no Ensino Médio Diurno da Rede Pública foi superada. Entende-se que o resultado esteja relacionado com os critérios de avaliação estabelecidos para o Novo Ensino Médio. Dentre as mudanças, destacam-se a Progressão Continuada da 1ª série para a 2ª série e a implementação da Média Global. Os critérios de avaliação mencionados estão consolidados no documento: Caderno Orientador. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/Caderno-Orientador-Avaliacao-para-as-Aprendizagens_16dez24.pdf 2025 - O índice de reprovação no Ensino Médio Diurno em 2024, divulgado em 2025, registrou 9,07%, superando positivamente a meta estabelecida de 11,8%. Este resultado consolida uma trajetória de queda, representando uma redução real frente aos 10,60% apurados em 2024. O desempenho evidencia a eficácia das políticas de acompanhamento pedagógico e dos programas de recuperação de aprendizagem da rede, que garantiram a melhoria do fluxo escolar sem prescindir da qualidade do ensino. A manutenção do indicador abaixo do teto projetado reflete a maturidade das intervenções institucionais voltadas à correção de distorções e ao suporte contínuo ao estudante.													
10619 - TAXA MÉDIA DE ESTUDANTES NO ENSINO FUNDAMENTAL COM DEFAZAGEM DE IDADE EM RELAÇÃO À SÉRIE CORRETA	PERCENTUAL	15,74	01/12/2022	Anual	9,64	3,97	8,29	14,00	7,10	X	5,91	X	SISTEMA I-EDUCAR
Justificativa: 2024 - O "Programa SuperAção: atendimento aos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano" foi implementado a partir do ano letivo de 2023 vislumbrando a recuperação das aprendizagens dos estudantes matriculados do 3º ao 8º ano, com a finalidade de correção de fluxo e regularização das suas trajetórias escolares. Os dados do programa SuperAção indicam um índice expressivamente menor e dentro do desejado. Para o levantamento dos estudantes em situação de incompatibilidade idade-ano, devem ser desconsiderados os estudantes com necessidades educacionais específicas (ENEES), tendo em vista que já possuem atendimento diferenciado nesta rede de ensino, conforme preconiza a Estratégia de Matrícula vigente. Nesse sentido, no que se refere aos estudantes atendidos pelo programa SuperAção em 2024, que abrange do 3º ao 8º ano do Ensino Fundamental, dos 236.573 estudantes matriculados nos referidos anos, 9.392 estudantes são atendidos pelo programa, indicando uma taxa relativa de 3,97% de estudante em situação de incompatibilidade idade-ano. 2025 - O não atingimento da meta de redução da defasagem idade-ano em 2025 (alcance de 14% frente ao projetado de 8,29%) reflete um cenário de transição pedagógica e desafios estruturais na rede. A implementação do Programa SuperAção (Portaria nº 133/2023) alterou a lógica da correção de fluxo no Distrito Federal: de um modelo por adesão, passou-se a uma política obrigatória e universal para todos os estudantes com defasagem de dois anos ou mais. Dois fatores principais impactaram o indicador neste período: 1- Dinâmica de Rede e Rotatividade: O ingresso contínuo de novos estudantes na rede pública ao longo do ano letivo — muitas vezes já com histórico de defasagem consolidado em outros sistemas — pressiona o indicador para cima, dificultando a estabilização dos dados em tempo real. 2- Maturação da Cultura Institucional: Por ser uma política recente, o SuperAção ainda atravessa uma fase de mobilização dos atores escolares. A transição de turmas multietárias para um atendimento personalizado em classes comuns exige uma mudança cultural profunda sobre a invisibilidade da defasagem escolar, processo que está em pleno desenvolvimento. Portanto, o resultado atual não indica estagnação, mas sim o afloramento de uma demanda antes subnotificada, agora sob a gestão direta de estratégias de busca ativa e correção de fluxo mais rigorosas.													
10620 - PERCENTUAL DE KITS MULTIMÍDIA ADQUIRIDOS PARA REESTRUTURAR E AMPLIAR O PARQUE TECNOLÓGICO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DF	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	25,00	0,00	50,00	0,00	75,00	X	100,00	X	ASTIC
Justificativa: 2024 - A SEEDF conta com diversos projetos de inclusão de tecnologias no ambiente escolar, não apenas o presente, entre os demais, podemos citar os que perpassam a programação, robótica, computadores, chromebook, utilização de ferramentas online e conectividade, porém o acesso é limitado pela capacidade de acesso à estas ferramentas. Entretanto, no ano de 2024 a aquisição dos presentes kits não foi possível por razões de prioridades internas do orçamento da casa. 2025 - A mensuração do indicador outrora denominado 'Percentual de Kits Multimídia adquiridos' apresentou, no exercício de 2024, uma latente obsolescência metodológica frente à evolução do ordenamento jurídico-administrativo. A referida métrica, pautada na aquisição de insumos fragmentados, colide com as diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, recepcionada no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto nº 45.011/2023. O novo cenário normativo impõe a transição de um modelo de gestão centrado em ativos físicos para uma governança orientada à entrega de soluções integradas. Sob a égide do novo paradigma, a eficiência administrativa não é mais aferida pela mera acumulação de itens de hardware (kits fixos), mas sim pela capacidade de as soluções de TIC atenderem aos requisitos de interoperabilidade, sustentabilidade e alinhamento estratégico ao planejamento institucional. Nesse sentido, faz-se necessário a descontinuidade do indicador em tela e justifica-se pela imperativa necessidade de convergência com os preceitos de Análise de Alternativas e Avaliação do Ciclo de Vida dos Ativos, conforme preconizado no Art. 3º, inciso I da citada Instrução Normativa.													
10621 - TAXA DE ABANDONO NO ENSINO MÉDIO DIURNO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DF	PERCENTUAL	1,06	01/12/2022	Anual	1,00	3,04	0,80	3,21	0,60	X	0,40	X	CENSO ESCOLAR DO DF
Justificativa: 2024 - O não alcance do índice estabelecido está diretamente relacionado com o índice de referência utilizado para o seu dimensionamento. O indicador projetado (1,0) foi elaborado com base no resultado registrado em 2021, um dos anos afetados pela Pandemia do COVID 19. Durante esse período (2020/2021), as taxas de abandono reduziram significativamente em relação às médias registradas em anos anteriores. Tal redução está diretamente relacionada às orientações da SEEDF, que flexibilizou os critérios para o registro de abandono no período em questão (Circular n.º 262/2020 - SEE/SUBEB). Em 2019 a Taxa de abandono no Ensino Médio Diurno da Rede Pública de Ensino do DF registrada foi de 4,81. Entre 2011 e 2019 a média foi de 6,0. 2025 - O indicador apurado (3,21%) demonstra estabilidade estatística em relação ao exercício anterior (3,04%), embora evidencie um distanciamento da meta projetada de 0,80%. Tal discrepância indica que o valor desejado foi subdimensionado frente à complexidade dos fatores de exclusão intra e extraescolares que incidem sobre o Ensino Médio Diurno. Ressalta-se que, apesar da execução das estratégias de Busca Ativa e dos registros de frequência ao longo de 2025, limitações na integração sistêmica de dados em tempo real restringiram o caráter preventivo e a capacidade de resposta imediata em casos de abandono latente. Este cenário revela que a meta estabelecida carece de exequibilidade sob as atuais condições estruturais e socioeconômicas que impõem o estudante ao mercado de trabalho. A SEEDF busca investir na evolução das intervenções isoladas para políticas multissetoriais integradas, visando o fortalecimento da proteção escolar e a convergência gradativa com os indicadores almejados nos próximos ciclos do PPA.													
10622 - TAXA DE ABANDONO NO ENSINO MÉDIO NOTURNO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DF	PERCENTUAL	8,78	01/11/2021	Anual	8,72	27,37	7,70	19,51	7,20	X	6,70	X	CENSO ESCOLAR 2021
Justificativa: 2024 - O não alcance da meta estabelecida está diretamente relacionado com o índice de referência utilizado para o seu dimensionamento. A meta projetada (8,72) foi elaborada com base no resultado registrado em 2021, um dos anos afetados pela Pandemia do COVID 19. Durante esse período (2020/2021), as taxas de abandono reduziram significativamente em relação às médias registradas em anos anteriores. Tal redução está diretamente relacionada às orientações da SEEDF, que flexibilizou os critérios para o registro de abandono no período em questão ((Circular n.º 262/2020 - SEE/SUBEB). Em 2019 a Taxa de abandono no Ensino Médio Noturno da Rede Pública de Ensino do DF registrada foi de 24,62. Entre 2011 e 2019 a média foi de 26,77. 2025 - Embora o índice de 19,51% permaneça acima da meta estabelecida (7,7%), observa-se uma evolução consistente e significativa com a redução de 7,86 pontos percentuais em relação ao exercício de 2024 (27,37%). Este avanço valida a eficácia da estratégia de regionalização da oferta e o compromisso com a Busca Ativa, que viabilizou a inserção de 1.562 novos estudantes após o início do período letivo. O distanciamento da meta reflete a complexidade socioeconômica do Ensino Médio Noturno, cujo público é majoritariamente composto por estudantes trabalhadores, mais suscetíveis à evasão por pressões do mercado de trabalho e fadiga. Contudo, a tendência de queda acentuada demonstra que as intervenções pedagógicas e logísticas da SEEDF estão gerando o impacto esperado. Para os próximos ciclos, a SEEDF manterá o foco na flexibilização curricular e no suporte à permanência, visando sustentar a trajetória de convergência do indicador aos patamares almejados no PPA, considerando a exequibilidade frente ao perfil específico desta modalidade.													
10623 - QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS REALIZADAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DF	UNIDADE	32958,00	01/06/2023	Anual	48000,00	49911,00	50000,00	39747,00	52000,00	X	54000,00	X	SEEDF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Período	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
Justificativa: 2024 - Com o objetivo de assegurar o atendimento educacional e o direito à educação dos estudantes matriculados na Rede Pública de Ensino do DF, a SEEDF elaborou e executou a campanha publicitária "#volteeestudar", que tem como principais objetivos fortalecer a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ampliar o quantitativo de matrículas na EJA por meio de busca ativa, conforme preconiza a estratégia 9.20, da meta 9 do Plano Distrital de Educação (Lei nº 5.499, de 14/7/2015). Para sua realização em 2024, foi providenciada a impressão de 10.000 (dez mil) cartazes e 50.000 (cinquenta mil) folders. As ações pertinentes à campanha foram realizadas em todo o Distrito Federal com o apoio das 14 (catorze) Coordenações Regionais de Ensino (CREs) e deram-se por meio de panfletagem e fixação de cartazes em locais de grande circulação de pessoas, como Terminais Rodoviários, Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Hospitais Públicos, Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Restaurantes Comunitários, entre outros. 2025 - Diferente do ensino regular, a EJA possui uma dinâmica de matrículas contínua, com momentos de maior fluxo em janeiro e julho. Essa característica exige um acompanhamento semestral, já que recortes anuais podem camuflar a realidade da demanda de jovens e adultos trabalhadores. Esse monitoramento detalhado permite organizar melhor as turmas e as estratégias administrativas. Além disso, é importante notar que a queda no volume de matrículas pode indicar o sucesso das políticas de escolarização: quanto melhor a trajetória escolar e a eficácia da busca ativa, menor se torna o público potencial que ainda não concluiu a educação básica, evidenciando um avanço social na erradicação do analfabetismo e da exclusão escolar.													
10624 - TAXA DE UNIDADES ESCOLARES QUE REALIZARAM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	30,00	0,00	55,00	59,00	75,00	X	100,00	X	DIRED/SIAE
Justificativa: 2024 - Não houve a realização dos serviços, uma vez que os contratos de manutenção preventiva e corretiva encontravam-se em processo de licitação durante o período correspondente. Ressaltamos, no entanto, que em dezembro de 2024 foram adjudicados 25 contratos para manutenção preventiva e corretiva das unidades escolares, os quais foram emitidos as ordens de serviços para realização de manutenção nas seguintes unidades escolares: - Escola Classe 27 de Taguatinga; - Escola Classe 50 de Ceilândia; - Jardim de Infância 108 Sul; e- Centro de Ensino Fundamental 25 de Ceilândia. 2025 - O indicador apresentou um desempenho superior à meta estabelecida, atingindo 59% de cobertura, frente aos 55% projetados para o exercício de 2025. Das aproximadamente 710 unidades que compõem a rede pública de ensino do Distrito Federal, 419 receberam intervenções de manutenção preventiva e corretiva. Este resultado reflete a eficácia do cronograma de obras e a otimização na aplicação dos recursos destinados à infraestrutura escolar. Ressalta-se que a estratégia de atendimento priorizou, majoritariamente, as edificações com maior tempo de construção, as quais demandam intervenções periódicas mais complexas para garantir a segurança e a funcionalidade das instalações. Em contrapartida, as unidades recém-entregues à comunidade foram preservadas do cronograma intensivo, uma vez que se encontram em período de garantia e plena operacionalidade. Portanto, ao considerar o universo de escolas que efetivamente apresentavam necessidade de manutenção no ciclo atual, verifica-se que o alcance de 59% consolida o compromisso da SEEDF com a preservação do patrimônio público e com a melhoria contínua do ambiente pedagógico.													
10894 - TAXA MÉDIA DE REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO NOTURNO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	31,52	30,29	23,51	33,62	17,54	X	13,09	X	CENSO ESCOLAR
Justificativa: 2024 - A meta estabelecida para Taxa de Reprovação no Ensino Médio Noturno da Rede Pública foi superada. Entende-se que o resultado esteja relacionado com a tendência de queda observada na série histórica. Ademais, os critérios de avaliação estabelecidos para o Novo Ensino Médio noturno nas quatro escolas que iniciaram o novo modelo são os mesmos do diurno, destacando-se também a Progressão Contínua da 1ª série para a 2ª série e a implementação Média Global. Desde 2023, quatro escolas do regular noturno iniciaram a Matriz Curricular do Novo Ensino Médio com os mesmos critérios de avaliação do Ensino Médio diurno presentes no Caderno Orientador. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/Caderno-Orientador-Avaliacao-para-as-Aprendizagens_16dez24.pdf 2025 - O índice apurado de 33,62%, embora acima da meta projetada para o ciclo (23,51%), demonstra uma aproximação em relação aos patamares históricos da rede e à meta estabelecida no ciclo imediatamente anterior (30,29%). Esse cenário evidencia que o endurecimento dos parâmetros de desempenho no PPA superou a velocidade de maturação das intervenções pedagógicas e das políticas de correção de fluxo em curso. O rendimento escolar no turno noturno é condicionado pela alta complexidade das jornadas laborais dos estudantes-trabalhadores, cujas pressões externas impactam diretamente a regularidade dos estudos e o aproveitamento acadêmico. Assim, o desvio observado reflete a baixa exequibilidade da meta frente ao perfil de vulnerabilidade socioeconômica deste público no curto prazo. No entanto, a SEEDF mantém o compromisso com a flexibilização do fluxo e o suporte pedagógico, buscando a melhoria gradativa dos índices de aprovação por meio de estratégias de acolhimento e metodologias diferenciadas, visando a convergência com os referenciais de desempenho significativamente mais rigorosos estabelecidos para o período.													

8221 - EDUCAÇÃO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	53818413,0	128188844,00	128188839,64	105574056,22
5293 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-UNIDADES ADMINISTRATIVAS-SE-DISTRITO FEDERAL	8690920,0	8858416,00	8858416,00	8271512,14
5294 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ENSINO FUNDAMENTAL-SE-DISTRITO FEDERAL	26268197,0	79336383,0	79336382,01	66243523,15
5295 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ENSINO MÉDIO-SE-DISTRITO FEDERAL	8082556,0	21547145,0	21547142,49	16058997,72
5296 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EDUCAÇÃO PROFISSIONAL-SE-DISTRITO FEDERAL	1077674,0	527674,0	527674,00	77937,86
5297 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE-SE-DISTRITO FEDERAL	2155348,0	1855348,0	1855348,00	1498812,94
5298 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EDUCAÇÃO INFANTIL - PRE-ESCOLA-SE-DISTRITO FEDERAL	4310696,0	11380856,0	11380855,14	9217654,02



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

5299 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-SE-DISTRITO FEDERAL	1616511,0	1616511,0	1616511,00	1616511,00
5300 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ENSINO ESPECIAL-SE-DISTRITO FEDERAL	1616511,0	3066511,0	3066511,00	2589107,39
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	150352,0	0,0	0	0
5882 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SE-DISTRITO FEDERAL	150352,0	0,0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	249999,0	930258,00	927739,35	822460,35
0048 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SE-DISTRITO FEDERAL	249999,0	930258,00	927739,35	822460,35
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2246812115,0	2420373803,00	2417729669,56	2307578964,22
0036 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO GERAL - SE-DISTRITO FEDERAL	285826682,0	205826682,00	205826682,00	205826682,00
0037 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ATIVIDADES ALHEIAS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - SE-DISTRITO FEDERAL	25929515,0	50991647,00	50977241,00	50977241,00
6977 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	1296389766,0	1554889322,00	1552259594,56	1442127748,20
0038 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ENSINO MÉDIO -SE-DISTRITO FEDERAL	322761731,0	292761731,00	292761731,00	292761731,00
0039 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	11191251,0	11191251,00	11191251,00	11191251,00
8842 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE - SE-DISTRITO FEDERAL	13002461,0	13002461,00	13002461,00	13002461,00
8843 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EDUCAÇÃO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	162395570,0	162395570,00	162395570,00	162376711,02
8844 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -SE-DISTRITO FEDERAL	41953815,0	41953815,00	41953815,00	41953815,00
8845 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EDUCAÇÃO ESPECIAL-SE-DISTRITO FEDERAL	87361324,0	87361324,00	87361324,00	87361324,00
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	3688738,0	62302350,00	62302350,00	61562764,28
6980 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SE-DISTRITO FEDERAL	3688738,0	62302350,00	62302350,00	61562764,28
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	40699002,0	26726785,93	26597671,43	24440791,93
0036 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SE-DISTRITO FEDERAL	40191134,0	26018171,93	25889057,49	23732177,99
9691 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONSELHO DE EDUCAÇÃO - SE-DISTRITO FEDERAL	507868,0	708614,00	708613,94	708613,94
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	24069928,0	8716105,00	8716102,67	6641235,63



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

2532 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-UNIDADES ADMINISTRATIVAS - SE-DISTRITO FEDERAL	24069928,0	8716105,00	8716102,67	6641235,63
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2807207,0	1340047,0	1315313,52	1212217,25
2576 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-UNIDADES ADMINISTRATIVAS-DISTRITO FEDERAL	2807207,0	1340047,0	1315313,52	1212217,25
TOTAL - 8221 - EDUCAÇÃO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	2372295754,00	2648578192,93	2645777686,17	2507832489,88

Programação Orçamentária Realizada

Informa-se, inicialmente, que as atividades realizadas com recursos alocados nas ações 1471, 2557, 2396, 3678 e 8517 foram devidamente lançadas no item anterior referente ao Programa 6221 - EDUCADF, a fim de proporcionar maior clareza e entendimento acerca da execução.

ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

PROGRAMA CARÊNCIA ZERO

Com ações anuais e pautadas na PORTARIA Nº 1.288, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025, o programa tem como objetivo a garantia do início do ano letivo com todas as carências de regência de classe supridas, para o devido atendimento dos estudantes.

Em 2025, mais de 30 mil professores, efetivos e temporários, foram alocados na ação. Neste sentido, as ações do Programa, in loco nas Coordenações Regionais de Ensino, iniciaram-se em dezembro de 2024 com continuidade em janeiro e fevereiro de 2025.

NOMEAÇÃO DE NOVOS SERVIDORES, REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Para a recomposição do quadro de pessoal e reforço da Educação, foi realizado o pedido de nomeação de 3 mil Professores de Educação Básica, com publicação em dezembro de 2025. Ademais, a Secretaria de Educação recebeu delegação de competência para realização de Processo Seletivo Simplificado para formação de banco de aprovados para contratação temporária de professores em 2026.

O PSS regido pelo EDITAL Nº 36, DE 25 de AGOSTO DE 2025, teve aplicação de provas em outubro de 2025 e o resultado saiu em dezembro do mesmo ano, possibilitando a continuidade das ações do Programa Carência Zero no ano de 2026. Ainda, por meio da PORTARIA Nº 825, DE 10 DE OUTUBRO DE 2025, foi autorizada a realização de concurso público destinado ao provimento de vagas nos cargos das carreiras Magistério Público do Distrito Federal e Políticas Públicas e Gestão Educacional do Distrito Federal, possibilitando o início dos estudos necessários à definição da banca examinadora, elaboração do edital e adequado dimensionamento das necessidades da Pasta. Para tanto, foi instituída a Comissão Organizadora, por meio da Portaria Nº 1.182, de 04 de novembro de 2025, publicada no DODF Nº 210, de 05 de novembro de 2025.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

As ações desenvolvidas ao longo de 2025 expressam, de forma objetiva, o compromisso institucional com a Meta 16 do Planejamento Estratégico 2024–2027, que prevê a oferta de formação continuada a 100% dos profissionais da educação básica, respeitando as necessidades, as demandas e a diversidade de contextos da rede pública de ensino. O foco em uma formação contextualizada, alinhada à realidade das escolas, tem assegurado que os processos formativos sejam relevantes, aplicáveis e capazes de impactar positivamente o cotidiano pedagógico e a gestão educacional. As ações apresentadas neste relatório demonstram a abrangência e a diversidade da atuação da SEEDF. Elas abrangem desde a formação direta nas escolas, por meio do projeto “EAFE vai à Escola”, até a política



estruturada de afastamento remunerado para estudos, a recepção e o acompanhamento dos trabalhos acadêmicos de servidores, a supervisão de estágios supervisionados obrigatórios, o fortalecimento da produção científica com a publicação das Revistas Com Censo e Com Censo Jovem, o fomento aos grupos de pesquisa e a implantação de espaços inovadores de formação, integrando tecnologia e cultura maker. Esse conjunto de iniciativas revela não apenas os números alcançados, mas, sobretudo, o compromisso permanente com a qualidade da educação pública do Distrito Federal.

PERCURSOS FORMATIVOS

Os cursos formativos oferecidos pela SEEDF trazem uma grande variedade de temáticas, permitindo que os educadores escolham formações que atendam às suas necessidades específicas, promovendo um desenvolvimento profissional mais direcionado e eficaz. O aprimoramento das práticas pedagógicas é fundamental para que os profissionais se adaptem às mudanças constantes no ambiente educacional e sejam capazes de implementar inovações didáticas e metodológicas.

No ano de 2025, a SEEDF viabilizou essa estratégia por meio de indicadores robustos de participação, disponibilizando um total de 219 cursos formativos ao longo do ano, os quais foram distribuídos entre 130 ofertas no primeiro semestre e 89 no segundo. Essa capacidade de oferta resultou em 41.291 vagas totais, apresentando uma concentração maior no primeiro semestre, com 21.695 oportunidades, seguida por 19.596 no período subsequente. Quanto ao engajamento profissional, as ações totalizaram 19.474 inscritos, observando-se uma adesão expressiva de 12.522 profissionais no primeiro semestre e 6.952 no segundo.

Foram ofertados 17 cursos formativos voltados à temática da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com carga horária variando entre 90 e 180 horas. Desses, 7 cursos foram ofertados a partir de parcerias firmadas pela SEEDF, ampliando o alcance e a diversidade das formações. No total, foram organizadas 63 turmas, com encontros às terças e às quintas-feiras, nos períodos matutino e vespertino, formando cerca de 1.656 professores. As temáticas abordadas contemplaram diferentes dimensões da inclusão, distribuídas da seguinte forma:

- 5 formações generalistas (como Atendimento Educacional Especializado – AEE, Adequação Curricular e Educação Precoce);
- 2 sobre Deficiência Visual;
- 1 sobre Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD);
- 2 referentes a LIBRAS;
- 1 voltada para EJA Interventiva e Transtorno do Espectro Autista (TEA);
- 2 sobre Deficiência Intelectual;
- 3 direcionadas às Equipes de Apoio às Aprendizagens. Esses dados evidenciam o compromisso institucional com a formação continuada e a valorização das práticas inclusivas.

EAPE VAI À ESCOLA - EVAE

O projeto “Eape vai à Escola” realiza ações diretamente nos locais de trabalho dos profissionais da educação, oferecendo formações curtas e específicas que facilitam o acesso, eliminando barreiras como o deslocamento e a incompatibilidade de horários. Os atendimentos são personalizados, adaptados às necessidades específicas de cada escola, configurando-se como uma estratégia eficaz para capacitar um grande número de profissionais de maneira acessível e contextualizada. Em 2025, o Projeto “EAPE vai à Escola” (EVAE) atendeu mais de 10.647 mil profissionais, por meio de 341 visitas realizadas.

Entre as ações desenvolvidas, foram ofertadas, em média, 80 temáticas contemplando todos os eixos, modalidades e etapas da educação básica. As temáticas mais solicitadas foram:

Jogos e Brincadeiras, especialmente para a educação infantil, abrangendo Imaginação e Criação nas Infâncias: brincadeiras, desenho, música, dança, cultura na escrita.

Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com foco em adequações curriculares, especialmente no que diz respeito às orientações voltadas para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), à educação precoce e às práticas relacionadas às Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD).



A recorrência dessas demandas evidencia a relevância de oferecer formações que apoiem os profissionais da educação na construção de estratégias inclusivas e eficazes, alinhadas às necessidades específicas dos estudantes e ao fortalecimento da política educacional inclusiva.

AFASTAMENTO REMUNERADO PARA ESTUDOS

No ano de 2025, a SEEDF viabilizou essa estratégia por meio de indicadores robustos de participação, disponibilizando um total de 219 percursos formativos ao longo do ano, os quais foram distribuídos entre 130 ofertas no primeiro semestre e 89 no segundo. Essa capacidade de oferta resultou em 41.291 vagas totais, apresentando uma concentração maior no primeiro semestre, com 21.695 oportunidades, seguida por 19.596 no período subsequente. Quanto ao engajamento profissional, as ações totalizaram 19.474 inscritos, observando-se uma adesão expressiva de 12.522 profissionais no primeiro semestre e 6.952 no segundo. Complementando essa política de valorização, a Secretaria fomentou a especialização acadêmica por meio dos Editais Nº 07/2025 e Nº 28/2025, que juntos ofertaram 235 vagas de mestrado e 107 vagas de doutorado e pós-doutorado para a Carreira Magistério Público. Para a Carreira Assistência à Educação, o incentivo seguiu um fluxo crescente, totalizando 75 vagas para mestrado e 32 para doutorado e pós-doutorado ao longo dos dois semestres, reforçando o compromisso com o aprimoramento técnico e científico de todo o corpo de servidores.

Concomitante ao Afastamento Remunerado para Estudos, realiza-se também a recepção dos servidores que retornam desse período, ocasião em que entregam seus respectivos trabalhos finais. Foram entregues 100 trabalhos finais, sendo 63 dissertações de mestrado e 37 teses doutorado/ trabalhos de pós-doutoramento. Segundo a Meta 16 do PDE, é necessário formar a totalidade dos professores em nível de especialização, 33% em nível de mestrado e 3% em nível de doutorado.

BOLSAS DE ESTUDO

A organização dos editais para a concessão de bolsas de estudos aos servidores, instituída como contrapartida pela alocação de estagiários de graduação provenientes de Instituições de Ensino Superior (IES), totalizou a oferta de 67 vagas ao longo do ano de 2025. A distribuição ocorreu em dois ciclos distintos: o primeiro semestre viabilizou 43 bolsas por meio do Edital Nº 03, de 31 de janeiro de 2025, enquanto o segundo semestre disponibilizou as 24 vagas restantes, regidas pelo Edital Nº 34, de 11 de agosto de 2025.

A análise da distribuição por instituição revela que das 43 bolsas geradas no primeiro semestre, 27 foram efetivamente contempladas. Nesse período, destacaram-se o UDF – Centro Universitário Unificado do Distrito Federal, com o preenchimento integral de suas 13 vagas, e a Universidade Católica de Brasília (UCB), com 8 concessões. Por outro lado, instituições como o CESUMAR e o IESB, embora tenham gerado respectivamente cinco e sete vagas, não registraram servidores contemplados no ciclo inicial. No segundo semestre, o índice de aproveitamento apresentou melhora significativa, com 22 bolsas contempladas das 24 geradas, mantendo a UCB (12 vagas) e o UDF (7 vagas) como os principais polos de benefício efetivo aos servidores.

Programação Orçamentária não executada

O subtítulo 5882 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SE-DISTRITO FEDERAL da ação 3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS apresentou a programação orçamentária não executada devido ao cancelamento do crédito.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

AVALIAÇÃO DE CONTEXTO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional é compreendida como um processo pedagógico efetivo e estratégico, voltado à melhoria da qualidade social da educação. Nesse sentido, a SEEDF fomenta a incorporação dos resultados das avaliações em seu processo de gestão



e planejamento, promovendo políticas e ações que reflitam o compromisso com a educação de qualidade. A consolidação de uma cultura avaliativa na SEEDF depende do envolvimento de todas as subsecretarias, de modo que os resultados obtidos projetem de forma fidedigna o Índice de Qualidade da Educação do Distrito Federal e fortaleçam a Avaliação Institucional como instrumento de gestão.

A SEEDF tem se posicionado como parceira das instituições educacionais e das demais instâncias, promovendo ações que favorecem o autoconhecimento institucional, a reflexão coletiva sobre práticas pedagógicas e administrativas e a construção de estratégias voltadas ao aprimoramento da oferta educacional. A integração entre os resultados das avaliações e os processos decisórios da Secretaria é fundamental para garantir a efetividade das políticas públicas educacionais e a valorização da participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar.

No exercício de 2025, as ações planejadas foram executadas de forma satisfatória, com destaque para a análise dos dados provenientes dos Questionários de Contexto Institucional (QCI), a produção dos Relatórios Sintéticos e a elaboração de normativas estruturantes voltadas à consolidação da Avaliação Institucional no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Essas iniciativas reforçaram a credibilidade do processo avaliativo e garantiram subsídios técnicos relevantes para a tomada de decisão pedagógica e administrativa.

Os servidores da rede pública de ensino tiveram acesso adequado aos instrumentos avaliativos e receberam suporte técnico durante o processo de resposta, o que assegurou maior confiabilidade às informações coletadas. Os resultados consolidados foram disponibilizados via processo eletrônico e serão disponibilizados às subsecretarias, às Coordenações Regionais de Ensino (CREs) e às unidades escolares por meio da plataforma SipaeDF, garantindo transparência e acesso às informações de forma descentralizada e democrática.

Apesar dos avanços, algumas limitações comprometeram a execução das atividades, como a indisponibilidade de um sistema de tratamento de dados, o que fez com que todas as etapas de organização, tratamento e análise tenham sido realizadas manualmente, ampliando o tempo de trabalho e aumentando o risco de inconsistências operacionais.

Para o próximo exercício, a SEEDF estabeleceu perspectivas que visam ao fortalecimento e à continuidade das ações já iniciadas. Entre as prioridades, está a conclusão do Manual de Autoavaliação e o apoio à sua implementação nas unidades escolares, promovendo maior autonomia institucional e incentivando práticas reflexivas. Também será dada ênfase ao fortalecimento dos fluxos intersetoriais dentro da SEEDF, de modo a garantir maior coerência e integração no ciclo avaliativo. Outro ponto relevante será o aperfeiçoamento dos instrumentos e metodologias adotadas no SipaeDF, assegurando maior precisão e aderência às realidades das escolas. Por fim, está prevista a expansão das ações de formação continuada voltadas à avaliação institucional, com o objetivo de capacitar gestores, professores e demais servidores para a utilização qualificada dos resultados e para o aprimoramento das práticas pedagógicas e administrativas.

Esse conjunto de ações evidencia o compromisso da SEEDF com a melhoria contínua da política avaliativa, reafirmando sua função estratégica na promoção da qualidade da educação pública do Distrito Federal.

AÇÕES REALIZADAS POR MEIO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FEDERAIS

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), em colaboração com a União, trabalha de forma contínua para assegurar o direito de todos a uma educação pública inclusiva e de qualidade. Esse apoio se concretiza, principalmente, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), inserido no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec) do Ministério da Educação (MEC), e das transferências especiais e discricionárias realizadas através da plataforma Transferegov.

A SEEDF desempenha um papel essencial na formulação do Plano de Ação, pois assegura que as iniciativas educacionais estejam alinhadas às demandas reais



das unidades escolares e às diretrizes estratégicas da Secretaria, garantindo eficiência e transparência na utilização dos investimentos federais.

MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO ARTICULADA – PAR

O PAR é uma ferramenta estratégica que promove o planejamento de políticas educacionais de médio e longo prazo em colaboração com o MEC e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Essa ferramenta possibilita a continuidade das políticas educacionais e o aprimoramento dos investimentos, por meio de transferências técnicas e financeiras da União.

Em 2025, a SEEDF pactuou um Termo de Compromisso para a aquisição de conjuntos de mobiliários para professor – CJP 01, com os seguintes valores:

- Valor total do Termo de Compromisso: R\$ 743.990,00
- Empenho FNDE: R\$ 729.110,20
- Contrapartida SEEDF: R\$ 14.879,80

Adicionalmente, constam no Simec 183 Termos de Compromisso para diversas aquisições e obras:

- 9 Termos pactuados no período (Outubro/2023 a Outubro/2025);
- 6 Termos com monitoramento concluído e encaminhados para prestação de contas;
- 18 Termos executados, mas em processo de conclusão do monitoramento e envio para prestação de contas (8 destes com notificação de omissão);
- 38 Termos cancelados decorrentes de acórdãos do TCU;
- 17 Termos com cláusulas suspensivas (todos de Obras - passíveis de cancelamento);
- 95 Termos em execução.

O FNDE liberou via PAR o total de R\$ 3.674.353,36, destinado a:

- Material didático do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA): R\$ 1.258.309,40;
- Equipamentos de climatização: R\$ 42.221,08
- Construção de escolas: R\$ 2.373.822,88.

Além disso, R\$ 2.473.782,35 foram repassados para obras do Programa Proinfância. Em 2025, também foram realizadas as seguintes ações relacionadas ao acompanhamento estratégico do PAR na SEEDF, são elas:

- Elaboração e publicação da Portaria Nº 925, de 26 de agosto de 2025, normatizando o fluxo de execução do PAR e os instrumentos de gestão do PAR no Distrito Federal;
- Solicitação de prorrogação e reprogramação estratégica das iniciativas e dos itens pactuados, realizada em parceria com as áreas técnicas da SEEDF, com base no diagnóstico do 1º Semestre de 2025;
- Monitoramento intensivo dos termos de obras, incluindo aqueles impactados por determinações do TCU.

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA SEEDF (2024-2025)

A SEEDF iniciou em 2024 o Ciclo de Diagnóstico e Planejamento, com a finalidade de realizar um levantamento detalhado e participativo das potencialidades, fragilidades e necessidades das instituições educacionais públicas da SEEDF, complementado por dados técnicos das subsecretarias. O objetivo é subsidiar um planejamento estratégico mais assertivo para os próximos anos, definindo prioridades, metas e diretrizes.

As etapas incluíram:

- Realização de 14 encontros presenciais com as Coordenações Regionais de Ensino (CREs), envolvendo servidores e gestores escolares;
- Reunião com as diretorias de todas as subsecretarias da SEEDF para discutir os resultados regionais e correlacionar com a realidade da implementação de políticas;
- Aplicação de formulários em 92% das instituições educacionais, abrangendo informações cruciais sobre oferta, gestão, programas, currículo, avaliação e infraestrutura;



- Produção de um relatório consolidado com todas as informações levantadas, fornecendo a base para o planejamento futuro.

Essas etapas de levantamento do diagnóstico resultaram na produção de um relatório consolidado com todas as informações levantadas, fornecendo a base para o planejamento futuro. Dessa forma, o diagnóstico consolidado resultará no Plano de Ação 2026, incorporando dados e mapeamento dos programas já em execução para identificar necessidades e fortalecer políticas educacionais.

PORTFÓLIO DE PROJETOS

A SEEDF cadastrou 29 projetos inovadores no Sistema de Gerenciamento de Recursos (Siger), contemplando iniciativas como:

- Implementação de Inteligência Artificial e Machine Learning;
- Transformação Digital na Educação;
- Laboratórios STEAM Maker e Tecnologias Assistivas;
- Laboratórios para cursos técnicos em Desenho da Construção Civil, Edificações e Design de Móveis;
- Construção e reconstrução de unidades escolares;
- Saúde e bem-estar do servidor;
- Formação, valorização e eventos educacionais.

Esses projetos reforçam o compromisso da SEEDF em diversificar fontes de financiamento e garantir maior transparência e eficiência na gestão de recursos.

IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DO PROGRAMA PÉ-DE-MEIA

O Programa Pé-de-Meia é um incentivo financeiro-educacional federal na modalidade de poupança, focado na permanência e conclusão escolar de estudantes do ensino médio público. A ação visa assegurar a execução eficaz de um programa de grande impacto, com ações intersetoriais.

Em 2025, até o mês de dezembro, a SEEDF contava com 45.409 estudantes elegíveis e o Ministério da Educação (MEC) já havia pagado ou enviado para pagamento, o montante de R\$ 65.484.675,00 (sessenta e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil e seiscentos e setenta e cinco reais), recurso creditado diretamente aos beneficiários em contas bancárias individuais abertas pela Caixa Econômica Federal, vinculadas ao CPF de cada estudante.

Ademais, foram realizadas as seguintes ações:

- Constituição de pontos focais em todas as Coordenações Regionais de Ensino para o suporte direto às instituições educacionais;
- Acompanhamento mensal, por meio de metodologia própria, da situação dos estudantes e do encaminhamento para os pontos focais;
- Realização de encontros formativos e reuniões de alinhamento contínuos;
- Desenvolvimento de um módulo tecnológico para acompanhamento da situação dos estudantes em tempo real;
- Implementação de relatórios gerenciais para o módulo de gestão do programa;
- Elaboração de normativos para a regulamentação interna do programa na SEEDF.

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE

O Programa se trata de recurso federal repassado diretamente às contas das unidades escolares, não integrando o orçamento da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Em 2025, foi realizado encontro formativo do PDDE e Ações Integradas. O evento contou com a participação desta SEEDF, Subsecretarias, Ministério da Educação (MEC), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Ainda, foi publicada a Portaria Nº 996, de 08 setembro de 2025, a qual dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos de execução dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e das Ações Integradas, destinados a promover a melhoria



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

da infraestrutura física e pedagógica das Instituições Educacionais públicas de Educação Básica no Distrito Federal.

Conforme prevê a Resolução CD/FNDE Nº 15, de 16 de setembro de 2021, o Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE possui caráter suplementar e consiste na destinação anual de recursos financeiros repassados às entidades participantes, contribuindo para o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento, a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica e o incentivo da autogestão escolar e do exercício da cidadania, com a participação da comunidade no controle social.

A mesma Resolução, no Art.6º, informa no rol de competências da Secretária de Educação, entre outras atribuições, "o dever de acompanhar, fiscalizar e controlar a execução dos recursos repassados às Unidades Executoras (caixas escolares de cada unidade de ensino)" representativas de suas escolas. Desta forma, são estas algumas das atividades desenvolvidas:

- Acompanhamento cadastral das Instituições Educacionais;
- Acompanhamento do processo de adesão junto às áreas técnicas responsáveis;
- Auxílio às instituições aptas quanto à adesão e ao planejamento nas plataformas do MEC;
- Monitoramento quanto à execução das etapas junto aos gestores das Coordenações Regionais de Ensino e das Instituições Educacionais, conforme prazos estipulados por esta Secretaria ou outros órgãos, como Ministério da Educação e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
- Orientação e monitoramento da execução do PDDE e suas ações integradas;
- Consultas aos sistemas para extração de relatórios e informações gerais, nos sistemas PDDE Interativo e PDDE Info.
- Participação e atendimento em eventos de formação junto ao Gabinete e FNDE;

Em 2025, até a data de 24/11/2025, conforme informações da Plataforma PDDE Info, 540 Instituições Educacionais foram beneficiadas por meio do PDDE Educação Básica.

Quadro 4 - Ação, Projeto e Programa voltado para Atenção à Saúde e à Qualidade de Vida

Relatório PDDE							
Programa	Destinação	Quantidade de Escola	Quantidade Aluno	Valor Custeio	Valor Capital	Valor Total	Total por Programa
PDDE Básico	PDDE Básico - 1 Parcela	496	326.629	R\$ 2.77.048,50	R\$ 1.111.311,50	R\$ 3.888.360,00	R\$ 8.076.350,00
	PDDE Básico - 2 Parcela	492	324.179	R\$ 2.754.337,00	R\$ 1.103.933,00	R\$ 3.858.270,00	
	PDDE Básico - Primeira Infância - P1	44	11.520	R\$ 116.030,50	R\$ 48.829,50	R\$ 164.860,00	
	PDDE Básico - Primeira Infância - P2	44	11.520	R\$ 116.030,50	R\$ 48.829,50	R\$ 164.860,00	
PDDE EQUIDADE	PDDE SRM 2025	4	1.089	R\$ 24.000,00	R\$ 96.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 327.222,00
	PDDE CAMPO 2021	4	1.815	R\$ 83.697,60	R\$ 35.870,40	R\$ 119.568,00	
	PDDE CAMPO 2024	2	108	R\$ 32.363,80	R\$ 13.870,20	R\$ 46.234,00	
	PDDE DIVERSIDADE - ED BILINGUE SURDOS 2025	17	13.046	R\$ 33.136,00	R\$ 8.284,00	R\$ 41.420,00	
PDDE QUALIDADE	EDUCAÇÃO CONECTADA 2024	19	10.304	R\$ 47.569,80	R\$ 17.794,20	R\$ 65.364,00	R\$ 935.328,00
	EDUCAÇÃO CONECTADA 2025	194	124.563	R\$ 443.619,00	R\$ 248.955,00	R\$ 692.574,00	
	ESCOLA E COMUNIDADE 2024	5	3.414	R\$ 14.500,00	R\$ 0,00	R\$ 14.500,00	
	ESCOLA DAS ADOLESCÊNCIAS 2024	14	10.162	R\$ 101.920,00	R\$ 43.680,00	R\$ 145.600,00	
	PDDE COMPROMISSO-CANTINHO DA LEITURA 2024	14	2.009	R\$ 12.103,00	R\$ 5.187,00	R\$ 17.290,00	
TOTAL GERAL							R\$ 9.338.900,00



PLANO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO – PDE

Entre as realizações consideradas relevantes para a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), destacam-se:

MONITORAMENTO DO PLANO DISTRITAL DE EUDCAÇÃO (PDE)

O art. 5º da Lei Nº 5.499 de 14/07/2015 aprovou o Plano Distrital de Educação - PDE, o qual estabelece que a execução do Plano e o cumprimento de suas metas devem ser objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas.

O Relatório de Monitoramento do PDE faz parte de uma coletânea de publicações, sendo elaborado, anualmente, pela Equipe Técnica do PDE, designada pela Portaria SEEDF Nº 298, de 13/4/2023, que atua no levantamento e na sistematização de todos os dados e informações educacionais referentes ao PDE, fomentando, ainda, apoio técnico para que a Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA/PDE) possa desencadear suas proposições durante o processo de avaliações periódicas do Plano, a partir das ações realizadas pelas áreas técnicas da SEEDF.

A Equipe Técnica do PDE realizou as ações a seguir:

- Publicização do Relatório de Monitoramento do PDE - Ciclo 2023;
- Estudo minucioso das 411 estratégias que compõem as 21 metas do PDE para revisão e atualização da Matriz de Responsabilização, com objetivo de iniciar a elaboração do Relatório de Monitoramento - Ciclo 2024;
- Reunião técnica e posterior envio dos memorandos, ofícios e e-mails às instâncias definidas na Matriz de Responsabilização, através do SEI – Equipe Técnica do PDE. Destaca-se que são solicitadas informações complementares quanto à necessidade de execuções orçamentárias e financeiras para o cumprimento das estratégias;
- Coleta e Sistematização de dados e informações referentes ao cumprimento das metas e estratégias do PDE. Fontes e órgãos envolvidos: Censo da Educação Básica, Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF), Censo da Educação Superior, Secretaria de Administração Penitenciária (Seape), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), Sistema de Informações Georreferenciadas (Geocapes), e unidades internas da SEEDF;
- Construção do Relatório de Monitoramento do PDE – Ciclo 2024.

ELABORAÇÃO DO NOVO PLANO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO (PDE)

A Lei Nº 5.499, de 14 de Julho de 2015, em seu Artigo 13, determina que o Poder Executivo deve convocar a sociedade civil para discutir e elaborar a proposta de Plano Distrital de Educação (PDE) para o decênio (2025-2034).

Nesse sentido, a partir das orientações da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino - SASE/MEC, a Secretaria de Estado de Educação do DF instituiu a Comissão Técnica Distrital (CTD) para execução dos trabalhos de elaboração do texto-base do Plano Distrital de Educação (PDE), inerente ao decênio 2025-2034, consoante Portaria Nº 654, de 07/06/2024.

Tratativas realizadas a partir da publicação da Portaria que institui a CTD:

- Criação de 17 subcomissões com integrantes da SEEDF e da sociedade civil para estudo dos temas definidos com base nas metas do PDE, Lei Nº 5.499, de 14 de Julho de 2015, e nos Objetivos do Projeto de Lei Nº 2.614/2024;
- Elaboração do Texto Preliminar do Novo PDE, a partir da sistematização das contribuições das Subcomissões;
- Construção de documento com Dados Educacionais para elaboração da Análise Situacional;
- Reuniões com os membros da Comissão Técnica Distrital (CTD) para discutirem os objetivos, as metas e as estratégias que compõem o novo texto-base do PDE;
- Participação dos membros da Comissão Técnica Distrital (CTD) em Encontros de Cooperação Técnica com a SASE/MEC para subsidiar a metodologia de elaboração de Planos Decenais;



- Elaboração de minuta de proposição de Projeto de Lei que visa a prorrogação da vigência do Plano Distrital de Educação (2015-2024), Lei Nº 5.499, de 14/07/2015.

- O conjunto dessas ações demonstra o compromisso institucional com o planejamento educacional participativo, transparente e fundamentado em evidências, assegurando a continuidade e o aprimoramento das políticas de Estado voltadas ao desenvolvimento da educação no Distrito Federal.

Para o exercício de 2026, esta Secretaria prevê a finalização e publicação do Relatório de Monitoramento – Ciclo 2024, consolidando a avaliação final do PDE 2015–2024, bem como a conclusão do texto-base e da minuta de Projeto de Lei do novo Plano Distrital de Educação (2025–2034).

ATENÇÃO À SAÚDE E À QUALIDADE DE VIDA

PROGRAMA ESTAÇÕES: "JANEIRO BRANCO"

O programa consiste em fomentar a reflexão sobre saúde mental e bem-estar no ambiente de trabalho. A campanha "Janeiro Branco" foi desenvolvida com foco na sensibilização dos servidores da SEEDF.

Ações desenvolvidas: visitas técnicas às Coordenações Regionais de Ensino demandantes com a finalidade de apresentar a campanha "Janeiro Branco", com foco na promoção da saúde mental. Como ação principal, foi produzido e divulgado um material audiovisual temático, com ampla circulação nas mídias sociais da Secretaria. Programa estações: MARÇO - "MÊS DA MULHER" OFICINA "Mulheres em Canto"

Em alusão ao Mês das Mulheres Educadoras e em comemoração ao Dia Internacional da Mulher (8 de março) foi promovida a oficina intitulada por "Mulheres em Canto", com objetivo principal de contribuir para a promoção da saúde feminina e para a qualidade do sono, por meio da cantoterapia e dos exercícios vocais.

O evento foi realizado no dia 13 de março (quinta-feira), das 9h30 às 11h30, no Espaço da Mulher, localizado no 2º andar, Bloco B, do Shopping ID. A ação foi direcionada às servidoras lotadas na sede da SEEDF, com 35 vagas disponibilizadas.

PALESTRAS DE PROMOÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR NO TRABALHO

Com o propósito de fortalecer a cultura institucional voltada à saúde mental e ao bem-estar, a SEEDF promoveu um conjunto de palestras direcionadas à disseminação de informações, práticas e estratégias de cuidado integral aos servidores.

As ações tiveram foco na promoção da saúde mental, na prevenção do adoecimento e no estímulo à construção de ambientes de trabalho mais saudáveis, acolhedores e seguros.

Ações desenvolvidas: as atividades foram realizadas no decorrer do ano letivo e abordaram temas relacionados ao manejo do estresse, prevenção do sofrimento psíquico, relações interpessoais saudáveis, valorização da vida, acolhimento das diversidades e fortalecimento de competências socioemocionais. As palestras foram conduzidas por profissionais especializados, possibilitando espaços de reflexão, diálogo qualificado e desenvolvimento de práticas que contribuíram para a melhoria contínua da qualidade de vida no trabalho.

Atividades realizadas:

- Participação no I Fórum de Gestores de Brasília com a palestra de formação intitulada "Avaliação em Larga Escala: Como Analisar os Dados e Pensar em Estratégias", com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da gestão pedagógica, oferecendo aos gestores participantes ferramentas para a análise de dados de avaliações em larga escala e para a construção de estratégias que qualifiquem o planejamento escolar e a tomada de decisão. Palestra promovida pela SEEDF, abordando a temática de autocuidado e organização pessoal na rotina de trabalho, com orientações práticas voltadas à promoção do bem-estar e à melhor gestão das demandas diárias. Teve como objetivo sensibilizar os servidores sobre a importância do autocuidado no ambiente laboral e contribuir para a melhoria da qualidade de vida no trabalho.



- Participação na Semana Pedagógica da Escola do Parque da Cidade Promoção Educativa do Menor: palestra voltada ao fortalecimento da qualidade de vida e do bem-estar no ambiente escolar. A ação abordou aspectos relacionados à saúde mental, relações de trabalho mais saudáveis e estratégias de cuidado integral para os profissionais da educação, promovendo reflexão e diálogo sobre práticas que contribuem para um cotidiano institucional mais equilibrado, seguro e acolhedor.

- Participação na 6ª Jornada Pedagógica do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA): o evento foi voltado à formação e ao acolhimento de pedagogos e psicólogos da Rede Pública de Ensino do DF e teve como tema central a importância do trabalho em rede. Na mesa de apresentação da rede interna da SEEDF, apresentou suas ações voltadas à promoção da qualidade de vida no trabalho, destacando práticas de cuidado ao servidor e estratégias de prevenção e manejo de conflitos no ambiente escolar. A participação reforçou a articulação entre áreas técnicas e o compromisso com ambientes de trabalho mais saudáveis e colaborativos.

- Palestra: A Importância do Autocuidado: Salutogênese nas dimensões do pensar, do sentir e do querer no 1º seminário de Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Salas de Recursos Generalistas. A ação teve como objetivo disseminar estratégias relacionadas à promoção da saúde mental e à prevenção do adoecimento dos servidores atuantes na Sala de Recursos.

- Palestra Inclusão e Diversidade: Palestra organizada pela DQVT em parceria com a Coordenação Regional de Ensino do Recanto das Emas. A ação foi destinada a gestores e orientadores educacionais da CRE. A iniciativa teve como objetivo promover uma cultura institucional inclusiva, prevenir práticas capacitistas e fortalecer condutas profissionais pautadas na equidade, no respeito à diversidade e nos direitos humanos.

- Participação no II Seminário Cultura e Educação - Pensando um DF que Lê: A atividade integrou a programação voltada ao debate sobre políticas de leitura, em diálogo com os Planos Nacional e Distrital do Livro e da Leitura, a BNCC, o Currículo em Movimento, as práticas de leitura literária, o uso de livros didáticos (PNLD) e as questões relacionadas às bibliotecas escolares. Teve como objetivo contribuir para a formação dos participantes, especialmente profissionais atuantes em bibliotecas, oferecendo subsídios teóricos e práticos sobre o papel do leitor e sua relação com a obra literária no contexto escolar. A oficina, fundamentada nos estudos da servidora convidada, buscou apoiar a reflexão e o desenvolvimento de projetos de leitura nas instituições públicas de ensino do Distrito Federal.

PROJETO DIA MUNDIAL DA SAÚDE (07 de abril)

Em alusão ao Dia Mundial da Saúde, celebrado em 07 de abril, foi desenvolvida uma ação digital com o objetivo de promover a conscientização sobre hábitos saudáveis e o cuidado integral com a saúde física e mental dos servidores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), com o objetivo de disseminar estratégias de promoção de saúde, tais como adoção de pequenas mudanças com impacto positivo na qualidade de vida.

Ações desenvolvidas: a iniciativa consistiu na criação de um canal de comunicação via WhatsApp, por meio do qual foram compartilhados, ao longo de 30 dias do mês de abril, conteúdos informativos e motivacionais relacionados aos seguintes temas: alimentação saudável e equilibrada; práticas de atividade física acessíveis a diferentes perfis; estratégias para o gerenciamento do estresse e da ansiedade; estratégias para o alcance do sono de qualidade e possibilidades de adoção de pequenas mudanças com impacto positivo na qualidade de vida.

PROJETO MAIO - MÊS DAS MÃES: II ENCONTRO DE MULHERES E MÃES ATÍPICAS DA SEEDF

No âmbito do Programa Estações, a SEEDF promoveu o II Encontro de Mulheres e Mães Atípicas. A atividade foi estruturada em formato de roda de conversa, conduzida por uma psicóloga, que abordou o tema "Mães atípicas, filhos além do esperado: uma conexão que supera desafios".



O objetivo foi oferecer um espaço de escuta, acolhimento e troca de experiências entre servidoras que vivenciam a maternidade atípica. A ação teve como foco principal refletir sobre os impactos da maternidade atípica na saúde física e mental das mulheres educadoras, além de estimular o fortalecimento de vínculos e o compartilhamento de vivências. O evento contou ainda com a participação das psicólogas da SEEDF que contribuíram com mediações e reflexões ao longo do encontro. A iniciativa deu continuidade à primeira edição realizada em 2024, que obteve ampla adesão e avaliação positiva por parte das participantes.

PROJETO MAIO - MÊS LGBTQIA+: PALESTRA “MAIS QUE DISCURSO, UMA PRÁTICA” - CONSTRUINDO ESPAÇOS DE TRABALHO SEGUROS E ACOLHEDORES PARA A COMUNIDADE LGBTQIA+ COM INFORMAÇÃO E EMPATIA

O Programa Estações foi criado para estimular reflexões sobre temas relevantes ao cotidiano institucional e fortalecer práticas que contribuam para ambientes de trabalho mais saudáveis, seguros e inclusivos. Alinhado às campanhas nacionais de saúde e às questões sociais de interesse público, o Programa aborda temas relacionados ao mundo do trabalho. Nesse contexto, foi promovida a palestra “Mais que discurso, uma prática”, voltada à construção de espaços acolhedores e seguros para a comunidade LGBTQIA+, com foco na informação e na empatia, objetivando promover a reflexão e o compromisso com ambientes de trabalho livres de discriminação, assegurando acolhimento e segurança a todas as pessoas, independentemente de orientação sexual ou identidade de gênero.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O programa consiste em orientar os servidores da SEEDF quanto à importância da educação financeira de forma que a tomada de decisão, nesta área, possa ser consciente e equilibrada, contribuindo para a redução do grau de endividamento dos servidores da SEEDF, dos índices de adoecimento do profissional desta Secretaria e da melhoria de sua qualidade de vida e bem-estar.

A ação tem como objetivo discutir novas formas de pensar sobre o consumo e dinheiro, a fim de contribuir na organização de vida dos participantes, no tocante às finanças, contribuindo para a promoção da saúde e melhorando a harmonia dos relacionamentos familiares e a qualidade de vida dos servidores da SEEDF.

Ações desenvolvidas 1º SEMESTRE: Ação de formação de facilitadores, palestras sobre educação financeira e roda de conversa sobre Conscientização Financeira.

Ações desenvolvidas 2º SEMESTRE: Formação de Facilitadores, Palestras sobre Educação Financeira em Ciclos de QVT, Palestras de Educação Financeira no Programa de Gerenciamento de Estresse, Roda de Conscientização Financeira - Orientação Individual em Educação Financeira.

Resultados alcançados em 2025:

- Formação de Facilitadores;
- Atividades e Palestras sobre Educação Financeira nos seguintes locais: CIL do Gama, CRE do Guará, CRE do Núcleo Bandeirante, CRE de Sobradinho, CEI Parque dos Ipês (CRE de São Sebastião), CAIC Unesco (CRE de São Sebastião), Orientação Individual em Educação Financeira na Escola Classe 14 do Gama, Palestras de Educação Financeira no Programa de Gerenciamento de Estresse, Ciclo de QVT para Servidores Ingressantes, Ciclo de QVT nas Unidades Escolares (EC 25 de Ceilândia), Ciclo de Acolhimento para Professores Substitutos, Roda de Conversa sobre Conscientização Financeira (EC 14 do Gama).

CICLO DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO, BEM-ESTAR E SAÚDE INTEGRAL PARA SERVIDORES INGRESSANTES

Projeto que busca acolher, integrar e propor vivências que facilitem a socialização e levanten reflexões importantes a respeito da qualidade de vida no trabalho como forma de prevenção ao adoecimento dos servidores ingressantes, uma vez que carreiras ligadas diretamente ao atendimento de pessoas têm historicamente números elevados de adoecimento.

O objetivo do programa é oferecer aos servidores ingressantes vivências de reflexão e escuta qualificada, abordando temas que proporcionem a integração e o pertencimento na SEEDF,



fundamentadas em práticas que visem a Qualidade de Vida, o Bem-Estar no Ambiente de Trabalho e a Saúde Integral.

Ações desenvolvidas: Promoção de vivências e experiências reflexivas a respeito das mudanças de comportamento necessárias para manter a longo prazo seu bem-estar na instituição, identificação de comportamentos necessários para autoeducação quanto a mudanças de hábito, desenvolvimento de habilidade de se autoconhecer em relação aos aspectos que serão trabalhados em cada temática desenvolvida e interação com outros colegas servidores ingressantes.

PROGRAMA ESTAÇÕES: VACINE-SE!

Em virtude das mudanças climáticas características do mês de Junho, bem como do consequente aumento dos casos de gripe, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), com o apoio da Secretaria de Estado de Saúde (SESDF), realizou dentro do Programa Estações a ação "Vaccine-se!", com vacinação facilitada contra Covid 19 e Influenza.

O programa tem como objetivo garantir o processo de imunização facilitada aos servidores das Coordenações Regionais de Ensino (CREs) e Sede da SEEDF, bem como a conscientização sobre a importância de adesão aos calendários de vacinação.

A ação de imunização ocorreu com os servidores lotados nas Coordenações Regionais de Ensino (CREs) e na Sede, localizada no Edifício Venâncio 3.000 - Shopping ID, 2º andar, Sala da Mulher, com previsão para 400 profissionais.

Os parceiros envolvidos na ação foram a Secretaria de Estado de Saúde (SES-DF) e o Núcleo de Vigilância Epidemiológica (NVEPI).

CICLO DE ACOLHIMENTO AOS PROFESSORES SUBSTITUTOS

O Ciclo de Acolhimento representa uma ação estratégica de gestão humanizada, que visa fortalecer o vínculo dos professores substitutos com a instituição, ao mesmo tempo em que promove o autoconhecimento, o cuidado integral e o desenvolvimento de competências para o enfrentamento saudável dos desafios cotidianos do trabalho docente. A sensibilização para mudanças de comportamento e o fortalecimento de estados emocionais positivos constituem fatores relevantes para a adesão a hábitos saudáveis e para o engajamento em relações interpessoais mais gratificantes no ambiente laboral.

O objetivo principal é de oferecer aos professores substitutos ingressantes na SEEDF em 2025, um espaço de escuta, reflexão e orientação, promovendo a integração institucional, o bem-estar no trabalho e a valorização profissional, por meio de vivências fundamentadas na saúde integral e na qualidade de vida.

Ações desenvolvidas: encontros remotos - através da plataforma Microsoft Teams, para a realização de acolhimento dos professores substitutos de forma humanizada, fortalecendo o sentimento de pertencimento à SEEDF; promoção de momentos de reflexão e sensibilização sobre temas relacionados à qualidade de vida no trabalho; estímulo à adoção de práticas saudáveis, com foco na saúde física, mental e emocional; oferta de informações e esclarecimentos sobre a legislação específica que rege a atuação dos professores substitutos; promoção do desenvolvimento de estratégias de enfrentamento que favoreçam o equilíbrio emocional e a melhoria das relações interpessoais; contribuição para a valorização pessoal e profissional dos servidores, em consonância com as políticas públicas de gestão de pessoas do Distrito Federal.

PROJETO RECONHECER - PROJETO PILOTO NA CRE GAMA

O Projeto Reconhecer tem como objetivo promover a qualidade de vida dos servidores readaptados, PCDs com adequação para não regência de classe e dos professores da socioeducação. Para isso, são realizados levantamentos de dados e visitas in loco, com foco no reconhecimento e na valorização dos trabalhos por eles desenvolvidos. A valorização do profissional e de suas contribuições é um fator essencial para o bem-estar pessoal e laboral, favorecendo, assim, a melhoria das relações no ambiente de trabalho. O projeto busca incentivar a troca de experiências entre esses grupos, promovendo a visibilidade de suas



práticas no ambiente de trabalho. Essa oportunidade de diálogo e aproximação fomenta o conhecimento, o compartilhamento e a multiplicação dessas experiências, contribuindo para um ambiente profissional mais integrado e enriquecedor. Também objetiva proporcionar aos servidores readaptados, aos PCDs com adequação para não regência de classe e aos professores lotados na socioeducação da SEEDF um espaço de reconhecimento e valorização. A iniciativa visa fortalecer o aspecto emocional desses profissionais e ampliar a percepção de suas potencialidades individuais e profissionais.

Ações desenvolvidas: Mapeamento e identificação dos servidores readaptados, PCDs com adequação para não regência de classe e professores da socioeducação, compreendendo seus desafios, potencialidades e contribuições no ambiente de trabalho; promoção da visibilidade ao trabalho realizado por esses servidores, valorizando suas práticas e promovendo o reconhecimento institucional de suas contribuições; criação de espaços de diálogo e compartilhamento para estimular a interação entre os servidores, promovendo um ambiente organizacional mais integrado e colaborativo; elaborar materiais institucionais (relatórios, exposições, apresentações, publicações) que divulguem e reconheçam o impacto do trabalho desses servidores na instituição; inspirar novas iniciativas bem-sucedidas e proposição de ações estratégicas para o aprimoramento da qualidade de vida no trabalho, baseadas nos dados coletados durante o projeto.

PROJETO INSPIRAR - PROJETO PILOTO NA CRE GAMA

O Projeto Inspirar tem como finalidade valorizar, motivar e integrar os servidores da Secretaria de Estado de Educação (SEEDF), com ênfase no bem-estar, e fortalecer, assim, a gestão pública. A iniciativa foca na criação de espaços de escuta, troca de experiências e valorização de práticas pedagógicas extracurriculares desenvolvidas por servidores readaptados e PCDs da Carreira Magistério e PPGE da SEEDF que não atuam em regência de classe.

Tem como objetivo promover a qualidade de vida dos servidores readaptados e PCDs, que não atuam em regência de classe, por meio de práticas de prevenção e cuidado, em conformidade com o Decreto nº 37.648/2016 do Governo do Distrito Federal, a Portaria nº 287/2018 da SEEDF e a Política de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT/SEEDF). As ações de autocuidado, as reflexões sobre temas relevantes como saúde mental, o fortalecimento das relações interpessoais e o desenvolvimento de habilidades sociais são reconhecidas como elementos essenciais para promover o bem-estar e aprimorar as relações profissionais.

Ações desenvolvidas: o Projeto Inspirar teve como ação inicial o desenvolvimento do projeto-piloto de despertar nos servidores readaptados e PCDs o desejo de promover cuidados em saúde mental, bem como estimulou o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento aos desafios impostos pela condição laboral encontrados no dia a dia.

PROEJTO DE CICLO DE QUALIDADE ADE VIDA NO TRABALHO, BEM-ESTAR E SAÚDE INTEGRAL

O projeto é destinado às Coordenações Regionais de Ensino e Unidades Escolares. Durante os encontros foram oferecidas possibilidades de reflexão referentes às temáticas de promoção de qualidade de vida, saúde e bem-estar no trabalho.

O objetivo principal é oferecer aos servidores lotados nas Coordenações Regionais de Ensino e Unidades Escolares vivências de reflexão e escuta qualificada, abordando temas que proporcionem a problematização e reflexão que visem a promoção da Qualidade de Vida, do bem-Estar no ambiente de trabalho e da saúde integral.

Ações desenvolvidas: implementação de questionário para identificação do perfil e das necessidades específicas do público-alvo, realização dos encontros presenciais em cada Coordenação Regional de Ensino (CRE), mediante sinalização e interesse da CRE, alinhados conforme a logística e a realidade de cada regional. Os encontros compreenderam momentos que abordam, a partir de uma escuta qualificada, vivências práticas e reflexivas visando a qualidade de vida, o bem-estar no trabalho e a saúde integral. Por último, foi disponibilizado formulário para avaliação dos encontros realizados e do espaço para sugestões e observações.



Os encontros foram realizados nas seguintes unidades:

- Coordenação Regional de Ensino do Guará;
- Coordenação Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante;
- Coordenação Regional de Ensino de Sobradinho;
- Unidade de Gestão de Pessoas de Taguatinga;
- Centro de Ensino Fundamental 10 de Taguatinga;
- Escola Classe 312 Norte;
- Escola Classe 04 do Cruzeiro;
- Escola Classe 403 Norte;
- Centro de Educação Infantil Parque dos Ipês;
- Escola Classe 26 de Setembro;
- Centro de Ensino Especial 02 de Brasília;
- CAIC Unesco;
- Escola Classe 02 de Vicente Pires;
- Centro de Ensino Especial 01 de Sobradinho;
- Centro de Ensino Fundamental do Bosque;
- Escola Classe 25 de Ceilândia.

PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL (PROSM) - PROJETO DE ACOLHIMENTO EM SITUAÇÃO DE CRISE

O Projeto de Acolhimento em Situação de Crise é estruturado em três etapas: visita técnica com a gestão, a realização de rodas de conversa e o feedback com a equipe gestora. Implementado conforme a demanda das Coordenações Regionais de Ensino ou das Unidades Escolares, o projeto visa promover uma cultura de paz na Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF), por meio de vivências e técnicas, como gerenciamento do estresse e da ansiedade, mindfulness, treinamento de habilidades sociais e comunicação assertiva, escrita terapêutica e escuta especializada, buscando prevenir e superar crises de maneira construtiva e pacífica. A proposta baseia-se em valores de tolerância, solidariedade e utiliza o diálogo, a negociação e a mediação como pilares para enfrentar os conflitos, reconhecendo que, embora as crises sejam inevitáveis, a abordagem para enfrentá-las pode ser transformada em uma oportunidade de aprendizagem e resolução saudável.

O projeto visa intervir nas situações de crise enfrentadas por servidores e pela comunidade escolar, auxiliando no enfrentamento de eventos traumáticos, como violência e luto, experienciados no ambiente escolar. Seu objetivo é mitigar os impactos negativos desses acontecimentos, como os danos psíquicos, promovendo o autoconhecimento e o desenvolvimento de habilidades de enfrentamento. A ação busca fomentar uma cultura de paz, melhorar a qualidade de vida e o bem-estar dos envolvidos, além de incentivar práticas que favoreçam a resolução pacífica dos conflitos.

O Projeto de Acolhimento em Situação de Crise é dividido em três etapas: a primeira - uma visita técnica com a gestão; a segunda - as rodas de conversas (podendo ser mais de um encontro, a depender do impacto da crise) e a terceira - o feedback com a equipe gestora.

Os encontros de acolhimento em situação de crise foram realizados nas seguintes unidades escolares:

- Escola Classe 10 de Ceilândia;
- CAIC Assis Chateaubriand de Planaltina;
- Escola Classe 803 de Recanto das Emas;
- Centro de Ensino Fundamental 04 do Guará;
- Centro de Línguas 01 de São Sebastião;
- Escola Parque da Natureza Núcleo Bandeirante.
- Centro Educacional 04 do Guara;
- Escola Técnica de Ceilândia;
- Centro Educacional 03 do Guará;
- Centro Educacional 01 do Riacho Fundo II;
- Centro de Ensino Fundamental 10 de Taguatinga;
- Centro Educacional 308 do Recanto das Emas;



- Centro Educacional 104 do Recanto das Emas;
- Centro de Ensino Fundamental 01 do Riacho Fundo;
- Centro de Ensino Fundamental 14 de Taguatinga.

PROJETO ATIVAÇÃO CORPORAL NAS SALAS DE TRABALHO

O projeto proporciona momentos de ativação corporal e laboral, com exercícios focados no alongamento, na respiração, na meditação, na mobilidade articular e na correção postural para os servidores, visando o bem-estar.

Tem como objetivo orientar sobre a importância da atividade física, do controle do estresse e da ergonomia no ambiente de trabalho, proporcionando vivências com exercícios focados na postura, na respiração, nos alongamentos e na mobilidade física, subsidiando a promoção da saúde integral por meio de práticas de autocuidado, além de promover momentos de pausa e integração.

Foram proporcionados momentos de exercícios físicos nos locais de trabalho dos servidores, que visaram incentivar atitudes saudáveis e a promoção do bem-estar dentro e fora do contexto de trabalho. As atividades foram desenvolvidas no espaço das salas de trabalho, por meio de vivências com orientações que visaram auxiliar na prevenção de doenças osteomusculares e transtornos emocionais, contribuindo com a adoção de um estilo de vida mais ativo do servidor.

PROJETO ATIVAÇÃO CORPORAL - ESPAÇO DA MULHER

O Projeto de Ativação Corporal no Espaço da Mulher é uma iniciativa que oferece atividades e vivências como Yoga e Pilates, com o intuito de incentivar hábitos saudáveis e promover uma cultura de bem-estar entre os servidores da SEEDF, tanto no ambiente de trabalho quanto fora dele. As práticas realizadas nesse espaço foram cuidadosamente planejadas para prevenir doenças osteomusculares, reduzir transtornos emocionais e estimular a adoção de um estilo de vida ativo e equilibrado. Ao integrar o corpo e a mente, o projeto proporciona benefícios que transcendem a saúde física, impactando positivamente o bem-estar emocional dos participantes e, por consequência, sua qualidade de vida no trabalho. Essa abordagem holística contribui para um ambiente mais saudável, produtivo e harmonioso, fortalecendo a saúde integral dos servidores.

O objetivo é dar seguimento ao Projeto Ativação Corporal, proporcionando aos servidores da Sede da SEEDF a oportunidade de vivenciar atividades diversas com foco no alongamento, na respiração, na meditação, na mobilidade articular e na correção postural. Promover o bem-estar integral desses servidores, contribuindo para a adoção de hábitos saudáveis e a redução do estresse e da tensão no ambiente de trabalho. O projeto também busca criar um espaço de acolhimento e integração entre os servidores, incentivando uma cultura de autocuidado que reflete diretamente no aumento da produtividade e na melhora da qualidade de vida no ambiente profissional.

Foram realizadas vivências de Solo Pilates, Yoga, Relaxamento Progressivo de Jacobson, Técnicas Respiratórias e Respiração com Alongamentos. Pretende-se que as vivências sejam periodicamente substituídas, a fim de serem proporcionadas aos servidores práticas diferenciadas.

PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO PARA A APOSENTADORIA (POA)

O Programa visa abordar os aspectos psicossociais do processo de aposentadoria, promovendo no indivíduo um processo de reflexão e autoconhecimento. O objetivo é facilitar a transição para a aposentadoria, estimulando o despertar para novas áreas de interesse e aprendizado que auxiliem nesse momento da vida, além de incentivar a descoberta de novas potencialidades e prevenir possíveis conflitos.

Com objetivo de oferecer informações e orientações sobre os aspectos psicossociais da aposentadoria, promovendo a reflexão e o autoconhecimento, com o intuito de facilitar a transição para essa fase da vida. O programa busca despertar o interesse por novas áreas de conhecimento que apoiarão o servidor nesse processo, além de incentivar a busca por novas habilidades, prevenindo conflitos e promovendo uma melhor qualidade de vida.



O programa foi estruturado em encontros dialógicos e interativos, abordando temas psicossociais relacionados à aposentadoria, como aspectos previdenciários, educação financeira, importância da atividade física para a qualidade de vida, cuidados com a saúde de homens e mulheres, alimentação e nutrição no envelhecimento saudável, oportunidades após a aposentadoria e elaboração de um projeto de vida.

PROGRAMA DE ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO INDIVIDUAL (PAPSI), INTEGRANTE DO PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL NO TRABALHO (PROSM) - Portaria nº 1.120, de 09 de setembro de 2024

O Programa de Acolhimento Psicológico Individual (PAPSI) visa atender à necessidade de cuidados em saúde mental para os profissionais da educação do Distrito Federal, com foco na prevenção do sofrimento emocional, por meio da escuta psicológica individual. O programa busca apoiar os educadores no desempenho de suas funções, reconhecendo a importância de sua saúde mental para a qualidade do ensino.

O objetivo geral do PAPSI é promover a valorização, o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos profissionais da educação, por meio da escuta psicológica individual no âmbito da SEEDF. Os objetivos específicos incluem acolher, orientar ou encaminhar e monitorar os servidores aos serviços públicos de saúde mental do Distrito Federal ou às entidades conveniadas com a SEEDF, além de prevenir ou minimizar o sofrimento emocional dos servidores, de forma psicoeducativa, sem caráter psicoterapêutico.

Ações Desenvolvidas:

- Acolhimento: realização de escuta psicológica individual para promover o autocuidado e o apoio emocional dos profissionais da educação frente ao sofrimento psíquico.
- Orientação: orientação psicológica e sugestões de encaminhamentos, conforme as necessidades e as demandas apresentadas pelo servidor.
- Encaminhamento e acompanhamento: encaminhamento dos servidores aos serviços públicos de saúde mental do Governo do Distrito Federal ou às entidades conveniadas, conforme o caso, bem como acompanhamento desses servidores.

PROGRAMA DE PREVENÇÃO À DEPENDÊNCIA QUÍMICA (PRODEQ)

Programa de Prevenção à Dependência Química (PRODEQ), parte integrante do Programa de Saúde Mental no Trabalho (PROSM) - Portaria Nº 1.120, de 09 de setembro de 2024.

O PRODEQ tem como foco oferecer apoio em saúde mental aos profissionais da educação do Distrito Federal, com ênfase na prevenção do sofrimento psicológico decorrente do uso de álcool e outras substâncias, por meio de acolhimento especializado individualizado.

Objetivo: Planejar, coordenar e executar atividades preventivas aos profissionais da educação acometidos por problemas relacionados ao uso de álcool e de outras drogas, na perspectiva de promoção à saúde, ao bem-estar e à qualidade de vida no trabalho no âmbito da SEEDF.
Parceiros:

- Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - Programa de Atenção ao Dependente Químico (SUBSAUDE/PADQ), conforme o Decreto Nº 41.747, de 28 de janeiro de 2021.
- Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS-AD).

PROJETO GERENCIAMENTO DE ESTRESSE PARA SECRETÁRIOS ESCOLARES E SERVIDORES LOTADOS NA UNIGEP E UNIPLAT DA CRE GAMA

O projeto visa apoiar os servidores na identificação, na prevenção e na gestão do estresse, fornecendo ferramentas para o reconhecimento de suas causas e etapas, promovendo estratégias eficazes para lidar com essa condição, além de incentivar práticas de autocuidado relacionadas à saúde mental, com objetivo principal em auxiliar os servidores a identificarem, compreenderem o estresse, reconhecendo suas causas e fases, e orientá-los na adoção de estratégias para seu gerenciamento. O programa também busca promover o autocuidado, estimulando o bem-estar físico e emocional, além de proporcionar o intercâmbio



de conhecimentos sobre estresse e métodos para sua gestão, integrando perspectivas de diferentes áreas.

Ações desenvolvidas: o projeto solicitado por meio de um processo SEI e foi realizado por meio de quatro encontros quinzenais.

PROJETO BANDO DE BOAS PRÁTICAS EM QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - QVT

O Projeto prevê o compartilhamento das Boas Práticas em QVT da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal SEEDF, em diferentes Coordenações Regionais de Ensino, como forma de ampliar o conhecimento da oferta de ações, serviços, projetos e programas desenhados nessa intenção que, muitas vezes, fica restrito à própria unidade escolar ou regional de ensino, quando poderia favorecer o surgimento de soluções inusitadas e bem-sucedidas, capazes de melhorar a qualidade de vida e bem-estar dos servidores, além de melhorar os resultados institucionais, a exemplo da diminuição dos casos de adoecimento.

Ações desenvolvidas: o projeto foi realizado em etapas iniciadas pela divulgação do Banco de Boas Práticas em Qualidade de Vida no Trabalho nas plataformas oficiais da SEEDF; recebimento das inscrições por meio de formulário eletrônico; realização das fases de análise técnica e seleção dos projetos de acordo com o projeto; disponibilização pública dos projetos aprovados no site institucional; seleção dos projetos de destaque para visita técnica; realização das visitas técnicas e registros audiovisuais; finalização com a homenagem dos projetos selecionados durante o VI Seminário Nacional de Qualidade de Vida-SENAQVT e Avaliação Final.

PROJETO NUTRISER NA ESCOLA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

O NutriSER foi baseado na iniciativa de promoção da saúde, qualidade de vida, higiene do sono e bem-estar no trabalho, por meio de adoção de hábitos alimentares saudáveis.

O objetivo é de oferecer reflexões, vivências e escuta qualificada, abordando temas relacionados à alimentação adequada e saudável, com ênfase no autoconhecimento e na autopercepção quanto ao comportamento alimentar, de maneira a prevenir doenças relacionadas a um padrão alimentar inadequado.

As temáticas trabalhadas perpassaram por temas, tais como: conhecer os alimentos por meio dos rótulos; conexão cérebro-intestino; memória afetiva e comportamento alimentar; alimentação e nutrição como prevenção das doenças crônicas não transmissíveis (aferição da circunferência abdominal) e atividade física como promotora da Saúde Integral.

PROJETO CICLO DE BEM-ESTAR DO SONO

O Projeto Ciclo de Bem-Estar do Sono trata-se de um projeto multidisciplinar que tem o potencial de atingir muitos servidores da SEEDF podendo ter um impacto positivo na qualidade de vida e bem-estar deles, devido ao fato de o sono saudável ser um fator de proteção contra o adoecimento mental e físico.

O projeto tem como objetivo contribuir para a promoção de bem-estar e prevenção do adoecimento dos servidores da SEEDF através da adoção de práticas de higiene do sono, a partir de uma perspectiva interdisciplinar.

Ações desenvolvidas: 8 encontros presenciais, os quais abordam as fases do sono e seus impactos na saúde física e mental.

PROJETO BLITZ DE ERGONOMIA

O Projeto Blitz de Ergonomia contempla três modalidades de execução, de caráter presencial, as quais contemplam Blitz de Escritório, Workshop de Ergonomia e Cuidados com a Voz – Professores e Workshop de Ergonomia – Monitores Escolares.

Objetivo: promover ações educativas e interventivas em ergonomia e cuidados com a saúde vocal, visando a prevenção de agravos relacionados ao trabalho e à promoção do bem-estar dos servidores da SEEDF.



Ações desenvolvidas: ação externa - palestra de ergonomia nos seguintes locais: Escola Classe 325 Samambaia, Escola Classe 02 de Vicente Pires, Coordenação Regional de Ensino do Guará.

PROGRAMA ESTAÇÕES - AGOSTO LILÁS - PALESTRA ONLINE "CONHECENDO AS REDES DE PROTEÇÃO PARA AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA"

Palestra online denominada "Conhecendo as redes de proteção para mulheres vítimas de violência", realizada no âmbito da campanha nacional "Agosto Lilás", dedicada à conscientização e ao enfrentamento da violência contra a mulher, com o objetivo de informar, divulgar canais de denúncia e fortalecer o empoderamento feminino no contexto educacional.

PROGRAMA ESTAÇÕES - SETEMBRO AMARELO: PALESTRAS DE VALORIZAÇÃO À VIDA

Alinhada à campanha Setembro Amarelo, iniciada em 2014 pela Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), que visa conscientizar sobre os transtornos mentais e a prevenção do suicídio, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) reforça seu compromisso com a promoção da saúde mental e a implementação de práticas de apoio aos servidores da rede pública de ensino.

Objetivo: capacitar e orientar os servidores da SEEDF sobre a valorização à vida, destacando-a como uma estratégia essencial para a prevenção do suicídio. O objetivo é promover uma conscientização abrangente sobre o tema, incentivando a adoção de práticas eficazes e humanizadas no ambiente de trabalho, que contribuam para o acolhimento de indivíduos em risco e a promoção de um ambiente emocionalmente saudável.

Ações desenvolvidas: ação no Centro Educacional 03 São Bartolomeu de São Sebastião e na Escola Classe 25 da Ceilândia.

PROGRAMA ESTAÇÕES - DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

O Programa Estações visa integrar as campanhas nacionais de saúde e bem-estar ao contexto institucional da SEEDF, promovendo ações educativas, preventivas e de valorização humana ao longo do ano. Como parte das ações alusivas ao Dia da Consciência Negra, a DQVT promoverá a Mesa Redonda "Diálogos sobre Racismo e Cultura Afro-Indígena na SEEDF: por uma instituição antirracista", com o objetivo de fortalecer pautas inclusivas e antirracistas na rede pública de ensino do DF e promover a sensibilização dos servidores da SEEDF quanto à importância do autocuidado em saúde e bem-estar, por meio da divulgação contínua de campanhas temáticas alinhadas às campanhas nacionais.

Ações desenvolvidas: Painel - Mesa Redonda "Diálogos sobre Racismo e Cultura Afro-Indígena na SEEDF: por uma instituição antirracista".

PROJETO ATIVAÇÃO CORPORAL - AÇÕES EXTERNAS PONTUAIS

O projeto Ativação Corporal - Ações Externas é uma iniciativa que combina palestras educativas e atividades práticas com o intuito de promover atitudes saudáveis e a melhoria do bem-estar, tanto no ambiente de trabalho quanto fora dele. As ações são realizadas nas Coordenações Regionais de Ensino (CREs) e nas Unidades Escolares (UEs) da SEEDF, oferecendo orientações e vivências focadas na prevenção de doenças osteomusculares e transtornos emocionais.

O objetivo principal é estimular os servidores a adotarem um estilo de vida mais ativo, promovendo sua saúde física e mental de forma integral. Sensibilizar os servidores da SEEDF sobre os benefícios da prática regular de atividades físicas e meditativas. O projeto visa incentivar a prática de exercícios voltados para o alongamento, a respiração, a meditação, a mobilidade articular e a correção postural, promovendo o bem-estar físico e emocional dos participantes, através de palestras informativas e momentos de ativação corporal.

O projeto foi implementado por meio de 4 encontros semanais, cada um com duração de 2 horas. Durante essas sessões, os servidores participaram de palestras educativas seguidas



de atividades práticas, que incluíam exercícios físicos e mentais. As vivências foram cuidadosamente planejadas para promover a saúde integral dos participantes.

PROGRAMA HOLOS

O Programa HOLOS visa promover a saúde e o bem-estar no ambiente de trabalho, integrando práticas complementares e integrativas em saúde (PICS) para os servidores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Por meio de terapias como Reflexologia Podal, Auriculoterapia, Aromaterapia, Uso de Óleos Essenciais e Medicina Tradicional Chinesa (MTC), o programa proporciona aos servidores um apoio para a promoção da saúde e prevenção de doenças, além de promover o equilíbrio físico, mental e emocional.

O Programa HOLOS tem como objetivo oferecer aos servidores da SEEDF, de forma gratuita, o acesso a práticas de saúde integrativas e complementares, além de atividades físicas e socioculturais, com foco na promoção de qualidade de vida, saúde e bem-estar no ambiente de trabalho. Essas atividades são oferecidas por meio do voluntariado, tanto pelos próprios servidores da instituição quanto em parcerias institucionais, com a intenção de prevenir o adoecimento e proporcionar um espaço de cuidado integral e colaborativo.

Atividades realizadas:

- Dança do Ventre;
- Oficinas de Aromaterapia;
- Auriculoterapia;
- Oficina Reconexão Corpo e Mente;
- Reiki;
- Massoterapia;
- Sessões de alongamento e yoga;
- Ciclo de Workshops de PICS - Integra Saúde;
- Oficina de PICS - Momento de Bem-Estar com a CRE Varjão I.

CADASTRO DE READAPTAÇÕES E RESTRIÇÕES DE FUNÇÕES TEMPORÁRIAS NO SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (SIGRH-WEB) e PUBLICAÇÕES DE READAPTAÇÕES NO DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL - DODF

Este processo envolve o lançamento das readaptações e restrições de funções temporárias no Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH-Web), bem como a publicação oficial dessas readaptações no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF).

Objetivo: atuar como a unidade administrativa responsável pelo lançamento de readaptações e restrições de funções temporárias no SIGRH-Web e garantir a devida publicação dessas alterações no DODF. Além disso, a unidade realiza o atendimento aos servidores readaptados e servidores com deficiência, garantindo o cumprimento das normativas e o acompanhamento das condições de trabalho desses servidores.

Nesta perspectiva, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) destaca que, ao longo do ano de 2025, as ações, os projetos e os programas voltados à promoção da saúde e do bem-estar no ambiente de trabalho, bem como à prevenção do adoecimento, impactaram positivamente uma média de 4.749 servidores.

Quadro 5 - Ação, Projeto e Programa voltado para Atenção à Saúde e à Qualidade de Vida

Ação, Projeto ou Programa	Participantes 2025
PROGRAMA ESTAÇÕES: "JANEIRO BRANCO"	-
PROGRAMA ESTAÇÕES: "MARÇO, MÊS DAS MULHERES EDUCADORAS - OFICINA "MULHERES EM CANTO"	15
PALESTRAS DE PROMOÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR NO TRABALHO	1.128
PROJETO DIA MUNDIAL DA SAÚDE - DIA 07 DE ABRIL	160
PROGRAMA ESTAÇÕES - AÇÃO MAIO - II ENCONTRO DE MULHERES E MÃES ATÍPICAS DA SEEDF	40
PROJETO MAIO - MÊS LGBTQIPN+ - PALESTRA "MAIS QUE DISCURSO, UMA PRÁTICA. " - CONSTRUINDO ESPAÇOS DE TRABALHO SEGUROS E ACOLHEDORES PARA A COMUNIDADE LGBTQIA+ COM INFORMAÇÃO E EMPATIA.	40
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA	545



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

CICLO DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO, BEM- ESTAR E SAÚDE INTEGRAL PARA SERVIDORES INGRESSANTES	208
PROGRAMA ESTAÇÕES: VACINE-SE!	626
CICLO DE ACOLHIMENTO AOS PROFESSORES SUBSTITUTOS	254
PROJETO RECONHECER - COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA E UNIDADES ESCOLARES DO GAMA	7
PROJETO INSPIRAR	10
PROJETO CICLO DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO, BEM-ESTAR E SAÚDE INTEGRAL	605
PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL (PROSM) - PROJETO DE ACOLHIMENTO EM SITUAÇÃO DE CRISE	433
PROJETO ATIVAÇÃO CORPORAL NAS SALAS DE TRABALHO	546
PROJETO ATIVAÇÃO CORPORAL - ESPAÇO DA MULHER	857
PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO PARA A APOSENTADORIA - POA NA ESCOLA DE GOVERNO (EGOV)	64
PROGRAMA DE ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO INDIVIDUAL (PAPSI), INTEGRANTE DO PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL NO TRABALHO (PROSM) - PORTARIA Nº 1.120, DE 09 DE SETEMBRO DE 2024	60
PROGRAMA DE PREVENÇÃO À DEPENDÊNCIA QUÍMICA (PRODEQ) - ATENDIMENTOS INDIVIDUALIZADOS II CICLO DE PREVENÇÃO À DEPENDÊNCIA QUÍMICA (CPDQ)	89
PROJETO GERENCIAMENTO DE ESTRESSE PARA SECRETÁRIOS ESCOLARES E SERVIDORES LOTADOS NA UNIGEP E UNIPLAT DA REGIONAL DO GAMA	32
PROJETO BANCO DE BOAS PRÁTICAS EM QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - QVT	-
PROJETO NUTRISER NA ESCOLA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	18
PROJETO CICLO DE BEM-ESTAR DO SONO	57
PROJETO BLITZ DE ERGONOMIA	80
PROGRAMA ESTAÇÕES - AGOSTO LILÁS - PALESTRA ONLINE "CONHECENDO AS REDES DE PROTEÇÃO PARA AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA"	652
PROGRAMA ESTAÇÕES - SETEMBRO AMARELO	68
PROJETO ATIVAÇÃO CORPORAL - AÇÕES EXTERNAS PONTUAIS	458
PROGRAMA ESTAÇÕES - DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA	66
PROGRAMA HOLOS	1.197
VI Seminário Nacional de Qualidade de Vida, Saúde e Bem-Estar no Trabalho - VI SENAQVT 2025	517 (presenciais) 1551 (online)
MEDALHA GDF - EDUCAÇÃO ANÍSIO TEIXEIRA	1.100
CADASTRO DE READAPTAÇÕES E RESTRIÇÕES DE FUNÇÕES TEMPORÁRIAS NO SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (SIGRH-WEB) E PUBLICAÇÕES DE READAPTAÇÕES NO DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL - DODF	266
CLUBE DE LEITURA DIÁLOGOS LITERÁRIOS	15

CLUBE DE LEITURA DIÁLOGOS LITERÁRIOS

O clube de leitura Diálogos Literários busca, por meio da literatura, gerar diálogos profundos entre os servidores da Secretaria de Estado de Educação (SEEDF) com vistas à reflexão sobre sua própria vida, sobre o trabalho e sua postura diante do que lhe acontece na vida e no trabalho.

Objetivo: estabelecer, por meio do desenvolvimento de sociabilidades e afetividade em rede, a partir da leitura de livros diversos, uma possível forma de enfrentamento de atribulações e fomento de qualidade de vida aos servidores da SEEDF.

Ações desenvolvidas: realização de encontros semanais ou quinzenais em que, por meio de mediação da DQVT, se faz uma triangulação de três fontes: o livro escolhido para a turma, contos, crônicas ou filmes com temas relacionados e os relatos de vida e de trabalho dos participantes.

VI SEMINÁRIO NACIONAL DE QUALIDADE DE VIDA, SAÚDE E BEM-ESTAR NO TRABALHO - SENAQVT 2025

O VI Seminário Nacional de Qualidade de Vida e Bem-Estar no Trabalho (SENAQVT), promovido pela DQVT, constitui ação estratégica de sensibilização e formação continuada. Consolidado como uma das principais iniciativas de valorização dos profissionais da rede pública de ensino do DF, o evento promove reflexões sobre saúde mental, relações no trabalho e práticas de autocuidado, com o objetivo de atualizar e aprimorar os conhecimentos



dos servidores da SEEDF em práticas inovadoras de qualidade de vida e bem-estar no ambiente de trabalho, com enfoque nas seguintes dimensões: Saúde Mental e Bem-Estar; Promoção da Saúde no Ambiente de Trabalho; Gestão de Pessoas e Sustentabilidade e Qualidade de Vida, além de promover o fortalecimento da Política de Qualidade de Vida e Bem-estar no Trabalho da SEEDF do Programa de Saúde Mental no Trabalho (PROSM) por meio do seminário, estimulando a adesão dos servidores às práticas de autocuidado e prevenção do adoecimento psíquico.

Ações Desenvolvidas: a edição de 2025 teve como temática central "Autoconhecimento: por escolhas certas na vida e no trabalho", com foco na construção de práticas mais conscientes e saudáveis no cotidiano profissional. A programação teve como palestra magna "A Felicidade e as Relações de Trabalho" e demais palestras como "Autocuidado para a preservação da saúde mental", "Painel Temático: Saúde e Bem-Estar num mundo hiper conectado" com especialistas convidados, "Educação Midiática como estratégia de enfrentamento à infodemia", "O Antídoto da Dopamina: gerenciando telas para resgatar sua vida real" e "Práticas Integrativas para Viver o Presente: técnicas de autocuidado e meditação para reduzir a ansiedade e cultivar o equilíbrio".

MEDALHA GDF - EDUCAÇÃO ANÍSIO TEIXEIRA

A ação consistiu no cumprimento do Decreto Nº 44.620, de 13 de junho de 2023, que institui a outorga da Medalha "Mérito GDF - Educação Anísio Teixeira", destinada ao reconhecimento de profissionais e colaboradores que se destacam na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Tem como objetivo homenagear servidores, colaboradores da SEEDF, empregados públicos e cidadãos que contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento e o fortalecimento da educação no Distrito Federal, por meio da concessão da Medalha "Mérito GDF - Educação Anísio Teixeira".

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O exercício de 2025 consolidou a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) como a instância indutora de políticas públicas voltadas à excelência pedagógica e à equidade social. A atuação institucional orientou-se pela premissa da Educação como Direito Social, desdobrando-se em ações que integraram a expansão do acesso à qualificação rigorosa dos processos de ensino-aprendizagem. Com uma rede composta por 855 instituições ativas e o atendimento a 448.103 estudantes, a SEEDF demonstrou elevada capacidade operacional na gestão de parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), modelo que viabilizou a universalização da Educação Infantil sob padrões de qualidade monitorados.

No Ensino Fundamental, a SEEDF institucionalizou a cultura de dados por meio dos programas Alfaletando e SuperAção, assegurando a alfabetização na idade certa e o reordenamento do fluxo escolar. Paralelamente, o Ensino Médio atingiu um estágio de estabilidade normativa e curricular, com a oferta de mais de 150 itinerários na Educação Profissional, alinhando o currículo às demandas socioeconômicas do Distrito Federal. Destaca-se, ainda, o avanço na Educação Integral em Tempo Integral, que alcançou 24.615 matrículas, e o fortalecimento da dimensão intercultural via Programa de Educação Bilíngue e Intercultural (PEBI), consolidando a inserção da rede pública em parâmetros globais de excelência.

A despeito dos avanços nos indicadores de proficiência e acesso, a execução dos programas em 2025 enfrentou óbices estruturais que demandam atenção estratégica. O principal gargalo identificado residiu na gestão de capital humano, caracterizada por uma elevada rotatividade das equipes técnicas e carências no dimensionamento de pessoal, o que impactou a celeridade administrativa e a continuidade de processos complexos. No âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), diagnosticou-se uma assimetria entre a estratégia de divulgação digital e o



perfil sociodemográfico dos potenciais estudantes, resultando em lacunas de comunicação que exigem a migração para métodos de busca ativa presencial.

Adicionalmente, persistem desafios de infraestrutura. A ausência de sedes próprias para unidades dos Centros Interescolares de Línguas (CILs) e a necessidade de adequação física das escolas para suportar a ampliação da jornada integral configuram problemas que interferiram na velocidade de expansão do ensino de tempo integral. A articulação intersetorial também apresentou pontos de fricção, retardando, em instâncias específicas, a integração plena entre as diretrizes centrais e a execução operacional nas 14 Coordenações Regionais de Ensino (CREs), evidenciando a necessidade de aperfeiçoar os fluxos de governança interna.

As perspectivas para 2026 orientam-se pela consolidação de uma SEEDF resiliente, tecnológica e inclusiva. O planejamento estratégico foca na institucionalização da nova Política de Educação em Tempo Integral, visando a convergência com a meta de 33% do PDE, sustentada por investimentos em infraestrutura esportiva e manutenção predial. No campo pedagógico, a introdução da metodologia Content and Language Integrated Learning (CLIL) e o fortalecimento da Rede de Inovação para a Educação Híbrida (RIEH) representam o compromisso com a vanguarda educacional.

Operacionalmente, a SEEDF projeta a expansão da Gestão Compartilhada para 40 unidades escolares, visando o fortalecimento do ambiente de paz e segurança. A prioridade máxima recairá sobre a qualificação dos registros de dados no Educacenso e o aprimoramento do acompanhamento técnico-pedagógico, assegurando que a gestão baseada em evidências se traduza em equidade social, permanência e sucesso escolar para todos os estudantes da Rede Pública do Distrito Federal.



18203 - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL PROFESSOR JORGE AMAURY MAIA NUNES

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Até 2021, quando foi criada a Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes (UnDF), o Distrito Federal (DF) convivia com uma situação incômoda: figurava entre as poucas unidades federativas que ainda não dispunham de uma universidade estadual — ou, no caso do DF, distrital.

Desde os anos 1980, quando a administração do DF ainda estava sob a responsabilidade do Congresso Nacional, já existiam propostas para a criação de uma universidade pública distrital. Com a institucionalização do Governo do Distrito Federal e da Câmara Legislativa, na década de 1990, a Lei Orgânica do Distrito Federal passou a prever expressamente a obrigação de instituir um sistema próprio de ensino superior.

Após diversas tentativas, a primeira instituição pública distrital de ensino superior foi finalmente criada em 2001: a Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS), destinada à formação de profissionais para atuação no Sistema Único de Saúde. Nos termos da Lei nº 2.676, de 12 de janeiro de 2001, a ESCS seria mantida pela Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS).

Ao longo dos anos 2000, outras propostas de expansão da educação superior pública distrital foram formuladas. Inspiradas no modelo inovador da ESCS, pautado pela integração entre ensino, serviço e comunidade, surgiram iniciativas voltadas à criação de novas instituições, incluindo duas com perfil universitário. Apesar dos esforços, nenhuma dessas propostas avançou à fase de implantação.

A perspectiva concreta de expansão da educação superior pública distrital para áreas além das Ciências da Saúde só se consolidaria anos depois, em 2013, com a criação da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal (FUNAB), autorizada pela Lei nº 5.141, de 31 de julho de 2013, que revogou as Leis nº 403/1992 e nº 2.919/2002.

Vinculada à Secretaria de Estado de Educação (SEEDF), a FUNAB foi instituída para ministrar educação superior, desenvolver pesquisas e promover atividades de extensão (art. 2º da Lei nº 5.141/2013), sem prejuízo das competências da FEPECS. Atuando como órgão mantenedor da educação superior pública distrital, foi responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão de ações nesse nível de ensino. Em diferentes momentos, propôs a criação de novas unidades e cursos, contribuindo para a consolidação de um sistema distrital de ensino superior.

A experiência acumulada pela FUNAB permitiu que, em 2021, fosse finalmente instituída a Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes, por meio da Lei Complementar nº 987, de 27 de julho de 2021. A UnDF tem como finalidade “ministrar educação superior pública distrital [...], desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover atividades de extensão universitária” (art. 2º, caput), contando com autonomia pedagógica, didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (art. 1º, § 1º).

As competências previstas para a UnDF resultaram na extinção da Fundação, com a transferência à Universidade de todos os direitos, obrigações, atos administrativos, contratos, convênios e instrumentos congêneres (art. 15, § 1º). A ESCS também passou a integrar a estrutura universitária (art. 15, § 3º), com garantia de continuidade de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como da utilização de metodologias ativas de aprendizagem.

Nos termos do art. 2º, incisos I a IX, da Lei Complementar nº 987/2021, compete à UnDF:

I – elaborar e executar a política de educação superior pública distrital;

II – manter, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de educação superior;

III – promover a implantação de unidades e cursos;



IV – expedir normas para o desempenho de suas competências;

V – elaborar proposta orçamentária e administrar receitas e despesas;

VI – firmar convênios, termos de cooperação técnica, contratos e parcerias, especialmente com a administração pública distrital;

VII – colaborar com políticas de desenvolvimento regional, prestando serviços de consultoria e assessoria;

VIII – fomentar parcerias e intercâmbios com instituições nacionais e internacionais;

IX – implementar programa de assistência estudantil para combater a evasão de estudantes em situação de vulnerabilidade.

Além da Lei Complementar e do Decreto de criação, a Universidade é regida pelo seu Estatuto e pelo seu Regimento Geral, instituídos, respectivamente, pela Resolução nº 03, de 12 de maio de 2022, e pela Portaria nº 04, de 22 de junho de 2022, os quais foram aprovados pelo Conselho de Educação do Distrito Federal.

No mesmo ano de 2021, foram aprovadas ainda duas normativas fundamentais para sua consolidação: a Lei nº 6.969, de 8 de novembro de 2021, que instituiu a Carreira Magistério Superior do Distrito Federal, e a Emenda à Lei Orgânica nº 123/2021, que garante recursos estáveis à Universidade por meio do Fundo da Universidade do Distrito Federal.

Atualmente, a UnDF oferece dezenove cursos de graduação nas áreas da saúde, tecnologia, artes, licenciaturas, gestão pública e gestão ambiental, além de três pós-graduações e diversos cursos de extensão abertos à comunidade. Seu portfólio dialoga com as necessidades de desenvolvimento regional e com as demandas da sociedade do DF e Entorno, reforçando seu papel estratégico no desenvolvimento social, econômico, tecnológico e cultural do DF e da RIDE.

A Universidade adota uma concepção multiespacial, com unidades distribuídas em diferentes regiões administrativas — atualmente em Samambaia, Asa Norte e Lago Norte — com o objetivo de ampliar o alcance territorial da educação superior pública. Desde o início das atividades, instituiu uma Política de Assistência Estudantil e implementou ações de acompanhamento especializado a estudantes pertencentes a grupos minorizados, promovendo inclusão, acessibilidade e a formação de profissionais qualificados para contribuir com o progresso sustentável e equitativo da sociedade.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	8	2	86	97
Comissionados sem vínculo efetivo	31	0	0	0	31
Requisitados de órgãos do GDF	47	0	0	0	47
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	2	0	2
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	3	0	3
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	79	8	7	86	180



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	1	1
Total Geral	79	8	7	85	179

Informações prestadas pela Diretoria de Gestão de Pessoas/UAG/REIT/UNDF.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	154980,0	267980,0	267980,00	225412,36
0022 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-PASEP - UNDF-DISTRITO FEDERAL	154980,0	267980,0	267980,00	225412,36
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	10000,0	0,00	0	0
0137 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-UNDF-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,00	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	20000,0	10000,00	0	0
0119 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-UNDF-DISTRITO FEDERAL	20000,0	10000,00	0	0
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10000,0	20000,00	14171,18	14171,18
0094 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-UNDF-DISTRITO FEDERAL	10000,0	20000,00	14171,18	14171,18
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	194980,00	297980,00	282151,18	239583,54

Programação Orçamentária Realizada

No âmbito do Programa de Operações Especiais, as ações orçamentárias que apresentaram execução foram: 9033 - Formação do Patrimônio do Servidor Público e 9093 - Outros ressarcimentos, indenizações e restituições, relativas ao recolhimento à Receita Federal do Brasil, da Contribuição Social para o PASEP, conforme dispõe o art. 2, inciso III, da Lei nº 9.715/1998 e cumprimento de decisão judicial, respectivamente.

Programação Orçamentária não Executada

Subtítulo 0137 e 0119 - Haja vista que a UnDF é uma instituição de criação recente e que a maioria de seu quadro de pessoal, formado pelos docentes ingressos 2023.2º na Carreira Magistério Superior do Distrito Federal (CMSDF), continua em estágio probatório, atualmente não há demanda de conversão de licença-prêmio em pecúnia.



6217 - DF MAIS SEGURO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	175020,0	55752,0	55751,80	35447,76
0014 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA - UNDF - DISTRITO FEDERAL	175020,0	55752,0	55751,80	35447,76
TOTAL - 6217 - DF MAIS SEGURO	175020,00	55752,00	55751,80	35447,76

Programação Orçamentária Realizada

Execução na Ação 2426 - Fortalecimento das Ações de Apoio ao Interno e sua Família, com a formalização de contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP, para a prestação de serviços correspondentes ao fornecimento de mão de obra de até 21 (vinte e um) regimes semiabertos, aberto ou livramento condicional oriundos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal.

6221 - EDUCADF

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	1000,0	0,0	0	0
0043 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-UNDF-DISTRITO FEDERAL	1000,0	0,0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	270000,0	149830,41	149828,78	128086,00
0029 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DF ENTORNO	270000,0	149830,41	149828,78	128086,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	690000,0	818224,04	817300,05	654107,70
0119 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-UNDF-DISTRITO FEDERAL	690000,0	818224,04	817300,05	654107,70
1813 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	50000,0	24011,00	23250,0	23250,0
0002 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO-UNDF-DISTRITO FEDERAL	50000,0	24011,00	23250,0	23250,0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	20000,0	3200,0	3200,0	3200,0
0061 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-UNDF-DISTRITO FEDERAL	20000,0	3200,0	3200,0	3200,0
2083 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	50000,0	148010,0	132200,0	132200,0
0005 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO-UNDF-DISTRITO FEDERAL	50000,0	148010,0	132200,0	132200,0
2175 - FOMENTO À PESQUISA	75000,0	0,0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0003 - FOMENTO À PESQUISA-UNDF-DISTRITO FEDERAL	75000,0	0,0	0	0
2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	50000,0	0,0	0	0
0004 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO-UNDF-DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
2618 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	50000,0	0,0	0	0
0002 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA-UNDF-DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
2921 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISAS	50000,0	0,0	0	0
0002 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISAS-UNDF-DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	200000,0	105000,0	104829,0	34624,0
0186 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-UNDF-DISTRITO FEDERAL	200000,0	105000,0	104829,0	34624,0
3982 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR	1000,0	1000,00	0	0
0011 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR-UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL - UNDF-DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	40000,0	0,0	0	0
0011 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS-UNDF-DISTRITO FEDERAL	40000,0	0,0	0	0
4063 - MANUTENÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	267300,0	176526,99	125680,26	114212,62
0002 - MANUTENÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - MANUTENÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - DISTRITO FEDERAL	267300,0	176526,99	125680,26	114212,62
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	20000,0	488,0	0	0
0094 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-UNDF-DISTRITO FEDERAL	20000,0	488,0	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	10000,0	0,0	0	0
0019 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-UNDF-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	20000,0	0,0	0	0
0193 - APOIO A EVENTOS-UNDF-DISTRITO FEDERAL	20000,0	0,0	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	20000,0	0,0	0	0
0093 - APOIO A PROJETOS-UNDF-DISTRITO FEDERAL	20000,0	0,0	0	0
4976 - TRANSPORTE DE ALUNOS	80000,0	60161,0	59891,40	50418,08
0003 - TRANSPORTE DE ALUNOS - DISTRITO FEDERAL	80000,0	60161,0	59891,40	50418,08



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

5928 - IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS	50000,0	1440,0	0	0
0004 - IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS-UNDF-DISTRITO FEDERAL	50000,0	1440,0	0	0
9038 - CONCESSÃO DE BOLSA DOCENTE-COLABORADOR	50000,0	0,0	0	0
0003 - CONCESSÃO DE BOLSA DOCENTE-COLABORADOR - DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
9060 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	252000,0	104728,00	100800,0	100800,0
0003 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-UNDF-DISTRITO FEDERAL	252000,0	104728,00	100800,0	100800,0
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	20000,0	0,0	0	0
0015 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-UNDF-DISTRITO FEDERAL	20000,0	0,0	0	0
9108 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA	20000,0	0,0	0	0
0003 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA-UNDF-DISTRITO FEDERAL	20000,0	0,0	0	0
9131 - AUXÍLIO ESTUDANTIL	900000,0	0,0	0	0
0002 - AUXÍLIO ESTUDANTIL - DISTRITO FEDERAL	600000,0	0,0	0	0
0004 - AUXÍLIO ESTUDANTIL-CONCESSÃO DE AUXÍLIO ESTUDANTIL DA UNDF	300000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6221 - EDUCADF	3256300,00	1592619,44	1516979,49	1240898,40

Programação Orçamentária Realizada

Relativo ao Programa 6221 - EducaDF, 9 (nove) ações orçamentárias apresentaram execução física e financeira, refletindo o conjunto de ações que materializam as entregas e os resultados alcançados.

As Ações 1471 - Modernização de Sistema de Informação e 2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação são destinadas para gastos com Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, a fim de garantir a identificação objetiva, clara e transparente dessas despesas.

Em 2025, foi dada continuidade à execução de contratos de caráter continuado já firmados, a saber: contrato para o fornecimento de sistemas acadêmicos e de gestão com licenciamento e com os serviços de instalação, consultoria, implantação, treinamento e manutenção por 24 meses; contrato referente à manutenção (atualização e suporte técnico) da cessão de uso do software Sophia Biblioteca Web e hospedagem em nuvem privada da cessão de uso; parceria com a Rede Metropolitana Comunitária de Educação e Pesquisa (Redecomep-DF GigaCandanga), que oferece uma infraestrutura de rede sólida e confiável com conexões de internet de alta velocidade, com a instalação de fibra óptica nos campi Norte e Riacho Fundo, o que possibilitou o acesso ao Sistema Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RPN; contrato para o fornecimento de licença de uso de plataforma de biblioteca virtual - Minha Biblioteca; contrato para o fornecimento de licença de uso de assinaturas de base de dados de periódicos científicos e de evidências, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento, englobando concessão de licença temporária para acesso e consulta à plataforma "EBSCO", a ser utilizado na Biblioteca Central e nas Bibliotecas das Escolas Superiores vinculadas à Universidade e, por fim, a contratação de serviços de impressão, cópia e digitalização (outsourcing de impressão).



Quanto aos novos investimentos na área de TIC, foi realizada a contratação de serviços de especializados de atendimento a usuários de tecnologia da informação e comunicação, visando modernizar e integrar os sistemas da Universidade, assegurar a continuidade dos serviços de TIC, apoiar as atividades-fim da instituição e atender às exigências normativas como a LGPD.

A fim de garantir a climatização adequada nas salas de aula, foram adquiridos cinco aparelhos de ar-condicionado para instalação na unidade ESCS Samambaia, com recursos executados no âmbito da Ação 1813 - Implantação de Unidade de Ensino.

Foi realizada a premiação em dinheiro, às equipes com os projetos vencedores no Hackathon EcoTech, atividade realizada no Seminário EcoTech em Rede: Sustentabilidade, Tecnologia e Responsabilidade Social. O recurso foi executado na Ação 1968 - Elaboração de Projetos.

Com fundamento no Decreto n.º 33.871, de 23 de agosto de 2012 e na Portaria UNDF n.º 09, de 25 de maio de 2023, a UnDF realizou a seleção de servidores públicos do Distrito Federal habilitados em Libras, a partir do Banco de Talentos da EGOV, para atuação nos cursos de Letras, Pedagogia e Matemática, especificamente na oferta da unidade curricular de Libras. Pelo exercício de instrutoria na elaboração dos materiais didático-pedagógicos e atividade de formação, treinamento e desenvolvimento, os servidores selecionados foram remunerados mediante o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC, com os recursos disponíveis na Ação 2083 - Desenvolvimento de Cursos de Graduação.

A Universidade conta com a prestação dos serviços de organização de eventos de pequeno e grande porte, compreendendo o planejamento, a organização, a execução, a operacionalização, a recepção, a produção e assessoria de eventos, mobiliários adequados, equipamentos, acessórios e insumos. A despesa com essa contratação é executada na Ação 3678 - Realização de Eventos.

Na Ação 4063 - Manutenção de Ensino Superior foram executadas despesas como o pagamento de diárias para a participação no Encontro das Licenciaturas da Região Centro-Oeste: O papel das licenciaturas na formação docente - desafios e perspectivas; participação VI Congresso da Sociedade de Análise de Risco Latino-americana; VIII Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada e Gestão Territorial e no Territorial e no VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos países e comunidades de língua portuguesa. Ainda, a despesa com o contrato de operacionalização do pagamento dos programas de assistência estudantil; o contrato de serviço de seguro contra acidentes dos estudantes de graduação e pós-graduação regularmente matriculados na UnDF; o pagamento da taxa de anuidade de participação na Associação Brasileira de Reitores de Universidades Estaduais e Municipais - ABRUEM; os serviços de CLIPPING e o serviço de manutenção de extintores. Foram realizadas também aquisições de materiais didáticos e pedagógicos e outros insumos importantes para o funcionamento da UnDF.

O serviço de transporte terrestre que atende as práticas de campo, visitas técnicas, visitas a cenários de aprendizagem, visitas institucionais, atividades/ações de extensão e atividades/ações de pesquisa, externas aos campus da UnDF, para docentes e discentes, é executado na Ação 4976 - Transporte de Alunos.

A Ação 9060 - Concessão de Bolsas de Iniciação Científica custeia o pagamento de bolsas aos 30 alunos contemplados pela Seleção de Projetos de Pesquisa para o Programa Institucional de Iniciação Científica (PIC) e o Programa Institucional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIDTI), regido pelo Edital nº 01/2024 da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Programação Orçamentária não Executada

Relativo às ações de projeto, 3982 - Construção de Unidade Escolar, subtítulo 0011, e 5928 - Implantação de Bibliotecas, subtítulo 0004, estão sendo realizados estudos com vistas a apresentação de solução de imóvel destinado a abrigar novo campus da Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes (UnDF). As demais ações/subtítulo sem execução, como a 2175/0003, 2554/0004, 2618/0002, 2921/0002, 3983/0011, 4088/0094, 4089/0019, 4090/0193, 4091/0093, 5928/0004, 9038/0003, 9108/0003, estão vinculadas ao processo gradual de implantação da universidade e consequentemente, a ampliação da oferta de ensino superior.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

As despesas com o pagamento dos Auxílios da Política de Assistência Estudantil - PAE (Auxílios Permanência, Saúde Mental, Transporte e Creche) aos estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica, que trata a Resolução nº 02 de 17 de março de 2023 e o pagamento das bolsas referentes ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) (Edital nº 05/2025 - UNDF/REIT), não apresentam execução, visto que são custeadas pelo Fundo da Universidade do DF (FunDF), UO 18904, nas Ações 9131 - Auxílio estudantil, subtítulo 0002, e 9083 - Concessão de Bolsas de Estudo, subtítulo 0015, respectivamente.

Por fim, o subtítulo 0043 - Manutenção e Funcionamento de Conselho-UNDF-DISTRITO FEDERAL não apresenta execução, pois as reuniões do Conselho são realizadas na Universidade e não apresenta despesas com deslocamento, manutenção e locação de imóvel.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanc 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanc 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanc 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanc 4º Ano	Fonte
10638 - INGRESSOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	UNIDADE		01/01/2001	Anual	510,00	728,00	710,00	821,00	910,00	X	1060,00	X	UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL
Justificativa: 2024 - O índice alcançado corresponde ao somatório dos ingressos em 2024 nos Cursos de Graduação dos seguintes Campus:Lago Norte: 492 egressos nos cursos de letras português, letras inglês, pedagogia, matemática, engenharia de software, gestão ambiental, atuação cênica, dança, serviço social e outros); ESG: 76 egressos nos cursos de Gestão de TI e Gestão Pública e ESCS: 160 egressos nos cursos de medicina e enfermagem. O índice de novos ingressantes nos cursos da Universidade do Distrito Federal (UnDF) teve um crescimento expressivo em 2024, fruto do processo de integração da Escola Superior de Saúde (ESCS) à UnDF, conforme estabelecido pela Lei Complementar n.º 987, de 26/07/2021, o que resultou em uma ampliação significativa da nossa comunidade acadêmica. 2025 - O índice alcançado, de 821 ingressantes nos 19 cursos superiores ofertados pela Universidade do Distrito Federal, corresponde ao seguinte somatório dos ingressos nos cursos de Graduação em 2025, contabilizando todos os Campi da Universidade: Campus Norte (Lago Norte), abertura de vagas em 12 cursos (Pedagogia; Matemática; Letras-Português; Letras-Inglês; Engenharia de Software; Sistemas de Informação; Ciência da Computação; Serviço Social; Gestão Ambiental; Atuação Cênica; Dança e Produção Cultural.), totalizando 536 ingressos; Campus ESG (Asa Norte), abertura de vagas em 3 (três) cursos (Gestão Pública, Gestão da Tecnologia da Informação e Ciências Econômicas), totalizando 125 ingressos; Campus ESCS (Asa Norte e Samambaia), abertura de vagas em 2 (dois) cursos, totalizando 160 ingressos. Visando otimizar, da melhor forma, o trabalho dos docentes da carreira em exercício, aumentando a carga/horária de atuação nos cursos de graduação, a estrutura predial e a infraestrutura disponível nos campi da Universidade, no ano de 2025 ofertamos alguns cursos em mais de um turno: o Curso Superior Tecnológico em Gestão Ambiental foi ofertado no vespertino e no noturno e o Curso de Licenciatura em Letras-Português, no matutino e no noturno. Além disso, foram abertos três cursos novos de graduação: Ciências Econômicas, Psicologia e Nutrição.													
10640 - CONCLUINTES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	UNIDADE		01/01/2001	Anual	155,00	202,00	530,00	171,00	890,00	X	1290,00	X	UNDF
Justificativa: 2024 - O índice alcançado corresponde ao somatório dos estudantes que concluíram a Graduação em 2024, nos seguintes Campus: ESG: 46 concluintes e ESCS: 156 concluintes. O índice de concluintes nos cursos da Universidade do Distrito Federal (UnDF) apresentou um aumento em 2024. Tal crescimento é resultado da integração da Escola Superior de Saúde (ESCS) à UnDF, o que ampliou consideravelmente a nossa comunidade acadêmica. 2025 - O número total de 171 concluintes nos cursos de graduação corresponde a: em julho de 2025, 16 estudantes concluindo o curso de Gestão Ambiental e 15 estudantes, de Gestão Pública. Já em dezembro de 2025, 11 estudantes concluindo o curso de Gestão da Tecnologia da Informação; 4, o de Gestão Ambiental; 49, o de Enfermagem; e 76, o de Medicina.													
10642 - TAXA DE EVASÃO UNIVERSITÁRIA	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	30,00	9,07	29,00	11,77	28,00	X	25,00	X	UNDF
Justificativa: 2024 - O índice alcançado refere-se ao percentual de estudantes evadidos em 2024, no Campus Lago Norte. O referido percentual da Taxa de Evasão Universitária não inclui os valores de 2025, pois o período de renovação de matrículas será de 15 a 31/01/2025. 2025 - Em 2025, a taxa de evasão da Universidade do Distrito Federal foi de 18,1% no Campus Norte, 15,2% na ESG, 2,0% na ESCS, o que totaliza o percentual de 11,77%, aproximadamente. Considerando que a UnDF é uma universidade pública, gratuita e distrital recente, ainda em processo de consolidação acadêmica e administrativa, o índice de evasão anual da UnDF mostra-se compatível com o observado em universidades públicas já consolidadas. Esse resultado indica que, apesar dos desafios inerentes à fase inicial de implantação, a instituição apresenta capacidade de retenção discente alinhada aos padrões do sistema público de ensino superior.													
10677 - ÍNDICE DE RESOLUTIVIDADE DE DEMANDAS RECEBIDAS PELA OUVIDORIA DA UNDF	PERCENTUAL		01/01/2001	Semestral	85,00	46,00	50,00	62,00	55,00	X	60,00	X	UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL PROFESSOR JORGE AMAURY MAIA NUNES - UNDF
Justificativa: 2024 - A Resolutividade é um indicador que reflete a percepção do cidadão sobre a solução oferecida às suas demandas. Ele é mensurado a partir da avaliação feita pelo próprio demandante, que, após receber resposta, classifica o protocolo como "resolvido" ou "não resolvido". Essa classificação se aplica a registros de denúncias, reclamações e reclamações de serviços. É importante ressaltar que o indicador de Resolutividade é dinâmico e pode ser alterado, à medida que os cidadãos revisem suas avaliações conforme a experiência. Assim, frisa-se que índice de resolutividade de 46% no ano de 2024 representa uma melhoria em relação ao ano de 2023, quando o índice estava em 42%. Cabe destacar, ainda, que houve uma melhora no índice de satisfação com o serviço de Ouvidoria 79% no ano de 2024, se comparado ao mesmo índice analisado em 2023 quando o índice era de 71%. Diante disso, acrescentamos que a Ouvidoria da UNDF tem como objetivo a melhoria contínua dos indicadores, buscando garantir um atendimento que, de fato, atenda às necessidades dos cidadãos. Isso implica oferecer um serviço mais completo e eficaz, que leve em consideração não apenas o registro da demanda, mas também sua eficácia resolutiva, promovendo, assim, maior satisfação e confiança por parte da comunidade atendida. 2025 - O índice de resolutividade da Ouvidoria mede, de forma geral, o percentual de manifestações consideradas "resolvidas" ao final do tratamento. Importante frisar: esse indicador está muito mais relacionado à capacidade de resposta do órgão responsável pela política pública do que, propriamente, à atuação da Ouvidoria seccional. Além disso, o índice de resolutividade é naturalmente variável e não reflete, de forma isolada, a qualidade do trabalho realizado. Há situações em que a demanda apresentada não é passível de atendimento — seja por ausência de previsão legal, limitação orçamentária ou impossibilidade técnica. Em outros casos, a manifestação é devidamente analisada, recebe encaminhamento, informações sobre providências adotadas e devolutivas formais, mas o resultado não corresponde à expectativa do cidadão, o que impacta diretamente a classificação como "resolvida". Outro ponto é, conforme mencionado em outros anos, a baixa adesão à pesquisa de satisfação realizada via Participa DF. Por essas razões, a resolutividade deve ser analisada sempre em conjunto com outros indicadores, como o índice de satisfação do cidadão com a Ouvidoria, a qualidade das respostas fornecidas, o cumprimento de prazos e a efetividade dos encaminhamentos realizados. Somente a leitura integrada desses dados permite uma avaliação mais justa e realista do papel estratégico da Ouvidoria no fortalecimento da gestão pública e no aprimoramento das políticas públicas. Nesse ínterim, em termos quantitativos, o índice de resolutividade apresentou crescimento de 16 pontos percentuais. Complementarmente, houve melhora no índice de satisfação com o serviço de Ouvidoria, que passou de 79% em 2024 para 86% em 2025, representando um aumento de 7 pontos percentuais. Esse resultado reforça a importância da análise integrada dos indicadores, especialmente quando observados em conjunto com o crescimento do índice de resolutividade no período. Os dados foram coletados no período de 01/01/2025 a 31/12/2025.													

8221 - EDUCAÇÃO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	10000,0	0,0	0	0
0006 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS - DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	15176997,0	17648253,00	17510218,57	17503909,16
0120 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-UNDF-DISTRITO FEDERAL	15176997,0	17648253,00	17510218,57	17503909,16
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	619745,0	872445,00	805071,23	803231,23
0103 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-UNDF-DISTRITO FEDERAL	619745,0	872445,00	805071,23	803231,23
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	642338,0	467108,00	433633,08	381920,61
0176 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-UNDF-DISTRITO FEDERAL	642338,0	467108,00	433633,08	381920,61
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	100000,0	119088,00	119087,68	101932,16
0045 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - UNDF-DISTRITO FEDERAL	100000,0	119088,00	119087,68	101932,16
TOTAL - 8221 - EDUCAÇÃO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	16549080,00	19106894,00	18868010,56	18790993,16

Programação Orçamentária Realizada

Dentre os programas do Plano Plurianual 2020-2024 (Lei n.º 7.378/2023), o Programa Educação - Gestão e Manutenção (8221) se destaca por apresentar maior valor de empenho e liquidação, com apenas uma Ação Orçamentária sem execução financeira.

Considerando a ampliação do quadro de pessoal da UnDF, decorrente da realização de concurso público para professor e tutor de Educação Superior (Edital nº 01/2022 - UNDF/REIT), as Ações 8502 - Administração de Pessoal e 8504 - Concessão de Benefícios a Servidores registraram aumento nos valores empenhados e liquidados em relação aos observados em 2024.

Em função da atual fase de implantação da UnDF, as publicações oficiais são imprescindíveis à institucionalização da universidade, como as despesas dos serviços junto ao Diário Oficial do Distrito Federal, que são executadas na Ação 8505 - Publicidade e Propaganda.

Referente aos serviços e insumos necessários à manutenção das quatro unidades da UnDF (Campus Norte; Escola Superior de Gestão - ESG; Escola Superior de Ciências da Saúde - ESCS e Escola Superior da Polícia Civil - ESPC), foram utilizados os recursos vinculados à Ação 8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais. Nesse contexto, custearam-se, entre outras despesas, a prestação de serviços de controle sanitário (vetores e pragas), serviços de abastecimento de água - CAESB, fornecimento de energia elétrica - NEOENERGIA, pagamento de diárias para visita técnica e workshop na Universidade Stanford e participação do XIII Congresso Argentino de Antropologia Social, aquisição de purificador de água, cadeiras, projeto multimídia, capacetes de segurança, ar-condicionado, tela de projeção retrátil, caixa de som e de itens de papelaria, como agenda, pincéis, marcador, pincel atômico, papel pardo e produtos de limpeza como desinfetante, desodorizador e detergente e outros.

Programação Orçamentária não Executada

A Ação 2396, Subtítulo 0006 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS - DISTRITO FEDERAL, não apresentou execução, pois a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e serviços eventuais, que atendem as necessidades do imóvel sob a responsabilidade UnDF (Contrato Administrativo n.º 19/2023 - UnDF), é custeado pelos recursos do Fundo da Universidade do Distrito Federal - FunDF (UO 18904).



3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Infraestrutura dos campi

Com o aumento da comunidade acadêmica, a UnDF promoveu diversas melhorias para o Campus Norte e o Campus Samambaia. Dentre as principais ações, destacam-se a criação de uma sala especial para os cursos de Dança, Atuação Cênica e Produção Cultural; a disponibilização de notebooks em laboratórios de informática; a criação de uma Sala de Amamentação; reformas de acessibilidade para pessoas com deficiência; e a ampliação do acervo da Biblioteca, com a aquisição de livros, mapas, livros em braille e ampliados para usuários cegos e com baixa visão.

Novos cursos

Em 2025, a UnDF abriu os novos cursos de Psicologia, Nutrição e Economia, se somando aos dezesseis outros cursos já em funcionamento. Tais cursos refletem as necessidades da população do Distrito Federal, o que foi confirmado pela grande procura de estudantes no processo seletivo estudantil de 2025 para tais graduações. Além disso, a UnDF iniciou a sua pós-graduação em Especialização em Práticas Interdisciplinares e Metodologias Ativas no Contexto da Educação Básica, que contribui para formação de profissionais da Secretaria de Educação.

Pesquisa Científica

A UnDF conta com os Programas Institucionais de Iniciação Científica (PIC) e de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIDTI), a fim de fomentar o desenvolvimento e aprimoramento da pesquisa no que se refere à formação de estudantes da graduação da UnDF e do Ensino Médio do Distrito Federal. Essa seleção de projetos oferece bolsas de iniciação científica, no valor de R\$ 700.00 mensais, nos quais os docentes orientam os estudantes a desempenharem pesquisas relevantes para o desenvolvimento tecnológico e solução de problemas do Distrito Federal.

Extensão Universitária

Com as atividades de extensão, a população do DF se integrou à vida universitária por meio de mais de 60 formações gratuitas e abertas não só à comunidade acadêmica, mas a qualquer cidadão. As ações desenvolvidas pelo corpo docente da UnDF, englobam projetos, cursos, serviços, oficinas, programas e eventos, abrangendo diversas áreas como educação, meio ambiente, tecnologia e produção, saúde, cultura, comunicação, trabalho e direitos humanos e justiça nas áreas de educação, meio ambiente, tecnologia, entre outras.

Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil (PAE), instituída pela Resolução nº 02, de 17 de março de 2023, passou por significativa ampliação no Edital de Assistência Estudantil 2025/2026, que agora oferta 465 vagas. O edital contempla estudantes de graduação da UnDF e de suas escolas vinculadas, distribuindo auxílios nas modalidades permanência, transporte, creche e o recentemente criado auxílio-saúde mental. Para a edição 2025/2026, a distribuição ficou da seguinte forma: 310 vagas para o auxílio-permanência, destinado a moradia, alimentação e despesas básicas; vagas específicas para o auxílio-transporte, voltado ao deslocamento diário de estudantes de baixa renda que residem no entorno do Distrito Federal; auxílio-creche para estudantes responsáveis por crianças em idade pré-escolar; e 80 vagas para o auxílio-saúde mental. Com essa ampliação, a UnDF reafirma seu compromisso com a permanência estudantil, a redução das desigualdades e a promoção de condições efetivas para que estudantes em situação de vulnerabilidade concluam sua formação.

Novas parcerias

Em 2025, foram estabelecidas novas parcerias institucionais voltadas para ações conjuntas de pesquisa, ensino e extensão. Destacam-se os projetos desenvolvidos com a Escola do Legislativo (Elegis) da Câmara Legislativa do Distrito Federal para a análise de problemas sociais e proposição de políticas públicas; com a FIOCRUZ para o desenvolvimento de pesquisa conjunta; a adesão ao Sistema Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), o que



proporciona acesso a uma rede de alta velocidade e ferramentas educacionais complexas; e a assinatura de Memorando de Entendimento com o Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, tradicional instituição pública de Portugal.

Nomeação de novos docentes

A UnDF conta com cerca de 100 docentes concursados atuando em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Considerando a abertura de novas turmas e cursos projetados para o futuro da Universidade, já foi solicitada à Secretaria de Estado de Economia do DF a nomeação de todos os aprovados no concurso da Carreira Magistério Superior realizado em 2022. Os profissionais, professores e tutores, atuam em jornadas de 20 e 40 horas semanais em diversas áreas do conhecimento, como Engenharia, Políticas Públicas e Gestão em Educação, Letras, Ciências e Tecnologia, Música, Dança, Teatro, Arquitetura de Sistemas da Computação, Psicologia, Nutrição, Enfermagem, entre outros. Com a ampliação do quadro de servidores efetivos, a UnDF reafirma seu compromisso com a valorização da carreira do magistério e com a oferta de ensino superior de excelência, fortalecendo o papel da instituição no desenvolvimento educacional do Distrito Federal.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O ano de 2025 marca a consolidação da UnDF como instituição pública de educação superior em pleno funcionamento, após um ciclo inicial de implantação institucional. Os marcos legais que estruturaram a Universidade — Lei Complementar nº 987/2021, Decreto nº 42.333/2021, Lei nº 6.969/2021 e Emenda à LODF nº 123/2021 — permanecem como base orientadora, mas o exercício atual revela um deslocamento claro do esforço de criação para um esforço de estabilização, expansão responsável e aprimoramento da gestão interna.

Nesse contexto, a UnDF prossegue com a ampliação de sua oferta acadêmica, com a abertura de novas turmas e cursos, e o fortalecimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. O amadurecimento dos primeiros ciclos completos dos cursos permite uma gestão mais precisa das demandas pedagógicas, laboratoriais e de infraestrutura, conferindo maior robustez ao planejamento institucional.

A Política de Assistência Estudantil também se afirma em novo patamar, ao estabelecer, em 2025, a oferta de 465 vagas distribuídas em diferentes modalidades de auxílio. Essa ampliação reforça o compromisso institucional com a permanência estudantil e a redução das desigualdades, ao mesmo tempo em que permite consolidar rotinas de acompanhamento, avaliação de impacto e atendimento aos estudantes. Paralelamente, avançam as ações de qualificação dos espaços acadêmicos com a aquisição de insumos, equipamentos, laboratórios, mobiliário e serviços planejados com maior precisão, graças ao acúmulo de dados sobre demandas reais observados ao longo dos anos anteriores.

Apesar desses avanços, o exercício ainda é marcado por desafios importantes. O déficit de pessoal técnico-administrativo — decorrente da ausência de carreira própria e evidenciado pelo Estudo de Dimensionamento de Pessoal promovido pela Secretaria de Economia — demanda soluções criativas. Soma-se a isso o risco de insuficiência docente futura: embora o quadro atual comporte os cursos em funcionamento, a expansão prevista para os próximos semestres exige a nomeação de novos docentes, o que foi impossibilitado pelo contingenciamento de gastos de 2025.

Nesse cenário, as prioridades institucionais para 2026 se concentram em eixos estratégicos. A estruturação dos órgãos colegiados superiores e a realização do primeiro processo eleitoral para Reitoria e Vice-Reitoria configuram passos essenciais para a autonomia plena, com previsão de conclusão em 2026, exigindo conciliação cuidadosa entre ritmos administrativos e expectativas da comunidade acadêmica. A estabilização da força de trabalho também se impõe como prioridade, seja mediante estudos para criação de carreira técnica própria, seja pela nomeação de servidores de outras carreiras do GDF que possam recompor o quadro administrativo e atender às demandas crescentes.



Outra prioridade refere-se à consolidação da infraestrutura e da logística acadêmica, considerando o caráter multicampi da UnDF. A meta é garantir que cada prédio disponha das condições adequadas para a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como da presença de servidores técnico-administrativos, serviços de Biblioteca e Ouvidoria, laboratórios adequados e áreas de convivência. No mesmo sentido, a Política de Assistência Estudantil deve seguir em processo de aperfeiçoamento, com avaliação contínua de impacto, ampliação gradual, integração com áreas de saúde e fortalecimento das ações de apoio pedagógico e acompanhamento acadêmico.

Assim, o exercício de 2026 representa um momento-chave. A UnDF passa a se afirmar como uma universidade em franca consolidação, com identidade acadêmica, política de permanência robusta, estrutura multicampi em expansão e uma comunidade ativa em sua construção.



18903 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Em 2025, segundo dados do Censo Escolar do Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) possuía 855 Instituições Educacionais ativas incluindo Instituições Educacionais Parceiras distribuídas em 14 Coordenações Regionais de Ensino e 448.103 estudantes matriculados nas distintas etapas e modalidades da Educação Básica. Parte integrante da Administração Direta do Governo do Distrito Federal, a SEEDF é responsável pelas políticas públicas educacionais e pela direção superior da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, tendo por missão proporcionar uma educação pública gratuita e democrática, voltada à formação integral do ser humano para que possa atuar como agente de construção científica, cultural e política da sociedade, assegurando a universalização do acesso à escola e à permanência com êxito de todos os estudantes no decorrer do percurso escolar.

Em 2025, a SEEDF teve sua estrutura administrativa alterada por meio dos Decretos: 46.725 de 08/01/25, 46.727 de 13/01/25, 46.748 de 15/01/25, 46.749 de 15/01/25, 46.772 de 23/01/25, 46.786 de 27/01/25, 46.785 de 27/01/25, 46.787 de 27/01/25, 46.815 de 04/02/25, 46.870 de 18/02/25, 46.933 de 06/03/25, 46.990 de 19/03/25, 47.087 de 09/04/25, 47.152 de 25/04/25, 47.266 de 26/05/25, 47.296 de 30/05/25, 47.326 de 09/06/25, 47.378 de 24/06/25, 47.496 de 28/07/25, 47.526 de 01/08/25, 47.593 de 20/08/25, 47.630 de 28/08/25, 47.792 de 08/10/25, 47.823 de 17/10/25, 47.844 de 22/10/25, 47.924 de 12/11/25, 47.973 de 25/11/25 e 48.029 de 05/12/25.

As competências das unidades organizacionais e as atribuições dos titulares dos cargos e das funções comissionadas encontram-se no Regimento Interno da SEEDF, aprovado pelo Decreto nº 38.631, de 20 de novembro de 2017, que se encontra em fase de atualização, consoante com o estabelecido no art. 1º do Regimento Interno da SEEDF, e tem atuação e competência nas seguintes áreas:

I - educação básica: etapas e modalidades;

II - educação superior;

III – apoio ao estudante;

IV- formação e capacitação dos servidores.

O mesmo Regimento Interno (Art. 2º) atribui à SEEDF as seguintes competências:

I – propor e executar políticas públicas educacionais no âmbito do Distrito Federal;

II – cumprir e fazer cumprir as normas e as diretrizes da educação nacional e distrital no âmbito do Distrito Federal;

III – regulamentar, quando for o caso, a aplicação de normas e diretrizes emanadas dos órgãos federais e locais em sua área de atuação;

IV – realizar pesquisas e estudos, avaliações e levantamentos de dados estatísticos e Censo Escolar, voltados a subsidiar a formulação, a implantação, a implementação e o aperfeiçoamento das políticas públicas para a Educação no âmbito do Distrito Federal;

V – propor alterações de normas referentes à estrutura e ao funcionamento dos órgãos de Educação no âmbito do Distrito Federal;

VI – manter, coordenar e supervisionar as Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e fiscalizar as instituições educacionais da Rede Privada de Ensino do Distrito Federal;

VII – criar e manter as unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

VIII – ofertar Educação Básica a crianças, adolescentes, jovens e adultos do Distrito Federal;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

IX – implantar e implementar programas e projetos para os níveis, as etapas e as modalidades da Educação;

X – prover, no limite de suas possibilidades e em cooperação com a União, assistência aos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

XI – praticar, no âmbito de sua competência, os atos de gestão relativos ao pessoal em exercício na Secretaria;

XII – planejar, desenvolver, coordenar e avaliar programas de formação continuada e aperfeiçoamento para os profissionais da Secretaria;

XIII – aplicar e gerir recursos públicos destinados à Educação;

XIV – planejar, acompanhar e executar as atividades orçamentárias e financeiras, e a adequada aplicação dos recursos administrados pela Secretaria;

XV – elaborar e zelar pelo cumprimento de normas sobre a aplicação de recursos públicos e acompanhar sua execução nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino e nas instituições educacionais subordinadas, vinculadas e parceiras à Secretaria;

XVI – prover-se de recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários ao desempenho de suas atribuições;

XVII – utilizar resultados de avaliações, pesquisas, dados estatísticos e informações como elementos necessários ao planejamento e ao desenvolvimento do ensino e à elaboração e ao acompanhamento do Plano Distrital de Educação;

XVIII – celebrar contratos, convênios, parcerias, portarias conjuntas, acordos e instrumentos congêneres para a execução das políticas públicas educacionais do Distrito Federal;

XIX – exercer outras competências compatíveis com sua área de atuação e necessárias à efetiva consecução de suas finalidades e as que lhe forem delegadas pelo Governador do Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO					
Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2.090	2.473	4.898	20.839	30.300
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	18.184	18.184
Requisitados de órgãos do GDF	61	0	3	0	64
Requisitados de órgãos fora do GDF	4	0	21	19	44
Estagiários	1	0	15	25	41
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	146	0	146
Subtotal	2.156	2.473	5.083	39.067	48.779
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	351	560	921
Total Geral	2.156	2.473	4.732	38.507	47.858



2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6221 - EDUCADF

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2389 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	268121199,0	270209855,00	267445566,02	260389756,59
0002 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL-SWAP - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	268121199,0	270209855,00	267445566,02	260389756,59
2390 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO	66315967,0	66315967,00	66167256,38	61927838,53
3115 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO-SWAP - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	66315967,0	66315967,00	66167256,38	61927838,53
TOTAL - 6221 - EDUCADF	334437166,00	336525822,00	333612822,40	322317595,12

Programação Orçamentária Realizada

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) apresenta, as ações pedagógicas, os resultados alcançados e as iniciativas implementadas ao longo do ano letivo de 2025, buscando assegurar a integração e a eficácia das políticas públicas educacionais na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Em consonância com as diretrizes, destacam-se os esforços envidados para a melhoria das práticas pedagógicas, a ampliação do acesso e a promoção de equidade na oferta educacional, além de abordar os desafios enfrentados e as estratégias empregadas para superar esses desafios.

PROGRAMA E.I MANUTENÇÃO

O programa E.I Manutenção foi criado em 2012 para ajudar os municípios e o Distrito Federal a ampliar a oferta de Educação Infantil. Por meio de apoio financeiro, o Governo Federal buscou reduzir o lapso temporal entre o início das aulas de uma nova turma e o recebimento dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O programa destina-se ao atendimento de crianças matriculadas em novas turmas de educação infantil em estabelecimentos educacionais públicos.

PROGRAMA SUPERAÇÃO

O Programa SuperAção, instituído por meio da Portaria Nº 133, de 15 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal Nº 34, de 16 de fevereiro de 2023, com base no Parecer Nº 001/2023, do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), tem por objetivo assegurar o atendimento aos estudantes do Ensino Fundamental em situação de incompatibilidade idade/ano e reconstruir suas trajetórias escolares, levando-os ao fluxo escolar adequado com sucesso.

O Programa SuperAção prevê o atendimento dos estudantes tanto nas Classes comuns com atendimento personalizado, quanto em turmas específicas SuperAção ou SuperAção reduzida. Foram formadas 25 turmas específicas do Programa SuperAção, sendo 2 turmas de 2º ciclo e 23 turmas de 3º ciclo, em 17 instituições educacionais de 7 Coordenações Regionais de Ensino.

Em 2025, o público do SuperAção totalizou 7.385 estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano matriculados do 3º ao 8º ano do Ensino Fundamental, em 483 instituições educacionais nas 14 Coordenações Regionais de Ensino. Foram ofertados dois



percursos formativos para professores e coordenadores pedagógicos com o objetivo de subsidiar a continuidade da implementação do Programa SuperAção na rede pública de ensino do Distrito Federal:

- Trilha formativa do Programa SuperAção (Anos Iniciais) - Na modalidade EAD Autoinstrucional com carga horária de 120 horas;
- Trilha Formativa do Programa SuperAção (Anos Finais) - Na modalidade híbrida com encontros presenciais e virtuais e carga horária de 120 horas.

Ademais, foram realizados encontros formativos para coordenadores intermediários do Ensino Fundamental e professores articuladores do Programa SuperAção em parceria com a Eape e Unicef, palestras nas Coordenações Regionais de Ensino e visitas técnicas às instituições educacionais, com o intuito de fortalecer a formação continuada em processo e o monitoramento da política de correção de fluxo.

O Projeto Se Liga na Escola - SuperAção 2025, uma parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-DF) com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), objetiva proporcionar aos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano do Ensino Fundamental da rede pública de ensino do Distrito Federal uma experiência inspiradora com foco no protagonismo e na motivação dos estudantes, para a superação dos desafios enfrentados na trajetória escolar e da vida.

O Se Liga na Escola - SuperAção 2025 foi realizado no dia 24 de outubro com histórias de superação, atividades motivacionais e lúdicas, entrega de brindes para estudantes e professores, dentre outras. Em 2025 contou com a participação de 20 Equipes inscritas, formadas por 4 estudantes e 1 professor do Programa SuperAção, totalizando 80 estudantes e 20 professores de 9 Coordenações Regionais de Ensino.

No âmbito do projeto Se Liga na Escola - SuperAção 2025, a operacionalização das atividades concentra-se em nove Coordenações Regionais de Ensino (CRE), que articulam as ações em unidades escolares específicas do Distrito Federal. A distribuição abrange as regiões de Brazlândia (CED INCRA 8 e EC 1 do INCRA 8), Ceilândia (CEF 28 e CEF 30) e Núcleo Bandeirante (CEF 1 RFII), além de unidades no Paranoá (CEF Dona Zilda Arns) e no Plano Piloto (EPC PROEM). Observa-se uma concentração robusta de atendimento nas regiões de Planaltina, com quatro unidades assistidas, e Samambaia, que lidera o quantitativo com cinco instituições escolares (CEF 411, CEF 427, CEF 504, CEF 519 e EC 512). O panorama de atuação é completado pelas regionais de Santa Maria e Sobradinho, consolidando uma rede de suporte pedagógico focada na superação de desafios educacionais para o ano letivo de 2025.

ATENDIMENTO PEDAGÓGICO HOSPITALAR – CLASSES HOSPITALARES

O Comitê Gestor do Atendimento Educacional Hospitalar - Classes Hospitalares realizou as visitas técnicas às unidades hospitalares para o acompanhamento pedagógico e administrativo da parceria firmada entre as Secretarias de Estado de Educação (SEEDF) e de Saúde do Distrito Federal (SESDF), por meio da Portaria Conjunta Nº 9/2021. Além das visitas programadas, em atendimento ao solicitado pelo IGESDF, foi realizada visita técnica ao Hospital Regional de Santa Maria, visando continuidade das tratativas quanto à possibilidade de ofertar atendimento educacional na unidade hospitalar.

A rede de Atendimento Educacional Hospitalar, conforme os registros do primeiro semestre de 2025, demonstra uma atuação diversificada em seis unidades de saúde, totalizando uma infraestrutura de suporte que abrange desde centros especializados até hospitais regionais. O Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB) apresentou o maior volume de produtividade no período, com 349 atendimentos realizados em seus 64 leitos, seguido pelo Hospital Regional Leste (HRL – Paranoá), com 255 atendimentos, e pelo Hospital da Criança de Brasília (HCB), que, apesar de possuir a maior capacidade instalada (200 leitos), registrou 151 atendimentos. O Hospital Regional de Sobradinho (HRS) complementa os dados positivos com 126 atendimentos em seus 28 leitos.

Contudo, o balanço do semestre também revela interrupções nos serviços em pontos estratégicos: no Hospital Regional de Ceilândia (HRC), a ausência de atendimentos decorreu do afastamento legal da docente para tratamento de saúde. Já no Hospital Regional de



Taguatinga (HRT), a suspensão das atividades pedagógicas foi motivada pela aposentadoria da professora regente e pela cessão temporária do espaço físico ao setor de cardiologia, em virtude de reformas estruturais na unidade hospitalar.

PROGRAMA DISTRITAL ESCOLA DAS ADOLESCÊNCIAS

O Programa Distrital Escola para as Adolescências (PDEPA) foi instituído pela Portaria Nº 650, de 06 de junho de 2024, nas instituições educacionais que ofertam Anos Finais do Ensino Fundamental da rede pública de ensino do Distrito Federal. O PDEPA tem como objetivos melhorar a qualidade da oferta dos Anos Finais do Ensino Fundamental, considerando as singularidades dos jovens desta etapa, com foco no apoio às transições escolares e nas formas de reorganizar os tempos e os espaços para instituir um currículo intencional, que promova a expansão e a articulação de diferentes experiências formativas voltadas para os letramentos e para a autonomia intelectual dos estudantes.

O PDEPA organiza as suas estratégias e ações em cinco eixos:

- Governança;
- Formação de profissionais da educação e do acompanhamento pedagógico;
- Desenvolvimento curricular e protagonismo estudantil;
- Reconhecimento e compartilhamento de práticas pedagógicas exitosas;
- Sistema de avaliação.

Tendo por objetivo o desenvolvimento da política de maneira mais completa, e em consonância com a Portaria Nº 635, de 10 de julho de 2024, do Ministério da Educação, que institui o Programa de Fortalecimento para os Anos Finais do Ensino Fundamental da Educação Básica (Programa Escola das Adolescências), instituiu-se o Comitê do Programa Distrital Escola para as Adolescências (Codipea) e a Rede do Programa Distrital Escola para as Adolescências (Redipea), por meio das Portarias 650 e 651, de 6 de junho de 2024. Visando a contribuição de toda a SEEDF, esta ação foi realizada por meio da indicação dos membros do Codipea, composto por 54 integrantes da área central e das coordenações regionais de ensino e dos articuladores da Redipea, composta por 30 participantes distribuídos entre articuladores distritais e regionais.

Após a realização das indicações, os articuladores distritais promoveram o I Encontro da Rede do Programa Distrital Escola para as Adolescências (Redipea), realizado no dia 18 de setembro de 2025. Em continuidade a esta ação, nos meses de outubro e novembro, foram promovidos os encontros regionais da Redipea, em conjunto com as equipes gestoras das instituições educacionais públicas.

Foram realizadas ações junto às instituições educacionais públicas no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) - Escola das Adolescências, que disponibiliza assistência técnica e financeira do Ministério da Educação para redes de ensino e unidades escolares, a fim de apoiar o desenvolvimento integral dos estudantes dos Anos Finais, por meio de auxílio destinado a custos de capital e gastos de custeio. Realizou-se o acompanhamento das instituições educacionais que realizaram a adesão no ano de 2024 e se promoveu a adesão de 102 unidades escolares ao PDDE. Ainda no contexto do PDEPA, as instituições educacionais públicas que ofertam Anos Finais do Ensino Fundamental participaram dos Ciclos de Avaliação Contínua das Aprendizagens, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento dos estudantes e orientar ações pedagógicas mais eficazes.

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL EM REDE – PROJETO PLANER

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) deu continuidade ao Planejamento Educacional em Rede (Planer), iniciado no ano letivo de 2023, com vistas a orientar e acompanhar, junto às Unidades Regionais de Educação Básica, as políticas, os programas, os projetos e as ações referentes ao Ensino Fundamental na rede pública de ensino do Distrito Federal, bem como orientar e acompanhar, em âmbito central, os coordenadores intermediários com função de apoio (CIA) e os coordenadores intermediários (CI), quanto ao atendimento pedagógico a esta etapa da educação básica, conforme disposto no Regimento Interno da SEEDF.



O Projeto Planer tem como objetivo materializar o acompanhamento pedagógico sistemático, por meio de Relatórios de Acompanhamento Pedagógico (RAP) de cada Unidade Regional frente ao trabalho desenvolvido com as instituições educacionais que ofertam Ensino Fundamental, instituindo-se, desta forma, modelo único de acompanhamento oficial na rede.

O Projeto Planejamento Educacional em Rede pressupõe momento para organização do trabalho pedagógico nas suas mais variadas esferas, contemplando importantes temáticas, das quais se destacam: perfil das instituições educacionais públicas que ofertam Ensino Fundamental, situação das aprendizagens dos estudantes, acompanhamento da frequência, busca ativa, organização curricular, alfabetização, letramento matemático, Programa SuperAção e programas e projetos realizados com parcerias externas formalizadas.

FÓRUM DO ENSINO FUNDAMENTAL 2025 – DA ALFABETIZAÇÃO ÀS ADOLESCÊNCIAS

No ano de 2025, realizou-se a terceira edição do “Fórum do Ensino Fundamental: da alfabetização às adolescências”, nos dias 06, 07 e 08 de outubro, que reuniu gestores e professores de Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental das instituições educacionais públicas do Distrito Federal, Coordenadores Pedagógicos Locais e Intermediários, Chefes de Unidades Regionais de Educação Básica (Unieb) e equipes técnicas da SEEDF.

O referido evento teve por objetivo proporcionar um espaço para o compartilhamento de experiências exitosas das instituições educacionais que ofertam Ensino Fundamental na rede pública de ensino do Distrito Federal, bem como valorizar os profissionais dessa etapa da Educação Básica e promover debates relevantes para a prática pedagógica.

Para selecionar as práticas pedagógicas exitosas apresentadas no referido Fórum e publicadas nos Anais, divulgou-se um Edital de Chamamento, resultando na seleção de 15 práticas pedagógicas para apresentação oral no Fórum e 21 para publicação nos Anais do evento. Ao longo dos três dias de evento, ocorreram painéis temáticos com a apresentação de práticas pedagógicas exitosas de profissionais da rede pública de ensino do Distrito Federal que atuam nos Anos Iniciais e nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

PROJETO BANDAS MUSICAIS

O Projeto Bandas Musicais é uma parceria entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSPDF), ampliando tempos e espaços na educação por meio de atividades musicais no contraturno escolar. O Projeto envolve todos os 25 Colégios Cívico-Militares do Distrito Federal (CCMDF).

PROJETO ESCOLA DE CAMPEÕES

O Projeto Escola de Campeões é uma parceria entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSPDF), que tem dentre seus objetivos ampliar tempos e espaços na educação por meio de atividades esportivas no contraturno, envolvendo todos os 25 Colégios Cívico-Militares do Distrito Federal (CCMDF), através das Olimpíadas CCMDF. Os jogos ocorreram entre os meses de outubro e novembro em sete modalidades esportivas (futsal, handebol, voleibol, basquete, atletismo, queimada e xadrez), contando com a participação de cerca de 20 mil estudantes.

DESFILE CÍVICO-MILITAR - 7 de setembro de 2025

A participa, tradicionalmente, do ato cívico em celebração à nossa pátria nos princípios fundamentais da cidadania, do respeito mútuo e da paz.

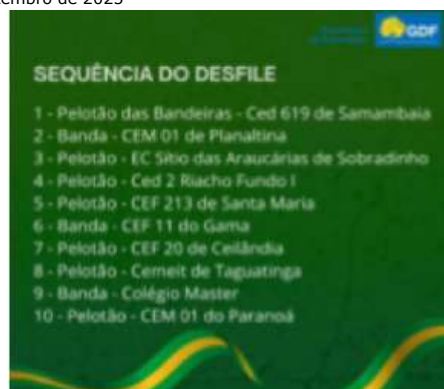
Representando a rede de ensino do DF, estudantes desfilam com seus vestuários e coreografias, enaltecendo as nossas riquezas naturais, o trabalhador brasileiro e faz alusão ao tema COP 30 2025.

Em 2025, a SEEDF participou com 720 estudantes, com a apresentação, o desfile, o corpo coreográfico e com a banda de estudantes da rede de ensino. Foram selecionadas 11



instituições educacionais de 10 Coordenações Regionais de Ensino, perfazendo um total de 870 participantes, dentre estudantes e professores.

Figura 1 e 2 - Desfile 7 de setembro de 2025



Fonte: SEEDF (2025).

DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO – 2ª Edição

Elaboração, submissão e publicação da 2ª Edição das Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo no DF por meio da Instituição e coordenação de Grupo de Trabalho com integrantes de diferentes setores da Secretaria.

Objetivos:

- Atualização das Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- Fortalecimento da Educação do Campo como modalidade específica, valorizando a operacionalidade da organização do trabalho pedagógico;
- Garantir e organizar a implementação da Pedagogia da Alternância;
- Instituir descrição das ações esperadas dos profissionais que trabalham nas escolas do campo;
- Promover a construção coletiva do Inventário da Realidade e do PPP.

Essas Diretrizes se alinham às políticas educacionais da SEEDF voltadas para a população do campo, aos marcos normativos federais da Educação do Campo, bem como aos documentos regulatórios da Educação Pública do Distrito Federal.

Amplia, sobretudo, as orientações pedagógicas às instituições educacionais do campo e às unidades gestoras da política pública nos níveis intermediário e central, contribuindo para a sua operacionalidade. Assim, é possível estabelecer um trabalho pedagógico orientado para a Educação do Campo a partir de seus princípios e matrizes, marcos conceituais e publicações pedagógicas, reconhecendo, inclusive, as demandas apresentadas pelo Fórum Permanente de Educação do Campo do Distrito Federal (Fecampo). Desta maneira, apresenta um amplo alcance em toda Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

PROGRAMA HÁ CAMPO

O “Programa Há Campo” tem como objetivo o fortalecimento da educação ambiental e sustentabilidade nas escolas da rede pública de ensino. O Programa é fruto do Acordo de Cooperação Técnica entre a SEEDF e a Emater-DF acordado desde 2023. Há 4 projetos diferenciados que compõem o Programa:

- Implementação de hortas e agroflorestas;
- Instalação de sistemas de captação de água da chuva;
- Produção de energia fotovoltaica;
- Cursos de empreendedorismo “Filhos deste Solo” para estudantes das escolas do campo na Rede Pública de Ensino.

Busca promover a implementação de tecnologias sustentáveis que permitam o uso eficaz de recursos naturais, favorecendo o equilíbrio ecológico e a conservação do meio ambiente tendo em vista projetos de Educação Ambiental e Sustentabilidade. A colaboração técnico-pedagógica entre a EMATER-DF e a Secretaria de Educação promove o empreendedorismo de



estudantes das escolas do campo, bem como dissemina princípios, valores, conceitos, atividades e metodologias relacionadas à sustentabilidade ambiental. Em 2025, 77 novas instituições educacionais aderiram ao Programa Há Campo.

PROGRAMA ESCOLA DA TERRA

O Curso de Formação Continuada Escola da Terra (4ª Edição) é resultado de uma articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, o Ministério da Educação (MEC/SECADI) e a Universidade de Brasília (UnB).

- Público-alvo: Professores (efetivos e temporários) e Pedagogos-Orientadores Educacionais da rede pública de ensino do DF que atuam ou têm interesse na Educação do Campo.

- Vagas Ofertadas: 150 vagas.

- Metodologia: Pedagogia da Alternância, que articula o Tempo Universidade (TU) (126h) e o Tempo Comunidade (TC) (54h), totalizando 180 horas. As atividades do TU incluem aulas virtuais e encontros presenciais quinzenais nas escolas polo, durante os momentos de coordenação pedagógica.

- Objetivo: Ampliar o acesso à Formação Continuada em Educação do Campo para educadores, promovendo o aperfeiçoamento profissional. O conteúdo visa fortalecer a Política Pública de Educação do Campo.

INVENTÁRIO SOCIAL, HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL DAS ESCOLAS DO CAMPO – INVENTÁRIO DA REALIDADE

Em 2025, iniciou-se a proposta pedagógica da (Re) Construção e do Uso Pedagógico do Inventário da Realidade das Escolas do Campo com os seguintes objetivos:

- Orientar e contribuir com a produção coletiva do Inventário da Realidade (aspectos históricos, sociais, culturais e ambientais) com a participação comunidade escolar das unidades de ensino do campo;

- Potencializar o Inventário da Realidade na perspectiva de uma ferramenta didático-pedagógica, dialógica, coletiva, investigativa e dialética para nortear a ressignificação do Projeto Político Pedagógico da escola do campo.

NOVO PROGRAMA NACIONAL DO CAMPO - PRONACAMPO

A Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (Novo Pronacampo) é um conjunto articulado de ações de apoio aos sistemas de ensino para a implementação da Política de Educação do Campo, das Águas e das Florestas, em regime de colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, para:

Estruturar um sistema de avaliação e monitoramento da educação dos Povos do campo, das águas e das florestas;

- Formar profissionais da educação básica, educação profissional e tecnológica e ensino superior para gestão e docência no âmbito da educação dos povos do campo, das águas e das florestas;

- Estimular a construção de capacidades institucionais para a condução das políticas de educação dos Povos do campo, das águas e das florestas, nos entes federados no sistema de Governança Popular;

- Reconhecer avanços institucionais de práticas educacionais para multisseriação e demais métodos caros à modalidade da educação dos povos do campo, das águas e das florestas;

- Contribuir no fomento de tecnologias sociais, práticas produtivas e infraestrutura ecologicamente sustentáveis nas escolas dos povos do campo, das águas e das florestas;

- Consolidar a modalidade educação do campo, das águas e das florestas, com implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar do Campo;

- Implementar protocolos de apoio e manutenção das escolas dos povos do campo, das águas e das florestas.

ATENDIMENTO À SOCIOEDUCAÇÃO

A publicação da Portaria é uma ação estratégica para estabelecer a cooperação entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e a Secretaria de Estado de



Justiça e Cidadania do Distrito Federal (Sejus) para oferta, implementação, acompanhamento e avaliação da política pública de escolarização de adolescentes e jovens em Internação Provisória, em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Internação, Internação Sanção, Semiliberdade, Meio Aberto - Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade - e dos adolescentes e dos jovens atendidos pelo Núcleo de Atendimento Integrado.

Por meio da elaboração do Caderno Orientador Socioeducação na Escola que apresenta as orientações para assegurar a garantia de matrícula, o acolhimento adequado, o acompanhamento pedagógico, a gestão da frequência e a promoção de uma convivência escolar pautada na cultura de paz, para os estudantes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e semiliberdade.

A cooperação entre as secretarias garante a oferta mensal de escolarização para aproximadamente 900 adolescentes e jovens que se encontram no Sistema Socioeducativo. A SEEDF atende mensalmente uma média de 600 estudantes que cumprem medidas em meio aberto e semiliberdade em todas as 14 Coordenações Regionais de Ensino (CREs). Além disso, 8 unidades de internação, que possuem núcleos de ensino vinculados a 7 instituições educacionais em 6 CREs.

ELABORAÇÃO DO PROGRAMA TRAJETÓRIAS

O Programa Trajetórias está em desenvolvimento pela Gerência de Atenção à Socioeducação para qualificar o acompanhamento pedagógico de estudantes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, de semiliberdade e pós-cumprimento de internação. O objetivo do programa é promover a permanência e inclusão social desses estudantes, na perspectiva da conclusão da educação básica, por meio dos seguintes eixos:

Gestão e Articulação do Acompanhamento Escolar:

- Garantir matrícula;
- Monitoramento de frequência;
- Monitoramento de rendimento;
- Ações que promovam a inclusão social;
- Protagonismo e participação estudantil.

Formação e Capacitação da Rede de Ensino:

- Materiais orientadores;
- Plano de formação e capacitação.

Fortalecimento da Articulação Interinstitucional:

- Rede de articulação interinstitucional;
- Gestão de fluxo de dados e informação;
- Normativos conjuntos.

PROJETO "ONDA: ADOLESCENTES EM MOVIMENTO PELOS DIREITOS"

O projeto desenvolve ações educativas voltadas à formação de adolescentes de instituições educacionais públicas e ao atendimento dos adolescentes dos Núcleos de Ensino das Unidades Socioeducativas, com ações pertinentes às áreas de direitos humanos, cidadania e orçamento público.

Destinados aos adolescentes vinculados ao Núcleo de Atendimento Integrado/NAI (aproximadamente 2.000 adolescentes por ano), as 15 Gerências de Atendimento em Meio Aberto - aproximadamente 800 adolescentes, 6 Gerências de Atendimento em Semiliberdade - aproximadamente 70 adolescentes e 8 Unidades de Internação Socioeducativas - aproximadamente 350 adolescentes, atendidos por 100 professores nos Núcleos de Ensino das Unidades de Internação Socioeducativas acompanhados pela SEEDF.

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO (PNLD)

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é uma política pública do Governo Federal que distribui gratuitamente livros didáticos, pedagógicos e literários às escolas públicas de todo o país. Executado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o programa busca promover a qualidade da



educação, democratizar o acesso ao conhecimento e estimular a leitura entre estudantes e educadores.

Tem como objetivo geral garantir o acesso gratuito e regular de estudantes e professores a materiais didáticos e literários de qualidade, fortalecendo o processo de ensino e aprendizagem, ampliando o acesso à leitura e contribuindo para uma educação mais equitativa e cidadã.

Com alcance em mais de 96% das redes de ensino no Brasil e 100% da rede pública de ensino no Distrito Federal, o PNLD é um dos maiores programas de distribuição de livros do mundo, fortalecendo a educação pública e a cidadania por meio do acesso à leitura, chegando a estudantes, professores e bibliotecários.

Destina-se a toda a comunidade escolar, incluindo estudantes, professores, bibliotecários, gestores e famílias, o que perfaz os totais de mais de 70 mil servidores e mais de 390 mil estudantes.

Até o momento, 70 mil livros didáticos foram distribuídos para as instituições educacionais e turmas novas da rede pública de ensino do DF (fora do censo 2024) por meio da Reserva técnica da SEEDF.

PROJETO ESCOLA QUE LÊ

O Projeto Escola que Lê reconhece e valoriza as práticas de leitura das escolas públicas do DF, fortalecendo o protagonismo de professores, estudantes e comunidades na criação de ambientes leitores acolhedores e criativos. Além de promover o acesso a obras literárias, com destaque para autores locais e a literatura Cerradense, incentiva a ampliação de espaços bibliotecários e parcerias que democratizam o acesso à leitura e à cultura.

Foram distribuídas às bibliotecas escolares e/ou escolares comunitárias um total de aproximadamente 11.741 obras literárias.

Outra ação relevante foi a Promoção do Cine Clube Literário para a valorização da leitura, da produção literária e do debate cultural entre estudantes da rede pública, autores convidados e o produtor do documentário "Além do sonho".

BIBLIOTECAS ESCOLARES E COMUNITÁRIAS

O papel da biblioteca escolar vai muito além da simples organização de livros. Trata-se de um espaço dinâmico de leitura, pesquisa, troca de saberes e convivência, que contribui de forma decisiva para a formação integral dos estudantes. Cabe a cada profissional zelar para que esse ambiente se mantenha sempre acolhedor, organizado e acessível a toda a comunidade escolar, estimulando o prazer pela leitura e o desenvolvimento do pensamento crítico.

A gestão, o funcionamento e a orientação das bibliotecas escolares e comunitárias da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal são norteados pela Portaria Nº 380, de 23 de novembro de 2018, que estabelece diretrizes para sua organização, manutenção e articulação pedagógica, assegurando a democratização do acesso ao conhecimento e à cultura.

Destina-se a toda a comunidade escolar, incluindo estudantes, professores, bibliotecários, gestores e famílias, o que perfaz os totais de mais de 70 mil servidores e mais de 390 mil estudantes.

CIRCUITO DE CIÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL

Com o objetivo de fomentar a produção e a difusão do conhecimento científico, suas tecnologias e inovações na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e selecionar os melhores trabalhos para a participação.

O Circuito de Ciências das Instituições Educacionais Públicas do DF é um importante instrumento para o letramento científico, a exposição e a divulgação da produção científica, tecnológica e de inovação, desenvolvido no âmbito da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.



Constitui-se como atividade pedagógica com potencial motivador do ensino, da aprendizagem e da compreensão da prática científica no ambiente escolar. Essa ação, mais do que recurso pedagógico para incentivo às ciências, também apresenta à comunidade escolar a produção científica das instituições educacionais e coloca os estudantes em evidência, tornando-os parte ativa do processo de ensino-aprendizagem.

O Circuito de Ciências abrange toda a educação básica e anualmente alcança números consideráveis de estudantes e professores. As atividades de produção científica são realizadas em 3 etapas: local, regional e distrital, tendo sua culminância na seleção dos melhores trabalhos, que participam na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT. O Circuito contribui para inserir e despertar nos estudantes o interesse pela Ciência, possibilitando que investiguem por meio da pesquisa científica problemas locais, regionais e estaduais.

Público-alvo: Todos os estudantes das diversas etapas e modalidades de ensino da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e das Instituições Educacionais Parceiras que atendem à Educação Infantil, gestores, professores e coordenadores pedagógicos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Ações realizadas em 2025:

- Revisão e publicação do Regulamento do 14º Circuito de Ciências das Escolas Públicas do DF;
- Instituição das Comissões Central, Regional e Científica;
- Oficina para Capacitação de Professores: transformando sua prática pedagógica em Projeto Científico, com a participação de aproximadamente 50 professores nos três turnos, com carga horária de 2h;
- Capacitação no formato de Oficina com o tema: "Elaboração de Projetos Científicos para o Circuito de Ciências" destinado aos coordenadores intermediários, aos professores e aos demais profissionais da educação;
- Oficina de capacitação para Avaliação de Projetos Científicos do Circuito de Ciências para os Coordenadores Intermediários, membros da Coordenação Regional, para atuação na Etapa Regional;
- Três oficinas para os avaliadores atuantes na Etapa Distrital.

Na Etapa Local as escolas organizaram suas feiras de ciência em datas convenientes ao calendário durante o primeiro semestre de 2025. Foram registrados na webpage oficial do circuito, cerca de 933 projetos, impactando 21.700 estudantes e 1.562 professores nas 14 Coordenações Regionais de Ensino.

As Etapas Regionais do Circuito de Ciências aconteceram nas 14 (quatorze) CREs, ao longo dos meses de agosto e setembro de 2025. Foram apresentados 472 projetos, sendo 2086 unidades educacionais participantes e 706 professores;

A Etapa Distrital do 14º Circuito de Ciências aconteceu durante a 23ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), contando com cerca de 113 projetos, com aproximadamente 575 estudantes e 230 professores. Foram estimados cerca de 100 mil estudantes visitantes que prestigiaram as apresentações dos trabalhos na etapa distrital, conforme organização da SNCT. Os projetos foram avaliados por 101 profissionais voluntários de diversas áreas do conhecimento.

OLIMPIADAS CIENTÍFICAS

As Olimpíadas Científicas representam competições abrangentes, abordando temáticas específicas como Matemática, Biologia, Robótica, História, Meio Ambiente, dentre outras. Essas competições têm como objetivo estimular a resolução de problemas teóricos e práticos, a realização de experimentos e a promoção de debates relevantes à sociedade.

O processo de divulgação das competições científicas com cunho pedagógico alcançou um aumento na quantidade de participantes ao longo dos anos. No ano de 2025, os resultados cresceram com a OBMEP, com a participação de mais de 80 mil estudantes, o que rendeu 84 medalhistas nacionais, além de prêmios para 10 escolas e 20 professores. A Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA) contabilizou 87 estudantes premiados. Na área tecnológica, a Olimpíada Brasileira de Robótica (OBR) envolveu 150 estudantes,



culminando na premiação de 9 equipes na etapa estadual. Por fim, na Olimpíada Brasileira de Cartografia (OBRAC), destacou-se a equipe do CEF 04 de Ceilândia, composta por 4 estudantes e um professor, que representou a SEEDF e o Centro-Oeste como finalista nacional em Niterói - RJ.

A SEEDF busca publicitar as competições científicas nacionais dentro da rede de ensino pública do DF, que acontece através da divulgação semestral das olimpíadas científicas, formalizada pelos Informativos Olímpicos.

O processo de divulgação das competições científicas com cunho pedagógico tem alcançado um aumento na quantidade de participantes ao longo dos anos. A ação apresenta um papel importante no despertar dos estudantes para aprimorar suas habilidades nas diversas áreas das ciências e tecnologia, proporcionando um intercâmbio entre escolas e instituições de ensino superior, que também pode ser um estímulo para a escolha profissional do estudante.

PROJETO ESCOLAS DE GESTÃO COMPARTILHADA

O Projeto Escolas de Gestão Compartilhada (EGCs), regulamentada pela Portaria Nº 22, de 28/10/20, é fruto da parceria entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF). A SEEDF é responsável pela gestão administrativa e pedagógica das instituições educacionais públicas de ensino e pelo cumprimento do Projeto Político-Pedagógico, conforme as leis e diretrizes educacionais, e a SSPDF é responsável pela gestão disciplinar.

Para o desenvolvimento da gestão disciplinar, a SSPDF disponibiliza o efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), que atuam também na coordenação de atividades extracurriculares. As ações disciplinares são voltadas à formação cívica, moral e ética do corpo discente, objetivando o seu bem-estar social.

Assim, o Projeto Escolas de Gestão Compartilhada (EGCs) objetiva uma educação de qualidade, bem como construir estratégias voltadas à segurança comunitária e ao enfrentamento da violência no ambiente escolar, para a promoção de uma cultura de paz e o pleno exercício da cidadania.

A implementação do Projeto Escolas de Gestão Compartilhada teve seu início por determinação do Governo do Distrito Federal e atualmente conta com 25 unidades escolares participantes, atendendo diretamente cerca de 29.000 (vinte e nove mil) estudantes em 14 regiões administrativas do Distrito federal.

PRODUÇÃO DO DOCUMENTO COMPETÊNCIAS DIGITAIS NO CURRÍCULO EM MOVIMENTO, EM ADEQUAÇÃO À BNCC COMPUTAÇÃO

Propor diretrizes para a implementação da Cultura Digital de forma transversal e articulada às diferentes áreas do conhecimento, em harmonia com os pressupostos do Currículo em Movimento, promovendo competências cognitivas, técnicas e socioemocionais por meio do pensamento computacional, da fluência digital, da resolução colaborativa de problemas e do consumo e da produção crítica de artefatos digitais. As ações envolvem parcerias com as diretorias de cada etapa, modalidade e atendimento, além do Grupo de Trabalho constituído por membros de diversos setores da Secretaria de Estado de Educação do DF.

PLANO DE ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS NO ENSINO MÉDIO (PAAEM)

O Plano de Acompanhamento das Aprendizagens no Ensino Médio (Paaem) é uma iniciativa da Diretoria de Ensino Médio que tem como objetivo promover a melhoria contínua das aprendizagens dos estudantes do Ensino Médio, por meio de um acompanhamento pedagógico sistematizado e articulado em rede, que subsidie e (re)oriente as práticas docentes e o trabalho pedagógico nos três níveis de gestão: local (Instituição Educacional), intermediário (Coordenação Regional de Ensino) e central.

O Plano está estruturado em quatro linhas de ação interconectadas, que visam promover o acompanhamento pedagógico contínuo e a recomposição das aprendizagens: acompanhamento dos indicadores e das trajetórias educacionais - foco no uso de dados educacionais para diagnóstico; planejamento e monitoramento das aprendizagens; ciclo de coordenações pedagógicas temáticas - visa fortalecer a coordenação pedagógica como



espaço de formação, planejamento e produção coletiva; encontros de apoio pedagógico às instituições educacionais - estabelece um fluxo de apoio técnico-pedagógico às instituições educacionais; socialização de boas práticas - promove a socialização, o reconhecimento e a disseminação de experiências pedagógicas exitosas.

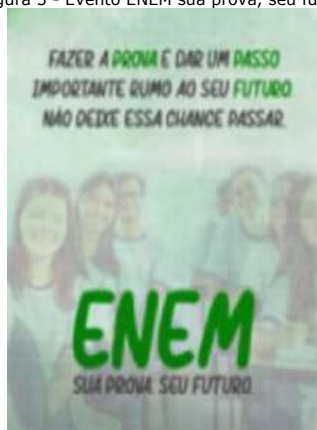
Foi proposta a realização da coordenação pedagógica propositiva, tematizando o Saeb 2025. A iniciativa mobilizou as instituições educacionais públicas para promover o engajamento da comunidade escolar e garantir a participação qualificada dos estudantes na principal avaliação externa da educação básica brasileira, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

PROJETO GERAÇÃO ENEM

O projeto "GerAção Enem" é uma iniciativa estratégica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), visando a ampliação das oportunidades acadêmicas para estudantes do 3º Ano do Ensino Médio da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. O objetivo geral do "GerAção Enem" é preparar esses estudantes para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), proporcionando-lhes conhecimento, estratégia e suporte técnico-pedagógico para que possam obter um desempenho satisfatório na prova e ampliar suas chances de ingresso no ensino superior.

O "Geração Enem" está planejado em três frentes principais, estruturadas para garantir a máxima eficácia da preparação dos estudantes: evento central, eventos regionais e produção de videoaulas, com disponibilização em canal específico da internet.

Figura 3 - Evento ENEM sua prova, seu futuro



Fonte: SEEDF (2025).

O evento central foi realizado no dia 21 de outubro com a participação de 400 pessoas, entre estudantes e professores das instituições educacionais de ensino médio da rede pública de ensino do DF.

A etapa regional do "GerAção Enem" é composta pelas ações de preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio desenvolvidas nas Coordenações Regionais de Ensino (CREs) e nas instituições educacionais, valorizando e fortalecendo o trabalho já existente em cada comunidade escolar. Os eventos tiveram o apoio institucional para a identidade visual (camisetas), alimentação e suporte centralizado (conteúdos digitais), de modo a fortalecer e unificar as ações que acontecem localmente.

A operacionalização dessa etapa ocorreu de forma descentralizada, abrangendo diversas frentes pedagógicas. No eixo de orientação profissional, realizaram-se Feiras das Profissões nas regionais de Brazlândia (Escola Técnica de Brazlândia) e São Sebastião (UDF). O suporte voltado ao conteúdo acadêmico concentrou-se na oferta de Aulões Preparatórios em Ceilândia (Auditório da CRE), Plano Piloto (CEM Paulo Freire) e Taguatinga, além de oficinas específicas de Redação em Sobradinho.

Destaca-se, ainda, a intensiva programação em Santa Maria, com a realização do projeto "Se Liga no ENEM" no CED 416 e no CEPETESM, e em São Sebastião, onde a estratégia de preparação foi robustecida pela aplicação de Simulados (CEM 01 e CED Zumbi dos Palmares) e pela oferta do Cursinho Popular UneAfro no CED São Francisco, consolidando um panorama de suporte integral aos estudantes da rede pública.



Como forma de ampliar as possibilidades de acesso de forma remota pelos estudantes das diferentes regiões administrativas do DF, foram produzidos conteúdos digitais em formato de vídeos, com foco nos temas mais incidentes na prova do Enem, para publicação em plataformas institucionais da SEEDF, organizados por professores da rede pública de ensino. As videoaulas seguem uma estrutura, sugerindo uma breve apresentação, a exposição do conteúdo, um exemplo prático com a resolução de questões do Enem e um fechamento retomando alguns pontos principais da aula e dicas para o estudo e resolução da prova. Foram contemplados os 13 componentes curriculares do Ensino Médio, além da temática de redação e teoria de resposta ao item.

Os vídeos continuam em fase de produção, edição e tradução para libras (acessibilidade), sendo paulatinamente disponibilizados em um canal específico do Projeto "GerAção Enem", que foi criado na plataforma digital EducaDF, permitindo que os estudantes estudem de forma autônoma e revisem os conteúdos sempre que necessário. Para além das ações pedagógicas, o projeto GerAção Enem contou com uma ampla Campanha de Mobilização e Conscientização.

Com o conceito "Sua prova, seu futuro", a campanha teve como objetivo principal combater as duas maiores barreiras enfrentadas pelos estudantes: a desinformação logística e a ansiedade pré-prova. Utilizando uma linguagem jovem e direta, a campanha tem sido veiculada nas redes sociais e canais oficiais da SEEDF, com foco em conteúdo de alto impacto.

Figura 4 - Produção de vídeos para o Projeto "GerAção Enem"



Fonte: SEEDF (2025).

PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA PNAEM

Em 12 de maio de 2025 foi homologada a Resolução CNE/CEB Nº 4, que institui os Parâmetros Nacionais para a Oferta de Itinerários Formativos de Aprofundamento (PN-IFA). O documento dá continuidade às transformações iniciadas com a Lei Nº 14.945, de 31 de julho de 2024, que instituiu a Política Nacional de Ensino Médio (PNAEM), e com a Resolução CNE/CEB Nº 2, de 13 de novembro de 2024, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM).

No âmbito distrital, as orientações foram complementadas pela Portaria Nº 338/2025 – SEEDF, que regulamenta a oferta e a organização dos Itinerários Formativos na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Em cumprimento à alínea I do artigo 2º dos PN-IFA, foi promovido um conjunto articulado de ações voltadas à reorganização da oferta dos Itinerários Formativos de Aprofundamento (IFA), com foco na atualização do Catálogo de Percursos Educacionais Estruturados (PEE), que passará a ser chamado Catálogo de Itinerário Formativo de Aprofundamento.

Essas ações buscaram garantir a participação democrática da rede, a atualização dos instrumentos normativos e a qualificação das ofertas de itinerários formativos, em conformidade com as orientações dos PN-IFA.

ESTRUTURA DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS DE APROFUNDAMENTO (IFA)

Os Itinerários Formativos de Aprofundamento (IFAs) estão fundamentados no princípio epistemológico da integração curricular, superando abordagens fragmentadas e promovendo o desenvolvimento do pensamento crítico, criativo e analítico dos estudantes. Seu objetivo é aprofundar os conhecimentos nas áreas de interesse juvenil, ampliando as aprendizagens e fortalecendo o protagonismo estudantil.

Em 2025, os IFAs são constituídos por Percursos Educacionais Estruturados (PEE), organizados em macrotemáticas alinhadas aos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs)



da BNCC, integrando duas ou mais áreas do conhecimento e pela Unidade Curricular Projeto de Vida. Cada percurso é composto por doze Unidades Curriculares (UC). O aprofundamento das aprendizagens será viabilizado por meio de projetos interdisciplinares e integradores, desenvolvidos nas UCs, que estimulam a investigação, a criatividade e a resolução de problemas reais.

IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE INOVAÇÃO PARA EDUCAÇÃO HÍBRIDA - RIEH

Implementar a Rede de Inovação para a Educação Híbrida na rede pública de ensino do Distrito Federal como estratégia no uso de metodologias ativas e inovadoras, que faz uso da tecnologia para potencializar modelos mais flexíveis de ensino e aprendizagem por meio da integração entre os espaços físicos e virtuais, além de fortalecer a implementação e apoio a Política Nacional do Ensino Médio (PNAEM).

PROGRAMA HORIZONTES DIGITAIS

Programa de Transformação, Modernização e Inovação da Subsecretaria de Educação Básica (Subeb) que busca integrar tecnologias digitais e práticas pedagógicas inovadoras para potencializar a qualidade do ensino e da aprendizagem, preparar estudantes e educadores para os desafios dos vários futuros possíveis, além de fomentar a inclusão digital e reduzir desigualdades educacionais.

ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL

O Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) tem como objetivo ampliar a oferta dessa modalidade nas redes públicas de ensino dos Estados e do Distrito Federal, por meio da transferência de recursos financeiros às Secretarias de Educação que participarem do programa e o desenvolverem de acordo com as diretrizes da Portaria Nº 2.116, de 6 de dezembro de 2019.

No Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Educação trabalha para expandir a oferta de Educação em Tempo Integral (EITI) nas instituições educacionais da Rede Pública de Ensino que integram o EMTI.

Essa iniciativa busca fortalecer a integralidade educacional dos estudantes, ampliar a jornada escolar e garantir o suporte financeiro ao sistema educacional. Atualmente, 23 instituições educacionais ofertam o EMTI, totalizando 5.542 matrículas em 2025.

O programa tem contribuído tanto para consubstanciar o número de matrículas nas instituições educacionais que ofertam o EMTI quanto para ampliar a Educação Integral em Tempo Integral/Ensino Médio (EITI/Ensino Médio), além de proporcionar aos estudantes mais oportunidades de aprendizagem em diferentes áreas, como Artes, Ciência, Cultura e Esportes, promovendo a formação integral.

CONCERTOS DIDÁTICOS

Os Concertos Didáticos da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro (OSTNCS) promovem, em mediação didático-fruidora, a difusão da música clássica e contemporânea para estudantes da Rede Pública de Ensino.

A iniciativa busca aproximar o público da música clássica, desconstruindo a ideia de que essa forma de arte figuraria uma expressão cultural elitista e mostrando que, ao contrário, a orquestra pode dialogar com diversos segmentos artísticos.

Em 2025, foram contemplados por evento, aproximadamente, 500 discentes da Educação Integral em Tempo Integral (EITI), totalizando cerca de 4.000 alunos. Os Concertos Didáticos proporcionam tanto apropriação cultural quanto conhecimento sobre a arte sinfônica, alcançando os objetivos propostos e ampliando o acesso à cultura.

CURSO AUTOINSTRUCIONAL

Visando atender as necessidades das instituições educacionais que ofertam a Educação Integral em Tempo Integral (EITI) da Educação Infantil ao Ensino Fundamental e Médio, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-DF) elaboraram o curso Educação em Tempo Integral - Premissas e Práticas Pedagógicas para a Educação Básica.



Trata-se de uma parceria estratégica, além de mutuamente benéfica, a qual fortalece esforços conjuntos para o desenvolvimento em diversas áreas de atuação voltadas ao público-alvo que atua na EITI, como professores, coordenadores, gestores e equipe pedagógica.

O curso autoinstrucional tem como objetivos:

- Compreender as bases teóricas e as premissas da matriz da EITI referente à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio em Tempo Integral;
- Compreender as bases teóricas das metodologias ativas, relacionando-as à ETI;
- Refletir sobre o papel da integração curricular no desenvolvimento de competências e habilidades transversais;
- Desenvolver habilidades práticas na aplicação de metodologias ativas e aprendizagem baseada em projetos, promovendo a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem;
- Explorar estratégias de ensino voltadas para o empreendedorismo, visando estimular a criatividade, a autonomia e a proatividade dos estudantes;
- Integrar conceitos de inovação educacional, adaptando-os para a realidade da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI);
- Elaborar planos de ação para implementação das práticas aprendidas, considerando os recursos disponíveis e as particularidades da instituição educacional;
- Desenvolver estratégias para a avaliação na ETI;
- Fomentar a criação de espaços educacionais que incentivem a resolução de problemas, o trabalho em equipe e, principalmente, o pensamento crítico.

O curso intenta preparar docentes para implementarem práticas pedagógicas inovadoras – apoiadas em integração curricular, metodologias ativas, inovação, aprendizagem baseada em projetos e empreendedorismo – e, especificamente, adaptadas para o contexto da ETI.

O curso visa que os participantes sejam capazes de conceber e coordenar projetos e estratégias educacionais, os quais promovam o engajamento discente, desenvolvam habilidades empreendedoras nos educandos e os preparem ante os desafios do século XXI. Em 2025, o curso contou com a participação de 209 inscritos.

ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO DE CULTURA FRANCO-BRASILEIRA (ACFB) - O ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (SEEDF) E A ASSOCIAÇÃO DE CULTURA FRANCO-BRASILEIRA (ACFB)

O acordo tem como objetivo fundamental conceder vagas, no curso de Francês da Aliança Francesa (AF) de Brasília, destinadas a estudantes e servidores da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, mediante cessão de professores da SEEDF.

O objetivo mínimo é formar estudantes até o nível B1 e, em casos mais específicos, o nível B2. No caso dos servidores, o propósito é formá-los até o nível B2 do Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas: aprender, ensinar, avaliar (QCER). Além do alcance linguístico, a meta é levar um componente intercultural e pragmático importante para o conjunto dos discentes — capacidade para se expressar publicamente em língua francesa, interagir com pessoas vindas de outros contextos socioeconômicos e estimular a confiança para abordar temas de conversação amplos relacionados à cultura francesa ou a outros assuntos.

Em 2025, foram concedidas cinco bolsas de estudo para a prova do DELF (um certificado oficial de estudos em língua francesa oferecido pelo Ministério da Educação Nacional da França) a estudantes da SEEDF, promovendo reconhecimento internacional de proficiência no idioma.

Além disso, 356 estudantes foram contemplados com bolsas integrais de estudo na AF, o que evidencia o compromisso dos parceiros com a ampliação do acesso a oportunidades de formação linguística e certificação oficial.

Ademais, de 18 a 20 de março, para celebrar a Semana da Francofonia de 2025, a Embaixada da França, a Associação de Professores de Francês do Distrito Federal (APFDF), a AF e a SEEDF organizaram a Mostrinha de Cinema.



Nos três dias desse evento, 360 estudantes de Língua Francesa dos Centros Interescolares de Línguas (CILs) assistiram à exibição gratuita de produções francófonas premiadas no Festival Varilux de Cinema.

Em adição, o Centro Educacional (CED) do Lago Norte (Cedlan), no âmbito do Pebi Francês, em parceria com a Universidade de Brasília (Unb), participou da leitura cênica da peça Mãe d'Água contra a Fada Caraboça, com a presença de 400 educandos de Francês, incluindo estudantes do Cedlan e do Centro Interescolar de Línguas (CIL) do Paranoá.

PROGRAMA PONTES PARA O MUNDO

O Programa Pontes para o Mundo representa um marco transformador na educação pública do Distrito Federal, unindo inovação, inclusão e excelência acadêmica em uma proposta que transcende fronteiras geográficas e culturais. Com o compromisso de proporcionar experiências educacionais e culturais imersivas, o Programa se alinha aos mais altos padrões de internacionalização, preparando os estudantes para os desafios do século XXI. Ao conectar jovens de diferentes contextos sociais e regionais com instituições de ensino de excelência em países parceiros, o Programa fortalece as competências técnicas e linguísticas dos participantes e contribui para o desenvolvimento de competências globais, como liderança, inovação, colaboração e cidadania ativa.

Os estudantes retornam ao Brasil com conhecimentos acadêmicos ampliados, maturidade e a confiança necessárias para transformar suas comunidades e contribuir para o progresso do Distrito Federal. Inspirado em programas consolidados em estados como Pernambuco e Paraíba, o Pontes para o Mundo contribui para a qualificação da educação pública, amplia oportunidades formativas e fortalece políticas de internacionalização no âmbito do Distrito Federal.

Em 2025, a iniciativa teve início em setembro, contemplando 100 estudantes, em um período de intercâmbio de 13 a 16 semanas, no Reino Unido.

Parcerias envolvidas:

- Embaixadas e Representações Diplomáticas;
- Organizações Não Governamentais (ONGs) e Consórcios internacionais;
- Agências Educacionais Externas;
- Instituições de Ensino dos Países Parceiros.

POLÍTICA DE REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS DO DISTRITO FEDERAL

A política de remição de pena pela leitura tem o objetivo de reduzir quatro dias de pena das pessoas privadas de liberdade, mediante a leitura de uma obra literária, científica ou filosófica. É um atendimento educacional que começou como projeto em 2018 e em 2022 foi estabelecido como política de estado, por meio da Portaria Conjunta Nº 11/2022.

A política possibilita a reintegração social, amplia as atividades educacionais nos ambientes privados de liberdade e confere remição de pena pelo estudo. De 2021 para 2025 houve ampliação de 671% desse atendimento educacional. Foram realizados 11 ciclos de leitura por ano. Até o momento, 9 ciclos foram concluídos e o atendimento está em 31.701.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial, fundamentada na LDBN (Lei Nº 9.394/96) e alinhada ao conceito de educação inclusiva, assegura atendimento especializado para estudantes com deficiências, Transtorno do Espectro Autista (TEA), altas habilidades/superdotação e outras demandas específicas.

Figura 5 - Educação Especial



Fonte: SEEDF (2025).



Em 2025, a Secretaria de Educação Inclusiva realizou um conjunto de ações voltadas ao fortalecimento dos serviços, à melhoria dos processos e à ampliação do apoio às unidades escolares, sempre em consonância com as diretrizes da SEEDF.

PROJETOS VIVÊNCIAS

Atualmente, a Secretaria de Estado de Educação conta com parcerias com Organizações da Sociedade Civil, que ofertam Atendimento Educacional Especializado voltado especificamente para adultos com deficiência. Dentre elas, destaca-se a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE/DF), a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Deficientes de Taguatinga e Ceilândia (APAED) e a Associação Pestalozzi de Brasília.

Essas instituições fazem parte do projeto vivências, cujo objetivo central desta iniciativa é fomentar a participação ativa do estudante adulto no contexto comunitário e familiar, por meio de propostas de atendimento e de uma estrutura organizacional que promovam a inclusão e o desenvolvimento integral desses indivíduos, por meio de aprendizagens significativas, respeitando as individualidades de cada estudante. Essa abordagem não apenas beneficia os estudantes, mas também fortalece os laços familiares e amplia a interação social na comunidade.

Figuras 6 a 9 - Realização do Projeto Vivências



Fonte: SEEDF (2025).

No Plano de Vivências, os estudantes deverão realizar vivências junto às instituições parceiras, observados os critérios de localização geográfica, capacidade de atendimento da entidade parceira e avaliação biopsicossocial do estudante. As vivências serão implementadas gradualmente, em regime de meio período, condicionadas à anuência expressa da família.

PROMOÇÃO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

A SEEDF estabeleceu acordos com a APAE-DF, o Instituto Dom Orione, a Pestalozzi, o IFB-Planaltina, a UCB e o Centro Equestre Cavaleiros de São Jorge, unindo forças para oferecer um conjunto mais amplo de serviços à comunidade escolar. As ações realizadas em parceria promovem o atendimento qualificado, as atividades diversificadas e o suporte contínuo para o desenvolvimento dos estudantes.

Figuras de 10 a 12 - Promoção de Atividades Pedagógicas



Fonte: SEEDF (2025).

ORIENTAÇÕES E DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

O Caderno de Orientações Pedagógicas 2025 e o Caderno de Orientações para Concessão de Aptidão e Estudos de Caso foram produzidos em 2025 e analisados 57 processos para abertura de Classes Especiais (CE) em escolas regulares, além de 65 processos encaminhados por Ouvidorias, Proeduc e Defensoria Pública, com demandas sobre enturmação, reanálise de casos e permanência de estudantes. Nos Centros de Ensino Especial (CEEs), foram avaliados



10 processos para abertura de turmas, sempre priorizando as necessidades educacionais específicas e as normativas vigentes.

Figuras 13 e 14 - Caderno de Orientações Pedagógicas 2025 e o Caderno de Orientações para Concessão de Aptidão e Estudos de Caso



Fonte: SEEDF (2025).

1º FÓRUM DE EDUCADORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Com o intuito de fortalecer as ações de formação e capacitação dos professores da SEEDF que atuam em instituições parceiras no atendimento a estudantes com deficiência, foi organizado o 1º Fórum de Educadores da Educação Especial. Esta iniciativa, de extrema importância, contribuiu para a consolidação dos conhecimentos a respeito das práticas desenvolvidas pelas instituições parceiras, fortalecendo os vínculos pedagógicos e ampliando a articulação entre os envolvidos.

1º ENCONTRO PEDAGÓGICO DAS EQUOTERAPIAS

Este foi mais um importante evento com iniciativa desta Secretaria, em parceria com o Instituto Federal de Brasília (IFB) – Campus Brasília e a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). A proposta deste encontro ampliou as iniciativas de qualificação e desenvolvimento profissional dos docentes da SEEDF que atuam nas instituições parceiras no atendimento a estudantes com deficiência por meio da equoterapia. Nesta ocasião, contou-se com aproximadamente 50 professores participando ativamente da construção coletiva de saberes, da troca de experiências e do fortalecimento das práticas pedagógicas voltadas à inclusão e ao atendimento educacional especializado.

ABERTURA DE TURMAS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PRECOCE

O Programa de Educação Precoce (PEP) registrou 3.960 matrículas em 2025 – um crescimento de 7,8% em relação a 2024. Foram abertas 12 novas turmas nas regionais de Ceilândia, Planaltina, Brazlândia e Paranoá, e está prevista a inauguração do CEI 10 de Taguatinga, com 6 turmas autorizadas. Nos CEEs, foi solicitado um levantamento das grades horárias dos estudantes para integrar o Observatório da Educação Inclusiva, visando melhorias na gestão.

Destaca-se que a implantação de novas turmas para o ano letivo de 2025 possui impacto direto e significativo na ampliação do atendimento especializado ofertado pela Educação Precoce. A medida permitirá a inclusão de aproximadamente 250 crianças que atualmente compõem a lista de inscritos à espera de vaga, além de assegurar o prosseguimento do fluxo de atendimento às crianças que concluem seu percurso na modalidade, garantindo a oferta contínua e adequada às demandas identificadas.

2º FÓRUM DE DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE: PARTILHANDO EXPERIÊNCIAS, CONSTRUINDO REFLEXÕES E FOMENTANDO DIÁLOGOS

Na realização do “2º Fórum de Direitos Humanos e Diversidade: partilhando experiências, construindo reflexões e fomentando diálogos”, houve compartilhamento de experiências exitosas de projetos e práticas pedagógicas em Direitos Humanos.



Figuras 15 - 2º Fórum de Direitos Humanos e Diversidade: compartilhando experiências, construindo reflexões e fomentando diálogos



Fonte: SEEDF (2025).

V JORNADA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

O evento foi realizado de 26 a 28 de fevereiro de 2025, em um formato híbrido (presencial e virtual), que reuniu profissionais de diversas regiões.

Essa quinta edição da Jornada consolidou-se como um importante espaço de formação continuada, fortalecendo o compromisso da SEEDF com a qualificação e a atualização dos Orientadores Educacionais.

Durante os três dias de atividades, foram promovidas palestras, oficinas e mesas-redondas que abordaram os principais desafios sociais que impactam o ambiente escolar e o trabalho dos profissionais da área.

Os participantes tiveram a oportunidade de refletir sobre temas atuais, como as questões relacionadas à saúde mental dos estudantes, à diversidade e à inclusão e às novas demandas impostas pela dinâmica social contemporânea. A programação ampliou o repertório técnico/pedagógico dos Orientadores Educacionais, com o intuito de subsidiar e aprimorar a prática educativa no cotidiano escolar, favorecendo intervenções mais eficazes e humanizadas. Com um alcance de 1.600 visualizações no canal da internet, além de palestras com as temáticas "Educação e Trabalho", "Do eu ao Nós - Educação Socioemocional" e "Educação Emancipadora", foram apresentadas orientações para o planejamento do trabalho ao longo do ano letivo, oferecendo ferramentas práticas para o desenvolvimento das ações de Orientação Educacional nas unidades escolares.

1º TEAR PEDAGÓGICO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Realizado no dia 21 de março de 2025, o 1º Tear Pedagógico da Orientação Educacional, com o tema Organização do Trabalho Pedagógico 2025, teve como principal propósito entrelaçar saberes e experiências que fortaleçam a organização do trabalho pedagógico, articulando as frentes de ação previstas no Calendário Escolar com as diretrizes e as temáticas do Currículo em Movimento da Educação Básica.

O Tear Pedagógico se consolida como um momento formativo fundamental para os profissionais da educação, apresentando orientações sobre a organização do trabalho pedagógico da Orientação Educacional nas unidades escolares, de forma a estruturar e planejar ações educativas para 2025, que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes, alinhadas às diretrizes curriculares e às demandas da comunidade escolar. Transmitido pelo canal da internet, obteve um alcance de 2.074 visualizações, reafirmando a importância desse espaço de construção coletiva, reflexão crítica e potencialização das práticas pedagógicas.

XV FÓRUM DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Criado como parte das comemorações do Dia do (a) Orientador (a) Educacional, conforme estabelecido pela Lei Federal Nº 5.564/1968, o Fórum de Orientação Educacional tem desempenhado um papel essencial na valorização profissional, estimulando a formação continuada e promovendo debates aprofundados sobre políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Ao longo desses 15 anos, o evento construiu uma trajetória marcada por compromisso, inovação e transformação na área da Orientação Educacional. Em 2025, em sua 15ª edição,



o Fórum reafirmou o papel estratégico desses profissionais na construção de uma escola mais acolhedora, inclusiva e equitativa, que valoriza não apenas a aprendizagem acadêmica, mas também a promoção da cidadania e o cuidado com o bem-estar emocional de crianças e adolescentes.

O XV Fórum de Orientação Educacional – muitas histórias, milhares de futuros, pertencimento, comunidade e cocriação, visa promover reflexões qualificadas, estimulando a troca de experiências entre os Pedagogos-Orientadores Educacionais da Rede Pública do Distrito Federal, fortalecendo as práticas profissionais alinhadas aos desafios contemporâneos da escola pública, reafirmando o compromisso institucional com uma educação humanizada, inclusiva e equitativa. O Fórum alcançou cerca de 1.168 Pedagogos-Orientadores Educacionais que atuam nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, exercendo papel estratégico no acompanhamento das trajetórias escolares, na mediação das relações entre estudantes, famílias e comunidade e na promoção do bem-estar emocional.

As três palavras escolhidas para compor o título em 2025 são representativas da identidade da Orientação Educacional ao longo desse caminho. Assim, pensar em pertencimento é reconhecer quem são esses profissionais e qual os seus lócus. Já o sentido de comunidade é fundamental no eixo de atuação em rede, indicado na Orientação Pedagógica da Orientação Educacional (DF, 2019), como a participação coletiva visando a superação dos desafios que impactam o cotidiano escolar. Por fim, cocriação traz a relevância do fazer cooperativo e democrático, na busca de um ambiente escolar cada vez mais humano, inovador e colaborativo, por meio de soluções criativas e de aprendizagens significativas.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – CLASSE HOSPITALAR

O Comitê Gestor do Atendimento Educacional Hospitalar - Classes Hospitalares realizou as visitas técnicas às unidades hospitalares, no período de 16 a 18 de setembro de 2025, para o acompanhamento pedagógico e administrativo da parceria firmada entre as Secretarias de Estado de Educação (SEEDF) e de Saúde do Distrito Federal (SESDF). Além das visitas técnicas programadas, em atendimento ao solicitado pelo IGESDF, foi realizada visita técnica ao Hospital Regional de Santa Maria, visando continuidade das tratativas quanto à possibilidade de ofertar atendimento educacional na unidade hospitalar.

No âmbito da rede pública de ensino do Distrito Federal, a SEEDF coordenou a oferta de suporte pedagógico em ambiente hospitalar, alcançando diferentes níveis de produtividade conforme a infraestrutura e a disponibilidade de cada unidade. O balanço do primeiro semestre de 2025 revela que o Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB) liderou o volume de assistência com 349 atendimentos realizados em seus 64 leitos, seguido pelo Hospital Regional Leste (HRL – Paranoá), que registrou 255 atendimentos. No Hospital da Criança de Brasília (HCB), apesar da ampla capacidade de 200 leitos, foram contabilizados 151 atendimentos, enquanto o Hospital Regional de Sobradinho (HRS) efetuou 126 atendimentos em 28 leitos.

A análise institucional também aponta unidades onde o serviço foi temporariamente interrompido, devido a questões administrativas e estruturais. No Hospital Regional de Ceilândia (HRC), não houve registro de atendimentos em virtude do afastamento legal de docente para tratamento de saúde. De forma similar, o Hospital Regional de Taguatinga (HRT) manteve as atividades suspensas devido à aposentadoria da professora regente e à cessão do espaço físico para o setor de cardiologia, decorrente de reformas na infraestrutura hospitalar.

PARCERIAS - PROJETOS

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) tem demonstrado um compromisso notável com o aprimoramento do cenário educacional local, acompanhando de forma sistemática uma vasta gama de parcerias. Essas colaborações estratégicas, que abrangem desde a realização de estágios até iniciativas em diversas outras áreas educacionais, são fundamentais para enriquecer a formação dos estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal e promover uma integração mais profunda entre a teoria e a prática. Ao integrar diferentes setores da sociedade, a SEEDF não apenas amplia as



oportunidades para os estudantes do Distrito Federal, mas também constrói um futuro mais promissor para toda a comunidade, preparando os jovens para serem cidadãos ativos e profissionais competentes.

PROJETO HANDS FREE SCHOOL

A SEEDF mantém o Projeto Hands Free School, uma iniciativa estratégica que visa garantir a continuidade do processo educativo para estudantes em condições de adoecimento crônico ou acometidos por patologias, com ou sem deficiência. O programa é direcionado àqueles que, mediante laudo médico, encontram-se impossibilitados de comparecer fisicamente às unidades escolares, viabilizando sua inclusão nas atividades de ensino e aprendizagem por meio do atendimento remoto em tempo real.

No decorrer do ano letivo de 2025, a SEEDF consolidou avanços significativos na infraestrutura do projeto, concluindo a instalação de pacotes tecnológicos em oito unidades. Essas instalações compreenderam um conjunto robusto de equipamentos, incluindo pacotes de internet, púlpitos, alto-falantes, monitores, mesas digitalizadoras, projetores, quadros-brancos, além de microfones de lapela e webcams para a transmissão das aulas.

Adicionalmente ao suporte nas salas de aula, a SEEDF promoveu a democratização do acesso digital para os estudantes atendidos, realizando a entrega de tablets e planos de internet individuais. Para assegurar a plena utilização desses recursos, foram realizados treinamentos específicos, capacitando os alunos para o manuseio das ferramentas e fortalecendo o vínculo pedagógico entre a escola e o ambiente domiciliar ou hospitalar.

PROGRAMA EMBAIXADA DE PORTAS ABERTAS (PEPA)

Parceria intersetorial entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília (TCB), a Secretaria de Relações Internacionais (Serinter), as representações diplomáticas e os organismos internacionais sediados em Brasília com o intuito de construir e estreitar relações entre as representações diplomáticas e os organismos internacionais e as unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal, além de oportunizar aos estudantes à interação com o conhecimento nos componentes curriculares de História e Geografia, conhecendo a cultura e os idiomas de diversos países.

A consolidação da educação bilíngue e intercultural na rede pública de ensino é viabilizada pela SEEDF através de parcerias estratégicas com representações diplomáticas, conectando unidades escolares a diferentes contextos globais. Atualmente, essa articulação contempla o CED 02 do Cruzeiro em colaboração com a Embaixada da França; o CEM 01 do Paranoá com a Embaixada da Espanha; o CEF 05 de Taguatinga com a Embaixada da China; o CEM 03 de Taguatinga com a Embaixada da Alemanha e o CEM 12 de Ceilândia, que também mantém vínculo com a Embaixada da França.

No que tange à governança do programa em 2025, a SEEDF intensificou as agendas de alinhamento institucional, realizando três reuniões de ajuste com a Secretaria Extraordinária de Relações Internacionais e oito reuniões de coordenação junto às Regionais de Ensino e Instituições Educacionais. No âmbito diplomático, foram conduzidos dois encontros de alinhamento direto com as embaixadas parceiras, somados ao acompanhamento técnico de dez atividades externas.

Quanto à operacionalização logística, é importante destacar que, em 2025, a TCB não integrou a execução da parceria. Diante desse cenário, a SEEDF assegurou a continuidade dos deslocamentos necessários para as atividades do programa por meio da descentralização de recursos do PDAF (Programa de Descentralização Administrativa e Financeira). Essa gestão financeira, coordenada pelas Regionais de Ensino, garantiu a mobilidade dos estudantes e a efetividade das vivências interculturais propostas.

PROJETO EDUCAÇÃO NOS TRILHOS

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e a Companhia do Metropolitano do Distrito Federal (METRÔ/DF) estabeleceram uma parceria para desenvolver o Projeto Educação nos Trilhos. O objetivo é formar passageiros mais conscientes por meio de uma abordagem lúdica e educativa, que aborda a história do Metrô-DF, sua importância



para o acesso amplo e democrático à cidade, esclarece dúvidas sobre o funcionamento do sistema metroviário e destaca os benefícios desse modal de transporte sobre trilhos.

O Projeto consiste em um conjunto de visitas guiadas, realizadas geralmente às sextas-feiras, nos turnos matutino e vespertino, em estações do metrô próximas às instituições educacionais públicas participantes. Os passeios são educativos e envolventes, contando com a participação de instrutores metroviários que orientam os estudantes sobre normas de segurança, ensinam a utilizar o metrô de forma consciente e incentivam a valorização desse importante meio de transporte. Neste ano, foram realizadas 11 visitas guiadas conduzidas em ambos os semestres letivos, perfazendo um total de 267 estudantes envolvidos.

PROJETO TCENDO O FUTURO

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) firmaram uma parceria para o desenvolvimento do Projeto TCendo o Futuro, cujo objetivo é aproximar o TCDF da comunidade estudantil, promover transparência sobre as funções dos Tribunais de Contas e destacar a importância do controle externo na vida dos cidadãos. Além disso, busca oportunizar a compreensão sobre participação e controle social. O Termo de Cooperação Técnica trata-se, sobretudo, de um compromisso com a disseminação de conhecimento sobre um tema socialmente relevante, cuja aprendizagem contribui para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos, deveres e possibilidades.

O Projeto TCendo o Futuro promove visitas guiadas de estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental de instituições educacionais de ensino públicas do Distrito Federal ao TCDF, proporcionando uma experiência educativa e cidadã. O Projeto TCendo o Futuro consiste em um conjunto de visitas guiadas às instalações do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), realizadas preferencialmente com um ou dois grupos por semana, conforme agendamento prévio com a SEEDF e de acordo com o calendário de ações da Secretaria. Durante as visitas, os estudantes participam de oficinas lúdicas e informativas, que contribuem para a compreensão do funcionamento da democracia e da importância da atuação cidadã.

Em 2025, o projeto previu ações, distribuídas entre o primeiro e o segundo semestre, com a meta de atender 300 estudantes ao longo do ano e durante a vigência do ajuste. Coube ao TCDF conduzir as visitas, promover as palestras previstas, fornecer lanche, brindes e transporte de ida e volta, além de compilar os dados das visitas (lista de presença, registros fotográficos, atividades realizadas e materiais produzidos) e encaminhá-los ao setor competente da SEEDF. À SEEDF competiu organizar as turmas contempladas, acompanhar os estudantes durante as visitas e providenciar os termos de autorização dos pais para transporte e uso de imagem pelo TCDF para fins de divulgação.

A SEEDF coordenou a execução das visitas guiadas ao longo dos dois semestres letivos de 2025, registrando o engajamento de diferentes unidades escolares da rede. A distribuição dos participantes ocorreu da seguinte forma: no primeiro semestre, as atividades contaram com a presença de 28 estudantes do EC 04 do Cruzeiro e 27 estudantes do EC 06 do Cruzeiro. Dando continuidade às ações no segundo semestre, registrou-se a participação de 30 estudantes do CED 02 do Cruzeiro, 31 estudantes do CEM 01 do Paranoá e 10 estudantes do CEM 12 de Ceilândia.

PROGRAMA APRENDER VALOR

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e o Banco Central do Brasil (BCB) mantêm uma parceria para a implementação do Programa Aprender Valor. O objetivo do programa é integrar a Educação Financeira, de forma alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nas instituições educacionais públicas do Ensino Fundamental, articulando-a com as disciplinas obrigatórias. A aplicação do Aprender Valor em sala de aula se dá por meio de projetos escolares.

Tais projetos oferecem sequências didáticas que integram a Educação Financeira a diversos componentes curriculares, como Matemática, Língua Portuguesa e Ciências Humanas. As atividades propostas promovem, de maneira transversal e integrada, o desenvolvimento de



habilidades essenciais como planejamento do uso dos recursos, poupança ativa e crédito responsável, sempre em consonância com os conteúdos e habilidades previstos na BNCC.

O Distrito Federal conta com a adesão de 243 instituições educacionais e um total de 3.185 profissionais cadastrados, abrangendo as 14 Coordenações Regionais de Ensino. O Programa Aprender Valor é, desde o ano passado, um dos apoiadores da Olimpíada do Tesouro Direto de Educação Financeira (Olitef), organizada pelo Tesouro Nacional e pela B3.

O apoio à Olitef reflete um alinhamento estratégico, visto que a Olimpíada busca promover a educação financeira entre os estudantes brasileiros – objetivo central também do Aprender Valor, que visa auxiliar educadores e escolas a incorporar esse tema em suas atividades pedagógicas em todo o país.

PROGRAMA ELEITOR DO FUTURO

O programa Eleitor do Futuro visa despertar a consciência cívica e proporcionar a inclusão social, política e econômica de crianças e jovens estudantes, e o módulo Inclusão Social desde a Infância se destina aos estudantes de 4 a 10 anos matriculados na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Já o Módulo Eleitor do Futuro, destina-se aos estudantes de 11 a 14 anos matriculados nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

O programa, efetivado por intermédio do Termo de Cooperação celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF), visa despertar a consciência cívica e proporcionar a inclusão social, política e econômica de crianças e jovens estudantes. Em 2025, 71 unidades escolares da rede pública de ensino do DF participaram do programa, alcançando aproximadamente 25.534 estudantes.

PROGRAMA NA REAL

Busca dialogar com adolescentes brasileiros acerca dos agravos associados ao consumo precoce e indevido de bebidas alcoólicas e escolhas que terão impacto durante toda a vida, despertando reflexões de forma lúdica e responsável. Sua proposta metodológica inclui a arte, o debate e a participação protagonista dos jovens. O Programa foi viabilizado por meio do Acordo de Cooperação entre a SEEDF e o Instituto Aliança com o Adolescente, com duração até dezembro de 2025. Das 62 escolas inscritas, 34 receberam o Programa. As Instituições Educacionais de Ensino Fundamental receberam uma Oficina Interativa, enquanto as de Ensino Médio participaram de sessões de teatro (peça debate).

PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE "POLÍTICOS DO FUTURO"

Realizado em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE/DF), o Programa tem por objetivo a formação de jovens cidadãos, via inserção nos conteúdos programáticos dos diversos níveis escolares e consideradas as características de cada um deles, de temas específicos relacionados aos processos democráticos, ao exercício pleno da cidadania, às características da organização político-administrativa do Estado brasileiro, aos diversos níveis e esferas do governo e suas competências, às características do sistema eleitoral e, ainda, ao esclarecimento quanto aos instrumentos de controle social e de fiscalização existentes e de como podem ser exercidos.

ITINERÁRIO FORMATIVO

Parceria com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), que tem por objeto regular a relação entre o MPDFT e a SEEDF, visando a construção conjunta e o desenvolvimento de unidades curriculares eletivas orientadas e de trilha de aprendizagem, a fim de subsidiar a oferta de itinerários formativos no Novo Ensino Médio, considerando o disposto na Portaria Nº 1.432/2018 do Ministério da Educação (MEC). O público-alvo da presente cooperação técnica são os professores e estudantes do ensino médio da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

EDUCAÇÃO POSITIVA/NÃO CONSUMO DE ÁLCOOL NAS ESCOLAS

A implementação de parceria para execução das atividades do Programa Na Real em instituições educacionais públicas do Distrito Federal, para estudantes matriculados no 8º e 9º anos do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, que tem por objetivo principal fomentar



o estímulo da autogestão e do protagonismo estudantil, no reconhecimento dos próprios desafios e de suas potencialidades pertinente ao direcionamento de seu projeto de vida e capacidade de resolução de problemas vinculados à adição por alcoolemia no ambiente escolar.

PROGRAMA EDUCACIONAL DF: SEU POVO, SUA HISTÓRIA

Em vigência há 30 anos no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, o Programa configura-se como iniciativa singular no cenário educacional brasileiro. Seu eixo central consiste na oferta de aulas sobre a Geografia e a História do Distrito Federal para estudantes das redes pública e privada, bem como para profissionais da Educação. A proposta busca instigar estudantes e docentes a refletirem sobre os processos históricos, os diferentes sujeitos envolvidos e as dinâmicas espaciais que conformaram a transferência da capital, promovendo uma compreensão ampliada da formação e das especificidades do território brasileiro.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O Acordo tem por objeto a cooperação técnica entre os partícipes nos diversos segmentos da educação básica com vistas à conjugação de esforços na construção de políticas e programas que promovam a melhoria da educação nacional, em cumprimento às diretrizes previstas no Plano Nacional de Educação (PNE), bem como o intercâmbio de experiência em nível nacional e internacional na educação básica, envolvendo a disponibilização de Professores e/ou Pedagogos - Orientadores Educacionais.

ITINERÁRIO FORMATIVO NEM

O instrumento tem por objeto a cooperação entre o POLITIZE - Instituto de Educação Política e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal no apoio técnico para a elaboração e implantação de um itinerário formativo no Novo Ensino Médio, com foco em liderança e cidadania, formação de professores e formação de representantes de turma, a ser executado: a) de forma remota ou nas dependências da SEEDF e do Politize, durante a produção dos conteúdos; b) de forma remota ou nas dependências da SEEDF, durante a formação e c) nas unidades escolares de ensino médio da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, durante o desenvolvimento da ministração dos conteúdos aos estudantes.

PROGRAMA DETRAN NAS ESCOLAS

Realizado em parceria com o Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran/DF), visa a implantação e implementação da Educação para o Trânsito, de maneira constante, no Projeto Político Pedagógico das instituições educacionais públicas, por meio da formação continuada de profissionais do magistério público da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Além disso, produção e entrega de material didático de apoio, na temática "Mobilidade e Trânsito" para estudantes de todas as etapas da Educação Básica e das modalidades da Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional.

ALISTAMENTO ELEITORAL

O presente instrumento tem por objeto o estabelecimento de mútua cooperação entre a SEEDF, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF) e a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (Sejus), com vistas ao desenvolvimento de ações destinadas à implantação e à operacionalização de programa destinado ao alistamento eleitoral dos jovens eleitores, a partir dos 15 até os 18 anos incompletos, nas instituições educacionais públicas que ofertam Ensino Médio do Distrito Federal e Instituições Educacionais Especializadas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), mediante a utilização de unidades volantes do Na Hora, com a finalidade de fomentar a consciência cívica e democrática e a importância do direito ao voto.

FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA DE RECURSOS HUMANOS

Parceria estabelecida com o Senado, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), com o objetivo de promover a formação e especialização técnica dos recursos humanos da SEEDF, independentemente da área de atuação; o intercâmbio técnico, científico e cultural entre as



instituições; o desenvolvimento de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum.

PROJETO VOZ ATIVA

Este Acordo de Cooperação com o Instituto Multiplicidades tem por objeto a execução do Projeto Voz Ativa, por meio da implementação de pesquisa longitudinal para a escuta qualificada de estudantes do Ensino Fundamental e Médio da rede pública de ensino do Distrito Federal, utilizando sistema de coleta ativa de percepções estudantis com recursos de gamificação, inteligência artificial e ciência de dados. A abordagem adotada será centrada na escuta ética, segura e engajadora, com o objetivo de subsidiar gestores e equipes pedagógicas na tomada de decisões e na formulação de políticas educacionais baseadas em evidências.

PARCERIAS VOLTADAS À REALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS

As cooperações técnicas firmadas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e instituições parceiras têm como finalidade ampliar as oportunidades de estágios obrigatórios e não obrigatórios, com concessão de bolsa, para estudantes maiores de 16 anos, regularmente matriculados na rede pública. A meta foi encaminhar 11.160 estudantes, para estágio supervisionado. Compõem este conjunto de parcerias o Instituto Fecomércio/DF, a empresa Insight Recursos Humanos, a Super Estágios LTDA e o ISBE; Centro de Integração Empresa Escola (CIEE); Brasil Educacional Integração Empresa e Escola Ltda (Bred Estágios); Capacitação Inserção e Desenvolvimento (Cide); Universidade Patativa do Assaré; Usina de Talentos Treinamento e Desenvolvimento Profissional Ltda; Max Seleção e Agenciamento de Mão-de-Obra Ltda; Ministério da Saúde e Instituto CNP Brasil.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI/DF)

O presente acordo tem por objeto a oferta de cursos Técnicos de Nível Médio e Qualificação Profissional, no âmbito da gratuidade regimental, nas unidades operacionais Senai-DF, para estudantes regularmente matriculados no ensino médio da rede pública de ensino do Distrito Federal. Foram atendidos 23 estudantes nos Cursos de Informática para Internet e Desenvolvimento de Sistemas.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC-DF)

A parceria ocorre por meio de dois instrumentos:

- Convênio que oferece cursos técnicos e de qualificação profissional na forma concomitante ao Ensino Médio, assegurando a gratuidade por meio do Programa Senac de Gratuidade (PSG). O acordo tem como objetivo a oferta de cursos técnicos e de Qualificação Profissional de Nível Médio na forma articulada/concomitante ao Ensino Médio, para estudantes regularmente matriculados na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. As atividades serão realizadas nas unidades do Senac AR/DF ou da SEEDF, por meio do Programa Senac de Gratuidade, com vigência de 24 meses, podendo ser prorrogado por até 60 meses a partir do dia 01/04/2025. Atualmente, os estudantes atendidos estão divididos entre 14 Coordenações Regionais de Ensino. Além disso, há fornecimento de Kits-lanches, supervisionados por uma comissão de alimentação desta Secretaria de Educação, garantindo alimentação adequada e balanceada com maior variedade e qualidade nutricional para os estudantes.

- Programa Valorização da Formação Técnica Profissional: consiste em repasse de ajuda de custo, denominado "Auxílio Formação", o qual será ofertado para cada estudante um valor fixo de acordo com a carga horária de cada curso, inclusive no período de recesso do meio do ano para 1000 estudantes que irão cursar os Cursos Técnicos de Nível Médio e Qualificação Profissional, concomitante ao Ensino Médio. Atualmente, são atendidos 15 Cursos ofertados sendo o seu realizado nas unidades do Senac AR/DF.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA (CIEE)

A parceria entre a SEEDF e o CIEE teve como objetivo ofertar o Itinerário de Formação Técnica e Profissional (IFTP), por meio do programa de Aprendizagem Profissional destinado aos estudantes do Novo Ensino Médio, nas instituições educacionais públicas participantes. Atualmente, a parceria atende 75 instituições educacionais públicas com um total de 820



estudantes vinculados ao Programa de Estágio e 762 estudantes vinculados ao Programa de Aprendizagem Profissional, totalizando 1.582 estudantes.

EDUCADESK - ESCOLA CONECTADA AO FUTURO

Parceria desenvolvida com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) – responsável pelo provimento da infraestrutura de computação em nuvem utilizada pelo EducaDesk (Desktop Cloud). É uma solução tecnológica que dá acesso aos professores e aos estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal, inclusive pelo celular, a um ambiente computacional completo em nuvem, com softwares e grande capacidade de armazenamento para desenvolvimento tecnológico e melhoria da formação profissional.

O Projeto EducaDesk funcionou em instituições educacionais públicas que ofertam cursos técnicos em informática e cursos de Qualificação Profissional na área de Tecnologia da Informação. Ao longo de 2025, foram entregues 2.000 máquinas virtuais, ampliando o acesso digital e fortalecendo a formação técnica dos estudantes.

AÇÕES FORMATIVAS

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) consolidou-se como unidade estratégica e transformadora, por meio de parcerias com 11 instituições governamentais e entidades da sociedade civil:

Parcerias Governamentais:

- Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF);
- Batalhão de Policiamento Escolar (BPESC);
- Polícia Militar do Distrito Federal;
- Polícia Civil do Distrito Federal;
- Polícia Federal - Programa Guardiões da Infância;
- Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT);
- Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT);
- Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF);
- Secretaria da Mulher do DF (SMDF);
- Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SESDF);
- Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUS).

Parcerias Tecnológicas e de Educação:

- Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro);
- Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE).

CULTURA DA PAZ

Em 2025, buscou-se ampliar o aprimoramento permanente das políticas de prevenção e enfrentamento ao bullying, ao cyberbullying e às demais formas de violência no âmbito das unidades escolares do Distrito Federal, formando 3.645 profissionais da educação, impactando diretamente 37.280 estudantes e alcançando aproximadamente 100.000 pessoas da comunidade escolar de forma indireta, além de formação em Cultura de Paz para militares atuantes nos Centros de Ensino Médio do DF e Gestão de Incidentes na Perspectiva da Cultura de Paz.

Figura 16 - Folder Cultura de Paz



Fonte: SEEDF (2025)



PROGRAMA NaMoral – INTEGRIDADE, ÉTICA E CIDADANIA

Figura 17 - Programa NaMoral



Fonte: SEEDF (2025)

Desenvolvido em parceria com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), o programa NaMoral cria um ecossistema de integridade nas escolas mediante educação em valores, ética e cidadania, utilizando tecnologia social e metodologia gamificada e passou a ser uma política pública.

PROJETO CONSTRUINDO A PAZ NO FUTURO

Figura 18 e 19 - Projeto Construindo a Paz no Futuro



Fonte: SEEDF (2025)

PROGRAMA "SerDigi" - SEGURANÇA DIGITAL

O objetivo da ação foi promover comportamento seguro no ambiente digital, por meio de educação interativa e dinâmica, fortalecendo a cidadania digital. A iniciativa contou com a parceria da Anatel e do Serpro, voltada para estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Figura 20 - Programa de Segurança Digital



Fonte: SEEDF (2025)

ESPETÁCULO TEATRAL "Vida de Influencer" - PROTEÇÃO DIGITAL

A ação teve como objetivo abordar de forma lúdica e educativa temas críticos de segurança digital para crianças e adolescentes. A iniciativa contou com a parceria da Anatel e da Companhia da Ilusão, direcionada a estudantes de 8 a 13 anos (Anos Iniciais e Anos Finais), sendo apresentada para 1.143 estudantes nas regionais de Brazlândia, Guará, Planaltina, Sobradinho, Taguatinga e Recanto das Emas.

Figura 21 - Apresentação "Vida de Influencer"





Fonte: SEEDF (2025)

PREVENÇÃO DE CRIMES CIBERNÉTICOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A ação teve como objetivo reforçar a proteção digital, ampliar a consciência sobre riscos do ambiente virtual e fortalecer a rede de enfrentamento a violências cibernéticas.

CAMPUS PARTY 2025 - INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO

Na Campus Party 2025, focada em Inovação, Tecnologia e Educação, a SEEDF participou estrategicamente com atividades como painel sobre Bullying e Cyberbullying, discutindo casos reais, orientações preventivas e estratégias de acolhimento.

Figura 22 - Campus Party 2025



Fonte: SEEDF (2025)

PROJETO “PAPAI NOEL DOS CORREIOS”

O Projeto Papai Noel dos Correios é uma ação realizada em parceria com os Correios, a qual busca incentivar, por meio de colaboração mútua, o interesse pela escrita de cartas pelas crianças e estimular o desenvolvimento de habilidades cognitivas e emocionais em crianças de até 10 anos de idade, em situação de vulnerabilidade social, tornando-se uma experiência de solidariedade e de cidadania.

Em 2025, foram distribuídos 5.721 presentes, a partir das cartas escritas pelas crianças das unidades escolares que ofertam Educação Infantil e Ensino Fundamental na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, tendo como foco o incentivo à cultura do voluntariado, desde a produção das cartas até as adoções dos pedidos e a entrega dos presentes.

LABORATÓRIO DE CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA - LABCRIE

O LabCrie é resultado de uma iniciativa conjunta entre o Ministério da Educação e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), desde 2022, que visa transformar a educação básica através da inovação e da tecnologia. A ideia é criar espaços dinâmicos e equipados com recursos tecnológicos de ponta em todas as unidades federativas do Brasil, para que professores da rede pública possam se capacitar e experimentar novas metodologias de ensino. Desde sua criação, o LabCrie tem promovido formações inovadoras para os professores da rede pública de ensino.

Anualmente, aproximadamente 1.500 professores participam das formações em serviço oferecidas, que visam integrar metodologias ativas e tecnologias inovadoras ao ambiente educacional.

As formações oferecidas estão organizadas em eixos temáticos, que abrangem diferentes abordagens pedagógicas e tecnológicas, como Cultura Maker, Metodologias Ativas e Aprendizagem Baseada em Problemas e Projetos, Gamificação, Robótica Educacional, Aprendizagem Criativa, Pensamento Computacional, Cultura Digital e Competências Digitais e Educomunicação.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO COM A EMBAIXADA DA FRANÇA

O Memorando de Entendimento entre a Secretaria de Estado de Educação e a Embaixada da França visa beneficiar o projeto Escola Intercultural Bilingue do Distrito Federal no Centro Educacional (CED) do Lago Norte (Cedlan), oferecendo o ensino tanto de Língua Francesa e cultura francófona quanto de componentes curriculares ministrados em francês.

Em 2025, o programa atendeu 269 estudantes, ampliando o alcance das ações formativas e culturais no Cedlan e, assim, qualificando a oferta de Língua Francesa na Rede Pública de Ensino da SEEDF. Os principais objetivos foram executar atividades extracurriculares em



francês; ofertar formação especializada para a equipe docente, a coordenação e a direção da Escola Intercultural Bilingue no Cedlan; viabilizar conexões entre profissionais nacionais e internacionais; possibilitar intercâmbio cultural entre estudantes nacionais e internacionais, de forma presencial ou virtual, e apoiar a unidade escolar no desenvolvimento de projetos e atividades pedagógicas.

ACORDO DE COOPERAÇÃO - CASA THOMAS JEFFERSON

O Acordo de Cooperação entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e a Casa Thomas Jefferson (CTJ) busca implementar o Programa de Inovação em Metodologias e Ensino de Línguas com o objetivo de desenvolver ações conjuntas para o aprimoramento linguístico, metodológico e cultural de estudantes e professores da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, além de outras atividades voltadas ao ensino de Língua Inglesa.

Os principais objetivos foram centrados em conceder 30 bolsas de estudo para os cursos Thomas Adult e Cambridge Preps a professores da SEEDF; renovar as bolsas anualmente, a contar de 2025, desde que os docentes beneficiados atendam aos requisitos estabelecidos pela SEEDF e pela CTJ; realizar atividades extracurriculares voltadas ao aprimoramento de habilidades linguísticas e à integração da comunidade escolar; conceder bolsas de estudo no Brazilians Innovating on the Teaching of English (Brite, um programa de aprimoramento profissional orientado à qualificação de docentes no idioma), a um número de até 30 professores de Inglês ativos em instituições educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal que possuam, no mínimo, o nível B1 no Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas: aprender, ensinar, avaliar (QCER) e propiciar que esses docentes revisem e aprendam tópicos relacionados ao ensino de Língua Inglesa nas instituições educacionais públicas do Distrito Federal.

Acerca da renovação das bolsas de estudo, destaca-se que a SEEDF pode substituir professores que não continuem no programa, na condição de o número total das concessões não exceder a quantidade estipulada. Atualmente, 28 professores são beneficiados com bolsas de estudo vinculadas às ações formativas e, aproximadamente, 400 estudantes participam das atividades ofertadas.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES GOETHE

O Protocolo de Intenções entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e o Goethe-Institut São Paulo visa promover o fomento do ensino e da aprendizagem da Língua Alemã no Centro de Ensino Médio Integrado do Gama (Cemi-Gama), bem como diversas atividades extracurriculares relacionadas à língua e à cultura alemã.

O programa atendeu 457 estudantes em 2025, consolidando o ensino da Língua Alemã e promovendo experiências interculturais no âmbito da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Principais objetivos: desenvolver e efetivar um plano para a implementação do componente curricular de Língua Alemã no currículo do Cemi-Gama; oferecer oportunidades de aperfeiçoamento metodológico a docentes da língua alemã efetivos do quadro da SEEDF; realizar palestras para os estudantes do Cemi-Gama sobre oportunidades de estudo na Alemanha e oferecer, também por meio de bolsas de estudo, cursos de língua alemã a docentes efetivos do quadro do Cemi-Gama.

ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A FUNDAÇÃO JAPÃO

A parceria entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e a Fundação Japão (FJSP) objetiva desenvolver ações conjuntas voltadas à promoção linguística, cultural e metodológica de professores e estudantes das instituições da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal que aderirem ao Programa de Educação Bilingue Intercultural ao longo da vigência da parceria.

Tem-se como os principais objetivos: ofertar, anualmente, um curso de formação continuada para os professores do componente de Língua Estrangeira Moderna (LEM)/Japonês; oferecer oportunidades para aprendizado de Japonês, em forma de cursos on-line e recursos didáticos no site da FJSP; realizar, anualmente, nas instituições educacionais participantes do Programa de Educação Bilingue Intercultural (Pebi), atividades de intercâmbio artístico e/ou cultural



voltadas à língua japonesa e ao aprofundamento cultural e promover, anualmente, duas atividades bilíngues nas instituições educacionais integrantes, como eventos, oficinas, projetos e palestras que utilizem a língua e a cultura japonesas no cotidiano escolar.

O acordo foi formalizado em 2025 e o atendimento será realizado no Centro Educacional (CED) Incra 08 de Brasília. A formação dos estudantes será inserida no arranjo pedagógico do Ensino Integral em Tempo Integral (EITI), valendo-se de clubes, laboratórios e oficinas.

2ª JORNADA DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

O evento consolidou-se como um espaço estratégico de diálogo, reunindo estudantes e docentes das línguas alemã, espanhola, inglesa e japonesa da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, além de acadêmicos e representantes do corpo diplomático. Com o objetivo central de debater a inclusão e a diversidade no processo de ensino-aprendizagem de Línguas Estrangeiras (LEs), a iniciativa promoveu uma integração robusta entre o ensino regular, as Escolas de Natureza Especial e as instituições de relevância internacional.

A programação, integralmente executada, viabilizou o intercâmbio de práticas exitosas por meio de palestras e oficinas metodológicas, fortalecidas por parcerias estratégicas com a Secretaria de Relações Internacionais (Serinter), a Casa Thomas Jefferson e associações de docentes (APDF e APEDF). O apoio direto das embaixadas da Alemanha, Argentina, Espanha, França e do Japão foi fundamental para o sucesso das atividades culturais e técnicas. Como resultado, a ação alcançou um público aproximado de 200 participantes, atingindo plenamente a meta de promover a atualização pedagógica e o fortalecimento dos laços institucionais voltados ao bilinguismo e ao multiculturalismo na SEEDF.

PROJETO PROFESP – BABR

Implementado nas instalações da Área Militar do Aeroporto Internacional de Brasília, o Programa Forças no Esporte – Base Aérea de Brasília (Profesp/BABR) atua como uma iniciativa estratégica para estudantes da Rede Pública de Ensino da SEEDF. O programa visa expandir os tempos e os espaços educativos por meio de atividades artísticas, culturais, pedagógicas e técnico-científicas, com foco especial no desenvolvimento da saúde física e intelectual, mediante à prática esportiva e à promoção da alimentação saudável.

As ações desenvolvidas abrangem uma ampla gama de modalidades, como atletismo, basquete, futebol, natação e vôlei, integradas a um suporte pedagógico que inclui acompanhamento escolar, informática, atividades lúdicas e o Programa de Formação e Fortalecimento de Valores (PFV). Atualmente, o projeto possui status "em andamento", com vigência estabelecida de 60 meses, operando em conformidade com o calendário letivo.

Quanto aos resultados alcançados em 2025, o atendimento foi iniciado em 1º de novembro, disponibilizando 200 vagas para alunos do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 01 da Candangolândia. A adesão dos estudantes tem demonstrado consistência, registrando a participação de 180 alunos às segundas-feiras, 179 às terças-feiras e 175 às quintas-feiras. As atividades ocorrem no contraturno, das 13h às 16h, garantindo o suporte integral antes do retorno dos discentes às suas respectivas instituições.

PROJETO PROFESP – ESCOLA SUPERIOR DE DEFESA

Fruto de uma cooperação estratégica entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e o Ministério da Defesa (MD), o Programa Forças no Esporte (Profesp) é desenvolvido nas dependências da Escola Superior de Defesa (ESD). A iniciativa fundamenta-se na promoção de aprendizagens emancipatórias e significativas, priorizando a formação multidimensional do estudante. Ao ampliar o tempo de permanência no ambiente educacional, o programa busca garantir uma formação inclusiva e de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento ético, cognitivo, socioemocional e físico dos participantes, além de atuar diretamente na mitigação de situações de vulnerabilidade social.

As ações executadas abrangem projetos de acompanhamento pedagógico em áreas estruturantes, como Português e Matemática, integrados a um cronograma de atividades culturais e esportivas que inclui aulas de música, atividades aquáticas, ciclismo, vôlei e tênis, além do estímulo à formação de hábitos individuais e sociais saudáveis. Com



vigência de 60 meses e operando em estrita observância ao calendário letivo escolar, o projeto mantém o status de "em andamento".

Em termos de resultados alcançados, o Profesp atendeu 260 estudantes ao longo do ano letivo de 2025, consolidando-se como um vetor de inclusão social, cultural e intelectual para crianças e adolescentes. A oferta de atividades em cinco dias da semana possibilitou uma formação integral e enriquecedora, ampliando o acesso desse público a práticas físicas, lúdicas e educacionais de excelência.

PROJETO PROFESP – COMANDO MILITAR DO PLANALTO

O Programa Forças no Esporte (Profesp) é desenvolvido nas instalações do Complexo Esportivo do Comando Militar do Planalto (CMP), sob a coordenação da Base de Administração e Apoio do Comando Militar do Planalto (BADM AP/CMP), com o intuito de atender estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. A iniciativa fundamenta-se na promoção de aprendizagens significativas e emancipatórias, visando a uma formação multidimensional que contemple os aspectos éticos, cognitivos, socioemocionais e motores dos educandos. Entre as diretrizes centrais do programa, destacam-se a melhoria do desempenho escolar e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), a redução da evasão e da defasagem idade-ano, além da mitigação de situações de vulnerabilidade social por meio da ampliação do tempo de permanência em ambiente institucional-educacional.

Para alcançar tais objetivos, o projeto integra a oferta de alimentação saudável e atividades físicas à promoção de experiências esportivas colaborativas e ao acesso a oportunidades culturais, tecnológicas e científicas. Esse conjunto de ações busca não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também despertar no estudante a responsabilidade sobre sua trajetória de vida e o preparo para etapas posteriores de estudo.

No que tange aos resultados alcançados em 2025, o programa estabeleceu a meta de atender 100 estudantes da rede pública. Desta maneira, durante o referido ano letivo, foram atendidos 70 alunos provenientes da Escola Classe (EC) 01 da Estrutural, consolidando o impacto da parceria na comunidade escolar local.

PROJETO PROFESP – FUZILEIROS NAVAIS

Viabilizado por meio de uma parceria estratégica entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e o Ministério da Defesa (MD), o Programa Forças no Esporte (Profesp) desenvolve suas atividades nas instalações do Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília (GptFNB). A iniciativa fundamenta-se na promoção de aprendizagens significativas e emancipatórias, buscando garantir uma formação multidimensional e de qualidade que contemple aspectos éticos, cognitivos, socioemocionais e físicos dos estudantes. Entre seus objetivos centrais, destacam-se a melhoria do desempenho escolar, a redução da evasão e da defasagem idade-ano, além do fortalecimento da responsabilidade dos jovens sobre suas trajetórias de vida.

O programa oferece um amplo espectro de oportunidades educacionais, culturais e de lazer, utilizando a alimentação saudável e as práticas esportivas colaborativas como ferramentas para o desenvolvimento intelectual e a promoção da saúde. Com vigência de 60 meses e operando em estrita observância ao calendário letivo da rede pública, o projeto mantém-se com status "em andamento".

Em termos de resultados alcançados no ano letivo de 2025, a iniciativa contemplou 300 estudantes, promovendo uma efetiva inclusão social e intelectual por meio de atividades lúdicas e formativas integrais. Atualmente, o programa atende alunos de duas unidades escolares da rede: o Centro de Ensino Fundamental (CEF) 01 do Varjão e a Escola Classe (EC) 08 do Cruzeiro.

PROJETO ESPORTE EM AÇÃO - INSTITUTO COMUNIDADE ATIVA

O Projeto Esporte em Ação, desenvolvido pelo Instituto Comunidade Ativa, tem como propósito a oferta de modalidades de esporte e lazer para estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal atendidos pela Educação Integral em Tempo Integral (Eiti). A iniciativa busca promover o desenvolvimento motor, social e pessoal dos participantes, estabelecendo um ambiente inclusivo e acolhedor que contemple atividades adaptadas para



estudantes com deficiência. Entre seus objetivos centrais, destacam-se o atendimento de até 250 discentes e a realização de eventos de integração comunitária envolvendo as modalidades de capoeira, jiu-jítsu, kung fu e judô.

No que tange aos resultados alcançados em 2025, o projeto registrou o atendimento de 70 estudantes durante o primeiro semestre, organizados em dois grupos com frequência semanal às terças e às quintas-feiras, no período matutino. Contudo, devido a restrições orçamentárias, as atividades foram suspensas no segundo semestre do referido ano. O projeto mantém o status de "em andamento", com previsão de retomada das execuções pelo Instituto para o ano de 2026.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA

A parceria estabelecida entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e o Jardim Botânico de Brasília (JBB) visa oferecer atendimento especializado aos estudantes da Escola Classe (EC) Alto Interlagos (Ecai) matriculados na Educação Integral em Tempo Integral (Eiti). O foco central da iniciativa é a Educação Ambiental, utilizada como eixo para ampliar tempos, espaços e oportunidades de aprendizagem, em consonância com as concepções e os eixos transversais do Currículo em Movimento do Distrito Federal.

A proposta pedagógica busca promover aprendizagens significativas e emancipatórias que privilegiem a formação multidimensional e integral do educando, abrangendo dimensões éticas, cognitivas, socioemocionais e motoras. Entre os objetivos estratégicos, destacam-se a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da unidade participante, a mitigação de situações de vulnerabilidade social e o fortalecimento do vínculo entre a instituição educacional e a comunidade. Por meio de vivências teórico-práticas no JBB, o projeto estimula o desenvolvimento de habilidades técnico-científicas e desperta nos discentes a responsabilidade socioambiental e o protagonismo em suas trajetórias de vida.

Em relação aos resultados alcançados, a iniciativa estabeleceu como meta o atendimento de 160 estudantes, organizados em oito turmas de 20 alunos, os quais cumprem uma jornada educacional de 10 horas diárias, consolidando o modelo de formação integral proposto pela rede.

PROJETO TERRITÓRIOS CULTURAIS

O Projeto Territórios Culturais configura-se como uma colaboração estratégica entre a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal. A iniciativa visa o enriquecimento da Educação Integral em Tempo Integral (Eiti), por meio de itinerários pedagógicos e visitas mediadas a museus e instituições culturais, promovendo uma abordagem educacional diversificada que integra o patrimônio cultural local ao cotidiano escolar.

Além disso, o projeto fundamenta-se na efetivação dos direitos culturais e na disseminação da Educação Patrimonial, buscando proporcionar aos estudantes da Rede Pública de Ensino o desenvolvimento de um senso crítico e a apropriação consciente da memória e identidade do Distrito Federal. Para garantir a equidade no acesso, o programa prioriza a logística de transporte para educandos em situação de vulnerabilidade social e econômica, assegurando um atendimento qualificado em seis espaços culturais e museais distintos. Tais ações visam não apenas a preservação do patrimônio, mas a construção de redes de saberes que conectam os discentes ao território onde vivem.

O projeto apresenta resultados expressivos em sua trajetória de implementação. Até setembro de 2025, a iniciativa alcançou a marca de 10.066 estudantes atendidos. No balanço consolidado, o programa já contabiliza um total de 94.334 atendimentos, reafirmando sua solidez e relevância como política pública de integração entre educação e cultura no Distrito Federal.

PROJETO DF LEGAL NAS ESCOLAS

O Projeto DF Legal nas Escolas estabelece uma cooperação mútua entre a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal (DF Legal). A iniciativa é pautada no fomento à consciência coletiva sobre a urbanização responsável, destacando a relevância do cumprimento das normas urbanísticas



como pilar para a garantia do bem-estar social e da qualidade de vida nas comunidades do Distrito Federal.

O projeto visa orientar estudantes, docentes e servidores sobre as competências e ações do DF Legal, utilizando palestras presenciais e remotas para disseminar conhecimentos sobre a preservação da limpeza e organização das cidades. Entre as diretrizes pedagógicas, destacam-se a conscientização sobre a acessibilidade em espaços públicos e privados, o esclarecimento sobre os impactos negativos de invasões e ocupações irregulares do solo, além do combate ao comércio irregular.

Atualmente, com o status de "em andamento", a principal linha de ação consiste na realização de palestras voltadas à Educação para Fiscalização, atendendo diretamente o público discente da rede pública. Em termos de resultados alcançados, até o mês de agosto de 2025, o projeto contabilizou o atendimento de 345 estudantes, consolidando-se como um instrumento relevante para o fortalecimento da educação cidadã e da responsabilidade social nas instituições educacionais participantes.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL – IPHAN

Esta parceria estratégica entre a Secretaria de Estado de Educação e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) visa consolidar o intercâmbio de experiências e tecnologias, focando no aperfeiçoamento técnico de recursos humanos em Educação Patrimonial. A iniciativa busca fomentar o protagonismo estudantil e a formação cidadã, integrando os saberes sobre o Patrimônio Cultural local ao currículo da rede pública e fortalecendo as políticas institucionais de ambas as entidades por meio de ações formativas e materiais pedagógicos especializados.

A cooperação foi reafirmada em 2025, integrando também o Instituto BRB. Entre os resultados expressivos do período, destacam-se:

- **Publicações e Lançamentos:** como parte das celebrações dos 65 anos de Brasília, houve o relançamento da obra Gabriel em Brasília na Escola Parque 308 Sul para cerca de 400 estudantes. Adicionalmente, novos volumes da Coleção Patrimônio para Jovens, como Tinha um Caco no Meio do Caminho e Em Busca da Planaltina Perdida, foram impressos e lançados oficialmente no Complexo Cultural de Planaltina.

- **Ações Formativas e Oficinas:** foram realizadas diversas oficinas de "Mobilização em Inventários Participativos" e "Mapas Afetivos", voltadas à capacitação docente. Para os estudantes, destacaram-se as oficinas de Graffiti em Planaltina e as atividades sobre Patrimônio Arqueológico no Parque Ecológico Saburo Onoyama, promovendo a reflexão sobre identidade e memória local.

- **Engajamento Digital e Tecnológico:** a parceria explorou novos formatos de disseminação de conhecimento, como o videocast sobre o processo criativo de obras literárias patrimoniais, realizado na EAPE, que contou com a participação de especialistas e ilustradores, alcançando visualizações relevantes para o público especializado.

PROGRAMA BRB

Esta parceria entre a Secretaria de Estado de Educação e o Instituto BRB de Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Socioambiental visa implementar ações estratégicas focadas na Educação Patrimonial, Ambiental e Arte-Educação. O núcleo da cooperação reside na promoção de aprendizagens integrais que favoreçam a formação ética e cidadã, utilizando a apropriação do patrimônio cultural e natural como ferramenta para o protagonismo estudantil. Além do atendimento direto aos educandos, o acordo prevê a capacitação contínua de profissionais da educação e o fortalecimento das políticas públicas voltadas à preservação da memória e da identidade local.

As frentes de atuação abrangem o desenvolvimento de materiais didáticos em formatos físico e digital, a realização de ciclos anuais de oficinas e a implementação das Jornadas do Patrimônio Distrital, reafirmando o compromisso das instituições com o enriquecimento do repertório cultural da rede pública.

No que tange aos resultados alcançados em 2025, destacam-se marcos significativos de engajamento e produção intelectual:



- **Difusão Literária e Eventos de Lançamento:** o relançamento da obra Gabriel, em Brasília, mobilizou cerca de 400 estudantes na Escola Parque 308 Sul, estreitando os laços entre a comunidade escolar e o patrimônio da capital. Adicionalmente, a Coleção Patrimônio para Jovens foi expandida com a impressão de 5.200 exemplares das obras *Tinha um Caco no Meio do Caminho* e *Em Busca da Planaltina Perdida*, cujo lançamento ocorreu no Complexo Cultural de Planaltina com a participação de diversas unidades escolares da região.

- **Práticas de Arte-Educação e Sustentabilidade:** a parceria viabilizou experiências imersivas, como as oficinas de graffiti para estudantes do CEM 02 de Planaltina, que resultaram na criação de um mural coletivo sob orientação de artistas locais.

- **Educação Patrimonial e Arqueológica:** por meio do Programa Parque Educador, estudantes dos Anos Iniciais participaram de oficinas sobre patrimônio arqueológico no Parque Ecológico Saburo Onoyama, promovendo reflexões críticas sobre identidade, memória e a preservação do solo e da história.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PROGRAMA PARQUE EDUCADOR

Integrante do Programa Brasília nos Parques, o Programa Parque Educador é o resultado de uma cooperação técnica entre a Secretaria de Estado de Educação, a Secretaria de Meio Ambiente e o Instituto Brasília Ambiental (Ibram). A iniciativa promove a convergência entre a Educação Ambiental, Integral e Patrimonial, sendo direcionada tanto aos estudantes da rede pública quanto às comunidades circunvizinhas às Unidades de Conservação (UCs). O cerne da proposta reside na transposição de práticas pedagógicas formais para ambientes não formais, consolidando a sustentabilidade como eixo central da formação cidadã e valorizando a diversidade e o patrimônio cultural do Distrito Federal.

O programa atua em diversas frentes territoriais, abrangendo os Parques Ecológicos de Águas Claras, Saburo Onoyama, Três Meninas, Sucupira/Estação Ecológica Águas Emendadas, Dom Bosco (Centro de Práticas Sustentáveis) e Riacho Fundo. Além dessas unidades consolidadas, o planejamento estratégico prevê a expansão da iniciativa para os Parques Ecológicos do Gama, Veredinha e Ezequias Heringer até o ano de 2029. As ações operacionais são estruturadas no atendimento semestral de 12 turmas por unidade, com grupos de até 40 estudantes, estabelecendo uma meta de aproveitamento mínimo de 75% da capacidade prevista.

Em 2025, o projeto alcançou marcos significativos em sua estruturação normativa e pedagógica com a finalização do seu Projeto Político-Pedagógico (PPP). Este documento foi elaborado em estrita observância aos pressupostos teóricos do Currículo em Movimento do Distrito Federal e às normativas vigentes de Educação Ambiental. Como entrega adicional para o encerramento do exercício, está prevista a disponibilização de exemplares do PPP e de um livro técnico que compila as atividades ecopedagógicas desenvolvidas. No que tange ao impacto direto, os resultados do primeiro semestre de 2025 registram a marca expressiva de 7.058 atendimentos, reafirmando a solidez do programa como política pública de desenvolvimento educacional e socioambiental.

PROGRAMA ADASA NA ESCOLA

Programa Adasa na Escola estabelece uma sinergia estratégica entre a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa) e a Secretaria de Estado de Educação. A iniciativa visa o fortalecimento da Educação Ambiental em unidades de Ensino Fundamental e Médio, focando na conscientização sobre o uso responsável dos recursos hídricos, do saneamento básico e da gestão de resíduos sólidos. O programa não apenas dissemina conhecimentos teóricos, mas também promove a sustentabilidade prática, exemplificada pela transformação do Jardim de Infância (JI) Casa de Vivência, em Planaltina, em uma unidade modelo de adaptações físicas sustentáveis.

No âmbito pedagógico, o PAE apoia diretamente a implementação do eixo transversal "Educação para a Sustentabilidade", previsto no Currículo em Movimento do Distrito Federal. Entre suas diretrizes fundamentais, destaca-se a formação continuada de profissionais da educação, viabilizada por meio do curso "Guia Trilhas e Caminhos para a Sustentabilidade Ambiental em Escolas do Distrito Federal". As ações operacionais buscam atingir anualmente a meta de 20.000 pessoas atendidas, integrando palestras de sensibilização a



atividades pedagógicas imersivas que conectam os estudantes aos sistemas de abastecimento, esgoto e monitoramento hidrometeorológico.

O programa registrou resultados expressivos no exercício de 2025. Ao longo do ano, a iniciativa beneficiou 14.801 estudantes e 710 professores, consolidando-se como um vetor essencial para a formação de uma consciência ambiental crítica e para a promoção da sustentabilidade socioambiental na rede pública de ensino.

NEOENERGIA

A implementação do Projeto Educação com Energia nas instituições de Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino visa promover a construção de saberes e a mediação de práticas pedagógicas voltadas ao uso consciente da energia elétrica e à adoção de hábitos sustentáveis. A iniciativa centra-se no apoio ao professor como agente multiplicador, facilitando o desenvolvimento de conteúdos transversais sobre sustentabilidade, mudanças climáticas e aquecimento global. Ao integrar educação, tecnologia e criatividade, o projeto busca impactar não apenas o ambiente escolar, mas também as famílias e comunidades nas áreas de concessão da Neoenergia Brasília, estimulando uma mudança cultural em direção ao desenvolvimento sustentável.

As frentes de atuação do programa estruturam-se nas aulas temáticas, na formação docente por meio da metodologia "Energia que Transforma (EqT)" e na realização do "Festival Tô Ligado na Energia", ações que fortalecem o processo de ensino-aprendizagem por meio de abordagens inovadoras. Com vigência estabelecida até 13 de setembro de 2028, o projeto mantém-se com status "em andamento", consolidando-se como uma parceria estratégica de longo prazo para a rede.

No que tange aos resultados alcançados no primeiro semestre de 2025, o programa registrou o atendimento de 7.507 estudantes em seis unidades escolares distribuídas entre as regiões do Riacho Fundo I, Asa Sul, Guará I e Cruzeiro Novo. A eficácia da iniciativa é evidenciada pela participação ativa de professores capacitados e pela distribuição de 32.339 materiais pedagógicos em quatro Regiões Administrativas, reforçando a viabilidade e o fortalecimento contínuo desta cooperação institucional.

JOGOS ESCOLARES

JOGOS ESCOLARES DO DISTRITO FEDERAL - JEDF

Os Jogos Escolares do Distrito Federal (JEDF) constituem a maior e mais estruturada ação de esporte educacional promovida pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Abrangem as 14 Coordenações Regionais de Ensino (CREs), envolvendo instituições educacionais públicas e privadas, mobilizando milhares de estudantes em práticas esportivas pedagógicas, competitivas e formativas. A participação massiva reforça o papel do JEDF como política estruturante de esporte escolar do DF.

Os principais objetivos do JEDF são:

- Ampliar o acesso ao esporte escolar e fomentar a participação estudantil;
- Consolidar práticas esportivas como instrumento de formação integral e cidadania;
- Estimular valores como respeito, disciplina, cooperação e convivência democrática;
- Fortalecer vínculos entre estudantes, escola e comunidade;
- Identificar talentos esportivos e apoiar o desenvolvimento de trajetórias competitivas;
- Padronizar processos de governança esportiva no âmbito da SEEDF.

Em 2025, o evento manteve arquitetura metodológica consolidada, fundamentada no desenvolvimento integral dos estudantes, na valorização da convivência escolar e na promoção da cultura esportiva. A organização envolveu o credenciamento institucional das escolas participantes; a inscrição e homologação de atletas e equipes; a execução das etapas regionais, conduzidas pelas CREs; a realização da etapa distrital, com modalidades coletivas e individuais; os processos classificatórios para participação em competições nacionais e a gestão administrativa e logística abrangendo arbitragem, espaços esportivos, documentação e sistemas de acompanhamento. Foram 15.430 estudantes-atletas



participantes e 366 instituições educacionais envolvidas, sendo 229 públicas (62,6%) e 137 privadas (37,4%).

Participação por Etapa:

Etapa Regional – Modalidades Coletivas

- 11.379 atletas (73,75% do total geral);
- 269 instituições envolvidas (73,5% das participantes do evento);
- Marco central da competição, responsável pela seleção das equipes finalistas.

Etapa Distrital – Modalidades Individuais

- 2.481 atletas (16,08% do total);
- 294 instituições participantes (80,3% das escolas envolvidas no ciclo);
- Etapa com maior capilaridade institucional.

Etapa Distrital – Modalidades Coletivas

- 1.570 atletas (10,17% do total);
- 122 instituições representadas;
- Reúne as equipes classificadas após as fases regionais.

Perfil da Rede Pública x Privada

- A rede pública respondeu por 69,09% dos atletas, com média de 46,6 participantes por escola, evidenciando forte adesão institucional e ampla representatividade social.
- A rede privada teve participação estratégica em modalidades específicas, como ginásticas, triathlon e natação, contribuindo para o equilíbrio técnico do evento.

Participação por Modalidade:

Entre as modalidades com maior volume de participantes:

- Futsal — 6.822 atletas
- Voleibol — 4.480 atletas

Modalidades de maior especialização técnica (ginásticas, triathlon, natação) tiveram maior adesão da rede privada, enquanto modalidades tradicionais do esporte escolar (atletismo, xadrez, tênis de mesa, badminton, taekwondo) tiveram predominância da rede pública.

JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS

Os Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) são a maior competição esportiva escolar do país, que reúne estudantes-atletas de 12 a 14 anos de todo o Brasil para disputar diversas modalidades. O evento promove a integração social, o desenvolvimento de valores, como disciplina e trabalho em equipe, e a descoberta de novos talentos esportivos.

Os objetivos centrais da participação do DF nos JEBs são:

- representar o Distrito Federal em competição escolar de abrangência nacional;
- ampliar oportunidades de vivências esportivas qualificadas para estudantes da rede pública e privada;
- fortalecer a integração entre esporte escolar, rendimento esportivo e projeto de vida dos estudantes;
- desenvolver competências socioemocionais (cooperação, responsabilidade, resiliência, respeito às regras);
- dar visibilidade às ações de esporte educacional desenvolvidas no âmbito da SEEDF.

Em 2025, a delegação do Distrito federal no JEB'S foi estruturada a partir de atletas classificados nas etapas distritais do JEDF, com forte interlocução entre unidades de ensino, coordenações regionais, federações esportivas e a equipe técnica da SEEDF. Assim, a delegação dos JEBs 2025 revela ampla diversidade de modalidades, forte participação de escolas do DF e integração com programas estruturantes da SEEDF.

Composição da Delegação

- 208 atletas (FUNÇÃO = Atleta);
- 40 profissionais de comissão técnica (técnicos);



- 27 dirigentes (chefia, oficiais, coordenações);
- 275 integrantes no total.

Trata-se, portanto, de uma delegação numerosa, com estrutura técnica e administrativa compatível com a complexidade do evento nacional.

Rede de Ensino e Instituições Representadas entre os 208 atletas:

- 109 estudantes de escolas públicas (52,4%);
- 99 estudantes de escolas privadas (47,6%);
- 87 instituições de ensino representadas, sendo:
- 42 unidades da rede pública;
- 45 instituições da rede privada.

Integração com CID / CIDP

A delegação revela integração relevante com programas de iniciação esportiva da SEEDF:

- 174 atletas não vinculados ao CID/CIDP;
- 31 atletas "Integrante do CID";
- 3 atletas "Integrante do CIDP";

Ou seja, 34 atletas (16,3% do total) possuem vínculo direto com o Centro de Iniciação Desportiva (CID/CIDP), com maior concentração nas modalidades de handebol, atletismo e atletismo adaptado e participações também em vôlei de praia, taekwondo e tênis de mesa. Isso confirma o papel estratégico do CID/CIDP na formação de talentos que alcançam o cenário nacional.

Modalidades e Distribuição Esportiva - A delegação do DF participou de 35 modalidades/naipes, abrangendo:

- Esportes de pista, campo e adaptação: atletismo masculino e feminino, atletismo adaptado masculino e feminino;
- Esportes aquáticos: natação masculino e feminino;
- Esportes de quadra: basquetebol masculino e feminino, handebol masculino e feminino, futsal masculino e feminino, voleibol masculino e feminino;
- Esportes de combate: judô masculino e feminino, taekwondo masculino e feminino, karatê masculino e feminino, wrestling masculino e feminino;
- Esportes de raquete / precisão: tênis de mesa masculino e feminino, badminton masculino e feminino;
- Outras modalidades: ginástica artística (masculino e feminino), ginástica rítmica, vôlei de praia masculino e feminino, xadrez masculino e feminino, ciclismo masculino e feminino, tiro com arco, entre outros.

Entre os grupos com maior número de atletas destacam-se:

- Atletismo masculino e feminino – 34 atletas (17 em cada naipe);
- Handebol masculino e feminino – 24 atletas (12 em cada);
- Basquetebol masculino e feminino – 20 atletas;
- Futsal masculino e feminino – 20 atletas;
- Voleibol masculino e feminino – 17 atletas;
- Natação masculino e feminino – 16 atletas;
- Judô masculino e feminino – 16 atletas;
- Taekwondo masculino e feminino – 12 atletas.

JOGOS DA JUVENTUDE (JJ)

Os Jogos da Juventude constituem a principal competição escolar nacional para estudantes de 15 a 17 anos, reunindo delegações de todo o país em modalidades individuais e coletivas. A participação do Distrito Federal integra a política de esporte educacional da SEEDF, articulando o desempenho esportivo escolar às oportunidades de vivências competitivas de alto rendimento em ambiente educativo.

Os objetivos centrais da participação do DF nos Jogos da Juventude são:

- representar o Distrito Federal na principal competição escolar do país;
- proporcionar experiências esportivas de alto nível em ambiente formativo;



- consolidar trajetórias esportivas iniciadas no âmbito escolar;
- estimular autonomia, disciplina, cooperação, respeito às regras e à convivência democrática;
- valorizar o mérito esportivo dos estudantes e fortalecer o vínculo entre escola, comunidade e projeto de vida.

A delegação do Distrito Federal em 2025 foi composta por atletas oriundos de instituições públicas e privadas, selecionados a partir dos resultados das etapas distritais e dos Jogos Escolares do Distrito Federal (JEDF). A organização envolveu:

- seleção e convocação de atletas classificados nas diversas modalidades;
- validação documental junto às instituições de ensino;
- composição de comissão técnica e equipe de apoio multidisciplinar (chefias de delegação, oficiais, jornalistas, assistentes técnicos, fisioterapeutas);
- articulação logística para transporte, hospedagem, alimentação e acompanhamento dos estudantes;
- comunicação permanente com famílias, escolas e coordenações responsáveis.

Composição da Delegação

- 181 atletas;
- 55 integrantes de comissão técnica e apoio (técnicos, assistentes técnicos, oficiais, jornalistas, fisioterapeutas e chefes de delegação);
- 236 pessoas no total da delegação.

Instituições de Ensino e Rede

- 90 instituições de ensino representadas;
- 92 atletas de escolas públicas (50,8%);
- 89 atletas de escolas privadas (49,2%).

Esse equilíbrio entre rede pública e privada demonstra que o alto rendimento escolar esportivo está distribuído de forma compartilhada, reforçando tanto o papel das unidades da SEEDF quanto das instituições parceiras no desenvolvimento de talentos.

Integração com Programas da SEEDF - No conjunto de atletas convocados:

- 19 estudantes são integrantes do CID (aproximadamente 10,5% do total de atletas), evidenciando a função estratégica do Centro de Iniciação Desportiva como espaço de formação esportiva continuada;
- Considerando atletas e comissão técnica, a delegação conta com 25 integrantes vinculados ao CID (atletas e técnicos), consolidando a articulação entre programas regulares de esporte escolar e o calendário nacional.

Dimensão Formativa

A participação nos Jogos da Juventude:

- amplia o repertório esportivo dos estudantes;
- fortalece a permanência na escola e o sentimento de pertencimento;
- desenvolve competências socioemocionais como cooperação, resiliência, autocontrole e responsabilidade;
- projeta positivamente a imagem das instituições de ensino do DF em âmbito nacional;
- contribui para a construção de trajetórias esportivas e educacionais articuladas.

JOGOS ESCOLARES PARADESPORTIVOS DO DISTRITO FEDERAL - JEPDF

Os Jogos Escolares Paradesportivos do Distrito Federal (JEPDF) constituem a principal ação da SEEDF voltada ao esporte educacional inclusivo, garantindo a participação de estudantes com deficiência em modalidades adaptadas e paralímpicas. A iniciativa está alinhada às diretrizes da Educação Inclusiva e da Educação Especial na perspectiva da educação integral, promovendo:

- o direito de acesso ao esporte para estudantes público-alvo da Educação Especial;
- o desenvolvimento motor, cognitivo, social e emocional por meio da prática esportiva;
- a ampliação da autonomia e da participação social dos estudantes;
- a identificação de talentos para eventos paradesportivos de âmbito distrital e nacional.



Em 2025, o processo envolveu inscrição on-line pelas unidades escolares, validação documental, classificação funcional e consolidação dos dados para organização das provas, contemplando as principais modalidades individuais e coletivas do paradesporto escolar.

Principais indicadores de participação:

- 185 atletas inscritos em modalidades paradesportivas;
- 93 unidades escolares participantes, distribuídas em diversas Coordenações Regionais de Ensino;
- Predominância de escolas da rede pública de ensino, com participação complementar de instituições privadas;
- Presença de estudantes com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, TEA e paralisia cerebral em diferentes faixas etárias.

Distribuição de atletas por modalidade (atletas por modalidade, conforme inscrito):

- Atletismo – física, visual, auditiva, intelectual e TEA: 77 atletas ($\approx 41,6\%$)
- Natação – física, visual, auditiva, intelectual e TEA: 64 atletas ($\approx 34,6\%$)
- Tênis de Mesa – Física, auditiva e intelectual: 15 atletas ($\approx 8,1\%$)
- Badminton – física, auditiva e intelectual: 11 atletas ($\approx 5,9\%$)
- Tiro com Arco – física, auditiva, visual, intelectual e TEA: 6 atletas ($\approx 3,2\%$)
- Bocha – física: 5 atletas ($\approx 2,7\%$)
- Tênis em cadeira de rodas: 3 atletas ($\approx 1,6\%$)
- Futebol de PC – física: 3 atletas ($\approx 1,6\%$)
- Futsal Intelectual – intelectual: 1 atleta ($\approx 0,5\%$)

Observa-se que atletismo e natação concentram aproximadamente 76% das inscrições, confirmando seu papel como portas de entrada para o paradesporto escolar. As demais modalidades, embora com menor número absoluto de participantes, cumprem função estratégica de diversificação das oportunidades esportivas e de visibilidade a diferentes perfis de deficiência e interesse.

PARALIMPÍADAS ESCOLARES

As Paralimpíadas Escolares 2025 constituíram uma das principais ações de promoção do paradesporto no âmbito da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. A participação do DF foi estruturada pela SEEDF, por meio da GDESP, com o apoio do CETEFE, dos Centros Olímpicos e Paralímpicos (COPs) e das coordenações pedagógicas das unidades escolares.

O programa teve como objetivos centrais:

- garantir o acesso de estudantes com deficiência a experiências esportivas qualificadas;
- fomentar o desenvolvimento motor, cognitivo, socioemocional e a autonomia dos participantes;
- promover a inclusão e a equidade por meio do esporte;
- fortalecer a articulação entre escolas, programas esportivos e instituições de apoio ao paradesporto.

A delegação contou com equipes multidisciplinares de técnicos, coordenadores e profissionais de comunicação, assegurando uma participação organizada, segura e alinhada às diretrizes de educação inclusiva.

A edição de 2025 representou um marco para o Distrito Federal, tanto pelo número de estudantes quanto pela diversidade de modalidades e instituições envolvidas. A delegação totalizou 125 integrantes, dos quais 112 atletas são distribuídos em quatro modalidades: atletismo, natação, bocha e tênis de mesa.

As instituições representadas abrangem escolas públicas de todas as regiões administrativas, unidades especializadas (como CEE e COPs), instituições parceiras e escolas privadas com atuação voltada ao atendimento educacional especializado. Essa ampla representatividade reforça a capacidade da SEEDF de integrar diferentes políticas públicas em prol do desenvolvimento dos estudantes com deficiência.

PROGRAMAS CID – CIDP – PGINQ



Os Programas Centro de Iniciação Desportiva (CID), CID Paralímpico (CIDP) e Ginástica nas Quadras (PGinq) integram a política de ampliação da jornada escolar e ocupação qualificada do tempo livre nas instituições educacionais da rede pública do Distrito Federal. Seu objetivo é democratizar o acesso ao esporte educacional e à atividade física, ampliando oportunidades por meio da oferta de práticas corporais regulares, sistematizadas e orientadas por profissionais qualificados.

As ações abrangem:

- CID: oferta de modalidades olímpicas e não olímpicas focadas no desenvolvimento motor, social e cognitivo de crianças e adolescentes;
- CIDP: atendimento especializado a estudantes com deficiência, garantindo inclusão, acessibilidade e oportunidades paradesportivas em diversas modalidades;
- PGinq: promoção de atividades de ginástica e práticas corporais de bem-estar (ginástica localizada, alongamento, funcional, hidroginástica, pilates adaptado etc.) voltadas ao fortalecimento da saúde física e mental da comunidade escolar.

Em 2025, os programas alcançaram ampla capilaridade, contemplando escolas de todas as 14 Coordenações Regionais de Ensino. As ofertas abrangeram tanto modalidades tradicionais do esporte escolar como também práticas de saúde e de inclusão.

Principais destaques do ano:

- Mais de 180 unidades escolares atendidas com pelo menos uma modalidade dos programas;
- Presença em todas as CREs, com forte interiorização e ampliação de atendimentos no Gama, Ceilândia, Santa Maria, Taguatinga e Núcleo Bandeirante;
- Diversidade de modalidades, incluindo Atletismo, Futsal, Handebol, Basquetebol, Ginástica Artística, Judô, Capoeira, Voleibol, Natação, Badminton, Xadrez, Ciclismo, Lutas e modalidades específicas de inclusão (bocha paralímpica, natação adaptada, futebol PC, entre outras);
- Fortalecimento do CIDP, presente em diversas unidades com foco na inclusão esportiva de estudantes com deficiência física, intelectual e múltipla;
- Expansão do PGinq, assegurando atividades voltadas à saúde, ao envelhecimento ativo e à melhoria da qualidade de vida dos estudantes e da comunidade escolar.

A atuação integrada dos programas contribuiu para a melhoria da permanência e do engajamento escolar, o aumento da prática regular de atividade física, a maior integração entre escola, família e comunidade e a inclusão efetiva de estudantes com deficiência no esporte escolar.

3º ENCONTRO DISTRITAL DO PROGRAMA ESCOLA-COMUNIDADE – GINÁSTICA NAS QUADRAS (PGINQ)

O 3º Encontro Distrital do Programa Escola-Comunidade – Ginástica nas Quadras (Pginq), realizado em 30 de maio de 2025, no estacionamento 8 do Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, constituiu-se como a principal ação pedagógica, comunitária e integradora do programa no exercício de 2025.

A atividade reuniu turmas provenientes de diferentes Coordenações Regionais de Ensino (CREs) e teve por objetivo:

- Promover a integração entre escolas, professores, estudantes e comunidade;
- Reforçar a importância da prática regular de atividade física como estratégia de saúde, bem-estar e prevenção de doenças;
- Valorizar o protagonismo das turmas do Pginq, oferecendo espaço ampliado de vivências corporais;
- Fortalecer o vínculo entre escola e território, ampliando o caráter comunitário do programa;
- Evidenciar a pluralidade de modalidades e práticas corporais trabalhadas nas unidades educacionais ao longo do ano;



O evento contou com apresentações pedagógicas, atividades de ginástica, alongamento, circuitos funcionais e ações de convivência, compondo um painel que demonstra a consolidação do Pginq como uma política distrital estruturante no âmbito da SEEDF.

O encontro reafirmou a expansão e capilaridade do Programa Escola-Comunidade – Ginástica nas Quadras, alcançando ampla representação territorial e mobilização social. O evento reuniu aproximadamente 2.025 participantes entre estudantes, professores, coordenações e membros da comunidade, constituindo o maior encontro distrital do programa desde sua criação.

Distribuição dos participantes por cidade/CRE:

- Samambaia: 475 participantes;
- Taguatinga: 445 participantes;
- Ceilândia: 235 participantes;
- Santa Maria: 170 participantes;
- Gama: 160 participantes;
- Plano Piloto: 85 participantes;
- Guará: 80 participantes;
- Núcleo Bandeirante: 80 participantes;
- Planaltina: 80 participantes;
- Riacho Fundo I: 80 participantes;
- Riacho Fundo II: 50 participantes;
- Candangolândia: 45 participantes;
- Recanto das Emas: 40 participantes.

A diversidade territorial dos participantes revela a consolidação do Pginq como programa estruturante do esporte educacional no DF, fortalecendo ações de promoção da saúde, do bem-estar, do envelhecimento ativo e da convivência comunitária.

O encontro também funcionou como espaço de formação e troca de experiências entre profissionais.

PROGRAMA EDUCAÇÃO COM MOVIMENTO (PECM)

O Programa Educação com Movimento (PECM), implementado na Educação Infantil – pré-escola – e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede pública do Distrito Federal, consolida-se como uma política pedagógica essencial voltada ao desenvolvimento integral das crianças. Seu foco central é ampliar as experiências corporais por meio da intervenção integrada entre o professor de Atividades e o professor de Educação Física, favorecendo o movimento, a ludicidade e a construção de vínculos afetivos e sociais.

No ano letivo de 2025, o PECM avançou em alcance, organização e acompanhamento, mantendo como principais objetivos:

- Garantir vivências corporais diversificadas, alinhadas ao desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social das crianças;
- Ampliar o tempo e a qualidade do movimento nas rotinas escolares, fortalecendo práticas pedagógicas integradas;
- Reduzir desigualdades de acesso a atividades físicas qualificadas na primeira infância e nos anos iniciais;
- Favorecer a inclusão, o brincar, a criatividade e o bem-estar por meio de experiências corporais estruturadas;
- Fortalecer o trabalho colaborativo entre equipes gestoras, professores de Atividades e profissionais de Educação Física.

Com base nos levantamentos enviados pelas Coordenações Regionais de Ensino e nos dados preliminares do Censo Escolar 2025, é possível observar um panorama consistente sobre a cobertura do programa e seus desafios.

O PECM em 2025 atendeu totalmente 45 escolas e parcialmente 56 escolas. Com a regulamentação da Lei Nº 7.727, de 15 de julho de 2025, que institui o Programa Educação com Movimento (PECM) na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, no



âmbito da rede pública de ensino do Distrito Federal, o programa prevê uma gradual expansão em 2026 de acordo com o planejamento da SEEDF.

O PECM mantém forte impacto nas unidades educacionais contempladas, proporcionando:

- Melhoria da participação e engajamento das crianças;
- Redução de conflitos e melhoria da convivência nas turmas;
- Aumento do tempo de movimento diário e qualificação das práticas corporais;
- Fortalecimento do trabalho colaborativo entre professores e equipes gestoras;
- Maior alinhamento com a política de Educação Integral prevista nos documentos orientadores da SEEDF.

8221 - EDUCAÇÃO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2768706016,0	3371582412,00	3363035835,44	3363034185,44
0015 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	1756073437,0	2161440060,00	2152893483,99	2152891833,99
6978 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	511924452,0	625988289,00	625988289,00	625988289,00
6979 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	17831076,0	20543166,00	20543166,00	20543166,00
8848 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	21282252,0	24765269,00	24765269,00	24765269,00
8849 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	265452960,0	303767125,00	303767125,00	303767125,00
8856 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	67873206,0	78238561,00	78238560,45	78238560,45
8857 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	128268633,0	156839942,00	156839942,00	156839942,00
TOTAL - 8221 - EDUCAÇÃO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	2768706016,00	3371582412,00	3363035835,44	3363034185,44

Programação Orçamentária Realizada

Informa-se, inicialmente, que as atividades realizadas com recursos alocados nas ações 1471, 2557, 2396, 3678 e 8517 foram devidamente lançadas no item anterior referente ao Programa 6221 - EDUCADF, a fim de proporcionar maior clareza e entendimento acerca da execução.

ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

PROGRAMA CARÊNCIA ZERO

Com ações anuais e pautadas na PORTARIA Nº 1.288, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025, o programa tem como objetivo a garantia do início do ano letivo com todas as carências de regência de classe supridas, para o devido atendimento dos estudantes.

Em 2025, mais de 30 mil professores, efetivos e temporários, foram alocados na ação. Neste sentido, as ações do Programa, in loco nas Coordenações Regionais de Ensino, iniciaram-se em dezembro de 2024 com continuidade em janeiro e fevereiro de 2025.

NOMEAÇÃO DE NOVOS SERVIDORES, REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO



Para a recomposição do quadro de pessoal e reforço da Educação, foi realizado o pedido de nomeação de 3 mil Professores de Educação Básica, com publicação em dezembro de 2025. Ademais, a Secretaria de Educação recebeu delegação de competência para realização de Processo Seletivo Simplificado para formação de banco de aprovados para contratação temporária de professores em 2026.

O PSS regido pelo EDITAL Nº 36, DE 25 de AGOSTO DE 2025, teve aplicação de provas em outubro de 2025 e o resultado saiu em dezembro do mesmo ano, possibilitando a continuidade das ações do Programa Carência Zero no ano de 2026. Ainda, por meio da PORTARIA Nº 825, DE 10 DE OUTUBRO DE 2025, foi autorizada a realização de concurso público destinado ao provimento de vagas nos cargos das carreiras Magistério Público do Distrito Federal e Políticas Públicas e Gestão Educacional do Distrito Federal, possibilitando o início dos estudos necessários à definição da banca examinadora, elaboração do edital e adequado dimensionamento das necessidades da Pasta. Para tanto, foi instituída a Comissão Organizadora, por meio da Portaria Nº 1.182, de 04 de novembro de 2025, publicada no DODF Nº 210, de 05 de novembro de 2025.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

As ações desenvolvidas ao longo de 2025 expressam, de forma objetiva, o compromisso institucional com a Meta 16 do Planejamento Estratégico 2024–2027, que prevê a oferta de formação continuada a 100% dos profissionais da educação básica, respeitando as necessidades, as demandas e a diversidade de contextos da rede pública de ensino. O foco em uma formação contextualizada, alinhada à realidade das escolas, tem assegurado que os processos formativos sejam relevantes, aplicáveis e capazes de impactar positivamente o cotidiano pedagógico e a gestão educacional. As ações apresentadas neste relatório demonstram a abrangência e a diversidade da atuação da SEEDF. Elas abrangem desde a formação direta nas escolas, por meio do projeto “EAFE vai à Escola”, até a política estruturada de afastamento remunerado para estudos, a recepção e o acompanhamento dos trabalhos acadêmicos de servidores, a supervisão de estágios supervisionados obrigatórios, o fortalecimento da produção científica com a publicação das Revistas Com Censo e Com Censo Jovem, o fomento aos grupos de pesquisa e a implantação de espaços inovadores de formação, integrando tecnologia e cultura maker. Esse conjunto de iniciativas revela não apenas os números alcançados, mas, sobretudo, o compromisso permanente com a qualidade da educação pública do Distrito Federal.

PERCURSOS FORMATIVOS

Os percursos formativos oferecidos pela SEEDF trazem uma grande variedade de temáticas, permitindo que os educadores escolham formações que atendam às suas necessidades específicas, promovendo um desenvolvimento profissional mais direcionado e eficaz. O aprimoramento das práticas pedagógicas é fundamental para que os profissionais se adaptem às mudanças constantes no ambiente educacional e sejam capazes de implementar inovações didáticas e metodológicas.

No ano de 2025, a SEEDF viabilizou essa estratégia por meio de indicadores robustos de participação, disponibilizando um total de 219 percursos formativos ao longo do ano, os quais foram distribuídos entre 130 ofertas no primeiro semestre e 89 no segundo. Essa capacidade de oferta resultou em 41.291 vagas totais, apresentando uma concentração maior no primeiro semestre, com 21.695 oportunidades, seguida por 19.596 no período subsequente. Quanto ao engajamento profissional, as ações totalizaram 19.474 inscritos, observando-se uma adesão expressiva de 12.522 profissionais no primeiro semestre e 6.952 no segundo.

Foram ofertados 17 percursos formativos voltados à temática da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com carga horária variando entre 90 e 180 horas. Desses, 7 cursos foram ofertados a partir de parcerias firmadas pela SEEDF, ampliando o alcance e a diversidade das formações. No total, foram organizadas 63 turmas, com encontros às terças e às quintas-feiras, nos períodos matutino e vespertino, formando cerca de 1.656 professores. As temáticas abordadas contemplaram diferentes dimensões da inclusão, distribuídas da seguinte forma:



- 5 formações generalistas (como Atendimento Educacional Especializado – AEE, Adequação Curricular e Educação Precoce);
- 2 sobre Deficiência Visual;
- 1 sobre Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD);
- 2 referentes a LIBRAS;
- 1 voltada para EJA Interventiva e Transtorno do Espectro Autista (TEA);
- 2 sobre Deficiência Intelectual;
- 3 direcionadas às Equipes de Apoio às Aprendizagens. Esses dados evidenciam o compromisso institucional com a formação continuada e a valorização das práticas inclusivas.

EAPE VAI À ESCOLA - EVAE

O projeto “Eape vai à Escola” realiza ações diretamente nos locais de trabalho dos profissionais da educação, oferecendo formações curtas e específicas que facilitam o acesso, eliminando barreiras como o deslocamento e a incompatibilidade de horários. Os atendimentos são personalizados, adaptados às necessidades específicas de cada escola, configurando-se como uma estratégia eficaz para capacitar um grande número de profissionais de maneira acessível e contextualizada. Em 2025, o Projeto “EAPE vai à Escola” (EVAE) atendeu mais de 10.647 mil profissionais, por meio de 341 visitas realizadas.

Entre as ações desenvolvidas, foram ofertadas, em média, 80 temáticas contemplando todos os eixos, modalidades e etapas da educação básica. As temáticas mais solicitadas foram:

Jogos e Brincadeiras, especialmente para a educação infantil, abrangendo Imaginação e Criação nas Infâncias: brincadeiras, desenho, música, dança, cultura na escrita.

Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com foco em adequações curriculares, especialmente no que diz respeito às orientações voltadas para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), à educação precoce e às práticas relacionadas às Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD).

A recorrência dessas demandas evidencia a relevância de oferecer formações que apoiem os profissionais da educação na construção de estratégias inclusivas e eficazes, alinhadas às necessidades específicas dos estudantes e ao fortalecimento da política educacional inclusiva.

AFASTAMENTO REMUNERADO PARA ESTUDOS

No ano de 2025, a SEEDF viabilizou essa estratégia por meio de indicadores robustos de participação, disponibilizando um total de 219 percursos formativos ao longo do ano, os quais foram distribuídos entre 130 ofertas no primeiro semestre e 89 no segundo. Essa capacidade de oferta resultou em 41.291 vagas totais, apresentando uma concentração maior no primeiro semestre, com 21.695 oportunidades, seguida por 19.596 no período subsequente. Quanto ao engajamento profissional, as ações totalizaram 19.474 inscritos, observando-se uma adesão expressiva de 12.522 profissionais no primeiro semestre e 6.952 no segundo. Complementando essa política de valorização, a Secretaria fomentou a especialização acadêmica por meio dos Editais Nº 07/2025 e Nº 28/2025, que juntos ofertaram 235 vagas de mestrado e 107 vagas de doutorado e pós-doutorado para a Carreira Magistério Público. Para a Carreira Assistência à Educação, o incentivo seguiu um fluxo crescente, totalizando 75 vagas para mestrado e 32 para doutorado e pós-doutorado ao longo dos dois semestres, reforçando o compromisso com o aprimoramento técnico e científico de todo o corpo de servidores.

Concomitante ao Afastamento Remunerado para Estudos, realiza-se também a recepção dos servidores que retornam desse período, ocasião em que entregam seus respectivos trabalhos finais. Foram entregues 100 trabalhos finais, sendo 63 dissertações de mestrado e 37 teses doutorado/ trabalhos de pós-doutoramento. Segundo a Meta 16 do PDE, é necessário formar a totalidade dos professores em nível de especialização, 33% em nível de mestrado e 3% em nível de doutorado.

BOLSAS DE ESTUDO

A organização dos editais para a concessão de bolsas de estudos aos servidores, instituída como contrapartida pela alocação de estagiários de graduação provenientes de Instituições



de Ensino Superior (IES), totalizou a oferta de 67 vagas ao longo do ano de 2025. A distribuição ocorreu em dois ciclos distintos: o primeiro semestre viabilizou 43 bolsas por meio do Edital Nº 03, de 31 de janeiro de 2025, enquanto o segundo semestre disponibilizou as 24 vagas restantes, regidas pelo Edital Nº 34, de 11 de agosto de 2025.

A análise da distribuição por instituição revela que das 43 bolsas geradas no primeiro semestre, 27 foram efetivamente contempladas. Nesse período, destacaram-se o UDF – Centro Universitário Unificado do Distrito Federal, com o preenchimento integral de suas 13 vagas, e a Universidade Católica de Brasília (UCB), com 8 concessões. Por outro lado, instituições como o CESUMAR e o IESB, embora tenham gerado respectivamente cinco e sete vagas, não registraram servidores contemplados no ciclo inicial. No segundo semestre, o índice de aproveitamento apresentou melhora significativa, com 22 bolsas contempladas das 24 geradas, mantendo a UCB (12 vagas) e o UDF (7 vagas) como os principais polos de benefício efetivo aos servidores.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

AVALIAÇÃO DE CONTEXTO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional é compreendida como um processo pedagógico efetivo e estratégico, voltado à melhoria da qualidade social da educação. Nesse sentido, a SEEDF fomenta a incorporação dos resultados das avaliações em seu processo de gestão e planejamento, promovendo políticas e ações que reflitam o compromisso com a educação de qualidade. A consolidação de uma cultura avaliativa na SEEDF depende do envolvimento de todas as subsecretarias, de modo que os resultados obtidos projetem de forma fidedigna o Índice de Qualidade da Educação do Distrito Federal e fortaleçam a Avaliação Institucional como instrumento de gestão.

A SEEDF tem se posicionado como parceira das instituições educacionais e das demais instâncias, promovendo ações que favorecem o autoconhecimento institucional, a reflexão coletiva sobre práticas pedagógicas e administrativas e a construção de estratégias voltadas ao aprimoramento da oferta educacional. A integração entre os resultados das avaliações e os processos decisórios da Secretaria é fundamental para garantir a efetividade das políticas públicas educacionais e a valorização da participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar.

No exercício de 2025, as ações planejadas foram executadas de forma satisfatória, com destaque para a análise dos dados provenientes dos Questionários de Contexto Institucional (QCI), a produção dos Relatórios Sintéticos e a elaboração de normativas estruturantes voltadas à consolidação da Avaliação Institucional no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Essas iniciativas reforçaram a credibilidade do processo avaliativo e garantiram subsídios técnicos relevantes para a tomada de decisão pedagógica e administrativa.

Os servidores da rede pública de ensino tiveram acesso adequado aos instrumentos avaliativos e receberam suporte técnico durante o processo de resposta, o que assegurou maior confiabilidade às informações coletadas. Os resultados consolidados foram disponibilizados via processo eletrônico e serão disponibilizados às subsecretarias, às Coordenações Regionais de Ensino (CREs) e às unidades escolares por meio da plataforma SipaeDF, garantindo transparência e acesso às informações de forma descentralizada e democrática.

Apesar dos avanços, algumas limitações comprometeram a execução das atividades, como a indisponibilidade de um sistema de tratamento de dados, o que fez com que todas as etapas de organização, tratamento e análise tenham sido realizadas manualmente, ampliando o tempo de trabalho e aumentando o risco de inconsistências operacionais.

Para o próximo exercício, a SEEDF estabeleceu perspectivas que visam ao fortalecimento e à continuidade das ações já iniciadas. Entre as prioridades, está a conclusão do Manual de Autoavaliação e o apoio à sua implementação nas unidades escolares, promovendo maior autonomia institucional e incentivando práticas reflexivas. Também será dada ênfase ao



fortalecimento dos fluxos intersetoriais dentro da SEEDF, de modo a garantir maior coerência e integração no ciclo avaliativo. Outro ponto relevante será o aperfeiçoamento dos instrumentos e metodologias adotadas no SipaeDF, assegurando maior precisão e aderência às realidades das escolas. Por fim, está prevista a expansão das ações de formação continuada voltadas à avaliação institucional, com o objetivo de capacitar gestores, professores e demais servidores para a utilização qualificada dos resultados e para o aprimoramento das práticas pedagógicas e administrativas.

Esse conjunto de ações evidencia o compromisso da SEEDF com a melhoria contínua da política avaliativa, reafirmando sua função estratégica na promoção da qualidade da educação pública do Distrito Federal.

AÇÕES REALIZADAS POR MEIO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FEDERAIS

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), em colaboração com a União, trabalha de forma contínua para assegurar o direito de todos a uma educação pública inclusiva e de qualidade. Esse apoio se concretiza, principalmente, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), inserido no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec) do Ministério da Educação (MEC), e das transferências especiais e discricionárias realizadas através da plataforma Transferegov.

A SEEDF desempenha um papel essencial na formulação do Plano de Ação, pois assegura que as iniciativas educacionais estejam alinhadas às demandas reais das unidades escolares e às diretrizes estratégicas da Secretaria, garantindo eficiência e transparência na utilização dos investimentos federais.

MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO ARTICULADA – PAR

O PAR é uma ferramenta estratégica que promove o planejamento de políticas educacionais de médio e longo prazo em colaboração com o MEC e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Essa ferramenta possibilita a continuidade das políticas educacionais e o aprimoramento dos investimentos, por meio de transferências técnicas e financeiras da União.

Em 2025, a SEEDF pactuou um Termo de Compromisso para a aquisição de conjuntos de mobiliários para professor – CJP 01, com os seguintes valores:

- Valor total do Termo de Compromisso: R\$ 743.990,00
- Empenho FNDE: R\$ 729.110,20
- Contrapartida SEEDF: R\$ 14.879,80

Adicionalmente, constam no Simec 183 Termos de Compromisso para diversas aquisições e obras:

- 9 Termos pactuados no período (Outubro/2023 a Outubro/2025);
- 6 Termos com monitoramento concluído e encaminhados para prestação de contas;
- 18 Termos executados, mas em processo de conclusão do monitoramento e envio para prestação de contas (8 destes com notificação de omissão);
- 38 Termos cancelados decorrentes de acórdãos do TCU;
- 17 Termos com cláusulas suspensivas (todos de Obras - passíveis de cancelamento);
- 95 Termos em execução.

O FNDE liberou via PAR o total de R\$ 3.674.353,36, destinado a:

- Material didático do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA): R\$ 1.258.309,40;
- Equipamentos de climatização: R\$ 42.221,08
- Construção de escolas: R\$ 2.373.822,88.

Além disso, R\$ 2.473.782,35 foram repassados para obras do Programa Proinfância.

Em 2025, também foram realizadas as seguintes ações relacionadas ao acompanhamento estratégico do PAR na SEEDF, são elas:

- Elaboração e publicação da Portaria Nº 925, de 26 de agosto de 2025, normatizando o fluxo de execução do PAR e os instrumentos de gestão do PAR no Distrito Federal;



- Solicitação de prorrogação e reprogramação estratégica das iniciativas e dos itens pactuados, realizada em parceria com as áreas técnicas da SEEDF, com base no diagnóstico do 1º Semestre de 2025;
- Monitoramento intensivo dos termos de obras, incluindo aqueles impactados por determinações do TCU.

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA SEEDF (2024-2025)

A SEEDF iniciou em 2024 o Ciclo de Diagnóstico e Planejamento, com a finalidade de realizar um levantamento detalhado e participativo das potencialidades, fragilidades e necessidades das instituições educacionais públicas da SEEDF, complementado por dados técnicos das subsecretarias. O objetivo é subsidiar um planejamento estratégico mais assertivo para os próximos anos, definindo prioridades, metas e diretrizes.

As etapas incluíram:

- Realização de 14 encontros presenciais com as Coordenações Regionais de Ensino (CREs), envolvendo servidores e gestores escolares;
- Reunião com as diretorias de todas as subsecretarias da SEEDF para discutir os resultados regionais e correlacionar com a realidade da implementação de políticas;
- Aplicação de formulários em 92% das instituições educacionais, abrangendo informações cruciais sobre oferta, gestão, programas, currículo, avaliação e infraestrutura;
- Produção de um relatório consolidado com todas as informações levantadas, fornecendo a base para o planejamento futuro.
- Essas etapas de levantamento do diagnóstico resultaram na produção de um relatório consolidado com todas as informações levantadas, fornecendo a base para o planejamento futuro. Dessa forma, o diagnóstico consolidado resultará no Plano de Ação 2026, incorporando dados e mapeamento dos programas já em execução para identificar necessidades e fortalecer políticas educacionais.

PORTFÓLIO DE PROJETOS

A SEEDF cadastrou 29 projetos inovadores no Sistema de Gerenciamento de Recursos (Siger), contemplando iniciativas como:

- Implementação de Inteligência Artificial e Machine Learning;
- Transformação Digital na Educação;
- Laboratórios STEAM Maker e Tecnologias Assistivas;
- Laboratórios para cursos técnicos em Desenho da Construção Civil, Edificações e Design de Móveis;
- Construção e reconstrução de unidades escolares;
- Saúde e bem-estar do servidor;
- Formação, valorização e eventos educacionais.

Esses projetos reforçam o compromisso da SEEDF em diversificar fontes de financiamento e garantir maior transparência e eficiência na gestão de recursos.

IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DO PROGRAMA PÉ-DE-MEIA

O Programa Pé-de-Meia é um incentivo financeiro-educacional federal na modalidade de poupança, focado na permanência e conclusão escolar de estudantes do ensino médio público. A ação visa assegurar a execução eficaz de um programa de grande impacto, com ações intersetoriais.

Em 2025, até o mês de dezembro, a SEEDF contava com 45.409 estudantes elegíveis e o Ministério da Educação (MEC) já havia pago ou enviado para pagamento, o montante de R\$ 65.484.675,00 (sessenta e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil e seiscentos e setenta e cinco reais), recurso creditado diretamente aos beneficiários em contas bancárias individuais abertas pela Caixa Econômica Federal, vinculadas ao CPF de cada estudante.

Ademais, foram realizadas as seguintes ações:

- Constituição de pontos focais em todas as Coordenações Regionais de Ensino para o suporte direto às instituições educacionais;



- Acompanhamento mensal, por meio de metodologia própria, da situação dos estudantes e do encaminhamento para os pontos focais;
- Realização de encontros formativos e reuniões de alinhamento contínuos;
- Desenvolvimento de um módulo tecnológico para acompanhamento da situação dos estudantes em tempo real;
- Implementação de relatórios gerenciais para o módulo de gestão do programa;
- Elaboração de normativos para a regulamentação interna do programa na SEEDF.

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE

O Programa se trata de recurso federal repassado diretamente às contas das unidades escolares, não integrando o orçamento da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Em 2025, foi realizado encontro formativo do PDDE e Ações Integradas. O evento contou com a participação desta SEEDF, Subsecretarias, Ministério da Educação (MEC), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Ainda, foi publicada a Portaria Nº 996, de 08 setembro de 2025, a qual dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos de execução dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e das Ações Integradas, destinados a promover a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das Instituições Educacionais públicas de Educação Básica no Distrito Federal.

Conforme prevê a Resolução CD/FNDE Nº 15, de 16 de setembro de 2021, o Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE possui caráter complementar e consiste na destinação anual de recursos financeiros repassados às entidades participantes, contribuindo para o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento, a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica e o incentivo da autogestão escolar e do exercício da cidadania, com a participação da comunidade no controle social.

A mesma Resolução, no Art.6º, informa no rol de competências da Secretária de Educação, entre outras atribuições: "o dever de acompanhar, fiscalizar e controlar a execução dos recursos repassados às Unidades Executoras (caixas escolares de cada unidade de ensino)" representativas de suas escolas. Desta forma, são estas algumas das atividades desenvolvidas:

- Acompanhamento cadastral das Instituições Educacionais;
- Acompanhamento do processo de adesão junto às áreas técnicas responsáveis;
- Auxílio às instituições aptas quanto à adesão e ao planejamento nas plataformas do MEC;
- Monitoramento quanto à execução das etapas junto aos gestores das Coordenações Regionais de Ensino e das Instituições Educacionais, conforme prazos estipulados por esta Secretaria ou outros órgãos, como Ministério da Educação e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
- Orientação e monitoramento da execução do PDDE e suas ações integradas;
- Consultas aos sistemas para extração de relatórios e informações gerais, nos sistemas PDDE Interativo e PDDE Info.
- Participação e atendimento em eventos de formação junto ao Gabinete e FNDE;

Em 2025, até a data de 24/11/2025, conforme informações da Plataforma PDDE Info, 540 Instituições Educacionais foram beneficiadas por meio do PDDE Educação Básica.



QUADRO 1 - AÇÃO, PROJETO E PROGRAMA VOLTADO PARA ATENÇÃO À SAÚDE E À QUALIDADE DE VIDA

Relatório PDDE							
Programa	Destinação	Quantidade de Escola	Quantidade Aluno	Valor Custeio	Valor Capital	Valor Total	Total por Programa
PDDE Básico	PDDE Básico - 1 Parcela	496	326.629	R\$ 2.77.048,50	R\$ 1.111.311,50	R\$ 3.888.360,00	R\$ 8.076.350,00
	PDDE Básico - 2 Parcela	492	324.179	R\$ 2.754.337,00	R\$ 1.103.933,00	R\$ 3.858.270,00	
	PDDE Básico - Primeira Infância - P1	44	11.520	R\$ 116.030,50	R\$ 48.829,50	R\$ 164.860,00	
	PDDE Básico - Primeira Infância - P2	44	11.520	R\$ 116.030,50	R\$ 48.829,50	R\$ 164.860,00	
PDDE EQUIDADE	PDDE SRM 2025	4	1.089	R\$ 24.000,00	R\$ 96.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 327.222,00
	PDDE CAMPO 2021	4	1.815	R\$ 83.697,60	R\$ 35.870,40	R\$ 119.568,00	
	PDDE CAMPO 2024	2	108	R\$ 32.363,80	R\$ 13.870,20	R\$ 46.234,00	
	PDDE DIVERSIDADE - ED BILINGUE SURDOS 2025	17	13.046	R\$ 33.136,00	R\$ 8.284,00	R\$ 41.420,00	
PDDE QUALIDADE	EDUCAÇÃO CONECTADA 2024	19	10.304	R\$ 47.569,80	R\$ 17.794,20	R\$ 65.364,00	R\$ 935.328,00
	EDUCAÇÃO CONECTADA 2025	194	124.563	R\$ 443.619,00	R\$ 248.955,00	R\$ 692.574,00	
	ESCOLA E COMUNIDADE 2024	5	3.414	R\$ 14.500,00	R\$ 0,00	R\$ 14.500,00	
	ESCOLA DAS ADOLESCÊNCIAS 2024	14	10.162	R\$ 101.920,00	R\$ 43.680,00	R\$ 145.600,00	
TOTAL GERAL							R\$ 9.338.900,00

Fonte: SEEDF (2025)

PLANO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO – PDE

Entre as realizações consideradas relevantes para a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), destacam-se:

MONITORAMENTO DO PLANO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO (PDE)

O art. 5º da Lei Nº 5.499 de 14/07/2015 aprovou o Plano Distrital de Educação - PDE, o qual estabelece que a execução do Plano e o cumprimento de suas metas devem ser objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas.

O Relatório de Monitoramento do PDE faz parte de uma coletânea de publicações, sendo elaborado, anualmente, pela Equipe Técnica do PDE, designada pela Portaria SEEDF Nº 298, de 13/4/2023, que atua no levantamento e na sistematização de todos os dados e informações educacionais referentes ao PDE, fomentando, ainda, apoio técnico para que a Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA/PDE) possa desencadear suas proposições durante o processo de avaliações periódicas do Plano, a partir das ações realizadas pelas áreas técnicas da SEEDF.

A Equipe Técnica do PDE realizou as ações a seguir:

- Publicitação do Relatório de Monitoramento do PDE - Ciclo 2023;
- Estudo minucioso das 411 estratégias que compõem as 21 metas do PDE para revisão e atualização da Matriz de Responsabilização, com objetivo de iniciar a elaboração do Relatório de Monitoramento - Ciclo 2024;
- Reunião técnica e posterior envio dos memorandos, ofícios e e-mails às instâncias definidas na Matriz de Responsabilização, através do SEI – Equipe Técnica do PDE. Destaca-se que são solicitadas informações complementares quanto à necessidade de execuções orçamentárias e financeiras para o cumprimento das estratégias;
- Coleta e Sistematização de dados e informações referentes ao cumprimento das metas e estratégias do PDE. Fontes e órgãos envolvidos: Censo da Educação Básica, Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF), Censo da Educação Superior, Secretaria de Administração Penitenciária (Seape), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), Sistema de Informações Georreferenciados (Geocapes), e unidades internas da SEEDF;
- Construção do Relatório de Monitoramento do PDE – Ciclo 2024.

ELABORAÇÃO DO NOVO PLANO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO (PDE)

A Lei Nº 5.499, de 14 de Julho de 2015, em seu Artigo 13, determina que o Poder Executivo deve convocar a sociedade civil para discutir e elaborar a proposta de Plano Distrital de Educação (PDE) para o decênio (2025-2034).

Nesse sentido, a partir das orientações da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino - SASE/MEC, a Secretaria de Estado de Educação do DF instituiu a Comissão Técnica Distrital (CTD) para execução dos trabalhos de elaboração do texto-base do Plano Distrital de Educação (PDE), inerente ao decênio 2025-2034, consoante Portaria Nº 654, de 07/06/2024.



Tratativas realizadas a partir da publicação da Portaria que institui a CTD:

- Criação de 17 subcomissões com integrantes da SEEDF e da sociedade civil para estudo dos temas definidos com base nas metas do PDE, Lei Nº 5.499, de 14 de Julho de 2015, e nos Objetivos do Projeto de Lei Nº 2.614/2024;
- Elaboração do Texto Preliminar do Novo PDE, a partir da sistematização das contribuições das Subcomissões;
- Construção de documento com Dados Educacionais para elaboração da Análise Situacional;
- Reuniões com os membros da Comissão Técnica Distrital (CTD) para discutirem os objetivos, as metas e as estratégias que compõem o novo texto-base do PDE;
- Participação dos membros da Comissão Técnica Distrital (CTD) em Encontros de Cooperação Técnica com a SASE/MEC para subsidiar a metodologia de elaboração de Planos Decenais;
- Elaboração de minuta de proposição de Projeto de Lei que visa a prorrogação da vigência do Plano Distrital de Educação (2015-2024), Lei Nº 5.499, de 14/07/2015.
- O conjunto dessas ações demonstra o compromisso institucional com o planejamento educacional participativo, transparente e fundamentado em evidências, assegurando a continuidade e o aprimoramento das políticas de Estado voltadas ao desenvolvimento da educação no Distrito Federal.

Para o exercício de 2026, esta Secretaria prevê a finalização e publicação do Relatório de Monitoramento – Ciclo 2024, consolidando a avaliação final do PDE 2015–2024, bem como a conclusão do texto-base e da minuta de Projeto de Lei do novo Plano Distrital de Educação (2025–2034).

ATENÇÃO À SAÚDE E À QUALIDADE DE VIDA

PROGRAMA ESTAÇÕES: "JANEIRO BRANCO"

O programa consiste em fomentar a reflexão sobre saúde mental e bem-estar no ambiente de trabalho. A campanha "Janeiro Branco" foi desenvolvida com foco na sensibilização dos servidores da SEEDF.

Ações desenvolvidas: visitas técnicas às Coordenações Regionais de Ensino demandantes com a finalidade de apresentar a campanha "Janeiro Branco", com foco na promoção da saúde mental. Como ação principal, foi produzido e divulgado um material audiovisual temático, com ampla circulação nas mídias sociais da Secretaria. Programa estações: MARÇO - "MÊS DA MULHER" OFICINA "Mulheres em Canto"

Em alusão ao Mês das Mulheres Educadoras e em comemoração ao Dia Internacional da Mulher (8 de março) foi promovida a oficina intitulada por "Mulheres em Canto", com objetivo principal de contribuir para a promoção da saúde feminina e para a qualidade do sono, por meio da cantoterapia e dos exercícios vocais.

O evento foi realizado no dia 13 de março (quinta-feira), das 9h30 às 11h30, no Espaço da Mulher, localizado no 2º andar, Bloco B, do Shopping ID. A ação foi direcionada às servidoras lotadas na sede da SEEDF, com 35 vagas disponibilizadas.

PALESTRAS DE PROMOÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR NO TRABALHO

Com o propósito de fortalecer a cultura institucional voltada à saúde mental e ao bem-estar, a SEEDF promoveu um conjunto de palestras direcionadas à disseminação de informações, práticas e estratégias de cuidado integral aos servidores.

As ações tiveram foco na promoção da saúde mental, na prevenção do adoecimento e no estímulo à construção de ambientes de trabalho mais saudáveis, acolhedores e seguros.

Ações desenvolvidas: as atividades foram realizadas no decorrer do ano letivo e abordaram temas relacionados ao manejo do estresse, prevenção do sofrimento psíquico, relações interpessoais saudáveis, valorização da vida, acolhimento das diversidades e fortalecimento de competências socioemocionais. As palestras foram conduzidas por profissionais especializados, possibilitando espaços de reflexão, diálogo qualificado e desenvolvimento de práticas que contribuíram para a melhoria contínua da qualidade de vida no trabalho.



Atividades realizadas:

- Participação no I Fórum de Gestores de Brasília com a palestra de formação intitulada “Avaliação em Larga Escala: Como Analisar os Dados e Pensar em Estratégias”, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da gestão pedagógica, oferecendo aos gestores participantes ferramentas para a análise de dados de avaliações em larga escala e para a construção de estratégias que qualifiquem o planejamento escolar e a tomada de decisão. Palestra promovida pela SEEDF, abordando a temática de autocuidado e organização pessoal na rotina de trabalho, com orientações práticas voltadas à promoção do bem-estar e à melhor gestão das demandas diárias. Teve como objetivo sensibilizar os servidores sobre a importância do autocuidado no ambiente laboral e contribuir para a melhoria da qualidade de vida no trabalho.

- Participação na Semana Pedagógica da Escola do Parque da Cidade Promoção Educativa do Menor: palestra voltada ao fortalecimento da qualidade de vida e do bem-estar no ambiente escolar. A ação abordou aspectos relacionados à saúde mental, relações de trabalho mais saudáveis e estratégias de cuidado integral para os profissionais da educação, promovendo reflexão e diálogo sobre práticas que contribuem para um cotidiano institucional mais equilibrado, seguro e acolhedor.

- Participação na 6ª Jornada Pedagógica do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA): o evento foi voltado à formação e ao acolhimento de pedagogos e psicólogos da Rede Pública de Ensino do DF e teve como tema central a importância do trabalho em rede. Na mesa de apresentação da rede interna da SEEDF, apresentou suas ações voltadas à promoção da qualidade de vida no trabalho, destacando práticas de cuidado ao servidor e estratégias de prevenção e manejo de conflitos no ambiente escolar. A participação reforçou a articulação entre áreas técnicas e o compromisso com ambientes de trabalho mais saudáveis e colaborativos.

- Palestra: A Importância do Autocuidado: Salutogênese nas dimensões do pensar, do sentir e do querer no 1º seminário de Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Salas de Recursos Generalistas. A ação teve como objetivo disseminar estratégias relacionadas à promoção da saúde mental e à prevenção do adoecimento dos servidores atuantes na Sala de Recursos.

- Palestra Inclusão e Diversidade: Palestra organizada pela DQVT em parceria com a Coordenação Regional de Ensino do Recanto das Emas. A ação foi destinada a gestores e orientadores educacionais da CRE. A iniciativa teve como objetivo promover uma cultura institucional inclusiva, prevenir práticas capacitistas e fortalecer condutas profissionais pautadas na equidade, no respeito à diversidade e nos direitos humanos.

- Participação no II Seminário Cultura e Educação - Pensando um DF que Lê: A atividade integrou a programação voltada ao debate sobre políticas de leitura, em diálogo com os Planos Nacional e Distrital do Livro e da Leitura, a BNCC, o Currículo em Movimento, as práticas de leitura literária, o uso de livros didáticos (PNLD) e as questões relacionadas às bibliotecas escolares. Teve como objetivo contribuir para a formação dos participantes, especialmente profissionais atuantes em bibliotecas, oferecendo subsídios teóricos e práticos sobre o papel do leitor e sua relação com a obra literária no contexto escolar. A oficina, fundamentada nos estudos da servidora convidada, buscou apoiar a reflexão e o desenvolvimento de projetos de leitura nas instituições públicas de ensino do Distrito Federal.

PROJETO DIA MUNDIAL DA SAÚDE (07 de abril)

Em alusão ao Dia Mundial da Saúde, celebrado em 07 de abril, foi desenvolvida uma ação digital com o objetivo de promover a conscientização sobre hábitos saudáveis e o cuidado integral com a saúde física e mental dos servidores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), com o objetivo de disseminar estratégias de promoção de saúde, tais como adoção de pequenas mudanças com impacto positivo na qualidade de vida.

Ações desenvolvidas: a iniciativa consistiu na criação de um canal de comunicação via WhatsApp, por meio do qual foram compartilhados, ao longo de 30 dias do mês de abril, conteúdos informativos e motivacionais relacionados aos seguintes temas: alimentação saudável e equilibrada; práticas de atividade física acessíveis a diferentes perfis; estratégias



para o gerenciamento do estresse e da ansiedade; estratégias para o alcance do sono de qualidade e possibilidades de adoção de pequenas mudanças com impacto positivo na qualidade de vida.

PROJETO MAIO - MÊS DAS MÃES: II ENCONTRO DE MULHERES E MÃES ATÍPICAS DA SEEDF

No âmbito do Programa Estações, a SEEDF promoveu o II Encontro de Mulheres e Mães Atípicas. A atividade foi estruturada em formato de roda de conversa, conduzida por uma psicóloga, que abordou o tema "Mães atípicas, filhos além do esperado: uma conexão que supera desafios".

O objetivo foi oferecer um espaço de escuta, acolhimento e troca de experiências entre servidoras que vivenciam a maternidade atípica. A ação teve como foco principal refletir sobre os impactos da maternidade atípica na saúde física e mental das mulheres educadoras, além de estimular o fortalecimento de vínculos e o compartilhamento de vivências. O evento contou ainda com a participação das psicólogas da SEEDF que contribuíram com mediações e reflexões ao longo do encontro. A iniciativa deu continuidade à primeira edição realizada em 2024, que obteve ampla adesão e avaliação positiva por parte das participantes.

PROJETO MAIO - MÊS LGBTQIA+: PALESTRA "MAIS QUE DISCURSO, UMA PRÁTICA" - CONSTRUINDO ESPAÇOS DE TRABALHO SEGUROS E ACOLHEDORES PARA A COMUNIDADE LGBTQIA+ COM INFORMAÇÃO E EMPATIA

O Programa Estações foi criado para estimular reflexões sobre temas relevantes ao cotidiano institucional e fortalecer práticas que contribuam para ambientes de trabalho mais saudáveis, seguros e inclusivos. Alinhado às campanhas nacionais de saúde e às questões sociais de interesse público, o Programa aborda temas relacionados ao mundo do trabalho. Nesse contexto, foi promovida a palestra "Mais que discurso, uma prática", voltada à construção de espaços acolhedores e seguros para a comunidade LGBTQIA+, com foco na informação e na empatia, objetivando promover a reflexão e o compromisso com ambientes de trabalho livres de discriminação, assegurando acolhimento e segurança a todas as pessoas, independentemente de orientação sexual ou identidade de gênero.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O programa consiste em orientar os servidores da SEEDF quanto à importância da educação financeira de forma que a tomada de decisão, nesta área, possa ser consciente e equilibrada, contribuindo para a redução do grau de endividamento dos servidores da SEEDF, dos índices de adoecimento do profissional desta Secretaria e da melhoria de sua qualidade de vida e bem-estar.

A ação tem como objetivo discutir novas formas de pensar sobre o consumo e dinheiro, a fim de contribuir na organização de vida dos participantes, no tocante às finanças, contribuindo para a promoção da saúde e melhorando a harmonia dos relacionamentos familiares e a qualidade de vida dos servidores da SEEDF.

Ações desenvolvidas 1º SEMESTRE: Ação de formação de facilitadores, palestras sobre educação financeira e roda de conversa sobre Conscientização Financeira.

Ações desenvolvidas 2º SEMESTRE: Formação de Facilitadores, Palestras sobre Educação Financeira em Ciclos de QVT, Palestras de Educação Financeira no Programa de Gerenciamento de Estresse, Roda de Conscientização Financeira - Orientação Individual em Educação Financeira.

Resultados alcançados em 2025:

- Formação de Facilitadores;
- Atividades e Palestras sobre Educação Financeira nos seguintes locais: CIL do Gama, CRE do Guará, CRE do Núcleo Bandeirante, CRE de Sobradinho, CEI Parque dos Ipês (CRE de São Sebastião), CAIC Unesco (CRE de São Sebastião), Orientação Individual em Educação Financeira na Escola Classe 14 do Gama, Palestras de Educação Financeira no Programa de Gerenciamento de Estresse, Ciclo de QVT para Servidores Ingressantes, Ciclo de QVT nas Unidades Escolares (EC 25 de Ceilândia), Ciclo de Acolhimento para Professores Substitutos, Roda de Conversa sobre Conscientização Financeira (EC 14 do Gama).



CICLO DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO, BEM-ESTAR E SAÚDE INTEGRAL PARA SERVIDORES INGRESSANTES

Projeto que busca acolher, integrar e propor vivências que facilitem a socialização e levanten reflexões importantes a respeito da qualidade de vida no trabalho como forma de prevenção ao adoecimento dos servidores ingressantes, uma vez que carreiras ligadas diretamente ao atendimento de pessoas têm historicamente números elevados de adoecimento.

O objetivo do programa é oferecer aos servidores ingressantes vivências de reflexão e escuta qualificada, abordando temas que proporcionem a integração e o pertencimento na SEEDF, fundamentadas em práticas que visem a Qualidade de Vida, o Bem-Estar no Ambiente de Trabalho e a Saúde Integral.

Ações desenvolvidas: Promoção de vivências e experiências reflexivas a respeito das mudanças de comportamento necessárias para manter a longo prazo seu bem-estar na instituição, identificação de comportamentos necessários para autoeducação quanto a mudanças de hábito, desenvolvimento de habilidade de se autoconhecer em relação aos aspectos que serão trabalhados em cada temática desenvolvida e interação com outros colegas servidores ingressantes.

PROGRAMA ESTAÇÕES: VACINE-SE!

Em virtude das mudanças climáticas características do mês de Junho, bem como do consequente aumento dos casos de gripe, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), com o apoio da Secretaria de Estado de Saúde (SESDF), realizou dentro do Programa Estações a ação “Vacine-se!”, com vacinação facilitada contra Covid 19 e Influenza.

O programa tem como objetivo garantir o processo de imunização facilitada aos servidores das Coordenações Regionais de Ensino (CREs) e Sede da SEEDF, bem como a conscientização sobre a importância de adesão aos calendários de vacinação.

A ação de imunização ocorreu com os servidores lotados nas Coordenações Regionais de Ensino (CREs) e na Sede, localizada no Edifício Venâncio 3.000 - Shopping ID, 2º andar, Sala da Mulher, com previsão para 400 profissionais.

Os parceiros envolvidos na ação foram a Secretaria de Estado de Saúde (SES-DF) e o Núcleo de Vigilância Epidemiológica (NVEPI).

CICLO DE ACOLHIMENTO AOS PROFESSORES SUBSTITUTOS

O Ciclo de Acolhimento representa uma ação estratégica de gestão humanizada, que visa fortalecer o vínculo dos professores substitutos com a instituição, ao mesmo tempo em que promove o autoconhecimento, o cuidado integral e o desenvolvimento de competências para o enfrentamento saudável dos desafios cotidianos do trabalho docente. A sensibilização para mudanças de comportamento e o fortalecimento de estados emocionais positivos constituem fatores relevantes para a adesão a hábitos saudáveis e para o engajamento em relações interpessoais mais gratificantes no ambiente laboral.

O objetivo principal é de oferecer aos professores substitutos ingressantes na SEEDF em 2025, um espaço de escuta, reflexão e orientação, promovendo a integração institucional, o bem-estar no trabalho e a valorização profissional, por meio de vivências fundamentadas na saúde integral e na qualidade de vida.

Ações desenvolvidas: encontros remotos - através da plataforma Microsoft Teams, para a realização de acolhimento dos professores substitutos de forma humanizada, fortalecendo o sentimento de pertencimento à SEEDF; promoção de momentos de reflexão e sensibilização sobre temas relacionados à qualidade de vida no trabalho; estímulo à adoção de práticas saudáveis, com foco na saúde física, mental e emocional; oferta de informações e esclarecimentos sobre a legislação específica que rege a atuação dos professores substitutos; promoção do desenvolvimento de estratégias de enfrentamento que favoreçam o equilíbrio emocional e a melhoria das relações interpessoais; contribuição para a valorização pessoal e profissional dos servidores, em consonância com as políticas públicas de gestão de pessoas do Distrito Federal.



PROJETO RECONHECER - PROJETO PILOTO NA CRE GAMA

O Projeto Reconhecer tem como objetivo promover a qualidade de vida dos servidores readaptados, PCDs com adequação para não regência de classe e dos professores da socioeducação. Para isso, são realizados levantamentos de dados e visitas in loco, com foco no reconhecimento e na valorização dos trabalhos por eles desenvolvidos. A valorização do profissional e de suas contribuições é um fator essencial para o bem-estar pessoal e laboral, favorecendo, assim, a melhoria das relações no ambiente de trabalho. O projeto busca incentivar a troca de experiências entre esses grupos, promovendo a visibilidade de suas práticas no ambiente de trabalho. Essa oportunidade de diálogo e aproximação fomenta o conhecimento, o compartilhamento e a multiplicação dessas experiências, contribuindo para um ambiente profissional mais integrado e enriquecedor. Também objetiva proporcionar aos servidores readaptados, aos PCDs com adequação para não regência de classe e aos professores lotados na socioeducação da SEEDF um espaço de reconhecimento e valorização. A iniciativa visa fortalecer o aspecto emocional desses profissionais e ampliar a percepção de suas potencialidades individuais e profissionais.

Ações desenvolvidas: Mapeamento e identificação dos servidores readaptados, PCDs com adequação para não regência de classe e professores da socioeducação, compreendendo seus desafios, potencialidades e contribuições no ambiente de trabalho; promoção da visibilidade ao trabalho realizado por esses servidores, valorizando suas práticas e promovendo o reconhecimento institucional de suas contribuições; criação de espaços de diálogo e compartilhamento para estimular a interação entre os servidores, promovendo um ambiente organizacional mais integrado e colaborativo; elaborar materiais institucionais (relatórios, exposições, apresentações, publicações) que divulguem e reconheçam o impacto do trabalho desses servidores na instituição; inspirar novas iniciativas bem-sucedidas e proposição de ações estratégicas para o aprimoramento da qualidade de vida no trabalho, baseadas nos dados coletados durante o projeto.

PROJETO INSPIRAR - PROJETO PILOTO NA CRE GAMA

O Projeto Inspirar tem como finalidade valorizar, motivar e integrar os servidores da Secretaria de Estado de Educação (SEEDF), com ênfase no bem-estar, e fortalecer, assim, a gestão pública. A iniciativa foca na criação de espaços de escuta, troca de experiências e valorização de práticas pedagógicas extracurriculares desenvolvidas por servidores readaptados e PCDs da Carreira Magistério e PPGE da SEEDF que não atuam em regência de classe.

Tem como objetivo promover a qualidade de vida dos servidores readaptados e PCDs, que não atuam em regência de classe, por meio de práticas de prevenção e cuidado, em conformidade com o Decreto nº 37.648/2016 do Governo do Distrito Federal, a Portaria nº 287/2018 da SEEDF e a Política de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT/SEEDF). As ações de autocuidado, as reflexões sobre temas relevantes como saúde mental, o fortalecimento das relações interpessoais e o desenvolvimento de habilidades sociais são reconhecidas como elementos essenciais para promover o bem-estar e aprimorar as relações profissionais.

Ações desenvolvidas: o Projeto Inspirar teve como ação inicial o desenvolvimento do projeto-piloto de despertar nos servidores readaptados e PCDs o desejo de promover cuidados em saúde mental, bem como estimulou o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento aos desafios impostos pela condição laboral encontrados no dia a dia.

PROEJTO DE CICLO DE QUALIDADE ADE VIDA NO TRABALHO, BEM-ESTAR E SAÚDE INTEGRAL

O projeto é destinado às Coordenações Regionais de Ensino e Unidades Escolares. Durante os encontros foram oferecidas possibilidades de reflexão referentes às temáticas de promoção de qualidade de vida, saúde e bem-estar no trabalho.

O objetivo principal é oferecer aos servidores lotados nas Coordenações Regionais de Ensino e Unidades Escolares vivências de reflexão e escuta qualificada, abordando temas que proporcionem a problematização e reflexão que visem a promoção da Qualidade de Vida, do bem-Estar no ambiente de trabalho e da saúde integral.



Ações desenvolvidas: implementação de questionário para identificação do perfil e das necessidades específicas do público-alvo, realização dos encontros presenciais em cada Coordenação Regional de Ensino (CRE), mediante sinalização e interesse da CRE, alinhados conforme a logística e a realidade de cada regional. Os encontros compreenderam momentos que abordam, a partir de uma escuta qualificada, vivências práticas e reflexivas visando a qualidade de vida, o bem-estar no trabalho e a saúde integral. Por último, foi disponibilizado formulário para avaliação dos encontros realizados e do espaço para sugestões e observações.

Os encontros foram realizados nas seguintes unidades:

- Coordenação Regional de Ensino do Guará;
- Coordenação Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante;
- Coordenação Regional de Ensino de Sobradinho;
- Unidade de Gestão de Pessoas de Taguatinga;
- Centro de Ensino Fundamental 10 de Taguatinga;
- Escola Classe 312 Norte;
- Escola Classe 04 do Cruzeiro;
- Escola Classe 403 Norte;
- Centro de Educação Infantil Parque dos Ipês;
- Escola Classe 26 de Setembro;
- Centro de Ensino Especial 02 de Brasília;
- CAIC Unesco;
- Escola Classe 02 de Vicente Pires;
- Centro de Ensino Especial 01 de Sobradinho;
- Centro de Ensino Fundamental do Bosque;
- Escola Classe 25 de Ceilândia.

PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL (PROSM) - PROJETO DE ACOLHIMENTO EM SITUAÇÃO DE CRISE

O Projeto de Acolhimento em Situação de Crise é estruturado em três etapas: visita técnica com a gestão, a realização de rodas de conversa e o feedback com a equipe gestora. Implementado conforme a demanda das Coordenações Regionais de Ensino ou das Unidades Escolares, o projeto visa promover uma cultura de paz na Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF), por meio de vivências e técnicas, como gerenciamento do estresse e da ansiedade, mindfulness, treinamento de habilidades sociais e comunicação assertiva, escrita terapêutica e escuta especializada, buscando prevenir e superar crises de maneira construtiva e pacífica. A proposta baseia-se em valores de tolerância, solidariedade e utiliza o diálogo, a negociação e a mediação como pilares para enfrentar os conflitos, reconhecendo que, embora as crises sejam inevitáveis, a abordagem para enfrentá-las pode ser transformada em uma oportunidade de aprendizagem e resolução saudável.

O projeto visa intervir nas situações de crise enfrentadas por servidores e pela comunidade escolar, auxiliando no enfrentamento de eventos traumáticos, como violência e luto, experienciados no ambiente escolar. Seu objetivo é mitigar os impactos negativos desses acontecimentos, como os danos psíquicos, promovendo o autoconhecimento e o desenvolvimento de habilidades de enfrentamento. A ação busca fomentar uma cultura de paz, melhorar a qualidade de vida e o bem-estar dos envolvidos, além de incentivar práticas que favoreçam a resolução pacífica dos conflitos.

O Projeto de Acolhimento em Situação de Crise é dividido em três etapas: a primeira - uma visita técnica com a gestão; a segunda - as rodas de conversas (podendo ser mais de um encontro, a depender do impacto da crise) e a terceira - o feedback com a equipe gestora.

Os encontros de acolhimento em situação de crise foram realizados nas seguintes unidades escolares:

- Escola Classe 10 de Ceilândia;
- CAIC Assis Chateaubriand de Planaltina;
- Escola Classe 803 de Recanto das Emas;
- Centro de Ensino Fundamental 04 do Guará;



- Centro de Línguas 01 de São Sebastião;
- Escola Parque da Natureza Núcleo Bandeirante.
- Centro Educacional 04 do Guara;
- Escola Técnica de Ceilândia;
- Centro Educacional 03 do Guará;
- Centro Educacional 01 do Riacho Fundo II;
- Centro de Ensino Fundamental 10 de Taguatinga;
- Centro Educacional 308 do Recanto das Emas;
- Centro Educacional 104 do Recanto das Emas;
- Centro de Ensino Fundamental 01 do Riacho Fundo;
- Centro de Ensino Fundamental 14 de Taguatinga.

PROJETO ATIVAÇÃO CORPORAL NAS SALAS DE TRABALHO

O projeto proporciona momentos de ativação corporal e laboral, com exercícios focados no alongamento, na respiração, na meditação, na mobilidade articular e na correção postural para os servidores, visando o bem-estar.

Tem como objetivo orientar sobre a importância da atividade física, do controle do estresse e da ergonomia no ambiente de trabalho, proporcionando vivências com exercícios focados na postura, na respiração, nos alongamentos e na mobilidade física, subsidiando a promoção da saúde integral por meio de práticas de autocuidado, além de promover momentos de pausa e integração.

Foram proporcionados momentos de exercícios físicos nos locais de trabalho dos servidores, que visaram incentivar atitudes saudáveis e a promoção do bem-estar dentro e fora do contexto de trabalho. As atividades foram desenvolvidas no espaço das salas de trabalho, por meio de vivências com orientações que visaram auxiliar na prevenção de doenças osteomusculares e transtornos emocionais, contribuindo com a adoção de um estilo de vida mais ativo do servidor.

PROJETO ATIVAÇÃO CORPORAL - ESPAÇO DA MULHER

O Projeto de Ativação Corporal no Espaço da Mulher é uma iniciativa que oferece atividades e vivências como Yoga e Pilates, com o intuito de incentivar hábitos saudáveis e promover uma cultura de bem-estar entre os servidores da SEEDF, tanto no ambiente de trabalho quanto fora dele. As práticas realizadas nesse espaço foram cuidadosamente planejadas para prevenir doenças osteomusculares, reduzir transtornos emocionais e estimular a adoção de um estilo de vida ativo e equilibrado. Ao integrar o corpo e a mente, o projeto proporciona benefícios que transcendem a saúde física, impactando positivamente o bem-estar emocional dos participantes e, por consequência, sua qualidade de vida no trabalho. Essa abordagem holística contribui para um ambiente mais saudável, produtivo e harmonioso, fortalecendo a saúde integral dos servidores.

O objetivo é dar seguimento ao Projeto Ativação Corporal, proporcionando aos servidores da Sede da SEEDF a oportunidade de vivenciar atividades diversas com foco no alongamento, na respiração, na meditação, na mobilidade articular e na correção postural. Promover o bem-estar integral desses servidores, contribuindo para a adoção de hábitos saudáveis e a redução do estresse e da tensão no ambiente de trabalho. O projeto também busca criar um espaço de acolhimento e integração entre os servidores, incentivando uma cultura de autocuidado que reflete diretamente no aumento da produtividade e na melhora da qualidade de vida no ambiente profissional.

Foram realizadas vivências de Solo Pilates, Yoga, Relaxamento Progressivo de Jacobson, Técnicas Respiratórias e Respiração com Alongamentos. Pretende-se que as vivências sejam periodicamente substituídas, a fim de serem proporcionadas aos servidores práticas diferenciadas.

PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO PARA A APOSENTADORIA (POA)

O Programa visa abordar os aspectos psicossociais do processo de aposentadoria, promovendo no indivíduo um processo de reflexão e autoconhecimento. O objetivo é facilitar a transição para a aposentadoria, estimulando o despertar para novas áreas de interesse e



aprendizado que auxiliem nesse momento da vida, além de incentivar a descoberta de novas potencialidades e prevenir possíveis conflitos.

Com objetivo de oferecer informações e orientações sobre os aspectos psicossociais da aposentadoria, promovendo a reflexão e o autoconhecimento, com o intuito de facilitar a transição para essa fase da vida. O programa busca despertar o interesse por novas áreas de conhecimento que apoiarão o servidor nesse processo, além de incentivar a busca por novas habilidades, prevenindo conflitos e promovendo uma melhor qualidade de vida.

O programa foi estruturado em encontros dialógicos e interativos, abordando temas psicossociais relacionados à aposentadoria, como aspectos previdenciários, educação financeira, importância da atividade física para a qualidade de vida, cuidados com a saúde de homens e mulheres, alimentação e nutrição no envelhecimento saudável, oportunidades após a aposentadoria e elaboração de um projeto de vida.

PROGRAMA DE ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO INDIVIDUAL (PAPSI), INTEGRANTE DO PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL NO TRABALHO (PROSM) - Portaria nº 1.120, de 09 de setembro de 2024

O Programa de Acolhimento Psicológico Individual (PAPSI) visa atender à necessidade de cuidados em saúde mental para os profissionais da educação do Distrito Federal, com foco na prevenção do sofrimento emocional, por meio da escuta psicológica individual. O programa busca apoiar os educadores no desempenho de suas funções, reconhecendo a importância de sua saúde mental para a qualidade do ensino.

O objetivo geral do PAPSI é promover a valorização, o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos profissionais da educação, por meio da escuta psicológica individual no âmbito da SEEDF. Os objetivos específicos incluem acolher, orientar ou encaminhar e monitorar os servidores aos serviços públicos de saúde mental do Distrito Federal ou às entidades conveniadas com a SEEDF, além de prevenir ou minimizar o sofrimento emocional dos servidores, de forma psicoeducativa, sem caráter psicoterapêutico.

Ações Desenvolvidas:

- Acolhimento: realização de escuta psicológica individual para promover o autocuidado e o apoio emocional dos profissionais da educação frente ao sofrimento psíquico.
- Orientação: orientação psicológica e sugestões de encaminhamentos, conforme as necessidades e as demandas apresentadas pelo servidor.
- Encaminhamento e acompanhamento: encaminhamento dos servidores aos serviços públicos de saúde mental do Governo do Distrito Federal ou às entidades conveniadas, conforme o caso, bem como acompanhamento desses servidores.

PROGRAMA DE PREVENÇÃO À DEPENDÊNCIA QUÍMICA (PRODEQ)

Programa de Prevenção à Dependência Química (PRODEQ), parte integrante do Programa de Saúde Mental no Trabalho (PROSM) - Portaria Nº 1.120, de 09 de setembro de 2024.

O PRODEQ tem como foco oferecer apoio em saúde mental aos profissionais da educação do Distrito Federal, com ênfase na prevenção do sofrimento psicológico decorrente do uso de álcool e outras substâncias, por meio de acolhimento especializado individualizado.

Objetivo: Planejar, coordenar e executar atividades preventivas aos profissionais da educação acometidos por problemas relacionados ao uso de álcool e de outras drogas, na perspectiva de promoção à saúde, ao bem-estar e à qualidade de vida no trabalho no âmbito da SEEDF.

Parceiros:

Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - Programa de Atenção ao Dependente Químico (SUBSAUDE/PADQ), conforme o Decreto Nº 41.747, de 28 de janeiro de 2021.

Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS-AD).

PROJETO GERENCIAMENTO DE ESTRESSE PARA SECRETÁRIOS ESCOLARES E SERVIDORES LOTADOS NA UNIGEP E UNIPLAT DA CRE GAMA



O projeto visa apoiar os servidores na identificação, na prevenção e na gestão do estresse, fornecendo ferramentas para o reconhecimento de suas causas e etapas, promovendo estratégias eficazes para lidar com essa condição, além de incentivar práticas de autocuidado relacionadas à saúde mental, com objetivo principal em auxiliar os servidores a identificarem, compreenderem o estresse, reconhecendo suas causas e fases, e orientá-los na adoção de estratégias para seu gerenciamento. O programa também busca promover o autocuidado, estimulando o bem-estar físico e emocional, além de proporcionar o intercâmbio de conhecimentos sobre estresse e métodos para sua gestão, integrando perspectivas de diferentes áreas.

Ações desenvolvidas: o projeto solicitado por meio do processo SEI Nº 166032976 foi realizado por meio de quatro encontros quinzenais.

PROJETO BANDO DE BOAS PRÁTICAS EM QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - QVT

O Projeto prevê o compartilhamento das Boas Práticas em QVT da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal SEEDF, em diferentes Coordenações Regionais de Ensino, como forma de ampliar o conhecimento da oferta de ações, serviços, projetos e programas desenhados nessa intenção que, muitas vezes, fica restrito à própria unidade escolar ou regional de ensino, quando poderia favorecer o surgimento de soluções inusitadas e bem-sucedidas, capazes de melhorar a qualidade de vida e bem-estar dos servidores, além de melhorar os resultados institucionais, a exemplo da diminuição dos casos de adoecimento.

Ações desenvolvidas: o projeto foi realizado em etapas iniciadas pela divulgação do Banco de Boas Práticas em Qualidade de Vida no Trabalho nas plataformas oficiais da SEEDF; recebimento das inscrições por meio de formulário eletrônico; realização das fases de análise técnica e seleção dos projetos de acordo com o projeto; disponibilização pública dos projetos aprovados no site institucional; seleção dos projetos de destaque para visita técnica; realização das visitas técnicas e registros audiovisuais; finalização com a homenagem dos projetos selecionados durante o VI Seminário Nacional de Qualidade de Vida-SENAQVT e Avaliação Final.

PROJETO NUTRISER NA ESCOLA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

O NutriSER foi baseado na iniciativa de promoção da saúde, qualidade de vida, higiene do sono e bem-estar no trabalho, por meio de adoção de hábitos alimentares saudáveis.

O objetivo é de oferecer reflexões, vivências e escuta qualificada, abordando temas relacionados à alimentação adequada e saudável, com ênfase no autoconhecimento e na autopercepção quanto ao comportamento alimentar, de maneira a prevenir doenças relacionadas a um padrão alimentar inadequado.

As temáticas trabalhadas perpassaram por temas, tais como: conhecer os alimentos por meio dos rótulos; conexão cérebro-intestino; memória afetiva e comportamento alimentar; alimentação e nutrição como prevenção das doenças crônicas não transmissíveis (aferição da circunferência abdominal) e atividade física como promotora da Saúde Integral.

PROJETO CICLO DE BEM-ESTAR DO SONO

O Projeto Ciclo de Bem-Estar do Sono trata-se de um projeto multidisciplinar que tem o potencial de atingir muitos servidores da SEEDF podendo ter um impacto positivo na qualidade de vida e bem-estar deles, devido ao fato de o sono saudável ser um fator de proteção contra o adoecimento mental e físico.

O projeto tem como objetivo contribuir para a promoção de bem-estar e prevenção do adoecimento dos servidores da SEEDF através da adoção de práticas de higiene do sono, a partir de uma perspectiva interdisciplinar.

Ações desenvolvidas: 8 encontros presenciais, os quais abordam as fases do sono e seus impactos na saúde física e mental.

PROJETO BLITZ DE ERGONOMIA



O Projeto Blitz de Ergonomia contempla três modalidades de execução, de caráter presencial, as quais contemplam Blitz de Escritório, Workshop de Ergonomia e Cuidados com a Voz – Professores e Workshop de Ergonomia – Monitores Escolares.

Objetivo: promover ações educativas e interventivas em ergonomia e cuidados com a saúde vocal, visando a prevenção de agravos relacionados ao trabalho e à promoção do bem-estar dos servidores da SEEDF.

Ações desenvolvidas: ação externa - palestra de ergonomia nos seguintes locais: Escola Classe 325 Samambaia, Escola Classe 02 de Vicente Pires, Coordenação Regional de Ensino do Guará.

PROGRAMA ESTAÇÕES - AGOSTO LILÁS - PALESTRA ONLINE "CONHECENDO AS REDES DE PROTEÇÃO PARA AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA"

Palestra online denominada "Conhecendo as redes de proteção para mulheres vítimas de violência", realizada no âmbito da campanha nacional "Agosto Lilás", dedicada à conscientização e ao enfrentamento da violência contra a mulher, com o objetivo de informar, divulgar canais de denúncia e fortalecer o empoderamento feminino no contexto educacional.

PROGRAMA ESTAÇÕES - SETEMBRO AMARELO: PALESTRAS DE VALORIZAÇÃO À VIDA

Alinhada à campanha Setembro Amarelo, iniciada em 2014 pela Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), que visa conscientizar sobre os transtornos mentais e a prevenção do suicídio, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) reforça seu compromisso com a promoção da saúde mental e a implementação de práticas de apoio aos servidores da rede pública de ensino.

Objetivo: capacitar e orientar os servidores da SEEDF sobre a valorização à vida, destacando-a como uma estratégia essencial para a prevenção do suicídio. O objetivo é promover uma conscientização abrangente sobre o tema, incentivando a adoção de práticas eficazes e humanizadas no ambiente de trabalho, que contribuam para o acolhimento de indivíduos em risco e a promoção de um ambiente emocionalmente saudável.

Ações desenvolvidas: ação no Centro Educacional 03 São Bartolomeu de São Sebastião e na Escola Classe 25 da Ceilândia.

PROGRAMA ESTAÇÕES - DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

O Programa Estações visa integrar as campanhas nacionais de saúde e bem-estar ao contexto institucional da SEEDF, promovendo ações educativas, preventivas e de valorização humana ao longo do ano. Como parte das ações alusivas ao Dia da Consciência Negra, a DQVT promoverá a Mesa Redonda "Diálogos sobre Racismo e Cultura Afro-Indígena na SEEDF: por uma instituição antirracista", com o objetivo de fortalecer pautas inclusivas e antirracistas na rede pública de ensino do DF e promover a sensibilização dos servidores da SEEDF quanto à importância do autocuidado em saúde e bem-estar, por meio da divulgação contínua de campanhas temáticas alinhadas às campanhas nacionais.

Ações desenvolvidas: Painel - Mesa Redonda "Diálogos sobre Racismo e Cultura Afro-Indígena na SEEDF: por uma instituição antirracista".

PROJETO ATIVAÇÃO CORPORAL - AÇÕES EXTERNAS PONTUAIS

O projeto Ativação Corporal - Ações Externas é uma iniciativa que combina palestras educativas e atividades práticas com o intuito de promover atitudes saudáveis e a melhoria do bem-estar, tanto no ambiente de trabalho quanto fora dele. As ações são realizadas nas Coordenações Regionais de Ensino (CREs) e nas Unidades Escolares (UEs) da SEEDF, oferecendo orientações e vivências focadas na prevenção de doenças osteomusculares e transtornos emocionais.

O objetivo principal é estimular os servidores a adotarem um estilo de vida mais ativo, promovendo sua saúde física e mental de forma integral. Sensibilizar os servidores da SEEDF sobre os benefícios da prática regular de atividades físicas e meditativas. O projeto visa incentivar a prática de exercícios voltados para o alongamento, a respiração, a meditação, a mobilidade articular e a correção postural,



promovendo o bem-estar físico e emocional dos participantes, através de palestras informativas e momentos de ativação corporal.

O projeto foi implementado por meio de 4 encontros semanais, cada um com duração de 2 horas. Durante essas sessões, os servidores participaram de palestras educativas seguidas de atividades práticas, que incluíam exercícios físicos e mentais. As vivências foram cuidadosamente planejadas para promover a saúde integral dos participantes.

PROGRAMA HOLOS

O Programa HOLOS visa promover a saúde e o bem-estar no ambiente de trabalho, integrando práticas complementares e integrativas em saúde (PICS) para os servidores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Por meio de terapias como Reflexologia Podal, Auriculoterapia, Aromaterapia, Uso de Óleos Essenciais e Medicina Tradicional Chinesa (MTC), o programa proporciona aos servidores um apoio para a promoção da saúde e prevenção de doenças, além de promover o equilíbrio físico, mental e emocional.

O Programa HOLOS tem como objetivo oferecer aos servidores da SEEDF, de forma gratuita, o acesso a práticas de saúde integrativas e complementares, além de atividades físicas e socioculturais, com foco na promoção de qualidade de vida, saúde e bem-estar no ambiente de trabalho. Essas atividades são oferecidas por meio do voluntariado, tanto pelos próprios servidores da instituição quanto em parcerias institucionais, com a intenção de prevenir o adoecimento e proporcionar um espaço de cuidado integral e colaborativo.

Atividades realizadas:

- Dança do Ventre;
- Oficinas de Aromaterapia;
- Auriculoterapia;
- Oficina Reconexão Corpo e Mente;
- Reiki;
- Massoterapia;
- Sessões de alongamento e yoga;
- Ciclo de Workshops de PICS - Integra Saúde;
- Oficina de PICS - Momento de Bem-Estar com a CRE Varjão I.

CLUBE DE LEITURA DIÁLOGOS LITERÁRIOS

O clube de leitura Diálogos Literários busca, por meio da literatura, gerar diálogos profundos entre os servidores da Secretaria de Estado de Educação (SEEDF) com vistas à reflexão sobre sua própria vida, sobre o trabalho e sua postura diante do que lhe acontece na vida e no trabalho.

Objetivo: estabelecer, por meio do desenvolvimento de sociabilidades e afetividade em rede, a partir da leitura de livros diversos, uma possível forma de enfrentamento de atribulações e fomento de qualidade de vida aos servidores da SEEDF.

Ações desenvolvidas: realização de encontros semanais ou quinzenais em que, por meio de mediação da DQVT, se faz uma triangulação de três fontes: o livro escolhido para a turma, contos, crônicas ou filmes com temas relacionados e os relatos de vida e de trabalho dos participantes.

VI SEMINÁRIO NACIONAL DE QUALIDADE DE VIDA, SAÚDE E BEM-ESTAR NO TRABALHO - SENAQVT 2025

O VI Seminário Nacional de Qualidade de Vida e Bem-Estar no Trabalho (SENAQVT), promovido pela DQVT, constitui ação estratégica de sensibilização e formação continuada. Consolidado como uma das principais iniciativas de valorização dos profissionais da rede pública de ensino do DF, o evento promove reflexões sobre saúde mental, relações no trabalho e práticas de autocuidado, com o objetivo de atualizar e aprimorar os conhecimentos dos servidores da SEEDF em práticas inovadoras de qualidade de vida e bem-estar no ambiente de trabalho, com enfoque nas seguintes dimensões: Saúde Mental e Bem-Estar; Promoção da Saúde no Ambiente de Trabalho; Gestão de Pessoas e Sustentabilidade e Qualidade de Vida, além de promover o fortalecimento da Política de Qualidade de Vida e Bem-estar no Trabalho da SEEDF do Programa de Saúde Mental no Trabalho (PROSM) por



meio do seminário, estimulando a adesão dos servidores às práticas de autocuidado e prevenção do adoecimento psíquico.

Ações Desenvolvidas: a edição de 2025 teve como temática central "Autoconhecimento: por escolhas certas na vida e no trabalho", com foco na construção de práticas mais conscientes e saudáveis no cotidiano profissional. A programação teve como palestra magna "A Felicidade e as Relações de Trabalho" e demais palestras como "Autocuidado para a preservação da saúde mental", "Painel Temático: Saúde e Bem-Estar num mundo hiper conectado" com especialistas convidados, "Educação Midiática como estratégia de enfrentamento à infodemia", "O Antídoto da Dopamina: gerenciando telas para resgatar sua vida real" e "Práticas Integrativas para Viver o Presente: técnicas de autocuidado e meditação para reduzir a ansiedade e cultivar o equilíbrio".

MEDALHA GDF - EDUCAÇÃO ANÍSIO TEIXEIRA

A ação consistiu no cumprimento do Decreto Nº 44.620, de 13 de junho de 2023, que institui a outorga da Medalha "Mérito GDF - Educação Anísio Teixeira", destinada ao reconhecimento de profissionais e colaboradores que se destacam na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Tem como objetivo homenagear servidores, colaboradores da SEEDF, empregados públicos e cidadãos que contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento e o fortalecimento da educação no Distrito Federal, por meio da concessão da Medalha "Mérito GDF - Educação Anísio Teixeira".

CADASTRO DE READAPTAÇÕES E RESTRIÇÕES DE FUNÇÕES TEMPORÁRIAS NO SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (SIGRH-WEB) e PUBLICAÇÕES DE READAPTAÇÕES NO DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL - DODF

Este processo envolve o lançamento das readaptações e restrições de funções temporárias no Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH-Web), bem como a publicação oficial dessas readaptações no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF).

Objetivo: atuar como a unidade administrativa responsável pelo lançamento de readaptações e restrições de funções temporárias no SIGRH-Web e garantir a devida publicação dessas alterações no DODF. Além disso, a unidade realiza o atendimento aos servidores readaptados e servidores com deficiência, garantindo o cumprimento das normativas e o acompanhamento das condições de trabalho desses servidores.

Nesta perspectiva, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) destaca que, ao longo do ano de 2025, as ações, os projetos e os programas voltados à promoção da saúde e do bem-estar no ambiente de trabalho, bem como à prevenção do adoecimento, impactaram positivamente uma média de 4.749 servidores.

QUADRO 2 - AÇÃO, PROJETO E PROGRAMA VOLTADO PARA ATENÇÃO À SAÚDE E À QUALIDADE DE VIDA

Ação, Projeto ou Programa	Participantes 2025
PROGRAMA ESTAÇÕES: "JANEIRO BRANCO"	-
PROGRAMA ESTAÇÕES: "MARÇO, MÊS DAS MULHERES EDUCADORAS - OFICINA "MULHERES EM CANTO"	15
PALESTRAS DE PROMOÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR NO TRABALHO	1.128
PROJETO DIA MUNDIAL DA SAÚDE - DIA 07 DE ABRIL	160
PROGRAMA ESTAÇÕES - AÇÃO MAIO - II ENCONTRO DE MULHERES E MÃES ATÍPICAS DA SEEDF	40
PROJETO MAIO - MÊS LGBTQIPN+ - PALESTRA "MAIS QUE DISCURSO, UMA PRÁTICA." - CONSTRUINDO ESPAÇOS DE TRABALHO SEGUROS E ACOLHEDORES PARA A COMUNIDADE LGBTQIA+ COM INFORMAÇÃO E EMPATIA.	40
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA	545
CICLO DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO, BEM-ESTAR E SAÚDE INTEGRAL PARA SERVIDORES INGRESSANTES	208
PROGRAMA ESTAÇÕES: VACINE-SE!	626
CICLO DE ACOLHIMENTO AOS PROFESSORES SUBSTITUTOS	254
PROJETO RECONHECER - COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA E UNIDADES ESCOLARES DO GAMA	7



PROJETO INSPIRAR	10
PROJETO CICLO DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO, BEM-ESTAR E SAÚDE INTEGRAL	605
PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL (PROSM) - PROJETO DE ACOLHIMENTO EM SITUAÇÃO DE CRISE	433
PROJETO ATIVAÇÃO CORPORAL NAS SALAS DE TRABALHO	546
PROJETO ATIVAÇÃO CORPORAL - ESPAÇO DA MULHER	857
PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO PARA A APOSENTADORIA - POA NA ESCOLA DE GOVERNO (EGOV)	64
PROGRAMA DE ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO INDIVIDUAL (PAPSI), INTEGRANTE DO PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL NO TRABALHO (PROSM) - PORTARIA Nº 1.120, DE 09 DE SETEMBRO DE 2024	60
PROGRAMA DE PREVENÇÃO À DEPENDÊNCIA QUÍMICA (PRODEQ) - ATENDIMENTOS INDIVIDUALIZADOS	89
II CICLO DE PREVENÇÃO À DEPENDÊNCIA QUÍMICA (CPDQ)	
PROJETO GERENCIAMENTO DE ESTRESSE PARA SECRETÁRIOS ESCOLARES E SERVIDORES LOTADOS NA UNIGEP E UNIPLAT DA REGIONAL DO GAMA	32
PROJETO BANCO DE BOAS PRÁTICAS EM QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - QVT	-
PROJETO NUTRISER NA ESCOLA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	18
PROJETO CICLO DE BEM-ESTAR DO SONO	57
PROJETO BLITZ DE ERGONOMIA	80
PROGRAMA ESTAÇÕES - AGOSTO LILÁS - PALESTRA ONLINE "CONHECENDO AS REDES DE PROTEÇÃO PARA AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA"	652
PROGRAMA ESTAÇÕES - SETEMBRO AMARELO	68
PROJETO ATIVAÇÃO CORPORAL - AÇÕES EXTERNAS PONTUAIS	458
PROGRAMA ESTAÇÕES - DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA	66
PROGRAMA HOLOS	1.197
VI Seminário Nacional de Qualidade de Vida, Saúde e Bem-Estar no Trabalho - VI SENAQVT 2025	517 (presenciais) 1551 (online)
MEDALHA GDF - EDUCAÇÃO ANÍSIO TEIXEIRA	1.100
CADASTRO DE READAPTAÇÕES E RESTRIÇÕES DE FUNÇÕES TEMPORÁRIAS NO SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (SIGRH-WEB) E PUBLICAÇÕES DE READAPTAÇÕES NO DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL - DODF	266
CLUBE DE LEITURA DIÁLOGOS LITERÁRIOS	15

Fonte: SEEDF (2025)

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O exercício de 2025 consolidou a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) como a instância indutora de políticas públicas voltadas à excelência pedagógica e à equidade social. A atuação institucional orientou-se pela premissa da Educação como Direito Social, desdobrando-se em ações que integraram a expansão do acesso à qualificação rigorosa dos processos de ensino-aprendizagem. Com uma rede composta por 855 instituições ativas e o atendimento a 448.103 estudantes, a SEEDF demonstrou elevada capacidade operacional na gestão de parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), modelo que viabilizou a universalização da Educação Infantil sob padrões de qualidade monitorados.

No Ensino Fundamental, a SEEDF institucionalizou a cultura de dados por meio dos programas Alfaletando e SuperAção, assegurando a alfabetização na idade certa e o reordenamento do fluxo escolar. Paralelamente, o Ensino Médio atingiu um estágio de estabilidade normativa e curricular, com a oferta de mais de 150 itinerários na Educação Profissional, alinhando o currículo às demandas socioeconômicas do Distrito Federal. Destaca-se, ainda, o avanço na Educação Integral em Tempo Integral, que alcançou 24.615 matrículas, consolidando a inserção da rede pública em parâmetros globais de excelência.

A despeito dos avanços nos indicadores de proficiência e acesso, a execução dos programas em 2025 enfrentou óbices estruturais que demandam atenção estratégica. O principal gargalo identificado residuiu na gestão de capital humano, caracterizada por uma elevada rotatividade



das equipes técnicas e carências no dimensionamento de pessoal, o que impactou a celeridade administrativa e a continuidade de processos complexos.

As perspectivas para 2026 orientam-se pela consolidação de uma SEEDF resiliente, tecnológica e inclusiva. O planejamento estratégico foca na institucionalização da nova Política de Educação em Tempo Integral, visando a convergência com a meta de 33% do PDE, sustentada por investimentos em infraestrutura esportiva e manutenção predial. No campo pedagógico, a introdução da metodologia Content and Language Integrated Learning (CLIL) e o fortalecimento da Rede de Inovação para a Educação Híbrida (RIEH) representam o compromisso com a vanguarda educacional.

Operacionalmente, a SEEDF projeta a expansão da Gestão Compartilhada para 40 unidades escolares, visando o fortalecimento do ambiente de paz e segurança. A prioridade máxima recairá sobre a qualificação dos registros de dados no Educacenso e o aprimoramento do acompanhamento técnico-pedagógico, assegurando que a gestão baseada em evidências se traduza em equidade social, permanência e sucesso escolar para todos os estudantes da Rede Pública do Distrito Federal.



18904 - FUNDO DA UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A criação do Fundo da Universidade do Distrito Federal - FunDF decorre da promulgação da Emenda à Lei Orgânica nº 123, de 2021, que acresce o art. 240-A* à Lei Orgânica do Distrito Federal - LODF. Destinado a garantir recursos para obras necessárias à estruturação da Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes - UnDF, bem como suporte a projetos, pesquisas e inovação, o FunDF tem atribuído à sua composição orçamentária dotação mínima percentual da receita corrente líquida do Distrito Federal, em percentuais escalonados, conforme prevê o Art. 240-A, §§ 1º, 2º e 3º, da LODF:

Art. 240-A O Poder Executivo criará e manterá o Fundo da Universidade do Distrito Federal – FunDF, atribuindo-lhe dotação mínima percentual da receita corrente líquida do Distrito Federal.

§ 1º A dotação mínima de que trata o caput, destinada a garantir recursos para obras necessárias à sua estruturação, projetos, pesquisas e inovação, é de:

- I – 0,08% da receita corrente líquida do Distrito Federal, em 2022;
- II – 0,15% da receita corrente líquida do Distrito Federal, em 2023;
- III – 0,2% da receita corrente líquida do Distrito Federal, em 2024;
- IV – 0,3% da receita corrente líquida do Distrito Federal, em 2025.

§ 2º A dotação mínima de que trata o caput, destinada a garantir recursos para projetos, pesquisas e inovação, é de 0,08% da receita corrente líquida do Distrito Federal a partir de 2026.

§ 3º Os recursos não utilizados anualmente na forma dos §§ 1º e 2º constituem superávit financeiro para utilização em exercícios subsequentes, sem qualquer dedução da parcela devida do exercício vigente.

Publicada em novembro de 2021, a norma determina ao Poder Executivo a criação e manutenção do Fundo. Por se tratar de ato privativo do chefe do Poder Executivo, foi editado o Decreto nº 42.987, de 07 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a criação do FunDF, cria o Conselho Administrativo e dá outras providências, detalhando aspectos gerais do funcionamento do Fundo e prevendo competências e representatividade dentro de seu Conselho Administrativo.

A norma em comento, em seu art. 4º, apresenta as seguintes finalidades do FunDF:

- I - Desenvolver a política de educação superior pública distrital por meio do financiamento de projetos relacionados a tal fim;
- II - Expandir a oferta de cursos da UnDF, no âmbito do Distrito Federal e Entorno;
- III - Fomentar e implementar projetos de ensino, pesquisa, extensão e cultura alinhados com as diretrizes de atuação da Universidade;
- IV - Contribuir com a elaboração, o planejamento e a avaliação das políticas de desenvolvimento regionais;
- V - Incentivar a formação de recursos humanos para o desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão, inclusive em relação à formação continuada dos corpos docente e técnico administrativo da UnDF;
- VI - Financiar os programas de assistência estudantil;
- VII - Custear, integral ou parcialmente, bolsas de estudo internas e/ou voltadas ao intercâmbio de estudantes, docentes e servidores;
- VIII - Permitir a construção e manutenção de obras necessárias à infraestrutura da Universidade;



IX - Incentivar e implementar projetos voltados à inovação e ao desenvolvimento tecnológico no Distrito Federal;

X - Fazer pagamentos, firmar contratos e realizar processos licitatórios em prol de projetos necessários à implementação da UnDF;

XI - Apoiar demais programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Administrativo;

XII - Desenvolver outras atividades, desde que relacionadas ao objetivo do Fundo.

Além disso, o referido Decreto define o Conselho Administrativo como órgão de caráter colegiado e responsável pelas decisões concernentes à aplicação dos recursos do Fundo (cf. art. 5º), prevendo, no art. 11, a seguinte composição:

I - Reitor (a) da UnDF, na condição de presidente;

II - Secretário (a) de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal, na condição de vice-presidente;

III - Secretário (a) Executivo (a) de Planejamento do Distrito Federal;

IV - Chefe da Unidade de Planejamento e Programação Orçamentária da UnDF;

V - Representante do corpo docente da UnDF, eleito por seus pares;

VI - Representante do corpo discente da UnDF, eleito por seus pares;

VII - Representante do corpo técnico-administrativo da UnDF, eleito por seus pares;

VIII - Representante da sociedade civil.

A recente criação e formalização do FunDF, balizada, primeiramente, pela designação formal dos membros pelo Chefe do Poder Executivo no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF nº 103, de 01 de junho de 2023, e efetivada, por meio de cerimônia de posse, no dia 04 de agosto de 2023, adquiriu robustez e efetividade de suas ações com maior efetividade no ano de 2024. Em 2025, subsidiados pelo Regimento Interno (Resolução n.º 01/2025 - FunDF) que disciplina e regulamenta a organização e funcionamento do Fundo, os Conselheiros se reuniram em agendas ordinárias mensais durante todo o ano de 2025, apreciando pautas relativas a seu escopo de atuação.

Os atos normativos, pautas das reuniões, atas e demais documentos relativos à atuação do Conselho Administrativo do FunDF estão disponíveis para amplo acesso no sítio eletrônico da UnDF.

FORÇA DE TRABALHO					
Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

O FunDF não possui quadro próprio de servidores. Sua gestão e administração é de responsabilidade do Conselho Administrativo, órgão de caráter colegiado e responsável pelas decisões concernentes à aplicação dos recursos do Fundo, com seus membros nomeados por Decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo, publicado no DODF nº 103, de 01 de junho de 2023 e DODF nº 129, de 09 de julho de 2024.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6217 - DF MAIS SEGURO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	100000,0	100000,00	0	0
0018 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA - DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,00	0	0
TOTAL - 6217 - DF MAIS SEGURO	100000,00	100000,00	0,00	0,00

Programação Orçamentária não Executada

O programa não contou com execução financeira na Ação 2426 - Fortalecimento das Ações de Apoio ao Interno e sua Família, subtítulo 0018. A contratação de mão de obra prisional dirigida aos sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, por meio da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP/DF, foi formalizada em fevereiro de 2025, no entanto, é custeada pela UnDF na UO 18203.

6221 - EDUCADF

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	6000000,0	5494490,55	522619,5	522619,5
0023 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	6000000,0	5494490,55	522619,5	522619,5
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5000000,0	4538548,18	0	0
0013 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	5000000,0	4538548,18	0	0
1813 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	4000000,0	3769274,08	1499999,99	1499999,99



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0003 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO - DISTRITO FEDERAL	4000000,0	3769274,08	1499999,99	1499999,99
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	1000000,0	907709,63	0	0
0002 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS - ELABORAÇÃO DE PROJETOS - DISTRITO FEDERAL	1000000,0	907709,63	0	0
2083 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	3600000,0	3267754,68	0	0
0004 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	3600000,0	3267754,68	0	0
2175 - FOMENTO À PESQUISA	5973081,0	5220823,17	0	0
0004 - FOMENTO À PESQUISA - FOMENTO À PESQUISA - DISTRITO FEDERAL	5973081,0	5220823,17	0	0
2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	3500000,0	3176983,73	0	0
0005 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	3500000,0	3176983,73	0	0
2618 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	1500000,0	1361564,44	0	0
0003 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - DISTRITO FEDERAL	1500000,0	1361564,44	0	0
2921 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISAS	3600000,0	1452335,40	0	0
0003 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISAS - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISAS - DISTRITO FEDERAL	3600000,0	1452335,40	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	600000,0	575497,45	317696,0	122239,9
0009 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS - REALIZAÇÃO DE EVENTOS - DISTRITO FEDERAL	600000,0	575497,45	317696,0	122239,9
3982 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR	5000000,0	4538548,18	0	0
0014 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES - DISTRITO FEDERAL	5000000,0	4538548,18	0	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	1500000,0	1361564,45	0	0
0012 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS - DISTRITO FEDERAL	1500000,0	1361564,45	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

4063 - MANUTENÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	4600000,0	4175464,27	0	0
0001 - MANUTENÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - MANUTENÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - DISTRITO FEDERAL	4600000,0	4175464,27	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	500000,0	453854,81	0	0
0012 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES- CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES- DISTRITO FEDERAL	500000,0	453854,81	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	300000,0	272312,88	0	0
0004 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS - DISTRITO FEDERAL	300000,0	272312,88	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	300000,0	272312,88	0	0
0002 - APOIO A EVENTOS - APOIO A EVENTOS - DISTRITO FEDERAL	300000,0	272312,88	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	500000,0	453854,80	0	0
0008 - APOIO A PROJETOS - APOIO A PROJETOS - DISTRITO FEDERAL	500000,0	453854,80	0	0
4976 - TRANSPORTE DE ALUNOS	1500000,0	1361564,45	0	0
0001 - TRANSPORTE DE ALUNOS - DISTRITO FEDERAL	1500000,0	1361564,45	0	0
5928 - IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS	1983816,0	1800728,88	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS - IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS - DISTRITO FEDERAL	1983816,0	1800728,88	0	0
9038 - CONCESSÃO DE BOLSA DOCENTE-COLABORADOR	2000000,0	1815419,26	0	0
0002 - CONCESSÃO DE BOLSA DOCENTE-COLABORADOR - DISTRITO FEDERAL	2000000,0	1815419,26	0	0
9060 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	3500000,0	3176983,71	207900,0	164500,0
0004 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - DISTRITO FEDERAL	3500000,0	3176983,71	207900,0	164500,0
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	3400000,0	3086212,75	168000,0	120400,0
0002 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO - DISTRITO FEDERAL	3400000,0	3086212,75	168000,0	120400,0
9108 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA	1500000,0	1361564,45	0	0
0004 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA - DISTRITO FEDERAL	1500000,0	1361564,45	0	0
9131 - AUXÍLIO ESTUDANTIL	3000000,0	2940426,46	2487172,25	2467785,50



0001 - AUXÍLIO ESTUDANTIL-DF ENTORNO	3000000,0	2940426,46	2487172,25	2467785,50
TOTAL - 6221 - EDUCADF	64356897,00	56835793,54	5203387,74	4897544,89

Programação Orçamentária Realizada

O programa temático 6221 - EducaDF possui natureza finalística e expressa a entrega de bens e serviços à comunidade acadêmica. No que se refere aos bens, foram realizadas a aquisição de notebooks (juntamente com licenças de uso de Sistema Operacional Microsoft Windows 10 Pro pré-instalado), bem como a finalização da aquisição dos modelos anatômicos de alta precisão, para realização de procedimentos nos simuladores de paciente adulto, gestante, pré-púbere e infantil (bebê), custeados com recursos das Ações 1471 - Modernização de Sistema de Informação e 1813 - Implantação de Unidade de Ensino.

Quanto aos serviços, a Ação 3678 - Realização de Eventos, subsidiou o contrato de organização de eventos e serviços correlatos da Universidade.

As Bolsas de Iniciação Científica para o Programa Institucional de Iniciação Científica (PIC) e para o Programa Institucional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIDTI) da UnDF e as Bolsas de Extensão Universitária aos projetos vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), foram financiadas pelas Ações 9060 - Concessão de Bolsas de Iniciação Científica e 9083 - Concessão de Bolsas de Estudo, respectivamente.

Por fim, os auxílios estudantis (permanência, creche, transporte e saúde mental), concedidos por meio do Edital de Seleção Unificada nº 02/2024 - UNDF/REIT, foram executados na Ação 9131 - Auxílio Estudantil.

Programação Orçamentária não Executada

Ação 2557/Subtítulo 0013, Ação 1968/Subtítulo 0002, Ação 2083/Subtítulo 0004, Ação 2175/Subtítulo 0004, Ação 2554/Subtítulo 0005, Ação 2618/Subtítulo 0003, Ação 2921/Subtítulo 0003, Ação 3982/Subtítulo 0014, Ação 3983/Subtítulo 0012, Ação 4063/Subtítulo 0001, Ação 4088/Subtítulo 0012, Ação 4089/Subtítulo 0004, Ação 4090/Subtítulo 0002, Ação 4091/Subtítulo 0008, Ação 2976/Subtítulo 0001, Ação 5928/Subtítulo 0002, Ação 9038/Subtítulo 0002, Ação 9108/Subtítulo 0004: Não foram submetidas ao Conselho Administrativo do FunDF, despesas relacionadas às demais Ações/Subtítulos Orçamentários que não apresentaram execução.

8221 - EDUCAÇÃO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	3000000,0	2748047,29	874325,78	526664,38
0005 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS - DISTRITO FEDERAL	3000000,0	2748047,29	874325,78	526664,38
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	8200000,0	16835953,97	174921,0	174921,0
0015 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - DISTRITO FEDERAL	8200000,0	16835953,97	174921,0	174921,0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	300000,0	272312,88	0	0
0018 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA - PUBLICIDADE E PROPAGANDA - DISTRITO FEDERAL	300000,0	272312,88	0	0



TOTAL - 8221 - EDUCAÇÃO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	11500000,00	19856314,14	1049246,78	701585,38

Programação Orçamentária Realizada

A despesa com o Contrato nº 19/2023 - UnDF, relativo à prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva, e serviços eventuais, por demanda, com o fornecimento de mão de obra, materiais, ferramentas, máquinas, equipamentos, para atender às necessidades de imóvel sob a responsabilidade da UnDF, é executada na Ação 2396 - Conservação das estruturas físicas de edificações públicas.

Foi realizada a aquisição de 129 poltronas convencionais com prancheta e 3 poltronas para pessoa obesa com prancheta para o auditório, para a viabilização das atividades acadêmicas, culturais e sociais de maneira adequada e efetiva às necessidades da UnDF. A aquisição foi executada na Ação 8517.

Programação Orçamentária não Executada

Não foi apresentada demanda ao Conselho do FunDF que onerasse a Ação 8505 - Publicidade e Propaganda, Subtítulo 0018.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O Conselho de Administração do Fundo da Universidade do Distrito Federal - CADFunDF tem sua organização e normas de funcionamento balizadas pelo Regimento Interno, conforme dispõe a Resolução nº 01, de 25/06/2025 que aprova o Regimento Interno CADFunDF. As reuniões ordinárias do Conselho Administrativo têm frequência mensal e são conduzidas pelo(a) presidente ou conselheiro(a) suplente, conforme calendário estabelecido.

Isto posto, foram objetos de apreciação e aprovação pelo CADFunDF, em 2025:

1. Aquisição de Solução Integrada de Simulação Realística (Modelos Anatômicos de Alta Precisão) - ESCS/UnDF.
2. Financiamento dos auxílios estudantis (permanência, creche, transporte e saúde mental), concedidos por meio do Edital de Seleção Unificada nº 07/2025 – UNDF/REIT, visto o aumento do número de vagas para 465.
3. O aumento da oferta do número de Bolsas de Iniciação Científica, para 60, em 2025, conforme disposto no Edital n.º 02/2025. A ampliação decorre do aumento do número de estudantes e da necessidade de investimento no fortalecimento e qualificação das ações vinculadas ao Programa Institucional de Iniciação Científica (PIC) e ao Programa Institucional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIDTI).
4. Financiamento das bolsas de extensão, em razão da implementação da política de seleção de projetos de extensão universitária, vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX).
5. Melhoria das atividades acadêmicas, culturais e sociais, no auditório do Campus Norte, mediante a aquisição de novas poltronas.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Com o objetivo de assegurar o pleno cumprimento das finalidades do FunDF, as perspectivas para o próximo exercício concentram-se na adoção de estratégias voltadas ao fortalecimento e à diversificação de suas fontes orçamentárias, de modo a garantir a sustentabilidade do Fundo e a manutenção de sua capacidade de aprovação e execução de projetos. Considerando que, desde 2025, o valor da dotação mínima proveniente da Receita Corrente Líquida do Distrito Federal permanece fixado em 0,3% dessa receita, a UnDF passou a avaliar, naquele exercício, alternativas complementares de financiamento. Entre as medidas ventiladas



destacaram-se: (i) a vinculação da UnDF ao Fundo Constitucional, com vistas a assegurar à Universidade a aplicação do percentual mínimo constitucionalmente previsto; e (ii) a solicitação de isenção da incidência da DREM sobre o FunDF, de forma a garantir o repasse integral dos recursos, sem deduções, conforme a possibilidade admitida pela Constituição. Embora tais iniciativas não tenham logrado êxito até o momento, entende-se que essas e outras alternativas devem continuar a ser estudadas e promovidas, com vistas ao fortalecimento estrutural e financeiro do Fundo.

Importante pontuar também que os recursos de 2025 não executados deverão compor o orçamento de 2026 do FunDF, considerando a previsão de superávit financeiro para utilização em exercícios seguintes, conforme § 3º do Art 240-A da Lei Orgânica do DF.

Por fim, impõe-se como prioridade estratégica o fortalecimento do planejamento institucional voltado à concepção, estruturação e execução de projetos de fomento ao ensino, à pesquisa, à extensão e à cultura, com apoio de recursos do FunDF. Tal planejamento torna-se ainda mais relevante diante da tendência de ampliação desses projetos, impulsionada pela progressiva investidura de servidores da Carreira Magistério Superior do Distrito Federal, pela expansão da oferta de vagas e de ações acadêmicas voltadas à graduação, à pesquisa, à extensão e à cultura, bem como pela implementação de intervenções estruturantes, que compreendem a edificação, reforma e construção de campi universitários em diferentes localidades do Distrito Federal, com alcance também à população da RIDE. Nesse contexto, o adequado alinhamento entre planejamento, capacidade financeira e prioridades institucionais mostra-se condição indispensável para assegurar a efetividade, a sustentabilidade e o impacto social das iniciativas financiadas pelo FunDF.



19101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

No exercício de 2025, a organização, as competências e as atribuições da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal foram regulamentadas e atualizadas por meio da Portaria nº 544, de 11 de julho de 2025, que aprovou o Regimento Interno da Pasta. O referido ato normativo estabeleceu a estrutura básica e as diretrizes de atuação institucional da SEEC, em conformidade com o ordenamento jurídico vigente e com os princípios de governança da Administração Pública distrital.

No âmbito de sua competência legal, a SEEC, órgão de direção superior diretamente subordinado ao Governador do Distrito Federal, é responsável pela supervisão, coordenação, gestão e execução de políticas públicas nas áreas econômica, fiscal, tributária e de planejamento governamental, abrangendo, entre outras atribuições, o planejamento e a modernização administrativa, a elaboração orçamentária, a gestão estratégica governamental e a gestão por resultados, bem como o monitoramento de programas e projetos estratégicos de Governo.

Compete ainda à Secretaria a gestão de pessoas, a formação, a capacitação, a saúde e a previdência do servidor público distrital; as compras públicas, a logística e a gestão do patrimônio do Distrito Federal; a tecnologia da informação e comunicação; a avaliação de políticas públicas; e a gestão tributária, fiscal, contábil, patrimonial e financeira distrital.

No campo fazendário, a SEEC exerce a supervisão, coordenação e execução da política tributária do Distrito Federal, compreendendo as atividades de arrecadação, atendimento ao contribuinte, tributação e fiscalização, bem como a administração das dívidas públicas interna e externa, a execução das operações de crédito, a captação de recursos e o relacionamento com organismos internacionais.

A atuação institucional também abrange a coordenação de estudos econômicos e fiscais, inclusive projeções de receita e de renúncia fiscal, com vistas a subsidiar o planejamento governamental e a elaboração dos instrumentos de orçamento público, bem como a articulação com órgãos e entidades da Administração Pública para fins de intercâmbio técnico, celebração de convênios de interesse institucional e representação em fóruns interinstitucionais de natureza econômica e tributária.

O Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 544/2025 consolida as alterações decorrentes da legislação vigente e orienta a atuação da Secretaria no desenvolvimento de suas competências institucionais, assegurando a observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e controle interno.

Com essas responsabilidades, a SEEC desempenha papel essencial na gestão econômica e fiscal do Distrito Federal, contribuindo para a eficiência administrativa e o fortalecimento das políticas públicas.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	412	346	553	356	1.667
Comissionados sem vínculo efetivo	443	0	0	0	443
Requisitados de órgãos do GDF	156	0	136	0	292
Requisitados de órgãos fora do GDF	9	0	0	0	9



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	1.020	346	689	356	2.411
(-) Cedidos para outros órgãos	126	21	0	0	147
Total Geral	894	325	689	356	2.264

A força de trabalho da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC é composta majoritariamente por servidores efetivos do GDF, distribuídos entre atividades-meio e atividades-fim, com e sem o exercício de cargos em comissão, o que assegura a continuidade institucional, a preservação da memória administrativa e o adequado suporte técnico às competências da Pasta.

No exercício de referência, o quadro funcional totalizou 2.264 profissionais, após a dedução dos servidores cedidos a outros órgãos, abrangendo servidores efetivos, comissionados sem vínculo efetivo e requisitados de órgãos do próprio GDF e de outras esferas. A distribuição evidencia a predominância de servidores efetivos nas atividades finalísticas, especialmente naquelas relacionadas à gestão fiscal, orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal, áreas estratégicas para o funcionamento do Governo do Distrito Federal.

A composição apresentada reflete o esforço da SEEC em manter equilíbrio entre atividades-meio e atividades-fim, garantindo suporte administrativo adequado às áreas finalísticas, mesmo diante de limitações estruturais e da inexistência de estagiários, aprendizes ou terceirizados no período analisado.

A tabela foi elaborada com base em dados fornecidos pelo Setorial de Gestão de Pessoas da SEEC e contempla o somatório da força de trabalho da Secretaria, conforme manifestação da Gerência de Cadastro.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9035 - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE EX-EMPREGADO DE EMPRESA ESTATAL - LEI DISTRITAL Nº 701/94	18764644,0	17124038,00	17124038,00	17043651,25
0001 - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE EX-EMPREGADO DE EMPRESA ESTATAL - LEI DISTRITAL Nº 701/94--DISTRITO FEDERAL	18764644,0	17124038,00	17124038,00	17043651,25
9106 - AUXÍLIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO	4520000,0	92292,55	92292,03	92292,03
0006 - APOIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	3000000,0	92292,55	92292,03	92292,03



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0010 - APOIO A REALIZAÇÃO DE CURSO DE FORMAÇÃO	520000,0	0,0	0	0
0011 - APOIO A REALIZAÇÃO DE CURSO DE FORMAÇÃO	1000000,0	0,0	0	0
9126 - APORTE DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL PARA O GDF-SAUDE-DF	120000000,0	239558375,00	239558375,00	239558375,00
0001 - APORTE DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DO GOVERNO DO DISTR - DISTRITO FEDERAL	120000000,0	239558375,00	239558375,00	239558375,00
9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS	17280000,0	8702062,0	8680000,00	7748145,80
0005 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS-TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS-DISTRITO FEDERAL	17280000,0	8702062,0	8680000,00	7748145,80
9117 - CONTRAPARTIDA DE CONVÊNIOS E OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5526660,0	5526660,0	0	0
0001 - CONTRAPARTIDA DE CONVÊNIOS E OPERAÇÕES DE CRÉDITO--DISTRITO FEDERAL	5526660,0	5526660,0	0	0
9003 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL	25000000,0	44752600,0	19752599,58	19752599,58
0005 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL--DISTRITO FEDERAL	25000000,0	44752600,0	19752599,58	19752599,58
9030 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA	1119568529,0	1179428076,00	925106391,89	925106391,89
0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-REFINANCIADA - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	204624205,0	345527562,00	223246566,48	223246566,48
0002 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-SERVIÇO DA DÍVIDA-DISTRITO FEDERAL	914944324,0	833900514,00	701859825,41	701859825,41
9096 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP	2648081,0	2647933,75	2558383,21	2558383,21
0010 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP-DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	2648081,0	2647933,75	2558383,21	2558383,21
9029 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - EXTERNA	201232119,0	173288514,00	173288512,42	173288512,42
0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - EXTERNA-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	201232119,0	173288514,00	173288512,42	173288512,42
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	160056860,0	256637521,00	256480706,96	240907340,65
0009 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-PRECATÓRIOS - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	80955935,0	80955935,0	80955935,00	72025231,75
0010 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	66940925,0	175571925,0	175482111,06	168839448,00



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0013 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-RECOMPOSIÇÃO DO FUNDO DEPOSITO JUDICIAL-DISTRITO FEDERAL	10000000,0	0,00	0	0
0030 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-ANISTIADO POLÍTICO-DISTRITO FEDERAL	1440000,0	67000,00	0	0
6174 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-OUTRAS DECISÕES - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	720000,0	42661,00	42660,90	42660,90
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	308844200,0	295940659,00	290534405,09	255920804,96
6963 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-DISTRITO FEDERAL-DF ENTORNO	308844200,0	295940659,00	290534405,09	255920804,96
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	22000000,0	19633193,00	19633192,96	19632943,30
0077 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	22000000,0	19633193,00	19633192,96	19632943,30
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	26200000,0	23965000,00	21579468,76	21020002,96
0077 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-PROMOÇÃO DE PDV DOS ÓRGÃOS DA ADM. DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL-DISTRITO FEDERAL	17000000,0	15765000,00	14929989,34	14929989,34
0097 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	9200000,0	8200000,00	6649479,42	6090013,62
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	54800000,0	46341465,00	46341453,43	44724654,48
0025 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-Região Administrativa de Taguatinga- DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,00	0	0
0056 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	24700000,0	25840107,00	25840096,39	24304231,18
0057 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-TRIBUTOS-DISTRITO FEDERAL	30000000,0	20501358,00	20501357,04	20420423,30
9100 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS	10000000,0	0,00	0	0
0021 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS--DISTRITO FEDERAL	10000000,0	0,00	0	0
9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO	1000000,0	0,0	0	0
0038 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR - ATIVO - DISTRITO FEDERAL	1000000,0	0,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	2097441093,00	2313638389,30	2020729819,33	1967354097,53

**PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA REALIZADA
DO TESOURO**



No âmbito da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC, a Subsecretaria do Tesouro – SUTES integra a estrutura responsável pela condução da política financeira, pela execução do Tesouro Distrital e pelo suporte técnico à gestão fiscal e orçamentária da Pasta. Sua organização e competências estão definidas nos Decretos nº 43.236, de 20 de abril de 2022, e nº 44.498, de 8 de maio de 2023, bem como na Portaria nº 544, de 11 de julho de 2025, que aprovou o Regimento Interno da Secretaria.

No exercício de 2025, a atuação da SUTES esteve diretamente alinhada aos objetivos institucionais da SEEC, contribuindo para a execução financeira das políticas públicas, a gestão responsável dos recursos do Distrito Federal, o controle do endividamento e o monitoramento dos riscos fiscais. As atividades desenvolvidas pela Subsecretaria deram suporte à tomada de decisão da alta gestão da SEEC, ao cumprimento das metas fiscais e ao atendimento às demandas dos órgãos de controle, reforçando a transparência, a regularidade e a sustentabilidade da administração financeira distrital.

DA GESTÃO FINANCEIRA

A gestão financeira tem por objetivo ajustar a execução do orçamento ao fluxo provável de ingressos e dispêndios de recursos financeiros, assegurando a execução dos programas de trabalho, com base nas diretrizes e regras estabelecidas pela legislação vigente. Tomando como parâmetro a Lei Orçamentária Anual – LOA, aprovada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Chefe do Poder Executivo e observando as metas de resultados fiscais dispostas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, o Poder Executivo estabelece a programação orçamentária e financeira e o cronograma mensal de desembolso, detalhado por Unidade Orçamentária, grupo de despesa e fonte de recurso. Assim, a programação financeira do Distrito Federal adequa a velocidade de arrecadação dos recursos financeiros com a respectiva velocidade de pagamento das despesas públicas.

A Programação Financeira, parte integrante do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira do Poder Executivo do Distrito Federal, visa atender a Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 - LRF que dispõe em seu art. 8º (in verbis):

“Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º o Poder Executivo estabelece a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.”

Para viabilizar o cumprimento das metas fiscais e efetivo controle das finanças públicas foi editado o Decreto nº 46.796, de 29/01/2025, publicado no DODF nº 21, 30/01/2025, aprovando os limites anuais e mensais da programação financeira de 2025 para o Poder Executivo do Distrito Federal, estabelecendo cronograma para pagamento de despesas classificadas nos grupos de natureza da despesa "1 - Pessoal e Encargos Sociais", "2 - Juros e Encargos da Dívida", "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos", "5 - Inversões Financeiras", e "6 - Amortização da Dívida", constantes dos Anexos II ao VII do citado decreto.

Os limites anuais e mensais da Câmara Legislativa do DF, do Tribunal de Contas do DF e da Defensoria Pública do DF foram programados no SIGGO na proporção de duodécimos das dotações orçamentárias autorizadas na LOA/2025 (Lei nº 7.650, de 30 de dezembro de 2024), em atendimento ao art. 145 da Lei Orgânica do Distrito Federal e art. 61 da LDO/2025 (Lei nº 7.549, de 30 de julho de 2024), que estabelecem o repasse financeiro até o dia 20 (vinte) de cada mês.

A Unidade de Gestão e Estudos Fiscais - UFIS analisou o comportamento da arrecadação da receita e dos respectivos pagamentos no decorrer do exercício e realizou os ajustes necessários para execução da programação financeira, visando manter o equilíbrio fiscal, impedir a assunção de novos compromissos sem lastro financeiro, atender às despesas obrigatórias dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com ajuste das contas públicas com vistas ao atingimento das metas fiscais.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA EM 2025					
Período	Dotação Orçamentária	Limite Orçamentário Autorizado	Limite Financeiro Programado	Receita Realizada	Despesa Paga
Total em 2025	48.877.823.612	47.385.794.459	55.622.139.333	45.029.893.387	39.366.486.818
Janeiro	39.411.733.754	28.934.594.274	24.347.006.424	3.905.723.317	1.067.682.810
Fevereiro	533.335.471	807.440.144	1.382.539.254	3.326.189.515	3.079.358.532
Março	679.915.401	3.437.818.234	30	3.716.058.030	3.062.423.758
Abril	478.124.520	948.404.788	2.019.888.104	3.912.458.838	3.380.900.454
Maio	1.835.131.701	3.558.109.219	3.480.141.905	4.285.532.080	3.943.703.797
Junho	1.136.542.974	2.524.613.497	3.633.057.313	3.553.088.824	3.185.537.017
Julho	732.264.078	1.789.888.768	3.678.888.899	3.936.988.274	3.887.989.398
Agosto	988.741.538	1.417.838.280	3.111.122.840	3.305.942.339	3.259.743.078
Setembro	567.972.037	2.050.511.867	3.763.018.679	3.884.881.835	3.612.586.795
Outubro	339.913.999	1.267.900.673	3.434.914.960	3.764.296.710	3.399.912.792
Novembro	788.480.662	1.870.180.137	3.241.015.188	3.792.441.102	3.481.584.838
Dezembro	901.618.042	1.586.836.228	3.150.568.872	3.616.457.310	4.405.034.772

A tabela acima demonstra que a execução financeira de 2025 acompanhou a dotação orçamentária autorizada, bem como as despesas pagas foram compatíveis com a receita realizada, que também esteve dentro do limite financeiro programado; portanto, alcançando a finalidade da programação financeira e cumprindo o princípio orçamentário do equilíbrio entre receita e despesa públicas.

Em complemento, a unidade também realizou acompanhamento sistemático dos Restos a Pagar, com a finalidade de assegurar a adequada gestão orçamentária, financeira e fiscal do Distrito Federal, uma vez que esses compromissos representam despesas legalmente empenhadas e não pagas até o encerramento do exercício. Esse monitoramento possibilita verificar a efetiva necessidade de manutenção das obrigações inscritas, coibir a perpetuação de passivos sem lastro financeiro ou sem perspectiva de liquidação, e garantir a observância dos princípios da legalidade, transparência e responsabilidade fiscal. Ademais, o controle sistemático dos Restos a Pagar contribui para a correta apuração do resultado fiscal, para a preservação do equilíbrio das contas públicas e para o aprimoramento do planejamento orçamentário dos exercícios subsequentes, reduzindo riscos à execução das políticas públicas e à sustentabilidade fiscal do Ente.

Restos a Pagar				
ANO	RAP Inscritos	RAP Cancelado	RAP Pago	RAP a Pagar
2025	4.079.532.236	764.383.298	3.170.427.113	144.721.824

Estudos Fiscais

No que se refere aos estudos fiscais, foram realizadas atividades relacionadas à formulação de estudos técnicos, com vistas ao aprimoramento das ações e gestão financeira distrital; análise do fluxo de caixa da Conta Única do Tesouro do Distrito Federal; planejamento de ações de execução financeira aliadas ao atingimento de índices e metas fiscais previstos na legislação; e análise e instrução dos pleitos de novas operações de crédito, dentre outras competências.

No exercício de 2025, a UFIS atuou na produção de diversos relatórios gerenciais e legais, relacionados à situação fiscal e financeira do Distrito Federal, destacando-se o monitoramento e a apuração dos limites de aplicação mínima de recursos em saúde e educação.

Além disso, a UFIS produziu, mensalmente, a Tabela de Acompanhamento, que faz o monitoramento de diversos indicadores essenciais, como Receita Corrente Líquida, Resultados Primário e Nominal, Despesa de Pessoal, indicadores relacionados aos limites mínimos que devem ser aplicados nas áreas da saúde e da educação, sendo que o cumprimento desses limites é de suma importância. Ademais, acompanha também a Poupança Corrente, excesso de arrecadação, superávit, operações de crédito e os resultados orçamentário e financeiro. O monitoramento contínuo desses indicadores a cada mês é essencial para que ao final do exercício os limites constitucionais sejam cumpridos e para garantir uma melhor gestão dos recursos.

Também coordenou os trabalhos referentes ao relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais, apresentado trimestralmente em audiência pública na Câmara Legislativa



do Distrito Federal, e apreciou diversos projetos de lei sob a ótica dos aportes de recursos do Tesouro do Distrito Federal.

DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

A execução financeira do Distrito Federal compreende o conjunto de procedimentos voltados à movimentação dos recursos necessários à realização dos gastos públicos e à implementação dos programas de trabalho definidos nos instrumentos de planejamento governamental, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC.

As movimentações financeiras ocorrem por meio de ingressos e dispêndios de recursos, abrangendo arrecadação de receitas, repasses, pagamentos, convênios, operações de crédito e depósitos em caução. O dispêndio de recursos, na forma de pagamentos ou repasses às Unidades Gestoras, é operacionalizado mediante emissão de Ordens Bancárias (OB) no Sistema Integrado Governamental – SIGGo, com encaminhamento à rede bancária para a efetiva transferência dos valores.

O ingresso e o registro das receitas são realizados no SIGGo por meio de Guia de Recebimento (GR), procedimentos de conciliação bancária ou carga automática de receitas, assegurando o espelhamento das movimentações financeiras constantes dos extratos bancários no razão contábil. Adicionalmente, são efetuados o recebimento e o controle de depósitos, suprimentos, cauções, fianças, seguros-garantia, guias de tributos, taxas, reposições e outros valores de interesse do Tesouro Distrital não vinculados a códigos específicos de receita.

No exercício de 2025, a execução dessas atividades foi conduzida em conformidade com as competências estabelecidas no Regimento Interno da SEEC, com foco na gestão eficiente, transparente e responsável dos recursos públicos.

Dentre as principais frentes de atuação, destacam-se:

- **Gestão da Conta Única do Tesouro e Aplicações Financeiras:** coordenação do controle da Conta Única do Tesouro do Distrito Federal, promovendo a centralização e a segurança na gestão dos recursos financeiros, bem como a realização de aplicações financeiras em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes estabelecidas, visando à adequada gestão da liquidez e ao suporte à execução orçamentária.

- **Execução de Pagamentos e Repasses:** elaboração, acompanhamento e controle das previsões de pagamento da administração direta, bem como a operacionalização dos repasses de recursos às unidades gestoras da administração indireta e aos fundos, em observância à programação financeira anual, por meio de Ordens Bancárias registradas no SIGGo.

- **Conciliação Bancária e Controle de Receitas:** consolidação do controle e do registro das entradas de recursos no caixa do Tesouro Distrital, fundos, convênios e operações de crédito, com elaboração de relatórios de conciliação bancária das contas sob a gestão do Tesouro enquanto órgão central de administração financeira. Inclui-se, ainda, o acompanhamento das aplicações financeiras e a transferência de recursos destinados a fundos especiais e oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal para a Conta Única.

- **Controle de Garantias:** realização das atividades relacionadas ao recebimento, controle e registro contábil de garantias centralizadas no âmbito do Tesouro Distrital, com os devidos lançamentos no SIGGo.

- **Atendimento a Demandas de Órgãos de Controle:** prestação de informações e esclarecimentos, de forma tempestiva e adequada, em resposta às demandas dos órgãos de controle interno e externo, em consonância com os princípios da transparência e da accountability.

- Como resultado, no exercício de 2025, o fluxo financeiro do Distrito Federal foi gerido de forma regular e eficiente, viabilizando a execução das políticas públicas, o cumprimento das obrigações financeiras e a manutenção do equilíbrio financeiro, em alinhamento às diretrizes estratégicas da Secretaria de Estado de Economia.

DO FUNDO CONSTITUCIONAL

A dotação autorizada do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), no exercício de 2025, foi de R\$ 25.186.033.782, conforme a Lei Nº 15.121, de 10/04/2025 - Lei Orçamentária Anual da União – LOA 2025. A partir de janeiro de 2017, em face da determinação do Acórdão nº 2334/2016-TCU-Plenário, que restabeleceu a sistemática de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

execução orçamentário-financeira vigente até o exercício de 2014, as áreas integrantes do FCDF voltaram a executar seus orçamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

A tabela abaixo demonstra, por área, grupo de natureza de despesa e outros benefícios, o que foi orçado inicialmente e o cenário atual:

ÁREA	DESPESA	VALOR INICIAL	VALOR ATUAL
Segurança	Pessoal	9.095.473.104	9.278.226.765
	Custeio	2.200.380.850	2.328.504.171
	Investimento	199.380.000,00	175.157.701
	SUBTOTAL	11.495.233.954	11.781.888.637
SEE e SES	Pessoal - Educação	4.497.311.547	4.522.476.070
	Pessoal - Saúde	6.685.677.660	6.500.293.937
	Custeio - Educação	950.000.000	842.000.000
	Custeio - Saúde	1.450.000.000	1.539.375.138
	SUBTOTAL	13.582.989.207	13.404.145.145
TOTAL FCDF		25.078.223.161	25.186.033.782

Fonte: SIAFI. Dados referentes ao período de janeiro a dezembro/2025

Os montantes da coluna "VALOR ATUAL" refletem os remanejamentos efetuados no decorrer do exercício entre a dotação inicial e a dotação atualizada até dezembro/2025, observando-se que houve decréscimo para alguns grupos de despesas e acréscimo em outros.

Série Histórica de Aportes Anuais do FCDF

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DO FCDF - 2003-2025					
Em R\$ 1,00					
Ano	Orçamento Autorizado FCDF	Dotação		%	
		Segurança	Educação e Saúde	Segurança Pública	Saúde e Educação
2003	3.356.357.953	1.700.764.243	1.655.418.629	51	49
2004	3.975.924.185	1.907.137.692	2.068.786.493	48	52
2005	4.449.279.076	2.143.179.975	2.306.054.076	48	52
2006	5.257.655.452	2.543.486.940	2.714.168.512	48	52
2007	6.054.980.102	2.965.426.683	3.089.553.419	49	51
2008	6.595.079.327	3.534.122.560	3.057.687.434	54	46
2009	7.604.519.609	3.931.107.687	3.672.420.618	52	48
2010	7.685.571.324	4.099.145.234	3.586.426.090	53	47
2011	8.748.271.757	4.675.005.927	4.073.265.830	53	47
2012	9.967.887.188	4.887.447.932	5.080.439.256	49	51
2013	10.694.936.470	5.089.777.886	5.605.158.584	48	52
2014	11.664.776.507	5.429.547.818	6.235.228.689	47	53
2015	12.399.541.238	6.296.206.536	6.103.334.702	51	49
2016	12.017.318.201	6.739.110.380	5.278.207.821	56	44
2017	13.218.604.133	7.591.232.873	5.627.371.260	57	43
2018	13.691.017.785	7.727.113.704	5.963.904.081	56	44
2019	14.295.475.653	8.069.955.542	6.225.520.111	56	44
2020	15.697.985.449	8.175.081.964	7.522.903.485	52	48
2021	15.889.016.699	8.537.467.625	7.351.549.074	53	47
2022	16.281.254.219	8.656.282.355	7.624.971.864	53	47
2023	23.004.589.479	9.551.098.233	13.453.491.246	42	58
2024	23.380.426.414	11.094.795.222	12.285.631.192	47	53
2025	25.186.033.782	11.781.888.637	13.404.145.145	47	53

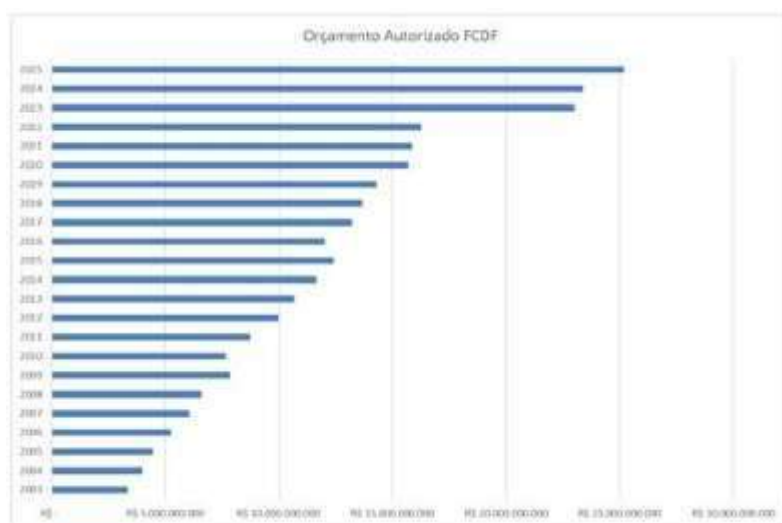
A série histórica do FCDF demonstra que as dotações autorizadas para as áreas de segurança pública e assistência financeira à educação e saúde vêm se comportando de forma equilibrada desde o ano de 2003. Destacando-se que as correções feitas, ao longo dos anos, no valor original do fundo (base de cálculo para 2003: R\$ 2.900.000.000,00), têm proporcionado



distribuição equânime dos recursos entre as áreas, com flutuação de valores ora para mais, ora para menos, porém, sem perda da essência e finalidade a que se propõe o FCDF.

O gráfico abaixo demonstra o comportamento dos orçamentos autorizados para o FCDF até 2025. A trajetória da curva demonstra que houve crescimento constante nos aportes anuais de recursos até 2008, com estagnação no período de 2009 a 2010, voltando a crescer no período 2011 a 2015. Houve sensível perda ou retração em 2016 e retornando seu crescimento em 2017.

Para o exercício de 2025, a evolução da despesa da segurança e o crescimento do FCDF permitiram incrementar a distribuição de recursos para as áreas de Saúde/Educação bem como para a área de Segurança Pública, resultando em uma média final de distribuição de 53 e 47%, respectivamente.



PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

O FCDF, Órgão (25915), Unidade Orçamentária (73901) e Unidade Gestora central (170392) do MF, é composto pelas seguintes Unidades Gestoras executoras (UGs): UG 170393 – PMDF; UG 170484 – Departamento de Gestão de Pessoal da PMDF; UG 170485 – Departamento de Saúde e Assistência de Pessoal da PMDF; UG 170394 – CBMDF; UG 170495 – Assistência Médica do CBMDF; UG 170395 – PCDF; UG 170397 – Secretaria de Estado de Saúde – SES e a UG 170399 – Secretaria de Estado de Educação – SEE.

Em cumprimento às atribuições legais vigentes, a Unidade de Gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal (UFCDF) orienta e monitora a execução orçamentária e financeira, e a prestação de contas anual, em cumprimento as regras editadas pelo TCU e legislação aplicável.

Cabe destacar que a UFCDF tem como missão principal fazer a gestão do FCDF, atentando-se aos aspectos técnicos e contábeis da execução orçamentário-financeira e atendendo às recomendações dos órgãos de controle interno e externo. Acrescenta-se que, a partir do exercício de 2019, as informações referentes ao FCDF passaram a integrar o Relatório de Gestão do Ministério da Fazenda.

ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

Em relação ao sistema E-Aud/CGU, verifica-se, diariamente, a necessidade de análise e instrução processual advindos dessa ferramenta.

Com relação ao ressarcimento dos servidores cedidos das forças de segurança do Distrito Federal, a cobrança passou a ser realizada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, por força do Decreto Distrital nº 39.950/19. Com a edição da Lei federal nº 13.690/2018, a cessão e o ressarcimento dos policiais civis e militares e do corpo de bombeiros militar passou a ter um novo disciplinamento a partir de 11.07.2018, que está sendo cumprido pelas forças de segurança.



Importante destacar que foram adotados procedimentos junto às UGs do FCDF visando orientá-las quanto ao correto lançamento no SIAFI e contabilização dos atos e fatos, dando cumprimento à legislação aplicável aos respectivos temas.

CONFORMIDADE DE GESTÃO E CONTÁBIL

A conformidade contábil ocorre mensalmente no SIAFI para atender ao fechamento contábil do mês, conforme calendário estabelecido pelo Governo Federal. Trata-se de verificação na consistência das informações contábeis, sintética e analítica, das Unidades Gestoras (UGs) que compõem o FCDF, especificamente, das UGs: 170392, 170393, 170394, 170395, 170397, 170399, 170484, 170485 e 170495 e do Órgão 25915.

A conformidade de registro de gestão ocorre diariamente, quando cada UG faz, individualmente, sua conferência dos lançamentos feitos no SIAFI do dia anterior. Ressalta-se que a UFCDF faz a conformidade tão somente da UG 170392. Cabe frisar que a conformidade contábil e a conformidade de gestão têm por objetivo o acompanhamento e a validação dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das UGs.

DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Pública Consolidada do Distrito Federal é composta de dívida contratual e precatórios vencidos e não pagos posteriores a 05/05/2000.

A dívida contratual é originária de empréstimos junto ao sistema financeiro nacional, quais sejam: Banco do Brasil S.A - BB, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Caixa Econômica Federal -CAIXA. Além disso, junto ao governo federal, há Dívida Refinanciada, com base na Lei 9.496/97, compondo o montante total de dívida interna.

Ainda relativo a dívida contratual, há os empréstimos externos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, e ao FONPLATA, assim, estabelecendo o bloco de dívida externa.

Ainda em relação à dívida contratual, há o que se denomina de dívida de parcelamentos, resultante de negociações, junto aos órgãos do governo federal, referentes a tributos, contribuições previdenciárias e outras contribuições sociais.

Nesse contexto, a dívida total do DF é composta de 31 contratos de empréstimos, sendo:

- 17 junto à CAIXA;
- 3 junto ao BB;
- 2 junto ao BNDES;
- 1 junto ao governo federal, referente ao refinanciamento de dívida com base na Lei nº 9.496/97;
- 5 junto ao BID;
- 1 junto ao BIRD; e
- 1 junto ao FONPLATA.

Distribuídos conforme planilhas abaixo:

TABELA I: DÍVIDA INTERNA REFINANCIADA + DÍVIDA INTERNA		
Contrato	Credor	Saldo em R\$ em 31/12/2025
CT0003991	B.B./STN - refinanciada	761.263.340,42
CT0358792	PNAFM/CAIXA	19.974.095,82
CT0478430	PNAFM/CAIXA	16.652.324,50
CT0600952	PNAFM/CAIXA	45.905.732,74
CT7574927	CAIXA	45.145.835,65
CT2286369	CAIXA	42.500.392,57
CT2622253	CAIXA	108.538.058,80
CT6223226	CAIXA	9.865.019,40
CT6225051	CAIXA	9.587.512,01
CT2765589	CAIXA	10.685.373,97
CT0402763	CAIXA	24.614.464,00
CT3191298	CAIXA	57.259.437,84
CT0394625	CAIXA	270.479.442,36
CT3946290	CAIXA	329.761.830,31



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

CT3998408	CAIXA	20.778.163,31
CT3998340	CAIXA	14.430.973,78
CT0399836	CAIXA	277.466.528,24
CT3998191	CAIXA	23.369.381,92
CT1221444	BNDES	166.370.442,56
CT2220123	BNDES	126.475.916,65
CT4000003	BANCO DO BRASIL	362.083.333,43
CT4000004	BANCO DO BRASIL	439.537.037,12
CT2000007	BANCO DO BRASIL	510.486.828,46
TOTAL		3.693.231.465,86

TABELA II: DÍVIDA EXTERNA		
Contrato	Credor	Saldo em R\$ em 31/12/2025
EX0001288	BID	20.362.023,50
EX0001857	BID	319.767.886,45
EX0002957	BID	91.493.331,46
EX0003040	BID	105.912.059,66
EX0005684	BID	35.115.732,78
EX0007675	BIRD	45.399.668,87
EX0000046	FONPLATA	128.011.200,01
TOTAL		746.081.902,73

TABELA III: PARCELAMENTOS	
Contrato	Saldo em R\$ em 31/12/2025
2016PD1018672 - Parcelamento da Dívida FHDF (INSS)	9.622.389,15
TOTAL	9.622.389,15

O montante total da dívida contratual, em 2025, é de aproximadamente de R\$ 4,45 bilhões.

Além das dívidas internas e externas, há também os parcelamentos, resultantes de negociações, junto ao governo federal, sobre tributos, contribuições previdenciárias e outras contribuições sociais.

DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA

A gestão da dívida pública do Distrito Federal foi realizada no âmbito da Unidade de Dívida Pública – UDIP, unidade integrante da estrutura da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em conformidade com as competências estabelecidas no Decreto nº 46.807, de 30 de janeiro de 2025, e no Regimento Interno da Pasta.

As atividades desenvolvidas concentraram-se na administração, controle e registro dos contratos da dívida fundada e dos passivos contingentes, bem como no acompanhamento da regularidade fiscal e dos indicadores de desempenho previstos na legislação vigente, relativos à administração direta do Distrito Federal. No mesmo contexto, a unidade foi responsável pelo encaminhamento de informações à Secretaria do Tesouro Nacional – STN, com vistas a subsidiar a análise da situação fiscal do Distrito Federal, bem como pelo atendimento a questionamentos formulados por aquele órgão, no âmbito da gestão fiscal.

Ao longo do exercício, foram elaborados relatórios gerenciais e legais, incluindo projeções e cálculos de juros e amortizações da dívida pública fundada e do PASEP, que subsidiaram a elaboração do Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da proposta orçamentária anual e do demonstrativo da situação do endividamento exigido pelo art. 149, § 7º, inciso II, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

No âmbito do Programa de Ajuste Fiscal – PAF, foram elaborados os documentos exigidos pela Secretaria do Tesouro Nacional na fase de avaliação do programa, conforme o Termo de Entendimento Técnico celebrado entre o Distrito Federal e a STN. Para tanto, foram realizadas as coletas de informações junto aos órgãos do Governo do Distrito Federal, respondeu aos questionamentos registrados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI, por intermédio da COREM/STN, e efetuou projeções de receitas e



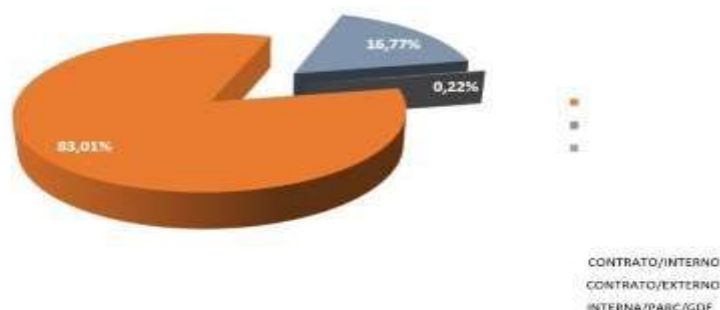
despesas para o exercício subsequente, em conformidade com o modelo definido na etapa de revisão do Programa de Ajuste Fiscal – PAF.

Em cumprimento às obrigações legais, a SEEC prestou informações sobre a evolução da dívida pública fundada à Secretaria do Tesouro Nacional, à Câmara Legislativa do Distrito Federal, à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF e ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, compondo os processos de acompanhamento fiscal e de prestação de contas do Governador.

Com vistas ao atendimento às disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), foram elaborados quadros bimestrais e quadrimestrais relativos à dívida consolidada e aos indicadores de endividamento, que subsidiaram a elaboração dos demonstrativos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, no que se refere à dívida consolidada do Distrito Federal.

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DO DF

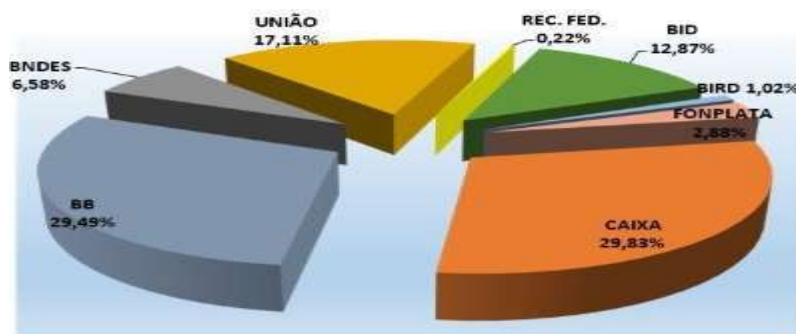
GRÁFICO I- Composição da Dívida Contratual



A Dívida Pública Contratual do DF é composta basicamente por dívida interna e externa. Sendo que a interna, incluindo os parcelamentos, corresponde à 83,23% e a externa à 16,77%, conforme Gráfico I.

A dívida interna foi contratada junto ao Sistema financeiro Nacional (Banco do Brasil, CAIXA e BNDES), além de uma parte, refinanciada junto ao governo federal, com base na Lei 9.496/97. A dívida externa foi contratada com três instituições (BID, BIRD e FONPLATA).

GRÁFICO II- Composição da Dívida por Credor

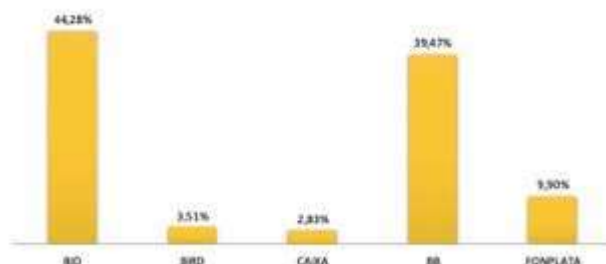


Quanto à composição por credor, pode-se observar, no Gráfico II, que a maior dívida é com a Caixa, com 29,83%; seguidos pelo Banco do Brasil (29,49%); Governo Federal (17,11%); BID, (12,87%), BNDES (6,58%), BIRD (1,02%), FONPLATA (2,88%) e Receita Federal (0,22%).



Quanto aos indicadores individuais de indexação da dívida do DF, de acordo com o Gráfico III, 29,07% é indexada em dólar, seguida de UFR com 28,45%, CDI com 18,57% e IPCA com 17,11%.

GRÁFICO IV - Composição da Dívida Indexada por Dólar



Apesar de ser contratada com o Sistema Financeiro Nacional, parte da dívida interna é indexada ao dólar. O Gráfico IV demonstra que há contratos, nessa modalidade de indexação, com a CAIXA e Banco do Brasil, representando cerca de 42,31% da dívida contratual indexada ao dólar.

DA EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

Os gráficos a seguir, mostram a evolução de como se comportou a dívida contratual do Distrito Federal.

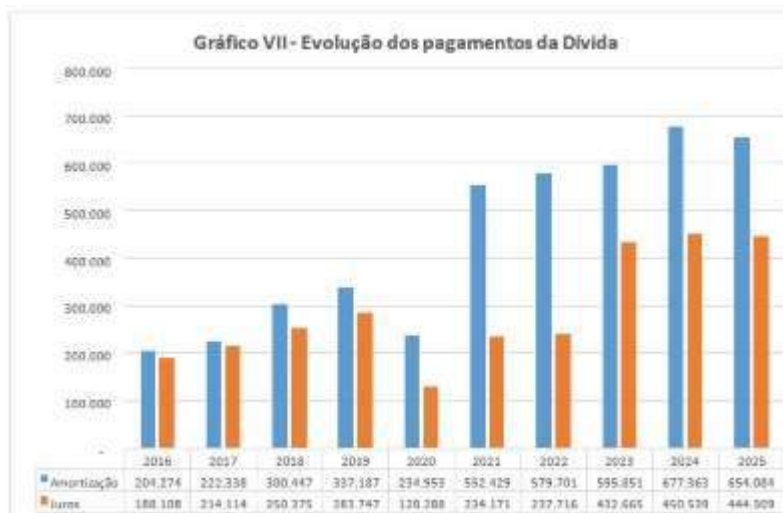


O Gráfico VI evidencia a trajetória dos ingressos de recursos de origem de operações de crédito que impactam diretamente o valor da dívida pública total. Em 2025 houve ingresso de recursos referentes a duas operações de crédito externas de contratos celebrados em 2024, além das operações de crédito internas já celebradas anteriormente.



DESPESAS COM SERVIÇOS DA DÍVIDA PÚBLICA

As despesas com serviço da Dívida Pública do Distrito Federal alcançaram, em 2025, o montante de R\$ 1,10 bilhão, divididos entre dívida interna e externa. O Gráfico VII demonstra que esses pagamentos, desde 2016, se comportaram de forma crescentes, com exceção do ano de 2020, no qual ocorreu a suspensão dos respectivos desembolsos, em função da pandemia da COVID-19 e em conformidade com a Lei Complementar nº 173/2020. Esses incrementos são resultantes de novas contratações, as quais foram assinadas em bases de taxa de juros flexíveis, sendo, portanto, afetadas pelos diferentes indexadores pactuados. Em 2025, houve uma pequena redução em virtude do encerramento de um contrato junto ao Banco do Brasil em dezembro/2024 e de um contrato junto ao BNDES em 2025.



Dessas despesas, quando estratificadas, R\$ 654,08 milhões são gastos com amortização e R\$ 444,30 milhões gastos com juros e encargos, perfazendo um total de R\$ 1,09 bilhão.

PROJEÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA

As projeções dos indicadores da dívida do DF estão baseadas nos índices apresentados pelos cenários macroeconômicos divulgados pelas instituições oficiais, bem como nos indicadores pactuados nos contratos assinados.

CRONOGRAMA DE PAGAMENTO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS DO DISTRITO FEDERAL											
DÍVIDA	ESPECIFICAÇÃO	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Interna	Amortizações	393.932.238	428.313.280	445.487.281	364.575.275	229.576.639	194.529.886	196.032.398	203.013.047	187.203.918	187.203.918
	Juros e Encargos	170.582.769	158.187.806				83.468.698	67.434.723	51.735.462	36.504.470	36.504.470
SUB-TOTAL		564.515.007	586.501.086	582.036.649	485.274.587	330.080.852	277.998.584	263.467.121	254.748.509	223.708.388	223.708.388
Externa	Amortizações	266.734.219	243.537.284	243.537.284	243.537.284	254.691.186	271.758.246	250.754.737	159.384.760	112.625.500	112.625.500
	Juros e Encargos	274.082.104	244.197.399	215.535.627	183.832.870	150.430.420	114.541.961	79.201.251	54.176.976	39.920.446	39.427.547
SUB-TOTAL		540.816.323	487.734.683	459.072.911	427.370.154	405.121.606	386.300.207	329.955.988	213.561.736	152.545.946	152.053.047
Parcelada	Amortizações	1.241.599	1.241.599	1.241.599	1.241.599	24.561.999	24.561.999	24.561.999	24.561.999	23.320.400	23.320.400
	Juros e Encargos	26.616.305	26.757.569	27.083.842	27.181.009	26.927.354	25.398.173	23.927.078	22.339.811	18.236.051	18.236.051
SUB-TOTAL		27.857.904	27.999.168	28.325.441	28.422.608	51.489.353	49.960.172	48.489.077	46.901.810	41.556.451	41.556.451
TOTAL		1.133.189.234	1.102.234.937	1.069.435.001	941.067.349	786.691.811	714.258.963	641.912.186	515.212.055	417.810.785	417.317.886
DÍVIDA	ESPECIFICAÇÃO	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045
Interna	Amortizações	109.932.829	46.102.544	16.618.685	16.618.685	16.618.685	16.476.647	7.775.032	-	-	-
	Juros e Encargos	15.558.239	9.381.858	7.716.748	6.633.762	5.415.627	3.754.770	1.186.875	-	-	-
SUB-TOTAL		125.491.068	55.484.402	24.335.433	23.252.447	22.034.312	20.231.417	8.881.907	-	-	-
Externa	Amortizações	41.779.863	41.779.863	41.779.863	35.956.991	30.134.119	30.134.119	30.134.119	30.134.119	30.134.119	30.134.119
	Juros e Encargos	24.020.563	21.533.219	19.058.794	16.396.002	14.368.031	11.579.796	9.933.658	8.313.747	6.597.000	6.034.790
SUB-TOTAL		65.800.426	63.313.082	60.838.657	52.352.993	44.502.150	41.713.915	40.067.777	38.447.866	36.731.119	36.168.909



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Parcelada	Amortizações Juros e Encargos	23.320.400 13.147.896	23.320.400 11.451.844	23.320.400 9.755.792	23.320.400 8.080.641	23.320.400 6.363.682	23.320.400 4.667.631	23.320.400 2.971.579	23.320.400 1.277.847	-	-
TOTAL		227.759.790	153.569.728	118.259.282	107.006.481	96.220.544	89.933.363	75.241.663	63.046.113	36.731.119	36.168.909
DÍVIDA	ESPECIFICAÇÃO	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057
Interna	Amortizações Juros e Encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Externa	Amortizações Juros e Encargos	3.826.316 815.331	3.826.316 623.458	3.826.316 431.592	3.826.316 233.999	1.913.158 44.319	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL		4.641.647	4.449.774	4.257.908	4.060.315	1.957.477	-	-	-	-	-
Parcelada	Amortizações Juros e Encargos	23.320.400 13.147.896	23.320.400 11.451.844	23.320.400 9.755.792	23.320.400 8.080.641	23.320.400 6.363.682	23.320.400 4.667.631	23.320.400 2.971.579	23.320.400 1.277.847	-	-
SUB-TOTAL		36.468.296	34.772.244	33.076.192	31.401.041	29.684.082	27.988.031	26.291.979	24.598.247	-	-
TOTAL		41.109.943	39.222.018	37.334.100	35.461.356	31.641.559	27.988.031	26.291.979	24.598.247	-	-

CONTRATOS ASSINADOS

Contratos assinados vigentes:

Junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID:

- Programa de Desenvolvimento Econômico do DF – Pró-Cidades. Valor Contratado: U\$ 170.100.000,00;
- Projeto de Desenvolvimento Fazendário. Valor contratado: U\$ 50.000.000,00;
- Modernização da Gestão Fiscal do Distrito Federal - PROFISCO II. Valor contratado: U\$ 72.700.000,00;
- Programa de Saneamento Básico do DF. Valor contratado: U\$ 130.000.000,00;
- Projeto de Desenvolvimento Fazendário do DF - PRODEFAZ / PROFISCO. Valor contratado: U\$ 31.997.000,00.

Junto ao Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA:

- INFRA - DF. Valor contratado: U\$ 60.000.000,00.

Junto ao Banco do Brasil:

- Projeto de Investimento nas áreas de assistência social, saúde, educação, desenvolvimento institucional, saneamento básico. Valor contratado: 505.000.000,00;
- Investimentos em áreas de assistência social, saúde, educação, desenvolvimento institucional, habitação ou urbanização, saneamento básico e mobilidade social. Valor contratado: 495.000.000,00;
- Projeto de mobilidade integrada. Valor contratado: 500.000.000,00.

Junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES:

Programas de Transporte Integrado, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano – PROINVESTE. Valor contratado: R\$ 311.152.640,60;

Investimento em logística, mobilidade urbana, segurança pública e saúde do Distrito Federal. Valor contratado: R\$ 217.003.108,00.

Junto à Caixa Econômica Federal:

- Pró-Moradia para Infraestrutura e Saneamento do DF. Valor contratado: R\$ 179.993.358,10;
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Mestre D'armas. Valor contratado: R\$ 40.308.604,75;
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Sol Nascente/Ceilândia. Valor contratado: 208.960.870,10;
- Implantação do Sistema de Produtor de Águas do Corumbá Sul. Valor contratado: R\$ 72.000.000;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

- Implantação do Sistema de Produtor de Águas do Corumbá – complementação. Valor contratado: R\$ 19.000.000;
- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros – Eixo Oeste. Valor contratado: 517.477.350,00;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor de Arniqueira. Valor contratado: R\$ 47.622.498,29;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Buritizinho - Sobradinho – DF. Valor contratado: 19.381.369,37;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Vicente Pires – DF. Valor contratado: 397.961.363,79;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Ribeirão - Porto Rico. Valor contratado: 35.034.768,55;
- Ampliação da DF - 047 para o acesso ao aeroporto; Valor contratado: R\$ 98.000.000,00;
- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros Eixo Sul - Pró-Transporte. Valor contratado: 561.522.650,00;
- Pro- moradia II – obras de infraestrutura, urbanização de assentamentos precários - Arapoanga. Valor contratado: R\$ 46.524.916,57;
- Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal do DF. Valor contratado: R\$ 12.337.571,92;
- Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal do DF (PNAFM II). Valor contratado: R\$ 30.600.000,00;
- Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal do DF (PNAFM III). Valor contratado: R\$ 49.000.000,00;
- Aporte de capital na companhia energética de Brasília - CEB. Valor contratado: R\$ 160.000.000,00.

Junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD:

- Programa de Modernização da Gestão Pública do DF (SWAPP). Valor contratado: U\$ 130.000.000,00.

Junto ao Banco do Brasil/STN:

- Contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas. Valor contratado: R\$ 642.272.367,31.

CONTRATO EM PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO PARA ASSINATURA

Junto ao BNDES:

- Obras de engenharia. Valor a ser contratado: R\$ 662.996.891,50.
- Expansão do metrô. Valor a ser contratado: R\$ 400.000.000,00.

CONTRATOS ASSINADOS E EM PROCESSO DE LIBERAÇÃO

No exercício de 2025, foram liberados R\$ 280.050.169,28 em operações de crédito, para os seguintes contratos:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

- Pró-moradia Infraestrutura, Urbanização, Assentamento Mestre D'armas. R\$ 135.892,68;
- Pró-moradia Infraestrutura, Urbanização, Assentamento Sol Nascente - Ceilândia/DF. R\$ 15.412.990,53;
- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros Eixo Oeste. R\$ 55.875.948,24;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Arniqueira. R\$ 7.166.045,56;



• Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Vicente Pires. R\$ 31.620.705,51; e

BNDES

• Aquisição de helicóptero e projetos de infraestrutura. R\$ 5.000.000,00.

FONPLATA

• Programa de Infraestrutura e readequação urbana do Distrito Federal. R\$ 128.563.150,00.

BID

• Programa de Desenvolvimento Fazendário – PROFISCO II. R\$ 36.275.436,76.

A tabela a seguir demonstra a evolução das liberações nos últimos 10 anos:

TABELA VIII: LIBERAÇÕES OCORRIDAS										
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
DÍVIDA INTERNA	80,9	493,3	483,4	273,3	81	118,48	683,78	640,29	139,47	115,21
DÍVIDA EXTERNA	19,2	23,9	78,2	74,4	120,5	16,82	26,11	0,0	0,00	164,83
TOTAL	100,1	517,2	561,6	347,7	201,5	129,3	709,89	640,29	139,47	280,04

Em valores correntes/R\$ milhões

CONTRIBUIÇÃO AO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP

O Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP foi instituído pela Lei Complementar nº 8, de 03/12/1970, com a finalidade de constituir um fundo para prover o servidor público de um abono anual e saque dos depósitos em seu nome, por motivo de casamento, aquisição de casa própria, aposentadoria ou morte.

Posteriormente, por força do art. 239 da Constituição Federal, o PASEP passou a financiar, também, programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES e o programa de seguro-desemprego.

A Lei nº 9.715, de 25/11/1998, estabeleceu que as pessoas jurídicas de direito público interno passariam a contribuir para o PIS/PASEP com base no valor mensal das suas receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas, deduzidas as transferências feitas a outras entidades públicas.

Nesse sentido, a tabela abaixo demonstra as despesas de recolhimento e regularização do PASEP, no período de 2017 a 2025.

TABELA IX: DESPESAS COM RECOLHIMENTO/REGULARIZAÇÃO DO PASEP										
ANO	2017	2018		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025*
Valores pagos	127,0	140,2		167,9	179,2	215,0	218,3	236,0	254,7	262,5

Elaboração: UDIP/SUTES/SEFIN/SEEC

Em valores de milhões e correntes

*valor calculado em 05/01/2026 (antes do fechamento do Siga)

PROGRAMA DE AJUSTE FISCAL

No que diz respeito ao Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Distrito Federal - PAF, cumpre ressaltar que a Secretaria do Tesouro Nacional avalia, anualmente, a execução do programa relativa ao ano anterior, nos moldes do art. 18 da Lei Complementar nº 178/2021, regulamentada pelo Decreto nº 10.819/2021 e pela Portaria STN/MF nº 217/2024. Todas as metas pactuadas para o exercício de 2024 foram cumpridas, conforme a Nota Técnica SEI nº 4342/2025/MF. Para o exercício de 2025, foram pactuadas as seguintes metas:



- a. Meta 1 – Relação Dívida Consolidada (DC) / Receita Corrente Líquida (RCL) (%) – menor que 27,73%;
- b. Meta 2 – Resultado Primário - igual ou superior a - R\$ 1,8 bilhões;
- c. Meta 3 – Despesa com pessoal / Receita Corrente Líquida (RCL) – inferior a 57%;
- d. Meta 4 – Receitas de arrecadação própria - valor mínimo de R\$ 24,5 bilhões;
- e. Meta 5 – Gestão pública - estabelecida na forma de compromissos, especialmente adivulgação em meios eletrônicos dos dados e informações relativos ao Programa;
- f. Meta 6 – Disponibilidade de Caixa - disponibilidade de caixa bruta de recursos não vinculados do Poder Executivo maior ou igual às obrigações financeiras não vinculadas.

DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - DCTFWeb

A DCTFWeb (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos) constitui obrigação acessória destinada à prestação de informações à Receita Federal do Brasil (RFB) acerca dos débitos e créditos relativos às contribuições previdenciárias e às contribuições destinadas a terceiros.

Trata-se de declaração de periodicidade mensal, transmitida por meio de certificado digital, na qual esta Unidade, na qualidade de responsável pelo CNPJ do Governo do Distrito

Federal (GDF), informa à RFB os valores apurados e recolhidos referentes à contribuição ao PASEP, ao eSocial, quando aplicável, ainda que sem movimento e à EFD-Reinf, relativo aos valores de imposto de renda retido na fonte incidente sobre pagamentos decorrentes de operações de crédito.

DA CONTADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

No exercício de 2025, a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC) assegurou a consolidação, o acompanhamento e a divulgação das informações contábeis, orçamentárias, financeiras e patrimoniais do Governo do Distrito Federal, em conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com as normas expedidas pelos órgãos de controle.

Nesse contexto, foram elaborados e publicados os relatórios e demonstrativos legais relativos à execução orçamentária e financeira da Administração Direta, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Públicas dependentes do Tesouro distrital, abrangendo o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, incluindo os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), de periodicidade bimestral, e os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), de periodicidade quadrimestral, contemplando integralmente as exigências da legislação vigente.

- Demonstrativos bimestrais - Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO):
 - Balanço Orçamentário;
 - Demonstrativo Consolidado da Execução da Despesa Por Função e Subfunção;
 - Demonstrativo Consolidado da Receita Corrente Líquida;
 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias;
 - Demonstrativo do Resultado Primário;
 - Demonstrativo do Resultado Nominal;
 - Demonstrativo Consolidado dos Restos a Pagar Por Poder e Órgão;
 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesa de Capital;
 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos;
 - Demonstrativo das Transferências de União;
 - Apuração do limite de aplicação em MDE, MDEF e FUNDEB;
 - Demonstrativo das Aplicações em Ações e Serviços de Saúde;
 - Demonstrativo Simplificado da Execução Orçamentária; e



• Demonstrativo da Execução do Orçamento da Educação, conforme Decreto nº 17.256, de 28/03/96 e Art. 241, § 2º da LODF.

Demonstrativos quadrimestrais – Relatórios de Gestão Fiscal (RGF):

- Demonstrativo da Despesa com Pessoal – Poder Executivo;
- Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida;
- Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores;
- Demonstrativo das Operações de Créditos;
- Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa (anual);
- Demonstrativo da Inscrição dos Restos a Pagar (anual);
- Demonstrativo dos Limites; e
- Lançamento de dados contidos nos demonstrativos da LRF junto ao Siconfi/STN.

Os dados constantes desses demonstrativos foram registrados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), gerenciado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com vistas à consolidação das Contas Nacionais, bem como disponibilizados no sítio eletrônico da Secretaria, em observância aos princípios da transparência e da publicidade.

Ao longo do exercício, a SEEC promoveu a elaboração de relatórios gerenciais e a estruturação de bases de dados consolidadas referentes à receita, despesa, ativo, passivo, variações patrimoniais e custos governamentais, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão governamental, atender às demandas dos Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal e prestar informações aos órgãos de controle interno e externo.

Destaca-se, ainda, a coordenação do Processo de Prestação de Contas Anual do Governador, em observância à Lei Orgânica do Distrito Federal e às normas do Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como a elaboração do Balanço Geral do Governo do Distrito Federal, que consolidou as informações da execução orçamentária, financeira e patrimonial, integrando dados dos sistemas corporativos do GDF e das empresas integrantes do Orçamento de Investimento e Dispendio.

No âmbito do acompanhamento contábil, foram realizados o monitoramento dos fechamentos contábeis, a análise qualitativa e quantitativa das contas e a consolidação das informações em diferentes níveis de governo, assegurando a consistência, a fidedignidade e a tempestividade das demonstrações contábeis.

A Secretaria também acompanhou a evolução das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, promovendo ajustes nos procedimentos e nos sistemas corporativos, em especial no SIGGo, com vistas ao aperfeiçoamento das demonstrações contábeis e ao atendimento das determinações e recomendações dos órgãos de controle.

Sendo assim, ao longo do exercício de 2025, foram prestados esclarecimentos técnicos e elaborados documentos de natureza contábil e patrimonial para atendimento às demandas do Tribunal de Contas do Distrito Federal, da Controladoria-Geral do Distrito Federal, da Câmara Legislativa do DF e de outros órgãos demandantes, reforçando o compromisso institucional com a conformidade e a transparência da gestão pública.

Foram, ainda, organizadas e encaminhadas as tomadas de contas anuais dos ordenadores de despesa, agentes recebedores e pagadores da administração direta e dos fundos especiais, relativas ao exercício anterior, bem como promovido o monitoramento dos cadastros dos responsáveis por bens, valores e dinheiros públicos.

Por fim, a SEEC intensificou as ações de orientação técnica, capacitação de servidores e acompanhamento das unidades gestoras, contribuindo para o aprimoramento dos registros contábeis, a regularização de pendências históricas e o adequado encerramento do exercício financeiro, em consonância com as boas práticas de governança e controle da Administração Pública



DA COORDENAÇÃO DAS ESTATAIS E ÓRGÃOS COLEGIADOS

A Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC) desenvolveu e coordenou ações voltadas ao fortalecimento da governança, da gestão de pessoas, da transparência e da sustentabilidade fiscal das empresas estatais distritais, em consonância com a legislação vigente, com as diretrizes do Governo do Distrito Federal e com as boas práticas de governança corporativa.

Principais entregas e resultados:

No campo normativo, destacam-se a edição e atualização de dispositivos legais relevantes para a gestão das empresas estatais, entre os quais a Lei nº 7.653, de 17 de março de 2025, que alterou a Lei nº 7.549/2024 (LDO 2025), dispensando as empresas estatais dependentes da obrigatoriedade de inclusão, no Anexo IV, das autorizações relativas a Acordos Coletivos de Trabalho; o Decreto nº 47.494, de 28 de julho de 2025, que aperfeiçoou os procedimentos relativos à atuação da Procuradoria-Geral do Distrito Federal em assembleias gerais de sociedades empresariais com participação do Distrito Federal; e o Decreto nº 42.375, de 9 de agosto de 2025, alterado pelo Decreto nº 47.959, de 24 de novembro de 2025, que instituiu princípios e diretrizes para a Política e os Programas de Qualidade de Vida no Trabalho no âmbito da Administração Direta e Indireta do DF.

No âmbito fiscal e patrimonial, a SEEC promoveu o fortalecimento da política de ampliação da distribuição de dividendos pelas empresas estatais independentes, medida que resultou em incremento expressivo de recursos destinados ao caixa do Tesouro do Distrito Federal, contribuindo para o equilíbrio das contas públicas.

Na área de governança e gestão de pessoas, a Secretaria coordenou a realização do 1º, 2º e 3º Fóruns de Gestão de Pessoas das Empresas Estatais do Governo do Distrito Federal, realizados, respectivamente, nos meses de março, junho e novembro de 2025, com a participação de gestores, especialistas e representantes das estatais distritais. Os eventos tiveram como foco a integração institucional, o alinhamento estratégico das políticas de recursos humanos, o debate sobre desafios contemporâneos da gestão de pessoas e o fortalecimento das práticas de governança.

Ainda nesse contexto, foi realizado o 2º Encontro de Conselheiros das Empresas Estatais do Governo do Distrito Federal, em outubro de 2025, reunindo aproximadamente 120 conselheiros e dirigentes, com o objetivo de promover o alinhamento das atividades dos conselhos de administração e fiscais às exigências legais e às boas práticas de governança, integridade, gestão de riscos, compliance, transformação digital e uso responsável da inteligência artificial, em especial nos termos da Lei nº 13.303/2016 e da legislação correlata.

Com vistas à padronização e ao aprimoramento dos processos de análise dos Acordos Coletivos de Trabalho das empresas estatais dependentes, a SEEC instituiu instrumento padronizado de instrução processual, de preenchimento prévio obrigatório, conferindo maior eficiência, segurança jurídica e aderência às disposições da Lei nº 13.303/2016.

No exercício, também foram atualizados o Regimento Interno da Subsecretaria responsável pela coordenação das estatais e órgãos colegiados, bem como os dados institucionais correspondentes no sítio eletrônico da Secretaria, reforçando os princípios da transparência e do acesso à informação.

Projetos e ações em andamento:

No campo da modernização da gestão e da transparência, encontram-se em desenvolvimento projetos estratégicos voltados à consolidação de informações e ao fortalecimento do controle social, com destaque para o Portal dos Conselhos, destinado a centralizar dados relativos à composição, funcionamento e atuação dos conselhos existentes no âmbito do Distrito Federal, e para o Sistema Integrado de Governança das Estatais (SIGE), que contempla a coleta de dados e a disponibilização de painéis de governança corporativa das empresas estatais distritais.

No âmbito desses projetos, estão em andamento a elaboração da Matriz de Riscos Estratégicos, com vistas à integração da gestão de riscos aos projetos estratégicos da Pasta, bem como a formulação de decreto que estabelecerá diretrizes para a correta, tempestiva e



integral inserção de informações no SIGE, prevendo responsabilidades e consequências administrativas em caso de descumprimento.

Avançam, ainda, a modelagem e o mapeamento de processos relacionados à coordenação das estatais e dos órgãos colegiados, em alinhamento com as diretrizes estratégicas da SEEC, e a elaboração de atos normativos voltados à regulamentação da participação dos empregados nos lucros e resultados (PLR), dos Acordos Coletivos de Trabalho, dos Programas de Desligamento Voluntário e dos Planos de Cargos, Empregos e Salários das empresas estatais dependentes.

No exercício, a Secretaria também participou de grupo de trabalho voltado à elaboração de proposta para criação de Sistema de Gerenciamento de Riscos Fiscais no âmbito da SEEC, além de manter parcerias institucionais com a Contadoria-Geral do Distrito Federal, com foco na melhoria da qualidade e da padronização das informações contábeis e na adequada evidência dos riscos fiscais, e com a Universidade de Brasília e fundações de apoio à pesquisa, voltadas ao desenvolvimento de soluções inovadoras em tecnologia da informação de interesse da administração pública distrital.

As ações desenvolvidas ao longo de 2025 reforçaram o papel da Secretaria de Estado de Economia como órgão central de coordenação, normatização e supervisão da governança das empresas estatais do Distrito Federal, contribuindo para o aprimoramento da gestão, o fortalecimento da transparência, a mitigação de riscos fiscais e a geração de valor público, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e responsabilidade fiscal.

DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

No exercício de 2025, a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal atuou de forma contínua no acompanhamento, na captação e na gestão de recursos provenientes de transferências voluntárias da União e de operações de crédito internas e externas, com vistas ao financiamento de políticas públicas estruturantes e à manutenção da regularidade fiscal do Distrito Federal.

No âmbito das transferências voluntárias da União, foram monitoradas as oportunidades de captação de recursos por meio da Plataforma Transferegov.br. Até 31 de dezembro de 2025, registraram-se 33 propostas cadastradas no módulo de Transferências Discricionárias e Legais, totalizando aproximadamente R\$ 112 milhões, com potencial de conversão em convênios, contratos de repasse, termos de compromisso e instrumentos vinculados ao Novo PAC, destinados à execução de políticas públicas de interesse recíproco nos exercícios subsequentes, conforme os cronogramas físico-financeiros estabelecidos nos respectivos planos de trabalho. Desse total, 12 propostas foram convertidas em instrumentos formalmente assinados em 2025, alcançando o montante de R\$ 78,67 milhões.

No que se refere às Transferências Especiais, destacou-se a disponibilização de recurso oriundo de emenda parlamentar individual, no valor de R\$ 10.432.612,08, destinado ao CNPJ do Distrito Federal, com plano de trabalho aprovado e execução a cargo de órgão do Poder Executivo distrital. Paralelamente, foram prestadas orientações técnicas aos órgãos executores quanto aos procedimentos aplicáveis no Transferegov.br, com ênfase no correto preenchimento dos Relatórios de Gestão, em observância às determinações do Supremo Tribunal Federal e à legislação vigente.

Ainda no campo da captação de recursos, a Secretaria coordenou a elaboração do Caderno de Emendas Federais – exercício 2026, instrumento estratégico voltado à ampliação do acesso a recursos voluntários previstos no art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000. O processo contou com a participação de 31 órgãos e entidades da Administração Pública Distrital, resultando no cadastramento de 428 projetos no Banco de Projetos do Sistema de Gerenciamento de Recursos – SIGER, com valor global estimado em aproximadamente R\$ 3,4 bilhões.

No tocante às operações de crédito, foi realizado o acompanhamento da execução da carteira de financiamentos internos contratados junto a instituições financeiras nacionais, com desembolsos acumulados, até 31 de dezembro de 2025, da ordem de R\$ 166 milhões pela Caixa Econômica Federal, R\$ 152 milhões pelo BNDES e valores expressivos executados no âmbito de contratos firmados com o Banco do Brasil. Esses recursos financiaram



investimentos relevantes nas áreas de mobilidade urbana, saúde, infraestrutura viária, drenagem, habitação, logística urbana, equipamentos públicos e fortalecimento da capacidade operacional do Governo do Distrito Federal.

No âmbito das operações de crédito externas, manteve-se o acompanhamento das operações contratadas junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor total de até US\$ 72,73 milhões, no contexto do Programa de Desenvolvimento Fazendário do Distrito Federal (PRODEFAZ/PROFISCO II), bem como da operação firmada com o FONPLATA, no valor de até US\$ 75,00 milhões, destinadas a projetos estruturantes de drenagem e infraestrutura urbana, com desembolsos realizados ao longo do exercício.

Em relação às novas operações de crédito, avançou-se na preparação de propostas junto ao BNDES, tanto no âmbito do FINEM quanto do Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC, voltadas ao financiamento de ações estruturantes nas áreas de segurança pública, modernização da gestão pública, mobilidade urbana e expansão da rede metroviária. Parte das contratações previstas não foi efetivada em 2025 em razão da reclassificação da Capacidade de Pagamento do Distrito Federal (CAPAG) de “B” para “C”, conforme avaliação realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional em fevereiro daquele exercício.

No eixo da regularidade fiscal, foram desenvolvidas ações permanentes de monitoramento e orientação aos órgãos e entidades do Distrito Federal quanto às exigências cadastrais e fiscais perante a União. No exercício de 2025, foram registradas 996 pendências no Serviço Auxiliar de Informações sobre Requisitos Fiscais – CAUC, das quais 97,1% foram regularizadas no próprio exercício. Resultados semelhantes foram observados no acompanhamento das pendências registradas junto à Receita Federal do Brasil, com índice de regularização superior a 96%, bem como no monitoramento da situação dos convênios ativos registrados no Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União, os quais se mantiveram regulares.

Adicionalmente, foi assegurado o acompanhamento da validade das certidões fiscais e previdenciárias exigidas para a celebração de convênios e operações de crédito, com elevados índices de regularidade dos órgãos da administração direta e acompanhamento contínuo das situações pendentes na administração indireta.

No campo da melhoria da gestão, deu-se continuidade à aplicação do Modelo de Governança e Gestão – Gestão Pública, com a realização da terceira aplicação do Instrumento de Maturidade da Governança e da Gestão (IMGG – 100 pontos), envolvendo 35 órgãos e entidades da Administração Pública Distrital, com resultados que evidenciam o avanço progressivo da maturidade institucional.

Foram mantidas, ainda, as atividades de sustentação e aprimoramento do Sistema de Gerenciamento de Recursos – SIGER, incluindo a elaboração de manuais, a criação e manutenção de painéis gerenciais de acompanhamento das transferências voluntárias, das operações de crédito e da carteira de financiamentos, ampliando a transparência, a capacidade de monitoramento e o suporte à tomada de decisão.

Perspectivas para o exercício de 2026

Para o exercício de 2026, as ações estarão concentradas na recomposição da Capacidade de Pagamento do Distrito Federal para o nível “B”, condição necessária à retomada das contratações de operações de crédito em preparação, bem como na ampliação das funcionalidades do Sistema de Gerenciamento de Recursos – SIGER, com a implementação dos módulos de Operações de Crédito e de Acompanhamento da Carteira de Financiamentos, o aprimoramento dos relatórios gerenciais e a consolidação das informações relativas às transferências da União e ao Banco de Projetos.

DO ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO, FISCAL E APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO

A Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal desenvolveu atividades permanentes de acompanhamento, análise e projeção orçamentária, com foco no cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais, no fortalecimento da gestão fiscal e no suporte técnico à tomada de decisão governamental.



No exercício de 2025, foram desenvolvidas ações voltadas ao fortalecimento do planejamento orçamentário, da gestão fiscal, da captação de recursos e do acompanhamento da execução financeira do Distrito Federal, com foco na conformidade legal, na transparência, na melhoria dos processos e no suporte qualificado à tomada de decisão dos gestores.

No âmbito do planejamento orçamentário, destaca-se a elaboração da proposta orçamentária referente ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026 (PLOA/2026), realizada integralmente por meio do Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO, em ambiente web, consolidando avanço relevante na modernização, padronização e rastreabilidade do processo orçamentário. O projeto foi convertido na Lei nº 7.842, de 30 de dezembro de 2025, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2026, com publicação ainda no exercício de 2025.

De forma complementar, foi elaborado e encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 (PLDO/2026), posteriormente convertido na Lei nº 7.735, de 22 de julho de 2025, que estabelece as diretrizes para a elaboração e execução do orçamento distrital, assegurando alinhamento fiscal e observância aos limites legais.

Como apoio técnico ao processo orçamentário, foram realizadas ações de capacitação por meio de cursos promovidos pela Escola de Governo do Distrito Federal, voltados ao aperfeiçoamento da atuação dos agentes de orçamento das Unidades Orçamentárias. Ademais, foram disponibilizados vídeos tutoriais na página do PLOA/2026 no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, com o objetivo de ampliar o alcance das orientações técnicas e assegurar maior uniformidade na elaboração das propostas orçamentárias no SIGGO – ambiente web.

No campo do monitoramento fiscal e orçamentário, foram acompanhadas as estimativas de receitas e despesas com vistas à verificação do cumprimento dos limites constitucionais de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) e na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), bem como os reflexos da Receita Corrente Líquida nas dotações mínimas do Fundo de Apoio à Cultura (FAC), do Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) e do Fundo da Universidade do Distrito Federal (FUNDF), e da Receita Tributária Líquida na dotação mínima do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA).

Foram realizadas, ainda, apurações e projeções periódicas do Resultado Primário, em atendimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com divulgação por meio dos Relatórios de Avaliação Bimestral, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI/GDF). Complementarmente, procedeu-se ao acompanhamento da execução das despesas, da Poupança Corrente do Distrito Federal, enquanto indicador relevante da Capacidade de Pagamento, e à elaboração de cenários orçamentários, visando subsidiar decisões estratégicas da alta gestão.

No tocante à modernização e qualificação das informações gerenciais, foram aprimoradas as metodologias de projeções de receitas e despesas orçamentárias e promovida a automatização da geração de informações gerenciais, mediante o uso da plataforma Qlik Sense e de ferramentas de integração de dados, como o Microsoft Excel (Power Query). Houve, ainda, evolução dos painéis orçamentários, permitindo análises mais integradas e tempestivas das propostas das Unidades Orçamentárias e das informações que subsidiam o Caderno de Emendas, no âmbito do sistema SISCAEP, com implementação de novas regras e atualizações técnicas.

No exercício de 2025, também foram elaborados e publicados o Relatório Orçamento Criança e Adolescente, relativo aos exercícios de 2023 e 2024, para fins de transparência e atendimento às exigências legais, com divulgação no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal e no Diário Oficial do Distrito Federal.

No que se refere à captação de recursos, foi realizado o acompanhamento da disponibilidade de recursos de transferências voluntárias da União por meio da Plataforma Transferegov.br. No Módulo de Transferências Discricionárias e Legais, até 31 de dezembro de 2025, constavam 33 propostas cadastradas, no montante aproximado de R\$ 112 milhões, das quais 12 foram convertidas em instrumentos assinados no exercício, totalizando R\$ 78,67 milhões.



No Módulo de Transferências Especiais, destaca-se o acompanhamento da execução de emenda individual no valor de R\$ 10,43 milhões, com plano de trabalho aprovado e recursos disponibilizados ao Governo do Distrito Federal.

No âmbito do apoio institucional aos órgãos e entidades distritais, foram prestadas orientações quanto aos procedimentos operacionais da Plataforma Transferegov.br, com ênfase no correto preenchimento dos Relatórios de Gestão, em conformidade com as determinações do Supremo Tribunal Federal e com os normativos vigentes. Ademais, foi coordenado o processo de elaboração do Caderno de Emendas Federal – 2026, com a participação de 31 órgãos e entidades, que cadastraram 428 projetos no Banco de Projetos do Sistema de Gerenciamento de Recursos – SIGER, totalizando aproximadamente R\$ 3,4 bilhões em projetos.

No campo das operações de crédito, procedeu-se ao acompanhamento da carteira de financiamentos internos e externos, com operações contratadas junto à CAIXA, BNDES, Banco do Brasil, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e FONPLATA, destinadas a investimentos estruturantes nas áreas de infraestrutura urbana, mobilidade, saúde, saneamento e modernização da gestão pública. Foram também desenvolvidas ações preparatórias para novas operações de crédito, inclusive no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), condicionadas à reclassificação da Capacidade de Pagamento do Distrito Federal junto à Secretaria do Tesouro Nacional.

No tocante à regularidade fiscal, foi realizado o acompanhamento sistemático das pendências registradas no CAUC, com elevado índice de regularização, bem como o monitoramento da validade das certidões fiscais dos órgãos da administração direta e indireta, contribuindo para a manutenção da capacidade do Distrito Federal de firmar convênios e contratar operações de crédito com a União.

Por fim, destaca-se a participação nos trabalhos relacionados ao Projeto PROFISCO II, especialmente nas ações vinculadas à gestão de riscos fiscais, bem como o desenvolvimento contínuo do Sistema de Gerenciamento de Recursos – SIGER, com foco na ampliação de funcionalidades, melhoria dos relatórios gerenciais e fortalecimento do suporte às atividades de planejamento, orçamento e gestão fiscal.

DA GESTÃO DAS EMENDAS PARLAMENTARES

Em consonância com os normativos vigentes, no exercício de 2025 foram desenvolvidas ações estruturantes voltadas ao aprimoramento da gestão, do controle, da transparência e do monitoramento das emendas parlamentares distritais, abrangendo tanto a fase de proposição quanto a de execução orçamentária, com resultados consolidados até 24 de dezembro de 2025.

No âmbito dos sistemas corporativos, foram realizadas atividades contínuas de desenvolvimento, manutenção evolutiva e disponibilização de relatórios gerenciais e operacionais para os usuários do Sistema de Controle de Emendas Parlamentares – SISCOPEP e do Sistema de Propostas ao Caderno de Emendas Parlamentares – SisCAEP. Essas ações contribuíram para o fortalecimento da transparência, do controle interno e do acompanhamento da execução das emendas parlamentares, ampliando a confiabilidade das informações e a capacidade de monitoramento pelos órgãos envolvidos.

Destaca-se o planejamento e a coordenação dos trabalhos relacionados à elaboração do Caderno de Sugestões de Emendas Distritais – PLOA 2026, compreendendo a articulação entre as Unidades executoras e as áreas técnicas, a consolidação das análises, a realização de ajustes técnicos, a validação junto ao Gabinete desta Secretaria, bem como a entrega e a divulgação do material aos parlamentares da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Como instrumento de apoio à gestão e à tomada de decisão, foi elaborado painel dinâmico de Business Intelligence (BI) para acompanhamento, consolidação e análise dos dados referentes às emendas parlamentares, permitindo visão integrada das informações orçamentárias e operacionais e subsidiando o monitoramento da execução.

No campo da capacitação, foi executado o Plano Anual de Capacitação destinado aos usuários dos sistemas SISCOPEP e SisCAEP, em parceria com a Escola de Governo do Distrito Federal



– EGOV. No exercício de 2025, foram realizadas três turmas de capacitação para o SISCONEP e duas turmas para o SisCAEP, ambas com carga horária de 8 horas e 24 participantes por turma, beneficiando número expressivo de servidores das Unidades Orçamentárias e Gestoras. As capacitações tiveram como objetivo aprimorar o conhecimento técnico, padronizar procedimentos, reduzir inconsistências operacionais e fortalecer o uso adequado das plataformas no acompanhamento, na análise e na execução das emendas parlamentares.

Foi prestado apoio técnico contínuo às Unidades Orçamentárias e Gestoras na utilização do SISCONEP, com esclarecimento de dúvidas e orientações quanto aos procedimentos de análise de viabilidade, registro e gestão de ofícios, execução das emendas, anulação de saldos e encerramento de exercício. Paralelamente, foram acompanhados e aprimorados os fluxos sistêmicos relacionados à análise parlamentar, à análise das Unidades executoras, à comunicação de impedimentos, ao registro de inexecuções e ao controle de prazos, assegurando maior aderência às normas legais e operacionais vigentes.

No tocante aos controles internos, houve atuação na padronização de procedimentos e no fortalecimento dos mecanismos de controle relacionados à execução das emendas parlamentares individuais, contribuindo para a redução de inconsistências e para o aumento da segurança e da confiabilidade das informações registradas nos sistemas.

Manteve-se, ainda, interlocução permanente com a área de tecnologia da informação, visando à correção de falhas, à implementação de evoluções e aos ajustes necessários no SISCONEP, com foco na estabilidade da plataforma e na adequação às demandas normativas e operacionais.

No exercício de 2025, foram geridos, no âmbito da temática de emendas parlamentares, o total de 747 processos no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

No que se refere às ações realizadas por meio do Sistema de Controle de Emendas Parlamentares – SISCONEP, destacam-se os seguintes resultados: acompanhamento de 9 Projetos de Lei; cadastramento de 771 emendas parlamentares; gestão de valores da ordem de R\$ 723,38 milhões; acompanhamento de 443 análises de viabilidade; cadastramento de 4.653 ofícios, dos quais 2.584 foram desbloqueados e 260 bloqueados; desbloqueio de valores no montante de R\$ 718,31 milhões; e gestão de 925 usuários.

Ações realizadas e gerenciadas no âmbito do Sistema de Controle Emendas Parlamentares – SISCONEP:

Projeto de Leis acompanhados	09
Emendas cadastradas	771
Valores geridos	R\$ 723.383.000,00
Análises de viabilidades acompanhadas	443
Ofícios cadastrados	4.653
Ofícios desbloqueados	2.584
Ofícios bloqueados	260
Valores desbloqueados	R\$ 718.311.844,56
Usuários geridos	925

Quanto às ações desenvolvidas no âmbito do Sistema de Propostas ao Caderno de Emendas Parlamentares – SisCAEP, registrou-se captação de recursos no valor de R\$ 211,89 milhões na LOA 2025 e valor proposto de R\$ 985,66 milhões no PLOA 2026. No período, foram cadastradas 723 propostas, das quais 602 foram qualificadas, com participação de 66 Unidades e gestão de 753 usuários.

Ações realizadas e gerenciadas no âmbito do Sistema de Propostas ao Caderno de Emendas Parlamentares – SisCAEP:

Valor captado LOA 2025	R\$ 211.892.801,00
Valor de captação proposto PLOA 2026	R\$ 985.662.345,49
Propostas cadastradas	723
Propostas qualificadas	602
Unidades participantes	66



PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2026

Para o exercício de 2026, será dada continuidade aos trabalhos de desenvolvimento e modernização do Sistema de Controle de Emendas Parlamentares – SISCONEP e do Sistema de Propostas ao Caderno de Emendas Parlamentares – SisCAEP, bem como à conclusão do painel de resultados na plataforma Qlik Sense, atualmente em fase de desenvolvimento.

No âmbito do SISCONEP, destaca-se a continuidade da melhoria do acompanhamento e do monitoramento da execução das emendas parlamentares distritais, com especial atenção ao cumprimento de prazos, aos procedimentos estabelecidos e à análise dos conteúdos apresentados pelas Unidades executoras, em conformidade com o Decreto nº 43.360, de 25 de maio de 2022.

Adicionalmente, no primeiro semestre de 2026, em parceria com a Escola de Governo do Distrito Federal e por meio de visitas técnicas in loco, serão promovidas novas ações de capacitação voltadas tanto para novos usuários dos sistemas quanto para aqueles que demandem reciclagem ou aprofundamento dos conteúdos.

No que se refere ao SisCAEP, está prevista a integração da plataforma com a ferramenta de proposição da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, possibilitando que as propostas estruturadas pelo Poder Executivo sejam migradas diretamente para o sistema legislativo, facilitando a adesão dos parlamentares. Para viabilizar essa evolução, o projeto contempla frentes estratégicas relacionadas à modernização sistêmica, à integração entre o SisCAEP e o SISCONEP, com apoio da Subsecretaria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação – SETIC/SEEC, e à implementação de novas funcionalidades, como o banco único de propostas e o fluxo de cadastramento contínuo ao longo do exercício.

Paralelamente, será elaborado novo marco normativo abrangendo o SisCAEP, contemplando aspectos técnicos, jurídicos e operacionais do novo modelo de gestão, bem como novo normativo atinente à gestão das emendas parlamentares distritais e ao SISCONEP, com vistas a formalizar procedimentos, assegurar maior transparência e fortalecer a integração entre os Poderes.

DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE GOVERNO

A Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC), no âmbito de suas competências como órgão central de planejamento governamental, coordenou e executou atividades voltadas à formulação, revisão, monitoramento e avaliação dos instrumentos de planejamento e orçamento, com vistas ao fortalecimento da governança, da transparência e da efetividade das políticas públicas.

No que se refere ao Plano Plurianual – PPA, foi conduzido o processo de revisão do PPA 2024–2027, culminando na publicação do Decreto nº 47.723, de 19 de setembro de 2025, que promoveu ajustes em atributos de Objetivos de Programas Temáticos constantes do Anexo II da Lei nº 7.378, de 29 de dezembro de 2023, assegurando o alinhamento do planejamento governamental às diretrizes estratégicas do Governo do Distrito Federal.

Em cumprimento ao disposto nos artigos 11 a 15 da Lei nº 5.602/2015, foi elaborada e encaminhada à Câmara Legislativa do Distrito Federal a Avaliação Anual do Plano Plurianual 2024–2027, referente ao exercício de 2024. O processo contou com a participação das Unidades Orçamentárias, que apresentaram informações sobre o desempenho das metas, indicadores, ações não orçamentárias e objetivos específicos. As informações foram analisadas e consolidadas em relatório único, permitindo a avaliação do desempenho das políticas públicas por Diretrizes Estratégicas, Programas Temáticos e respectivos Objetivos Específicos.

Com vistas à ampliação da transparência e à facilitação do acesso às informações pela sociedade, foi disponibilizado no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Economia o Relatório Executivo do PPA, contendo síntese das principais realizações do Governo no exercício de 2024, apresentado em linguagem acessível e orientada ao controle social.



No campo orçamentário, a Secretaria participou da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026, convertida na Lei nº 7.735, de 22 de julho de 2025, contribuindo para a formulação de anexos legais e para a consolidação do texto normativo. Atuou, ainda, na análise de proposições de alterações da Lei Orçamentária Anual de 2025, avaliando a compatibilidade das demandas das Unidades Orçamentárias e das emendas parlamentares com o Plano Plurianual vigente.

No âmbito da elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026, foram realizadas análises de ações orçamentárias e elaborados anexos exigidos pela legislação, bem como prestado apoio técnico à elaboração do Caderno de Emendas, mediante a verificação da compatibilidade das proposições com o Plano Plurianual 2024–2027, em articulação com as áreas envolvidas no processo orçamentário.

Ao longo de 2025, foi realizado o acompanhamento físico-financeiro das ações governamentais, subsidiando a elaboração do Relatório de Desempenho Físico-Financeiro, em atendimento ao art. 153, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal. Até o quinto bimestre, os relatórios foram concluídos e publicados, encontrando-se o relatório referente ao sexto bimestre em fase final de consolidação. Complementarmente, foram divulgadas, de forma bimestral, informações consolidadas sobre as principais realizações das Unidades Orçamentárias.

Com o objetivo de assegurar a qualidade e a fidedignidade das informações, foram promovidas ações de orientação técnica, reuniões presenciais, visitas técnicas e disponibilização de manuais e materiais de apoio, além do avanço no desenvolvimento do novo sistema SAG WEB, com adoção de tecnologias mais modernas, visando à automação de verificações, melhoria de desempenho e maior confiabilidade dos dados.

No âmbito da Prestação de Contas Anual do Governador, foram elaborados e encaminhados os relatórios de gestão e de indicadores de desempenho referentes ao exercício de 2024. Para o exercício de 2025, o processo de elaboração foi iniciado no último trimestre do ano, com cronograma definido para consolidação das informações e encaminhamento aos órgãos competentes.

Destaca-se, ainda, a disponibilização de painel público de acompanhamento do Plano Plurianual 2024–2027, acessível no site da Secretaria de Estado de Economia, com o objetivo de ampliar a transparência, facilitar o controle social e subsidiar a tomada de decisão por gestores públicos.

Foram realizados estudos comparados de Planos Plurianuais de outros entes federativos, com vistas a subsidiar o aprimoramento metodológico do próximo ciclo de planejamento do Distrito Federal. Também foram elaborados instrumentos normativos e orientadores, com destaque para diretrizes gerais de planejamento governamental e para a publicação de guia voltado à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

No campo da capacitação e orientação técnica, foram desenvolvidas ações voltadas aos agentes de planejamento das Unidades Orçamentárias, incluindo oficinas, reuniões técnicas, visitas presenciais, atendimentos individualizados e cursos realizados em parceria com a Escola de Governo do Distrito Federal, com o objetivo de padronizar procedimentos e elevar a qualidade das informações prestadas.

No que se refere à modernização tecnológica, foram realizadas ações de manutenção corretiva e evolutiva nos sistemas de planejamento e monitoramento, com melhorias de desempenho, correção de inconsistências e suporte contínuo aos usuários, contribuindo para maior eficiência e integração dos instrumentos de planejamento.

DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS

No exercício analisado, verificou-se a necessidade de aprimoramento contínuo da estrutura de apoio ao planejamento governamental, especialmente diante do volume de atividades relacionadas à consolidação, validação e correção de informações nos sistemas corporativos. Para o exercício seguinte, destacam-se como perspectivas o fortalecimento das ações de capacitação, o avanço na modernização dos sistemas informatizados, o desenvolvimento de



nova sistemática de avaliação de políticas públicas, o aprimoramento da gestão de investimentos públicos e a consolidação da metodologia do Plano Plurianual 2028–2031.

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NÃO EXECUTADA

9106.0010 - Apoio a Realização de Curso de Formação:

Trata-se de subtítulo decorrente de emenda parlamentar para o qual não foram apresentadas propostas ou projetos que possibilitassem a execução da dotação consignada no exercício.

Em razão da ausência de demanda apta à sua implementação, a dotação correspondente foi remanejada pelo órgão central de orçamento, conforme registrado no Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD).

9106.0011 - Apoio a Realização de Curso de Formação:

Trata-se de subtítulo decorrente de emenda parlamentar para o qual não foram apresentadas propostas ou projetos que possibilitassem a execução da dotação consignada no exercício.

Em razão da ausência de demanda apta à sua implementação, a dotação correspondente foi remanejada pelo órgão central de orçamento, conforme registrado no Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD).

9117.0001 - Contrapartida de Convênios e Operações de Crédito:

Subtítulo incluído no orçamento anual desta Secretaria com a finalidade de atender eventuais despesas relativas à contrapartida financeira do Distrito Federal em convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres celebrados com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual ou municipal, bem como em operações de crédito, quando aplicável.

A dotação orçamentária consignada na referida programação não foi executada no exercício em referência em razão da inexistência de convênios, contratos de repasse ou instrumentos congêneres que demandassem a aplicação de recursos a título de contrapartida por parte da SEEC.

Dessa forma, não houve necessidade de utilização da dotação prevista, permanecendo os recursos sem execução no período.

9001.0013 - Execução de Sentenças Judiciais - Recomposição do Fundo Depósito Judicial:

A programação orçamentária refere-se à recomposição do Fundo de Reserva de Depósitos Judiciais do Distrito Federal, em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 151/2015 e na Emenda Constitucional nº 99/2017, que estabelecem parâmetros para a utilização e manutenção de recursos provenientes de depósitos judiciais.

No exercício de 2025, não houve solicitação de recomposição do referido fundo por parte dos órgãos responsáveis por sua gestão, notadamente o Banco de Brasília (BRB), o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) e a Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF).

Dessa forma, não houve demanda para a execução da despesa no período, razão pela qual as dotações orçamentárias consignadas nessa programação permaneceram sem execução no exercício, sendo posteriormente remanejadas pelo órgão central de orçamento.

9001.0030 - Execução de Sentenças Judiciais - Anistiado Político:

A programação orçamentária refere-se ao cumprimento de sentenças judiciais relacionadas à anistia política no âmbito do Distrito Federal, assegurando o pagamento de valores fixados em decisões judiciais transitadas em julgado.

No exercício em referência, não houve decisões judiciais dessa natureza em desfavor do Distrito Federal que demandassem a execução da despesa. Dessa forma, as dotações orçamentárias consignadas permaneceram sem execução, sendo posteriormente remanejadas pelo órgão central de orçamento.

9093.0025 - Outros ressarcimentos, indenizações e restituições - Região Administrativa de Taguatinga:



A programação orçamentária destina-se a atender eventuais despesas relacionadas à indenização à Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A., decorrentes dos investimentos realizados na construção do Centro Administrativo do Distrito Federal – CADF.

A eventual indenização à concessionária permanece em análise nas esferas administrativa e jurídica no âmbito do Governo do Distrito Federal.

No exercício de 2025, não houve definição que demandasse a execução da despesa, motivo pelo qual as dotações orçamentárias consignadas permaneceram sem execução, sendo posteriormente remanejadas pelo órgão central de orçamento.

9100.0021 - Nomeações Decorrentes de Concursos Públicos:

No exercício de 2025, a execução da dotação prevista não se concretizou em razão de ajustes no planejamento da força de trabalho e das restrições orçamentárias observadas no período, que resultaram na postergação das nomeações inicialmente previstas.

Dessa forma, não houve a necessidade de utilização dos recursos consignados na referida programação, motivo pelo qual as dotações orçamentárias permaneceram sem execução no exercício.

9127.0038 - Conversão de Licença Prêmio em Pecúnia - Servidor Ativo:

A execução da dotação prevista não se concretizou em razão de ajustes de natureza administrativa, associados ao contingenciamento de despesas e à reavaliação do planejamento financeiro para o período.

Em decorrência dessas circunstâncias, não houve necessidade de utilização dos recursos consignados na referida programação, razão pela qual as dotações orçamentárias permaneceram sem execução no exercício.

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	5000000,0	3036771,80	2844951,32	2586571,48
0003 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	5000000,0	3036771,80	2844951,32	2586571,48
2985 - MANUTENÇÃO DA REDE GDF - NET / INTERNET	1800000,0	1799647,74	1673982,00	1515957,92
0001 - MANUTENÇÃO DA REDE GDF - NET / INTERNET-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1800000,0	1799647,74	1673982,00	1515957,92
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	500000,0	74146,00	0	0
0004 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	500000,0	74146,00	0	0
3102 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM	37500532,0	50630926,00	9638157,89	3904833,35
0001 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM--DISTRITO FEDERAL	37500532,0	50630926,00	9638157,89	3904833,35
3104 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAZ-PROFISCO	70928000,0	70928000,00	61114191,16	35964158,49
0001 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAZ-PROFISCO-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	70928000,0	70928000,00	61114191,16	35964158,49
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	100000,0	284965,0	284965,0	209970,0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0009 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS--DISTRITO FEDERAL	100000,0	284965,0	284965,0	209970,0
4949 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	39500000,0	24585509,00	24585509,00	23923780,44
0002 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	39500000,0	24585509,00	24585509,00	23923780,44
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	18268000,0	34041345,00	33796496,96	32950869,10
0012 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	18268000,0	34041345,00	33796496,96	32950869,10
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	107491000,0	127193339,00	127179039,21	107112625,55
0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	107491000,0	127193339,00	127179039,21	107112625,55
5126 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET	27188000,0	30802156,00	30788705,15	27936430,85
0001 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET--DISTRITO FEDERAL	27188000,0	30802156,00	30788705,15	27936430,85
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	800000,0	349632,97	349632,97	349632,97
0173 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS--DISTRITO FEDERAL	800000,0	349632,97	349632,97	349632,97
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	980000,0	219737,25	219737,0	208452,0
0010 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	500000,0	219737,25	219737,0	208452,0
5825 - APOIO A REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	480000,0	0,0	0	0
6066 - AÇÃO DE INCENTIVO À ARRECADAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT	46522000,0	54494495,00	54488756,30	54475956,02
0001 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECADAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT-ARRECADAÇÃO DE CIP-DISTRITO FEDERAL	10000,0	5719087,0	5713349,3	5713349,3
0004 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECADAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT-PROGRAMA NOTA LEGAL - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	46512000,0	48775408,00	48775407,00	48762606,72
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	356577532,00	398440670,76	346964123,96	291139238,17

Programação Orçamentária Relizada

Da Valorização e Qualidade de Vida

A SEEC tem papel fundamental na construção e ampliação de políticas voltadas às relações sócio profissionais de trabalho, promovendo o bem-estar individual e coletivo, a valorização e o desenvolvimento pessoal dos servidores.

TEMPO DE REFLETIR

Com o intuito de ajudar o servidor a lidar com as próprias emoções, as relações de trabalho, os relacionamentos sociais e saúde mental, além de criar um espaço de conhecimento e reflexão, a Secretaria promoveu o "Tempo de Refletir", ação on-line, transmitida por meio do canal do Youtube da Secretaria de Economia, voltado à reflexão de temas diversos. Foram convidados profissionais renomados para propor reflexões profundas sobre uma variedade de temas relacionados aos desafios enfrentados no cotidiano do ambiente de trabalho. A intenção é ajudar o servidor a lidar com as próprias emoções, as relações de trabalho, os



relacionamentos sociais e sua saúde mental. Durante o ano de 2025, foram realizadas 6 (seis) lives.

MOMENTO DE PAZ

Ainda, com o propósito de trazer conteúdos que fomentem a paz, a tranquilidade, a harmonia, a pacificação de conflitos e crises, a Secretaria transmitiu o "Momento de Paz", ação on-line que tem o intuito de promover e disseminar a cultura de paz, harmonia e pacificação de conflitos. A ideia principal é criar um espaço de reflexões voltadas para o espiritual. Durante o ano de 2025, foram realizadas 3 (três) lives.

VOZ DA CASA

Também foi dada continuidade ao projeto Voz da Casa, regulamentado por meio da Portaria nº 699, de 4 setembro de 2024, e que tem como objetivo valorizar e reconhecer o talento dos servidores e/ou empregados públicos, terceirizados, estagiários da administração direta e indireta do Distrito Federal, bem como seus dependentes legais, proporcionando um espaço para apresentações musicais, stand-up, teatro e demais iniciativas artísticas. Foram realizadas 3 (três) edições ao longo do ano.

4ª EDIÇÃO DO CONCURSO "BRASÍLIA EM FOTO"

Em 2025 ocorreu a 4ª edição do concurso "Brasília em Foto", em celebração ao 65º Aniversário de Brasília, e que tem como objetivo envolver os servidores e empregados públicos do Distrito Federal em ações alusivas ao aniversário de Brasília, reconhecendo o talento artístico dos participantes, explorando a criatividade e originalidade em suas fotografias. O referido concurso foi regulamentado pela Portaria nº 254, de 04 de abril de 2025. Nesta edição, mais de 200 fotografias foram inscritas. Foram selecionadas 21 fotos pela comissão julgadora do concurso, das quais 7 (sete) foram escolhidas como vencedoras por meio de votação popular. Os três primeiros colocados também foram premiados com um curso de fotografia, oferecido pela instituição parceira do Programa DF Superior, Faculdade Unyleya.

CONCURSO DE DESENHO 2024

Para o Concurso de Desenho edição 2025, foi elaborado o regulamento através da Portaria nº 607, de 06 de agosto de 2025, bem como termo de referência e pesquisa de preços para contratação de empresa especializada para confecção do Calendário 2026 do Distrito Federal com os 12 (doze) desenhos premiados. O objetivo é o fortalecimento dos Eixos Estima e Pessoal preconizados para as políticas de qualidade de vida no trabalho, envolvendo o servidor e sua família.

A Edição 2025 teve como tema "O mundo que eu quero criar: um lugar cheio de paz, alegria e amizade" e reuniu mais de 1.100 (mil e cem) inscrições de crianças entre 5 e 12 anos. No dia 06 de novembro de 2025, a SEEC realizou a cerimônia de premiação do Concurso de Desenho 2026, onde foram premiadas 12 crianças.

PROGRAMA CLUBE DE DESCONTO DO SERVIDOR

Também foi realizada a gestão do Programa Clube de Desconto do Servidor, que reúne empresas que oferecem descontos de no mínimo 10% em produtos e serviços de empresas parceiras, para servidores públicos do Distrito Federal, da Câmara Legislativa, Tribunal de Contas do DF, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Tribunal Regional Eleitoral e demais Órgãos, sendo ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes. Com isto, os servidores têm a oportunidade de desfrutar de benefícios exclusivos e economizar em mais de 200 empresas parceiras do programa. Ao longo do ano, foram realizadas 30 (trinta) edições da feira do Clube de Desconto, com estandes de setores como vestuário, calçados, papelaria, alimentos, pets, semijoias, clínicas de estética, brinquedos, entre outros serviços e produtos.

PROGRAMA DF SUPERIOR

Foi realizada a gestão de parcerias do Programa DF Superior, instituído por meio do Decreto nº 46.377, de 10 de outubro de 2024, que viabiliza a concessão de descontos em matrículas e mensalidades aos servidores, empregados públicos e seus dependentes, no âmbito da



Administração Direta e Indireta do Distrito Federal em contratos educacionais de nível superior. No total, 8 (oito) Instituições de Ensino Superior encontram-se credenciadas: CEUB, Faculdade Horizonte, Faculdade JK CCI, Faculdade Laboro, Faculdade Unyleya, IESB, UniProjeção e Uniprocessus.

FEIRA PET

Foram realizadas 4 (quatro) edições da Feira Pet. Os eventos contaram com atividades voltadas para adoção, apadrinhamento, conscientização e prevenção de doenças em pets. O objetivo é promover a adoção responsável de animais de estimação e sensibilizar o público sobre a importância de apoiar e cuidar dos pets. Além da oportunidade de adotar um animal de estimação, os servidores interessados puderam apadrinhar animais que necessitam de cuidados especiais e carinho.

FEIRA RURAL

Foi realizada uma edição da Feira Rural na passarela da entrada norte do Anexo do Palácio do Buriti, em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF). O evento trouxe a presença de agricultores do Distrito Federal e entorno, que montaram estandes com produtos frescos e orgânicos, alimentos artesanais e itens variados da agroindústria, como linguças, mel, chás, temperos, plantas ornamentais e artesanatos.

CAMPANHAS

A SEEC participou de edições de campanhas de caráter social voltadas à promoção da solidariedade e do bem-estar da população em situação de vulnerabilidade. As iniciativas envolveram ações de arrecadação de agasalhos, cobertores e brinquedos, além da realização de momentos de confraternização nos Restaurantes Comunitários do Distrito Federal, contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas de apoio social.

No âmbito das ações institucionais, a SEEC promoveu campanhas temáticas ao longo do ano, como Janeiro Branco, Semana da Mulher, Doação de Sangue, Agosto Dourado, Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul. As iniciativas tiveram como foco a conscientização sobre saúde mental e emocional, a importância da doação de sangue e da amamentação, a prevenção ao suicídio, ao câncer de mama e a promoção da saúde do homem. Ao abordar esses temas de forma informativa e responsável, a SEEC reafirma seu compromisso com a promoção da qualidade de vida e com o fortalecimento de uma sociedade mais consciente e saudável.

Vale destacar a iniciativa Celebra Mulher GDF, um evento especial em homenagem às servidoras públicas. A ação aconteceu em frente ao Anexo do Palácio do Buriti e ofereceu diversos serviços, incluindo tendas de autocuidado, aulas de dança, emissão de carteiras de identidade, aplicação de vacinas, música ao vivo e distribuição de brindes para o grupo feminino. Com o mote "Cuidar de quem cuida" e enfoque na mulher, a iniciativa visou a trazer mais descontração, integração e zelo para os servidores e empregados da administração direta e indireta do DF, como também para a comunidade. Em parceria com diferentes secretarias do governo, a iniciativa atendeu cerca de mil pessoas.

Ademais, a Corrida do Servidor 2025, que ocorreu no dia 15 de novembro de 2025, integrou o Programa Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) e foi promovido pela Secretaria de Esporte e Lazer, em parceria com a Secretaria de Economia, por meio da Secretaria-Executiva de Valorização e Qualidade de Vida (SEQUALI). Mais de 3 mil participantes - entre servidores públicos, familiares e atletas - percorreram os trajetos de 3km, 5 km e 10 km, todos também acessíveis para atletas com deficiência (PcD). Mais do que competição, a corrida reforçou o compromisso do Governo do Distrito Federal (GDF) com ações de bem-estar e reconhecimento dos servidores. Além das provas esportivas, os participantes contaram com alongamento, massagem express, banda de axé, cabine de fotos, pipoca, algodão-doce, brinquedoteca e sorteio de brindes.

DA SAÚDE FÍSICA PARA O SERVIDOR PÚBLICO

No exercício de 2025, a Academia Buriti ofertou 11 modalidades, distribuídas em 22 turmas, além de disponibilizar três bicicletas ergométricas para uso dos alunos. Considerando o



espaço físico e as salas disponíveis, cada modalidade atende, em média, 20 alunos, o que resulta em uma capacidade máxima de 440 participantes. As modalidades oferecidas são: Alongamento e Flexibilidade, Boxe, Condicionamento Físico, Defesa Pessoal/Arnis Kali, Funcional, Jiu-Jitsu, Karatê, Mobilidade e Fortalecimento Muscular, Muay Thai, Tai Chi Chuan e Yoga.

Destaca-se que foram lançadas duas novas modalidades, Mobilidade e Fortalecimento Muscular e Dança Charme, além da criação de um novo horário para Yoga.

Ao longo do ano de 2025, foram realizados 329 atendimentos de bioimpedância, dos quais 240 foram realizados em mulheres e 89 em homens. Também foram realizados 76 atendimentos de bioimpedância itinerante, sendo 33 na Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho (Subsaúde), 23 no Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF) e 20 na Administração Regional de Águas Claras (RA-XX).

Além disso, foram realizados 47 atendimentos da Blitz Academia Buriti, dos quais 12 ocorreram na SEEC, 12 na Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUS) - unidades do NaHora e 6 no Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF). Já a Blitz Academia Buriti Itinerante foi realizada na Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) e na Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF).

Foi realizado o Projeto Piloto Gestão por Resultados: Corpo & Mente, que teve como objetivo promover a saúde integral (física, mental, nutricional e cardiovascular) dos alunos da Academia Buriti, por meio da integração entre a prática de atividades físicas, o acompanhamento nutricional, o suporte psicológico e o suporte cardiovascular, com o apoio de profissionais voluntários. Ao todo, foram realizados quatro encontros, sendo o último destinado ao encerramento do projeto. Participaram 13 alunos, e em cada encontro foi abordado um tema relevante em formato de roda de conversa.

Neste ano, foram adquiridos materiais elétricos e esportivos para a composição do espaço físico desta Subsecretaria e para o equipamento da Academia Buriti. Materiais: geladeira, micro-ondas, cone para treino, haltere, elásticos, bola de pilates, meia bola para treinamento, escudo aparador de soco e bola espacial.

No ano de 2025, foram realizadas 126 ações, entre atividades internas e externas. Essas ações incluíram aulas, participações em eventos externos junto a outros órgãos, semanas e meses alusivos (como Janeiro Branco, Setembro Amarelo, Novembro Azul, Semana da Mulher, Semana do Servidor e Aniversário da Academia Buriti), além da participação de alunos em campeonatos, corridas de rua, campanhas temáticas, comemorações de datas alusivas (como o Dia Mundial da Dança e o Dia do Yoga), doação de sangue.

No quesito aulas, foram realizados 22, sendo 14 na Academia Buriti e 8 em órgãos do GDF. Além disso, nove alunos participaram de 7 campeonatos e conquistaram um total de 14 medalhas, sendo 9 de ouro, 4 de prata e 1 de bronze. Eles representaram as modalidades Jiu-Jitsu e Karatê. Em relação ao grupo de Corrida da Academia Buriti, foram 38 participações em provas de corrida.

DA VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

O projeto de Ampliação da Política de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) e Valorização dos Servidores superou as metas, ampliou e diversificou suas ações, mediante a introdução de soluções inovadoras, introduzindo atividades práticas que contaram com a realização de campanhas com transmissão ao vivo (lives) pelo canal da SEEC no Youtube, de entrevistas com profissionais renomados, palestras e oficinas sobre temas relacionados à Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). Em alusão ao setembro amarelo ocorreu o bate-papo com o tema: "Se precisar, peça ajuda", em parceria com o SAMU e Secretaria de Estado de Saúde. Também foram realizadas atividades no Espaço Qualidade de Vida, durante o horário do almoço, gerando descontração, relaxamento e bem-estar aos servidores. Os temas abordados nessas ações enfatizaram a importância da alimentação saudável, da prática de atividade física, dos cuidados com a saúde mental e dos relacionamentos sócio profissionais como elementos fundamentais para a promoção da QVT.

Espaço Qualidade de Vida



Um marco importante foi a alteração do Decreto nº 42.375, de 09 de agosto de 2021, que instituiu os princípios e as diretrizes gerais para a concepção, implantação e promoção da Política e dos Programas de Qualidade de Vida no Trabalho para os servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, passando a incluir, também, a Administração Indireta como integrante da Rede de Qualidade de Vida no Trabalho do DF, mediante a designação de agentes de QVT pelos respectivos órgãos, conforme disposto no Decreto nº 47.959, de 24 de novembro de 2025. Além disso, foi instituído o Certificado de Boas Práticas em Qualidade de Vida no Trabalho, destinado a reconhecer servidores, empregados públicos e membros da sociedade civil que tenham contribuído, de forma relevante, para o fortalecimento da cultura de bem-estar, saúde, valorização e qualidade de vida no trabalho no âmbito do Governo do Distrito Federal.

Ao longo do ano de 2025 foram realizadas 21 palestras em órgãos do Governo local e Federal, solicitadas à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC/DF), sobre temáticas relativas à QVT, incluindo tópicos como Comunicação Não Violenta, QVT, Saúde Mental no Trabalho, Desenvolvimento Humano e Autoconhecimento e Inteligência Emocional.

Nesse contexto, a atuação da Secretaria de Economia do Distrito Federal (SEEC), por meio das ações voltadas à valorização e à qualidade de vida no trabalho, consolidou-se como referência não apenas no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal, mas também para órgãos do Governo Federal, outras unidades da federação e diferentes esferas de poder. Ressalta-se que as iniciativas desenvolvidas estiveram alinhadas ao disposto no Decreto nº 42.375, de 2021, fortalecendo a implementação de práticas voltadas à promoção de ambientes de trabalho mais saudáveis e à valorização dos servidores.

Sensibilização dos dirigentes e servidores

No que se refere a execução da primeira macroetapa de sensibilização dos dirigentes e servidores foram realizadas reuniões técnicas com a alta gestão de diversos órgãos, com a presença das lideranças da SEEC, a partir da solicitação dos Agentes da Rede QVT ou mesmo dos dirigentes dos órgãos. Foram realizadas 6 (seis) visitas técnicas com a participação do Secretário Executivo de Valorização e Qualidade de Vida, da Subsecretária de Valorização do Servidor, da Chefe de Assessoria de Ações de Qualidade de Vida e Desenvolvimento do Servidor, além da área técnica nos seguintes órgãos: Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), Secretaria de Estado de Projetos Especiais (SEPE), Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUS), Administração Regional de São Sebastião (RA-XIV), Administração Regional do SIA (RA-XXIX) e Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (SEAGRI).

Dessa forma, conforme preceitua o Decreto nº 42.375/2021 em seu artigo 13, inciso II os órgãos devem submeter a proposta de Política de Qualidade de Vida no Trabalho à Secretaria Executiva de Valorização e Qualidade de Vida, para análise de sua conformidade.

Ressalta-se como resultados os seguintes números: 52 órgãos com rubrica orçamentária na temática; 36 órgãos com Comitê/Comissão ou Grupo de trabalho de qualidade de vida instituídos; 25 órgãos com Política de Qualidade de Vida no Trabalho instituída; 14 órgãos com Programa de QVT e 06 órgãos com unidade específica em QVT.

Com o fito de orientar e oferecer suporte aos órgãos para implementação de suas Políticas e Programas de QVT foram oferecidas 21 consultorias aos órgãos da Administração Pública Distrital e Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF. Na oportunidade também foi realizada a devolutiva dos dados relativos à pesquisa realizada na construção do Plano Distrital de Qualidade de Vida no Trabalho – PDQVT, como auxílio quanto à realização do diagnóstico definido como a segunda macroetapa prevista no Decreto nº 42.375, de 2021.

A capacitação na temática em QVT foi um investimento importante, atendendo ao que preceitua o Decreto nº 42.375, de 2021, no artigo 9º, que trata de capacitação permanente. Sendo assim foram capacitados cerca de 432 servidores em QVT em 2025. Os cursos realizados foram: Abordagem ao Luto por Suicídio e Posvenção; Crises e urgências em Saúde Mental: uma abordagem interdisciplinar em parceria com SAMU e EGOV; Workshop Construindo Políticas e Programas de Qualidade de Vida no Trabalho no Setor Público - com equidade, diversidade e inclusão; Comunicação Não Violenta.



Prêmio Selo QualiVida

Em maio de 2025, foram realizadas as etapas para concorrer ao Prêmio Selo QualiVida, instituído pelo Decreto nº 42.375, de 2021, e regulamentado pela Portaria nº 253, de 20 de setembro de 2021, destinado a estimular a implementação de ações e programas de qualidade de vida no trabalho, reconhecendo e premiando órgãos e entidades da Administração pública do Distrito Federal que desenvolvam boas práticas de qualidade de vida e valorização do servidor ativo e aposentado. As etapas de execução integram a elaboração e publicação do Edital e Regulamento de concessão do prêmio, bem como a atualização e capacitação dos membros do Comitê de Avaliação. No evento de premiação "Os Mentalistas" realizaram a palestra: "Saúde Mental e Autocuidado no Trabalho Equilíbrio, empatia e bem-estar: uma conversa necessária (e leve!)". Nesta 4ª edição foram premiados 13 órgãos com troféu e placa entregue aos titulares das respectivas pastas vencedoras e seus agentes de QVT.

III Encontro Anual de Qualidade de Vida no Trabalho

Em 18 de junho de 2025 foi realizado o III Encontro Anual de Qualidade de Vida no Trabalho destinado aos agentes de qualidade de vida no trabalho dos órgãos e entidades da Administração direta, autárquica e fundacional, lideranças de gestão de pessoas e representantes dos órgãos. O objetivo foi promover troca de experiências em QVT e também premiar com o Selo QualiVida os órgãos e entidades da administração pública do Distrito Federal que, reconhecidamente, desenvolvam boas práticas de qualidade de vida e valorização do servidor. O evento ocorreu no auditório da Polícia Civil do Distrito Federal e contou com aproximadamente 250 participantes.

Expansão do programa de QVT para outras esferas governamentais

No âmbito do fortalecimento das parcerias institucionais, destaca-se a formalização de Termos de Cooperação com os seguintes órgãos: Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF); Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER); Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO); Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF); Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO); Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGES); e Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF).

Atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A Política de Qualidade de Vida no Trabalho realizada pela SEEC está em consonância com os princípios de governança (ESG) e atende aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, do Eixo Saúde e Bem-Estar (ODS 3), do Eixo Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8) e Eixo Paz, Justiça e Instituições Eficazes (ODS 16) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, posicionando o governo do Distrito em destaque no país, diante da inovação e pioneirismo neste tema, ao atuar de maneira estratégica mediante articulação intergovernamental para o cumprimento das iniciativas prioritárias do PDQVT.

Primando pela saúde dos servidores foi publicada a Política de Bem-estar e Saúde Mental por meio do Decreto nº 47.412 de 04 de julho de 2025, regulamentado pela Portaria nº 771, de 25 de setembro de 2025 relacionados à promoção de bem-estar e saúde mental no trabalho, bem como a Cartilha de Bem-estar e Saúde Mental no Trabalho, disponíveis no site da Secretaria de Economia do Distrito Federal. Com o objetivo de divulgar e apresentar a política aos servidores foi realizado o I Encontro de Bem-Estar e Saúde Mental no Trabalho, no dia 30 de setembro de 2025 e contou com a participação de 140 servidores. Acrescenta-se a participação como membro do Grupo de Trabalho para a promoção da saúde mental e da qualidade de vida no trabalho dos profissionais de segurança pública do Distrito Federal, conforme Portaria Conjunta nº 02, de 31 de março de 2025.

Com vistas ao fortalecimento das políticas, projetos e ações de Qualidade de Vida no Trabalho nos órgãos e entidades do Distrito Federal, foram instituídos mecanismos permanentes de governança e articulação interinstitucional, a exemplo do Comitê Distrital de Bem-Estar e Saúde Mental e do fortalecimento do Comitê Distrital de Qualidade de Vida no Trabalho (CDQVT). Esses colegiados representam espaços estratégicos de diálogo, integração e



corresponsabilização, fundamentais para a consolidação de uma cultura organizacional orientada ao cuidado, à valorização do servidor e à promoção de ambientes de trabalho saudáveis, seguros e humanizados.

No mês de dezembro de 2025 foi realizada a primeira Jornada Regional de Qualidade de Vida no Trabalho, promovida pela Secretaria de Economia em parceria com a Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV). Evento de grande relevância, voltado à promoção da saúde, do bem-estar e da valorização dos servidores e empregados públicos do Governo do Distrito Federal. O encontro reuniu gestores, servidores e empregados públicos de diversos órgãos do GDF, além de especialistas convidados, o presidente da ABQV e representantes de instituições parceiras e contou com a participação de mais de 200 servidores.

Ademais, foram elaboradas as minutas dos Decretos que instituem a Política de Valorização do Servidor e a Política de Desenvolvimento de Pessoas, evidenciando o compromisso contínuo com os servidores e com a população do governo do Distrito Federal por meio da implementação da Política de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) em um pensamento integral, inovador e atualizado que inclui o cuidado com o bem-estar, com a saúde mental e com a capacitação constante dos servidores, ressaltando a importância de cuidar de quem cuida.

Ainda, visando a prestação de serviços especializados para a Implantação do Plano de Qualidade de Vida no Trabalho - PQVT, com objetivo de consolidação da política de QVT no âmbito dos órgãos foi elaborada a minuta do Convênio com a Universidade de Brasília (UnB) cujo o objeto é a realização do Diagnóstico voltado à Implantação do Plano de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) no âmbito da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC) e da Controladoria Geral do Distrito Federal (CGDF), conforme condições apresentadas pelo Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO II DF - BR-L1592).

Berçário Buriti

O Programa de Atenção Materno Infantil – PROAMIS/DF tem como finalidade promover ações de acolhimento, apoio e cuidado às servidoras por meio de três eixos de atuação: apoio à gestante, incentivo ao aleitamento materno e proteção à infância, com foco no fortalecimento da política de valorização do servidor e na promoção da qualidade de vida no ambiente institucional, assegurando condições adequadas para a conciliação entre trabalho e cuidado com a primeira infância.

No eixo Incentivo ao Aleitamento Materno, o PROAMIS auxiliou outros órgãos a conhecerem e implementarem as salas douradas, reafirmando as políticas existentes voltadas ao aleitamento até os 24 meses de idade do bebê. Além disso, o PROAMIS presta consultoria a outros órgãos que desejam ampliar as ações de Qualidade de Vida aos seus servidores.

No eixo Proteção à Infância, o PROAMIS publicou, no ano de 2025, 13 listas classificatórias, realizando ao todo 43 chamamentos, sendo 35 (trinta e cinco) Chamamentos Ordinários, que ocorrem quando os bebês completam 24 meses, ocasionando a abertura de vagas regulares, e 8 (oito) Chamamentos Extraordinários, realizados em decorrência de desistência ou desligamento, a pedido da servidora contemplada, antes de o bebê completar 24 meses, por motivos particulares. No exercício de 2025, no período de janeiro a dezembro, 67 servidoras foram contempladas com vagas no referido berçário.

Além da gestão das vagas no Berçário Institucional Buriti, o PROAMIS desenvolveu, ao longo de 2025, ações temáticas relevantes voltadas à promoção da saúde, do bem-estar e da informação das servidoras cadastradas, destacando-se: Ação Agosto Dourado, realizada em 29 de agosto de 2025, com foco na conscientização sobre a importância do aleitamento materno, reforçando o compromisso do Programa com a promoção da saúde materno-infantil e com a disseminação de informações qualificadas às servidoras participantes; Formação em alusão ao Setembro Amarelo, realizada em 10 de outubro de 2025, ofertada às colaboradoras do Berçário Institucional Buriti, com ênfase na promoção da saúde mental, na prevenção ao adoecimento psíquico e no fortalecimento do cuidado integral no ambiente institucional.



Ao todo foram realizadas 04 (quatro) formações técnicas no Berçário com colaboradores da Empresa prestadora de Serviços Terceirizado para constante aprimoramento das práticas pedagógicas e de cuidado com os bebês.

Nos cursos regulares do PROAMIS, a quantidade de inscritas foi de 6.714 e 3.328 concluintes.

Espaço Qualidade de Vida

O Espaço Qualidade de Vida (EQV), localizado no 16º andar do Anexo do Palácio do Buriti, constitui-se como um ambiente institucional voltado à promoção da qualidade de vida no trabalho, tendo como finalidade disponibilizar aos servidores, colaboradores, estagiários e empregados públicos um espaço de convivência integrado ao local de trabalho. Sua concepção está fundamentada na oferta de condições adequadas de conforto, funcionalidade, praticidade e acesso a serviços que contribuam para o bem-estar, a saúde física e mental e a satisfação dos usuários.

O EQV atua como instrumento de apoio às diretrizes da Política de Qualidade de Vida no Trabalho, favorecendo a integração social, a humanização do ambiente organizacional e a valorização do cuidado integral no contexto laboral e dispõe de infraestrutura diversificada e multifuncional, planejada para atender diferentes perfis e necessidades institucionais. Entre os ambientes disponíveis, destacam-se: Refeitório com capacidade para utilização simultânea por até 104 usuários; Sala de estudo; Sala de jogos; Sala de atendimento multidisciplinar; Dois lounges destinados à convivência e utilização de televisão; Sala de descompressão; Sala de meditação; Sala de inovação/reunião.

Essa configuração possibilita a realização de atividades individuais e coletivas, de natureza laboral, educativa, cultural e de bem-estar, ampliando as possibilidades de uso do espaço ao longo da jornada de trabalho.

A Sala de Inovação do Espaço Qualidade de Vida é destinada à realização de reuniões institucionais, palestras, capacitações, oficinas e atividades colaborativas. Ao longo do exercício de 2025, observou-se aumento significativo na demanda por esse ambiente, especialmente em períodos relacionados ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento de projetos institucionais. No período analisado, foram registradas 103 (cento e três) reservas, realizadas por diferentes órgãos do Distrito Federal. Esse dado evidencia a relevância do espaço como ambiente de integração interinstitucional, estímulo à inovação e fortalecimento do trabalho colaborativo.

Atendimentos em psicologia

No âmbito de parceria institucional, foi disponibilizada no Espaço Qualidade de Vida uma sala multidisciplinar destinada a atendimentos psicológicos. Durante o primeiro semestre de 2025, dois profissionais da área realizaram atendimentos aos usuários, totalizando 342 (trezentos e quarenta e dois) atendimentos, nas modalidades presencial e on-line. A oferta desse serviço contribuiu de forma significativa para o cuidado com a saúde mental, o acolhimento psicossocial, a escuta qualificada e a prevenção de agravos relacionados ao trabalho, fortalecendo as ações institucionais voltadas à promoção da saúde emocional.

Durante o primeiro semestre de 2025, o Espaço Qualidade de Vida apresentou elevada taxa de utilização, com média mensal aproximada de 6.800 acessos (gráfico 1), demonstrando a consolidação do espaço como referência institucional em convivência, bem-estar e apoio aos usuários no ambiente de trabalho. O volume de acessos demonstra a importância do EQV como equipamento institucional estratégico para a melhoria da qualidade de vida no contexto laboral.



Gráfico 1-Frequência de usuários do EQV em 2025.



Durante o exercício de 2025, foram planejadas e executadas ações alinhadas às diretrizes da Política de Qualidade de Vida no Trabalho, com foco na promoção da saúde física e mental, na integração social e no fortalecimento do ambiente organizacional.

Importante destacar que em julho de 2025, o Espaço Qualidade de Vida foi interditado, com suspensão integral de todas as atividades, em razão da necessidade de execução de obras de reforma do telhado, visando à adequação da infraestrutura e à garantia da segurança e conforto dos usuários. Assim, durante o período de interdição, não houve atendimento ao público nem realização de ações institucionais no referido espaço.

DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

No exercício de 2025, no âmbito da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC, as ações de comunicação institucional tiveram por objetivo assegurar a transparência, a publicidade dos atos administrativos e o adequado fluxo de informações entre a Administração, os servidores, a sociedade e os veículos de comunicação.

As atividades foram direcionadas ao planejamento, à coordenação e à execução de estratégias de comunicação social, compreendendo a produção de conteúdos jornalísticos e institucionais, o relacionamento com a imprensa, a comunicação interna, o desenvolvimento de peças gráficas e digitais, a produção audiovisual, o apoio a eventos e ações de cerimonial, em alinhamento com as diretrizes institucionais da Pasta.

Ao longo do exercício, a atuação ocorreu de forma integrada com as áreas técnicas e com o Gabinete, prestando suporte contínuo aos gestores e contribuindo para o fortalecimento da imagem institucional da SEEC, bem como para a divulgação tempestiva e qualificada de informações de interesse público.

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2025

No período, destacaram-se as seguintes frentes de atuação:

- elaboração e execução de campanhas de comunicação interna e externa;
- produção e divulgação de conteúdos jornalísticos para os canais institucionais;
- atendimento sistemático às demandas da imprensa, com apuração interna e fornecimento de informações oficiais;
- criação de identidades visuais e desenvolvimento de peças gráficas e digitais;
- produção de conteúdos audiovisuais para divulgação institucional;
- realização de coberturas fotográficas de agendas, eventos e ações da Secretaria;
- apoio à organização de eventos institucionais, incluindo cerimonial, produção de materiais e registro das atividades.

As ações de comunicação interna tiveram papel relevante, com iniciativas voltadas à disseminação de informações administrativas, à valorização dos servidores e à promoção de temas institucionais, utilizando múltiplos formatos e canais digitais.

O relacionamento com a imprensa manteve-se de forma permanente, visando garantir respostas qualificadas, tempestivas e alinhadas às diretrizes institucionais. As redes sociais consolidaram-se como instrumentos estratégicos de comunicação, ampliando o alcance das informações institucionais e das campanhas desenvolvidas ao longo do ano.

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Em termos quantitativos, no exercício de 2025, foram registrados os seguintes resultados:
 - 586 atendimentos à imprensa, com apuração interna e encaminhamento de respostas oficiais;
 - 337 notícias produzidas e divulgadas nos canais institucionais;
 - apoio à realização de 3 eventos institucionais, incluindo cerimonial e comunicação;
 - 198 publicações em feed nas redes sociais institucionais;
 - 546 publicações em stories nos perfis institucionais;
 - 405 peças gráficas e digitais desenvolvidas para campanhas e ações institucionais;
 - 296 coberturas fotográficas realizadas;



- 282 entregas de comunicação interna, voltadas aos servidores da Pasta;
- 77 vídeos institucionais produzidos para divulgação digital.

As ações desenvolvidas em 2025 evidenciam a atuação contínua e estratégica da comunicação institucional no âmbito da SEEC, contribuindo para a transparência administrativa, a publicidade dos atos de governo e o fortalecimento do relacionamento com a sociedade, a imprensa e os servidores. O volume e a diversidade das entregas realizadas refletem o papel da comunicação como instrumento de apoio à execução das políticas públicas e às atividades institucionais da Secretaria.

DAS ATIVIDADES JURÍDICO LEGISLATIVO

No âmbito da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC, ao longo do exercício de 2025, as ações desenvolvidas estiveram voltadas ao cumprimento de suas competências institucionais, à observância da legalidade administrativa, ao suporte à formulação e à execução de políticas públicas, bem como ao fortalecimento da governança, do planejamento e do controle da Administração Pública distrital.

Nesse contexto, a Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL atuou como unidade orgânica de assessoramento jurídico, diretamente subordinada ao Gabinete da Secretaria de Estado de Economia e sob supervisão técnica da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, nos termos do Decreto nº 43.826, de 07 de outubro de 2022, prestando apoio técnico-jurídico às matérias afetas à competência da Pasta.

O presente relatório consolida as ações desenvolvidas no âmbito da SEEC durante o exercício de 2025, com destaque para a atuação da AJL no assessoramento jurídico das decisões administrativas, na análise de proposições normativas, no acompanhamento de demandas administrativas, fiscais, orçamentárias, patrimoniais e de pessoal, bem como na articulação institucional com os órgãos centrais de controle e assessoramento jurídico do Distrito Federal, com vistas a assegurar segurança jurídica, conformidade normativa e adequada fundamentação dos atos administrativos.

No período, a atuação concentrou-se na análise e na emissão de manifestações jurídicas sobre a regularidade, constitucionalidade e legalidade de atos normativos e administrativos submetidos à apreciação da Secretaria, incluindo aqueles relacionados à gestão de pessoas, direitos e deveres de servidores ativos, aposentados e pensionistas, bem como à instrução de processos administrativos relativos a direitos, vantagens e obrigações funcionais.

Coube, ainda, à AJL a interlocução com a Procuradoria-Geral do Distrito Federal em demandas judiciais, o suporte às unidades da Secretaria para o cumprimento de decisões judiciais, a comunicação com o Poder Judiciário em processos diretamente encaminhados à Pasta e a atuação em matérias de competência residual atribuídas à Assessoria.

No que se refere à organização interna, a Unidade de Licitações, Contratos, Convênios e Instrumentos Congêneres – ULIC/AJL foi responsável pela análise jurídica de processos relacionados a licitações, contratos, convênios e instrumentos congêneres, incluindo o cotejo de editais com modelos-padrão aprovados pela PGDF, a emissão de pareceres específicos ou normativos e manifestações em matérias patrimoniais.

À Unidade Fazendária – UFAZ, competiu a análise de matérias de natureza fazendária, patrimonial e previdenciária, bem como a emissão de notas jurídicas e despachos em processos administrativos fiscais, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão pelo Secretário de Estado ou o adequado encaminhamento dos autos, além da organização e atualização da legislação e da jurisprudência pertinentes às áreas sob sua responsabilidade.

Quanto à movimentação processual, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, os sistemas corporativos de gestão processual registraram a tramitação de 2.725 processos no âmbito da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, refletindo o volume, a complexidade e a diversidade das demandas relacionadas às competências institucionais da Pasta.

Os dados consolidados de tramitação processual, extraídos do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, encontram-se apresentados em tabela específica a seguir, permitindo a



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

visualização detalhada dos tipos de processos e da respectiva movimentação no período analisado.

Processos com tramitação no período	
TIPO	Quantidade
Ação Judicial: Cumprimento	122
Administração Geral: Orientações e Diretrizes	8
Aprovação de Projeto	1
Aquisição: Ata de Registro de Preços	8
Aquisição: Consultoria Especializada	1
Aquisição: Equipamentos e Serviços de TI	44
Aquisição: Manutenção de Elevadores	1
Aquisição: Materiais	9
Aquisição: Material de Consumo	4
Aquisição: Material Permanente	4
Aquisição: Serviço	42
Aquisição: Serviço de Construção, Obra, Reforma	1
Aquisição: Serviço Gráfico	1
Aquisição: Transporte Institucional	3
Arrecadação: Cobrança	1
Arrecadação: Cumprimento de Ação Judicial	1
Arrecadação: Receita	7
BRB - Bilhetagem: Gestão Administrativa	1
BRB - Gestão Administrativa - Atendimento a Demandas de Órgãos Reguladores Fiscalizadores	2
BRB - Gestão Administrativa - Participação Acionária	4
Captação de Recursos: Acompanhamento de Execução	1
Captação de Recursos: Acompanhamento de Prestação de Contas	1
Captação de Recursos: Acompanhamento de Regularidade Fiscal	2
Captação de Recursos: Convênio/Contrato (Declarações)	4
Captação de Recursos: Financiamento	7
Captação de Recursos: Planos, Programas e Projetos de Trabalho	5
CBMDF - Serviço Administrativo Diário	4
CentralDF: Governança da Informação	1
CGDF - Acesso à Informação - Recurso 3ª Instância	2
CODHAB - Regularização Fundiária	1
Comunicação Social: Campanhas de Utilidade Pública - Publicidade	1
Comunicação Social: Campanhas Institucionais. Publicidade	7
Contabilidade: Cadastro de Usuários (SIAC/SIGGO)	1
Contabilidade: Normatização Interna	1
Controle Interno: Ação de Controle	2
Emissão de Parecer Jurídico	6
Emissão de Parecer Técnico	3
Finanças: Auditoria	2
Finanças: Execução Financeira	3
Finanças: Reconhecimento Dívida	2
Finanças: Tributos	2
Formalização de Acordos Institucionais (Convênios, Cooperação Técnica, outros)	30
Gestão Administrativa: Acompanhamento e Avaliação de Atividade	15
Gestão Administrativa: Aplicação de Penalidade à Fornecedor	4
Gestão Administrativa: Boletim Geral	4
Gestão Administrativa: Comunicação Interna	29
Gestão Administrativa: Consultas de Informações de Órgãos Jurídicos	91
Gestão Administrativa: Consultas de Informações dos Órgãos de Controle	96
Gestão Administrativa: Consultas de Informações pelo Poder Legislativo	59
Gestão Administrativa: Contratação de Empresas ou Pessoas	71
Gestão Administrativa: Cooperação Técnica	6
Gestão Administrativa: Cumprimento Decisão	30
Gestão Administrativa: Estrutura Organizacional	10
Gestão Administrativa: Eventos (Congresso, Seminários, Convenções, Feiras, Exposições, outros)	96
Gestão Administrativa: Grupo de Trabalho, Comissão, Comitê, Colegiado e Conselhos	27
Gestão Administrativa: Mandado de Segurança	7
Gestão Administrativa: Monitoramento LGPD	1
Gestão Administrativa: MROSC - Chamamento Público	1



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Gestão Administrativa: Orientações e Diretrizes	126
Gestão Administrativa: Pedido de Informação Interna	34
Gestão Administrativa: Plano de Suprimentos - PLS	30
Gestão Administrativa: Planos, Programas e Projetos de Trabalho	25
Gestão Administrativa: Programa de Integridade Privada	1
Gestão Administrativa: Proposição de Decreto	56
Gestão Administrativa: Proposição de Ordem de Serviço	2
Gestão Administrativa: Proposição de Portaria	45
Gestão Administrativa: Proposição de Projeto de Lei	54
Gestão Administrativa: Proposição de Resolução	1
Gestão Administrativa: Proposição Instrução Normativa	2
Gestão Administrativa: Publicação no DODF	5
Gestão Administrativa: Regimento Interno	10
Gestão Administrativa: Solicitação de Manutenção e Serviço	6
Gestão Administrativa: Transformação de Processos	2
Gestão da Frota: Baixa Veículo	1
Gestão da Frota: Cadastro de Condutor	1
Gestão de Contrato: Abastecimento de Veículo	1
Gestão de Contrato: Controle Interno	1
Gestão de Contrato: Equipamentos e Serviços de TI	6
Gestão de Contrato: Estágio	2
Gestão de Contrato: Execução de Obra	1
Gestão de Contrato: Fiscalização	5
Gestão de Contrato: Manutenção de Veículos	1
Gestão de Contrato: Manutenção Predial	2
Gestão de Contrato: Pagamentos	1
Gestão de Contrato: Repactuação	1
Gestão de Contrato: Revisão Contratual	1
Gestão de Contrato: Transporte Institucional	1
Gestão de Documentos: Normatização	2
Gestão de Documentos: Orientação Técnica	4
Gestão de Documentos: Protocolo e Arquivo	92
Gestão de Documentos: Requerimento de Documentos e Processos	20
Gestão de Sistemas: Cadastro e Manutenção	1
Gestão de Sistemas: Demanda de Sistema Informatizado	3
Gestão de Sistemas: Implantação	5
Gestão de Sistemas: Informação Procedimento	6
Gestão de TIC: Demandas de TIC	4
Gestão de TIC: Planos, Programas e Projetos de Trabalho	2
Gestão de TIC: Serviços de Data Center	2
Gestão de TIC: Serviços de Rede Corporativa	2
IBRAM - Recategorização de Unidades de Conservação	1
INASDF - Convênio de Adesão GDF Saúde	1
Infraestrutura: Abastecimento de Água e Esgoto	1
Material: Alienação de Material Permanente	1
Material: Doação, Permuta de Material Permanente	2
Material: Gestão de Materiais	1
Material: Incorporação Bem Patrimonial	1
Orçamento: Acompanhamento de Despesa Mensal	1
Orçamento: Alteração Quadro Despesa	1
Orçamento: Contingenciamento	2
Orçamento: Créditos Adicionais	38
Orçamento: Programação Orçamentária	3
Orçamento: Projeções e Análises	2
Orçamento: Proposta Orçamentária	23
Orçamento: Relatório de Execução de Receita e/ou Despesas	1
Organização e Funcionamento: Gestão Estratégica	1
Ouvidoria: Demanda de Informação - Lei de Acesso à Informação nº 4.990/2012	8
Ouvidoria: Manifestação - Reclamação, Sugestão, Solicitação e Elogio	5
Patrimônio: Alienação de Imóveis	3
Patrimônio: Concessão de Uso de Imóvel	6
Patrimônio: Extravio, Roubo, Desaparecimento, Furto ou Avaria	1
Patrimônio: Gestão e Controle de Bens Imóveis	17



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Patrimônio: Gestão e Controle de Bens Móveis	1
Patrimônio: Inventário	1
Patrimônio: Locação de Imóvel	8
Patrimônio: Ocupação de Imóvel Funcional	2
Patrimônio: Regularização de Imóvel	1
Patrimônio: Transferência de Guarda e Responsabilidade	4
PCDF - Controle de Gestão Administrativa	2
Pessoal Militar: Promoção de Oficial	3
Pessoal Militar: Promoção de Praça	1
Pessoal: Abono de Permanência	3
Pessoal: Abono de Ponto Anual	5
Pessoal: Ação/Decisão Judicial	4
Pessoal: Adicional por Serviço Extraordinário	2
Pessoal: Adicional por Tempo de Serviço	1
Pessoal: Afastamento Para Estudo, Congressos, Seminários ou Reuniões Similares	4
Pessoal: Alteração de Carga Horária	2
Pessoal: Apresentação de Servidor	1
Pessoal: Atualização Cadastral	5
Pessoal: Auxílio Alimentação/Refeição	2
Pessoal: Auxílio-Moradia	1
Pessoal: Auxílio-Transporte	2
Pessoal: Avaliação de Desempenho	1
Pessoal: Averbação / Desaverbação de Tempo de Serviço	2
Pessoal: Cessão de Servidor	4
Pessoal: Concurso Público	15
Pessoal: Consignações	10
Pessoal: Contagem de Tempo de Serviço/Contribuição	1
Pessoal: Contratação Temporária	5
Pessoal: Controle de Frequência	9
Pessoal: Curso Promovido pela Própria Instituição	2
Pessoal: Curso Promovido por Outra Instituição	25
Pessoal: Diligência de Processo Disciplinar	1
Pessoal: Disposição de Servidor	2
Pessoal: Elaboração de Plano de Cargos e Salários	1
Pessoal: Emissão de Certidões e Declarações	2
Pessoal: Exoneração de Cargo em Comissão	2
Pessoal: Exoneração/Vacância de Cargo Efetivo	15
Pessoal: Férias	9
Pessoal: Folha de Pagamento	5
Pessoal: Folha de Pagamento Suplementar	1
Pessoal: Gestão da Qualidade de Vida no Trabalho	8
Pessoal: Gratificação de Titulação	1
Pessoal: Gratificação de Titulação e Adicional de Qualificação	4
Pessoal: Identificação Funcional	5
Pessoal: Incentivos Funcionais (Prêmios, Medalhas, Diplomas, Elogios)	6
Pessoal: Incorporação de Gratificação	1
Pessoal: Jornada de Trabalho	4
Pessoal: Licença Maternidade/Paternidade por Adoção	1
Pessoal: Licença para Tratamento da Própria Saúde	2
Pessoal: Licença para Tratar de Interesses Particulares	1
Pessoal: Licença por Acidente em Serviço	1
Pessoal: Licença-Servidor	1
Pessoal: Negociação Sindical e Acordo Coletivo	7
Pessoal: Normatização Interna	4
Pessoal: Orientações e Diretrizes Gerais	12
Pessoal: Pagamento de Provento	2
Pessoal: Pagamento Exercício Anterior	1
Pessoal: Pensão Alimentícia	1
Pessoal: Planejamento da Força de Trabalho	1
Pessoal: Processo Administrativo Disciplinar	1
Pessoal: Progressão e Promoção	1
Pessoal: Provimento por Nomeação para Cargo Efetivo	23
Pessoal: Provimento por Nomeação para Cargo em Comissão	19



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Pessoal: Reestruturação de Carreiras	3
Pessoal: Requisição de Servidor	5
Pessoal: Ressarcimento ao Erário	2
Pessoal: Ressarcimento Salário	1
Pessoal: Substituição de Cargo	2
Pessoal: Vacância de Cargo	1
Pessoal: Viagem a Serviço (Diárias, Passagens e Relatório)	10
PGDF - Emissão de Parecer Jurídico	1
PGDF - Orientação Jurídica Estratégica	6
PGDF - Pedido de Informações para Atuação em Juízo	700
Planejamento Governamental: Acompanhamento Físico-Financeira das Ações Governamentais (SAG)	1
Planejamento Governamental: Avaliação do Plano Plurianual - PPA	1
Planejamento Governamental: Revisão do Plano Plurianual - PPA	3
Processo Recebido Externamente (a classificar)	65
RA - Aprovação e Licenciamento de Obras: Urbanismo / Infraestrutura	1
SEE - Gestão Educacional - Orientação/Informação	1
SEEC - Convênio ICMS (Homologação)	1
SEEC - Gestão Tributária - Concessão de Regime Especial Geral	1
SEEC - Gestão Tributária - Confaz - Conselho Fazendário	11
SEEC - Gestão Tributária - Consulta Tributária Interna	2
SEEC - Gestão Tributária - Credenciamento de Contribuinte	1
SEEC - Gestão Tributária - Cumprimento de Ação Judicial	2
SEEC - Gestão Tributária - Elaboração Pauta de Preços - Inclusão/Exclusão de Produtos	4
SEEC - Gestão Tributária - Exclusão de Contribuinte de Regime Especial Tributário	3
SEEC - Gestão Tributária - Pedido de Providencia Administrativa	17
SEEC - Gestão Tributária - Procedimento de Cobrança	2
SEEC - Gestão Tributária - Programação Fiscal	1
SEEC - Gestão Tributária - Reconhecimento de Benefício Fiscal - Outros	1
SEEC - Planejamento Governamental: Cronograma de Atividades	1
SEFAZ - Gestão Tributária - Confaz - Conselho Fazendário	3
SEFAZ - Gestão Tributária - Pedido de Providencia Administrativa	2
SEFAZ - Gestão Tributária - Programa de Desenvolvimento-Concessão Incentivo Fiscal	2
SEFP - Gestão Tributária - Exclusão de Contribuinte de Regime Especial Tributário	1
Segurança Institucional: Automação de Controle Predial	1
Segurança Institucional: Projetos contra Incêndio	1
Segurança Institucional: Serviços de Vigilância	1
SEMOB - Solicitações Referentes a Mobilidade	2
TERRACAP - Venda de Imóveis por Licitação Pública	1
TOTAL	2.725

Ademais, no período de referência, registram-se os projetos de lei de maior relevância institucional que tramitaram no âmbito da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, com análise e acompanhamento jurídico-legislativo, conforme apresentado a seguir.

Nº	Nº PROJETO	EMENTA
1	PL nº 1.007/ 2024	Dispõe sobre o atendimento preferencial aos profissionais da contabilidade no âmbito dos órgãos e repartições públicas do Distrito Federal e dá outras providências".
2	PL nº 1599/2025	Dispõe sobre a isenção e remissão de débitos de preço público cobrados dos autorizatários, permissionários e concessionários do Terminal do Gama
3	PL n.º 1.731/2025	Dispõe sobre a transação resolutive de litígio de natureza tributária ou não tributária.
4	PL n.º 1593/2025	Dispõe quanto ao Imposto sobre a Transmissão 'Inter Vivos' de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos – ITBI, e dá outras providências, para tratar da aferição do valor venal dos imóveis no âmbito do ITBI.
5	PL nº 7.723/2025	Dispõe sobre a extinção da Agência de Fiscalização do Distrito Federal e a criação da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF Legal.
6	PL nº 7.814/2025	Concede remissão do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU incidente sobre os imóveis edificados dos clubes sociais e esportivos e das associações recreativas, nas hipóteses que especifica, e dá outras providências.
7	PL nº 2.100/2025	Altera a Lei nº 7.827, de 18 de dezembro de 2025, que "estabelece a pauta de valores venais de veículos automotores usados registrados e licenciados no Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, relativamente ao exercício de 2026.
8	PL nº 1.989/2025	Estabelece a pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, relativamente ao exercício de 2026, e dá outras providências.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

10	PL nº 1.941/2025	Altera a Lei nº 6.888, de 7 de julho de 2021, que "dispõe sobre a regularização de ocupações históricas de associações ou entidades sem fins lucrativos em unidades imobiliárias da Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap ou do Distrito Federal, trata de terrenos adquiridos por entidades religiosas ou de assistência social e dá outras providências"
11	PL nº 1872/2025	PL nº 1872/2025
12	PL nº 556/2023	Institui a obrigatoriedade de contratação de mão de obra proveniente do Programa RENOVA DF, em contratos administrativos de execução de obras do Governo do Distrito Federal.
13	PL nº 7.705/2025	Dispõe sobre a proteção dos direitos dos trabalhadores terceirizados que prestam serviços nos órgãos e empresas públicas do Distrito Federal, estabelecendo que sua devolução à empresa contratada somente ocorra mediante justa causa, e dá outras providências.
14	PL nº 1682/2025	Altera a Lei nº 7.563, de 14 de outubro de 2024, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com a garantia da União, e dá outras providências.
15	PL nº 1.285/2024	Autoriza o Poder Executivo a proceder a concessão de uso de imóvel que especifica, pertencente ao patrimônio do Distrito Federal e dá outras providências. Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (Seec).ç
16	PL nº 1.494/2025	Autoriza o Poder Executivo a proceder à concessão de uso do imóvel que especifica, pertencente ao patrimônio do Distrito Federal, e dá outras providências.
17	PL nº 1.937/ 2025	Estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2026. (PLOA).
18	PL nº 2.041/2025	Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências. (PLDO).
19	PL nº 2090/2025	Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 50.000.000,00, em favor NOVACAP, destina-se a atender despesas com locação de veículos, manutenção de áreas públicas e áreas verdes, bem como da gestão da informação e de sistemas de tecnologia da informação.
20	PL nº 1998/2025	Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 7.191.337,00, em favor do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, tem como objetivo atender despesa de exercícios anteriores com encargos previdenciários – pagamento de inativos e pensionistas do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
21	PL nº 2085/2025	Alteração da Lei nº 7.735, de 22 de julho de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026 – LDO/2026).
22	PL nº 2.095/ 2025	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 8.800.211,00, , em favor da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal, Secretaria de Estado do Esporte e Lazer do Distrito Federal, Jardim Botânico de Brasília.
23	PL nº 2.058/2025	Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 55.654.257,00, em favor da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal.
24	PL nº 2.040/2025	Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 15.314.615,00, em favor do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.
25	PL nº 2.060/2025	Projeto de Lei que altera à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 6.185.000,00, no Orçamento de Investimento das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA, e da CEB Geração S/A.
26	PL nº 2089/2025	Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 192.676.000,00, em favor da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, destinado atender despesas com amortização da dívida pública interna, PASEP, contratos de manutenção de bens imóveis – vigilância, limpeza, e manutenção de serviços administrativos gerais.
27	PL nº 2078/2025	Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 17.430.432,00, em favor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP e Secretaria de Estado do Esporte e Lazer do Distrito Federal.
28	PL nº 2049/2025	Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 63.424.818,00, em favor do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS, Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal, Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal, Fundo de Assistência Social do Distrito Federal e Fundação Jardim Zoológico de Brasília
29	PL nº 2.061/ 2025	Abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 500.000,00, em favor do Casa Civil do Distrito Federal.
30	PLC nº 92/2025	Dispõe sobre a concessão de jornada de trabalho diferenciada para servidoras públicas lactantes no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal.
31	PLC nº 63/2025	Altera a Lei Complementar nº 889, de 24 de julho de 2014, que dispõe sobre a composição do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN e dá outras providências.
32	PL nº 1.493/ 2025	Dispõe sobre a contratação de brigadas florestais para a prevenção e o combate aos incêndios florestais em unidades de conservação distritais.
33	PL nº 1.568/2025	Concede ao servidor público do Distrito Federal o direito a 1 dia de abono de ponto por ano, no dia do seu aniversário, sem prejuízo dos seus vencimentos.
34	PL nº 1.856/ 2025	Institui o Programa Reconhecer e dá outras providências.
35	PL nº 1540/2025	Altera a Lei nº 4.190, de 6 de agosto de 2008 que "assegura a todas as crianças nascidas nos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes da rede pública de saúde do Distrito Federal o direito ao teste de triagem neonatal, na sua modalidade ampliada", para ampliar o rol de detecção de doenças metabólicas, genéticas, infecciosas e imunológicas.
36	PL nº 1654/ 2025	Institui o Programa de Benefício Econômico-Social denominado Cartão-Feira e dá outras providências.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

37	PL nº 2062/2025	Institui o Programa Bolsa Atleta. Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal.
38	PL nº 1.517/ 2025	Institui os Centros de Atendimento Especializado para Idosos – CEAI no Distrito Federal e dá outras providências.
39	PL nº 1.856/2025.	Institui o Programa Reconhecer e dá outras providências, com a finalidade de promover a cidadania, a inclusão produtiva e a empregabilidade da população LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade social.

Por fim, as ações registradas refletem as atividades desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal ao longo do exercício de 2025, incluindo o assessoramento técnico-jurídico e o acompanhamento de demandas institucionais, contribuindo para a elaboração do Relatório de Gestão – RGE, integrante da Prestação de Contas Anual do Governador.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10605 - QUANTITATIVO DE CERTIFICADOS EMITIDOS EM CURSOS E EVENTOS PROMOVIDOS PELA EGOV	UNIDADE		01/01/2001	Anual	19300,00	37647,00	21200,00	32284,00	23400,00	X	25700,00	X	SEPLAD/SEGEA/EGOV
Justificativa: 2024 - O crescimento das demandas institucionais, o constante aprimoramento dos processos administrativos e dos sistemas que fazem parte das ferramentas de trabalho dos vários órgãos do GDF, ocorridos no ano de 2024, foi uma das razões para o aumento substancial da capacitação de servidores. A EGOV trabalhou visando garantir a eficiência, qualidade e agilidade nos serviços prestados à população, tendo em vista que a capacitação contribui diretamente para a atualização de conhecimentos e habilidades, permitindo que os servidores estejam alinhados às melhores práticas do mercado e às mudanças normativas e operacionais. Cabe ainda ressaltar que o aumento de servidores capacitados em 2024, não se restringe apenas ao aprimoramento das competências técnicas, mas também à integração de temáticas cruciais para a atuação responsável e sustentável no serviço público. As capacitações abordaram também temas voltados à sustentabilidade, igualdade de gênero, assédio moral e sexual, ética profissional e proteção de dados, alinhando os servidores participantes aos princípios que norteiam as melhores práticas do setor público e promovem uma atuação socialmente responsável e transparente. Dessa forma, o aumento de servidores capacitados, em 2024, foi estratégico e pretendeu atender às exigências crescentes, contribuir para a modernização do setor público e garantir a entrega de resultados sustentáveis e de alto impacto social. 2025 - Em 2025, a Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV) enfrentou desafios relevantes que impactaram sua capacidade operacional, como a limitação de pessoal, agravada por afastamentos legais, férias e abonos, elevada carga de trabalho, defasagem de equipamentos e sistemas, além da necessidade urgente de modernização tecnológica. Somam-se a esse cenário problemas estruturais históricos no complexo físico da instituição, incluindo restrições para obtenção de alvará de funcionamento, insuficiência da subestação de energia, falhas no sistema de climatização, inadequações de acessibilidade e parque tecnológico obsoleto. Apesar dessas limitações, a EGOV manteve o compromisso com sua missão institucional de capacitar os servidores públicos do GDF, adotando estratégias de adaptação, priorização de demandas e otimização dos recursos disponíveis. Como resultado, no exercício de 2025, com dados consolidados até dezembro, foram emitidas 32.284 certificações, quantitativo significativamente superior ao alcance desejado para o exercício (21.200), demonstrando a efetividade das ações implementadas. O desempenho acima do previsto foi viabilizado pelo fortalecimento da oferta de cursos e ações formativas alinhadas às demandas contemporâneas da administração pública, com ênfase em temas estratégicos como inovação, sustentabilidade, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), ética e combate ao assédio. A emissão das certificações reflete não apenas o volume de capacitações realizadas, mas o impacto direto das ações da EGOV na qualificação dos servidores e na melhoria da eficiência dos serviços públicos prestados à sociedade.													
10643 - DISPONIBILIDADE DE INFRAESTRUTURA DE DATACENTER	PERCENTUAL		01/01/2001	Semestral	97,00	98,00	98,00	100,00	99,00	X	99,00	X	RELATÓRIO DO SEI. FERRAMENTAS DE MONITORAMENTO DE DATACENTER.
Justificativa: 2024 - Investimentos na ampliação e modernização do CeTIC-DF possibilitaram o alcance de um alto nível de disponibilidade, superior à meta desejada, que permitiram a sustentação segura da disponibilidade da infraestrutura de Datacenter, e mesmo com o grande aumento de demandas de serviços hospedados no Centro de Dados, que exigiu bastante da sua capacidade de processamento e de armazenamento, não foram verificadas grandes oscilações de disponibilidade. Entre os investimentos citados, destacam-se as aquisições de equipamentos para a atualização tecnológica (tech refresh) e expansão das atuais soluções de armazenamento de dados (Storage) que compõem o Centro de Dados Corporativo do DF (Contrato nº 50.132/2023 - 128467196), e de novos computadores/servidores 64bits (Servidores x86) (Contrato nº 51174/2024 - 135671131) para processamento de grande volume de dados, além de novas contratações que se encontram em fase avançada, a exemplo da nova solução de Backup para Datacenter, cuja licitação foi marcada para o dia 07/01/2025 (Pregão Eletrônico nº 028/2021). 2025 - Ao longo de 2025, não foi registrado nenhum evento ou incidente que compromettesse a disponibilidade do Datacenter. Contudo, alguns serviços apresentaram oscilações ou intermitências pontuais, sem impacto significativo na continuidade das operações.													
10647 - PORCENTAGEM DE ÓRGÃOS ATENDIDOS POR CONSULTORIA EM QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - QVT	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	18,00	40,00	100,00	X	100,00	X	100,00	X	SEI, E-MAIL FUNCIONAL, RELATÓRIOS PRODUZIDOS
Justificativa: 2024 - O índice de consultorias em QVT superou as expectativas e alcançou 40 órgãos do GDF, uma expansão na realização de consultorias em QVT para 45 % do total de órgãos do GDF, sem contar com a realização de consultorias de QVT junto à 09 Instituições do Governo Federal, bem como para outras federações do País, como Paraíba e Espírito Santo, que se somadas ao trabalho junto ao GDF, aumentaria o nosso alcance para o índice de 51 órgãos ou instituições atendidas.													
10647 - PORCENTAGEM DE ÓRGÃOS ATENDIDOS POR CONSULTORIA EM QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - QVT CONFORME O SOLICITADO POR ANO	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	18,00	-	100,00	95,45	100,00	X	100,00	X	SEI, E-MAIL FUNCIONAL, RELATÓRIOS PRODUZIDOS
Justificativa: 2025 - O índice de consultorias em QVT superou as expectativas em 2025, com 22 solicitações recebidas e 21 atendidas no exercício, resultando em um alcance de 95,45%. Considerando os dois primeiros anos do PPA, foram realizadas 41 consultorias em QVT, podendo incluir atendimentos recorrentes a um mesmo órgão em exercícios distintos, conforme a demanda apresentada. Os resultados demonstram a elevada procura e a consolidação da política de qualidade de vida no trabalho no âmbito do GDF.													
10648 - PORCENTAGEM DE ÓRGÃOS COM AGENTE DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - QVT	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	100,00	98,00	94,00	95,69	94,00	X	94,00	X	PROCESSO SEI
Justificativa: 2024 - O índice esperado ficou abaixo da meta prevista devido à exoneração dos Agentes de QVT, nas Administrações Regionais do Park Way e de Samambaia, sem que novos profissionais fossem nomeados até o momento. No entanto, em 2024, 346 servidores foram capacitados em QVT, pela Escola de Governo do Distrito Federal. Esta iniciativa contribuiu para a implementação de uma Política e Programa de QVT, em conformidade com os princípios do Decreto 42.375/2021, que regulamenta o QVT no GDF. Esse esforço destaca o Governo do Distrito Federal como pioneiro e inovador no cuidado com os servidores públicos, consolidando-se como referência para o Governo Federal e outras Unidades da Federação. 2025 - Em 2025, o indicador "Porcentagem de órgãos com agente de Qualidade de Vida no Trabalho - QVT" apresentou desempenho positivo, alcançando 95,69%, resultado superior ao índice desejado para o exercício. Do total de 93 órgãos, autarquias e fundações do Governo do Distrito Federal, 89 possuem agentes de QVT formalmente nomeados e ativos, integrando a Rede QVT coordenada pela SEQUAL. O não atingimento do percentual máximo decorre, principalmente, da criação recente de algumas estruturas administrativas, que ainda não concluíram o processo de indicação de seus agentes de QVT. Enquadram-se nessa situação a Secretaria Extraordinária do Consumidor, a Secretaria da Juventude (decorrente do desmembramento da Secretaria da Família e Juventude), a Secretaria Extraordinária do Entorno e a Secretaria Extraordinária de Proteção Animal. Como marco relevante do exercício de 2025, destaca-se a capacitação de aproximadamente 432 servidores em temas relacionados à Qualidade de Vida no Trabalho, com certificação emitida pela Escola de Governo do Distrito Federal - EGOV. Essa ação fortaleceu a atuação da Rede QVT, contribuiu para a padronização das práticas institucionais e ampliou a capacidade técnica dos agentes responsáveis, refletindo diretamente no elevado índice de alcance do indicador no período.													
10649 - PORCENTAGEM DE ÓRGÃOS COM POLÍTICA E/OU PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO INSTITUÍDO	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	20,00	27,00	100,00	X	100,00	X	100,00	X	PROCESSO SEI, DODF, BOLETIM INTERNO, SELOQUALVIDA, SITE DOS ÓRGÃOS
Justificativa: 2024 - Esse índice ficou acima do esperado pois 24 órgãos publicaram política ou programa de QVT, o que corresponde a 27% de percentual atingido. Ademais, além de incentivar a publicação do Programa ou Política de QVT em todos os órgãos, dada a importância dessa ação para a execução das ações de QVT junto aos servidores, houve também realização de 07 visitas técnicas aos órgãos do GDF, bem como a realização de 17 palestras e 4 oficinas de temas correlatos à QVT, como saúde mental, comunicação não violenta, Felicidade no Trabalho e inteligência emocional no trabalho, demonstrando a diversificação e expansão dos atendimentos da COAQVT em um movimento de aproximação dos órgãos, disponibilizando atendimentos às demandas solicitadas por eles, de acordo com as necessidades percebidas e solicitadas por cada instituição.													
10649 - PORCENTAGEM DE ATENDIMENTO DAS ANÁLISES TÉCNICAS RELACIONADAS À INSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS E/OU PROGRAMAS DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	20,00	-	100,00	100,00	100,00	X	100,00	X	PROCESSO SEI, DODF, BOLETIM INTERNO, SELOQUALVIDA, SITE DOS ÓRGÃOS



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
Justificativa: 2025 - O índice atendeu as expectativas. De 6 órgãos que buscaram auxílio para instituição e publicação de políticas ou programas de qualidade de vida no trabalho, 6 foram devidamente auxiliados e orientados. Além disso, esta unidade busca incentivar e capacitar os órgãos e sua alta gestão a darem uma maior atenção a QVT, para isso foram realizadas visitas técnicas aos órgãos do GDF, realização de palestras e oficinas em diversos temas ligados a QVT, gerando maior aproximação com os órgãos e disponibilizando atendimentos às demandas solicitadas por eles, de acordo com as necessidades percebidas e solicitadas por cada instituição.													
10716 - RESULTADO NOMINAL	REAL		01/01/2001	Anual	-107648686	2915266079	-382616253	-839268800	-126250018	X	X	X	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO
Justificativa: 2024 - O Resultado Nominal calculado pelo método "abaixo da linha" é o indicador que mede a variação da dívida consolidada líquida, sendo que, quanto maior o seu valor, melhor é a situação fiscal do Ente. Assim, considerando que, em 2024, o resultado apurado foi de R\$ 2.915.266.079,47, observa-se o atingimento da meta de - R\$ 1.076.486.860,00 estabelecida no Plano Plurianual 2024-2027 para o 1º ano de sua vigência. O aumento do Resultado Nominal se deu em virtude da redução em 38,2% da Dívida Consolidada Líquida entre os anos de 2023 e 2024, ocasionada pela diminuição dos precatórios e pelo esforço fiscal realizado que, combinado com o aumento da arrecadação e com a melhor alocação de recursos, produziram resultados mais eficientes do ponto de vista do endividamento líquido distrital. 2025 - O Resultado Nominal (sem RPPS) - metodologia abaixo da linha foi apurado em R\$ -839.268.800,20. O montante verificado é inferior à meta estabelecida para o 2º ano, fixada em R\$ -382.616.253,00. O desempenho observado foi significativamente impactado pela expressiva redução da disponibilidade de caixa do Tesouro, componente redutor da dívida consolidada, tanto nas fontes vinculadas quanto nas não vinculadas. O saldo dessas disponibilidades passou de aproximadamente R\$ 1,8 bilhão em 2024 para R\$ 569 milhões em 2025, conforme demonstrado no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar de ambos os exercícios. Fonte: Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal, integrante do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), referente ao 6º bimestre de 2025, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 20, de 30/01/2026.													
10717 - RESULTADO PRIMÁRIO	REAL		01/01/2001	Anual	-971089689	-749181067	-480717682	-821469255	-409828659	X	X	X	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO
Justificativa: 2024 - Nota: RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha apurado no valor negativo de R\$ 749.181.067,24, cumprindo assim a meta de resultado primário, cujo valor negativo era de R\$ 971.089.689,00. Fonte: Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO referente ao 6º bimestre de 2024, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 21, de 30/01/25. 2025 - RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha apurado no valor negativo de R\$ 821.469.255,49. Este valor é inferior a meta de resultado primário desejado para o 2º Ano, cujo valor negativo é de R\$ 480.717.682,00. Fonte: Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, referente ao 6º bimestre de 2025; publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 20, de 30/01/2026.													
10718 - DÍVIDA CORRENTE LÍQUIDA (DCL) - PIB/DF	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	2,56	1,19	2,51	1,51	2,40	X	X	X	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO
Justificativa: 2024 - O referido indicador se refere ao percentual da Dívida Corrente Líquida sob o montante do PIB/DF, sendo que, quanto menor o seu valor, melhor é a situação fiscal do Ente, portanto, maior é a capacidade de endividamento do Distrito Federal. Assim, considerando que, em 2024, o indicador apurado foi de 1,19%, observa-se o atingimento da meta de 2,56% estabelecida no Plano Plurianual 2024-2027 para o 1º ano de sua vigência. É importante destacar que, devido a ausência de dados oficiais apurados, foi utilizada na aplicação da fórmula a projeção do PIB/DF indicada no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao ano de 2024 (Lei nº 7.313, de 27/07/2023). A diminuição do indicador em questão se deu em virtude da redução em 38,2% da Dívida Consolidada Líquida entre os anos de 2023 e 2024, ocasionada pela redução dos precatórios e pelo esforço fiscal realizado que, combinado com o aumento da arrecadação e com a melhor alocação de recursos, produziram resultados mais eficientes do ponto de vista do endividamento líquido distrital. 2025 - O referido indicador se refere ao percentual da Dívida Consolidada Líquida (DCL) sob o montante do PIB/DF, sendo que, quanto menor o seu valor, melhor é a situação fiscal do Ente, ou seja, maior é a capacidade de endividamento do Distrito Federal. Assim, considerando que, em 2025, o indicador apurado foi de 1,51%, observa-se o atingimento da meta de 2,51% estabelecida no Plano Plurianual 2024-2027 para o 2º ano de sua vigência. Foi utilizada na aplicação da fórmula a projeção do PIB/DF indicada no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) referente ao ano de 2025 (Lei nº 7.549, 30.07.2024). Apesar de ter ocorrido uma redução de, aproximadamente, 5% da Dívida Consolidada (DC), evidenciando diminuição do estoque bruto do endividamento ao final do exercício de 2025, houve um aumento do referido indicador, acarretado, principalmente, pela diminuição das Disponibilidades de Caixa Bruta entre os anos de 2024 e 2025. Tal componente é deduzido da Dívida Consolidada (DC) a fim de se obter o montante correspondente à Dívida Consolidada Líquida (DCL), utilizada no cálculo do indicador. A Dívida Consolidada Líquida (DCL), por sua vez, apresentou elevação no mesmo período, refletindo, principalmente, a redução dos ativos financeiros líquidos utilizados para a dedução do passivo consolidado. Tal movimento resultou em um maior endividamento líquido.													
10719 - PERCENTUAL DE ORÇAMENTO EXECUTADO EM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO PLANEJADO	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	95,00	113,30	96,00	90,03	97,00	X		98,00	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO
Justificativa: 2024 - A execução orçamentária do Distrito Federal, para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, alcançou montante empenhado de R\$ 40.544.317.416,00 em 2024, e a dotação Prevista na Lei Orçamentária Anual - LOA/2024 foi de R\$ 35.776.782.613,00. Desse modo, o "Percentual de Orçamento Executado em Relação ao Orçamento Planejado" foi de 113,3% para o exercício de 2024. Cabe frisar que os valores foram extraídos do SIGGO em 08/01/2025 e ainda podem sofrer ajustes residuais até o fechamento definitivo dos números. 2025 - No exercício de 2025, considerando a dotação autorizada (LOA acrescida dos créditos adicionais), o índice de execução apurado foi de 90,3%. O resultado decorreu principalmente da execução parcial de fontes específicas. As operações de crédito previstas somaram R\$ 1,44 bilhão na dotação autorizada, dos quais foram empenhados R\$ 703 milhões, restando saldo de R\$ 741 milhões. O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), estruturado nos fundos Financeiro e Capitalizado, também influenciou o índice, uma vez que o Fundo Capitalizado, por sua instituição recente, ainda apresenta baixo volume de despesas. Em 2025, R\$ 432 milhões permaneceram sem execução por esse motivo. No tocante aos convênios, havia R\$ 846 milhões autorizados, com empenho de R\$ 235 milhões, gerando saldo de R\$ 610 milhões. Ademais, verificou-se frustração na arrecadação da compensação previdenciária junto ao INSS: dos R\$ 691 milhões previstos, foram arrecadados R\$ 314 milhões, impactando as dotações vinculadas. Ressalta-se que, nas principais fontes ordinárias (100, 101, 102, 105, 109, 183 e respectivos superávits), cuja dotação autorizada foi de R\$ 30,12 bilhões, a execução alcançou R\$ 29,82 bilhões (99,0%), evidenciando elevado grau de execução nas fontes estruturais. Quanto a 2024, registra-se correção metodológica para padronização da série histórica, adotando-se como base a dotação autorizada. Com esse critério, o índice de execução do exercício foi de 86,3%. O desempenho foi impactado pela baixa execução das operações de crédito (R\$ 1,95 bilhão autorizados e R\$ 492 milhões empenhados), pela decisão do STF na ADPF 188, que reduziu a arrecadação do salário-educação (R\$ 1,03 bilhão previstos e R\$ 402 milhões arrecadados), pela não execução de R\$ 306 milhões do Fundo Capitalizado do RPPS e pela execução parcial dos convênios (R\$ 922 milhões autorizados e R\$ 240 milhões empenhados). Ainda assim, nas principais fontes ordinárias, a execução atingiu 98,7% (R\$ 28,20 bilhões de R\$ 28,57 bilhões).													
10934 - ACOMPANHAMENTO DO INCREMENTO ANUAL NA RECUPERAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	REAL	1271162460,03	01/12/2023	Anual	1326162460	919399951,	1381162460	435725282,	1436162460	X		1491162460	SISTEMA SITAF
Justificativa: 2024 - Entre a recuperação prevista e o valor efetivamente realizado no ano de 2024, houve uma redução de R\$ 406.762.508,21. O ano de 2023 foi utilizado como referência para estimar o incremento na recuperação da dívida ativa, apresentando um total recuperado de R\$ 1.271.162.460,03, com uma projeção de crescimento anual de R\$ 55 milhões a partir desse montante. Contudo, é relevante destacar que, em 2023, foi implementado o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal (REFIS-DF 2023), que impulsionou significativamente a recuperação da dívida ativa. Como não houve um programa semelhante em 2024, a recuperação da dívida ativa não conseguiu manter o mesmo ritmo de crescimento. 2025 - O ano utilizado como base para estipular o incremento da dívida ativa foi 2023, que apresentou uma recuperação total de R\$1.271.162.460,03. No entanto, importante ressaltar que em 2023 houve o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2023, que contribuiu com a recuperação da dívida ativa. Como em 2024 e 2025 não houve REFIS, a recuperação da dívida ativa não conseguiu acompanhar o mesmo crescimento.													

Programação Orçamentária Realizada

Da Gestão Tributária

INCENTIVOS FISCAIS

Ao longo do ano de 2025, foram publicados os seguintes atos concessivos dos benefícios previstos no Decreto nº 39.803/2019:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Concessão ou ampliação de incentivos até 31/12/2025	Data de publicação	Acréscimo de empregos diretos prometidos*	Acréscimo de investimentos prometidos*
TERMO DE ACORDO DE REGIME ESPECIAL Nº 2/2025 IDEAL ALIMENTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FÉCULA LTDA	20/03/2025 DOOF 54/2025	25	R\$ 3.550.000,00
TERMO DE ACORDO DE REGIME ESPECIAL Nº 3/2025 ALCANTARA INDÚSTRIA E CONSTRUÇÃO LTDA	26/09/2025 DOOF 183/2025	11	R\$ 750.000,00
TERMO DE ACORDO DE REGIME ESPECIAL Nº 4/2025 ROLLING PAPER BRAZIL LTDA	30/09/2025 DOOF 185/2025	50	R\$ 20.000.000,00
TERMO DE ACORDO DE REGIME ESPECIAL Nº 12/2025 ATLÂNTIDA ATACADISTA LTDA	24/12/2025 DOOF 243/2025	55	R\$ 9.200.000,00
TERMO DE ACORDO DE REGIME ESPECIAL Nº 10/2025 CPMH – COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS MÉDICO- HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS LTDA	24/12/2025 DOOF 243/2025	40	R\$ 22.000.000,00
TERMO DE ACORDO DE REGIME ESPECIAL Nº 6/2025 THORA CONSTRUÇÃO E PREMOLDADOS LTDA	30/12/2025 DOOF 246/2025	20	R\$ 3.400.000,00
TOTAL		201	R\$ 58.900.000,00

* Os valores de emprego e investimento apresentados são as metas previstas para toda a tabela de metas dos Termos de Acordo de Regime Especial.

Conforme pode ser observado na tabela apresentada, os atos de concessão ou de ampliação realizados em 2025 representaram um acréscimo de 201 empregos diretos nas metas previstas e de R\$ 58.900.000,00 (cinquenta e oito milhões e novecentos mil reais) nos investimentos previstos nas empresas beneficiárias do EMPREGA-DF.

EDUCAÇÃO FISCAL

O exercício da Cidadania Fiscal requer do cidadão contribuinte a compreensão da função do Estado de tributar e de aplicar de forma justa e eficiente os recursos arrecadados. Os conhecimentos acerca da Educação Fiscal proporcionam o acompanhamento da eficiência da gestão pública para atender com qualidade as necessidades do conjunto social. Assim, a Educação Fiscal cumpre com o papel indutor no protagonismo do cidadão frente à efetiva gestão do Estado, promovendo projetos que oportunizam a formação das gerações na superação do “déficit de cidadania fiscal”, empoderando o contribuinte como agente financiador das políticas e, ao mesmo tempo, receptor direto da sua contraprestação.

A Secretaria de Economia do Distrito Federal (SEEC) apoia o Grupo de Educação Fiscal do Distrito Federal (GEF/DF) no desenvolvimento do Programa de Educação Fiscal do Distrito Federal (PEFDF), promovendo a disseminação de conhecimentos sobre a fiscalidade. As ações desenvolvidas contemplam dois eixos estruturantes: a função social do tributo e o controle social das políticas públicas. No âmbito desse programa, o GEF/DF é responsável pelo planejamento, execução e avaliação das iniciativas, atuando de forma articulada com órgãos do Governo do Distrito Federal e instituições parceiras.

O Programa está sendo implementado pelo Projeto Educação Fiscal EnCena, que é constituído de um aplicativo gamificado com diversas trilhas de aprendizagem com aporte da mecânica de jogos no formato lúdico-pedagógico, cuja proposta é relacionar a tecnologia, a produção audiovisual e o teatro como estratégias de transposição didática dos conteúdos de Educação Fiscal.

São etapas do Projeto Educação Fiscal EnCena:

- a divulgação do Projeto no âmbito da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- a adesão/inscrições das Unidades Escolares da Rede Pública do Distrito Federal;
- a formação dos professores – curso de 60h ministrado pelo GEF/DF na plataforma da Unidade-Escola de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE) da Secretaria de Educação do DF;
- a navegação de estudantes e professores na Plataforma Gamificada;
- a Auditoria Pedagógica Cidadã realizada pelos estudantes nas Escolas;
- o Turismo Cívico/Pedagógico nos ambientes virtuais dos poderes legislativos;
- a criação e execução dos Projetos Interventivos nas comunidades escolares;



- h. a criação dos Projeto de Lei;
- i. a troca de experiências – live de apresentação dos projetos;
- j. o período de possíveis recursos;
- k. as devolutivas de estudantes e professores acerca da jornada do Projeto;
- l. a entrega dos prêmios; e
- m. a Avaliação e o Relatório Final do Projeto.

O Percurso (Curso) “Educação Fiscal EnCena: um convite à Cidadania”, no formato híbrido com aulas presenciais, síncronas e assíncronas para formação dos professores e técnicos teve duração de 120 horas no período de 27/05/2025 a 13/11/2025. O curso, que ofereceu 200 vagas divididas em 4 turmas, contou com a participação de 159 inscritos. Destes, 70 foram habilitados. Dos 89 cursistas não habilitados, 40 não compareceram, 42 desistiram e 7 não realizaram as atividades dentro do percentual mínimo. Ademais, 16 cursistas reaproveitaram o certificado de percurso anterior.

O Projeto EnCena já contou com a participação de 102 escolas (sendo uma escola do IFB), 1.117 cursistas, sendo que 1.027 foram considerados aptos, culminou com a premiação de 1.196 smartphones para todos os professores e estudantes que concluíram com êxito o percurso e as trilhas de aprendizagem, conforme regulamento.

GESTÃO ESTRATÉGICA

A Secretaria de Economia do Distrito Federal (SEEC) executou, no período de junho de 2024 a dezembro de 2025, ações estruturantes voltadas ao fortalecimento da gestão estratégica, da gestão de processos e da gestão de projetos, alinhadas aos objetivos institucionais da Secretaria e orientadas à entrega de resultados.

O plano de ação apresentou 100% de execução, com as seguintes principais entregas:

Planejamento Estratégico

1. Definição de metodologia de planejamento estratégico, inspirada no Balanced Scorecard;
2. Aplicação do modelo em unidades estratégicas;
3. Revisão e atualização do Planejamento Estratégico institucional.

Avaliação de Maturidade Institucional

1. Análise comparativa de frameworks de avaliação;
2. Adoção de modelo mais aderente à realidade institucional;
3. Validação do nível de maturidade organizacional.

Gestão de Processos

1. Definição de metodologia de gestão de processos;
2. Atualização da cadeia de valor institucional;
3. Mapeamento de 100% dos fluxos de trabalho;
4. Início da análise e melhoria de processos críticos;
5. Institucionalização do Escritório de Processos.

Gestão de Projetos

1. Definição de metodologia de gestão de projetos;
2. Implantação de ferramenta corporativa de gestão;
3. Formalização, priorização e acompanhamento de projetos estratégicos;
4. Institucionalização do Escritório de Projetos.

Capacitação e Desenvolvimento

Capacitação



1. Foram capacitados 182 servidores, totalizando 3.640 horas de treinamento, nas áreas de gestão de processos, gestão de projetos, planejamento estratégico, contratações de TIC e inteligência artificial.

Articulação Institucional

1. Realização de evento institucional de gestão estratégica;
2. Elaboração do Plano de Contratações Anual;
3. Apoio às áreas finalísticas e às contratações;
4. Participação em instâncias institucionais;
5. Contribuições para a reestruturação organizacional e levantamento de força de trabalho.

As entregas realizadas evidenciam o fortalecimento da governança, da capacidade institucional e da cultura de gestão orientada a resultados, consolidando a atuação da SEEC como indutora de boas práticas no âmbito do Governo do Distrito Federal.

ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO ICMS

As atividades de fiscalização de mercadorias em trânsito no Distrito Federal são realizadas por equipes itinerantes, assim como por equipes fixas no controle de importação, no monitoramento eletrônico de mercadorias, no combate ostensivo à fraude fiscal estruturada, no serviço de armazenamento e controle das mercadorias apreendidas. Tais atividades produziram como resultados numéricos aqueles resumidos na seguinte tabela:

GEFMT/COFIT RESUMO PRINCIPAIS ATIVIDADES EM 2025

Nº	DESCRIÇÃO	Qtd.	CRÉDITO TRIBUTÁRIO (R\$) / ICMS EXONERADO
1	Ordens de Serviços emitidas	524	
2	Missões/Fisc. Esp. Concentrada - Qtd	595	
3	AI/ASA	2620	R\$ 848.758.427,29
4	DI/DSI/DUIIMP – Importações	1668	R\$ 61.965.521,71
5	Courrier – Importações	737	R\$ 7.760.089,68
6	DAR/GNRE – Importações	97	R\$ 1.608.898,51
7	TOTAL CT (R\$)		920.092.937,19
8	GLME – IMPORTAÇÃO (EXONERAÇÃO)	2628	2.577.782.455,53
9	GLME – ICMS DIFERIDO (EXONERAÇÃO)	783	116.053.417,91
10	GLME Total – ICMS Exonerado	3411	2.693.835.873,44

Assim, no ano de 2025, as atividades de fiscalização de mercadorias em trânsito resultaram em 2.620 autuações que totalizaram um crédito tributário constituído no valor de R\$ 920.092.937,19 (novecentos e vinte milhões, noventa e dois mil, novecentos e trinta e sete reais e dezenove centavos). Já o ICMS exonerado no decorrer do exercício de 2025 atingiu o valor de R\$ 2.693.835.873,44 (dois bilhões, seiscentos e noventa e três milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, oitocentos e setenta e três reais e quarenta e quatro centavos) – tal valor de ICMS exonerado corresponde às importações contendo imunidades constitucionais, isenções e diferimentos os quais foram fiscalizados e constatados corretos no momento da liberação das mercadorias importadas.

Sistema de Monitoramento de Mercadorias em Trânsito

A Secretaria de Economia do Distrito Federal (SEEC) desenvolve e implanta o Sistema de Monitoramento de Mercadorias em Trânsito (SEFIT), voltado ao monitoramento e à fiscalização eletrônica de cargas em vias e rodovias, com o objetivo de identificar irregularidades fiscais, incentivar a autorregularização dos contribuintes e subsidiar a constituição e cobrança do crédito tributário, especialmente no âmbito do ICMS.

No exercício de 2025, a SEEC realizou a gestão e fiscalização do contrato de desenvolvimento e implantação do SEFIT, com destaque para a entrega do primeiro módulo do sistema, denominado Gerenciamento de Regras para Ações Fiscais. Esse módulo permite a criação, gestão, versionamento e aplicação de regras fiscais automatizadas, ampliando a capacidade de atuação da fiscalização de mercadorias em trânsito.

Paralelamente, avançou-se na implantação da infraestrutura física e tecnológica, incluindo a instalação de equipamentos de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR) e balanças de pesagem dinâmica em movimento (WIM) em rodovias estratégicas do Distrito Federal. Após



a validação técnica, testes operacionais, análise de relatórios de calibração e integração dos dados ao sistema, foram asseguradas a confiabilidade, a rastreabilidade e a consistência das informações utilizadas pela fiscalização.

Também foi implantada a Sala de Situação, destinada ao monitoramento contínuo do funcionamento do sistema, dos equipamentos de campo e dos fluxos de dados, possibilitando acompanhamento em tempo real, resposta tempestiva a falhas operacionais e suporte qualificado à tomada de decisão gerencial.

Dessa forma, em 2025, a SEEC não apenas realizou a entrega inicial do SEFIT, como também consolidou as bases técnicas, operacionais e institucionais para sua expansão progressiva, fortalecendo um novo modelo de fiscalização fundamentado no monitoramento eletrônico, na automação de processos e no uso intensivo de dados e inteligência fiscal. Essa estrutura prepara o sistema para etapas futuras, incluindo o desenvolvimento do módulo de auto de infração, que ampliará a eficiência da atuação fiscal.

Principais atividades viabilizadas pelo SEFIT:

- Monitoramento do comportamento tributário e estímulo à autorregularização;
- Auditorias fiscais baseadas em cruzamento de dados;
- Fiscalização eletrônica de mercadorias em trânsito;
- Atendimento a demandas de órgãos internos e externos;
- Diligências fiscais programadas e específicas;
- Apoio a ações integradas e cooperação interinstitucional;
- Suporte ao preparo processual e a procedimentos administrativos.

Fiscalização do ICMS decorrente de serviços de transporte de cargas

Em 2025, no escopo da ampliação da fiscalização do ICMS-Frete conjuntamente com o desenvolvimento do monitoramento de mercadorias em trânsito, foram desenvolvidos dois projetos relacionados com a fiscalização do ICMS relativo aos serviços de transporte de cargas. O primeiro projeto consistiu no monitoramento de transportadoras estabelecidas em outras unidades da Federação, com o objetivo de promover a correção espontânea de desvios identificados no recolhimento do ICMS Antecipado ao Distrito Federal, e o segundo projeto, atualmente em fase de implantação, refere-se à fiscalização remota da emissão do Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e) mediante o cruzamento de dados das NF-e, CT-e e do próprio MDF-e, este último projeto estando em fase de notificação de transportadoras para esclarecimentos quanto à não emissão do devido MDF-e. A fiscalização do MDF-e é essencial ao monitoramento de mercadorias em trânsito, uma vez que é principalmente através deste documento que se torna possível identificar as mercadorias transportadas mediante a placa do veículo.

No que se refere ao projeto de monitoramento do ICMS Antecipado, no exercício de 2025, 188 (cento e oitenta e oito) transportadoras foram incluídas no monitoramento, das quais 91 (noventa e uma) tiveram o monitoramento encerrado em 2025, resultando em um total de R\$ 6.641.454,85 em créditos de ICMS pagos, parcelados ou lançados mediante autuação, conforme resumido em tabela:

PROJETO MONITORAMENTO ICMS-FRETE ANTECIPADO

TIPO	QTDE DE EMPRESAS	BASE DE CÁLCULO (VALOR DOS SERVIÇOS)	CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ICMS)
ENCERRADO SEM LANÇAMENTO	20	R\$ 0,00	R\$ 0,00
INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA	1	R\$ 441.876,24	R\$ 80.367,83
PAGAMENTO A VISTA	8	R\$ 3.731.263,71	R\$ 542.140,12
PARCELAMENTO	25	R\$ 12.504.723,78	R\$ 2.217.050,68
AUTO DE INFRAÇÃO	37	R\$ 15.965.520,62	R\$ 3.801.806,22
TOTAL	91	R\$ 32.643.384,35	R\$ 6.641.454,85

ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO ISS



As atividades de fiscalização tributária desenvolvidas ao longo de 2025 tiveram como foco o acompanhamento do comportamento tributário dos prestadores de serviços e dos substitutos tributários do Distrito Federal, sujeitos ao Imposto sobre Serviços (ISS), bem como das retenções do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) realizadas pelos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional do DF. A atuação concentrou-se no estímulo à arrecadação espontânea, fundamental para o financiamento das políticas públicas e o atendimento das demandas da sociedade.

Esse acompanhamento buscou a identificação e a quantificação de desconformidades no cumprimento das obrigações principal e acessórias, a partir de análises baseadas em mineração de dados, malhas fiscais e levantamentos específicos por empresa, setor econômico ou tipo de atividade. As situações identificadas foram submetidas a procedimentos de monitoramento conforme o potencial arrecadatário, critérios de conveniência e oportunidade e a capacidade operacional das equipes responsáveis.

No exercício de 2025, foram monitorados 29 contribuintes, distribuídos entre cruzamentos EFD x ISSNet (4), construção civil (12) e shows e eventos (13), resultando em lançamentos de ISS a recolher no valor de R\$ 5.204.058,40. Adicionalmente, foram acompanhados 248 eventos, cujos lançamentos totalizaram R\$ 2.516.012,60. No mesmo período, foram iniciadas 4 auditorias, sendo 3 em andamento e 1 concluída, com constituição de crédito tributário no valor de R\$ 400.467,98.

Além dessas ações, destacam-se outras atividades relevantes realizadas em 2025:

- Diligências in loco (janeiro a agosto): identificação e distribuição de 2.332 CFDF em diversas Regiões Administrativas, com foco no saneamento cadastral, orientação aos contribuintes, fortalecimento da presença fiscal e identificação de atipicidades.
- Atendimento e orientação ao contribuinte: saneamento de 2.452 atendimentos virtuais (GAC), abrangendo ISS e IRRF, além de atendimentos presenciais, telefônicos e por e-mail.
- Atendimento a órgãos de controle e ao Judiciário: emissão de 397 despachos em 312 processos SEI.
- Ativação da NFS-e padrão nacional, a partir de 01/05/2025, com parametrização do painel municipal e compartilhamento de dados com o Ambiente de Dados Nacional (ADN), em conformidade com o art. 62 da LC nº 214/2025.
- Aperfeiçoamento normativo, com participação na elaboração e revisão de leis, decretos, portarias, instruções normativas e consultas tributárias relacionadas ao ISS-DF e ao IRRF.
- Evolução dos sistemas, com contribuições para o aprimoramento de funcionalidades, regras de negócio e parametrizações do sistema ISS.net.
- Preparação para a reforma tributária, com gestões voltadas à conformidade entre a NFS-e/DF e o padrão nacional, conforme a LC nº 214/2025, com vigência a partir de 01/01/2026.
- Atualização normativa, com a publicação do Decreto nº 47.194/2025, que regulamenta a retenção do IRRF nos pagamentos realizados pelos órgãos e entidades do DF.
- Atuação institucional, com participação ativa de auditores em Grupos de Trabalho da ABRASF e no Subcomitê da Reforma Tributária.
- Inteligência fiscal, com subsídios para a construção do Painel DIMP (QlikView), voltado a estudos e à prospecção de faturamento.

ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

No âmbito da Secretaria de Economia do Distrito Federal (SEEC), as atividades de atendimento ao contribuinte são desenvolvidas pela Coordenação de Atendimento ao Contribuinte (COATE), unidade de suporte estratégico da Subsecretaria da Receita, com atuação voltada ao fortalecimento da conformidade tributária voluntária e ao combate à evasão e à sonegação fiscal.

A atuação da SEEC, por meio da COATE, prioriza a prestação de serviços com qualidade, agilidade e eficiência, promovendo a simplificação do acesso aos serviços tributários e o fortalecimento dos canais de relacionamento com os contribuintes. Essas ações contribuem para a redução de barreiras ao cumprimento das obrigações fiscais, mitigam a inadimplência



e desestimulam a informalidade, a partir de um ambiente tecnológico mais acessível e eficiente.

Nesse contexto, a COATE atua como instância facilitadora da comunicação entre o cidadão, o público interno do Distrito Federal e as demais unidades da Subsecretaria da Receita, apoiando a atuação fiscal e promovendo maior integração institucional no âmbito da administração tributária.

Do modelo do serviço de atendimento ao público – Atendimento Presencial e Remoto

No âmbito da Secretaria de Economia do Distrito Federal (SEEC), o modelo de atendimento ao contribuinte da Receita do DF combina canais presenciais e remotos, ampliando o acesso aos serviços e promovendo maior eficiência no relacionamento com o cidadão. O atendimento presencial é realizado em 6 (seis) Agências da Receita e em 7 (sete) postos de atendimento nas unidades do Na Hora. Já o atendimento remoto ocorre por meio da Central 156 (opção 3) e do Portal de Serviços da Receita do DF (www.receita.fazenda.df.gov.br).

A consolidação dos canais digitais e remotos tem sido fundamental para a redução do tempo de espera do cidadão, a diminuição de custos de deslocamento e o aumento da resolutividade das demandas. Com base nos dados apurados até novembro de 2025, observa-se a predominância do atendimento remoto, que concentrou 63,9% do total de atendimentos realizados, evidenciando a preferência dos contribuintes por soluções digitais.

No período de janeiro a novembro de 2025, foram registrados 713.956 atendimentos, distribuídos da seguinte forma:

Quadro Resumido da Quantidade de Atendimentos Realizados nas Unidades da Coate

Canal de Atendimento	Quantidade (Jan-Nov/2025)	% do Total
Atendimento Remoto (Central 156 + Virtual)	456.363	63,9%
Agências da Receita (Presencial)	129.840	18,2%
Unidades Na Hora (Presencial)	127.753	17,9%
TOTAL	713.956	100%

No atendimento presencial, a Agência da Receita de Brasília (AGBRA) apresentou o maior volume, com 36.683 atendimentos até novembro. Entre as unidades do Na Hora, destacou-se a unidade da Rodoviária, com 30.938 atendimentos no período. Além do atendimento presencial, as Agências da Receita também processaram demandas virtuais, com destaque para a AGREM, que realizou 68.912 atendimentos virtuais.

Projetos e Ações para 2026

Para o exercício de 2026, pretende-se implementar ações focadas no aperfeiçoamento dos canais virtuais e na inteligência de atendimento, visando elevar o índice de conformidade espontânea:

- Aprimoramento do Portal de Serviços: Evolução permanente da interface para garantir maior usabilidade ao contribuinte.
- Ampliação do Autoatendimento: Inclusão de novos serviços, priorizando o acesso via dispositivos móveis.
- Evolução do GAC: Continuidade da modernização do Sistema de Gestão de Atendimento ao Contribuinte.
- Análises Automatizadas: Desenvolvimento de ferramentas para conferir agilidade e economicidade aos processos realizados via GAC.
- Inteligência Artificial (Chatbot): Implementação de solução de IA para automatizar e agilizar a comunicação instantânea no Portal de Serviços.
- O referido plano de ação serve como suporte preventivo às ações de fiscalização da Subsecretaria da Receita, otimizando a arrecadação por meio da tecnologia e eficiência.

ATIVIDADES DE GESTÃO DE CADASTRO, ESCRITURAÇÃO E DOCUMENTOS FISCAIS DIGITAIS

Cadastro Fiscal



A gestão do Cadastro Fiscal, no exercício de 2025, manteve-se fortemente orientada à integração sistêmica com os órgãos de registro de pessoas jurídicas e entes tributários, com o objetivo de assegurar o sincronismo, a confiabilidade e a atualidade dos dados cadastrais dos contribuintes do Distrito Federal.

Destaca-se, nesse contexto, a consolidação da integração entre a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, a Junta Comercial do Distrito Federal e a Receita Federal do Brasil, no âmbito da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM. Essa integração permite a simplificação dos procedimentos de abertura, alteração e encerramento de empresas, com a entrada de dados em base única, possibilitando ao Distrito Federal concluir os processos cadastrais em prazo médio de um dia, conforme estatísticas oficiais do portal da REDESIM. Tal avanço gera benefícios diretos ao ambiente de negócios, como a redução de custos, maior transparência das etapas processuais e diminuição da burocracia enfrentada pelos contribuintes.

Destaca-se a continuidade dos trabalhos de depuração cadastral, consistentes em levantamentos sistêmicos destinados à correção e atualização em massa das informações cadastrais. Essas ações visam elevar o nível de integridade e confiabilidade do cadastro de contribuintes, condição essencial para o adequado controle tributário e para a correta aplicação da legislação fiscal.

No exercício de 2025, além do processamento automático integrado à REDESIM, foram realizados 23.211 atendimentos eletrônicos relacionados ao Cadastro Fiscal, demonstrando a elevada demanda pelos serviços prestados pela área e a relevância do atendimento digital como instrumento de eficiência administrativa.

No campo normativo e de modernização sistêmica, foi mantida a agenda de atualização da legislação relacionada ao Cadastro Fiscal, com vistas à harmonização das situações cadastrais e à consolidação da identificação cadastral única, conforme preconizado pela Lei Complementar nº 123/2003 e em consonância com as diretrizes da Reforma Tributária. Ademais, iniciaram-se os preparativos para a adaptação dos sistemas vinculados ao Cadastro Fiscal à recepção do CNPJ em formato alfanumérico, conforme estabelecido pela Instrução Normativa RFB nº 2.229, de 15 de outubro de 2024, assegurando a aderência do ambiente tecnológico da SEFAZ-DF às novas exigências nacionais.

Escrituração e Documentos Fiscais Digitais

Considerando a relevância estratégica dos Documentos Fiscais Eletrônicos (DF-e) e da Escrituração Fiscal Digital do ICMS/IPI (EFD ICMS/IPI) para a fiscalização tributária, a SEEC manteve, ao longo de 2025, um fluxo permanente de aprimoramento da gestão dessas informações, com foco na integridade, confiabilidade e disponibilidade dos dados recepcionados, armazenados e processados em seu ambiente computacional.

No exercício de 2025, foram promovidas evoluções significativas nos painéis de monitoramento já existentes, ampliando-se as possibilidades de consulta ao Cadastro Centralizado de Contribuintes e permitindo o tratamento mais célere e preciso de eventuais inconsistências, erros ou falhas identificadas nos documentos e escriturações transmitidos pelos contribuintes.

No âmbito dos Documentos Fiscais Eletrônicos, consolidou-se o uso do sistema da Nota Fiscal Fácil – NFF, com a ampliação de produtos e operações abrangidas. Foi publicada legislação autorizando a emissão de Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica – NFC-e por meio do aplicativo da NFF, tanto para o Microempreendedor Individual quanto para contribuintes enquadrados no regime do Simples Nacional em suas operações no varejo, cujas emissões estão previstas para início da operacionalização em 2026.

Ainda em 2025, tornou-se obrigatória a emissão, em ambiente de produção, da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços de Comunicação – NFCom, bem como foi desenvolvida a infraestrutura necessária à implantação da Declaração de Conteúdo eletrônica – DC-e, destinada a substituir a utilização da declaração de conteúdo em papel. Essa iniciativa amplia a visibilidade das operações, permite o acompanhamento em tempo real e fortalece o controle fiscal.



Um marco relevante do exercício foi a realização de ampla transformação dos DF-e existentes para adequação à Reforma Tributária do Consumo, bem como o desenvolvimento de novos documentos fiscais eletrônicos destinados a acobertar os fatos geradores previstos na Emenda Constitucional nº 132/2024, tais como: Bilhete de Passagem eletrônico para Transporte Metropolitano (BPeTM), Bilhete de Passagem eletrônico para Transporte Aéreo (BPeTA), Nota Fiscal de Água e Saneamento eletrônica (NFAg) e Nota Fiscal eletrônica de Alienação de Bens Imóveis (NFeABI).

Destaca-se, ainda, a dispensa da Guia de Informação e Apuração do ICMS Substituição Tributária – GIA-ST, a partir da competência janeiro de 2025, efetivada por meio do Decreto nº 46.456, de 29 de outubro de 2024. Tal medida representa avanço na simplificação das obrigações acessórias e na modernização da administração tributária.

No campo da transparência fiscal, a SEEC manteve a disponibilização de relatórios na área restrita do Portal da Agenci@net, contemplando consultas de apuração de ICMS próprio, ICMS ST e DIFAL da EC nº 87/2015, todos derivados da EFD ICMS/IPI, com dados históricos disponíveis desde julho de 2019. Quando aplicável, os relatórios apresentam detalhamento por documentos de entrada e saída, bem como a consolidação dos valores do ICMS por CFOP, facilitando a compreensão e utilização das informações pelos contribuintes.

Adicionalmente, foram iniciados os desenvolvimentos de soluções voltadas ao aprimoramento do controle da obrigação acessória, com destaque para o sistema automatizado de identificação de contribuintes omissos na entrega da EFD ICMS/IPI, previsto para implantação em 2026, com o objetivo de padronizar procedimentos, reduzir retrabalho manual e conferir maior celeridade às ações fiscais decorrentes da omissão de escrituração.

Atualmente, o Distrito Federal autoriza diariamente os seguintes Documentos Fiscais Eletrônicos: NF-e, NFC-e, CT-e, CT-e OS, MDF-e, BP-e, GTV-e, NF3e, NFCom, além da participação na Plataforma Eletrônica de Recebíveis – PLAC FAT-e.

Registra-se, ainda, a participação permanente dos Auditores Fiscais da SEEC nos grupos nacionais de trabalho do ENCAT e da COTEPE, responsáveis pelo acompanhamento da evolução normativa e tecnológica dos DF-e e da EFD ICMS/IPI, assegurando a atualização das normas internas do Distrito Federal e a preparação do ambiente local para a nova realidade tributária.

Em termos quantitativos, no exercício de 2025 foram autorizados e recepcionados mais de 850 milhões de Documentos Fiscais Eletrônicos, processadas mais de 1,2 milhão de EFD ICMS/IPI e aproximadamente 1,5 milhão de arquivos de Operações Interestaduais de Contribuintes – OIE.

Programa Nota Legal (PNL)

O Programa Nota Legal (PNL) constitui importante política de cidadania fiscal do Distrito Federal, integrando-se ao cotidiano da população brasiliense ao estimular o exercício do direito do consumidor à exigência de documento fiscal, ao mesmo tempo em que contribui para o combate à sonegação e para o incremento da arrecadação tributária.

No exercício de 2025, foram utilizados R\$ 93.013.707,50 em créditos do Programa Nota Legal para abatimento de IPTU e IPVA, correspondentes a 305.607 indicações efetuadas pelos participantes. Adicionalmente, foram utilizados R\$ 43.537.921,00 em créditos para depósito em conta bancária, totalizando 167.736 indicações, evidenciando a expressiva adesão da sociedade ao programa.

Ao longo do ano, foram realizados dois sorteios do Programa Nota Legal, no primeiro e no segundo semestres, com a distribuição, em cada sorteio, de 12.600 prêmios, totalizando R\$ 3.500.000,00 por evento. No primeiro sorteio, realizado em 21 de maio de 2025, foram gerados

72.605.558 bilhetes, com a participação efetiva de 1.129.453 consumidores habilitados. No segundo sorteio, realizado em 18 de novembro de 2025, foram gerados 75.150.112 bilhetes, com a participação efetiva de 1.104.288 consumidores.



Os resultados alcançados reforçam o papel do Programa Nota Legal como instrumento relevante de educação fiscal, estímulo à conformidade tributária e fortalecimento da relação entre o Fisco e a sociedade.

ATIVIDADES DE COBRANÇA TRIBUTÁRIA

Em relação às atividades de cobrança tributária, houve o aprimoramento do denominado “Rito Online”, consistente na conciliação automatizada dos dados declarados na EFD-SPED e na GIA-ST com o Sistema de Cobrança (SICOB), possibilitando a realização de lançamentos imediatos no Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal (SITAF). O procedimento confronta, de forma sistemática, os valores declarados como devidos com aqueles efetivamente recolhidos, tornando o processo de cobrança mais ágil, transparente e eficiente. No período, foram registrados 114.552 lançamentos, totalizando R\$ 10.088.793.179,64 (dez bilhões, oitenta e oito milhões, setecentos e noventa e três mil, cento e setenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), dos quais aproximadamente 96,3% foram recolhidos espontaneamente pelos contribuintes.

Foram intensificados o monitoramento e as investigações relativas a devedores contumazes, caracterizados pela reiterada inadimplência de obrigações tributárias pecuniárias. Essas ações resultaram na deflagração de operações conjuntas com a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), envolvendo créditos tributários da ordem de R\$ 73.000.000,00 (setenta e três milhões de reais). Paralelamente, encontram-se em andamento diversos processos de recuperação de ativos, com estimativa de créditos passíveis de recuperação da ordem de R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais). Adicionalmente, foram realizadas diligências junto a contadores e estabelecimentos comerciais, com vistas a estimular a regularização espontânea desses grandes devedores, bem como promover o saneamento cadastral e a orientação fiscal.

O monitoramento do comércio eletrônico, no âmbito do diferencial de alíquotas do ICMS (DIFAL – EC nº 87/2015), incidente sobre operações interestaduais destinadas a consumidores finais não contribuintes do imposto, domiciliados no Distrito Federal, bem como do Fundo de Combate à Pobreza (FCP), resultou, no exercício de 2025, em arrecadação superior a R\$ 840.000.000,00 (oitocentos e quarenta milhões de reais). Esse montante representa um incremento aproximado de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) em relação ao exercício de 2024. No período, foram expedidos cerca de 15.600 comunicados eletrônicos (e-mails) e 13.187 notificações, todos relacionados a débitos referentes ao exercício de 2023.

No tocante aos aspectos jurídicos, destaca-se que o Supremo Tribunal Federal, após ter decidido, em 2024, pela aplicação do princípio da noventena à Lei Complementar nº 190/2022, autorizando a cobrança do DIFAL a partir de 05/04/2022, concluiu o julgamento do Tema nº 1.266, modulando os efeitos da decisão para assegurar que as empresas que possuíam ações judiciais ajuizadas até setembro de 2023 não estariam obrigadas ao recolhimento do DIFAL do ICMS e do FCP relativamente a todo o exercício de 2022.

Foram encaminhadas aos Cartórios de Notas e de Protesto 10.328 dívidas ativas, totalizando aproximadamente R\$ 13.611.176,00 (treze milhões, seiscentos e onze mil, cento e setenta e seis reais). A nova funcionalidade de gestão de protestos da Coordenação de Cobrança Tributária (CBRAT) encontra-se em fase final de implantação. Ao longo do exercício de 2025, foram realizados testes progressivos na ferramenta, com a definição e validação de perfis específicos de devedores, visando ao aprimoramento da efetividade das medidas de cobrança. Ressalte-se que, embora o volume de envios efetuados pela SEEC seja inferior ao quantitativo encaminhado pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF), tal diferença não acarretou impacto negativo na arrecadação do Governo do Distrito Federal (GDF), uma vez que o sistema desenvolvido e adotado pela PGDF possibilita o envio massivo de Certidões de Dívida Ativa (CDA), tendo alcançado, em 2025, o total de 453.152 CDA protestadas.

Foram executadas ações diretas de cobrança envolvendo débitos tributários e não tributários, com o objetivo de apoiar o contribuinte na regularização de suas pendências e prevenir ou interromper a judicialização dos créditos. As principais iniciativas consistiram no envio de comunicações pelos seguintes canais:



Ações automatizadas (réguas de cobrança):

- E-mail: 3.190.467 comunicações;
- Agênci@Net: 46.005 comunicações;
- Aplicativo Economia/DF: 4.230.497 comunicações;
- Push notification manual: 9.645 comunicações.

Ações manuais (ações sazonais eletivas):

- E-mail: 170.754 comunicações;
- Agênci@Net: 7.000 comunicações;
- Aplicativo Economia/DF – push notification: 75.474 comunicações;
- Carta física: 148.602 comunicações.

As restituições e devoluções totalizaram R\$ 28.778.440,81 (vinte e oito milhões, setecentos e setenta e oito mil, quatrocentos e quarenta reais e oitenta e um centavos). Foi realizada a contratação de fornecedor especializado para o desenvolvimento de plataforma automatizada destinada à análise de processos de restituição de ICMS sobre combustíveis, suportados por Embaixadas, Organismos Internacionais e seus funcionários estrangeiros.

Foram processados 14.334.029 (quatorze milhões, trezentos e trinta e quatro mil e vinte e nove) documentos de arrecadação. Implementou-se a baixa automatizada, em regime de processamento contínuo (24 horas por dia), de guias internas (DAR) e guias interestaduais (GNRE), por intermédio do Banco do Brasil. A iniciativa foi viabilizada pela modernização e adequação dos sistemas internos de baixa.

Foram inscritos em dívida ativa 899.523 (oitocentos e noventa e nove mil, quinhentos e vinte e três) débitos de natureza tributária, no valor total de R\$ 2.405.788.667,76 (dois bilhões, quatrocentos e cinco milhões, setecentos e oitenta e oito mil, seiscentos e sessenta e sete reais e setenta e seis centavos), bem como 14.964 (quatorze mil, novecentos e sessenta e quatro) débitos de natureza não tributária, no montante de R\$ 143.751.260,71 (cento e quarenta e três milhões, setecentos e cinquenta e um mil, duzentos e sessenta reais e setenta e um centavos). Foram desenvolvidas rotinas automatizadas para a inscrição de débitos em dívida ativa, proporcionando ganho operacional relevante, com redução do tempo de processamento, preservação da rastreabilidade das etapas e manutenção da segurança jurídica dos procedimentos.

ATIVIDADES DE TRIBUTAÇÃO

No exercício de 2025, a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC), no âmbito da administração tributária, executou ações institucionais voltadas ao aperfeiçoamento dos controles administrativos e ao aumento da eficiência da gestão tributária. As iniciativas contemplaram a modernização de processos, a proposição de normas, a análise de benefícios fiscais e imunidades, bem como o atendimento a demandas relacionadas ao esclarecimento da legislação tributária.

No período, foram elaboradas 215 propostas normativas, incluindo minutas de leis, decretos, portarias e atos interpretativos, com o objetivo de aprimorar a legislação tributária, promover maior segurança jurídica e contribuir para a prevenção de litígios.

No que se refere à análise de benefícios fiscais e imunidades, destaca-se a conclusão do SISBREN, sistema que automatizou o atendimento aos pedidos de benefícios fiscais de ICMS formulados por pessoas com deficiência e taxistas, contribuindo de forma significativa para a redução do tempo de tramitação dos processos. Em 2025, foram emitidas 2.354 autorizações para aquisição de veículo novo com isenção de ICMS, sendo 884 destinadas a taxistas e 1.470 a pessoas com deficiência (PCD). Também foram proferidos 107 despachos de indeferimento. No âmbito das imunidades tributárias, foram elaborados 678 atos declaratórios, além da emissão de despachos, notificações e pareceres técnicos. Quanto aos regimes especiais, foram expedidos atos declaratórios, despachos de indeferimento, notificações aos contribuintes e pareceres, evidenciando a atuação contínua da SEEC na gestão desses instrumentos.

No esclarecimento de normas tributárias, a atuação da SEEC combinou produção técnico-jurídica consultiva e inovação institucional, com destaque para o Projeto Inova GEESC, que



utiliza ferramentas de inteligência artificial exclusivamente como apoio à atividade técnica, respeitando o sigilo fiscal, a legislação vigente e a centralidade da decisão humana. A iniciativa contribuiu para a racionalização de fluxos, o reaproveitamento qualificado de precedentes e a padronização estrutural de pareceres, especialmente em um contexto de redução da capacidade instalada. Em 2025, foram concluídos 59 processos, registrando-se, ainda assim, aumento aproximado de 16% na produtividade individual por relator, mesmo diante da maior complexidade das demandas.

Para o exercício de 2026, a SEEC prevê a continuidade do processo de modernização tecnológica da administração tributária, com o avanço do Projeto Inova GEESC e a implantação de sistemas de automação voltados ao tratamento de pedidos de regimes especiais e de reconhecimento de não incidência tributária.

ATIVIDADES DE CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO-FISCAL

No exercício de 2025, a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC) promoveu o aperfeiçoamento do fluxo do contencioso administrativo-fiscal, com ênfase na eficiência decisória, na segurança jurídica e na modernização dos instrumentos de gestão. As ações tiveram como objetivo assegurar resposta administrativa tempestiva e tecnicamente qualificada às demandas relativas ao processo administrativo fiscal e aos Autos de Infração, com impacto direto na regularidade do crédito tributário e na transparência dos procedimentos.

No âmbito do julgamento do contencioso administrativo-fiscal, observou-se evolução no desempenho operacional e no tratamento do acervo processual. Ao longo de 2025, foram recebidos 331 novos processos administrativos fiscais e julgados 244 processos, que totalizaram R\$ 427.756.879,51. Ao final do exercício, o estoque registrou 883 processos pendentes de julgamento, correspondentes a R\$ 1.103.498.811,70.

Ainda no período, foram executadas atividades voltadas ao juízo de admissibilidade de impugnações de tributos diretos, com avaliação preliminar de requisitos formais e materiais, contribuindo para maior padronização, previsibilidade procedimental e robustez do fluxo decisório, com reflexos positivos na segurança jurídica e na eficiência do processamento.

O desenvolvimento e aprimoramento do Sistema de Gerenciamento do Contencioso Administrativo Fiscal (SGEJUC) manteve-se como prioridade estratégica. Em 2025, foram implementadas melhorias e novas funcionalidades na versão em uso, paralelamente ao avanço do SGEJUC 2.0, estruturado sob Metodologia Ágil. Até o encerramento do exercício, o projeto foi organizado em 28 sprints, com a execução de 586 tarefas, abrangendo etapas de planejamento, análise de requisitos, desenvolvimento, testes e homologação. A nova versão tem como objetivo ampliar a eficiência, a precisão e a transparência da gestão do contencioso, com expectativa de entrada em produção no primeiro semestre de 2026.

No mesmo contexto de modernização institucional, manteve-se o uso de ferramenta interna de gestão voltada à visualização sistematizada de dados de processos já encerrados, fortalecendo a capacidade de monitoramento e o suporte à tomada de decisão gerencial. Adicionalmente, foram promovidas iniciativas de padronização de despachos de preparo processual, bem como a consolidação do lançamento de Autos de Infração no sistema INCAUTO/SITAF, reforçando o controle, a rastreabilidade e a confiabilidade dos registros processuais.

Com foco no alinhamento institucional, intensificaram-se, em 2025, ações de articulação com unidades estratégicas da administração tributária, por meio de reuniões de alinhamento e harmonização de entendimentos, visando assegurar coerência procedimental, interoperabilidade de fluxos e maior previsibilidade na tramitação dos processos.

No plano normativo e procedimental, foram apresentadas propostas de alterações relacionadas ao Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (PAF) e à regulamentação do ICMS, bem como editada Ordem de Serviço que formalizou a delegação de prerrogativa relacionada ao juízo de admissibilidade das impugnações, reforçando a governança, a padronização e a clareza de competências internas.



No tocante à gestão dos Autos de Infração, a SEEC desempenhou, ao longo de 2025, atividades de preparo processual e triagem técnico-formal, assegurando o adequado encaminhamento dos processos conforme a situação jurídica do crédito tributário. No período de janeiro a dezembro, foram analisados 3.006 processos, correspondentes a R\$ 2.816.212.513,33, contemplando, entre outras providências, análise de admissibilidade, saneamento processual, reconhecimento de extinção do crédito por quitação, arquivamentos e fortalecimento da rastreabilidade dos registros.

Para 2026, a perspectiva institucional concentra-se na consolidação do SGEJUC 2.0 em ambiente de produção, na continuidade do desenvolvimento evolutivo das funcionalidades previstas e na manutenção das rotinas de alinhamento interinstitucional, com vistas a ampliar a efetividade do contencioso administrativo-fiscal, promover maior transparência do fluxo processual e assegurar entregas públicas baseadas em segurança jurídica, rastreabilidade e eficiência.

ATIVIDADES DE GESTÃO DOS TRIBUTOS DIRETOS

Dentre os objetivos estratégicos no âmbito da Gestão dos Tributos Diretos estão o aumento da eficiência da arrecadação e fiscalização dos tributos diretos; a celeridade no atendimento ao contribuinte; a manutenção do cadastro fiscal imobiliário atualizado; a automatização de processos; a padronização dos atendimentos; e a formalização de procedimentos.

Ao longo do exercício fiscal de 2025, esforços foram concentrados em ações de modernização, automação de processos, aprimoramento sistêmico e integração de bases de dados, com impacto direto na eficiência da administração tributária, na celeridade das análises fiscais e na qualificação das informações utilizadas para lançamento e concessão de benefícios tributários, especialmente no que se refere ao ITCD, ITBI, IPTU/TLP e IPVA. Destacam-se dentre as principais realizações:

- Aprimoramento e expansão de funcionalidades sistêmicas, com desenvolvimento e melhoria de transações no SITAF e no ReceitaWeb, voltadas à automação de rotinas de análise, concessão de benefícios fiscais e retificação de declarações tributárias, reduzindo a intervenção manual e promovendo maior padronização decisória;
- Implementação e evolução de soluções de automação, notadamente nos processos de concessão de isenções e benefícios fiscais (IPVA e ITCD), com ganhos
- relevantes de produtividade, redução de prazos de análise e racionalização do uso de recursos humanos;
- Atualização e qualificação do cadastro imobiliário, com ações voltadas à compatibilização de dados, utilização de georreferenciamento e realização de lançamentos complementares de IPTU/TLP, contribuindo para maior aderência dos valores cadastrados à realidade fática dos imóveis e incremento potencial da arrecadação;
- Participação em iniciativas de integração interinstitucional, incluindo o avanço na adesão ao Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais – SINTER, visando ao compartilhamento de informações cadastrais e ao fortalecimento da governança de dados imobiliários;
- Suporte técnico contínuo e otimização operacional, com foco na melhoria das rotinas de análise de dados, estabilidade dos sistemas e apoio às atividades finalísticas da Coordenação.

As ações executadas em 2025 refletem o compromisso com a eficiência administrativa, a transparência na gestão tributária e a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedades, alinhadas às diretrizes do planejamento institucional e às exigências dos órgãos de controle. Ressalte-se que parte das iniciativas possui caráter contínuo, com execução progressiva ao longo do exercício, estando algumas ações em fase parcial de implementação, conforme cronogramas técnicos e dependência de integrações sistêmicas com outros órgãos e áreas de tecnologia da informação.

ATIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO FISCAL

No exercício de 2025, a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC), no âmbito da Subsecretaria da Receita, desenvolveu ações estratégicas voltadas ao enfrentamento às irregularidades fiscais, com ênfase na produção de inteligência fiscal, na



cooperação interinstitucional e no fortalecimento dos mecanismos de controle e conformidade tributária, em observância à legislação vigente.

Nesse contexto, foram realizadas atividades de análise, pesquisa e investigação de fraudes fiscais estruturadas, bem como ações de intercâmbio técnico com órgãos e entidades do Distrito Federal e de outros entes federativos. As iniciativas tiveram como objetivo subsidiar a atuação da administração tributária, apoiar processos decisórios e qualificar o enfrentamento à evasão fiscal, respeitados os limites legais e as especificidades das atividades sensíveis de inteligência e contrainteligência.

Para fins de monitoramento e transparência, as ações passíveis de mensuração foram organizadas em cinco eixos principais de atuação, conforme descrito a seguir:

- Vistorias IN 02/2021 - A Instrução Normativa nº 02, de 15 de março de 2021, foi criada com o objetivo de coibir práticas em nichos com alto risco de evasão tributária, especialmente por meio do controle rigoroso do ingresso e da permanência de contribuintes no Cadastro Fiscal do Distrito Federal. No que tange às atribuições da ASINF, a norma estabelece sua atuação na verificação da veracidade das informações prestadas por contribuintes cujas atividades econômicas estejam enquadradas nos CNAEs listados no Anexo I, bem como nos casos em que pessoas físicas ou jurídicas integrem o quadro societário de empresas com inscrição cancelada por informações cadastrais falsas. Compete à ASINF realizar vistoria no local, proceder à análise cadastral, manifestar-se formalmente quanto à liberação ou não da emissão de documentos fiscais e, quando constatadas irregularidades, sugerir a suspensão ou o cancelamento da inscrição no CF/DF, com a devida fundamentação.
- Demandas Externas – A ASINF atende demandas encaminhadas por órgãos externos, tanto do Distrito Federal quanto dos demais entes federativos.
- Relatórios de Inteligência, Adendos e Pedidos de Busca – esta atividade tem como característica principal a formalização da produção do conhecimento elaborado pela Unidade, por meio de documentos sistematizados em consonância com a doutrina de inteligência.
- Solicitações Cadastrais Financeiras (CCS) e Relatórios de Movimentação Financeira – A Unidade é responsável pela execução das atividades relacionadas à transferência de sigilo bancário, compreendendo o levantamento de vínculos e cadastros financeiros por meio do Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas com Relacionamento com Instituições Financeiras (CCS), a comunicação com as instituições financeiras, bem como a recepção, validação, processamento e análise das informações recebidas. Inclui-se, ainda, a elaboração de planilhas e relatórios técnicos decorrentes do atendimento às Requisições de Movimentação Financeira (RMF), quando demandadas, sempre em estrita observância à legislação vigente e em apoio às áreas solicitantes.
- Suspensões, Cancelamentos, Denegações e Términos de Denegações – essas atividades são resultado de ações pretéritas, as quais podem culminar em alguma dessas opções.

Com base nesses eixos, as atividades mensuráveis desenvolvidas ao longo de 2025 apresentaram os seguintes quantitativos consolidados:

Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Vistorias IN 02/2021	237	215	230	224	236	245	250	247	252	262	248	255
Demandas externas – vistorias/atendimento	27	19	24	21	28	22	26	18	25	20	23	19
Relatórios de Inteligência/Adendos / Pedidos de Busca	5	0	1	2	1	0	2	3	4	1	3	0
Solicitações Cadastrais Financeiras (CCS)	2	1	0	1	0	0	1	2	0	8	1	0
Relatórios de Movimentação Financeira	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0
Suspensões/Cancelamentos Denegações/Términos de Denegações	83	67	70	67	104	47	57	55	95	54	52	68

As ações executadas em 2025 reforçaram a capacidade institucional da SEEC no uso estratégico de informações, na atuação preventiva e repressiva contra irregularidades fiscais



e na articulação com órgãos parceiros, contribuindo para o fortalecimento da governança tributária e para a proteção das receitas públicas do Distrito Federal.

ATIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO

A Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC), por meio das atividades de acompanhamento econômico, fundamentou a formulação e o assessoramento das decisões fazendárias na análise quantitativa, no tratamento estatístico de dados e na produção de estudos técnicos especializados.

Nesse contexto, foram coordenadas e supervisionadas ações voltadas à elaboração de estudos econômicos, fiscais e de desempenho da arrecadação tributária, bem como análises relativas à renúncia de receita decorrente da concessão de benefícios fiscais. Também foram desenvolvidas estimativas de receita destinadas a subsidiar a elaboração dos Projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e da Lei Orçamentária Anual (PLOA), assegurando maior consistência técnica e aderência às premissas macroeconômicas e fiscais adotadas pelo Governo do Distrito Federal.

Adicionalmente, a SEEC atuou na representação e no assessoramento técnico junto a entidades da área econômica e tributária, representativas de Estados e Municípios, bem como em fóruns externos de estudos econômicos, contribuindo para o intercâmbio de informações, o alinhamento de metodologias e o fortalecimento da atuação institucional do Distrito Federal.

No âmbito da coordenação federativa, foram elaborados relatórios técnicos, consolidados dados e informações estratégicas e conduzidas atividades relacionadas à proposição e à homologação de Convênios do ICMS, no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), de interesse do Distrito Federal.

As ações desenvolvidas em 2025 reforçaram o papel da SEEC na qualificação do processo decisório, no planejamento fiscal e orçamentário e na articulação institucional, contribuindo para maior previsibilidade, transparência e sustentabilidade da política fazendária do Distrito Federal.



PREVISÃO DE RECEITA E DA RENÚNCIA DE RECEITA

A Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC) desenvolveu atividades de previsão e reestimativa de receitas com o objetivo de subsidiar a programação financeira do Tesouro do Distrito Federal, em consonância com os instrumentos de planejamento fiscal e orçamentário e com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal. As previsões abrangeram estimativas de curto prazo, com projeções mensais e diárias da arrecadação dos tributos de competência do Distrito Federal, bem como reestimativas de médio prazo, de caráter anual, destinadas a subsidiar a avaliação bimestral da receita. Ademais, foram elaboradas projeções de renúncia de receita e estimativas de arrecadação voltadas ao suporte técnico dos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e da Lei Orçamentária Anual (PLOA). Os trabalhos foram realizados a partir da organização, do tratamento e da análise dos dados de arrecadação extraídos dos sistemas da administração tributária e da contabilidade governamental, com a utilização de ferramentas econométricas, assegurando consistência metodológica, maior precisão técnica e aderência às premissas fiscais adotadas pelo Governo do Distrito Federal.

REPRESENTAÇÃO FAZENDÁRIA

A representação fazendária do Distrito Federal atua no assessoramento aos Secretários de Estado de Economia e Executivo de Fazenda do DF junto ao CONFAZ, atua diretamente na Comissão Técnica Permanente – COTEPE, na organização e participação dos representantes do DF nos diversos grupos de trabalho. É também responsável pela redação das propostas de normativos do DF a serem apresentadas no Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, bem como analisar as diversas propostas de normativos e recomendações de votos. Durante as reuniões ordinárias e extraordinárias do CONFAZ, atua no assessoramento do Secretário de Economia.

Além do CONFAZ, a Representação Fazendária assessora o Secretário de Economia do Distrito Federal no Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda - COMSEFAZ, fórum dos Estados Federados.

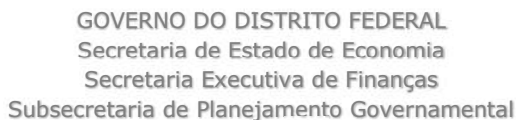
Na esfera municipal, representa o Distrito Federal na Associação Brasileira de Secretários da Fazenda, Finanças, Receitas ou Tributação dos Estados e Distrito Federal - ABRASF, além de atuar como representante do Secretário de Economia na plenária da ABRASF.

Ao longo do ano de 2025, a SEEC atuou de forma primordial na Representação Fazendária do DF nos Fóruns Fiscais do CONFAZ, COMSEFAZ e ABRASF, participou e coordenou os representantes de Grupos de Trabalho da SEFAZ/DF em diversas reuniões de trabalho, conforme tabela abaixo:

Reuniões	CONFAZ	COMSEFAZ	ABRASF
Ordinárias de GT	156	20	39
Extraordinárias de GT	21	47	36
Ordinárias de CTP			4
Extraordinárias de CTP			3
Ordinárias da COTEPE	4		
Extraordinárias da COTEPE	17		
Ordinárias do Fórum Fiscal	4	4	3
Extraordinárias do Fórum Fiscal	14	6	
Total	216	77	85

Ademais, dos Atos Normativos aprovados no CONFAZ, seguindo o procedimento de internalização desses normativos na Legislação Tributária do DF, foram abertos e instruídos diversos processos SEI conforme discriminado abaixo:

- Implementação de Convênio e Ajuste SINIEF: 62
- Ajuste SINIEF: 50
- Protocolos: 86
- Convênios: 187
- SCD: 64



Por fim, no mês de novembro de 2025, a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC) realizou visita técnica internacional, na cidade de Ottawa, Canadá, com o objetivo de conhecer o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual adotado naquele país, como subsídio técnico para estudos e análises relacionados ao aprimoramento da política tributária.

A apresentação dos estudos econômicos subsidia a decisão de conveniência e oportunidade da Administração Tributária em dar andamento a determinada proposta, por meio de estudos preliminares. Quando a Administração Tributária decide recomendar ao Excelentíssimo Senhor Governador do DF o encaminhamento do projeto de lei ou da proposta de decreto-legislativo à Câmara Legislativa do DF, o estudo preliminar é convertido em estudo econômico, em atendimento ao art. 1º da Lei nº 5.422/14. O processo é concluído com a publicação da lei ou do decreto-legislativo, no caso de homologação de convênios ICMS que tratem de políticas fiscais, tributárias ou creditícias favorecidas que ampliem ou concedam incentivos ou benefícios a setores da atividade econômica.

No ano de 2025, foram elaborados os seguintes estudos econômicos, em atendimento às exigências do artigo 1º da Lei 5.422/14, para acompanhar propostas de projetos de lei e de homologação de convênios ICMS que trataram de políticas fiscais, tributárias ou creditícias favorecidas os quais ampliassem ou concedessem incentivos ou benefícios a setores da atividade econômica, bem como estudos econômicos preliminares, destinados a auxiliar em tomadas de decisão que impactassem a carga tributária. Foram elaborados 27 estudos técnicos preliminares e 17 Estudos Técnicos e 3 avaliações de impacto econômico, distribuídos em 32 processos, conforme resumo apresentado na tabela abaixo:

[illegible]

1. Convênios ICMS 180/2022; 42/2023 e 92/2023. Processo nº 04034-00002646/2022-17. Alteram o Convênio ICMS nº 87/02, que concede isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal. Decreto-Legislativo 2.647/2025.

2. Convênio ICMS 81/2023 e 122/2023. Processo nº 04034-00009269/2023-10. Autoriza as unidades federadas a conceder redução da base de cálculo do ICMS nas operações de importação realizadas por remessas postais ou expressas. Decreto Legislativo 2.548/2025.



3. Convênios ICMS 132/21 101/2023 e 146/23. Altera o Convênio ICMS nº 162/94, que autoriza os Estados e o Distrito Federal conceder isenção do ICMS nas operações com medicamentos destinados ao tratamento de câncer. Processo nº 00040-00036417/2021-02. Decreto-Legislativo 2.648/2025.

4. Convênios ICMS 193/2023 e 91/2024. Altera o Convênio ICMS nº 87/02, que concede isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal. Processo nº 04034-00002646/2022-17. Decreto- Legislativo 2.644/2025.

5. Convênio ICMS 143/2024. Prorroga e altera as disposições do Convênio ICMS nº 1, de 2 de março de 1999, o qual concede isenção do ICMS às operações com equipamentos e insumos destinados à prestação de serviços de saúde. Processo nº 00040-00064329/2017-14. Decreto legislativo 2.547/25.

6. Convênio ICMS 32/2022. Autoriza a concessão de isenção do ICMS nas operações com medicamentos relativas a doações com destino a entidades beneficentes que atuem na área da saúde. Processo nº 00040-00017583/2022-82. Decreto legislativo 2.645/25.

7. Convênios ICMS 154/24; 37/2025 e 90/25. Altera o Convênio ICMS nº 162/94, que autoriza os Estados e o Distrito Federal conceder isenção do ICMS nas operações com medicamentos destinados ao tratamento de câncer. Processo nº 00040-00036417/2021-02. Decreto legislativo 2.643/25.

8. Convênio ICMS 78/2025. Prorroga e altera as disposições do Convênio ICMS nº 1, de 2 de março de 1999, o qual concede isenção do ICMS às operações com equipamentos e insumos destinados à prestação de serviços de saúde. Processo nº 00040-00064329/2017-14. Decreto legislativo 2.639/25.

9. Convênios ICMS 36/25 e 84/25. Homologa convênios ICMS, que alteram o Convênio ICMS nº 87, de 28 de junho de 2002, que autoriza os Estados e o Distrito Federal conceder isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal. Processo nº 00040-00017577/2022-25. Decreto legislativo 2.646/25.

10. Convênio ICMS 25/25. Prorroga as disposições do Convênio ICMS nº 188/17, que dispõe sobre benefícios fiscais do ICMS nas operações e prestações relacionadas à construção, instalação e operação de Centro Internacional de Conexões de Voos - HUB, e de aquisição de querosene de aviação. Processo nº 00040-00017449/2022-81. Decreto legislativo 2.640/25.

11. Convênio ICMS 22/2023. Autoriza as unidades federadas a concederem benefícios fiscais nas operações com biodiesel. Decreto legislativo 2.642/25.

A seguir, apresenta-se lista de Convênios ICMS em tramitação na Câmara Legislativa, com instrução e estudo econômico elaborados:

1. Convênio ICMS 24/22; 87/2022 e 137/22. 00040-00017574/2022-91. Alteram o Convênio ICMS nº 101/97, que concede isenção do ICMS nas operações com equipamentos e componentes para o aproveitamento das energias solar e eólica que especifica.

2. Convênios ICMS 98/2022 e 182/2022. Alteram o Convênio ICMS nº 38/01, que concede isenção do ICMS às operações internas e interestaduais com automóveis de passageiros, para utilização como táxi. Processo nº 00040-00025338/2022-49.

3. Convênios ICMS 39/25. Altera o Convênio ICMS nº 38/01, que concede isenção do ICMS às operações internas e interestaduais com automóveis de passageiros, para utilização como táxi. Processo nº 00040-00025338/2022-49.

4. Convênio ICMS 105/2023. Altera o Convênio ICMS nº 143/10, que autoriza as unidades federadas que menciona a isentar o ICMS devido na operação relativa à saída de gênero alimentício produzido por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e que se destinem ao atendimento da alimentação escolar nas escolas de educação básica pertencentes à rede pública estadual e municipal de ensino do Estado, decorrente do Programa de Aquisição de



Alimentos - Atendimento da Alimentação Escolar, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Processo nº 04034-00011435/2023- 48.

5. Convênio ICMS 199/2023. Altera o Convênio ICMS nº 52/91, que concede redução da base de cálculo nas operações com equipamentos industriais e implementos agrícolas. Processo nº 00040- 00034658/2020-28.

6. Convênio ICMS 56/2024. Autoriza a concessão de isenção do ICMS nas operações com medicamento destinado a tratamento de distrofia muscular de Duchenne (DMD). Processo nº 04044-00009487/2024-06.

7. Convênio ICMS 70/2024. Altera a data de recolhimento e do repasse e autoriza as unidades federadas que menciona a dispensar a cobrança de multas, juros e demais acréscimos legais relativos ao ICMS nas operações com combustíveis realizadas no mês de maio de 2024, nos termos que especifica. Processo nº 04044-00013050/2024-69.

8. Convênio ICMS 53/2025. Dispõe sobre a adesão do Estado de Minas Gerais e do Distrito Federal e altera o Convênio ICMS nº 210, de 8 de dezembro de 2023, que autoriza as unidades federadas que menciona a instituir transação nos termos que especifica. Processo nº 04044-00018405/2025- 97.

9. Convênio ICMS 96/2025. Altera o Convênio ICMS nº 210, de 8 de dezembro de 2023, que autoriza as unidades federadas que menciona a instituir transação nos termos que especifica. Processo nº 04044-00018405/2025-97.

10. Convênios ICMS 79/25. Prorroga e altera o Convênio ICMS nº 100, de 4 de novembro de 1997, o qual reduz a base de cálculo do ICMS nas saídas dos insumos agropecuários que especifica, e dá outras providências, e altera o Convênio ICMS nº 26, de 12 de março de 2021, que prorroga e altera o Convênio ICMS 100/97. Processo nº 00040-00028985/2021-21.

11. Convênio ICMS 99/23. Concede remissão de crédito tributário decorrente do encerramento do diferimento do ICMS nas operações com sucata, apara, resíduo ou fragmento, promovidas por cooperativas e associações de catadores, nas hipóteses que especifica. Processo nº 04044- 00009829/2024-80.

Convênio ICMS 167/25. Remissão e anistia de créditos tributários de ICMS relativos à diferença entre a aplicação da carga tributária vigente na unidade federada e a carga prevista no Convênio ICMS nº 81, de 22 de junho de 2023. Processo nº 04034-00014304/2023-12.

INCENTIVOS FISCAIS

A Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC) atuou na elaboração de normativos e na definição de procedimentos relacionados aos incentivos fiscais destinados à Cultura, ao Esporte e ao Turismo Criativo.

As ações desenvolvidas compreenderam o acompanhamento e o controle dos saldos orçamentários dos programas de incentivo, a apuração da capacidade de financiamento dos incentivadores culturais e esportivos, nos termos da legislação vigente, bem como a elaboração de atos administrativos necessários à apropriação dos créditos correspondentes aos valores incentivados.

No que se refere ao incentivo ao Turismo Criativo, o programa permaneceu, em 2025, em fase de estruturação e desenho operacional, apesar de já contar com convênio autorizativo publicado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ.

Incentivo fiscal Cultural

Foram realizadas análise e instrução de processos relacionados aos projetos culturais credenciados pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal - SECEC, bem como a elaboração das Declarações de Capacidade de Financiamento e Despachos de Abatimento dos incentivadores culturais de que trata o Convênio ICMS 27/06 e a Lei Complementar 934/2017.

Em 2025, foram analisadas 25 solicitações de despacho de capacidade de financiamento do incentivador cultural, tendo sido identificadas 4 situações de vedação e elaboradas 21 minutas para publicação pelo Secretário Executivo da Fazenda, relativas ao ICMS e ao ISS, bem como



foram avaliadas as solicitações quanto aos limites globais do programa e aos limites individuais dos incentivadores culturais, além da análise e elaboração de despachos referentes ao abatimento do crédito outorgado, conforme os valores consolidados do exercício.

Incentivo fiscal ao Esporte

Foram realizadas análise e instrução de processos relacionados aos projetos esportivos e paraesportivos credenciados pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal – SEL, bem como a emissão das Declarações de Capacidade de Financiamento dos incentivadores dos projetos esportivos, de que trata a Lei nº 6.155, de 25 de junho de 2018, regulamentada pelo Decreto nº 44.738, de 14 de julho de 2023.

Em 2025, foram analisadas 5 solicitações de emissão de Declaração de Capacidade de Financiamento relativas a projetos esportivos, não tendo sido identificadas situações de vedação, tendo sido emitidas 5 Declarações de Capacidade de Financiamento, após análise do atendimento aos limites globais do programa e aos limites individuais dos incentivadores, no âmbito do ICMS e do ISS, nos termos da Portaria Conjunta SEEC/SEL nº 9, de 21 de outubro de 2024, além da análise e elaboração de despachos referentes ao abatimento do crédito outorgado, conforme os valores consolidados do exercício.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Foram elaborados relatórios mensais de acompanhamento da conjuntura econômica do Brasil e do Distrito Federal, contendo informações sobre PIB; indicadores de emprego; preço; notas fiscais eletrônicas emitidas; atividade econômica e combustíveis. Ao todo, foram elaborados 12 documentos durante o ano de 2025.

COMPORTAMENTO DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

A seguir, é apresentada síntese do desempenho da arrecadação tributária no ano de 2025.

No acumulado do exercício de 2025 até novembro, a arrecadação tributária somou R\$ 24.248,4 milhões em valores correntes, o que representou acréscimo nominal de 6,6% e ganho real de 1,6%, em relação a igual período de 2024.

ITEM	Até novembro/25	Até novembro/24	2025 pelo INPC/IBGE	2024 pelo INPC/IBGE	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em 2025
	(a)	(b)	(c)	(d)	(a) - (b)	(a)/(b)	(e) - (d)	(e)/(d)	
ICMS	11.486.701	10.866.931	11.557.975	11.207.603	+327.831	+7,3%	+250.362	+2,3%	47,18%
ISS	3.507.861	3.132.387	3.542.891	3.415.090	+377.554	+12,1%	+227.196	+6,6%	14,47%
IRRF	4.778.709	4.409.524	4.815.606	4.610.090	+468.604	+10,4%	+155.556	+3,3%	19,73%
IPVA	1.312.700	1.788.497	1.040.815	1.002.417	-128.202	-7,1%	-18.398	-2,0%	7,80%
IPTU	1.399.250	1.306.152	1.309.090	1.302.201	+33.854	+2,6%	-33.108	-2,6%	5,52%
ITBI	437.707	584.868	463.395	619.698	-447.359	-25,2%	-177.290	-28,0%	1,81%
ITCD	155.861	275.919	156.641	293.381	-137.520	-49,9%	-66.257	-22,3%	1,49%
TAXAS	404.064	541.305	407.358	574.407	-170.343	-25,4%	-167.040	-28,1%	1,87%
TOTAL ARRECADAÇÃO (1)	22.471	22.177	22.497.631	22.104.508	+393.123	+1,8%	+288.139	+1,3%	100,00%

Fonte: SIGGO, em 10/12/2025.

Nota: (1) Multas e juros e dívida ativa de origem tributária não consideradas em itens anteriores.

Destaques do período de janeiro a novembro de 2025

Na comparação da arrecadação acumulada no período de janeiro a novembro de 2025 com a do mesmo período de 2024, os maiores incrementos reais foram do ICMS (+R\$ 250,3 milhões), ISS (+R\$ 227,2 milhões), IRRF (+R\$ 155,6 milhões), ITCD (+R\$ 66,3 milhões) e IPVA (+R\$ 38,4 milhões). As únicas variações negativas ficaram a cargo de ITBI (-R\$ 177,3 milhões), TAXAS (-R\$ 167 milhões) e IPTU (-R\$ 33,1 milhões).

ARRECADAÇÃO X PREVISÃO

Na comparação da receita realizada com a prevista para LOA, programação financeira e previsão mensal de curto prazo, esta última elaborada para subsidiar o cronograma de desembolsos financeiros, apresentam-se os seguintes destaques para o período de janeiro a novembro de 2025:

LOA: Receita realizada acima da prevista em R\$ 2.236,4 milhões (+10,2%), com destaque para os desvios positivos do ICMS (+R\$ 1.012,4 milhões), IRRF (+R\$ 745,7 milhões) e ISS (+R\$ 376,6 milhões). Os únicos desvios negativos foram em TAXAS (-R\$ 343,1 milhões) e IPVA (-R\$ 6,4 milhões).

Programação financeira: Realização acima da prevista em R\$ 306,6 milhões (+1,3%), impulsionada principalmente pelos resultados positivos do ITBI (+R\$ 191,4 milhões), ITCD



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

(+R\$ 178,9 milhões), ISS (+R\$ 165,5 milhões), IPTU (+R\$ 68,6 milhões) e ICMS (+R\$ 55,1 milhões). Em contrapartida, registraram-se desvios negativos relevantes em TAXAS (-R\$ 333,5 milhões) e IRRF (-R\$ 64,2 milhões).

Previsão mensal: Receita realizada acima da prevista em R\$ 529,9 milhões (+2,2%), decorrente sobretudo das elevações em IPTU (+R\$ 213,3 milhões), ISS (+R\$ 169,9 milhões), ITCD (+R\$ 165 milhões), IRRF (+R\$ 133,7 milhões) e ITBI (+R\$ 132,2 milhões). Os únicos desvios negativos foram em TAXAS (-R\$ 264,3 milhões) e ICMS (-R\$ 121,3 milhões).

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - PERÍODO DE JANEIRO A NOVEMBRO - 2025 - VALORES EM R\$ MIL

ESPECIFICAÇÃO	LOA (A)	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	PREVISÃO MENSAL (C)	RECEITA REALIZADA (D)	(D - A)	(D - B)	(D - C)
ICMS	10.422.265	11.379.638	11.556.009	11.434.741	1.012.476	55.104	(121.268)
ISS	3.131.349	3.342.436	3.338.373	3.507.941	376.592	165.505	169.568
IRRF	4.033.041	4.842.928	4.645.032	4.778.728	745.687	(64.200)	133.697
IPVA	1.919.080	1.896.382	1.873.585	1.912.700	(6.380)	16.317	39.114
IPTU	1.288.418	1.270.698	1.126.001	1.339.256	50.837	68.558	213.255
ITBI	247.249	246.283	305.494	437.707	190.458	191.423	132.213
ITCD	175.419	177.072	191.002	355.962	180.544	178.891	164.960
TAXAS	747.194	737.583	668.333	404.064	(343.130)	(333.519)	(264.269)
OUTROS IMPOSTOS (1)	48.050	48.785	14.689	77.322	29.272	28.537	62.633
TOTAL DA ARRECAÇÃO	22.012.065	23.941.805	23.718.517	24.248.421	2.236.356	306.616	529.903

Fonte: SIGGO (Receita Realizada); Lei nº 7.650/2024 (LOA); Decreto nº 46.796/2025 (Programação Financeira); Gerência de Previsão e Análise Fiscal/COAF/SUA/SEFAZ (Previsão Mensal).

Nota: (1) Multas e juros e dívida ativa de origem tributária não consideradas em itens anteriores.

ARRECAÇÃO DO ICMS

A receita do ICMS por regime de tributação tem como fonte o sistema SIGEST, enquanto a arrecadação por atividade econômica é resultado do sistema SITAF, ambos da administração tributária. Com isso, o total da arrecadação adiante apresentado diverge daquele constante nos quadros iniciais deste relatório, cuja fonte foi o SIGGO, sistema da contabilidade pública.

ICMS por regime de tributação

Em novembro de 2025, constata-se maior participação no regime normal de tributação no total da receita do imposto (40,3%), seguida da substituição tributária fora e dentro do DF, com 25,0 % e 18,1%, respectivamente, perfazendo em conjunto 83,4% da receita total do imposto.

ITEM	VALORES EM R\$ MIL (1)				variação real (em %)		composição de arrecadação em novembro/25
	novembro/25	acumulado de 2025 até novembro/25	novembro/24	acumulado de 2024 até novembro/24	nov/2025 / nov/2024	2025 / 2024	
Normal	153.054	1.352.375	164.582	1.112.093	-7,3%	5,5%	40,3%
ST fora do DF	251.758	2.046.124	246.105	2.123.681	14,5%	3,4%	25,0%
ST no DF	203.540	2.103.988	186.162	2.081.979	8,8%	0,8%	18,1%
Consumidor Final - Op. Extra LII	60.143	960.466	76.376	837.660	20,5%	15,6%	8,7%
Simples	30.036	314.395	28.898	126.434	3,8%	-0,7%	2,7%
Importação	15.815	211.722	14.953	185.274	25,8%	22,7%	1,7%
Antecipado	6.511	78.723	6.159	68.023	2,5%	12,7%	0,6%
FDP (2)	6.460	91.728	9.441	94.719	-10,4%	-1,1%	0,6%
Dívida Ativa e Multas e Juros	16.145	104.624	15.426	235.760	4,7%	-55,0%	1,4%
Outros (3)	8.899	120.092	8.003	125.616	-0,6%	-3,5%	0,8%
Total da Arrecadação	1.126.111	11.545.840	1.067.134	11.290.204	5,5%	2,2%	100,0%

Fonte: SITAF.

Nota: (1) Apuração com base no INPC/IBGE.

Destaques de janeiro a novembro de 2025

No confronto do acumulado de 2025 com igual período de 2024, os maiores acréscimos reais ocorreram nos segmentos de Comércio Atacadista (+R\$ 107,5 milhões), Indústria (+R\$ 45,2 milhões), Comércio Varejista (+R\$ 30,6 milhões) e Comunicação (+R\$ 16,8 milhões). Dentre os segmentos que apresentaram redução encontram-se Energia Elétrica (-R\$ 52 milhões), Veículos (-R\$ 10,4 milhões) e Combustíveis (-R\$ 3,7 milhões).

ICMS por atividade econômica

No corte do total do ICMS pelos principais setores econômicos, os setores mais representativos em novembro de 2025 foram Comércio Atacadista (29,8%), Combustíveis (16,1%), Comércio Varejista (15,7%), Veículos (12,3%), Indústria (11,4%), Energia Elétrica (8,8%) e Comunicação (4,1%).



ICMS: ARRECAÇÃO POR ATIVIDADE ECONÔMICA

ITEM	Valores Reais em R\$ mil (R)				variação real (em %)		Composição da arrecadação em novembro/25
	novembro/25	2025	novembro/24	2024	nov/2025 / nov/2024	2025 / 2024	
Combustíveis	164.640	1.620.198	150.292	1.623.902	9,5%	-0,2%	16,1%
Comércio Atacadista	305.648	3.005.917	290.787	2.898.466	5,1%	3,7%	29,8%
Comércio Varejista	160.428	1.874.121	156.942	1.843.524	2,2%	1,7%	15,7%
Comunicação	42.368	492.524	47.651	475.743	-11,1%	3,5%	4,1%
Energia Elétrica	89.715	924.179	101.235	976.214	-11,4%	-5,3%	8,8%
Indústria	116.729	1.237.890	109.930	1.192.659	6,2%	3,8%	11,4%
Veículos	125.542	1.048.699	93.614	1.060.138	34,1%	-1,0%	12,3%
Demais Atividades	19.060	188.740	18.162	173.601	4,9%	8,7%	1,5%
Total da Arrecadação	1.024.130	10.595.269	968.812	10.244.231	5,7%	1,6%	100,0%

Fonte: SITAF.

Nota: (1) Apuração com base no INPC/IBGE.

Destaques de janeiro a novembro de 2025

No confronto do acumulado de 2025 com igual período de 2024, os maiores acréscimos reais ocorreram nos segmentos de Comércio Atacadista (+R\$ 107,5 milhões), Indústria (+R\$ 45,2 milhões), Comércio Varejista (+R\$ 30,6 milhões) e Comunicação (+R\$ 16,8 milhões). Dentre os segmentos que apresentaram redução encontram-se Energia Elétrica (-R\$ 52 milhões), Veículos (-R\$ 10,4 milhões) e Combustíveis (-R\$ 3,7 milhões).

ARRECAÇÃO DO ISS

Assim como no ICMS, a receita do ISS por regime de tributação tem como fonte o sistema SIGEST, enquanto a arrecadação por atividade econômica é resultado do sistema SITAF, ambos da administração tributária. Com isso, o total da arrecadação adiante apresentado diverge daquele constante nos quadros iniciais deste relatório, cuja fonte foi o SIGGO, sistema da contabilidade pública.

ISS por regime de tributação

No mês de novembro de 2025, de acordo com as principais formas de recolhimento do ISS, as maiores participações no total da receita do imposto foram do regime normal de tributação (47,5%), seguido dos recolhimentos efetuados à título de retenção do imposto pelo setor privado - Retenção e Substituição Tributária (22,6%), do ISS Simples Nacional (11,7%), das retenções pelo setor público federal via SIGGO (6,7%), das retenções por órgãos públicos distritais via SIAFI (6,1%) e de Multas e Juros e Dívida Ativa (4,6%).

ICMS: ARRECAÇÃO POR ATIVIDADE ECONÔMICA

ITEM	Valores Reais em R\$ mil (R)				variação real (em %)		Composição da arrecadação em novembro/25
	novembro/25	2025	novembro/24	2024	nov/2025 / nov/2024	2025 / 2024	
Combustíveis	164.640	1.620.198	150.292	1.623.902	9,5%	-0,2%	16,1%
Comércio Atacadista	305.648	3.005.917	290.787	2.898.466	5,1%	3,7%	29,8%
Comércio Varejista	160.428	1.874.121	156.942	1.843.524	2,2%	1,7%	15,7%
Comunicação	42.368	492.524	47.651	475.743	-11,1%	3,5%	4,1%
Energia Elétrica	89.715	924.179	101.235	976.214	-11,4%	-5,3%	8,8%
Indústria	116.729	1.237.890	109.930	1.192.659	6,2%	3,8%	11,4%
Veículos	125.542	1.048.699	93.614	1.060.138	34,1%	-1,0%	12,3%
Demais Atividades	19.060	188.740	18.162	173.601	4,9%	8,7%	1,5%
Total da Arrecadação	1.024.130	10.595.269	968.812	10.244.231	5,7%	1,6%	100,0%

Fonte: SITAF.

Nota: (1) Apuração com base no INPC/IBGE.

Destaques de janeiro a novembro de 2025

No confronto do acumulado de 2025 com igual período de 2024, os maiores acréscimos reais ocorreram nos segmentos de Comércio Atacadista (+R\$ 107,5 milhões), Indústria (+R\$ 45,2 milhões), Comércio Varejista (+R\$ 30,6 milhões) e Comunicação (+R\$ 16,8 milhões). Dentre os segmentos que apresentaram redução encontram-se Energia Elétrica (-R\$ 52 milhões), Veículos (-R\$ 10,4 milhões) e Combustíveis (-R\$ 3,7 milhões).

ARRECAÇÃO DO ISS

Assim como no ICMS, a receita do ISS por regime de tributação tem como fonte o sistema SIGEST, enquanto a arrecadação por atividade econômica é resultado do sistema SITAF, ambos da administração tributária. Com isso, o total da arrecadação adiante apresentado diverge daquele constante nos quadros iniciais deste relatório, cuja fonte foi o SIGGO, sistema da contabilidade pública.

ISS por regime de tributação



No mês de novembro de 2025, de acordo com as principais formas de recolhimento do ISS, as maiores participações no total da receita do imposto foram do regime normal de tributação (47,5%), seguido dos recolhimentos efetuados à título de retenção do imposto pelo setor privado - Retenção e Substituição Tributária (22,6%), do ISS Simples Nacional (11,7%), das retenções pelo setor público federal via SIGGO (6,7%), das retenções por órgãos públicos distritais via SIAFI (6,1%) e de Multas e Juros e Dívida Ativa (4,6%).

ISS: ARRECAÇÃO POR REGIME DE TRIBUTAÇÃO

ITEM	Valores Reais em R\$ mil (1)				Variação Real (em%)		Composição da Arrecadação novembro/25
	novembro/25	2025 (até novembro/25)	novembro/24	2024 (até novembro/24)	novembro/25 / novembro/24	2025 / 2024	
Normal	167.684	1.640.748	148.124	1.551.879	8,8%	6,7%	47,8%
Retenção e ST	75.052	782.285	70.058	719.408	7,2%	9,2%	22,6%
Retenção via SIAFI	20.202	241.222	13.374	217.223	51,1%	11,0%	6,1%
ISS - Simples Nacional	38.871	404.677	36.200	371.510	7,4%	8,8%	11,7%
Retenção via SIGGO	22.185	237.267	25.711	235.624	-13,7%	2,9%	6,7%
Multas e Juros e Dívida Ativa	15.581	68.447	6.110	80.195	204,0%	10,4%	4,6%
Outros (2)	3.000	34.879	3.898	38.948	0,2%	-10,2%	0,9%
Total da Arrecadação	322.614	3.407.437	392.415	3.187.967	8,88%	6,9%	100,00%

Fonte: SEFAZ

Nota: (1) Apuração com base no RPO/RSCE

(2) Outros - incluindo do contribuinte, recolhimento autônomo, passivo e auto de retenção

Destaque da arrecadação de janeiro a novembro de 2025

Quanto ao comparativo da arrecadação acumulada nos onze meses de 2025 com período correlato em 2024, os maiores aumentos reais ocorreram nos regimes ISS Normal (+R\$ 88,9 milhões), Retenção e Substituição Tributária (+R\$ 65,9 milhões), ISS Simples Nacional (+R\$ 32,7 milhões), Retenção Tributária via SIAFI (+R\$ 23,9 milhões), Retenção via SIGGO (+R\$ 6,8 milhões) e Multas, Juros e Dívida Ativa (+R\$ 6,3 milhões). Única modalidade que apresentou desempenho negativo foi Outros (-R\$ 4 milhões).

ISS por atividade econômica

Em novembro de 2025, a maior participação na arrecadação do imposto foi do segmento Instituições Financeiras e de Seguro (31,4%), seguido por Informática (10,3%), Atividades de Saúde e Veterinária (9,1%), Holdings, Administração de Fundos e Gestão de Ativos Não-Financeiros (5,1%), Construção Civil (4,2%), Ensino (3,6%) e Atividades de Organizações e Associações (3,2%). Contudo, quando agrupados os diversos segmentos de representatividade inferior a 3%, a participação global do grupo alcança 33%, distribuídos entre 41 atividades.

ISS: ARRECAÇÃO POR ATIVIDADE ECONÔMICA

ITEM	Valores Reais em R\$ mil (1)				Variação Real (em%)		Composição da Arrecadação novembro/25
	novembro/25	2025 (até novembro/25)	novembro/24	2024 (até novembro/24)	novembro/25 / novembro/24	2025 / 2024	
Instituições Financeiras e de Seguro	101.025	1.025.922	932.843	1.387.847	-12,0%	-6,7%	31,4%
Informática	26.412	307.502	25.366	243.898	18,0%	26,3%	10,3%
Saúde e Veterinária	22.589	286.585	25.323	287.732	2,4%	7,3%	9,1%
Holdings, Administração de Fundos e Gestão de Ativos N	14.632	202.918	1.389	21.522	107,2%	377,1%	5,1%
Construção Civil	13.112	127.888	11.364	128.018	4,4%	5,9%	4,2%
Ensino	10.382	114.477	9.868	107.347	7,3%	6,9%	3,6%
Atividades de Organizações e Associações	6.385	91.368	6.875	83.842	4,8%	9,0%	3,2%
Demais Atividades	34.529	1.051.002	171.156	1.056.524	1,4%	0,5%	33,0%
Total da Arrecadação	230.308	3.187.294	278.157	2.865.257	2,9%	7,8%	100,00%

Fonte: SEFAZ

Nota: (1) Apuração com base no RPO/RSCE

Destaques de janeiro a novembro de 2025

Quanto ao comparativo da arrecadação acumulada de 2025 com 2024, destacaram-se os acréscimos reais em Holdings, Administração de Fundos e Gestão de Ativos Não-Financeiros (+R\$ 81,3 milhões), Informática (+R\$ 64,2 milhões) e Saúde e Veterinária (+R\$ 18,9 milhões). Única variação negativa coube à Instituições Financeiras e de Seguro (-R\$ 62 milhões). Em relação ao grupo Demais Atividades, os maiores aumentos foram observados para Consultoria e Contabilidade (+R\$ 16 milhões), Diversões (+R\$ 12,6 milhões), Publicidade (+R\$ 8,1 milhões), Serviços de Apoio a Edifícios e Condomínios Prediais (+R\$ 7,1 milhões), Serviços de Apoio Administrativo (+R\$ 6,7 milhões) e Advocacia (+R\$ 5,9 milhões).

As quedas mais expressivas foram nos segmentos de Transporte (-R\$ 3,2 milhões), Manutenção e Assistência Técnica (-R\$ 2,7 milhões), Comunicação (-R\$ 2,3 milhões), Representação Comercial (-R\$ 1,3 milhão) e Limpeza (-R\$ 550 mil).

ATIVIDADES DE CORREGEDORIA



As atividades de corregedoria têm por finalidade a apuração e a conclusão de procedimentos disciplinares sob sua responsabilidade, em conformidade com os prazos e disposições estabelecidos na Lei Complementar nº 840/2011. Ressalta-se que, em razão da natureza desses procedimentos, nem sempre o ciclo de apuração coincide integralmente com o exercício financeiro, de modo que processos em andamento ao final do ano passam a compor o estoque inicial do exercício subsequente.

No exercício de 2025, observou-se a movimentação de processos disciplinares conforme demonstrado no quadro a seguir, com taxa média de conclusão de aproximadamente 39,13% no período analisado.

PROCESSOS	ESTOQUE (01/01/2025)	INSTAURAÇÕES	CONCLUSÕES	EM APURAÇÃO (31/12/2025)
Processo Administrativo Disciplinar	1	1	1	1
Procedimento de Investigação Preliminar	9	11	8	12
Sindicância	-	1	-	1
TOTAL	10	13	9	14

DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

O Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais – TARF, órgão colegiado de julgamento administrativo vinculado à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, disciplinado pelo Decreto nº 33.268/2011, tem como atribuição a apreciação e o julgamento de recursos interpostos por contribuintes contra decisões de primeira instância no âmbito da Administração Tributária Distrital. Sua atuação é orientada pelos princípios da legalidade, da justiça fiscal, da ampla defesa e do contraditório, contribuindo para a uniformização da interpretação da legislação tributária distrital e para o fortalecimento da segurança jurídica nas relações entre o fisco e os contribuintes.

No exercício de 2025, observou-se um crescimento significativo no volume de recursos ingressados no TARF. Foram registrados 644 processos, frente a 483 em 2024, representando um aumento de aproximadamente 33%. Esse crescimento foi impulsionado, sobretudo, pelo aumento nos Recursos Voluntários e nos Recursos de Jurisdição Voluntária, além da elevação expressiva nos Recursos contra Decisão do Presidente e nos Reexames Necessários ao Pleno.

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS TOTAL DE RECURSOS REGISTRADOS			
TIPO DE RECURSO	2024	2025	Variação % 2025/2024
Recurso de Jurisdição Voluntária	132	172	30%
Recurso Voluntário	92	170	85%
Reexame Necessário	117	97	-17%
Recurso Extraordinário	72	87	21%
Embargos de Declaração	52	77	48%
Reexame Necessário ao Pleno	16	30	88%
Recurso Contra a Decisão do Presidente	2	11	450%
TOTAL	483	644	33%

Quanto à admissibilidade, em 2025 foram admitidos 599 recursos, enquanto em 2024 esse quantitativo foi de 463, o que corresponde a um acréscimo de cerca de 29%. Esse resultado reflete o rigor técnico aplicado na análise prévia dos pressupostos legais de admissibilidade, conforme previsto na legislação do Processo Administrativo Fiscal Tributário do Distrito Federal, assegurando que apenas recursos formalmente aptos tenham curso na segunda instância administrativa, composta pelo Tribunal Pleno, Primeira Câmara e Segunda Câmara.

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS TOTAL DE RECURSOS ADMITIDOS			
TIPO DE RECURSO	2024	2025	Variação % 2025/2024
Recurso Voluntário	87	159	83%
Reexame Necessário	115	94	-18%
Recurso Extraordinário	67	83	24%
Reexame Necessário ao Pleno	16	30	88%
Recurso Contra a Decisão do Presidente	2	10	400%
Embargos de Declaração	52	73	40%



Recurso de Jurisdição Voluntária	124	150	21%
TOTAL	463	599	29%

No que se refere aos julgamentos, em 2025 foram apreciados 631 processos, em comparação aos 745 julgados em 2024. Essa redução quantitativa não representa decréscimo na eficiência das atividades jurisdicionais, técnicas e administrativas do Tribunal, mas está associada, principalmente, ao aumento da complexidade dos processos analisados. Tal complexidade decorre da evolução das atividades das áreas técnicas da Administração Tributária, do uso de novas ferramentas de fiscalização e controle, da ampliação da diversidade e especificidade dos feitos fiscais e do aprofundamento técnico das matérias submetidas a julgamento. Soma-se a isso a necessidade de observância rigorosa dos fluxos e exigências formais próprios da segunda instância administrativa fiscal, bem como o compromisso permanente com a qualidade e a segurança jurídica dos julgados.

TIPO DE RECURSO	2024	2025	Variação % 2025/2024
1ª CÂMARA	209	183	-12%
2ª CÂMARA	206	187	-9%
TOTAL	745	631	-15%

No contexto do aprimoramento institucional, destacam-se importantes avanços alcançados em 2025. Dentre eles, o prosseguimento do desenvolvimento do novo sistema informatizado voltado à automação e à padronização das atividades técnicas do TARF, com a disponibilização de ferramentas que visam ao aumento da produtividade e à uniformização dos procedimentos. Esse projeto integra o Programa PROFISCO II, em execução no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal.

Outro avanço relevante foi a implantação da nova estrutura administrativa do TARF, promovida pelo Decreto nº 48.036/2025, que possibilitou melhor organização administrativa e funcional do Tribunal, contribuindo para a melhoria dos fluxos internos de trabalho e para o fortalecimento institucional da sua equipe técnico-administrativa.

DA GESTÃO DA ESTRATÉGIA

GESTÃO DE PROCESSOS E DE PROJETOS INSTITUCIONAIS

A Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC), por intermédio da Subsecretaria de Processos e de Projetos Institucionais e Inovação, desenvolveu, no exercício de 2025, ações voltadas à modernização da gestão pública, ao fortalecimento da governança institucional e à melhoria dos processos organizacionais, em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional 2023–2026 e com as diretrizes do Planejamento Estratégico do Distrito Federal (PEDF).

No âmbito do monitoramento estratégico, foram acompanhadas 100 iniciativas previstas no Planejamento Estratégico Institucional da SEEC, incluindo 11 iniciativas estruturantes vinculadas ao PEDF, abrangendo projetos relacionados à modernização da gestão orçamentária, financeira e contábil, à transformação digital, à política de gestão de pessoas, à melhoria do ambiente de trabalho, à expansão da infraestrutura tecnológica e à implementação de programas de estímulo ao desenvolvimento econômico e fiscal do Distrito Federal.

PROJETOS PEDF
Implantação dos Sistemas Corporativos e Metodologia do Ciclo de Compras Governamental
Implementação do Programa de Fomento do Mercado Fornecedor Local, microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações do GDF
Implementação do Sistema de 3ª geração para Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do DF
Implantação do Novo Sistema de Gestão de Pessoas do Distrito Federal
Implantação do Programa de Bem-Estar, Saúde e Segurança no Trabalho do Servidor – BESST
Implementação da versão 4.0 do SEI-GDF
Ampliação da Política de Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Servidores
Expansão e Modernização do CeTIC
Concessão de benefício fiscal de ICMS (podendo chegar a isenção) sobre querosene de aviação às companhias aéreas que atingirem metas relacionadas ao transporte de cargas estabelecidas pelo GDF
Reformulação do benefício fiscal de ICMS sobre querosene de aviação às companhias aéreas que atingirem metas relacionadas ao transporte de passageiros estabelecidas pelo GDF



Instituição do Programa do Recuperação Fiscal - REFIS para a regularização e renegociação de dívidas não tributárias de pessoas físicas ou jurídicas com o GDF

GESTÃO DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO

Destaca-se, ainda, a atuação da SEEC na gestão de programas de financiamento com recursos extraorçamentários, voltados à modernização administrativa e fiscal, com especial ênfase no Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM III (2ª Fase). O programa contou com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de R\$ 49 milhões, e contrapartida do Governo do Distrito Federal no montante de R\$ 5,44 milhões, apresentando execução global de 99,98% até o encerramento de sua vigência, em dezembro de 2025.

Principais Produtos Executados no Âmbito do Programa PNAFM III

No âmbito do PNAFM III, foram executados projetos relevantes para o fortalecimento da gestão pública distrital, com destaque para a atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário, o censo imobiliário do Distrito Federal, a modernização de sistemas de arrecadação e a implantação de soluções tecnológicas voltadas à gestão e fiscalização do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Essas iniciativas contribuíram para o aprimoramento da base de dados governamental, o fortalecimento do controle fiscal, a redução de inconsistências operacionais e o incremento da arrecadação, com impactos financeiros positivos e permanentes para o Distrito Federal.

Os principais produtos executados no âmbito do Programa foram:

- Atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM)
- Atualização da base cartográfica do Distrito Federal por meio de mapeamento aerofotogramétrico cadastral, possibilitando delimitação física dos imóveis, identificação de áreas em litígio e subsídio à Planta de Valores Imobiliários. A iniciativa apresenta impacto estimado de incremento anual aproximado de R\$ 136 milhões na arrecadação.
- Censo Imobiliário do Distrito Federal
- Realização de levantamento cadastral e coleta de informações de aproximadamente 5.000 unidades imobiliárias da Administração Direta e Indireta dependente, contribuindo para o aprimoramento da gestão, fiscalização e utilização do patrimônio imobiliário distrital.
- Solução Tecnológica para Gestão e Fiscalização do ISSQN
- Implantação de sistema destinado à automatização da gestão e fiscalização do ISSQN, com adoção do padrão nacional da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e da Declaração das Instituições Financeiras (DES-IF). A solução possibilitou a emissão de aproximadamente 10 milhões de documentos fiscais nos primeiros 75 dias de operação, resultando em crescimento de 14,71% na arrecadação inicial, com incremento de R\$ 71,3 milhões e alcance de arrecadação anual de R\$ 3 bilhões.

OBJETO	VALOR PREVISTO R\$	VALOR REALIZADO R\$
Cadastro Multifinalitário Implantado e/ou Atualizado	6.855.882,95	6.855.882,95
Escritório de Projetos e UEM Implantados e/ou Modernizados	8.848.117,91	8.848.117,91
Plano de Capacitação Fiscal Implantado	473.237,30	473.237,30
Recadastramento Imobiliário Realizado	243.037,50	243.037,50
Sistemas de Arrecadação Implantados e/ou Modernizados	11.535.049,86	11.535.049,86
Sistemas Financeiros Implantados e/ou Modernizados	51.897,57	51.897,57
TOTAL	54.444.444,44	54.436.642,12

Programa de Apoio à Gestão Fiscal dos Municípios Brasileiros (PROFISCO II)

O Programa de Apoio à Gestão Fiscal dos Estados – PROFISCO II consiste em linha de crédito de longo prazo ofertada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada a apoiar os entes federativos na modernização da gestão fazendária, no fortalecimento da



administração tributária, no aprimoramento da gestão do gasto público e no aumento da transparência fiscal, com vistas à sustentabilidade das finanças públicas.

No âmbito do Distrito Federal, o PROFISCO II materializa-se por meio do Projeto de Desenvolvimento Fazendário do Distrito Federal – PRODEFAZ/PROFISCO II, formalizado com a assinatura do Contrato nº 8694/OC-BR, em 30 de dezembro de 2024, entre o Governo do Distrito Federal e o BID. O contrato prevê financiamento no montante de US\$ 72.700.000,00, com contrapartida local do GDF no valor de US\$ 7.300.000,00, tendo o Banco de Brasília – BRB como agente financeiro.

O Programa contempla, como produtos obrigatórios, a simplificação das obrigações tributárias e a implantação de sistema financeiro e contábil aderente às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), integrado aos sistemas estruturantes do Estado, além de um conjunto amplo de iniciativas voltadas à governança institucional, à administração tributária e à gestão financeira e do gasto público.

Para viabilizar a coordenação, o acompanhamento e a execução do Programa, foi instituída a Unidade de Coordenação do Programa do Distrito Federal – UCP/DF, por meio da Portaria nº 76, de 30 de janeiro de 2025, vinculada à Secretaria de Estado de Economia. No exercício de 2025, também foi concluído o desenvolvimento do Sistema GESTOR PROFISCO, destinado ao controle da execução física e financeira do Programa, em conformidade com as exigências do BID.

A carteira de projetos aprovada abrange ações estruturantes distribuídas em três grandes eixos: (i) gestão fazendária e transparência fiscal; (ii) administração tributária e contencioso fiscal; e (iii) administração financeira e gestão do gasto público, contemplando modelos institucionais, sistemas informatizados e metodologias de gestão, conforme detalhamento a seguir:

COMPONENTES/PRODUTOS
GESTÃO DO PROJETO
A1 – Monitoramento e Auditoria
A2 – Auditoria
CUSTOS DIRETOS
1. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal
1.1 Modelo de Governança Institucional Implementado
1.2 Modelo de Gestão de Pessoas Implementado
1.3 Modelo de Gestão de TI Implementado
1.4 Modelo de Planejamento e Gestão de Compras e Contratos da SEEC Implementado
1.5 Modelo de Formação, Comunicação e Transparência com a Sociedade Implementado
2. Administração Tributária e Contencioso Fiscal
2.1 Modelo de Gestão de Política Tributária Implementado
2.2 Sistema de Simplificação Tributária Implementado
2.3 Modelo de Fiscalização Implementado
2.4 Sistema de Gestão do Contencioso Administrativo Implementado
2.5 Modelo de Gestão de Serviços ao Contribuinte Implementado
3. Administração Financeira e Gasto Público
3.1 Modelo de Planejamento e Execução Orçamentária Implementado
3.2 Sistema de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil Implementado
3.3 Modelo de Gestão de Custos e Gasto Público Implementado
3.4 Sistema Informatizado de Gestão de Pessoas e Produção da Folha de Pagamento Implementado
3.5 Modelo de Eficiência Energética em Edificações Públicas da SEEC Implementado

GESTÃO DE PROCESSOS

No que se refere à gestão por processos, a SEEC avançou na consolidação desse modelo como instrumento de governança institucional, promovendo o mapeamento, a padronização e a melhoria contínua de fluxos de trabalho estratégicos. Levantamento institucional identificou 373 necessidades de mapeamento e modelagem de processos, abrangendo demandas setoriais e transversais relacionadas a iniciativas estratégicas do PEDF, do Planejamento Estratégico Institucional da SEEC e do PROFISCO II, parte das quais já se encontra em execução.



Mesmo em fase de consolidação, as ações desenvolvidas possibilitaram entregas relevantes para a governança pública distrital, destacando-se a uniformização e validação dos planos estratégicos de 40 órgãos do Governo do Distrito Federal, a aprovação da Política de Gestão de Riscos da SEEC e do respectivo Manual, bem como o desenvolvimento da nova versão do Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do Distrito Federal (GestãoDF), ferramenta estruturante para o acompanhamento estratégico e o apoio à tomada de decisão.

De forma geral, as iniciativas conduzidas no período reforçam o papel da SEEC como órgão central de coordenação estratégica, inovação institucional e modernização da gestão pública, contribuindo para o aprimoramento da eficiência administrativa, o fortalecimento da governança e a ampliação da capacidade do Estado em planejar, executar e monitorar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do Distrito Federal.

GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATÉGICOS

A SEEC é responsável por planejar e coordenar a elaboração do Plano Estratégico do Governo do Distrito Federal e apoiar a elaboração dos Planos Estratégicos Institucionais, além de monitorar a execução das iniciativas estratégicas inseridas no Plano Estratégico do Distrito Federal (PEDF 2019-2060). Adicionalmente, atua na coordenação e gerência da Plataforma Eletrônica Parcerias GDF MROSC, ferramenta responsável pelo processamento das Parcerias GDF MRSOC, e no desenvolvimento e manutenção do Sistema Gestão-DF, ferramenta responsável pelo monitoramento dos planos estratégicos governamental e institucional de órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

Nesse contexto, em 2025, destacaram-se as seguintes ações referentes à gestão de Programas e Projetos Estratégicos:

Elaboração dos Planos Estratégicos Institucionais das Administrações Regionais (PEI)

A política de Compliance no âmbito da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal é regida pelo Decreto nº 39.736/2019. Sob essa norma, a governança pública é estruturada como um sistema de liderança, estratégia e controle destinado a otimizar a gestão e a entrega de resultados à sociedade.

Alinhada a esses princípios, a SEEC desenvolveu, em 2025, o Catálogo dos Planos Estratégicos Institucionais das 35 Administrações Regionais. O documento é fruto da padronização de métodos de gestão difundidos no âmbito do Governo do Distrito Federal pela Secretaria e visa garantir que a orientação institucional transcenda ciclos políticos, promovendo a eficiência na alocação de recursos, maior transparência *accountability* e prontidão no atendimento às demandas da população.

Plataforma MROSC

No exercício de 2025, a atuação da SEEC, por intermédio da unidade responsável pela Gestão da Plataforma Eletrônica Parcerias GDF MROSC, concentrou-se na consolidação do uso institucional da Plataforma Parcerias DF, superando a fase inicial de implantação e avançando para um estágio de adoção progressiva e fortalecimento da governança das parcerias celebradas nos termos da Lei nº 13.019/2014.

Após a entrada em operação da Plataforma em 30 de janeiro de 2024, o período analisado caracterizou-se pela ampliação do número de órgãos aderentes, pelo aumento gradual do volume de parcerias processadas no ambiente eletrônico e pela incorporação do sistema à rotina administrativa dos órgãos e entidades do GDF, representando uma mudança estrutural na forma de processamento das parcerias, historicamente conduzidas de forma descentralizada em processos no SEI-GDF.

Nesse contexto, a SEEC atuou de forma contínua na orientação técnica aos órgãos, na oferta de suporte operacional, na elaboração de manuais, fluxos e materiais de capacitação, bem como na articulação institucional necessária para assegurar a correta compreensão do papel da Plataforma como instrumento oficial de gestão das parcerias MROSC no âmbito distrital, nos termos do Decreto nº 45.755/2024.

A atuação da SEEC também esteve voltada à qualificação funcional da Plataforma, a partir da identificação de ajustes e aprimoramentos decorrentes do uso do sistema pelos órgãos e pelas



Organizações da Sociedade Civil, consolidando-a como um instrumento em permanente aperfeiçoamento, alinhado às necessidades da Administração Pública.

Remodelagem do Sistema Gestão-DF

Para atender à modernização administrativa e às diretrizes da Política de Governança do Distrito Federal, está em andamento no âmbito da SEEC a remodelagem do Sistema Gestão-DF.

Em consonância com as diretrizes de modernização administrativa e de fortalecimento da Política de Governança do Distrito Federal, foi executada a remodelagem do Sistema Gestão-DF, destinada à disponibilização de uma nova versão alinhada às boas práticas de governança, transparência e gestão orientada a resultados, com lançamento oficial em 10 de novembro de 2025.

No exercício de 2025, o projeto evoluiu de forma incremental, com a realização de oito reuniões de desenvolvimento, que resultaram na entrega de funcionalidades estruturantes. Somado a isso, promoveu-se a capacitação técnica de 79 usuários de 43 órgãos da Administração Pública, evidenciando o avanço na consolidação dos instrumentos para o acompanhamento de projetos, ações e obras governamentais, ampliando a capacidade de monitoramento e de tomada de decisão.

Caderno de Emendas Distritais

Em 2025, a SEEC realizou a análise técnica de viabilidade das propostas registradas no SisCAEP (Sistema de Propostas ao Caderno de Emendas Parlamentares), ferramenta digital que consolida as sugestões de ações anuais para apoiar os parlamentares da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) na proposição de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

Essa atuação ocorre de forma subsidiária aos demais órgãos e entidades do GDF, concentrando-se na avaliação da exequibilidade das propostas sob a ótica das normas e diretrizes legais que regem a aplicação desses recursos.

Além disso, foi confeccionado o projeto gráfico e a diagramação do Caderno de Emendas Distritais 2026, que se encontra disponível em: <https://www.economia.df.gov.br/documents/d/seec/caderno-de-propostas-2025-20mb-pdf>

Diagramação do Caderno de Emendas Federais

A SEEC realizou a diagramação do Caderno de Sugestões de Emendas Federais, instrumento que apresenta sugestões aos representantes de mandato do Congresso Nacional dos objetos de políticas públicas de anseio da população do Distrito Federal. A versão 2026 do Caderno encontra-se disponível em: https://www.economia.df.gov.br/documents/d/seec/caderno_caderno_de_emendas_federais_2026_compressed-1-pdf

Caderno de Responsabilidade Ativa (CadRes)

O Caderno de Responsabilidade Ativa constitui o repositório de dados e indicadores destinados à mensuração do desempenho de planos, programas e projetos, bem como à fiscalização da execução orçamentária.

Este instrumento serve de base técnica para que a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) avalie os resultados da gestão governamental. No exercício de 2025, a SEEC liderou a coordenação das atualizações trimestrais das informações registradas no sistema CadRes.

DA GOVERNANÇA PÚBLICA

Em 2025, foram adotadas iniciativas relevantes para o fortalecimento da governança pública institucional, com ênfase na estruturação normativa, na coordenação de instâncias colegiadas e na ampliação da transparência.

Destaca-se a consolidação do Regimento Interno da SEEC, instrumento essencial para a definição clara de competências, racionalização de processos e aprimoramento da eficiência administrativa. O processo contribuiu para reduzir sobreposições funcionais e fortalecer a integração entre as unidades, favorecendo maior previsibilidade e segurança institucional.



No âmbito das instâncias de governança, o Comitê Interno de Governança Pública - CIG manteve funcionamento regular ao longo do exercício, constituindo-se como espaço estratégico para deliberação, alinhamento institucional e acompanhamento de ações estruturantes. Vinculado a esse colegiado, foi instituído o Subcomitê de Governança das Contratações Públicas, com o objetivo de qualificar os processos decisórios relacionados às contratações, ampliar a transparência e promover maior integração entre planejamento, execução e controle.

Adicionalmente, avançou-se na organização e disponibilização de informações institucionais relacionadas à governança, por meio do projeto de reestruturação do portal temático, ampliando o acesso a normativos, orientações e instrumentos de gestão, em consonância com os princípios da publicidade e da transparência.

Integridade Pública

Em 2025, foram implementados avanços relevantes na agenda de integridade pública, com foco na promoção de uma cultura organizacional ética.

O Programa de Integridade da SEEC foi estruturado como instrumento estratégico, acompanhado de Plano de Integridade com definição de objetivos, iniciativas e responsabilidades. As ações priorizaram a disseminação de valores éticos, a comunicação institucional, a capacitação e o engajamento dos agentes públicos, reforçando o compromisso institucional com a transparência.

No mesmo eixo, avançou-se na institucionalização de mecanismos formais de ética, contribuindo para maior clareza de padrões de conduta, segurança decisória e fortalecimento da confiança institucional.

Gestão de Riscos

A gestão de riscos constituiu eixo transversal relevante no exercício de 2025. Foram consolidados instrumentos metodológicos e normativos, com destaque para a atualização do Manual de Gestão de Riscos, em conformidade com as normas vigentes e com as melhores práticas de governança pública.

Ademais, foram desenvolvidas ações voltadas à uniformização da Matriz de Riscos Estratégicos, conforme modelo institucional disponibilizado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), observadas as diretrizes estabelecidas no Manual de Gestão de Riscos da SEEC. Essas iniciativas contribuem para o fortalecimento da cultura de prevenção, para o aprimoramento dos processos decisórios e para o aumento da resiliência organizacional.

Privacidade e Proteção de Dados Pessoais

No âmbito da proteção de dados pessoais, foram adotadas providências estruturantes para a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018). Destaca-se a instituição de instância permanente responsável pela coordenação, monitoramento e orientação das ações relacionadas à privacidade e à proteção de dados.

Desenvolvimento Sustentável e Agenda 2030

Foram desenvolvidas ações voltadas ao alinhamento das políticas públicas distritais à Agenda 2030 das Nações Unidas. Destaca-se a atuação institucional nos processos relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo a reativação da instância distrital responsável pela articulação, monitoramento e acompanhamento dessas metas.

Essas iniciativas reforçaram a integração interinstitucional, a utilização de evidências no planejamento governamental e o compromisso com resultados mensuráveis nas dimensões econômica, social e ambiental.

Gestão do Centro Administrativo do Distrito Federal

No exercício de 2025, manteve-se a execução regular das atividades essenciais à operação do Centro Administrativo do Distrito Federal, assegurando condições adequadas de funcionamento, segurança, limpeza e conservação das instalações. As ações priorizaram a



continuidade dos serviços, a fiscalização contratual e a racionalização de recursos, contribuindo para a estabilidade operacional do complexo administrativo.

Resultados alcançados e desafios

As ações desenvolvidas em 2025 resultaram no fortalecimento da governança institucional, na ampliação da transparência, na consolidação de instrumentos de integridade e de gestão de riscos e na evolução das práticas relacionadas à privacidade e à proteção de dados pessoais.

Entre os principais desafios identificados, destacam-se a necessidade de aprofundar a capilarização das práticas de governança, ampliar a maturidade institucional em gestão de riscos, assegurar a integração contínua entre planejamento, execução e avaliação, bem como avançar na implementação das diretrizes estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Esses aspectos orientam as prioridades institucionais para os ciclos seguintes.

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

AÇÕES/ATIVIDADES CONCLUÍDAS EM 2025

Projeto: Implementação de programa de capacitação estratégica para os membros de conselhos administrativos e fiscais dos órgãos do GDF.

Foram realizadas duas capacitações para o público-alvo com o objetivo de desenvolver e capacitar os membros dos Conselhos Administrativos e Fiscais dos órgãos do GDF, a fim de fortalecer a governança pública, aprimorar a tomada de decisões estratégicas, promover a transparência e responsabilidade, assegurando o uso eficiente dos recursos públicos. Foram realizados o 1º encontro dos conselheiros das empresas estatais do GDF em 12/12/2024 com 79 certificações e o 2º encontro em 16/10/2025 com 127 certificações.

Implantação do e-Protocolo (Protocolo Eletrônico do Governo do Distrito Federal)

A implementação do e-Protocolo foi realizada para 83 órgãos da administração direta e indireta do GDF, sendo 22 órgãos da administração direta (Secretarias, PMDF, PCDF, CBMDF e METRO), 28 órgãos da administração indireta (Empresas Públicas, Fundações, etc), e 33 Administrações Regionais do Distrito Federal.

- AÇÕES EM ANDAMENTO/PRIORITÁRIAS 2026
- SIGEPE - Sistema de Gestão de Pessoas no âmbito do Governo do Distrito Federal - Projeto PROFISCO II
 - Realizado o levantamento de possíveis necessidades e requisitos das unidades envolvidas nos macroprocessos de gestão de pessoas a serem contempladas por um novo sistema de gestão de pessoas, bem como tratativas para elaboração de documento de formalização de demanda de aquisição (SIGEPE). Realização de eventos e artefatos preparatórios para a implantação do novo SIGEPE. Assinatura do termo de Cooperação técnica 002/2024, entre DF e o Estado de Santa Catarina.
 - E-SOCIAL - SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL - SPED (E- SOCIAL E EFD-REINF) Plataforma informatizada de apoio às escriturações fiscal e digital das obrigações fiscais, retenções, previdenciárias e trabalhistas dos órgãos do Distrito Federal.
 - Atualmente em fase de acompanhamento da customização e implantação do sistema que atenderá 89 órgãos do Distrito Federal, apoiando as ações de escriturações fiscal e digital, das obrigações fiscais, retenções, previdenciárias e trabalhistas dos órgãos do Distrito Federal. Como marco da implantação, houve a contratação, mediante licitação, de Serviço de Mensageria - conhecido como SPED - para o envio dos eventos ao eSocial.
 - E-social PRO/ES - Serviços de mensageria para a transmissão de dados do e-Social à Receita Federal.
 - Assinado o termo de cessão de uso dos direitos do Software e-Social PRO, incluindo os códigos fonte entre DF e o Estado de Espírito Santo - ES.
 - Implantação do Programa de Bem-Estar, Saúde e Segurança no Trabalho do Servidor - Projeto PROFISCO II

Foi concluído o projeto piloto do Programa de bem-estar, saúde e segurança do trabalho (Programa BESST), na Procuradoria-Geral do Distrito Federal; elaboradas Notas e Pareceres



Técnicos no âmbito de programas preventivos contra doenças infecciosas, como o MPOX; revisão de processos e fluxos para otimizar o atendimento em saúde ocupacional; Relatórios estatísticos; e exposições dialogadas acerca Assédio Moral e Programa de Prevenção, Saúde e Segurança no Trabalho. Realizada a Formação em Ergonomia para os 08 servidores efetivos (profissionais de saúde e segurança do trabalho, como médicos e engenheiros do trabalho) da Subsaúde. Em fase de contratação de sistema e capacitações para a execução do programa.

AÇÕES EM ANDAMENTO

Registro Eletrônico de Frequência - SISREF - Contratação de empresa para prestação de serviço de controle de frequência eletrônica dos servidores e colaboradores da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.

Publicação da Portaria nº 291 de 27 de setembro de 2022, que institui Grupo de Trabalho com o objetivo de realizar avaliação técnica atinente à necessidade de prestação de serviços técnicos de Controle Eletrônico de Frequência no âmbito da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC, por meio de contratação de empresa especializada. Realização de estudos preliminares para a contratação de sistema de registro eletrônico de frequência.

Contratação de Censo Previdenciário. Pró-Gestão. Certificação Institucional. Regime Próprio de Previdência Social. Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - Iprev-DF.

Participação de servidor para integrar Grupo de Trabalho com a finalidade de coordenar os preparativos para a contratação de empresa especializada na realização do Censo Previdenciário.

Análise e fiscalização dos processos de consignação facultativa em folha de pagamento de servidores ativos e inativos do Distrito Federal, em conformidade com o Decreto nº 28.195, de 16 de agosto de 2007;

Ações corretivas do Sistema Único de Gestão de Pessoas (SIGRH) no cadastro de consignatárias; Estudos sobre as legislações vigentes para o melhor desempenho da equipe; Análises de normativos em âmbito nacional e distrital acerca da consignação facultativa e compulsória, com a elaboração de Minuta de Decreto para substituir o Decreto Distrital vigente, visando melhor definir, entre outras atividades, a parametrização para atualização e recadastramento das entidades consignatárias.

Desenvolvimento e aprimoramento das ferramentas das rotinas relacionadas ao cadastramentos e acompanhamento das consignatárias facultativas.

Ações corretivas do Sistema Único de Gestão de Pessoas (SIGRH) no cadastro de consignatárias; Estudos sobre as legislações vigentes para o melhor desempenho da equipe; Suporte aos setoriais de gestão de pessoas; Análises de normativos em âmbito nacional e distrital acerca da consignação facultativa e compulsória, com a elaboração de Minuta de Decreto para substituir o Decreto Distrital vigente, visando melhor definir, entre outras atividades, a parametrização para atualização e recadastramento das entidades consignatárias; e Manutenção e aperfeiçoamento de roteiros para conferência da documentação apresentada pelas consignatárias.

Acompanhamento do Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2022, estabelecido entre esta Pasta e o Banco de Brasília S.A. (BRB), com a finalidade de viabilizar a prestação de serviços, pelo BRB, de gestão de margem consignável dos servidores do Poder Executivo do Governo do Distrito Federal, que culminou na assinatura do Termo de Adesão – BRB/DIAGO/SUMOB/GEPSO/NUCBA, com a BRB Serviços S.A., responsável pelo sistema CONSIGSERV de controle de margem consignável.

Ações corretivas do Sistema Único de Gestão de Pessoas (SIGRH) no cadastro de consignatárias e acompanhamento do CONSIGSERV de controle de margem consignável; Estudos sobre as legislações vigentes para o melhor desempenho da equipe; Suporte aos setoriais de gestão de pessoas.

Decreto 46.102, de 07 de agosto de 2024 que regulamenta a Lei nº 7.524, de 15 de julho de 2024, a qual autoriza a instituição de assistência odontológica destinada



aos servidores civis da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

Acompanhamento do edital de credenciamento nº 01/2024, visando o credenciamento de empresas especializadas em planos de assistência odontológica para os servidores civis da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, incluindo ativos, inativos e seus dependentes. Análise documental para habilitação das empresas especializadas em planos de assistência odontológica interessadas no processo de credenciamento como consignatárias, em conformidade com os critérios estabelecidos no artigo 6º do Decreto nº 28.195/2007.

Gestão e Higienização das Rubricas do Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH)

Adequação do Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) para atender ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial); Análise de todo o banco de rubricas que compõem a folha de pagamento, suas regras de negócios e implementação; Identificação dos pagamentos indevidos ou em desacordo com o estabelecido, na forma da lei; Análise dos lançamentos dos atos e fatos contábeis; e Acompanhamento da legislação em consonância com o orçamento, execução financeira e contábil;

Estudo e revisão da legislação relativa às rubricas de pagamento existentes no âmbito do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) e desenvolvimento da conformidade sistêmica dos cálculos da folha de pagamento.

Pesquisa e organização de arquivo relativo ao arcabouço jurídico alusivo às rubricas de pagamento, para evitar pagamentos indevidos e descontos de valores em desacordo com o disposto na legislação.

Ajuste do SIGRH em consonância com as regras dispostas na legislação para identificar pagamentos indevidos ou em desacordo com o estabelecido na legislação; identificação de descontos indevidos ou em desacordo com o estabelecido nas normas legais; e realização de Ajustes do sistema e acerto dos débitos lançados em desacordo com a norma (tanto a maior quanto a menor).

O Sistema está integrado ao projeto de "Gestão e Higienização das Rubricas do Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH)", onde os ajustes sistêmicos estão sendo implementados a medida em que são identificadas inconsistências.

Desenvolvimento e implantação do módulo de acerto de contas dos servidores efetivos

Mitigação de erros que possam causar prejuízos ao erário ou ao servidor; Revisão do disposto na legislação; Desenvolvimento parcial do módulo; Estudo para elaboração de Manual de procedimentos, visando padronizar os procedimentos relativos ao acerto de contas servidores com vínculo de modo a evitar prejuízos ao erário ou ao servidor e proporcionar celeridade às ações desenvolvidas no âmbito das unidades de gestão de pessoas dos órgãos;

Implantação do Dimensionamento da Força de Trabalho no âmbito do Distrito Federal

Elaboração de projeto para a criação de uma ferramenta tecnológica integrada voltada ao Dimensionamento e Gestão da Força de Trabalho no âmbito do Governo do Distrito Federal (GDF). Essa iniciativa está alinhada ao Plano Estratégico do Distrito Federal 2019-2060 e busca modernizar e aprimorar os processos de gestão do capital humano em órgãos e entidades do complexo administrativo do Distrito Federal.

Implementação de programa de capacitação estratégica das lideranças.

Finalizada a elaboração dos artefatos preparatórios para contratação da empresa que ministrará a capacitação para lideranças do GDF.

Desenvolvimento e Implementação do Painel Eletrônico do GDF - Projeto PROFISCO II



Em fase de produção dos artefatos necessários para o andamento do projeto com acompanhamento da área de Projetos Institucionais e Inovação da SEEC, no que se refere ao financiamento pelo PROFISCO II.

Módulo Integrado de Gestão e Controle de Processos - Projeto PROFISCO II

Em fase de produção dos artefatos necessários para o andamento do projeto com acompanhamento da área de Projetos Institucionais e Inovação da SEEC, no que se refere ao financiamento pelo PROFISCO II.

Modelo de Integração de Sistemas Estruturantes ao SEI-GDF - Projeto PROFISCO II

Em fase de produção dos artefatos necessários para o andamento do projeto com acompanhamento da área de Projetos Institucionais e Inovação da SEEC, no que se refere ao financiamento pelo PROFISCO II.

Implantação da Ferramenta ACL (Audit Command Language)

Iniciou-se o processo de implantação da ferramenta ACL (Audit Command Language), software especializado para a análise de grandes volumes de dados em auditoria, risco e conformidade. A ferramenta será utilizada como suporte à tomada de decisão, visando fortalecer a governança e a integridade nos processos de gestão de pessoas.

• AÇÕES CONTÍNUAS

Promover eventos relativos a temas específicos inerentes a folha de pagamentos para capacitar servidores que atuam nas unidades de gestão de pessoas dos órgãos.

Mitigar erros no processamento da folha de pagamento de cada órgão oriundos de lançamentos errados por parte dos órgãos. E Garantir que todos os órgãos que compõe o Complexo Administrativo Distrital tenham equipes qualificadas para atuar na área de gestão de pessoas com matérias afetas à folha de pagamento.

Criação de Banco de Dados para consultas acerca da legislação referente a área de gestão de pessoas no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, bem como das orientações postas pela Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF), Tribunal de Contas do Distrito Federal e demais órgãos de controle, em relação às matérias inerentes à folha de pagamento dos servidores no âmbito distrital, visando consultas de forma mais acessível e célere.

Buscar celeridade e assertividade nas análises processuais submetidas as unidades vinculadas; Propor criação de normas, bem como, atualizações da legislação relacionada a matérias inerentes à folha de pagamento e gestão de pessoas quando identificada necessidade pela área técnica. Colaborando para o cumprimento da legislação no âmbito do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) em relação às matérias afetas à folha de pagamento, bem como apresentar sugestões para atualização da legislação.

Painel de Carreiras - Atualização e extração dos dados para o Painel GTIT/GH

Atualização e extração dos dados para o Painel GTIT/GH que foi desenvolvido para atender à necessidade de monitoramento detalhado dos valores pagos referentes às rubricas GTIT GH, GHAAJ e GHPP (Gratificação de Habilitação em Políticas Públicas).

Manutenção e atualização dos dados no Painel Estatístico de Pessoal

Atualização e extração de dados para o Painel Estatístico de Pessoal disponível no sítio eletrônico da SEEC/DF em https://www.economia.df.gov.br/painel_estatistico_pessoal/

Desenvolvimento e aprimoramento constante das ferramentas das rotinas relacionadas ao cadastramentos das consignatárias facultativas e compulsórias, constantemente acompanhando e avaliando a legislação vigente visando propor atualizações e melhoria dos trabalhos do setor.

Desenvolver funcionalidades para melhorar a análise dos processos de credenciamento de consignatárias, tornando o processo mais ágil propondo atualizações e soluções para eventuais inconsistências apresentadas no Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos (Sigrh).



Efetuar a devida fiscalização das consignatárias facultativas e compulsórias perante esta Pasta, para comprovação da regularidade das entidades consignatárias cadastradas para desconto em folha de pagamento dos servidores públicos distritais; e Revisão e atualização de dados cadastrais das consignatárias facultativas no sistema de Gestão de Pessoas.

Promover eventos de capacitação para servidores que atuam nas unidades de gestão de pessoas dos órgãos em atividades relacionadas a transmissão de dados para o Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

Oportunizar a capacitação de grupos de servidores que atuam nas unidades de gestão de pessoas dos órgãos para transmissão de dados, análise e solução de problemas quando forem apontados erros pelo Sistema de transmissão. Com o objetivo de garantir que todos os órgãos que compõe o Complexo Administrativo Distrital tenham equipes qualificadas para transmissão e solução de problemas relativos aos dados enviados ao eSocial, formando multiplicadores de conhecimentos em questões relacionadas ao eSocial, de forma que estes possam ajudar no suporte a órgãos que estejam equipes deficitárias.

• ATOS DE PESSOAL

No que se refere ao panorama da força de trabalho, convém mencionar ainda que, durante o exercício de 2025, ocorreram: i) nomeação de 5.586 cargos efetivos, ii) 722 cessões de servidores, iii) 322 disposições de servidores; e iv) 283 requisições. Em atenção a Portaria nº 829, de 13/10/2025, desta Secretaria de Estado, publicada em cumprimento à Decisão nº 3.306/2018, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, apurou-se que, no mês de outubro/2025, havia 3.100 servidores/empregados cedidos e colocados à disposição de órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal e 580 para outros entes, totalizando 3.680 servidores afastados. Ressalta-se, ainda, que, segundo a mesma Portaria, o Distrito Federal contava com 582 servidores requisitados de outros entes, dos quais 512 sem cargo em comissão e 70 ocupantes de cargo em comissão.

Foram analisados cinco processos relativos à solicitação de ampliação de carga horária, esclarecendo que a esta área técnica cabe tão-somente manifestação acerca da legislação vigente, não integrando o rol de suas competências regimentais a autorização para concessão.

Com relação aos dispositivos legais publicados no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), relativos aos temas pertinentes a unidade técnica de carreiras e remunerações:

Área de Carreiras e Remuneração:

ASSUNTO	PROCESSO SEI	DIPLOMA LEGAL/DODF	EMENTA
Promoção Funcional	04044-00000861/2025-81	Decreto nº 47.385, de 25 de junho de 2025 DODF nº 58-A - Edição Extra	Regulamenta a promoção funcional dos servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal de que trata o artigo 56 da Lei Complementar nº 840/2011.
Magistério Público do Distrito Federal	00080-00261162/2025-91	Lei nº 7.806, de 11 de dezembro de 2025 DODF nº 235, de 12/12/2025	Altera a Lei nº 5.105, de 3 de maio de 2013, que reestrutura a carreira de Magistério Público do Distrito Federal, e dá outras providências.
Gestão e Fiscalização Rodoviária	00113-00020460/2022-18	Portaria Conjunta nº 28/2025(DODF nº 80)	Define especialidades e atribuições dos cargos da carreira.

OBS: Enfatiza-se que a Lei nº 7.253/2023 promoveu reajuste geral para os servidores ativos, aposentados e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, com a 3ª parcela implementada em 1º/07/2025, para servidores ativos, aposentados e pensionistas, com exceção da Carreira da Polícia Penal.

EMPRESAS PÚBLICAS E FORÇAS DE SEGURANÇA

ASSUNTO: LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Órgão: NOVACAP - processo nº 00112-00000758/2025-74 - Ementa: Alteração da LDO 2025 - adequação da despesa de pessoal para a contratação de candidatos aprovados no concurso público.

Órgão: EMATER - processo nº 00072-00001545/2025-92 - Ementa: Alteração da LDO 2025, referente à reestruturação do Plano de Empregos e Salários (PES), da EMATER.

Órgão: EMATER - processo nº 00072-00002065/2025-49 - Ementa: Alteração da LDO 2025 - Contratação de Pessoal.



Órgão: NOVACAP - processo nº 00112-00011810/2025-18 - Ementa: Alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2026.

Órgão: EMATER - processo nº 00072-00001144/2025-32 - Ementa: Proposta de Alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 -Atualização da remuneração dos dirigentes da EMATER-DF.

Órgão: METRÔ - processo nº 00097-00005971/2025-90 - Ementa: Alteração Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 (LDO 2025) - Ressarcimento do plano de saúde e do reajuste salarial dos dirigentes daquela Companhia.

Órgão: Polícia Penal - processo nº 04026-00026232/2025-07 - Ementa: Alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, exercício 2025 - Reestruturação da Carreira de Polícia Penal.

ASSUNTO: ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

Órgão: CODHAB - processo nº 00392-00015042/2024-18 - Ementa: Proposta do ACT CODHAB 2024/2026.

Órgão: METRÔ - processo nº 00097-00000026/2025-00 - Ementa: Proposta de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2025/2027 da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal (Metrô-DF).

Órgão: TCB - processo nº 00095-00000071/2025-11 - Ementa: Proposta de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2025/2027 da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília (TCB).

Órgão: METRÔ - processo nº 00097-00000026/2025-00 - Ementa: Proposta de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2025/2027 da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal (Metrô-DF).

Órgão: EMATER - processo nº 00072-00001419/2025-38 - Ementa: Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) - 2025/2027.

Órgão: NOVACAP - processo nº 00112-00004101/2025-86 - Ementa: Proposta Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2025/2027.

Órgão: SAB - processo nº 00075-00000013/2025-53 - Ementa: ACT 2025/2027.

ASSUNTO: HORAS EXTRAS

Órgão: NOVACAP - processo nº 00112-00000557/2025-77 - Ementa: Solicitação de Autorização para Realização de Horas Extraordinárias no Exercício de 2025 – Horas Extras.

Órgão: DER - processo nº 00113-00000013/2025-87 - Ementa: Horas extras DER-DF no valor de R\$ 6.239.543,40 para o exercício de 2025.

ASSUNTO: PLANO DE EMPREGOS E SALÁRIOS

Órgão: EMATER - processo nº 00072-00003294/2023-19 - Ementa: Proposta de alteração do Plano de Empregos e Salários (PES) da Emater/DF.

ASSUNTO: TABELA SALARIAL

Órgão: IPEDF - Codeplan - processo nº 04031-00000500/2025-56 - Ementa: Atualização da Tabela Salarial no SIGRH.

Órgão: METRÔ - processo nº 00097-00006164/2025-94 - Ementa: Atualizações de tabelas no SIGRH, derivadas de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal (METRO-DF).

ASSUNTO: INSPEÇÃO TCDF

Órgão: IPEDF - Codeplan - processo nº 04031-00002185/2024-11 - Ementa: Inspeção realizada pelo TCDF na Codeplan e no IPEDF Codeplan, referente aos PDVs a partir de 2015.

ASSUNTO: REMUNERAÇÃO E PLANO DE SAÚDE

Órgão: METRÔ - processo nº 00097-00003795/2025-51 - Ementa: Aumento da remuneração e ressarcimento de plano de saúde dos Dirigentes da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal (Metrô-DF).



ASSUNTO: REAJUSTE REMUNERAÇÃO

Órgão: Codeplan (Em Liquidação) - processo nº 00121-00000021/2025-42 - Ementa: Reajuste remuneração e benefícios Codeplan (Em Liquidação).

ASSUNTO: INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Órgão: SEST-DF - processo nº 04044-00024358/2025-11 - Ementa: Minuta de formulário para instrução de Acordos Coletivos de Trabalho (ACT).

ASSUNTO: PLANO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO

Órgão: TCB - processo nº 00410-00024624/2017-56 - Ementa: Alteração do Plano de Desligamento Voluntário dos empregados da Sociedade de Transporte Coletivos de Brasília - TCB.

ASSUNTO: DIREITO DO TRABALHO

Órgão: CODEPLAN/ IPEDF Codeplan - processo nº 00020-00042767/2025-06 - Ementa: Direito do Trabalho - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios. Processo nº: 0000424-60.2022.5.10.0004 (PGDF nº 2022.01.035178).

ASSUNTO: REESTRUTURAÇÃO CARREIRA

Órgão: METRÔ - processo nº 0097-000207/2011 - Ementa: Reestruturação carreira advogados Procuradoria Jurídica - Metrô-DF.

ASSUNTO: REAJUSTE SALARIAL

Órgão: CODEPLAN/ IPEDF Codeplan - processo nº 00002-00005800/2025-27 - Ementa: Reajuste salarial IPEDF - CODEPLAN.

ASSUNTO: CESSÃO E REDISTRIBUIÇÃO

Órgão: SEDET - processo nº 04035-00004741/2025-6 - Ementa: Solicitação de informação sobre cessão e redistribuição de servidores.

ASSUNTO: PROGRESSÃO FUNCIONAL

Órgão: PCDF - processos nº 00052-00016767/2025-84 e 00052-00022584/2025-06 - Ementa: Concessão de Progressão Funcional aos Servidores da Carreira Polícia Civil e de Delegado do DF.

ASSUNTO: VANTAGEM PESSOAL NOMINALMENTE IDENTIFICADA (VPNI)

Órgão: PMDF - processo nº 00020-00025463/2022-23 - Ementa: Propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) pleiteando a impugnação do artigo 2º, § 2º, da Lei nº 5.007 de 21 de dezembro de 2012, referente à atualização da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) devida ao Policial Militar e ao Bombeiro Militar do Distrito Federal.

ASSUNTO: PROMOÇÃO POST MORTEM

Órgão: PMDF - processo nº 00428-00001505/2025-82 - Ementa: Promoção post mortem de Policial Militar - Decreto nº 47.386/2025.

ASSUNTO: REDUÇÃO DE INTERSTÍCIO

Órgão: CBMDF - processo nº 00053-00067393/2025-37 - Ementa: Redução de Interstício dos Oficiais e Praças do CBMDF.

Órgão: CBMDF - processo nº 00053-00060838/2025-58 - Ementa: Redução de Interstício - 21 de agosto de 2025.

Órgão: CBMDF - processo nº 00053-00109905/2025-40 - Ementa: Redução de interstício para as promoções de Oficiais e Praças da CBMDF - 25/12/2025.

Órgão: PMDF - processo nº 00054-00088592/2025-51 - Ementa: Redução de Interstício - 21 de agosto de 2025.

Órgão: PMDF - processo nº 00054-00130035/2025-40 - Ementa: Redução de interstício para as promoções de Oficiais e Praças da PMDF de dezembro de 2025.



ASSUNTO: REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA

Órgão: Polícia Penal - processo nº 04026-00024388/2025-45 - Ementa: Minuta de projeto de lei. Reestrutura carreira da Polícia Penal do Distrito Federal.

ASSUNTO: TAREFA POR TEMPO DETERMINADO

Órgão: PMDF - processo nº 00054-00115286/2025-02 - Ementa: Criação de Rubricas para pagamento de militares na Prestação de Tarefa por Tempo Determinado (PTTD) - PMDF.

ASSUNTO: GRATIFICAÇÃO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO

Órgão: CBMDF - processo nº 00001-00031950/2025-14 - Ementa: Regulamenta a natureza jurídica da gratificação de serviço voluntário devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Órgão: CBMDF e PMDF - processo nº 00001-00034914/2025-11 - Ementa: Reajuste do valor da Gratificação de Serviço Voluntário (GSV) dos militares do Governo do Distrito Federal (GDF).

ASSUNTO: COTAS SERVIÇO VOLUNTÁRIO

Órgão: PMDF - processo nº 00054-00092554/2025-01 - Ementa: Aumento de cotas do Serviço Voluntário Gratificado (SVG) da PMDF para o exercício financeiro de 2025.

ASSUNTO: QUOTA COMPULSÓRIA

Órgão: PMDF - processo nº 00054-00066534/2025-76 - Ementa: Minuta de alteração Decreto nº 24.573, de 06 de maio de 2004, que regulamenta a aplicação da quota compulsória na Polícia Militar.

ASSUNTO: REAJUSTE DA GRATIFICAÇÃO VPNI

Órgão: CBMDF - processo nº 00053-00133177/2025-97 - Ementa: Reajuste da gratificação VPNI em consonância com Medida Provisória nº 1.326 de 2025.

Órgão: PMDF - processo nº 00054-00181692/2025-55 - Ementa: Solicitação de implementação do reajuste da MP nº 1.326/2025 em valores de VPNI.

ASSUNTO: PROMOÇÕES

Órgão: PMDF - processo nº 00054-00064558/2025-91 - Ementa: Minuta de Decreto que regulamentam aspectos do processamento das promoções no âmbito da PMDF.

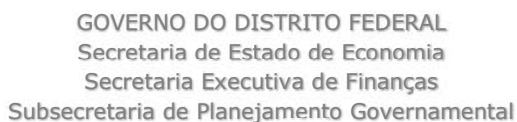
ASSUNTO: REDISTRIBUIÇÃO E DISPOSIÇÃO

Órgão: PMDF - processo nº 04009-00002122/2025-31 - Ementa: Redistribuição e disposição de servidores.

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

Órgão: PMDF - processo nº 00054-00074822/2025-02 - Ementa: Autorização para contratação por tempo determinado (CTC) de inativos da PMDF - Escolas de Gestão Compartilhada.

No período de 2021 a 2025, foram publicados os seguintes atos autorizativos no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF):



Com base nos dados estatísticos extraídos do Sistema Eletrônico de Informação do Distrito Federal (SEI/DF), verifica-se que, no quinquênio 2021-2025, tramitaram, no âmbito da Coordenação de Cessão e Requisição, 11.300 processos relacionados à movimentação de pessoal:

O principal ponto crítico identificado na execução das atividades ao longo do quinquênio, já apontado em exercícios anteriores, permanece sendo a inadequação de determinados artigos do Decreto nº 39.009, de 26/04/2018, em relação ao disposto nos arts. 152 a 157 da Lei Complementar nº 840, de 23/12/2011, os quais foram regulamentados pelo referido Decreto. Com vistas a enfrentar essa situação, foram elaboradas as seguintes minutas de Decretos, as quais ainda se encontram em fase de revisão:

- a. processo 04044-00003779/2024-27: regulamenta os institutos de cessão e disposição de servidores da Administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, de que trata os arts. 152 a 157 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, e dá outras providências;
- b. processo 04044-00001073/2024-21: regulamenta a cessão de empregados das empresas públicas, sociedades de economia mista, inclusive aqueles que façam parte de quadro em extinção, de que trata a Lei nº 1.370, de 6 de janeiro de 1997, e a Lei nº 2.469, de 21 de outubro de 1999, e dá outras providências; e
- c. processo 04044-00001074/2024-75: estabelece os parâmetros a serem seguidos quanto ao pedido de cessão e ressarcimento ao erário de servidor e empregado público da União, dos Estados ou dos Municípios para a Administração direta e indireta do Distrito Federal, quando dependentes do tesouro distrital para o pagamento de despesas de pessoal e custeio geral, e dá outras providências.

Além disso, outra questão sensível refere-se ao módulo de manutenção de cedidos e requisitados no Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), vinculado à demanda nº 3503. Ao longo de 2025, foram realizadas diversas reuniões entre servidora representante desta Coordenação e a empresa responsável pelo desenvolvimento do sistema.



O módulo permanece em fase de aprimoramento, a fim de adequar-se às exigências do eSocial, e ainda demanda a realização de testes em ambiente de homologação.

No ano de 2025 foi realizado o Dimensionamentos da Força de Trabalho no Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal (INAS), Universidade do Distrito Federal (UnDF) e Secretaria de Estado de Economia. O trabalho realizado evidencia a economia significativa gerada pela análise técnica do Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT) nos órgãos do Distrito Federal. Ao comparar o déficit de servidores apontado pelos órgãos sem a análise técnica e o déficit identificado após a aplicação da metodologia do DFT, é possível observar uma redução considerável no número de servidores necessários, o que resulta diretamente em economia substancial para os cofres públicos.

TABELA INFORMATIVA DO IMPACTO FINANCEIRO DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES COM ANÁLISE TÉCNICA E SEM ANÁLISE TÉCNICA DOS ANOS DE 2023, 2024 e 2025.

ANO	ÓRGÃO	DÉFICIT DE SERVIDORES APONTADO PELOS ÓRGÃOS	CUSTO ANUAL APROXIMADO SEM ANÁLISE TÉCNICA (DF)	DÉFICIT DE SERVIDORES APONTADO PELA ANÁLISE TÉCNICA (DFT)	CUSTO ANUAL APROXIMADO COM ANÁLISE TÉCNICA (DFT)	NÚMERO DE SERVIDORES EXCEDENTES	ECONOMIA GERADA (POR ANO)
2023	Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (IPREV)	105	R\$ 10.812.620,00	55	R\$ 4.915.372,00	50	R\$ 5.897.248,00
2024	Arquivo Público (ArPDF)	70	R\$ 6.181.760,00	28	R\$ 2.472.704,00	42	R\$ 3.709.056,00
2024	Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal (SODF)	147	R\$ 13.677.705,08	43	R\$ 4.000.961,35	104	R\$ 9.676.743,73
2024	Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF)	161	R\$ 16.880.356,40	15	R\$ 1.743.826,00	146	R\$ 15.136.530,40
2025	Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal (INAS)	103	R\$ 12.595.762,27	29	R\$ 3.238.565,47	74	R\$ 9.357.196,80
2025	Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes (UnDF)	178	R\$ 18.441.981,07	37	R\$ 3.484.748,67	141	R\$ 14.957.232,40
2025	Subsecretaria da Receita do Distrito Federal	1583	R\$ 428.199.493,33	273	R\$ 71.602.173,07	1310	R\$ 356.597.320,26
	TOTAL	2347	R\$ 506.789.678,15	480	R\$ 91.458.350,56	1867	R\$ 415.331.327,59

*os valores foram calculados com base nas classes iniciais da tabela Políticas Públicas e Gestão Governamental, levando em consideração as especialidades solicitadas.

No Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal (INAS), o déficit inicial apontado era de 103 servidores, com um custo anual aproximado de R\$ 12.595.762,27. Após a análise técnica, o déficit real, analisado tecnicamente, é de 29 servidores, reduzindo o custo anual para R\$ 3.238.565,47, gerando uma economia de R\$ 9.357.196,80.

Na Universidade do Distrito Federal (U NIDF), o déficit apontado pelos órgãos era de 178 servidores, com um custo anual de R\$ 18.441.981,07. Com a análise técnica, o déficit foi reduzido para 37 servidores, diminuindo o custo para R\$ 3.484.748,67, resultando em uma economia de R\$ 14.957.232,40

Na Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal/ Subsecretaria da Receita (SU REC), o déficit inicial era de 1.583 servidores, com um custo anual de R\$ 428.199.493,33. Após a aplicação do DFT, o déficit foi ajustado para 273 servidores, com custo anual de R\$ 71.602.173,07, gerando uma economia de R\$ 356.597.320,26.



O que demonstra de forma clara a importância da metodologia aplicada para a otimização dos recursos públicos e a gestão eficiente do capital humano no GDF. A análise técnica detectou o número ideal de servidores necessários, reduzindo a quantidade de pessoal sem comprometer a qualidade dos serviços prestados. Esse ajuste garante não apenas a economicidade, mas também a efetividade e a sustentabilidade da administração pública.

No total, considerando os sete órgãos dimensionados, a economia anual gerada aos cofres públicos pela análise técnica do DFT atinge R\$ 415.331.237,59, o que demonstra de forma clara a importância da metodologia aplicada para a otimização dos recursos públicos e a gestão eficiente do capital humano no Governo do Distrito Federal. A análise técnica detectou o número ideal de servidores necessários, reduzindo a quantidade de pessoal sem comprometer a qualidade dos serviços prestados. Esse ajuste garante não apenas a economicidade, mas também a efetividade e a sustentabilidade da administração pública.

Esses esforços reafirmam a importância de valorizar os profissionais que, com dedicação e excelência, contribuem para a eficiência e eficácia da administração pública, assegurando uma gestão estratégica alinhada às prioridades governamentais e às necessidades da sociedade.

SAÚDE DO SERVIDOR E SEGURANÇA DO TRABALHO

Tratando de Saúde do Servidor e Segurança do Trabalho, dentre as ações elencadas em relação às avaliações periciais, foram realizadas em média 12.766,75 atendimentos por mês, dos meses de janeiro a dezembro de 2025, o que perfaz 153.201 atividades periciais médicas e odontológicas. Registra-se a realização de peticionamento eletrônico com a finalidade de homologação de atestados médicos, independentemente da quantidade de dias indicados no atestado, nos termos do art. 14, parágrafo único, do Decreto Distrital nº 47.825, de 20/10/2025, aplicável aos servidores regidos pelo Regime Geral de Previdência Social (INSS), nos termos do art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Principais Ações	Total
Marcas Especiais (Família Deficiente)	848
Horário Especial (Servidor Deficiente)	177
Aposentadoria - Doença Específica em Lei	83
Aposentadoria - Doença Não especificada em Lei	301
Isenção de Imposto de Renda	2122
Pensão Invalidez - Dependente	159
Remoção Motivo Saúde	201
Reversão de Aposentadoria	66
Revisão de Aposentadoria	155
Atendimento Médico Pericial Documental	85.517
Atendimento Médico Pericial Presencial	57.623
Atendimento (Jornal de Adaptação)	951
Reversão da restrição	15
Atendimento B-M-A	146
Manifestações Perícia Judicial	109
Perícia Técnica Judicial	186
Perícia Médica Documental/Presencial (13075)	4.505

No âmbito do Programa de Bem-Estar, Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor (BESST), foram concluídas as Oficinas de Gestão de Riscos, realizadas no período de 20 a 24 de outubro de 2025, bem como elaborada a Matriz de Riscos Estratégicos - implantação do Manual de Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor. As ações realizadas sobre o tema Saúde Mental e Preventiva abarcaram palestras, webnários, oficinas, rodas de conversa, elaboração de materiais psicoeducativos, além de aplicação de testes psicológicos e suporte psicológicos e psiquiátricos, visando o acompanhamento e gerenciamento dos riscos psicossociais relacionados ao trabalho. Além disso, a SEEC executou os programas concernentes à saúde mental, a saber, Programa de Combate ao Tabagismo, Programa de Avaliação Psicológica, Programa de Gestão de Riscos Psicossociais Relacionados ao Trabalho, Programa de Atenção à Saúde Mental Materna, Programa de Atenção ao Dependente Químico, Programa de Educação Permanente à Saúde Mental, Programa de Orientação para Aposentadoria e Programas de Serviço Social.

Detalham-se a seguir os números das ações realizadas:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Principais Ações	Total
Atendimentos (suporte, PAMM, RNRL, Psiquiatria)	5.491
Ações psicoeducativas (Roda de Conversa/Oficinas/Palestras)	47
Junta Médica para Avaliação de Incidente de Saúde Mental (JAM-IM)	04
Atendimentos	55
Serviços realizados por ações coletivas	214

A temática de Segurança do Trabalho, que envolve especialmente ações relacionadas às atividades do corpo de engenharia em segurança e de saúde do trabalho, desenvolveu-se conforme detalhamento:

Principais Ações	Total
Realização do LTCAT	6.784
Realização de Perícias e Laudos PERIT	457
Análise de Requisitos e Pressupostos	3.759
Inspeções técnicas	6.557
Medições ambientais com uso de equipamentos	15
Análise ergonômica do trabalho (AET)	4
Avaliação técnica laborais	214

Acrescente-se a isso:

A participação de 8 (oito) servidores da SEEC no Curso de Ergonomia "WORKSHOP - GESTÃO ESTRATÉGICA DA ERGONOMIA E DOS RISCOS PSICOSSOCIAIS, com horária de 40 (quarenta) horas, ministrado nos dias 01 a 04 de dezembro de 2025", em São Paulo, na modalidade presencial.

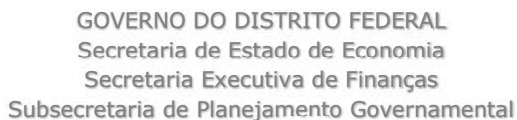
Capacitação de 22 servidores responsáveis por avaliações ergonômicas e inspeções nos ambientes de trabalho das unidades de saúde do Distrito Federal. O curso de Ergonomia Hospitalar, promovido pela Associação Brasileira de Medicina do Trabalho (ABRAMT), nos dias 25 e 26 de abril de 2025.

Publicação da Portaria nº 960, de 28 de novembro de 2025, que regulamenta o Decreto nº 34.023/2012 quanto ao pedido de emissão do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT, suas instâncias recursais e institui a Comissão Oficial de Recursos em Segurança do Trabalho - CORSEG.

A área responsável pela promoção de saúde ao servidor teve foco em ações típicas da medicina do trabalho, dentre outras, contando com corpo técnico profissional multidisciplinar, de modo que realizou exames médicos admissionais, de candidatos nomeados em diário oficial, para ocupar cargo efetivo, após aprovação em concurso público, aos mais diversos órgãos da administração do Distrito Federal, bem como o enquadramento de Pessoas com Deficiência, Juntas de Acidente em Serviço, Restrições de Capacidade Laborativa, avaliações em fonoaudiologia e otorrinolaringologia, avaliações em cardiologia em caráter preventivo. A Gerência de Promoção à Saúde do Servidor promoveu a Semana do Bem-estar Integral, um evento que ocorreu entre os dias 22 a 26 de setembro e contou com palestras, workshops e oficinas diversas para servidores desta Subsecretaria.

1. Em destaque temos o Programa Servidor Saudável que constitui uma iniciativa voltada à promoção da saúde, do bem-estar e da valorização dos servidores da SEEC, por meio de ações contínuas, dentre as quais se destaca o Projeto Subsaúde Ativa. No âmbito deste projeto, foi criada a Sala de Promoção à Saúde, concebida como um espaço destinado à melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho, disponibilizando aos servidores os seguintes recursos: 1) Avaliação de Bioimpedância: possibilita o acesso a informações como percentual de gordura corporal, massa muscular e níveis de hidratação, constituindo ferramenta de acompanhamento da evolução individual e apoio ao alcance de objetivos relacionados à saúde; 2) Estante da Saúde: espaço de leitura composto por acervo de livros voltados ao bem-estar, nutrição, atividade física e saúde mental, disponível para empréstimo ou para leitura no próprio local; e 3) Espaço de Convivência: ambiente destinado ao descanso e à integração entre os servidores, favorecendo momentos de pausa, socialização e convivência no ambiente laboral.

Segue detalhamento numérico das principais ações voltadas à promoção de saúde ao servidor:



Principais Ações	Total
Adm. Municipal	5,5%
Indústria (AS, R e C) e Construção (PRD)	6,74%
Comércio - Farmac. - Der. - Card. - Food - Outros	4,43%
Indústria de Bens de Consumo	5,41%
Setor Médico (MOC e LIN)	22,11%

Principais Ações	Total
Produção de Relatórios Interanuais	88
Confecção de documentos de longa duração: IIM	544
Implementação de licenças no SIGSI	142.000
Relatório dos documentos de licenças no SIGSI	8.000
Confecção de documentos de Instrução Pericial: DIP	737

Na produção e informação em Saúde, foram realizadas cerca de 150.115 atividades, as quais já envolvem os trabalhos exercidos no âmbito de seus respectivos setores subordinados. Acrescenta-se ainda a realização de atualizações das informações no portal do SIAPMED (siapmed.df.gov.br), bem como na central de atendimento ao cidadão 156 e junto a Assessoria de Comunicação - ASCOM da SEEC, estudo, planejamento e implantação, no âmbito da saúde e segurança do trabalho, do e-Social ao Distrito Federal. Acompanhamento em conjunto com a área de TIC da SEEC de inovações do SIAPMED (Sistema de Atendimento em Perícia Médica), no intuito de adaptar o sistema à realidade de atendimento em função da pandemia e das adequações necessárias a realização dos atendimentos, registrados pelas equipes da SEEC, e do agendamento das pretensas avaliações pelos usuários.

Registra-se que a Coordenação de Logística e Administração realizou no ano de 2025 cerca de 544.604 atividades, as quais já envolvem os trabalhos exercidos no âmbito de seus respectivos setores subordinados, no caso o Núcleo de Arquivo Médico Pericial e Núcleo de Atendimento Médico Pericial, conforme abaixo descrito:

Principais Ações

ADMISSIOAIS - Triage e abertura de novos prontuários: 6765

CADASTRAMENTO CTRL-P WEB - Dados dos servidores ativos no Sistema de Controle de Prontuários.:17647

CADASTRAMENTO CTRL-P ANTIGO - Dados dos servidores inativos no Sistema de Controle de Prontuários:826

CONFERÊNCIA - Listas de atendimento (SIAPMED): 42206

CONFERÊNCIA - Listas dos setores: 13340

INATIVOS - Outras Secretarias – Ordem alfabética servidores Efetivos: 45

INATIVOS - Outras Secretarias - Ordem alfabética servidores Comissionados: 0

INATIVOS SEE - Recebimento (Arquivo Central): 6608

INATIVOS SEE - Higienização (etiquetas e envelopamento): 23239

INATIVOS SEE - Conferência caixas box / Checagem com a lista do Arquivo Central (Número de prontuários): 25580

INATIVOS SEE – Envio Arquivo Central – Caixas box: 400

PESQUISA - CTRL-P WEB: 60395

PESQUISA - CTRL-P ANTIGO: 7253

PESQUISA - SIGRH: 82308

PESQUISA - SIAPMED: 14821

DESARROUIVAMENTO - Retirada Avulso: 7230

DESARQUIVAMENTO - Retirada de Lista: 48548

REARQUIVAMENTO - Prontuários devolvidos: 62402

SEI - Tramitação de documentos: 352

SUBSTITUIÇÃO - Capa de pastas/prontuários: 11680



TRAMITAÇÃO - Envio ou recebimento de prontuários (Lista ou Avulso): 76060

Registro Livro Protocolo: 186

Encaminhamento para Homologação: 30171

Informações Diversas: 1811

Direcionamento para Junta COPEM: 222

Direcionamento para Junta DIPEM: 2251

Direcionamento para Ifbra: 132

Direcionamento para Junta GERF: 700

Direcionamento para Consulta Psicologia: 408

Direcionamento para Psiquiatria: 311

Direcionamento para Exame Admissional: 39

Direcionamento para Exame Audiometria: 268

Direcionamento para Consulta Cardiológica: 400

Além da gestão de todas as áreas técnicas e administrativas, a SEEC participou ou realizou a proposição de portarias, decretos e ordens de serviço, em especial no que concerne as prorrogações da perícia médica documental e instituição da análise por conformidade documental, bem como da reformulação dos procedimentos e legislação atinente aos concursos públicos do Distrito Federal, ao longo de 2025. Encontra-se em andamento a atualização dos manuais de perícia médica oficial e de saúde e segurança do trabalho e na atualização dos regulamentos, atualmente vigentes, a fim de modernizá-los e de dar mais celeridade aos procedimentos realizados por nossos profissionais.

7. CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SERVIDOR

Quanto ao desenvolvimento e capacitação do servidor, a SEEC, por intermédio da sua Escola de Governo, durante o exercício de 2025, trabalhou sem medir esforços para fazer uma renovação tecnológica, ampliar a oferta de atividades, aumentar o número total de certificações realizadas, trazer inovação, criar novos projetos e, assim, impactar diretamente todos os cidadãos que utilizam os serviços públicos. Foram emitidas 32.284 certificações em 2025, sendo 16.735 presencial e 15.549 em Educação à distância - EAD, promovendo 942 cursos, sendo 598 presencial e 344 em Educação à distância - EAD. Registra-se que, de 2019 a 2025, foram emitidas 147.729 certificações.

Além dos cursos ofertados foram realizados diversos eventos entre seminários, workshops, palestras e ciclos de debates potencializando o alcance e o espaço de diálogo e de reflexão sobre Políticas Públicas no Distrito Federal, com foco nos princípios éticos que devem orientar a Administração, além de discutir as oportunidades e os desafios trazidos pela inovação e pela inteligência artificial no setor público. Em destaque, foi promovida a Trilha de Capacitação e Desenvolvimento no Ciclo de Políticas Públicas do Distrito Federal, a iniciativa foi motivada por três grandes desafios: (i) ampliar o repertório dos servidores para além das rotinas de implementação, estimulando uma compreensão aprofundada de todas as etapas do ciclo de políticas públicas; (ii) criar oportunidades de aprendizagem ativa e aplicada, ligadas ao contexto específico do DF; e (iii) fortalecer a cultura de inovação, colaboração e geração de valor público no serviço público distrital. A participação na trilha de capacitação mostrou-se expressiva já na sua primeira edição, com 235 servidores matriculados e 156 concluintes até novembro de 2025, o que representa uma taxa de conclusão consolidada de 66,38%. Esse resultado é relevante para programas de formação em serviço, em que a conciliação com as rotinas de trabalho tende a elevar a taxa de desistência. Os dados indicam também uma procura consistente por parte dos servidores, o que demonstra tanto a pertinência do tema quanto a percepção de valor agregado à atuação cotidiana.

Em 2025, foi significativamente ampliada a oferta de cursos presenciais, consolidando-se como referência na formação e capacitação de servidores públicos do Distrito Federal. A programação foi cuidadosamente estruturada para atender às demandas emergentes da Administração, contemplando desde temas técnicos e jurídicos até aspectos humanos e



sociais da gestão. Os novos cursos realizados neste ano refletem três grandes eixos estratégicos: Inovação e Transformação Digital: palestras e workshops sobre Inteligência Artificial, uso ético de dados, sistemas eletrônicos de informação e ferramentas digitais de gestão, que fortalecem a modernização da administração pública e melhoram a entrega de serviços ao cidadão; Governança, Integridade e Gestão de Riscos: trilhas de aprendizagem em governança pública e integridade privada, capacitações em fiscalização de contratos, parcerias e obras, além de cursos voltados para auditoria, licitações e responsabilização administrativa, que asseguram maior transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos; e Valorização Humana e Cultura Organizacional: seminários e palestras sobre saúde mental, assédio, comunicação não violenta, sororidade, liderança e preparação para aposentadoria, que promovem ambientes de trabalho mais saudáveis, inclusivos e produtivos, refletindo diretamente na qualidade do atendimento ao cidadão.

Além disso, com vistas à diversidade e inclusão, a SEEC ofereceu capacitações específicas para servidores com deficiência, e foram estruturadas ações para enfrentar o assédio moral e sexual no serviço público. Consolidando diversas iniciativas voltadas para a promoção da inovação, valorização dos servidores e fortalecimento da gestão pública. As ações realizadas demonstram o compromisso da instituição em estimular práticas criativas, colaborativas e investiu-se em capacitações voltadas para o uso ético e estratégico da Inteligência Artificial (IA) na gestão pública.

Em 2025, foram incorporados 59 novos instrutores ao Banco de Instrutores da SEEC, que encerrou o ano com um total de 612 profissionais cadastrados. Destes, 235 ministraram cursos ao longo de 2025, representando 38,4% do corpo docente ativo. Esse crescimento fortalece a capacidade da Escola em oferecer formações diversificadas e de alta qualidade, além de fortalecer a Academia de Instrutores que é um programa voltado para a formação continuada de docentes da Escola de Governo. O acompanhamento sistemático das avaliações permitiu identificar pontos fortes e oportunidades de melhoria, garantindo o aprimoramento contínuo das ofertas formativas.

O Programa de Concessão de Bolsas de Estudo, realizado em parceria com o Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal (UDF), existe desde o final da década de 1960 e tem como objetivo garantir acesso gratuito ao ensino superior. A gestão do programa é conduzida pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEC), por meio da EGOV. A evolução anual das bolsas concedidas, sendo que em 2019 foram concedidas 19 bolsas após disputa judicial, o GDF conseguiu repactuar com o UDF a obrigação de continuidade do programa e com a ampliação foram concedidas 144 em 2025.

Em 2025, as avaliações dos cursos oferecidos pela SEEC reafirmaram a excelência e relevância das ações formativas. Os resultados refletem não apenas a qualidade dos conteúdos e metodologias aplicadas, mas também o compromisso da instituição em promover capacitações que impactam diretamente na melhoria dos serviços públicos.

8. GESTÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI-GDF

Em 2025, foram produzidos 1.767.804 processos, 12.737.365 documentos internos e 7.504.733 documentos externos no SEI-GDF, produção levantada até o dia 31/12/2025. Além de 123.909 processos tramitados com o TRAMITA GOV.BR, sendo 54.445 processos tramitados pelo GDF. Pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico, foram gerados 138.629 processos.

Registra-se que em 2025 pelo Sistema e-Protocolo foram gerados 50.180 protocolos aptos (gerou processo SEI-GDF), 4195 protocolos inaptos e 1392 protocolos pendentes.

Foi realizada a inclusão de 4 órgãos implantados na instalação multiórgãos do GDF em 2025 (SEENT, SDC, SEJU VE e SEFAMI), sendo registrados e atendido 3.618 processos de solicitação de permissão atendidos; 8.052 permissões cadastradas; e 2.290 permissões excluídas.

Além disso, registra-se o atendimento de 59 auditorias, gerando 299 extratos de auditoria emitidos, além da integração de 19 novos sistemas ao SEI-GDF totalizando 48 sistemas integrados em 2025. A equipe da SEEC participou de reuniões e Capacitações para apoiar outras instalações do SEI, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul resposta a e-mails e



realização de reuniões de orientação e para dirimir dúvidas referentes a implantação do SEI e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS): Capacitação SEI Administrar e realização de reuniões de orientação e para dirimir dúvidas referentes a implantação do SEI.

DA GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

No exercício de 2025, as ações desenvolvidas no âmbito da tecnologia da informação e comunicação tiveram como foco a modernização, a segurança e a sustentabilidade da infraestrutura tecnológica da Secretaria de Estado de Economia e do Governo do Distrito Federal, com ênfase na continuidade dos serviços públicos digitais, na proteção das informações institucionais e no fortalecimento da capacidade operacional dos ambientes tecnológicos críticos.

Dentre as principais realizações, destaca-se a contratação de consultoria especializada em tecnologia da informação e gestão pública, vinculada ao programa de trabalho de contratação de consultorias e auditorias, cujo objeto encontra-se com aproximadamente 90% de execução, em fase final de contratação. A iniciativa visa fortalecer a governança de TIC, apoiar a gestão estratégica e aprimorar processos institucionais.

No eixo de modernização e segurança dos sistemas de informação, foram realizadas contratações estratégicas para suporte técnico especializado à plataforma de desenvolvimento low code OutSystems, atualização de versões e manutenção contínua, bem como a contratação de solução tecnológica voltada à inspeção e segurança de credenciais em redes e aplicações web. Essa última teve como objetivo reforçar os controles de autenticação, auditoria e monitoramento de acessos aos sistemas críticos do CeTIC, contribuindo para a mitigação de riscos cibernéticos, a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e o fortalecimento da governança de TIC.

Ainda no âmbito da gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação, foram realizadas aquisições de equipamentos de vídeo wall, com vistas a ampliar a capacidade de visualização, monitoramento e apoio à tomada de decisão da SEEC, especialmente em ambientes estratégicos que demandam acompanhamento contínuo de informações operacionais, gerenciais e institucionais.

No que se refere à infraestrutura de rede, a SETIC promoveu contratações voltadas à manutenção e expansão da Rede GDFNet, incluindo serviços contínuos de compartilhamento de postes da concessionária de energia elétrica, fundamentais para a sustentação da rede, considerando que cerca de 77% da infraestrutura de cabeamento utiliza essa base física. Também foram contratados serviços de transmissão de dados sob demanda, por meio de tecnologia MPLS, assegurando conectividade segura, estável e de alto desempenho entre unidades administrativas e sistemas do GDF.

Complementarmente, foram realizadas contratações para expansão da rede local sem fio (Wi-Fi), com fornecimento de pontos de acesso, ampliando o acesso seguro aos serviços digitais para servidores e colaboradores da SEEC e de outros órgãos do GDF.

No campo da infraestrutura crítica, destacam-se a contratação de apólice de seguro para os três Centros de Dados Corporativos do GDF, protegendo instalações, equipamentos e infraestruturas contra eventos imprevisíveis, e a contratação de serviços de manutenção técnica preditiva, preventiva e corretiva do Sistema de Infraestrutura de Alta Disponibilidade – SIAD. Essas ações asseguram a resiliência dos ambientes de energia e climatização, a continuidade operacional e a aderência aos padrões atuais de alta disponibilidade exigidos pela administração pública.

Foram ainda realizadas contratações de suporte técnico especializado para ambientes Oracle, incluindo equipamentos Exadata e licenças de software na modalidade Unlimited License Agreement – ULA, garantindo o funcionamento de bases de dados críticas que sustentam sistemas como Nota Legal, Notas Fiscais Eletrônicas, SIGGO SIGEST, SITAF, SISGEPT, Portal de Serviços da Receita e o App Economia.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

No âmbito da segurança da informação, destaca-se a contratação de solução de Gestão de Acessos Privilegiados (PAM), de antispam corporativo e de renovação de plataformas e subscrições de softwares estratégicos, como Oracle, ADABAS/NATURAL, Liferay e ferramentas de streaming institucional, contribuindo para a redução de riscos cibernéticos, a continuidade dos serviços digitais e o fortalecimento da comunicação institucional do GDF.

ENTREGA	PROGRAMA DE TRABALHO
Consultoria em tecnologia da informação Consultoria Especializada em Tecnologia da Informação e Gestão Pública. Demais especificação conforme o termo de referência. - Consultor individual - 90% executado (contratação em fase de finalização)	3983-CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS
Prestação de Serviços de Suporte Técnico na Plataforma de Desenvolvimento Low Code Outsystems, envolvendo atualização de versões e demais serviços de suporte técnico.	1471-MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO
Contratação de empresa especializada no fornecimento de solução tecnológica para inspeção e segurança de credenciais em rede e aplicações web. A contratação teve como objetivo fortalecer a segurança dos sistemas críticos do CeTIC, aprimorando os controles de autenticação, auditoria e monitoramento de acessos. Contribui para a mitigação de riscos cibernéticos e do uso indevido de credenciais. Assegura a proteção das informações, em conformidade com a LGPD e a governança de TIC. Amplia a capacidade de auditoria, rastreabilidade e resposta a incidentes de segurança. Como resultado, fortalece a confiabilidade, a continuidade operacional e os serviços digitais do GDF.	2557/0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL
Aquisição de equipamentos de Vídeo W all. Esta contratação teve o objetivo de aprimorar a capacidade de visualização, monitoramento, comunicação e apoio à tomada de decisão da SEEC/DF, especialmente em ambientes que demandam acompanhamento contínuo e integrado de informações estratégicas, operacionais e gerenciais. Os sistemas de Vídeo W all constituem solução tecnológica amplamente utilizada em centros de controle, salas de situação, ambientes de monitoramento, salas de crise e espaços institucionais de apresentação, possibilitando a exibição simultânea de múltiplas fontes de informação, tais como painéis de indicadores, sistemas corporativos, imagens, vídeos, dashboards analíticos e comunicações institucionais, de forma centralizada, dinâmica e de alta resolução.	2557/0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL
Contratação de serviços contínuos de compartilhamento de postes da concessionária de distribuição de energia elétrica. Esta contratação teve o objetivo de viabilizar e manter a utilização regular, segura e contínua da infraestrutura de postes para a instalação, sustentação e operação da rede GDFNet, assegurando a continuidade dos serviços públicos prestados, a conformidade com as normas técnicas e regulatórias vigentes e a mitigação de riscos operacionais e legais. A contratação visa garantir o acesso formal à infraestrutura da concessionária, possibilitando a expansão, manutenção e adequação das redes existentes, com observância às exigências de segurança, às diretrizes das agências reguladoras competentes e às condições técnicas estabelecidas, de modo a assegurar a estabilidade, a confiabilidade e a disponibilidade dos serviços suportados por essa infraestrutura. Cerca de 77% da infraestrutura de cabeamento da rede GDFNet utiliza os postes da concessionária de distribuição de energia elétrica.	5126/0001 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNETDISTRITO FEDERAL
Contratação de serviços de transmissão de dados, sob demanda, utilizando tecnologia Multiprotocol Label Switching (MPLS). Esta contratação teve o objetivo de prover conectividade segura, estável, escalável e de alto desempenho entre as unidades administrativas, sistemas e ambientes tecnológicos do GDF, assegurando a comunicação eficiente de dados, a continuidade dos serviços institucionais e o suporte adequado às atividades administrativas e finalísticas.	5126/0001 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNETDISTRITO FEDERAL
Contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de rede local sem fio (W i-Fi), compreendendo o fornecimento de pontos de acesso (Access Points - AP). Esta contratação teve o objetivo de expandir dos serviços tecnológicos de comunicação sem fio W i-Fi aos servidores e colaboradores da SEEC e entidades administrativas do Governo do Distrito Federal (GDF).	5126/0001 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNETDISTRITO FEDERAL
Contratação de apólice de seguro, tipo risco relativo, para resguardar todas as instalações físicas, infraestruturas e equipamentos dos 3 (três) Centros de Dados Corporativos do GDF. Esta contratação teve como objetivo a proteção da infraestrutura dos Centros de Dados contra eventos imprevisíveis, como incêndios e intempéries. O modelo é estrategicamente vantajoso por cobrir o montante necessário para a reconstrução de áreas atingidas sem exigir o custo de uma cobertura integral simultânea para os três sites distintos. Além de garantir recursos imediatos para a recomposição do patrimônio tecnológico, a apólice transfere o risco financeiro para a seguradora, preservando o orçamento público de gastos vultosos e imprevistos.	2557/0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção técnica nas modalidades preditiva, preventiva e corretiva, para assegurar a sustentabilidade e alta disponibilidade do Sistema de Infraestrutura de Alta Disponibilidade (SIAD) dos 3 (três) Centros de Dados da Secretaria de Estado de Economia/DF. Esta contratação teve o objetivo a continuidade estratégica e atualização tecnológica, por meio de intervenções preditivas, preventivas e corretivas. O serviço garante a resiliência dos sistemas de energia e climatização, antecipando falhas e evitando a obsolescência. Este benefício assegura a sustentabilidade operacional e a eficiência da infraestrutura crítica, adaptando o GDF aos atuais padrões de alta disponibilidade exigidos pela administração pública.	2557/0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL
Contratação de prestação de serviços de suporte técnico especializado com cobertura do tipo 24x7 para os equipamentos Exadata X8M-2, do fabricante Oracle, e suas licenças de software, na modalidade ilimitada (Unlimited License Agreement - ULA). Esta contratação teve o objetivo manter em funcionamento as bases de dados que armazenam serviços importantes e críticos para estruturas administrativas e a população do Distrito Federal, que são sustentadas em ambiente com arquitetura e produtos do fabricante Oracle. Dentre os principais bancos de dados que utilizam a plataforma Oracle estão o Programa Nota Legal, as Notas Fiscais Eletrônicas, SIGGO, SIGEST, SISGEPT, Portal de Serviços da Receita e App Economia.	2557/0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL
Contratação de prestação de serviços de suporte técnico especializado com cobertura do tipo 24x7 para os equipamentos Exadata X8M-2, do fabricante Oracle, e suas licenças de software, na modalidade ilimitada (Unlimited License Agreement - ULA). Esta contratação teve o objetivo manter em funcionamento as bases de dados que armazenam serviços importantes e críticos para estruturas administrativas e a população do Distrito Federal, que são sustentadas em ambiente com arquitetura e produtos do fabricante Oracle. Dentre os principais bancos de dados que utilizam a plataforma Oracle estão o Programa Nota Legal, as Notas Fiscais Eletrônicas, SIGGO, SIGEST, SISGEPT, Portal de Serviços da Receita e App Economia.	2557/0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL
Contratação de subscrição para solução de Gestão de Acessos Privilegiados (Privileged Access Management - PAM). Esta contratação teve o objetivo de controle e rastreabilidade dos acessos privilegiados aos sistemas da SETIC. A iniciativa busca proteger informações sensíveis, reduzir vulnerabilidades em ambientes críticos de TI do GDF e assegurar a conformidade com a LGPD. A solução também contribui para o aumento da eficiência operacional, por meio do monitoramento contínuo e da ampliação das capacidades de auditoria, promovendo a modernização da infraestrutura de TIC da SETIC e garantindo disponibilidade, desempenho e conformidade legal.	3104/0001 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAZ/PROFISCO



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de solução de antispam corporativo. Esta contratação teve o objetivo de reduzir riscos de ataques cibernéticos, como e-mails fraudulentos, tentativas de phishing e disseminação de links maliciosos. Espera-se, ainda, a diminuição da sobrecarga dos servidores de e-mail e a melhoria da eficiência operacional. Adicionalmente, a solução permite otimizar o uso de recursos humanos e técnicos, preparar a infraestrutura tecnológica para novas demandas e futuras evoluções, assegurando a continuidade dos serviços públicos essenciais e fortalecer a imagem institucional do GDF.	3104/0001 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAZ/PROFISCO
Contratação de serviços de suporte técnico de licenças EntireX, para o ambiente SITAF. Esta contratação teve como objetivo manter e prestar suporte técnico para uma parte das licenças, chamada EntireX que sustenta o SITAF.	2557/0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL
Contratação de licença de software de streaming (StreamYard). Esta contratação teve o objetivo de realizar transmissões ao vivo e disponibilizar variáveis que favorecem a diversificação do tipo de conteúdo exibido durante a transmissão. O programa permite a realização de entrevistas com um ou mais convidados de forma simultânea e pode ser acessado de qualquer lugar mediante transmissão fácil e rápida, além de assegurar a inserção das marcas da SEEC e do GDF às transmissões.	2557/0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL
Contratação de prestação de serviços de renovação da subscrição e atualização de versões e suporte técnico para os softwares Oracle. Esta contratação teve o objetivo a renovação da subscrição de atualização de versão de licenças e suporte técnico que são utilizados nos equipamentos Sparcs.	2557/0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL
Contratação de serviços de subscrição de licenças de software para o ambiente denominado ADABAS/NATURAL. Esta contratação teve o objetivo manter e prestar suporte técnico para o ambiente que sustenta o SITAF.	2557/0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL
Renovação da Contratação de empresa especializada na implantação da plataforma Liferay Community Edition 7.3 ou superior. Esta renovação teve o objetivo de disponibilizar uma plataforma de gestão de conteúdos de portais centralizada, com redução de riscos e vulnerabilidades, capaz de dar publicidade às informações oficiais e modernização dos serviços digitais do GDF com segurança.	2557/0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL
Renovação da contratação de suporte técnico especializado para os equipamentos do fabricante Sun/Oracle. Esta renovação tem como objetivo disponibilizar o suporte técnico para equipamentos Sparcs e para as licenças Solaris Cluster	2557/0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL

2. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES - AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

Além das ações orçamentárias, a SETIC desenvolveu, em 2025, um conjunto expressivo de ações não orçamentárias voltadas à sustentação, evolução e confiabilidade dos sistemas corporativos e dos serviços digitais utilizados pela população e pela administração pública.

Foram realizadas manutenções evolutivas e corretivas em diversos sistemas estratégicos, como Nota Legal, SIGRH, SIGGO, mensagerias do e-Social e EFD-Reinf PPAWeb, SISCO NEP, SIAPMED, SIGER, E-Compras, Agenda-DF, e-Gov, SISPE, SPP, PROAMIS, E-SUPRI e SITAF, assegurando estabilidade, desempenho e continuidade serviços públicos digitais.

Destaca-se o desenvolvimento do Sistema Negocia DF, implementado na plataforma Liferay, com o objetivo de viabilizar a negociação de dívidas de empresas e cidadãos do Distrito Federal, em integração com a Secretaria de Economia e a Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

No processo de modernização digital, foi realizada a migração de 86 portais institucionais para a tecnologia Liferay, promovendo padronização, redução de riscos e melhoria na gestão de conteúdos digitais do GDF.

No campo da infraestrutura de rede, a SETIC integrou 87 novas unidades de Secretarias de Estado à Rede GDFNet, que passou a atender mais de 600 unidades conectadas por fibra óptica própria, totalizando mais de 1.400 km de rede, além de 1.278 unidades conectadas via circuitos MPLS, alcançando escolas, hospitais, delegacias, unidades de segurança, saúde, educação e administração.

Em 2025, também foram adquiridos 1.040 equipamentos para ampliação da rede Wi-Fi em diversos órgãos do GDF, incluindo administrações regionais e secretarias finalísticas, proporcionando acesso seguro, estável e de alto desempenho aos serviços digitais.

Outras iniciativas relevantes incluem a implementação de canal de atendimento ao cidadão via WhatsApp com uso de inteligência artificial generativa e a digitalização de serviços públicos, como o Formulário de Doação de Banco de Leite, Programa Jovem Candango, Programa Câncer Não Espera, Administração 24h com geolocalização e integração com o Sistema Hefestos.

Essas ações contribuíram para o aumento da confiabilidade dos serviços públicos, a redução de fraudes e crimes digitais, o fortalecimento da transparência e da conformidade legal, o melhor uso dos recursos públicos e o aumento da confiança da população nos serviços digitais oferecidos pelo Governo do Distrito Federal.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

ENTREGA	QUEM UTILIZA
Manutenções e evoluções em diversos sistemas de interesse da população, da Secretaria e do GDF, tais como site do NOTA LEGAL, SIGRH, SIGGO, Mensageria do E-SOCIAL e EFD-Reinf, PPAW EB, SISCONEP, SIAPMED, SIGER, E-COMPRAS, AGENDA-DF, EGOV, SISPE, SPP, PROAMIS, E-SUPRI, SITAF ETC.	GDF e cidadãos.
Sistema Negocia DF - Sistema foi desenvolvido na plataforma Liferay, com objetivo de negociar as dívidas as empresas e do cidadão do Distrito Federal.	Cidadãos, Secretaria de Economia e Procuradoria do Distrito do Federal
Migração de 86 portais para tecnologia Liferay	Cidadãos, Administrações Regionais do Distrito Federal, Órgãos e Autarquias do GDF.
Manutenção do Sistema SITAF Devido as contratações para a manutenção e suporte técnico das licenças que compõe a estrutura do SITAF.	Cidadãos, Secretaria de Economia e toda estrutura do GDF
Confiabilidade dos serviços públicos: Sistemas mais seguros e estáveis asseguram a continuidade e a qualidade dos serviços digitais utilizados pela população, evitando indisponibilidades e fraudes.	Cidadãos, Secretaria de Economia e toda estrutura do GDF
Transparência e conformidade legal: O atendimento à LGPD e a boas práticas de segurança reforça a responsabilidade do Distrito Federal no tratamento das informações dos cidadãos.	Cidadãos, Secretaria de Economia e toda estrutura do GDF
Redução de fraudes e crimes digitais: O bloqueio de spam, phishing e acessos maliciosos diminui tentativas de golpes que podem afetar tanto a administração pública quanto a sociedade.	Cidadãos, Secretaria de Economia e toda estrutura do GDF
Melhor uso dos recursos públicos: A eficiência operacional e a redução de incidentes de segurança resultam em economia de tempo e recursos, permitindo que investimentos sejam direcionados para outras áreas de interesse social.	Cidadãos, Secretaria de Economia e toda estrutura do GDF
Aumento da confiança da população: Ao demonstrar cuidado com a segurança da informação, o governo fortalece a credibilidade institucional e a confiança dos cidadãos nos serviços digitais oferecidos.	Cidadãos, Secretaria de Economia e toda estrutura do GDF
Integração de 87 novas Unidades de Secretarias de Estado à rede GDFNET, que atualmente conta com mais de 1900 pontos de entrega de sinais digitais, passando a atender mais de 600 unidades conectadas por fibra ótica própria (mais de 1.400 km de fibra ótica em todo o DF) e 1.278 unidades conectadas via circuitos MPLS, possibilitando o acesso à internet e aos sistemas do GDF com qualidade em escolas, hospitais, delegacias, unidades Militares, Educacionais, Administrativas, de Segurança Pública, de Saúde entre outras.	GDF

3. NÃO REALIZAÇÕES E PRIORIDADES PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Algumas iniciativas previstas não foram concluídas no exercício de 2025 e foram reprogramadas como prioritárias para 2026. Dentre elas, destacam-se contratações de consultorias em tecnologia da informação para apoio à governança, aceleração de entregas estratégicas e melhoria da qualidade e disponibilidade dos serviços de TIC.

Também foram priorizadas para o exercício seguinte ações relacionadas ao desenvolvimento de novos sistemas de informação por meio de fábrica de software, serviços de mentoria e suporte especializado em plataformas low code, regularização de ambientes críticos como o SIGRH, por meio de licenciamento e suporte de bancos de dados e linguagens, além de contratações voltadas à infraestrutura de rede, segurança da informação, expansão da GDFNet, modernização de data centers e renovação tecnológica.

ENTREGA	SITUAÇÃO	PROGRAMA DE TRABALHO
Consultoria em tecnologia da informação Consultoria para apoio na implementação de processos de gestão e governança de TIC, conforme especificações do termo de referência.	Prioritário para 2026	3983-CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS
Consultoria em tecnologia da informação Serviços de Apoio à Gestão, com foco em aceleração de entregas e cumprimento de cronogramas estratégicos, aprimoramento da qualidade dos serviços de TIC e melhoria na disponibilidade e continuidade dos serviços.	Em elaboração de artefatos da contratação a ser efetivada em 2026.	2557-GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Desenvolvimento de novos sistemas de informação (Software) FÁBRICA DE SOFTWARE, Descrição: fábrica de sustentação de software, baseado em metodologia ágil, por meio de times de desenvolvimento e entregas por produtividade, mensuradas por releases, Características Adicionais: demais especificações conforme Termo de Referência.	Prioritário para 2026	1471-MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO
Prestação de Serviços de Suporte Técnico Contratação de serviço de mentoria, suporte técnico, apoio e aceleração no processo de organização de arquitetura atual e absorção de técnicas de desenvolvimento, com vistas à criação de um Centro de Excelência da Plataforma de desenvolvimento, gerência e monitoramento de Software Low Code contratada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência	Prioritário para 2026	1471-MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO
Aquisição de Licença de Software LICENÇA E SUPORTE INFORMIX, Descrição: Consiste no sistema de banco de dados utilizado pelo SIGRH. Regularização do ambiente atual SIGRH, o qual está sem licença e suporte de Banco de Dados INFORMIX. O licenciamento e suporte é necessário para a realização de atualizações de versão, aquisição de patches de segurança e serviços assistenciais do fabricante em caso de intervenção emergencial, pelo prazo de 12 meses.	Prioritário para 2026	1471-MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Aquisição de Licença de Software LICENÇA E SUPORTE E-SQL COBOL, Descrição: Conector entre o COBOL e o banco de dados INFORMIX. Regularização do ambiente atual SIGRH, o qual está sem licença e suporte de E-SQL COBOL. O licenciamento e suporte é necessário para a realização de atualizações de versão, aquisição de patches de segurança e serviços assistenciais do fabricante em caso de intervenção emergencial, pelo prazo de 12 meses.	Prioritário para 2026	1471-MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO
Aquisição de Licença de Software LICENÇA E SUPORTE COBOL, Descrição: Licença destinada à regularização do ambiente atual SIGRH, o qual está sem licença e suporte de COBOL. O licenciamento e suporte é necessário para a realização de atualizações de versão, aquisição de patches de segurança e serviços assistenciais do fabricante em caso de intervenção emergencial, pelo prazo de 12 meses.	Prioritário para 2026	1471-MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO
Aquisição de Licença de Software LICENÇA E SUPORTE DATA MIGRATION MANAGER (OUTSYSTEMS), Descrição: Licença destinada à aplicação de migração dos dados do ambiente de produção para os ambientes de homologação, teste e desenvolvimento. Solução que possibilita a atividade periódica de migração de dados de produção para outros ambientes a fim de tornar os testes de desenvolvimento e de qualidade mais fidedignos, pelo prazo de 12 meses.	Prioritário para 2026	1471-MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO
Serviços por pessoas jurídicas relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC LICENÇA DE USO, Descrição: licença de uso do software Qlik NPrinting Server, Características Adicionais: demais especificações conforme Termo de Referência.	Prioritário para 2026	1471-MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO
Prestação de Serviços de Suporte Técnico CONTRATAÇÃO de serviços de suporte especializado para desenvolvimento de aplicativos nas ferramentas de Business Intelligence – BI da QlikTech, front-end QlikView e QlikSense, e server- side AccessPoint e Qlik Analytics Platform (QAP) e todos os subserviços correspondentes, a fim de manter e evoluir o catálogo de aplicações em produção e prestar suporte aos desenvolvedores (Mentoria), referente a 10.080 (dez mil e oitenta horas) horas, conforme especificações técnicas e condições aqui previstas.	Prioritário para 2026	2557-GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Contratação de serviços especializados de suporte técnico e infraestrutura (N1, N2 e N3)	Prioritário para 2026	2557-GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Subscrições de licenças de uso do software Microsoft Office 365 Enterprise	Prioritário para 2026	2557-GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Contratação de empresa especializada para execução de serviços de infraestrutura de rede óptica para expansão da rede GDFNet	Prioritário para 2026	5126/0001 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNETDISTRITO FEDERAL
Aquisição de Switches de acesso	Prioritário para 2026	5126/0001 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNETDISTRITO FEDERAL
Aquisição de equipamentos layer 3	Prioritário para 2026	5126/0001 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNETDISTRITO FEDERAL
Contratação de empresa especializada no fornecimento de switches do tipo SAN (Storage Area Network)	Prioritário para 2026	5126/0001 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNETDISTRITO FEDERAL
SD Wan	Prioritário para 2026	5126/0001 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNETDISTRITO FEDERAL
Switch Fabrics	Prioritário para 2026	5126/0001 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNETDISTRITO FEDERAL
VOIP Corporativo	Prioritário para 2026	2557/0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL
BIM	Prioritário para 2026	2557/0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL
W I-FI Metropolitano	Prioritário para 2026	5126/0001 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNETDISTRITO FEDERAL
Expansão Exadata	Prioritário para 2026	2557/0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL
ZDL Oracle	Prioritário para 2026	3104/0001 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAP/PROFISCO
Suporte Máquinas SEI & SEFIT	Prioritário para 2026	2557/0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Suporte OMTX (Big Data)	Prioritário para 2026	2557/0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL
SQL Server	Prioritário para 2026	2557/0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL
Firewall	Prioritário para 2026	2557/0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL
Tech Refresh	Prioritário para 2026	2557/0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL
Segurança de VMW ARE	Prioritário para 2026	2557/0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL
X86	Prioritário para 2026	2557/0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL
Backup em Nuvem	Prioritário para 2026	2557/0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL

4. NÃO REALIZAÇÕES INDICADAS PARA O EXERCÍCIO DE 2025 - JUSTIFICATIVAS

As não realizações observadas em 2025 decorreram, em sua maioria, de fatores administrativos, técnicos e jurídicos. No caso da contratação de fábrica de métricas e garantia da qualidade de software, o objeto foi incorporado a uma contratação mais ampla de apoio à gestão, priorizada para 2026.

A implantação do novo Data Center permaneceu condicionada à regularização definitiva do imóvel destinado à instalação da infraestrutura, o qual ainda depende de desdobramentos judiciais e etapas de organização documental, embora o projeto já se encontre em fase de elaboração da minuta de cotação de preços.

Quanto à contratação de serviços especializados de suporte técnico e infraestrutura (N1, N2 e N3), houve necessidade de reavaliação integral da demanda, com atualização do escopo técnico, redefinição de níveis de serviço e alinhamento às diretrizes vigentes de governança de TIC, visando assegurar maior eficiência e economicidade.

Situação semelhante ocorreu com a contratação das subscrições de licenças Microsoft Office 365 Enterprise, cujo processo iniciado em 2024 demandou revisão de escopo, quantitativo e modelo de contratação, a fim de adequá-lo às políticas institucionais de tecnologia da informação e segurança da informação.

ITEM	CONSIDERAÇÃO
Prestação de Serviços de Suporte Técnico Contratação de serviços especializados de Fábrica de Métricas para contagem de sistemas de informação e componentes, aferição de contagens pela metodologia IFPUG e a prestação de serviços de garantia da qualidade de software sobre as soluções de software desenvolvidas.	O objeto necessário foi incorporado à contratação de serviços de apoio à gestão, prioritário para 2026.
NOVO DATACENTER	A formalização do novo contrato encontra-se condicionada à regularização definitiva do imóvel destinado à instalação da infraestrutura. O local ainda depende de desdobramentos judiciais para sua posse plena e passa, atualmente, por etapas de organização documental e limpeza do terreno. Paralelamente a esses trâmites, o projeto já se encontra em fase de elaboração da minuta de cotação de preços para viabilização da contratação.
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SUPORTE TÉCNICO E INFRAESTRUTURA (N1, N2 E N3):	O referido processo de Contratação de serviços especializados de suporte técnico e infraestrutura (N1, N2 e N3) não foi concluído naquele exercício, em virtude da adequação às demandas efetivamente identificadas ao longo do período e a observância às atualizações normativas e às diretrizes vigentes para contratações públicas. Diante desse cenário, no exercício de 2025, procedeu-se à reavaliação integral da demanda, com a devida atualização do projeto de contratação, incluindo o refinamento do escopo técnico, a redefinição dos níveis de serviço (SLAs), a adequação dos requisitos de infraestrutura e suporte especializado (N1, N2 e N3) e o alinhamento às necessidades atuais da Administração, de modo a assegurar maior eficiência, economicidade e aderência às boas práticas de governança de tecnologia da informação.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

SUBSCRIÇÕES DE LICENÇAS DE USO DO SOFTWARE MICROSOFT OFFICE 365 ENTERPRISE	A contratação de subscrições de licenças de uso do software Microsoft Office 365 Enterprise foi inicialmente instaurada no exercício de 2024, em razão da necessidade de assegurar a continuidade das atividades administrativas, operacionais e estratégicas desta unidade, uma vez que o referido conjunto de ferramentas constitui solução essencial para a comunicação institucional, a colaboração corporativa, a produção e o gerenciamento de documentos, bem como para o armazenamento seguro de informações em ambiente digital. Todavia, o processo iniciado em 2024 não foi concluído naquele exercício, em virtude de fatores de ordem administrativa e técnica que demandaram a revisão do escopo inicialmente previsto, a reavaliação do quantitativo de licenças, bem como a adequação do modelo de contratação às diretrizes vigentes de governança, segurança da informação e planejamento de tecnologia da informação. Diante desse contexto, no exercício de 2025, foi realizada a reanálise integral da demanda, com a atualização do projeto de contratação, contemplando o ajuste do quantitativo de subscrições, a adequação do perfil das licenças às necessidades efetivas dos usuários, a revisão das funcionalidades requeridas no ambiente Microsoft Office 365 Enterprise e o alinhamento às políticas institucionais de tecnologia da informação e segurança da informação, de modo a assegurar maior racionalização dos recursos, eficiência operacional e aderência às boas práticas de gestão.

DA OUVIDORIA

No âmbito da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC, a Ouvidoria desempenhou, em 2025, papel relevante no fortalecimento do diálogo entre a Administração Pública e o cidadão, por meio do recebimento e do acompanhamento das manifestações relativas aos serviços prestados pela Pasta.

As informações produzidas a partir desse monitoramento contribuíram para a identificação de demandas recorrentes e para o aperfeiçoamento dos fluxos internos, com reflexos na melhoria da qualidade dos serviços públicos.

1. Plataforma PARTICIPA-DF

Em 2025, até este momento foram recepcionadas 7.885 manifestações registradas através da plataforma PARTICIPA-DF, distribuídas mensalmente conforme as tabelas abaixo:

QUANTITATIVO DE MANIFESTAÇÕES 2025					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
784	746	690	987	1.006	793
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
854	820	908	765	649	708
TOTAL - 6.905					

TIPOS DE MANIFESTAÇÕES					
RECLAMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	INFORMAÇÃO	ELOGIO	SUGESTÃO	DENÚNCIA
7.990	1.279	133	197	29	82

POR CANAIS DE ENTRADA					
INTERNET	TELEFONE	PRESENCIAL	PROTOCOLO	OUVIDORIA INTINERANTE	MÍDIA
7.283	2.223	187	3	6	7

ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DO PRAZO DE RESPOSTA DA OUVIDORIA
100%

ASSUNTOS MAIS RECORRENTES	
Agilidade de Processos	992
IPTU - Isenção	922
IPVA - Cadastro	868
Atendimento Virtual	733
Atendimento Perícia Médica	644
IPTU/TLP	570
Não Emissão de Nota Fiscal	458
Nota Legal	409
Audiência Pública - LDO	369
Fiscalização Tributária	304



2. Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – e-SIC

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, foram registrados 1.742 (mil setecentos e quarenta e dois) pedidos de informação, todos devidamente respondidos dentro do prazo legal.

Das providências adotadas pela administração pública nas soluções apresentadas.

Objetivando melhorar o índice de resolutividade deste órgão, compactuou-se com as unidades o compromisso em conceder respostas com uma estimativa de atendimento às solicitações de serviços públicos, direcionados a Secretaria. Além disso, serviços realizados posteriormente as respostas concedidas, geralmente compreendidos em cronograma, foram comunicados a esta Ouvidoria, visto haver a possibilidade de encaminhamento de resposta complementar ao cidadão e nova qualificação junto à pesquisa de satisfação anteriormente preenchida.

Quanto às denúncias, conforme o que preconiza a Portaria 341/2019 - CGDF, cujo relato remeta a qualquer tipo de ilicitude supostamente praticada por agentes públicos da SEEC, são necessariamente remetidas, via sistema informatizado de ouvidoria, às Unidades de Correição ou de Controle Interno para fins de análise do mérito. Todas as manifestações registradas são avaliadas caso a caso, a fim de identificar a melhor forma de tratá-las. Em seguida são averiguadas a fundo para comprovar veracidade ou não dos fatos descritos na manifestação ou até mesmo o esclarecimento dos mesmos. E assim que identificado a quem ou quem se refere os elogios, denúncias, reclamações, sugestões ou solicitações, são tomadas as providências visando a busca de uma solução para o caso.

Outras Ações/Providências Adotadas

No exercício de 2025, foram disponibilizados ao cidadão e ao contribuinte os seguintes canais de atendimento: a plataforma Participa-DF (<https://www.participa.df.gov.br/>), o Sistema de Ouvidoria do Distrito Federal e o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – e-SIC.

Complementarmente aos serviços eletrônicos, a Ouvidoria manteve atendimento presencial e telefônico, bem como o suporte por meio das centrais 156 (opção 3) e 162, gerenciadas, respectivamente, pela Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – SETIC e pela Ouvidoria-Geral do Distrito Federal.

3. PROJETO OUVIDORIA ITINERANTE

O Projeto Ouvidoria Itinerante está alinhado com as ações implementadas pela Secretaria de Estado de Economia no sentido de realizar atendimentos presenciais itinerantes. Fundamentou-se na necessidade de divulgar as ações da Ouvidoria junto aos cidadãos, servidores e empresas, fortalecendo o exercício da cidadania ao oferecer um veículo para encaminhamento de solicitações, sugestões, reclamações, informações e críticas ao trabalho da Instituição. Dessa forma, tem como propósito aperfeiçoar os serviços prestados pela Secretaria à sociedade, com respaldo no teor das demandas que são apresentadas pelos usuários.

A necessidade de implementar o Projeto decorreu da análise dos dados estatísticos fornecidos pelo Sistema de Acompanhamento das Manifestações, cujo número de demandas poderia ser mais expressivo, ficando evidenciado que grande parte da população desconhece o papel da Ouvidoria. Desta forma, é imperiosa a necessidade de divulgar os serviços que são oferecidos no âmbito das Unidades desta Secretaria.

Definida no Planejamento estratégico da Ouvidoria para o período de 2024, o Projeto se constituiu em importante avanço na promoção da cidadania.

Tais atendimentos presenciais realizados pela Equipe da Ouvidoria nas Agências de Atendimento da Receita, facilitou o acesso para os cidadãos aos canais de Ouvidoria, como também norteando e auxiliando com a devida realização das manifestações dos usuários nas Agências.



4. PROJETO OUVIDORIA PRESENTE

O Projeto Ouvidoria Presente está alinhado com as ações implementadas pela SEEC no sentido de realizar autoatendimentos para o cidadão. Fundamentou-se na necessidade de viabilizar as demandas imediatamente na Ouvidoria e no Atendimento Virtual junto aos cidadãos, servidores e empresas, fortalecendo o exercício da cidadania ao oferecer um veículo para encaminhamento de serviços, solicitações, sugestões, reclamações, informações e críticas ao trabalho da Instituição. Dessa forma, tem como propósito aperfeiçoar os serviços prestados pela Secretaria à sociedade, com respaldo no teor das demandas que são apresentadas pelos usuários.

A necessidade de implementar o Projeto, decorreu da análise dos dados estatísticos fornecidos pelo Sistema de Acompanhamento das Manifestações, cujo número de demandas poderia ser mais expressivo, ficando evidenciado que grande parte da população desconhece as ferramentas de Atendimento Virtual e de Ouvidoria. Desta forma, é imperiosa a necessidade de divulgar os serviços que são oferecidos para facilitar a vida do cidadão.

Disponibilizou-se nas Agências de Atendimento da Receita computadores com acesso direto aos canais de atendimento de Ouvidoria existentes, facilitando o acesso para os cidadãos, evitando filas e atenuando o volume de atendimento nas Agências.

Definida no Planejamento estratégico da Ouvidoria para o período de 2023 em diante, o Projeto se constituiu em importante avanço na promoção da cidadania.

5. PROJETO OUVIDORIA PARTICIPATIVA

O presente projeto tem como escopo melhorar a prestação dos seguintes serviços: Atendimento Central 156.

O Projeto Ouvidoria Participativa está alinhado com as ações implementadas pela SEEC no sentido de buscar o aprimoramento na prestação dos serviços à população do DF.

Fundamenta-se na necessidade já identificada de melhorar os serviços de Atendimento da Central 156, fortalecendo, com isso, o exercício da cidadania e empoderando o cidadão a registrar as suas demandas de: Solicitações, Sugestões, Reclamações, Informações e Denúncias ao trabalho da Instituição.

Apesar das melhorias em nossos índices se apresentarem de forma significativa, a Ouvidoria intensificará e tornará constante as tratativas internas para manutenção da redução dos casos mais sensíveis, com o escopo de mitigar a recorrência de reclamações dessa natureza e retomaremos com mais habitualidade a iniciativa denominada CAFÉ CO M O O U V I D O R, onde a unidade de ouvidoria promoverá um encontro com os principais setores da Pasta, visando alcançar resultados de forma tempestiva com eficiência.

Dessa forma, tem como objetivo, repise-se, aperfeiçoar os serviços prestados pela SEEC à sociedade, com respaldo no teor das demandas que são apresentadas pelos usuários.

Outrossim, em cumprimento à Decisão TCDF nº 700/2022, importante ressaltar que todos os projetos citados não requerem quaisquer investimentos de recursos adicionais para a efetiva implementação, não exigindo assim programação orçamentária.

DO CONTROLE INTERNO

A Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC, as atividades de controle interno foram desenvolvidas pela Unidade de Controle Interno – U I, unidade orgânica de assessoramento diretamente subordinada ao Secretário de Estado de Economia e tecnicamente vinculada à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, nos termos do Decreto nº 45.933, de 20 de junho de 2024.

Inserida no Sistema de Controle Interno do Distrito Federal, a atuação da UCI enquadra-se como instância de segunda linha de defesa, conforme o Modelo das Três Linhas do Instituto dos Auditores Internos (IIA), exercendo funções de orientação técnica, monitoramento de controles e apoio à gestão, com foco na prevenção de riscos, no aprimoramento dos processos administrativos e no fortalecimento da governança institucional.



ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

Ao longo de 2025, a atuação concentrou-se no assessoramento técnico à gestão da SEEC, com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos institucionais da Pasta e para a observância dos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia dos atos administrativos. As ações tiveram caráter predominantemente preventivo e orientativo, sem prejuízo do acompanhamento posterior, buscando fortalecer a primeira linha de controle e apoiar o processo decisório dos gestores, em consonância com as diretrizes da CGDF e a legislação vigente.

PRINCIPAIS FRENTES DE ATUAÇÃO EM 2025

No período, destacam-se, em linhas gerais, as seguintes frentes de atuação institucional:

- acompanhamento e assessoramento técnico no atendimento às demandas dos órgãos de controle interno e externo, especialmente da CGDF e do TCDF;
- análise prévia de contratações e de pagamentos, conforme critérios legais e normativos aplicáveis;
- assessoramento preventivo em processos administrativos, com ênfase em contratações públicas, execução contratual e conformidade procedimental;
- apoio ao fortalecimento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos, inclusive no contexto da aplicação da Lei nº 14.133/2021; e
- participação em instâncias e iniciativas relacionadas à governança, integridade e compliance institucional.

PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDOS

No exercício de 2025, foram executadas ações planejadas e atendidas demandas supervenientes, compatibilizando prioridades institucionais, diretrizes normativas e capacidade operacional. As atividades abrangeram iniciativas concluídas no período e ações em desenvolvimento ao final do exercício, em razão da complexidade técnica dos temas, do reordenamento de prioridades e do surgimento de demandas extraordinárias.

Entre os principais trabalhos desenvolvidos, destacam-se:

- participação no Subcomitê de Governança das Contratações e no Grupo de Trabalho responsável pela revisão e proposição de normas relativas a licitações e contratos administrativos;
- elaboração do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- assessoramento técnico em contratações financiadas com diferentes fontes de recursos, inclusive recursos internacionais; e
- atuação orientada à racionalização dos controles preventivos.

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, foram tratados, no âmbito da SEEC, 936 processos e demandas relacionadas às atribuições de controle interno, tramitados por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, excluídos os processos remanescentes de exercícios anteriores. A distribuição por categoria e trimestre encontra-se demonstrada em quadro específico.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

CATEGORIA DE ASSUNTO	1º TRI.	2º TRI.	3º TRI.	4º TRI.	TOTAL	TOTAL(%)
Ação de Controle/ Análise Preventiva/ Consultas	6	6	2	1	15	1,82%
Análise de Regularidade/ Legalidade de Atos	12	25	22	18	78	8,53%
Análise Prévia: Contratações e Pagamentos	45	45	45	68	205	21,96%
Aprovação/ Decisão/ Representação/ Correção/ UCI/ Ocorrência	30	24	100	22	176	18,80%
Auditoria/ Inspeção/ Lançamentos	18	16	19	17	70	7,58%
Monitoramento/ Relatório/ UCI/ PCA/ Proteção de Contas	36	31	29	28	124	13,37%
Informação/ Comunicação/ Orientação/ Orientação/ Resposta	47	50	64	57	218	23,47%
Projetos Estratégicos/ Planejamento Estratégico	1	0	1	0	2	0,21%
Serviços Administrativos/ Internos	6	1	8	1	16	1,71%
TOTAL	202	209	310	234	956	100,00%

Observa-se maior concentração de demandas nas atividades típicas de controle de segunda linha, especialmente nas análises de regularidade e legalidade de atos, apurações, análises prévias de contratações e pagamentos, requisições de informações e monitoramento de recomendações.

Embora nem todos os processos de contratação e pagamento sejam submetidos à análise prévia, em razão de limites de alçada, aqueles de maior relevância material, em regra, foram apreciados. Destacam-se as despesas relacionadas a serviços de vigilância, brigada de incêndio e emergência, bem como aquelas vinculadas à área de Tecnologia da Informação e Comunicação. Em 2025, as manifestações prévias da UCI abrangeram valores que totalizaram aproximadamente R\$ 1,47 bilhão.

No exercício, foram elaborados 498 expedientes, com destaque para a emissão de Notas de Controle Interno – NCI, que representaram mais de 50% do total produzido. As NCIs possuem caráter orientativo e registram a análise técnica da unidade com base nos elementos constantes dos autos, não substituindo manifestações jurídicas quando exigidas nem se prestando à avaliação de conveniência ou oportunidade dos atos administrativos.

Dessa forma, a atuação da SEEC contribuiu para o aprimoramento dos processos de gestão, a mitigação de riscos e o fortalecimento dos mecanismos de controle no âmbito da Secretaria.

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA RELIZADA NÃO EXECUTADA

3046.0004 - Modernização da Gestão Pública - Secretaria de Fazenda:

Esta ação tem como finalidade apoiar atividades de desenvolvimento e fortalecimento dos instrumentos de gestão, monitoramento e avaliação, com foco na melhoria da gestão pública. Contudo, no exercício em referência, as despesas e projetos submetidos à apreciação orçamentária não se enquadraram especificamente na finalidade para a qual o subtítulo foi criado. Dessa forma, não houve demanda específica para utilização dos recursos, motivo pelo qual a dotação orçamentária foi remanejada pelo órgão central de orçamento.

4088.5825 - Apoio a Realização de Capacitação de Servidores:

Trata-se de subtítulo decorrente de emenda parlamentar para o qual não foram apresentadas propostas ou projetos que possibilitassem a execução da dotação consignada no exercício.

Em razão da ausência de demanda apta à sua implementação, a dotação correspondente foi remanejada pelo órgão central de orçamento, conforme registrado no Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD).



6216 - MOBILIDADE URBANA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2316 - CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	10000,0	4480,75	0	0
0007 - CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS--DISTRITO FEDERAL	10000,0	4480,75	0	0
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE URBANA	10000,00	4480,75	0,00	0,00

Programação Orçamentária Não Executada

Da Conservação De Obras De Arte Especiais - Pontes, Passarelas E Viadutos

No exercício de 2025, a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC) atuou no âmbito do planejamento e da programação orçamentária relacionada à mobilidade urbana, integrando o processo de definição de prioridades e de alocação de recursos para o setor no âmbito do Governo do Distrito Federal. Essa atuação está alinhada à decisão de respeitar o Programa de Governo e as diretrizes constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026 (LDO/2026), cuja elaboração foi coordenada pela SEEC e aprovada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal em julho de 2025, fixando metas fiscais, prioridades e regras para a alocação de recursos públicos, incluindo aqueles destinados à manutenção do equilíbrio financeiro do Sistema de Transporte Público Coletivo (STPC/DF).

No ciclo orçamentário de 2025, a mobilidade urbana figura como programa de ação, com previsão de alocação de recursos para a manutenção do equilíbrio financeiro do sistema de transporte público coletivo, conforme consta no Anexo de Metas e Prioridades da LDO/2025. Essa inclusão orçamentária reflete o compromisso do Governo do Distrito Federal com a continuidade da prestação de serviços de transporte coletivo e com a estabilidade do sistema, elemento essencial para a mobilidade da população.

Como parte do processo de programação orçamentária, a SEEC participou diretamente da construção da proposta de Lei Orçamentária Anual para 2025, na qual os investimentos em infraestrutura urbana e mobilidade foram considerados dentro do conjunto de prioridades governamentais, articulando as projeções de receita e de despesa necessárias à sua efetivação. Essa atuação envolveu apoio técnico à análise das demandas, consolidação das informações recebidas das unidades setoriais e formulação de elementos estratégicos que subsidiaram a tomada de decisão sobre os níveis de recursos a serem destinados às ações vinculadas ao transporte e à mobilidade urbana.

Embora não tenha ocorrido, no exercício de 2025, execução direta de despesas de responsabilidade da SEEC para conservação de obras de arte especiais (como pontes, viadutos e passarelas), essa temática continuou sendo objeto de priorização no plano orçamentário do Governo do Distrito Federal, com mecanismos de acompanhamento e monitoramento institucional sob a coordenação técnica da SEEC no âmbito dos instrumentos de planejamento governamental e de execução financeira. A SEEC também apoiou o diálogo interinstitucional com órgãos responsáveis pela execução física das ações de infraestrutura de mobilidade, de forma a integrar as diretrizes de desenvolvimento urbano e transporte dentro do orçamento disponível, em conformidade com as prioridades estabelecidas no Plano Plurianual 2024–2027 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Adicionalmente, a SEEC colaborou com as fases de audiência pública e de recepção de contribuições da sociedade, promovidas no contexto da LDO/2026, permitindo a participação do público na definição das diretrizes orçamentárias que orientam a execução das políticas de mobilidade urbana e dos programas correlatos. Essa ação contribuiu para reforçar a transparência, o controle social e a legitimidade do processo de elaboração do orçamento público, abrangendo também os recursos e as metas vinculados à mobilidade da população.



Em síntese, embora não haja registros de execução específica de gastos pela SEEC com obras de conservação de infraestrutura viária no exercício de 2025, essa Secretaria atuou de forma articulada no planejamento, na programação orçamentária, na definição de prioridades fiscais e no acompanhamento das diretrizes que orientam a alocação de recursos destinados à mobilidade urbana no Distrito Federal, integrando os instrumentos de planejamento governamental e apoiando a governança fiscal e financeira das ações relacionadas ao transporte público e à infraestrutura urbana.

6217 - DF MAIS SEGURO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	1160000,0	1160000,00	1064482,39	774220,90
8390 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	1160000,0	1160000,00	1064482,39	774220,90
TOTAL - 6217 - DF MAIS SEGURO	1160000,00	1160000,00	1064482,39	774220,90

FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO

A Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC) executou, no exercício de 2025, ações voltadas à assistência e ressocialização de sentenciados, em conformidade com o Contrato nº 47.877/2022, celebrado com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP).

A iniciativa tem como objetivo proporcionar oportunidades de trabalho a reeducandos dos regimes aberto e semiaberto, contribuindo para sua reintegração social por meio do exercício de atividades produtivas, em consonância com o Programa Ressocializa-DF, instituído pelo Decreto nº 43.824/2022.

O contrato prevê a disponibilização de até 40 reeducandos para atuação em atividades de apoio administrativo e operacional, tais como manutenção predial, conservação, copeiragem, recepção, serviços administrativos, digitalização de documentos e serviços gerais, assegurando a continuidade de serviços essenciais no âmbito da SEEC.

No exercício de 2025, foram alocados 36 reeducandos, distribuídos entre as seguintes unidades administrativas:

LOTAÇÃO DOS REEDUCANDOS	QUANTIDADE
Diretoria de Administração Predial - DIAPRE	14
Escola de Governo - EGOV	04
Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - INAS	02
Subsecretaria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção - SUENG	07
Gerência de Arquivo Intermediário e Digitalização - GEARQ	08
Núcleo de Transporte - NUTRA	01
TOTAL	36

A contratação da FUNAP contribuiu para a redução de custos operacionais, para o atendimento de demandas administrativas contínuas e para o fortalecimento de políticas públicas de inclusão social, promovendo a dignidade do trabalho, o desenvolvimento de competências e a redução da reincidência criminal, em alinhamento aos objetivos estratégicos e sociais do Governo do Distrito Federal.

8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	4000000,0	7196036,00	7124655,46	5249593,84
5331 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	4000000,0	7196036,00	7124655,46	5249593,84
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	35258996,0	15147594,34	13284259,79	11284259,79
0006 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	35258996,0	15147594,34	13284259,79	11284259,79
2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	62573000,0	63785589,00	63769261,48	58838933,34
0001 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	62573000,0	63785589,00	63769261,48	58838933,34
2990 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF	215894100,0	604234109,58	602788275,53	583944257,00
0004 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	8300000,0	8283587,00	6898649,37	5492923,52
0006 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-VIGILÂNCIA-DISTRITO FEDERAL	119594100,0	470309948,58	470309948,58	465835461,63
0008 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-LIMPEZA-DISTRITO FEDERAL	88000000,0	125640574,00	125579677,58	112615871,85
3943 - REFORMA DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI	1300000,0	1683350,31	1663521,74	1136625,34
0001 - REFORMA DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI-REVITALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO- PLANO PILOTO .	1300000,0	1683350,31	1663521,74	1136625,34
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	670204440,0	717982704,00	717982671,76	714744128,41
0055 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	670204440,0	717982704,00	717982671,76	714744128,41
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	25783467,0	22493559,00	22471499,20	22299619,20
6999 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	25783467,0	22493559,00	22471499,20	22299619,20
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	63801823,0	83116073,87	81744509,18	71874494,89
0013 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-Região Administrativa de Taguatinga- DISTRITO FEDERAL	1000000,0	248740,00	247863,03	171694,41
0051 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	62801823,0	82867333,87	81496646,15	71702800,48
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	6000000,0	0,14	0	0
0032 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-- DISTRITO FEDERAL	6000000,0	0,14	0	0
TOTAL - 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO	1084815826,00	1515639016,24	1510828654,14	1469371911,81

Programação Orçamentária Relizada

Da Gestão dos Contratos Corporativos

A Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal manteve durante o exercício de 2025 a gestão dos contratos relativos aos seguintes programas de trabalho:



- Manutenção de bens imóveis do GDF: serviços de vigilância; brigada contra incêndio e pânico (bombeiros civis); e limpeza.
- Manutenção da frota oficial de veículos: locação de veículos; gerenciamento do abastecimento; gerenciamento e administração da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos; e serviço de transporte terrestre (taxigov).
- Manutenção de serviços administrativos gerais: serviços de telefonia móvel.
- Concessão de bolsa estágio: agente de integração para operacionalização do Programa de Estágio da Secretaria.

Contratos de Segurança Patrimonial e Brigada contra incêndio e pânico

Atualmente, os contratos de segurança patrimonial e brigada contra incêndio atendem a 782 (setecentos e oitenta e duas) localidades, distribuídas por diversos órgãos do Complexo Administrativo do GDF, o que representa um aumento de aproximadamente 12% quando comparado ao ano anterior.

No que tange à questão orçamentária desses contratos, os números seguem a mesma tendência, conforme apresentado no quadro a seguir:

TIPO DE SERVIÇO	2024	2025
BRIGADA	R\$ 24.874.507,79	R\$ 37.868.159,15
VIGILÂNCIA	R\$ 454.725.524,03	R\$ 502.152.768,27
TOTAL	R\$ 479.600.031,82	R\$ 540.020.927,42

Dentre as realizações com o objetivo de aperfeiçoamento da gestão dos contratos corporativos, destaca-se o Sistema de Fiscalização de Contratos Corporativos (SFCC) que passou por evoluções significativas. Em 2016 e 2017, foram implantadas ferramentas de inovação na área de gestão e consulta, que beneficiaram o processo de execução contratual e fiscalização dos órgãos atendidos, bem como facilitaram a atuação da Comissão Executiva Central. Um dos principais resultados foi a realização de correções, necessárias à boa prática administrativa, o registro de fatos e a validação das entregas durante a execução, minimizando, portanto, os riscos e falhas durante o acompanhamento das obrigações contratuais.

Já em 2024, foi iniciada nova atualização, com o acréscimo de funcionalidade que permite o compartilhamento direto de informações entre contratante e contratada, o que resulta em maior segurança, organização documental e agilidade na entrega de certidões, notas fiscais e outros documentos. Tais ações refletiram maior controle e transparência na gestão dos contratos.

No mesmo ano, outros órgãos integrantes do Complexo Administrativo do Distrito Federal manifestaram interesse na ferramenta. Para tanto, seria necessária uma nova evolução do sistema, a fim de permitir múltiplos usuários e gestores. Ademais, a crescente demanda impunha a ampliação da segurança dos dados, a atualização contínua do sistema e o desenvolvimento de novas funcionalidades, incompatíveis com a linguagem de programação anteriormente utilizada - PHP.

Dessa forma, foi iniciado o projeto, denominado "e-Fiscaliza", que será incluído entre os aplicativos do Portal de Serviços do GDF, e visa aprimorar a fiscalização de contratos no âmbito do GDF, promovendo uma gestão pública mais eficiente, integrada e disponível a todo o Complexo Administrativo do GDF interessado, através de uma plataforma mais leve, moderna e adaptada às novas exigências operacionais.

O sistema encontra-se em desenvolvimento, na fase de testes avançados e ajustes de regras voltadas para atender à legislação. A previsão para a sua utilização está agendada para o segundo semestre de 2026.

Ressalta-se, ainda, que o desenvolvimento do sistema "e-Fiscaliza" está sendo realizado em plataforma low-code, que garantirá maior retorno, novos módulos de controle, registro de fiscalizações in loco, ferramentas gerenciais e dashboards dinâmicos que, ao final, serão de suma relevância para a gestão e fiscalização de contratos, além de fortalecer a transparência, a eficiência e a conformidade no cumprimento das obrigações contratuais.

Contratos de Serviços Gerais - conservação, limpeza e asseio



Em virtude do encerramento dos contratos corporativos de limpeza, conservação e asseio oriundos do Pregão Eletrônico nº 10/2019 - DICOM/SCG/SEFP-DF, foram realizados, no ano de 2025, novos estudos técnicos para embasar processo licitatório, com a finalidade de substituir os 10 contratos iniciados em 2019 e finalizados no ano em questão.

Neste contexto, foi lançado o Edital Pregão Eletrônico nº 90103/2024 COLIC/SCG/SECONT/SEEC, já sob o escopo da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, resultando na contratação e implantação de 10 (dez) novos contratos, os quais atendem 707 localidades, além de 14 novas localidades, implantadas através de saldo remanescente de metragens, assim como outras 44 novas unidades, que deverão ser implantadas após a finalização dos termos aditivos dos lotes 2 e 3.

Da prestação de serviços gerais – conservação, limpeza e asseio, apurou-se o valor pago de R\$158.546.551,80 (cento e cinquenta e oito milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e um reais e oitenta centavos), referente ao ano de 2025.

QUADRO-RESUMO DOS CONTRATOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO						
Tipo	Ano	Pregão	Quantidade de Contratos/Lotes	Valor Executado	Situação	Quantidade de Funcionários
Contratos Antigos	2019	10/2019 - SEEC	10	R\$ 107.735.517,62	rescindidos em 2025	1.499
Contratos Novos	2025	90.103/2025 - SEEC	10	R\$ 50.811.034,18	vigentes	1.643
TOTAL			-	R\$ 158.546.551,80	-	-

Insta consignar que, dentre as contratações encerradas e os novos contratos corporativos de limpeza e conservação, fez-se imperativa a gestão, fiscalização e o acompanhamento das Contas-Depósito Vinculadas – Bloqueadas para Movimentação, referentes aos trabalhadores terceirizados que prestam ou prestaram serviços continuados de limpeza a esta e outras secretarias através dos contratos firmados por esta Pasta, os quais totalizam aproximadamente 3.142 (três mil, cento e quarenta e dois) colaboradores, conforme quadro acima

Gestão de Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação

Durante o exercício de 2025 foi realizado o acompanhamento, controle e fiscalização da aplicação da Lei nº 4.636/2011 e do Decreto nº 34.649/2013, que regulamentam a Conta Vinculada - Bloqueada para Movimentação para provisionamento de encargos trabalhistas dos terceirizados vinculados aos contratos de prestação de serviços contínuos de vigilância, brigada e limpeza e conservação, para garantia da correta retenção e liberação dos recursos provisionados, assegurando o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias como rescisões, 13º salário, férias e abono de férias, impacto sobre férias e 13º salário e multa do FGTS, de forma a reduzir o risco de responsabilização subsidiária ou solidária do Governo do Distrito Federal em litígios trabalhistas.

Dessa forma, o valor apurado mensalmente pela fiscalização é retido em contas vinculadas aos contratos, sendo liberada a movimentação dos saldos mediante solicitação das empresas contratadas e a comprovação do dispêndio, durante o curso do contrato. Findo o contrato, a liberação dos saldos remanescentes é realizada mediante comprovação do adimplemento das verbas trabalhistas ou com a prescrição da ação trabalhista, atestadas pelo sindicato.

Gestão da Frota de Veículos

A Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC) é responsável pela gestão da frota de veículos do Complexo Administrativo do Distrito Federal que totaliza:

I- 816 (oitocentos e dezesseis) veículos locados;

II- 2.433 (dois mil, quatrocentos e trinta e três) veículos da frota própria; e

Outrossim, é responsável pelo transporte de servidores e demais usuários por intermédio do aplicativo denominado TáxiGov, além de promover o gerenciamento de combustíveis (gasolina, etanol, diesel comum, diesel s-10 e arla-32) para aproximadamente 2.475 (dois mil, quatrocentos e setenta e cinco) veículos, bem como as manutenções preventivas e corretivas dos veículos da frota própria.



Os contratos corporativos referente aos veículos, abastecimento, manutenção e transporte de passageiros por aplicativos atenderam concomitantemente, cerca de 80 (oitenta) órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal (GDF), especialmente nas áreas finalísticas e intermediárias, envidando esforços para atender as demandas em benefício dos cidadãos e consolidar-se com pronta atuação em todo o território, objetivando uma gestão eficiente e eficaz, com foco na conservação do patrimônio público e na segurança dos seus usuários.

No que tange às despesas relativas à gestão da frota (contratos corporativos), apresenta-se abaixo um resumo dos custos anuais, comparados aos custos do ano de 2024:

TIPO DE SERVIÇO	2024	2025
Manutenção da Frota Própria	R\$ 21.279.993,19	R\$ 12.698.169,46
Locação de Veículos	R\$ 28.988.463,46	R\$ 31.799.256,24
Gerenciamento do abastecimento	R\$ 16.963.585,33	R\$ 19.912.726,50
TáxiGov (transporte terrestre)	R\$ 7.141.420,71	R\$ 8.425.565,90
TOTAL	R\$ 74.373.462,69	R\$ 72.835.718,10

Noutro norte, o recolhimento de veículos onerosos ou inapropriados para circulação e levados a leilão em 2025 resultou em uma receita positiva de R\$ 3.560.070,00 (três milhões, quinhentos e sessenta mil e setenta reais), objeto da alienação de 224 (duzentos e vinte e quatro) veículos e máquinas pertencentes à frota própria.

Para o ano de 2026, está prevista a realização de novo leilão, com a finalidade de promover a renovação gradativa da frota de veículos do Distrito Federal. A expectativa é que o quantitativo de veículos e maquinários supere os anos anteriores, além de incluir lotes de pneus, baterias e peças que foram trocadas nas manutenções preventivas ou corretivas dos veículos da frota própria.

Importa ressaltar, ainda, a renovação da frota dos veículos do tipo picape pequena e média; a renovação dos veículos da frota de representação; a locação de veículos novos, do tipo sedan grande, em substituição a minivans, bem como a locação de veículos, do tipo sedan médio, para auxiliar nas demandas administrativas.

Além disso, registra-se que o processo de aquisição de veículos 100% elétricos encontra-se em fase final de planejamento, com posterior envio à área de compras da Secretaria de Estado de Economia, para a realização do respectivo certame licitatório voltado à aquisição de até 50 (cinquenta) veículos, a serem adquiridos por meio do Programa de Apoio à Modernização da Gestão Fiscal II - PROFISCO II, do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL

O serviço de telefonia móvel foi firmado por esta Pasta, com a empresa telefônica, mediante o Contrato Corporativo nº 42648/2021 para a prestação de Serviços de Telefonia Móvel Pessoal nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN), Longa Distância Internacional (LDI), Roaming Internacional e Internet Móvel, com fornecimento de equipamentos de telecomunicações.

O valor total anual do contrato é de R\$ 3.904.635,94 (três milhões, novecentos e quatro mil, seiscentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos), sendo 5.887 linhas de voz e 1.075 linhas de modems.

Atualmente são atendidos 85 (oitenta e cinco) órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal com a designação de 170 (cento e setenta) executores titulares e suplentes.

Dentre os benefícios obtidos com a centralização dos serviços no Contrato Corporativo, destacam-se os seguintes: redução dos custos das ligações entre as diversas unidades que aderiram ao contrato corporativo, contenção de custos nas unidades com o acompanhamento, execução e fiscalização dos serviços de telefonia.

Oportuno trazer, ainda, as principais realizações do ano de 2025 neste segmento, a saber:

- Aprimoramento de sistema/ferramenta destinado a otimizar e modernizar o procedimento de análise de faturas, garantindo maior eficiência, precisão e agilidade no processamento das informações.



- Desenvolvimento de sistema destinado a otimizar e modernizar o banco de dados, contemplando registros de linhas, aparelhos, usuários, órgãos atendidos, executores, entre outros.

- Elaboração de artefatos para processo de licitação, visando a contratação de empresa para a prestação contínua, por 30 (trinta) meses, de Serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN), Longa Distância Internacional (LDI), Roaming Internacional e Internet Móvel, com fornecimento de equipamentos de telecomunicações em regime de comodato (smartphones tipo I e II, modems e chips físicos/virtuais), incluindo sistema de gerenciamento de linhas (MDM) e suporte técnico 24x7, continuidade das atividades administrativas, operacionais e de atendimento ao público, assegurando a eficiência na prestação dos serviços públicos.

PROGRAMA DE ESTÁGIO (TRANSFORMA DF)

O Programa de Estágio da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC (Transforma DF) é regido pelos seguintes normativos: Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008; Lei Distrital nº 3.769, de 27 de janeiro de 2006; Decreto nº 40.910, de 23 de junho de 2020; Decreto nº 43.182, de 4 de abril de 2022; Portaria nº 576, de 28 de dezembro de 2018 e, atualmente, pelo Contrato Corporativo nº 052037/2024, cujo objeto é a contratação de agente de integração para a operacionalização do Programa de Estágio no âmbito do Governo do Distrito Federal, visando ao atendimento dos diversos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal.

O referido Programa atualmente atende 73 (setenta e três) órgãos e entidades do Distrito Federal, contando com 146 (cento e quarenta e seis) executores, entre titulares e suplentes e possibilita o ingresso de até 4.232 (quatro mil duzentos e trinta e dois) estudantes, sendo 2.797 (dois mil setecentos e noventa e sete) de nível superior, 1.335 (mil trezentos e trinta e cinco) de nível médio e 100 (cem) de nível acadêmico (estágio obrigatório não remunerado). Suas vagas foram preenchidas ao longo de 2025 conforme quadro abaixo:



Destacam-se as seguintes realizações ocorridas no ano de 2025:

- 02 (dois) processos seletivos de estágio remunerado, destinados a estudantes dos níveis médio e superior, para formação de cadastro reserva.

- No que se refere à implementação do Sistema de Gestão de Estagiários – SIGEST, plataforma destinada à otimização da gestão do Programa de Estágio no âmbito dos órgãos e unidades do Governo do Distrito Federal aderentes ao Contrato Corporativo nº 052037/2024, destaca-se que sua implantação ocorreu de forma modular.

- Em 2023, foram implantados os módulos de Ponto Eletrônico e Solicitação de Estagiários.

- Em 2024, foram implantados os módulos de Recurso, Rescisão, Relatório Analítico dos Estagiários, Atendimento SIGEST e Agente de Integração.

- Em 2025, foi implantado o módulo de Remanejamento, que permite ao estagiário a transferência do local de estágio para outro órgão, encontrando-se em desenvolvimento o Módulo do eSocial no SIGEST.



- Para o ano de 2026, está programada a implantação dos módulos de Alteração de Supervisor, Alteração de Horário, Alteração de Instituição de Ensino, Renovação do Termo de Compromisso de Estágio – TCE, Remanejamento de Estagiário e Relatórios de Gestão.

- Foi realizada a renovação contratual do agente de integração para a operacionalização do Programa de Estágio da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, com vigência até março de 2026. Paralelamente, encontra-se em andamento o processo licitatório para contratação de novo agente de integração, visando à continuidade da operacionalização do Programa de Estágio mediante concessão de Bolsa-Auxílio, a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos de educação superior, educação profissional, ensino médio e educação especial, das redes pública e privada.

- Foi lançado o Manual do Programa de Estágio – Versão 1, devidamente aprovado e publicado, contendo fluxos, checklists e modelos padronizados, proporcionando maior autonomia aos executores, supervisores e estagiários, bem como redução de retrabalho, inconsistências, maior previsibilidade de prazos e segurança processual.

- Em parceria com a Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS, foi realizada a Palestra de Letramento Racial no Museu da República, com a participação de 600 (seiscentos) estagiários, com foco na promoção da reflexão crítica sobre identidade, ancestralidade e práticas antirracistas.

Para o ano de 2026, além da atualização do Manual do Programa de Estágio, está prevista a implantação de dois cursos de capacitação voltados a executores e supervisores, a serem ofertados pela Escola de Governo do Distrito Federal.

Diante do exposto, observa-se que o Programa de Estágio da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal tem se consolidado como uma política pública estratégica para a formação profissional de estudantes e para o fortalecimento da Administração Pública, apresentando avanços significativos em governança, padronização de procedimentos e modernização da gestão.

Plano de Capacitação e Treinamento de Gestores e Fiscais de Contratos Corporativos

O Plano Anual de Capacitação e Treinamento de Gestores e Fiscais de Contratos Corporativos – PACTGFCC, oficialmente instituído por meio da Portaria nº 532, de 07 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 127, em 10 de julho de 2025, tem como objetivo melhorar a gestão e fiscalização de contratos corporativos sob gestão da SUCORP, com vistas à execução de políticas públicas e o alcance da finalidade das contratações no âmbito do Complexo Administrativo do Distrito Federal, com o intuito de promover a atuação qualificada por parte dos gestores e fiscais de contratos corporativos por meio do curso Gestão e Fiscalização de Contratos Corporativos e do Workshop Relacionado à Gestão da Frota.

Dessa forma, foram realizadas nove turmas do curso Gestão e Fiscalização de Contratos Corporativos, contando com a capacitação de 290 (duzentos e noventa) gestores/fiscais de contratos concluintes do curso.

Além das turmas de capacitação, foi realizado um Workshop Relacionado à Gestão da Frota, com 120 (cento e vinte) vagas ofertadas e contando com a participação de 132 (cento e trinta e dois) servidores.

DA GESTÃO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS

A SEEC é responsável pela coordenação da centralização e padronização das compras e licitações do Governo do Distrito Federal, sendo uma de suas principais atribuições a modernização do atual processo de compras públicas, tendo, ainda, a missão de coordenar a gestão, de forma sistêmica, dos contratos, convênios e demais instrumentos congêneres pactuados

pela

Pasta.

Nesse sentido, apresenta-se as principais ações desenvolvidas para o cumprimento das atribuições relativas às Compras Governamentais, a saber:

Ações para aprimoramento do decreto nº 44.330/2023 para regulamentação da nova Lei de licitações e contratos (Lei nº 14.133/2023)



Considerando a necessidade de revisar e aprimorar o Decreto nº 44.330/2023, que regulamenta a Lei de Licitações nº 14.133, de 1º de abril de 2021 no âmbito Distrital, bem como promover maior eficiência aos trabalhos de construção conjunta de soluções de manualização e de normatização das contratações públicas, foi deliberado, em reunião do Subcomitê de Governança das Contratações Públicas – SubGC, a criação de Grupo de Trabalho (GT) para a revisão de manuais, guias e propostas normativas no âmbito da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (Seec/DF). Essa decisão foi materializada por meio da publicação, no Diário Oficial do Distrito Federal nº 165, de 2 de setembro de 2025, da Resolução nº 1, de 16 de julho de 2025, que designou os membros responsáveis pela condução dos trabalhos.

Ainda no campo das atividades voltadas à padronização, destaca-se a iniciativa de garantir a conformidade dos processos e promover maior transparência, competitividade, agilidade e eficiência nas licitações públicas, em conformidade com a legislação vigente. Nesse contexto, e considerando a revogação do Decreto nº 23.287, de 17 de outubro de 2002, foram elaboradas novas minutas de contratos, termos e ajustes congêneres alinhados à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e ao Decreto Distrital nº 44.330/2023, as quais foram enviadas à Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) para análise e aprovação, conforme instrução constante no Processo SEI nº 00040-00012833/2022-98.

Regulamentação e padronização da aplicação de sanções no âmbito das contratações Pública do Distrito Federal.

Além disso, no processo de aprimoramento da regulamentação, foi apresentada uma proposta de Decreto para regulamentar o processamento e a aplicação de sanções nas licitações e contratações públicas do Distrito Federal. Essa minuta foi disponibilizada para consulta pública no Portal ComprasDF com o intuito de obter contribuições dos demais órgãos e entidades distritais, do mercado fornecedor e de quaisquer outros interessados, de modo a garantir maior aderência da norma à realidade prática das licitações e contratações públicas. A minuta do Decreto proposto está atualmente em análise, pelo grupo de trabalho instituído pelo Subcomitê de Governança das Contratações Públicas – SubGC, das contribuições recebidas durante a consulta pública, com a expectativa de que as sugestões e ajustes necessários sejam incorporados ao texto final.

Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Economia e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do DF (SEBRAE/DF), para fomento da participação de Micro e Pequenas Empresas locais nas compras e contratações do GDF.

Outro feito alcançado em 2025, foi a formalização do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre esta Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (Seec/DF) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal (Sebrae/DF), com o objetivo de, através da mútua cooperação entre as partes, instituir ações com vistas à incentivar e fomentar a participação das Micro e Pequenas Empresas locais nas compras e contratações públicas do Governo do Distrito Federal. A assinatura do termo ocorreu em 27 de novembro, e as atividades previstas no plano de ação do projeto já estão em andamento.

O acordo contempla ações voltadas à capacitação, orientação e divulgação de informações estratégicas, garantindo às ME/EPPs maior entendimento sobre como participar efetivamente das licitações, com destaque para a elaboração de propostas adequadas, análise de editais e cumprimento das exigências legais. Espera-se assim que essas ações possam contribuir para a redução das barreiras enfrentadas pelos empreendedores locais, principalmente aquelas que se relacionam com o desconhecimento dos ritos, procedimentos, exigências e oportunidades disponíveis no âmbito das contratações públicas.

Com a simplificação dos processos de participação, maior oferta de informações e desconstrução dos empecilhos e obstáculos, prevê-se um aumento no número de ME/EPPs participantes de licitações no Distrito Federal, uma maior taxa de sucesso dessas empresas nas disputas públicas, melhorias nos conteúdos e atendimentos ofertados nas Salas do Empreendedor, e um aumento da comunicação governamental junto aos fornecedores locais facilitando a divulgação de oportunidades de forma mais acessível e transparente, de modo que esta iniciativa se afirme como um avanço relevante para o desenvolvimento econômico



regional, fomentando o mercado local, gerando impacto direto na criação de empregos, crescimento regional e dinamização do mercado local por meio de compras governamentais mais inclusivas.

Adesão do Distrito Federal à plataforma de contratações públicas “Contrata + Brasil”, do Governo Federal.

O “Contrata+Brasil” é uma iniciativa encabeçada pela Secretaria de Gestão e Inovação (SEGES) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), lançada em 11 fevereiro de 2025, com o intuito de facilitar as contratações públicas e fortalecer a economia local, conectando de forma simples e rápida, compradores públicos da União, estados, municípios e fornecedores em todo o país, inicialmente microempreendedores individuais (MEIs), compondo assim uma plataforma ágil de oportunidades de negócios.

- A plataforma tem como principais vantagens:
- Conexão direta entre governo e pequenos fornecedores.
- Facilidade para buscar e oferecer serviços - Processo rápido e simplificado;
- Concede eficiência ao poder público;
- Criação de oportunidades para pequenos negócios;
- Praticidade: Alertas de novas oportunidades são enviados pelo WhatsApp aos fornecedores;
- Processos mais simples, ágeis e transparentes;
- Fortalecimento da economia local.

Diante da oportunidade, a Secretaria de Economia, em conjunto com o SEBRAE/DF, conforme Termo de Cooperação Técnica já mencionado, vem adotando medidas para o planejamento e início da adesão do GDF ao uso da ferramenta e todos os seus benefícios.

CICLO DE COMPRAS PÚBLICAS

Do Plano de Contratações Anual do Distrito Federal (PCA)

O Plano de contratações Anual do Distrito Federal é de responsabilidade da Secretaria de Economia, que realiza a gestão e padronização, além de administrar e fornecer os Sistemas informatizados utilizados para sua realização.

Nesse contexto, no ano de 2025 foram catalogados 3700 itens para atendimento de 85 órgãos do complexo administrativo do Distrito Federal os quais produziram seus respectivos Planos de Contratações Anuais, equivalente ao montante total de R\$ 22.778.960.905,13 (vinte e dois bilhões, setecentos e setenta e oito milhões, novecentos e sessenta mil, novecentos e cinco reais e treze centavos), totalizando 79.550 itens em planejamento para o ano de 2025.

Dos processos licitatórios

Durante o ano de 2025 foram iniciados e homologados 108 (cento e oito) processos, com um total estimado de R\$ 1.134.203.752,47 (um bilhão, cento e trinta e quatro milhões, duzentos e três mil, setecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e sete centavos), cujo valor homologado foi de R\$ 829.324.947,25 (oitocentos e vinte e nove milhões, trezentos e vinte e quatro mil, novecentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos), resultando em uma redução do valor estimado de R\$ 304.878.805,22 (trezentos e quatro milhões, oitocentos e setenta e oito mil, oitocentos e cinco reais e vinte e dois centavos), representando uma economia de 26,88% no ano de 2025, conforme o quadro abaixo:

Trimestre	Valor Estimado (R\$)	Valor Adquirido (R\$)	Redução do Valor Estimado (R\$)	Quant. Pregões e outros	%
1º Trimestre	608.053.052,74	471.151.345,73	136.901.707,01	20	22,51%
2º Trimestre	188.481.423,91	147.747.835,59	40.733.588,32	30	21,61%
3º Trimestre	181.108.881,08	103.141.987,41	77.966.893,67	34	43,05%
4º Trimestre	156.560.394,74	107.283.778,52	49.276.616,22	24	31,47%
Total	1.134.203.752,47	829.324.947,25	304.878.805,22	108	26,88%

Dos 108 processos tramitados citados, estão incluídos aqueles que iniciaram em 2024 e foram homologados em 2025, divididos entre registro de preços e aqueles com dotação orçamentária.



Também foram considerados os processos suspensos pelo TCDF e/ou pelo órgão demandante, bem como aqueles que se encontram na fase interna sem publicação e na fase externa de julgamento de propostas/habilitação e recurso, conforme demonstrativo abaixo:

	Processos tramitados em 2024	Estimativa (R\$) dos processos tramitados em 2024	Processos (R\$) tramitados e Homologados em 2024	%
Total	108	1.134.203.752,47	829.324.947,25	26,88%
Finalizado SRP	73	1.134.203.752,47	787.310.002,02	26,14%
Finalizado DOTAÇÃO	35	68.187.577,25	42.014.944,90	38,38%
A finalizar SRP	29	701.783.902,87	-	-
A finalizar com Dotação	16	18.266.809,64	-	-
Susp./Órgão	3	21.351.972,67	-	-
Susp./TCDF	5	361.688.018,72	-	-
Susp./TJDF	0	0	-	-
Susp.Cir/158/2022	0	0	-	-
Fase Interna	23	185.870.520,39	-	-
Fase Externa	13	189.867.321,85	-	-

Do Sistema de Registro de Preços (SRP):

Para a instauração de processos licitatórios destinados ao atendimento das necessidades dos órgãos e entidades que integram a estrutura Administrativo do Governo do Distrito Federal (GDF), por meio do Sistema de Registro de Preços, insta esclarecer que a Secretaria de Economia (SEEC) consolida as demandas mediante uma Intenção de Registro de Preços do Distrito Federal (IRPDF).

No exercício de 2025, foram consolidadas 89 (oitenta e nove) IRPDF, contemplando o total de 1.242 itens, quais sejam, bens e serviços comuns.

Desse quantitativo, 47 IRPDFs, por serem compostas por itens comuns entre os diversos órgãos integrantes da estrutura administrativa do GDF, foram conduzidas de forma centralizada. Nesse caso, a Cosup, além de proceder à consolidação das demandas, é responsável também pela instrução dos artefatos de planejamento da contratação, além do acompanhamento técnico do processo licitatório, incluindo a revisão da descrição dos objetos a ser contratado e o apoio aos pregoeiros nas análises técnicas dos procedimentos do certame.

Das Atas de Registro de Preços

A fim de atender aos diversos órgãos que compõem a estrutura administrativa do GDF, no decorrer do ano de 2025 estiveram vigentes 358 Atas de Registro de Preços, com 1.578 itens registrados, cujo valor total dos itens registrados foi de R\$ 1.332.563.299,37 (um bilhão, trezentos e trinta e dois milhões, quinhentos e sessenta e três mil duzentos e noventa e nove reais e trinta e sete centavos).

Foram emitidas, neste período, 6.772 autorizações de solicitações de saldo de ata, para um total de 87 órgãos. O valor total autorizado, durante o exercício em apreço, foi de aproximadamente R\$ 694.792.501,77 (seiscentos e noventa e quatro milhões, setecentos e noventa e dois mil quinhentos e um reais e setenta e sete centavos).

Ainda, tendo em vista que os órgãos não participantes da Atas, podem solicitar adesão, nos termos da legislação vigente. Em 2025 foram autorizadas 164 adesões à ARP, contemplando o valor na ordem de R\$ 318.741.807,94 (trezentos e dezoito milhões, setecentos e quarenta e um mil oitocentos e sete reais e noventa e quatro centavos).

Do Sistema de Gestão de Almoxxarifados:

Com o objetivo de promover a gestão integrada e padronizada dos almoxxarifados dos órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal (GDF),



o sistema permite o controle, o registro e o acompanhamento das entradas, saídas, saldos e movimentações de materiais, bem como a conciliação física e financeira dos estoques. Essas funcionalidades subsidiam a prestação de contas, fortalecem a transparência e apoiam a tomada de decisões pelos 87 órgãos usuários do sistema.

No decorrer do exercício de 2025, foram registradas 16.760 entradas de materiais que totalizaram R\$ 879.243.968,14 (oitocentos e setenta e nove milhões, duzentos e quarenta e três mil, novecentos e sessenta e oito reais e quatorze centavos), bem como 35.173 saídas no montante de R\$ 883.644.311,24 (oitocentos e oitenta e três milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, trezentos e onze reais e vinte e quatro centavos), evidenciadas nos 87 Relatórios Anual de Material de Almoxarifado.

Dos Contratos e Instrumentos Congêneres:

De antemão, salienta-se que ocorreu uma reestruturação administrativa promovida pelo Decreto nº 45.433, de 18 de janeiro de 2024 que, dentre outras, alterou a nomenclatura desta Pasta para Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC/DF).

Assim, registra-se que, atualmente, está sendo feita a gestão administrativa de 124 (cento e vinte e quatro) contratos e 86 (oitenta e seis) termos congêneres, totalizando-se 210 (duzentos e dez) instrumentos vigentes no âmbito desta Pasta, perfazendo o montante de R\$ 1.886.443.076,88 (um bilhão, oitocentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, setenta e seis reais e oitenta e oito centavos).

No período que compreende 01 de janeiro a 29 de dezembro de 2025, foram firmados 75 (setenta e cinco) novos instrumentos celebrados (contratos, cessões, acordos e demais congêneres). Além disso, foram formalizados no total 85 (oitenta e cinco) Termos Aditivos aos contratos firmados no âmbito desta Secretaria, abrangendo prorrogações, alterações de polo, alterações qualitativas, alterações quantitativas, reajustes, repactuações, entre outros.

Conformidades e Gestão de Riscos:

Com objetivo de mitigar e superar empecilhos, são delineadas constantemente intervenções preventivas visando subsidiar ações necessárias que resultem na racionalização dos recursos administrativos e a consequente economia de escala aos cofres públicos do Governo do Distrito Federal. Assim, são adotadas diariamente diligências no sentido de realizar atividades que contribuem para a celeridade na condução dos procedimentos que ensejam a instrução processual, com objetivo de evitar a descontinuidade dos serviços públicos.

Desse modo, para minimizar riscos, adotou-se como procedimento rotineiro a notificação das áreas demandantes, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias do fim da vigência dos contratos afetos à sua área de execução ou operacionalização.

Sob esse contexto, foram elaborados e encaminhados às áreas demandantes um total de 263 (duzentos e sessenta e três) memorandos, visando à manifestação expressa sobre o interesse e a necessidade de prorrogação da vigência e, em outros casos, a apresentação de relatório circunstanciado final de execução do contrato.

Em tempo, é válido consignar que o número de Memorandos de Alerta é superior ao número de contratos vigentes, tendo em vista que em diversas oportunidades, na ausência de manifestação ou devolução dos autos, a área técnica demandante é provocada em mais de uma oportunidade.

Noutro giro, em relação à fase interna da licitação, foram realizadas verificações de conformidade de 184 processos licitatórios para atendimento de órgão e entidades GDF, além da validação de 1.058 itens (entre bens e serviços) e a pesquisa de preços de 840 itens (entre bens e serviços).

Realizações	Métrica	Quantidade
Verificação de conformidade de instrução processual	Processo	184
Verificação de conformidade da Pesquisa de Preços	Item (bens e serviços)	1058
Elaboração de Pesquisa de Preços	Item (bens e serviços)	840

Do Programa de Integridade:



Quanto a este tópico, considerando o disposto no art. 1º da Lei nº 6.112, de 02 de fevereiro de 2018, no qual se estabeleceu a obrigatoriedade de implementação do Programa de Integridade no âmbito de todas as Pessoas Jurídicas que celebrarem contrato, consórcio, convênio, concessão, parceria público-privada e qualquer outro instrumento ou forma de avença similar, inclusive decorrente de contratação direta ou emergencial, pregão eletrônico e dispensa ou inexigibilidade de licitação, com a administração pública direta ou indireta do Distrito Federal, com valor global igual ou superior a R\$ 6.734.137,24 (seis milhões, setecentos e trinta e quatro mil cento e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos), conforme Ofício Nº 1/2025 - CGDF/SUGOV (162232504), e, por intermédio das diretrizes traçadas no cerne do Decreto nº 40.388, de 14 de janeiro de 2020, foram instruídos 46 (quarenta e seis) processos para envio à Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF), no âmbito das contratações centralizadas realizadas por esta Secretaria.

Das repactuações, revisões, reajustes, acréscimos e supressões contratuais:

Entre o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025, foram repactuados 27 (vinte e sete) contratos, com base nas suas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho, e, conjuntamente, foram formalizadas revisões/alterações de 09 (nove) destes contratos, totalizando 580 (quinhentos e oitenta) planilhas de custos e formação de preços elaboradas. Ademais, estão em fase final de formalização mais 07 (sete) instrumentos de repactuação e 01 (um) de revisão.

Quanto ao reajuste em sentido estrito, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foram reajustados até a presente data, 45 (quarenta e cinco) instrumentos, cada qual considerando sua respectiva planilha de preços, estando ainda em fase final de formalização mais 15 (quinze) reajustes.

No mesmo período, foram celebrados 15 (quinze) acréscimos contratuais correspondendo a uma majoração total de R\$ 69.764.088,10 (sessenta e nove milhões setecentos e sessenta e quatro mil oitenta e oito reais dez centavos) e 03 (três) supressões contratuais, levando em consideração que 02 (duas) já formalizadas e 01 (uma) na iminência da formalização correspondendo a uma redução total de R\$ 1.268.272,51 (um milhão duzentos e sessenta e oito mil duzentos e setenta e dois reais e cinquenta e um centavos).

Do acompanhamento e controle dos instrumentos:

No período de 01 de janeiro de 2025 a 29 de dezembro de 2025, foram confeccionados 261 (duzentos e sessenta e um) extratos para dar publicidade às novas contratações, aos termos aditivos e/ou rescisões celebradas. Foram efetuados, ainda, seus respectivos registros, inclusive aqueles referentes aos apostilamentos celebrados, no Sistema de Gestão de Contratos (e-ContratosDF), no Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGo) e no sistema interno de controle denominado Cronos, totalizando 232 (duzentos e trinta e dois) registros. Além disso, foram realizado também o controle periódico das garantias contratuais, referentes à 279 (duzentas e setenta e nove) garantias efetivadas.

No mesmo período, foram arquivados 49 (quarenta e nove) contratos cuja vigência encontrava-se expirada. Nestes casos, os encerramentos dos processos ocorrem após empreendidas medidas junto às áreas técnicas para elaboração do relatório final de execução e da declaração de baixa contábil, procedendo, assim, quando cumpridos os requisitos e, se for o caso, à devolução das garantias de execução contratual.

Cabe ressaltar que atualmente há 44 (quarenta e quatro) contratos e/ou instrumentos congêneres com a vigência expirada, os quais estão em fase de diligências para o devido encerramento processual e inativação no SIGGo. Desse quantitativo, a maioria está pendente de elaboração e o envio do Relatório Final de Execução do Contrato pelos respectivos executores, conforme preconizado no art. 41, inciso II, do Decreto Distrital nº 32.598/2010 e na Lei nº 8.666/93 (ou Lei nº 14.133/2021), ou estão pendentes de manifestação acerca de pendência financeiras ou de pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores (DEA).

Insta destacar, ainda, que todos os instrumentos celebrados pela SEEC/DF, são encaminhados mensalmente à Assessoria de Comunicação (ASCOM/SEEC), para inserção no Portal da Transparência, nos termos dos arts. 7º e 8º da Lei nº 4.990, de 2012 e arts. 7º e 8º do Decreto Distrital nº 34.276, de 2013 e conforme estabelece a Instrução Normativa nº



02, de 8 de dezembro de 2015-CGDF e nos normativos supramencionados, visando otimizar e apoiar a transparência ativa.

Por fim, registra-se que foram respondidas 48 (quarenta e oito) consultas, no que diz respeito aos contratos desta Secretaria, provenientes dos Órgãos de Controle das esferas Distrital e Federal (PGDF, UCI, Ouvidoria, CLDF).

Entraves encontrados na adequada atuação contratual:

Importante alertar que, por muitas vezes, a instrução processual necessita de ajustes por parte das áreas técnicas demandantes, mesmo durante o processo de aquisição, o que delonga a conclusão das análises dos setores de licitação e gera a necessidade de ajustes pelos setores responsáveis, repercutindo na celeridade dos procedimentos que visam a celebração dos contratos, termos aditivos e instrumentos congêneres.

Assim sendo, no exercício de 2025, apesar de análises procedimentais, identificaram-se conjunturas, gargalos, em síntese:

- A ausência de uma norma Distrital que estabeleça parâmetros objetivos para a fixação de percentuais de multa acarreta a remessa de processos com lacunas no preenchimento de itens essenciais do edital. Tal cenário impõe a necessidade de constantes diligências junto às áreas demandantes para a complementação de dados, o que altera o fluxo procedimental regular e retarda a formalização dos instrumentos contratuais.
- A demora ou a ausência de manifestação das áreas demandantes em relação aos memorandos de alerta encaminhados, os quais têm como finalidade a obtenção da declaração da comissão executora ou fiscalizadora acerca do interesse na prorrogação ou não da vigência contratual, bem como a emissão de parecer sobre a regularidade dos pagamentos dos itens passíveis de repactuação.
- Ausência de normativo que estabeleça o prazo a ser observado pelas áreas para a adequada instrução, elaboração e formalização das minutas de contratos, termos aditivos e instrumentos correlatos.
- Atraso por parte das áreas demandantes no envio de relatórios, documentos e demais requisitos indispensáveis à execução das atividades relacionadas aos procedimentos de prorrogação de vigência, outros aditamentos requeridos ou ao arquivamento dos processos.
- Demora por parte das empresas na apresentação dos documentos de habilitação e das garantias exigidas.
- A ausência de integração entre os sistemas SIGGo, E-Contratos, Cronos e PNCP exige a inclusão manual dos contratos em cada sistema separadamente, o que torna o processo mais lento, suscetível a erros e menos eficiente. A integração desses sistemas permitiria maior agilidade, precisão e eficiência na gestão dos contratos.

Da Modernização da gestão das contratações

Sistema e-Contratos:

No que tange à gestão de soluções tecnológicas voltadas para compras governamentais, informa-se que o Sistema e-ContratosDF encerrou o exercício de 2025 em fase de sustentação. Esta etapa consistiu na execução contínua de atividades voltadas à manutenção da estabilidade, segurança e eficiência da ferramenta. Priorizou-se o monitoramento constante, a correção de inconsistências (bugs), a implementação de atualizações e melhorias de desempenho, bem como a prestação de suporte técnico, garantindo-se, assim, a continuidade dos negócios e a adaptação do sistema às demandas da Administração Pública.

Quanto aos indicadores de desempenho do módulo de contratos, registra-se um total acumulado de 17.000 instrumentos cadastrados, englobando as modalidades global e estimativo. Deste universo, encerram-se o exercício com 6.415 contratos vigentes, distribuídos entre 119 órgãos do Distrito Federal, cujo montante financeiro gerido através destes instrumentos vigentes perfaz o total de R\$ 33.719.321.035,97 (trinta e três bilhões, setecentos e dezenove milhões, trezentos e vinte e um mil, trinta e cinco reais e noventa e sete centavos).

Ressalta-se a relevância estratégica da base de dados do e-ContratosDF, que serve como fonte primária para ações de monitoramento, gestão de riscos e controle social. As



informações subsidiam diversos órgãos e instrumentos de controle, tais como o Portal da Transparência (gerido pela Controladoria Geral do Distrito Federal), o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), a Câmara Legislativa (CLDF), a Defensoria Pública (DPDF) e a Secretaria de Estado de Saúde (via InfoSaúde).

No que concerne às metas não atingidas no período, relata-se a não conclusão dos módulos referentes à gestão de congêneres, contratos externos (executados fora do ambiente SIGGo) e contratações por empenho. A não conclusão do desenvolvimento dessas funcionalidades decorreu da identificação de inconsistências técnicas e da necessidade de aprimoramento da qualidade das entregas apresentadas pela fábrica de software responsável.

Tais ocorrências foram devidamente analisadas, registradas em Nota Técnica e comunicadas formalmente às partes envolvidas, tendo-se concluído pela inviabilidade de implantação segura dessas etapas no exercício em referência.

Sistema e-ComprasDF:

O e-ComprasDF é um sistema utilizado para realizar o planejamento, auxiliar na fase interna da licitação, nas sessões públicas de lances e na gestão automatizada das Atas de Registro de Preços, visando à informatização e modernização, ao melhor controle e transparência nas compras públicas realizadas pelo Governo do Distrito Federal.

Registro das Contratações

Encontra-se em implantação o novo módulo do Sistema e-ComprasDF, que tornará obrigatório o registro das contratações realizadas pelos órgãos da Administração Distrital. Dessa maneira, as contratações diretas, como dispensas de licitação e inexigibilidades, agora poderão ser consultadas via internet, e disponibilizadas no portal da transparência do Estado. Além disso, a funcionalidade promove a conversão dos itens licitados ao padrão do catálogo unificado do Plano de Contratações Anual, fornecendo uma importante ferramenta de rastreamento do Planejamento da Contratação até sua execução. Ademais, o mesmo sistema poderá enviar essas contratações diretas ao Portal Nacional de Contratações Públicas.

Padronização das Compras Públicas através da unificação de Sistemas

O Sistema de Gestão de Atas de Registro de Preços (SGARP) e o Sistema e-ComprasDF (o qual realiza o PCA do GDF e contém o catálogo padronizado) estão sendo unificados. Dessa maneira, todos os procedimentos do Plano de Contratações e do Planejamento e Gestão de Atas de Registro de preços passarão a ocorrer dentro do e-ComprasDF.

Dispensa Eletrônica

A divulgação da funcionalidade de dispensa eletrônica foi implantada no Sistema e-ComprasDF. Por meio dela, os órgãos podem realizar os procedimentos de dispensa de licitação, de forma online e eletrônica, utilizando o sistema informatizado de Compras do GDF, integrado ao Plano de Contratações Anual e ao registro de preços.

Sistema Cronos e o controle informatizado dos prazos e obrigações contratuais

O sistema de controle de contratos vigentes operou em fase de sustentação durante o ano de 2025, priorizando a estabilidade, segurança e eficiência da ferramenta.

Quanto às melhorias em Módulos e Usabilidade, foram efetuadas correções e melhorias nas funcionalidades de quadro de avisos, contratos e congêneres. O monitoramento constante permitiu a correção de inconsistências (bugs) e a implementação de atualizações de desempenho para garantir a continuidade das atividades administrativas.

No que tange à segurança e administração na seção de Perfil (Administração), realizaram-se melhorias na segurança do cadastro de usuários, permitindo a alteração protegida de dados de acesso como login e senha. Esses ajustes contribuíram para a proteção das credenciais e maior segurança e estabilidade no uso do sistema. Foi disponibilizada uma instância do sistema especificamente para a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília (TCB). Foram feitos ajustes e adequações técnicas necessárias no sistema para atender às demandas laborais desse órgão TCB.

Já quanto ao monitoramento de prazos e transparência, mantiveram-se ativos os módulos de Alertas (para vencimentos em menos de 180 dias) e Diligências, que utilizam sinalização



visual (verde/vermelha) para indicar a viabilidade de prorrogação. O sistema continuou permitindo a exportação de dados para Excel em todas as suas abas principais.

Sistema de Automação de Processos (SAP)

As evoluções no SAP focaram na integração sistêmica e na substituição de fluxos de trabalho manuais por ferramentas automatizadas de alta produtividade, destacando-se:

Integração com o SEI: Implementação da integração com o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), o que proporcionou maior clareza e eficiência na gestão e acompanhamento dos processos internos pelos usuários.

Automação Consulta ao DODF: Desenvolveu-se a funcionalidade de consulta automatizada ao Diário Oficial. O sistema passou a permitir o cadastro em lote via arquivos Excel gerado no SIGMA, possibilitando a consulta subsequente de todos os registros de forma integrada ao Diário Oficial.

Otimização de Atividades: Esta nova ferramenta de consulta automatizada substituiu o antigo processo manual, no qual a conferência era realizada registro por registro diretamente no arquivo PDF do Diário Oficial. A automação garantiu celeridade na fiscalização de atos administrativos e redução de falhas operacionais. Além da importação em massa, o sistema disponibilizou formulários para cadastro individual para posterior consulta ao DODF, permitindo ajustes pontuais conforme a necessidade do Órgão.

Quanto ao suporte e sustentação técnica, consigna-se que a gestão técnica de ambos os sistemas fundamentou-se na resiliência das plataformas e no apoio às unidades usuárias, especialmente nos pontos detalhados abaixo:

- **Manutenção Preventiva e Corretiva:** Prestação de suporte técnico para a correção de inconsistências e adaptação tecnológica às novas demandas surgentes.
- **Documentação Técnica:** Manutenção e atualização de manuais de usuário, que orientam desde o acesso inicial (login) até funções de edição e extração de relatórios, promovendo a autonomia dos operadores.
- **Estabilidade de dados:** As atividades de sustentação asseguraram que os sistemas permanecessem como fontes seguras para ações de monitoramento e gestão de riscos.

Atualização contínua do Mapeamento dos Processos Vinculados à Compras Públicas.

Em 2023 foi realizado o projeto intitulado "Ma.P SCG" que tinha como intuito realizar o mapeamento dos processos da Central de Compras, de forma a registrar o fluxo processual dos procedimentos de compras realizados no âmbito da competência desta Secretaria. Na ocasião, foram elaborados 38 processos com seus respectivos manuais descritivos, os quais podem ser acessados na página <https://sapscg.economia.df.gov.br/map>.

Desde então, houve o monitoramento da evolução destes processos, os quais estão diretamente relacionados à excelência na execução dos processos licitatórios, consequentemente com a eficiência das contratações e aquisições públicas, impactando, diretamente, na disponibilidade de serviços de qualidade à população.

Em 2025, mantendo os esforços para a contínua atualização dos fluxos, iniciou-se uma nova rodada de análise do mapeamento junto às áreas que internas responsáveis pela centralização das compras públicas do governo, para atualização dos processos já desenhados e levantamento de novos processos que ainda demandam mapeamento. Esta, é uma boa prática que objetiva melhorar a eficiência dos serviços executados, uma vez que facilita a visualização do funcionamento da organização, criando assim, uma visão sistêmica das atividades, que auxilia na tomada de decisões estratégicas e na constante melhoria dos produtos gerados e resultados alcançados.

DA ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Gestão de pessoas

No que se refere às realizações no âmbito da Gestão de Pessoas, destacam-se as ações relacionadas ao Programa de Incentivo à Pós-Graduação (PIPG), cujo objetivo é promover o desenvolvimento de competências nas áreas de planejamento, orçamento, administração,



tributação, arrecadação, auditoria e controle, gestão fazendária e gestão de políticas públicas e governamentais do Distrito Federal.

O Programa viabiliza a concessão de bolsas de estudo em cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu aos servidores efetivos, nos termos da Portaria Conjunta nº 04, de 19 de janeiro de 2023, concedidas com recursos provenientes do Tesouro, do Fundo de Modernização e Reparelhamento da Administração Fazendária (FUNDAF), do Fundo da Receita Tributária do Distrito Federal (PRÓ-RECEITA) e do Fundo de Aprimoramento do Controle Interno do Distrito Federal (PRÓ-CONTROLE INTERNO).

No exercício de 2025, foram contabilizadas 127 (cento e vinte e sete) bolsas de capacitação ativas, sendo 98 (noventa e oito) destinadas a cursos de mestrado, 21 (vinte e uma) a cursos de doutorado e 8 (oito) a cursos de especialização. Considerando que a duração dos cursos varia entre 12 e 48 meses, as despesas estimadas ao longo de 2025 totalizaram R\$ 4.221.932,62 (quatro milhões, duzentos e vinte e um mil, novecentos e trinta e dois reais e sessenta e dois centavos), correspondendo a uma média de R\$ 33.243,56 (trinta e três mil, duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos) por servidor bolsista.

Gestão Documental

No exercício de 2025, foi iniciado o desenvolvimento de uma nova plataforma do Sistema Integrado de Controle de Processos (SICOP), com o objetivo de substituir o sistema atualmente utilizado, que não permite atualizações. Foi realizado o levantamento de requisitos e o design da nova solução, visando modernizar o controle processual e preservar o acesso ao histórico de processos físicos (1960 e 2018). A proposta é disponibilizar um sistema moderno, ágil, seguro e customizável, a ser desenvolvido pela própria Secretaria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC). No mesmo período, foram realizados 1.698 atendimentos aos usuários do sistema e capacitados 92 servidores com perfil e senha de nível gerencial.

No âmbito do Plano de Gestão do Conhecimento, iniciou-se o processo de contratação de consultoria especializada, com a finalidade de auxiliar a implementação do Plano de Gestão do Conhecimento, que levantará dados para diagnosticar o estágio atual da gestão do conhecimento na Secretaria de Economia (SEEC). Pretende-se criar a Plataforma e o Observatório de Gestão do Conhecimento, para concentrar ações voltadas à criação, ao compartilhamento e à aplicação do conhecimento institucional, fortalecendo a eficiência administrativa e a inovação organizacional.

Quanto ao Manual de Comunicação Oficial do Governo do Distrito Federal, foram realizadas revisões no seu conteúdo, e ainda uma pesquisa pública junto aos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal para levantamento de sugestões de ajustes e inclusões necessárias, cujas propostas foram consolidadas e apresentadas em reunião da Rede Integrada de Protocolos. O texto do manual encontra-se também em processo de revisão para atender às diretrizes de Linguagem Simples, além de apresentar novos modelos de documentos, infográficos e esquemas, com o objetivo de facilitar a compreensão e a aplicação das orientações pelas unidades do GDF, promovendo maior eficiência, uniformidade e qualidade na produção documental.

No que se refere à Rede Integrada de Protocolos (Reprot/DF), foram realizadas quatro reuniões ao longo do ano, com a capacitação de aproximadamente 300 servidores em assuntos relacionados à classificação de documentos, ao sistema e-Protocolo, à gestão de documentos e ao Manual de Comunicação Oficial.

Por fim, registra-se que o Sistema Integrado de Normas Jurídicas (Sinj-DF) computou mais de 406.000 acessos no período. Foram cadastradas 409 edições do Diário Oficial do Distrito Federal e incluídos 4.296 novos atos normativos. Encontra-se em andamento estudo para definição de um novo leiaute mais intuitivo, minimalista e responsivo para o sistema.

Gestão Financeira

No que se refere à gestão financeira, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM III, foram realizadas despesas



destinadas à contratação de serviços de tecnologia da informação, capacitação de servidores, bem como à aquisição de materiais permanentes, mobiliários e equipamentos de informática.

No tocante à gestão dos valores referentes a depósitos judiciais, administrativos, em dinheiro, de natureza tributária e não tributária, nos quais o Distrito Federal figure como parte, bem como daqueles que não figure como parte, da localidade sob a jurisdição do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF, foi pago ao Banco de Brasília o montante de R\$ 7.748.145,80 (sete milhões, setecentos e quarenta e oito mil, cento e quarenta e cinco reais e oitenta centavos), a título de remuneração pelos serviços de administração da sistemática de controle e repasse desses depósitos.

No âmbito do Programa Nota Legal, foram aplicados recursos no valor de R\$ 48.762.606,72 (quarenta e oito milhões, setecentos e sessenta e dois mil, seiscentos e seis reais e setenta e dois centavos) para o pagamento dos prêmios dos sorteios, beneficiando 13.420 contribuintes, bem como para a restituição de créditos em conta indicada por 167.736 contribuintes.

No que se refere à execução de sentenças judiciais relativas a precatórios, que asseguram o repasse de recursos ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF, com vistas ao cumprimento do Plano Anual de Pagamento de Precatórios, homologado em 2025 no valor de R\$ 172.860.556,20 (cento e setenta e dois milhões, oitocentos e sessenta mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos), foram efetuados pagamentos mensais que totalizaram R\$ 72.025.231,75 (setenta e dois milhões, vinte e cinco mil, duzentos e trinta e um reais e setenta e cinco centavos). Ressalte-se que a quantidade de beneficiários referente ao exercício de 2025 ainda não se encontra disponível para consulta, uma vez que a prestação de contas é de responsabilidade da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF.

Para execução de sentenças judiciais de Requisições de Pequeno Valor – RPV, relativas ao pagamento de dívidas públicas distritais com valores menores ou iguais a 10 (dez) salários mínimos, foram despendidos recursos no montante de R\$ 168.839.448,00 (cento e sessenta e oito milhões, oitocentos e trinta e nove mil quatrocentos e quarenta e oito reais).

Por fim, destaca-se que foram efetuados pagamentos no valor total de R\$ 20.420.423,30 (vinte milhões, quatrocentos e vinte mil quatrocentos e vinte e três reais e trinta centavos), a título de Restituição de Tributos aos contribuintes do Distrito Federal, que efetuaram pagamento em duplicidade ou realizaram pagamento de eventuais valores cobrados indevidamente.

Gestão Patrimonial

No que se refere ao patrimônio imobiliário, dentre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se a organização documental, a atualização cadastral e a regularização dos imóveis pertencentes à Secretaria de Estado de Economia (SEEC), bem como a elaboração de documentos e a execução de ações relacionadas à ocupação e/ou regularização desses bens.

Foi prestado suporte à formalização de Termos de Cessão de Uso entre órgãos e a SEEC, por meio da emissão de planos de trabalho que subsidiam a elaboração dos referidos termos, tanto para imóveis de uso funcional quanto institucional.

Foram realizadas ações de controle e acompanhamento dos imóveis ocupados, com verificação da adequada utilização, além do monitoramento dos gastos com energia elétrica e água vinculados aos Termos de Cessão de Uso. As atividades rotineiras compreenderam o acompanhamento de serviços de poda, manutenção predial, entrega de materiais e limpeza, bem como o recebimento de imóveis, a exemplo daqueles localizados na SQN 510 Norte e na antiga Papelaria ABC.

Destaca-se ainda a solicitação de laudos de avaliação mercadológica para fins de regularização de imóveis, continuidade de trâmites administrativos, transferência de carga patrimonial, entre outras finalidades.

O planejamento e o acompanhamento contínuo dos imóveis ocorreram por meio de vistorias técnicas e da elaboração dos respectivos relatórios. Houve o acompanhamento de ações judiciais envolvendo imóveis da SEEC, incluindo ocorrências policiais, processos de



reintegração de posse e incorporações de imóveis por vias judiciais. Também houve o monitoramento de imóveis provenientes da SAB, destinados à alienação pela Terracap.

Além disso, foram dirigidas e orientadas as atividades relacionadas à cessão, permissão e autorização de uso dos imóveis da Seec, bem como o acompanhamento dos termos de cessão de uso formalizados com outros órgãos.

Por fim, houve a aquisição de imóvel por meio da transferência do 1º e 2º subsolos do Edifício Bernardo Sayão, localizado no SC/Sul, Quadra 13, lotes 30 e 31 (Quadra 04, Bloco A, nº 216).

Com referência ao patrimônio mobiliário, foram consolidados fluxos processuais e promovida a otimização do serviço de recolhimento de bens inservíveis de toda a Administração Direta do Distrito Federal. Nesse contexto, destaca-se a realização do Leilão de Bens Inservíveis em 14 de novembro de 2025, que contou com 272 lotes e resultou em arrecadação de R\$ 4.427.490,00 (quatro milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, quatrocentos e noventa reais).

Foi coordenada a execução do Inventário Anual de 2025, envolvendo 50 subcomissões e 650 setores, além da incorporação de 10.816 bens ao patrimônio da SEEC, no valor total de R\$ 33.891.585,19. Também foram realizadas a transferência de 1.638 bens para 43 órgãos da Administração Direta e 42.857 movimentações internas de bens.

Adicionalmente, foram promovidas atualizações no Sistema de Gestão Patrimonial (SISGEPAT), relacionadas a termos de responsabilidade e chefias, bem como o acompanhamento do credenciamento de leiloeiros, totalizando 53 leiloeiros credenciados e 7 indicados.

No âmbito da administração dos Edifícios Anexo do Palácio do Buriti, Vale do Rio Doce e demais imóveis próprios sob responsabilidade da SEEC, foi realizado o acompanhamento contínuo do consumo de água potável, com leitura diária dos hidrômetros, visando à identificação de alterações no padrão de consumo e à adoção de medidas corretivas para redução do desperdício, em conformidade com o Decreto nº 37.644/2016. Nesse contexto, foram implantadas boas práticas de consumo consciente, promovidas campanhas permanentes de conscientização junto aos usuários das edificações e realizado o treinamento contínuo das equipes de limpeza e conservação para a identificação precoce de vazamentos, ampliando a agilidade na manutenção e correção de problemas hidráulicos.

No que se refere ao controle de acesso, o sistema do Edifício Anexo do Palácio do Buriti registrou, no período de 1º de janeiro a 30 de novembro de 2025, o total de 1.213.539 acessos autorizados, sendo 118.769 referentes a visitantes, onde foram submetidos aos procedimentos formais de autorização.

Os serviços de vigilância compreenderam rondas horárias nos andares, escadas de emergência e principais postos de monitoramento e acesso, incluindo entradas norte e sul, central de monitoramento por câmeras (CFTV), espaço qualidade de vida no 16º andar, garagem, berçário e postos de apoio, além da contenção de possíveis invasões decorrentes de manifestações.

Dentre os serviços de brigada de incêndio destacam-se realização de vistorias permanentes nas áreas elétricas e hidráulicas, assegurando o cumprimento das normas técnicas, a redução de riscos de incêndio e o atendimento pré-hospitalar em situações de emergência, além de outros acompanhamentos inerentes à área.

Quanto aos serviços de copa e à distribuição de água mineral, foi realizada a distribuição diária e semanal de garrações de água nos bebedouros das unidades vinculadas à SEEC, abrangendo o Edifício Anexo do Buriti, o Edifício Vale do Rio Doce, o Edifício Carlos Botelho, o Parque Cidade Corporate (INAS e Subsaúde) e o Edifício IPEDF.

Os serviços de limpeza e conservação abrangeram a higienização de banheiros, limpeza de mobiliários, salas, corredores, hall de entrada, recolhimento de resíduos e limpeza das áreas externas.

Por fim, foram executados pequenos reparos nas redes elétrica, hidráulica e estrutural, bem como identificação de irregularidades nas instalações prediais.



Tomada de Contas Especial

No exercício de 2025, foram realizadas apurações relacionadas a assédio moral, sexual e racismo (25 processos), despesa sem cobertura contratual (34 processos), atendimento pericial no âmbito do SUBSAUDE (16 processos) e execução contratual e de convênios (15 processos), evidenciando as principais demandas enfrentadas pela unidade no período.

No que se refere à recomposição dos prejuízos causados ao erário do Distrito Federal, foram priorizadas soluções de composição amigável, observados os limites legais de alçada. Nesse contexto, foram firmados Termos Circunstanciados de Regularização (TCR), que resultaram na devolução aos cofres públicos do montante de R\$ 7.689,63. Registra-se, ainda, que o valor global apurado nas Tomadas de Contas Especiais (TCEs) e nas Investigações Preliminares (IPs), instauradas e conduzidas ao longo do exercício, ultrapassa o montante de R\$ 26.653.875,16.

Em consonância com os princípios da celeridade, economicidade, eficiência e do interesse público, foram instaurados 08 (oito) procedimentos de medidas administrativas internas anteriores à instauração de Tomada de Contas Especial (Instrução Prévia), com vistas à promoção do ressarcimento ao erário a menor custo de apuração, além de 27 (vinte e sete) Juízos de Admissibilidade e 30 (trinta) Procedimentos de Investigação Preliminar (PIP), com o objetivo de evitar a instauração de procedimentos mais onerosos aos cofres públicos, tais como Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares.

Deu-se ainda a continuidade ao mapeamento dos fluxos processuais e à implementação de mecanismos de gestão de riscos, visando o aprimoramento do trâmite dos processos e à mitigação de riscos relacionados à perda de prazo ou de objeto das apurações. Frisa-se que diversas apurações foram subsidiadas por laudos e análises técnicas elaboradas por peritas indicadas pela Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho.

Houve atuação na atualização do Programa de Integridade da SEEC, bem como na indicação de servidores para composição do Conselho de Ética (CE/GAB) e do Comitê Interno de Combate e Prevenção ao Assédio (CICPA/SEALOG), fortalecendo as ações institucionais de integridade, ética e prevenção de irregularidades.

Por fim, no que concerne à capacitação dos servidores, a equipe da ATCE foi incentivada à participação em cursos e ações de desenvolvimento ofertados no âmbito do Governo do Distrito Federal e da administração pública federal, em alinhamento à proposta de modernização e aprimoramento contínuo dos procedimentos adotados pela Assessoria.

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NÃO EXECUTADA

3903.0032 - Reforma de Prédios e Próprios:

Trata-se de subtítulo incluído na Lei Orçamentária Anual da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC, destinado a viabilizar eventuais despesas relacionadas à indenização à Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A., referentes à implantação do Centro Administrativo do Distrito Federal – CADF.

A eventual indenização pelos investimentos realizados pela concessionária permanece em análise nas esferas administrativa e jurídica no âmbito do Governo do Distrito Federal.

Em razão da inexistência de deliberação conclusiva quanto à matéria no exercício de referência, as dotações orçamentárias consignadas nessa programação não foram executadas, tendo sido posteriormente objeto de remanejamento pelo órgão central de orçamento.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Ao longo do exercício de 2025, a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC) consolidou entregas que se destacaram pelo elevado impacto institucional, financeiro e estratégico, contribuindo de forma direta para a modernização da gestão pública, o fortalecimento da governança fiscal e a ampliação da capacidade do Estado em planejar,



executar e monitorar políticas públicas. Entre as principais realizações extraordinárias, destacam-se:

Modernização da Gestão Fiscal e Captação de Recursos Internacionais

Destaca-se a formalização e o início da execução do Programa de Apoio à Gestão Fiscal dos Estados – PROFISCO II, por meio da assinatura do Contrato nº 8694/OC-BR com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O programa representa uma das mais relevantes iniciativas estruturantes da SEEC, com financiamento de US\$ 72,7 milhões e contrapartida local de US\$ 7,3 milhões, voltado à modernização da gestão fazendária, da administração tributária e da gestão do gasto público. No primeiro ano de execução, o Distrito Federal apresentou desempenho superior à média nacional, com 100% das metas físicas pactuadas cumpridas, execução financeira acima do previsto e ingresso expressivo de recursos nos cofres públicos.

Encerramento Bem-Sucedido do PNAFM III

Outro marco relevante foi a conclusão do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM III (2ª Fase), com execução global de 99,98% dos recursos previstos. O programa viabilizou entregas estruturantes, como a atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário, o Censo Imobiliário do Distrito Federal e a modernização de sistemas de arrecadação, com impactos permanentes na qualidade da informação governamental e no incremento da arrecadação tributária.

Avanços Estruturantes na Administração Tributária

A implantação de solução tecnológica integrada para gestão e fiscalização do ISSQN configurou-se como realização de alto impacto. A adoção do padrão nacional da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e da DES-IF permitiu maior integração de dados, fortalecimento do combate à sonegação e simplificação das obrigações acessórias. Os resultados foram expressivos, com crescimento significativo da arrecadação do imposto e consolidação de uma base tecnológica moderna e interoperável.

Fortalecimento da Governança e da Gestão por Processos

No campo da governança institucional, a SEEC avançou de forma significativa na consolidação da gestão por processos, com o levantamento de centenas de demandas de mapeamento e modelagem, muitas delas associadas a iniciativas estratégicas do Planejamento Estratégico Institucional, do PEDF e do PROFISCO II. Destaca-se, ainda, a aprovação da Política de Gestão de Riscos da SEEC e de seu Manual, fortalecendo a cultura de controle, prevenção e tomada de decisão baseada em riscos.

Aprimoramento do Monitoramento Estratégico e da Transparência

A evolução do Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do Distrito Federal – GestãoDF, bem como o desenvolvimento de painéis estratégicos em plataforma de business intelligence, ampliaram a capacidade institucional de acompanhamento de resultados, prestação de contas e apoio à tomada de decisão, reforçando a transparência e a efetividade das ações governamentais.

De forma geral, as realizações extraordinárias de 2025 evidenciam a capacidade da SEEC de conduzir projetos complexos, captar recursos externos, entregar soluções estruturantes e fortalecer a governança pública, posicionando a Secretaria como ator central na modernização do Estado e na promoção da sustentabilidade fiscal do Distrito Federal.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No exercício de 2025, a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal desenvolveu um conjunto amplo e estruturante de ações voltadas à modernização da gestão pública, ao fortalecimento da governança institucional e ao aprimoramento da eficiência administrativa, com destaque para iniciativas de planejamento, inovação, transformação digital, gestão fiscal, execução orçamentária, administração patrimonial e políticas de gestão de pessoas.



Entre as principais realizações, destacam-se os avanços na coordenação estratégica institucional, com o acompanhamento sistemático das iniciativas do Planejamento Estratégico Institucional e do PEDF, a consolidação de sistemas estruturantes de planejamento, orçamento e monitoramento, a execução de programas financiados por organismos multilaterais — como o PNAFM III e o início da execução do PROFISCO II — e a implementação de soluções tecnológicas voltadas à arrecadação, fiscalização, controle fiscal e transparência.

No campo da modernização administrativa, houve evolução significativa na integração e aprimoramento de sistemas corporativos, como os voltados ao controle de emendas parlamentares, planejamento orçamentário, gestão de pessoas, saúde ocupacional, patrimônio, frota, contratos, tecnologia da informação e governança de dados. Também se destacam iniciativas voltadas à inovação institucional, à linguagem simples, à inclusão, à saúde mental, à qualidade de vida no trabalho e à capacitação continuada de servidores, reforçando uma abordagem transversal e orientada a resultados.

No âmbito da gestão fiscal e fazendária, a execução do PNAFM III alcançou praticamente sua totalidade, com entregas relevantes relacionadas ao Cadastro Territorial Multifinalitário, censo imobiliário, modernização de sistemas de arrecadação e fortalecimento da administração tributária. Em complemento, o PROFISCO II iniciou sua execução com desempenho superior à média nacional no primeiro ano, cumprindo integralmente as metas físicas pactuadas e apresentando execução financeira acima da previsão inicial, o que evidencia maturidade institucional e capacidade de execução da SEEC.

Apesar dos avanços, dificuldades relevantes foram enfrentadas ao longo do exercício. Destaca-se o elevado volume de demandas operacionais e estratégicas concentradas em determinadas áreas, especialmente aquelas relacionadas à correção de inconsistências e à sustentação de sistemas informatizados legados, o que demandou significativo esforço das equipes técnicas. Soma-se a isso a limitação da força de trabalho frente à crescente complexidade das atribuições institucionais, evidenciando a necessidade de revisão da estrutura organizacional e de reforço do quadro de pessoal em áreas estratégicas.

Outro desafio recorrente refere-se à heterogeneidade no nível de maturidade técnica das unidades setoriais quanto ao uso dos instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação, o que impacta a qualidade das informações prestadas aos órgãos de controle, ao Poder Legislativo e à sociedade.

Para o próximo exercício, a SEEC projeta a consolidação e o aprofundamento das iniciativas já em curso, com foco na entrega de valor público, na eficiência administrativa e na sustentabilidade fiscal. Entre as principais perspectivas, destacam-se:

- ampliação das ações de capacitação dos agentes de planejamento, em parceria com a Escola de Governo, visando ao aprimoramento da elaboração, monitoramento e avaliação dos instrumentos de planejamento;
- continuidade da transformação digital, com o desenvolvimento e a implantação de novos sistemas estruturantes, incluindo soluções para substituição e modernização de sistemas legados;
- avanço na implementação do PROFISCO II, com execução progressiva da carteira de projetos voltados à governança institucional, administração tributária e gestão do gasto público;
- fortalecimento da gestão por processos, da gestão de riscos e da governança das contratações;
- expansão das iniciativas de inovação, transparência, participação social e uso intensivo de dados para apoio à tomada de decisão;
- aprimoramento das políticas de gestão de pessoas, saúde ocupacional, inclusão e qualidade de vida no trabalho;
- modernização da infraestrutura física e tecnológica, incluindo projetos relacionados à eficiência energética, data center, segurança da informação e conectividade.
- De forma geral, as ações desenvolvidas e as perspectivas delineadas reforçam o papel da Secretaria de Estado de Economia como órgão central de coordenação estratégica, inovação institucional e modernização da gestão pública, contribuindo para o fortalecimento



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

da capacidade do Estado em planejar, executar, monitorar e avaliar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do Distrito Federal.



19202 - BANCO DE BRASILIA S/A - BRB

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Banco de Brasília S.A. – BRB é uma Sociedade de Economia Mista, de capital aberto, criada conforme autorização contida na Lei Federal nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, pelo Estatuto Social e demais disposições legais aplicáveis.

O Banco tem por objeto o exercício de quaisquer operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades autorizadas aos integrantes do Sistema Financeiro Nacional, inclusive operações de câmbio, das quais resultem a promoção do desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, da Região Centro-Oeste e das demais áreas de sua influência.

Dentre as competências do BRB, na qualidade de agente financeiro do Distrito Federal, destacam-se:

I. Receber, a crédito do Tesouro do Distrito Federal, as importâncias provenientes de arrecadação de tributos, subvenções, auxílios e quaisquer outras rendas;

II. Realizar os pagamentos necessários à execução orçamentária do Distrito Federal, consubstanciada no Orçamento aprovado e em créditos abertos, de acordo com as autorizações que lhe forem transmitidas pelo Secretário de Estado da Fazenda;

III. Receber, na qualidade de executor de serviços bancários do Distrito Federal, as disponibilidades de quaisquer órgãos ou entidades vinculadas ao Distrito Federal;

IV. O BRB poderá ainda, na forma da lei, financiar empresas que realizam obras públicas do Distrito Federal, de caráter produtivo ou de relevante interesse social, observadas, sempre, a viabilidade técnica.

FORÇA DE TRABALHO					
Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1.395	624	1.015	478	3.512
Comissionados sem vínculo efetivo	8	0	0	0	8
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	165	0	41	206
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	161	0	95	256
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	1.403	950	1.015	614	3.982
(-) Cedidos para outros órgãos	5	7	0	0	0
Total Geral	1.398	943	1.015	614	3.970



Gestão Estratégica de Pessoas: Um Pilar do Sucesso do BRB

O BRB vem consolidando seu papel como uma instituição financeira pública moderna, ágil e inovadora, comprometida em entregar resultados consistentes e sustentáveis. Alinhado ao seu Planejamento Estratégico, o Banco tem investido em iniciativas que não apenas fortalecem sua posição no mercado, mas também potencializam o impacto positivo junto às pessoas — sejam clientes, colaboradores ou a sociedade em geral.

Com um time formado por 3.532 colaboradores, o BRB alia estabilidade e experiência a uma cultura organizacional orientada para a inovação, aprendizado e resultados. A média de 13 anos de vínculo dos empregados com a instituição reflete o compromisso com o desenvolvimento de talentos e a valorização do conhecimento técnico e da dedicação. Essa base sólida de profissionais é essencial para a concretização da estratégia de oferecer aos clientes uma experiência superior, completa e personalizada.

A diversidade e a inclusão estão no centro das ações do BRB. Hoje, 39% dos colaboradores são mulheres, ocupando 39% dos cargos gerenciais, resultado de políticas afirmativas voltadas para a igualdade de gênero. Além disso, o Banco conta com 5,2% de pessoas com deficiência em seu quadro funcional, promovendo um ambiente acessível e inclusivo, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Com uma visão orientada ao cliente, mais de 42% do quadro funcional está alocado em áreas fim, especialmente na Rede de Atendimento, assegurando proximidade e excelência nos serviços prestados.

O compromisso do BRB com as pessoas também se reflete em sua atuação social. O Banco oferece oportunidades significativas para jovens talentos por meio de programas de estágio e aprendizagem, reconhecidos no mercado por oferecer uma das maiores bolsas de estágio do setor financeiro. Esses programas não apenas fomentam o aprendizado e o crescimento profissional, mas também contribuem para o desenvolvimento de novas competências estratégicas, alinhadas à visão de futuro do BRB.

Ao integrar pessoas, tecnologia e inovação, o BRB segue firme em sua trajetória de crescimento sólido e consistente, comprometido com a entrega de resultados perenes e com a construção de um ambiente inclusivo e orientado a resultados. Essa estratégia reforça o papel do Banco como um agente de transformação no setor financeiro e como parceiro confiável para clientes e colaboradores, promovendo impacto positivo em todas as suas esferas de atuação.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS	4486849041,0	0	4486849041,0	4486849041,0
0007 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS--DISTRITO FEDERAL	4486849041,0	0	4486849041,0	4486849041,0
9057 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS	470429978,0	0	470429978,0	470429978,0
0001 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS--DISTRITO FEDERAL	470429978,0	0	470429978,0	470429978,0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	4957279019,00	0,00	4957279019,00	4957279019,00

Programação Orçamentária Realizada

OBS.: O valor registrado na coluna "Executado" da tabela é referente à data-base 30/11/2025. De acordo com o artigo 26, do Decreto 47.810 de 13 de Outubro de 2025 o



prazo final para lançamento da execução orçamentária foi dia 09/01/2026, impossibilitando os lançamentos referentes ao mês de Dez/25.

9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS

Neste programa, considerando a atividade fim do Banco, o destaque é a despesa de captação (custo associado ao funding do BRB).

As fontes de captações são oriundas de Depósitos a Prazo (CDBs), Poupança, Letras Financeiras (LCI, LCA) e repasses, além de captações diretas com outras instituições financeiras.

9057 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS

Na qualidade de contribuinte, o BRB recolhe mensalmente para o Governo do Distrito Federal o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), que incide sobre a receita de prestação de serviços bancários.

O Banco também atua na condição de substituto tributário. O regime de Substituição e/ou Responsabilidade Tributária para o ISS foi criado pela Lei nº 294/1992 e ampliado às empresas pela Lei nº 1.355/1996 e suas alterações, e consiste na atribuição da responsabilidade pelo recolhimento do imposto a terceiros, vinculados ao fato gerador na condição de contratante, fonte pagadora ou intermediário de serviços, realizados no Distrito Federal.¹

Além disso, todos os estabelecimentos do BRB situados no Distrito Federal pagam a Taxa de Funcionamento de Estabelecimento – TFE. A taxa tem como fato gerador o poder de polícia (atos administrativos de licenciamento, prevenção, orientação ou fiscalização) regularmente exercido pelo GDF, por meio do cumprimento da legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo, da higiene sanitária e saúde, da ordem e tranquilidade públicas e da proteção ao meio ambiente, visando disciplinar os estabelecimentos situados no Distrito Federal. O referido fato gerador ocorre na data do pedido de alvará, quando do início das atividades e em 1º de janeiro de cada exercício, para os anos subsequentes.

Nesse programa de trabalho são registradas a somas das despesas com ISS, COFINS, PIS/PASEP, IR e CSLL.

BRB			
Data	ISS/DF	IRRF/DF (1)	Taxas/DF
31/01/2025	897.092,83	143.575,45	8.309,44
28/02/2025	895.899,02	188.324,49	10.469,37
31/03/2025	876.884,60	127.534,88	20.735,74
30/04/2025	741.160,85	133.670,31	10.260,17
31/05/2025	896.350,86	138.275,96	2.413,67
30/06/2025	784.926,94	163.042,90	17.992,99
31/07/2025	841.815,02	143.655,18	37.814,19
31/08/2025	840.244,12	191.416,62	106.443,76
30/09/2025	884.248,54	149.938,41	64.316,53
31/10/2025	1.080.876,82	215.943,20	13.498,49
30/11/2025	735.442,30	164.079,41	10.234,82
31/12/2025	1.067.159,61	275.088,37	11.237,07
Total	10.542.101,51	2.034.545,18	313.726,24

Fonte: DIFIC/SUCOC/GETRI

¹ Fonte: Manual do Substituto/Responsável Tributário do Imposto sobre Serviços – ISS elaborado pelo Núcleo de Monitoramento do ISS-ST e IRRF. Governo do Distrito Federal Secretaria de Estado de Economia – Subsecretaria da Receita Coordenação do ISS. ” (Adaptado).



6206 - ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
5013 - Revitalização da Pista do Autódromo Internacional de Brasília.	67485932,0	0	67485932,0	54004090,0
0001 - Revitalização da Pista do Autódromo Internacional - de Brasília - PLANO PILOTO	67485932,0	0	67485932,0	54004090,0
TOTAL - 6206 - ESPORTE E LAZER	67485932,00	0,00	67485932,00	54004090,00

Programação Orçamentária Realizada

OBS.: O valor registrado na coluna "Executado" da tabela é referente à data-base 30/11/2025. De acordo com o artigo 26, do Decreto 47.810 de 13 de Outubro de 2025 o prazo final para lançamento da execução orçamentária foi dia 09/01/2026, impossibilitando os lançamentos referentes ao mês de Dez/25.

5013 - REVITALIZAÇÃO DA PISTA DO AUTÓDROMO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA

Em 12 de maio de 2022 foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica – ACT nº 62/2022, entre o BRB Banco de Brasília S.A. e a Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, transferindo a gestão do Autódromo da Terracap para o BRB, pelo período de 30 (trinta) anos, tendo como objetivo a reativação e a revitalização do equipamento público.

Com vistas a subsidiar o Plano de Trabalho do Projeto de Reativação e Revitalização do Autódromo Internacional de Brasília, foram elaborados, previamente à celebração do ACT, os seguintes estudos:

- Análise econômico-financeira: Price water house Coopers Brasil – julho/2019;
- Relatório de diagnóstico: Rígido Engenharia – junho/2021;
- Relatório de Naming Rights: Iluminus Consultoria – agosto/2021;
- Plano de Utilização: BRB e Terracap – novembro/2021;
- Avaliação de Valuation: Iluminus Consultoria – abril/2022.

De acordo com o Plano de Utilização, a área do Autódromo Internacional de Brasília funcionará como uma Arena de múltiplo uso, para recebimento de eventos esportivos e culturais. Os principais eventos esportivos serão as competições de automobilismo e motovelocidade, além de kart, motocross, BMX, off road e bike center. No que tange os eventos culturais, é prevista a realização de shows e festivais musicais.

O BRB, conforme prevê o ACT, possui as seguintes obrigações:

- Realizar os investimentos necessários à reativação e requalificação do Autódromo;
- Promover eventos para ocupar e utilizar os espaços, gerando receitas;
- Arcar com todos os custos de manutenção; e
- Responsabilizar-se pela gestão do espaço.

Dadas as obrigações imputadas ao BRB no âmbito do ACT nº 62/2022, o Banco elaborou estudo referente às etapas e respectivos custos necessários para o atingimento dos objetivos do Projeto de Reativação e Revitalização do Autódromo Internacional de Brasília. Para tanto, foi aprovado em dezembro de 2022, o orçamento de R\$ 135 milhões (cento e trinta e cinco milhões) em investimentos.

A primeira etapa do Projeto refere-se à requalificação da pista, com a adequação do circuito, o que possibilitará o recebimento de competições esportivas nacionais e internacionais. O BRB será responsável pela aquisição de todos os insumos e pelas eventuais contratações necessárias à execução dos serviços, enquanto o Departamento de Estradas e Rodagem do Distrito Federal – DER/DF se responsabilizará pelo controle tecnológico dos serviços executados na pista e por demais serviços demandados, conforme Acordo de Cooperação Técnica, de 12 de maio de 2022, celebrado especificamente para esse fim.



No âmbito da requalificação da pista, o BRB já efetivou, até 2024, a contratação de R\$ 29.049.500,48 (vinte e nove milhões, quarenta e nove mil, quinhentos reais e quarenta e oito centavos), referentes às compras de britas, emulsões asfálticas, argila expandida, defensas metálicas, pneus para barreiras de segurança, subestação de energia, muros e guarita, PSDP e Posto Marshall, terminais de defensas metálicas, barreiras móveis, e tintas para sinalização luminosa, consultoria especializada, projetos geométrico e de iluminação do kartódromo, e fornecimento de CBUQ.

Em janeiro de 2025, o BRB efetivou a contratação de R\$ 41.564.408,51 (quarenta e um milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e oito reais e cinquenta e um centavos) referentes a execução da pavimentação da pista de competição do autódromo internacional de Brasília, incluindo o kartódromo, pavimentação em concreto, instalação de defensas metálicas, drenagem, paisagismo, sinalização vertical e horizontal, com o fornecimento de toda mão-de-obra, matéria-prima, insumos, ferramentas e equipamentos apropriados à plena entrega do objeto.

Em fevereiro a empresa formada pelo Consórcio Novo Autódromo iniciou a execução do contrato de revitalização e requalificação do Autódromo Internacional de Brasília. Foram realizadas a mobilização dos equipamentos e maquinários, instalação da usina de asfalto e construção do canteiro de obras.

As obras ocorreram conforme o projeto, porém, em agosto e setembro de 2025 alguns itens das entregas previstas precisaram ser revisitados, como o projeto de drenagem e projeto de pavimentação. Em outubro de 2025 se fez necessário a realização do aditivo de contrato que foi ajustado entre as partes o acréscimo de 42,53% do valor inicial. A contratação seguiu todos os trâmites internos do BRB, tendo sido cancelado pelo jurídico e assinado pelos dirigentes da instituição. O valor final do contrato ficou em R\$ 59.240.010,02 (cinquenta e nove milhões, duzentos e quarenta mil, dez reais e dois centavos).

A previsão de encerramento do projeto convergiu para entrega do autódromo com homologação CBA para a pista de corrida. Assim, foi possível receber a primeira prova de Stock Car Pro Series em 2025, cuja reinauguração do espaço, que contou com a presença do Governo do Distrito Federal-GDF, ocorreu na semana da prova de corrida, nos dias 28, 29 e 30 de novembro do citado ano. Em 06 de dezembro o Autódromo recebeu a corrida da Endurance Brasil, com a última prova do campeonato. Essas duas provas abriram um leque de opções para agenda de eventos de 2026.

Com a finalização do Projeto Autódromo BRB, as áreas internas do Banco receberão as atividades e processos necessários para realizar gestão do equipamento público em 2026.

6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3933 - REFORMA DE ESPAÇOS CULTURAIS	51753015,0	0	51753015,0	0
0001 - REFORMA DE ESPAÇOS CULTURAIS- REFORMA DA SALA VILLA LOBOS DO TEATRO NACIONAL- DISTRITO FEDERAL	51753015,0	0	51753015,0	0
3501 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO	154638010,0	0	154638010,0	43936539,9
0001 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO - BANCO DE BRASÍLIA S/A - DF ENTORNO	154638010,0	0	154638010,0	43936539,9
3936 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV	7038410,0	0	7038410,0	1195111,0
0004 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV-- PLANO PILOTO .	7038410,0	0	7038410,0	1195111,0



TOTAL - 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	213429435,00	0,00	213429435,00	45131650,90

Programação Orçamentária Realizada

OBS.: O valor registrado na coluna "Executado" da tabela é referente à data-base 30/11/2025. De acordo com o artigo 26, do Decreto 47.810 de 13 de Outubro de 2025 o prazo final para lançamento da execução orçamentária foi dia 09/01/2026, impossibilitando os lançamentos referentes ao mês de Dez/25.

3501 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO (Projeto Estratégico - PMO)

O BRB consolidou sua estratégia de expansão nacional, fortalecendo parcerias estratégicas e ampliando sua presença em novas regiões. Esse movimento foi impulsionado por iniciativas relevantes, como a aquisição de folhas de pagamento (João Pessoa – PB, TJ Alagoas – AL, Tocantins – TO, Maceió – AL, Porto Nacional – TO e TJPB), convênios com órgãos públicos (TRT 9 e TJCE) e a custódia de depósitos judiciais (TJPB, TJMA, TJAL, TJDFT, TJBA), entre outros. Essas ações permitiram ao Banco ingressar em mercados estratégicos, aumentar sua capilaridade e diversificar fontes de receita e capital, assumindo papel de destaque junto a Estados, Municípios e Tribunais.

Paralelamente à expansão, o BRB vem promovendo a modernização e o reposicionamento da sua rede de atendimento no Distrito Federal e nas demais praças onde atua. Desde 2021, foram entregues 82 unidades sob o novo modelo, sendo 4 unidades em 2021/2022, 23 em 2023, 28 em 2024 e 27 concluídas em 2025. Esse novo conceito de ambiência, que integra design, eficiência e tecnologia, foi reconhecido internacionalmente com o prêmio Silver no Muse Design Awards, na categoria Projeto de Ambientação, reforçando o compromisso do Banco com inovação e sustentabilidade.

Somente em 2025, foram entregues 27 unidades, incluindo 10 novas aberturas, 14 reformas e 3 transferências. Dentre as novas, destaca-se a abertura do Escritório de Alta Renda Bueno em Goiânia e da Ag. Cristalina, ambas em Goiás; a entrega da nona unidade na capital paraibana; a entrega de uma nova unidade na cidade do Rio de Janeiro; bem como a abertura do escritório Alta Renda em Águas Claras-DF.

O Banco também promoveu a transferência, para imóveis mais novos e estratégicos, de unidades importantes: Ag. Goiânia, Ag. Taguatinga Centro e Ag. Rio de Janeiro. A modernização da rede no DF foi pauta importante com a reforma de 14 unidades, destacando as unidades dentro de órgãos públicos, tais como: Ag. Buriti e PAs Procuradoria, Terracap, Tiradentes, DPE, além de unidades em regionais da Secretária de Educação (Planaltina, Gama e Guará) e em batalhões da PMDF (Gama). Unidades de rua consideradas importantes também foram integralmente modernizadas: Park Shopping (modelo Alta Renda), Ag. Riacho Fundo e Ponta Norte. Abaixo a relação na íntegra das novas unidades concluídas em 2025:

PONTO DE ATENDIMENTO	UF	DATA ENTREGA	ESTRATÉGIA FINAL
AG BURITI	DF	06/01/2025	PERMANECER
PA PROCURADORIA	DF	06/01/2025	PERMANECER
PA BUENO	GO	20/01/2025	NOVA
AG GOIÂNIA	GO	20/01/2025	TRANSFERIR
PA TET 9 - CUIABÁ	PR	27/01/2025	NOVA
AG JOÃO PESSOA	PB	31/01/2025	NOVA
PA PMDF GAMA	DF	28/02/2025	PERMANECER
PA CCNDE	PB	10/03/2025	NOVA
PA PARKSHOPPING	DF	26/03/2025	PERMANECER
PA CRISTALINA	GO	02/04/2025	NOVA
AG RIACHO FUNDO	DF	07/05/2025	PERMANECER
AG PONTA NORTE	DF	09/07/2025	PERMANECER
PA TERRACAP	DF	30/07/2025	PERMANECER
AG TAGUATINGA	DF	20/08/2025	TRANSFERIR
PA TIRADENTES	DF	27/08/2025	PERMANECER
PA PORTO NACIONAL	TO	10/09/2025	NOVA
PA DOM PEDRO II	DF	24/09/2025	PERMANECER
PA SEE OF/GUARÁ	DF	08/10/2025	PERMANECER
PA SEE OF/PLANALTINA	DF	15/10/2025	PERMANECER
PA CNC	DF	20/10/2025	PERMANECER
PA SEE OF/GAMA	DF	12/11/2025	PERMANECER
PA GURUPI	TO	12/11/2025	NOVA
PA BARBA	RJ	14/11/2025	NOVA
AG RIO DE JANEIRO	RJ	27/11/2025	TRANSFERIR
PA DPE	DF	03/12/2025	PERMANECER
PA MANHATTAN ÁGUAS CLARAS	DF	08/12/2025	NOVA
PA ARAGUAÏNA	TO	08/12/2025	NOVA

Atualmente, o BRB conta com 948 pontos de atendimento ativos, entre agências e correspondentes, com presença física em 20 entes da Federação, incluindo o Distrito Federal.



3936 – REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV

Após a parceria entre o BRB e o Governo do Distrito Federal, formalizada pelo ACT nº 02/2019, a gestão do Complexo Urbanístico da Torre de TV de Brasília foi transferida para o Banco, com o objetivo de desenvolver o projeto de revitalização do Complexo e criar o Corredor Cultural BRB.

Esse corredor é composto pela Torre de TV, a Fonte Luminosa e todo o Jardim Burle Marx, localizado na zona central de Brasília. Desde que assumiu a gestão do espaço, o BRB não apenas garantiu a manutenção de todo o Complexo Cultural BRB, mas também promoveu diversas ações de melhoria no local.

Em 2025, a Torre de TV recebeu mais de 25 mil visitantes mensais no Mirante, totalizando cerca de 300 mil pessoas ao longo do ano. Já o Mezanino, segundo dados da empresa Live Experience 4YOU, atraiu aproximadamente 385 mil visitantes em período equivalente. Com isso, estima-se que pelo menos 685 mil pessoas tenham passado pelo espaço. Além da visitação, a Torre foi palco de diversos eventos culturais e turísticos, fortalecendo a valorização da cultura local e atraindo públicos de diferentes regiões.

O Corredor Cultural BRB passou por várias melhorias significativas no ano de 2025. Entre as principais evoluções estão:

Reforma do Centro de Atendimento ao Turista (CAT): O espaço, utilizado como posto de apoio aos trabalhadores terceirizados, passou por uma reforma, proporcionando mais conforto, melhor estrutura e uma experiência mais acolhedora para os trabalhadores.

Início da Modernização dos Elevadores: O BRB deu início ao processo de modernização completa dos elevadores da Torre de TV, uma etapa estratégica para garantir maior segurança, eficiência operacional e conforto aos visitantes. A intervenção contempla a atualização dos sistemas e componentes, incorporando tecnologia avançada e adequação às normas vigentes. O objetivo é proporcionar uma experiência mais moderna, confiável e alinhada aos padrões técnicos atuais, reforçando o compromisso com qualidade e acessibilidade. A conclusão está prevista para setembro de 2026.

Melhoria na experiência dos visitantes: Implantação de sistema digital de cadastro para visitantes do mirante da Torre de TV, substituindo o registro manual por formulário online acessível via QR Code. A medida reduziu filas, melhorou o controle de acesso e permitiu coleta de dados estratégicos sobre o perfil dos 200 mil visitantes adultos do Mirante, contribuindo para ações promocionais e planejamento com base em informações reais.

Fortalecimento da presença digital: O perfil oficial da Torre de TV BRB no Instagram passou a ser verificado e atingiu a marca de 1 milhão de visualizações, ampliando a visibilidade das ações e reforçando a conexão com a população por meio de conteúdos culturais e turísticos.

As melhorias implementadas ajudaram a preservar e valorizar este importante ponto turístico, reforçando sua importância como símbolo cultural de Brasília e evidenciando o compromisso do BRB com a conservação e modernização do Corredor Cultural BRB, além de demonstrar a dedicação em oferecer o melhor para a população de Brasília.

Programação Orçamentária não Executada

3933 - Reforma de Espaços Culturais

Não houve execução orçamentária.

8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	136627960,0	0	136627960,0	103404545,0
0060 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA BRB - DISTRITO FEDERAL	136627960,0	0	136627960,0	103404545,0



2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	216540465,0	0	216540465,0	216540465,0
0028 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	216540465,0	0	216540465,0	216540465,0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	1177153091,0	0	1177153091,0	1050353047,0
6997 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	1177153091,0	0	1177153091,0	1050353047,0
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	158272877,0	0	158272877,0	149490725,0
6992 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	158272877,0	0	158272877,0	149490725,0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1006074176,0	0	1006074176,0	1006074176,0
6996 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	1006074176,0	0	1006074176,0	1006074176,0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	146823115,0	0	146823115,0	139687059,0
6974 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	146823115,0	0	146823115,0	139687059,0
TOTAL - 8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	2841491684,00	0,00	2841491684,00	2665550017,00

Programação Orçamentária Realizada

OBS: O valor registrado na coluna "Executado" da tabela é referente à data-base 30/11/2025. De acordo com o artigo 26, do Decreto 47.810 de 13 de Outubro de 2025 o prazo final para lançamento da execução orçamentária foi dia 09/01/2026, impossibilitando os lançamentos referentes ao mês de Dez/25.

1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO

O BRB investiu um total de R\$ 109,8 milhões em Tecnologia até dezembro de 2025, representando 80,4% do orçamento gerencial de R\$ 136,6 milhões.

Os principais investimentos foram direcionados para o desenvolvimento e evolução de sistemas internos do banco, visando melhorias contínuas para otimizar operações e serviços. Além disso, houve a aquisição de ativos de infraestrutura tecnológica, como a aquisição de soluções de armazenamento corporativo e modernização tecnológica das estações de trabalho. Também foram realizados investimentos na aquisição e construção de softwares negociais que suportam as operações comerciais e estratégicas do banco.

Dentre os investimentos realizados, destacam-se:

- Fábricas de software de alta e baixa plataforma e dispositivos móveis
- Aquisição de storage /armazenamento
- Modernização tecnológica de estações de trabalho
- Ambiente de processamento Mainframe
- Solução de Tesouraria e Captação de Depósitos
- Solução de Fundos



2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As despesas de Tecnologia do BRB totalizaram R\$ 234,0 milhões em 2025. Essas despesas são essenciais para garantir a alta disponibilidade e a continuidade dos serviços, incluindo terceirização de suporte à infraestrutura de TI e a adoção de práticas robustas de segurança cibernética para proteger os dados dos clientes e a integridade dos sistemas. Medidas de segurança avançadas, como firewalls, sistemas de detecção de intrusões e criptografia de dados são cruciais para prevenir ataques cibernéticos e garantir a confiança dos clientes. Dentre as despesas realizadas no exercício, destacam-se:

- Ambiente de processamento Mainframe
- Contratos de Suporte Técnico de TI de 1º, 2º e 3º nível
- Autoatendimento - Banco24Horas
- Data Centers primário e secundário, na modalidade colocation
- Software de mobilidade e produtividade MS 365
- Contratos de Fábrica de software
- Suporte e manutenção do parque de Autoatendimento próprio
- Suporte e manutenção do sistema de gestão empresarial (ERP SAP)
- Solução corporativa de prevenção de ameaças de nova geração
- Solução de inteligência artificial conversacional
- Contratos de Suporte ao Ambiente de Big Data
- Solução de bilhetagem eletrônica de transporte público
- Transformação ágil e modernização do desenvolvimento
- Segurança cibernética e governança de ambientes
- Evolução da cultura de dados
- Infraestrutura, nuvem e observabilidade
- Modernização de sistemas, conectividade e mobilidade
- Expansão dos serviços digitais e crédito
- Fortalecimento da governança e eficiência operacional

Resultados e Avanços

As despesas e os investimentos previstos no orçamento tiveram como objetivo dar sustentação às estratégias e prioridades para melhoria da experiência dos clientes no consumo dos diversos serviços disponibilizados. As entregas do período consolidaram importantes evoluções na modernização tecnológica, segurança, governança e ampliação dos serviços digitais do BANCO. A transformação ágil foi concluída com a definição de processos, implantação do ALM (Gerenciamento do Ciclo de Vida de Aplicações) e capacitações em SAFe (Scaled Agile Framework), permitindo a adoção de agilidade escalada em toda a organização. Paralelamente, as esteiras DevSecOps (Desenvolvimento, Segurança e Operações) foram implementadas para baixa plataforma, mobilidade e Open Finance, incorporando fluxos de trabalho automatizados, práticas de SDLC (Ciclo de Vida de Desenvolvimento de Software) e uma arquitetura de segurança revisada, o que resultou em um modelo de desenvolvimento mais seguro, eficiente e escalável.

No campo da segurança e governança de ambientes, foram fortalecidos os controles de produção e homologação, reduzindo riscos operacionais. O projeto de Gestão de Acesso Privilegiado (PAM) foi concluído com sucesso, assegurando que acessos internos e externos passem por infraestrutura protegida e pelo cofre de senhas. Adicionalmente, melhorias nas políticas de VPN (Rede Privada Virtual), DLP (Data Loss Prevention) e proteção mobile elevaram o nível de conformidade e mitigação de riscos cibernéticos. A evolução da cultura de dados também se destacou, com curadoria mais estruturada, glossário comercial padronizado, ambientes analíticos mascarados e modelos preditivos que passaram a apoiar decisões operacionais e estratégicas. A Base Corporativa foi consolidada, integrando cadastros do conglomerado e estabelecendo indicadores robustos de qualidade de dados.

Na infraestrutura, houve avanços relevantes na nuvem privada, com automação de provisionamento e novas tecnologias de logs, enquanto a nuvem pública teve contratação concluída, preparando o BANCO para estudo e disponibilização de recursos de TI flexíveis. Em inteligência artificial e observabilidade, foram estabelecidas políticas de IA, executadas provas



de conceito, definidos processos de retreinamento de modelos e ampliada a visibilidade das operações com AIOps (Inteligência Artificial para Operações de TI), que incorporou dashboards inteligentes e maior ingestão de dados operacionais. A observabilidade dos serviços foi ampliada para abranger jornadas críticas como login, saldo, extrato e PIX, com integração dos indicadores aos centros de operações de TI que monitoram redes e sistemas (NOC/SOC).

A modernização de sistemas e da conectividade também avançou. Os projetos evoluíram com análises, provas de conceito e homologações que pavimentam substituições estratégicas dos sistemas atuais. A mobilidade foi aprimorada com infraestrutura expandida e automação de deploys, enquanto as agências tiveram seus links modernizados e a direção geral renovou suas estações de trabalho, aumentando a performance operacional. No âmbito dos serviços digitais, houve importantes entregas em Open Finance, SuperApp, onboarding digital PJ, renegociação via mobile, tarifas PIX para PJ e novos serviços de pagamento. Avanços significativos foram realizados também no crédito varejo, incluindo integração com Serasa e personalização de taxas, ampliando a oferta digital e melhorando a experiência dos clientes.

Por fim, a governança foi fortalecida com a adoção de práticas do COBIT 2019, implementação de indicadores de obsolescência tecnológica e lançamento de portal de Governança e Gestão na visão DITEC 360°. A TI itinerante aproximou áreas de negócio e tecnologia, enquanto a unificação de contratos otimizou processos e aumentou a eficiência operacional. Iniciativas de Low Code/No Code foram avaliadas e testadas, preparando o BRB para novas abordagens de desenvolvimento.

Essas entregas consolidaram uma TI mais moderna, segura, orientada a dados e preparada para sustentar a evolução contínua dos serviços e processos do BRB, reforçando a estratégia institucional e elevando o nível de maturidade tecnológica ao longo de 2025.

8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Em 2025, a Estratégia de Pessoas do BRB esteve estruturada em três frentes prioritárias: a equalização das oportunidades de carreira, a consolidação do desenvolvimento especializado e a promoção da saúde integral e da qualidade de vida.

No eixo de oportunidades de carreira, houve atenção especial ao fortalecimento da meritocracia e à preparação de empregados para o exercício de posições estratégicas, nas áreas negociais.

No âmbito do desenvolvimento, com a Universidade Corporativa digital já consolidada, as ações avançaram para uma etapa de capacitação especializada, com ampliação de experiências de aprendizagem que incluíram interações síncronas, trilhas estratégicas e iniciativas alinhadas às demandas do negócio.

Quanto à saúde integral e qualidade de vida, foram implantados projetos estruturantes, com destaque para o Programa Plenamente, reforçando o cuidado com o bem-estar, a sustentabilidade humana.

Esses eixos orientaram as principais ações da área ao longo do ano, com foco na valorização dos empregados e no alinhamento às diretrizes estratégicas do Banco.

Concursos Públicos

O Banco tem demonstrado seu firme comprometimento com o plano estratégico e com os interesses de seus acionistas ao investir continuamente na gestão de talentos, por meio da realização de concursos públicos. Essa estratégia reforça o alinhamento da instituição aos seus objetivos de crescimento e inovação, além de assegurar a atração e a retenção de profissionais qualificados.

A realização de concursos públicos para os cargos de Escriturário e Analista de Tecnologia da Informação foi fundamental para a melhoria contínua da eficiência operacional e para o fortalecimento da competitividade do Banco no mercado financeiro. Foram admitidos 353 novos escriturários, aprovados no Concurso Público nº 33 (CP 33), evidenciando o compromisso da instituição com a renovação de sua força de trabalho e com o atendimento às demandas estratégicas em constante evolução. Esses profissionais exercem papel



essencial no atendimento ao cliente, contribuindo diretamente para o aumento da eficiência e da qualidade dos serviços prestados.

No que se refere ao cargo de Analista de TI, o Concurso Público nº 34 (CP 34) resultou na contratação de 97 novos analistas até o final de 2025, reforçando o foco do Banco na transformação digital e na inovação tecnológica. Esses profissionais são responsáveis pelo desenvolvimento e pela implementação de soluções que impulsionam a modernização dos processos internos e a ampliação da oferta de produtos e serviços digitais.

Dessa forma, o Banco reafirma seu compromisso com a excelência operacional e a sustentabilidade de suas atividades, fortalecendo sua posição no mercado e gerando valor consistente para seus acionistas.

Processos de Seleção Interna

Inseridas em um contexto de crescimento e amadurecimento organizacional, as seleções internas buscam refletir a missão do BRB de promover impacto positivo na vida das pessoas. O foco na inovação e na postura proativa reforça o compromisso com o desenvolvimento dos empregados, reconhecendo-os como agentes centrais na construção de suas trajetórias profissionais e na geração de resultados consistentes e sustentáveis para o Banco.

Reafirmando seu compromisso permanente com o desenvolvimento e a evolução profissional dos empregados, o BRB realizou, ao longo de 2025, nove processos seletivos internos (PSI), resultando na aprovação de 305 pessoas para diferentes áreas do Banco de Brasília. Neste período, foram efetivamente designados 191 colaboradores para diversas funções no âmbito do Banco em decorrência dos Processos Seletivos Internos.

No final de 2025, houve a conclusão do processo seletivo por verticais de carreira para as funções de gerente de equipe e analistas júnior, em que foram aprovados 118 empregados para comporem o cadastro reserva dessas funções, garantindo a continuidade e a renovação dos quadros de pessoal de forma mais iterativa, flexível e ágil.

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

No BRB, o desenvolvimento de pessoas é visto como um pilar estratégico e indispensável para a sustentabilidade e a perenidade dos resultados. O investimento contínuo no aprimoramento técnico, comportamental e de liderança fortalece a capacidade de adaptação do Banco a um ambiente cada vez mais dinâmico e competitivo, além de assegurar alinhamento às melhores práticas de mercado e aos objetivos estratégicos da organização. Esse foco contribui diretamente para a formação de equipes preparadas para enfrentar desafios, antecipar tendências e entregar soluções de alto valor à sociedade e aos clientes.

Ao intensificar os investimentos em treinamento e desenvolvimento, especialmente no contexto de expansão e modernização, o BRB reforça sua convicção de que o aprendizado contínuo gera impactos concretos no desempenho, no engajamento das equipes e nos resultados financeiros. Mais do que elevar a performance individual e coletiva, esse investimento consolida uma cultura organizacional orientada à excelência, à inovação e à responsabilidade, reconhecendo que pessoas bem desenvolvidas são essenciais para a geração de valor e para o crescimento sustentável do Banco.

Em 2025 foram realizadas ações de treinamento e desenvolvimento para todos os públicos e em diversos formatos. Dentre os destaques de 2025, temos:

Universidade Digital

Nossa plataforma de aprendizagem segue como referência em educação corporativa. Em 2025, mais de 2.500 cursos renomados, oferecidos por parceiros como Lit, Alura e UOL, foram disponibilizados aos empregados do BRB, garantindo um ambiente de aprendizado contínuo em diversas áreas de conhecimento.

Os números relacionados a treinamento comprovam a relevância da Universidade BRB no contexto de treinamento e desenvolvimento. Durante o ano, foram realizadas 376 mil horas de treinamento, com uma média de 106 horas aula por empregado. O valor fica bem acima da média brasileira que é de 26 horas por empregado, de acordo com a ABTD – Associação



Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento. Com relação ao número de certificados, em 2025 foram emitidos 93.900 certificados, com média de 26 por empregado.

Dentre os cursos acima, algumas ações merecem destaque. Ao longo do ano, foram realizadas mais de 12 mil horas de treinamento técnico para a rede com a participação de 87% dos empregados. Tal ação garante um atendimento de qualidade, alinhado à nossa visão de ser o principal banco dos nossos clientes, reconhecido pelo impacto positivo na vida das pessoas e no desenvolvimento das empresas.

Além de aspectos técnicos, em 2025 foram disponibilizadas também trilhas voltadas ao autoconhecimento e autodesenvolvimento. Em 2025, foi disponibilizada a Trilha Plenamente, que faz parte do Programa Plenamente do BRB e tem como propósito cuidar da saúde mental dos empregados de forma integrada, sustentável e humanizada. Por meio de ações educativas e preventivas, buscamos promover o autoconhecimento, fortalecer a gestão emocional e construir ambientes de trabalho mais saudáveis.

Com conteúdos voltados a habilidades para lidar com o estresse, aprimorar a inteligência emocional e fomentar uma cultura de acolhimento e equilíbrio no dia a dia profissional, essa trilha é um convite para uma jornada de instrução, comprometimento e integração — os três pilares do programa — rumo a uma vida mais leve e consciente. Até o momento, mais de 200 empregados realizaram a trilha.

Transformação Digital: Pessoas como Protagonistas da Mudança

Em um mercado em transformação, torna-se fundamental capacitar os empregados para atuação em um ambiente cada vez mais digital. Em 2025, o BRB alcançou resultados expressivos nesse contexto. 88% dos empregados lotados na direção geral realizaram cursos ligados ao tema, garantindo novas visões para os processos e fortalecendo no BRB a cultura da transformação digital.

Os temas mais procurados pelos empregados foram design thinking, jornada do cliente, gestão ágil e gestão do conhecimento, evidenciando o alinhamento das ações de capacitação às demandas contemporâneas do negócio e à evolução do setor financeiro.

Essas iniciativas estão diretamente alinhadas ao valor Inovação, que orienta o BRB a “inovar para proporcionar experiências superiores, personalizadas e completas aos nossos clientes”. Nesse sentido, foram promovidos treinamentos voltados à transformação digital, abrangendo temas como design thinking, UX, CX e metodologias ágeis, reforçando o compromisso do Banco em se manter moderno, ágil e alinhado às melhores práticas de mercado.

Além dos cursos disponibilizados no ambiente digital, foram realizados programas de desenvolvimento, que citamos abaixo:

Programa de Liderança Feminina

Iniciado em 2019, o Programa de Liderança Feminina foi desenvolvido pelo BRB em parceria com o Instituto Soul, com o objetivo de fortalecer o protagonismo feminino e preparar mulheres para a superação de desafios e a ocupação de posições estratégicas. Ao longo dos anos, a iniciativa vem gerando resultados consistentes, tendo impactado 294 mulheres por meio de uma jornada de desenvolvimento focada em autoconhecimento, visão estratégica e competências de liderança. Em 2025, 60 participantes concluíram uma formação robusta de 60 horas, evidenciando a maturidade do programa e reafirmando o compromisso contínuo do BRB com a diversidade, a equidade e a inclusão.

Além da participação no programa, foi disponibilizada na Universidade BRB a “Trilha Delas”, uma trilha com conteúdos voltados ao desenvolvimento feminino e disponível para todas as empregadas. A ação visa promover uma cultura de desenvolvimento, colaborando com uma sociedade mais igualitária e trazendo empoderamento para as mulheres. Até o momento, aproximadamente 450 empregadas realizaram cursos da trilha.

Programa Trainee

Em 1º de agosto teve início a terceira edição do Programa Trainee do Banco BRB, que, pela primeira vez, teve como foco principal a área negocial. A iniciativa atraiu grande interesse



interno, com mais de 250 empregados inscritos, dos quais 25 foram selecionados para participar do programa.

O Programa Trainee teve como objetivo capacitar os empregados para enfrentar os desafios estratégicos do negócio, promovendo uma formação sólida e alinhada às diretrizes institucionais do BRB. Para isso, foi disponibilizada uma trilha de formação que contempla a realização de um MBA, oferecido pelo IBMEC, instituição de excelência no segmento financeiro, reconhecida nacionalmente pela qualidade de seus cursos. Além disso, os participantes passaram por etapas de job rotation em diferentes unidades do Banco, o que possibilitou uma visão sistêmica da organização e maior compreensão dos processos e estratégias do negócio. Além disso, foram realizadas mentorias voltadas ao desenvolvimento de soft skills, bem como à avaliação contínua de desempenho, contribuindo para o crescimento profissional e pessoal dos trainees.

Ao final do programa, os participantes passaram a compor um banco de talentos, estando aptos a assumir novos desafios na instituição, de acordo com seus perfis profissionais e as demandas estratégicas do Banco BRB.

Formação em contabilidade

Em 2025, o Banco BRB promoveu ações de capacitação voltadas aos empregados que atuam diretamente com temas de contabilidade e tributação, considerando a relevância dessas áreas para a conformidade regulatória e a qualidade das informações financeiras da Instituição.

As ações foram realizadas em parceria com a PwC, empresa especializada em serviços integrados de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria estratégica e assessoria em transações, e contemplaram treinamentos como Liderança do Futuro, Controles Internos SOX, Novo Cronograma de Fechamento, Power BI, Power BI – Dashboard, Hyperautomation, Tributário, Cronograma de Fechamento e Demonstrações Financeiras.

Foram contemplados empregados das áreas de contabilidade e áreas ligadas ao backoffice, garantindo adequação aos procedimentos regulatórios, que atuam em áreas ligadas à temas como ativos intangíveis, despesas antecipadas, ativos não financeiros mantidos para venda, devedores diversos e pagamentos a ressarcir.

SAÚDE INTEGRAL E QUALIDADE DE VIDA

Programa de Incentivo à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho

Entendendo a importância de tratar as pessoas como seres integrais, além das ações voltadas ao lado profissional, o BRB também adotou ações voltadas ao campo pessoal, focadas em itens como saúde, bem-estar, qualidade de vida e diversidade.

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO

A gestão do PCMSO se baseia no planejamento, execução e monitoramento para proteção da saúde das pessoas e de sua integridade física, considerando os riscos ocupacionais ligados às suas atividades e ao seu ambiente de trabalho, determinados pelo Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR). Dentre as ações de gestão do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO, destacam-se as seguintes:

Exame Médico Admissional

O exame admissional tem por objetivo assegurar que as capacidades, necessidades e limitações fisiológicas e psicológicas do candidato sejam compatíveis com o esforço físico e mental exigido pelo cargo. Foram realizados 271 exames admissionais até dezembro de 2025.

Exame Médico Periódico

O exame médico periódico visa à prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho. Foram realizados 1.918 exames periódicos até dezembro de 2025.

Campanha de Vacinação Influenza + H1N1

O objetivo da campanha é prevenir doenças do aparelho respiratório e proporcionar às pessoas do Conglomerado BRB e seus dependentes uma melhor qualidade de vida. Desde



2010, a vacina administrada durante a campanha tem efeito conjugado: Influenza (gripe sazonal) + H1N1. Em 2025, das 3.037 doses aplicadas em todo o Conglomerado BRB, 1.620 foram destinadas às pessoas ativas do Banco de Brasília.

Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT

A Norma Regulamentadora NR-4 estabelece os parâmetros e os requisitos para a constituição e manutenção dos Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade das pessoas. Assim sendo, seguem as principais ações desenvolvidas pelo SESMT do BRB:

Segurança do Trabalho

Com o objetivo de atender à Norma Regulamentadora NR 17 (Ergonomia) e possibilitar uma adequação do trabalho às pessoas (postura adequada), foram realizadas 96 (noventa e seis) avaliações ergonômicas do trabalho – APT. Foram distribuídos 688 (seiscentos e oitenta e oito) materiais ergonômicos às pessoas. O absenteísmo por motivo de saúde em 2025 foi de 4,4%.

Ações de Qualidade de Vida

A gestão de pessoas do BRB, dentre outros objetivos, visa integrar ações para a qualidade de vida e saúde (bem-estar físico, mental e social) das pessoas do BRB, proporcionando maior resistência ao estresse, estabilidade emocional, eficiência no trabalho, entre outros benefícios que qualificam o bem-estar dentro e fora do ambiente laboral. Isso ocorre por meio de ações culturais, incentivo à prática esportiva, campanhas de vacinação e doação de sangue, incentivo a hábitos e comportamentos saudáveis.

Relacionam-se a seguir as principais atividades:

Projeto Bem Gestar

Destinado às gestantes e às pessoas cujas companheiras estejam gestantes, tem como objetivo a orientação sobre cuidados com o bebê, cuidados necessários durante a gestação, além da conscientização dos cônjuges quanto à importância da participação ativa no cuidado à criança. Para as pessoas que se tornarão pais, é emitido um certificado para prorrogação de sua licença paternidade. No ano de 2025, foram realizadas quatro turmas do projeto, com aproximadamente 70 casais no total.

Projeto “De Volta Para o Futuro”

Voltado para a preparação das pessoas na iminência da aposentadoria, a terceira edição deste projeto, realizada em novembro de 2025, teve um foco especial em finanças. Três encontros virtuais abarcaram temas como: planejamento financeiro e familiar, investimentos na aposentadoria, planejamento sucessório e regras oficiais da previdência. Mais de 100 pessoas foram impactadas.

Sipat

Ocorreu em agosto de 2025, com atividades on-line e presenciais. Foram ministradas palestras sobre “Síndrome Miofascial” e “Desconexão em tempos de redes sociais”, realizadas sessões coletivas de Ginástica Laboral, além de disponibilizados serviços de relaxamento, como quick massage, reiki e reflexologia podal. Houve também uma campanha de engajamento com o foco em mudanças para novos hábitos positivos, concluindo a integração entre assuntos sobre corpo e mente para a busca de uma saúde integral.

Ressarcimento de Medicamentos

O Banco ressarcе 80% (oitenta por cento) do valor das despesas com medicamentos em tratamento extra-internação, para a pessoa com o vírus HIV e doenças crônicas especificadas no Regulamento do Plano “A-1” da Saúde BRB – Caixa de Assistência, até o valor aprovado no acordo coletivo vigente. A Saúde BRB arca com 20% (vinte por cento) do valor das despesas especificadas, de forma que 100% (cem por cento) do valor dos medicamentos são ressarcidos. Além disso, o Banco ressarcе os medicamentos para tratamento de Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho – DORT e doenças psiquiátricas, até o teto de R\$



534,69 por mês. O investimento com o benefício nas duas categorias, até dezembro de 2025, foi de R\$ 640.979,45.

BRB Runners

Lançado em janeiro de 2024, o grupo de corredores do BRB conta com 70 vagas para as pessoas que desejem ser treinadas por uma assessoria especializada. Os treinos ocorrem presencialmente em pontos estratégicos do Distrito Federal, sendo também possível a modalidade remota, onde a realização das atividades é acompanhada por aplicativo. Por meio do grupo, várias pessoas já conseguiram superar suas marcas pessoais no esporte, além de usufruírem de mais saúde e bem-estar, que é o principal propósito.

Bem Nutrir

Lançado em novembro de 2024, o objetivo desse programa é disseminar, entre as pessoas, a importância dos cuidados com a alimentação do dia a dia e de todos os aspectos a ela interligados. Dentre as ações do programa, destaca-se a realização de dois grupos de acompanhamento nutricional, que impactaram mais de 100 pessoas, aliando atividades temáticas instrucionais com atendimentos individualizados e dietas personalizadas.

AM (PARE)

Em outubro de 2024, fortalecendo o compromisso com as ações de combate à violência doméstica, o BRB lançou este programa, que visa trazer soluções no âmbito corporativo às pessoas vítimas de agressores em contexto familiar. O programa, originalmente estruturado em três pilares essenciais - integridade física, suporte psicológico e segurança financeira - ganhou o pilar "apoio jurídico" em 2025. Cada um deles oferece ações práticas para as mulheres que precisarem e acionarem o canal de escuta inicial. Até o fim de 2025, 10 mulheres foram acolhidas e atendidas no escopo do programa.

Campanhas de Mobilização para o Bem-Estar e a Saúde

Janeiro Branco

Com o objetivo de reforçar a necessidade de atenção à saúde mental das pessoas, o BRB, aderindo à campanha do Janeiro Branco, realizou diversas publicações temáticas com reflexões importantes para autocuidado. Além disso, foi transmitida a live "O que fazer pela Saúde Mental agora e sempre?", com especialistas no tema.

Agosto Dourado e Outras Ações em Prol da Amamentação Saudável

O BRB continuou o ano de 2025 com duas salas de amamentação ativas e devidamente equipadas nos dois edifícios com áreas administrativas (Centro Empresarial CNC e Ed. Brasília). Durante a campanha do Agosto Dourado, houve reforço de comunicação e divulgação das iniciativas que o BRB possui nesse tema.

Setembro Amarelo

Em setembro, mês de conscientização e prevenção ao suicídio, foram realizadas publicações especiais e transmitida uma live com o tema "Como você pode ajudar alguém em sofrimento: escuta, acolhimento e atitude". Além da psicóloga do trabalho, participou da live uma Sargento do CBMDF com ampla experiência neste assunto. A ação contou com mais de 120 participantes.

Outubro Rosa

Na tradicional campanha Outubro Rosa, o BRB divulgou informações relevantes sobre a prevenção ao câncer de mama, reforçou os benefícios existentes (como o custeio da mamografia e Papanicolau para as pessoas) e transmitiu uma roda de diálogo com médicas da Clínica Saúde BRB e participação especial de empregadas que passaram e estão passando pela vivência da doença.

Novembro Azul

Semelhante à campanha do Outubro Rosa, as redes sociais internas do Banco foram utilizadas para disseminar conteúdo informativo e relevante sobre o Novembro Azul, voltado para a prevenção do câncer de próstata, com o apoio da equipe de urologia da Clínica Saúde BRB. Foi transmitida live temática com a participação de médicos especialistas da clínica e também



de nutricionista convidada que falou sobre alimentação em contexto oncológico. Aproximadamente 140 pessoas foram impactadas.

Diversidade e Inclusão

Dando continuidade às iniciativas relacionadas à primeira Política de Diversidade e Inclusão do BRB, lançada em 2022 e renovada em 2025, foram realizadas diversas ações de engajamento e letramento das pessoas em temas relacionados, envolvendo datas celebrativas. Dentre elas: conscientização sobre o autismo, Dia da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha, Mês do Orgulho LGBTQIAPN+, Dia Nacional da Pessoa com Deficiência (PCD), Dia do Idoso, Dia do Surdo, Mês da Consciência Negra, entre outros.

Em março de 2025, dentro de diversas ações que focaram no empoderamento feminino, foi realizada a palestra presencial com a atriz Mariana Xavier, cuja temática foi “Seja Você o seu próprio Padrão”, tendo participado mais de 200 pessoas.

Durante o Agosto Lilás, também reforçando o compromisso do BRB na luta contra a violência doméstica, foi transmitida a live “Seus Direitos, Sua Voz: Como a Lei Maria da Penha pode mudar vidas”, com advogada especialista.

No Mês da Consciência Negra (novembro de 2024), o BRB participou da construção e evento de lançamento do 4º Seminário da Defensoria na Luta Antirracista da Defensoria Pública do DF, trazendo visibilidade à luta contra a discriminação racial.

Ainda em novembro, complementando as ações do programa Am(pare), foram divulgados materiais de letramento e sensibilização alusivos ao Dia Internacional para Eliminação da Violência contra as Mulheres e aos 21 Dias de Ativismo Contra a Violência de Gênero, com publicações diárias durante esse período. Também foi transmitida a live “Masculinidade e o Papel do Homem na Equidade e no Combate à Violência” com psicólogo especialista da Secretaria da Mulher do GDF, tendo como objetivo principal sensibilizar homens a revisitarem suas atitudes e atuarem como protagonistas do combate.

Com essas e outras ações, o BRB deu destaque aos principais marcadores de diversidade e reforçou o seu compromisso com a inclusão e a equidade, continuando a valorizar e respeitar as suas pessoas.

8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES

O BRB se destaca por oferecer benefícios amplos e diferenciados, que vão além das exigências legais. Essas iniciativas reforçam o compromisso em valorizar pessoas, equilibrando bem-estar, desenvolvimento e resultados estratégicos.

Auxílios - Alimentação/Refeição e Cesta Alimentação

O BRB assegura a seus colaboradores a tranquilidade de contar com um benefício voltado à segurança alimentar. Atualmente, o valor mensal é de R\$ 2.439,80, reajustado anualmente. Em 2025, a instituição investiu R\$ 97.354.687,80.

Auxílio-Natalidade

Por ocasião do nascimento de filhos (as), esse benefício é realizado com um pagamento único de R\$ 1.955,47. Em 2025, foram concedidos 112 auxílios, totalizando R\$ 214.725,78.

Auxílio-Creche/Auxílio-Creche Especial

Destinado a empregados com filhos, inclusive adotivos e enteados, até 7 anos de idade, o benefício também abrange casos de filhos com deficiência permanente, sem limite de idade, desde que demandem cuidados contínuos.

O valor mensal do benefício é de R\$ 697,14 para casos gerais, enquanto o Auxílio-Creche Especial tem um teto de R\$ 1.127,04. Em 2025, 910 colaboradores foram beneficiados, incluindo 145 no programa especial, totalizando um investimento de R\$ 8.497.520,58. Essa iniciativa fortalece o compromisso do BRB com a inclusão e o bem-estar familiar.

Vale-Transporte

O Vale-Transporte, que cobre deslocamentos entre residência e local de trabalho, é benefício regulamentado pelo Acordo Coletivo de Trabalho e prevê uma contribuição de 4% por parte dos empregados sobre o valor total.



Atualmente, cerca de 7% do quadro funcional utiliza o benefício, que demandou um investimento total de R\$ 224.822,81 em 2025, com uma média mensal de R\$ 18.735,23.

Benefícios Educacionais

O desenvolvimento contínuo é pilar estratégico do BRB. Por isso, o banco oferece benefícios educacionais que abrangem graduação, pós-graduação, especializações, mestrado e doutorado. Em 2025, 504 colaboradores foram beneficiados, totalizando um investimento de R\$ 2.120.150,26.

Essa política reforça o compromisso do BRB em promover o aprendizado, alinhando as competências do quadro funcional às necessidades institucionais e às demandas do mercado.

Auxílio-Idioma

O incentivo ao aprendizado de idiomas, como inglês e espanhol, é um diferencial competitivo do BRB. Por meio do Auxílio-Idioma, os colaboradores recebem R\$ 300,00 mensalmente.

Em 2025, 229 empregados usufruíram do benefício e o BRB investiu R\$ 573.000,00.

Seguro de Vida em Grupo

O BRB oferece uma apólice coletiva de seguro de vida, com contribuições compartilhadas entre o banco e os empregados. Esse benefício garante proteção financeira em situações de invalidez ou falecimento, atendendo tanto o titular quanto seus dependentes.

Em 2025, 2.233 colaboradores foram contemplados, com um custo patronal de R\$ 1.009.086,37.

Auxílio-Funeral

O Auxílio-Funeral, com teto de R\$ 13.081,10, visa custear despesas decorrentes de decessos de colaboradores ou seus familiares. Em 2025, foram concedidos 2 auxílios, totalizando R\$ 17.900,00.

Auxílio-Academia

Com foco na saúde e bem-estar, o BRB promove o benefício BRB MOVE UP, em parceria com a Wellhub, para incentivar a prática de exercícios físicos e cuidados com a saúde mental. Em 2025, 2000 colaboradores utilizaram o benefício, que tem valor mensal de R\$ 107.092,49, resultando em um investimento de R\$ 856.739,95.

Ressarcimento de Medicamentos

O benefício é fornecido em duas modalidades: Doenças Crônicas/AIDS e DORT/Transtornos Psíquicos. O BRB ressarcе até 80% das despesas com medicamentos utilizados para tratamento de doenças crônicas. O rol das doenças é taxativo e consta no Manual de Saúde e Segurança do Trabalho.

No caso de tratamento de DORT/Transtornos Psíquicos, o BRB ressarcе até o teto mensal de R\$ 534,69.

Em 2025, os ressarcimentos de medicamentos foram no total de R\$ 642.448,61, sendo atendidas 118 pessoas com o benefício para Doenças crônicas e 243 para DORT.

Benefícios por Transferência

Com a dinâmica de expansão do BRB, cresce a necessidade de movimentação dos empregados nas diversas unidades no país. Visando custear as despesas ocasionadas pela mudança e apoiar os empregados transferidos, são concedidos os seguintes benefícios e vantagens: abono por transferência, ajuda de custo mudança, auxílio-moradia e incentivo por transferência.

Em 2025, 78 colaboradores foram transferidos, com um investimento total de R\$ 3.986.415,93.

Diante do exposto, a Gestão Estratégica de Pessoas se consolida como um dos principais pilares do sucesso do BRB, reforçando sua atuação como uma instituição financeira pública moderna, inovadora e orientada a resultados. A integração entre pessoas, tecnologia e inovação reafirma o compromisso do BRB com a excelência, o impacto social positivo e a



construção de um futuro sólido, posicionando-o como agente de transformação e parceiro confiável para a sociedade.

8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

O programa se refere aos serviços que não são atividade fim do Banco, mas que são necessários para sua manutenção, os quais são realizados, na maior parte, por contratos de terceirização.

8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Em 2025, foram patrocinados 80 projetos, incluindo 10 ações de abrangência nacional, 8 internacionais, 49 no Distrito Federal e 13 em outros 10 estados brasileiros. Esses patrocínios demonstram o fortalecimento e a nacionalização da marca BRB, que continua sendo o principal fomentador do esporte e do entretenimento em Brasília.

No total, foram investidos R\$ 27,9 milhões em projetos realizados em Brasília e R\$ 56,1 milhões em projetos nacionais.

Entre os projetos internacionais, destaca-se o patrocínio ao piloto Gabriel Bortoleto, que se sagrou campeão da Fórmula 2 em 2024 e disputou a Fórmula 1 em 2025, após 7 anos sem um representante brasileiro na principal categoria do automobilismo mundial.

No total, o Banco investiu aproximadamente R\$ 130 milhões em patrocínios no ano de 2025.

As ações de patrocínio em 2025 tiveram como base o fortalecimento/ expansão nacional da marca BRB, a geração de negócios e a realização de ações de relacionamento com clientes, prospects, empregados e formadores de opinião.

Dentre as ações de patrocínio realizadas em 2025, destacamos os projetos nos segmentos: Esporte; Entretenimento; e Relacionamento.

Patrocínio Esportivo

Foram investidos aproximadamente R\$ 115,0 milhões em patrocínios esportivos, com destaque para:

- Clube de Regatas Flamengo - Futebol Profissional e de Base;
- Equipe de F1 Alpine;
- Piloto Gabriel Bortoleto;
- Piloto Enzo Elias;
- Piloto Lucas Foresti;
- Piloto Pedro Cardoso;
- F4 Brasil;
- StockCar Brasil;
- Rally dos Sertões;
- Confederação Brasileira de Automobilismo;
- Confederação Brasileira de Tênis;
- Esporte no DF;
- Brasília Vôlei;
- Torneio Arimateia;
- Candangão;
- Corrida de Reis;
- Minas Brasília (Futebol Feminino);
- Real Brasília (Futebol Feminino);
- Jogos de Futebol realizados na Arena BRB Mané Garrincha

Patrocínio de Entretenimento

Foram investidos aproximadamente R\$ 9,5 milhões em entretenimento, com destaque para:

- Aniversário de Brasília;
- Carnaval no Mané;
- Via Folia João Pessoa;
- Casa Cor Nacional.



Patrocínios com foco em Negócios e Relacionamento

Foram investidos aproximadamente R\$ 5,3 milhões em projetos com foco na geração de negócios e relacionamento institucional, com destaque para:

- AgroBrasília;
- Feirão de Imóveis Ademi;
- ExpoVitis Brasília;
- Innova Summit 2024;
- Conferência Nacional de Segurança Pública;

PUBLICIDADE

AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

O Banco BRB reafirmou em 2025 sua posição como um banco completo, moderno e orientado para o desenvolvimento econômico e social das regiões onde atua. A instituição segue ampliando sua presença no mercado nacional, oferecendo soluções financeiras ágeis, eficientes e sustentadas por tecnologia, com portfólio abrangente para varejo, atacado e gestão pública.

A gestão de Comunicação e Marketing permaneceu fundamentada em princípios de planejamento, eficiência operacional e alinhamento institucional. A atuação publicitária do Banco buscou reforçar sua reputação, consolidar o posicionamento da marca e ampliar o reconhecimento do BRB como instituição sólida, responsável e comprometida com o desenvolvimento regional e nacional. As ações de comunicação visaram fortalecer o relacionamento com clientes, atrair novos públicos e sustentar a presença do Banco em ambientes altamente competitivos.

Nesse contexto, a publicidade desempenhou um papel central ao longo de ano. O BRB intensificou sua presença nos principais meios de comunicação, adotando uma estratégia multicanal ancorada em dados e aprofundada nas praças prioritárias. Um destaque desse período é a campanha "Ainda mais SEU", criada para reforçar o posicionamento institucional do Banco e evidenciar seu compromisso com a proximidade, a personalização de serviços e a entrega de soluções que acompanham as demandas atuais dos clientes. A campanha ressaltou a evolução da instituição e sua capacidade de oferecer uma experiência completa, atual e centrada no cliente.

Nos últimos anos, o BRB ampliou significativamente sua atuação, estabelecendo parcerias com órgãos públicos, expandindo folhas de pagamento, conquistando novos clientes e abrindo oportunidades de negócios em escala nacional. Como agente financeiro público, o Banco fortaleceu o relacionamento com o setor produtivo e reforçou sua atuação em áreas prioritárias, como crédito imobiliário, financiamento de investimentos públicos, agronegócio e cartões.

A comunicação institucional segue como pilar estratégico para fortalecer a marca BRB, ampliar sua relevância e destacar seu papel no desenvolvimento econômico e social do País.

Por fim, durante o exercício de 2025, o valor investido em produções e veiculações publicitárias foi de aproximadamente R\$ 37,0 milhões.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Planejamento Estratégico 2025/2029

Em mais de 59 anos de existência, o BRB atua como protagonista no crescimento econômico e no desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e regiões de influência (RIDE). Como agente financeiro do Governo do Distrito Federal (GDF), busca sempre ser reconhecido como referência na operacionalização, execução e disseminação das políticas públicas. De forma a consolidar sua missão de banco público, foca na criação de mecanismos para atuar como peça fundamental no crescimento econômico e no desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e regiões de influência.



Ultrapassando no primeiro semestre de 2025 a marca de mais de 9,6 milhões de clientes e de R\$ 74 bilhões de ativos, o BRB atuou de forma a se consolidar como banco público, sólido e de destaque no cenário nacional, proporcionando aos clientes experiências únicas, completas e inovadoras. O Banco segue para 2026 avançando em seus projetos de expansão com a reorganização de seus negócios, mantendo o compromisso de ser parceiro estratégico do GDF, cada vez mais protagonista no desenvolvimento econômico, social e humano e fortalecendo sua presença no mercado.

A evolução estratégica do BRB é marcada pelo desenvolvimento contínuo, com um forte compromisso com seus clientes, sociedade, colaboradores e acionistas. Seguindo as premissas estratégicas que se fortalecem a cada ano, o processo de revisão do Planejamento Estratégico 2026-2030, aprovado em dezembro de 2025, se destacou por ser amplamente participativo e colaborativo, envolvendo o corpo funcional, os clientes e a alta administração na construção da estratégia organizacional.

O ciclo do Planejamento Estratégico 2026-2030 foi subdividido em fases distintas, evidenciando uma abordagem sistêmica e direcionada para obtenção percepções sobre o atendimento, produtos e serviços do banco, a partir de uma visão do corpo funcional e principalmente dos clientes:

- Pesquisa com os clientes: Estando no centro da estratégia, foi realizada uma pesquisa com quase 10 mil clientes do BRB e do Nação BRB FLA para coletar informações e percepções sobre o atendimento e os produtos e serviços oferecidos pelo banco, a fim de subsidiar as discussões do Planejamento Estratégico. A participação ativa dos clientes garante que o planejamento estratégico do banco esteja alinhado com as necessidades e expectativas do mercado;

- Pesquisa com o corpo funcional: Pesquisa realizada com os colaboradores para captação da percepção em relação ao posicionamento estratégico do Banco. Contou com a participação de mais de 1000 colaboradores do Conglomerado BRB, permitindo uma escuta ativa para a construção da visão de futuro e agenda de iniciativas para os próximos 5 anos;

- Jornadas Estratégicas: Com base nos insights obtidos nas pesquisas, foram formados grupos de trabalho multidisciplinares, compostos por representantes de cada diretoria e das empresas do Conglomerado BRB, responsáveis por discutir e revisar os elementos centrais da estratégia. O foco foi garantir que as propostas fossem viáveis e eficazes na prática, permitindo uma execução integrada e coesa. Os principais temas apresentados nas jornadas foram sobre o cenário econômico, tendências do setor financeiro e inovação nos serviços financeiros, possibilitando debates sobre a estratégia do Banco e revisão dos principais itens do Planejamento Estratégico para os próximos 5 anos;

- Construção do Plano Estratégico: Foram realizadas reuniões com as Diretorias e Superintendências para tratar de temas específicos relacionados à discussão, orientação e elaboração do Plano Estratégico, promovendo a integração com o Planejamento Estratégico e garantindo o alinhamento com o posicionamento das linhas de negócio e áreas viabilizadoras.

Nas fases seguintes, a visão construída foi submetida à discussão pela Alta Administração, abordando desafios, objetivos, posicionamento e direcionamentos estratégicos do BRB. Além disso, realizou-se a compatibilização e o alinhamento das visões, garantindo coerência e robustez ao Planejamento Estratégico.

Como resultado das etapas de construção, além de toda a análise de cenários e do diagnóstico do ambiente interno e externo, o Planejamento Estratégico 2026-2030 apresentou a Orientação Geral de Negócios do BRB, a identidade estratégica, os objetivos estratégicos e o posicionamento para os modelos de negócio, empresas e eixos viabilizadores.

Na essência, foram mantidas as diretrizes que norteiam as ações estratégicas desenvolvidas pela Instituição, como a Orientação Geral dos Negócios (OGN), direcionamento emanado dos Acionistas de forma abrangente e de longa duração, com base nos preceitos legais, nas boas práticas de Governança Corporativa e com vistas à perenidade do Conglomerado BRB.

A identidade estratégica do Planejamento Estratégico 2026-2030 reflete o nosso compromisso com a inovação, desenvolvimento e consolidação do BRB como uma instituição referência:



- Missão: Ser um banco público, sólido, rentável, moderno e eficiente, protagonista do desenvolvimento econômico, social e humano.
- Visão: Ser o principal banco dos nossos clientes, reconhecido pelo impacto positivo na vida das pessoas e no desenvolvimento das empresas.
- Propósito: Transformar a vida das pessoas e impulsionar o desenvolvimento econômico e sustentável.

Valores:

§ Cliente no Centro: Colocamos o cliente no centro de tudo o que fazemos. Cada decisão que tomamos é guiada pelo compromisso de ser o banco principal na vida dos nossos clientes, oferecendo soluções que realmente fazem a diferença.

§ Integridade: Ética e transparência guiam todas as nossas ações.

§ Inovação: Inovamos para proporcionar experiências superiores, personalizadas e completas aos nossos clientes.

§ Atitude: Pensamos e agimos como donos, reconhecemos o mérito das equipes e trabalhamos para superar as expectativas dos nossos clientes

§ Eficiência: Otimizamos os recursos disponíveis de forma eficiente, rentável e sustentável para maximizar o valor gerado aos clientes, sociedade e acionistas.

§ Respeito: Respeitamos a sociedade, os clientes e a nossa gente. Promovemos ambientes de diversidade, equidade e inclusão.

§ Sustentabilidade: Promovemos os princípios de sustentabilidade e responsabilidade social, ambiental e climática e implantamos os mais altos níveis de governança.

Considerando as novas diretrizes de negócios definidas para os próximos 5 anos (2026-2030), foram realizados ajustes no Mapa Estratégico e nos objetivos estratégicos vigentes, mas mantendo os direcionadores estratégicos de forma que o Mapa reflita os objetivos de referência para o BRB nos próximos anos. Esses direcionadores estratégicos mantêm a visão de consolidação, melhoria da qualidade, perenidade e rentabilidade, reforçando proposta de valor de ser um banco cada dia mais competitivo, completo e inovador.

Para fortalecer a proposta de valor do BRB e aumentar sua competitividade, foi implementado um novo posicionamento estratégico que enfatiza os modelos de negócio, empresas e viabilizadoras. A visão centrada no cliente é fundamental nesse contexto, pois garante que todas as ações e estratégias do BRB sejam orientadas para atender e superar as expectativas dos clientes. Isso não só fortalece a relação de confiança e fidelidade com os clientes, mas também impulsiona a inovação e a adaptação contínua às necessidades do mercado.

Do ponto de vista financeiro e estratégico, o Banco buscará nos próximos anos consolidar resultados sustentáveis, seguir se posicionando como referência na atuação como agente de políticas públicas e provedor de soluções para entes governamentais, bem como fortalecer sua capacidade competitiva por meio de parcerias estratégicas ou novas oportunidades de negócio, além de consolidar sua imagem como um Banco público, completo, inovador e digital.

Com foco nos clientes e canais de atendimento, o Banco tem como objetivo rentabilizar, fidelizar e recuperar clientes, oferecendo um portfólio completo centrado no cliente de forma segmentada e personalizada. Para isso, continuará melhorando e personalizando a experiência, ofertas, canais e o atendimento aos clientes e aprimorando os canais de atendimento, integrando experiências físicas e digitais proporcionando ao cliente uma jornada completa.

No que se refere aos processos internos e tecnologia, fortalecerá sua segurança, governança, controles internos, compliance e gestão integrada de riscos. Além disso, ampliará as ações voltadas a simplificação, automatização e integração dos processos com foco no cliente e na eficiência, sem deixar de desenvolver e assegurar um ecossistema tecnológico ágil, seguro e alinhado aos negócios.

Por fim, e reconhecendo as pessoas como fator-chave de sucesso, o Banco promoverá esforços para garantir um ambiente de trabalho seguro, colaborativo, inclusivo e saudável,



de modo a desenvolver e capacitá-las de acordo com a estratégia empresarial, fortalecendo a cultura centrada no cliente e em resultados.

Com isso, o BRB inicia mais um ciclo estratégico com o objetivo de se consolidar como banco público, sólido, rentável, moderno e eficiente, proporcionando impacto positivo na vida das pessoas e no desenvolvimento das empresas. Alinhado ao propósito de transformar a vida das pessoas e promover o desenvolvimento econômico e sustentável.

CARTEIRA DE HABITAÇÃO

O BRB financia a aquisição de unidades residenciais e comerciais a clientes pessoas físicas e jurídicas, além de realizar o financiamento da produção de unidades residenciais e comerciais a pessoas jurídicas. O produto de maior destaque é o financiamento destinado a imóveis enquadrados no Sistema de Financiamento Habitacional – SFH, de imóveis residenciais avaliados em até R\$ 2,25 milhões, com participação de 37,64% dos produtos da Carteira.

Nos últimos anos, o Banco se posicionou como líder do mercado de crédito imobiliário no Distrito Federal e atualmente detém participação de 47,74% na modalidade concedida com recursos oriundos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos – SBPE, apresentando o maior volume de financiamentos concedidos, conforme aponta o relatório da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – Abecip, acumulado de janeiro a novembro de 2025. Com esses números, o BRB se mantém como principal agente de crédito habitacional do DF há 06 (seis) anos consecutivos, auxiliando na redução do déficit habitacional, apoiando clientes na concretização do sonho da casa própria e na manutenção de empregos na cadeia da construção civil e apoio ao setor produtivo. Em volume de carteira, o crédito habitacional alcançou o patamar de R\$ 14,83 bilhões em dezembro de 2025, refletindo um crescimento de 24,63% nos últimos 12 meses.

A Carteira Habitacional do BRB também detém a liderança na concessão de financiamento da produção, por meio do produto Plano Empresário, com uma participação de mercado de 89,98% no DF, com recursos oriundos do SBPE conforme aponta o relatório de janeiro a novembro de 2025 da Abecip, auxiliando o setor produtivo na geração de empregos diretos e indiretos e renda no Distrito Federal e regiões de atuação.

O financiamento habitacional BRB é desburocratizado, as etapas da contratação são simplificadas, com trânsito de documentos no formato digital entre as áreas envolvidas no processo, ensejando em celeridade ao processo e mais comodidade ao proponente. A contratação possui prazo médio de 15 dias e pode ser realizada nas agências ou Correspondentes Imobiliários. Ademais, os clientes BRB possuem maior facilidade, tendo crédito pré-aprovado para realizar financiamentos imobiliários, além de contar com taxa de juros sempre competitivas.

CARTEIRA DE AGRONEGÓCIO

Em 2025, o agronegócio brasileiro manteve-se como pilar estrutural da economia, sustentando a geração de divisas, a segurança alimentar e a atividade econômica nacional. O setor operou em um ambiente mais desafiador, marcado por juros elevados, maior seletividade do crédito, volatilidade climática e instabilidade nos mercados internacionais, exigindo disciplina financeira e elevada capacidade de gestão por parte dos produtores.

Diante desse contexto, o BRB consolidou sua atuação como parceiro estratégico do setor. Até dezembro de 2025, o Banco superou a marca de R\$ 500 milhões em crédito concedido ao agronegócio, com forte concentração nos estados de Minas Gerais (27,41%) e Goiás (27,24%), regiões-chave para a expansão da carteira.

O custeio agropecuário permaneceu como principal alavanca de crédito, totalizando aproximadamente R\$ 219,8 milhões, com destaque para as culturas de soja e milho, que absorveram cerca de R\$ 158,2 milhões, financiando mais de 28 mil hectares. Esse direcionamento reforça o alinhamento do Banco às cadeias produtivas de maior relevância econômica e escala nacional.

A linha de investimento agropecuário apresentou desempenho consistente, com R\$ 134,7 milhões destinados à modernização produtiva, incluindo R\$ 37,6 milhões via FCO,



contribuindo para ganhos estruturais de eficiência, produtividade e competitividade dos produtores atendidos.

Na etapa de comercialização, o BRB liberou aproximadamente R\$ 106,1 milhões, apoiando a gestão de caixa e a captura de melhores condições de mercado no período pós-colheita. Em complemento, a linha de industrialização agropecuária totalizou cerca de R\$ 60 milhões, reforçando a estratégia de estímulo à agregação de valor e à verticalização da produção rural.

Até novembro de 2025, a carteira de Agronegócio manteve um saldo superior a R\$ 1,7 bilhão, mesmo diante de um cenário desafiador para o setor, refletindo a solidez do portfólio, a efetividade da estratégia de atuação do Banco e a relevância do segmento na composição dos negócios.

No Distrito Federal, o BRB se consolida como um dos principais parceiros dos programas Pronaf e Pronamp, tendo como diretriz estratégica o apoio contínuo aos pequenos e médios produtores rurais, contribuindo para o fortalecimento da produção, da inclusão financeira e do desenvolvimento sustentável do agronegócio regional. Até dezembro de 2025, foram concedidos R\$ 1 milhão em Pronaf e R\$ 4,4 milhões em Pronamp, reafirmando o compromisso institucional com o desenvolvimento regional, a agricultura familiar e o fortalecimento do médio produtor rural.

CARTEIRA DE CRÉDITO DE PRODUTOS DE ATACADO (EMPRESARIAL E GOVERNO)

O BRB opera tanto com recursos de repasse do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), quanto com recursos próprios destinados ao financiamento dos setores privados e públicos. O grande objetivo da concessão do crédito nessa carteira é contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, participando da execução de programas de financiamento aos setores produtivos, que são essenciais para o crescimento local. A estruturação das condições de crédito, como taxas e prazos, é adaptada às necessidades dos clientes, ajustando-se aos projetos e fluxos de caixa, permitindo que as empresas realizem investimentos para o aumento de sua capacidade produtiva, gerando mais empregos e renda.

A carteira de Crédito Empresarial e Governo apresentou, em dezembro de 2023, saldo superior a R\$ 2,07 bilhões, representando um crescimento de 39% em relação ao mesmo período de 2022. Esse aumento expressivo demonstra a efetividade das ações do BRB na promoção do desenvolvimento regional. Já em dezembro de 2024, o saldo dessa carteira atingiu R\$ 2,12 bilhões, em 2025 foi concedido o valor de R\$ 535,5 milhões em financiamentos, consolidando um crescimento contínuo, o compromisso de desenvolvimento econômico e reforçando a posição do BRB no apoio tanto aos setores privados quanto públicos nas regiões de atuação.

Em 2025, mais de 150 pequenas e médias empresas foram beneficiadas com financiamentos para implantação e/ou modernização de suas instalações, totalizando R\$ 176,5 milhões, destinados a impulsionar o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, fortalecer os negócios e ampliar a geração de empregos.

Em relação às operações de crédito para o setor público, destinadas ao financiamento de obras de infraestrutura, o volume contratado desde 2020 totaliza R\$ 2,52 bilhões. Em 2025, foram concedidos R\$ 350 milhões, em financiamentos para execução de projetos de desenvolvimento urbano. Esses recursos têm sido essenciais para viabilizar importantes projetos de infraestrutura na região, impactando positivamente o desenvolvimento urbano, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.

Os financiamentos liberados para o setor público, especialmente para obras de infraestrutura, refletem o compromisso do BRB com o progresso da região Centro-Oeste. A continuidade das liberações e o acompanhamento próximo de cada projeto garantem que os recursos sejam aplicados de maneira eficiente, impulsionando a modernização das cidades e o fortalecimento da infraestrutura essencial para o crescimento sustentável e a competitividade regional.

DEPÓSITOS JUDICIAIS

O Banco BRB se consolida como uma referência nacional na gestão de depósitos judiciais, assumindo o papel de importante parceiro estratégico. Com uma carteira que ultrapassa R\$



30 bilhões, o BRB não apenas gerencia recursos financeiros, mas também impulsiona inovações tecnológicas que modernizam o sistema judiciário, promovem agilidade e ampliam a eficiência no atendimento a magistrados, advogados e beneficiários.

O BRB ampliou significativamente sua carteira por meio da adesão de novos tribunais estaduais. Nesse período, foram firmados e renovados acordos estratégicos que possibilitaram a migração de depósitos e a modernização do atendimento às demandas do Poder Judiciário, com destaque para a implantação de soluções tecnológicas como o BRBJus e o sistema SDJ, voltadas à gestão de processos judiciais, modernização e transparência na gestão.

Essa atuação se estende a tribunais de diferentes estados, como o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJAL), Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB) e Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), com iniciativas específicas que atendem às demandas de cada região.

Além da expansão institucional, houve ganhos expressivos em eficiência operacional, redução de riscos, maior agilidade na liberação de alvarás e fortalecimento da relação com magistrados e agentes públicos, consolidando o BRB como parceiro confiável e inovador no ecossistema de Justiça. Essa crescente adesão à tecnologia de transferência instantânea (Pix Judicial) tornou-se essencial para agilizar pagamentos, eliminando burocracias e reduzindo significativamente o tempo de espera para os beneficiários.

A seguir, são apresentados os principais avanços e inovações desenvolvidos em cada tribunal em 2025, destacando a importância das iniciativas lideradas pelo BRB.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (TJDFT)

A parceria entre o BRB e o TJDFT completou 22 anos em 2025, sendo um marco no fortalecimento da modernização do sistema judiciário no Distrito Federal. Com uma carteira que soma R\$ 9,1 bilhões distribuídos em mais de 614 mil contas ativas, essa colaboração reflete a confiança mútua e a eficiência alcançada ao longo dos anos. Em 2025, mais de 157 mil alvarás foram processados, movimentando R\$ 3,3 bilhões, dos quais 95% foram realizados via Pix Judicial.

Duas das principais entregas em 2025 foram o aperfeiçoamento do módulo de abertura de contas por transferência e a disponibilização de um Data Lake corporativo de depósitos judiciais, desenvolvido para atender diretamente a alta gestão do Tribunal. Essa solução passou a concentrar, organizar e disponibilizar informações estratégicas de forma estruturada, segura e tempestiva, permitindo ao próprio Tribunal realizar a gestão, o acompanhamento e a prestação de contas aos órgãos reguladores sem a necessidade de consultas operacionais ao banco. A iniciativa ampliou significativamente a autonomia institucional do TJDFT, fortaleceu a transparência na gestão dos recursos judiciais e reduziu assimetrias de informação, além de conferir maior agilidade às análises gerenciais e às demandas de fiscalização.

Esses avanços posicionam o TJDFT como um modelo de eficiência operacional, sendo frequentemente citado como referência para outros tribunais.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (TJBA)

O TJBA é um dos maiores parceiros do BRB, com uma carteira que ultrapassa R\$ 11,4 bilhões. Em 2025, mais de R\$ 9 bilhões em créditos foram realizados, com 94% dos 372 mil alvarás processados pagos via Pix Judicial, movimentando R\$ 6,04 bilhões. Essa transformação foi possibilitada pela implementação de soluções tecnológicas que eliminaram a necessidade de processos manuais, como o pagamento eletrônico de alvarás do 2º grau. Antes, os usuários precisavam comparecer presencialmente aos cartórios para retirar ordens de pagamento. Agora todo o processo é feito de forma online, promovendo comodidade e eficiência.

Uma das principais entregas realizadas em 2025 foi a implementação da funcionalidade de envio de Pix Judicial para até quatro beneficiários em uma única operação. A solução ampliou significativamente a eficiência na execução de pagamentos judiciais em processos que



envolvem múltiplos favorecidos, eliminando a necessidade de procedimentos manuais ou fracionados.

Com essa melhoria, houve redução expressiva do tempo operacional dos usuários do Tribunal, maior fluidez no cumprimento das decisões judiciais e diminuição de riscos operacionais decorrentes de retrabalho. A iniciativa contribuiu diretamente para o aumento da produtividade das unidades judiciais e para a melhoria da experiência dos magistrados e servidores, reforçando o papel do BRB como parceiro estratégico na modernização dos fluxos financeiros e no apoio à prestação jurisdicional mais célere e eficiente.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (TJAL)

A parceria com o TJAL vem desde 2024, consolidando a presença do BRB na região Nordeste e ampliando sua atuação estratégica na gestão de depósitos judiciais, por meio do fortalecimento do relacionamento institucional e da oferta de soluções financeiras alinhadas às necessidades do Poder Judiciário estadual. O tribunal possui uma carteira atual de mais de 2,6 bilhões, com mais de 194 mil contas. A implementação do sistema BRBJus foi adaptada para atender às especificidades do TJAL, enquanto o uso de ferramentas de BI ampliou a capacidade de análise e planejamento financeiro do tribunal.

Em 2025, mais de 6 bilhões em créditos foram realizados, e mais de 61 mil alvarás foram processados, movimentando mais de R\$ 3,4 bilhões sendo, 97% desse valor via Pix Judicial. Essa inovação permitiu que o TJAL realizasse, pela primeira vez, pagamentos eletrônicos de alvarás, substituindo antigos processos presenciais e burocráticos. A eficiência e a segurança trazidas pela parceria com o BRB destacam o compromisso do banco em promover soluções inovadoras que beneficiam diretamente os usuários do sistema judicial alagoano.

As inovações implementadas no TJAL, como o Pix Judicial, ferramentas de BI, possibilidade de alvarás para mais de quatro beneficiários e a automatização de processos, não apenas agilizam a entrega de recursos financeiros, mas também promovem transparência, segurança e comodidade para magistrados, advogados e beneficiários.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (TJPB)

Em março de 2025, o BRB firmou mais uma parceria estratégica. Dessa vez foi com o TJPB, fortalecendo ainda mais sua presença na região Nordeste. A migração de valores do Banco do Brasil ao BRB ocorreu em 08/04/2025, sendo transferidos mais de R\$ 2,3 bilhões. Atualmente o tribunal possui uma carteira atual de mais de R\$ 3,1 bilhões, com mais de 283 mil contas. Foram processados mais de 82 mil pagamentos de ofícios/alvarás no montante de mais de R\$ 1,1 bilhão, sendo 97% deles emitidos via Pix Judicial.

A plataforma BRBJus foi adaptada para atender às especificidades do Tribunal, enquanto ferramentas de Business Intelligence (BI) foram incorporadas para potencializar a análise e o planejamento financeiro da instituição, garantindo um atendimento automatizado ágil e eficiente. Ainda em 2025 implementamos o envio de pix judicial para 4 beneficiários.

O impacto dessas iniciativas vai além dos números, refletindo na satisfação dos usuários e na modernização dos serviços judiciais. Ao consolidar sua presença em tribunais de diferentes estados, o BRB reafirma seu compromisso com a inovação e a excelência, construindo um legado de transformação que fortalece a relação entre o sistema bancário e o judiciário no Brasil.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO (TJMA)

Consolidando o BRB como parceiro confiável e inovador no ecossistema de Justiça, foi celebrado, em agosto de 2025, contrato entre o BRB e o TJMA, por meio de contratação direta, para a gestão dos depósitos judiciais. A parceria representou um marco de segurança e eficiência no planejamento e na execução de todo o processo, desde o desenvolvimento das integrações tecnológicas até a condução da migração e da gestão pós-implantação.

Nos dias 18 e 19/09, foram transferidos do Banco do Brasil para o BRB cerca de R\$ 3,52 bilhões em volume financeiro. Até o momento, foram processados mais de 51 mil alvarás, no montante superior a R\$ 766 milhões, sendo 98% deles emitidos via Pix Judicial. Após poucos meses de operação, a carteira do TJMA ultrapassa R\$ 3,53 bilhões, distribuídos em mais de 345 mil contas.



As emissões de guias tiveram início em 12/09, e os pagamentos de alvarás integrados ao sistema BRBJus começaram em 22/09, consolidando o sistema em plena operação. Ainda em 2025, foi implementada a funcionalidade de envio de Pix Judicial para até quatro beneficiários em uma única operação.

A plataforma BRBJus foi adaptada para atender às especificidades do Tribunal, com a incorporação de ferramentas de Business Intelligence (BI) voltadas ao fortalecimento da análise, do controle e do planejamento financeiro. O sucesso da implantação reforça a parceria institucional entre o BRB e o TJMA e consolida a atuação do Banco na gestão dos depósitos judiciais em âmbito nacional, evidenciando a confiança do Tribunal na solidez, na segurança e na capacidade tecnológica do BRB.

GOVERNO

No ano de 2025, o BRB reforçou as ações voltadas ao desenvolvimento econômico, social e humano, promovendo melhoria à qualidade de vida de milhares de pessoas. Importa destacar que o Banco tem como compromisso ser referência como agente de Políticas Públicas e provedor de soluções governamentais, protagonista no desenvolvimento econômico e catalisador para a transformação social, por meio de soluções financeiras inovadoras e digitais.

A marca BRB fez a diferença na operacionalização de 25 programas sociais do Distrito Federal. Oferecendo uma experiência completa, atuou nos programas: DF Social, Prato Cheio, Cartão Gás, Cartão Material Escolar, Cartão Creche, cartão Ração, Cartão Castração, Cartão Material de Construção, Renova DF, Fábrica Social, Acolher Eles e Elas, Aluguel Social, Incentiva DF, Bolsa Atleta, Esporte Social Voluntário, Educador Social Voluntário, DF Alfabetizado, Agentes da Cidadania, Família Acolhedora e Política de Assistência Estudantil – PAE/UnDF. Ademais, a população do Distrito Federal pôde contar com os benefícios de caráter eventual: Auxílio Funeral, Auxílio Natalidade, Auxílio Vulnerabilidade, Auxílio Calamidade e Benefício Excepcional.

Destaca-se, ainda, a operacionalização do FDR – Fundo Distrital de Desenvolvimento Rural e do FUNGER – Fundo para Geração de Emprego e Renda, iniciativas direcionadas ao desenvolvimento econômico das regiões de influência. Outrossim, o BRB tem desempenhado um papel fundamental em projetos de naturezas distintas, como o aperfeiçoamento dos serviços, atendimento ao cidadão, infraestrutura tecnológica e ambientes das Unidades do Na Hora, o GDF – Saúde e a Prova de Vida Digital - GDF.

Por fim, a atuação do Banco é pautada em diretrizes consolidadas no Planejamento Estratégico, voltadas ao seu fortalecimento e à geração de valor aos acionistas e à sociedade. Neste sentido, é fundamental ampliar e diversificar sua base de clientes para garantir o alcance dos resultados e a manutenção da solidez. Dessa forma, o BRB vem intensificando os esforços na alavancagem dos convênios de consignação em folha de pagamento, utilizando-os como porta de entrada na expansão para os estados brasileiros, resultando, por conseguinte, no aumento da sua base de crédito.

PROGRAMAS SOCIAIS

O BRB é a Instituição Financeira responsável pela operacionalização dos Programas Sociais do Governo do Distrito Federal, destacando-se como referência na atuação como Agente Financeiro desses benefícios na região. A instituição se tornou especialista no desenvolvimento de soluções ágeis para a execução eficiente dessas iniciativas sociais.

No período compreendido entre 2019 e 2025, foram creditados mais de R\$ 3 bilhões de reais às famílias, por meio de 34 Programas Sociais. Foram mais de 12 milhões de benefícios creditados a 437 mil famílias.

O ano de 2025 fechou com o total de R\$ 732 milhões em valores pagos e 257.926 famílias atendidas pelos programas sociais operacionalizados pelo BRB.

Seguem as informações relacionadas aos programas principais programas operacionalizados em 2025:



Cartão Uniforme Escolar

O Programa é destinado a todos os estudantes regularmente matriculados na rede pública de ensino do Distrito Federal. Por meio da iniciativa, os responsáveis por aproximadamente 400 mil alunos receberão um cartão pré-pago personalizado, com crédito no valor de R\$ 282,99, destinado à aquisição do uniforme escolar na rede credenciada.

De caráter universal, o Programa abrange toda a rede pública de ensino, independentemente da faixa de renda familiar, assegurando igualdade de acesso e condições adequadas para o pleno desenvolvimento das atividades escolares.

Além de promover a valorização da educação pública e da dignidade das famílias, a ação representa um importante estímulo à economia local, com a injeção estimada de R\$ 113 milhões no mercado regional. As malharias locais poderão se cadastrar junto ao Governo do Distrito Federal para participarem do programa e serão equipadas com maquinetas do Banco BRB para viabilizar as transações com os cartões dos beneficiários.

Cartão Material Escolar (CME)

O Programa Cartão Material Escolar (CME) destina-se a estudantes regularmente matriculados na rede pública do Distrito Federal que integram famílias beneficiárias do Bolsa Família. O benefício é disponibilizado em cartão pré-pago nominal entregue ao responsável familiar, sendo um cartão por família, com os valores somados dos filhos, e pode ser utilizado exclusivamente em papelarias credenciadas para compra de materiais didáticos, conforme listagem definida pela Secretaria de Educação. Atualmente, são creditados R\$ 320 por estudante para educação infantil, ensino especial e ensino fundamental, e R\$ 240 por estudante no ensino médio. Em 2025, 103 mil famílias foram contempladas com o benefício, tendo recebido o total de R\$ 51,5 milhões.

Esta iniciativa garante igualdade de condições no início do ano letivo, assegurando que todos os estudantes da rede pública tenham acesso aos itens básicos necessários para acompanhar as atividades educacionais. Ao reduzir o peso financeiro sobre as famílias, sobretudo as de baixa renda, o programa contribui para a permanência escolar e evita que a falta de materiais se torne uma barreira ao aprendizado, fortalecendo a inclusão e a equidade na educação. Por outro lado, o programa também beneficia a economia distrital, uma vez que o recurso é destinado em sua integralidade a compras no setor papeleiro do Distrito Federal.

Cartão Prato Cheio

Por sua vez, o Cartão Prato Cheio é um auxílio financeiro destinado a famílias do Distrito Federal em situação de insegurança alimentar e nutricional. O cartão pré-pago fornecido pelo Banco BRB permite compras apenas em estabelecimentos do ramo alimentício, tomando por base a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) das empresas. Em 2025, ano em que o programa completou 5 anos, o período para recebimento do benefício foi ampliado para 18 meses e a quantidade de famílias atendidas por mês passou a ser de 130 mil. Em 2025, foram realizados mais de 1,3 milhão de pagamentos, no valor de R\$ 250,00, para 150 mil famílias. O valor total destinado aos beneficiários neste período ultrapassa R\$ 343 milhões.

O Cartão Prato Cheio desempenha papel central na promoção da segurança alimentar, oferecendo apoio direto para aquisição de alimentos pela família. O benefício assegura autonomia na escolha dos gêneros alimentícios, respeitando hábitos culturais e necessidades específicas de cada lar. Além de enfrentar a fome de forma imediata, o programa contribui para reduzir desigualdades, garantindo que mais famílias tenham acesso contínuo a refeições dignas e nutritivas, e para o desenvolvimento do setor alimentício da economia local, que atende os beneficiários.

Cartão Creche (PBES)

Quando as famílias não conseguem vagas na rede pública para crianças de até 4 anos, o Cartão Creche garante o pagamento de mensalidade em creches privadas credenciadas, que complementam o aparato público. Este cartão é emitido em nome da criança, mas retirado e utilizado pelos responsáveis legais, que devem utilizá-lo na creche credenciada junto ao GDF que recebe a criança sob sua responsabilidade. Os valores do benefício foram atualizados em



2025 e se tornaram diferenciados com base nos níveis escolares: R\$ 920,29 para alunos do Maternal 1 e 2; R\$ 1.051,76 para alunos do Berçário 2; e R\$ 1.472,46 para alunos do Berçário 1. Em 2025, foram atendidas mais de 15 mil crianças, que receberam o total de R\$ 91,9 milhões em repasses do benefício.

O programa já beneficiou dezenas de milhares de crianças desde a sua implementação, com expansão progressiva de vagas e de creches credenciadas, que são 123 no momento. Sua existência amplia o acesso à educação infantil ao viabilizar a matrícula de crianças em creches privadas quando a rede pública não consegue atender toda a demanda. Essa iniciativa é essencial para o desenvolvimento integral na primeira infância e, adicionalmente, apoia a vida laboral das famílias, especialmente das mães, que podem ingressar ou permanecer no mercado de trabalho com tranquilidade, certas de que seus filhos estão recebendo educação e cuidados de qualidade.

Cartão Gás

O Cartão Gás é um auxílio financeiro bimestral no valor de R\$ 100,00 para compra de botijão de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP 13 kg - em estabelecimentos credenciados junto à Secretaria de Desenvolvimento Social, que recebem maquinetas BRBPAY para o aceite das transações do programa. O objetivo é assegurar acesso ao gás de cozinha para famílias com renda per capita de até meio salário-mínimo inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Neste ano (2025), foram repassados mais de R\$ 41 milhões para 79 mil famílias beneficiadas.

Este programa atende uma necessidade essencial: o acesso ao gás de cozinha, insumo básico para preparo de alimentos e manutenção das rotinas domésticas. Em períodos de alta de preços, o benefício se torna ainda mais importante, protegendo famílias vulneráveis de situações extremas, como a substituição do gás por métodos inseguros de cocção. Assim, o programa contribui tanto para a segurança alimentar quanto para a segurança física dos domicílios, além de estimular a economia local.

Cartão Material de Construção (CMC)

Trata-se de benefício destinado a pessoas/famílias desalojadas ou desabrigadas por desastres (incêndios, enxurradas, vendavais, inundações etc.) devidamente atestados pela Defesa Civil e pela SEDES/CODHAB. O benefício é concedido em parcela única no valor de R\$ 15 mil e restrito à compra de itens da lista oficial de material de construção em lojas credenciadas previamente. Realizado em 2025, o primeiro pagamento do benefício contemplou 197 famílias atingidas por incêndios na Quadra 406 do Recanto das Emas, região conhecida como Favelinha, que receberam lotes urbanizados no Residencial Tamanduá, Recanto das Emas, e podem utilizar o cartão para a compra dos itens necessários para as obras de suas residências. Estas famílias receberam, no total, R\$ 3,4 milhões.

Esta iniciativa, além de fomentar a economia local e garantir qualidade de vida e segurança habitacional aos beneficiários, também confere dignidade às famílias, que têm a possibilidade de escolher os materiais de construção que mais se adequam às suas obras.

Acolher Eles e Elas

Iniciativa da Secretaria da Mulher, o programa Acolher Eles e Elas oferece assistência financeira e acompanhamento psicossocial a órfãos de feminicídio, sejam crianças ou adolescentes. A assistência financeira é consolidada por meio de cartão pré-pago fornecido pelo BRB, que permite saques nos terminais de autoatendimento do Banco, além de compras na função débito. O valor do benefício foi fixado como um salário-mínimo mensal por órfão, atualmente R\$ 1.518, e deve ser utilizado para suprir as necessidades básicas dos beneficiários, tais como alimentação, moradia, educação, saúde e acesso à cultura e ao lazer. Em 2025 foram atendidas 198 pessoas, que receberam o total de R\$ 3,1 milhões.

Este programa tem papel vital no atendimento a pessoas que passaram por uma situação traumática, garantindo proteção e acolhimento humanizado. A ação oferece suporte financeiro para reconstrução da autonomia, além de articular acesso a serviços essenciais como rede socioassistencial, saúde e segurança pública. É um instrumento potente para



romper ciclos de violência, fortalecer a independência das vítimas e promover condições reais de recomeço.

Renova DF

Trata-se de programa de qualificação profissional e frente de trabalho coordenado pela SEDET-DF, com foco em construção civil, jardinagem e recuperação de espaços públicos. Os participantes recebem formação técnica, uniformes e uma bolsa-benefício no valor de um salário-mínimo, R\$ 1.518, e vale-transporte durante o período do curso/atividade. Os alunos executam obras de conservação em espaços públicos como etapa prática da qualificação profissional. Os cartões pré-pagos emitidos pelo Banco BRB possibilitam saques nos terminais de autoatendimento do Banco e compras livres na função débito. Cerca de 9700 alunos participaram do programa em 2025, tendo recebido o total de R\$ 29,4 milhões.

O Renova DF estimula a qualificação profissional ao oferecer cursos e experiências práticas por meio de ações de manutenção urbana. O programa possibilita que participantes adquiram novas competências, ampliem suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho e aumentem suas perspectivas de geração de renda. Ao mesmo tempo, contribui para a revitalização de espaços públicos, tornando o programa duplamente benéfico, já que promove inclusão produtiva enquanto melhora os equipamentos públicos da cidade

Cartão Ração e Cartão Castração

Cartões relacionados ao Programa de Apoio à Proteção dos Animais, que tem como finalidade assegurar condições mínimas de subsistência a cães e gatos resgatados ou mantidos sob tutela de pessoas jurídicas ou físicas no Distrito Federal.

Cartão Ração, objetiva fomentar e apoiar as pessoas físicas e jurídicas que desenvolvem projetos de acolhimento e proteção de cães e gatos, por intermédio da disponibilização de espaço próprio para abrigar os animais, o valor do benefício varia de R\$1500 a R\$6000, dependendo da quantidade de animais resgatados;

Cartão Castração, objetiva fornecer apoio às pessoas físicas e jurídicas que desenvolvem ações voltadas à proteção de cães e gatos. O valor do benefício é de R\$ 600,00 para realização dos serviços de castração e microchipagem nas clínicas credenciadas no Programa.

O Programa concilia a garantia de direitos sociais com o estímulo ao desenvolvimento econômico local. Ao permitir que os beneficiários realizem as compras/contratação dos serviços em estabelecimentos credenciados no Distrito Federal, a proposta contribui para a geração de emprego, renda e arrecadação de tributos, alinhando-se a políticas de fomento à economia regional e à valorização dos pequenos e médios empreendedores.

PROGRAMAS EVENTUAIS

Os Programas Eventuais são benefícios de caráter suplementar e temporário, prestados aos cidadãos e às famílias do DF em ocasião de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade provisória e de calamidade pública. Os benefícios são geridos por unidades de atendimento vinculadas à SEDES, que são responsáveis por compilar as informações de pagamento e dados dos cidadãos assistidos pelos programas e repassar ao BRB.

O BRB recebe o recurso e repassa aos beneficiários por meio de crédito em conta ou de disponibilização de saque na rede de correspondentes bancários.

Auxílio Funeral

O Auxílio por Morte (Funeral), caracterizado como Benefício Eventual, pode ser concedido, cumulativamente, nas formas de pecúnia e bens de consumo. Tem como objetivo atender, prioritariamente, as despesas de urna funerária, velório e sepultamento, além das necessidades urgentes da família para enfrentar as vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros. O BRB atua como agente financeiro desse auxílio em forma de pecúnia.

- Valor do Benefício: R\$ 415,00 por evento.
- Total pago em 2025: R\$ 49.800,00 para 118 beneficiários



Auxílio Natalidade

Caracterizado como Benefício Eventual, o Auxílio Natalidade pode ser concedido nas formas de pecúnia e bens de consumo. O Auxílio Natalidade, na forma de pecúnia, somente será concedido à genitora ou ao representante legal, devidamente identificado. O BRB atua como agente financeiro deste auxílio em forma de pecúnia.

- Valor do Benefício: R\$ 200,00 por evento.
- Total pago em 2025: R\$ 2.091.800,00 para 9.657 beneficiários

Auxílio Vulnerabilidade

Tem como objetivo auxiliar a família ou o indivíduo, visando minimizar situações de riscos, perdas e danos decorrentes de contingências sociais. Deve integrar-se a serviços que busquem o fortalecimento dos vínculos familiares e inserção comunitária.

Pode ser concedido, cumulativamente, nas formas de pecúnia, bens de consumo e passagem intraurbana e interestadual. Será sempre concedido em caráter provisório, mediante avaliação técnica feita por especialista que atue nas unidades da SEDES. O BRB atua como agente financeiro deste auxílio em forma de pecúnia.

- Valor do Benefício: R\$ 408,00.
- Total pago em 2025: R\$ 11.869.157,00 para 19.349 beneficiários

Auxílio Calamidade

O auxílio é concedido às famílias e aos indivíduos vítimas de situações de desastre ou de calamidade pública, que se encontrem impossibilitados de arcar sozinhos com o estabelecimento de sua dignidade, o que deve ser demonstrado mediante avaliação técnica de especialista que atue nas unidades da SEDES, sem prejuízo de declaração de autoridade competente. O BRB atua como agente financeiro deste auxílio em forma de pecúnia.

- Valor do Benefício: R\$ 408,00 por evento.
- Total pago em 2025: R\$ 233.784,00 para 325 beneficiários

Benefício Excepcional

O auxílio, concedido em razão de desabrigo temporário, é uma prestação excepcional no âmbito da assistência social, subsidiária à Política de Habitação do Distrito Federal, decorrente da existência de situações de vulnerabilidade temporária ocasionadas pela falta ou pela inadequação da moradia, sendo destinado, exclusivamente, ao pagamento de aluguel de imóvel residencial. O BRB atua como agente financeiro deste auxílio em forma de pecúnia.

- Valor do Benefício: R\$ 600,00.
- Total pago em 2025: R\$4.791.316,00 para 3.010 beneficiários.

FDR

O Fundo Distrital de Desenvolvimento Rural – FDR visa promover o desenvolvimento rural no Distrito Federal, com ações que permitam a permanência do homem no espaço rural e o aumento da produção, da renda e da segurança alimentar.

Os financiamentos são concedidos mediante apresentação de projetos elaborados pela Emater-DF ou por instituição credenciada pelo Conselho Administrativo e Gestor do FDR.

O BRB é o agente financeiro do FDR, responsável pela operacionalização e liberação dos créditos oriundos dos financiamentos de projetos de investimento e custeio da produção agropecuária e atividades afins, cujo saldo administrado é de R\$ 19.248.086,19.

O 4º trimestre de 2025 fechou com o total de 209 operações ativas, o que representa um aumento de 3,47% se comparados ao 3º trimestre de 2025. Quanto ao saldo, houve um aumento de 2,10%, o que representa um acréscimo de R\$ 396.002,42.

Ao comparar os números de fechamento do ano 2025 com o mesmo período de 2024, nota-se um aumento de 19,25% no montante emprestado e de 14,84% na quantidade de contratos.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

FONTE	TRIMESTRES	VALOR	% VALOR	CONTRATOS:	% CONTRATOS
	3T 2025	R\$ 18.852.083,77	100,00%	202	100,00%
	4T 2025	R\$ 19.248.086,19	102,10%	209	103,47%
		R\$ 396.002,42	2,10%	7	3,47%
	ANÁLISE	AUMENTO		AUMENTO	
FONTE	TRIMESTRES	VALOR	% VALOR	CONTRATOS:	% CONTRATOS
	4T 2024	R\$ 16.140.345,90	100,00%	182	100,00%
	4T 2025	R\$ 19.248.086,19	119,25%	209	114,84%
	TOTAL	R\$ 3.107.740,29	19,25%	27	14,84%
	ANÁLISE	AUMENTO		AUMENTO	

FUNGER

O Fundo para Geração de Emprego e Renda tem por objetivo, o apoio e financiamento a empreendedores econômicos, urbanos e rurais, com vistas a contribuir para o incremento do nível de ocupação, emprego e renda no Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico.

O programa de microcrédito, executado pela Secretaria de Estado do Trabalho, com recursos do FUNGER/DF, compõe as políticas públicas de emprego e renda do Distrito Federal e de sua Região Integrada de Desenvolvimento e Entorno - RIDE, com apoio creditício às micro e pequenas empresas, a empreendimento informais urbanos, empreendimentos agropecuários de pequeno porte, cooperativas, associações de trabalho e a recém-formados egressos do ensino técnico e superior.

Os créditos podem ser aplicados em capital de giro ou investimento, no caso dos empreendimentos urbanos, e custeio ou investimento, para os empreendimentos rurais.

O BRB, como agente financeiro do FUNGER, é responsável por liberar os recursos para a realização de empréstimos e financiamentos, bem como por executar os serviços necessários à gestão e controle das operações.

O 4º trimestre de 2025 fechou com o total de 2.551 operações ativas, o que representa retração de 0,78% se comparados ao 3º trimestre, onde possuía 2.571 operações ativas. Quanto ao saldo, houve aumento de 1,63%, o que representa um acréscimo de R\$ 541.201,01.

Ao comparar os números de fechamento do ano 2025 com o mesmo período de 2024, observa-se um aumento de 7,46% no montante emprestado e uma retração de 1,54% na quantidade de contratos.

SEJUS-DF	TRIMESTRES	VALOR	% VALOR	CONTRATOS:	% CONTRATOS
	3T 2025	R\$ 33.134.086,64	100,00%	2571	100,00%
	4T 2025	R\$ 33.675.287,65	101,63%	2551	99,22%
		R\$ 541.201,01	1,63%	-20	-0,78%
	ANÁLISE	AUMENTO		REDUÇÃO	
SEJUS-DF	TRIMESTRES	VALOR	% VALOR	CONTRATOS:	% CONTRATOS
	4T 2024	R\$ 31.326.814,33	100,00%	2591	100,00%
	4T 2025	R\$ 33.675.287,65	107,46%	2551	98,46%
	TOTAL	R\$ 2.338.473,32	7,46%	-40	-1,54%
	ANÁLISE	AUMENTO		REDUÇÃO	

NA HORA

O Na Hora, vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF), é um serviço de atendimento integrado, instituído por meio do Decreto nº. 22.125, de 11 de maio de 2001, que reúne em um mesmo local, órgãos prestadores de serviços públicos. Proporciona a dinâmica e flexibilidade necessárias ao atendimento, com foco principal no cidadão, disponibilizando serviços essenciais em locais estratégicos, de grande circulação de pessoas, de fácil acesso e com horário de atendimento ampliado.

O Conglomerado BRB ampliou as unidades do programa Na Hora e elevou significativamente a experiência dos cidadãos que utilizam seus serviços.

Além de disponibilizar equipes qualificadas para o atendimento ao público, toda a infraestrutura tecnológica foi modernizada com equipamentos novos e modernos.

Como parte da remodelagem dos ambientes, o BRB entregou as unidades da Rodoviária, Brazlândia, Sobradinho, Ceilândia, Riacho Fundo e Gama totalmente revitalizadas, garantindo mais segurança e conforto aos cidadãos.



Destaca-se, ainda, o desenvolvimento do aplicativo Na Hora Digital, que oferecerá praticidade e comodidade, reunindo serviços e informações na palma da mão, além de disponibilizar produtos e serviços bancários, previsto para ser lançado em janeiro de 2026.

Em 2025, as unidades Na Hora realizaram 2.332.441 atendimentos, o que representa uma média mensal de 194.370.

CARTÃO PDAF

O Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF), previsto no art. 11 da Lei nº 5.499, de 14 de julho de 2015 – que institui o Plano Distrital de Educação –, foi regulamentado pela Lei nº 6.023, de 18 de dezembro de 2017. Essa legislação criou o Cartão PDAF e estabeleceu as diretrizes para sua aplicação e execução nas Unidades Escolares e nas Coordenações Regionais de Ensino da rede pública do Distrito Federal.

O Cartão PDAF é o instrumento utilizado para a movimentação dos recursos do programa, transferidos diretamente aos agentes executores. Seu objetivo é atender, de forma eficiente, transparente e ágil, às necessidades das Unidades Escolares e das Regionais de Ensino da rede pública distrital.

O programa representa um mecanismo de descentralização financeira, de caráter complementar e suplementar, voltado a fortalecer a autonomia das escolas e regionais de ensino. Por meio dele, são assegurados recursos para o desenvolvimento de ações que contribuam com a melhoria da qualidade do processo educacional e com o fortalecimento da gestão democrática no âmbito da rede pública de ensino do Distrito Federal.

A operacionalização do Cartão PDAF, sob responsabilidade do BRB, teve início em 2023 e foi sendo implementada de forma escalonada, conforme diretrizes estratégicas da Secretaria de Estado de Educação.

O Cartão PDAF já foi implementado em todas as unidades executoras, contemplando as 14 Coordenações Regionais de Ensino e 697 unidades escolares.

Durante o ano de 2025, foram transferidos recursos no montante total de R\$ 242.849.324,32. Desde o início da execução do programa, em abril de 2023, o valor acumulado de transferências alcança R\$ 413.486.615,49.

CARTÃO PIEPE

O Cartão PIEPE integra a política de descentralização de recursos financeiros voltada às escolas da rede pública estadual de Pernambuco, conforme estabelecido pela Lei nº 17.488/2021 e regulamentado pelo Decreto nº 51.900/2021.

O programa tem como objetivo oferecer assistência financeira suplementar às escolas da rede estadual de ensino, contribuindo para a manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, além de fortalecer a participação da comunidade e a autogestão escolar.

A gestão dos recursos é realizada por meio das Unidades Executoras (UEX), organizações da sociedade civil, dotadas de personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, constituídas com a finalidade de representar uma unidade escolar pública ou um consórcio de escolas. As UEX são formadas por membros da comunidade escolar e podem assumir diferentes denominações, tais como caixa escolar, conselho escolar, associação de pais e mestres, círculo de pais e mestres, entre outras.

O programa contempla 1.027 unidades executoras vinculadas às escolas estaduais que receberam os cartões Investe Escola Pernambuco, com um orçamento anual estimado em R\$ 200 milhões durante o período de execução.

Desde o início da execução do programa, em janeiro de 2025, foram transferidos recursos que somam R\$ 140.477.270,15 e realizados 42.264 pagamentos no montante de R\$ 115.905.449,88.

PARCERIA COMERCIAL BRB X PROSAS

O Banco BRB e a Prosas Tecnologia Social LTDA celebraram, em dezembro de 2025, parceria negocial voltada à oferta conjunta de solução tecnológica e serviços bancários destinados à gestão de projetos e programas governamentais.



A Prosas é uma GovTech consolidada, com atuação nacional e reconhecida expertise em gestão de projetos sociais. A parceria permitirá ao BRB ofertar aos entes governamentais uma plataforma digital integrada para seleção, monitoramento e prestação de contas de projetos, associada à centralização da movimentação financeira no próprio Banco.

A iniciativa visa ampliar a atuação do BRB como agente de fomento à inovação pública, ao mesmo tempo em que possibilita a expansão institucional e o fortalecimento da marca BRB junto a outros entes federativos, posicionando o Banco como referência nacional em soluções financeiras e tecnológicas voltadas à gestão governamental.

Do ponto de vista negocial, a parceria também supera barreiras burocráticas enfrentadas pela Prosas para comercializar sua solução diretamente com governos, uma vez que a oferta passa a ocorrer no âmbito da proposta institucional do BRB, viabilizando a adesão dos entes públicos por meio de acordos de cooperação técnica.

A captação de recursos decorrente dessa iniciativa configura-se, ainda, como estratégia estruturada de funding, com expectativa de início até o final do primeiro semestre de 2026, consolidando-se como instrumento relevante para fortalecer a base de captação do BRB e sustentar a expansão de sua atuação nacional nos próximos anos.

PROVA DE VIDA DIGITAL

Ao longo do ano de 2025, o BRB realizou cerca de 68.500 provas de vida, sendo 26.000 – 38% do total, aproximadamente, na modalidade digital.

Para além dos números, o atendimento prestado aos beneficiários, aposentados e pensionistas do Iprevid-DF, reforça o papel institucional do Banco de prover soluções adequadas às necessidades da sociedade do Distrito Federal, bem como de seus acionistas.

A modalidade digital da prova de vida é feita por meio do aplicativo Prova de Vida GDF, disponível nas lojas de aplicativos Play Store (Android) e App Store (IOS). Por meio do app, o beneficiário, aposentado ou pensionista do IPREV pode realizar sua prova de vida de qualquer lugar do mundo, sem a necessidade de deslocar-se fisicamente a um ponto de atendimento do Banco ou do Instituto e sem se prender a qualquer outra barreira, seja ela física, geográfica ou de horário.

Ao longo dos anos, percebe-se um aumento da realização da Prova de Vida na modalidade digital, consolidando o BRB como provedor de soluções tecnológicas adequadas e em consonância com as expectativas de seus clientes, acionistas e sociedade em geral.

ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ENTIDADES REPRESENTATIVAS

Em 2025, o BRB firmou oito novos Acordos de Cooperação Técnica, com o objetivo de consolidar relacionamentos institucionais e estabelecer parcerias estratégicas que gerem valor compartilhado. Essas iniciativas reforçam a presença do Banco em segmentos específicos, ampliam a base de clientes e criam oportunidades de negócio sustentáveis.

A seguir, apresentamos um resumo das entidades parceiras:

ACATE/DF – Associação da Carreira Auditoria Tributária do DF

Organização sem fins econômicos, representativa da Carreira Auditoria Tributária do Distrito Federal, com personalidade jurídica de direito privado. Conta com aproximadamente 600 associados.

AMAB – Associação dos Municípios Adjacentes a Brasília

Entidade civil sem fins lucrativos, composta por prefeitos e gestores públicos dos municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Atua na promoção do desenvolvimento regional, integração política e defesa dos interesses coletivos.

AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros

Maior entidade representativa da Magistratura Nacional, com cerca de 14 mil associados das esferas Estadual, Federal, Trabalhista e Militar. Tem como missão fortalecer a magistratura e a Justiça, defendendo garantias e direitos dos magistrados e promovendo os valores do Estado Democrático de Direito.



AMPF – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal

Pessoa jurídica de direito privado, de abrangência nacional, sem fins lucrativos, integrada por membros ativos e inativos do Ministério Público Federal. Possui autonomia administrativa e financeira.

ANADEF – Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais

Com cerca de 570 associados, a entidade atua na defesa da dignidade da Defensoria Pública da União, garantindo direitos, prerrogativas e valorização da carreira.

ANADEP – Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

Sociedade civil sem fins lucrativos, criada em 1984, congrega defensores públicos ativos e aposentados em todo o país. Possui aproximadamente 7.300 associados, com foco na defesa de prerrogativas e fortalecimento da Defensoria Pública.

ANAUNI – Associação Nacional dos Advogados da União

Fundada em 1996, representa a carreira de Advogado da União, com mais de 1.000 associados. Atua na defesa dos interesses econômicos e profissionais da categoria e na interlocução com a Advocacia-Geral da União (AGU).

CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia

Instância superior do Sistema Confea/Crea, responsável pela fiscalização do exercício das profissões de engenharia e agronomia. É uma entidade autárquica de direito público, com sede em Brasília e jurisdição nacional.

COMPRA DE FOLHA DE PAGAMENTO

A aquisição de folhas de pagamento constitui estratégia diretamente vinculada ao processo de expansão do BRB, uma vez que assegura a formação de uma base qualificada de clientes nas regiões-alvo, além de fortalecer a confiança da população local na marca da instituição. Esse movimento contribui, de forma relevante, para o incremento da segurança e da sustentabilidade dos negócios do Banco.

No exercício de 2025, o BRB adquiriu a exclusividade no processamento da folha de pagamento de três entes: a Prefeitura Municipal de Maceió, o Tribunal de Justiça da Paraíba e a Prefeitura Municipal de Porto Nacional. Dentre essas operações, o Banco também passou a deter a conta única e o pagamento de fornecedores do TJPB, além de possuir preferência — que será exercida — no processamento de pagamentos a fornecedores e na arrecadação do Município de Maceió.

As três folhas iniciaram seu processamento ainda em 2025 e totalizam, aproximadamente, 36 mil servidores, ampliando de forma significativa a base de clientes e gerando novas oportunidades de negócios para o BRB.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de Governança Corporativa do BRB é responsável por direcionar e alinhar os objetivos estratégicos do banco aos interesses de todas as partes interessadas (stakeholders). Os mecanismos de governança adotados privilegiam o equilíbrio de direitos entre acionistas, a prestação de contas aos investidores e à sociedade, a ética nas relações com entes públicos e privados e a sustentabilidade dos negócios.

O modelo organizacional do BRB contempla uma estrutura robusta de governança, que, além de cumprir com as determinações legais, observa as melhores práticas recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, destacando-se, entre elas, a implementação de decisões colegiadas, prestação de contas, transparência, gestão de riscos e controles, auditoria independente e ações de ESG.

Em 2025, houve a contínua evolução dos instrumentos de governança, com destaque para os processos de Avaliação dos Administradores no BRB e Empresas do Conglomerado e



publicação da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa e do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas.

Em consonância com a Lei nº 13.303/2016, foi realizada a avaliação anual de desempenho dos administradores e membros de Comitês, de forma individual e coletiva. Além do cumprimento legal, a avaliação consiste em uma importante ferramenta de governança, possibilitando identificar possíveis deficiências e oportunidades de melhoria nos desempenhos dos órgãos de Governança, bem como de seus membros.

Em 2025, as empresas do Conglomerado BRB realizaram a Avaliação dos Administradores seguindo a metodologia aprovada pelo Conselho de Administração do BRB. Dessa forma, a Avaliação ocorre de maneira padronizada em todas as empresas, de modo a permitir a evolução da Governança Corporativa no Conglomerado BRB.

Foi divulgada à sociedade a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa. O documento é uma prestação de contas à sociedade sobre os compromissos de consecução dos objetivos de Políticas Públicas pelo Banco e pelas Empresas Subsidiárias, abrangendo informações sobre os seguintes temas:

§ Compromissos de consecução dos objetivos de políticas públicas;

§ Consolidação das informações sobre atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco e dados econômico-financeiros;

§ Práticas de governança corporativa;

§ Descrição da composição e remuneração da administração.

Também publicamos o Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas com o detalhamento da aderência das práticas recomendadas para empresas de capital aberto. Das 54 práticas referenciadas, o BRB adere a 44, alinhando-se à média das instituições financeiras, reforçando o compromisso com a governança corporativa.

No período, os Administradores do BRB e das Empresas Subsidiárias realizaram treinamento anual, abrangendo certificação de Governança do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo e combate ao assédio, com vistas ao aprimoramento de conhecimentos relevantes para o desempenho de suas atividades. Também houve a implementação de ações com vistas ao aprimoramento do processo de tomada de decisão e de gestão e controle de segurança da informação.

Para 2026, a obtenção de resultados sustentáveis permanece como prioridade para o BRB, por meio do fortalecimento da governança corporativa, transparência, integridade e conformidade regulatória, essenciais para a tomada de decisão estratégica e a perenidade da Instituição.

Inovação, Transformação e Ação

Desde o lançamento de seu Programa de Inovação em 2020, o BRB vem incorporando soluções criativas, tecnologia e novos modelos de colaboração aos seus processos, impulsionando avanços estruturantes na instituição. Entre os principais marcos dessa trajetória destacam-se a parceria estratégica com a Plug and Play, a inauguração do BRBLAB e o lançamento do 1º Edital de Inovação Aberta em 2021, além da implementação de projetos no Vale do Silício em 2022, 2023 e 2024. Ao longo desse percurso, o Banco consolidou a inovação como vetor estratégico para a transformação digital, a eficiência operacional e a melhoria da experiência de clientes e usuários.

Nesse contexto, o ano de 2025 foi marcado pelo fortalecimento da atuação do BRB junto ao ecossistema de inovação, ao Governo do Distrito Federal e à sociedade, com a continuidade de ações de intraempreendedorismo, capacitação interna e participação ativa em eventos estratégicos de inovação.

No âmbito da promoção da inovação aberta, o BRBLAB manteve-se como pilar central dessa atuação. Em 2025, o espaço sediou mais de 150 eventos, reuniões e encontros, reunindo mais de 9.500 participantes e promovendo mais de 700 horas de capacitação, consolidando-se como hub de inovação do Distrito Federal. Destaca-se, ainda, a parceria com o Project



Management Institute (PMI), promovendo eventos e capacitações alinhados às boas práticas em gestão de projetos.

Ainda no contexto do BRBLAB, foi realizada a 3ª edição do Innovation Day, em parceria com a Plug and Play, reunindo mais de 260 participantes, além de 130 participantes em workshops ministrados por empresas de tecnologia e parceiros estratégicos, como Visa, Microsoft, IBM, Google e PMI. Os painéis contaram com representantes de instituições como ApexBrasil, Centro de IA do Distrito Federal e Centro de IA da UFG, promovendo debates sobre inovação e tecnologia.

Adicionalmente, no eixo de inovação com impacto social e aproximação com a comunidade escolar, foi realizado o Projeto Time Tech, em parceria entre o Instituto BRB, o BRBLAB e a startup brasileira Br.Ino, voltada à robótica educacional. Em 2025, foram realizadas 6 edições, com atendimento de mais de 145 crianças, por meio de workshops hands-on com uso de robótica, automações e tecnologias aplicadas. A iniciativa contribuiu para o fortalecimento do ecossistema de inovação no Distrito Federal, estimulando o interesse de estudantes e educadores pelo universo da tecnologia e aproximando o Banco das escolas e da comunidade.

Complementarmente, foram promovidas 13 jornadas de inovação ao longo de 2025, envolvendo mais de 350 participantes. Essas jornadas tiveram como foco a melhoria da experiência do cliente, a eficiência operacional e o desenvolvimento de soluções alinhadas às prioridades estratégicas do Banco. Nesse contexto, destaca-se a Jornada da Rota do Queijo do Distrito Federal, alinhada ao Decreto nº 46.718, na qual o BRB atuou como coordenador das ações, promovendo mais de 15 encontros interinstitucionais com órgãos do Governo do Distrito Federal, produtores e especialistas. A iniciativa culminou na entrega de um relatório em formato de livro, lançado em cerimônia realizada durante a Expoabra 2025, consolidando ações implementadas e propostas futuras para a cadeia produtiva do queijo no DF.

Além das ações realizadas no âmbito do BRBLAB, o BRB manteve participação ativa em eventos de renome nacional e internacional. No Web Summit, o Banco contou com a participação de aproximadamente 40 empregados, possibilitando a disseminação da cultura de Inovação e aprendizado contínuo. O estande do BRB destacou-se por ativações inovadoras, como o Pitch Stop e a Arena BRB Powered by Plug and Play, ampliando a visibilidade institucional do Banco. No Febraban Tech 2025, o BRB contou com a participação de cerca de 60 empregados, atuou como painelistas e realizou a prospecção de mais de 30 startups. O Banco também esteve presente em eventos locais de inovação, como InovaSummit, Inova 2025, Safeday Brazil 2025, PMI-DF Summit e AgroBrasília 2025.

No campo do fomento interno à inovação, o Programa Agentes de Inovação seguiu como iniciativa estruturante voltada à capacitação e ao engajamento dos colaboradores, com foco na melhoria contínua, na otimização de processos e na eficiência operacional. Em 2025, mais de 70 empregados participaram da iniciativa, com quase 30 processos melhorados, resultando em redução de custos, redução do tempo gasto e melhoria da satisfação de clientes internos e externos.

Por fim, no âmbito dos projetos estratégicos internacionais, foi desenvolvida a edição 2025 do Projeto Vale do Silício, com foco em Inteligência Artificial aplicada à gestão de depósitos judiciais. A iniciativa envolveu dois times e dois projetos complementares, voltados à melhoria da eficiência operacional e ao aprimoramento da usabilidade e da experiência do jurisdicionado.

O ano de 2025 sela a atuação do BRB reafirmando seu compromisso com a inovação e a transformação digital, com atuação integrada em frentes internas, governamentais e junto ao ecossistema de inovação, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal e para a geração de valor à sociedade.



19204 - BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A., doravante denominada Financeira BRB, é uma sociedade anônima de capital fechado, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, constituída como subsidiária integral do BRB – Banco de Brasília S.A., doravante denominado BRB. A Companhia rege-se por seu Estatuto Social, pelas Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nº 13.303, de 30 de junho de 2016, por seu respectivo Decreto Regulamentador, bem como pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

A Financeira BRB tem por objeto social a realização de todas as operações e a prestação de serviços facultados às sociedades de crédito, financiamento e investimento, observados os preceitos e as limitações da legislação vigente.

FORÇA DE TRABALHO					
Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

Para a execução de suas atividades, a Financeira BRB conta com força de trabalho composta por empregados do quadro permanente do BRB, admitidos por meio de concurso público, bem como por estagiários, jovens aprendizes e trabalhadores terceirizados, igualmente contratados pelo BRB, além de seu quadro estatutário. As informações relativas ao quantitativo da força de trabalho da Financeira BRB estão consolidadas nos dados do Banco de Brasília S.A., na unidade orçamentária nº 19.202.



2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	25197095,0	0	25197095,0	25197095,00
7023 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-BRB CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO S/A-DISTRITO FEDERAL	25197095,0	0	25197095,0	25197095,00
9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS	432852559,0	0	432852559,0	432852559,0
0008 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS--DISTRITO FEDERAL	432852559,0	0	432852559,0	432852559,0
9057 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS	130955528,0	0	130955528,0	49320851,30
0002 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS--DISTRITO FEDERAL	130955528,0	0	130955528,0	49320851,30
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	589005182,00	0,00	589005182,00	507370505,30

Programação Orçamentária Realizada

OBS: O valor registrado na coluna "Executado" da tabela é referente à data-base 30/11/2025. De acordo com o artigo 26, do Decreto 45.057 de 11 de outubro de 2023 o prazo final para lançamento da execução orçamentária foi dia 10/01/2026, impossibilitando o lançamento referente ao mês de Dez/25.

O item 9050 refere-se ao acordo de ressarcimento celebrado entre a Financeira BRB e o BRB – Banco de Brasília S.A., na qualidade de acionista controlador, cujo objeto consiste no ressarcimento de despesas de pessoal e na utilização de estruturas administrativas. O referido contrato tem por finalidade a otimização de custos no âmbito do conglomerado, evitando a duplicação de estruturas e promovendo maior sinergia operacional entre as instituições.

A ação 9055 está relacionada, principalmente, aos custos de captação de recursos (funding) destinados à concessão de empréstimos. Atualmente, a Financeira BRB capta 100% de suas necessidades de recursos financeiros junto ao seu controlador, o BRB.

A ação 9057 refere-se ao recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Nessa condição, a Financeira BRB, na qualidade de contribuinte, realiza mensalmente o recolhimento do tributo ao Governo do Distrito Federal, incidente sobre a receita decorrente da prestação de serviços bancários. A Financeira BRB atua também como substituto tributário. O regime de substituição e/ou responsabilidade tributária do ISS foi instituído pela Lei nº 294, de 1992, e ampliado às empresas pela Lei nº 1.355, de 1996, e suas alterações, consistindo na atribuição da responsabilidade pelo recolhimento do imposto a terceiros vinculados ao fato gerador, na condição de contratante, fonte pagadora ou intermediário de serviços realizados no Distrito Federal.



8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	37341453,0	0	37341453,0	19168526,31
0025 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	37341453,0	0	37341453,0	19168526,31
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	1350733,0	0	1350733,0	483094,41
0014 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-- DISTRITO FEDERAL	1350733,0	0	1350733,0	483094,41
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	269121751,0	0	269121751,0	90008391,30
8679 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A- DISTRITO FEDERAL	269121751,0	0	269121751,0	90008391,30
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	1295503,0	0	1295503,0	1295503,0
6975 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-DISTRITO FEDERAL	1295503,0	0	1295503,0	1295503,0
TOTAL - 8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	309109440,00	0,00	309109440,00	110955515,02

OBS: O valor registrado na coluna "Executado" da tabela é referente à data-base 30/11/2025. De acordo com o artigo 26, do Decreto 45.057 de 11 de outubro de 2023 o prazo final para lançamento da execução orçamentária foi dia 10/01/2026, impossibilitando o lançamento referente ao mês de Dez/25.

Programação Orçamentária Realizada

2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Os investimentos em Tecnologia realizados pela Financeira BRB até novembro de 2025 totalizaram R\$ 19,2 milhões.

A Financeira BRB registrou crescimento de sua carteira de crédito no exercício de 2025, impulsionado, principalmente, pelo crédito consignado público, que se mantém como o principal produto da Instituição. As despesas vinculadas à rubrica "Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação" concentram-se, majoritariamente, nos custos associados aos sistemas de averbação e ao sistema corporativo de gestão de crédito.

Os sistemas de averbação, indispensáveis ao controle e à segurança das operações de crédito consignado, são mantidos por órgãos públicos, que contratam empresas especializadas para a operacionalização do processamento das consignações e para a gestão da margem consignável dos servidores, assegurando a regularidade e a conformidade das operações.

8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Em razão de sua característica operacional, a Financeira BRB registra como custo de pessoal próprio apenas as despesas relativas à Diretoria e ao Conselho Fiscal. A maior parcela das despesas de pessoal é contabilizada na forma de ressarcimento (item 9050), em decorrência da cessão de empregados realizada pelo acionista controlador à Financeira BRB. Dessa forma, a ação 8502 contempla exclusivamente os custos relacionados à Diretoria e ao Conselho Fiscal da Financeira BRB.



8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

O programa se refere aos serviços que não são atividade fim da Financeira BRB, mas que são necessários para sua manutenção, os quais são realizados, na maior parte, por contratos de terceirização. A soma das despesas que compõem esse programa totalizou R\$ 90 milhões em 2025.

8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA AÇÕES DE PATROCÍNIO

Em 2025, foram patrocinados 28 projetos no Distrito Federal e em outros estados brasileiros. Esses patrocínios demonstram o fortalecimento e a nacionalização da Financeira BRB.

Dentre as ações de patrocínio realizadas em 2025, destacamos os projetos nos segmentos: Esporte; Entretenimento; e Relacionamento:

- Time Cerrado Basquete Feminino;
- Corrida do Fogo;
- Prêmio Brasília de Artesanato;
- Salto Coronel Rabelo;
- Arraiá Astrisutra;
- Capital Moto Week;
- Super Copa Fire's League;
- Festa de Encerramento 51º CNPE;
- 5ª Maratona João Pessoa;
- 46º CONAT e 19º ELAT;
- 22ª Olimpíada Nacional do Judiciário Federal;
- Delegação TRT 10 - XXII Olimpíada Justiça do Trabalho;
- Delegação Astrisutra - XXII Olimpíada do Judiciário Federal (TST);
- Praia do Cerrado 2025 - 12ª edição;
- Encontro Gastrô 2025;
- 40º Encontro Nacional dos Procuradores da República;
- Expojud 2025;
- XXII Encontro Nacional da Jovem Advocacia - ENJA 2025;
- VII Fórum Nacional do Comércio;
- 15º Jogos Nacionais da Anamatra;
- Dia do Servidor - Sindlegis;
- XVII Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil;
- 80ª Semana Oficial da Engenharia e da Agronomia - 80ª SOEA;
- Congresso Internacional de Direito Constitucional do Trabalho 2025 – Desafios Contemporâneos;
- V Congresso de Inovação, Ensino e Pesquisa – IGES/DF;
- XXII Encontro Nacional da Jovem Advocacia;
- Ações de Valorização do Servidor do Judiciário Federal 2025 e 2026;
- 35ª Convenção Anual da Associação de Dirigentes de Emp do Merc Imob da Bahia.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Em 2025, a Financeira BRB deu continuidade à sua trajetória de crescimento e fortalecimento institucional, com avanços relevantes na ampliação de seus produtos e na melhoria de seus processos, em consonância com a estratégia do Conglomerado BRB de atuação integrada, moderna e orientada a resultados.

Destaca-se, no período, a expansão do produto Cartão Consignado, com a ampliação de sua oferta para novos públicos estratégicos, reforçando a diversificação da base de clientes e a consolidação da Financeira BRB no segmento de crédito consignado público.

Paralelamente, a Financeira BRB intensificou investimentos voltados à melhoria da experiência do cliente, com foco na simplificação das jornadas e no aprimoramento dos canais digitais, buscando maior agilidade, transparência e conveniência nos processos de contratação e atendimento.



No campo operacional, foram implementadas iniciativas direcionadas ao aumento da eficiência operacional, por meio da racionalização de processos, da automação de rotinas e do uso mais intensivo de soluções tecnológicas, contribuindo para a redução de custos administrativos e para o ganho de produtividade, sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados.

Essas ações reforçam o compromisso da Financeira BRB com a sustentabilidade dos negócios, a geração de valor ao acionista e o fortalecimento de sua governança, mantendo elevados padrões de controles internos, gestão de riscos e conformidade regulatória, em alinhamento às diretrizes institucionais e às orientações da administração pública do Distrito Federal.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No período acumulado de 9 meses de 2025, a Financeira BRB registrou Lucro Líquido de R\$ 47,4 milhões. Houve crescimento expressivo em áreas-chave do negócio. A carteira de crédito atingiu R\$ 5,0 bilhões, com expansão de 16,6%, enquanto a originação alcançou R\$ 5,3 bilhões, um aumento robusto de 111,8%, evidenciando maior capacidade de geração de novos negócios.

O patrimônio líquido somou R\$ 473,9 milhões, com alta de 9,4%, e as rendas das operações totalizaram R\$ 716,7 milhões, incremento de 26,0%.

A inadimplência manteve-se controlada em 1,35%, praticamente estável, reforçando a qualidade da carteira e a eficácia das políticas de crédito.

Esses resultados evidenciam a solidez da Financeira BRB na expansão de negócios e na melhoria operacional, mesmo diante de desafios que impactaram a rentabilidade.



19205 - BRB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A BRB DTVM (Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, subsidiária integral do BRB - Banco de Brasília S/A., criada conforme autorização contida na Lei 6.385/76 e na Resolução CMN 1.120/86, regida pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76), seu Estatuto e demais disposições legais aplicáveis.

É membro da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais e aderente ao Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento. A empresa é aderente ao Foreign Account Tax Compliance Act, acordo de cooperação intergovernamental, assinado entre Brasil e Estados Unidos, em 23 de setembro de 2014, que visa melhorar a observância de preceitos tributários internacionais.

A BRB DTVM possui como atividades principais a administração e distribuição de fundos de investimentos e, também, a intermediação de títulos e valores mobiliários, públicos e privados, estruturação de operações e captação de recursos junto a clientes institucionais, especialmente Fundos de Pensão, Seguradoras e Regimes Próprios de Previdência Social.

A empresa busca proporcionar um ambiente completo de produtos e serviços, almejando tornar-se o agente de investimentos preferencial para os clientes do Banco BRB, complementando a jornada de relacionamento no Conglomerado. Essa estratégia visa fortalecer a posição da BRB DTVM no mercado e consolidar sua presença como parceira confiável para as necessidades de investimento dos clientes.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

A Instituição não possui empregados próprios, todos os funcionários que desempenham atividades na instituição possuem vínculo empregatício com o Banco BRB, sendo o ingresso por meio de concurso público. Atualmente sua força de trabalho conta com 32 colaboradores advindos do quadro do controlador (BRB). A instituição conta ainda com a colaboração de 5 estagiários, também advindos do quadro do controlador.



2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	16904960,0	0	16904960,0	14381097,98
7024 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	16904960,0	0	16904960,0	14381097,98
9057 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS	6631610,0	0	6631610,0	5445592,22
0003 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS--DISTRITO FEDERAL	6631610,0	0	6631610,0	5445592,22
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	23536570,00	0,00	23536570,00	19826690,20

Programação Orçamentária Realizada

Os empregados lotados na BRB DTVM são funcionários do quadro de pessoal do Banco BRB, sendo que esse custo é ressarcido pela BRB DTVM, mensalmente, após as evidências devidamente comprovadas das despesas.

A BRB DTVM e o BRB – Banco de Brasília possuem o contrato Intercompany, cujo objeto é a prestação de atividades entre as partes com consequente ressarcimento, pelos custos e despesas decorrentes das atividades operacionais, de distribuição, da utilização da marca BRB, da infraestrutura física, tecnológica, financeira e de serviços do BRB, da mão de obra, da criação e gestão de produtos de investimentos para compor a carteira de produtos, desenvolvidas em regime de cooperação entre as empresas.

O programa 9050 - Ressarcimento, indenizações e restituições de pessoal é sensivelmente afetado por esse contrato. A variação observada entre o autorizado e o executado justifica-se pela execução prudente do plano de redimensionamento do quadro da BRB DTVM. Embora houvesse a previsão de preenchimento gradual de novas vagas para impulsionar o atendimento, a Administração optou por postergar a ocupação de cargos técnicos e gerenciais previstos para 2025, condicionando a expansão à geração de retorno de receita.

O programa 9057 - Pagamento de impostos e tributos - Corresponde a impostos e tributos arrecadados de valores da prestação de serviços prestados e calculados considerando a perspectiva do resultado da empresa no exercício 2025. A execução desse programa atingiu 82% da autorização até o mês de novembro de 2025.

Os valores registrados na coluna "Executado" das tabelas são referentes à data-base 30/11/2025. De acordo com os artigos 22 do Decreto nº 47.810, de 13 de outubro de 2025, o prazo final para envio do Relatório de Gestão é o dia 20/01/2026, impossibilitando o lançamento da execução orçamentária referente ao mês de dezembro/2025.



8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	4334237,0	0	4334237,0	3063074,19
0013 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	4334237,0	0	4334237,0	3063074,19
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1343518,0	0	1343518,0	1343517,62
8682 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	1343518,0	0	1343518,0	1343517,62
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	123246,0	0	123246,0	36099,7
0027 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	123246,0	0	123246,0	36099,7
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	142220,0	0	142220,0	100000,0
6976 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA--DISTRITO FEDERAL	142220,0	0	142220,0	100000,0
TOTAL - 8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	5943221,00	0,00	5943221,00	4542691,51

Programação Orçamentária Realizada

O programa 8502 - Administração de Pessoal da BRB DTVM está relacionado aos honorários dos Diretores e ao Conselho Fiscal da instituição. Sua dotação inicial foi alinhada ao quadro estatutário aprovado, 5 Diretores e 3 Conselheiros, e sua execução representou o custo do quadro efetivo durante o período, sendo 1 Diretor Presidente, 2 Diretores Executivos e 3 Conselheiros, correspondendo a 71% do executado.

Quanto ao programa 8517 - Manutenção de serviços administrativos gerais, sua dotação inicial contemplou despesas de promoções e relações públicas; de serviço do sistema financeiro; de serviços de terceiros, como honorários advocatícios; de serviços técnicos especializados, voltados para auditoria independente e consultoria técnica; e demais despesas administrativas. A execução do programa 8517 está alinhada com o valor autorizado, tendo em vista que o percentual de execução atingiu 100% do valor autorizado, até o mês de

Novembro

2025.

Em relação ao programa 2557 - Gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação, a execução atingiu 29% da autorização até novembro de 2025. Essa redução decorre, principalmente, do encerramento do contrato de serviços de telecomunicações e conectividade, uma vez que, com a transferência dos serviços de custódia e controladoria para o Banco, a BRB DTVM deixou de demandar tais manutenções. As despesas remanescentes concentraram-se em sistemas de comunicação e mensageria financeira essenciais para a continuidade das operações.

O programa 8505 - Publicidade e Propaganda apresentou execução parcial, totalizando R\$ 100 mil (frente aos R\$ 142.220,00 autorizados), valor este destinado a patrocínio. A variação abaixo do orçado justifica-se pelo fato de que as demais ações de divulgação da nova estratégia de investimentos foram absorvidas pela estrutura da parceria estratégica com a Genial Investimentos.



3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

No exercício de 2025, a BRB DTVM consolidou sua posição estratégica no mercado, alcançando marcos significativos em inovação e governança. Um dos maiores destaques do ano foi a obtenção, pela primeira vez, da certificação Great Place to Work (GPTW) em janeiro de 2025. Este selo reconhece a excelência do ambiente de trabalho e o compromisso da Companhia com a valorização e o engajamento de seu quadro de colaboradores, fortalecendo a reputação institucional no mercado.

No campo regulatório e operacional, a Companhia realizou a adaptação integral de todos os seus fundos de investimento à Resolução CVM 175. Essa transição representou um esforço extraordinário de conformidade, alinhando a BRB DTVM às melhores práticas globais de transparência, delimitação de responsabilidades e segurança jurídica para os cotistas.

Ainda em 2025, a BRB DTVM expandiu sua atuação estratégica com a implementação do processo de intermediação financeira de Títulos e Valores Mobiliários. Essa iniciativa diversificou as fontes de receita e permitiu um atendimento mais robusto às demandas do Conglomerado BRB e de investidores institucionais. No segmento de previdência, a Companhia alcançou a marca de 22 habilitações efetivadas até o terceiro trimestre, um crescimento de 14% que reforça a capilaridade junto aos Institutos de Previdência.

Em termos de inovação tecnológica, a BRB DTVM deu um salto na experiência do usuário ao integrar o aceite de ordens de aplicação e resgate diretamente no Super App BRB Mobile, trazendo agilidade e segurança. Além disso, a implementação da assistente virtual BárBara para notificações proativas via WhatsApp sobre vencimentos de aplicações em renda fixa modernizou a régua de comunicação e contribuiu diretamente para a retenção de recursos na base.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2025, a BRB DTVM avançou na expansão digital e no crescimento da base de clientes, apesar de um cenário de mercado volátil e de maior pressão competitiva e regulatória. Até novembro, superou 480 mil contas, alcançou R\$ 7,8 bilhões sob gestão e R\$ 4,8 bilhões sob custódia (AuC) na plataforma, com lucro líquido acumulado de R\$ 4,11 milhões, mesmo após resgates no Fundo 14 no 1º trimestre. O ano também demandou forte esforço de adequação à Resolução CVM 175 e reforços operacionais para manter estabilidade e qualidade da jornada no Super App.

Para 2026, a agenda prioriza:

- (i) crescimento sustentável de clientes e patrimônio;
- (ii) uso ampliado de IA para hiperpersonalização;
- (iii) desenvolvimento de produtos aderentes à CVM 175.



19206 - CARTÃO BRB S/A

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Cartão BRB S.A. ("BRBCARD" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado, de capital fechado, regida por Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. Constituída em 23 de julho de 1997, é integrante do conglomerado BRB, cujo controlador é o BRB - Banco de Brasília S.A. e tem como objeto social exercer ou participar em sociedades que exerçam as seguintes atividades:

- Administração e processamento de transações de pagamento, aporte, transferência e saque de recursos de contas de pagamento, pré ou pós-pagas, em moeda nacional ou estrangeira, realizadas mediante a utilização de instrumentos de pagamento;
- Gestão de contas de pagamento pré ou pós-pagas;
- Emissão de instrumentos de pagamento;
- Execução de remessa de fundos;
- Conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa, credenciar a sua aceitação e gerir o uso de moeda eletrônica;
- Credenciamento de recebedores para a aceitação dos instrumentos de pagamento;
- Administração dos pagamentos e recebimentos da rede de credenciados por meio da captura, transmissão, processamento de dados, autorização e liquidação das transações oriundas do uso dos instrumentos de pagamento, bem como a manutenção dos agendamentos de tais valores em sistemas eletrônicos;
- Fornecimento, aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos ou outras soluções adequadas para a captura, transmissão e processamento de dados referentes às transações correntes do uso dos instrumentos de pagamento;
- Modalidade de contact center, SAC, central de atendimento e ouvidoria, através de atendimento e teleatendimento ativo e receptivo, nas formas humana e eletrônica com integrações CTI, Computer Telephony Integration;
- Distribuição de produtos financeiros, securitários, seguro saúde e previdência complementar aos usuários finais de serviços de pagamento; e
- Gerenciamento e/ou disponibilização de programas de benefícios ou recompensas aos usuários finais de serviços de pagamento.
- A representação de franquias nacionais e internacionais de meios manuais e eletrônicos de pagamento.
- A administração e execução de serviço de infraestrutura tecnológica, de informática, processamento de dados, de assessoria e consultoria técnica, de gerência de projetos, de desenvolvimento e manutenção de sistemas, de tecnologia e segurança da informação, para viabilizar a execução das demais atividades da Companhia;
- A participação, majoritária ou minoritariamente, do capital de outras sociedades ou associações, sediadas no País ou no exterior, seja na qualidade de sócia, acionista ou associada na forma da regulamentação em vigor, desde que necessária à realização dos objetivos descritos nos incisos anteriores ou para utilizar-se de incentivos fiscais; e
- A instituição e administração de arranjo de pagamento de qualquer natureza, especialmente relativos às atividades de refeição-convênio, alimentação-convênio, frota, vale transporte e outros.

Além disso, a BRBCARD está presente também no segmento de Adquirência, por intermédio da subadquirente BRBPAY.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	12	8	20
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	12	10	22
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	2	4	6
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	120	66	186
Subtotal	0	0	146	88	234
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	146	88	234

As relações de trabalho entre a Companhia e seus empregados são regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, pelo Acordo Coletivo de Trabalho, com observância às diretrizes estabelecidas na Política de Gestão de Pessoas da Companhia e demais normas complementares.

A BRBCARD finalizou o exercício de 2025 com o quadro total de 234 colaboradores, incluindo estagiários e jovens aprendizes.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	159750,0	0	159750,0	0
5304 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	159750,0	0	159750,0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	54710717,0	0	54710717,0	38807576,07
8867 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	54710717,0	0	54710717,0	38807576,07
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	20290893,0	0	20290893,0	17899033,60
9674 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	20290893,0	0	20290893,0	17899033,60



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	20220795,0	0	20220795,0	11884104,42
9748 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	20220795,0	0	20220795,0	11884104,42
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	65872426,0	0	65872426,0	41217235,49
0001 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	65872426,0	0	65872426,0	41217235,49
4237 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	7481075,0	0	7481075,0	3026902,28
0001 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING--DISTRITO FEDERAL	7481075,0	0	7481075,0	3026902,28
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	2376632,0	0	2376632,0	2376632,00
8725 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA--DISTRITO FEDERAL	2376632,0	0	2376632,0	2376632,00
TOTAL - 8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	171112288,00	0,00	171112288,00	115211483,86

Programação Orçamentária Realizada

O programa "Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação" ficou 37% abaixo da despesa autorizada, com sua execução sendo influenciada pelos gastos com processamento de cartões, manutenção de sistemas, licenças de Softwares, bem como despesas com lançamento do novo aplicativo. A economia observada deve-se à revisão de processos com renegociação de contratos vigentes a custos menores.

Os programas "Administração de Pessoal" e "Concessão de Benefícios a Servidores", ficaram abaixo do esperado, com realização de R\$ 56.706.609,67 (cinquenta e seis milhões, setecentos e seis mil, seiscentos e nove reais e sessenta e sete centavos) em 2025, em virtude da redução no quadro de pessoal e da Diretoria da empresa perante o previsto.

O programa "Manutenção de Serviços Administrativos Gerais" ficou abaixo da despesa autorizada alcançando uma realização anual de R\$ 11.884.104,42 (onze milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, cento e quatro reais, quarenta e dois centavos), com sua execução sendo influenciada principalmente pela revisão dos valores contratados com consultorias, despesas com viagens e renegociação de contratos vigentes a custos menores.

O programa "Atividades de Comunicação e Marketing" engloba despesas relacionadas a patrocínios e promoções externas, que perfizeram o montante anual de R\$ 3.026.902,28 (três milhões, vinte e seis mil, novecentos e dois reais e vinte e oito centavos). A execução ficou 60% abaixo da despesa autorizada, com sua execução sendo influenciada principalmente pela manutenção das ações de relacionamento, sem novas campanhas.

Em relação ao programa "Publicidade e Propaganda", a realização foi realizada em sua totalidade, apresentando um valor executado de R\$ 2.376.632,00 (dois milhões, trezentos e setenta e seis mil, seiscentos e trinta e dois reais). A BRBCARD detém responsabilidades significativas em relação à marca BRB, o que exigiu alinhamento estratégico e comercial com o controlador para atender às demandas de publicidade. Consequentemente, todos os eventos publicitários executados precisam receber aprovação do BRB.

Ao longo de 2025, foram mantidas as campanhas de publicidade utilizando estratégias para estimular a visibilidade dos produtos e a presença da marca.

- Lançamento do cartão Confea;



- Lançamento do cartão social Material de Construção;
- Lançamento do cartão social Uniforme;
- Evento CONARH;
- Evento Brasília Restaurante Week.

Programação Orçamentária Não Executada

No programa "Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Pública" não houve realização ao longo do exercício, uma vez que não foi necessária nenhuma reforma ou reparo no imóvel localizado no Ed. Athenas, o qual encontra-se desocupado em função da transferência da sede da Companhia para o Ed. CNC.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O ano de 2025 foi um período marcado por eficiência operacional, melhoria dos processos, foco no resultado e cultura organizacional. Diante de um cenário desafiador, a BRBCARD adotou medidas de controle em todos os níveis, no fortalecimento dos controles internos e na sustentabilidade dos resultados.

Ao fim do ano de 2025, a BRBCARD apresentou um faturamento de R\$ 11,554 bilhões, sendo R\$ 10,673 bilhões com cartões pós-pagos e R\$ 880 milhões com cartões pré-pagos, atingindo um crescimento de faturamento 11% superior ao mesmo período do ano anterior. Destaca-se que é o maior faturamento da história da companhia.

Ainda, no que se refere ao faturamento, destaca-se a receita de intercâmbio, que alcançou R\$ 187,9 milhões, resultado 11% acima no mesmo período ano de 2024. A elevação da receita de intercâmbio é diretamente proporcional ao aumento do faturamento, ou seja, ao consumo dos clientes.

Adquirência:

Em 2025, a BRBPAY foi marcada pela adoção e implementação de novas funcionalidades, apoiando o crescimento e ampliação de novas fontes de receitas. Ao todo foram implementadas 11 funcionalidades.

Os investimentos e melhorias realizados resultaram em um crescimento de 3,5% no faturamento da BRBPAY, que saltou de R\$ 619 milhões em 2024 para R\$ 641,9 milhões em 2025.

Novos produtos e serviços:

Novas parcerias negociais e estabelecidas com o objetivo de agregar valor à marca posicionada no mercado de meio eletrônico de pagamentos e de diversificar o portfólio de produtos da BRBCARD, além de alavancar a base de clientes do conglomerado BRB, buscando o aumento do faturamento e, respectivamente, das receitas advindas sobre a comercialização de produtos com as marcas parceiras.

Pós-Pago:

Consignado: Em Fevereiro de 2025 a BRBCARD em parceria com a Financeira BRB, amplia seu portfólio de soluções com novos cartões de crédito consignado, desenvolvidos especialmente para aposentados e pensionistas do INSS, servidores públicos (GOV) e públicos de Tribunais.

Esses produtos foram estruturados para oferecer crédito mais acessível, sem necessidade de comprovação de renda, com anuidade zero e desconto direto em folha ou benefício, proporcionando mais segurança, conforto e liquidez no dia a dia dos clientes – reforçando nosso compromisso com a inclusão e a conveniência financeira.

CONFEA: Com o objetivo de proporcionar experiências excepcionais aos clientes e expandir sua gama de cartões, a BRBCARD, em parceria com o Confea/Crea, lançou o cartão BRB Visa Confea. O cartão foi especialmente desenvolvido para engenheiros, agrônomos e profissionais registrados no CONFEA/CREA, com os seguintes destaques:

Anuidade ZERO.



Cashback na fatura, permitindo recuperar o valor equivalente à anuidade do conselho ao atingir determinado gasto mensal.

Cartão virtual disponível via aplicativo.

Benefícios e programas de pontos via Programa Curta+.

Tokenização de Cartão Virtual: Uma das principais inovações em segurança e praticidade é a tokenização de cartões virtuais, disponível após o processo de onboarding digital dos usuários. A tokenização é uma tecnologia que substitui os dados sensíveis do cartão (como número e CVV) por códigos únicos, chamados tokens, que são usados nas transações em vez das informações reais do cartão.

Benefícios da tokenização:

Maior segurança nas transações digitais, reduzindo a exposição de dados financeiros.

Redução do risco de fraudes e roubos de dados.

Uso imediato de cartões virtuais, mesmo antes da chegada do cartão físico.

Compatibilidade com carteiras digitais, como Apple Pay, Google Pay e Samsung Wallet.

Experiência aprimorada no aplicativo BRBCARD, com geração e gestão de cartões virtuais para compras online com ainda mais comodidade.

Pré-Pago

Cartão PIEPE (Programa Investe Escola Pernambuco)

O programa é uma política de descentralização de recursos financeiros voltado às escolas da rede pública estadual de Pernambuco. O objetivo do programa é prestar assistência financeira às escolas da rede pública estadual de ensino, em caráter suplementar, contribuindo para a manutenção e a melhoria da infraestrutura física e pedagógica e o fortalecimento da participação da comunidade e da autogestão escolar. O programa prevê a participação de 1.059 escolas estaduais do estado de Pernambuco e emissão de 1.270 cartões, com orçamento anual estimado de R\$ 200 milhões no período do programa.

Aluguel Social: O programa social tem como objetivo oferecer auxílio financeiro temporário para garantir moradia segura às mulheres vítimas de violência doméstica no DF, em situação de extrema vulnerabilidade econômico-social. Foram emitidos aproximadamente 800 cartões, com valor mensal de R\$ 600,00. O benefício pode ser utilizado em qualquer estabelecimento que permita transações na função débito, além de saques nos caixas de autoatendimento do BRB.

Material de Construção: Trata-se de auxílio financeiro destinado a famílias/pessoas desalojadas ou desabrigadas que estejam em emergência ou estado de calamidade, decorrente de incêndios, severos eventos climáticos e geo-hidrológicos, como chuvas intensas, alagamentos, inundações, enxurradas, vendavais, deslizamentos e realocações de área de risco, devidamente atestados pela Defesa Civil do Distrito Federal.

De acordo com a CODHAB, será realizado um crédito por cartão, no valor de R\$ 15.000,00, com expectativa da quantidade de cartões emitidos no período de 4 anos: 6.000 (1.500 por ano).

AlimenTO: O Cartão AlimenTO é um programa que executado no Estado do Tocantins e tem por objetivo promover a melhoria das condições alimentares das famílias em situação de grave insegurança alimentar e nutricional, por meio da concessão de benefício financeiro creditado em cartão eletrônico.

O programa prevê a emissão de aproximadamente 7.000 cartões, com valor mensal de R\$ 250,00. Os valores creditados poderão ser utilizados exclusivamente em estabelecimentos do ramo alimentício, conforme parametrização de MCC, a exemplo do que ocorre no Programa **Prato Cheio**.

Uniforme: O programa tem como objetivo a viabilização da aquisição direta de uniformes pelas famílias, em substituição ao modelo centralizado de distribuição, permitindo que as famílias adquiram peças no tamanho adequado e no momento mais oportuno, respeitando o ritmo de crescimento das crianças. O Programa prevê a concessão de um cartão específico



para a compra dos uniformes escolares, com crédito disponibilizado antes do início do ano letivo. A previsão inicial é para emissão de aproximadamente 213 mil cartões, com valor de R\$ 280,00 por estudante.

Ração: Trata-se de iniciativa da Secretaria Extraordinária de Proteção Animal que têm o objetivo de assegurar condições mínimas de subsistência e bem-estar e cães e gatos resgatados e/ou mantidos em tutela de pessoas físicas ou jurídicas do Distrito Federal. Será destinado à obtenção de ração e outros insumos pelas Organizações da Sociedade Civil e entidades similares que atuam na área de bem-estar animal e serão as beneficiárias desta frente de trabalho. O valor do benefício é de R\$ 600,00, com emissão inicial de 100 cartões.

Castração: Trata-se de iniciativa da Secretaria Extraordinária de Proteção Animal que têm o objetivo de assegurar condições mínimas de subsistência e bem-estar e cães e gatos resgatados e/ou mantidos em tutela de pessoas físicas ou jurídicas do Distrito Federal. Tem como público-alvo os protetores individuais ou independentes, que receberão recurso para castração de animais. O resultado esperado dessa ação é o controle populacional de cães e gatos em vida livre, sem responsáveis legais. O valor do benefício varia de R\$ 1.500,00 a R\$ 6.000,00, dependendo da quantidade de animais, com emissão inicial de 2.000 cartões.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A companhia tem como seu principal foco de serviços a emissão de cartões pré-pagos e pós-pagos e o credenciamento de estabelecimentos comerciais. Abaixo destacamos as principais ações da BRBCARD:

Programas Sociais:

Cartão Material Escolar: Durante o ano, foram efetuadas mais de 118 mil cargas para uma base de mais de 103 mil beneficiários, resultando na distribuição de um montante total de R\$ 51,4 milhões em benefícios.

Cartão Prato Cheio: Durante o ano, foram efetuadas mais de 1,3 milhão de cargas para uma base de mais de 153 mil beneficiários, resultando na distribuição de um montante total de R\$ 343 milhões em benefícios.

Cartão Creche: Durante o ano, foram efetuadas mais de 104 mil cargas para uma base de mais de 15 mil beneficiários, resultando na distribuição de um montante total de R\$ 90,1 milhões em benefícios.

Cartão Gás: Durante o ano, foram efetuadas mais de 419 mil cargas para uma base de mais de 79 mil beneficiários, resultando na distribuição de um montante total de R\$ 41,4 milhões em benefícios.

Renova DF: Durante o ano, foram efetuadas mais de 32 mil cargas para uma base de mais de 9 mil beneficiários, resultando na distribuição de um montante total de R\$ 29,4 milhões em benefícios.

Fábrica Social: Durante o ano, foram efetuadas mais de 11 mil cargas para uma base de 1.122 beneficiários, resultando na distribuição de um montante total de R\$ 2,7 milhões em benefícios.

Cartão UNDF: Durante o ano, foram efetuadas mais de 3 mil cargas para uma base de 551 beneficiários, resultando na distribuição de um montante total de R\$ 2,8 milhão em benefícios.

Acolher Eles e Elas: Durante o ano, foram efetuadas mais de 2 mil cargas para uma base de 159 beneficiários, resultando na distribuição de um montante total de R\$ 3,1 milhões em benefícios.

PDAF: Durante o ano, foram efetuadas mais de 468 cargas para uma base de 713 beneficiários, resultando na distribuição de um montante total de R\$ 237 milhões em benefícios.



Super App de cartões BRBCARD:

O Super App BRBCARD foi lançado em novembro/24 oferecendo uma experiência digital completa e personalizada. Porém em 2025 foram implementadas várias funcionalidades com foco na experiência do cliente sem deixar de lado a praticidade e segurança,

Principais Funcionalidades:

Gráfico de Gastos por categoria: solução visual e interativa em que os portadores do cartão acompanham seus gastos de maneira detalhada e segmentada por categorias (MCC).

Transferência de Limite entre cartões: Funcionalidade que permite ao cliente ajustar limites entre cartões pelo app, com autonomia e segurança, reduzindo chamadas na central e otimizando processos internos.

Acesso ao App para Cartões Adicionais: Liberação de acesso ao app BRBCARD para portadores de cartões adicionais, com visualização de gastos e faturas, promovendo autonomia e transparência.

Lançamento do novo APP DUX: Lançamento do novo app DUX em tecnologia Flutter, com layout premium, maior performance, estabilidade, escalabilidade e evolução tecnológica do super app white label.

Google Pay: Implementação da carteira digital Google pay.

Samsung pay: Implementação da carteira digital Samsung pay.

Melhoria no Shopping de Pontos: Checkout simplificado, nova opção de transferência de pontos e reorganização do menu, tornando o resgate mais funcional, atrativo e engajador.

Marketing e experiência do cliente:

Comunicação Digital: Ao longo de 2025, foram desenvolvidas, ações de comunicação, campanhas e conteúdos com o objetivo de aumentar a percepção da marca, bem como dos produtos, serviços e benefícios. O foco principal era auxiliar na venda e ativação de cartões, na adesão a novos canais e serviços, refletindo positivamente em produtividade, processos, operações e lançamentos de novos produtos. Destacam-se as campanhas realizadas para impulsionar o BRBPAY e Multibenefícios.

Criação de novos canais digitais: Ao longo do exercício, a BRBCARD estruturou novos canais oficiais no Instagram e no LinkedIn para os produtos BRB Benefícios e BRBPAY. A iniciativa teve como foco fortalecer o posicionamento digital, ampliar a presença institucional, centralizar a comunicação e potencializar o alcance de conteúdos e campanhas, contribuindo para a consolidação das marcas como soluções de referência em seus segmentos, em alinhamento às diretrizes do Conglomerado BRB.

Patrocínio: Em 2025, a BRBCARD consolidou sua estratégia de exposição da marca por meio de ações diversificadas e relevantes, reforçando sua presença em diferentes segmentos e ampliando o impacto junto ao mercado.

Neste sentido, companhia patrocinou o principal festival gastronômico da capital federal reforçando o posicionamento do BRB como incentivador da economia e da cultura local. O evento movimentou mais de R\$ 10,48 milhões, reuniu cerca de 85 mil visitantes e gerou ampla exposição institucional, com 250 matérias espontâneas e mais de 2,58 milhões de visualizações nas redes sociais, além de ativações voltadas ao uso do Cartão BRB e às ações de relacionamento com clientes, influenciadores e colaboradores.

Além disso, a BRBCard marcou presença no XXIII Congresso de Direito Tributário em Questão. A participação institucional no congresso posicionou o BRB junto a um público altamente qualificado, formado por especialistas e formadores de opinião do setor jurídico-tributário. A ação reforçou a imagem do Cartão BRB como agente ativo no debate sobre a reforma tributária e ampliou o relacionamento institucional com públicos estratégicos.

No CONARH, realizado em julho, a BRBCARD reforçou, junto ao mercado, o Cartão BRB Benefícios como uma solução completa em benefícios corporativos. O evento reuniu mais de 25 mil visitantes, sendo cerca de 2 mil impactados diretamente no estande da marca. A estratégia de publicidade digital gerou aproximadamente 692 mil impressões, e as redes



sociais alcançaram cerca de 923 mil visualizações, ampliando significativamente a visibilidade institucional e fortalecendo o posicionamento do Cartão BRB Benefícios no mercado nacional.

Experiência do cliente: a BRBCARD adotou estratégias para promover a satisfação dos clientes com ações:

- Ampliação da parceria com a Six Sport Life, academia de padrão seis estrelas, com a inauguração de duas novas unidades em Itaim/SP e Lago Sul/BSB, reforçando a presença do Cartão BRB DUX em um ambiente de experiência premium;
- Ações de relacionamento do Mês da Mulher, Dia dos Namorados, Aniversário de Brasília nas Salas BRB nos Aeroportos.

Gestão de pessoas:

Saúde, capacitação e desenvolvimento: O desenvolvimento dos colaboradores permaneceu como um dos pilares da estratégia de pessoas. Foram registradas mais de 25 mil horas de treinamento, com uma média superior a 130 horas por colaborador, reforçando o compromisso da Companhia com a capacitação contínua, a evolução das competências e a sustentabilidade do desempenho organizacional.

Dentre as iniciativas de maior relevância, destaca-se o Projeto "You Are the Key", voltado ao fortalecimento da cultura organizacional, com ênfase no protagonismo, no sentimento de pertencimento e no alinhamento estratégico das equipes. A iniciativa consolidou-se como um importante instrumento de engajamento e conexão entre pessoas, estratégia e resultados.

No eixo de saúde, qualidade de vida e bem-estar, a Companhia realizou a campanha anual de vacinação, com custeio integral para os colaboradores e subsídio de 50% para os dependentes, além da disponibilização do Wellhub, plataforma de saúde e bem-estar oferecida a todos os empregados, ampliando o acesso a práticas preventivas e de cuidado contínuo.

Essas ações reforçam o compromisso da BRBCARD com a valorização das pessoas, a construção de um ambiente de trabalho saudável e o suporte ao crescimento sustentável da organização.



19207 - BRB ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S/A

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. é uma empresa do Conglomerado BRB que atua desde 1988 no mercado securitário do Distrito Federal e demais regiões atendidas pelo BRB, tendo como objetivo a administração e/ou corretagem de seguros de todos os ramos, títulos de capitalização, planos de previdência complementar aberta, planos privados de assistência à saúde, planos odontológicos, consórcios, títulos/planos de viagem e outros produtos coletivos.

Em 24 de junho de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas do BRB – Banco de Brasília S/A, aprovou por unanimidade o Plano de Geral de Reorganização Societária do Conglomerado BRB. A referida Reorganização possui como principais objetivos:

- Consolidar as participações societárias atualmente detidas por AE BRB no Conglomerado BRB em participação acionária direta no BRB;
- Transformar a BRB Card em uma subsidiária integral do BRB, eliminando, assim, entraves e impedimentos de natureza regulatória para desenvolvimento de novas linhas de negócios;
- Segregar a vertical de seguros da vertical de cartões, transformando a Corretora Seguros BRB também em subsidiária integral do BRB;
- Viabilizar parcerias estratégicas independentes para as verticais de cartões e meios de pagamento, seguridade e Gestão e Administração de Recursos de Terceiros, em linha com o plano estratégico de expansão do BRB;
- Transformar a BSB Participações em uma holding direta e integralmente detida pelo BRB, que poderá ser utilizada como veículo para uma ou mais das parcerias estratégicas acima mencionadas.

A Reorganização Societária compreendeu em quatro fases:

Fase 1: Permuta de ações entre GDF e AE BRB;

Fase 2: Contribuição pelo GDF das ações da BRBCard em aumento de capital do BRB;

Fase 3: Cisão parcial da Corretora Seguros BRB e versão da participação na BRB Serviços para BRB Card;

Fase 4: Cisão parcial da BRB Card e versão das participações acionárias na Corretora Seguros BRB, BSB Participações e BRB Serviços para BRB.

A Fase 1 se deu por meio da assinatura do Contrato de Permuta de Ações e outras Avenças em 16.11.2021 entre o DF e a Associação de Empregados do BRB ("AE BRB"), em que a AE BRB, de um lado, e o DF, de outro, 1.192.795 (um milhão, cento e noventa e duas mil, setecentas e noventa e cinco) Ações Ordinárias de emissão da Cartão BRB S.A. por 30.528.156 (trinta milhões, quinhentas e vinte e oito mil, cento e cinquenta e seis) Ações Ordinárias de emissão do Banco de Brasília – BRB S.A.

Em 31 de dezembro de 2021 ocorreu o fechamento da parceria estratégica firmada entre o BRB e a empresa Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. ("Wiz") para a comercialização de produtos de seguridade por meio dos canais de distribuição do BRB.

Com o Fechamento da parceria, a Corretora de Seguros BRB S.A., controlada do BRB, passa a ser titular de 49,9% das ações de emissão de uma nova corretora de seguros ("BRB Seguros"), após a aquisição do controle acionário - representativo de 50,1% das ações de emissão da nova companhia - pela Wiz.

A BRB Seguros recebeu da BRB Administradora e Corretora de Seguros BRB a estrutura necessária para a execução de suas atividades, bem como, o corpo funcional da antiga Corretora.

A BRB Administradora e Corretora de Seguros BRB tornou-se uma empresa não operacional e está em andamento a aprovação do Estatuto Social da BRB Administradora e Corretora de Seguros BRB, no qual a empresa terá uma estrutura mínima legal de Administração, composta



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

por uma Diretoria Colegiada de 3 Diretores (1 Presidente mais 2 Diretores) que acumulam cargos no BRB, além de um Conselho Fiscal.

FORÇA DE TRABALHO					
Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

A BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. não dispõe de força de trabalho própria, uma vez que não executa atividades finalísticas nem mantém estrutura administrativa permanente. Em 2025, esta UO conta apenas com três conselheiros ativos, dos quais não possuem vínculo empregatício. Ressalta-se, contudo, que o pagamento da remuneração desses conselheiros é de responsabilidade desta UO.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	214068,0	0	214068,0	214068,0
8865 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	214068,0	0	214068,0	214068,0
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	3532,0	0	3532,0	139,80
9671 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	3532,0	0	3532,0	139,80
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	482923,0	0	482923,0	482923,0
9749 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	482923,0	0	482923,0	482923,0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	123931,0	0	123931,0	76278,08



0026 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	123931,0	0	123931,0	76278,08
4237 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	186352,0	0	186352,0	0
0003 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING--DISTRITO FEDERAL	186352,0	0	186352,0	0
TOTAL - 8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	1010806,00	0,00	1010806,00	773408,88

Programação Orçamentária Realizada

OBS: O valor registrado na coluna "Executado" da tabela é referente à data-base 30/11/2025. De acordo com o artigo 26, do Decreto 47.810 de 13 de Outubro de 2025 o prazo final para lançamento da execução orçamentária foi dia 09/01/2026, impossibilitando os lançamentos referentes ao mês de Dez/25.

8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Em 2025, foram executados na ação Administração de Pessoal os gastos honorários dos conselheiros, encargos sociais e indenizações.

8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES

No programa Concessão de Benefícios a Servidores, foram executados, em 2025, os gastos com seguro de vida em grupo e participações PLR.

8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

O programa se refere aos serviços que não são atividade fim da empresa, mas que são necessários para sua manutenção, os quais são realizados, na maior parte, por contratos de terceirização.

2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em 2025 foram realizados gastos com suporte e manutenção de sistemas.

4237 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

Com relação à ação Realização de Atividades de Comunicação e Marketing não houve execução orçamentária foi realizada em 2025.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Não há realizações extraordinárias na BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Para 2026, a perspectiva é de manutenção da empresa como uma Unidade não operacional, conforme estratégia definida pela Administração.



19208 - BRB SERVIÇOS S.A

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A BRB Serviços S.A é uma sociedade de capital fechado, subsidiária integral do BRB Banco de Brasília S/A, constituída em 16/11/2010 e tem como objeto social a prestação de serviços a empresas e órgãos da Administração Pública e/ou empresas privadas do país ou do exterior. As principais atividades atualmente executadas são subdivididas nos seguintes grupos:

1. FORNECIMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS – Prestação de serviços de gestão, automação e execução das atividades referentes às rotinas de negócios "Business Process Outsourcing – BPO", tais como: gestão administrativa e financeira, conciliação, contas a pagar, gestão de recursos humanos, folha de pagamento, gestão orçamentária, gestão contábil, gestão de cadastros de clientes e fornecedores e outras rotinas de negócio. Cessão de mão de obra.
2. CONTACT CENTER - Prestação de telesserviços incluindo serviços de Atendimento a Clientes - SAC, teleatendimento, atendimento presencial, Telecobrança, Telemarketing, Contact Center e outros serviços relacionados;
3. COBRANÇA - Prestação de serviços de administração, de cobrança e de recuperação de operações de crédito e similares, títulos, multas e dívidas em geral, vencidas ou a vencer, para empresas e órgãos da Administração pública e/ou para empresas privadas do país ou do exterior. Prestação de serviços de gestão de beneficiários de assistência à saúde nos segmentos médicos e odontológicos, contemplando a atividade de cobrança judicial.
4. SUPORTE TÉCNICO – Prestação de serviços de suporte e orientação ao cliente, gerenciamento de venda e demais serviços personalizados ao consumidor por meio de infraestrutura tecnológica, inteligência artificial (chat bot) plataformas digitais, e-mail, SMS (short Mensagem Service), redes sociais e telesserviços;
5. FORNECIMENTO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS – Desenvolver, licenciar para outorga de direito de uso, integrar, instalar, produtos de informática, inteligência artificial, automação, inclusive equipamentos, terminais de autoatendimento bancário, partes e peças, projetos de propriedade intelectual, envolvendo toda a cadeia de serviços. Prestação de serviços de: sustentação e manutenção de ambiente operacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); gestão, análise, programação, codificação, manutenção, implantação e operação de sistemas de informação, inclusive gerenciamento e integração de sistemas e banco de dados; gerenciamento, monitoração e tratamento de dados e de ambientes lógicos e físicos, inclusive com hospedagem, recepção, processamento, suporte e monitoração dos dados em centro de processamento de dados; inteligência de análise de dados e intercâmbio eletrônico de informações com implementação e gestão de rede de valor agregado; manuseio, guarda e gestão por meio físico e/ou eletrônico de documentos, recepção, tratamento e digitação de dados; suporte e operação de serviços de suprimento, transporte multimodal de itens afetos ao objeto da Companhia; apoio logístico, gestão e execução de atividades inerentes aos serviços de operação bancária e de outros segmentos; consultoria em gestão, treinamento, recrutamento e seleção. Prestação de serviços que requeiram suporte de Tecnologia da Informação, não previstos anteriormente.
6. CORRESPONDENTE BANCÁRIO – Execução de serviços de atendimento físico e/ou digital a clientes e usuários da contratante na condição de correspondente no país.
7. GESTÃO DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS – Prestação de serviços de: sistema tecnológico e logístico de transporte; meios de pagamento; gestão de força de venda; automação de sistema de contratação de crédito, de gestão de margem consignável, dentre outros; tratamento e higienização de cadastros; sistemas antifraude; oferta de crédito e outros processos.

A BRB Serviços possui uma extensa lista de terceirização de processos – BPO, conforme as atividades apresentadas, além disso, a Companhia poderá firmar convênios, contratos administrativos ou outros instrumentos jurídicos congêneres com entes públicos e privados



de atividades, podendo ainda participar em outras sociedades, ou associações, desde que necessário ao atingimento de seu objeto social.

O presente Relatório tem como objetivo principal evidenciar o cumprimento das metas e ações previstas para o exercício de 2025, com vistas a atender aos princípios da transparência e da prestação de contas (Accountability)

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	2	0	2
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	15	35	50
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	111	1.156	1.267
Subtotal	0	0	128	1.191	1.319
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	128	1.191	1.319

As relações de trabalho entre a BRB Serviços e seus empregados obedecem às disposições da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, contando, em dezembro de 2025, com uma equipe de 1.326 (um mil trezentos e vinte e seis) colaboradores, conforme detalhado no quadro a acima.

Além dos colaboradores citados acima, esta UO possui também 03 (três) conselheiros (as) fiscais e 04 (quatro) conselheiros (as) de administração, os quais não têm vínculo empregatício com a BRB Serviços S.A., porém compõe o quadro acima já que o pagamento da remuneração deles é de responsabilidade desta UO.

Observações:

- 02 (dois) “efetivo do GDF” são empregados do BRB – Banco de Brasília S/A, cuja remuneração é responsabilidade desta UO.
- 02 (dois) dentre “outros especificar” são diretores desta UO (Diretora-Presidente e Diretor de Controladoria, Administração e Finanças).

A remuneração dos diretores acima é de responsabilidade desta unidade orçamentária



2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9057 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS	30131261,0	0	30131261,0	15416021,96
0007 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS - DESPESA ORÇAMENTÁRIA - DISTRITO FEDERAL	30131261,0	0	30131261,0	15416021,96
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	30131261,00	0,00	30131261,00	15416021,96

A dotação inicial da BRB serviços foi de **R\$ 173.120.954** (cento e setenta e três milhões, cento e vinte mil novecentos e cinquenta e quatro reais) o valor executado em dezembro de 2025 foi de **R\$ 11.666.259** (onze milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, duzentos e cinquenta e nove reais) que somado ao executado até novembro/2025 totaliza **R\$ 129.190.623** (cento e vinte e nove milhões, cento e noventa mil e seiscentos e vinte e três reais) que representa uma execução de 74,6% (setenta e quatro por cento) do orçamento previsto para o ano de 2025.

Diante da inobservância do prazo para atualização da execução estatal relativa a dezembro de 2025 no **sistema Integra - PSIC040 (Siac/Siggo)**, conforme preconiza o **Art. 26 e parágrafo único do Decreto nº 47.810/2025**, faz-se indispensável a inclusão de nota explicativa. Tal medida visa consolidar os valores atualizados da execução referentes ao exercício de 2025, conforme detalhado abaixo: O **programa de trabalho de pagamentos de impostos e tributos** foi executado **R\$ 17.108.377** (dezessete milhões, cento e oito mil e trezentos e setenta e sete reais) apenas 56,8% (cinquenta e seis vírgula oito por cento) do orçamento previsto.

8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	70627159,0	0	70627159,0	57396573,38
0103 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	70627159,0	0	70627159,0	57396573,38
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	28043962,0	0	28043962,0	17826254,65
0088 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	28043962,0	0	28043962,0	17826254,65
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	37215962,0	0	37215962,0	22941547,07
0143 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	37215962,0	0	37215962,0	22941547,07
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	7102610,0	0	7102610,0	3943967,32



0096 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	7102610,0	0	7102610,0	3943967,32
TOTAL - 8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	142989693,00	0,00	142989693,00	102108342,42

Programação Orçamentária Realizada

Diante da inobservância do prazo para atualização da execução estatal relativa a dezembro de 2025 no sistema Integra - PSAC040 (Siac/Siggo), conforme preconiza o Art. 26 e parágrafo único do Decreto nº 47.810/2025, faz-se indispensável a inclusão de nota explicativa. Tal medida visa consolidar os valores atualizados da execução referentes ao exercício de 2025, conforme detalhado abaixo: O programa de trabalho Administração de Pessoal, com maior peso orçamentário para companhia, engloba as ações voltadas à área de pessoal, incluindo: salários, férias, comissões, horas-extras, 13º salário, encargos sociais e treinamentos realizados. No ano de 2025, foi executado o total de R\$ 62.799.214,12 (sessenta e dois milhões, setecentos e noventa e nove mil, duzentos e quatorze reais e doze centavos), resultado de pagamentos realizados para em média 1.200 colaboradores.

Após o programa supracitado, cabe destacar o programa de Manutenção de Serviços Administrativos, o qual apresentou um peso orçamentário menor em 20% (vinte por cento) quando comparado com o ano de 2024, foi executado um total de R\$ 25.140.610 (vinte e cinco milhões, cento e quarenta mil e seiscentos e dez reais) representando 67,5% (sessenta e sete e meio por cento) do total previsto. Este tem relação direta com a gestão de pessoas, basicamente, compreende as aquisições de produtos e contratações de serviços imprescindíveis para a prestação de serviços e continuidade do negócio. Entre esses dispêndios ocorridos no exercício de 2025, destacam-se os contratos de aluguéis; o fornecimento de água e energia elétrica; os serviços de vigilância nos postos do Sistema de Bilhetagem Automática - SBA; os serviços de brigadista; os serviços de separação, transporte e entregas de medicamentos; os serviços de locação de posições de atendimento (PA); aquisição de materiais de limpeza. Evidencia-se, ainda, o programa de trabalho Concessão de Benefícios que é composto pelos auxílios alimentação e creche, assistência médica e odontológica, vale-transporte e seguro de vida em grupo. Em 2025, a BRB Serviços disponibilizou a seus colaboradores um total de 39.210 (trinta e nove mil duzentos e dez) benefícios que resultou na execução de R\$ 19.694.463,27 (dezenove milhões seiscentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e sessenta e três reais e vinte e sete centavos) representando 70,23% (setenta vírgula vinte e três por cento) do orçamento previsto.

Com relação ao programa de trabalho Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação, foram realizados suporte, manutenção de sistemas e de licenças de software, serviços de transmissão de dados e aquisição de materiais de consumo de TI. Foi executado o total de R\$ 4.447.957,84 (quatro milhões quatrocentos e quarenta e sete mil, novecentos e cinquenta e sete reais e oitenta e quatro centavos) o equivalente a 62,62% (sessenta e dois vírgula sessenta e dois por cento). Destaca-se, no exercício, as despesas com tratamento de dados, Link de Dados e com Licenciamento e Manutenção de Software.

Para o grupo de Realização de Atividades de Comunicação e Marketing, não teve dotação inicial e nem execução.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Gestão de Pessoas

A BRB Serviços, no exercício de suas atividades em 2025, reafirma seu compromisso corporativo com a valorização e o desenvolvimento do capital humano, considerado ativo estratégico e patrimônio indispensável da Companhia. Nesse sentido, a companhia tem incentivado seus colaboradores a participarem de programas e iniciativas voltadas à



capacitação profissional, à conscientização sobre temas relevantes e à promoção de práticas que assegurem o bem-estar e a qualidade de vida no ambiente corporativo.

Essas ações, alinhadas às diretrizes de governança e às melhores práticas de gestão de pessoas, visam não apenas à melhoria contínua da produtividade, mas também ao fortalecimento da cultura organizacional, garantindo conformidade com os objetivos estratégicos e metas corporativas. As iniciativas implementadas desempenham papel imensurável na renovação dos valores corporativos e na consolidação de um ambiente de trabalho saudável e inclusivo.

No decorrer do período, foram realizadas diversas atividades, dentre as quais destacam-se:

Gestão de Pessoas e Processos:

- Ø Melhorias nos processos de promoção e desligamento – RH e DP atuando de forma colaborativa com os gestores nas tomadas de decisões.
- Ø Adequação do fluxo para realização dos exames de mudança de função no caso de promoção.
- Ø Aplicação de 1200 provas técnicas para as novas vagas da BRB Serviços.
- Ø Publicação de 33 editais para Processo Seletivo Misto - PSM.
- Ø Seleção de 415 pessoas para trabalhar na BRB Serviços.
- Ø Participação de 951 colaboradores no Programa de Integração à BRB Serviços.
- Ø Promoção de 168 colaboradores por desempenho ou Processo Seletivo Misto - PSM.
- Ø Registro de 1.099 medidas disciplinares no ERP RM Labore.
- Ø Realização de 1.226 avaliações de desempenho.
- Ø Realização de 200 avaliações comportamentais - metodologia DISC.
- Ø Formação de banco de talentos com 3.800 candidatos.

Treinamento e Desenvolvimento:

- Ø Execução de 24 treinamentos institucionais comportamentais para a área da GEGOV, contemplando aproximadamente 400 colaboradores, com foco em melhorar o relacionamento interpessoal, promovendo comunicação eficaz, empatia e colaboração entre equipes.
- Ø Palestra “janeiro Branco” – conduzida por psicólogas do Sesc (Sede e SIA), abordando saúde mental e bem-estar.
- Ø Certificação sobre Sistema de Integridade 2025 para todos os 1.340 colaboradores ativos, reforçando práticas éticas e de Compliance.
- Ø Treinamento sobre Assédio Moral, com foco em prevenção, orientando sobre condutas adequadas, respeito mútuo e criação de um clima organizacional saudável.
- Ø Palestra com a liderança: Assédio Moral e Sexual, ministrada por Heyrovsky Rodrigues, Diretor Jurídico e de Compliance do Grupo IS.
- Ø Onboarding para 315 novos colaboradores, garantindo integração eficiente e alinhamento à cultura organizacional.
- Ø Desenvolvimento de uma trilha para novos colaboradores, com o objetivo de facilitar a adaptação à cultura organizacional, promovendo comportamentos alinhados aos valores da empresa e fortalecendo habilidades de convivência e colaboração.

Saúde e Segurança no Trabalho:

- Ø Realização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho - SIPAT, com palestra sobre Ergonomia; carreta da mulher; carreta do Na Hora com multisserviços; palestra de prevenção ao assédio; palestra antidrogas da Polícia Civil do Distrito Federal; museu itinerante, antidrogas da PCDF.
- Ø Renovação do parque de iluminação de emergência do edifício SEDE.
- Ø Realização de treinamento institucional para a equipe de manutenção predial conforme a NR 10.



- Ø Realização de curso institucional em plataforma EAD, sobre Ergonomia conforme NR 17.
- Ø Realização de treinamento para a equipe de serviços gerais quanto ao uso de produtos e as atividades de higienização.
- Ø Realização de treinamento para os novos integrantes da CIPA.
- Ø Divulgação de Guia com Orientações Sobre Segurança; Cartilha de Segurança voltada para a equipe de serviços gerais e Alertas de Saúde e Segurança no ambiente de trabalho.
- Ø Campanhas de conscientização sobre o tráfego seguro nas dependências da empresa e nos percursos de acesso, visando a mitigação dos acidentes nas escadas de acesso aos andares e dos acidentes de percurso.

Qualidade de Vida:

- Ø Palestra "Janeiro Branco" – com psicólogas, abordando saúde mental e bem-estar.
- Ø Aniversariantes do Mês – celebração mensal.
- Ø Pesquisa de Clima GPTW – avaliação contínua do ambiente organizacional.
- Ø Kickoff com Gestores – desenvolvimento de habilidades de liderança.
- Ø Oficinas e Palestras de Prevenção à Violência – parceria com a Secretaria da Mulher.
- Ø Dia das Mães – oficinas e stands de saúde com o SESC (nutricionista, aferição de pressão, glicose etc.).
- Ø Reconhecimento e Premiação – parceria com o SESC.
- Ø 1º Encontro ADS – voluntariado e programas do Instituto BRB.
- Ø Parcerias Estratégicas – SESC e Secretaria da Mulher em ações de saúde e capacitação.
- Ø Ação BRB Card – divulgação do novo cartão multibenefícios e esclarecimento de dúvidas.
- Ø Dia dos Namorados – ação comemorativa.
- Ø Semana do Operador – palestra sobre qualidade de vida no trabalho, dança e entrega de bombons.
- Ø Degustação de Café – integração e bem-estar.
- Ø Festa Julina – confraternização temática.
- Ø Dia dos Pais – vídeo de homenagem, brindes personalizados e mural comemorativo.
- Ø Copa BRB Serviços – competição esportiva (futebol e queimada) e ações de bem-estar (massagem, frutas e degustações).
- Ø Campanha Reflexo Profissional – fotos corporativas.
- Ø Evento Café Business SESC – fortalecimento institucional e ampliação de benefícios.
- Ø Setembro Amarelo – ações de acolhimento emocional (algodão doce, mural e ambiente descontraído).
- Ø Palestra sobre Combate ao Assédio Moral – conscientização e prevenção.
- Ø Curso de Certificação de Integridade – ética e integridade no trabalho, com entrega de brinde.
- Ø Dia da Independência – degustação de café, mural temático "Orgulho de Ser Brasileiro" e quiz interativo.
- Ø Dia das Crianças – "Arte dos Pequenos", sala de jogos e brinquedos, algodão doce.
- Ø Outubro Rosa – mural instagramável, Dia D Rosa e palestras manhã e tarde.
- Ø Halloween – competição de decoração por andar, Dia D Fantasia e premiação.
- Ø Novembro Azul – palestra e massagem.

Campanhas Institucionais e Ações Sociais:

- Ø Campanha "Tampinhas do Bem" (Janeiro) - Iniciativa voltada para a coleta de tampinhas plásticas, com o objetivo de incentivar a reciclagem e destinar recursos para projetos sociais, reforçando nosso compromisso com a sustentabilidade e responsabilidade social.



Ø Energia Limpa - Contratação energia limpa (ambiente de contratação livre – Neoenergia) Ações para promover práticas sustentáveis e incentivar o uso de fontes renováveis, visando reduzir impactos ambientais e aumentar a eficiência energética.

Ø Consciência Negra - Atividades educativas e reflexivas para valorização da diversidade e inclusão, com foco no combate ao preconceito e promoção da igualdade racial.

Ø Entrega de Presentes – “Heróis de Verdade” - Projeto social que levou alegria a crianças em situação de vulnerabilidade, reforçando o engajamento comunitário e o voluntariado corporativo.

Ø Entrega de Cestas Natalinas – Parceria com Instituto BRB - Ação solidária para proporcionar um fim de ano mais digno a famílias em vulnerabilidade, fortalecendo a responsabilidade social da empresa.

Ø Vacinação para Colaboradores - Iniciativa voltada para a promoção da saúde e bem-estar, garantindo um ambiente de trabalho seguro e saudável, alinhado ao pilar Social do ESG

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Áreas de atuação

Com mais de uma década no mercado de Brasília, a BRB Serviços é reconhecida por suas práticas inovadoras, com vistas a aprimorar a prestação de serviços e fortalecimento de negócios. Em parceria com órgãos governamentais, desempenhou, em 2025, papel relevante na melhoria da prestação de serviços públicos atuando na operacionalização do Sistema de Bilhetagem Automática - SBA, no serviço de atendimento integrado - Na Hora, no agendamento e entrega de medicamentos da Farmácia de Alto Custo.

Além desses projetos estruturantes, a BRB Serviços deu continuidade em sua atuação junto a empresas públicas, assumindo a gestão de importantes serviços, como as centrais de atendimento e serviços da CAESB e da CEB. No eixo de tecnologia, além do contrato firmado com o BRB para a prestação de serviços especializados de suporte técnico de 3º nível em 2024, assinou o contrato de prestação de serviços de suporte técnico de 2º nível, reforçando sua expertise em tecnologia.

Por fim, ressalta-se que a Companhia vem se destacando como empresa especializada no setor de terceirização de serviços de Contact Center, processos de negócios (BPO), soluções tecnológicas e gestão de sistemas logísticos.

Agendamento e Entrega de Medicamentos da Farmácia de Alto Custo em Domicílio:

a entrega de medicamentos pelo Governo do Distrito Federal começou na pandemia, ocasionada pelo Coronavírus, por conseguinte, surgiu a necessidade de atender aos cidadãos com maior cuidado, dignidade e com o mínimo de deslocamento. O projeto tem a finalidade de findar as filas pela busca de medicamentos de alto custo e proporcionar qualidade de vida aos usuários. Atualmente, o contrato possui 57 colaboradores sendo, 2 auxiliares de logística, 1 coordenador de operação, 52 operadores de teleatendimento, 1 supervisor de atendimento e 1 supervisor de logística. Essa equipe é responsável pelo agendamento e dispensação, embalagem e entrega dos medicamentos. Existem três unidades de atendimento, e em caso de necessidade, as farmácias de alto custo também realizam o atendimento presencial.

BRBPAY: Com o objetivo de reduzir o tempo entre a entrega e a ativação dos terminais de pagamento eletrônico, aprimorar a experiência do cliente e garantir suporte imediato, a BRBPay contratou a BRB Serviços para executar a logística de separação e distribuição personalizada dos equipamentos POS. A operação inclui transporte seguro, armazenamento adequado e uma equipe qualificada para oferecer treinamento básico e suporte técnico de primeiro nível, assegurando funcionalidade imediata e maior satisfação dos usuários. Para atender às demandas da BRBPay, o serviço conta com dois entregadores treinados e uniformizados, responsáveis por realizar entregas personalizadas conforme a necessidade.



Central de Relacionamento do BRB e Nação BRB FLA: consiste no oferecimento de estrutura de Contact Center para a interação com os clientes e o banco, por meio de contato ativo, receptivo e multimeios com uma plataforma de gestão moderna e integrada, apoiado por uma equipe especializada, também composta pelo SAC (Serviço de Atendimento ao Cidadão). Além do atendimento aos clientes BRB, os clientes do Banco Nação BRB FLA tem uma central exclusiva para suporte ao APP, a abertura de contas e investimentos, além de esclarecimento de dúvidas e demais atendimentos.

Central de Relacionamento Caesb: A CAESB oferece atendimento 24 horas por dia à população do Distrito Federal, por meio de diversos canais como telefone, WhatsApp e Chatbot. Com um atendimento resolutivo no canal 115 (1ª instância) e na Ouvidoria, aliado a uma equipe capacitada, garantindo que todas as solicitações sejam tratadas com agilidade, eficiência e compromisso com o cidadão.

Central de Relacionamento da CEB IPES: A Central de Atendimento da CEB IPES funciona 24 horas por dia, garantindo agilidade e eficiência no atendimento a todas as emergências relacionadas à iluminação pública.

Cobrança BRB: compreende a prestação de serviços ao BRB – Banco de Brasília S.A. suas Controladas e/ou Coligadas, relativos à cobrança extrajudicial de créditos, de acordo com as necessidades, composto da prática de todos os atos e procedimentos pertinentes à esfera administrativa.

Cobrança BRBCARD: tem o objetivo de realizar cobrança administrativa, de forma amigável, de valores inadimplidos pelos clientes da Cartão BRB S.A., além de realizar telemarketing ativo e receptivo aos portadores de moeda eletrônica e/ou de instrumento de pagamento, pós e pré-pagos, emitidos pela BRBCARD. O serviço conta ainda com plataforma de autonegociação, agente virtual, chatbot e ações massivas.

Cobrança Judicial - BRB Saúde: consiste em realizar a recuperação de ativos financeiros na esfera judicial, através de ações executivas, monitórias e de cobrança, conduzindo os processos até o trânsito em julgado. Para execução, são utilizados todos os instrumentos jurídicos disponíveis no âmbito cível onde são aplicados todos os esforços permitidos em lei para a recuperação dos créditos inadimplidos, incluindo-se a possibilidade de realização de acordos extrajudiciais.

Correspondente Bancário: projeto piloto na Feira do Guará, na Feira dos Goianos e no Riacho Fundo, sendo realizado atendimento físico e digital aos clientes e usuários do BRB, na condição de Correspondente no País, recepção e encaminhamento de proposta de abertura de contas, depósito e pagamentos pelo BRB.

Corretora Seguros BRB: atendimento ao SAC da Corretora BRB, com a disponibilização de todos os instrumentos necessários para o atendimento, além de equipe especializada.

Crédito Imobiliário – CI: realiza análise de conformidade em processos de financiamento imobiliário e demais produtos da Carteira Imobiliária do Banco BRB, bem como atendimento e suporte aos agentes originadores e à área gestora, no que se refere a evolução e eventuais dúvidas acerca do serviço prestado.

Entrega de Cartões Material Escolar GDF/BRB: Prestação de serviços presenciais de suporte ao cliente com foco na entrega de cartões uniforme escolar. Com a finalidade de assegurar a entrega de 214.859 cartões do Programa Cartão Uniforme Escolar, no período de 22/12/2025 a 21/01/2026, o Banco BRB estruturou operação específica voltada à eficiência do processo de distribuição, à prevenção da superlotação nas unidades de atendimento e à elevação da satisfação de clientes e beneficiários, eliminando filas extensas e garantindo maior comodidade. Para a execução do serviço, foi contratada a BRB Serviços, responsável por disponibilizar 118 colaboradores, bem como fornecer materiais de expediente, suporte técnico e infraestrutura necessária. As entregas ocorrem em 22 pontos de atendimento distribuídos pelo Distrito Federal, assegurando facilidade de acesso, qualidade no atendimento e satisfação do usuário final.

Na Hora/DF: o serviço tem o intuito de fornecer ao cidadão atendimento digno, rápido e qualificado em unidades modernas de atendimento. A BRB Serviços conta com equipe de 168



colaboradores dedicados, para atender a população do Distrito Federal com alta eficiência. Importante destacar que como medida de inclusão social no atendimento, contamos com intérpretes de libras e atendentes bilíngues. São ações que visam o desenvolvimento da atividade e o aperfeiçoamento da capacidade de fornecer serviços públicos de qualidade.

Sistema de Bilhetagem Automática – SBA: chegou à BRB Serviços S.A. por meio de acordo entre o Governo do Distrito Federal – GDF e o Banco de Brasília – BRB. Consiste em fornecer tecnologia e facilidade para o usuário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF sempre foco na melhoria e modernização da estrutura das unidades de atendimento, qualidade de trabalho à equipe e qualidade para o usuário. Todo esse conceito é dividido em unidades de atendimento distribuídas no Distrito Federal, onde contamos atualmente com 17 pontos de atendimento divididos em 14 locais diferentes, com 244 colaboradores dedicados, de forma a garantir que usuário do STPC/DF tenha sua demanda solucionada de imediato. Ademais, desenvolvimento de serviços e sistemas especializados para atendimento das demandas e evolução do ambiente operacional de mobilidade urbana.

Service Desk: compreende a prestação de serviços de suporte ao BRB - Banco de Brasília S.A., possuindo um time de suporte remoto e presencial, com o intuito de garantir atendimento breve e com qualidade para os colaboradores do banco.

Solução de Gestão de Margem Consignável - GDF: oferta de solução integrada para a administração das margens consignáveis dos Servidores, Ativos e Aposentados, do GDF, permitindo o desconto em folha de pagamento para as empresas consignatárias, em especial ao Banco BRB, e para as demais empresas conveniadas junto à SEPLAD/DF e ao IPREV/DF.

NOVOS NEGÓCIOS

Com perfil adaptável e vocação inovadora, a BRB Serviços mantém-se à frente em um cenário dinâmico e em constante transformação no setor de serviços terceirizados. Em 2025, a Companhia destacou-se pela ampliação do portfólio de soluções oferecidas aos seus clientes e pelo fortalecimento das parcerias estratégicas com o Banco BRB e o Governo do Distrito Federal (GDF), viabilizando a exploração de novas oportunidades de negócios, conforme detalhado a seguir:

Convênio CLDF: Fornecimento de serviços de gestão de margem consignável à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, com a utilização do sistema de controle de margem consignável denominado Consigserv.

Entrega de Cartões - Folha Tocantins/TO: Prestação de serviços de entrega de cartões de conta corrente (c/c) no estado de Tocantins.

Entrega de Cartões Material Escolar GDF/BRB: Prestação de serviços presenciais de suporte ao cliente com foco na entrega de cartões uniforme escolar.

Logística de Maquininhas BRBPAY: Prestação de serviços de logística personalizada por parte da contratada à brbcard, relacionados à operação de terminais de pagamento eletrônico (pos), na região do distrito federal e entorno, mediante solicitação da contratante.

Na Hora – Samambaia: Prestação de serviços de mão de obra qualificada para ocupação dos postos de trabalho e disponibilidade de equipamentos, insumos e serviços necessários à operação, manutenção, recepção, triagem e apoio à gestão das unidades.

Parcerias Estratégicas e Acordos Operacionais: a BRB Serviços vem conduzindo esforços para firmar parcerias com empresas renomadas, adotando processo de seleção com chamamento público, estudo de oportunidades de negócios e seleção pública de operacionalizadores, quando da materialização da oportunidade específica. O modelo ainda prevê resultados financeiros por meio de Markup, com modelos de parcerias e acordos operacionais não onerosos e ampliando o portfólio da BRB Serviços.. Entre as principais estratégias, destacam-se a oferta de soluções voltadas ao conglomerado BRB e demais entes públicos, a internalização de atividades anteriormente terceirizadas e a renegociação de contratos estratégicos, promovendo maior rentabilidade e inclusão de novas atividades.

Suporte Técnico Especializado de TI - 2º Nível: Prestação dos serviços técnicos especializados de suporte para atividade de operação, monitoração e suporte técnico para alta e baixa plataformas.



Suporte Técnico Especializado de operação de TI: Serviço especializado de suporte a operação de TI, com foco em atuação multidisciplinar em domínios de automação bancária, processos de mainframe, NOC, continuidade operacional e automação de processos, com alocação de mais de 60 colaboradores na atuação exclusiva na área de Tecnologia do BRB.

Governança e Compliance

A Gerência de Governança e Compliance da BRB Serviços mantém como missão assegurar a transparência, eficiência e integridade nas ações da Companhia, transmitindo confiabilidade e respondendo de forma eficaz às exigências de órgãos fiscalizadores e reguladores. A governança continua a envolver a avaliação de cenários e resultados, alinhando políticas e planos às necessidades das partes interessadas, além de monitorar o desempenho e o cumprimento de metas. Entre as realizações de 2025, destacam-se:

- a) O papel fundamental da alta administração ajustando a governança e o compliance ao contexto e aos objetivos organizacionais, comunicando-o adequadamente às partes interessadas
- b) Fortalecimento do Sistema de Integridade: Evolução do Sistema de Integridade com novas ferramentas de monitoramento e gestão de riscos, alinhadas ao Decreto nº 11.129/2022.
- c) Automação de Processos de Compliance: Implementação de soluções tecnológicas para gestão de riscos, utilizando dashboards interativos no Power BI para maior agilidade e transparência.
- d) Treinamentos e Certificações: Ampliação das capacitações sobre ética, prevenção à lavagem de dinheiro (PLD), combate ao assédio e governança corporativa, incluindo trilhas EAD e workshops presenciais.
- e) Revisão e Atualização do arcabouço normativo: foram aprovados o total de 31 normativos, divididos em: 4 normas executivas, 4 normas estratégicas e 23 normas operacionais, assegurando que todos os processos internos estejam em conformidade com os padrões regulatórios e internos. Nesse contexto, ainda foram analisados 63 normativos internos em relação as normas externas vigentes com devido reporte às unidades responsáveis. Este processo de análise minuciosa visa garantir a relevância e a eficácia das normativas, evidenciando nosso compromisso com a melhoria contínua e a excelência operacional.
- f) Gestão de Riscos Avançada: Adoção de metodologias preditivas para identificar riscos operacionais e de integridade, com integração ao Sistema SaeWeb/CGDF.
- g) Certificações Estratégicas: Continuidade da Certificação IBGC para membros da administração e adesão a novos pactos de integridade nacionais e internacionais.
- h) Transparência Institucional: Publicação de relatórios periódicos de conformidade e governança em formato digital interativo, garantindo acesso rápido às informações pela sociedade.
- i) Código de Ética e Código de Conduta e Integridade: divulgação dos códigos estabelecendo diretrizes claras sobre comportamento esperado, ambiente corporativo ético, seguro e transparente, fundamental para a construção de uma reputação sólida e a conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.
- j) Auditorias: Acompanhamento e suporte durante as auditorias regulares realizadas pela Suaud/BRB verificando a conformidade com as políticas e procedimentos estabelecidos garantindo que a Companhia esteja operando dentro das normas e identificando áreas para melhoria.
- k) Canal de Denúncias: Suporte e apoio ao Comitê de Ética e Pessoas nas análises das denúncias com total sigilo assegurando o anonimato dos colaboradores que relatam condutas inadequadas, reforçando assim a transparência e a responsabilidade.
- l) Relatórios de Perfil e de Conformidade: Elaboramos os relatórios periódicos sobre a situação de compliance da Companhia, que são compartilhados com stakeholders, bem como,



com todos os nossos contratantes, que disponibilizam para avaliação da CGDF, aumentando assim a transparência e a confiança.

m) Engajamento com Stakeholders: Estabelecemos diálogos com partes interessadas, como investidores, clientes e fornecedores, para compreender suas expectativas em relação à governança e compliance.

Essas ações não apenas ajudam a garantir a conformidade com normas e regulamentos, mas também geram valor para a organização ao construir uma reputação sólida e confiável no mercado. A preservação da imagem institucional é, portanto, um resultado direto do comprometimento com práticas éticas e transparentes.

A participação dos membros da administração em programas de certificação e treinamento é fundamental para fortalecer a governança corporativa e garantir o cumprimento das legislações aplicáveis. Em 2025, os administradores da BRB Serviços participaram da trilha de certificação obrigatória, conforme estabelecido pela Lei nº 13.303. Para atender a essa legislação, foram disponibilizados curso de "Governança Corporativa em Estatais – Lei 13.303", composto por cinco módulos, e as certificações em PLD/FTP (Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo) e Sistema de Integridade.

Em 2025, os colaboradores participaram de workshops e treinamentos voltados a temas estratégicos, como ética, integridade, prevenção ao assédio e saúde. Adicionalmente, foi realizada a Certificação Anual de Integridade, contemplando 1.326 colaboradores ativos. Dentre estes, 1.019 acessaram a certificação por meio da plataforma EAD, correspondendo a 76,84% do total. Dos que acessaram, 951 concluíram integralmente o processo, alcançando uma taxa de conclusão de 93,33%, evidenciando o elevado engajamento e comprometimento com as diretrizes de conformidade e integridade corporativa.

Em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), a área de Governança e Compliance assegurou a publicação e a manutenção acessível de todos os atos institucionais, reafirmando o compromisso da Companhia com a transparência e a promoção do direito à informação. Esse trabalho contínuo garante à sociedade acesso rápido e claro às principais decisões e diretrizes institucionais. A atualização sistemática e o monitoramento permanente dos normativos refletem o compromisso da área em manter a conformidade regulatória, a transparência institucional e a eficiência na gestão das informações críticas.

Entre outras iniciativas, a BRB Serviços mantém ativa sua adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, promovido pelo Instituto Ethos, o que confere à Companhia o direito de utilização do Selo Empresa Limpa. Além disso, permanece comprometida com o Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, instituído pela Controladoria-Geral da União, reforçando seu alinhamento às melhores práticas de ética, transparência e governança corporativa.

Selo Ouro - Prêmio Alto Nível - CGDF: Reconhecimento para órgãos e entidades do DF que se destacam em práticas de integridade e governança pública. O Selo Ouro é concedido a instituições que demonstram excelência em transparência, controle interno e gestão de riscos, promovendo uma administração pública ética e eficiente.

Empresa Limpa - Instituto Ethos: Iniciativa voluntária que incentiva empresas a adotarem práticas éticas e transparentes, visando fortalecer uma cultura de integridade e combater a corrupção no ambiente corporativo. As empresas signatárias se comprometem a promover um mercado justo e responsável, pautado pela ética.

Pacto Brasil pela Integridade Empresarial - CGU: Iniciativa que incentiva empresas a adotarem práticas éticas e anticorrupção, promovendo transparência e governança responsável no setor privado. O objetivo é fortalecer a confiança entre empresas e sociedade.

Governança e Integração Estratégica

Em novembro de 2025, como parte das comemorações pelos 15 anos da BRB Serviços, foi lançada a Nova Intranet, projeto conduzido pela área de Governança Corporativa e Compliance, com a implementação técnica realizada pela Gerência de Inovação, responsável pelo desenvolvimento e programação da plataforma. A iniciativa contou ainda com a



colaboração ativa de todas as unidades da organização, garantindo um ambiente digital moderno, seguro e alinhado às necessidades estratégicas do negócio.

Sob a ótica da governança, a iniciativa garantiu alinhamento estratégico em todas as etapas, desde a definição do escopo até a homologação da plataforma, com critérios claros para priorização de requisitos, gestão de riscos e conformidade com normas internas.

O projeto foi dirigido por meio de reuniões semanais do grupo de trabalho, totalizando 41 encontros ao longo de 2024 e 2025, garantindo alinhamento contínuo entre áreas e transparência nas decisões.

Essa abordagem colaborativa resultou em uma plataforma que centraliza informações e serviços internos, fortalece a cultura organizacional, promove agilidade na comunicação e assegura governança sobre dados críticos.

Entre os ganhos estratégicos, destacam-se:

Busca inteligente e abrangente, que eleva a eficiência na localização de informações regulatórias e procedimentais.

Menus orientados por área de negócio, garantindo clareza e propriedade do conteúdo.

Dashboards de BI integrados, que consolidam indicadores estratégicos e reforçam a governança sobre dados críticos.

Integração com RH e DP, promovendo cultura, reconhecimento e valorização do colaborador.

Abas específicas de Governança, Compliance e Integridade, reforçando o compromisso com práticas éticas e conformidade regulatória.

A nova Intranet é, portanto, um exemplo concreto de como a governança corporativa, quando integrada à comunicação e à gestão de pessoas, potencializa resultados e gera valor para toda a organização. Essa entrega também se conecta diretamente à estratégia de transformação digital da BRB Serviços, fortalecendo a cultura organizacional e preparando a empresa para um futuro mais ágil, colaborativo e orientado por dados.

Controles Internos

Com a estrutura de Controles Internos, a BRB Serviços assegura que suas operações sejam conduzidas de maneira ordenada e eficiente. Essa estrutura protege recursos e ativos, facilita a identificação de erros e atos ilícitos, garante a precisão e a integridade dos dados contábeis, e promove a confiabilidade das informações financeiras e econômicas, incluindo DFC, DRE e balanço patrimonial.

Entre as principais realizações de 2025 relacionadas a controles internos e gestão de riscos, destacam-se: a avaliação contínua dos riscos do negócio, o reporte periódico dos resultados dessas avaliações à Diretoria, e a atuação como área consultiva e de apoio às unidades de negócios da Companhia. Os resultados incluem:

- Ø 12 follow-ups reportados à Dicol, Consad e Confis sobre planos de ação de auditoria;
- Ø 18 boletins de planos de ação de auditoria apresentados à Diretoria;
- Ø 12 reportes à Dicol sobre perdas operacionais;
- Ø 12 reportes à Dicol sobre indicadores-chave de risco;
- Ø 24 relatórios mensais sobre perdas operacionais elaborados e enviados;
- Ø 04 relatórios trimestrais consolidados sobre Riscos, Controles Internos e Conformidade;
- Ø 02 relatórios semestrais consolidados sobre Riscos, Controles Internos e Conformidade;
- Ø Revisão de 126 riscos operacionais, com 25 riscos mitigados;
- Ø Revisão de 11 riscos de integridade, com 08 riscos mitigados.

Os controles internos devem ser continuamente revisados e atualizados para garantir que os riscos sejam tratados de forma tempestiva e conforme as diretrizes das linhas de defesa. As ações realizadas ao longo de 2025 demonstram o compromisso da BRB Serviços com a melhoria contínua e o fortalecimento da estrutura de controle, um objetivo compartilhado pela alta administração e seus colaboradores.



Em relação a ações de fomento a Integridade: Em 2025, o Sistema de Integridade da BRB Serviços, já consolidado, manteve a execução de ações contínuas voltadas à prevenção, detecção e correção de atos ilícitos, assegurando maior robustez, agilidade, modernidade e sustentabilidade à Companhia. Essas iniciativas reforçaram os mecanismos institucionais destinados ao combate à corrupção e à mitigação de riscos que possam comprometer os valores éticos, a integridade e a perenidade organizacional, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa e com a legislação aplicável.

No tocante aos riscos à integridade, a gestão foi aprimorada por meio do mapeamento, revisão e classificação de eventos críticos. Dos 11 riscos identificados no ano anterior, 8 foram mitigados em consequência da implementação de controles adequados. Entre as iniciativas realizadas destacam-se:

Ø Base de riscos operacionais e à integridade no Sistema SaeWeb/CGDF aprimorando o gerenciamento dos riscos.

Desde sua implementação, o Sistema de Integridade reforça o compromisso da BRB Serviços com a disseminação da ética e da integridade organizacional, em conformidade com a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Federal), a Lei Distrital nº 6.112/2018, e a Portaria CGU nº 909/2015, que estabelece diretrizes para programas de integridade no setor público.

Como reconhecimento desse compromisso, a BRB Serviços obteve, no 1º semestre de 2025, nota 85 (de um total de 100 pontos) na avaliação do Sistema de Integridade realizada pela Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF).

O desempenho foi formalmente registrado no Relatório Circunstanciado nº 10/2024, que atestou: A existência e regularidade do Sistema de Integridade da Companhia; A consistência dos relatórios de perfil e de conformidade e A apresentação de evidências que justificaram a pontuação obtida, acima da média geral. Esse resultado reafirma o comprometimento da BRB Serviços com os mais altos padrões de integridade e governança.

Transformação e Inovação Tecnológica

Em 2025, reforçamos nosso compromisso com a inovação tecnológica, consolidando a transformação digital iniciada nos anos anteriores e ampliando seu alcance em toda a organização. Alinhados ao Planejamento Estratégico da BRB Serviços, seguimos integrando tecnologias emergentes para otimizar a eficiência operacional, reduzir custos e aprimorar a experiência de nossos colaboradores e clientes. Neste exercício, direcionamos esforços para a modernização contínua de processos, o fortalecimento da segurança e a ampliação da automação, trazendo soluções ainda mais ágeis e eficazes em diversas frentes. A seguir, destacamos as principais iniciativas implementadas:

Ø Sistema de prevenção ao uso indevido: Plataforma integrada ao ambiente de mobilidade, para automação de análise do uso indevido das gratuidades, elevando a performance e segurança do ambiente operacional.

Ø Nova plataforma de cobrança e negociação online: Implantação de nova plataforma de cobrança e negociação de débitos permitindo ao cliente realizada a negociação de dívidas diretamente na plataforma online.

Ø Implantação de nova arquitetura de serviços de TI, com alta disponibilidade para sustentar os sistemas e serviços de missão crítica, com impacto positivo na disponibilidade e estabilidade dos serviços.

Ø Novo barramento de serviços permitindo a interoperabilidade com parceiros e clientes, integração de componentes de comunicação entre sistemas e automação de indicadores de performance dos serviços;

Ø Hardening da estrutura de autenticação, validação de identidade e custódia de chaves criptográficas, em conformidade com melhores práticas do mercado e regramento NIST e PCI.

Gestão Administrativa e Financeira

A BRB Serviços, enquanto organização comprometida com a geração de valor para seus clientes, colaboradores e parceiros, estruturou suas estratégias com base em práticas de



gestão administrativa e de infraestrutura, orientadas pela aplicação de metodologias eficientes e pela busca contínua da excelência na prestação de serviços. Nesse contexto, a Companhia atuou de forma decisiva na melhoria contínua da infraestrutura das localidades onde mantém contratos vigentes, com o propósito de aprimorar as condições de atendimento e assegurar elevados padrões de satisfação para clientes e colaboradores.

No exercício de 2025, a BRB Serviços dedicou-se à manutenção e ao aperfeiçoamento dos projetos sob sua gestão, disponibilizando mão de obra qualificada e promovendo o gerenciamento eficaz da infraestrutura física de cada unidade. O foco principal foi garantir que os atendimentos aos clientes e colaboradores ocorressem com conforto, qualidade e segurança, em conformidade com as melhores práticas corporativas.

Para evidenciar a atuação da BRB Serviços ao longo do ano de 2025, apresentamos a seguir as principais ações implementadas e seus respectivos resultados:

Ø Atendimento de 1300 chamados no edifício Sede da BRB Serviços S/A e nos postos do Sistema de Bilhetagem Automático - SBA e em média de 1.600 chamados referentes aos atendimentos nas unidades do Na Hora;

Ø Realização de Manutenção predial, conservação e limpeza através equipe própria de toda estrutura da BRB Serviços, contemplando o edifício sede, 12 unidades de atendimento do BRB Mobilidade, 8 unidades de atendimento do Correspondente Bancário e 8 unidades de atendimento do Na Hora.

Ø Instalação de mais de 200m² de divisórias, 8 mudanças de layouts, visando a adaptação dos espaços existentes para melhorar o atendimento ao cliente e o bem-estar do colaborador;

Ø Criação de uma sala de treinamento térreo para atender necessidades dos contratos;

Ø Preparação do espaço de convivência;

Ø Substituição da parte climática (16 aparelhos de ar-condicionado);

Ø Substituição de todas as luminárias de emergência do edifício sede;

Ø Conferência patrimonial anual, com localização física dos ativos da BRB Serviços da sede e de todas as unidades de atendimento dos diversos projetos;

Ø Adequação das instalações elétricas para migração ao mercado livre de energia;

Ø Elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle dos Sistemas de Climatização (PMOC) do edifício sede, 12 unidades de atendimento do BRB Mobilidade e 8 unidades de atendimento do Na Hora;

Ø Revitalização dos 5 postos de Correspondente Bancário no estado de Alagoas, incluindo instalação, pintura e ajustes estruturais, com todos os serviços concluídos dentro do prazo de 15 dias, garantindo a qualidade e agilidade para os clientes e colaboradores.



Futuro

Convictos de que nossos esforços foram fundamentais para impulsionar as operações do conglomerado BRB, especialmente no atendimento às demandas da comunidade do Distrito Federal, a BRB Serviços inicia 2026 consolidada como uma empresa robusta, versátil e ágil.

Reforçamos nosso compromisso em oferecer soluções personalizadas, alinhadas às crescentes expectativas de nossos clientes e à transformação digital. Para o período de 2026 a 2030, a BRB Serviços estabeleceu metas ambiciosas refletindo nossa determinação em modernizar processos, fortalecer a governança e priorizar o desenvolvimento humano. Nosso objetivo é criar um ambiente inclusivo e sustentável, utilizando práticas inovadoras.

Entre nossas metas estão a expansão e diversificação de produtos, serviços e clientes, a simplificação e digitalização de processos, e o investimento em soluções tecnológicas de ponta. Nosso compromisso com a experiência do cliente e com a eficiência operacional será reforçado pela inovação contínua, alinhada aos pilares de sustentabilidade social, ambiental e econômica.

Olhando para o futuro, a BRB Serviços S.A. está preparada para superar desafios, consolidando-se como referência em inovação e humanização na prestação de serviços, sempre com foco na excelência e no desenvolvimento sustentável.



19209 - BSB PARTICIPAÇÕES S/A

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A BSB Participações S.A. é uma sociedade por ações, de capital fechado, com personalidade jurídica de direito privado, controlada pelo BRB - Banco de Brasília S.A., cujo objeto é a participação em sociedades mercantis, em qualquer segmento de negócios, mediante subscrição de ações e/ou quotas.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

Observação: Quadro não aplicável a BSB Participações S.A.

A BSB Participações S.A. utiliza os recursos humanos e de infraestrutura do Banco de Brasília S.A., conforme convênio firmado entre as partes.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

Realizações por Programa

Não há programas de trabalho para a BSB Participações S.A.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A empresa BSB Participações S.A. foi criada com a missão de ampliar a participação do Conglomerado BRB na intermediação de recursos e negócios financeiros, via participações acionárias em empresas sediadas no Brasil, com o objetivo de promover a melhoria contínua da qualidade de vida da sociedade.

A BSB Participações S/A tem três objetivos principais:

a) Ampliar e diversificar as participações acionárias do Conglomerado BRB, em segmentos estratégicos, especialmente o financeiro, para conferir maior sustentabilidade e rentabilidade aos seus negócios;



- b) Reforçar a capacidade de atuação do Conglomerado BRB, como instrumento de implementação das políticas governamentais distritais, especialmente a econômica e de desenvolvimento; e
- c) Instituir normas de governança, que permitam a realização de negócios, de acordo com os padrões de risco e transparência, recomendados ao BRB pela legislação em vigor e, aplicáveis igualmente à gestão e ao controle da carteira de participações.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A BSB Participações S.A. tornou-se subsidiária integral do BRB – Banco de Brasília S.A. em 31 de agosto de 2023, quando houve a cisão da BRBCARD e versão da participação na BSB Participações para o BRB no contexto da Reorganização Societária do BRB iniciada em 2020.

Até o encerramento do exercício de 2025, a BSB Participações não tinha operações. Com a conclusão da Reorganização societária, a gestão do Banco de Brasília S.A. espera torná-la operacional em cumprimento dos seus objetivos estratégicos e gerar valor ao Conglomerado BRB.



19211 - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN – empresa pública de direito privado, instituída pela Lei nº 4.545, de 10/12/1964 e constituída sob a forma de Sociedade por Ações, integra a Administração Indireta do GDF e vincula-se à Secretaria de Economia – SEEC. Tem por finalidade estatutária:

- I. Realizar pesquisas e estudos econômicos, sociais, demográficos, cartográficos, georreferenciados, urbanos e ambientais para subsidiar o Governo do Distrito Federal na formulação de políticas públicas, do planejamento governamental de programas para o desenvolvimento do Distrito Federal, da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) e de outras áreas de influência do território distrital;
- II. Disseminar o conhecimento e as informações resultantes das pesquisas e estudos realizados, atinentes à área de competência da Companhia;
- III; Analisar as políticas públicas implementadas pelo Governo do Distrito Federal a fim de subsidiar os processos decisórios governamentais;
- IV. Fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas e para a preparação de planos e programas de governo;
- V. Analisar e identificar e diagnosticar os problemas estruturais, econômicos, sociais, urbanos e ambientais do Distrito Federal, da RIDE e de outras áreas de influência do território distrital, fornecendo elementos técnicos visando à elaboração de medidas saneadoras pelos órgãos competentes;
- VI. Articular e promover a cooperação técnica visando o intercâmbio de informações e conhecimentos com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais;
- VII. Produzir e organizar as informações sociais e econômicas relativas ao território do Distrito Federal;
- VIII. Participar do Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – SISPLAN e oferecer subsídios e apoio ao Sistema de Informação Territorial e Urbana do Distrito Federal – SITURB; e
- IX. Prestar consultoria técnica a outros Órgãos e entidades da administração do Distrito Federal e da iniciativa privada e contratar com órgãos e entidades públicas ou privadas serviços e estudos, bem como realizar concursos, respeitada a legislação pertinente.

A natureza jurídica da CODEPLAN representava uma dificuldade para o alcance de sustentabilidade, uma vez que há contradições entre o modelo de empresa pública que regula a CODEPLAN e sua dependência de recursos do Tesouro do Distrito Federal, gerando instabilidade institucional. O próprio Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF apontou, desde 2004, a necessidade de alteração da natureza jurídica da Companhia, tendo em vista o crescimento dos repasses do Tesouro Distrital, aliado à ausência de receitas operacionais.

Desta forma, a Lei nº 7.154, promulgada em 07 de junho de 2022, criou o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPEDF, pessoa jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculado à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal e determinou liquidação da CODEPLAN. Já o Decreto nº 54.530, de 11 de julho de 2022, repassou as atribuições estratégicas de pesquisa, estudo e estatística da CODEPLAN ao Instituto, que pode realizá-las de maneira mais estável, com possibilidade de criação de carreira própria e renovação de quadros.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	5	0	0	0	5
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	5	0	0	0	5
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	5	0	0	0	5

O quadro da força de trabalho apresentado refere-se a dezembro de 2025, após a vinculação de empregados da CODEPLAN ao IPEDF, conforme a Lei nº 7.154, promulgada em 07 de junho de 2022 e o Decreto nº 54.530/2022.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1000,0	1000,00	0	0
0019 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS - DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	1000,00	1000,00	0,00	0,00

Programação Orçamentaria não Executada

Ação 9001 - Execução de Sentenças Judiciais: não foram executadas sentenças judiciais durante o ano de 2025.

8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	1065889,0	1065889,00	821093,52	814559,74



0042 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL- COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1065889,0	1065889,00	821093,52	814559,74
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	115636,0	115636,00	0	0
0039 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	115636,0	115636,00	0	0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	550000,0	494800,37	474270,70	471181,19
0104 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	550000,0	494800,37	474270,70	471181,19
TOTAL - 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO	1731525,00	1676325,37	1295364,22	1285740,93

Programação Orçamentária Realizada

Foram remunerados em média, no período de janeiro a dezembro, 5 empregados por mês da CODEPLAN em Liquidação, além de terem sido realizados os pagamentos dos impostos relacionados à folha de pagamento normal. Foram pagas as remunerações dos Conselhos de Administração e Conselho Fiscal, bem como realizados os pagamentos dos impostos relacionados à folha de pagamento Jetons. Por último, foram realizados os pagamentos no âmbito dos contratos 02/2022 e 01/2024, cujo objetos são Serviço de Tecnologia da Informação e Auditoria Externa, respectivamente, além de pagamentos de despesas com Publicidade institucional (DODF).

Programação Orçamentária não Executada

8504.0039 - Concessão de Benefícios a Servidores: com relação a concessão de benefícios, não foram concedidos aos empregados ativos, em virtude do encerramento da ACT em março de 2023.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Em decorrência da Lei nº 7.154/2022, que criou o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF CODEPLAN) e estabeleceu a liquidação da CODEPLAN, as programações originalmente previstas para a Companhia foram descontinuadas. Com a transferência das atribuições institucionais, dos recursos necessários e da força de trabalho para o IPEDF, não houve mais execução de ações finalísticas no âmbito da CODEPLAN em Liquidação, restringindo-se as atividades às demandas administrativas inerentes ao processo de encerramento institucional.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Lei nº 7.154, promulgada em 07 de junho de 2022, criou o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPEDF CODEPLAN, pessoa jurídica de direito público com autonomia administrativa e financeira, vinculado à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal e determinou a liquidação da CODEPLAN. O Decreto nº 54.530, de 11 de julho de 2022, repassou as atribuições estratégicas de pesquisa, estudo e estatística da CODEPLAN ao Instituto, que pode realizá-las de maneira mais estável, com a possibilidade de criação de carreira própria e renovação de quadros.

O processo de liquidação da CODEPLAN em Liquidação foi organizado em etapas simples: preparação, execução e encerramento. A etapa atual, de execução, é composta por diversos



objetivos, tais como: movimentação dos bens de patrimônio da CODEPLAN para o IPEDF, levantamento e tratamento do passivo administrativo, transferência do almoxarifado, entre outras.

Nenhuma das etapas de liquidação da CODEPLAN tem impacto sobre a realização das atribuições institucionais do IPEDF, pois não houve solução de continuidade entre as duas instituições. O quadro de empregados da CODEPLAN foi cedido ao IPEDF e os estudos, pesquisas e estatísticas puderam ser mantidos.



19212 - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal (INAS) foi criado em 14 de Março de 2006, pela Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006 sendo regulamentado através do Decreto nº 46.632, de 12 de dezembro de 2024, que dispõe sobre os princípios e diretrizes do Plano de Assistência Suplementar à Saúde - GDF SAÚDE, gerido pelo Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - INAS, em regime de autogestão, tendo sua estrutura administrativa alterada pelo Decreto nº 47.544, de 05 de agosto de 2025.

O Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal (INAS) é uma Autarquia em Regime Especial, dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC). Proporciona, sem fins lucrativos, o Plano de Assistência Suplementar à Saúde, denominado GDF SAÚDE, em regime de autogestão, aos servidores do Governo do Distrito Federal e seus dependentes. Em seu mapa estratégico foram definidos: a missão "Promover assistência suplementar à saúde dos seus beneficiários em regime de autogestão e sem fins lucrativos", a visão de "Ser referência no Distrito federal em plano de saúde de forma acessível e sustentável" e valores "Ética, empatia, transparência, sustentabilidade, comprometimento, probidade e inovação".

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	1	3	0	4
Comissionados sem vínculo efetivo	102	58	0	0	160
Requisitados de órgãos do GDF	38	5	0	0	43
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	2	0	2
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	2	0	2
Outros - especificar	0	0	6	0	6
Subtotal	140	64	13	0	217
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	140	64	13	0	217

(*) **OUTROS – ESPECIFICAR:** Atualmente, o INAS conta com 06 colaboradores que realizam os serviços de Vigilância e Limpeza do Instituto, conforme contrato da SEEC de Limpeza e Vigilância.



2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	315000,0	2215000,0	1961331,00	1960851,00
0006 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-INAS- DISTRITO FEDERAL	315000,0	2215000,0	1961331,00	1960851,00
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	300000,0	255000,0	245045,51	232545,51
0095 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PES-INAS- DISTRITO FEDERAL	300000,0	255000,0	245045,51	232545,51
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	50000,0	59800,0	37921,6	37921,6
0051 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-INAS- DISTRITO FEDERAL	50000,0	59800,0	37921,6	37921,6
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	10000000,0	15110000,0	14480000,00	13240659,93
0024 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-INAS- DISTRITO FEDERAL	10000000,0	15110000,0	14480000,00	13240659,93
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	10665000,00	17639800,00	16724298,11	15471978,04

Programação Orçamentária Realizada

9001 - Execução de sentenças judiciais:

Recursos orçamentários e financeiros para despesas relativas às ações judiciais. No âmbito jurídico, as demandas apresentadas em desfavor do INAS têm como característica predominante a judicialização de questões relacionadas à saúde, especialmente envolvendo tratamento oncológicos que não estão disponíveis no rol de cobertura regulamentar, quebra de carência, cirurgias, fornecimento de Home Care, exames, terapias específicas em quantitativo maior do que os previstos nas Diretrizes de utilização do plano GDF SAÚDE - DUT e medicações de alto custo.

9050 - Ressarcimentos, indenizações e restituições de pessoal:

Recursos orçamentários e financeiros utilizados para despesas de acertos de servidores exonerados no exercício de 2025.

9093 - Outros ressarcimentos, indenizações e restituições:

Recursos destinados ao pagamento de indenização por transporte aos servidores integrantes da carreira de Auditor de Controle Interno, lotados no INAS, conforme previsto no artigo 7º da Lei nº 5.175/2013, e ao pagamento da restituição do plano odontológico do GDF.

9033 - Formação do patrimônio do servidor público:

Recursos orçamentários e financeiros utilizados para o pagamento do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público- PASEP, referente a 1% da receita mensal do INAS.



6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	20000,0	0,0	0	0
0081 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-INAS- DISTRITO FEDERAL	20000,0	0,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3636000,0	2271567,0	2271566,07	2036618,91
0092 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA-INAS- DISTRITO FEDERAL	3636000,0	2271567,0	2271566,07	2036618,91
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	100000,0	100000,0	10167,0	10167,0
0023 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA--DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,0	10167,0	10167,0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	16182000,0	11619938,0	11582662,14	10412104,25
0008 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS-INAS- DISTRITO FEDERAL	16182000,0	11619938,0	11582662,14	10412104,25
6195 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES	1108233199,0	1485188855,00	1386124950,08	1386124310,08
0007 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES-INAS- DISTRITO FEDERAL	1108233199,0	1485188855,00	1386124950,08	1386124310,08
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	505000,0	258055,0	258054,40	242567,36
0040 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INAS- DISTRITO FEDERAL	505000,0	258055,0	258054,40	242567,36
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	1128676199,00	1499438415,00	1400247399,69	1398825767,60

Programação Orçamentária Realizada

2557 - Gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação:

Recursos orçamentários e financeiros aplicados na implantação do novo sistema de gestão do Plano de Assistência Suplementar à Saúde - GDF SAÚDE, por meio da contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de apoio e gestão do Plano, sob contrato de Prestação de Serviços nº 06/2024.

2619 - Atenção à Saúde e Qualidade de Vida:

Recursos orçamentários e financeiros para projetos e ações da Comissão de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), nos termos do Decreto nº 42.375, de 09/08/2021.

3983 - Contratação de consultorias e auditorias:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Recursos orçamentários e financeiros utilizados para custear as seguintes despesas: Prestação de serviços de consultoria e assessoria atuarial para o Plano de Assistência Suplementar à Saúde - GDF SAÚDE, por meio da contratação de empresa especializada, conforme contrato nº 05/2024; Organização, implantação e funcionamento do Plano de Assistência Suplementar à Saúde - GDF SAÚDE, em regime de autogestão, por meio da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de apoio à gestão do plano e auditoria médica, conforme contratos nºs 06/2024 e 07/2024.

6195 - Concessão de plano de saúde aos servidores:

Recursos orçamentários e financeiros utilizados para custear o pagamento da rede credenciada do Plano GDF SAÚDE.

8505 - Publicidade e propaganda:

Recursos orçamentários e financeiros utilizados para custear a prestação de serviços de publicação de matérias de caráter oficial no DODF, por meio do Contrato nº 01/2023.

Programação Orçamentária não Executada

1471 - Modernização de sistema de informação:

Não houve execução dos recursos orçamentários e financeiros, no entanto, os valores foram remanejados para a ação 6195 - Concessão de plano de saúde aos servidores.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10873 - SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL - INAS	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	100,00	105,82	99,50	95,86	99,00	X	98,50	X	SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO GOVERNAMENTAL DO DISTRITO FEDERAL - SIGGO.
Justificativa: 2024 - Em virtude de crédito suplementar, no valor de R\$ 30 milhões, ter sido aprovado no final de 2024 e seus recursos financeiros efetivamente disponibilizados somente em 2025, não foi possível contar com esse montante para a execução financeira dentro do exercício de 2024. Apesar disso, iniciamos o ano de 2024 com um saldo em caixa de aproximadamente R\$ 103 milhões, o que viabilizou a quitação de despesas em valor superior às receitas arrecadadas ao final daquele exercício. Esse descompasso temporal entre a aprovação do crédito e sua disponibilidade financeira, aliado ao saldo inicial em caixa, impactou o resultado final, não sendo alcançado o índice previsto inicialmente. 2025 - O indicador registrou o patamar de 95,86% ao final de 2025. O resultado demonstra o pleno cumprimento do índice de 2025 referentes ao indicador de sustentabilidade financeira, uma vez que a razão entre a Despesa Empenhada (X1) e a Receita Arrecadada (X2) manteve-se inferior a 1 (ou 100%). Este cenário de 95,86% evidencia que o Instituto operou dentro de seus limites orçamentários, assegurando o equilíbrio fiscal e a continuidade da assistência à saúde dos servidores sem gerar passivos a descoberto. Memória de cálculo: (Despesa empenhada do PT 10.122.6203.6195.0007 / Receita Total Arrecadada no exercício)*100= (1.386.124.950,08 / 1.445.997.016,39)*100 = 95,86%													

8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	120000,0	0,0	0	0
0056 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES- INAS- DISTRITO FEDERAL	120000,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	16378387,0	17703387,0	17608592,45	17571092,45
0034 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-INAS- DISTRITO FEDERAL	16378387,0	17703387,0	17608592,45	17571092,45
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1400000,0	1170000,0	1117739,40	1117739,40
0029 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-INAS- DISTRITO FEDERAL	1400000,0	1170000,0	1117739,40	1117739,40
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	8005000,0	5322000,00	5103297,77	4675664,52
0056 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-INAS- DISTRITO FEDERAL	8005000,0	5322000,00	5103297,77	4675664,52



TOTAL - 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO	25903387,00	24195387,00	23829629,62	23364496,37

Programação Orçamentária Não Executada

4088 - Capacitação de servidores:

Não houve execução dos recursos orçamentários e financeiros, no entanto, os valores foram remanejados para a ação 6195 - Concessão de plano de saúde aos servidores.

Programação Orçamentária Realizada

8502 - Administração de pessoal:

Recursos orçamentários e financeiros utilizados para cobrir as despesas com a administração de pessoal do INAS no exercício de 2025.

8504 - Concessão de benefícios a servidores:

Recursos utilizados para a concessão de benefícios (vale-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-creche) aos servidores do INAS.

8517 - Manutenção de serviços administrativos gerais:

Recursos aplicados para custear despesas para a manutenção de serviços administrativos gerais, na locação da sede do INAS, por meio do contrato nº 001/2022, para pagamento do outsourcing de impressão, para aquisição de material de consumo e permanente.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Assistência à saúde dos servidores do Distrito Federal

No exercício de 2025, foram promovidos avanços de forma significativa na consolidação das políticas assistenciais, no aprimoramento normativo e na melhoria dos processos internos voltados à gestão do GDF SAÚDE. Entre as principais realizações, destacam-se a reformulação das diretrizes e procedimentos assistenciais e a atualização do Regulamento do GDF SAÚDE, alinhando-o ao Decreto nº 46.632, de 12 de dezembro de 2024, que regulamenta a Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006, que cria o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - INAS e dispõe sobre os princípios e diretrizes do Plano de Assistência Suplementar à Saúde - GDF SAÚDE.

A reformulação das diretrizes e procedimentos do GDF SAÚDE consistiu em um processo estruturado de revisão normativa, técnica e operacional da assistência suplementar à saúde. Esse esforço resultou na publicação da Portaria nº 107, de 24 de outubro de 2025, que alterou e republicou o Regulamento do GDF SAÚDE e na Portaria nº 109, de 29 de outubro de 2025, que dispõe sobre os valores da mensalidade.

Teve como premissa central aprimorar a coerência normativa e a clareza das diretrizes assistenciais, com foco no alinhamento técnico às normas de saúde suplementar, às políticas nacionais de saúde mental, ao Sistema Nacional de Transplantes, bem como à normatização de linhas de cuidado e de programas de prevenção de doenças e promoção da saúde. O objetivo principal foi fortalecer a segurança jurídica, otimizar a execução assistencial e assegurar a sustentabilidade econômico-financeira do modelo, sem qualquer redução dos direitos assistenciais já garantidos aos beneficiários.

A execução da ação compreendeu as seguintes etapas:

- análise documental: exame do regulamento anterior, portarias internas, normativos federais e orientações da ANS e do SNT, com foco em identificar lacunas, redundâncias e potenciais conflitos normativos.

- mapeamento de inconsistências operacionais: levantamento de fragilidades a partir de manifestações da rede prestadora, auditorias assistenciais, processos administrativos, reclamações de usuários e litígios judiciais.



- avaliação técnica intersetorial: atuação integrada das áreas de Regulação, Auditoria e Apoio Técnico Institucional, responsáveis por subsidiar tecnicamente a revisão e propor ajustes normativos.

- consolidação e revisão normativa: elaboração da minuta consolidada, incluindo revisão textual, análise de impacto regulatório, compatibilização com o Decreto nº 46.632, de 12 de dezembro de 2024 e validação jurídica.

- tramitação, deliberação e aprovação formal: manifestação jurídica, deliberação pelo Conselho de Administração do INAS.

A reformulação das diretrizes proporcionou ganhos estruturantes para o plano, entre os quais destacam-se:

- precisão normativa ampliada: reduzindo margens de interpretação e fortalecendo a transparência sobre coberturas, exclusões e responsabilidades do GDF SAÚDE.

- definição técnica clara das obrigações assistenciais: alinhada à legislação de saúde suplementar, às políticas nacionais de saúde mental e às diretrizes do Sistema Nacional de Transplantes, preservando integralmente os direitos dos beneficiários.

- harmonização normativa interna: assegurando coerência entre o Regulamento do GDF SAÚDE, o Decreto nº 46.632, de 12 de dezembro de 2024 e atos normativos complementares.

- elevação da segurança jurídica: trazendo previsibilidade para beneficiários, prestadores e áreas internas do Instituto.

- contribuição direta à sustentabilidade econômico-financeira: ao evitar ampliações indevidas de cobertura e aprimorar os critérios técnico-assistenciais que orientam a gestão responsável dos recursos.

Além disso, ao longo do ano de 2025, foram desenvolvidos instrumentos operacionais complementares, dentre os quais se destaca a elaboração e publicação do Manual de Regulação e Auditoria. O documento consolida diretrizes técnico-assistenciais, critérios operacionais e fluxos internos, contribuindo para a padronização de procedimentos, a qualificação da interlocução com a rede prestadora e o aprimoramento da eficiência regulatória do GDF SAÚDE.

Houve, ainda, avanços na padronização dos fluxos, no fortalecimento da segurança jurídica e na modernização dos instrumentos de regulação e auditoria. Foram implementadas ações estratégicas direcionadas à sustentabilidade do modelo assistencial, especialmente por meio da revisão normativa que culminou na publicação da Portaria nº 107, de 24 de outubro de 2025, que altera e republica o Regulamento do Plano de Assistência Suplementar à Saúde – GDF SAÚDE, bem como da Portaria nº 109, de 29 de outubro de 2025, que dispõe sobre os valores da mensalidade dos beneficiários do GDF SAÚDE e dá outras providências.

A carteira de beneficiários alcançou 104.447 vidas em 2025, representando crescimento de 2,40% em relação a 2024, evidenciando uma expansão orgânica e contínua da adesão ao GDF SAÚDE.

O GDF SAÚDE manteve trajetória de crescimento, com incremento contínuo do número de beneficiários e aprimoramento dos instrumentos de regulação, auditoria e gestão assistencial. O aumento de 2,4% em 2025 demonstra estabilidade da carteira e evidencia potencial de expansão, a depender da evolução das tratativas com novos órgãos e da consolidação dos requisitos legais e operacionais necessários à adesão institucional.

Em 2025, foi lançado o serviço de telemedicina. A nova ferramenta amplia a eficiência no cuidado com a saúde, melhora a qualidade do atendimento e garante mais praticidade aos usuários.



Foto: Telemedicina.



Principais benefícios do serviço:

- Atendimento 24 horas, em clínica geral e pediatria;
- Prescrição digital de receitas, atestados e pedidos de exames;
- Menor exposição a ambientes hospitalares e riscos de contaminação;
- Flexibilidade de horários, adaptada à rotina dos pacientes.

Implantação e aperfeiçoamento de fluxos de processos internos

• No âmbito dos processos internos de gestão de pessoas, gestão documental, tecnologia da informação e comunicação, aquisições e contratações, administração de material e patrimônio, apoio jurídico e o apoio logístico do Instituto, foram implementados ou aperfeiçoados os fluxos de processos internos:

- Fluxo de alteração de Contas Bancárias dos Credenciados;
- Fluxo de procedimento para operacionalização do Plano de Capacitação do Inas;
- Fluxo de pagamento de Contas Fora do Prazo regulamentar;
- Fluxo para análise das candidaturas ao Edital de Credenciamento 01/2024;
- Fluxo de comunicados/documentos dirigidos aos beneficiários e prestadores;
- Fluxo de Regulação de OPME; Fluxo de Tramitação de Processos SEI de Assuntos;
- Fluxo interno para processos de nomeação e exoneração em cargos em comissão;
- Fluxo para Contratação Direta de Demandas Judiciais com Empresas Pré-qualificadas - Edital de Credenciamento nº 01/2024;
- Fluxo de aplicação de penalidades de fornecedores/prestadores;
- Desenvolvimento e revisão de teses defensivas com base na jurisprudência consolidada nas Notas Informativas, para subsidiar a atuação da Procuradoria-Geral do Distrito Federal-PGDF;
- A articulação institucional junto aos magistrados para ajustar prazos e reduzir aplicação de multas, o apoio técnico à PGDF na atuação judicial de alto impacto e a proposição de revisão normativa para reduzir ambiguidade interpretativa.

Ações de sensibilização e eventos promovidos

- Oficina "Promovendo a Saúde Mental no Trabalho" com as psicólogas Beatriz Martins e Allana Karolina;
- Ginástica Laboral para Colaboradores do INAS - Realizada em todas as unidades - Conduzida por Renato Pinheiro, educador físico;
- Palestra sobre Coloração Pessoal - Palestra ministrada por Aline Castro para as servidoras do INAS;
- Dia da Saúde da Mulher - Ação especial destinada a todas as servidoras, em encerramento da Semana da Mulher, oferecendo serviços gratuitos voltados à saúde e ao bem-estar feminino;
- Ação Dia das Mães 2025 - Todas as servidoras - Liberação miofascial e auriculoterapia oferecidas pelos parceiros da rede credenciada;
- Vacinação para os Colaboradores do INAS - Ação de vacinação destinada aos servidores, estagiários e profissionais terceirizados;



- Curso "Inteligência Artificial no Setor Público" - Primeira turma do curso presencial "Inteligência Artificial para o Setor Público", realizado na sede do Instituto, em parceria com a Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV);
- Premiação Corrida Contra o Frio - Participação de todos os servidores;
- Arraiá do INAS - Evento destinado a todos os servidores;
- Outubro Rosa – Conscientização sobre o Câncer de Mama
- Todas as servidoras – Bioimpedância, aferição de glicemia e entrega de lembranças;
- GDF Saúde – 5 anos - INAS em Movimento: Saúde e Bem-Estar no Trabalho. Atividade realizada com prestadores credenciados do plano, oferecendo uma manhã de ações relaxantes e de cuidado com a saúde, proporcionando um momento de pausa e atenção ao bem-estar dos servidores - Participação Todos os servidores;
- Novembro Azul – Palestra de Conscientização sobre a Saúde do Homem. Palestra ministrada pelo Dr. Eduardo Augusto de Ara.
- Curso "Assédio na Administração Pública – Combate e Prevenção", realizado em turma fechada para os servidores do INAS, em parceria com a Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV).

Serviço de ouvidoria seccional do INAS

A Ouvidoria Seccional INAS, cujo suas atribuições estão estabelecidas no Artigo 19, do Decreto nº 36.462/2015, realizou 4.786 (quatro mil, setecentos e oitenta e seis) atendimentos, sendo a grande maioria por meio do site Participa-DF.

Além das demandas registradas na plataforma, foram recebidos 163 (cento e sessenta e três) pedidos de informação, nos termos da Lei Distrital nº 4.990/2012, cumprindo uma média de 17 dias para nas respostas.

Reconhecimentos e homenagens recebidos pelo INAS

Em 2025, o INAS recebeu 3 homenagens:

Índice de Transparência – ITA: pelo 4º ano consecutivo, o INAS foi homenageado pela Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF), em reconhecimento pelo atingimento de 100% no Índice de Transparência - ITA que avalia o atendimento aos requisitos da Lei de Acesso à Informação – LAI;	 Foto: Reconhecimento ITA.
Prêmio Alto Nível: pelo terceiro ano consecutivo, o INAS foi homenageado na categoria Ouro, alcançando o primeiro lugar concedido pela Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF). Esse reconhecimento deve-se ao atendimento integral (100%) das recomendações de auditoria emitidas pela CGDF;	 Foto: Prêmio Alto Nível.
Selo Acessibilidade: pela 2ª vez consecutiva, o INAS recebeu homenagem da Controladoria-Geral do Distrito Federal pela realização de ações voltadas à acessibilidade realizadas pelas ouvidorias integrantes da rede de ouvidorias do GDF;	 Foto: Selo de Acessibilidade.
Ouvidoria Destaque: reconhecimento destinado às ouvidorias seccionais que demonstraram trabalho de excelência em suas atividades.	 Foto: Ouvidoria Destaque.



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O exercício de 2025 representou um período de consolidação normativa e fortalecimento institucional, estabelecendo bases sólidas para a execução, expansão e qualificação do GDF SAÚDE nos próximos exercícios. Houve o fortalecimento da capacidade de gestão assistencial, aprimoramento da governança regulatória e melhoria dos fluxos, do monitoramento da rede prestadora e da qualidade das análises técnico-assistenciais realizadas no âmbito do GDF SAÚDE.

As perspectivas para 2026 são positivas e orientadas à consolidação institucional e ao fortalecimento da qualidade assistencial. Entre as prioridades previstas para o próximo exercício, destacam-se o aprimoramento dos fluxos assistenciais e da integração de dados, com foco na rastreabilidade, estabilidade e confiabilidade das informações; fortalecimento dos mecanismos de regulação e auditoria, incluindo a ampliação de protocolos assistenciais e diretrizes de utilização; avanços na automatização de processos e governança digital, reduzindo retrabalho e aumentando a eficiência operacional; qualificação e expansão da rede assistencial, priorizando especialidades estratégicas e melhoria da capilaridade da oferta; desenvolvimento e implementação de linhas de cuidado prioritárias, especialmente em áreas de alta demanda como saúde mental, condições crônicas, saúde materno-infantil e atenção ao idoso; implantação de programas de prevenção de doenças e promoção da saúde, alinhados às diretrizes de atenção primária, com foco em detecção precoce, controle de fatores de risco e educação em saúde; ampliação de instrumentos de monitoramento assistencial, incluindo indicadores de desempenho, dashboards gerenciais e análises preditivas para suporte à tomada de decisão; consolidação do Manual de Regulação e Auditoria como ferramenta estruturante, reforçando a padronização operacional e a qualificação do relacionamento com a rede prestadora; entre outras ações institucionais.



19213 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev-DF foi instituído como órgão gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF, nos termos da Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008. Trata-se de autarquia em regime especial, com personalidade jurídica de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

O Iprev-DF tem por finalidade captar, gerir e capitalizar os recursos necessários à garantia do pagamento dos benefícios previdenciários atuais e futuros dos segurados e de seus dependentes, por meio de uma gestão participativa, transparente, eficiente e eficaz, pautada pela credibilidade institucional e pela excelência no atendimento.

Dentre suas competências está, ainda, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS/DF, abrangendo a arrecadação das contribuições previdenciárias, a administração dos recursos financeiros e previdenciários, bem como a concessão, o pagamento, a manutenção e a revisão dos benefícios previdenciários, em consonância com a legislação aplicável e voltados ao equilíbrio financeiro e atuarial.

Em 2017, foi publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 43, de 3 de outubro de 2017, a Lei Complementar nº 932, de 3 de outubro de 2017, que estabeleceu as diretrizes para a reorganização do regime de custeio do plano de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF. Referida norma promoveu a unificação dos antigos fundos previdenciários então existentes: o Fundo Financeiro, estruturado sob o regime de repartição simples; e o Fundo Previdenciário, organizado sob o regime de capitalização, em um único Fundo Financeiro, destinado a abarcar todos os servidores públicos efetivos então vinculados ao RPPS/DF.

Ademais, a Lei Complementar nº 932/2017 instituiu um novo Fundo Capitalizado, destinado aos servidores que ingressaram no serviço público do Distrito Federal a partir de março de 2019, os quais passaram a submeter-se a regras previdenciárias distintas daquelas aplicáveis aos servidores antigos. Diferentemente do cenário anterior, em que a segregação de massas se baseava exclusivamente na data de ingresso do servidor, embora submetidos às mesmas regras previdenciárias, o novo modelo passou a estabelecer distinção efetiva entre os fundos, fundada em regimes e regras previdenciárias materialmente diferentes.

A organização e o custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF têm sido objeto de sucessivas atualizações normativas, com vistas ao fortalecimento do equilíbrio financeiro e atuarial do sistema e ao aprimoramento de sua governança. Desde a Lei Complementar nº 769/2008, que instituiu as bases do regime previdenciário dos servidores do Distrito Federal, o modelo vem sendo gradualmente aperfeiçoado por meio de leis complementares que ajustaram a estrutura dos fundos, os critérios de segregação de massas e as regras previdenciárias aplicáveis.

Nesse contexto, a Lei Complementar nº 932/2017 promoveu uma profunda reorganização do RPPS/DF ao unificar os antigos fundos previdenciários então existentes em um único Fundo Financeiro, destinado aos servidores efetivos vinculados até então, bem como ao instituir um novo Fundo Capitalizado para os servidores que ingressaram no serviço público a partir de março de 2019, já submetidos a regras previdenciárias distintas. Posteriormente, a Lei Complementar nº 1.013/2022 promoveu ajustes relevantes no regime, alinhando-o às diretrizes constitucionais e às boas práticas de sustentabilidade previdenciária.

Mais recentemente, a Lei Complementar nº 1.051/2025 representa mais um avanço no processo contínuo de aprimoramento do RPPS/DF, ao consolidar medidas voltadas ao fortalecimento institucional, à segurança jurídica e à sustentabilidade do sistema previdenciário distrital. O normativo reafirma o compromisso do Distrito Federal com a gestão responsável dos recursos previdenciários, promovendo maior clareza normativa, estabilidade



das regras e alinhamento às exigências legais e atuariais, em benefício dos servidores e da perenidade do regime.

Não é, contudo, despidendo destacar, ainda, que a reforma da previdência, instituída pela Emenda Constitucional nº 103, de 13 de novembro de 2019, impôs a necessidade de adequações significativas nos arcabouços legais dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, com o objetivo de assegurar a proteção dos segurados e a sustentabilidade financeira e atuarial dos sistemas previdenciários.

Nesse contexto, foi editada a Lei Complementar nº 970, de 8 de julho de 2020, que estabeleceu a elevação das alíquotas de contribuição previdenciária, tanto dos servidores quanto da contribuição patronal, em atendimento à exigência constitucional de que as alíquotas dos RPPS não sejam inferiores às aplicáveis ao Regime Próprio da União. A implementação dessa medida resultou em impacto positivo relevante na redução do déficit atuarial, estimado em aproximadamente 13%, conforme evidenciado pela comparação entre a avaliação atuarial de 2020, que apontava um déficit total de R\$ 350.648.662.513,68, e a avaliação atuarial de 2021, cujo déficit foi reduzido para R\$ 310.259.774.991,10, exercício em que a referida lei entrou em vigor.

BASE LEGAL

- Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.
- Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003. Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX, do 53º, do art. 142, da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, e dá outras providências.
- Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005. Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.
- Lei Federal nº 9.717, de 27/11/1998. Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos regimes dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 1.051, de 1/10/2025. Altera a Lei Complementar nº 932, de 03 de outubro de 2017, e dá outras providências, com fundamento no art. 52 da Lei Complementar nº 932, de 3 de outubro de 2017.
- Lei Complementar nº 1.013, de 21/07/2022. Altera a Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, e dá outras providências, com fundamento no art. 52 da Lei Complementar nº 932, de 3 de outubro de 2017.
- Lei Complementar nº 769, de 30/06/2008. Reorganiza e unifica o regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 790, de 05/12/2008. Altera a Lei Complementar nº 769, de 30/06/2008 que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 818, de 12/11/2009. Altera a Lei Complementar nº 769, de 30/06/2008 que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 840, de 23/12/2011. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais.
- Lei Complementar nº 899, de 30/09/2015. Modifica, temporariamente, a contribuição patronal para o Fundo Previdenciário do Distrito Federal e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 932, de 03/10/2017. Institui o Regime de Previdência Complementar do Distrito Federal, reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, previsto no art. 40, SS 14 a 16, da Constituição Federal, e altera a Lei Complementar nº 769, de 30/06/2008 que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 970, de 08/07/2020. Estabelece regras do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, de acordo com a Emenda Constitucional nº 103/2019.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

• Instrução Normativa nº 01, de 26 de dezembro de 2024, que dentre outras coisas, regulamenta a alteração na forma do pagamento referente ao 13º salários dos Servidores aposentados e pensionistas no âmbito do Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	5	6	26	24	61
Comissionados sem vínculo efetivo	53	28	0	0	81
Requisitados de órgãos do GDF	20	20	0	0	40
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	0	0	0	1
Estagiários	0	0	10	12	22
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	2	0	2
Outros - especificar	0	0	0	2	2
Subtotal	79	54	38	38	209
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	79	54	38	38	209

Obs: Servidores de Força de Trabalho classificados como "Outros" são cedidos mediante convênio com a CODEPLAN

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO	150000,0	150000,0	0	0
0052 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO--DISTRITO FEDERAL	150000,0	150000,0	0	0
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	5842103,0	32842103,0	32324901,78	32324901,78
0014 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-FUNDO FINANCEIRO - EXECUTIVO-DISTRITO FEDERAL	5642103,0	32642103,0	32324661,25	32324661,25
0015 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DO FUNDO FINANCEIRO CLDF-DISTRITO FEDERAL	50000,0	50000,0	0	0
0016 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DO FUNDO FINANCEIRO TCDF-DISTRITO FEDERAL	50000,0	50000,0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0017 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS- DA SECRETARIA DE SAÚDE DO FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	50000,0	50000,0	240,53	240,53
0018 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS- DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	50000,0	50000,0	0	0
9004 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL	6621858878,0	7416985477,00	6352790620,22	6338286578,88
0001 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL--FUNDO FINANCEIRO- DISTRITO FEDERAL	2902639647,0	2691924858,00	2673411100,34	2669420750,34
0002 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA CÂMARA LEGISLATIVA - FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	202107157,0	187107157,0	172323629,77	172323629,77
0003 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS - FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	302621877,0	324813311,0	286590373,01	285808331,67
0004 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-FUNDO FINANCEIRO SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	1197000000,0	1257062108,0	1083542151,64	1080079551,64
0005 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-FUNDO FINANCEIRO EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	1522258746,0	2470846592,00	2082449322,18	2076180272,18
0007 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA DEFENSORIA PÚBLICA - FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	63232185,0	53232185,00	53232183,53	53232183,53
0008 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-INATIVOS E PENSIONISTAS DO NOVO FUNDO CAPITALIZADO-DISTRITO FEDERAL	431999266,0	431999266,0	1241859,75	1241859,75
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	914563,0	914563,0	148066,49	146324,48
0005 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-FUNDO GARANTIDOR - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,0	0	0
0006 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF- DISTRITO FEDERAL	814563,0	814563,0	148066,49	146324,48
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	130000,0	130000,0	0	0
0122 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	130000,0	130000,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	3550000,0	6950000,0	5526260,48	5465126,63
0032 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-DO FUNDO FINANCEIRO CLDF-DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,0	59,4	59,4
0033 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-DO FUNDO FINANCEIRO TCDF-DISTRITO FEDERAL	150000,0	150000,0	0	0
0034 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-DA SECRETARIA DE SAÚDE DO FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	250000,0	800000,0	718496,90	718496,90



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0036 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	150000,0	750000,0	593409,63	593409,63
0037 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	2900000,0	5150000,0	4214294,55	4153160,70
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	100000,0	100000,0	0	0
0045 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,0	0	0
9130 - RESERVA ORÇAMENTARIA DF	43617216,0	43617216,0	0	0
0001 - RESERVA ORÇAMENTARIA DF - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS - DISTRITO FEDERAL	43617216,0	43617216,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	6676162760,00	7501689359,00	6390789848,97	6376222931,77

Ação 9001 Execução de Sentenças judiciais, compreende cumprimento de decisões judiciais transi ada sem julgado. Foram pagos 2.773 processos, proveniente de revisão de aposentadoria e recalcule e diferença do índice de reajuste da pensão civil, RPV (Requisição de Pequeno Valor) e Outros, no montante empenhado de R\$ 32.324.901,78 (trinta e dois milhões, trezentos e vinte e quatro mil novecentos e um reais e setenta e oito centavos);

Ação 9004 Encargos Previdenciários do DF, compreende a execução de pagamento dos benefícios previdenciários do Fundo Financeiro UG 320203 e Capitalizado - UG 320206 da Folha de Pagamento de Inativos e Pensionistas do Poder Executivo, Secretarias de Saúde e Educação, Defensoria Pública e Câmara Legislativa e Tribunal de Contas do DF . Total empenhado R\$ 6.338.286.578,88 (seis bilhões, trezentos e trinta e oito milhões, duzentos e oitenta e seis mil quinhentos e setenta e oito reais e oitenta e oito centavos) ;

Ressalto os Programas de Trabalho destinados as Secretarias de Educação, subtítulo 0005 e Secretaria de Saúde subtítulo 0004, são pagos com parte dos recursos financeiros do IPREVDF e parte dos recursos oriundos do FUNDO CONSTITUCIONAL, de acordo com a programação financeira da Subsecretaria do Tesouro do DF.

Ação 9033 Formação do Patrimônio do Servidor Pública compreende o pagamento do PASEP no percentual de 1% incidente sobre a arrecadação, no montante de R\$ 146.324,48 (cento e quarenta e seis mil trezentos e vinte e quatro reais e quarenta e oito centavos) , tendo como base de cálculo em cima da Folha de ativos do IPREV. Em atendimento a Decisão Tribunal Regional Federal d, 1 0 Região, PRO CESSO 1001151 10.2020.4.01.0000 PROCESSO REFERENCIA: 102721 conforme 54.2019.4.01.3400, onde suspende at julgamento final por deixarem de recolher o PASEP sobre receitas advindas de contribuições previdenciárias, sejam patronais ou de servidores, aposentados e pensionistas, bem como pela dedução de transferências e repasses efetuados para o IPREV, ou quaisquer outras verbas destinadas ao custeio do RPPS do ente federado";

Ação 9050-Ressarcimentos, Indenizações e Restituições compreende os gastos com pessoa físicas e jurídicas, na forma de acertos de contas subsídios, subvenções, auxílios, devolução de Compensação Previdenciária entre Regimes, indenizações, ressarcimentos de proventos de inativos e pensionistas encargos de dívidas, compensações financeiras, dentre outras. Foram pagos 374 processos, no montante total de R\$ 5.465.126,63 (cinco milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil cento e vinte e seis reais e sessenta e três centavos) ;

Informações Complementares sobre o Déficit Financeiro e Orçamentário do Fundo Financeiro no exercício de 2025.



- Considerando o Acórdão nº1895/2019 TCU e o Acórdão nº1077/202025 TCU (191480559) que resume-se em “zerar” a utilização do FCDF para pagamento de Inativos e Pensionistas das áreas de Saúde e Educação, no período de 10 anos, a partir de 2025;

- Considerando a Instrução Normativa nº 01 de 26 de dezembro de 2024 , que dentre outras coisas , regulamenta a alteração na forma do pagamento referente ao 13º salários dos Servidores aposentados e pensionistas no âmbito do DF, assim impactando na arrecadação mensal nas fontes previdenciárias do IprevDF, contudo deixamos de arrecadar mensalmente estimado em R\$ 24 milhões;

- Considerando a estimativa de arrecadação lançada na LOA de 2025 (191484760) referente a Fonte 233 - Compensação Previdenciária no valor de R\$ 690.157.352,00 , ocorreu que durante o exercício de 2025 essa estimativa foi sendo frustrada e somente foi efetivamente arrecadado o valor de R\$ 314.570.702,54 , tendo como diferença R\$ - **375.586,649,46** .

- Considerando que na folha de competência do mês de Julho/2025, que foi pago em agosto/2025, ocorreu um aumento considerável nas Folhas de Inativos e Pensionistas do GDF, devido ao pagamento da última parcela do reajuste de 6% aos servidores;

Para amenizar esse déficit Financeiro foram tomadas algumas providências , tais como:

- Lei Complementar nº 1.051 de 01 de outubro de 2025 , onde altera a Lei Complementar nº 932 de 03 de outubro de 2017 , fica o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - Iprev/DF autorizado, a partir do exercício financeiro de 2025, a utilizar até 100% do resultado mensal da rentabilidade líquida da carteira de ativos do Fundo Solidário Garantidor – FSG para o pagamento de aposentadorias e pensões vinculadas ao Fundo Financeiro de Previdência Social e ao Fundo Capitalizado dos Servidores do Distrito Federal, ambos do RPPS/DF. Diante disso foram transferidos do Fundo Solidário Garantidor para o Fundo Financeiro o montante de R\$ 558.406.587,74 (quinhentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e seis mil quinhentos e oitenta e sete reais e setenta e quatro centavos) de Fonte 267 - Rendimentos de Renumeração, Fonte 278 - Juros capital próprio e Fonte 261 - Dividendos

- Aporte de Fonte 100 tesouro no montante de R\$ 194.670.391,28, considerando o valor já descontado referente a solicitação de Recomposição de fonte 100 para a Secretaria de Economia do DF , informações contidas nos autos do Processo 04044-00054019/2025-69;

- Após análise da execução Financeira e Orçamentaria dos valores apresentados acima , conclui-se que durante o exercício de 2025 a partir do mês de abril de 2025 , apresentamos o quadro acima com o detalhamento das Despesas x Receitas , um déficit de 956 milhões que foi amenizado após os aportes do FSG e Fonte 100 e mesmo assim apurou-se um déficit de 187 milhões que foi coberto por saldo de caixa nas contas do Instituto devido a grande utilização de recursos do Fundo Constitucional no exercício de 2024 .

Programação Orçamentaria não Realizada

Ação 9127 Conversão de Licença Premio em Pecúnia servidor Ativo, não houve demanda parte do Instituto

Ação 9041 Conversão Licença Premio Pecúnia servidor Inativo , não houve demanda parte do Instituto

Ação 9033 Formação do Patrimônio do Servidor Publico FSG, substituto 0005, Ressalto que Pasep está sendo pago somente sobre a UG 320201 Taxa de Administração, referente a Folha de Ativo

Ação 9093 - Outros Ressarcimentos , não houve demanda parte do Instituto

Ação 9050 - Execução de Sentença

subtitulo -0015 , 0016 , 0018 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS , não houve demanda por parte dos Órgãos de Origem



6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	2010000,0	2010000,0	0	0
0004 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA - DISTRITO FEDERAL	2010000,0	2010000,0	0	0
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	2010000,00	2010000,00	0,00	0,00

Ação 2619 - Atenção a Saúde e Qualidade de Vida , não houve demanda por parte do Instituto.

6217 - DF MAIS SEGURO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	140900,0	140900,0	61208,34	55208,34
0023 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SERVIDORES DO DF - IPREV-DISTRITO FEDERAL	140900,0	140900,0	61208,34	55208,34
TOTAL - 6217 - DF MAIS SEGURO	140900,00	140900,00	61208,34	55208,34

Ação 2426 - Compreende Assistir e Ressocializar Sentenciados através do Contrato celebrado com a Funap, que pode ter até 4 sentenciados contratados , foram gastos R\$ 61.208,34 (sessenta e um mil duzentos e oito reais e trinta e quatro centavos)

8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	3428688,0	3428688,0	0	0
0039 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	3428688,0	3428688,0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	340000,0	340000,0	275820,0	275820,0
0026 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	340000,0	340000,0	275820,0	275820,0
6057 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	407600,0	407600,0	0	0
0005 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL--DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	407600,0	407600,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	29400000,0	29400000,00	20508278,09	20109518,09



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0032 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	29400000,0	29400000,00	20508278,09	20109518,09
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	7395796,0	15395796,00	11969963,51	11938803,51
0026 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF- DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	4029473,0	4029473,0	1158318,40	1127158,40
0027 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES-LC 840/2011-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	3366323,0	11366323,00	10811645,11	10811645,11
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	30341809,0	30341809,00	7204531,00	6961451,01
0053 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF- DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	28131809,0	28131809,0	6758638,90	6549558,91
0137 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-BENS E IMÓVEIS DO FUNDO GARANTIDOR- DISTRITO FEDERAL	2210000,0	2210000,00	445892,10	411892,10
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	7793232,0	7793232,0	48777,15	48777,15
0037 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF- DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	7793232,0	7793232,0	48777,15	48777,15
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	1500000,0	1500000,0	404463,68	342846,72
0028 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-- INSTITUTO PREVIDÊNCIA SERVIDORES DF- DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1500000,0	1500000,0	404463,68	342846,72
TOTAL - 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO	80607125,00	88607125,00	40411833,43	39677216,48

Ação 4088 Capacitação de Servidores Compreende no pagamento de inscrição de servidores do IPREV em congressos, treinamentos, capacitação de Servidores Ativos , Conselheiros de Jetom de Administração e Fiscal, bem como ressarcimento de certificação a servidores Ativos, no montante de R\$ 275.820,00 (duzentos e setenta e cinco mil oitocentos e vinte reais) ;

Ação 8502 Administração de Pessoal, compreende gastos com remuneração do pessoal ativo e encargos sociais. A Folha de Pagamento dos servidores e elaborada, mensalmente, por meio do Sistema único de Gestão de Recursos Humanos SIGRH, incluindo os grupos de RPPSe RPPS RGPS e Capitalizad(totalizando o exercício com 184 servidores, empenhado montante de R\$ 20.508.278,09 (vinte milhões, quinhentos e oito mil duzentos e setenta e oito reais e nove centavos) ;

Ação 8504 Concessão de Benefícios a Servidores Ativos do IPREVDf Compreende gastos com pagamentos de benefícios de auxílios creche, auxílios transporte, alimentação, Funeral e outros contidos na Folha de pagamento de Ativo.



Subtítulo 0026: Auxílio Transporte, Auxílio Alimentação, Creche, dentre Outros, pagos a Servidores Ativo do IPREVDF, no montante de R\$ 1.158.318,40 (um milhão, cento e cinquenta e oito mil trezentos e dezoito reais e quarenta centavos)

Subtítulo 0027: Auxílio Funeral, conforme preceitua o artigo 97 da Lei Complementar N 0 840/2011, foram pagos o montante de R\$ 10.811.645,11 (dez milhões, oitocentos e onze mil seiscentos e quarenta e cinco reais e onze centavos), equivalente a 840 auxílios concedidos as famílias dos servidores aposentados.

Ação 8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais Subtítulo 0053 Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, compreende despesas administrativas para Manutenção do Instituto, tais como: contratos de aluguel de imóvel, condomínio, telefonia fixa movel, taxas e impostos, custeio de diárias de viagem a serviço, serviços prestados por terceiros Pessoa Física e Jurídica, aquisição de material de consumo e permanente, foram empenhados o montante de R\$ 6.758.638,90 (seis milhões, setecentos e cinquenta e oito mil seiscentos e trinta e oito reais e noventa centavos) ;

Subtítulo 0137 Manutenção de Bens e Imóveis do Fundo Solidário Garantidor compreende a manutenção dos Imóveis de propriedade do Fundo Solidário Garantidor do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, tais como: despesas condominiais, (taxas ordinárias e extras), Limpeza dentre outros, foram empenhados o montante de R\$ 445.892,10 (quatrocentos e quarenta e cinco mil oitocentos e noventa e dois reais e dez centavos);

Ação 2557 Gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação compreende na aquisição de material de informática , no montante de R\$ 48.777,15 (quarenta e oito mil setecentos e setenta e sete reais e quinze centavos)

Ação 8505 Publicidade e Propaganda, compreende as despesas prestação de serviços de publicidades institucionais e matérias oficiais em Diário Oficial do Distrito Federal, junto a Subsecretaria de Atos Oficiais da Casa Civil do Distrito Federal, foram empenha dos o montante de R\$ 404.463,68 (quatrocentos e quatro mil quatrocentos e sessenta e três reais e sessenta e oito centavos);

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTARIA NÃO REALIZADA

Ação 1471 Modernização de Sistema de Informação, não houve demanda por parte do Instituto

Ação 6057 Realização de Atividades de Comunicação Social, não houve demanda por parte do Instituto

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - Iprev-DF, por intermédio da Diretoria de Governança, Projetos e Compliance, propôs a execução, para o ano de 2025, de 22 projetos de grande relevância para a organização institucional da Autarquia Previdenciária.

A execução desses Projetos Estratégicos é realizada pelas áreas técnicas com a finalidade de aprimorar a gestão previdenciária. Desses, 9 metas compuseram o Plano Anual de Atividades que é um contrato de gestão celebrado pela Diretoria Executiva e o Conselho de Administração, nos termos do art. 93-A, da Lei Complementar n 0 769/2008. Das metas informadas, obteve-se êxito a conclusão de 15 projetos com entrega de 100% do escopo de produto pactuado, 1 cancelado em razão da perda do objeto e 1 foi concluído parcialmente, virando, automaticamente, projeto para execução em 2026; e 5 projetos viraram ações ordinárias a serem executadas pelas áreas técnicas.

É importante destacar que a proposição, execução dos projetos e entrega dos objetos convencionados está intrinsecamente relacionada ao aprimoramento das melhores técnicas da gestão previdenciária, o que possibilita o auxílio ao planejamento direcionado das ações no âmbito do Iprev-DF, proporcionando celeridade, maior transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade e a consecução de sua missão institucional, resguardando, portanto, o interesse público, norteador-se, sempre necessário, pelo Manual do Pró-Gestão.



Outra ação de elevada relevância e impacto estratégico para o desenvolvimento institucional do Iprev-DF foi a conquista, no primeiro semestre de 2025, do Nível IV do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (Pró-Gestão RPPS), com o cumprimento integral das 24 ações previstas, correspondendo a 100% de aderência, consolidando-se como referência em excelência, modernização e boas práticas de gestão previdenciária. Como resultado desse processo evolutivo, a Autarquia foi habilitar a atuar no mercado financeiro na condição de Investidor Profissional RPPS.

A Certificação, com validade de 3 (três) anos, passará por auditoria de revisão anualmente a fim de garantir a excelência na gestão.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Algumas metas do Plano Anual de Atividades foram, em razão da impossibilidade de entrega para o ano pactuado, automaticamente inseridas no portfólio de metas para o ano de 2026.

Então, nos termos já propostos e cancelados pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, no âmbito e limite de suas competências regimentais, o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - Iprev-DF, por intermédio da Diretoria de Governança, Projetos e Compliance, propôs a execução de aproximadamente 12 projetos estratégicos, restando pendente a pactuação de contrato de gestão com o Conselho de Administração para definir as metas comporão o Plano Anual de Atividades para 2026.

Tem-se ainda, o Plano Estratégico Institucional 2026–2030 estabelece as diretrizes, objetivos estratégicos e prioridades do Iprev-DF para o médio prazo, orientando a atuação institucional de forma integrada, sustentável e alinhada à missão legal de gestão do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal. O PEI foi concebido como instrumento de direcionamento estratégico, voltado ao fortalecimento da governança, à melhoria contínua dos processos, à mitigação de riscos institucionais, ao aprimoramento da gestão previdenciária e à geração de valor público para os segurados e para a Administração.

O planejamento contempla eixos estratégicos relacionados à governança e integridade, à gestão por resultados, à sustentabilidade financeira e atuarial, à modernização administrativa e à transformação digital, definindo objetivos claros, indicadores de desempenho e iniciativas estratégicas que servirão de referência para os planos anuais de ação.



19214 - SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A - SAB foi criada em 1962, pela Prefeitura do Distrito Federal, como empresa pública. Em 1966, foi transformada em Sociedade Anônima de Direito Privado, sendo assim, regida pelas Leis nº 4.545/64 e 6.404/76.

De acordo com o seu Estatuto Social, a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A - SAB tem a finalidade de participar da execução de políticas de abastecimento, apoiar o desenvolvimento agropecuário e agroindustrial, do Distrito Federal e sua região geoeconômica, prestar serviços e fornecer gêneros alimentícios e outros produtos de sua linha de comercialização a pessoas jurídicas de direito público interno, e tem por objeto:

I - A comercialização de gêneros alimentícios e de outros produtos e materiais determinados por demanda de mercado e/ou finalidade social;

II - A prestação de serviços, dentro da sua área de atuação, coordenando e/ou executando programas;

III - A industrialização de gêneros e produtos destinados à consecução de seus objetivos;

IV - Agir como instrumento regulador de mercado, no que tange a demanda e a oferta de produtos essenciais ou em carência, assim como servir supletivamente áreas desprovidas de abastecimento ou insuficientemente atendidas pela iniciativa privada;

V - Executar Programas, individualmente ou em parceria, estimulando, apoiando e/ou executando projetos que viabilizem a auto sustentação dos pequenos produtores, buscando a melhoria da qualidade de vida no meio rural;

VI - Prestar assessoramento técnico ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, com referência aos assuntos voltados para o abastecimento.

Em 1998, por determinação do Governo do Distrito Federal, a Empresa iniciou o processo de paralisação de suas atividades comerciais. Todavia, somente em 10 de outubro de 2000, a Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas deliberou pela liquidação da Empresa, que passou a ser denominada SAB - Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A - Em Liquidação. Inicialmente, foram adotadas as medidas previstas nos Artigos 210 e 219 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Em 2002, por intermédio da Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, a Câmara Legislativa autorizou o Governo do Distrito Federal a proceder à liquidação da SAB, processo que se prolongou sem êxito por 10 anos.

A Lei previa a destinação dos imóveis da Empresa, por processo de transferência para patrimônio do Distrito Federal (doação aos órgãos ocupantes) e por alienação/licitação, a ser realizada pela TERRACAP com taxa de administração de 10%, revertendo o apurado ao Tesouro do Distrito Federal, após a liquidação do passivo da SAB.

De igual modo, previa a destinação dos empregados da Empresa, oferecendo duas alternativas, a saber:

- Serem aproveitados na forma da Lei nº 2.681/2001;

- Adesão ao Programa de Desligamento Voluntário - PDV, na forma da Lei nº 2.522/2000 e do Decreto nº 21.299/2000.

Diante das dificuldades encontradas, foi editada a Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, que autorizava o Governo do Distrito Federal a incorporar a SAB - Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A - Em Liquidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal (CEASA-DF), também em Liquidação.

Em 13 de setembro de 2010, a Direção da SAB e da CEASA chegaram a assinar protocolo de incorporação da primeira empresa pela segunda, o que não ocorreu, em especial por falta de interesse da CEASA em concretizar tal operação, bem como por orientação da equipe de transição do Governo à época.



Assim, decorridos mais de 12 anos da paralisação das atividades comerciais, o processo de liquidação não avançou, o que comprometeu as finanças da Empresa gerando um ciclo de endividamento cada vez maior, ameaçando consideravelmente seu patrimônio.

Em novembro de 2012, o Governo do GDF realizou nova mudança na gestão da Empresa, com a nomeação de novo Liquidante e de novos integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, com o propósito de retomar o Plano de Liquidação da Empresa.

Com a aprovação do novo marco legal para o processo de liquidação, Lei 5.137/13, foi estabelecida, de forma precisa, a destinação dos imóveis, os procedimentos para licitação e doação, a situação funcional dos empregados da SAB dentre outros preceitos.

De igual sorte, a SAB passou a integrar o Orçamento Fiscal Seguridade de GDF, com recursos destinados ao pagamento dos salários dos Empregados (cedidos a diversos órgãos das Administrações Direta e Indireta), assim como para o pagamento das obrigações Fiscais, Previdenciárias e demais despesas para manutenção da Empresa, cessando o ciclo de endividamento constatado até então.

Em julho de 2015, foi nomeado novo liquidante para levar o processo de liquidação a termo. Desde então, foram tomadas diversas medidas, com alguns resultados efetivos. A mais importante delas foi a Lei nº 5.565, de 09 de dezembro de 2015, publicada no DODF nº 236, de 10 de dezembro de 2015, págs. nºs 1 e 2. Tal Lei autoriza, principalmente:

- A incorporação da SAB por Empresa Estatal dependente e pertencente ao Distrito Federal;
- A criação da Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF;
- A doação dos imóveis constantes no Anexo Único da Lei ao Distrito Federal, que implica a respectiva assunção das dívidas fiscais federais de responsabilidade desta Empresa pelo GDF;
- A alocação dos empregados em conformidade com o seu perfil profissional prévio, ou mediante treinamento;
- A extinção do passivo tributário com a Fazenda do DF com a dação em pagamento de qualquer dos imóveis constantes no Anexo Único da Lei - até o limite do débito tributário, sendo qualquer saldo remanescente revertido em favor do Distrito Federal;
- Que a Procuradoria-Geral do Distrito Federal proceda a substituição processual da SAB nas causas judiciais em que a empresa seja autora, ré, assistente, oponente ou terceira interessada;

Em fevereiro de 2016, o passivo previdenciário desta SAB foi assumido pelo Distrito Federal.

Em 01 de novembro de 2016, foi publicado o Programa de Desligamento Voluntário e Incentivado (PDVI), no suplemento do DODF nº 206 de, págs. nºs 1 e 2, com as principais condições:

- Do prazo para inscrições: início em 01 de novembro de 2016 e término 30 de dezembro de 2016;
- Dos requisitos para adesão: ser ocupante de cargo de provimento efetivo da tabela de emprego permanente; estar em efetivo exercício; ter idade mínima de 50 anos; ter tempo mínimo de efetivo na empresa de 15 anos e não se encontrar em qualquer das condições impeditivas estabelecidas no PDVI/SAB;
- Dos procedimentos legais: preenchimento do Termo de Adesão ao Programa de Desligamento Voluntário e Incentivado - PDVI;
- Dos direitos, incentivos financeiros e incentivo social: o empregado que aderir e ratificar a adesão terá assegurado no ato da homologação do contrato de trabalho o recebimento do pagamento conforme estabelecido no PDVI/SAB.

Em 13.03.2019, ocorreu a publicação do Decreto nº 38.928, que regulamenta a incorporação da SAB junto ao Metrô/DF, com disposições a cumprir, sem que chegassem a termo.

Em 03 de fevereiro de 2020, publicou-se o Decreto nº 40.333, estabelecendo diretrizes para o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, no âmbito das Empresas Públicas, Sociedades



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

de Economia Mista e suas subsidiárias, elaboramos a proposta para Programa de Desligamento Voluntário de caráter excepcional e temporário, com a finalidade de ajustar o quadro de pessoal desta empresa. Sendo assim foi aprovada na SAB a Instrução Normativa Nº 01 - PDV/SAB/2021 - SAB/LIQUIDANTE, por meio da 456ª Reunião Extraordinária, na data de 17.11.2020 e da Reunião Ordinária, na data de 10.05.2021, assim devidamente regulamentada, desligou o total de 64 (sessenta e quatro) ex-empregados.

Vinculação:

De janeiro de 2015 a outubro de 2015, a SAB ficou vinculada a Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF, conforme Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, publicado no DODF nº 1, de 01/01/2015, págs. nºs 1, 5 e 6.

Em outubro, vincula-se a SAB a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF, por meio do Decreto nº 36.825, de 22/10/2015, publicado no DODF nº 205, de 23/10/2015, pág. nº 09.

“Art. 4º São vinculados a SEPLAG”:

“Parágrafo único. São igualmente vinculadas à SEPLAG as empresas públicas dependentes do Tesouro do Distrito Federal em processo de liquidação ou extinção.”

Em janeiro de 2019, conforme Decreto 39.610 de 01.01.2019, prevalece a vinculação da SAB à Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do DF.

De acordo com o Decreto nº 40.030 de 20.08.2019 a Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do DF passou a denominar-se SEEC - Secretaria de Estado de Economia do DF.

Em 07/10/2022, conforme Inciso VI, Art. 6º do Decreto nº 43.826, publicado no DODF nº 73-A, de 07/10/2022, pág. nº 05, vincula-se a SAB a SEEC - Secretaria de Estado de Economia do DF.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	9	0	70	0	79
Comissionados sem vínculo efetivo	30	0	0	0	30
Requisitados de órgãos do GDF	1	0	0	0	1
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	40	0	70	0	110
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	69	0	69
Total Geral	40	0	1	0	41

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	50000,0	50000,00	0	0
0020 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-- DISTRITO FEDERAL	50000,0	50000,00	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	10000,0	10000,00	0	0
0048 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,00	0	0
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	28000,0	24776,64	24227,28	24227,28
0044 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	28000,0	24776,64	24227,28	24227,28
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	88000,00	84776,64	24227,28	24227,28

Programação Orçamentária Não Executada

9001 - Execução de Sentenças Judiciais

Nenhuma ocorrência relativa a reclamações trabalhistas e ou outras despesas de caráter judicial.

9050 - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições

Não ocorrência de demanda por decisão administrativa, visando o racionamento de despesas.

Programação Orçamentária Executada

9093 - Outros Ressarcimentos, Indenizações e Restituições

De janeiro a dezembro de 2025, um total de 2 (dois) pensionistas foram indenizados mensalmente.

8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	3000,0	0,0	0	0
0037 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- DISTRITO FEDERAL	3000,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	19857513,0	19857513,00	18908504,66	18908504,66
0051 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-- DISTRITO FEDERAL	19857513,0	19857513,00	18908504,66	18908504,66
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	2669621,0	2669621,00	2238319,96	2238319,96
0042 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	2669621,0	2669621,00	2238319,96	2238319,96
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	35000,0	24536,0	12284,02	12284,02



0030 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-SAB-SIA	35000,0	24536,0	12284,02	12284,02
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	244250,0	246643,18	165585,00	165271,92
0078 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-- SIA	244250,0	246643,18	165585,00	165271,92
TOTAL - 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO	22809384,00	22798313,18	21324693,64	21324380,56

Programação Orçamentária Não Executada

2396 - Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas

Não ocorrência de despesas voltadas para a manutenção e conservação dos 2 (dois) imóveis de propriedade da SAB.

Programação Orçamentária Executada

8502 - Administração de Pessoal

De janeiro a dezembro de 2025, uma média de 175 empregados foram remunerados mensalmente.

8504 - Concessão de Benefícios à Servidores

De janeiro a dezembro de 2025, uma média de 185 empregados foram beneficiados mensalmente.

8505 - Publicidade e Propaganda

No decorrer do exercício de 2025, ocasionalmente, foram publicadas matérias de caráter oficial junto ao DODF.

8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais

No decorrer do exercício de 2025, foram adquiridos materiais de consumo, de expediente e também prestações de serviços essenciais, com o objetivo de oferecer um bom ambiente de trabalho aos empregados lotados na sede desta empresa, para o desenvolvimento de suas atividades profissionais.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Nada digno de nota.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Cumprimos com as demandas da SAB sem dificuldades.

Sobre às perspectivas para o próximo exercício, continuaremos conduzindo a empresa na forma estabelecida pelo GDF.



19219 - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL - IPEDF CODEPLAN

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPEDF Codeplan é uma instituição pública, criada na forma de autarquia especial, através da Lei nº 7.154, de 7 de junho de 2022, com autonomia administrativa e financeira, vinculado à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal. Com a sua criação, todo o acervo construído ao longo de mais de 55 anos pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan em liquidação, como pesquisas realizadas, informações coletadas, projeções estatísticas e populacionais, estudos e análises voltados às políticas públicas do Governo do Distrito Federal – GDF, bem como o seu corpo técnico, foram transferidos para o IPEDF Codeplan. Trata-se de uma instituição científica, tecnológica e de inovação (CTI).

Tem por competências:

- I - Desenvolver e disseminar estudos e pesquisas aplicadas;
- II - Produzir e organizar informações sociais, econômicas e ambientais sobre o território do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - Ride;
- III - Subsidiar a formulação, acompanhamento e avaliação de planos, políticas e programas governamentais;
- IV - Gerir e executar o Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal - SIEDF;
- V - Participar da infraestrutura de dados espaciais do Distrito Federal;
- VI - Integrar o Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - Sisplan e oferecer subsídios e apoio ao Sistema de Informação Territorial e Urbano do Distrito Federal - Siturb;
- VII - Propor eixos estruturantes de desenvolvimento do Distrito Federal, conforme Plano Estratégico do Distrito Federal;
- VIII - Participar da análise periódica de resultados pactuados no Plano Estratégico do Distrito Federal e, especificamente, da análise de conjuntura de cenários e de indicadores estratégicos;
- IX - Fomentar e incentivar a pesquisa socioeconômica aplicada e o estudo das políticas públicas e de organizações públicas, com foco no desenvolvimento sustentável do Distrito Federal, da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - Ride e de outras áreas de influência do território distrital;
- X - Cooperar com governos e entidades municipais, estaduais, nacionais e internacionais, conforme Plano Estratégico do Distrito Federal;
- XI - Realizar intercâmbio com entidades de ensino e pesquisa nacionais e internacionais interessadas em assuntos econômicos, ambientais e sociais;
- XII - Representar, conforme delegação, o Distrito Federal perante os organismos relacionados à gestão de informações sociais, socioeconômicas, ambientais, territoriais e governamentais em assuntos que lhe competem;
- XIII - Expedir normas para o desempenho das suas competências;
- XIV - Elaborar proposta orçamentária e administrar receitas e despesas;
- XV - Celebrar convênios, contratos, acordos e congêneres com órgãos e entidades;
- XVI - Administrar os recursos humanos, materiais e financeiros da incumbência ou propriedade da instituição; e
- XVII - Desenvolver planos, programa e projetos de desenvolvimento humano e organizacional no âmbito da Autarquia.



Missão: Produzir e disseminar dados e informações de caráter técnico e científico, capazes de subsidiar os órgãos do Governo do Distrito Federal e demais entidades da sociedade na proposição de políticas públicas essenciais ao desenvolvimento.

Visão: Tornar-se um Instituto cientificamente reconhecido por sua excelência na produção de dados e informações norteadoras, essenciais à formulação de políticas públicas pelos órgãos do Governo do Distrito Federal e demais entidades da sociedade.

Valores: Excelência técnica, isenção e imparcialidade, diversidade de visões, transparência, valorização das pessoas e sustentabilidade.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	24	207	2	16	249
Comissionados sem vínculo efetivo	68	0	53	0	121
Requisitados de órgãos do GDF	11	0	5	0	16
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	1	0	1
Estagiários	0	7	0	15	22
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	12	0	1	13
Subtotal	103	226	61	32	422
(-) Cedidos para outros órgãos	0	120	0	5	125
Total Geral	103	106	61	27	297

Atualmente, a fim de desenvolver as atividades no âmbito da estrutura administrativa do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal e compor sua força de trabalho, o quadro de recursos humanos é composto por 297 agentes públicos.

Outros - TEP em extinção - aposentados pelo INSS por invalidez.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9100 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS	100,0	90,76	0	0
0001 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS - DISTRITO FEDERAL	100,0	90,76	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	50000,0	50000,00	0	0
0011 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS - PLANO PILOTO	50000,0	50000,00	0	0
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	1360111,0	1100000,96	1100000,00	1007139,59
0001 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - DISTRITO FEDERAL	1360111,0	1100000,96	1100000,00	1007139,59
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	11550000,0	11550000,00	10951900,99	10946829,40
0006 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL - DF ENTORNO	11550000,0	11550000,00	10951900,99	10946829,40
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	100,0	21428,1	18809,7	18809,7
0001 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - DISTRITO FEDERAL	100,0	21428,1	18809,7	18809,7
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	12960311,00	12721519,82	12070710,69	11972778,69

Programação Orçamentária Realizada

O IPEDF realizou as seguintes programações orçamentárias: recolhimento do Programa de Integração social e de formação do patrimônio do servidor público PIS/PASEP; indenizações e restituições de pessoal, incluindo os dispêndios orçamentários relativos ao Programa de Desligamento Voluntário e em relação aos ressarcimentos, indenizações e restituições referentes ao Plano Odontológico e ao PDV da Codeplan, foi registrado um total de 559 concessões.

Programação Orçamentária não Executada

9100 - Nomeações Decorrentes de Concursos Públicos - A Secretaria de Economia em conjunto com o Instituto criaram um Grupo de Trabalho para a criação de uma carreira própria para a Autarquia, porém, ainda não foi criada.

9001 - Execução de Sentenças Judiciais - Com a extinção da Empresa Codeplan, foi criado por meio da Lei Nº 7.154, de 07 de junho de 2022, o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF Codeplan, mudando o regime que regulava o órgão de Empresa Pública para Autarquia de Natureza Especial. Sendo assim, todas as Ações Judiciais passaram a ser tratadas pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2912 - Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais	3016312,0	2080416,00	2045537,76	1581296,94
0012 - Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais-Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais-DF ENTORNO	10,0	0,0	0	0
0013 - Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais - DF ENTORNO	3016302,0	2080416,00	2045537,76	1581296,94



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

3069 - DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS - SIEDF	1000,0	0,0	0	0
0001 - DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS - SIEDF - DISTRITO FEDERAL	1000,0	0,0	0	0
4105 - Estudos, Análises, Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas Estratégicas	1000,0	0,0	0	0
0001 - Estudos, Análises, Avaliação e Monitoramento de Po-DF ENTORNO	1000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	3018312,00	2080416,00	2045537,76	1581296,94

Programação Orçamentária Realizada

As pesquisas realizadas pelo IPEDF abordam desafios estruturais centrais do Distrito Federal, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas com base em evidências. O estudo sobre Burocracia Representativa analisa a correspondência entre o perfil do serviço público e a diversidade social da população, fortalecendo a governança democrática. O Panorama da Violência contra a Mulher oferece um diagnóstico essencial para orientar ações de prevenção, proteção e enfrentamento da violência de gênero. A pesquisa Caminhos da Restauração destaca o potencial dos produtos florestais não madeireiros do Cerrado como estratégia de conservação ambiental aliada à geração de renda. Por fim, a Análise das Áreas de Proteção de Mananciais subsidia o planejamento territorial e a segurança hídrica, ao avaliar os impactos da ocupação do solo sobre os recursos naturais do DF.

Os Estudos Caminhos da Restauração e Avaliação das Áreas de Proteção de Mananciais (APM's) ainda estão em andamento com previsão de término no ano de 2026.

Programação Orçamentária não Executada

3069.0001 - Desenvolvimento de Plataformas e Sistema de Informações Estatísticas e Geográficas - SIEDF: está sendo executado com Recursos Humanos do próprio Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF.

2912.0012 - Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais-Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais-DF ENTORNO: utilizou-se o Subtítulo 2912.0013 - Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais - DF ENTORNO.

4105.0001 - Estudos, Análises, Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas Estratégicas: utilizou-se o Subtítulo 2912.0013 - Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais - DF ENTORNO.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10694 - QUANTIDADE DE VISUALIZAÇÕES AO CONTEÚDO DO CANAL OFICIAL DO IPEDF	UNIDADE	8800,00	01/12/2022	Anual	9680,00	8782,00	148890,00	X	156334,50	X	164151,22	X	ESTATÍSTICAS DO CANAL NO YOUTUBE DO IPEDF
Justificativa: 2024 - O índice alcançado foi de 90,7% do índice desejado. Além do canal no YOUTUBE, em que são divulgadas matérias em vídeos, chamadas públicas, etc, o IPEDF utiliza outros canais de informação para divulgação de seus produtos, como o site oficial.													
10694 - NÚMERO DE VISUALIZAÇÕES ANUAIS AOS CONTEÚDOS DOS CANAIS OFICIAIS DO IPEDF, COMPOSTO PELO SÍTIO ELETRÔNICO E CANAL NO YOUTUBE	UNIDADE	141800,00	01/12/2024	Anual	9680,00	-	148890,00	32600,00	156334,50	X	164151,22	X	DADOS DO SÍTIO ELETRÔNICO DO IPEDF E CANAL DO YOUTUBE.
Justificativa: 2025 - Conforme informação da área técnica no ano de 2025 o canal do YouTube obteve o total de 4.600 visualizações e 44 inscritos. O site contabilizou, no ano de 2025 até o mês de junho, cerca de 28 mil acessos, majoritariamente provenientes de tráfego orgânico. No segundo semestre de 2025, não há métricas disponíveis devido à migração da plataforma do site, atualmente em andamento, do WordPress para o Liferay.													
10728 - QUANTIDADE DE ESTUDOS E PESQUISAS PRODUZIDOS E PUBLICADOS	UNIDADE		01/01/2001	Anual	80,00	95,00	100,00	X	105,00	X	110,00	X	IPEDF
Justificativa: 2024 - Observa-se o crescimento 18,75% no número de pesquisas o que permite a produção de conhecimento especializado e atualizado. Registra-se que a Diretoria de Pesquisas e Estatística Socioeconômicas, foi responsável por 45% das publicações, com os seguintes artefatos publicados: 3 edições do Boletim de Conjuntura do Distrito Federal; 1 Relatório do Produto Interno Bruto do Distrito Federal; 1 edição do Boletim do Comércio Exterior do Distrito Federal; 31 postagens no Blog da Conjuntura do Distrito Federal; Censo 2022 - Óbitos declarados (novembro/2024); Envelhecimento no DF - projeções para 2070 (outubro/2024); Censo 2022 - 12 anos de RIDE: Primeiros resultados populacionais (abril/2024); Censo 2022 - 12 anos: o que mudou na estrutura etária do Distrito Federal (abril/2024); Censo 2022 - População no território (março/2024).													



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10728 - QUANTIDADE DE ESTUDOS E PESQUISAS PRODUZIDOS E PUBLICADOS	UNIDADE	95,00	01/12/2024	Anual	80,00	-	100,00	102,00	105,00	X	110,00	X	IPEDF
Justificativa: 2025 - O IPEDF Codeplan realizou 102 pesquisas, superando a meta de 100 pesquisas prevista para 2025, um aumento de 2% da meta esperada, o que evidencia desempenho acima do planejado e fortalecimento da capacidade institucional de subsidiar políticas públicas. Onde podemos destacar as seguintes pesquisas e estudos: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada (PDAD-A), Pesquisa Emprego e Desemprego (PED), Inflação (IPCA e INPC), 6(seis) Boletins de Comércio Exterior (BCEx), 2(dois) Boletins de conjuntura, 2 (duas) Produto Interno Bruto (PIB).													

10694 - QUANTIDADE DE VISUALIZAÇÕES AO CONTEÚDO DO CANAL OFICIAL DO IPEDF:

Entre janeiro de 2024 e dezembro de 2025, o canal do YouTube recebeu 14,8 mil visualizações e 128 novos inscritos. Em 2024, foram 10,2 mil visualizações e 84 inscritos; em 2025, 4,6 mil visualizações e 44 inscritos.

Já o site do registrou, até junho de 2025, aproximadamente 28 mil acessos/visualizações, dos quais cerca de 21 mil foram provenientes de tráfego orgânico, oriundo de pesquisas diretas no navegador.

No período de julho a dezembro de 2025, não há contagem de métricas disponível em razão do processo de migração da plataforma do site, atualmente em andamento, do WordPress para o Liferay.

10728 - QUANTIDADE DE ESTUDOS E PESQUISAS PRODUZIDOS E PUBLICADOS:

Foram realizadas a quantidade de 102 (cento e dois) estudos e pesquisas produzidos e publicados, dentre os quais podemos destacar:

- Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada (PDAD-A);
- Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED);
- Inflação (IPCA e INPC);
- Índice de Sustentabilidade Ambiental e Urbana; e
- Censo Imobiliário do Distrito Federal.

8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	800000,0	375864,70	375864,0	375864,0
0027 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - DF ENTORNO	800000,0	375864,70	375864,0	375864,0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	100,0	0,0	0	0
0009 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS - DISTRITO FEDERAL	100,0	0,0	0	0
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	10000,0	0,0	0	0
0001 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO - DF ENTORNO	10000,0	0,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	500000,0	86131,6	86130,80	86130,80
0014 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DF ENTORNO	500000,0	86131,6	86130,80	86130,80
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	300000,0	0,0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0004 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS - DISTRITO FEDERAL	300000,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	94398978,0	90598978,00	90585058,47	90273918,54
0019 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - DF ENTORNO	94398978,0	90598978,00	90585058,47	90273918,54
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	10702920,0	8448412,00	7518921,60	7228764,48
0007 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES - DF ENTORNO	10702920,0	8448412,00	7518921,60	7228764,48
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	3230000,0	4841117,83	4804041,46	4465716,27
0020 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - PLANO PILOTO	3230000,0	4841117,83	4804041,46	4465716,27
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	100000,0	35960,0	35960,0	31060,0
0018 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - DF ENTORNO	100000,0	35960,0	35960,0	31060,0
6057 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	100,0	0,0	0	0
0003 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - DISTRITO FEDERAL	100,0	0,0	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	100000,0	68698,00	61514,21	54965,28
0019 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA - DF ENTORNO	100000,0	68698,00	61514,21	54965,28
TOTAL - 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO	110142098,00	104455162,13	103467490,54	102516419,37

Programação Orçamentária Realizada

No exercício de 2025, o IPEDF avançou na modernização de sua infraestrutura tecnológica, com a contratação de empresa especializada para o fornecimento de switches destinados à rede de dados, fortalecendo a segurança e a eficiência dos sistemas de informação institucionais.

No âmbito da gestão da tecnologia da informação, foi realizada a contratação de serviços de outsourcing de impressão, cópia e digitalização, com disponibilização de equipamentos, sistema de gerenciamento de impressões e bilhetagem, manutenção preventiva e corretiva, além do fornecimento de suprimentos e insumos. O serviço foi formalizado por meio do Contrato nº 04/2024, celebrado com a empresa de tecnologia, com vigência de 48 meses a partir de 16 de setembro de 2025, em conformidade com a legislação vigente.

Quanto à administração de pessoal, o Instituto assegurou a execução regular da folha de pagamento e a gestão administrativa dos servidores. Foram concedidos benefícios como vale-alimentação, vale-transporte e auxílio-creche.

No tocante aos serviços administrativos gerais, foram realizados pagamentos de diárias ao pessoal civil, suprimento de fundos, aquisição de materiais de consumo e equipamentos, bem como a contratação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva, limpeza



e conservação, fornecimento de energia elétrica, água e esgoto, telefonia fixa e comutada, além da utilização do Pacote de Serviços dos Correios.

Em relação à capacitação, ao longo de 2025 foram promovidas 76 ações de desenvolvimento, entre cursos e eventos internos e externos, que resultaram em 288 participações de servidores.

Por fim, o IPEDF realizou, no exercício de 2025, 202 publicações de atos oficiais no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), assegurando a transparência e a publicidade das ações institucionais.

Programação Orçamentária não Executada

1968.009 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS: a despesa não foi autorizada. No entanto, para a reestruturação de suas edificações, o IPEDF solicitou à NOVACAP a elaboração dos projetos arquitetônicos e executivos. Dessa forma, não foi necessário a contratação do serviço em tela.

2422.0001 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO: a despesa não foi autorizada. No entanto, a contratação de estagiários foi realizada por meio da Secretaria de Economia.

3903.0004 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS: não foi autorizada a despesa, então, devido à limitação orçamentária, não foi possível a contratação da reforma do prédio onde está instalado o IPEDF.

6057.0003 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - DISTRITO FEDERAL: apesar de não haver autorização para a despesa, o IPEDF prefere utilizar os serviços da Secretaria de Comunicação, visando reduzir custos.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Ao longo de 2025, o IPEDF Codeplan reafirmou seu compromisso com a produção e a disseminação de informações técnico-científicas de qualidade, dando continuidade ao legado histórico da Codeplan e consolidando sua atuação como autarquia estratégica de apoio à gestão pública do Distrito Federal. As ações desenvolvidas refletiram o rigor metodológico, a excelência técnica e a credibilidade que orientam a atuação institucional.

A gestão do Instituto manteve-se alinhada aos princípios da governança pública, com foco na transparência, na integridade, na eficiência, na imparcialidade e na sustentabilidade, fortalecendo os processos decisórios e a entrega de valor público. A valorização das pessoas, a cooperação institucional e a diversidade de visões foram elementos centrais para o alcance dos resultados apresentados.

No campo técnico e de planejamento, foram elaborados diversos projetos sem execução orçamentária, abrangendo temas como sustentabilidade ambiental urbana, primeira infância, habitação, mobilidade, uso do território, paisagem, lazer, cultura, saneamento e estudos imobiliários. Também houve projetos com execução orçamentária voltados à restauração ambiental e à proteção de mananciais. Alguns estudos estratégicos foram iniciados em 2025 com conclusão prevista para 2026, especialmente nas áreas de habitação, territórios saudáveis, indicadores sociais e oportunidades urbanas.

Na área social e demográfica, foram produzidos diagnósticos, censos, retratos sociais e pesquisas sobre população em situação de rua, mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, raça/cor, violência, trabalho, cultura, religião, turismo, felicidade, vulnerabilidade social e qualidade de vida. Parte dessas iniciativas contou com execução orçamentária e outra parte teve continuidade prevista para 2026, ampliando o monitoramento das desigualdades e das condições de vida no Distrito Federal.

Em relação à tecnologia da informação e dados, destacam-se ações de fortalecimento da infraestrutura tecnológica, modernização de sistemas, implantação e atualização de bases de dados, desenvolvimento de plataformas digitais, manutenção de ambientes virtuais, publicação de informações estatísticas e apoio técnico a outros órgãos. Projetos estratégicos



de transformação digital e de infraestrutura de dados foram iniciados em 2025, com entregas previstas para 2026.

O órgão também teve participação ativa em conselhos, comitês e grupos de trabalho, contribuindo para discussões e decisões sobre planejamento urbano, políticas sociais, primeira infância, governança, gestão de riscos, tecnologia da informação, saneamento, igualdade racial, políticas para mulheres, objetivos de desenvolvimento sustentável e transformação digital.

Ademais, ao longo de todo o ano de 2025, foram realizadas ações contínuas de Qualidade de Vida no Trabalho, com palestras, campanhas, eventos e atividades voltadas ao bem-estar físico, mental e emocional dos servidores. As iniciativas abordaram temas como saúde mental, liderança, educação financeira, diversidade, igualdade de gênero e racial, prevenção da violência, segurança no trânsito, saúde do homem e da mulher, além de ações comemorativas, culturais, esportivas e solidárias. Essas atividades contribuíram para a promoção de um ambiente de trabalho mais saudável, inclusivo e produtivo.

AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS DESENVOLVIDAS EM 2025:

- Projeções Populacionais 2020-2030;
- Re-ponderação amostral;
- Pesquisas telefônicas;
- Atualização do Plano Amostral das Pesquisas 156;
- Índice de Sustentabilidade Ambiental Urbana;
- Natureza e Primeira Infância;
- Território e Primeira Infância;
- Censo Imobiliário - Pesquisa Documental;
- Transporte e Mobilidade na PMB;
- Calculadora Verde;
- As transformações da paisagem: Uma abordagem temporal na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF) – 1985 a 2022;
- Atlas de Colorir - Estruturação e criação de conteúdo;
- Índice de Oportunidades espacial para lazer, esporte e cultura (Etapa 1);
- Estacionamento Rotativo - "Panorama da agenda municipal sobre estacionamento rotativo nas capitais estaduais brasileiras";
- 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua;
- Pop Rua - Guia;
- Percepções e atitudes sobre a coleta seletiva;
- Preconceito, discriminação e violência no ambiente escolar;
- Violência contra profissionais de enfermagem do DF;
- Sumário Executivo: Quem são as mulheres do DF?;
- Diagnóstico sobre novos Restaurantes Comunitários no Distrito Federal;
- Retratos do Distrito Federal - Crianças e adolescentes;
- Retratos do Distrito Federal - Pessoas idosas;
- Retratos Sociais - Raça/cor;
- Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal - Suplemento sobre consumo de cultura no DF (PED Cultura);
- Perfil do apostador no Distrito Federal;
- Retratos do Distrito Federal 2024 - Pessoas com Deficiência;
- Retratos do Distrito Federal 2024 - Raça/cor; e
- Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) - Atualização PDAD-A 2024.

Principais Pesquisas do Instituto desde a criação:

1. PDAD - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios;
2. PDAD Rural — Pesquisa Domiciliar por Amostra de Domicílio nas Áreas Rurais;
3. PED — Pesquisa de Emprego e Desemprego;
5. PMAD - Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios;
6. Anuário Estatístico do Distrito Federal;



7. Boletim de Conjuntura do Distrito Federal;
8. Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal;
9. Informe Econômico (CAGED, C O M E X, I DECON, TPCA, PED, PMC, ...);
10. Produto Interno Bruto - PIB;
11. Atlas do Distrito Federal;
12. Boletim Estatísticas Públicas;
13. Brasília em Debate;
14. Educação inclusiva no Distrito Federal;
15. Censo Distrital da População em Situação de Rua;
16. Coleta seletiva no Distrito Federal;
17. Caminhos da Restauração: Valoração de Produtos Florestais;
18. Análise das Áreas de Proteção de Mananciais;
19. Panorama da Violência Contra a Mulher do Distrito Federal;
20. Felicidade no Distrito Federal;
21. Perfil do Turista no Distrito Federal;
22. Índice de Vulnerabilidade Social (IVS);
23. Retratos do Distrito Federal 2024: Mulheres e Desigualdades;
24. Retratos do Distrito Federal 2024 - LGBTQIA+;
25. Calculadora Verde;
26. Índice de Sustentabilidade Ambiental Urbana;
27. Natureza e Primeira Infância;
28. Território e Primeira Infância;
29. Transporte e Mobilidade na PMB;
30. Atlas de Colorir - Estruturação e criação de conteúdo; e
31. Estacionamento Rotativo - "Panorama da agenda municipal sobre estacionamento rotativo nas capitais estaduais brasileiras".

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2025, o IPEDF apresentou avanços significativos no desenvolvimento institucional, com fortalecimento da produção de estudos, ampliação da articulação interinstitucional e investimentos em inovação, tecnologia e valorização dos servidores.

No âmbito das realizações, destacam-se:

- O lançamento de novos estudos e aplicações;
- A finalização de dezenas de produtos técnicos, a submissão de artigos científicos;
- A participação em eventos locais e nacionais;
- O envolvimento em conselhos, comitês e grupos de trabalho interlocução com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como com diversas secretarias e órgãos do Distrito Federal;
- Realização de seminários;
- Notas técnicas conjuntas;
- Atividades de coleta de dados em campo, inclusive na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno;
- Capacitação interna das equipes; e
- Adoção de novas soluções tecnológicas.

As principais dificuldades enfrentadas pelo Instituto em 2025:



- Déficit de recursos humanos;
- Morosidade processual;
- Dificuldade de divulgação dos produtos de pesquisa por falta de material gráfico;
- Limitações financeiras que dificultam a formalização, a execução e a manutenção de parcerias institucionais, especialmente em projetos mais complexos; e
- Restrições orçamentárias que impactaram a ampliação de ações, especialmente as voltadas à qualidade de vida no trabalho.
- Quanto às perspectivas para 2026, o Instituto planeja ampliar e diversificar sua agenda de pesquisas e estudos estratégicos, com foco em temas como:
 - Habitação, demografia, transporte e mobilidade, meio ambiente, sustentabilidade urbana, bem-estar, vulnerabilidade social, turismo, cultura, lazer, territórios tradicionais e qualidade de vida;
 - Consolidação de sistemas e infraestruturas de dados;
 - Desenvolvimento de novas aplicações tecnológicas;
 - Publicação de artigos científicos;
 - Finalização de projetos ambientais estruturantes;
 - Elaboração de 15 Relatórios Temáticos referente a PDAD-A 2024;
 - Desenvolvimento do Planejamento PDAD-A 2027; e
 - Boletim de Conjuntura Econômica - Elaboração de 4 boletins.

Para o exercício de 2026, projeta-se o fortalecimento das iniciativas institucionais, com ênfase na saúde física, mental e emocional, no desenvolvimento profissional e no engajamento dos agentes públicos, mediante a aplicação de pesquisas internas para o mapeamento das necessidades institucionais.

De forma geral, o diagnóstico evidencia que o IPEDF cumpriu seus objetivos institucionais em 2025, mesmo diante de restrições estruturais e orçamentárias, mantendo seu papel estratégico na produção de informações qualificadas e no subsídio à formulação, ao monitoramento e à avaliação das políticas públicas do Distrito Federal.



19902 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REPARCELHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O FUNDAP instituído pela Lei nº. 3.311, de 21/01/2004, alterada pelas Leis nºs 3.809, de 08/02/2006; 3.982, de 25/04/2007; 5.099, de 29/04/2013; e regulamentado pelo Decreto nº 26.246, de 29/09/2005, alterado pelo Decreto nº 34.867, de 21/11/2013, Decreto nº 43.183, de 04/04/2022 e Decreto nº 44.385, de 30/03/2023 alterados pelo Decreto 46.976, de 17/03/2025, tem por finalidade promover a modernização e o reaparelhamento da Administração Fazendária, além de propiciar a realização e o acompanhamento de projetos e programas de natureza intelectual que promovam a melhoria das condições necessárias ao exercício das atribuições fazendárias.

São objetivos do FUNDAP:

I – Modernização e reaparelhamento da Secretaria de Estado de Economia;

II – Implementação de programas de educação fiscal;

III – Promoção e execução de programas de treinamento e capacitação técnica e gerencial dos servidores do quadro permanente do Distrito Federal lotados e em exercício na Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal;

IV – Execução das ações previstas no Programa de Incentivo à Arrecadação e Educação Tributária – PINAT;

V – Desenvolvimento de ações integradas objetivando a eficiência na cobrança administrativa de débitos fiscais;

VI – Aperfeiçoamento e manutenção das atividades de arrecadação, fiscalização, tributação, atendimento ao contribuinte, administração financeira, contabilidade, patrimônio; e

VII – Realização de outras atividades que contribuam para o aumento da eficiência, efetividade, economicidade da gestão fiscal do Distrito Federal.

Constituem recursos do FUNDAP:

I – 20% (vinte por cento) do produto total das multas tributárias aplicadas no âmbito da competência da Subsecretaria da Receita da Secretaria de Estado de Economia;

II – Aqueles resultantes da celebração de contratos, convênios, consórcios ou outros ajustes;

III – Doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas, ou de organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais;

IV – Receita advinda da aplicação dos recursos do Fundo;

V - Receita advinda de licitação de bens apreendidos pela fiscalização tributária, exceto a relativa a impostos;

VI - Outras contribuições financeiras destinadas ao programa de que trata a Lei nº 2.594, de 21 de setembro de 2000, devidas por optantes por regimes tributários especiais ou sujeitos a benefícios ou incentivos fiscais; e

VII - Outras receitas que lhe forem atribuídas pela legislação.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2	0	1	0	3
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	2	0	1	0	3
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	2	0	1	0	3

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	2000000,0	250357,0	240000,0	240000,0
0003 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA-FUNDAF-DISTRITO FEDERAL	2000000,0	250357,0	240000,0	240000,0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	2000000,0	0,0	0	0
5832 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SEF-DISTRITO FEDERAL	2000000,0	0,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	9900000,0	9829091,31	9670049,28	9599058,00
5216 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	9900000,0	9829091,31	9670049,28	9599058,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	5000000,0	2346115,27	2346115,27	2298822,52
2415 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	5000000,0	2346115,27	2346115,27	2298822,52
3667 - EDUCAÇÃO FISCAL	185458,0	0,0	0	0
0002 - EDUCAÇÃO FISCAL--DISTRITO FEDERAL	185458,0	0,0	0	0
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	19085458,00	12425563,58	12256164,55	12137880,52



Programação Orçamentária Realizada

AÇÃO 3046 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA – FUNDAP – DISTRITO FEDERAL

Esta programação foi utilizada para apoiar ações de fortalecimento institucional e melhoria da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, incluindo a participação em instâncias de articulação fazendária no exercício de 2025.

AÇÃO 2557 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Foram executadas ações de sustentação e aprimoramento de soluções de tecnologia da informação que suportam as atividades fazendárias, com foco na continuidade operacional, estabilidade e evolução de sistemas e serviços digitais utilizados pela Secretaria de Estado de Economia. Também foram realizadas ações vinculadas a cooperações técnicas e serviços compartilhados relacionados a documentos fiscais eletrônicos e soluções de apoio ao cidadão.

AÇÃO 4088 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Foram realizadas ações de capacitação e desenvolvimento profissional, incluindo: participação de 7 (sete) servidores no 3º Seminário de Gestão de Pessoas e Liderança no Setor Público; participação de 20 (vinte) servidores no programa de gestão avançada (APG – Amana-Key); e aprovação do financiamento de bolsas de estudo para pós-graduação stricto sensu, contemplando 30 (trinta) bolsas de mestrado e 8 (oito) bolsas de doutorado, para execução nos exercícios seguintes.

Programação Orçamentária não Executada

AÇÃO 1471 – MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Não houve execução no exercício de 2025. Após alterações orçamentárias, a programação não contou com recursos disponíveis para contratação e não foram apresentados projetos aptos à execução dentro do período.

AÇÃO 3667 – EDUCAÇÃO FISCAL

Não houve execução no exercício de 2025. Os projetos dessa ação demandam planejamento e elaboração conjunta com a Secretaria de Estado de Educação, o que não se concretizou no período, além de não haver recursos disponíveis após os ajustes orçamentários do exercício.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Não houve realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2025, o FUNDAP apresentou boa capacidade de execução nas programações efetivamente viabilizadas, com destaque para a gestão de tecnologia da informação e para ações de capacitação, contribuindo para o aprimoramento da gestão fazendária e para a continuidade dos serviços digitais.

Como dificuldades na execução, registram-se: a inexistência de projetos aptos à execução em determinadas programações, especialmente na modernização de sistemas de informação; e a ausência de planejamento conjunto oportuno para a implementação de ações de educação fiscal no exercício, o que, somado aos ajustes orçamentários, resultou em não execução dessas programações.

Para o próximo exercício, a perspectiva é de fortalecimento do planejamento prévio e da carteira de projetos do Fundo, com definição tempestiva de demandas pelas unidades finalísticas, aprimoramento da governança de priorização e retomada do alinhamento interinstitucional necessário para viabilizar as ações de educação fiscal, de modo a ampliar a efetividade das programações e os resultados entregues à sociedade.



19905 - FUNDO DE MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Melhoria da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO, instituído pela Lei nº 2.958, de 26 de abril de 2002, alterado pela Lei nº 6.745, de 10 de dezembro de 2020, e regulamentado pelo Decreto nº 38.014, de 16 de fevereiro de 2017, tem por finalidade a melhoria da gestão pública e o acompanhamento de projetos, programas e ações de desenvolvimento e de capacitação de agentes públicos, dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, das carreiras civis ou militares do governo do Distrito Federal. Compreendendo as seguintes ações:

I – Qualificação profissional dos agentes públicos dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Distrito Federal, das carreiras civis ou militares, por meio de treinamento, especialização ou formação específica;

II - Desenvolvimento de programas e/ou projetos firmados com entidades públicas ou particulares de âmbito nacional ou internacional, com vistas à busca de novas tecnologias e metodologias, voltadas para a modernização administrativa;

III - Prestar suporte didático-pedagógico de estudos, na elaboração e implantação dos programas e ações de desenvolvimento institucional e de pessoas, com vistas à permanente melhoria da prestação dos serviços e profissionalização da gestão pública;

IV - Implantação de programas voltados para a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão e das condições de vida e do trabalho dos servidores;

V – Modernização administrativa;

VI - Programas de desburocratização administrativa e de aperfeiçoamento tecnológico;

VII - Aparelhamento das unidades voltadas para a gestão pública;

VIII – Custeio de implementação de projetos-piloto de fomento ao desenvolvimento da administração pública, centros de pesquisas e de inovações tecnológicas e centro de excelência em administração pública;

IX – Custeio de concursos, com fins intelectuais, técnicos e científicos, que visem à estimulação de ideias, projetos e boas práticas para modernizar a gestão administrativa;

X – Realização de outras atividades relacionadas à gestão pública.

§ 1º Os cursos ofertados diretamente pela Escola de Governo do Distrito Federal, mediante a utilização de recursos do PRÓ-GESTÃO, são gratuitos para os servidores, militares e empregados da administração pública direta e indireta do Distrito Federal.

§ 2º Os cursos referidos no § 1º podem ter seu acesso franqueado também aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário do Distrito Federal, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, assim como aos servidores dos órgãos da administração pública federal alocados no Distrito Federal, desde que devidamente justificado o interesse público, para o Distrito Federal, na participação daqueles servidores nos referidos cursos e mediante autorização do secretário de Estado de economia do Distrito Federal.

Constituem recursos financeiros do Fundo PRÓ-GESTÃO o produto de arrecadação das seguintes receitas:

I - transferência do saldo orçamentário do FUNDO-IDR, nos termos do Decreto nº 21.598, de 5 de outubro de 2000;

II - recursos consignados no orçamento do Distrito Federal e destinados ao Fundo PRÓ-GESTÃO;

III – doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais;

IV- recursos provenientes da celebração de convênios, contratos, acordos ou ajustes;



- V – provenientes de cobrança de consignações facultativas em folha de pagamento da administração direta e indireta integrantes do orçamento do Distrito Federal, subsidiadas ou não com recursos do tesouro distrital, quando for o caso;
- VI – provenientes de no mínimo 20% da arrecadação global de taxas de inscrição para realização de concursos públicos da administração direta e indireta do Distrito Federal;
- VII – decorrentes de outros recursos que lhe sejam destinados;
- VIII - receitas provenientes de cobrança de taxas de inscrição em cursos realizados pelo Governo do Distrito Federal, na forma da Lei nº 8.666/93;
- IX - os valores advindos da aplicação dos recursos do fundo;
- X - outros recursos eventuais.

De acordo com a Lei nº 6.745/2020, o Conselho de Administração do Fundo Pró-Gestão é composto dos seguintes membros:

- I – o Secretário de Estado de Economia;
- II – o Secretário Executivo de Gestão Administrativa;
- III – o Secretário Adjunto de Orçamento;
- IV – o Secretário Executivo da Fazenda;
- V – o Secretário Adjunto de Planejamento e Orçamento;
- VI – o Secretário Executivo de Assuntos Econômicos;
- VII – o Diretor da Escola de Governo;
- VII – o art. 6º é acrescido dos seguintes incisos VIII e IX:
- VIII – o Subsecretário de Gestão de Pessoas;
- IX – 1 representante dos servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

§ 1º A presidência do Conselho de que trata o caput cabe ao titular da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.

O Conselho de Administração do Fundo PRÓ-GESTÃO compreende: Plenário; Secretaria-Executiva. E, seu Regimento Interno, é estabelecido por meio do Decreto nº 38.014/2017.

Compete ao Conselho de Administração do Fundo PRÓ-GESTÃO:

- I - Definir as normas operacionais do Fundo;
- II - Estabelecer critérios e prioridades de aplicação de recursos;
- III - Aprovar proposta anual de orçamento do PRÓ-GESTÃO;
- IV - Alocar os recursos em projetos e programas, observando a viabilidade econômico-financeira e os recursos disponíveis;
- V - Acompanhar, avaliar e fiscalizar as ações do PRÓ-GESTÃO, sem prejuízo do controle interno e externo pelos órgãos competentes;
- VI - Dirigir a administração do Fundo, visando à continuidade das ações e programas que, iniciados em um governo, tenham a garantia de seu prosseguimento no governo subsequente;
- VII - Manter atualizados e organizados os demonstrativos de contabilidade e de escrituração fiscal;
- VIII - Manter arquivo, com informações claras e específicas, de ações, programas e projetos desenvolvidos, conservando em boa guarda os documentos correspondentes;
- IX - Elaborar o regimento interno.

Art. 8º O Conselho de Administração, ao final de cada exercício financeiro, submeterá as informações representativas da situação do Fundo ao exame da autoridade competente, nos termos da legislação em vigor, por meio dos seguintes documentos:

- I - Relatório com a descrição sumária dos bens integrantes do patrimônio do Fundo;



II - Especificações das ações, programas e projetos desenvolvidos;

III - Balanço do Fundo, elaborado segundo os padrões de contabilidade e escrituração fiscal. Parágrafo único. No exame realizado pela autoridade competente, deverão ser verificados, entre outros aspectos:

I - a solvabilidade do Fundo;

II - a regularidade de suas contas;

III - o fiel cumprimento dos fins estatutários;

IV - o desempenho de seus programas e projetos;

V - a aplicação dos recursos e outros.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	1	0	0	1
Comissionados sem vínculo efetivo	0	1	0	0	1
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	2	0	0	2

No exercício de 2025, o Fundo Pró-Gestão na intenção de garantir o cumprimento das legislações que norteiam o funcionamento do Fundo e a regularização formal dos atos praticados pelo Ordenador de Despesas, solicitou a recomposição da equipe técnica, pois a reduzida estrutura administrativa e a pouca quantidade de servidores existentes prejudicam a missão institucional.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	584057,0	450000,0	0	0
0006 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA-- DISTRITO FEDERAL	584057,0	450000,0	0	0



4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	60000,0	60000,0	0	0
0002 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS - DISTRITO FEDERAL	60000,0	60000,0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	7233431,0	5009937,0	3722967,85	3603391,85
0025 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-- QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PESSOAS- PRO GESTÃO-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	7233431,0	5009937,0	3722967,85	3603391,85
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	7877488,00	5519937,00	3722967,85	3603391,85

AÇÃO 3046 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA – DISTRITO FEDERAL

Esta ação foi inserida no orçamento do Fundo visando promover investimentos para equipar, reaparelhar e modernizar as instalações das unidades administrativas do Governo do Distrito Federal.

O valor previsto em Lei foi no montante de R\$ 584.057,00 (quinhentos e oitenta e quatro mil e cinquenta e sete reais), contudo as unidades do complexo administrativo do Governo Distrital não submeteram Projetos ao Fundo, portanto, não houve execução no Programa de Trabalho: 04.122.6203.3046.0006 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA – DISTRITO FEDERAL

AÇÃO 4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS

Esta ação foi inserida no Orçamento do Fundo com vistas a viabilizar as despesas relacionadas ao apoio, à gestão e à manutenção do Fundo.

O valor previsto em Lei foi na ordem de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), contudo, não houve execução no Programa de Trabalho: 04.122.6203.4220.0002 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS.

AÇÃO 4088 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Esta ação reflete à política de Capacitação do Servidor, onde se busca desenvolver as competências técnicas e gerenciais, considerando os desafios e as perspectivas da Administração Pública Distrital. Esses cursos têm o objetivo de aperfeiçoar os serviços prestados à sociedade e possibilitar que os servidores públicos atuem como agentes de mudança e aprimoramento da gestão pública.

Essa estratégia visa desenvolver formuladores de políticas públicas, de forma a contribuir para a melhoria dos serviços prestados, sendo, sem dúvida, um compromisso desta gestão. As capacitações são tratadas como internas, aquelas oferecidas pela Escola de Governo do Distrito Federal, mediante o pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso/GEEC. E, as externas, àquelas contratadas no mercado, pela Lei nº 14.133/21.

Na execução orçamentária no Programa de Trabalho – 04.128.6203.4088.0025 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES – QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS – PRÓ-GESTÃO – DISTRITO FEDERAL, o valor previsto em Lei foi no montante de R\$ 7.233.431,00 (sete milhões, duzentos e trinta e três mil, quatrocentos e trinta e um reais), sendo que deste valor foi autorizado R\$ 5.009.937,00 (cinco milhões, nove mil, novecentos e trinta e sete reais), e empenhado R\$ 3.722.967,85 (três milhões, setecentos e vinte e dois mil, novecentos e sessenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) e liquidado R\$ 3.603.391,85 (três milhões, seiscentos e três mil, trezentos e noventa e um reais e oitenta e cinco centavos), o que representa 71,92% de execução em relação a Despesa Autorizada. Baseando-se nos dados acima citados, observa-se por oportuno que o valor investido no exercício de 2025 circunda o montante aproximado de R\$ 360,05 (trezentos e sessenta reais e cinco centavos), por SERVIDOR CAPACITADO.

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES 2025	Nº DE SERVIDORES	VALOR (R\$)
Instrutoria Interna	8.846	1.715.610,85



Instrutoria Externa	1.162	1.887.781,00
Total	10.008	3.603.391,85

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

ARRECADACÃO: No exercício de 2025, foram arrecadados R\$ 7.301.901,28 (sete milhões, trezentos e um mil, novecentos e um reais e vinte e oito centavos), sendo R\$ 5.065.047,35 (cinco milhões, sessenta e cinco mil e quarenta e sete reais e trinta e cinco centavos), com Serviços Administrativos, R\$ 1.870.361,99 (um milhão, oitocentos e setenta mil, trezentos e sessenta e um reais e noventa e nove centavos) com Tarifas Inscrição em Concursos e Processos Seletivos e por fim R\$ 366.491,94 (trezentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e noventa e um reais e noventa e quatro centavos) com Remuneração de Depósitos Bancários.

REALIZAÇÕES: Como realização extraordinária, podemos citar a oferta sobre a temática de Direito, Contratação e Gestão Governamental concentrou a qualificação técnica em áreas críticas. Servidores participaram intensamente de eventos de alto nível como a 15ª Convenção de Contabilidade do Distrito Federal (97 participantes) e o XIV Congresso CONSAD de Gestão Pública (78 participantes), essenciais para o fortalecimento da governança, transparência e prestação de contas. O foco na conformidade legal foi reforçado pela participação no 12º Contratos Week (72 participantes), no 19º Pregão Week (10 participantes) e no XX Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública (3 participantes), além da especialização em processos decisórios com o curso sobre Elaboração de Documentos Técnicos Especializados Fundamentadores de Decisões no Setor Público (10 participantes). Destaca-se, ainda, o investimento em inovação e pesquisa aplicada com o Mestrado Profissional em Computação Aplicada (9 participantes).

O tema de Qualidade de Vida, Diversidade e Inclusão mobilizou a maior parcela do contingente de servidores. Mais de 200 participantes foram envolvidos no Workshop "Construindo Políticas e Programas de Qualidade de Vida no Setor Público - Com equidade, diversidade e inclusão", distribuídos em seis turmas (25, 35, 29, 36, 31 e 21 participantes nas turmas listadas), demonstrando o compromisso com a construção de um ambiente de trabalho mais saudável e equitativo. Esta prioridade no bem-estar foi complementada pela sensibilização em massa sobre saúde mental, com 130 servidores participando da Palestra "O Poder da Saúde Mental - Saúde Mental e Qualidade de Vida no Serviço Público".

O investimento foi prioritariamente direcionado para o Capital Humano (aproximadamente 332 participantes) por meio de Workshops sobre Qualidade de Vida e palestras de Saúde Mental, indicando um esforço concentrado na promoção da equidade e do bem-estar dos servidores. Paralelamente, o investimento em Competência Técnica (aproximadamente 279 participantes) por meio de eventos como o Contratos Week, o XIV Congresso CONSAD e a 15ª Convenção de Contabilidade assegurou a atualização do corpo funcional em temas críticos de gestão, transparência e conformidade legal.

Este equilíbrio entre o desenvolvimento técnico-gerencial e a valorização do servidor público reforça a estratégia da EGOV em formar quadros eficientes e engajados para a excelência na Administração Pública Distrital.

Os recursos do Fundo viabilizaram por meio da Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV):

a) De forma inovadora, os recursos do Fundo viabilizaram, a capacitação em Inteligência Artificial (IA) de 1.374 (mil trezentos e setenta e quatro) servidores. Com essa disponibilização, além de introduzir conceitos, aplicações e ferramentas de IA no contexto da administração pública, os cursos contribuem para a modernização da gestão, o aprimoramento da tomada de decisões, a otimização de processos e a promoção da inovação no âmbito do Governo do Distrito Federal.

b) A capacitação de 1.387 (um mil, trezentos e oitenta e sete) servidores no em cursos com a temática sobre a nova Lei de Licitações e Contratos – Lei nº 14.133, de 10 de abril de 2021. Com essa disponibilização, além de capacitar os servidores para a gestão em todo o processo licitatório, possibilita a atualização na legislação e nos procedimentos que regem os



processos de contratação bem como aprimorar os instrumentos que nortearão a condução das licitações e a posterior execução contratual, do Governo do Distrito Federal;

c) Nos cursos com a temática voltada para a área de Planejamento, Orçamento e Execução Financeira, foram capacitados 711 (setecentos e onze) servidores. Com essa disponibilização, além de capacitar os servidores para utilizar rotinas, ferramentas e módulos dos sistemas SIGGO, SIGGO-WEB, SAG, PPA-WEB, RAT e SISCONEP, os servidores também são capazes de elaborar propostas orçamentárias, solicitações de alterações orçamentárias e execução financeira da despesa pública;

d) Nos cursos de Desenvolvimento, Ambientação, Gestão de Atendimento e produção em OUVIDORIA, foram alcançados 273 (duzentos e setenta e três) servidores. Com essa disponibilização, além de aperfeiçoar conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores e empregados públicos e dos militares do GDF, que atuam no âmbito do Sistema de Gestão de Ouvidoria do Distrito Federal (SIGO-DF), cria a oportunidade para que o cursista vivencie as mais diferenciadas situações de atendimento, de modo a desenvolver suas habilidades intelectuais, críticas, teórica e práticas bem como sua postura ética e moral e a capacidade de relacionamento interpessoal e interdisciplinar;

e) Nos cursos com a temática em Políticas Públicas, foram alcançados 171 (cento e setenta e um) servidores. Com essa disponibilização, além de instruir os servidores os cursos têm por objetivo compreender o papel estratégico da identificação de problemas e definição da agenda no ciclo de políticas públicas.

f) No curso de Relações Autênticas, com base na COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (CNV), foram alcançados 131 (cento e trinta e um) servidores. Além de ser um método de comunicação de resolução pacífica de conflitos, técnica de escuta qualificada, eficaz e empática os servidores passam a utilizar a Comunicação Não Violenta (CNV) nos relacionamentos pessoais e profissionais, especialmente em situações de mediação de conflitos.

g) Nos cursos de Inglês Básico I e II, foram alcançados 46 (quarenta e seis) servidores. Com essa disponibilização, além de promover o desenvolvimento das competências linguísticas em língua inglesa, os cursos possibilitam aos servidores aprimorar a comunicação em contextos profissionais, ampliar o acesso a conteúdo técnicos e normativos internacionais e fortalecer a capacidade institucional do Governo do Distrito Federal no relacionamento com organismos, documentos e práticas de âmbito global.

h) Nos cursos de Elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP), Projeto Básico (PB) e Termo de Referência (TR), foram alcançados 168 (cento e sessenta e oito) servidores. Com essa disponibilização, além de capacitar os servidores quanto às etapas de planejamento das contratações públicas, os cursos contribuem para o correto atendimento às exigências da Lei nº 14.133, de 10 de abril de 2021, promovendo maior eficiência, segurança jurídica e qualidade na elaboração dos instrumentos que subsidiam os processos licitatórios e as contratações administrativas.

i) Por fim, a capacitação de 32 (trinta e dois) servidores no curso de Língua Brasileira de Sinais (Libras) – Módulo Básico I, Módulo Intermediário e Módulo Básico II. Com essa disponibilização, além de humanizar o atendimento à população do Distrito Federal, esse projeto visa atender ao Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), bem como a Portaria Conjunta nº 31, de 10 de maio de 2018, que estabelece termos e condições gerais de colaboração entre as partes (SEE/DF, por meio da EAPE, e SEPLAG/DF, por meio da EGOV/DF).



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Como dito anteriormente, o Fundo de Melhoria da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO, criado pela Lei nº 2.958, de 26 de abril de 2002, e alterado pela Lei nº 6.745, de 10 de dezembro de 2020, é coordenado pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal, tem por finalidade a melhoria da gestão pública e o acompanhamento de projetos, programas e ações de desenvolvimento e de capacitação de agentes públicos.

Em relação a Legislação do Fundo, tendo em vista a competência do Conselho de Administração Art. 7º, inciso IX, e deliberações realizadas pelo Conselho, este Fundo autuou o processo: 00410-00012121/2018-19, visando alterar o Regimento Interno do Conselho de Administração do Fundo de Melhoria da Gestão Pública PRÓ-GESTÃO.

Em 2025, em análise as atividades desenvolvidas podemos ressaltar a realização de 7 (sete) reuniões do Conselho de Administração do Fundo Pró-Gestão, a fim de deliberar e estabelecer critérios e prioridades de aplicação de recursos, referente aos processos de capacitação.

As ações e Projetos realizados com recursos do Fundo Pró-Gestão contribuíram com a melhoria de capacitação de diversos servidores no decorrer de 2025, proporcionando uma melhoria na prestação de serviço ao cidadão.

Quanto às dificuldades encontradas, podemos citar:

Durante o ano de 2025, a Secretaria do Fundo Pró-Gestão enfrentou desafios que impactaram diretamente o ritmo e a capacidade de execução das ações finalísticas.

A principal dificuldade, e podemos assim dizer, risco, é a insuficiência de recursos humanos, uma vez que a Unidade permanece estruturada com apenas 01 servidor de carreira e 01 servidor comissionado, responsáveis por gerir todas as atividades relacionadas ao planejamento, execução orçamentária, prestação de contas, monitoramento de projetos, elaboração de relatórios, atendimento a órgãos de controle e suporte técnico às demandas da EGOV e do Conselho de Administração. Essa limitação compromete o andamento das demandas e aumenta o risco operacional em etapas críticas do fluxo administrativo.

Outro desafio significativo, que também pode ser entendido como risco, refere-se à necessidade de aperfeiçoamento dos processos internos, especialmente os relacionados à execução orçamentária e financeira, cuja complexidade exige não apenas conhecimento técnico aprofundado, mas também uma estrutura mínima de apoio capaz de lidar com as burocracias normativas. A reduzida equipe impacta a capacidade de atendimento aos prazos e às exigências previstas no Decreto nº 38.014/2017, no Regimento Interno do Conselho e nas diretrizes de gestão da SEEC.

Por fim, o crescente número de demandas de capacitação por parte dos órgãos do GDF, aliado ao cenário de rápida evolução tecnológica e necessidade de adaptação à nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), impôs pressão adicional sobre a unidade, que necessita acompanhar cenários normativos, orientar gestores, apoiar instrução processual e garantir conformidade técnica e jurídica em todas as etapas.

Perspectivas:

Como perspectiva para 2026, espera-se que o quadro de servidores seja ampliado em no mínimo 12%, para que, além de reduzir os riscos já apresentados, não seja necessário diminuir o número de capacitações ofertadas.



19911 - FUNDO DA RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O PRÓ-RECEITA foi instituído pela Lei nº 5.594, de 28/12/2015, alterada pela Lei Complementar nº 959, de 26/12/2019, tendo por finalidade o aparelhamento, a modernização, o incentivo e o gerenciamento das atividades de fiscalização, lançamento e cobrança administrativa.

São objetivos do PRÓ-RECEITA:

I - aperfeiçoamento, desenvolvimento e manutenção da infraestrutura física e tecnológica de uso da Subsecretaria da Receita - SUREC;

II - aquisição de bens e serviços;

III - qualificação profissional dos servidores da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal;

IV - aperfeiçoamento dos processos de trabalho e da gestão dos recursos físicos e humanos;

V - realização de outras atividades relacionadas aos objetivos do Fundo; e

VI - pagamento de incentivos financeiros, na forma de parcela remuneratória, condicionada ao atingimento de metas institucionais definidas em ato do secretário de estado de economia do Distrito Federal, aos servidores ativos, aposentados e pensionistas da carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal, podendo, em relação aos ativos, ser fixadas metas individuais.

Constituem recursos do PRÓ-RECEITA:

I - os encargos de que trata o § 1º, em relação aos créditos cobrados de acordo com os incisos I e II do caput, observado disposto no § 2º, todos do art. 42 da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994;

II - as contribuições, as subvenções e os auxílios da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;

III - as doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos ou privados nacionais ou internacionais, além de outros recursos;

IV - os recursos resultantes da celebração de contratos, convênios, consórcios ou outros ajustes;

V - os valores advindos da aplicação dos recursos do fundo, além do saldo apurado nos exercícios anteriores;

VI - as contribuições, as subvenções e outros valores destinados a propiciar o aperfeiçoamento da administração tributária;

VII - os recursos de que trata o art. 2º da Lei nº 2.594, de 21 de setembro de 2000, após a dedução do recurso constante no art. 3º, I, da Lei nº 3.311, de 21 de janeiro de 2004;

VIII - os recursos de que trata o art. 2º, § 3º, da Lei Complementar nº 833, de 27 de maio de 2011; e

IX - outros recursos resultantes de dotações orçamentárias consignadas em lei.

Parágrafo único. Para fins do disposto no art. 2º, VI, são utilizados 80% das receitas de que tratam os incisos I, V, VII, VIII e IX, incluindo outras fontes de receita que venham a ser instituídas para essa finalidade.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2	0	1	0	3
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	2	0	1	0	3
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	2	0	1	0	3

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS	20000,0	0,09	0	0
0003 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS-- DISTRITO FEDERAL	20000,0	0,09	0	0
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	200000,0	1421,00	1420,84	1420,84
0061 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - DISTRITO FEDERAL	200000,0	1421,00	1420,84	1420,84
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	220000,00	1421,09	1420,84	1420,84

Programação Orçamentária Realizada

AÇÃO 9093 – OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES – DISTRITO FEDERAL

Foram realizados pagamentos classificados na ação de ressarcimentos, indenizações e restituições, destinados a atender obrigações administrativas e legais relacionadas à gestão tributária no exercício.

Programa Orçamentária não Executada

AÇÃO 9055 – TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS – DISTRITO FEDERAL



Não houve execução no exercício, uma vez que não ocorreram tarifas, encargos ou comissões bancárias a serem suportadas pela programação.

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	4500000,0	1176281,42	0	0
0001 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	4500000,0	1176281,42	0	0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	20000,0	14773,09	0	0
0001 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS--DISTRITO FEDERAL	20000,0	14773,09	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	4500000,0	0,00	0	0
0004 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	4500000,0	0,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6850150,0	1895185,86	718901,92	449313,70
0003 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	6850150,0	1895185,86	718901,92	449313,70
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	5000000,0	1486963,00	1486962,62	1480193,73
0001 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	5000000,0	1486963,00	1486962,62	1480193,73
2895 - INCENTIVO ÀS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, LANÇAMENTO E COBRANÇA ADMINISTRATIVA	84360600,0	64736106,00	64630252,85	64390202,85
0001 - INCENTIVO AS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, LANÇAMENTO E COBRANÇA ADMINISTRATIVA--DISTRITO FEDERAL	84360600,0	64736106,00	64630252,85	64390202,85
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	105230750,00	69309309,37	66836117,39	66319710,28

Programação Orçamentária Realizada

AÇÃO 2557 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As despesas desta ação decorrem, predominantemente, de contratos administrativos celebrados com a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal. Tais contratos viabilizaram a manutenção, o suporte técnico e a continuidade operacional dos sistemas e serviços de tecnologia da informação que dão suporte às atividades finalísticas da Subsecretaria da Receita, especialmente fiscalização, lançamento e cobrança administrativa.

AÇÃO 4088 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Foram realizadas ações de capacitação com inscrições de servidores em: curso de extensão sobre a Reforma Tributária (18 inscrições); curso "Mercado de Energia, o serviço e o ICMS" (2 inscrições); e evento Agile Trends Management 2025 (20 inscrições). Também houve



aprovação do financiamento de bolsas de estudo para execução nos exercícios seguintes, contemplando 20 bolsas de especialização, 20 bolsas de mestrado e 5 bolsas de doutorado.

AÇÃO 2895 – INCENTIVO ÀS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, LANÇAMENTO E COBRANÇA ADMINISTRATIVA – DISTRITO FEDERAL.

Foi executado o pagamento do incentivo financeiro aos servidores da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal, em razão do atingimento das metas institucionais e individuais estabelecidas, beneficiando 1.199 servidores ativos, aposentados e beneficiários de pensão elegíveis.

Programação Orçamentária não Executada

AÇÃO 3046 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA – PRÓ-RECEITA – DISTRITO FEDERAL

Não houve execução no exercício, em razão da inexistência de projetos aptos à execução no período.

AÇÃO 4220 – GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS

Não houve execução no exercício, em razão da ausência de demandas específicas que justificassem a utilização da programação.

AÇÃO 1471 – MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Não houve execução no exercício. Após as autorizações orçamentárias ocorridas ao longo do ano, a dotação autorizada ao final do exercício foi igual a R\$ 0,00, o que inviabilizou a realização de despesas, além de não terem sido formalizados projetos aptos à execução dentro do período.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Não houve realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

As alterações normativas e regulamentares aplicáveis ao Fundo contribuíram para o aprimoramento progressivo da execução orçamentária, viabilizando a manutenção de ações estruturantes, com destaque para o incentivo às atividades de fiscalização, lançamento e cobrança administrativa e para a capacitação dos servidores da Carreira de Auditoria Tributária, além de investimentos em suporte tecnológico.

Como dificuldades na execução, registram-se: a inexistência de projetos aptos à execução em algumas programações (por exemplo: modernização da gestão e gestão de recursos de fundos); a inviabilização orçamentária da ação de modernização de sistemas de informação, cuja dotação autorizada ao final do exercício resultou em R\$ 0,00; e a necessidade de aprimorar o detalhamento descritivo das aquisições e contratações de tecnologia da informação, para garantir rastreabilidade e transparência do que foi efetivamente adquirido e contratado no exercício.

Para o exercício de 2026, a perspectiva é de fortalecimento do planejamento e da estruturação prévia de demandas para ampliar a execução das ações de modernização e de tecnologia da informação, com ênfase na sustentação e evolução dos sistemas que suportam a fiscalização, o lançamento e a cobrança administrativa. Também se prevê a continuidade dos investimentos em capacitação da Carreira de Auditoria Tributária, bem como a manutenção do incentivo pró-receita como instrumento de alinhamento a metas institucionais e individuais, buscando elevar a eficiência operacional e a qualidade dos serviços prestados à sociedade.



19912 - FUNDO DE APRIMORAMENTO DO CONTROLE INTERNO DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Aprimoramento do Controle Interno do Distrito Federal – Pró-Controle Interno foi instituído pela Lei Complementar nº 981, de 14 de janeiro de 2021, a qual foi alterada pela Lei Complementar nº 1002, de 21 de março de 2022.

A Resolução nº 1 de 29 de setembro de 2022, publicada no DODF nº 194 de 14/10/2022 p. 5, aprovou o Regimento Interno do Fundo de Aprimoramento do Controle Interno do Distrito Federal – PRÓ-CONTROLE INTERNO.

O Fundo Pró-Controle Interno tem por finalidade:

I. aperfeiçoar, desenvolver, manter e modernizar a infraestrutura física e tecnológica de uso da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal e da Controladoria-Geral do Distrito Federal relacionadas às atividades de controle interno, nos termos dos arts. 77 e 80 da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF e do art. 74 da Constituição Federal.

II. qualificar profissionalmente os servidores da carreira de Auditoria de Controle Interno do Distrito Federal;

III. desenvolver e fomentar atividades relacionadas a gestão e auditoria na administração pública;

IV. desenvolver outras atividades, desde que relacionadas aos objetivos do Fundo; e

V. pagamento de incentivos financeiros, na forma de parcela remuneratória, condicionada ao atingimento de metas institucionais definidas em ato conjunto do secretário de Estado de Economia do Distrito Federal e do secretário de Estado Controlador-Geral do Distrito Federal, aos servidores ativos, aposentados e pensionistas da carreira Auditoria de Controle Interno do Distrito Federal, podendo, em relação aos ativos, ser fixadas metas individuais.

Constituem receitas do Pró-Controle Interno:

I. doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos ou privados nacionais ou internacionais;

II. recursos resultantes da celebração de contratos, convênios, consórcios ou outros ajustes;

III. valores advindos da aplicação dos recursos do Fundo, além do saldo apurado nos exercícios anteriores;

IV. contribuições, subvenções e outros valores destinados a propiciar aperfeiçoamento e modernização da infraestrutura física e tecnológica das atividades do controle interno;

V. recursos provenientes do tesouro distrital;

VI. outros recursos resultantes de dotações orçamentárias consignadas em lei; e

VII – 15% do produto total da arrecadação de preço público;

Parágrafo único. É vedado o contingenciamento ou o remanejamento dos recursos para atender a despesas que não sejam relacionadas diretamente às finalidades do Fundo.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

A força de trabalho encontra-se contida na Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	600000,0	14071,00	14070,36	14070,36
0003 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS - DISTRITO FEDERAL	600000,0	14071,00	14070,36	14070,36
4062 - INCENTIVO E APRIMORAMENTO DAS ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO	129000000,0	76847563,38	76247562,52	75747562,52
0001 - INCENTIVO E APRIMORAMENTO DAS ATIVIDADES DE CONTRO - DISTRITO FEDERAL	129000000,0	76847563,38	76247562,52	75747562,52
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	8270046,0	1073529,05	995152,74	989084,61
0007 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - DISTRITO FEDERAL	8270046,0	1073529,05	995152,74	989084,61
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	137870046,00	77935163,43	77256785,62	76750717,49

Programação Orçamentária Realizada

4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS

No exercício, foram realizadas atividades de natureza administrativa e operacional relacionadas ao acompanhamento e à gestão dos recursos do Fundo, abrangendo procedimentos de controle, monitoramento e manutenção das rotinas de gestão. A execução da ação ocorreu de forma limitada, em virtude da inexistência de projetos autorizados



compatíveis com o seu objeto, não havendo demanda que justificasse a plena utilização da dotação prevista.

4062 – INCENTIVO E APRIMORAMENTO DAS ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO

Foram executadas ações voltadas à valorização e ao incentivo ao desempenho dos servidores da carreira de controle interno, condicionadas ao cumprimento das metas institucionais e individuais estabelecidas para o exercício. As iniciativas implementadas contribuíram para o fortalecimento das atividades finalísticas de controle interno, incluindo auditoria, fiscalização, correição, ouvidoria e ações de prevenção e combate a irregularidades, promovendo maior efetividade, eficiência e transparência na gestão pública.

4088 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

No período, foram realizadas ações de capacitação e desenvolvimento profissional dos servidores, por meio da participação em cursos, treinamentos, eventos técnicos e demais atividades formativas. As ações executadas tiveram como objetivo o aprimoramento das competências técnicas e gerenciais, em alinhamento às necessidades institucionais, ao planejamento estratégico e às diretrizes de desenvolvimento de pessoas do órgão.

6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS

O Programa possibilitou a execução articulada de ações destinadas ao fortalecimento da gestão pública orientada a resultados, com foco na valorização do desempenho institucional, no desenvolvimento das capacidades dos servidores e no suporte às atividades de gestão e controle, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o exercício

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Não houve realização extraordinária.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No exercício em análise, a execução orçamentária do Fundo de Aprimoramento do Controle Interno do Distrito Federal – PRÓ-CONTROLE INTERNO concentrou-se na Ação 4062 – Incentivo e Aprimoramento das Atividades de Controle Interno. As despesas liquidadas referiram-se integralmente ao pagamento do incentivo vinculado ao desempenho institucional e individual dos servidores da carreira de controle interno. A execução observada reflete o reconhecimento do alcance das metas institucionais e individuais pactuadas, em conformidade com os critérios e condicionantes estabelecidos na normatização vigente, contribuindo para a valorização do desempenho funcional e para o fortalecimento das atividades finalísticas de controle interno.

Dificuldades Encontradas

Como principal dificuldade identificada no exercício, destaca-se a concentração da execução orçamentária em uma única ação, evidenciando limitações na diversificação das iniciativas financiadas pelo Fundo. Tal cenário decorre, entre outros fatores, da ausência de estrutura formal de governança e de processos consolidados de planejamento, priorização e operacionalização das ações do PRÓ-CONTROLE INTERNO.

Adicionalmente, observou-se fragilidade na articulação entre o planejamento estratégico, o planejamento orçamentário e a capacidade executiva da unidade gestora, o que contribuiu para a subexecução de ações distintas do incentivo ao desempenho e para a recorrência de ajustes na programação ao longo do exercício.

Perspectivas para o Próximo Exercício

Para o exercício subsequente, destacam-se as seguintes perspectivas e medidas estruturantes:



I. Instituição de estrutura formal de governança e operacionalização do Fundo, com definição clara de papéis, responsabilidades, instâncias decisórias e fluxos de deliberação, visando mitigar riscos associados à concentração de despesas e fortalecer o planejamento da execução;

II. Realização de diagnóstico institucional voltado ao estágio de desenvolvimento e à maturidade da unidade gestora do Fundo PRÓ-CONTROLE INTERNO, com foco no aprimoramento dos processos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações financiadas;

III. Aprimoramento do planejamento orçamentário e financeiro, com maior alinhamento entre as ações previstas nos instrumentos de planejamento governamental e a capacidade operacional da unidade gestora, de modo a elevar o nível de execução e reduzir a necessidade de remanejamentos; e

IV. Fortalecimento dos mecanismos de acompanhamento e monitoramento da execução, com adoção sistemática de indicadores de desempenho, registros formais de decisões gerenciais e práticas de gestão de riscos, ampliando a transparência, a rastreabilidade e a efetividade da gestão do Fundo.

As medidas propostas visam endereçar as fragilidades identificadas, promover a melhoria contínua da gestão e assegurar que os recursos do PRÓ-CONTROLE INTERNO sejam aplicados de forma eficiente, eficaz e em conformidade com os princípios que regem a administração pública.



20201 - COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap, empresa pública de direito privado, foi criada pela Lei Federal nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, e tem como finalidade executar as atividades imobiliárias de interesse do Distrito Federal, por meio de utilização, aquisição, administração, aluguéis, concessão de direito real de uso, concessão de uso oneroso, parcelamento do solo, cessão de uso, disposição, incorporação, oneração ou alienação de bens, mediante contraprestação do serviço assim como realizar, diretamente, obras e serviços de infraestrutura, de urbanização, edificação, viárias e outras atividades correlatas no Distrito Federal, ou indiretamente, mediante convênios, contratos ou outros instrumentos.

É regida pela supracitada Lei, pela Lei Distrital nº 4.586, de 13 de julho de 2011, pela Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, pela Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, e subsidiariamente pela legislação aplicável às sociedades por ações, e seu capital social é dividido entre o Distrito Federal, detentor de 51%, e a União, com 49%.

Sem prejuízo das atribuições da Lei que a criou, a Lei Distrital nº 4.586 de 13 de julho de 2011 definiu novas atribuições para a Empresa, que passou a ter também, a função de Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal, por intermédio de proposição, operacionalização e implementação de programas e projetos de desenvolvimento econômico e social de interesse do Distrito Federal.

Na qualidade de Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal, compete a Terracap operacionalizar atividades imobiliárias, de modo a gerar recursos para o investimento em infraestrutura econômica e social, além de assegurar a sustentabilidade de longo prazo de suas receitas; realizar a promoção direta ou indireta, inclusive por meio de subvenção econômica, de investimentos em parcelamentos do solo, regularização, infraestrutura e edificações, nas áreas de programas e projetos de: expansão urbana e habitacional; desenvolvimento econômico, social, industrial e rural; desenvolvimento do setor de serviços; desenvolvimento tecnológico e de estímulo à inovação; construção, manutenção e adequação básica e operacional de bens imóveis destinados à prestação de serviços públicos; estabelecer Parcerias Público-Privadas (PPP), constituir Sociedades de Propósito Específico (SPE), Subsidiárias Integrais e promover operações urbanas consorciadas para implantação e desenvolvimento de empreendimentos considerados estratégicos; promover estudos e pesquisas, além de realizar levantamento, consolidação e divulgação de dados, com periodicidade regular, relacionados ao ordenamento urbano, o provimento habitacional e o mercado imobiliário no Distrito Federal; e, quando a Terracap atuar como Agência de Desenvolvimento em programas e projetos de desenvolvimento econômico e social de interesse do Distrito Federal, para atuação em áreas públicas e bens imóveis destinados à prestação de serviços públicos, será oferecida à Novacap a preferência conferida pelo art. 1º, Inc. II, alínea "e" da Lei Distrital nº 4.586/2011, com a redação dada pela Lei nº 5.538, de 08 de setembro de 2015.

Assim, além de ser uma das executoras da política de ordenamento territorial do Governo, a Terracap é também uma das executoras das políticas de desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, atuando não apenas no financiamento de investimentos para parcelamento do solo, mas, também, na expansão urbana e habitacional, no desenvolvimento econômico, social, industrial e agrícola, no desenvolvimento do setor de serviços e da área de tecnologia e no estímulo à inovação.

Em 2018, a Lei Distrital nº 6.140, de 03 de maio de 2018, determinou à Terracap a administração, a implantação, o desenvolvimento e a operação do Parque Tecnológico de Brasília. Desta forma, foi criada a BIOTIC S/A, subsidiária integral da Terracap, para exercer este importante papel que tem o objetivo de realizar a gestão, controle e estruturação do empreendimento. A viabilização deste novo negócio envolve desde operações financeiras e imobiliárias de ocupação do espaço à realização de prospecção de novos negócios que sejam condizentes com a finalidade do desenvolvimento sustentável do Distrito Federal.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Em 2023, visando a regularização de imóveis rurais, foi criada a Empresa de Regularização de Terras Rurais – ETR S.A, empresa subsidiária integral da Terracap, tendo por objeto social a promoção da gestão e a regularização fundiária das terras públicas rurais do Distrito Federal, da Terracap e/ou daquelas transferidas pela União, por força de lei, ou incorporadas, por quaisquer meios legais, ao patrimônio da controladora, limitadas àquelas propriedades cuja gestão tenha sido confiada à ETR S.A. por decisão da Terracap.

Comprometida a trabalhar em coerência com os objetivos estratégicos e observância dos princípios do Governo do Distrito Federal, a Terracap consolidou a sua participação nas políticas de desenvolvimento econômico e social, fundiária, habitacional e de implantação de infraestrutura básica local.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	91	80	168	152	491
Comissionados sem vínculo efetivo	80	94	0	0	174
Requisitados de órgãos do GDF	14	9	0	0	23
Requisitados de órgãos fora do GDF	2	1	0	0	3
Estagiários	0	0	26	50	76
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	15	3	18
Terceirizados (FUNAP)	0	0	344	30	374
Outros - especificar	0	0	9	5	14
Subtotal	187	184	562	240	1.173
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	17	7	24
Total Geral	187	184	545	233	1.149

*Terceirizados - item composto por: brigadistas, vigilantes, copeiras, agentes de portaria, empregados dos serviços gerais e da manutenção predial.

**Outros - especificar: empregados especiais da Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial (CETEFE).

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	23788310,0	-12600070,0	11188240,0	2373671,49
6191 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	23788310,0	-12600070,0	11188240,0	2373671,49



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

9030 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA	36918432,0	41160817,0	78079249,0	36251228,01
0003 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	36918432,0	41160817,0	78079249,0	36251228,01
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	19550000,0	-12205709,0	7344291,0	7028685,47
7163 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	19550000,0	-12205709,0	7344291,0	7028685,47
9057 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS	150721188,0	-10150007,0	140571181,0	140571181,00
0005 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS - TERRACAP - DISTRITO FEDERAL	150721188,0	-10150007,0	140571181,0	140571181,00
9090 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	80023447,0	-40221330,0	39802117,0	37444490,03
0001 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA--DISTRITO FEDERAL	80023447,0	-40221330,0	39802117,0	37444490,03
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3700000,0	1790539,0	5490539,0	5367114,13
0073 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	3700000,0	1790539,0	5490539,0	5367114,13
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES	0	10001330,0	10001330,0	10000000,0
0124 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTE E/OU ENTIDADE PRIVADA - DISTRITO FEDERAL	0	10001330,0	10001330,0	10000000,0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	314701377,00	-22224430,00	292476947,00	239036370,13

Programações Orçamentárias Realizadas:

Ação Orçamentária 9001 - Execução de Sentenças Judiciais:

Subtítulo 6191 - Execução de Sentenças Judiciais - Terracap - Distrito Federal:

Sendo própria do exercício da atividade empresarial, seja pública ou privada, a sucumbência decorrente de sentenças judiciais esteve nas despesas da Terracap no exercício de 2025. Assim, as execuções de sentenças cíveis em desfavor da Terracap somaram 50 (cinquenta) enquanto as trabalhistas somaram 20 (vinte), totalizando uma execução de um pouco mais de R\$ 2 milhões de reais.

Ação Orçamentária 9030 - Amortização e Encargos da Dívida Pública Contratada - Interna:

Subtítulo 0003 - Amortização e Encargos da Dívida Pública Contratada - Interna - Terracap - Distrito Federal:

Foram efetuados pagamentos de juros e taxas vinculadas à operações de crédito contratadas nos exercícios de 2023/2024 totalizando R\$ 36 milhões.

Ação Orçamentária 9050 - Ressarcimento, Indenizações e Restituições de Pessoal:

Subtítulo 7163 - Ressarcimento, Indenizações e Restituições - Terracap - Distrito Federal:

Estão classificadas as despesas de servidores requisitados, do Programa de Desligamento Incentivado (PDI), das rescisões contratuais e acertos de contas. Assim, os valores executados nesta ação correspondem ao ressarcimento de 24 empregados/servidores



requisitados (em média) que mantiveram vínculo ao longo de 2025, ao pagamento de parcelas de indenização aos últimos 10 empregados que aderiram ao último ao PDI realizado na empresa, bem como 13 rescisões contratuais e ou acerto de contas ocorridos no exercício, totalizando R\$ 8,3 milhões.

Ação Orçamentária 9057 - Pagamento de Impostos e Tributos:

Subtítulo 0005 - Pagamento de Impostos e Tributos - Terracap - Distrito Federal:

87,42% destes gastos foram com o pagamento de impostos Federais PIS/COFINS/CSLL, e 10,32% deste dispêndio foram relativos a gastos com IPTU/ITBI/ITCD/TLP/ITR, que somados corresponderam a quase a totalidade dos R\$ 140,5 milhões executados no exercício.

Ação Orçamentária 9090 - Participação Acionária:

Subtítulo 0001 - Participação Acionária - Distrito Federal:

Foram gastos R\$ 37 milhões com a quitação de obrigações contratuais das empresas subsidiárias integrais, visando o aumento de capital social da controladora Terracap frente a BIOTIC e a ETR.

Ação Orçamentária 9093 - Outros Ressarcimentos, Indenizações e Restituições:

Subtítulo 0073 - Outros Ressarcimentos, Indenizações e Restituições - Distrito Federal:

Foram pagas despesas referentes às devoluções administrativas decorrentes distratos, pagamentos em duplicidade ou indevidos totalizando R\$ 5,3 milhões.

Ação Orçamentária 9107 - Transferência Financeira a Entidades:

Subtítulo 0124 - Transferência Financeira a Entidades - Transferência Financeira a Ente e/ou Entidade Privada - Distrito Federal:

Quanto a Ação Transferência Financeira a Entidades, foi efetuado o repasse à CODHAB referente a desapropriação em cumprimento da obrigação prevista no Decreto n.º 47.687 de 15 de setembro de 2025, no valor total de R\$ 10 milhões.

6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3144 - REALIZAÇÃO DE PARCELAMENTO RURAL	100000,0	468726,0	568726,0	301155,59
0001 - REALIZAÇÃO DE PARCELAMENTO RURAL- TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	100000,0	468726,0	568726,0	301155,59
TOTAL - 6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL	100000,00	468726,00	568726,00	301155,59

Programação Orçamentária Realizada

Ação Orçamentária 3144 - Realização de Parcelamento Rural:

Subtítulo 0001 - Realização de Parcelamento Rural - Terracap - Distrito Federal:

Houve a prestação de serviços da ETR à TERRACAP pela gestão das terras rurais do Distrito Federal, com deságio da taxa de administração da concessão dos imóveis.

6202 - SAÚDE EM MOVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3135 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	10000,0	1200000,0	1210000,0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - TERRACAP - ARNIQUEIRA	10000,0	1200000,0	1210000,0	0



TOTAL - 6202 - SAÚDE EM MOVIMENTO	10000,00	1200000,00	1210000,00	0,00

Programação Orçamentária Não-Executada

Ação Orçamentária 3135 - Construção de Unidades Básicas de Saúde:

Subtítulo 0001 - Construção de Unidades Básicas de Saúde - Terracap - Arniqueira:

Não houve nenhuma execução para o exercício fiscal 2025, em razão do convênio ter sido assinado em 26/11/2025 e a Ordem de Serviço para a Novacap ter sido expedida em 03/12/2025. Portanto, aguarda-se a Novacap informar a respeito do início das obras.

6206 - ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	1461508,0	5100000,0	6561508,0	1447631,50
9494 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	1461508,0	5100000,0	6561508,0	1447631,50
4091 - APOIO A PROJETOS	10000,0	-10000,0	0,0	0
5826 - APOIO A PROJETOS-ESPORTIVOS - TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	10000,0	-10000,0	0,0	0
TOTAL - 6206 - ESPORTE E LAZER	1471508,00	5090000,00	6561508,00	1447631,50

Programação Orçamentária Não-Executada

Ação Orçamentária 4091 - Apoio a Projetos:

Subtítulo 5826 - Apoio a Projetos Esportivos - Terracap - Distrito Federal:

Não houve nenhuma execução para o exercício fiscal 2025, em razão de que não houve interessados pela verba disponibilizada para o período.

Programação Orçamentária Realizada

Ação Orçamentária 1950 - Construção de Praças Públicas e Parques:

Subtítulo 9494 - Construção de Praças Públicas e Parques - Terracap - Distrito Federal:

Houve a conclusão do Parque Internacional da Paz e, também, a conclusão da iluminação pública no anel viário do Parque Burle Marx e no Parque Sul de Águas Claras.

6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	618386,0	667197,0	1285583,0	0
6189 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	618386,0	667197,0	1285583,0	0
1302 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS	0	4100000,0	4100000,0	0
0003 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS - DISTRITO FEDERAL	0	4100000,0	4100000,0	0
TOTAL - 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	618386,00	4767197,00	5385583,00	0,00

Programações Orçamentárias Não-Executadas

Ação Orçamentária 3711 - Realização de Estudos e Pesquisas:

Subtítulo 6189 - Realização de Estudos e Pesquisas - Terracap - Distrito Federal:



Não houve nenhuma execução para o exercício fiscal 2025, em razão de o Projeto do Metrô deixar de compor o portfólio estratégico da Terracap no próximo ciclo (2026-2030), tendo em vista a readequação das prioridades dos projetos estratégicos da Terracap para o estudo de demanda relativo ao projeto não ser mais desenvolvido, e tampouco foi iniciado outro procedimento de contratação de estudos.

Ação Orçamentária 1302 - Construção de Feiras:

Subtítulo 0003 - Construção de Feiras - Distrito Federal:

Não houve nenhuma execução para o exercício fiscal 2025, em razão do convênio ter sido assinado em novembro de 2025 e a Ordem de Serviço para a Novacap ter sido expedida em dezembro de 2025. Portanto, aguarda-se a Novacap informar a respeito do início das obras.

6208 - TERRITÓRIO RESILIENTE E INCLUSIVO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3163 - REALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO REMOTO DO TERRITÓRIO DO DF	400000,0	0	400000,0	0
0003 - REALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO REMOTO DO TERRITÓRIO DO DF-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	400000,0	0	400000,0	0
1823 - IMPLANTAÇÃO DE RESERVA INDÍGENA	500000,0	0	500000,0	117022,05
0001 - IMPLANTAÇÃO DE RESERVA INDÍGENA- PLANO PILOTO	500000,0	0	500000,0	117022,05
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	6000000,0	-667197,0	5332803,0	586583,45
0003 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS - TERRACAP - DISTRITO FEDERAL	6000000,0	-667197,0	5332803,0	586583,45
3160 - REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS URBANOS	6500000,0	0	6500000,0	170448,46
0001 - REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS URBANOS - TERRACAP - DISTRITO FEDERAL	6500000,0	0	6500000,0	170448,46
1085 - AQUISIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS	62500000,0	-2987108,0	59512892,0	13765273,69
0005 - AQUISIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	62500000,0	-2987108,0	59512892,0	13765273,69
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO RESILIENTE E INCLUSIVO	75900000,00	-3654305,00	72245695,00	14639327,65

Programação Orçamentária não Executada

Ação Orçamentária 3163 - Realização do Mapeamento Remoto do Território do DF:

Subtítulo 0003 - Realização do Mapeamento Remoto do Território do DF - Terracap - Distrito Federal:

Não houve nenhuma execução para o exercício fiscal 2025, contrato de imagens orbitais de pagamento único de 36 meses que iniciou seu processo de renovação contratual em novembro de 2025.

Programações Orçamentárias Realizadas:

Ação Orçamentária 1823 - Implantação de Reserva Indígena:

Subtítulo 0001 - Implantação de Reserva Indígena - Plano Piloto:

Houve a conclusão das habitações da reserva indígena Kariri-Xocó.



Ação Orçamentária 1968 - Elaboração de Projetos:

Subtítulo 0003 - Elaboração de Projetos - Terracap - Distrito Federal:

Houve desenvolvimento de vários projetos, tais como: elaboração de plano básico de zona de proteção de aeródromo – PBZA para a pista de pouso localizada entre as rodovias DF-001, VC-263 e DF-440 em Sobradinho-DF; execução de sondagens a trado e à percussão na ADE de Sobradinho, Residencial Sobradinho e Lote 31 Trecho 03 do Setor de Mansões do Lago Norte; execução de projetos integrados de parcelamento do solo, de sinalização de endereçamento, estudo de tráfego e de infraestrutura para a Arine Sucupira, Centro Metropolitano de Taguatinga, Setor Habitacional Meirelles, Setor Habitacional Tororó e QI e QL 30 do Lago Sul; em taxas administrativas para estudo prévio de projetos de arquitetura e urbanismo.

Ação Orçamentária 3160 - Regularização de Parcelamentos Urbanos:

Subtítulo 0001 - Regularização de Parcelamentos Urbanos - Terracap - Distrito Federal:

Houve pagamento de taxas de licenciamento ambiental para fins de regularização de imóveis em zoneamento urbano do Distrito Federal.

Ação Orçamentária 1085 - Aquisição e Recuperação de Imóveis:

Subtítulo 0005 - Aquisição e Recuperação de Imóveis - Terracap - Distrito Federal:

Houve pagamento referente a desapropriações de áreas ocupadas para fins de criação de novos parcelamentos urbanos, rescisões contratuais com retorno do imóvel e ressarcimento de restituições e indenizações de distratos realizados no âmbito administrativo com retorno do imóvel.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanc 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanc 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanc 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanc 4º Ano	Fonte
10870 - REGULARIZAÇÃO URBANA	UNIDADE		01/01/2001	Anual	1000,00	1173,00	3881,00	X	7007,00	X	8495,00	X	SISTEMAS INTERNOS DA TERRACAP, TAIS COMO GAI E GIU.
Justificativa: 2024 - Com base nas informações apresentadas, a Gerência de Venda Direta superou a meta estabelecida para 2024, que era de disponibilizar 1.000 imóveis. A meta foi ultrapassada, com a disponibilização de 1.173 imóveis para comercialização por venda direta. Além disso, a Gerência também disponibilizou 13.573 imóveis para cadastramento, permitindo que os interessados possam solicitar contrato de concessão onerosa de uso para esses imóveis.													
10870 - REGULARIZAÇÃO URBANA	UNIDADE		01/01/2001	Anual	1000,00	-	3881,00	798,00	7007,00	X	8495,00	X	SISTEMAS INTERNOS DA TERRACAP, TAIS COMO GAI E GIU.
Justificativa: 2025 - No 1º trimestre, foram disponibilizados para venda direta, sendo estes imóveis registrados no Condomínio Ville de Montagne, na APC do SHVP Trecho 01 e no SHVP Trecho 03, totalizando cerca de 600 imóveis. No 2º trimestre, foram disponibilizados mais 100 imóveis para registro de venda direta entre editais de terceiro chamamento e outros. E por fim, nos 3º e 4º trimestres foram disponibilizados mais 98 imóveis da URB 26 do SHVP Trecho 02. Além disso, justifica-se que o indicador teve sua mensuração em 20,56% em razão de que a estimativa de registros de SHVP e Jockey Clube não foi alcançada por problemas de projetos que tardaram a completude e também problemas cartoriais.													

6209 - INFRAESTRUTURA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	1000000,0	3000000,0	4000000,0	802241,73
9883 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	1000000,0	3000000,0	4000000,0	802241,73
1948 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DRENAR/DF	7500000,0	3000000,0	10500000,0	9383236,67
0002 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DRENAR/DF - TERRACAP - PLANO PILOTO	7500000,0	3000000,0	10500000,0	9383236,67
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	1520000,0	7500000,0	9020000,0	2841388,86
3194 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	1520000,0	7500000,0	9020000,0	2841388,86



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

5006 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS	253682666,0	-35200000,0	218482666,0	97261199,34
2917 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	253682666,0	-35200000,0	218482666,0	97261199,34
9139 - CONSORCIO DE USINA FOTOVOLTAICA CEB PAR - TERRACAP	6348285,0	-1403285,0	4945000,0	4945000,0
0001 - CONSORCIO DE USINA FOTOVOLTAICA CEB PAR - TERRACAP - DISTRITO FEDERAL	6348285,0	-1403285,0	4945000,0	4945000,0
TOTAL - 6209 - INFRAESTRUTURA	270050951,00	-23103285,00	246947666,00	115233066,60

Programações Orçamentárias Realizadas

Ação Orçamentária 1110 - Execução de Obras de Urbanização:

Subtítulo 9883 - Execução de Obras de Urbanização - Terracap - Distrito Federal:

Houve a construção de 2 lixeiras subterrâneas no Setor Noroeste, a construção de estacionamento público na QI 29 lote 1 do Guará, construção de estacionamento público na SQNW 105 projeção D do Setor Noroeste, construção de estacionamento público na SQNW 303 projeção J do Setor Noroeste e implantação de calçadas nas áreas comerciais da avenida Bela Vista e ajuste de calçadas na avenidas das Paineiras no Jardim Botânico.

Ação Orçamentária 1948 - Implantação do Programa Drenar/DF:

Subtítulo 0002 - Implantação do Programa Drenar/DF - Terracap - Plano Piloto:

Houve a execução dos serviços de supervisão e apoio técnico, com relação ao acompanhamento e fiscalização das obras que fazem parte do programa águas do DF, faixa 1 e 2 norte; implantação de infraestrutura de drenagem pluvial referente ao Programa Águas do DF, Faixa 1 e 2 – Lotes 1, 2, 3, 4 e 5.

Ação Orçamentária 1968 - Elaboração de Projetos:

Subtítulo 3194 - Elaboração de Projetos - Terracap - Distrito Federal:

Houve elaboração de estudos técnicos, projetos e orçamentos de infraestrutura de energia elétrica de distribuição em rede aérea para empreendimentos da TERRACAP sob demanda; elaboração de projeto executivo de drenagem e pavimentação para o setor de embaixadas norte; elaboração de projeto executivo de drenagem, PCA e PRAD para a área próxima à cabeceira 32 da pista de pouso e decolagem do Aeródromo de Brasília; elaboração de projeto executivo para a construção de obra de arte especial – OAE (ponte), necessária à ligação do lado sul-sudeste da DF-001 ao seu lado norte-nordeste; elaboração de projetos de drenagem e pavimentação para o Setor Habitacional São Bartolomeu; elaboração de projetos de pavimentação e drenagem pluvial relativos ao Setor Habitacional Primavera; elaboração de projetos executivos de drenagem de águas pluviais e recomposição de pavimentos a serem demolidos para o Setor Habitacional Jardim Botânico (Etapa I, II e IV) e para o S.H. São Bartolomeu Trecho I; elaboração de projetos executivos de pavimentação e drenagem para Quadra CL 202 em Santa Maria – DF; elaboração de projetos executivos para contenção de encostas de córregos do Setor Habitacional Arniqueira; execução de serviços de engenharia consultiva necessários à elaboração de estudos, projetos e análises técnicas para empreendimentos de interesse exclusivo da TERRACAP; e supervisão e apoio técnico com relação ao acompanhamento e fiscalização dos estudos e projetos necessários à lidação do lado sul-sudeste da DF-001 – 4ª ponte sobre o Lago Paranoá.

Ação Orçamentária 5006 - Execução de Infraestrutura em Parcelamentos:

Subtítulo 2917 - Execução de Infraestrutura em Parcelamentos - Terracap - Distrito Federal:

Houve a complementação da execução de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e execução de obras de artes especiais nos lotes 01, 02, 04, 05, 06, 07, 08, 10 e 11 de Vicente



Pires; complementação da execução de serviços de pavimentação e drenagem / urbanização para fins de regularização, nos lotes 01, 02, 03, 04 e 05 no Setor Habitacional Bernardo Sayão no Distrito Federal; complementação da iluminação pública do Setor Noroeste; complementação de infraestrutura de energia elétrica em rede de distribuição aérea no Setor Noroeste; complementação dos sistemas de drenagem pluvial e viário do Setor Noroeste; edificações do Aldeias do Cerrado; execução da obra de pavimentação referente à rodovia DF-220, trecho localizado entre o entroncamento DF-001 e entroncamento DF-445 e respectivos estudos ambientais; execução das obras complementares de construção de edificações da quadra residencial 4 do Residencial Aldeias do Cerrado; execução das obras de implantação / requalificação das calçadas ao longo da avenida W3 sul, entre as quadras 703 e 715 e restauração do pavimento da avenida W3 sul; execução das obras de pavimentação e drenagem pluvial no SHTQ, trecho 01, quadra 03, conjunto 11, contíguo ao lote 23, Lago Norte; execução de obras de pavimentação e drenagem nas quadras 07 e 08 do Residencial Tamanduá no Recanto das Emas; execução de obras de pavimentação e drenagem pluvial na via que atende aos lotes 1 e 2 do centro comercial da QI 28 do Lago Sul; implantação da rede de distribuição de energia elétrica nas quadras 7 e 8 do Residencial Tamanduá no Recanto das Emas; implantação da rede de distribuição subterrânea de energia elétrica na quadra 305 do Setor Noroeste; implantação da rede de distribuição subterrânea de energia elétrica na SQNW 511 do Setor Noroeste; implantação de circuito tronco da rede de distribuição subterrânea de energia elétrica da segunda etapa do Setor Noroeste; implantação de drenagem e pavimentação do Aldeias do Cerrado; implantação de rede de abastecimento de água para as quadras 7 e 8 do Residencial Tamanduá no Recanto das Emas; implantação de rede de distribuição de energia elétrica do tronco interno e iluminação do complexo Aldeias do Cerrado e das quadras 02, 04 e comercial 02/04; implantação de rede de drenagem e pavimentação para atendimento aos lotes e, h, i, j, k, l e m da QI 21 do Lago Sul; implantação de redes de drenagem pluvial, água e esgoto no quadra 12, conjuntos cl, setor sul do Gama; implantação do alimentador externo de distribuição de energia elétrica do complexo Aldeias do Cerrado; implantação do sistema abastecimento de água e esgotamento sanitário na quadra 01 do Setor Habitacional Jardim Botânico; muros e quadras poliesportivas nas quadras 2 e 4 do Aldeias do Cerrado; e, restauração do pavimento asfáltico da rodovia distritais DF-180.

Ação Orçamentária 9139 - Consórcio de Usina Fotovoltaica CEB PAR - Terracap:

Subtítulo 0001 - Consórcio de Usina Fotovoltaica CEB PAR - Terracap - Distrito Federal:

Houve a construção na fase 1 da usina fotovoltaica.

6210 - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3006 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX	100000,0	1800000,0	1900000,0	357516,96
0003 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX-TERRACAP- PLANO PILOTO	100000,0	1800000,0	1900000,0	357516,96
3159 - REALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO	14127075,0	3000000,0	17127075,0	8469633,25
0003 - REALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	14127075,0	3000000,0	17127075,0	8469633,25
4146 - REALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DAS TERRAS PÚBLICAS	3694119,0	-603571,0	3090548,0	2062717,61
0002 - REALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DAS TERRAS PÚBLICAS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	3694119,0	-603571,0	3090548,0	2062717,61



TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	17921194,00	4196429,00	22117623,00	10889867,82

Programações Orçamentárias Realizadas:

Ação Orçamentária 3006 - Implantação do Parque Burle Marx:

Subtítulo 0003 - Implantação do Parque Burle Marx - Terracap - Plano Piloto:

Houve a implantação da iluminação pública do Parque Burle Marx e a sinalização viária do anel viário do Parque Burle Marx.

Ação Orçamentária 3159 - Realização da Política Ambiental para Parcelamento do Solo:

Subtítulo 0003 - Realização da Política Ambiental para Parcelamento do Solo - Terracap - Distrito Federal:

Houve cercamento de parques no Trecho I do S.H. Vicente Pires; cercamento em parques (sob demanda) do IBRAM; compensação ambiental / florestal (novos empreendimentos); compensação ambiental por meio de execução das obras de edificações de administração e sanitários no Parque Ecológico Bernardo Sayão; elaboração de diagnóstico socioambiental participativo - DSP e respectivos programas de educação ambiental - PEA; elaboração de programa de recuperação de áreas degradadas e alteradas - PRADA para as margens do córrego Monjolo; elaboração e execução de estudos para o Pólo Logístico e QE 60 do Guará; estudos ambientais sob demanda; estudos arqueológicos em empreendimentos urbanos; estudos técnicos para o licenciamento do Setor Habitacional Taquari Trecho II; execução de programa de educação ambiental (PEA) - Setor Habitacional Jóquei Clube; RIVI do Parque Empresarial de Taguatinga; pagamentos de multas ambientais; e, taxa de licenciamento ambiental de novos empreendimentos.

Ação Orçamentária 4146 - Realização da Fiscalização das Terras Públicas:

Subtítulo 0002 - Realização da Fiscalização das Terras Públicas - Terracap - Distrito Federal:

Houve a execução de contrato de fiscalização de áreas propriedade da TERRACAP; serviços de manutenção e fornecimento de peças para pá mecânica e tratores; e, aquisição de baterias para drone.

6216 - MOBILIDADE URBANA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	25500000,0	-5468726,0	20031274,0	4516607,60
7785 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO- TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	25500000,0	-5468726,0	20031274,0	4516607,60
5032 - REFORMA DO AEROPORTO DO PLANALTO CENTRAL	10000,0	0	10000,0	0
0001 - REFORMA DO AEROPORTO DO PLANALTO CENTRAL - TERRACAP - SÃO SEBASTIÃO	10000,0	0	10000,0	0
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE URBANA	25510000,00	-5468726,00	20041274,00	4516607,60

Programação Orçamentária Não-Executada:

Ação Orçamentária 5032 - Reforma do Aeroporto do Planalto Central:

Subtítulo 0001 - Reforma do Aeroporto do Planalto Central - Terracap - São Sebastião:

Não houve nenhuma execução para o exercício fiscal 2025, em razão de que o contrato de gestão do aeroporto foi encerrado pela concessão do espaço.

Programação Orçamentária Realizada:

Ação Orçamentária 5902 - Construção de Viaduto:

Subtítulo 7785 - Construção de Viaduto - Terracap - Distrito Federal:



Houve a implantação e adequação do sistema viário de acesso ao Setor Noroeste.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
4091 - APOIO A PROJETOS	10000,0	-10000,0	0,0	0
5825 - APOIO A PROJETOS-CULTURAIS - TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	10000,0	-10000,0	0,0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	10000,00	-10000,00	0,00	0,00

Programação Orçamentária não Executada

Ação Orçamentária 4091 - Apoio a Projetos:

Subtítulo 5825 - Apoio a Projetos Culturais - Terracap - Distrito Federal:

Não houve nenhuma execução para o exercício fiscal 2025, em razão de que não houve interessados pela verba disponibilizada para o período.

6221 - EDUCADF

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
5924 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	1000000,0	11300000,0	12300000,0	2976854,30
9330 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF	1000000,0	11300000,0	12300000,0	2976854,30
TOTAL - 6221 - EDUCADF	1000000,00	11300000,00	12300000,00	2976854,30

Programação Orçamentária Realizada

Ação Orçamentária 5924 - Construção de Unidades do Ensino Fundamental:

Subtítulo 9330 - Construção de Unidades de Ensino Fundamental nas Regiões Administrativas do DF:

Houve a construção da escola classe da quadra 203 do Itapoã, da escola classe da quadra 304 no Recanto das Emas e da escola classe 425 em Samambaia; e, construção de escola em Arniqueira.

8208 - DESENVOLVIMENTO URBANO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	7631413,0	1687108,0	9318521,0	7454379,54
5897 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	7631413,0	1687108,0	9318521,0	7454379,54
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	10000,0	1500000,0	1510000,0	0
9778 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	10000,0	1500000,0	1510000,0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	816523,0	0	816523,0	190758,4
9578 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	816523,0	0	816523,0	190758,4
2990 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF	14412207,0	3403852,0	17816059,0	13899111,30
3873 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	14412207,0	3403852,0	17816059,0	13899111,30
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	268778890,0	21535222,0	290314112,0	285199891,64
8881 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	268778890,0	21535222,0	290314112,0	285199891,64
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	44359368,0	917678,0	45277046,0	42652093,56
9687 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	44359368,0	917678,0	45277046,0	42652093,56
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	39941161,0	-1959943,0	37981218,0	30721056,53
9763 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	39941161,0	-1959943,0	37981218,0	30721056,53
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10225288,0	-1728776,0	8496512,0	5838595,07
5183 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	10225288,0	-1728776,0	8496512,0	5838595,07
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	13739973,0	1804651,0	15544624,0	10332292,44
8740 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	13239473,0	1804651,0	15044124,0	10332292,44
8741 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	500500,0	0	500500,0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	10000,0	20000,0	30000,0	0
0017 - APOIO A PROJETOS-DIVERSOS - TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	10000,0	20000,0	30000,0	0
4237 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	677885,0	258602,0	936487,0	596465,65



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0002 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	677885,0	258602,0	936487,0	596465,65
TOTAL - 8208 - DESENVOLVIMENTO URBANO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	400602708,00	27438394,00	428041102,00	396884644,13

Programações Orçamentárias Realizadas:

Em 2025, a Terracap executou R\$ 396 milhões de reais nas 11 ações pertencentes ao Programa de Desenvolvimento Urbano – Gestão e Manutenção, constante o PPA 2024/2027, que acumula as ações realizadas de forma contínua e necessária à manutenção da unidade administrativa, realização das atividades meio, fim e operações especiais.

Ação Orçamentária 1471 - Modernização de Sistema de Informação:

Subtítulo 5897 - Modernização de Sistema de Informação - Terracap - Distrito Federal:

Foram realizadas 45 melhorias de sistema.

Ação Orçamentária 3467 - Aquisição de Equipamentos:

Subtítulo 9578 - Aquisição de Equipamentos - Terracap - Distrito Federal:

Foram gastos R\$ 190 mil na aquisição de equipamentos para uso em atividades do cotidiano das áreas meio e fim da empresa como: 12 (doze) purificadores de água, 32 (trinta e dois) Refis para purificador de água; 3 (três) micro-ondas, 1 (uma) geladeira, 2 (dois) liquidificadores e 1 (um) fogão 4 bocas, para atender as necessidades da empresa e suas subsidiárias.

Ação Orçamentária 2990 - Manutenção de Bens Imóveis do GDF:

Subtítulo 3873 - Manutenção de Bens Imóveis do GDF - Terracap - Distrito Federal:

A Terracap realizou a manutenção de seus 121 imóveis próprios, valendo-se de seu corpo funcional e do auxílio de 263 empregados terceirizados, sendo eles 20 para atividades de fiscalização, 20 brigadistas, 150 vigilantes e 73 destinados a serviços de limpeza e conservação, recepção, copa, portaria e manutenção predial, tendo os dispêndios registrados por meio das ações de Manutenção de Bens Imóveis.

Ação Orçamentária 8502 - Administração de Pessoal:

Subtítulo 8881 - Administração de Pessoal - Terracap - Distrito Federal:

A empresa também realizou despesas relativas à Administração de Pessoal, remunerando seus 700 empregados (média).

Ação Orçamentária 8504 - Concessão de Benefícios a Servidores:

Subtítulo 9687 - Concessão de Benefícios a Servidores - Terracap - Distrito Federal:

A empresa também realizou despesas relativas à concessão de benefícios para um quantitativo de 700 empregados (média).

Ação Orçamentária 8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais:

Subtítulo 9763 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais - Terracap - Distrito Federal:

A Terracap realizou a manutenção do edifício sede e anexos, valendo-se de seu corpo funcional e do auxílio de 100 empregados terceirizados, sendo eles 10 para atividades de fiscalização, 2 brigadistas, 18 vigilantes e 70 destinados a serviços de limpeza e conservação, recepção, copa, portaria e manutenção predial, tendo os dispêndios registrados por meio das ações de Manutenção de Bens Imóveis e Manutenção de Serviços Administrativos Gerais.

Ação Orçamentária 2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação:

Subtítulo 5183 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação - Terracap - Distrito Federal:



Arealização da despesa se concentrou na manutenção de sistemas, onde por meio de empresas terceirizadas, foram realizados 13 serviços especializados em manutenções corretivas e adaptativas dos sistemas informatizados: sistemas Internet, GLA, GIA, GFOV2, GIUWEB, GAC_GEATE, BENNER, GRH, GLE WEB além do atendimento de tecnologia da informação de infraestrutura de redes de dados, banco de dados, segurança da informação e suporte ao usuário.

Ação Orçamentária 8505 - Publicidade e Propaganda:

Subtítulo 8740 - Publicidade e Propaganda Institucional - Terracap - Distrito Federal:

Na esfera Institucional foram efetuados pagamentos referentes a campanhas institucionais, de editais de vendas de imóveis no total de 19, campanhas de venda direta, Campanha Desenvolve DF, Campanha do Jôquei, Campanha Vicente Pires, Campanha Terramais, Projeto SBT, Projeto Record, Projeto Metrôpoles, Projeto Diário do Poder, Contexto Exato, Igreja Legal, Projeto Grupo Sara, bem como despesas relativas a publicação de matéria legal no DOU e no DODF.

Ação Orçamentária 4237 - Realização de Atividades de Comunicação e Marketing:

Subtítulo 0002 - Realização de Atividades de Comunicação e Marketing - Terracap - Distrito Federal:

A empresa promoveu a realização/suporte de vários eventos como: os eventos de transmissão e suporte on-line das licitações de venda de imóveis, Evento de qualidade de vida no trabalho, Evento dia da Mulher, Inauguração sala Dr. Vicente Jungmann, audiência pública Parcelamento do solo Recanto das Emas, Audiência Pública Parcelamento do solo QNM, Projeto Terracap 360º, Terracast, Fórum de Gestão de Pessoas, evento SIPAT, Audiência Parque Empresarial de Taguatinga, Jornada do produto e Jornada do Cliente, III Terceiro Encontro sobre Sustentabilidade do Parque Veredinha, Programa de Desenvolvimento de Lideranças, Evento Encontro de Gestores e 4º Prêmio de Excelência no atendimento ao Público desta Terracap.

Programações Orçamentárias Não-Executadas:

Ação Orçamentária 3903 - Reforma de Prédios e Próprios:

Subtítulo 9778 - Reforma de Prédios e Próprios - Terracap - Distrito Federal:

Não houve demandas autorizadas pela Diretoria Colegiada para realização de reformas no Ed. Sede e Anexos da Terracap no exercício de 2025.

Ação Orçamentária 8505 - Publicidade e Propaganda:

Subtítulo 8741 - Publicidade e Propaganda de Utilidade Pública - Terracap - Distrito Federal:

Houve 1 projeto de publicidade de utilidade pública com divulgação parcial em novembro e dezembro de 2025, contudo não houve desembolso financeiro.

Ação Orçamentária 4091 - Apoio a Projetos:

Subtítulo 0017 - Apoio a Projetos Diversos - Terracap - Distrito Federal:

Não houve nenhuma execução para o exercício fiscal 2025, em razão de que não houve interessados pela verba disponibilizada para o período.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Ao longo do ano, a companhia entregou obras estruturantes, promoveu melhorias na mobilidade, reformou espaços públicos, avançou na regularização fundiária e ampliou a oferta de imóveis em diversas Regiões Administrativas.

O principal destaque foi a entrega do Drenar DF, a maior obra de drenagem da história do Distrito Federal. Executado pela Terracap, o sistema implantou 7,7 quilômetros de tubulações subterrâneas e uma bacia de retenção, eliminando pontos históricos de alagamento no início da Asa Norte.



No Setor Noroeste, a companhia concluiu a implantação da iluminação pública no Parque Burle Marx e no anel viário. No parque, foram instalados 236 postes metálicos, 28 postes de concreto e 450 luminárias e refletores em LED. Já o anel viário recebeu 98 postes metálicos, 32 postes de concreto e 256 luminárias em LED. A nova infraestrutura atendeu a uma demanda histórica da comunidade, ampliando a segurança e permitindo o uso noturno dos espaços.

A Terracap também executou obras relevantes de mobilidade, como a pavimentação da DF-220, importante rota de escoamento da produção agrícola entre Brazlândia e o Eixo Norte-Oeste. Ao todo, foram asfaltados 16 quilômetros da via, substituindo o antigo trecho de terra entre os entroncamentos com a DF-001 e a DF-445. O projeto contemplou duas faixas de rolamento de 3,5 metros e acostamentos de 2,5 metros em ambos os sentidos.

No campo da regularização fundiária, a companhia avançou em um dos processos mais emblemáticos da história recente do DF: a regularização de Vicente Pires. Em 2025, foi realizado o cadastramento de 12 mil lotes do Trecho 2, com lançamento de novos editais de venda direta nos Trechos 1 e 3, garantindo segurança jurídica aos ocupantes e fortalecendo a integração urbana da região.

As licitações públicas de imóveis permaneceram como principal instrumento de atuação da Terracap, assegurando transparência, fomentando o desenvolvimento urbano e revertendo os recursos arrecadados em obras e infraestrutura para a população. Em 2025, as licitações ordinárias disponibilizaram cerca de 1,5 mil imóveis em 15 editais, ampliando oportunidades para moradia, comércio e investimento.

Por meio do programa Desenvolve-DF, foram ofertados 210 imóveis, via concessão de direito real de uso a empreendedores de diferentes regiões do Distrito Federal, em três editais voltados ao fortalecimento da atividade produtiva. Já o programa Igreja Legal lançou dois novos editais exclusivos para instituições religiosas, disponibilizando 76 imóveis e avançando na regularização e no acesso a espaços destinados a templos.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No exercício de 2025, com uma perspectiva de controle da inflação, e menor impacto da oscilação cambial do dólar na economia, esperava-se que o Comitê Monetário Nacional iniciasse o ciclo de diminuição da Taxa SELIC, o que impactaria na queda dos juros de empréstimos e financiamentos imobiliários, no entanto, o que se viu foi o aumento ainda gradual do índice até sua estabilização em 15%, impactando assim diretamente o consumidor do Distrito Federal na decisão de adquirir um imóvel seja para investimento ou moradia.

Neste cenário que a TERRACAP se empenhou para manter atrativa a aquisição de imóveis no Distrito Federal, publicando, durante o ano, 15 editais de licitações ordinárias, sempre procurando atender as tendências do mercado imobiliário e as necessidades, principalmente, de moradia dos consumidores/licitantes.

Os recursos das vendas de terrenos da TERRACAP são utilizados para prover a manutenção administrativa e operacional da Empresa, desenvolver e implantar projetos de parcelamentos, incluindo as obras de infraestrutura exigidas pela Lei n.º 9.785 de 29 de janeiro de 1999 (Lei do Loteador), assim como investir em obras urbanas e viárias de interesse do Governo, em conformidade com a Lei n.º 4.586, de 13 de julho de 2011.

Com estes recursos a Terracap continua realizando investimentos no desenvolvimento do Distrito Federal e promovendo por meio de suas características de Agência de Desenvolvimento, várias obras de melhoria urbana, infraestrutura, mobilidade, meio-ambiente e lazer.

Cabe destacar na área de infraestrutura a entrega da Faixa 2-3 do Drenar DF. No exercício de 2025, foram concluídos 7.619,82m de infraestrutura na Asa Norte, referentes as Faixas 2-3, realizados da seguinte forma: Lote 01 - 575,27m - com entrega da obra em 29/03/2025, Lote 02 - 1.044,78m - Obra concluída em 19/03/2025, Lote 03 - 1.750,19m - Obra concluída



em 24/10/2024, Lote 04 - 1.615,85m - Obra concluída em 30/12/2024 e Lote 05 - 2.633,73m com entrega da obra em 29/03/2025. A obra foi inaugurada/entregue em 29/03/2025.

Ainda quanto a infraestrutura, foi realizada a conclusão da restauração da pavimentação da rodovia DF-180 (trecho BR-080 a BR-070); da pavimentação referente a Rodovia DF-220; a continuação das obras de implantação/requalificação das calçadas e restauração do pavimento ao longo da avenida W3 sul.

Quanto a obras de urbanização, a implantação e ajuste de calçadas na Avenida das Paineiras no Jardim Botânico e a implantação de duas lixeiras subterrâneas no Setor Noroeste.

Na área de lazer, a conclusão e entrega do Parque Internacional da Paz, em decorrência das obras do Drenar DF; conclusão da implantação da iluminação pública do Parque Burle Marx visando a conservação ambiental, o bem-estar e atividades de recreação da população do Distrito Federal.

Quanto ao investimento na área da educação, continuação das obras de Construção da Escola Classe 203 do Itapoã, da Escola Classe 425 em Samambaia.

Quanto a realização de Novos Projetos, foi aprovado por meio do Decreto nº 47.472, publicado em 23 de julho deste ano, o projeto urbanístico do parcelamento e formalização da criação do Setor Jôquei Clube. A partir dessa aprovação, a Terracap iniciou os trâmites para registro cartorial e implantação da infraestrutura necessária, etapa que antecede a comercialização dos lotes.

Ainda no campo de Novos Projetos de Desenvolvimento Econômico, foi autorizada a celebração de Escritura Pública de Concessão de Uso sem Opção de Compra entre a TERRACAP e o CONSÓRCIO CEB PAR: TERRACAP, com vista à cessão de área objetivando a microgeração distribuída de energia solar fotovoltaica na modalidade de geração compartilhada.

Também em 2025, em decorrência do Acordo de Cooperação Técnica efetivado entre a TERRACAP e o BRB, foi possível a reabertura do Autódromo Internacional de Brasília, com a realização de provas da Stock Car.

No âmbito da atividade de comercialização de terrenos foram destaques as vendas dos lotes do Complexo Aldeias do Cerrado, com a disponibilização das projeções referentes ao Residenciais Jacarandás e Sucupiras. Também por meio do Programa Desenvolve – DF foram ofertadas 210 oportunidades de imóveis, via concessão de direito real de uso para os empreendedores do Distrito Federal.

No que tange os processos de regularização, durante 2025, foram regularizados 908 lotes nas seguintes regiões do Distrito Federal: Jardim Botânico, Vicente Pires, Arniqueira, Estrutural, Setor Habitacional Grande Colorado, Riacho Fundo I – Sucupira, Planaltina - Vila Buritis. Por meio do Programa Igreja Legal, também foram disponibilizados 76 imóveis para regularização por parte de entidades religiosas

Quanto as atividades de gestão interna da empresa, cabe destaque ao Programa Terracap 360º, que, em quatro grandes eventos realizados no decorrer do exercício realizou atividades com foco na valorização do corpo funcional, ampliação da visão sistêmica dos empregados, estímulo a colaboração entre as diretorias e reforçar o senso de pertencimento, fazendo com que todos se reconheçam como parte de um sistema único e integrado, gerando resultados concretos, como planos de ação para melhoria de processos, aumento da integração entre as áreas, capacitação dos empregados e elevação do engajamento interno.

Cabe ressaltar, ainda no campo da gestão interna, o lançamento do Prêmio Inovar Terracap 2025, que tem por finalidade reconhecer projetos inovadores implementados ou não por empregados da TERRACAP que gerem impactos positivos nas atividades da empresa e/ou da sociedade. A iniciativa busca fomentar a criatividade, fortalecer a cultura da inovação e promover a melhoria contínua dos serviços prestados ao cidadão integrando as ações previstas no Planejamento Estratégico da Terracap e na política de valorização do capital humano.

O prêmio apresentou vários projetos com o propósito de apresentar soluções para problemas e desafios na gestão e inovação dos negócios da empresa, tendo como exemplo a



apresentação a Assistente Natural de Inteligência Artificial – ANIA, que tem como objetivo modernizar e agilizar processos internos por meio do uso seguro da inteligência artificial.

A perspectiva para o exercício de 2026 é de que, com o um cenário econômico de controle inflacionário, seja possível um apontamento do Comitê Monetário Nacional para um início de ciclo de queda da taxa Selic, permitindo que o mercado imobiliário tenha um impulso, mesmo que comedido, com a possibilidade de realização de novos financiamentos. Desta forma ao mesmo tempo que será possível manter o nível de arrecadação com a comercialização de imóveis a TERRACAP poderá focar em novos projetos, visando sempre a obtenção de recursos para aplicação no desenvolvimento das cidades do Distrito Federal e em benefício à sua população.



20203 - BIOTIC S/A

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A integração que o Distrito Federal proporciona entre as três esferas nacionais de governo, universidades, empresas e representações diplomáticas, fazem com que as ações de políticas públicas para desenvolvimento de um ecossistema de inovação transformem o Distrito Federal em um ambiente qualificado para desenvolver empreendimentos inovadores que possibilitam iniciativas promissoras em um contexto nacional e internacional. O Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC atua como promotor de oportunidades para empresas que visam o desenvolvimento tecnológico, inclusive com circunstâncias imprevisíveis, como no combate ao coronavírus e suas repercussões, além de investir em outras empresas com potencial tecnológico e inovador, universidades e laboratórios avançados que possam alavancar a matriz socioeconômica da região.

Localizado na interseção entre o Plano Piloto, Patrimônio Mundial da UNESCO, e o Parque Nacional de Brasília, o Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC visa criar uma área urbana dinâmica e imersa na natureza, promovendo o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, ambiental e social. A viabilização do Parque Tecnológico de Brasília envolve desde operações financeiras e imobiliárias de ocupação do espaço à realização de prospecção de novos negócios condizentes com a finalidade do desenvolvimento sustentável do Distrito Federal. Para tanto, o BIOTIC foi projetado para estabelecer um bairro vibrante - com escritórios, universidades, comércios, residências, praças e parques harmonizados com a riqueza da paisagem circundante e o meio ambiente.

A BIOTIC S.A é uma subsidiária integral da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP, criada para cuidar da gestão, controle e estruturação do Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC, que tem a finalidade de promover mudanças na estrutura econômica do Distrito Federal, com desenvolvimento de atividades econômicas de alta qualificação e fomento à política de inovação tecnológica nacional. A criação e a atuação no desenvolvimento do Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC, se baseia na Lei Complementar Distrital nº 679, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Distrital nº 923, de 10 janeiro de 2017, que cria a área para instalação do Parque, em zona urbana de uso controlado. Com mais de 121 hectares e mais de 10.000 m² de construção já concluída, conta, atualmente, com mais de 20 empresas residentes em suas instalações.

Além disso, a área destinada ao Parque Tecnológico BIOTIC é considerada zona urbana controlada e, também, ao mesmo tempo que é há 25 minutos do aeroporto de Brasília, fica em uma área fora do tráfego intenso da cidade urbana, tornando-se um ambiente propício para testes, como de carros autônomos, uso de iluminação pública integrada inteligente, monitoramento climático, proporcionando ao BIOTIC a oportunidade de se tornar uma espécie de Vitrine Viva de Negócios, onde os interessados poderão testar e conhecer as tecnologias e soluções desenvolvidas no âmbito do Parque, promovendo a marca do BIOTIC nacionalmente como internacionalmente.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	5	1	0	0	6
Comissionados sem vínculo efetivo	15	8	0	0	23
Requisitados de órgãos do GDF	2	0	0	0	2
Requisitados de órgãos fora do GDF	2	0	0	0	2



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Estagiários	0	0	2	2	4
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	16	0	16
Subtotal	24	9	18	2	53
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	24	9	18	2	53

A BIOTIC S.A. encerrou 2025 com uma força de trabalho (considerando custos para a Empresa) de 53 colaboradores, dentre comissionados sem vínculo, requisitados de outros órgãos, Empregados Efetivos da Terracap, Terceirizados (não fazem parte da FUNAP), Estagiários, além de Conselheiros Fiscais e Conselheiros de Administração. Na categoria "Outros" têm-se 6 (seis) terceirizados (limpeza, recepcionistas e copeiras), para além de 5 (cinco) Conselheiros de Administração e 5 (cinco) Conselheiros Fiscais. Importante frisar que a BIOTIC conta ainda com o 2 (dois) Diretores da área meio (Diretor - Presidente e Diretor de Administração e Finanças) e 2 (dois) Diretores da área fim (Diretor de Negócios, Ciência, Tecnologia e Inovação e Diretor de Engenharia), assim como uma funcionária da Controladora Terracap que não ocupa cargo em comissão na BIOTIC. Uma vez que Diretores e funcionários da Terracap que não ocupam cargos em comissão da BIOTIC S.A. não incorrem em custos para a Empresa, pois são 100% custeados pela controladora Terracap, estes não foram relacionados no quadro da força de trabalho, mas caso fossem somados o total seria de 58 colaboradores.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	629000,0	0	629000,0	402112,47
0072 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-- PLANO PILOTO .	629000,0	0	629000,0	402112,47
9090 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	10000,0	10413500,0	10423500,0	10423500,0
0004 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10413500,0	10423500,0	10423500,0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	639000,00	10413500,00	11052500,00	10825612,47

Esse Programa contempla ressarcimentos de despesas administrativas (água, esgoto e energia elétrica) realizadas pela FAP-DF para manutenção do Edifício de Governança do Parque Tecnológico de Brasília (Ação 9093), além da participação acionária da BIOTIC S.A. em outras empresas (Ação 9090), que atualmente representa os aportes no BIOTIC Fundo de Investimento Imobiliário de Responsabilidade Limitada (BIOTIC FII RL).

Programação Orçamentária Executada



Os ressarcimentos foram realizados em julho e outubro de 2025, sendo considerados a proporção conforme a área em m2 ocupados pela FAPDF e BIOTICSA, sendo 41,3% e 58,7% respectivamente. O pagamento aproximado de R\$ 202 mil de julho considerou o período de novembro de 2024 a março de 2025. Já o pagamento de outubro de aproximadamente R\$ 177 mil considerou o período de abril a agosto de 2025. Importante salientar que a BIOTIC S.A. efetua os ressarcimentos com a arrecadação de condomínio dos residentes sob sua gestão, na fração ideal atual de 58,7% do Edifício de Governança, acordado junto à FAP/DF que assume os 41,3% restantes.

Quanto à ação 9090 (Participação Acionária) foi executado 100% do Orçamento Autorizado de R\$ 10,4 milhões com aportes financeiros no BIOTIC FII RL.

FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO- BIOTIC FII RL.

Denominado "Distrito de Inovação BIOTIC", o projeto de expansão do Parque Tecnológico transcende a ocupação imobiliária tradicional para consolidar um bairro multifuncional fundamentado no conceito de Smart Cities. O objetivo é criar um ambiente de inovação de padrão internacional, servindo como referência para o Distrito Federal sob os princípios das Cidades Humanas, Inteligentes, Sustentáveis e Criativas (CHISC), conforme Lei Distrital nº 6.620/2020.

O Masterplan define um bairro vibrante baseado no conceito "work, live and play", integrando residências, escritórios e lazer em harmonia com a natureza, respeitando a herança urbanística de Brasília.

A modelagem de negócios baseia-se na estruturação via Project Finance, utilizando Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e Fundos de Investimento em Participações (FIP) como motores de captação. Esta abordagem, alinhada ao Marco Legal da CT&I e à Lei das Estatais, confere segurança jurídica e viabilidade econômica.

O BIOTIC FII RL. incorpora as melhores práticas globais de ASG (Ambiental, Social e Governança), posicionando-se potencialmente como o maior fundo imobiliário ASG do Brasil. O modelo de negócios privilegia a permuta de ativos imobiliários por cotas do fundo (em vez da alienação simples), preservando o valor do patrimônio público a longo prazo.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES – FIP BIOTIC DE INOVAÇÃO

O FIP atua como complemento estratégico ao FII, focando na atração de empresas e no fortalecimento do ecossistema de inovação. Atualmente em fase de estruturação com apoio de players do mercado, o fundo visa criar um ciclo virtuoso: o desenvolvimento urbano (FII) viabiliza o espaço físico, enquanto o desenvolvimento de negócios (FIP) atrai o capital intelectual e produtivo.

6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
5832 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL	36100000,0	0	36100000,0	87295,14
0002 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO - BIOTIC-- PLANO PILOTO .	36100000,0	0	36100000,0	87295,14
4237 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	750000,0	0	750000,0	167855,25
0005 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETIN-DISTRITO FEDERAL	750000,0	0	750000,0	167855,25
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES	0	506000,0	506000,0	322914,8
0467 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES--DISTRITO FEDERAL	0	506000,0	506000,0	322914,8



TOTAL - 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	36850000,00	506000,00	37356000,00	578065,19

A ação "Implantação do Parque Tecnológico - BIOTIC" é a atividade fim da BIOTIC S.A. Dessa forma diversos projetos e atividades foram desenvolvidos para implantação do Parque Tecnológico, maiores detalhamentos na seção 3 "Informações Complementares". No entanto, os aportes financeiros no BIOTIC FII RL estão sendo realizados por meio da ação 9090 (Participação Acionária). Em relação à execução da ação de aproximadamente R\$ 87 mil deve-se à serviços de engenharia de alteração no layout físico da BIOTIC S.A.

A ação "Realização de atividades de comunicação e marketing" contempla valores investidos na parceria com o SEBRAE com os eventos denominados "Lab Day", aquisição de materiais personalizados institucionais (pins e cordões) e coffe break para eventos.

A ação "Transferência Financeira a Entidades" no âmbito do Programa Centelha DF realizou 74% do valor orçado, R\$ 323 mil dos R\$ 506 mil programados.

8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	8450000,0	252750,0	8702750,0	8176972,37
0025 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-- PLANO PILOTO .	8450000,0	252750,0	8702750,0	8176972,37
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	5486000,0	1581250,0	7067250,0	6702947,60
0043 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-- PLANO PILOTO .	5486000,0	1581250,0	7067250,0	6702947,60
TOTAL - 8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	13936000,00	1834000,00	15770000,00	14879919,97

Por ser uma empresa subsidiária integral da Terracap, a BIOTIC S.A. conta com o apoio orçamentário e financeiro de sua controladora no que diz respeito à realização de algumas despesas da Empresa. No programa de gestão, manutenção e serviços, a Terracap possui importante participação auxiliando sua controlada em seus primeiros anos de vida. Por força do Contrato nº 53/2020, a BIOTIC registrou, em seu próprio orçamento, as despesas diretamente efetuadas pela Terracap quer seja no Programa "Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais" quer seja no programa "Administração de Pessoal" devendo a controladora registrar tais despesas em seu Programa de Trabalho "Participação Acionária", a fim de evitar a duplicidade de informações.

No entanto, a BIOTIC S.A. em 2025 teve importante participação nessas despesas, de forma direta e por meio de convênios firmados com outros órgãos. A exemplo da ação "Manutenção dos Serviços administrativos Gerais" que registrou uma execução de R\$ 6,7 milhões, sendo que a BIOTIC S.A. com seus recursos próprios e com o convênio de "Facilities" com a FAP/DF executou 58% desse montante.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Eventos

Em 2025 foram realizados sete eventos:

- Mães Conectadas – Capacitação Tec: Fomento ao empreendedorismo feminino e inclusão digital, promovendo a capacitação em ferramentas de inovação e o fortalecimento da autoestima de mulheres empreendedoras. (04005-00000091/2025-97 - Despacho 172281494)



- Workshop IPT BIOTIC: Ação de alinhamento estratégico com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), visando fortalecer a sinergia institucional e desenvolver parcerias para inovação aplicada e sustentável no DF (173248072)
- Brasília Mais TI em Ação (7ª Mostra de Tecnologia): Evento de prestação de contas e prospecção setorial, reunindo o cluster de TI para discutir resultados passados e tendências futuras para a tecnologia na capital. (173467329)
- Startups e Economia Regenerativa: Fórum temático focado na "Economia da Restauração", debatendo o papel crucial das startups no desenvolvimento de soluções para recuperação ambiental e sustentabilidade. (175442192)
- TICDAY: Encontro de alto nível reunindo especialistas, gestores públicos e a iniciativa privada para debates centrais sobre Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e políticas públicas. (178746107)
- Movimenta (Inovação Audiovisual): Imersão voltada para a Economia Criativa, conectando profissionais e estudantes do audiovisual a novas tecnologias e oportunidades de mercado. (178749203)
- LabDay (Ciclo Mensal): Programa contínuo de encontros entre startups, residentes e parceiros, essencial para a manutenção da cultura de inovação e o fortalecimento do senso de comunidade (community building) no Parque. (188169741)

Residentes

Processos de ocupação com contratos assinados:

- Termo de Cessão nº 4 com a FIBRA – Hub das Indústrias - SEI - 160575786
- Termo de Cessão nº 1 com o SERPRO - SEI - 159952510

Ações de transferência de conhecimento firmados no Parque.

- Credenciamento de Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) da BIOTIC S.A. (04005-00000200/2025-76)
- Mou entre a BIOTIC S.A e a GCE S.A para desenvolvimento conjunto de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental relacionados a implantação de Data Center no BIOTIC (04005-00000061/2020-76 MOU 184300962)

Parcerias firmadas por intermédio da BIOTIC, ou com a BIOTIC

- MOA Krill Tech (04005-00000037/2025-41)
- MOA Makgraphe (04005-00000189/2024-63)
- MOA IPT (04005-00000086/2025-84)
- MOA Instituto Brasília (04005-00000023/2025-28)

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Plano de Negócios para 2026

DATA CENTER

A implantação de um Data Center de alta disponibilidade (padrão mínimo Tier 3) permanece como prioridade estratégica. Após o chamamento público de 2020, a BIOTIC mantém tratativas e revisões estratégicas para adequar o modelo à rápida evolução do setor de processamento de dados e IA. O foco para 2026 é a consolidação de parcerias com agentes públicos e privados para viabilizar essa infraestrutura crítica.

UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL – UNDF

A reitoria da Universidade do Distrito Federal (UnDF) "Professor Jorge Amaury Maia Nunes" está sediada no Edifício Governança. A Universidade, além de um convênio (CONVÊNIO nº 1/2022) entre a FAPDF, NOVACAP, BIOTIC e a UnDF, que prevê investimento em novas estruturas, conta com todo suporte operacional do Edifício Governança para implementar as



ações estratégicas da instituição. A BIOTIC é responsável por acompanhar e fiscalizar a execução do convênio, garantindo o cumprimento das exigências ambientais e do Masterplan do Parque Tecnológico de Brasília. A BIOTIC aguarda a formalização da continuidade após a realização de estudos mais detalhados dos impactos orçamentários e financeiros.

ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO: EDIFÍCIO DE GOVERNANÇA E RESIDENTES

O Edifício de Governança atua como o epicentro atual do parque, abrigando startups, aceleradoras e instituições de fomento. A gestão dinâmica dos espaços garante a rotatividade necessária para maximizar o impacto no ecossistema.

Destaques do Portfólio de Residentes e Parceiros:

BRB LAB (Centro de Inovação): Principal hub de inovação aberta financeira do DF, fruto da parceria BIOTIC-BRB. Já realizou mais de 150 eventos e conectou startups globais via parceria com a Plug and Play.

SEBRAELAB: O maior da América Latina, focado em estímulo ao empreendedorismo, coworking e produção de mídia.

HUB DA INDÚSTRIA (FIBRA/SEBRAE): Programa de aceleração que atendeu 33 indústrias em 2024, promovendo modernização tecnológica.

SERPRO: Parceria estratégica para implantação de Laboratório de Inovação e fomento ao empreendedorismo digital.

Instituições de Ensino: Presença do IFB (Incubadora Tecnológica) e projetos de educação tecnológica como a BR.INO (robótica e cultura maker).

Startups Residentes (Exemplos):

Peptidus: Biotecnologia e análise de microbiota.

Polus: IoT para eficiência energética (redução de até 30% no consumo).

Solar Bot: Robótica para limpeza de usinas solares sem uso de água.

GoLedger: Soluções em Blockchain.

TS4, Leadfy, Legislapp, Vem Money, Rango Sem Fila: Soluções diversas em transformação digital, martech, govtech e fintech.

Quinzenalmente, são realizadas sessões de pitch onde startups apresentam suas soluções tecnológicas às equipes técnicas do BRB, da BIOTIC e a outros parceiros do ecossistema local. As iniciativas que demonstram alinhamento com as teses de inovação do Banco são conectadas diretamente às áreas de negócios correspondentes, com o objetivo de validar Provas de Conceito (PoCs) e formalizar parcerias estratégicas.

Aquelas que apresentam alto potencial de sinergia são convidadas a integrar o programa de residência do BRBLAB. Atualmente, o espaço abriga 6 startups atuantes em verticais estratégicas como ESG, Finanças (Fintechs), Gestão Empresarial e Tecnologia.

Essa dinâmica evidencia o valor agregado pelo BIOTIC ao Distrito Federal, oferecendo às empresas nascentes acesso qualificado a mercado e oportunidades reais de negócios. A iniciativa não apenas engaja a comunidade empreendedora, mas atua como um acelerador da transformação digital da Capital Federal, conectando soluções locais a padrões globais de inovação.

SEBRAELAB

O SebraeLab do Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC é o maior da América Latina, oferecendo um espaço de estímulo ao empreendedorismo com coworking, salas de reunião privativas, estúdios de gravação e mídias, além de orientações para empreendedores. Sede de diversos eventos de inovação e empreendedorismo de instituições nacionais e internacionais, o SebraeLab se destaca como um dos principais agentes no fortalecimento do ecossistema de inovação do Distrito Federal.

HUB DA INDÚSTRIA



A Federação das Indústrias do DF (FIBRA) promove o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas locais, impulsionando o empreendedorismo e a inovação por meio de um programa de aceleração apoiado pelo BIOTIC. O programa oferece acesso a conteúdo relevantes, facilita conexões com outras empresas e fortalece a competitividade e a capacidade inovadora dos empreendimentos. Assim, contribui para o crescimento econômico da região, estimula a criação de empregos de qualidade e gera renda sustentável para os empreendedores e suas comunidades.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO HUB DA INDÚSTRIA: O recente convênio firmado (Convênio nº 1/2024) entre a BIOTIC, a FIBRA e o Sebrae-DF, para apoio ao projeto Hub da Indústria do DF, fortalece o ecossistema de ciência, tecnologia e inovação do Distrito Federal. O Programa de Aceleração impulsiona o setor produtivo local, promovendo a capacitação e o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, além de fomentar a inovação e a competitividade, contribuindo para o crescimento sustentável da região.

Em 2024, o convênio acelerou 33 micro e pequenas indústrias do Distrito Federal e RIDE, promovendo a modernização e o crescimento dessas empresas. Ao integrar recursos tecnológicos disponíveis no mercado, o programa aumentou a eficiência e a competitividade dessas indústrias, impulsionando seu desenvolvimento no cenário local e regional.

PLATAFORMA DE INOVAÇÃO EM TECNOLOGIA DA INOVAÇÃO NO DF – SINFOR

O projeto busca implementar ações que promovam a convergência entre os objetivos das empresas inovadoras e o desenvolvimento do BIOTIC. Seu foco é criar uma atmosfera de interação e articulação dentro do BIOTIC, contribuindo para o fortalecimento e a expansão do ecossistema de inovação no Distrito Federal.

O convênio firmado e o plano de trabalho para o programa INOVATI-DF têm como objetivo estimular o desenvolvimento da inovação nas empresas de Tecnologia da Informação do Distrito Federal e promover o Parque Tecnológico de Brasília. O BIOTIC, por sua vez, visa fomentar a criação e implantação de soluções inovadoras em Tecnologia da Informação, além de consolidar o Parque como um polo de inovação, impulsionando o avanço do desenvolvimento tecnológico na região.

Podem participar do programa INOVATI-DF propositores de soluções e serviços inovadores, como empresas privadas desenvolvedoras de soluções e serviços em tecnologia, independentemente de seu porte ou tempo de constituição, desde que sediadas no Distrito Federal. Além disso, também podem participar propositores de desafios, incluindo empresas e instituições públicas e privadas, como órgãos públicos de qualquer esfera ou poder, tanto do Distrito Federal quanto de outras unidades da Federação.

CENTELHA

O programa tem como objetivo estimular, orientar e promover a criação de empresas de base tecnológica inovadora e com alto potencial de crescimento em todo o território nacional. Busca fomentar a geração de novas ideias, disseminar a cultura do empreendedorismo inovador e contribuir para o aumento da qualidade e da competitividade das propostas de empreendimentos de base tecnológica.

Além disso, oferece subvenção econômica a essas empresas, ampliando as chances de sucesso e sustentabilidade a longo prazo. O programa visa capacitar os empreendedores, proporcionando aprimoramento dos negócios e maior preparo para enfrentar os desafios do mercado. Com empresas mais sólidas e bem estruturadas, os resultados e impactos do programa serão significativos para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal. A partir da análise da etapa de Acompanhamento, é possível identificar pontos altos que contribuíram para o desenvolvimento dos startups:

- Suporte tecnológico, empresarial e de negócio e gestão, majoritariamente online, para as empresas acompanhadas, com melhorias e adaptações na metodologia;
- Trilha empreendedora adequada ao grau de maturidade dos empreendimentos;
- Capacitação dos empreendedores com a realização de webinars e disponibilização de videoaulas;
- Avaliação e acompanhamento individual e em grupo das empresas contratadas;



- Articulação e criação de ferramentas para incentivar a conexão e o networking;

Na última edição, mais de 340 ideias foram submetidas na Fase 1, com 85 projetos avançando para a Fase 3. Destes, 28 projetos foram aprovados para a etapa de fomento e desenvolvimento da prova de conceito, culminando em 27 startups que estão atualmente desenvolvendo suas ideias para conclusão em 2026.

EVENTOS

A BIOTIC realiza eventos para promover o ecossistema de inovação do DF em diversos níveis, por meio de parcerias com diferentes atores. Esses eventos são focados em áreas e temas específicos, alinhados aos interesses dos agentes executores, visando o fortalecimento e a expansão do ecossistema local de inovação.

LABDAY - SEBRAELAB: O Lab Day é um encontro mensal promovido pelo Sebrae DF, Cotidiano Aceleradora e BIOTIC S.A., realizado sempre na última terça-feira de cada mês. O evento tem como objetivo promover o networking, fortalecer o ecossistema de inovação e aproximar empresas tradicionais dos startups de base tecnológica do Distrito Federal.

Os encontros do Lab Day têm como meta reunir 150 participantes por evento e contar com 12 empresas com stands adesivados com o logo do startup que oferece soluções para segmentos específicos. A cada edição, o evento foca em uma temática, o que promove maior sinergia entre os participantes, conexões qualificadas e melhores oportunidades de negócio. Iniciado em março de 2022, o evento contou com a participação de diversas empresas e startups, com 1.938 participantes e 130 startups expositores em 2024.

INFRAESTRUTURA

Em 2024, visando promover o desenvolvimento urbano e econômico sustentável na área de implantação do Parque Tecnológico, foram realizadas diversas tratativas com empresas e consultores especializados em planejamento e desenvolvimento de infraestrutura coletiva, priorizando práticas sustentáveis e princípios ASG (Ambiental, Social e Governança). O objetivo é contratar empresas capazes de elaborar projetos de engenharia para execução da infraestrutura coletiva que estejam alinhados com os princípios de inovação e sustentabilidade do BioTIC.

Dentre as metas estabelecidas para 2026, estão a de elaboração de projetos executivos de engenharia pelas empresas contratadas, e a de contratação e início de execução das obras pelo Fundo de Investimento Imobiliário Biotic, responsável pela implantação do Parque Tecnológico. Essas são etapas fundamentais para o desenvolvimento de empreendimentos no Parque, os quais serão analisados e devem prezar por edificações que maximizem o aspecto ambiental, uma vez que se pretende que o Parque obtenha a Certificação Leed For Communities.

Com a contratação e elaboração dos projetos de infraestrutura espera-se, ainda em 2026, o início das obras, marco de extrema relevância em nosso plano de negócios. Tudo isso com comprometimento em criar um modelo de desenvolvimento sustentável, gerando valor para nossos investidores, clientes e comunidade.

Serviços de Topografia

Foram realizados em 2025 os serviços de validação e atualização de levantamento planialtimétrico cadastral, e demarcações na área do Parque Tecnológico BioTIC. Para 2026, serão realizadas apenas conferências e eventuais demarcações de vias, lotes e conjuntos.

Serviços de Sondagem

Os serviços de sondagens e ensaios também já foram quase que totalmente concluídos em 2025. Em 2026 ainda serão realizadas campanhas extra de sondagens e ensaios de caracterização do solo para fins de complementação de informações para subsidiar os projetos de infraestrutura. Ainda há a possibilidade de estudos específicos relacionados às camadas de solo de RCC (resíduos de construção civil).



Projetos de Saneamento

O projeto executivo de redes de distribuição de água e coleta de esgoto está em andamento, com Termo de Viabilidade Técnica (TVT) emitido pela CAESB (SEI doc. 177495265). Em 2026, com a entrega do projeto executivo, o FII Biotic estará apto a fazer o processo de seleção e contratação das respectivas obras, conforme faseamento ou etapas a serem apresentadas e aprovadas. Na área de saneamento ainda pretende-se viabilizar a contratação para implantação de sistema de reuso com capacidade de tratar até 100% das águas cinzas e negras, dependendo da demanda por água tratada e da capacidade operacional do sistema.

Projetos de Infraestrutura

O projeto executivo de geometria viária, terraplenagem, drenagem, pavimentação e sinalização viária está em andamento, com total integração com as demais disciplinas de projetos. Em 2026, com a entrega do projeto executivo, o FII Biotic estará apto a fazer o processo de seleção e contratação das respectivas obras, conforme faseamento ou etapas a serem apresentadas e aprovadas.

Projetos de Energia e Telecomunicação

O projeto executivo de redes de distribuição de energia elétrica, telecomunicação e iluminação das áreas coletivas está em andamento. Em 2026, com a entrega do projeto executivo, o FII Biotic estará apto a fazer o processo de seleção e contratação das respectivas obras, conforme faseamento ou etapas a serem apresentadas e aprovadas.

Projeto de Urbanismo

O projeto executivo de urbanismo, paisagismo e luminotécnica está em andamento. Em 2026, com a entrega do projeto executivo, o FII Biotic estará apto a fazer o processo de seleção e contratação das respectivas obras, conforme faseamento ou etapas a serem apresentadas e aprovadas.

Serviço de Gerenciamento de Projetos

O serviço de supervisão e gerenciamento de projetos e obras de infraestrutura, visando garantir a execução eficiente e sustentável, bem como a compatibilização dos projetos Parque Tecnológico, está em pleno andamento. Essa parceria permitiu a contratação pelo FII Biotic de uma plataforma de Gestão de Documentos e da utilização da plataforma BIM para o início da modelagem dos projetos. Essa supervisão técnica especializada tem assegurado a qualidade e segurança da elaboração dos projetos executivos nas suas diversas disciplinas.

Smart Cities

Atuação de empresa especializada em Smart Cities, visando o desenvolvimento e implementação de soluções inovadoras de tecnologia e inteligência urbana no Parque Tecnológico Biotic. Durante o ano de 2025 foram desenvolvidos documentos técnicos para Certificação LEED For Communities, como o Smart Code. Em 2026 o trabalho deve ter continuidade com a aplicação prática dos parâmetros nos projetos executivos e na contratação das obras.

Destaca-se que caberá a todas a (s) empresa (s) contratada (s) a análise de materiais de referência técnica sobre o empreendimento BIOTIC, como o Masterplan, Planos Diretores, Licenciamento Ambiental e demais estudos. Além disso, no desenvolvimento dos projetos básicos e executivos, as empresas estão utilizando a metodologia BIM, obedecendo às diretrizes e normativos governamentais vigentes.

ANÁLISE DE PROJETOS

Também faz parte do escopo de metas para 2026, a análise de projetos de arquitetura e engenharia de possíveis parceiros do Biotic, e início de suas respectivas obras. Incluindo, mas não se limitando a:

WORD TRADE CENTER – WTC: Construção e Operação do Hotel e Centro de Convenções WTC, com operações comerciais, residenciais e corporativas. A chegada desta instituição internacional visa gerar novos negócios tanto locais quanto internacionais na região, conectando a cidade e empresários ao maior clube de negócios do mundo.



SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA INFORMAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SINFOR:

Implantação do cluster "Distrito de TI" que contemplará edificação com espaços para empresas de tecnologia e centros de desenvolvimento tecnológico e de empreendedorismo inovador que possam apoiar o desenvolvimento das empresas do setor de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na Capital Federal.

COMPLEXO UNIVERSITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL: Solução de imóvel destinado a abrigar um campus universitário voltado para Faculdades de Engenharia, Tecnologia e Inovação. Como proposta inovadora associada à criação de um espaço de laboratórios multiuso para o desenvolvimento de pesquisas de alta tecnologia, em associação com grandes centros de P&D do país e do mundo.

URBANIZAÇÃO DE ÁREAS DE CONVIVÊNCIA: Para 2026, está prevista a elaboração de projetos para futura implantação da Praça da Inovação, Boulevard e Casa Biotic. Um projeto que visa transformar um espaço vazio em um hub de criatividade, modernidade e entretenimento, além de demonstrar no boulevard o modelo de implantação da infraestrutura do Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC. Já a Casa Biotic abrigará a centralidade de demonstração, divulgação, comercialização e concretização de parcerias para o Parque Tecnológico de Brasília - BIOITC.

O objetivo principal é fomentar a criatividade, inovação e empreendedorismo, promovendo a interação entre pessoas de diversas áreas e estimulando o desenvolvimento econômico local. Além disso, oferecerá um espaço de lazer e entretenimento para a comunidade do BIOTIC e residentes próximos.

Os espaços contarão com áreas de convivência com mesas e bancos, lanchonetes e restaurantes gourmet, espaços de leitura e estudo, áreas para feiras artesanais e exposições, além de instalação de pequenos comércios locais. Também incluirá espaços para eventos culturais, workshops e palestras, conexão Wi-Fi gratuita e estrutura acessível e sustentável.

Espera-se que os projetos tragam diversos benefícios, como fomentar a inovação e criatividade, estabelecer um espaço de integração social e estimular a economia local.

OPERAÇÃO DE CRÉDITO

O BIOTIC posiciona-se como o vetor estratégico para a transformação da matriz socioeconômica do Distrito Federal. Ao fomentar a inovação e o adensamento de negócios de base tecnológica, o projeto visa a geração de emprego e renda qualificada, consolidando a Capital Federal como um polo de referência nacional e internacional.

A materialização dessa visão exige investimentos robustos em infraestrutura urbana de ponta, condição indispensável para a atração e instalação de empresas âncoras, startups e centros de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I).

Nesse contexto, a BIOTIC adota uma estratégia de diversificação de fontes de financiamento (funding). Paralelamente à estruturação do Fundo Imobiliário (FII), a Companhia pleiteia recursos junto ao Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, estruturado nas seguintes modalidades:

Modalidade Não Soberana (US\$ 30 milhões): Recurso destinado exclusivamente à implantação da infraestrutura urbana da Fase 1 do Parque Tecnológico, visando conferir celeridade à urbanização imediata.

Modalidade Soberana (US\$ 115 milhões): Montante planejado para garantir a implementação das fases subsequentes do empreendimento, assegurando a continuidade expansiva do projeto.

Ressalta-se que esta operação constitui uma fonte de recursos complementar e estratégica, desenhada para oferecer uma alternativa de liquidez imediata. A viabilidade global do Parque Tecnológico, contudo, não está condicionada à aprovação deste pleito, uma vez que o modelo de negócios principal se baseia na captação via Mercado de Capitais (FII BIOTIC). A efetivação do financiamento segue os ritos de análise de viabilidade e aprovação exclusivos do organismo internacional e pode não ocorrer em sua integralidade no exercício de 2026.



PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO 2026:

Em 2026 há uma fixação de despesas superior à 2025, com uma receita própria da BIOTIC (preço público, taxa condominial e garagens) acima do ano anterior, maior captação prevista via convênios, maior previsão orçamentária de Aumento Futuro de Capital Social (AFAC) da Terracap com a BIOTIC e maior previsão de Operações de Crédito. De uma forma geral:

Tipo de Receita 2026	Orçamento (R\$)
Receita com Condomínio e Preço Público	1.256.000,00
Convênios Facilities e Centelha	4.493.000,00
AFAC - Terracap	39.000.000,00
Operações de Crédito Bancos Internacionais	57.500.000,00
TOTAL 2026	102.249.000,00

A BIOTIC S.A., independentemente de sua controladora, tem a previsão de arrecadar com os preços públicos, taxas condominiais e cessões de garagem, por volta de R\$ 1,3 milhão. O convênio de "Facilities", que prevê a gestão dos serviços e instalações prediais do Complexo de Governança do Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC, possui uma expectativa de entrada de R\$ 4,1 milhões e R\$ 400 mil com o Convênio "Centelha". Do total da AFAC que será por volta de R\$ 39 milhões, aproximadamente R\$ 14,2 milhões serão destinados à Folha Salarial, Terceirizados, Serviços de Manutenção, Comunicação e Marketing, R\$ 20.5 milhões com Participação Acionária (Aportes no BIOTIC FII RL e no FIP BIOTIC) e R\$ 4,3 milhões de amortizações e encargos da dívida contratada (possível operação de crédito).



20204 - JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Junta Comercial do Distrito Federal foi criada pela Lei Distrital nº 314, de 21 de setembro de 1992. Todavia, a eficácia dessa norma foi suspensa em novembro do mesmo ano, em razão da propositura de incidente de arguição de inconstitucionalidade, o que inviabilizou, naquele momento, a consolidação da estrutura institucional necessária ao exercício das atribuições relativas ao Registro Público de Empresas Mercantis no âmbito do Distrito Federal.

Somente a partir de 2018 iniciou-se, de forma estruturada e definitiva, o processo de transferência das atividades de Registro Público de Empresas Mercantis para a esfera distrital. Nesse contexto, foi editada a Medida Provisória nº 861, de 4 de dezembro de 2018, posteriormente convertida na Lei Federal nº 13.833, de 4 de junho de 2019, que dispôs sobre a transferência da Junta Comercial do Distrito Federal e das atividades de registro público de empresas mercantis e atividades afins, anteriormente exercidas pela União.

Em complemento a esse novo marco normativo federal, foi editada a Lei nº 6.315, de 27 de junho de 2019, que criou formalmente a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal – JUCIS-DF, atribuindo-lhe a responsabilidade pela execução e administração dos serviços de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins no âmbito distrital. A partir dessa norma, consolidou-se juridicamente a competência do Distrito Federal para organizar, supervisionar e executar os serviços de registro empresarial.

Com fundamento nesse arcabouço legal, a JUCIS-DF foi vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, conforme o Decreto nº 39.699, de 28 de fevereiro de 2019. Nesse período de transição institucional, a receita proveniente dos serviços de registro de empresas mercantis passou a integrar o âmbito de responsabilidade do Distrito Federal, até que a autarquia estivesse plenamente estruturada no contexto da administração indireta.

A JUCIS-DF configura-se como autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, caracterizada por independência administrativa e autonomia financeira, nos termos da legislação aplicável. Sua finalidade institucional consiste em fomentar, facilitar, simplificar e integrar o registro de empresas e negócios, em consonância com as políticas públicas de desenvolvimento social e econômico do Distrito Federal, contribuindo para a geração de riqueza, o estímulo à atividade empreendedora e a ampliação de oportunidades de trabalho.

As competências institucionais da JUCIS-DF encontram-se expressamente previstas no artigo 4º da Lei nº 6.315/2019. Compete à autarquia executar os serviços de registro de empresário individual, sociedades empresárias e cooperativas, compreendendo o arquivamento e a autenticação de atos empresariais, bem como a emissão de certidões. Cabe-lhe, igualmente, elaborar e manter atualizada a tabela de preços públicos dos seus serviços, em conformidade com as diretrizes expedidas pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração – DREI.

Integram ainda o rol de atribuições da JUCIS-DF o processamento da habilitação, matrícula, fiscalização e cancelamento de agentes auxiliares do comércio, tais como tradutores públicos e intérpretes comerciais e leiloeiros, bem como a expedição das respectivas carteiras de exercício profissional. A autarquia é responsável, também, pela elaboração de seu regimento interno e pela edição de resoluções administrativas necessárias à adequada execução de suas atividades institucionais.

Compete, adicionalmente, à JUCIS-DF proceder ao assentamento dos usos e práticas mercantis, prestar informações ao DREI relativas ao Cadastro Nacional das Empresas Mercantis, organizar e manter atualizado o Cadastro Estadual de Empresas Mercantis e atuar como Integrador Estadual da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim. Nesse âmbito, cabe-lhe promover a simplificação e a desburocratização dos processos de registro e legalização de pessoas jurídicas, viabilizando



a entrada única de dados cadastrais e a integração de procedimentos entre os diversos órgãos e entes envolvidos.

A arrecadação dos valores correspondentes aos preços públicos devidos pelos serviços prestados também constitui atribuição institucional da JUCIS-DF, assim como o exercício de outras atividades correlatas ou implícitas às competências legalmente estabelecidas. O conjunto dessas atribuições evidencia a centralidade da autarquia no sistema de registro empresarial do Distrito Federal e sua relevância para o ambiente de negócios local.

Para assegurar a adequada execução das competências legalmente atribuídas, tornou-se necessária a constituição de uma estrutura administrativa compatível com a complexidade e a abrangência dos serviços de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins. Nesse sentido, a organização institucional da JUCIS-DF foi concebida e progressivamente ajustada de modo a garantir suporte técnico, administrativo e operacional às atividades finalísticas, bem como aos processos de planejamento, controle, governança, tecnologia da informação e integração institucional, especialmente no contexto da Redesim.

A estrutura administrativa da JUCIS-DF reflete, assim, o alinhamento entre as atribuições previstas em sua base legal e os meios organizacionais indispensáveis à sua execução, observadas as reestruturações administrativas realizadas nos exercícios recentes e as demandas decorrentes da modernização dos serviços públicos de registro empresarial. Em nível estratégico, a organização institucional compreende instâncias responsáveis pela direção superior, assessoramento jurídico-legislativo, auditoria, ouvidoria, comunicação institucional, gestão estratégica, tecnologia da informação, secretaria-geral e suporte administrativo, orçamentário, financeiro e operacional.

Essa configuração organizacional tem por finalidade assegurar condições adequadas para o desempenho das atividades-meio e finalísticas da autarquia, garantindo coerência entre competências legais, processos internos e prestação eficiente dos serviços públicos de registro empresarial no Distrito Federal, em observância aos princípios da legalidade, da eficiência e da segurança jurídica.

No que se refere à estrutura deliberativa, a JUCIS-DF conta com o Plenário, órgão deliberativo superior, nos termos da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994. O Plenário é responsável pelo julgamento de processos em grau de recurso, conforme disciplinado pelo Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, bem como pelo exercício de outras atribuições previstas na legislação e no regimento interno.

Compete ao Plenário, entre outras funções, julgar recursos interpostos contra decisões definitivas, singulares ou colegiadas; deliberar sobre a tabela de preços dos serviços da Junta Comercial; deliberar sobre o assentamento dos usos e práticas empresariais; aprovar o regimento interno e suas alterações; decidir sobre matérias de relevância institucional; deliberar sobre a criação de delegacias; manifestar-se sobre proposições de perda de mandato de vogais ou suplentes; e apreciar propostas de alteração do número de vogais e respectivos suplentes, além de exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas por normas legais.

Os vogais e seus suplentes são nomeados pelo Governador do Distrito Federal, excetuados o vogal representante da União e seu suplente, cuja nomeação compete ao Ministro de Estado competente, conforme previsto na legislação federal aplicável. A composição e o funcionamento do Plenário observam, assim, o modelo normativo estabelecido para as juntas comerciais em âmbito nacional.

Nos termos do artigo 9º da Lei nº 8.934/1994, a estrutura básica das juntas comerciais é integrada pela Presidência, como órgão diretivo e representativo; pelo Plenário, como órgão deliberativo superior; pelas Turmas, como órgãos deliberativos inferiores; pela Secretaria Geral, como órgão administrativo; e pela Procuradoria, como órgão de fiscalização e consulta jurídica. Esse arranjo estrutural confere sustentação institucional às atividades desenvolvidas, assegurando estabilidade administrativa, observância normativa e continuidade dos serviços públicos de registro empresarial.



FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	1	1	0	2
Comissionados sem vínculo efetivo	39	52	0	0	91
Requisitados de órgãos do GDF	6	0	0	0	6
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	7	1	8
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	3	0	3
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	45	53	11	1	110
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	45	53	11	1	110

Acerca desse ponto, a análise do quadro de força de trabalho da JUCIS-DF revela que a instituição conta com um total de 110 colaboradores, incluindo terceirizados, estagiários, requisitados do GDF, comissionados sem vínculos e efetivos do GDF. Entre eles, destacam-se 2 servidores efetivos da Carreira PPGG, 91 comissionados sem vínculos e 6 efetivos requisitados de outros órgãos do GDF, totalizando 99 servidores, o restante é composto por estagiários e terceirizados FUNAP. Sendo assim, a força de trabalho está distribuída, com 50,91% alocados para a área meio e 49,09% para a área fim.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	50000,0	50000,0	0	0
0002 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - DISTRITO FEDERAL	50000,0	50000,0	0	0
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	159696,0	309696,0	64049,37	64049,37
0034 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-- DISTRITO FEDERAL	159696,0	309696,0	64049,37	64049,37
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	150000,0	350000,0	300000,00	184673,83
0021 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-JUCIS- DISTRITO FEDERAL	150000,0	350000,0	300000,00	184673,83



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	350000,0	350000,0	228958,44	178958,44
0100 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PES-JUCIS- DISTRITO FEDERAL	350000,0	350000,0	228958,44	178958,44
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	100000,0	100000,0	2292,3	2292,3
0079 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-- JUCIS - DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,0	2292,3	2292,3
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	809696,00	1159696,00	595300,11	429973,94

Programação Orçamentária Realizada

No exercício de 2025, o Programa 0001 – Operações Especiais registrou a execução orçamentária e financeira de despesas voltadas ao cumprimento de obrigações legais e institucionais da JUCIS-DF, conforme previsto na Lei Orçamentária Anual. A dotação inicial do programa foi fixada em R\$ 809.696,00, tendo sido posteriormente ampliada em R\$ 350.000,00, por meio de remanejamento orçamentário, totalizando R\$ 1.159.696,00 de despesa autorizada.

No âmbito da execução, foram empenhados R\$ 595.300,11, correspondentes a 51,33% da dotação autorizada, e liquidados R\$ 429.973,94, equivalentes a 37,08% do total autorizado. Os valores executados concentraram-se, principalmente, nas ações relacionadas à Execução de Sentenças Judiciais, à Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e aos Ressarcimentos, Indenizações e Restituições de Pessoal, refletindo a natureza obrigatória e vinculada das despesas do programa.

Destaca-se a execução da Ação 9001 – Execução de Sentenças Judiciais, com dotação autorizada de R\$ 309.696,00, destinada ao pagamento de requisições de pequeno valor (RPV). Registra-se, ainda, a Ação 9033 – Formação do Patrimônio do Servidor Público, com dotação autorizada de R\$ 350.000,00, voltada ao recolhimento do PIS/PASEP incidente sobre a receita líquida da Autarquia. A Ação 9050 – Ressarcimentos, Indenizações e Restituições de Pessoal, igualmente com dotação de R\$ 350.000,00, foi direcionada ao atendimento de obrigações decorrentes de desligamentos e ajustes financeiros de servidores no exercício.

A execução financeira observada apresenta aderência à dinâmica do programa, cujas despesas estão condicionadas à ocorrência de eventos administrativos e judiciais específicos, bem como aos respectivos trâmites formais de processamento e liquidação.

Programação Orçamentária não Executada

No exercício de 2025, não houve execução da Ação 9041 – Conversão de Licença-Prêmio em Pecúnia – Servidor Inativo, em razão da ausência de demanda no período considerado. Dessa forma, embora a ação tenha contado com dotação autorizada, não foram registrados empenhos ou liquidações, circunstância compatível com a natureza eventual desse tipo de despesa.

6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	3400000,0	3400000,0	1409118,0	1409118,0
0055 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - EMPREENDEDOR DIGITAL - DISTRITO FEDERAL	3400000,0	3400000,0	1409118,0	1409118,0



2668 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OS SEGMENTOS DO EMPREENDEDORISMO	1200000,0	1200000,0	0	0
0002 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OS SEGMENTOS DO EMPREENDEDORISMO - DISTRITO FEDERAL	1200000,0	1200000,0	0	0
2952 - SERVIÇOS DE REGISTRO E LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS	1790304,0	340304,0	0	0
0001 - SERVIÇOS DE REGISTRO E LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS - DISTRITO FEDERAL	1790304,0	340304,0	0	0
TOTAL - 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	6390304,00	4940304,00	1409118,00	1409118,00

Programação Orçamentária Realizada

No exercício de 2025, o Programa 6207 – Desenvolvimento Econômico contou com dotação orçamentária inicial prevista na Lei Orçamentária Anual de R\$ 6.930.304,00, posteriormente ajustada por meio de remanejamentos, resultando em dotação disponível de R\$ 4.940.304,00. A execução orçamentária concentrou-se prioritariamente na Ação 1471 – Modernização de Sistema de Informação, em consonância com a priorização institucional definida para o exercício.

A referida ação teve como finalidade o fortalecimento da infraestrutura tecnológica voltada à modernização do sistema de registro mercantil, no contexto do Convênio nº 19/2024 – Projeto REDESIM Conectada – Desenvolve MPE, com execução financeira parcial no exercício. Do montante autorizado, 28,52% foram empenhados, sendo 28,52% liquidados, refletindo a realização de despesas vinculadas ao desenvolvimento e à implementação de soluções tecnológicas destinadas à integração de sistemas e à simplificação do ambiente de negócios.

No âmbito do acompanhamento de resultados institucionais, a execução do Programa 6207 manteve alinhamento às diretrizes do Objetivo 0384 – Atração de Investimentos, do PPA 2024–2027, com responsabilidade direta da JUCIS-DF mensurada por meio de indicadores oficiais. Destaca-se o monitoramento do Indicador IN10881 – Ranking do Tempo Médio Necessário para Abertura de Empresas, no qual o Distrito Federal registrou tempo médio total de 15 horas no 2º quadrimestre de 2025, sendo 2 horas na etapa de Registro, de competência da JUCIS-DF, evidenciando a manutenção da celeridade institucional nessa fase do processo.

No tocante ao acompanhamento da execução física e financeira da Ação 1471 – Modernização de Sistema de Informação, conforme registros do Sistema de Acompanhamento Governamental (SAG), a ação esteve cadastrada na Etapa 0009 – 2025, antecedente à Etapa 0022 de 2024, com a finalidade de promover a modernização do sistema de informação empreendedor da JUCIS-DF. Esta ação visa abrigar as atividades do Convênio nº 19/2024 – Projeto REDESIM Conectada – Desenvolve MPE, o qual se concentra no desenvolvimento de soluções tecnológicas, sistemas e serviços destinados a apoiar a manutenção e o desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, bem como a intensificar a simplificação do ambiente de negócios. O escopo do projeto compreendeu a concepção, estruturação, desenvolvimento, implantação, operacionalização, manutenção e implementação de soluções tecnológicas, sistemas, serviços, estudos, ações, treinamentos e capacitações, em consonância com a priorização orçamentária e os objetivos institucionais da JUCIS-DF no exercício de 2025.

Programação Orçamentária Não Executada

As Ações 2668 – Desenvolvimento de Ações para os Segmentos do Empreendedorismo e 2952 – Serviços de Registro e Legalização de Empresas não apresentaram execução orçamentária no exercício de 2025. A ausência de execução decorreu da priorização orçamentária concentrada na Ação 1471, bem como da necessidade de amadurecimento técnico e procedimental para a operacionalização das referidas ações no período.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10881 - RANKING DO TEMPO MÉDIO NECESSÁRIO PARA ABERTURA DE EMPRESAS	RANKING	12,00	01/12/2022	Anual	8,00	5,00	7,00	14,00	6,00	X	3,00	X	RANKING PUBLICADO MAPA DE EMPRESAS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO
Justificativa: 2024 - A evolução do índice está dentro do esperado, mostrando crescimento na redução do tempo de registro. Isso, consequentemente, reflete a expectativa de melhoria na posição do ranking, considerando a inovação de novos processos de abertura de empresas pelo WhatsApp e o avanço nas ações de integração com as Administrações Regionais os quais deverão melhorar o tempo total de abertura considerando o processo de viabilidade. 2025 - Em 2025, a JUCIS-DF acompanhou o indicador federal de tempo médio de abertura de empresas do Mapa de Empresas, vinculado ao Programa Temático 6207 e ao Objetivo O384 do PPA 2024-2027. No 2º quadrimestre, o Distrito Federal registrou tempo médio de 15 horas, sendo 13 horas na etapa de Viabilidade e 2 horas na de Registro, alcançando a 14ª colocação nacional, com variação de -6,3% em relação ao quadrimestre anterior. A etapa de Registro manteve desempenho célere sob responsabilidade da JUCIS-DF, enquanto a etapa de Viabilidade, de competência das Administrações Regionais, impactou negativamente o resultado, contribuindo para a queda do DF da 9ª posição em 2024 para a 14ª em 2025. Esse cenário foi influenciado pela publicação da Lei Complementar nº 1.041/2024, que aprovou o PPCUB e resultou na retirada das viabilidades automáticas da Região Administrativa do Plano Piloto no sistema REDESIM/DF. Como essa região concentra o maior volume de processos, a adoção de análises manuais elevou os prazos e afetou o desempenho global do indicador. Para mitigar esses impactos, tramita na CLDF Projeto de Lei que altera a Lei nº 5.547/2015, visando reduzir o prazo legal de análise da viabilidade. Além disso, a JUCIS-DF firmou Acordo de Cooperação Técnica com a SEDUH e o SEBRAE/DF para implementar a nova legislação no GeoPortal, possibilitando a retomada da automatização dos protocolos e a redução dos prazos de análise.													
10981 - TEMPO MÉDIO ANUAL DE CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA DE FORMA SINGULAR NA JUCIS DF	MINUTO	20,00	01/12/2024	Anual	X	-	13,00	14,72	12,00	X	11,00	X	RELATÓRIO DE TEMPO MÉDIO ANUAL EMITIDO PELO SISTEMA DE REGISTRO MERCANTIL (SRM)
Justificativa: 2025 - Em 2025 a JUCIS-DF não alcançou o índice desejado para TEMPO MÉDIO ANUAL DE CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA DE FORMA SINGULAR, de acordo com o relatório fonte da informação emitido pelo SRM, devido ao aumento exponencial de análises de processos, dos quais em 14 dias, foram enviados para Junta Comercial analisar, 4.856 processos a mais da projeção daquele período, no mês de dezembro. Esse fato decorreu devido à publicação da nova lei nº 15.270/2025, que tratou sobre a reforma tributária e dispôs sobre o prazo para deliberação de lucros e dividendos, sendo este de 31/12/2025, prorrogada pela Decisão do STF para o dia 31/01/2026. Nesse sentido, houve uma grande quantidade de atas protocoladas no período informado, o que impactou diretamente no fluxo de análises. Válido ressaltar que nos 1º, 2º e 3º trimestres, a JUCIS - DF estava alcançando com sucesso o índice desejado, 1º = 11 minutos e 7 segundos, 2º = 12 minutos e 40 segundos e 3º = 12 minutos e 10 segundos, porém com a alta demanda inesperada de processos no 4º trimestre, o tempo subiu para 23 minutos. Por ocorrência desse número expressivo de processos ao final de 2025, o tempo médio de análise de processos de constituição de empresas, resultou em 14 minutos e 43 segundos. Destaco que o indicador de análise e sua base de informações são extraídas do SRM, contabilizando o tempo de análise interna da JUCIS-DF, sem computar os tempos relativos aos outros órgãos envolvidos na tramitação do procedimento de formalização de empresas. 2025 = 14 minutos e 43 segundos transformados em decimal igual a 14,72.													
10982 - TEMPO MÉDIO ANUAL DE CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA DE FORMA COLEGIADA NA JUCIS DF.	HORA	10,00	01/12/2024	Anual	X	-	9,00	3,65	8,00	X	7,00	X	RELATÓRIO DE TEMPO MÉDIO ANUAL EMITIDO PELO SISTEMA DE REGISTRO MERCANTIL (SRM)
Justificativa: 2025 - Em 2025 a JUCIS-DF alcançou com sucesso o índice desejado para TEMPO MÉDIO DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DENTRO DA JUNTA COMERCIAL DO DF DE FORMA COLEGIADA, de acordo com o relatório fonte da informação emitido pelo SRM, Tempo Médio: de 3 horas e 39 minutos. 2025 = 3 horas e 39 minutos transformados em decimal 3,65. Os valores expostos representam que o índice superou o percentual de +146% acima da média estimada para o ano. Nesse sentido, oportunamente será feita uma nova reavaliação da média, considerando o percentual atual alcançado. * vale ressaltar que o indicador em análise e sua base de informações do SRM tem dados apenas da JUCIS-DF sem computar os tempos de outros tramites externos.													

6217 - DF MAIS SEGURO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	300000,0	200000,0	125061,13	111995,60
0068 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA-- JUCIS - DISTRITO FEDERAL	300000,0	200000,0	125061,13	111995,60
TOTAL - 6217 - DF MAIS SEGURO	300000,00	200000,00	125061,13	111995,60

Programação Orçamentária Realizada

No exercício de 2025, o Programa 6217 – Segurança para Todos contou com dotação orçamentária inicial total de R\$ 300.000,00, prevista na Lei Orçamentária Anual. Ao longo do exercício, parte dos recursos foi objeto de remanejamento para outros programas, resultando em dotação final de R\$ 200.000,00, destinada à execução da Ação 2426 – Fortalecimento das Ações de Apoio ao Interno e sua Família.

A execução orçamentária concentrou-se no custeio de despesas vinculadas às ações de apoio à ressocialização e à inserção social de sentenciados do sistema penitenciário do Distrito Federal, por meio da oferta de atividades produtivas e de trabalho remunerado. Do montante autorizado, 62,53% foram empenhados, sendo 56% efetivamente liquidados, refletindo a realização de despesas compatíveis com a natureza e a finalidade da ação executada no exercício.

Os valores liquidados foram direcionados ao pagamento de sentenciados vinculados às atividades desenvolvidas no âmbito do programa, contribuindo para a operacionalização das ações de apoio previstas e para o cumprimento dos objetivos institucionais associados à política pública de segurança e reintegração social, conforme estabelecido para o exercício de 2025.



8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	700000,0	1200000,0	0	0
0090 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	700000,0	1200000,0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	100000,0	1000000,0	0	0
0078 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES-JUCIS- DISTRITO FEDERAL	100000,0	1000000,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	300000,0	1000000,0	4859,0	1226,1
0002 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	300000,0	1000000,0	4859,0	1226,1
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	300000,0	100000,0	51250,0	51250,0
0084 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--JUCIS - DISTRITO FEDERAL	300000,0	100000,0	51250,0	51250,0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	6666230,0	9216230,0	8867376,29	8731676,29
0106 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-JUCIS- DISTRITO FEDERAL	6666230,0	9216230,0	8867376,29	8731676,29
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	818086,0	818086,0	725595,10	721595,10
0091 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-- JUCIS - DISTRITO FEDERAL	818086,0	818086,0	725595,10	721595,10
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	6852428,0	5452428,0	4194520,29	3963966,33
0146 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-JUCIS- DISTRITO FEDERAL	6852428,0	5452428,0	4194520,29	3963966,33
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	350000,0	150000,0	0	0
0005 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA - DISTRITO FEDERAL	350000,0	150000,0	0	0
2551 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS	1700000,0	50000,0	0	0
0004 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS - JUCIS/DF - DISTRITO FEDERAL	1700000,0	50000,0	0	0
TOTAL - 8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	17786744,00	18986744,00	13843600,68	13469713,82



Programação Orçamentária Realizada

No exercício de 2025, o Programa 8207 – Desenvolvimento Econômico – Gestão e Manutenção teve como finalidade assegurar o funcionamento regular e contínuo da JUCIS-DF, por meio do custeio de despesas administrativas, operacionais e de pessoal indispensáveis à execução das atividades institucionais do órgão. A dotação orçamentária autorizada para o programa totalizou R\$ 18.986.744,00, considerando os ajustes realizados ao longo do exercício.

A execução orçamentária do programa alcançou 72,91% de empenho e 70,93% de liquidação, refletindo a realização das despesas necessárias à manutenção da estrutura administrativa e operacional da Autarquia. Destacaram-se, no período, as despesas vinculadas à Administração de Pessoal, à Concessão de Benefícios a Servidores e à Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, que concentraram a maior parcela da execução financeira do programa.

No âmbito da Ação 8502 – Administração de Pessoal, a execução atingiu aproximadamente 94,74% da dotação autorizada, destinada ao pagamento da remuneração dos servidores da JUCIS-DF. A Ação 8504 – Concessão de Benefícios a Servidores apresentou execução de 88,21%, contemplando benefícios mensais previstos na legislação vigente. Já a Ação 8517 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais registrou execução de 72,70%, abrangendo despesas relacionadas à manutenção predial, serviços administrativos, serviços públicos essenciais e aquisição de materiais permanentes.

A Ação 4088 – Capacitação de Servidores apresentou execução de 51,25% da dotação autorizada, com foco na realização de ações de capacitação alinhadas às necessidades institucionais identificadas no exercício. Por sua vez, a Ação 2557 – Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação registrou execução residual, correspondente a 0,12% da dotação autorizada, relacionada a despesas pontuais no exercício.

Programação Orçamentária Não Executada

Não houve execução orçamentária, no exercício de 2025, das ações 1471 – Modernização de Sistema de Informação, 2396 – Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas, 8505 – Publicidade e Propaganda e 2551 – Atualização e Modernização do Acervo e Documentos, em razão de remanejamentos orçamentários realizados ao longo do exercício e da priorização das despesas voltadas à manutenção das atividades administrativas essenciais da JUCIS-DF.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DO CADASTRO ESTADUAL DE EMPRESAS

No exercício de 2025, a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal – JUCIS-DF formalizou iniciativa de caráter extraordinário voltada ao fortalecimento da governança da informação e à modernização de seus ativos cadastrais, por meio da celebração do Convênio nº 001/2025, firmado com a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul – JUCISRS. A parceria institucional foi formalizada em novembro de 2025 e teve como objeto o aproveitamento de soluções tecnológicas destinadas à qualificação e à modernização do Cadastro Estadual de Empresas – CEE, com integração ao Sistema de Registro Mercantil – SRM.

A formalização do convênio decorreu de diagnóstico institucional que identificou a existência de inconsistências acumuladas na base de dados cadastral do SRM, resultantes, sobretudo, de sucessivas migrações tecnológicas realizadas ao longo do tempo sem a adoção de metodologia estruturada e integrada. Essas inconsistências impactaram a completude, a integridade e a confiabilidade das informações registrárias, exigindo tratamento técnico de maior robustez, escalabilidade e padronização, para além das correções pontuais até então adotadas pelas áreas técnicas.

Nesse contexto, a iniciativa foi concebida como solução estruturante, com foco na atualização, auditoria, validação, construção de histórico e aprimoramento contínuo da base cadastral,



mediante a adoção de ferramentas e metodologias especializadas. A experiência técnica acumulada pela JUCIS-RS no desenvolvimento de soluções tecnológicas aplicadas ao saneamento de bases registrárias foi reconhecida como referência institucional, justificando a celebração da cooperação técnica entre as autarquias.

Embora a execução operacional das ações previstas no convênio esteja programada para o exercício de 2026, conforme plano de trabalho pactuado, a formalização do instrumento em 2025 caracteriza-se como marco preparatório relevante, por estabelecer as bases institucionais, jurídicas e técnicas necessárias à implementação das ações estruturantes subsequentes. Tal enquadramento é compatível com a natureza das realizações extraordinárias, na medida em que consolida decisões estratégicas e arranjos institucionais voltados à modernização dos serviços públicos de registro empresarial.

Como realização extraordinária, a iniciativa contribui para o fortalecimento da qualidade dos registros empresariais, da segurança jurídica, da eficiência operacional e da governança da informação no âmbito da JUCIS-DF. Ao estruturar um processo sistemático de saneamento e modernização cadastral, a autarquia avança no alinhamento de seus serviços às diretrizes contemporâneas de inovação, controle e transparência na administração pública, reforçando a confiabilidade das informações registradas disponibilizadas à sociedade e aos órgãos públicos.

A modernização tecnológica do Cadastro Estadual de Empresas, nos termos formalizados em 2025, consolida-se, assim, como iniciativa institucional de elevado valor público, ao estabelecer fundamentos técnicos e organizacionais para a melhoria contínua dos serviços de registro empresarial no Distrito Federal, em consonância com o papel estratégico da JUCIS-DF no ambiente de negócios distrital.

PROJETO REDESIM CONECTADA – DESENVOLVE MPE

No exercício de 2025, a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal – JUCIS-DF deu continuidade às ações vinculadas ao Projeto REDESIM Conectada – Desenvolve MPE, instituído por meio do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 19/2024, celebrado entre diversas Juntas Comerciais e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. A iniciativa teve por finalidade o desenvolvimento e a implementação de soluções tecnológicas, sistemas, serviços e ações de capacitação voltadas à modernização dos serviços de registro empresarial e à simplificação do ambiente de negócios, com foco nas micro e pequenas empresas.

No âmbito do projeto, a JUCIS-DF participou de ações estruturantes direcionadas à concepção, implantação, operacionalização e manutenção de soluções digitais integradas à REDESIM, com ênfase no fortalecimento da interoperabilidade entre sistemas e na ampliação da eficiência dos serviços prestados ao cidadão empreendedor. As atividades desenvolvidas em 2025 contribuíram para o aprimoramento da gestão dos processos de registro, legalização e atualização cadastral, com reflexos diretos na padronização de procedimentos e na racionalização dos fluxos operacionais.

Entre as entregas associadas ao projeto, destacam-se a ampliação de funcionalidades no Portal de Serviços, a incorporação de fluxos digitais para atos específicos do registro empresarial e a utilização de canais digitais de atendimento, como o WhatsApp, que ampliaram a acessibilidade e a disponibilidade dos serviços públicos. Tais medidas possibilitaram maior agilidade no atendimento, acompanhamento mais eficiente das solicitações e redução de etapas burocráticas, beneficiando tanto a Autarquia quanto os usuários externos.

As ações implementadas no âmbito do Projeto REDESIM Conectada – Desenvolve MPE também contribuíram para o fortalecimento da integração institucional entre os órgãos participantes do sistema de registro e legalização de empresas, alinhando os serviços prestados às diretrizes de simplificação e integração dos processos de registro e legalização de empresas. Esse alinhamento favoreceu a consolidação de práticas voltadas à melhoria contínua dos serviços e ao aprimoramento da experiência do usuário.

Como resultado institucional observado em 2025, o projeto promoveu avanços na eficiência operacional da JUCIS-DF, no fortalecimento da governança digital e na ampliação da



capacidade de resposta institucional às demandas do ambiente de negócios. A atuação da Autarquia no âmbito da iniciativa consolidou-se como realização extraordinária, ao contribuir para a modernização dos serviços de registro empresarial, para a integração sistêmica e para a promoção de um ambiente regulatório mais simples, acessível e competitivo no Distrito Federal.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

No exercício de 2025, a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal – JUCIS-DF formalizou acordos de cooperação técnica como iniciativas de caráter extraordinário, voltadas ao fortalecimento da integração institucional, à modernização dos processos de registro empresarial e à qualificação do ambiente de negócios no Distrito Federal. Tais instrumentos foram concebidos como mecanismos estruturantes de articulação interinstitucional, com foco na interoperabilidade de sistemas, no compartilhamento de informações e na padronização de procedimentos.

Nesse contexto, destaca-se o Acordo de Cooperação Técnica celebrado com o DF Legal, direcionado à integração de sistemas e ao compartilhamento de informações cadastrais atualizadas das empresas do Distrito Federal. A iniciativa visou fortalecer a atuação conjunta dos órgãos envolvidos nos processos de abertura, legalização e fiscalização de empresas, ampliando a consistência das bases de dados, a confiabilidade das informações e a eficiência dos fluxos administrativos no âmbito da REDESIM/DF.

Também foi formalizado Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH e com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal – SEBRAE-DF, com escopo voltado à integração de fluxos administrativos e sistemas digitais, à implantação de mecanismos de viabilidade automatizada, à incorporação de dados georreferenciados e à padronização de procedimentos relacionados à legalização empresarial. Esse arranjo institucional contribuiu para a racionalização das etapas de análise, para a redução de retrabalho e para o aprimoramento da coordenação entre os órgãos licenciadores.

Os acordos celebrados em 2025 permitiram o fortalecimento da articulação entre a JUCIS-DF e os órgãos parceiros, favorecendo a convergência de esforços institucionais e a construção de soluções integradas para desafios comuns do processo de registro e legalização de empresas. A cooperação técnica estabelecida possibilitou maior alinhamento entre sistemas e procedimentos, criando condições institucionais para a melhoria da eficiência administrativa e para a ampliação da segurança jurídica dos atos praticados.

Como realização extraordinária, os acordos de cooperação técnica formalizados no exercício consolidaram-se como instrumentos relevantes para a integração do sistema de registro empresarial, ao promoverem o compartilhamento de informações, a interoperabilidade tecnológica e a harmonização de práticas administrativas. Tais iniciativas reforçam o papel institucional da JUCIS-DF como articuladora do processo de legalização de empresas no Distrito Federal, contribuindo para a modernização dos serviços públicos e para a melhoria do ambiente regulatório de negócios.

PRÊMIOS RECEBIDOS PELA JUCIS-DF EM 2025

No exercício de 2025, a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal – JUCIS-DF obteve reconhecimento institucional externo por meio da concessão de prêmios de relevância no âmbito da administração pública distrital, configurando realizações extraordinárias vinculadas às práticas de governança, transparência e controle adotadas pela Autarquia. Tais reconhecimentos refletem resultados institucionais aferidos por órgãos de controle e instâncias avaliadoras independentes, com base em critérios objetivos e normativamente estabelecidos.

Nesse contexto, a JUCIS-DF foi agraciada, pelo segundo ano consecutivo, com o Prêmio ITA – Índice de Transparência Ativa, em razão da manutenção do índice de 100% de transparência ativa e passiva, conforme avaliação realizada pela Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF. O desempenho observado decorreu da atualização sistemática do portal institucional, da qualificação contínua dos conteúdos relacionados à Lei de Acesso à Informação – LAI e da



adoção de práticas voltadas à clareza, acessibilidade e organização das informações de interesse público disponibilizadas à sociedade.

O reconhecimento obtido por meio do Prêmio ITA evidencia a consolidação de rotinas institucionais voltadas ao cumprimento das obrigações legais de transparência, bem como o fortalecimento da cultura organizacional orientada à prestação de contas e ao acesso à informação. A manutenção do índice máximo de transparência demonstra a consistência das ações implementadas e a aderência da Autarquia às diretrizes dos órgãos de controle no tocante à publicidade dos atos administrativos.

No mesmo evento, a JUCIS-DF recebeu o Nível Ouro do Prêmio Alto Nível de Auditoria, reconhecimento concedido às unidades do Governo do Distrito Federal que demonstram elevado grau de comprometimento com a implementação das recomendações emitidas pela Controladoria-Geral do Distrito Federal no âmbito dos processos de auditoria. Esse reconhecimento decorre da atuação institucional voltada ao atendimento tempestivo das recomendações, ao aperfeiçoamento dos controles internos e ao fortalecimento dos mecanismos de governança e integridade.

Os prêmios recebidos em 2025 configuram, assim, realizações extraordinárias de caráter institucional, por representarem validação externa das práticas adotadas pela JUCIS-DF nas áreas de transparência, auditoria e controle. Esses reconhecimentos contribuem para o fortalecimento da credibilidade institucional da Autarquia, reforçando a confiança dos órgãos de controle e da sociedade quanto à condução responsável, íntegra e transparente das atividades finalísticas desenvolvidas no âmbito do Distrito Federal.

AVANÇOS NA EFICIÊNCIA E INOVAÇÃO DOS SERVIÇOS DA JUCIS-DF EM 2025

No exercício de 2025, a JUCIS-DF registrou avanços institucionais relevantes na eficiência e inovação dos serviços, decorrentes da consolidação de iniciativas voltadas ao fortalecimento dos canais digitais, à qualificação da comunicação institucional e à ampliação da transparência ativa. Essas ações foram desenvolvidas com foco na melhoria da prestação dos serviços finalísticos, na racionalização de procedimentos e no aprimoramento da experiência do usuário, conforme evidenciado no anexo encaminhado.

No âmbito da comunicação institucional, foram apoiadas e executadas ações estruturantes de disseminação de informações de interesse público, incluindo a elaboração de materiais de divulgação e o suporte à realização de eventos institucionais. Destaca-se a realização do 2º Workshop para Contadores, que promoveu palestras institucionais e espaços de orientação técnica sobre temas relevantes ao registro e à legalização de empresas, contribuindo para o alinhamento de procedimentos, o esclarecimento de dúvidas recorrentes e o fortalecimento do relacionamento institucional com a classe contábil.

As iniciativas implementadas em 2025 também contemplaram o fortalecimento dos canais digitais de comunicação e atendimento, com impactos mensuráveis na ampliação do alcance informacional e na interação com os usuários. Observou-se crescimento expressivo nos indicadores de visualizações e interações em ambientes digitais, evidenciando maior efetividade na divulgação de conteúdos institucionais e na comunicação com o público externo. Soma-se a esse contexto a evolução positiva da avaliação institucional em plataformas digitais, refletindo percepção aprimorada quanto à qualidade dos serviços prestados.

No campo da governança digital e da inovação tecnológica, destacam-se ações voltadas à modernização do portal institucional, à atualização contínua dos conteúdos relacionados à Lei de Acesso à Informação e ao aperfeiçoamento das práticas de transparência ativa. Essas medidas contribuíram para a ampliação do acesso às informações públicas, para a clareza na comunicação institucional e para o atendimento às diretrizes dos órgãos de controle, em consonância com os reconhecimentos institucionais obtidos no exercício.

Como realização extraordinária, os avanços registrados em 2025 evidenciam o fortalecimento da eficiência administrativa e da inovação nos serviços da JUCIS-DF, com resultados institucionais observáveis na melhoria dos fluxos de atendimento, na ampliação da transparência e na consolidação de práticas orientadas ao cidadão. Tais iniciativas reforçam



o compromisso institucional da Autarquia com a modernização dos serviços públicos e com a entrega de valor público no âmbito do registro empresarial do Distrito Federal.

REDESIM – REDE NACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS NO DISTRITO FEDERAL

A Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM constitui instrumento de articulação interinstitucional criado pela Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, com a finalidade de integrar e simplificar os procedimentos relacionados à abertura, alteração, baixa e legalização de empresas. No âmbito do Distrito Federal, a implementação da REDESIM foi institucionalmente estruturada pelo Decreto nº 40.178, de 14 de outubro de 2019, que instituiu o Subcomitê Gestor da REDESIM/DF, presidido pela Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal – JUCIS-DF.

No exercício de 2025, a atuação da JUCIS-DF no contexto da REDESIM/DF concentrou-se na coordenação e articulação entre os órgãos e entidades envolvidos nos processos de registro e licenciamento empresarial, com vistas à integração de procedimentos, à padronização de fluxos e ao aprimoramento da governança do sistema. Essa atuação institucional compreendeu a condução de reuniões do Subcomitê Gestor, o acompanhamento das deliberações estratégicas e a promoção do alinhamento técnico entre os entes participantes.

Entre os avanços observados, destaca-se a elaboração e consolidação de propostas normativas voltadas ao aperfeiçoamento do arcabouço legal aplicável à legalização empresarial no Distrito Federal, com foco na obrigatoriedade de integração entre os órgãos envolvidos, na padronização de procedimentos e na redução do tempo médio de análise das viabilidades. Tais iniciativas foram desenvolvidas em consonância com as diretrizes nacionais do sistema e com as necessidades identificadas no âmbito da gestão da REDESIM/DF.

No campo da capacitação e difusão do conhecimento, a JUCIS-DF promoveu ações voltadas ao nivelamento de procedimentos e à disseminação de boas práticas, por meio da realização de workshops, treinamentos técnicos e atividades formativas, no âmbito da Escola da JUCIS-DF. Essas ações contaram com a participação de servidores da Autarquia, de órgãos licenciadores, de administrações regionais e de parceiros institucionais, contribuindo para o fortalecimento do conhecimento institucional e para a uniformização das práticas administrativas.

A atuação institucional no âmbito da REDESIM/DF também abrangeu iniciativas de integração institucional e padronização de processos, com destaque para a execução de visitas técnicas às Administrações Regionais e aos órgãos licenciadores, a realização de diagnósticos de gargalos operacionais e a implementação de medidas voltadas à uniformização de fluxos. Essas ações impactaram diretamente a racionalização dos procedimentos e a melhoria da coordenação entre os entes envolvidos no processo de legalização de empresas.

No eixo da transformação digital e modernização institucional, foram desenvolvidas e fortalecidas iniciativas voltadas ao aprimoramento da gestão do Sistema de Registro Mercantil – SRM, incluindo a adoção de soluções tecnológicas, painéis gerenciais e ações estruturantes de integração sistêmica. Ademais, a participação da JUCIS-DF em acordos e cooperações técnicas contribuiu para o saneamento de bases de dados, para o fortalecimento da interoperabilidade entre sistemas e para a melhoria da eficiência administrativa.

Como realização extraordinária, os avanços registrados no âmbito da REDESIM/DF em 2025 evidenciam o papel institucional da JUCIS-DF como ente integrador e articulador do sistema de registro e legalização de empresas no Distrito Federal, contribuindo para a simplificação dos procedimentos, para a melhoria da governança interinstitucional e para o fortalecimento do ambiente regulatório de negócios, nos limites do lastro documental apresentado.

APRIMORAMENTOS INSTITUCIONAIS E MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO DA JUCIS-DF EM 2025

No exercício de 2025, a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal – JUCIS-DF consolidou aprimoramentos institucionais relevantes e promoveu a modernização dos serviços de atendimento, configurando realizações extraordinárias associadas à transformação dos processos de registro empresarial e à qualificação do relacionamento com os usuários. As



iniciativas implementadas tiveram como foco a ampliação da eficiência operacional, a padronização de procedimentos e o fortalecimento da segurança jurídica dos atos praticados.

Destaca-se, como realização estruturante, a consolidação do modelo de registro integralmente digital, com a totalidade dos atos de constituição, alteração, extinção de empresas e autenticação de livros contábeis realizados por meio eletrônico, mediante o uso de assinaturas avançadas e qualificadas. Esse avanço contribuiu para a redução do tempo de análise dos processos, para a ampliação da rastreabilidade dos atos e para a mitigação de riscos relacionados a inconsistências documentais e fraudes, refletindo diretamente na celeridade da formalização empresarial no Distrito Federal.

No âmbito sistêmico, foram promovidas evoluções no Sistema de Registro Mercantil – SRM e no Portal de Serviços da JUCIS-DF, com a incorporação de funcionalidades específicas voltadas aos agentes auxiliares do comércio. Entre os aprimoramentos, destacam-se os procedimentos de matrícula e recadastramento de tradutores e intérpretes públicos, a renovação de garantias de caução para leiloeiros e o aperfeiçoamento dos parâmetros de análise de nome empresarial e nome fantasia. Tais medidas possibilitaram maior padronização das análises, incremento da produtividade e fortalecimento dos mecanismos de controle.

Outro avanço institucional relevante refere-se à estruturação de metas diárias e mensais de produtividade, definidas com base em parâmetros objetivos, o que permitiu melhor distribuição do trabalho entre as equipes e maior previsibilidade na gestão das demandas. Em 2025, foram analisadas mais de 80 mil viabilidades de nome, realizadas 129 mil pré-análises e examinados 136.945 processos de registro empresarial, conforme dados extraídos do SRM, evidenciando o impacto das medidas adotadas sobre o desempenho institucional das atividades finalísticas.

No campo dos agentes auxiliares do comércio, observou-se a ampliação da oferta de serviços digitais, com a quase totalidade dos procedimentos realizados de forma eletrônica, incluindo autenticação de livros contábeis, emissão de certidões específicas, matrícula e fiscalização de leiloeiros e tradutores. Esses avanços reforçaram a posição institucional da JUCIS-DF como referência em inovação registral, ao promover maior acessibilidade, padronização e controle dos serviços prestados.

Destaca-se, ainda, a atuação integrada voltada à organização, preservação e digitalização do acervo registral, com o fortalecimento das atividades da Diretoria de Cadastro, Arquivo e Digitalização e da Comissão Setorial de Avaliação de Documentos – CSAD, em atendimento às exigências do Arquivo Público do Distrito Federal. As ações desenvolvidas asseguraram conformidade com as normas arquivísticas e ampliaram o acesso seguro às informações, contribuindo para a preservação da memória institucional e para a transparência dos registros.

Como realização extraordinária, os aprimoramentos institucionais e a modernização dos serviços de atendimento implementados em 2025 evidenciam o fortalecimento da capacidade institucional da JUCIS-DF, com impactos diretos na eficiência dos processos, na qualidade do atendimento ao usuário e na confiabilidade dos serviços públicos de registro empresarial prestados no Distrito Federal.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No exercício de 2025, a atuação da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal – JUCIS-DF evidenciou a importância das ações de cooperação institucional para o desenvolvimento das atividades finalísticas, especialmente no contexto de sistemas integrados e de políticas públicas de atuação conjunta. Essas ações concentraram-se na articulação entre órgãos públicos, na coordenação de procedimentos e no alinhamento técnico dos processos de registro e legalização de empresas no Distrito Federal.



A cooperação entre instituições materializou-se por meio da participação em instâncias colegiadas, da realização de agendas técnicas conjuntas e do acompanhamento sistemático de deliberações voltadas à padronização de fluxos e à integração de sistemas. Esse conjunto de iniciativas contribuiu para a redução de retrabalhos, o aprimoramento da governança dos processos e o fortalecimento da coordenação institucional, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de continuidade dessas práticas como condição para a sustentação dos avanços observados.

Ações Colaborativas e Relevantes

Coordenação de Registro Empresarial e Atendimento ao Usuário - No exercício de 2025, a atuação da JUCIS-DF na Coordenação de Registro Empresarial e no atendimento ao usuário evidenciou avanços relevantes decorrentes da adoção de ações colaborativas voltadas à modernização dos canais institucionais e ao aprimoramento da gestão de demandas. As iniciativas priorizaram a integração de sistemas, a racionalização de fluxos operacionais e o fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão empreendedor.

Destacam-se os aprimoramentos no sistema HESK, que contribuíram para a organização e o acompanhamento das solicitações, bem como a ampliação dos canais digitais de comunicação. A implementação do CHAT interativo MAX BOAT, integrado a outras plataformas de atendimento, proporcionou maior agilidade na orientação aos usuários e na racionalização do fluxo de esclarecimento de dúvidas, preservando a segurança e a rastreabilidade das informações.

No âmbito dos Agentes Auxiliares do Comércio, foram incorporadas ao Sistema de Registro Mercantil – SRM novas funcionalidades relativas à matrícula de tradutores e intérpretes públicos, à renovação de caução de leiloeiros e a serviços correlatos, fortalecendo o modelo de atendimento integralmente eletrônico.

Auditoria e Ouvidoria - No exercício de 2025, a atuação da Auditoria e da Ouvidoria da JUCIS-DF contribuiu para o fortalecimento das práticas de governança, integridade e participação institucional, por meio de ações colaborativas voltadas à qualificação dos processos internos e à melhoria dos serviços finalísticos. A Auditoria prestou apoio técnico à consolidação da Política de Gestão de Riscos e da Política de Integridade, em alinhamento às diretrizes da Controladoria-Geral do Distrito Federal, além de atuar como Encarregada Setorial da LGPD, promovendo orientações internas e acompanhamento dos fluxos relacionados à proteção de dados pessoais. A Ouvidoria aprimorou os canais de participação social, com padronização de respostas, monitoramento de prazos e qualificação das informações prestadas aos usuários, fortalecendo a transparência e a confiabilidade institucional.

Tecnologia da Informação e Comunicação - No exercício de 2025, as ações desenvolvidas nas áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação configuraram suporte relevante à execução das atividades finalísticas da JUCIS-DF, contribuindo para a estabilidade, a continuidade e a integração dos serviços digitais de registro empresarial. A atuação concentrou-se na manutenção da disponibilidade dos sistemas, no aprimoramento da infraestrutura tecnológica e no apoio à integração técnica com plataformas utilizadas por órgãos parceiros, assegurando a regularidade dos fluxos de registro e atendimento ao usuário.

Paralelamente, a Comunicação Institucional atuou de forma articulada na disseminação de informações oficiais, na padronização de orientações e no apoio às iniciativas de modernização dos serviços, fortalecendo a clareza das informações prestadas ao público. Esse conjunto de ações evidencia o papel do suporte tecnológico e comunicacional como elemento estruturante para a sustentação das entregas finalísticas da Autarquia.

ANÁLISE DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS – EXERCÍCIO 2025

Enquadramento institucional e leitura gerencial

No exercício de 2025, a atuação da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal – JUCIS-DF evidenciou desempenho consistente no âmbito das atividades finalísticas, com destaque para as ações vinculadas à Coordenação de Registro Empresarial. Os resultados



observados refletem esforços institucionais direcionados ao aprimoramento da eficiência administrativa, à modernização dos processos de registro e à qualificação dos serviços prestados ao ambiente de negócios do Distrito Federal, em alinhamento às diretrizes institucionais estabelecidas para o período.

A condução das atividades pelas Diretorias de Viabilidade e Pré-Análise, Cadastro, Arquivo e Digitalização, Registro Empresarial e Agentes Auxiliares do Comércio concentrou-se na padronização de fluxos, no uso intensivo de sistemas digitais e no fortalecimento dos mecanismos de controle e acompanhamento da demanda. Esse conjunto de medidas contribuiu para maior previsibilidade operacional e para a leitura gerencial qualificada do comportamento da demanda ao longo do exercício, fornecendo base consistente para a análise institucional do desempenho alcançado.

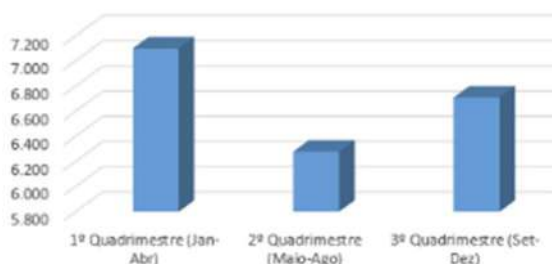
Comportamento da demanda e capacidade operacional – viabilidades de nome

A análise quadrimestral das viabilidades de nome, com base na utilização de média e mediana, possibilita leitura consolidada do comportamento da demanda ao longo do exercício de 2025, mitigando efeitos pontuais de sazonalidade e subsidiando a avaliação gerencial da capacidade operacional da JUCIS-DF.

Observa-se que, no 1º quadrimestre (janeiro a abril), a média de viabilidades de nome apresentou patamar mais elevado, seguido de redução no 2º quadrimestre (maio a agosto) e posterior recomposição no 3º quadrimestre (setembro a dezembro). Esse comportamento evidencia variação esperada da demanda ao longo do exercício, sem indicar comprometimento da capacidade de resposta institucional.

Gráfico 1 – Média Quadrimestral de Viabilidades de Nome – Exercício 2025

Média Quadrimestral de Viabilidade de Nome - 2025

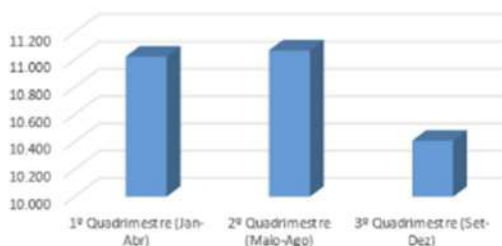


A leitura consolidada dos dados reforça a estabilidade operacional da Coordenação de Registro Empresarial, permitindo acompanhamento sistemático da demanda e suporte qualificado à tomada de decisão gerencial no âmbito das atividades finalísticas.

Análise Quadrimestral dos Processos de Pré-Análise e Capacidade Operacional

Gráfico 2 – Média Quadrimestral de Processos de Pré-Análise – 2025

Média Quadrimestral de Processos de Pré-Análise - 2025



A análise quadrimestral dos processos de pré-análise evidencia comportamento relativamente estável da demanda ao longo do exercício de 2025, permitindo leitura consolidada da capacidade operacional da Diretoria de Viabilidade e Pré-Análise no tratamento dos pedidos submetidos à JUCIS-DF. Conforme demonstrado no Gráfico 2 – Média Quadrimestral de



Processos de Pré-Análise – 2025, observa-se manutenção do volume de processos no primeiro e segundo quadrimestres, com redução no terceiro quadrimestre, sem indicação de descontinuidade operacional.

Esse comportamento reforça a previsibilidade da demanda e a adequação da estrutura disponível ao volume processado, evidenciando equilíbrio entre carga de trabalho e capacidade instalada. A leitura trimestral mitiga efeitos pontuais de sazonalidade e subsidia avaliação gerencial consistente da eficiência dos fluxos internos adotados.

Adicionalmente, a ampliação do registro digital e a realização integral dos atos de constituição empresarial e autenticação de livros por meio eletrônico contribuíram para maior celeridade, economia processual e ampliação do acesso aos serviços públicos, consolidando o modelo digital como eixo estruturante da atuação institucional da JUCIS-DF em 2025.

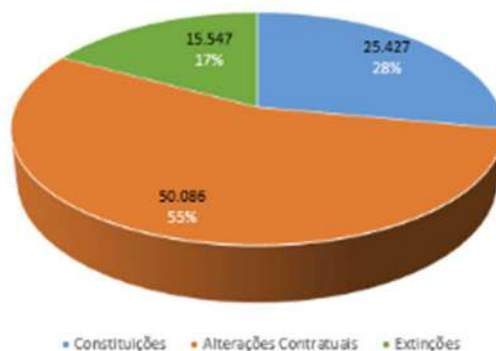
No que se refere ao conjunto dos processos finalísticos analisados no exercício, os dados consolidados apontam que, em 2025, a JUCIS-DF analisou 136.945 processos finalísticos, os quais se concentraram majoritariamente em alterações contratuais, seguidas por constituições e extinções empresariais. Essa distribuição evidencia um perfil operacional fortemente orientado à manutenção e à atualização do registro empresarial no Distrito Federal, refletindo a dinâmica do ambiente econômico e a necessidade contínua de adaptação das empresas às exigências legais e de mercado.

A participação percentual dos principais processos finalísticos no total de processos analisados ao longo do exercício reforça essa leitura gerencial. As alterações contratuais representaram a maior parcela do volume processado, seguidas pelas constituições e, em menor proporção, pelas extinções empresariais. Tal composição demonstra que a atuação da JUCIS-DF esteve voltada, predominantemente, à sustentação da regularidade cadastral das empresas já estabelecidas, ao mesmo tempo em que assegurou o atendimento às demandas de abertura e encerramento de negócios.

Perfil dos Principais Processos Finalísticos e Distribuição Percentual da Demanda

Gráfico 3 – Participação dos Principais Processos Finalísticos no Total de Processos Analisados – Exercício 2025”

Participação dos Principais Processos Finalísticos no Total de Processos Analisados – 2025



No exercício de 2025, a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal – JUCIS-DF analisou 136.945 processos finalísticos, conforme dados extraídos do Sistema de Registro Mercantil (SRM), no período compreendido entre 01/01/2025 e 23/12/2025. Esse quantitativo corresponde ao conjunto de atos submetidos à apreciação das unidades finalísticas da Autarquia, envolvendo diferentes naturezas de demandas relacionadas ao registro empresarial no Distrito Federal.

O Gráfico – Participação dos Principais Processos Finalísticos no Total de Processos Analisados – Exercício 2025 representa exclusivamente os atos de constituição, alteração contratual e extinção de empresas, que constituem o núcleo dos processos de registro mercantil tradicional analisados pela JUCIS-DF. Em 2025, esses atos totalizaram 25.427 constituições empresariais, 50.086 alterações contratuais e 15.547 extinções empresariais, evidenciando a predominância das alterações contratuais no volume processado ao longo do exercício.



Essa delimitação metodológica é necessária para assegurar leitura gerencial adequada dos dados, uma vez que o gráfico tem por finalidade demonstrar a distribuição percentual dos principais atos finalísticos efetivamente analisados, sem pretensão de representar a totalidade das informações cadastrais existentes no sistema. Trata-se, portanto, de uma representação analítica focada nos atos que demandam análise formal no âmbito do registro empresarial.

Os dados referentes a empresas ativas com e sem MEI não integram o universo de processos analisados no gráfico. O tratamento das demandas relacionadas ao Microempreendedor Individual (MEI) ocorre por fluxos operacionais específicos, com características próprias e procedimentos distintos daqueles aplicáveis aos atos de registro mercantil tradicional, razão pela qual não se confundem com os processos analisados pelas unidades finalísticas da JUCIS-DF.

Dessa forma, o gráfico apresentado mantém coerência metodológica, aderência aos dados do SRM e clareza quanto ao seu escopo, permitindo leitura institucional consistente do perfil operacional das atividades finalísticas desenvolvidas pela Autarquia no exercício de 2025.

Síntese diagnóstica e direcionamento analítico subsequente

A análise do desempenho institucional das atividades finalísticas em 2025 evidencia a capacidade da JUCIS-DF de manter estabilidade operacional, previsibilidade da demanda e efetividade na prestação dos serviços de registro empresarial, sustentada pela padronização de fluxos e pela consolidação do modelo digital. Esse contexto fornece base técnica consistente para a avaliação dos resultados decorrentes das medidas implementadas, conforme abordado na etapa subsequente.

RESULTADOS DAS MEDIDAS IMPLEMENTADAS PELA JUCIS-DF EM 2025

Resultados na eficiência operacional

Em 2025, a JUCIS-DF obteve avanços consistentes na eficiência operacional, decorrentes da padronização de fluxos, do aprimoramento dos mecanismos de controle e da articulação entre unidades administrativas e finalísticas. A definição de metas operacionais e o acompanhamento sistemático da demanda contribuíram para maior previsibilidade da capacidade institucional, redução de retrabalho e maior regularidade no tratamento dos processos. Essas medidas refletiram diretamente na estabilidade dos fluxos de registro empresarial e na manutenção da capacidade de resposta da Autarquia frente ao elevado volume de demandas analisadas ao longo do exercício.

Resultados da modernização e do modelo digital

A ampliação do registro digital e a realização integral dos atos de constituição empresarial e autenticação de livros por meio eletrônico consolidaram o modelo digital como eixo estruturante da atuação institucional da JUCIS-DF. O uso de assinaturas avançadas e qualificadas resultou em maior celeridade, economia processual e ampliação do acesso aos serviços públicos, fortalecendo a confiabilidade e a continuidade dos serviços digitais. No campo tecnológico, a atuação da Coordenação de Tecnologia (CTIC) reforçou a governança digital, a segurança da informação e a mitigação de riscos operacionais associados à indisponibilidade de sistemas.

Resultados institucionais e organizacionais

No plano institucional, destacam-se os avanços na governança, na integridade e na transparência, com atuação colaborativa da Auditoria na consolidação das Políticas de Gestão de Riscos, Integridade e Proteção de Dados. A Secretaria-Geral assegurou a fluidez dos fluxos internos e a estabilidade administrativa, enquanto a Ouvidoria fortaleceu os canais de participação social e a padronização das respostas aos usuários. A atuação integrada das unidades estratégicas e administrativas contribuiu para a qualificação da gestão institucional e para o fortalecimento da credibilidade da JUCIS-DF junto à sociedade.

DIFICULDADES ENCONTRADAS

Principais Problemas Identificados

Ao longo do exercício de 2025, a atuação institucional da JUCIS-DF enfrentou desafios estruturais e operacionais que impactaram a capacidade de resposta estratégica e o



aprimoramento contínuo dos processos finalísticos. A escassez e a rotatividade de servidores, especialmente em áreas de maior demanda operacional, geraram sobrecarga das equipes e ampliaram a necessidade de capacitação permanente, com reflexos na uniformidade das análises e na sustentabilidade das rotinas de trabalho.

Adicionalmente, aspectos relacionados à infraestrutura informacional e documental demandaram atenção institucional, em razão de inconsistências cadastrais históricas, limitações físicas do acervo arquivístico e necessidade contínua de higienização, conferência e redigitação de documentos. A evolução constante dos sistemas corporativos e das plataformas integradas exigiu, ainda, esforços contínuos de capacitação de servidores e orientação aos usuários externos, com vistas à mitigação de erros operacionais, retrabalhos e demandas repetitivas.

Do ponto de vista institucional, também se evidenciaram desafios relacionados ao fortalecimento da coordenação interna, à ampliação da integração entre áreas administrativas e finalísticas e ao aprimoramento dos instrumentos de planejamento, monitoramento e gestão de riscos, em um contexto de crescente complexidade normativa e administrativa.

Principais desafios identificados:

- Limitações de força de trabalho frente ao aumento da demanda;
- Necessidade de modernização contínua da infraestrutura tecnológica;
- Fragilidades em bases cadastrais e acervos documentais;
- Ampliação da capacitação técnica e do uso adequado dos sistemas;
- Fortalecimento da governança, da gestão de riscos e da integração institucional.
- Perspectivas e Direcionamentos

Eixo 1 – Fortalecimento da Eficiência e da Capacidade Operacional

Digitalização e padronização: ampliação da digitalização dos serviços e consolidação de fluxos para ganho de eficiência e previsibilidade.

Capacitação e monitoramento: qualificação contínua e uso de indicadores gerenciais para sustentação da capacidade operacional.

Eixo 2 – Modernização Institucional e Consolidação do Modelo Digital

Integração e modernização dos sistemas: fortalecimento da integração entre sistemas e aprimoramento contínuo das soluções digitais para aumento da confiabilidade e da segurança das informações.

Governança digital e qualidade dos dados: adoção de práticas de governança digital voltadas à padronização, à integridade e à confiabilidade dos dados institucionais.

Eixo 3 – Fortalecimento Institucional e Governança Organizacional

Coordenação e integração institucional: aprimoramento da articulação interna e interinstitucional para assegurar alinhamento estratégico e fluidez dos processos decisórios.

Transparência e integridade: fortalecimento das práticas de transparência, controle e integridade como base da confiança institucional e da entrega de valor público.



20205 - EMPRESA DE REGULARIZAÇÃO DE TERRAS RURAIS-ETR S.A

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Empresa de Regularização de Terras Rurais (ETR), subsidiária integral da Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP), foi instituída em maio de 2023 com o propósito de fortalecer a gestão e a regularização fundiária das terras rurais desta. Desde sua criação, a ETR vem promovendo uma nova dinâmica na gestão territorial, com foco na eficiência, transparência e sustentabilidade.

Principais Responsabilidades

- **Gestão estratégica das terras rurais:** Planejar, coordenar e executar a regularização de ocupações em imóveis rurais, respeitando o ordenamento territorial do Distrito Federal, por meio de instrumentos técnicos e jurídicos adequados;
- **Parcelamento do solo:** Coordenar todas as fases de elaboração e implementação de projetos de parcelamento rural, visando garantir a regularização fundiária de forma integrada;
- **Eficiência operacional:** Promover a manutenção da ETR, assegurando suas necessidades técnico-operacionais com uma estrutura enxuta e otimizada, seja diretamente ou por meio de terceiros;
- **Parcerias estratégicas:** Celebrar convênios e contratos com entidades públicas, privadas, pessoas físicas ou jurídicas, alinhando os projetos aos objetivos sociais da empresa;
- **Alienação responsável:** Realizar a alienação de imóveis rurais, sempre de forma planejada e submetida à aprovação do Conselho de Administração.

Destaques em Resultados

Atualmente, a ETR está empenhada na regularização de regiões administrativas como Planaltina, Sobradinho, Ceilândia, Taguatinga e São Sebastião. Esse esforço contribui diretamente para o fortalecimento da vocação rural, combate ao parcelamento irregular e maior segurança jurídica para os ocupantes dessas áreas. Desde sua criação, a ETR já regularizou mais de 30 (trinta) mil hectares de terra, e está trabalhando na venda de mais de 11 (onze) mil hectares, através do primeiro edital de venda direta de terras públicas na história do Distrito Federal (Edital nº 01/2025 - ETR).

Base Legal

- A atuação da ETR está fundamentada em um sólido arcabouço normativo, o qual inclui
- Lei nº 5.803, de 11 de janeiro de 2017: Estabelece a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à TERRACAP.
- Lei nº 7.560, de 05 de outubro de 2024: Altera a Lei nº 5.803, de 11 de janeiro de 2017, que "institui a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal - Terracap e dá outras providências".
- Lei nº 13.303/2016: Define o estatuto jurídico da empresa pública e suas subsidiárias.
- Estatuto Social e Regimento Interno da ETR S.A.: Regulam as ações internas e externas da Empresa.
- Decreto nº 43.154, de 29 de março de 2022: Regulamenta a Lei nº 5.803, de 11 de janeiro de 2017, que institui a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP e dá outras providências.
- Decreto nº 41.654, de 28 de dezembro de 2020: Regulamenta os arts. 81 e 82 da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, no que concerne ao desenvolvimento de atividades primárias, secundárias e terciárias em Macrozona Rural, e altera o Decreto nº 38.125, de 11 de abril de 2017 e o Decreto nº 36.948, de 04 de dezembro de 2015, e dá outras providências.
- Decreto nº 39.720, de 19 de março de 2019: Institui a Central de Regularização com o objetivo de agilizar e otimizar o processo de regularização de terras públicas rurais no



Distrito Federal pertencentes ao patrimônio do Distrito Federal e à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal - TERRACAP.

- Resolução nº 01/2023 - ETR: Dispõe sobre os procedimentos de regularização a serem adotados pela Empresa de Regularização de Terras Rurais - ETR S.A, quando da regularização das ocupações existentes em imóveis rurais pertencentes à Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e ao Distrito Federal que estiverem sob a gestão da Empresa, localizados na macrozona rural, conforme estabelecido no Estatuto Social desta Empresa Pública, na Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009 e dá outras providências.

- Resolução nº 02/2023 - ETR: Dispõe sobre os procedimentos de individualização de matrículas, regularização ambiental e análise de uso do solo a serem adotados pela Empresa de Regularização de Terras Rurais - ETR S.A, quando da regularização das ocupações existentes em imóveis rurais pertencentes à Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e ao Distrito Federal que estiverem sob a gestão da Empresa, localizados na macrozona rural, conforme estabelecido no Estatuto Social desta Empresa Pública, na Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009 dá outras providências.

- Resolução nº 248 - TERRACAP: Dispõe sobre os critérios e a uniformização dos procedimentos legais para Concessão De Uso oneroso - CDU e de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU de imóveis rurais de propriedade da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, com ou sem opção de compra, diretamente ou por meio de Licitação Pública, nos termos do art. 18 da Lei Federal nº 12.024/2009. Lei Distrital nº 5.803/2017. Decreto Distrital nº 38.125/2017 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Orgânica do Distrito Federal, do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (Lei Complementar nº 803 de 25 de abril de 2009), do Estatuto Social da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP d, o Decreto nº 26.196, de 9 de setembro de 2005 e do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964).

- Norma Organizacional Nº FIN 03/2023 - ETR S.A.: Estabelecer critérios para concessão e prestação de contas de Suprimento de Fundos por meio de adiantamento, em observância ao disposto nos arts. 8º, inciso XXXVIII, e 135º, § 9º e §10º, da Resolução 273/2023 CONAD que dispõe sobre o Regulamento Interno de Licitações e Contratações - RILC da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, aprovada pela Decisão nº 10 de 11 de maio de 2023.

- Norma Organizacional Nº GPE 31/2023 - ETR S.A.: Regulamentar, no âmbito da ETR S.A., o teletrabalho para seus empregados e estagiários, a partir da aprovação desta Norma, em caráter excepcional e provisório.

- Norma Organizacional Nº GPE 15/2023 - ETR S.A.: Dispõe sobre o horário de funcionamento da ETR S.A., da jornada de trabalho e do acompanhamento da frequência dos empregados, com vigência a partir da data de aprovação desta Norma.

- Norma Organizacional Nº NOA 01/2024 - ETR S.A.: Dispõe sobre a definição das datas de vencimento para o pagamento da retribuição anual.

- Norma Organizacional Nº NOT 01/2024 - ETR S.A.: Dispõe sobre o Procedimento de Atualização da Base de Dados Oficial da ETR S.A.

- Norma Organizacional Nº NOA 02/2025 - ETR S.A.: Dispõe sobre a cobrança das retribuições anuais vencidas de concessionários inadimplentes.

- Norma Organizacional Nº NOA 03/2025 - ETR S.A.: Dispõe sobre a Campanha de renegociação de débitos oriundos de Concessões de Direito de Uso Oneroso (CDU) e Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) de Terras Públicas Rurais - ETR Acerta.

- Norma Organizacional Nº NOT 02/2025 - ETR S.A.: Controle das áreas rurais pertencentes ao patrimônio da Terracap. Estoques Rurais.

- Norma Organizacional Nº NOA 04/2025 - ETR S.A.: Dispõe sobre os procedimentos e as condições para a interposição, o recebimento, a análise e o julgamento de recursos administrativos apresentados por interessados no âmbito dos processos de regularização de ocupações rurais localizadas em áreas pertencentes ao patrimônio da Terracap, sob gestão da Empresa de Regularização de Terras Rurais - ETR S.A.

- Norma Organizacional Nº NOA 05/2025 - ETR S.A.: Instituição de tarifa de serviços decorrentes da atuação administrativa da Empresa de Regularização de Terras Rurais - ETR S.A.



• Norma Organizacional Nº NOA 07/2025 – ETR S.A.: Normativo de Venda Direta dos imóveis rurais inseridos em macrozona rural e pertencentes ao patrimônio da TERRACAP.

Estrutura Operacional

A ETR conta com uma força de trabalho composta por 54 profissionais, entre servidores comissionados e requisitados, além de estagiários, que desempenham suas funções de forma integrada, promovendo a eficiência administrativa. Com uma estrutura reduzida, a empresa investe fortemente em inovação tecnológica para superar desafios operacionais e alcançar os resultados esperados.

FORÇA DE TRABALHO					
Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	16	10	0	0	26
Requisitados de órgãos do GDF	12	10	0	0	22
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	3	3	6
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	28	20	3	3	54
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	28	20	3	3	54

Na ETR S.A., a separação entre atividades-meio e fim é integrada pela complexidade do processo de regularização fundiária. Atividades como suporte jurídico e gestão documental não são apenas auxiliares; elas são estratégicas e indispensáveis para a fluidez do rito processual. A formalização de um contrato de concessão depende diretamente da sinergia entre o corpo técnico e administrativo. Portanto, adotamos uma visão sistêmica onde cada setor desempenha um papel fundamental para o cumprimento da missão institucional.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	2747743,0	0	2747743,0	0
0019 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL - DISTRITO FEDERAL	2747743,0	0	2747743,0	0
9057 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS	27129,0	150000,0	177129,0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0008 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS - DISTRITO FEDERAL	27129,0	150000,0	177129,0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	2774872,00	150000,00	2924872,00	0,00

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações	Despesa Autorizada	Executado
0019- RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	R\$ 2.747.743,00			R\$ 2.305.872,08
0008 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS	R\$ 27.129,00	R\$ 150.000,00	R\$ 177.129,00	R\$ 135.079,32
TOTAL - 1 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS				R\$ 2.440.951,40

Obs.: Não houve o lançamento no AFC dentro dos prazos estabelecidos, visto que o sistema fechou dia 09/01, conforme o art. 26 do Decreto de Encerramento (DECRETO Nº 47.810, DE 13 DE OUTUBRO DE 2025):

"Art. 26. As empresas públicas e sociedades de economia mista, não dependentes, inclusive aquelas em processo de liquidação, que não integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), deverão atualizar a execução estatal Inteira - PSAC040 no Siac/Siggo até o dia 09 de janeiro de 2026."

Programação Orçamentária Realizada:

9050.0019 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL - Pagamento de servidores cedidos de outros órgãos do Distrito Federal.

9057.0008 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS - Pagamentos de ART, Taxas de Cartório com vistas a realizar o desmembramento de matrículas, taxas do CREA/DF e pagamento de tributos referente aos rendimentos da conta investimento da ETR.

6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	220000,0	0	220000,0	0
0088 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	220000,0	0	220000,0	0
0089 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - Aquisição de licenças para software e telefonia - DISTRITO FEDERAL	257007,0	0	257007,0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	220000,0	0	220000,0	97722,13
0014 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - DISTRITO FEDERAL	220000,0	0	220000,0	97722,13
3144 - REALIZAÇÃO DE PARCELAMENTO RURAL	5400000,0	0	5400000,0	0
0002 - REALIZAÇÃO DE PARCELAMENTO RURAL - DISTRITO FEDERAL	5400000,0	0	5400000,0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	156250,0	106250,0	262500,0	0
0029 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA - DISTRITO FEDERAL	156250,0	106250,0	262500,0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	257007,0	0	257007,0	0
0088 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	220000,0	0	220000,0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0089 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - Aquisição de licenças para software e telefonia - DISTRITO FEDERAL	257007,0	0	257007,0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	256250,0	-256250,0	0,0	0
0017 - APOIO A EVENTOS - DISTRITO FEDERAL	256250,0	-256250,0	0,0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	156250,0	-156250,0	0,0	0
0001 - APOIO A PROJETOS - DISTRITO FEDERAL	156250,0	-156250,0	0,0	0
TOTAL - 6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL	6665757,00	-306250,00	6359507,00	97722,13
Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações	Despesa Autorizada	Executado
0088 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	220.000,00	0,00	220.000,00	0,00
0089 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - Aquisição de licenças para software e telefonia - DISTRITO FEDERAL	257.007,00	0,00	257.007,00	70.157,58
0014 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	220.000,00	0,00	220.000,00	72.709,90
0002 - REALIZAÇÃO DE PARCELAMENTO RURAL	5.400.000,00	0,00	5.400.000,00	842.209,75
0029 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	156.250,00	106.250,00	262.500,00	129.312,23
0017 - APOIO A EVENTOS	256.250,00	-256.250,00	0,00	0,00
0001 - APOIO A PROJETOS	156.250,00	-156.250,00	0,00	0,00

Obs.: Não houve o lançamento no AFC dentro dos prazos estabelecidos, visto que o sistema fechou dia 09/01, conforme o art. 26 do Decreto de Encerramento (DECRETO Nº 47.810, DE 13 DE OUTUBRO DE 2025):

"Art. 26. As empresas públicas e sociedades de economia mista, não dependentes, inclusive aquelas em processo de liquidação, que não integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), deverão atualizar a execução estatal Integra - PSIA040 no Siac/Siggo até o dia 09 de janeiro de 2026."

Programação Orçamentária Realizada:

3467.0002 - REALIZAÇÃO DE PARCELAMENTO RURAL - Os valores foram despendidos para o pagamento de serviços prestados pelas empresas:

Gama (Contrato nº 01/2025 - SEI nº 167797668), referentes aos Produtos 1 e 2, listados no TR (SEI nº 134053810). Além disso, há previsão de entrega do Produto 3 e do Excedente dos Produtos 1, 2 e 3 no corrente ano, o que demandará o pagamento de mais R\$ 179.200,00; e Brasiliense (Contrato nº 02/2025 - SEI nº 167804182), referente ao Produto 1, lote 3, listado no TR (SEI nº 134053810). A entrega dos Produtos 2 e 3 está prevista para o próximo ano, consequentemente, o pagamento não será realizado nesse exercício. A quantia a ser paga é de R\$ 215.100,00.

Observação: Com o procedimento licitatório — que tem como um de seus objetivos a obtenção da proposta mais vantajosa — foi possível reduzir o valor da contratação para R\$ 751.000,00. Considerando a recente aditativa realizada no contrato com a empresa Gama, que elevou o valor da contratação para R\$ 879.000,00, verifica-se uma redução total de R\$ 1.121.000,00 em relação ao orçamento inicialmente previsto. Ressalta-se que, neste exercício, houve entraves que impediram a realização de outras contratações onde poderiam ter sido alocados os recursos remanescentes.

1471.0089 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - Aquisição de licenças para software e telefonia - DISTRITO FEDERAL - Pagamento por softwares contratados diretamente pela TERRACAP.

3467.0014 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - Aquisição de 1 unidade de RPAS (Remotely Piloted Aircraft System) do tipo multirotor (drone), com câmera RGB, módulo RTK (Real Time Kinematic), Estação móvel RTK e acessórios; Aquisição de 2 Sistema de microfone sem fio; 1 Projetor com resolução SVGA (800x600); e 1 CAIXA DE SOM JBL MAX12.

8505.0029 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA - Pagamento de publicações no DODF dos editais de chamamento para regularização de terras rurais e editais de venda direta, bem como o extrato dos contratos celebrados.



Programação Orçamentária Não Executada:

1471.0088 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - DISTRITO FEDERAL

- No exercício de 2025 não foram adquiridas licenças pela ETR, visto que todo o suporte necessário de softwares foi disponibilizado pela Terracap. Apesar de haver a possibilidade de retirada dos acessos dos empregados da ETR às licenças de tais softwares dada a insuficiência de licenças, o que demandaria uma aquisição por conta própria da ETR, foi realizada a redistribuição das senhas de edição de acordo com os perfis, de modo que foi possível manter o acesso de todas as gerências ao ArcGis Pro e da Gerência de Parcelamento Rural ao AutoCAD.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10876 - CONTRATOS DE DIREITOS DE USO DO SOLO FISCALIZADOS	UNIDADE	175,00	01/12/2022	Anual	228,00	0,00	200,00	X	300,00	X	300,00	X	SRF
Justificativa: 2024 - A Empresa de Regularização de Terras Rurais - ETR S.A., criada em maio de 2023, trouxe uma nova abordagem para a regularização fundiária das terras rurais da Terracap. Com a reformulação de processos, a ETR instituiu um rito inovador, no qual todas as etapas de regularização são conduzidas pela empresa. Após a conclusão, é realizado um chamamento público para que os ocupantes tomem ciência do relatório gerado e formalizem contratos de CDU ou CDRU. A ETR S.A. é responsável pelo monitoramento do uso e ocupação das áreas objeto de contrato, e não pela fiscalização direta. Embora o indicador tenha sido atribuído à ETR, o foco está em acompanhar o uso das áreas para garantir a conformidade com as diretrizes contratuais e promover a regularidade fundiária. Para alcançar resultados expressivos com recursos limitados, a ETR adotou tecnologias inovadoras, como o geoprocessamento, otimizando o processo de regularização fundiária. Diante da necessidade de monitoramento eficiente das áreas com contratos, foi desenvolvida uma metodologia baseada em imagens de satélite, permitindo verificar alterações no uso do solo em relação ao estabelecido nos contratos. Essa solução é segura, ágil e necessária, considerando as restrições de pessoal, veículos e infraestrutura para vistorias presenciais. Após desafios, a equipe técnica finalizou um laudo de sensoriamento remoto, que será submetido à aprovação da Diretoria Executiva. O projeto ganhou destaque ao ser aprovado para apresentação no XXI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, consolidando-se como uma proposta inovadora para análise do uso do solo. Com a aplicação dessa metodologia, a ETR está pronta para iniciar as análises das áreas contratadas. No entanto, é essencial destacar que as metas inicialmente atribuídas à ETR necessitam de reavaliação para alinhar-se com o real escopo de atuação da empresa, garantindo maior precisão e resultados ainda mais consistentes.													
10876 - CONTRATOS DE DIREITOS DE USO DO SOLO MONITORADOS	UNIDADE	175,00	01/12/2022	Anual	228,00	-	200,00	200,00	300,00	X	300,00	X	SRF
Justificativa: 2025 - Foram realizadas notificações nos contratos inadimplentes após monitoramento e fiscalização. Após institucionalização da DIMOT, as ações da unidade se iniciaram em novembro, com a aprovação da Instrução de Serviço SEI-GDF n.º 1/2025 - ETR/PRES/DIMOT. No ano de 2025, compreendendo os meses efetivos da DIMOT de novembro e dezembro, foram realizadas 570 análises que correspondem a uma área de 28.798,96 hectares. Neste período foi abrangida a totalidade dos contratos emitidos do ano de 2011 a 2014 bem como, outras áreas objeto de alertas ou denúncias de outros períodos. O monitoramento atingiu no ano de 2025 aproximadamente 26% da área contratada, com identificação de 329,24 ha (0,3%) de imóveis com alguma irregularidade técnica, dos quais foi realizado o devido encaminhamentos de sua totalidade. No período foram realizadas ainda vistorias em 302,27ha com o auxílio de aeronave remotamente pilotada.													

6217 - DF MAIS SEGURO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	60000,0	0	60000,0	0
0010 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA - DISTRITO FEDERAL	60000,0	0	60000,0	0
TOTAL - 6217 - DF MAIS SEGURO	60000,00	0,00	60000,00	0,00

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações	Despesa Autorizada	Executado
0010 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00

Obs.: Não houve o lançamento no AFC dentro dos prazos estabelecidos, visto que o sistema fechou dia 09/01, conforme o art. 26 do Decreto de Encerramento (DECRETO Nº 47.810, DE 13 DE OUTUBRO DE 2025):

"Art. 26. As empresas públicas e sociedades de economia mista, não dependentes, inclusive aquelas em processo de liquidação, que não integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), deverão atualizar a execução estatal Integra - PSIA040 no Siac/Siggo até o dia 09 de janeiro de 2026."

Programação Orçamentária Não Executada:

2426.0010 - Não houve necessidade de realizar a contratação, tendo em vista que a Terracap destacou, de sua própria estrutura, um colaborador de empresa terceirizada para a execução dos trabalhos em campo, sendo descontado da rubrica de serviços terceirizados.



8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	86728,0	0	86728,0	0
0017 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS - DISTRITO FEDERAL	86728,0	0	86728,0	0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	330000,0	0	330000,0	0
0035 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - DISTRITO FEDERAL	330000,0	0	330000,0	0
0038 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - Ações Administrativas para a regularização de terras rurais - DISTRITO FEDERAL	2610000,0	0	2610000,0	0
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	75000,0	0	75000,0	0
0003 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO - DISTRITO FEDERAL	75000,0	0	75000,0	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	4999,0	156250,0	161249,0	0
0005 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS - DISTRITO FEDERAL	4999,0	156250,0	161249,0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	373750,0	0	373750,0	0
0067 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - DISTRITO FEDERAL	373750,0	0	373750,0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	5083096,0	0	5083096,0	4269220,09
0016 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - DISTRITO FEDERAL	5083096,0	0	5083096,0	4269220,09
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	2610000,0	0	2610000,0	0
0035 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - DISTRITO FEDERAL	330000,0	0	330000,0	0
0038 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - Ações Administrativas para a regularização de terras rurais - DISTRITO FEDERAL	2610000,0	0	2610000,0	0
TOTAL - 8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	8563573,00	156250,00	8719823,00	4269220,09



Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações	Despesa Autorizada	Executado
0017 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	86.728,00	0,00	86.728,00	0,00
0035 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	330.000,00	0,00	330.000,00	0,00
0003 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	75.000,00	0,00	75.000,00	70.558,97
0005 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	4.999,00	156.250,00	161.249,00	120.250,00
0067 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	373.750,00	0,00	373.750,00	8.829,62
0016 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	5.083.096,00	0,00	5.083.096,00	6.389.562,86
0038 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - Ações Administrativas para a regularização de terras rurais - DISTRITO FEDERAL	2.610.000,00	0,00	2.610.000,00	2.099.454,35

Obs.: Não houve o lançamento no AFC dentro dos prazos estabelecidos, visto que o sistema fechou dia 09/01, conforme o art. 26 do Decreto de Encerramento (DECRETO Nº 47.810, DE 13 DE OUTUBRO DE 2025):

"Art. 26. As empresas públicas e sociedades de economia mista, não dependentes, inclusive aquelas em processo de liquidação, que não integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), deverão atualizar a execução estatal Integra - PSIA040 no Siac/Siggo até o dia 09 de janeiro de 2026."

Programação Orçamentária Realizada:

2422.0003 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO - Contratação de 6 (seis) estagiários para a ETR.

3983.0005 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS - Contratação de Empresa de Contabilidade para auxílio nos lançamentos contábeis e elaboração dos demonstrativos e balanços financeiros.

4088.0067 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - Capacitação de 4 (quatro) servidores: 1 para o Curso (XXI Simpósio Brasileiro de Sens. Remoto); e 03 para Capacitação (Curso de IA).

8502.0016 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - Pagamento líquido mais encargos trabalhistas de Empregados da ETR, totalizando 54 empregados, 03 diretores e 01 presidente.

8517.0038 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - Ações Administrativas para a regularização de terras rurais - DISTRITO FEDERAL - Pagamento referente aos contratos entre as empresas terceirizadas e a Terracap, em que a ETR paga pela fração dos terceirizados que lhe são disponibilizados (copa, brigadista, vigilância, serviços gerais, motoristas).

Programação Orçamentária Não Executada:

8517.0035 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - Não houve gastos de manutenção de serviços administrativos gerais que pudessem ser categorizados como investimento, apenas dispêndio (0038).

3903.0017 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS - Não ocorreram reformas no período de 2025.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

No exercício de 2025, a ETR S.A. consolidou sua maturidade institucional e operacional, atuando como o braço estratégico do Distrito Federal para a regularização fundiária. Sob o Objetivo Estratégico O252, a empresa focou na meta de regularizar e fiscalizar as áreas sob sua gestão, alcançando resultados que superaram as metas planejadas em quase todas as frentes de atuação.

Este é o resumo completo e detalhado das atividades da Empresa de Regularização de Terras Rurais (ETR S.A.) em 2025:

Produtividade



A eficiência na entrega de títulos foi o principal destaque do ano. Através de seus diversos editais de chamamento, a ETR superou as metas estabelecidas, realizando a entrega de 382 (trezentos e oitenta e dois) contratos de Concessão de Direito de Uso (CDU), totalizando mais de 10 mil hectares de terra regularizados. Destes, 98 contratos foram referentes a áreas de Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais (PRAT).

Este número representa um desempenho coordenado de todas as unidades orgânicas que compõem a ETR.

Gestão Financeira

Um dos principais feitos da ETR em 2025 foi o lançamento do programa "ETR Acerta", o qual permitiu a renegociação de R\$ 5.908.033,80 (cinco milhões, novecentos e oito mil trinta e três reais e oitenta centavos) em débitos, importe este que representa 67% do passivo acumulado junto à Terracap.

Ações como essa, bem como o aumento de hectares regularizados, e a cobrança por serviços administrativos relacionados à transferência de titularidade, tiveram um impacto financeiro positivo na arrecadação, totalizando um aumento de mais de 61% (sessenta e um por cento), em relação ao exercício financeiro de 2024.

Georreferenciamento e Parcelamento Rural

A precisão cartográfica foi aperfeiçoada através das análises da ETR. A empresa trabalhou na certificação de polígonos no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), com a submissão de mais de 11 mil hectares para a individualização das matrículas. Através deste trabalho, foram eliminadas sobreposições de áreas, garantindo que cada parcela de terra possua coordenadas geográficas precisas e validadas nacionalmente.

A fim de alcançar tal objetivo, foram realizados levantamentos com equipamentos de alta precisão para retificar memoriais descritivos antigos, assegurando que o registro em cartório corresponda exatamente à realidade física do terreno.

Imperioso também destacar as ações de fiscalização de uso do solo realizadas pela ETR, através das quais foram realizadas análises de mais de 28 mil hectares de terra, garantindo assim a utilização dos imóveis públicos conforme sua vocação rural, bem como combatendo o parcelamento irregular.

Ações Complementares

No tocante ao Controle Interno, o Programa de Integridade da ETR foi aprovado ainda em março de 2025, contando também com a criação posterior da Coordenação de Integridade e Governança, cuja finalidade é fortalecer os mecanismos de governança corporativa, integridade, transparência e conformidade institucional no âmbito da ETR S.A.

No cenário internacional, a aderência da ETR S.A. à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU em 2025 consolidou a empresa como um agente de desenvolvimento sustentável, integrando a regularização fundiária a compromissos globais de justiça social e preservação ambiental. Ao longo do exercício, a empresa demonstrou um alinhamento estratégico com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Na parte de comunicação, a estratégia digital adotada atingiu 115.993 (cento e quinze mil, novecentas e noventa e três) visualizações em redes sociais, promovendo transparência e aproximando o produtor rural dos serviços de regularização.

Por fim, a ETR teve participação técnica crucial na revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT, fornecendo dados para reavaliar áreas da Macrozona Rural que perderam atributos agrícolas devido à pressão urbana.

Inovação

O lançamento do Edital de Venda Direta de Imóveis Rurais nº 01/2025 pela ETR S.A. foi um marco inovador, por encerrar décadas de insegurança jurídica e permitindo que, pela primeira vez, mais de 200 famílias de áreas como Vargem Bonita, Fazenda Gama e Boa Vista se tornassem proprietárias definitivas das terras que cultivam. A grande inovação residiu na modernização legislativa e técnica: o edital utilizou uma nova metodologia de precificação baseada na tabela do INCRA, conferindo agilidade e objetividade ao processo, além de



oferecer condições facilitadas como o parcelamento. Esse Edital representará a entrega da primeira escritura pública de uma área rural, um marco inédito na história do Distrito Federal.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A trajetória da Empresa de Regularização de Terras Rurais (ETR S.A.) não foi isenta de obstáculos complexos. O relatório de gestão aponta que a empresa enfrentou desafios estruturais, jurídicos e territoriais que exigiram resiliência e inovação estratégica.

Houve um avanço significativo na aprovação dos processos pela ETR, garantindo que os contratos estivessem aptos para formalização, ao se analisar o ano de 2025 em comparação com os anos anteriores. Considerando o esforço da ETR em aprovar os processos para formalização de contrato, assinatura e entrega definitiva, em alguns casos ocorreram dificuldades devido à inadimplência junto ao GDF. Destaca-se que a falta de certidões negativas de débitos representa um obstáculo administrativo, impedindo que a meta de regularização avance de forma ainda mais célere.

Os atrasos no envio de documentação necessária pelos requerentes configuraram-se como um dos principais gargalos operacionais da ETR em 2025, impactando diretamente o indicador de tempo médio de processamento dos pedidos de regularização. Essa inércia por parte dos requerentes dilatou o ciclo de vida dos processos, exigindo que a empresa intensificasse os canais de comunicação. Nesse sentido, através da criação de meios de comunicação das diversas unidades orgânicas da ETR, a empresa buscou ativamente realizar contato com os requerentes, sanando assim as pendências documentais.

Outro desafio foi a necessária uniformização dos textos legais para garantir que a regularização ocorra de forma isonômica e abrangente. Com o advento da Lei nº 7.560 de 05/10/2024, que alterou a Lei nº 5.803/2017, surgiu a urgência de adequar o Decreto nº 43.154/2022 à nova realidade jurídica.

No âmbito dos desafios tecnológicos e de integração sistêmica, a ETR enfrentou em 2025 um obstáculo operacional decorrente da sua dependência externa para a validação cartográfica. Como a certificação das parcelas rurais é realizada obrigatoriamente através do Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), ferramenta sob a responsabilidade exclusiva do INCRA, a empresa viu-se sujeita aos fluxos e tempos de resposta do órgão federal. Tal dependência acarretou atrasos indesejados no cronograma de regularização, evidenciando a necessidade de uma articulação institucional ainda mais próxima entre o Governo Distrital e Federal.

Por fim, apesar da complexidade dos desafios enfrentados em 2025, a ETR S.A. reafirma seu compromisso inabalável com a modernização da gestão fundiária e a valorização do produtor rural no Distrito Federal. Entende-se que desafios são inerentes a um processo histórico de regularização, mas a ETR continua trabalhando ativamente para superá-los por meio do fortalecimento de parcerias institucionais, do aperfeiçoamento constante de normas internas e do aperfeiçoamento de fluxos. A empresa segue empenhada em transformar cada vez mais a regularização fundiária no Distrito Federal, garantindo o caminho para a segurança jurídica e para o desenvolvimento sustentável do campo, acessível a todos os produtores.



20902 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Conforme a Portaria nº 39, de 28 de março de 2023, o Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal, delega competência ao titular da Coordenação de Projetos e Operações de Crédito e de Incentivos Fiscais – SEDET/SAADE/COOP, pelas ações administrativas necessárias à execução do FUNDEFE e à Gerência de Execução Orçamentária e Financeira de Fundos – SEDET/SUAG/COFIN/DIORF/GEOFF, responsável pela gestão orçamentária, financeira e contábil do Fundo.

Atualmente, esta SEDET/SAADE/COOP trabalha com a gestão do passivo de parcelas de financiamento de ICMS de empresas beneficiárias dos programas programa IDEAS INDUSTRIAL, instituído pela Lei nº 5.017, de 18 de janeiro de 2013, o programa FIDE, INCENTIVO CREDITÍCIO e demais programas instituídos pela Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, que criou o PRÓ-DF II. Os requerimentos foram encaminhados ao FUNDO, entretanto, algumas parcelas não foram quitadas devido à falta de recursos orçamentários necessários.

FORÇA DE TRABALHO					
Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

Os servidores lotados na SAADE (Subsecretaria de Apoio às Áreas de Desenvolvimento Econômico) da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda (SEDET) exercem as funções do FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL - FUNDEFE.



2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9132 - PAGAMENTO DE CRÉDITOS	27528394,0	27528394,00	27528394,00	24128258,86
0005 - PAGAMENTO DE CRÉDITOS - FUNDEFE - DISTRITO FEDERAL	27528394,0	27528394,00	27528394,00	24128258,86
TOTAL - 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	27528394,00	27528394,00	27528394,00	24128258,86

Programação Orçamentária Realizada

Foram adotadas medidas administrativas nos processos das empresas abaixo relacionadas, visando à regularização da liquidação e do pagamento dos pedidos de liberação de parcelas do Programa FUNDEFE-IDEAS, referentes aos meses de OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO de 2019, bem como JANEIRO, FEVEREIRO e MARÇO de 2020.

Processos: 00370-00004887/2019-33; 00370-00005357/2019-11; 00370-00000211/2020-12; 00370-00000790/2020-95; 00370-00001213/2020-11, empresa 1 (dado anonimizado para possibilitar a publicidade);

Processos: 00370-00004906/2019-21; 00370-00005351/2019-35; 00370-00000128/2020-35; 00370-00000784/2020-38; 00370-00001214/2020-65; 04035-00009874/2025-24, empresa 2 (dado anonimizado para possibilitar a publicidade);

Processos: 00370-00004942/2019-95; 00370-00005359/2019-00; 00370-00000170/2020-56; 00370-00000828/2020-20; 00370-00001163/2020-71, empresa 3 (dado anonimizado para possibilitar a publicidade);

Processos: 00370-00004965/2019-08; 00370-00005374/2019-40; 00370-00000302/2020-40; 00370-00001026/2020-37; 00370-00001253/2020-62; 04025-00000846/2020-74, empresa 4 (dado anonimizado para possibilitar a publicidade);

Processos: 00370-00005109/2019-61; 00370-00005467/2019-74; 00370-00000207/2020-46; 00370-00001041/2020-85, empresa 5 (dado anonimizado para possibilitar a publicidade);

Processos: 00370-00004818/2019-20; 00370-00005274/2019-13; 00370-00000043/2020-57; 00370-00001098/2020-84; 04025-00000122/2020-21; 04035-00009933/2025-64, empresa 6 (dado anonimizado para possibilitar a publicidade);

Processo: 04025-00001039/2020-79; 04025-00001040/2020-01, empresa 7 (dado anonimizado para possibilitar a publicidade);

Os processos descritos foram instruídos com valores empenhados no Programa Trabalho: 11.661.6207.9132.0005 - PAGAMENTO DE CRÉDITOS - FUNDEFE - DISTRITO FEDERAL para cobrir os financiamentos de parcelas de incentivos fiscais do programa FUNDEFE-IDEAS referentes aos meses de OUTUBRO, NOVEMBRO, DEZEMBRO DE 2019, JANEIRO, FEVEREIRO e MARÇO 2020. No entanto, devido à necessidade de trâmites adicionais na SUAG/SEDET, os pagamentos relativos ao mês de março ainda não foram realizados (processo aguardando pagamento).

O Processo 00370-00003420/2019-76 presente no SAG, não será constado. Este processo é referente ao pagamento da parcela FUNDEFE/IDEAS do mês de JULHO de 2019.

As solicitações de liberação das parcelas - IDEAS, Processos 04035-00009933/2025-64, 04035-00009874/2025-24, 04025-00001039/2020-79, 00370-00001041/2020-85, 00370-00000211/2020-12, entre outros, pertinentes aos programas geridos pelo FUNDEFE, foram liberados no decorrer do exercício, com sua execução de acordo com a liberação das cotas previstas em Lei. Diante da necessidade de dar continuidade a liberação



das parcelas e com a comprovação por saldo de arrecadação no Sistema Siggo e Banco, de excesso de arrecadação, foi instruído Processo 04035-00011842/2025-99, solicitando suplementação - pedido negado pela SEEC/SUFIN, com a justificativa de "encerramento do exercício", recomendando "formalização de novo processo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, com ano-base 2026".

Quanto a valores estimados correspondente ao exercício 2025, foi informado, no referido processo (id. 172802578), um Total do Passivo do Programa Incentivo Creditício de R\$ 275.177.655,44 (duzentos e setenta e cinco milhões, cento e setenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), sendo que os exercícios de 2018 e 2019 foram liquidados, e o exercício de 2020, Processo 04025-00000846/2020-74, necessita emissão de empenho para complementação do valor da liberação da parcela.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Nos termos da Lei Distrital nº 4.276, de 19/12/2008, que dispõe sobre a oferta pública para liquidação antecipada dos contratos de financiamento com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal - FUNDEFE e para a cessão dos respectivos créditos, o BRB - Banco de Brasília S.A., agente executivo e financeiro da sistemática disciplinada pela norma, realizou o Leilão nº 064/2025 no dia 20 de outubro de 2025. em Brasília – DF, no Centro Empresarial CNC – ST SAUN, Quadra 5, lote "C", Bloco "C", 2 subsolo, sala 3.

Como resultado da ação, o Agente Financeiro do programa (Banco BRB), informou o resultado final dos lotes arrematados, totalizando R\$1.562.762,80 (um milhão, quinhentos e sessenta e dois mil setecentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos). Reforçando as dotações financeiras do FUNDO.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

PROBLEMAS

Falta de orçamento:

Conforme evidenciado no Processo SEI nº 04035-00004919/2023-11, o FUNDEFE vem enfrentando insuficiência de recursos orçamentários para a cobertura de seu passivo. Tal situação foi detalhadamente analisada e exposta na Nota Técnica nº 1 (SEI nº 130880637), na qual foram apresentados os valores de passivo então conhecidos, que totalizavam R\$ 257.089.823,90 (duzentos e cinquenta e sete milhões, oitenta e nove mil oitocentos e vinte e três reais e noventa centavos), em contraste com a dotação orçamentária aprovada na Lei Orçamentária Anual – LOA 2024, no montante de apenas R\$ 9.538.743,00 (nove milhões, quinhentos e trinta e oito mil setecentos e quarenta e três reais).

Durante o exercício de 2025, foram promovidas diversas ações com o objetivo de suprir o Fundo com créditos adicionais, conforme os Processos SEI nº 04035-00010320/2025-70 e nº 04035-00003232/2025-11, inclusive em razão do excesso de arrecadação financeira do FUNDEFE, o qual superou o orçamento inicialmente disponibilizado. Contudo, os pleitos foram indeferidos pelo Órgão Central de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal, mesmo diante da devida indicação da fonte de recursos e da comprovação da disponibilidade financeira na conta do Fundo.



DESAFIOS

Diante do exposto, entende-se necessária a articulação multiórgão, com a participação de equipes multidisciplinares, com vistas a intensificar as ações necessárias ao equacionamento do passivo do Fundo decorrente dos programas de incentivos fiscais concedidos às empresas beneficiárias, observados os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e do interesse público.

RESULTADOS ESPERADOS

Liquidação do passivo registrado, possibilitando um ambiente de segurança jurídica para os contribuintes que foram beneficiados com os programas de incentivo que contavam com os recursos do FUNDEF, bem como possibilitar ao Gestor do Fundo a realização de novas ações.



21101 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

No âmbito da Subsecretaria de Administração Geral da SEMA/DF, foram promovidas alterações em sua estrutura organizacional. Destaca-se a criação da Diretoria de Planejamento das Contratações, instituída pelo Decreto nº 47.446, de 14 de julho de 2025. Além disso, por meio do Decreto nº 46.357, de 07 de outubro de 2024, publicado na Edição Extra do DODF nº 73-A, foi criada a Coordenação de Gestão Interna, cuja estrutura passou a contemplar as seguintes unidades vinculadas: Diretoria de Contratações e Parcerias, Diretoria de Planejamento de Contratações, Gerência de Compras, Núcleo de Precificação, bem como áreas relacionadas à logística, patrimônio, contratos, convênios, documentação, arquivo e tecnologia da informação, incluindo a Gerência de Suporte.

No que se refere à legislação atualizada relativa à criação e modificação da estrutura da Secretaria Extraordinária de Proteção Animal – SEPAN, cujo apoio operacional e administrativo foi inicialmente de responsabilidade da SEMA, destacam-se os seguintes atos:

- Decreto nº 47.100, de 10 de abril de 2025 – Dispõe sobre a alteração da estrutura administrativa da Secretaria Extraordinária de Proteção Animal do Distrito Federal.
- Decreto nº 47.527, de 1º de agosto de 2025 – Dispõe sobre a alteração da estrutura administrativa da SEPAN.
- Decreto nº 47.586, de 19 de agosto de 2025 – Altera o Decreto nº 46.233, de 04 de setembro de 2024, transferindo o apoio operacional e administrativo da SEPAN da SEMA para a CACI.

Dispõe sobre a alteração da estrutura administrativa da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal:

Decreto nº 46.910, de 26 de fevereiro de 2025

Decreto nº 46.963, de 13 de março de 2025

Decreto nº 47.128, de 16 de abril de 2025

Decreto nº 47.257, de 22 de maio de 2025

Decreto nº 47.262, de 23 de maio de 2025

Decreto nº 47.267, de 26 de maio de 2025

Decreto nº 47.316, de 06 de junho de 2025

Decreto nº 47.323, de 09 de junho de 2025

Decreto nº 47.380, de 24 de junho de 2025

Decreto nº 47.446, de 14 de julho de 2025

Decreto nº 47.456, de 16 de julho de 2025

Decreto nº 47.775, de 06 de outubro de 2025

Decreto nº 47.894, de 04 de novembro de 2025

I. Histórico e Competências

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal (SEMA/DF) tem competências definidas pela Lei nº 41/1989 e pelo Decreto nº 39.610/2019. Suas atribuições incluem a definição de políticas e a execução de ações nas áreas de resíduos sólidos, recursos hídricos, biodiversidade, gestão territorial, qualidade ambiental, educação ambiental e áreas protegidas, promovendo o desenvolvimento sustentável do DF. Desde 2018, a SEMA implementa o Plano Distrital de Educação Ambiental (PDEA), alinhado à Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) e à Política Distrital de Educação Ambiental (Lei nº 3.833/2006), com metas até 2030, para fomentar práticas sustentáveis e inclusivas.

A Secretaria Extraordinária de Proteção Animal (SEPAN/DF) têm competências definidas no Decreto nº 46.233/2024.



Estrutura Administrativa

A estrutura da **SEMA** inclui:

- Gabinete do Secretário;
- Secretaria Executiva;
- Subsecretarias de: Administração Geral, de Gestão Ambiental e Territorial, da Pesca e Aquicultura, de Gestão de Águas e Resíduos Sólidos, e de Assuntos Estratégicos.
- Assessorias: Assessoria de Gestão Estratégica e Projetos, Assessoria de Políticas Públicas Ambiental, Assessoria Jurídico Legislativo, Assessoria Especial, Assessoria de Comunicação.
- Unidade de Controle Interno
- Ouvidoria

A **SEPAN**, por sua vez, conta com:

- Gabinete do Secretário;
- Subsecretaria de Bem-Estar Animal.

Órgãos vinculados à SEMA-DF:

Administração Indireta:

- Jardim Botânico de Brasília (JBB);
- Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal (ADASA);
- Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU);
- Fundação Jardim Zoológico de Brasília (Zoo);
- Instituto Brasília Ambiental.

Órgãos Colegiados:

- Conselhos Gestores de Parques;
- Conselho Gestor da APA Gama e Cabeça de Veado;
- Conselhos das APAs das Bacias do Gama e Cabeça de Veado;
- Conselho de Administração do Fundo Único de Meio Ambiente (CAF);
- Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal (CONAM);
- Comitê de Recursos Hídricos do Distrito Federal (CRH-DF).

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	5	9	3	10	27
Comissionados sem vínculo efetivo	18	74	0	0	92
Requisitados de órgãos do GDF	10	8	0	0	18
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	2	2
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	3	0	3
Outros - especificar	0	0	8	0	8
Subtotal	33	91	14	12	150
(-) Cedidos para outros órgãos	9	1	0	0	10
Total Geral	24	90	14	12	140



2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	240000,0	246035,00	246034,01	246034,01
0017 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SEMA-DISTRITO FEDERAL	240000,0	246035,00	246034,01	246034,01
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	121000,0	536120,0	476531,04	448831,04
7206 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	121000,0	536120,0	476531,04	448831,04
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	20000,0	0	0
0071 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - DISTRITO FEDERAL	0	20000,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	361000,00	802155,00	722565,05	694865,05

Programação Orçamentária Realizada

9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO
0017 - CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA - SEMA - DISTRITO FEDERAL

Conversão de licença-prêmio em pecúnia, em favor dos servidores que se aposentaram, com a devida instrução, na forma do artigo 142, da Lei Complementar nº 840/2011 e do Decreto nº 40.208, de 30/10/2019.

9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL
7206 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - SEMA - DF - DISTRITO FEDERAL

Ressarcimentos de folha de pessoal referentes a servidores cedidos, com atuação em esfera diversa que o GDF; acertos de contas, incluindo indenização de férias, alimentação, décimo terceiro salário e demais despesas indenizatórias; Restituições trabalhistas, com despesas orçamentárias de natureza remuneratória, resultantes do pagamento efetuado a servidores.

9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
0071 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - DISTRITO FEDERAL

Esta ação foi aberta com a finalidade de viabilizar o pagamento de indenizações decorrentes da prestação de serviços sem cobertura contratual, bem como o pagamento de despesas de exercícios anteriores (DEA). Entretanto, no exercício de referência, não houve a ocorrência de despesas enquadradas nessas hipóteses, razão pela qual não foram realizados pagamentos no âmbito desta ação.



6210 - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3210 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL	400000,0	0,0	0	0
0001 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL-INDICADORES AMBIENTAIS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS - DISTRITO FEDERAL	300000,0	0,0	0	0
3900 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL-INDICADORES AMBIENTAIS-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	50000,0	0,0	0	0
0006 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS - DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	500000,0	3006207,70	756000,0	0
0003 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - DISTRITO FEDERAL	500000,0	3006207,70	756000,0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	2315734,0	2061729,49	2061264,95	1941780,06
0065 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - AMBIENTAL TERRITORIAL - DISTRITO FEDERAL	2315734,0	2061729,49	2061264,95	1941780,06
4100 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL	60000,0	857,0	0	0
0001 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL - DISTRITO FEDERAL	60000,0	857,0	0	0
1142 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	251000,0	250999,99	0	0
0013 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - DISTRITO FEDERAL	1000,0	999,99	0	0
0020 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO - GM	250000,0	250000,0	0	0
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	1000,0	907,70	0	0
0005 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES - DISTRITO FEDERAL	1000,0	907,70	0	0
2485 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FLORA	150000,0	0,0	0	0
0001 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FLORA - DISTRITO FEDERAL	150000,0	0,0	0	0
2534 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL	80000,0	33756005,0	0	0
0001 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL - DISTRITO FEDERAL	80000,0	33756005,0	0	0
2535 - GESTÃO DA FAUNA	300000,0	0,0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0002 - GESTÃO DA FAUNA--DISTRITO FEDERAL	300000,0	0,0	0	0
2699 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DF NOS PARQUES	100000,0	0,0	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
2701 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.	2100000,0	0,0	0	0
0001 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.-E MANUTENÇÃO DE SEUS REMANECENTES-DISTRITO FEDERAL	2100000,0	0,0	0	0
2930 - COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA	120000,0	0,0	0	0
0001 - COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	120000,0	0,0	0	0
3004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM E BENEFICIAMENTO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	100000,0	2268000,0	2268000,0	0
0004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS-DISTRITO FEDERAL- SIA	100000,0	2268000,0	2268000,0	0
3076 - REALIZAÇÃO DO PROJETO SEMANA DO CERRADO	200000,0	0,0	0	0
0001 - REALIZAÇÃO DO PROJETO VIRADA DO CERRADO-DISTRITO FEDERAL - PARQUES-DISTRITO FEDERAL	200000,0	0,0	0	0
3116 - PUBLICAÇÃO DE MATERIAL CIENTÍFICO E TÉCNICO	40000,0	0,0	0	0
0002 - PUBLICAÇÃO DE MATERIAL CIENTÍFICO E TÉCNICO - DISTRITO FEDERAL	40000,0	0,0	0	0
3216 - IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO	170000,0	0,0	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	170000,0	0,0	0	0
3220 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL	600000,0	0,0	0	0
0003 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	600000,0	0,0	0	0
3221 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	1000000,0	0,56	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-DISTRITO FEDERAL	1000000,0	0,56	0	0
3266 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF	800000,0	0,0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0002 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF--DISTRITO FEDERAL	800000,0	0,0	0	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	30000,0	137,0	0	0
0007 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	30000,0	137,0	0	0
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	250000,0	8500,0	0	0
2257 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	150000,0	8500,0	0	0
2265 - INDICADORES AMBIENTAIS - GM	100000,0	0,0	0	0
4264 - MANUTENÇÃO DE USINA FOTOVOLTAICA	105500,0	104577,09	95500,00	85559,80
0001 - MANUTENÇÃO DE USINA FOTOVOLTAICA - DISTRITO FEDERAL	105500,0	104577,09	95500,00	85559,80
5048 - CONSTRUÇÃO DE USINA FOTOVOLTAICA	1000,0	907,70	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE USINA FOTOVOLTAICA - DISTRITO FEDERAL	1000,0	907,70	0	0
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES	14710000,0	7189223,0	6289165,53	6018797,41
0089 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - APOIO A PROJETO DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL - DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	500000,0	500000,0
0091 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - APOIO A PROJETO AMBIENTAL - DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	500000,0	500000,0
0410 - APOIO A PROJETO AMBIENTAL NO DISTRITO FEDERAL	560000,0	0,0	0	0
0412 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - APOIO A REALIZAÇÃO DE PROJETOS AMBIENTAIS - DISTRITO FEDERAL	250000,0	300000,0	300000,0	300000,0
0413 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - APOIO A PROJETOS - DISTRITO FEDERAL	1000000,0	1497568,0	1497511,16	1227143,04
0414 - APOIO A PROJETOS RELACIONADOS AO MEIO AMBIENTE E PRESERVAÇÃO	200000,0	2991655,0	2991654,37	2991654,37
0415 - SEMANA DO MEIO AMBIENTE	1500000,0	0,0	0	0
0416 - PROMOVER PROJETOS AMBIENTAIS EM TODO O DF	9000000,0	1050000,0	500000,0	500000,0
0417 - PROMOVER PROJETOS AMBIENTAIS EM TODO DF	1000000,0	0,0	0	0
0418 - APOIO A PROJETOS DE MEIO AMBIENTE - NO DISTRITO FEDERAL	200000,0	350000,0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0411 - APOIO A PROJETOS RELACIONADOS À CAUSA ANIMAL INCLUINDO MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES RELACIONADAS À ALIMENTAÇÃO, ASSISTÊNCIA, CONSERVAÇÃO, CONTROLE, PROTEÇÃO E SANIDADE - DISTRITO FEDERAL	1000000,0	0,0	0	0
2536 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA	2755000,0	702029,18	695480,11	695480,11
0023 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-CASTRACÃO GRATUITA DE CÃES E GATOS -DISTRITO FEDERAL	1755000,0	702029,18	695480,11	695480,11
0026 - CASTRAÇÃO GRATUITA DE CAES E GATOS	1000000,0	0,0	0	0
3122 - CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO VETERINÁRIO	100000,0	0,96	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO VETERINÁRIO - DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,96	0	0
9088 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA	2900000,0	8499961,0	8499960,48	8499960,48
0012 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-MANUTENÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO PÚBLICO - HVEP - DISTRITO FEDERAL	2900000,0	8499961,0	8499960,48	8499960,48
TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	30189234,00	57850043,37	20665371,07	17241577,86

Programação Orçamentária Realizada

3004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS
0004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - DISTRITO FEDERAL- SIA

Gestão Compartilhada do Complexo Integrado de Reciclagem

Em 2020 foi celebrado o Acordo de Cooperação nº 01/2020 – SEMA/SLU/CENTCOOP, firmado entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU) e a Central das Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (CENTCOOP), para cooperação técnica, administrativa e financeira, com vistas à contratação de assessoria técnica, capacitação e à gestão dos Centros de Triagem de Materiais Recicláveis e da Central de Comercialização. No âmbito do ACT 01/2020, a SEMA/DF deu continuidade às ações voltadas ao aprimoramento da gestão, produção, logística e comercialização das cooperativas e da Central de Comercialização, participando de reuniões com a CENTCOOP e o SLU, e implementando as deliberações definidas nesses encontros. Execução do Contrato de Colaboração Financeira entre o BNDES e o GDF A SEMA/DF possui o Contrato de Colaboração Financeira Não Reembolsável nº 13.2.0402.1, assinado entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cuja execução é de responsabilidade da SEMA/DF. Este contrato, celebrado em 2013, prevê investimentos na construção das centrais de triagem, aquisição de equipamentos, assessoria técnica e capacitação. Adicionalmente, por meio do Convênio nº 02/2024 – SEMA/SLU/CENTCOOP, foi formalizada a cooperação técnica, administrativa e financeira entre a SEMA/DF e o SLU, com vistas à aquisição de maquinários e equipamentos para o Complexo Integrado de Reciclagem do Distrito Federal – CIR, incluindo tratores e caminhões, já devidamente adquiridos.



3221 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

0002 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - DISTRITO FEDERAL

A SEMA/DF realizou diversas ações relacionadas à implementação da Política de Resíduos Sólidos e do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Distrito Federal, atuando em múltiplas frentes. Entre elas, destaca-se a continuidade da operação do Complexo Integrado de Reciclagem, conduzido pelos catadores de materiais recicláveis associados à Central de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (CENTCOOP). Além disso, a SEMA/DF atuou na proposição de políticas públicas voltadas à ampliação das iniciativas de compostagem, ao fomento do uso de agregados reciclados e ao fortalecimento das cadeias de valorização de resíduos. O Acordo de Cooperação entre o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e o Instituto Gestão Brasil possibilita a cessão da Plataforma PGRS Digital® Gestão Pública, destinada à modernização da gestão dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; em complemento, o Decreto nº 46.520, de 13 de novembro de 2024, instituiu o Sistema Eletrônico de Registro e Controle dos PGRS no âmbito do Distrito Federal, e foi realizado workshop com participação de representantes da sociedade civil, conselheiros e especialistas da área, visando apresentar a plataforma e contribuir para o aprimoramento de sua implementação.. Através do Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2024, celebrado entre a SEMA, a CENTCOOP e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, que estabeleceu condições de cooperação mútua para a elaboração de projetos e demais peças técnicas de arquitetura e engenharia, incluindo planilhas orçamentárias preparatórias para a licitação destinada à instalação de equipamentos de beneficiamento de resíduos sólidos no CIR, informa-se que a licitação já foi realizada e o contrato correspondente foi devidamente assinado com a empresa vencedora, viabilizando o início das etapas subsequentes de implementação dos equipamentos.

Participação ativa na Comissão Técnica responsável por acompanhar, subsidiar e avaliar os produtos entregues para a revisão e atualização dos Planos PDGIRS e PDSB, vinculada ao Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal (CONSAB). As atividades incluíram a participação em reuniões convocadas pela Secretaria de Obras do Distrito Federal, a apresentação de pautas relacionadas à gestão integrada de resíduos sólidos e a representação da SEMA nas sessões plenárias realizadas em 2025. No âmbito da logística reversa, cuja coordenação é responsabilidade desta Secretaria, foram desenvolvidas ações relevantes, considerando que a logística reversa consiste no conjunto de procedimentos destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos ao setor empresarial para reaproveitamento, reciclagem ou outra destinação ambientalmente adequada, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, a economia circular e a preservação dos recursos naturais. A SEMA/DF opera o SISLOR-DF, plataforma oficial para registro, acompanhamento e comprovação digital dos sistemas de logística reversa de embalagens em geral, na qual entidades gestoras, empresas aderentes e operadores logísticos cadastram seus Planos de Logística Reversa (PLR) e apresentam seus Relatórios Anuais de Desempenho, de forma autodeclaratória, transparente e rastreável. A Secretaria também participou de reuniões com o Ministério do Meio Ambiente no âmbito do GT MMA – Logística Reversa, realizou o acompanhamento e a análise de documentos técnicos, contribuiu para a elaboração da portaria federal de fiscalização da logística reversa, executou ações de



campanha de recolhimento de eletroeletrônicos no contexto do Acordo de Cooperação Técnica com a ABREE e apoiou a Gincana Intercolegial de Recolhimento de Eletroeletrônicos – edição 2025.

No ano de 2025, por meio do Termo de Fomento (MROSC) nº 6/2024, foi executado o Projeto Circuito Reciclo, voltado à promoção da educação ambiental e à conscientização da comunidade sobre o consumo consciente de água e o descarte adequado de resíduos sólidos. O valor global dos recursos públicos destinados à parceria foi de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), contemplando um público estimado de 1.350 pessoas, abrangendo toda a comunidade escolar de três escolas públicas de Ensino Fundamental, selecionadas pela coordenação do projeto ou pelo órgão público responsável. O processo de execução do projeto foi encerrado em outubro de 2025.



3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

0003 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - DISTRITO FEDERAL. Os recursos vinculados a esta ação foram descentralizados ao Serviço de Limpeza Urbana – SLU, com a finalidade de viabilizar a aquisição de maquinários e equipamentos destinados à implantação e ao fortalecimento do sistema de tratamento de resíduos sólidos no Distrito Federal. A iniciativa teve como propósito ampliar e modernizar a infraestrutura operacional do serviço, contribuindo para o aprimoramento da capacidade operacional e para o adequado funcionamento das etapas de coleta, tratamento e manejo de resíduos sólidos.



9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES

0412 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - APOIO A REALIZAÇÃO DE PROJETOS AMBIENTAIS - DISTRITO FEDERAL
FOMENTO À EDUCAÇÃO AMBIENTAL – VIVEIRO EDUCATIVO SOS RIBEIRÃO SOBRADINHO

O fomento à educação ambiental no Viveiro Educativo promove o desenvolvimento sustentável na região atendida e busca fortalecer a participação social na microbacia hidrográfica do Ribeirão Sobradinho, localizada na região de Sobradinho, Distrito Federal. As ações compreendem o engajamento de estudantes, docentes e comunidade em atividades de educação ambiental, a oferta de cursos e oficinas sobre preservação dos recursos hídricos e da biodiversidade, a realização de mutirões de limpeza e conservação em áreas naturais e a execução periódica de mutirões de plantio de mudas e manutenção de trilhas ecológicas. Essas iniciativas fortalecem a gestão participativa, ampliam a consciência ambiental e contribuem para a proteção das bacias hidrográficas.



9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES

0091 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - APOIO A PROJETO AMBIENTAL -
DISTRITO FEDERAL

Os recursos vinculados a esta ação foram descentralizados à Fundação Jardim Zoológico de Brasília, com a finalidade de apoiar a execução do projeto "Colônia de Férias no Zoológico - Aprender Brincando com a Natureza".

4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS

**2257 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS - SEMA-DF
- DISTRITO FEDERAL**

Atualização do Plano Distrital de Educação Ambiental do Distrito Federal: Criação do Grupo de Trabalho (PORTARIA Nº 85, DE 24 DE SETEMBRO DE 2025) para revisão e atualização do Plano Distrital de Educação Ambiental do Distrito Federal (PDEA/DF). O grupo decidiu pela contratação de consultoria especializada para revisão e atualização do Plano Distrital de Educação Ambiental do Distrito Federal (PDEA/DF). O projeto iniciou-se em 2024 e está em fase de preparação dos documentos licitatórios.

2535 - GESTÃO DA FAUNA - DISTRITO FEDERAL

0002 - GESTÃO DA FAUNA - DISTRITO FEDERAL

Termo de Fomento - (MROSC) nº 3/2024 - Monitoramento e Avaliação Sanitária de Carnívoros Silvestres das Unidades de Conservação do Distrito Federal para divulgação à sociedade - parte 2

O projeto tem como objetivo a realização de pesquisa para descrever agentes causadores de doenças infecciosas, inclusive de caráter zoonótico, como as bactérias da ordem das Rickettsiales e os protozoários das ordens Piroplasmida e Trypanosomatidae em carnívoros. O projeto iniciou-se em 2024 e está em execução.



2485 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FLORA - DISTRITO FEDERAL

0001 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FLORA - DISTRITO FEDERAL

Raízes do Amanhã: Espécies Nativas de Valor Econômico

O projeto tem como objetivo promover o uso sustentável das espécies nativas da flora brasileira com valor econômico atual ou potencial, destacando nesta edição as espécies características do Centro-Oeste. O objetivo é identificar e priorizar essas espécies para que



possam ser utilizadas tanto por pequenos agricultores, como novas opções de cultivo, quanto pelo setor empresarial, como oportunidades de investimento, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região. O foco será nas espécies nativas do Centro-Oeste, que apresentam grande potencial para uso em diversas áreas, como alimentação, medicina, cosmética, ornamentação e outros segmentos de mercado. O projeto iniciou-se em 2024 e está em execução.



PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

Realização do Fórum Distrital de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais

Conforme o Decreto 37.549, de 15 de agosto de 2016, é de competência da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA/DF: A Coordenação Geral do Sistema Distrital de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, as articulações necessárias ao treinamento do pessoal envolvido com as ações do Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PPCIF) e o secretariado do PPCIF. Além de consolidar em um relatório global as informações constantes nos "relatórios sobre registros e ocorrências de incêndios, atividades preventivas e de combate aos incêndios desenvolvidas" pelas administrações das Unidades de Conservação e demais órgãos executores do Plano. A intenção da realização do Fórum, em conformidade com o Parágrafo único, do Art. 19, do Decreto nº 37.549, de 15 de agosto de 2016, era de democratizar e compartilhar informações e discussões sobre as ações dos órgãos integrantes do Sistema Distrital de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais no DF. Eventos como esse visam consolidar informações e promover debates junto à comunidade e instituições afetas à questão, com a finalidade de debater e avançar no tema, cujas conclusões servirão de subsídios à elaboração do programa de trabalho para o ano subsequente. No ano de 2024, o Fórum foi realizado no dia 28/11 na Escola de Governo do Distrito Federal.



4264 - MANUTENÇÃO DE USINA FOTOVOLTAICA

0001 - MANUTENÇÃO DE USINA FOTOVOLTAICA - DISTRITO FEDERAL

Valor empenhado para custear despesas com o contrato de prestação de serviços, entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do DF e a empresa Neoenergia, para o uso do sistema de distribuição, pelo consumidor, para a unidade consumidora e o pagamento de encargos de uso e regulação das condições em relação à conexão das instalações do consumidor ao sistema de distribuição, por meio do ponto de entrega.



9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES

0414 - APOIO A PROJETOS RELACIONADOS AO MEIO AMBIENTE E PRESERVAÇÃO

Termo de Fomento nº 01/2025 – Feira do Livro de Brasília - Edição Especial: Meio Ambiente e Sustentabilidade:

Parceria firmada entre a SEMA/DF e a Câmara do Livro de Brasília para a realização de edição especial da Feira, promovendo uma programação diversificada, de acesso gratuito, com foco na promoção da educação ambiental, no estímulo à leitura e na ampliação do acesso às artes, com o propósito de ressaltar a importância da preservação ambiental e de destacar o Cerrado como bioma essencial para a sustentabilidade do país. As artes, nesse contexto, serão utilizadas como ferramenta de conscientização e mobilização social para a construção de um futuro mais sustentável. O evento ocorreu em junho de 2025 e a parceria se encontra no período de prestação de contas. Os recursos foram oriundos do Tesouro do Distrito Federal (Fonte 100).



1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO AMBIENTAL TERRITORIAL

0065 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - AMBIENTAL TERRITORIAL - DISTRITO FEDERAL

O cumprimento desta ação contempla a manutenção e a modernização da Biblioteca de Dados e do respectivo Portal de Dados Abertos, do Sistema Distrital de Informações Ambientais (SISDIA) (www.sisdia.df.gov.br), nos termos dos incisos I, II, IV e V, do artigo 43, da Lei Distrital nº 6.269/2019. Trata-se de uma plataforma de inteligência ambiental-territorial que disponibiliza dados espaciais do DF para o Governo do Distrito Federal e para a sociedade, assim como confere suporte ao planejamento ambiental-territorial e a gestão ambiental, particularmente para o licenciamento, o monitoramento e a fiscalização. A Fase 1, do SISDIA, implementada em 2021, com recursos não-orçamentários do Financiamento GEF (Global Environmental Facility), no âmbito do Projeto CITInova, no montante de R\$ 1.314.280,00, teve foco na consolidação de um banco comum de dados espaciais ambientais do DF, aplicados ao planejamento e gestão territorial. Na Fase 2, do SISDIA, iniciada em setembro de 2021, foi contratado o desenvolvimento dos três primeiros módulos especialistas: Módulo Especialista de Sustentabilidade Ambiental em Projetos (MESAP); Módulo Especialista e-Normas (especialização de legislação); e o Módulo Especialista Big-Data, reforçando o conceito de ecossistema. A referida contratação também foi realizada com recursos não-orçamentários do Financiamento GEF (Global Environmental Facility), no âmbito do Projeto CITInova, no montante de R\$ 825.000,00, cuja conclusão se deu em julho de 2023.



No ano de 2024, o enfoque consistiu no aprimoramento e na ampliação das licenças de geoprocessamento e inteligência espacial para o SISDIA, fundamentais para a renovação do referido sistema, tendo sido realizada a contratação, no montante de R\$ 2.270.615,36, da renovação e ampliação do conjunto de licenças ESRI/ArcGis, além de horas técnicas para o desenvolvimento de soluções específicas e para o suporte às parcerias que envolvem questões ambientais, a exemplo do Módulo Especialista de Monitoramento e Controle do Território (MEMC). Essa estrutura de suporte e licenciamento assegura que o SISDIA esteja equipado com as ferramentas necessárias para efetivamente monitorar, gerir e responder às complexidades ambientais do Distrito Federal. A solução implementada fortaleceu o parque de licenças proprietárias da SEMA-DF e alinhou-se perfeitamente aos objetivos estratégicos e operacionais do órgão, além de ter possibilitado a elaboração dos seguintes Módulos Especialistas do SISDIA: i) Monitoramento e Controle Territorial; ii) Inspeção Ambiental e Saúde Pública; iii), Caminhos do Planalto Central; e iv) Resíduos Sólidos (formulário de cadastro de logística reversa).

Importante ressaltar que o Módulo Especialista de Monitoramento e Controle do Território (MEMC/SISDIA) tem como objetivo ampliar a capacidade do Estado de monitorar áreas ambientais de interesse, identificando tendências de ocupação e mapeando áreas críticas. Esta ferramenta permitirá respostas rápidas e estratégicas, fornecendo informações valiosas para órgãos de controle externo. Se trata de um módulo especializado que se concentrará no monitoramento de políticas públicas ambientais e territoriais, atendendo às necessidades de diversos órgãos governamentais do DF. Esse módulo abordará desafios como desmatamento, queimadas, descarte ilegal de lixo e grilagem de terras públicas, problemas históricos no DF, e contribuirá para a gestão e fiscalização mais eficientes. Ademais, ajudará na gestão dos estoques de recursos naturais do DF, utilizando tecnologias avançadas para melhorar os fluxos de trabalho e obter resultados mais eficazes. O objetivo principal é atender às demandas do Governo do Distrito Federal em monitoramento e controle territorial, através de um Sistema de Alertas Territoriais de alta precisão.

A principal base de dados ambientais pública e gratuita do Distrito Federal

Sistema Distrital de Informações Ambientais - SISDIA

9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES:

0416 - PROMOVER PROJETOS AMBIENTAIS EM TODO O DF

A descentralização de recursos vinculada a esta ação teve como finalidade apoiar a realização do evento Festival Louvai 2025, bem como a execução do projeto Turismo + Rural, no âmbito do Distrito Federal.

9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES:

0089 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - APOIO A PROJETO DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL - DISTRITO FEDERAL - CERRADO VIVO

O projeto Cerrado Vivo - 2ª Etapa - foi desenvolvido nas Regiões Administrativas do Riacho Fundo II, Taguatinga, Guará e Candangolândia, com o objetivo de promover a educação ambiental não formal e ampliar a conscientização da população sobre a importância da conservação do Bioma Cerrado. Nesse contexto, o projeto se consolida como uma ferramenta estratégica de informação e mobilização social, estando alinhado às políticas públicas distritais e nacionais de proteção ambiental e de valorização do patrimônio natural. A iniciativa leva conhecimento qualificado diretamente à população, incentivando a participação cidadã e promovendo a valorização do conhecimento tradicional ecossistêmico, conforme previsto no artigo 6º, inciso V, alínea "f", da Lei Distrital nº 6.520/2020, que reconhece esse eixo como um serviço ambiental incentivado. O projeto também está alinhado à missão da Reserva da Biosfera do Cerrado, programa da UNESCO implementado no Distrito Federal, que tem como objetivos a conservação dos remanescentes ainda preservados do Cerrado, a recuperação de



áreas ambientalmente alteradas e o fortalecimento da consciência coletiva sobre a importância da conservação e recuperação da vegetação nativa do DF. Diante disso, o Cerrado Vivo cumpre um papel essencial ao traduzir o conhecimento científico sobre o Cerrado para uma linguagem acessível, permitindo que a população compreenda, valorize e participe ativamente da proteção desse bioma, capacitando o cidadão a se tornar um agente de preservação de um patrimônio vital para o futuro do Distrito Federal e do Brasil.

0413 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - APOIO A PROJETOS - DISTRITO FEDERAL

CERRADO VIVO

Segunda etapa nas regiões administrativas do Riacho Fundo II, Taguatinga, Guará e Candangolândia, com o objetivo de promover a educação Ambiental não formal e a conscientização sobre a importância da Conservação do Bioma Cerrado.

CAMPEONATO DE PESCA DO DF

O Campeonato de Pesca do Distrito Federal, executado por meio de termo de fomento no valor total de R\$ 997.567,20, reuniu pescadores de diversas regiões do país em competições de múltiplas modalidades e contou com uma feira destinada à comercialização de equipamentos e artigos de pesca. O evento teve como finalidade promover a pesca responsável, estimular o turismo no Distrito Federal, fortalecer a cultura náutica e incentivar práticas sustentáveis, contribuindo para a preservação do Lago Paranoá e para o desenvolvimento econômico e social da região. Ao integrar a pesca embarcada ao circuito, monitorar o ecossistema aquático com participação ativa dos pescadores e incentivar boas práticas, como captura e soltura, e recolhimento de resíduos, o campeonato reforçou o compromisso com a conservação ambiental. A iniciativa impulsionou a economia local ao atrair competidores e visitantes, beneficiando setores como hotelaria, gastronomia, comércio e serviços, além de gerar empregos temporários e promover oportunidades de negócios e networking na feira de pesca, especialmente para empresas dos setores náutico, pesqueiro e de sustentabilidade. O evento também ampliou o acesso ao esporte, permitindo a participação de pescadores amadores, fortalecendo a cultura regional ligada à pesca e estimulando o lazer e o bem-estar da população. Do ponto de vista histórico e cultural, o campeonato dialoga com a trajetória de Brasília, que desde a criação do Lago Paranoá, em 1960, mantém forte ligação com a pesca, inicialmente voltada ao lazer e ao consumo e, mais recentemente, estruturada sob diretrizes de sustentabilidade. Com a evolução das políticas de manejo e incentivo à pesca esportiva e a captura e soltura, Brasília consolidou-se como polo de pesca esportiva no Centro-Oeste, atraindo entusiastas e reforçando a importância da preservação da biodiversidade local. O evento também agregou dimensão educativa ao promover oficinas e ações de sensibilização voltadas à conservação dos ecossistemas aquáticos. A parceria institucional estabelecida na execução do campeonato contribuiu para fortalecer a imagem de Brasília como referência nacional em eventos sustentáveis e em pesca esportiva, integrando conscientização ambiental, estímulo ao turismo e desenvolvimento econômico de maneira equilibrada e estratégica.





2536 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA

0023 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA - CASTRAÇÃO GRATUITA DE CÃES E GATOS - DISTRITO FEDERAL.

Ação/Subtítulo	Lei	Despesas	Empenhado	Liquidado
2536: SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA	1755000	0,00	695.480,11	695.480,11

A SEPAN tem por objeto a prestação de serviços de castração de caninos e felinos (ovário salpingo - histerectomia e orquiectomia), atualmente estão credenciadas três clínicas veterinárias para a execução do serviço supracitado. A sanidade e o controle populacional de animais domésticos são temas de extrema importância, considerando que tais fatores interferem diretamente no meio em que vivemos e na saúde pública. O impacto da invasão de espécies domésticas/invasoras é considerado a terceira maior ameaça às espécies nativas, depois da superexploração e da destruição do hábitat. Algumas estimativas afirmam que o Brasil tinha cerca de 30 milhões de cães domésticos em 2012, o terceiro no ranking mundial. A superpopulação de cães e gatos domésticos gera problemas para os seres humanos, onde ninhadas indesejadas frequentemente abandonadas acabam em situação não domiciliada ou semi-domiciliada, com acesso às ruas, estando sujeitos a maus tratos, envolvendo-se em acidentes de trânsito, mordeduras e participando da cadeia de transmissão de zoonoses. A castração adiciona qualidade de vida para os animais em vários aspectos, como:

- 1) Diminuição de neoplasias, uma vez que existem evidências que demonstram a influência dos hormônios sexuais no desenvolvimento de hiperplasia e neoplasias mamárias em cadelas e gatas, e do trato reprodutivo de cachorros e gatos;

- 2) Restrição do comportamento reprodutivo indesejável, como agressividade, aumento da expectativa de vida, pois o animal não está propenso à fugas, brigas e atropelamentos em virtude da procura por parceiros sexuais;

- 3) Redução de doenças infectocontagiosas com ênfase nas doenças transmitidas sexualmente entre os animais, como por exemplo, o tumor venéreo transmissível, uma patologia comum em cães errantes não castrados;

- 4) Eliminação de cruzamentos inadequados entre animais consanguíneos que podem gerar filhotes com alterações físicas, fisiológicas ou comportamentais, como exemplo a hidrocefalia congênita, quadro que aumenta as chances de abandono desses animais;
- 5) Supressão do uso das injeções anti-cio em cadelas e gatas, que cursam em patologias do trato reprodutivo e mamas. Neste sentido, segue abaixo a quantidade de castrações realizadas no ano de 2025, entre os meses de Janeiro a Dezembro:

Mês	Cachorro	Cadela	Gata	Gato	Total de Castrações
Janeiro	24	16	15	3	58
Fevereiro	130	147	151	135	563
Março	415	385	307	287	1.394
Abril	471	385	311	295	1.462
Maio	414	489	348	323	1.574
Junho	483	462	407	372	1.724
Julho	500	611	479	410	2.000
Agosto	177	218	185	176	756
Setembro	211	289	144	152	796
Outubro	166	317	151	118	752
Novembro	342	754	472	366	1.934
Dezembro	281	576	365	163	1.385
TOTAL	3.592	4.637	3.336	2.812	14.377



9088 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA

0012 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO PÚBLICO - HVEP - DISTRITO FEDERAL

Ação/Subtítulo	Lei	Despesas	Empenhado	Liquidado
0001 - CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO VETERINÁRIO - DISTRITO FEDERAL	1.000,00	-	0,00	0,00
0012 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-MANUTENÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO PÚBLICO - HVEP -DISTRITO FEDERAL	2.900.000,00	-	8.499.960,48	8.499.960,48

A SEPAN por meio da Organizações da Sociedade Civil (OSC) com a Anclivepa-SP operacionaliza o Hospital Veterinário Público (HVEP), cujo escopo da parceria envolve recepção e triagem, atendimento clínico (incluindo emergenciais), atendimento cirúrgico, realização de exames laboratoriais e de imagem, acompanhamento dos tratamentos, gestão dos medicamentos e gestão de prontuários para a prestação de serviços veterinários em cães e gatos. Os serviços serão prestados, de forma gratuita à população, em imóvel localizado no Parque Lago do Cortado – Taguatinga/DF e por meio da Unidade Móvel. Cabe destacar, que animais domésticos são tutelados pelo Estado e sua proteção é assegurada pelo artigo 225 da Constituição Federal, que assim dispõe: 'VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade'. Assim como o art. 32 da Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) que dispõe que é crime praticar ato de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. No Distrito Federal, a Lei nº 4.060/2007, art. 3º, inciso XXVIII, considera maus-tratos deixar de prestar assistência veterinária ao animal doente, ferido, extenuado ou mutilado. Logo, a disponibilidade de serviços públicos veterinários se faz essencial. Vejamos abaixo, a planilha de atendimentos e procedimentos realizados no ano de 2025:

Mês	Tutores Atendidos	Animais Atendidos	Procedimentos Veterinários Realizados
Janeiro	884	1427	34095
Fevereiro	836	1359	28009
Março	772	1265	29742
Abril	816	1295	30405
Maiο	933	1445	34309
Junho	726	1198	37963
Julho	844	1398	36154
Agosto	809	1402	30805
Setembro	865	1438	26650
Outubro	862	1483	33937
Novembro	736	1208	20491
Dezembro	766	1215	18275
Total	9849	16133	360.835

Programação Orçamentária não Executada:

Os subtítulos a seguir contaram com dotação orçamentária, mas não registraram empenho no período, em razão do andamento dos procedimentos administrativos.

Ação: 4100 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL

Subtítulo: 0001 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL - DISTRITO FEDERAL

Ação: 1142 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

Subtítulo: 0020 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO – GM

Subtítulo: 0013 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - DISTRITO FEDERAL

Ação: 2534 – MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL

Subtítulo: 0001 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL - DISTRITO FEDERAL



Ação: 1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES

Subtítulo: 0005 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES - DISTRITO FEDERAL

Ação: 3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS

Subtítulo: 0007 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS - SEMA-DF - DISTRITO FEDERAL

Ação: 4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS

Subtítulo: 2257 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS - SEMA-DF - DISTRITO FEDERAL

Ação: 9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES

Subtítulo: 0418 - APOIO A PROJETOS DE MEIO AMBIENTE - NO DISTRITO FEDERAL

Ação: 5048 - CONSTRUÇÃO DE USINA FOTOVOLTAICA

Subtítulo: 0001 - CONSTRUÇÃO DE USINA FOTOVOLTAICA - DISTRITO FEDERAL

Ação: 3122 - CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO VETERINÁRIO

Subtítulo: 0001 - CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO VETERINÁRIO - DISTRITO FEDERAL

Os subtítulos, a seguir, não houveram despesas autorizadas, porém as ações encontram-se em andamento na Unidade.

Ação: 3210 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL

Subtítulo: 0001 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL - INDICADORES AMBIENTAIS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS - DISTRITO FEDERAL

Subtítulo: 3900 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL - INDICADORES AMBIENTAIS - DISTRITO FEDERAL

Ação: 1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS

Subtítulo: 0006 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS - DISTRITO FEDERAL

Ação: 2699 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DF NOS PARQUES

Subtítulo: 0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES - DISTRITO FEDERAL

Ação: 2701 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.

Subtítulo: 0001 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO - E MANUTENÇÃO DE SEUS REMANESCENTES - DISTRITO FEDERAL

Ação: 2930 - COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA

Subtítulo: 0001 - COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA - DISTRITO FEDERAL - DISTRITO FEDERAL

Ação: 3076 - REALIZAÇÃO DO PROJETO SEMANA DO CERRADO

Subtítulo: 0001 - REALIZAÇÃO DO PROJETO VIRADA DO CERRADO - DISTRITO FEDERAL - PARQUES - DISTRITO FEDERAL

Ação: 3116 - PUBLICAÇÃO DE MATERIAL CIENTÍFICO E TÉCNICO

Subtítulo: 0002 - PUBLICAÇÃO DE MATERIAL CIENTÍFICO E TÉCNICO - DISTRITO FEDERAL

Ação: 3216 - IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO

Subtítulo: 0002 - IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO - SEMA-DF - DISTRITO FEDERAL

Ação: 3220 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL

Subtítulo: 0003 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL-SEMA-DF - DISTRITO FEDERAL

Ação: 3266 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF

Subtítulo: 0002 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF - DISTRITO FEDERAL

Ação: 4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Subtítulo: 2265 - INDICADORES AMBIENTAIS - GM

Ação: 9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES

Subtítulo: 0411 - APOIO A PROJETOS RELACIONADOS À CAUSA ANIMAL INCLUINDO MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES RELACIONADAS À ALIMENTAÇÃO, ASSISTÊNCIA, CONSERVAÇÃO, CONTROLE, PROTEÇÃO E SANIDADE - DISTRITO FEDERAL

Subtítulo: 0410 - APOIO A PROJETO AMBIENTAL NO DISTRITO FEDERAL

Subtítulo: 0415 - SEMANA DO MEIO AMBIENTE

Subtítulo: 0417 - PROMOVER PROJETOS AMBIENTAIS EM TODO DF

Subtítulo: 0411 - APOIO A PROJETOS RELACIONADOS À CAUSA ANIMAL INCLUINDO MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES RELACIONADAS À ALIMENTAÇÃO, ASSISTÊNCIA, CONSERVAÇÃO, CONTROLE, PROTEÇÃO E SANIDADE - DISTRITO FEDERAL

Ação: 2536 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA

Subtítulo: 0026 - CASTRAÇÃO GRATUITA DE CÃES E GATOS

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10763 - ACESSOS ÀS INFORMAÇÕES DO SISTEMA DISTRITAL DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS (SISDIA)	UNIDADE		01/01/2001	Anual	72000,00	85000,00	75000,00	110000,00	78000,00	X	80000,00	X	BASE DE DADOS SISDIA
Justificativa: 2024 - O índice foi aferido por meio da contagem de acessos ao Sistema Distrital de Informações Ambientais. 2025 - A SEMA-DF, por meio da Subsecretaria de Gestão Ambiental e Territorial - SUGAT, contabiliza os acessos ao SISDIA utilizando ferramentas de monitoramento do Google Analytics. Isso permite registrar métricas de uso da plataforma, como número de usuários, páginas acessadas, tempo de navegação e origem dos acessos, garantindo transparência e acompanhamento da demanda pelo sistema.													
10776 - ATENDIMENTOS REALIZADOS NO HOSPITAL VETERINÁRIO	UNIDADE		01/01/2001	Anual	20000,00	17528,00	20000,00	16159,00	20000,00	X	20000,00	X	SUPAN
Justificativa: 2024 - No exercício de 2024, o indicador de atendimentos do serviço veterinário público foi afetado por limitações orçamentárias. A insuficiência no teto previsto na LOA ocasionou atrasos nos repasses financeiros, tornando necessária a solicitação de suplementações orçamentárias para viabilizar a continuidade das atividades. No intervalo entre a solicitação e a liberação das suplementações, houve redução temporária no serviço prestado, resultando em uma diminuição do número de atendimentos realizados. Dessa forma, o total de atendimentos atingiu 17.528, ficando abaixo da meta projetada de 20 mil para o ano. 2025 - Considerando que o objetivo da ação é fortalecer a política pública de proteção e bem-estar animal através da ampliação do acesso da população aos serviços veterinários, contribuindo assim para a saúde pública e controle sanitário, o alcance de 80,80% da meta anual pode ser visto como resultado satisfatório, com elevado volume de atendimentos, demonstrando execução consistente da política pública, ainda que abaixo da meta pactuada. Assim sendo, o serviço foi prestado de forma contínua durante todo o exercício de 2025, com atendimento direto a milhares de animais (cães e gatos) refletindo assim a utilização significativa dos recursos alocados, demonstrando aderência substancial ao planejamento institucional e evidenciando a capacidade da unidade em converter recursos orçamentários em serviços efetivamente prestados à sociedade.													
10879 - ÁREAS PRIORITÁRIAS DO CERRADO PLANTADAS, EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO	HECTARE	12000,00	01/12/2019	Anual	12040,00	12211,39	12080,00	X	12120,00	X	12160,00	X	MAPA DE COBERTURA VEGETAL DO SOLO PUBLICADO PELA SEMA/DF
Justificativa: 2024 - Áreas plantadas e entregues, em 2024: * 40,39 hectares (Lago Norte, em 21 polígonos); * 42 hectares (Parque Ecológico do Paranoá); * 23 hectares (ARIE do Paranoá); * 13 hectares (Parque de Múltiplos Usos da Asa Sul); * 93 hectares (ARIE do Riacho Fundo). Total = 211,39 hectares.													
10879 - ÁREAS PRIORITÁRIAS DO CERRADO PLANTADAS, EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO	HECTARE	387,10	01/12/2024	Anual	12040,00	-	12080,00	12080,00	12120,00	X	12160,00	X	CITINOVA NASCENTES; CITINOVA SBN; RECUPERAÇÃO APPS ORLA LAGO PARANOÁ; PROJETO RECUPERA CERRADO
Justificativa: 2025 - A área de 12.080,00 hectares foi definida com base nas ações de recuperação do Cerrado acompanhadas pela SEMA e pelo Instituto Brasília Ambiental desde 2020, sendo considerados incêndios florestais, novas áreas degradadas urbanas ou rurais. Considerando o índice de referência, os projetos de recuperação executados a partir de 2020, incluindo o Projeto CITINOVA Nascentes, com 80 hectares nas bacias do Paranoá e do Descoberto; o Projeto CITINOVA Soluções Baseadas na Natureza, com 21,1 hectares em áreas como os parques ecológicos de Águas Claras e Veredinha e a Região Administrativa de Brazlândia; ações de recuperação de APPs na Orla do Lago Paranoá, Orla Sul e braço do Riacho Fundo, com 75 hectares; o Projeto Recupera Cerrado - Orla Norte, com 40 hectares; e projetos de manutenção e enriquecimento da vegetação nativa na Orla do Lago Paranoá, 171 hectares. Totalizando o valor de 387,10. O indicador adotado visa assegurar o acompanhamento contínuo e qualificado das áreas prioritárias de recuperação da vegetação nativa do Cerrado no Distrito Federal.													
10965 - NÚMERO DE AÇÕES REALIZADAS DO PROGRAMA ANUAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE ÁREAS DE PROTEÇÃO DE MANANCIAIS (APM)	UNIDADE		01/01/2001	Anual	2,00	3,00	3,00	4,00	3,00	X	3,00	X	SUGARS
Justificativa: 2024 - Em 2024, o Programa Anual de Gestão e Monitoramento das APMs publicou a Portaria Conjunta nº 02' para a regularização fundiária, avançou na integração de dados ambientais pelo SISDIA e iniciou pesquisas com a CAESB e o IPEDF, para avaliar os impactos das APMs. Além disso, promoveu fóruns, reuniões técnicas e audiências públicas para conscientizar a sociedade e buscar investimentos para projetos focados nas metas de revitalização de áreas degradadas em APMs. 2025 - Em 2025, foi iniciado o processo de atualização do Diagnóstico e do Programa Anual de Gestão e Monitoramento de Áreas de Proteção de Mananciais (APMs), com previsão de conclusão em 2026. Assim, no âmbito das ações executadas, destaca-se: 1. Integração de dados ambientais e monitoramento das APMs, com implementação inicial do monitoramento por meio do SISDIA. 2. Tratativas com o IPEDF (Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal) para o compartilhamento de estudos relativos às APMs, com vistas à avaliação de impactos ambientais nas 26 APMs atualmente existentes. 3. Participação no Grupo de Trabalho (GT) das APMs no contexto do novo PDOT (Plano Diretor de Ordenamento Territorial), no qual há previsão de criação de mais 2 APMs, mantendo-se todas as APMs vigentes. 4. Realização de reuniões técnicas e projetos de educação ambiental, voltados à conscientização da sociedade sobre a necessidade de conservação, recuperação e revitalização de áreas degradadas em APMs.													



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10970 - NÚMERO DE ATENDIMENTOS A ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DF NO PROGRAMA PARQUE EDUCADOR	UNIDADE		01/01/2001	Anual	5000,00	4101,00	5000,00	4102,00	5000,00	X	5000,00	X	SECEX
Justificativa: 2024 - O atendimento previsto de, no mínimo, 5.000 estudantes da rede pública de ensino do DF não foi alcançado em razão da variação do número de alunos, por turma. Esperava-se, em média, 40 alunos por turma, o que não foi atingido. 2025 - Anualmente são ofertadas 72 vagas por semestre para escolas participarem do programa, que podem optar pelas modalidades de 4 ou 10 encontros. Cada turma pode ter até 40 alunos, o que totalizaria mais de 5000 alunos inscritos e atendidos por semestre. Na prática, por conta da variação do número de alunos nas turmas, estimava-se o número de 5000 atendimentos. Porém, a flutuação do número de alunos nas turmas novamente foi um fator importante para que o índice não fosse alcançado integralmente, mas sim em 82%.													
11003 - NÚMERO DE CÃES E GATOS CASTRADOS	UNIDADE		01/01/2001	Anual	X	-	15000,00	14377,00	15000,00	X	15000,00	X	SEPAN
Justificativa: 2025 - Considerando que o objetivo da ação é promover o controle populacional de cães e gatos, reduzir maus-tratos e contribuir para a saúde pública e o bem-estar animal. O percentual de 96% de cumprimento da meta evidencia desempenho satisfatório e elevado grau de efetividade da política pública de castração animal no exercício de 2025. A não execução integral decorreu de fatores operacionais e administrativos, tais como limitações de capacidade instalada, ajustes contratuais, restrições orçamentárias e adequações no cronograma de atendimento. Ainda assim, o desempenho alcançado revela execução substancial da programação anual, mantendo aderência aos objetivos estratégicos governamentais refletindo eficiência na aplicação dos recursos públicos e efetividade da política de proteção e bem-estar animal.													

6217 - DF MAIS SEGURO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	105000,0	98560,0	83700,08	77293,24
8542 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	105000,0	98560,0	83700,08	77293,24
TOTAL - 6217 - DF MAIS SEGURO	105000,00	98560,00	83700,08	77293,24

No âmbito do programa 6217 - Segurança para Todos, instituído em conformidade com o Decreto nº 43.824, de 07 de outubro de 2022, onde foi criado o Programa Ressocializa-DF, direcionado aos sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, com o objetivo de lhes propiciar oportunidades no seu processo de ressocialização e inserção social pelo aprendizado de novas práticas profissionais e o oferecimento de trabalho remunerado. Para atender às necessidades da Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal (SEMA/DF), na execução de serviços, a SEMA conta com o apoio de três reeducandas participantes do Programa que desempenham atividades de copeiragem.

8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	35000,0	60,0	0	0
5365 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	35000,0	60,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	17975146,0	22382603,00	22340997,44	22293622,44
8747 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	17975146,0	22382603,00	22340997,44	22293622,44
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	735051,0	1063951,00	1060741,72	1060741,72
9572 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	735051,0	1063951,00	1060741,72	1060741,72



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	5177000,0	3355323,83	3279125,73	2934372,43
9661 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	5177000,0	3355323,83	3279125,73	2934372,43
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	100000,0	40000,00	30908,12	26862,74
5174 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	100000,0	40000,00	30908,12	26862,74
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	1610000,0	5487,00	4495,5	4495,5
5824 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	110000,0	5487,00	4495,5	4495,5
5826 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES pp NO DISTRITO FEDERAL	1500000,0	0,0	0	0
TOTAL - 8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO	25632197,00	26847424,83	26716268,51	26320094,83

Ação: **2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS**
Subtítulo: 5365 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL

O serviço é centralizado na SEEC, no entanto, a SEMA vem trabalhando na formalização de projetos que visem preservar adequadamente as condições ambientais dos patrimônios públicos que detêm, tais como estudos de melhorias à segurança pública de praças e parques.

Ação: **8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL**

Subtítulo: 8747 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - DISTRITO FEDERAL

Em 2025, promovemos a reformulação da estrutura administrativa da Secretaria, que pelo Decreto nº 44.446/2025 favoreceu a convocação de servidores concursados e o aumento na remuneração de servidores, do quadro efetivo e comissionados.

Ação: **8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES**

Subtítulo: 9572 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - DISTRITO FEDERAL

Os servidores da Secretaria contaram com o apoio institucional da SEMA, usufruindo de condições mais adequadas para deslocamento, alimentação e cuidados com seus dependentes, com a concessão de auxílio-transporte, auxílio creche e alimentação.

Ação: **8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS**

Subtítulo: 9661 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL

A ação cumpriu com as metas administrativas programadas para o exercício, que delineavam a locação do imóvel atualmente ocupado pela Secretaria, a renovação de bens móveis e o cumprimento das despesas contratuais assumidas.

Ação: **2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Subtítulo: 5174 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - DISTRITO FEDERAL

A ação cumpriu com as metas administrativa programada que abarcava a prestação de serviços de Outsourcing, com disponibilização de impressoras com modalidades de impressão diversas, cumprindo assim a despesa contratual assumida.



Ação: **4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES**

Subtítulo: 5824 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL

Subtítulo: 5826 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES pp NO DISTRITO FEDERAL

Os recursos desse Programa foram insuficientes para contratações de capacitação, sendo o planejamento da despesa com qualificação e capacitação, reformulado para o exercício de 2026.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA

Programa da Coleta Seletiva Solidária (CSS), instituído no âmbito do Governo do Distrito Federal (GDF), por meio da Lei nº 4.792/2012, regulamentada pelo Decreto nº 38.246/2017, que estabelecem a obrigatoriedade de que os resíduos recicláveis gerados pelos órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal sejam destinados às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Em cumprimento do Art. 4º, do Decreto 38.246/2017, no que tange às competências desta Secretaria, para a mobilização, sensibilização e orientação para a Coleta Seletiva Solidária, o estímulo à implantação da A3P, seu monitoramento e a avaliação das atividades, o Governo de Brasília, tem aplicado especiais esforços para que a Coleta Seletiva Solidária, seja implementada plenamente em todo o Distrito Federal.

A Sema deu continuidade ao acompanhamento e apoio à implantação da coleta seletiva na Administração Pública do Distrito Federal, convidando os servidores que compõem a Comissão Gestora da Coleta Seletiva Solidária das instituições do GDF, a participarem da Capacitação em Coleta Seletiva Solidária, que foi realizada no dia 22 de outubro de 2025, com a participação de 92 servidores públicos, de diferentes órgãos

GESTÃO E MONITORAMENTO DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO DE MANANCIAIS
A gestão das Áreas de Proteção de Mananciais assegura a disponibilidade hídrica para abastecimento público e protege o equilíbrio ambiental. A regulamentação vigente estabelece diretrizes para conservação, uso sustentável e articulação com a concessionária responsável pela captação e distribuição.

O Comitê de Gestão e Monitoramento das APMs apoia a implementação das ações previstas no ordenamento territorial. A regulamentação recente orienta a regularização fundiária em terras públicas rurais nessas áreas. Esse processo exige anuência prévia dos órgãos gestores, inscrição ambiental, práticas sustentáveis e saneamento adequado. A fiscalização ocorre por meio de monitoramento contínuo e reuniões periódicas, garantindo alinhamento entre ações executadas e metas de preservação.

GRUPO DE TRABALHO DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA – CRH/DF
O grupo apresenta proposta de monitoramento da qualidade da água no Distrito Federal. A proposta considera usos atuais e futuros dos recursos hídricos, incluindo dados dos sistemas de drenagem urbana. O grupo realiza vinte reuniões até a data de referência e elabora relatório final com recomendações de biomonitoramento. O documento será submetido à Câmara Técnica Permanente de Assessoramento e ao Conselho de Recursos Hídricos. O grupo avalia a inclusão de novos parâmetros físicos, químicos e biológicos e propõe indicadores e um índice de saúde dos ecossistemas aquáticos. Recomenda a criação conjunta com o Conselho de Meio Ambiente.

GRUPO DE TRABALHO DE AGROTÓXICOS RELEVANTES

O grupo apresenta proposta de monitoramento considerando a identificação dos agrotóxicos relevantes para o Distrito Federal. O grupo realiza doze reuniões até a data de referência e conclui relatório com recomendações de biomonitoramento. Propõe a adoção das diretrizes e o encaminhamento das medidas à agência reguladora.



GRUPO DE TRABALHO DO RIO MELCHIOR – CBH PARANAÍBA-DF

O grupo define estratégias baseadas em diagnósticos ambientais. As ações incluem estudos de diluição, análise de zonas de mistura, avaliação de lançamentos outorgados e elaboração de plano de ação para melhoria da qualidade hidroambiental. O grupo realiza quatorze reuniões até a data de referência. As discussões incluem a melhoria da qualidade da água, a gestão das águas pluviais, o atendimento às recomendações legislativas e o fortalecimento das ações de fiscalização e saneamento. O grupo destaca a necessidade de monitorar lançamentos clandestinos, destinar recursos específicos, publicar relatórios de fiscalização no sistema oficial e aprimorar placas de sinalização, em trechos críticos. Propõe o monitoramento de balneabilidade, conforme normas nacionais, com apoio dos órgãos gestores e ambientais. O grupo reforça a necessidade de estudos integrados sobre zona de mistura, avaliação de efluentes combinados e ações de saneamento a montante. Prepara proposta de educação ambiental e recomenda destinação de recursos para revitalização da bacia.

GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – CBH PARANAÍBA-DF

O grupo define temas e seleciona facilitadores para ações de educação ambiental. O objetivo é fortalecer a gestão integrada das águas, ampliar o conhecimento e promover práticas sustentáveis nas bacias hidrográficas. O grupo realiza sete reuniões até a data de referência. Analisa programas, iniciativas e materiais técnico-científicos para subsidiar suas atividades e apoiar as deliberações do Comitê.

REGULAMENTAÇÃO E INSTRUMENTOS DE GESTÃO

A cobrança pelo uso de recursos hídricos é essencial para a implementação dos planos e incentiva a racionalização e conservação. A publicação de norma específica estabelece critérios gerais para aplicação do instrumento no Distrito Federal. O programa nacional de fortalecimento institucional recebe acompanhamento contínuo. O relatório anual consolida as metas previstas no acordo de gestão e segue para apreciação dos colegiados competentes.

CÂMARA TÉCNICA PERMANENTE DE ASSESSORAMENTO – CTPA/CRH/DF

A Câmara Técnica Permanente de Assessoramento analisa temas estratégicos para a gestão dos recursos hídricos. Entre os assuntos avaliados estão o cenário de disponibilidade hídrica, os estudos sobre emergência climática, a implementação da cobrança pelo uso da água, a pressão exercida sobre a infraestrutura da barragem, os impactos do assoreamento e das ocupações irregulares, a aplicação de recursos de programas federais, o acompanhamento das resoluções técnicas, a atualização da agenda do Conselho, a ampliação da área de abrangência de Comitês de Bacia e a retomada dos trabalhos do Plano de Gerenciamento de Recursos Hídricos. As análises realizadas orientam decisões estratégicas do Conselho e fortalecem a gestão integrada das águas no Distrito Federal.

COLEGIADOS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:

Reserva da Biosfera do Cerrado no DF

O Programa consiste em atribuir a porções representativas dos diversos ecossistemas, o título de Reservas da Biosfera. Estas são áreas de ambientes marinhos ou terrestres, representativos, reconhecidos internacionalmente pelo seu valor para a conservação ambiental e para o provimento do conhecimento científico, da experiência e dos valores humanos, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável. As reservas devem cumprir três funções básicas: a conservação da biodiversidade, das paisagens e da cultura; o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental; e o apoio logístico à pesquisa, ao monitoramento e às ações em prol do desenvolvimento.

COMISSÕES DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMAS

O principal objetivo é promover a participação da sociedade civil organizada junto às Administrações Regionais (RAs), nos processos de planejamento, controle e fiscalização, do uso racional dos recursos ambientais locais, visando a preservação e a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Atua no fortalecimento das ações de controle ambiental, por exemplo, promovendo campanhas de conscientização e educação ambiental, para a população, orientando sobre práticas sustentáveis, incentivando a denúncia de infrações ambientais e estimulando a adoção de medidas preventivas. A comissão, também, auxilia na elaboração e



revisão de normas e regulamentos locais relacionados à proteção ambiental, visando a melhoria contínua das políticas públicas voltadas para a preservação dos recursos naturais. A criação da comissão contribui para o fortalecimento da fiscalização e do controle ambiental nas regiões de Ceilândia, Estrutural, Candangolândia, Riacho Fundo 1, Jardim Botânico e Sudoeste, resultando na proteção dos recursos naturais, na prevenção de danos ambientais e na promoção da sustentabilidade local.



COMISSÕES JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE:

Cadastro Ambiental Rural – Programa de Regularização Ambiental da Propriedade Rural – CAR-PRA

Representação da SEMA-DF, no Cadastramento Ambiental Rural. O cadastro serve para promover a regularização ambiental dos imóveis rurais que permitirá a identificação, o controle, o monitoramento da vegetação nativa e em recuperação, além do planejamento ambiental e econômico de propriedades rurais. Seu objetivo é integrar as informações ambientais das propriedades rurais, entre elas áreas de preservação permanente (APPs), reserva legal e remanescentes de vegetação nativa.

ABEMA – Prevenção e Combate ao Desmatamento, Biodiversidade

Representação da SEMA DF na Prevenção e Combate ao Desmatamento e Biodiversidade. A ABEMA tem como objetivo principal, o fortalecimento institucional do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e do Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SNRH). Além disso, promove a participação da sociedade nos mecanismos de Gestão Ambiental e na articulação com os demais setores, para viabilizar programas e projetos que contemplem o desenvolvimento sustentável e promover a incorporação da variável ambiental nas estratégias de crescimento do país e no conjunto das políticas setoriais, buscando sempre um modelo de desenvolvimento equitativo e equilibrado.

COLEGIADOS DE DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA AGRÍCOLA DISTRITAL:

Grupo Executivo da Política de Agricultura Urbana e Periurbana – PAAUP

Toda atividade destinada à produção, ao agroextrativismo, à transformação e à prestação de serviços inerentes ao cultivo de hortaliças, legumes, plantas medicinais, condimentares e aromáticas, frutíferas, espécies nativas e exóticas, flores, à criação de animais de pequeno e médio portes, à meliponicultura e à piscicultura, praticada nas áreas urbanas e periurbanas, em suas dimensões ambiental, social, cultural e econômica; Além disso, o desenvolvimento produtivo vegetal, incluindo o cultivo, a extração e a transformação em suas mais diversas formas e locais, tais como: canteiros produtivos; hortas comunitárias, jardins comestíveis; sistemas agroflorestais, permaculturais, hidropônicos, aquaponicos, hortas verticais; telhados verdes; dentre outros, com ou sem fins lucrativos, expressando a sua função na produção de alimentos, na educação alimentar e ambiental, no embelezamento e revitalização de áreas públicas e na recuperação de áreas degradadas, no convívio comunitário, nas atividades culturais e de lazer.

Câmara Setorial de Agroecologia e Produção Orgânica – CAO-DF

Construir diretrizes para o aumento da produção e da oferta de alimentos saudáveis. Valorizar e incentivar a agrobiodiversidade no Distrito Federal. Dividido em seis eixos, o documento foi construído a partir da colaboração dos 14 órgãos que constituem a Câmara Setorial da Agroecologia e Produção Orgânica do Distrito Federal (CAO-DF), em cumprimento à Lei



distrital nº 5.801, de 2017. Os eixos são Sistemas produtivos, Redução do uso de agrotóxicos, Pagamento por serviços ambientais, Comercialização, Inovação e Formação em agroecologia. Para cada um, são estipuladas metas, parceiros e responsáveis, além de indicadores de cumprimento. Um dos principais objetivos é fortalecer o setor de agroecologia e a produção de orgânicos no DF.

Conselho Gestor e Distrital de Desenvolvimento Rural Sustentável

O Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Distrito Federal, com atuação no âmbito do Território do Distrito Federal, e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural Sustentável, com atuação nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, têm por finalidade propor diretrizes para elaboração e implementação de políticas públicas rurais do Distrito Federal, constituindo-se em espaço de concertação e articulação entre os diferentes níveis de governo e as organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento rural sustentável, a reforma agrária e a agricultura familiar, vinculados à Secretaria de Estado de Agricultura e desenvolvimento Rural do Distrito Federal – SEAGRI/DF.

Conselho de Políticas de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal

Conselho tem, destaca-se a de formular e propor políticas e diretrizes, estabelecendo as prioridades para o desenvolvimento do PRÓ-RURAL/DF-RIDE, decidindo quanto à seleção dos empreendimentos, à concessão dos incentivos e os benefícios previstos no normativo em comento.

Câmara Técnica do Conselho de Políticas de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal

Câmara Técnica vinculada ao Conselho de Políticas de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, cujos objetivos são, entre outros, a decisão sobre a utilização do Pró-Rural.

Participação em Grupo de Trabalho relacionado à Cadeia Produtiva do Bambu

Coordenado pela Secretaria de Agricultura - SEAGRI-DF, O GT foi motivado pela Lei nº 5.614/2016, que Instituiu diretrizes para a Política Distrital de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu, levando em consideração a potencialidade de utilização do bambu como cultura geradora de renda na área rural, passível de diversificar as atividades produtivas desenvolvidas pelos produtores rurais.

Participação em Grupo de Trabalho do COMIF - Comitê Nacional do Manejo

Integrado do Fogo

Coordenado pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), o Grupo de Trabalho 2, tem como objetivo apresentar proposta preliminar de Minuta de resolução, para regulamentar: (a) diretrizes para os Planos de Manejo Integrado do Fogo (Artigo 10, da Lei 14.944/2024) e (b) ações de prevenção e de combate aos incêndios florestais, em propriedades rurais (Art. 45, §1º, da Lei 14.944/2024).

Campanha de Prevenção dos Incêndios Florestais

A ação foi iniciada em 2016, e vem sendo realizada anualmente. As campanhas publicitárias são veiculadas de julho a setembro, em mídias de televisão, jornais, internet, revistas, outdoor e rádio. Neste ano, a campanha foi veiculada em todos os meios de comunicação como: mídias sociais, outdoors, televisão e rádio, nos meses de julho e agosto, sendo executada integralmente pela SECOM. O objetivo da ação é alertar a população sobre os riscos no período mais seco do ano, que se estende até o final de setembro, quanto aos danos causados pelo uso inadequado do fogo e ao fato de que provocar incêndios florestais constitui crime ambiental. Na campanha de 2025 foram utilizadas as mesmas peças publicitárias desenvolvidas pela SECOM, em 2024, considerando a avaliação amplamente positiva, obtida no ano anterior. As peças valorizam o trabalho dos brigadistas florestais distritais, destacando-os como protagonistas da campanha, com imagens reais de ações de combate.



Blitzes Educativas de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais

As blitzes educativas são realizadas no início do ano, de março à julho, geralmente uma blitz por mês, e contam com a participação das instituições que compõem o Sistema que executa o PPCIF e alunos de escolas classes, onde são realizadas as blitzes. Durante a blitz, veículos que passam pelo local selecionado são abordados e a equipe de representantes dos órgãos do Sistema que executa o PPCIF orientam motoristas e passageiros sobre a prevenção de incêndios florestais, alertando para os perigos e a proibição da queima de lixo e restos de poda e distribuindo materiais com informações adicionais e contato dos órgãos responsáveis por combater incêndios no DF. Esse ano foram realizadas 5 blitzes, uma por localidade: 1. Na Feirinha da Quadra 14, do Park Way, 2. Nas proximidades da Estação Ecológica Águas Emendadas 3. Vila Basevi - Sobradinho 4. Jardim Botânico de Brasília 5. Floresta Nacional de Brasília.



Comissão de Monitoramento da parceria – Termo de Colaboração nº 01/2024

Tem como objeto realizar estudo de monitoramento e proposta de manejo de capivaras e carrapatos, associados a ações de educação ambiental e em saúde, no território do Distrito Federal, pelo período de 36 meses. A SEMA/DF faz parte da Comissão de Monitoramento da parceria, com recursos provenientes do Instituto Brasília Ambiental.

Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para gestão compartilhada do Centro de Triagem de Animais - CETAS/DF

Gestão compartilhada do Centro de Triagem de Animais Silvestres do Ibama no Distrito Federal (Cetas/DF), por meio de apoio técnico e operacional, incluindo atividades de capacitação e educação ambiental. Parceria com Ibama, Brasília Ambiental e FJZB. Público alvo: população do DF. O acordo está em andamento, não há fonte de recursos financeiros.

Participação no grupo de trabalho para elaboração da lista de espécies da fauna nativa do DF ameaçadas de extinção

Tem como objetivo evidenciar a importância da conservação do Cerrado, sendo fundamental a construção de um documento visando fornecer dados relevantes para a tomada de decisão de gestores públicos, muitas vezes pouco conhecedores no que se refere a biodiversidade animal do Distrito Federal, bem como as ameaças a que ela está continuamente submetida.. Grupo de trabalho conta com SEMA/DF, Brasília Ambiental e Fundação Jardim Zoológico de Brasília.

Participação no grupo de trabalho interinstitucional para análise e mitigação de impactos da rede elétrica sobre a fauna silvestre do distrito federal.



Tem como objetivo compilar e analisar dados existentes sobre fauna eletrocutada, propor protocolos e medidas preventivas e corretivas, articular ações conjuntas entre SEMA-DF e Brasília Ambiental, e ainda outras instituições e atores que de alguma forma possam contribuir com avanços que visem amenizar esses acidentes.

Comissão do Dia de Plantar uma muda nativa do Cerrado

Criado pelo Decreto 44.606/23, o Dia de Plantar tem como objetivo a conscientização e o engajamento da população, na proteção e conservação do cerrado, através do plantio de mudas nativas do bioma. Mobilização da sociedade para plantar 15.000 mudas nativas do cerrado, no dia 07, primeiro domingo de dezembro de 2025. A ação se realiza todos os anos e busca a interiorização da cultura de plantio de mudas pela população do Distrito Federal. Diversas ações distribuídas em vários pontos do DF contribuíram com a execução e sucesso da proposta.



Participação no grupo de trabalho para elaboração do Plano Diretor de Arborização Urbana – PDAU

Tem como objetivo a elaboração do PLANO DIRETOR DE ARBORIZAÇÃO URBANA - PDAU, concernente às diretrizes, normas e políticas a serem traçadas quanto ao manejo de áreas verdes urbanas, nos termos dos artigos 40 e 41, do Decreto nº 39.469, de 22/11/2018.

Projeto de Manutenção e Monitoramento de Áreas de Plantio no Cerrado – Recupera Cerrado II

O Edital de Chamamento Público 02/2025 tem por objeto chamamento público para seleção de Organização da Sociedade Civil (OS) que, em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal (SEMA/DF), execute em regime de mútua cooperação o projeto "Recupera Cerrado II: Monitoramento e Gestão Adaptativa de Áreas em Recuperação", por meio da qualificação das ações de recuperação do Cerrado, favorecendo a efetividade ecológica e a sustentabilidade dos investimentos públicos já realizados em 218,35 hectares de áreas localizadas na Orla Sul e Orla Norte do Lago Paranoá, Parques, Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIEs) no Paranoá, Asa Sul, Riacho Fundo, Águas Claras e Região Administrativa de Brazlândia, utilizando recursos do Fundo Único do Meio Ambiente.

Participação no grupo de trabalho para elaboração da lista de espécies da flora nativa do DF ameaçadas de extinção

Tem como objetivo evidenciar a importância da conservação do Cerrado e fornecer dados relevantes sobre a diversidade da flora brasiliense, associado ao fato de que a última atualização da referida lista, deu-se em 2022, com o advento da Portaria MMA nº 148, de 7 de junho de 2022, que publica uma lista para o Brasil todo. O foco principal é fazer uma lista para o DF, considerando as particularidades do Estado. O Grupo de trabalho conta com SEMA/DF, Brasília Ambiental e Jardim Botânico.

PROGRAMA PARQUE EDUCADOR

É uma cooperação entre a SEMA/DF, a Secretaria de Educação (SEE/DF) e o Instituto Brasília Ambiental, através do Termo de Cooperação Técnica nº 01/2024, firmado até 2029, com o objetivo de promover atividades pedagógicas com estudantes da rede pública nas Unidades de Conservação, pautadas na Educação Ambiental e Patrimonial. Os recursos provêm da Secretaria de Educação e do Brasília Ambiental. O Programa já atendeu mais de 20 mil



estudantes de 400 escolas públicas. O Programa atendeu mais de 3 mil estudantes, de 144 escolas da rede pública do DF, no ano de 2025.



Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA/DF

Prevista na Lei distrital nº 3.833/2006 e regulamentada pelo Decreto nº 31.129/2009, a CIEA/DF é um grupo de trabalho de caráter democrático, consultivo e deliberativo, que tem por finalidade promover a discussão, a gestão, a coordenação, o acompanhamento e a avaliação, bem como a implementação das atividades de educação ambiental no Distrito Federal. A Secretaria Executiva da CIEA/DF está vinculada ao Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), Órgão executor da política ambiental do Distrito Federal.

Projeto de Educação Ambiental no Rio Melchior submetido ao EDITAL Nº 01/2024 PROGRAMA DESAFIO-DF - 2024.

A proposta visa realizar pesquisas e sensibilizar os cidadãos sobre a situação do Rio Melchior, considerando a importância de suas comunidades circunvizinhas para construir conhecimentos, atitudes, habilidades e interesse ativo nas questões relacionadas à sustentabilidade. O projeto foi submetido à FAPDF, por esta SEMA/DF e estão sendo realizadas tratativas entre a SEMA/DF e SEE/DF.

Diálogos pela sustentabilidade- 30/06/2025

A ação foi desenvolvida em parceria com o Instituto Federal Brasília - Campus Estrutural -). O objetivo foi transversalizar o tema Sustentabilidade e Clima com vistas a dialogar com a Conferência das Partes 30 (COP 30) ante a comunidade acadêmica do IFB Campus Estrutural. O evento contou com mostra ambiental apresentando o aparelhamento dos principais órgãos ambientais de Brasília, mesa-redonda com participação dos subsecretários de diversas pastas da Sema DF, palestras, oficinas e visita técnica envolvendo a temática de sustentabilidade, emergência climática e resíduos sólidos

Acordo de Cooperação Técnica da SEMA com a Universidade do Distrito Federal (UnDF)

Tem como objetivo estabelecer condições de cooperação mútua entre a SEMA e UnDF, no desenvolvimento de ações estratégicas, no contexto da Política Pública Ambiental do DF e sua relação com ensino, pesquisa e extensão. Algumas das ações promovidas pela SEMA, dentro cooperação, foi a de destinar dentro do Termo de Fomento (MROSC) nº 8/2024, cinco palestras sobre a Flora do Cerrado e seu potencial econômico. Também foram iniciadas as tratativas para disponibilização de estágio aos estudantes na Universidade junto à SEMA/DF, uma das metas da Cooperação.

Educação Ambiental sobre Incêndios Florestais no CED. Professor Carlos Ramos Motta Lago Oeste conscientiza 700 crianças sobre incêndios florestais - 08/09/2025

A ação contou com a colaboração de importantes instituições como a Secretaria do Meio Ambiente (Sema-DF), o Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA), o Instituto Brasília Ambiental, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) e a Fundação Jardim Zoológico de Brasília. Os estudantes do 1º ao 9º ano, do CED Carlos Motta tiveram a oportunidade de aprender sobre a importância da prevenção das queimadas em um dia repleto de atividades lúdicas, interativas e educativas.



PROGRAMA DF NOS PARQUES

O Programa DF nos Parques foi instituído pelo Decreto nº 44.608 de 07 de junho de 2023, e tem como finalidade aprimorar e ampliar o uso público dos parques e unidades de conservação distritais, coordenando os esforços dos diversos Órgãos e entidades do Distrito Federal. Além disso, possui os seguintes objetivos específicos:

- Promover o uso público sustentável dos parques e demais unidades de conservação do Distrito Federal;
- Incentivar serviços e atividades públicas voltados à sustentabilidade ambiental, à saúde, à educação, ao esporte, ao turismo, à cultura, ao trabalho e à assistência social, dentre outros, a fim de melhorar a qualidade de vida da população do Distrito Federal;
- Realizar parcerias entre o Governo do Distrito Federal, organizações da sociedade civil e do setor produtivo para a realização de cursos, palestras, seminários, oficinas, atividades esportivas, culturais, ambientais, dentre outras, nos parques e demais unidades de conservação do Distrito Federal;
- Estimular a população do Distrito Federal e, principalmente, os residentes no entorno dos parques e unidades de conservação a frequentar estes espaços, bem como aumentar a assiduidade de seus usuários, a fim de que cooperem com sua proteção e uso sustentável.

Foram elaborados Planejamentos Estratégicos para quatro Parques Urbanos do Distrito Federal: Parque Denner, Parque das Corujas, Parque Estrutural e Parque do Setor "O", por intermédio do Termo de Fomento (MROSC) nº 4/2023.

DECRETO DO HIDROGÊNIO DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO

O decreto destinado a regulamentar a Política Distrital do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, estabelecendo objetivos, diretrizes e a estrutura de governança, no âmbito da SEMA, encontra-se 90% concluído.

PROGRAMA ADAPTACIDADES

A iniciativa federal do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima busca apoiar estados e municípios na formulação de estratégias e planos de adaptação às mudanças climáticas, no contexto do Programa Cidades Verdes Resilientes. No Distrito Federal, foi nomeada a Comissão responsável, composta por servidores da SEMA, do Brasília Ambiental e do IPEDF. Houve definição do arranjo espacial contemplando todas as Regiões Administrativas, além da apresentação da iniciativa no Conselho de Recursos Hídricos e no Seminário das Comissões de Meio Ambiente (COMDEMAS). A execução está 30% concluída.

DECRETO DO PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA PARA EPISÓDIOS CRÍTICOS DE POLUIÇÃO DO AR

O decreto, de competência do Brasília Ambiental, visa instituir o Plano de Ação de Emergência, conforme Resolução CONAMA nº 491/2018, garantindo medidas preventivas para reduzir riscos à saúde durante episódios críticos de poluição. A proposta prevê coordenação entre órgãos distritais, ações preventivas e resposta integrada, além da implantação de rede automática de monitoramento da qualidade do ar. O projeto, ainda, não foi realizado e permanece em trâmite interno.

PLANO DE APLICAÇÃO DE FERRAMENTA - CALCULADORA VERDE

O grupo de trabalho formado por representantes de cada órgão vem se reunindo semanalmente para mapear projetos aptos à aplicação da Calculadora Verde. As ações já



foram levantadas e o projeto piloto está em fase de desenvolvimento, com 74,2% de execução. Tanto o piloto, quanto a trilha de capacitação, seguem em construção.

SISTEMA DE USINAS FOTOVOLTAICAS DO GDF E CARREGADORES VEICULARES
O projeto, que prevê a utilização de créditos de energia gerados por sistemas fotovoltaicos instalados em quatro unidades de conservação para abastecimento de prédios públicos, além da manutenção de carregadores veiculares pertencentes à SEMA, está totalmente concluído. O arranjo institucional foi firmado, o sistema foi inaugurado em Águas Claras e, desde maio de 2025, os créditos já estão sendo usufruídos pelos órgãos partícipes. A SEMA atua na etapa administrativa para contratação de manutenção e seguro patrimonial, sendo necessário diagnóstico prévio das unidades devido ao tempo de operação.

FOMENTO À ANÁLISE E VALIDAÇÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)
O convênio entre SEMA, FUNAM e Brasília Ambiental busca acelerar a análise dos CARs no DF e estabelecer procedimentos para validação e assinatura dos respectivos Termos de Compromisso, fundamentais ao PRA/DF. A execução está em 10%, baseada nas análises ambientais já iniciadas. O Brasília Ambiental solicitou novo termo aditivo de 36 meses, com anuência da SEMA, e o aditivo foi assinado em novembro de 2025.

CAMINHOS DA RESTAURAÇÃO E VALORAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIREIROS

O projeto, executado via convênio SEMA/FUNAM/IPEDF, objetiva avaliar o potencial econômico de produtos florestais não madeireiros do Cerrado. Já foram concluídas as metas de identificação e diagnóstico socioeconômico das espécies, levantamento de estudos existentes e avaliação dos aspectos culturais, ambientais e socioeconômicos relacionados à bioeconomia. A execução está em 66,6% e segue para as etapas finais de análise de potencial de desenvolvimento sustentável.

PROJETO DE AVALIAÇÃO DE METODOLOGIAS PARA RECUPERAÇÃO DO CERRADO
O convênio entre SEMA, FUNAM e Jardim Botânico de Brasília tem como propósito erradicar espécies exóticas invasoras, como Pinus e Eucalyptus, definir metodologias de manejo e promover a recuperação do Cerrado na área. As ações previstas incluem corte das espécies invasoras, educação ambiental, destinação adequada da madeira, avaliação da área segundo diferentes protocolos e monitoramento da recuperação da biodiversidade, culminando na publicação dos resultados. O projeto possui período de execução de 60 meses, está classificado como não realizado, e a Meta 1 encontra-se em andamento.

RECUPERA CERRADO II – MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DE ÁREAS DE PLANTIO
Financiado pelo FUNAM, o projeto visa acompanhar e manter áreas de plantio implantadas em iniciativas realizadas entre 2019 e 2024, abrangendo diversas regiões do DF, em parceria com o Brasília Ambiental. Após atualização e aprovação do orçamento pelo Conselho de Administração do FUNAM, o edital foi lançado e encontra-se aberto para recebimento de propostas até 29 de janeiro de 2026.

RECOMPOSIÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA DA BACIA DO RIO MELCHIOR

Com previsão de plantio e manutenção de até cem hectares de vegetação nativa em APPs e áreas de recarga da Bacia do Rio Melchior, a iniciativa foi apresentada e aprovada pelo Conselho de Administração do FUNAM e segue em elaboração dos instrumentos do edital para lançamento no primeiro semestre de 2026. Os cálculos elaborados pela Calculadora Verde consideram mudança de uso do solo e definição de fitofisionomia original e futura.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE SEMA, SEAGRI e EMATER

O ACT tem como objetivo fomentar práticas sustentáveis por meio de colaboração entre os órgãos partícipes. Após reunião de alinhamento, definiu-se a estrutura documental e abriu-se processo específico para construção do ACT e do Plano de Trabalho. As minutas foram encaminhadas à EMATER e à SEAGRI, sendo que a EMATER concordou com pequenas alterações e a SEAGRI solicitou nova reunião para ajustes no Plano de Trabalho. Concluída a reunião, a SEMA aguarda a apresentação da nova minuta para prosseguimento. O projeto ainda não foi realizado.



SEMFOGO-DF II – Monitoramento Inteligente de Incêndios
Financiado pelo FUNAM, o projeto prevê a instalação de novos pontos estratégicos de monitoramento inteligente – ESECAE, JBB e Shopping JK – além da manutenção do sistema da Torre de TV Digital, utilizando IA e visão computacional para detecção precoce de incêndios. A execução está em 3,33%, com chamamento público realizado, OSC selecionada e Termo de Colaboração assinado. Já foram realizadas vistorias técnicas e transferida a primeira parcela dos recursos à Associação GigaCandanga.

MINUTA DE DECRETO DE ATUALIZAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNAM
A proposta de revisão e atualização do decreto do FUNAM, elaborada após estudos de grupo de trabalho interno da SEMA e aprovada pelo Conselho de Administração do Fundo, inclui também nova Resolução referente ao Manual de Aplicação de Recursos. A minuta foi encaminhada à Casa Civil e aguarda parecer para continuidade da tramitação. Até o momento, o projeto não foi concluído.

CONSELHOS: CAF, CONAM, CJAI

COORDENAÇÃO DE COLEGIADOS E FUNDOS – CCOF

A Diretoria de Colegiados – DICOL integra a Coordenação de Colegiados e Fundos – CCOF, vinculada à Subsecretaria de Assuntos Estratégicos – SUEST, sendo responsável pela secretaria executiva do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM/DF. O CONAM é órgão consultivo, deliberativo e normativo em matéria ambiental no Distrito Federal, gerido pela SEMA/DF e presidido pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente, contando com Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho. A estrutura da DICOL inclui uma diretora e um assessor técnico.

Para o funcionamento do CONAM, a DICOL exerce as atividades de secretaria executiva do Plenário, da Câmara Julgadora de Autos de Infração – CJAI (competente para julgar recursos em terceira e última instância administrativa), das Câmaras Técnicas e dos Grupos de Trabalho, garantindo o cumprimento do regimento. Entre suas atribuições estão: instrução de processos, encaminhamento de matérias ao Presidente e ao Plenário, apoio às deliberações das CTs e GTs, elaboração e publicação de resoluções, decisões, moções e atas no Diário Oficial, além da guarda dos arquivos e atualização das informações no sítio eletrônico da SEMA/DF.

A DICOL também organiza os expedientes das reuniões do Plenário, CJAI e CTs, prepara pautas para aprovação da Presidência, realiza convocações e coordena as reuniões, assegurando a regularidade dos trabalhos dos colegiados.

O Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM/DF

É órgão normativo, consultivo e deliberativo de 2º grau, composto paritariamente por 40 instituições do Poder Público e da sociedade civil. Em 2025, realizou seis reuniões ordinárias e três extraordinárias, das quais resultaram 30 decisões e quatro resoluções. Entre as principais deliberações, destacou-se a aprovação do prosseguimento dos ritos de licenciamento ambiental referentes à licença prévia para exploração mineral de calcário dolomítico da Pedracon Mineração Ltda., ao parcelamento de solo denominado Residencial Sobradinho e ao Aeródromo do Planalto Central. O Conselho também autorizou a importação de resíduos de outros estados para coprocessamento em fornos de clínquer pela Votorantim Cimentos – Unidade Sobradinho. Deliberou ainda pela não inclusão da atividade de desenvolvimento e fabricação de reagentes químicos de alta precisão no Anexo I da Resolução nº 01/2018, afastando o enquadramento no Licenciamento Ambiental Simplificado e recomendando rito ordinário, conforme a legislação vigente. Além disso, aprovou a criação de uma câmara técnica permanente sobre mudanças climáticas, a proposição de alteração do art. 5º do Decreto nº 43.413/2022, que institui o Plano Carbono Neutro do DF, e validou os relatórios técnicos do projeto CITInova, que incluíram materiais como a Cartilha de Mudanças Climáticas, cenários climáticos para o DF e RIDE, planos de adaptação e mitigação, inventário de GEE, Plano ABC+DF, Índice de Sustentabilidade das Bacias Hidrográficas Estratégicas e Diagnóstico do Lixão da Estrutural.

A Câmara Julgadora de Autos de Infração do CONAM/DF – CJAI



Tem a atribuição de julgar, em caráter terminativo, os recursos apresentados contra decisões do Secretário de Meio Ambiente em processos de infração ambiental. É composta por sete membros — três representantes da sociedade civil, três do Poder Público e a SEMA/DF, que exerce a presidência — com mandato anual. Em 2025, a CJAÍ realizou dez reuniões ordinárias, distribuindo 75 processos e julgando 46 recursos em terceira e última instância. No mesmo período, foram desenvolvidas atividades complementares no âmbito das câmaras técnicas e grupos de trabalho vinculados ao CONAM/DF. A Câmara Técnica sobre reuso de água para agricultura e irrigação realizou três reuniões. O grupo de trabalho responsável pela análise do rito de licenciamento ambiental da licença prévia do Centro Urbano Tororó reuniu-se cinco vezes. Outro grupo, dedicado à proposição de política pública para destinação de pneus, podas, galhadas e resíduos para coprocessamento e à formulação de incentivos para criação de unidades de preparo (blendadeiras), realizou seis reuniões. Já o grupo encarregado de estudar o arcabouço legal de uso e ocupação do solo, com foco em soluções de análise ambiental integrada e mitigação de impactos climáticos, reuniu-se quatorze vezes. Por fim, o grupo responsável pela análise do Relatório Final da Câmara Técnica de Mudança do Clima, instituída pela Resolução nº 01/2019, realizou dez reuniões ao longo de 2025.

REGULAMENTAÇÃO DA LEI Nº 7.399/2024 – ORDENAMENTO DA PESCA NO LAGO PARANOÁ
A Lei nº 7.399/2024 instituiu grupo de trabalho destinado a estabelecer medidas de ordenamento, para o exercício da pesca no Lago Paranoá. O objetivo é elaborar diretrizes e normas, considerando modalidades permitidas, períodos de defeso, limites de captura e espécies protegidas, assegurando a conservação dos recursos pesqueiros e o manejo sustentável.

VISITA TÉCNICA AO LAGO DO BALNEÁRIO – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA
Foi realizada visita técnica para avaliação do transbordamento da nascente existente no Balneário, que resultou no enchimento da antiga piscina e na presença de peixes, exigindo análise quanto aos impactos ambientais e ao manejo da fauna.



REUNIÃO COM A SECRETARIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – SEPD
A equipe participou de reunião institucional para alinhamento de cooperação técnica voltada à inclusão de pessoas com deficiência nas atividades de pesca esportiva e amadora. Foram discutidas necessidades de acessibilidade no Lago Paranoá e em pesque-pagues, incluindo mobilidade nas margens, equipamentos adaptados e acessos às embarcações.

REUNIÃO COM ASSOCIAÇÕES DE PESCA SUBAQUÁTICA DO DISTRITO FEDERAL
Foram realizadas reuniões com entidades representativas da pesca subaquática para discutir a regulamentação da Lei nº 7.399/2024, formalizar termos de parceria e garantir participação das associações nas discussões técnicas.

VISITA TÉCNICA À VILA DOS PESCADORES – LAGO PARANOÁ
Foi realizada visita técnica para compreender as demandas da comunidade de pescadores artesanais e coletar informações necessárias à elaboração das normas de ordenamento da pesca no Lago Paranoá.

VISITA TÉCNICA À FAZENDA ÁGUA LIMPA – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA



A equipe visitou o projeto de aquicultura sustentável “Se eu fosse um peixinho”, que utiliza sistemas de recirculação de água (aquaponia) e recebe estudantes para ações de educação ambiental. Foram apresentados tanques de cultivo, práticas de manejo e estruturas de reaproveitamento hídrico.

REUNIÃO COM ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DO DISTRITO FEDERAL

A reunião tratou de questões relativas às condições do pescado no Lago Paranoá, incluindo restrições impostas pela fiscalização ambiental e uso adequado de apetrechos, além de impactos de práticas irregulares.

VISITA TÉCNICA AO PESQUE-PAGUE DE TAGUATINGA

Foi realizada visita técnica, com o objetivo de avaliar as condições estruturais do pesque-pague, discutir possibilidades de parceria e analisar aspectos de acessibilidade e adequação da área para atividades de pesca.

VISITA AO BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL – COMPANHIA DE RECURSOS HÍDRICOS

A equipe participou de monitoramento embarcado no Lago Paranoá, para identificar áreas permitidas e proibidas para pesca, conhecer rotinas de fiscalização e coletar elementos técnicos que subsidiem o ordenamento pesqueiro.

FEIRA DO LIVRO – EDIÇÃO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

A Subsecretaria de Pesca e Aquicultura participou da edição especial da Feira do Livro, apresentando o projeto “Se eu fosse um peixinho” e promovendo sensibilização ambiental sobre sistemas aquáticos sustentáveis, como a aquaponia.

FISHING SHOW BRAZIL – FEIRA DE PESCA

A equipe participou do evento nacional que reúne representantes do setor de pesca esportiva, possibilitando conhecimento de novas tecnologias, equipamentos e boas práticas, além do fortalecimento do diálogo com atores do segmento.

SEMANA LAGO LIMPO – DIA MUNDIAL DA LIMPEZA

A Subsecretaria participou das ações do Dia Mundial da Limpeza, integrando mobilização voltada à coleta e destinação adequada de resíduos sólidos, reforçando o compromisso com a conservação do Lago Paranoá e dos recursos hídricos.

COP CERRADOS – PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL

A equipe participou da COP Cerrados, evento nacional e internacional dedicado ao debate de políticas, desafios e soluções para a conservação do bioma Cerrado, reunindo governos, instituições científicas, organismos internacionais e sociedade civil.

PROJETO ADASA NAS ESCOLAS

Servidores participaram de visita técnica ao programa “Adasa nas Escolas”, que forma crianças e adolescentes como multiplicadores de práticas sustentáveis relacionadas ao uso da água e ao manejo de resíduos sólidos.





4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

ANÁLISE DAS REALIZAÇÕES:

Educação para a Sustentabilidade

A educação voltada para a formação de um cidadão crítico em relação às suas práticas constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico. A educação desempenha papel crucial na formação de indivíduos conscientes e comprometidos com o meio ambiente, e a Educação para a Sustentabilidade se torna uma necessidade urgente para garantir um futuro equilibrado e saudável para as atuais e futuras gerações, assim vêm sendo desenvolvidas políticas públicas voltadas a esse objetivo. Um forte exemplo é o impacto do Programa Parque Educador, bem como as potencialidades alcançadas com o Parque Educador Digital e com o Acordo de Cooperação Técnica firmado com a UnDF.

Recuperação de Áreas Degradadas e Gestão Ambiental

A implementação de políticas relacionadas à recuperação de espaços modificados busca restabelecer as características físicas e biológicas do ambiente, com o objetivo maior de retomar sua função produtiva e/ou resgatar serviços ecossistêmicos afetados. Nesse contexto, estratégias voltadas à mobilização de recursos humanos e financeiros para promover ações de recuperação da vegetação nativa são fundamentais, sobretudo diante do momento sensível pelo qual o planeta passa, destacam-se iniciativas como o "Dia de Plantar" e o Projeto de Manutenção e Monitoramento das Áreas de Plantio no Cerrado.

Gestão e Monitoramento da Fauna Silvestre

As ações voltadas à fauna buscavam apoiar pesquisas destinadas à produção de conhecimento sobre diversos elementos da fauna nativa. Destacam-se os trabalhos de monitoramento de capivaras no Distrito Federal e a segunda fase do Monitoramento e Avaliação Sanitária de Carnívoros Silvestres nas Unidades de Conservação, cujos resultados serão posteriormente divulgados à sociedade.

Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais

Todos os anos verifica-se um número elevado de queimadas no DF e entorno, gerando prejuízos ambientais e financeiros. As ações desenvolvidas envolveram apoio à execução de atividades de campo, capacitações e iniciativas de educação ambiental, fortalecendo a prevenção e o enfrentamento integrado aos incêndios florestais.

Gestão de Recursos Hídricos

As atividades relacionadas à gestão das águas envolveram análises técnicas, elaboração de pareceres, acompanhamento de processos e monitoramento dos instrumentos de planejamento voltados à proteção e ao uso sustentável dos recursos hídricos. Esses trabalhos permitiram o avanço contínuo das ações de gestão, fortalecendo a avaliação dos processos e contribuindo para a melhoria das práticas voltadas à preservação e ao uso racional da água no Distrito Federal.

Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

As ações desenvolvidas na área de resíduos sólidos, em 2025, mantiveram ativa a agenda técnica e permitiram avanços relevantes nas normativas voltadas à gestão integrada. As instituições envolvidas atuaram de forma cooperativa em temas estratégicos, como coleta seletiva, logística reversa e aprimoramento dos instrumentos essenciais à Política Distrital de Resíduos Sólidos, fortalecendo a governança do setor e aprimorando a execução das iniciativas voltadas à sustentabilidade e ao manejo adequado dos resíduos.

Gestão Tecnológica e Instrumentos de Planejamento Ambiental

As ações desenvolvidas em 2025, concentraram-se na modernização e ampliação do ferramental tecnológico necessário à continuidade das atividades de desenvolvimento e manutenção do Sistema Distrital de Informações Ambientais (SISDIA). Esse esforço



contemplou a contratação de melhorias estruturais e o avanço no desenvolvimento de módulos especialistas, incluindo: Monitoramento e Controle Territorial, Inspeção Ambiental e Saúde Pública, Caminhos do Planalto Central e Resíduos Sólidos, este último voltado ao aperfeiçoamento do formulário de cadastro de logística reversa, fortalecendo a gestão das informações ambientais do Distrito Federal. No que se refere ao Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF), as ações avançaram por meio da atuação da Comissão Distrital, culminando na pactuação para criação de um Grupo de Trabalho a ser instituído por Decreto do Poder Executivo, cuja publicação está prevista para 2026, medida que permitirá consolidar etapas essenciais de regulamentação e implementação do ZEE-DF.

Demandas Estratégicas no Âmbito do CONAM/DF

O Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal (CONAM/DF) cumpriu suas metas regimentais ao realizar, no mínimo, seis reuniões ordinárias ao longo do ano, assegurando a continuidade de suas discussões deliberativas. No decorrer dessas reuniões, foram analisados e apreciados temas estratégicos para a política ambiental distrital, resultando na publicação de resoluções, decisões e atas que formalizam as deliberações do colegiado. Essas ações reforçam o papel do CONAM/DF na articulação institucional e na definição de diretrizes essenciais para o aprimoramento da gestão ambiental.

Gestão da Pesca e Aquicultura

Em 2025, as agendas técnicas de Pesca e Aquicultura foram mantidas permanentemente ativas, apoiadas por ação orçamentária destinada ao fortalecimento das iniciativas da área. Houve avanços significativos nas normativas voltadas à gestão integrada desses setores e consolidou-se uma atuação interinstitucional mais robusta, favorecendo o desenvolvimento de ações conjuntas. Nesse contexto, destacam-se as iniciativas de coleta de resíduos no Lago Paranoá e a realização de eventos voltados à sociedade, com foco na conscientização ambiental e na conservação do Lago Paranoá no Distrito Federal.

Política Pública de Atenção Veterinária e Bem-Estar Animal

No exercício de 2025, o Programa de Castração manteve suas modalidades estruturantes — campanhas, Agenda-DF e plantões — e incorporou nova estratégia de ampliação de acesso por meio da iniciativa GDF + Cidadão, ampliando a capilaridade do serviço e fortalecendo a transparência e a comunicação com a população. No que se refere ao Hospital Veterinário Público (HVEP), a política manteve sua centralidade como eixo estruturante da atenção veterinária pública no Distrito Federal, com elevado volume de atendimentos e procedimentos realizados ao longo do ano, reafirmando sua relevância social, sanitária e ambiental. O desempenho operacional observado em 2025, evidencia a consolidação do HVEP, como política pública essencial e permanente, voltada ao atendimento continuado da população e à mitigação de impactos sobre a saúde pública e o bem-estar animal.

DIFICULDADES ENCONTRADAS:

Ao longo do exercício, observou-se que a crescente complexidade das políticas ambientais em desenvolvimento demandou atenção especial da Secretaria, sobretudo diante do aumento das ações técnicas e administrativas necessárias para a boa condução da agenda ambiental. Temas estruturantes, como a gestão de resíduos sólidos, o Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF) e o Sistema Distrital de Informações Ambientais (SISDIA), requereram coordenação contínua, precisão técnica e acompanhamento permanente, o que naturalmente influenciou o ritmo de execução de algumas etapas. Em diversas frentes, especialmente naquelas que envolvem atividades altamente especializadas, como elaboração de pareceres, acompanhamento de processos licitatórios, consolidação de bases de dados e desenvolvimento de instrumentos de monitoramento, verificou-se que, apesar de todas as entregas terem sido realizadas com qualidade, a complexidade dos temas indica que um corpo técnico ampliado permitiria maior celeridade no atendimento das demandas. Também foram identificadas limitações relacionadas à disponibilidade orçamentária para ações estruturantes, a exemplo da consolidação do SISDIA e da implementação dos mecanismos previstos na Lei Distrital nº 6.269/2019, como o Painel de Indicadores. Em



alguns casos, a execução de iniciativas em parceria com Organizações da Sociedade Civil exigiu adequações para garantir regularidade, transparência e alinhamento às normas vigentes.

Adicionalmente, a ampliação da pauta ambiental no Distrito Federal, com destaque para temas como mudanças climáticas, volume de incêndios e percepção social sobre determinadas espécies, intensificou a demanda por informações técnicas, atendimentos e respostas especializadas. Nesse mesmo contexto, as dificuldades identificadas evidenciam a necessidade de maiores investimentos em programas de monitoramento, bem como de incentivos fiscais, ações voltadas à sustentabilidade ambiental e ampliação de recursos orçamentários destinados à realização dos eventos previstos.

PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO:

Para o próximo exercício, a atuação institucional estará concentrada na consolidação, implementação e continuidade de programas, projetos e ações previstas nas políticas públicas ambientais, com base no planejamento estratégico e nas agendas ambientais prioritárias. A participação da sociedade civil seguirá como elemento fundamental para o fortalecimento da governança ambiental e da efetividade das políticas implementadas. Serão priorizadas ações voltadas ao enfrentamento dos principais desafios à execução das políticas ambientais, com foco no aprimoramento da eficiência administrativa, da transparência e da integração interinstitucional. O fortalecimento de parcerias com órgãos governamentais, instituições de pesquisa, universidades e organizações da sociedade civil será essencial para a ampliação de ações de proteção ambiental, educação ambiental e desenvolvimento sustentável.

No âmbito da gestão de resíduos sólidos, as perspectivas incluem o avanço da logística reversa das cadeias obrigatórias, a ampliação da coleta seletiva solidária e o fortalecimento de estruturas voltadas ao beneficiamento e à valorização de resíduos, contribuindo para a economia circular.

No campo do ordenamento territorial e da gestão ambiental, destacam-se o fortalecimento institucional, a ampliação da capacidade técnica e operacional, bem como, o desenvolvimento e a atualização de sistemas de informação e plataformas digitais, fundamentais para o planejamento, o monitoramento e a tomada de decisão. As ações relacionadas à pesca e aquicultura terão continuidade, com a conclusão de projetos em andamento, a implementação de iniciativas de educação ambiental, o fortalecimento do diálogo com o setor produtivo e a estruturação de um plano de trabalho anual com metas claras e mensuráveis.

A adaptação às mudanças climáticas e aos eventos ambientais extremos permanecerá como desafio transversal, exigindo planejamento preventivo, monitoramento contínuo e respostas integradas. De forma complementar, será priorizado o aprimoramento das condições técnicas, tecnológicas e administrativas necessárias ao pleno funcionamento dos processos institucionais e instâncias colegiadas.



21106 - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Jardim Botânico de Brasília (JBB) é um órgão relativamente autônomo da Administração Direta do Distrito Federal, vinculado à Secretaria do Meio Ambiente, conforme disposto na Lei nº 528/1993. Sua criação decorreu do espírito empreendedor de seus idealizadores e da demanda da sociedade brasiliense por ações voltadas à preservação ambiental, à produção de conhecimento e à difusão de informações sobre o bioma Cerrado, em consonância com o processo de consolidação do Distrito Federal.

A concepção do JBB contou com a participação da bióloga Cilúlia Maury, integrante do quadro da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, responsável pela orientação dos princípios técnicos para a implantação de um jardim botânico em Brasília. Destaca-se, ainda, a relevante assessoria prestada pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, no contexto da implantação de uma unidade de conservação prevista entre as últimas obras do Plano Piloto idealizado pelo arquiteto Lúcio Costa. O Jardim Botânico de Brasília foi oficialmente criado em 8 de março de 1985.

Desde sua instituição, o JBB consolidou-se como espaço estratégico para a conservação da biodiversidade do Cerrado, desenvolvendo atividades de manutenção de coleções botânicas, pesquisa científica, educação ambiental e lazer orientado, atuando também como instrumento cultural de aproximação da sociedade com o patrimônio natural do Distrito Federal. A área destinada à visitação pública possui aproximadamente 500 hectares e conta com infraestrutura voltada ao uso público sustentável.

Com a criação da Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília (EEJBB), por meio do Decreto nº 14.442/1995, a área sob gestão do JBB foi ampliada em 4.518 hectares. Por se tratar de Unidade de Conservação de Proteção Integral, a EEJBB é vedada à visitação pública, exercendo papel fundamental na preservação de ecossistemas naturais e na proteção de mananciais que contribuem para o abastecimento hídrico de regiões do Distrito Federal.

O Plano Diretor de 2009 definiu como competências do Jardim Botânico de Brasília o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias, bem como a promoção da educação ambiental e do lazer orientado para a conservação e preservação do bioma Cerrado. Para o cumprimento dessas atribuições, o JBB estruturou-se de forma a integrar as áreas técnicas às ações educativas, inicialmente desenvolvidas sob a forma de atividades não formais, voltadas à integração de saberes entre ciência e prática, por meio da vivência com o Cerrado.

A Portaria nº 195, de 14 de março de 2025, da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC), aprovou o Regimento Interno do Jardim Botânico de Brasília - JBB e definiu suas competências:

Art. 1º Ao Jardim Botânico de Brasília - JBB, órgão relativamente autônomo, da Administração Direta do Governo do Distrito Federal, vinculado à Secretaria de Estado Meio Ambiente do Distrito Federal, compete:

- I - desenvolver atividades, projetos e programas de conservação, preservação, pesquisa, educação e lazer orientado, relacionados ao meio ambiente;
- II - proteger espécies silvestres, raras ou ameaçadas de extinção em âmbito local e regional resguardando espécies econômica e ecologicamente importantes para a restauração ou reabilitação de ecossistemas;
- III - assistir à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal na formulação de diretrizes para a implementação da política de meio ambiente do Distrito Federal;
- IV - manter bancos de germoplasmas para conservação de espécies ex situ e preservar reservas genéticas in situ;
- V - promover a articulação e integrar diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração de ecossistemas em parceria com os gestores



de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos;

VI - atuar como centro de referência para conservação, pesquisa, desenvolvimento e monitoramento dos recursos naturais do Cerrado;

VII - promover o intercâmbio científico, técnico e cultural com outros jardins botânicos, entidades afins e órgãos nacionais e internacionais;

VIII - promover a pesquisa, a conservação e a preservação ambiental na perspectiva de difundir o valor das plantas e sua utilização sustentável;

IX - promover ações no sentido de captar recursos financeiros junto a organismos governamentais e não governamentais, empresas da sociedade civil, entre outras fontes de recursos, com o intuito de desenvolver políticas, planos, programas, projetos e atividades de sua responsabilidade e atribuição, e a programas de fomento às pesquisas técnico-científicas para o aproveitamento sustentável do bioma Cerrado;

X - incentivar, junto à sociedade civil, a ampla difusão - educação ambiental - das pesquisas e práticas relativas ao manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente, despertando o interesse coletivo para a causa ambiental e o valor dos conhecimentos tradicionais das populações do Cerrado;

XI - apoiar os demais órgãos do Governo do Distrito Federal no tocante a projetos governamentais de caráter socioambientais, educacionais, turísticos, econômicos e outros temas afins; e

XII - administrar a Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília - EEJBB e fiscalizar a aplicação e implantação do seu Plano de Manejo e do Plano Diretor do Jardim Botânico de Brasília - JBB.

Art. 2º Para a consecução de sua finalidade, o Jardim Botânico de Brasília - JBB poderá:

I - estabelecer relações de parceria mediante assinatura de convênios, contratos, acordos e outros ajustes, com entidades públicas, privadas e do terceiro setor, nacionais ou internacionais, em áreas de sua competência e de sua missão institucional;

II - promover e participar da articulação com os órgãos públicos, instituições financeiras, organizações não governamentais, instituições de ensino e com a iniciativa privada, para o alcance de sua missão institucional;

III - propor formas de cooperação entre os órgãos públicos, privados e sociedade civil para, obedecendo aos normativos correlatos, a gestão da Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília - EEJBB; e

IV - promover a articulação com as Administrações Regionais circunvizinhas, cujas atividades possam interferir nos objetivos de preservação e conservação do Jardim Botânico de Brasília - JBB e Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília - EEJBB e nos recursos naturais nelas existentes, com o propósito de compatibilizar as diretrizes, planos e programas.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2	0	2	1	5
Comissionados sem vínculo efetivo	21	39	0	0	60
Requisitados de órgãos do GDF	5	0	0	0	5
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	1	0	0	1
Estagiários	2	6	0	0	8



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	28	0	0	0	28
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	58	46	2	1	107
(-) Cedidos para outros órgãos	2	0	0	0	2
Total Geral	56	46	2	1	105

O Jardim Botânico de Brasília (JBB) celebrou o Contrato nº 04/2023 com a Fundação de Amparo ao Preso (FUNAP), cujo objeto consiste na prestação de serviços de forma contínua, mediante o fornecimento de mão de obra de até 26 (vinte e seis) sentenciados, conforme Termo Aditivo 2, Processo 00195-00000649/2023-12, de supressão do quantitativo originalmente contratado, entre presos e egressos do sistema prisional, para a execução de atividades de manutenção, conservação e produção, visando assegurar o pleno funcionamento das instalações do Jardim Botânico de Brasília.

A contratação apresenta benefícios para ambas as partes, uma vez que os reeducandos recebem bolsa de ressocialização pelas atividades laborais desenvolvidas, contribuindo para o processo de reinserção social, ao mesmo tempo em que o JBB amplia sua capacidade operacional, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à comunidade científica, acadêmica e ao público em geral.

Adicionalmente, o órgão complementa sua força de trabalho por meio da contratação de estagiários e da participação de aprendizes, fortalecendo as atividades institucionais e promovendo oportunidades de formação e inclusão social.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	30000,0	25254,00	25253,53	23122,87
0018 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	30000,0	25254,00	25253,53	23122,87
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	70000,0	70000,00	60930,43	55990,70
7221 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	70000,0	70000,00	60930,43	55990,70
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	100000,00	95254,00	86183,96	79113,57

O Decreto nº 40.208, de 30 de outubro de 2019, que estabelece normas regulamentares para a concessão dos benefícios de licença-servidor, determina que após cada quinquênio ininterrupto de efetivo exercício, o servidor ocupante de cargo efetivo faz jus a três meses de licença-servidor, sem prejuízo de sua remuneração ou subsídio, inclusive da retribuição do cargo em comissão ou da função gratificada que eventualmente ocupe.



Programação Orçamentária Realizada

9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO.

0018 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL - O valor de R\$ 23.122,87 (vinte e três mil, cento e vinte e dois reais e oitenta e sete centavos), referente ao pagamento parcelado de licença-prêmio, em pecúnia, em favor de servidora aposentada. Processo SEI nº 00195-00001180/2024-10.

9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL

7221 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL - Programa de trabalho 28.846.0001.9050.7221 - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições de Pessoal - No período compreendido entre janeiro e dezembro de 2025 foi liquidado o valor total de R\$ 55.990,70 (cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa reais e setenta centavos). Processo SEI 00195-00000602/2025-11. Tais como: licença prêmio em pecúnia, auxílio transporte, auxílio alimentação, acerto de contas, abono de permanência, entre outros. Pagamento referente ao cargo público especial do servidor cedido do MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS - Conforme Portaria de pessoal SE/MGI Nº 8407 de 04 de agosto de 2023.

6209 - INFRAESTRUTURA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	50000,0	0	0
0033 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - LAGO SUL	0	50000,0	0	0
TOTAL - 6209 - INFRAESTRUTURA	0,00	50000,00	0,00	0,00

Programação Orçamentária não Executada

1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO

0033 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - LAGO SUL.

O programa de trabalho foi criado em dezembro do ano corrente, não havendo tempo hábil para a sua execução dentro do exercício vigente.

6210 - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4266 - Manutenção de Bibliotecas	20000,0	500000,0	0	0
0002 - Manutenção de Bibliotecas - LAGO SUL	10000,0	0,0	0	0
0001 - Manutenção de Bibliotecas - LAGO SUL	10000,0	500000,0	0	0
2932 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	10000,0	0,0	0	0
0003 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA - LAGO SUL	10000,0	0,0	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1000000,0	1000000,0	888783,0	579083,0
9678 - Aquisição de equipamentos para o Jardim Botânico de Brasília	1000000,0	1000000,0	888783,0	579083,0



3489 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	10000,0	0,0	0	0
3445 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS- ESTAÇÃO ECOLÓGICA E JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	10000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	1040000,00	1500000,00	888783,00	579083,00

Programação Orçamentária Realizada

3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

9678 - Aquisição de equipamentos para o Jardim Botânico de Brasília

Aquisição de equipamentos para o Jardim Botânico de Brasília. Foram liquidados R\$ 579.083,00 (quinhentos e setenta e nove mil e oitenta e três reais) com a aquisição de vários equipamentos conforme os processos a seguir: 00195-00000360/2025-65; 00195-00000387/2024-77; 00195-00000603/2024-84; 00195-00000646/2024-60. Notas de Empenho 2025NE00232, 2025NE00134, 2025NE00118. A Nota de Empenho 2025NE00468 será liquidada em Restos a pagar não processados. O restante foi remanejado pela equipe gestora da emenda parlamentar.

Programação Orçamentária não Executada

4266 - Manutenção de Bibliotecas

0002 - Manutenção de Bibliotecas - LAGO SUL

0001 - Manutenção de Bibliotecas - LAGO SUL

Aquisição de armários deslizantes — processo nº 00195-00000037/2025-91. Consta disponibilidade orçamentária (161) para realização do Pregão Eletrônico nº 90.103/2025, porém a homologação da licitação não foi efetivada dentro do exercício financeiro.

2932 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA

0003 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-- LAGO SUL.

A Preservação das Áreas da Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília - Lago Sul - não se efetivou por decisão interna, resultando em alteração da programação da Unidade Executiva. O valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) foi bloqueado para suplementação orçamentária do Programa de Trabalho 18.122.8210.8517.9658 - Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais - Jardim Botânico de Brasília, Nota de Dotação 2025ND0031.

3489 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

3445 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS-ESTAÇÃO ECOLÓGICA E JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL.

A Recuperação de Áreas Degradadas - Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília - Lago Sul - não se efetivou por decisão interna, resultando em alteração da programação da Unidade Executiva. O valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) foi bloqueado para suplementação orçamentária do Programa de Trabalho 18.122.8210.8517.9658 - Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais - Jardim Botânico de Brasília, Nota de Dotação 2025ND0031.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanc 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanc 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanc 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanc 4º Ano	Fonte
10641 - ÁREA QUEIMADA DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA E DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	HECTARE	27,00	01/12/2022	Anual	50,00	11,00	50,00	73,00	50,00	X	50,00	X	SUTEC/JBB
Justificativa: 2024 - O Jardim Botânico de Brasília conseguiu atingir um controle eficaz sobre os incêndios florestais ocorridos em 2024 devido à implementação de medidas estratégicas e integradas, planejadas pela Gerência de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (GEPREC), em conformidade com o Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Distrito Federal (PPCIF). Essas ações foram fundamentais em um ano designado pelo Decreto 45.705, que declarou Estado de Emergência Ambiental no Distrito Federal. 2025 - Ao longo do ano de 2025, as equipes da SUTEC atuaram em 8 combates a incêndios florestais, dos quais 4 ocorreram dentro das áreas do JBB e EEJBB, e os outros em área próximas, na APA Gama e Cabeça de Veado, como forma de apoio às outras equipes presentes. Os incêndios que afetaram o JBB e EEJBB ocorreram entre Maio e Novembro, nas regiões do Samandi, próximo à QI 17, e junto ao orquidário (menor ocorrência), totalizando uma área queimada de 73 hectares. Que equivale 1,46% dos 5.000 hectares monitorados. Apesar do aumento da área queimada em relação aos outros anos, ainda se encontra dentro da meta de menos de 4% de área queimada em 4 anos. O aumento se deve no entanto a fatores climáticos, e um grande volume de material combustível acumulado ao longo do tempo.													



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10857 - ACESSOS À REVISTA HERINGERIANA	UNIDADE	9000,00	01/12/2022	Anual	10000,00	22311,00	11000,00	43129,00	12000,00	X	13000,00	X	JBB
Justificativa: 2024 - Em 2024, a Revista Heringeriana atingiu 22.311 acessos em seus artigos e 11.321 downloads de PDFs, devido ao maior número de submissões, desde 2019, que ampliou a oferta de artigos disponíveis, aliado a estratégias como a intensificação de publicações no Instagram e a mobilização dos editores de seção, para divulgar os conteúdos, consolidando a Heringeriana como referência em divulgação científica sobre biodiversidade. 2025 - A revista bateu todos os recordes de visualização indo de 22.311 em 2024 para 43.129 em 2025, consequência direta da qualidade dos artigos publicados e das campanhas de divulgação realizadas pela ASCOM/JBB. O ano de 2025 foi um ano de evolução para a revista. Apesar de todos os esforços emanados anteriormente, as submissões estavam cada vez mais escassas e a qualidade dos manuscritos submetidos aquém do esperado, o que resultava em uma alta taxa de submissões rejeitadas. Com uma reestruturação que selecionou um time de editores em diferentes áreas e instituições, a revista ganhou eco e voltou a ser procurada para publicações. Passou-se então de apenas 15 submissões em 2023, para 23 em 2024 e 20 em 2025, e um baixo índice de rejeições. Muitos artigos ainda estão em processo de avaliação por pares e serão publicados em 2026, mas a expectativa é de constante crescimento, visualizações, downloads e citações. Três medidas foram importantíssimas para melhorar a imagem da revista no meio científico: 1) A atribuição de DOI (Digital Object Identifier) a todos os artigos, mesmo aos antigos, o que nos possibilita rastrear citações e downloads; 2) A contratação de um sistema de submissões para os artigos (OJS/SEER), tornando o processo mais claro e qualificado; 3) A utilização do LaTeX para a editoração dos artigos, o que profissionaliza a revista e deixa os artigos bem organizados, esteticamente mais agradáveis e de fácil leitura. O ano de 2025 trouxe mais uma novidade importante: a publicação do Regulamento da Revista Heringeriana, Portaria nº 87, de 04 de dezembro de 2025, com definição de objetivo, missão e atribuição de papéis para o melhor funcionamento da revista. A Heringeriana é uma publicação totalmente gratuita, científica, com enfoque em Biodiversidade, sendo uma entrega qualificada do Jardim Botânico de Brasília e do Governo do Distrito Federal, que vem cumprindo sua missão de divulgar informações relevantes sobre o Meio Ambiente ano a ano.													

6217 - DF MAIS SEGURO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	500000,0	807737,0	807737,00	634928,56
0083 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-Jardim Botânico de Brasília-DISTRITO FEDERAL	500000,0	807737,0	807737,00	634928,56
TOTAL - 6217 - DF MAIS SEGURO	500000,00	807737,00	807737,00	634928,56

Programação Orçamentária Realizada

2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA
0083 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA - Jardim Botânico de Brasília - DISTRITO FEDERAL.

Sobre o programa de FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA, tem o objetivo de assistir e ressocializar sentenciados à disposição do Jardim Botânico de Brasília, conforme contrato com a FUNAP. Processo SEI nº 00195-00000019/2025-18.

8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	500000,0	0,0	0	0
5305 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	20000,0	9589,0	9589,0	9589,0
2579 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	20000,0	9589,0	9589,0	9589,0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	6711334,0	6711334,00	6314427,20	6211782,59
8743 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	6711334,0	6711334,00	6314427,20	6211782,59



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	581119,0	581119,00	532623,71	523771,20
9567 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	581119,0	581119,00	532623,71	523771,20
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1276988,0	1176267,42	905714,57	756504,78
9658 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	1276988,0	1176267,42	905714,57	756504,78
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	47222,0	2188,0	1188,0	693,0
0018 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TI- DISTRITO FEDERAL	47222,0	2188,0	1188,0	693,0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	30000,0	0,0	0	0
0015 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	30000,0	0,0	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	750000,0	298688,29	248603,26	121117,91
9676 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	500000,0	118688,29	117487,8	0
9853 - REVITALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA BRIGADA CONTRA INCÊNDIOS JBB	250000,0	180000,0	131115,46	121117,91
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	500000,0	104240,81	58096,12	58096,12
0025 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS - LAGO SUL	500000,0	104240,81	58096,12	58096,12
TOTAL - 8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO	10416663,00	8883426,52	8070241,86	7681554,60

Programação Orçamentária Realizada

2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

2579 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL. O Programa busca gerir informação e sistemas de tecnologia, através da aquisição de softwares e manutenção da infraestrutura da área de tecnologia do JBB, conforme processo SEI nº 00195-00000235/2025-55.

8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

8743 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL

A folha de pagamento dos servidores do JBB, encontra-se disponível, conforme Processo SEI nº 00195-00000097/2025-12, referente ao Programa de Trabalho 18.122.8210.8502.8743.

8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES

9567 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL. O Programa concede benefícios aos servidores do Jardim Botânico de Brasília, referentes ao pagamento de auxílio-alimentação e auxílio-transporte para os servidores ativos do JBB. Processo SEI nº 00195-00000097/2025-12.

8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS



9658 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL. Pagamentos referentes ao Programa, incluindo despesas com a Neoenergia, a CAESB, suprimento de fundos, pagamento de diárias dos servidores pesquisadores, entre outros, conforme processos SEI nº 00195-00000018/2025-65; 00195-00000047/2025-17; 00195-00000906/2024-05.

1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO

0018 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TI-DISTRITO FEDERAL. O Programa visa modernizar o sistema de informação do Jardim Botânico de Brasília, conforme Processo SEI nº 00195-00000554/2025-61.

3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS

9676 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL

9853 - REVITALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA BRIGADA CONTRA INCÊNDIOS JBB. O Programa 18.451.8210.3903.9853, tem por finalidade revitalizar as instalações da Brigada de Combate a Incêndios do JBB, por meio da aquisição de materiais de consumo para obras de construção, em razão da inclusão da natureza de despesa 3.3.90.30, conforme processos SEI nº 00195-00000480/2025-62; 00195-00000482/2025-51; 00195-00000703/2025-91.

Programação Orçamentária não Executada

2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

5305 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL.

Os valores foram remanejados para suplementar o Programa de Trabalho 18.541.6210.4266.0001 – Jardim Botânico de Brasília, conforme disposto na Nota de Crédito Adicional nº 2025NA00006, Natureza de Despesa 449052, visando atender às necessidades orçamentárias do programa.

4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

0015 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL.

O programa de trabalho não foi executado em razão da ausência de autorização da despesa por parte do órgão central ou da autoridade responsável, o que impossibilitou o prosseguimento das ações previstas no período.

3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS

9676 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL

Os valores foram remanejados do Programa de Trabalho – Jardim Botânico de Brasília, conforme disposto na Nota de Crédito Adicional nº 2025ND000033, Natureza de Despesa 449052, visando atender às necessidades orçamentárias do Órgão.

1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS

0025 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS - LAGO SUL.

O Programa de Trabalho encontra-se em execução no período correspondente ao contrato vigente, conforme registrado no Processo SEI nº 00195-00000545/2025-70 e na Nota de Empenho 2025NE00321, garantindo a continuidade das ações planejadas e a correta aplicação dos recursos previstos.

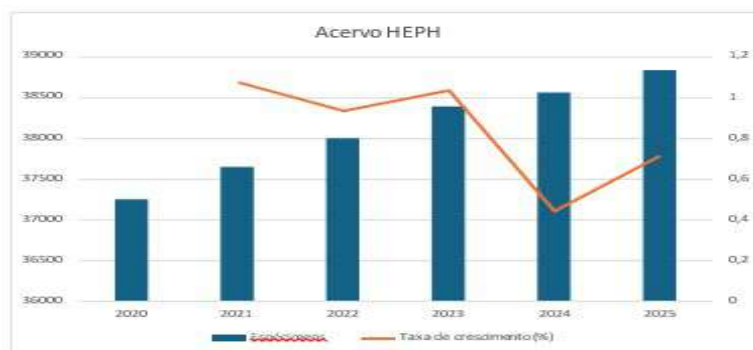
3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Acervo do Herbário Ezechias Paulo Heringer (HEPH). Em 2025, o Herbário Ezechias Paulo Heringer (HEPH) ampliou seu acervo de 38.550 para 38.824 registros, com 274 novas exsiccatas e 103 novas espécies, totalizando 7.111 espécies, resultado de coletas, doações e permutas interinstitucionais. O crescimento médio anual entre 2020 e 2025 foi de 0,8%, sendo 0,71% em 2025, e cerca de 730 amostras aguardam incorporação. As atividades de processamento e acondicionamento foram conduzidas pelos servidores. No campo da gestão



de informações, o HEPH iniciou, em maio de 2025, a migração da base de dados do BRAHMS 7.G para o sistema JABOT, visando segurança, padronização e integração às redes Re flora e INCT – Herbário Virtual, com conclusão prevista para 2026.



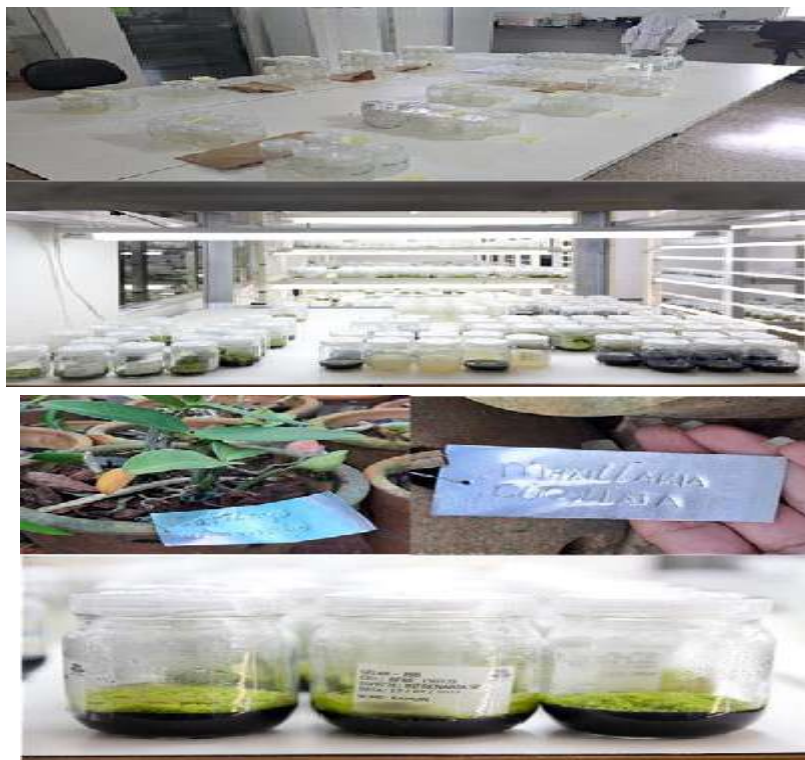
Acervo Coleções Vivas. Em 2025, a Coleção de Plantas Vivas do JBB foi ampliada com 50 novos espécimes, totalizando 211 indivíduos de 10 famílias botânicas, incluindo *Dyckia* cf. *luxor* (EN). Os acréscimos resultaram de expedições de campo, coletas na EEJBB e atividades de cultivo in vitro, fortalecendo a diversidade taxonômica, a conservação ex situ, pesquisa e educação ambiental. Houve unificação e informatização da base no sistema JABOT, garantindo rastreabilidade, governança e acesso público, além de manejo contínuo para manutenção da vitalidade e qualidade científica e educativa do acervo.



Laboratório de Reprodução in vitro. Em 2025, as coleções mantidas pelo Laboratório de Reprodução in vitro passaram por amplo processo de organização, manejo e padronização de



protocolos de cultivo, incluindo identificação taxonômica, manutenção de plântulas e adequação das estufas. Houve racionalização do acervo, com transferência de 351 orquídeas à SUCON, priorizando espécies nativas e ameaçadas. A Coleção in vitro reúne atualmente 868 potes de 33 táxons, enquanto a Coleção LAB mantém 554 espécimes nativos e 37 exóticos. No total, aproximadamente 87% das espécies in vitro são nativas do Brasil, com 63% do Cerrado, reforçando a conservação regional. Foram iniciados testes de padronização de adubação, visando maior vigor das plantas e geração de dados técnicos reprodutíveis.



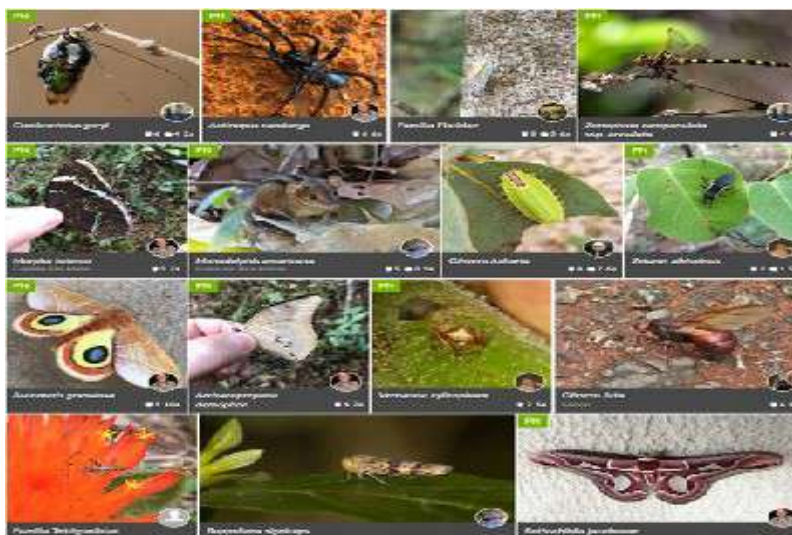
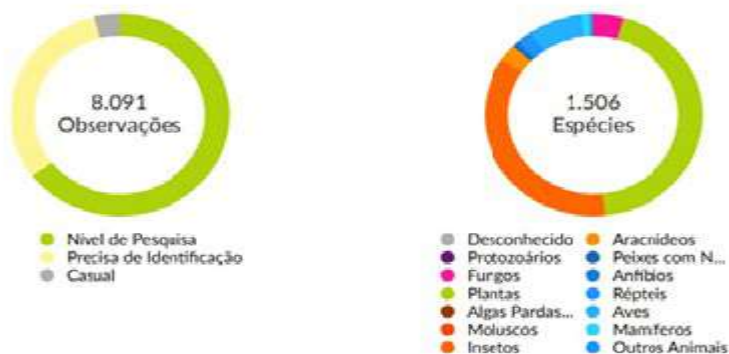
Lista de Espécies Ameaçadas do DF – 2025. O projeto da Lista Vermelha do DF está com 80% das avaliações concluídas (3.336 espécies avaliadas; 782 restantes). Destas, 367 foram classificadas como ameaçadas (26 CR, 120 EN e 221 VU). O trabalho segue critérios da IUCN e subsidia políticas públicas, instrumentos legais e o planejamento de áreas protegidas, consolidando o JBB como referência técnica. Atividades de Campo na EEJBB – 2025. Em 2025, a EEJBB realizou pesquisas, monitoramento e manejo da vegetação, incluindo vistorias pós-incêndio, acompanhamento da regeneração natural e controle de espécies invasoras. Seis espécies foram incorporadas à Coleção de Plantas Vivas do JBB, fortalecendo a conservação in situ e ex situ. Acordo JBB-APBCerrado – 2025. O acordo (vigente até abril de 2026) visa à conservação e ao uso sustentável de Vanilla, integrando ações in situ e ex situ. Em 2025, foram recebidas 26 estacas e 13 frutos, iniciados testes de germinação in vitro e realizado o evento Baunilha Solidária, com 63 participantes.



Serviços Técnico-Científicos – Observatório JBB. O Observatório JBB, criado em 2020, é um projeto de ciência cidadã que aproxima o público da pesquisa científica e promove o



conhecimento e conservação da biodiversidade do Cerrado. Em 2025, contou com 380 observadores, 8.091 registros e 1.506 espécies documentadas, sendo 43,7% plantas, 36% insetos e 8% aves. Os dados, coletados via plataforma iNaturalist, são utilizados para monitoramento científico e análise da percepção ambiental, acessibilidade e uso das trilhas. Desde sua criação, o Observatório apresentou crescimento superior a 300% no número de participantes e espécies registradas, com 64,8% das observações em grau de pesquisa, reforçando seu valor para estudos de flora e fauna locais e continuidade do monitoramento de borboletas conduzido por equipes da DIBIO, GEFAU e GEMOC.



Retirada de Pinus sp. – JBB – 2025. O projeto de retirada de Pinus sp., visa controlar a espécie exótica invasora, promovendo segurança aos visitantes e preservação da vegetação nativa do Cerrado. Em 2025, foram realizadas análises, monitoramento e cortes pontuais, prévios ao trabalho da NOVACAP, com participação das gerências GEPREC e GEMOC (Processo SEI nº 00195-00000620/2023-31; 00195-00000693/2023-22; 00195-00000803/2025-18; 00391-00006599/2024-88). A intervenção representou medida técnica acertada, resultando em recuperação ambiental, redução de riscos à segurança, preservação da vegetação nativa, desenvolvimento da flora local e maior harmonia paisagística, consolidando um espaço mais seguro, equilibrado e adequado à proposta de conservação ambiental do Jardim Botânico.



Prevenção e Combate a Incêndios Florestais – JBB – 2025. Em 2025, o JBB e a EEJBB executaram ações integradas de prevenção, combate e educação ambiental contra incêndios florestais. Foram implantados 25 km de aceiros mecânicos e roçagem em áreas críticas, reduzindo material combustível. Houve manutenção de equipamentos, viaturas, cercas, estradas estratégicas e intensificação das rondas, com fiscalização diária em 80 km de vias. As equipes atuaram em oito ocorrências de incêndio, quatro no JBB/EEJBB, totalizando 73 ha queimados, dentro da meta institucional (<1% da área em quatro anos). As ações educativas incluíram blitz com 430 kits informativos, atividades em escolas, capacitação de servidores e participação em seminário nacional, reforçando a prevenção e a segurança de visitantes.





Fiscalização, Monitoramento e Manejo de Resíduos Sólidos – 2025. Em 2025, a GEMOC e a GEPREC realizaram monitoramento semanal de margens e estradas do JBB e da EEJBB, com retirada de despejos irregulares, gestão de resíduos e envio de relatórios à Comissão de Coleta Seletiva Solidária. Destaca-se a remoção de cerca de 7 mil litros de resíduos, contribuindo para a preservação ambiental. Monitoramento e Controle da Fauna – 2025. As ações incluíram monitoramento contínuo da fauna nativa, doméstica e invasora, além de resgate de fauna silvestre. Foram obtidos 838 registros por armadilhas fotográficas, sendo 408 de fauna nativa, com destaque para o lobo-guará (183 registros), além de registros de circulação irregular de pessoas e cães. O aumento dos registros decorre do maior esforço amostral em 2025.



O monitoramento de borboletas frugívoras foi realizado no segundo semestre, entre novembro e dezembro de 2025, com instalação de 48 armadilhas em diferentes fitofisionomias do Cerrado. Foram registrados 234 indivíduos, pertencentes a 13 espécies e três subfamílias, gerando dados relevantes para avaliação da qualidade ambiental. A ausência de amostragem no primeiro semestre limita a comparabilidade temporal, sendo recomendada a retomada do protocolo sazonal completo nas próximas campanhas.



Monitoramento de Animais Domésticos, Fauna Invasora e Resgate de Fauna – 2025. Em 2025, foram registradas ocorrências de cães e gatos no JBB e na EEJBB, com captura e encaminhamento para adoção ou lares temporários, ainda dependentes de apoio voluntário. Foi identificado o caramujo-africano, com ações de manejo e capacitação da equipe, recomendando-se treinamentos periódicos. As ações de resgate de fauna silvestre priorizaram a segurança e o bem-estar animal, com reintroduções em áreas protegidas, encaminhamento de animais debilitados e apoio a estudos epidemiológicos. No monitoramento sanitário, foram triadas 10 amostras fecais de lobo-guará para análises sobre saúde e dieta, em parceria com a UnB.



Monitoramento sanitário e dietético da mastofauna – 2025. Em 2025, a GEFAU realizou a triagem de 10 amostras fecais de lobo-guará, encaminhadas ao LAFUC/UnB para análise da dieta. Para 2026, está prevista reunião com os orientadores para definir as próximas etapas, incluindo análise parasitológica, processamento dos dados e captação de recursos. Coleção Entomológica do JBB – 2025. A GEFAU deu continuidade à curadoria da Coleção Entomológica, com organização do acervo e padronização dos registros. Inconsistências foram documentadas e submetidas ao iNaturalist para validação taxonômica. A ausência de especialista em entomologia permanece como desafio, e foi registrada a necessidade de manutenção do sistema de climatização da sala de coleções para garantir a conservação do acervo.



Gerência de Produção de Mudas – Produções (2025). Em 2025, o Viveiro Jorge Pelles produziu 52.437 mudas, cumprindo as metas estabelecidas. A produção concentrou-se entre março e dezembro, com pico em outubro (13.476 mudas), favorecido pela estação chuvosa. Não houve produção em janeiro e fevereiro, devido à manutenção da infraestrutura e readequação de recursos. Entre março e setembro, a média foi de cerca de 4.000 mudas mensais, com aumento no último trimestre para fechamento do ano, garantindo regularidade, eficiência e qualidade produtiva.



Melhorias de Infraestrutura (2025). Em 2025, foram realizadas intervenções relevantes na infraestrutura do Jardim Botânico de Brasília, com impacto direto na segurança, no acesso e nas atividades institucionais. Destaca-se a reforma da estrutura da Brigada de Incêndio, que apresentava desgaste e comprometia as condições de trabalho e a prontidão operacional da equipe. A intervenção adequou o espaço às demandas atuais, garantindo melhores condições de segurança, funcionalidade e organização, fortalecendo a capacidade de resposta da brigada na prevenção e no combate a incêndios florestais.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental



Outro avanço significativo foi a asfaltagem do trecho Visitantes–Cerratenses, que solucionou problemas recorrentes de trafegabilidade, especialmente durante o período chuvoso. A melhoria ampliou a acessibilidade para visitantes, servidores e prestadores de serviço, contribuiu para a valorização do espaço e aprimorou a experiência do público no Jardim Botânico.



Também foi realizada a reforma do Espaço Cinema, com sua adequação para funcionamento como Centro de Educação Ambiental, possibilitando melhor aproveitamento da edificação e ampliando a capacidade do JBB para o desenvolvimento de ações educativas, culturais e de sensibilização ambiental.



Instalação de Playgrounds. Em 2025, foi realizada a instalação de playgrounds em áreas estratégicas do Jardim Botânico de Brasília, qualificando os espaços de convivência e



ampliando as opções de lazer, especialmente para o público infantil. A iniciativa tornou o ambiente mais inclusivo, atrativo e funcional para as famílias, estimulando a permanência e o uso consciente do espaço. Os equipamentos foram implantados de forma integrada à paisagem natural, respeitando as áreas verdes e contribuindo para a socialização, o desenvolvimento motor das crianças e o bem-estar dos visitantes. A ação reforça o caráter educativo, social e recreativo do Jardim Botânico, em equilíbrio com sua missão de conservação ambiental.



Manutenção e Conservação de Áreas Verdes

- Em 2025, foram executadas atividades de manutenção e conservação das áreas verdes do Jardim Botânico de Brasília, visando saúde da vegetação, segurança dos visitantes e valorização paisagística:

- Roçagem: Realizada regularmente em áreas de vegetação rasteira, prevenindo pragas, riscos de incêndio e delimitando trilhas e espaços comuns.

- Manutenção de canteiros: Incluiu plantios, substituições e cuidados com espécies ornamentais e nativas, garantindo revitalização contínua e visual harmônico.

- Controle de formigas: Colônias foram manejadas com métodos sustentáveis para proteger a vegetação e manter o equilíbrio ecológico.

- Limpeza de pistas, quebra-molas e asfaltos: Remoção periódica de resíduos orgânicos e inorgânicos, assegurando conservação da infraestrutura e segurança dos visitantes.

- Rastelagem: Coleta de folhas e resíduos vegetais para manutenção da limpeza e reaproveitamento em compostagem.

- Adubação: Uso de adubos orgânicos e químicos, ajustado às necessidades de cada área, promovendo o desenvolvimento saudável das plantas.

- Podas: Realizadas para controlar o crescimento, remover galhos secos ou doentes e prevenir riscos à segurança.

- Manutenção de fontes: Limpeza e cuidados periódicos para garantir funcionalidade e estética das fontes de água.

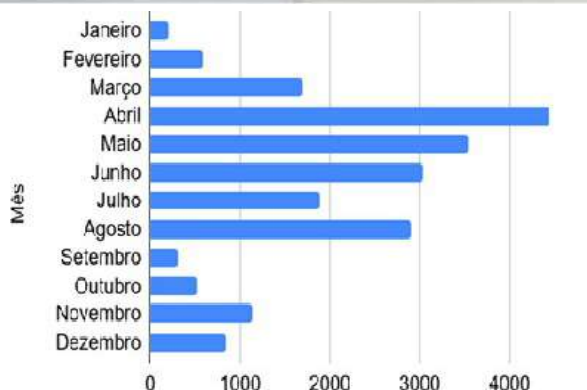
- Essas ações integradas reforçam a conservação ambiental, a estética do espaço e a segurança de visitantes e servidores.

Publicações Científicas e Não Seriadas – 2025- Afiliação à ABEC e DOI. O JBB associou-se à ABEC (SEI 00195-00000200/2025-16), obtendo acesso a DOI com redução significativa de custos e benefícios como capacitação editorial e verificação de plágio, ampliando a rastreabilidade e a credibilidade das publicações. Revista Heringeriana – Sistema de Gestão. A revista utiliza o sistema OJS/SEER (SEI 00195-00000079/2024-41), que automatiza submissão, avaliação e publicação de artigos, garantindo organização, segurança e transparência editorial.

Publicações Não Seriadas. Etimologia dos Nomes Genéricos das Plantas Brasileiras (SEI 00195-00001026/2024-48): obra de referência com 4.700 nomes de gêneros da flora brasileira. Foram impressos 500 exemplares, distribuídos a instituições de ensino e pesquisa. Flora do Cerrado no JBB – Ervas e Arbustos: Guia de Campo (SEI 00391-00006869/2024-51): guia ilustrado com 516 espécies, com 2.000 exemplares impressos e distribuídos a



escolas e instituições ambientais. Projeto Lendas e Saberes do Cerrado: Uma Viagem Lúdica. Selecionado na SNCT 2024 (SEI 00195-00001190/2024-55), obteve 1º lugar no DF, 7º nacional e financiamento de R\$ 120.000,00. Resultados: revitalização do Espaço Ciência do JBB, exposição permanente, atendimento estimado de 65.000 visitantes, produção de cartilha educativa (650 exemplares), desenvolvimento de dois jogos sobre a flora do Cerrado e realização de oficinas de educação ambiental. O projeto foi concluído com prestação de contas aprovada e devolução de recursos não utilizados.

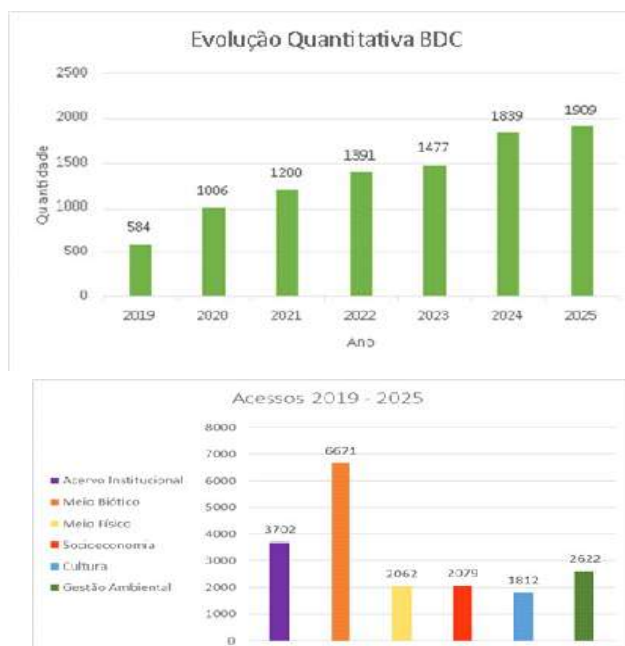


Em 2025, 67% das visitas foram independentes e 33% orientadas, com predominância de instituições públicas (244), seguidas por privadas (108) e comunitárias (13). O público atendido reduziu de 23.004 (2024) para 21.076, em razão da greve de professores em junho e do fechamento do Jardim em setembro e outubro. Considerando os meses com atendimento comprometido, a média mensal manteve-se elevada, indicando fluxo equivalente ou superior ao de 2024. As principais RAs de origem foram Paranoá (20%), Plano Piloto (17%) e Santa Maria (15%), com aumento da participação de Santa Maria, Guará e Taguatinga, ampliando o alcance geográfico, apesar de limitações logísticas e de transporte escolar. Parceria ACT



JBB/ECAI – 2025. Desde 2021, o JBB mantém atendimento regular aos alunos da Escola Classe Alto Interlagos (ECAI), com projeto de Educação Ambiental de longo prazo. O acordo, renovado em 2025 para 60 meses, permite coleta de indicadores pedagógicos. Os atendimentos ocorreram às sextas-feiras, com cerca de 30 alunos por turno (2º a 5º ano do Fundamental I), exceto nos dias de fechamento do Jardim. O impacto do programa foi avaliado em duas etapas: fevereiro/março, diagnosticando conhecimentos prévios e habilidades, e novembro, comparando resultados após as atividades. Também houve avaliação com monitores e professores, consolidando o panorama do impacto pedagógico. Ações Complementares – GEAMB 2025. Produção de materiais pedagógicos: Finalizados dois jogos sobre a flora do Cerrado (Caça às Plantas Raras e Super Cerrado), utilizados na Rede Pública do DF e nas atividades do projeto Lendas e Saberes do Cerrado. Atividades pedagógicas inclusivas: Recebidos idosos e pessoas com deficiência visual em caminhadas guiadas, exploração sensorial e interação com animais (347 participantes). Manutenção da Trilha Krahô, Quiosque, Quintal Agroflorestal e revitalização do Espaço Ciência, garantindo acessibilidade e segurança. Transformado no Centro de Educação Ambiental do Cerrado (CEAC), inaugurado em 28/10/2025. Renovação do projeto ECAI com SEEDF; acesso do programa Parque Educador com IBRAM; capacitação de visitantes externos. Aquisição de materiais de arte: Materiais diversos para oficinas pedagógicas do projeto Lendas e Saberes do Cerrado.

Biblioteca Digital do Cerrado (BDC) – 2025. Criada em 2019 no âmbito do projeto Saberes do Cerrado, em parceria com o IBICT, a BDC opera no software DSpace e segue o padrão Dublin Core, com objetivo de ampliar o acesso à informação científica, cultural e ambiental sobre o Cerrado. O acervo cresceu de 584 documentos em 2019 para 1.909 em 2025, organizados em seis coleções temáticas: Meio Biótico (57%), Acervo Institucional (21%), Socioeconomia (7%), Gestão Ambiental (7%), Meio Físico (4%) e Cultura (4%). A BDC registrou 18.948 acessos acumulados, com a coleção Meio Biótico sendo a mais consultada (6.671 visualizações), seguida pelo Acervo Institucional (3.702). Destaca-se a disponibilização digital do livro Flora do Cerrado no JBB – Ervas e Arbustos: Guia de Campo. Em 2024–2025, houve cooperação técnica com a Biblioteca Central da UnB para capacitação em restauração de documentos, realocação da coleção rara Flora Brasiliensis para ambiente climatizado e incorporação de periódicos do professor John Du Vall Hay. Em 2025, foi adquirida nova mobília para atender ao crescimento do acervo. Biblioteca da Natureza – JBB. Voltada à educação ambiental infantil, o acervo conta com 1.057 exemplares, organizados por faixa etária: 10–14 anos (347), 5–9 anos (314) e 15–18 anos (205). Destaca-se a coleção Educação Ambiental (182 exemplares, incorporada 2023–2024), reforçando a formação de consciência socioambiental e práticas sustentáveis.





Eventos no JBB e participações:

- Aniversário de 40 anos do Jardim Botânico de Brasília;
- Semana do Meio Ambiente;
- Semana do Cerrado;
- Blitz educativas PPCIF;
- 1º Seminário Nacional de Prevenção e Combate à Incêndios Florestais;
- 8ª Reunião Técnica sobre Gestão de Riscos e Programas de Integridade (CGDF);
- I Fórum do Sistema Distrital de Trilhas Ecológicas;
- SEMA - 1º Seminário das COMDEMAS;
- Fórum Distrital de Prevenção e Combate à Incêndios Florestais;
- VII Fórum Permanente de Educação Ambiental (SEEDF);
- 2ª Conferência Distrital de Unidades de Conservação (UCs);
- 38ª Feira do Livro de Brasília – Edição Especial: Meio Ambiente e Sustentabilidade;
- GT Avaliação do Plano de Manejo APA Gama Cabeça de Veado;
- Comitê Distrital da Reserva da Biosfera do Cerrado – titular;
- Câmara Setorial da Academia Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGen MMA;
- Conselho do Fundo Único de Meio Ambiente – SEMA DF – suplente
- 2ª Oficina de Monitoria do Plano de Ação Nacional da Bacia do Alto Tocantins, sob coordenação do CNCFlora, Jardim Botânico do Rio de Janeiro;
- Conselho Gestor da Rede Distrital de Educação e Divulgação Científica – Rede CIÊNCIA

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O Jardim Botânico de Brasília consolidou diversas ações em 2025 e alcançou importantes metas previamente estabelecidas no planejamento estratégico do órgão. Entre as principais iniciativas, destacam-se:

- Melhorias estruturais e paisagísticas: Ações voltadas para atender às demandas administrativas e de uso do local, promovendo um ambiente mais funcional e agradável.
- Aquisição de tratores e implementos para melhor realizar as funções de conservação.
- Aquisição de composto orgânico para melhor manter os jardins do JBB.
- Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual- Gandolas e Calças de combate à Incêndios Florestais.
- Aquisição de rádios de comunicação VHF.
- A reforma da brigada de incêndio.
- A asfaltação do trecho Centro de Visitantes-Cerratenses.
- Espaço Cinema – Centro de Educação Ambiental do Cerrado.
- Remoção dos Pinheiros do JBB.
- Instalação dos Playgrounds no Centro de Visitantes.
- Aquisição de computadores para os servidores do Órgão.
- Aquisição de tendas tensionadas para o Centro de Visitantes.
- Revitalização da irrigação (Jardim Evolutivo).
- Nova trilha (Alameda - Centro de Visitantes).



- Reforma do madeiramento do Centro de Visitantes.
- Aquisição de saquinhos, fertilizantes e defensivos.
- Aquisição de mangueiras e esguichos para caminhão pipa.
- Aquisição e instalação de estufas modernas para fortalecer os projetos de pesquisa, conservação e educação ambiental.
- Jardins: Revitalizações realizadas em parceria com as embaixadas, fortalecendo os laços institucionais e contribuindo para a conservação de áreas verdes compartilhadas.
- Portarias (principal e privativa): Melhorias na vegetação e infraestrutura de acesso, proporcionando um acolhimento mais eficiente e harmonioso.
- Jardim de Cheiro: Reestruturação do espaço com o foco em plantas aromáticas e ornamentais, enriquecendo a experiência sensorial dos visitantes.
- Centro de Visitantes: Reformas paisagísticas e estruturais para melhorar a experiência dos visitantes e a funcionalidade do espaço.
- Revitalização da rede elétrica: A iniciativa promoveu melhorias estruturais, garantindo um ambiente apropriado para os visitantes e as atividades desenvolvidas no local.
- Perfuração de poços profundos: iniciativa destinada a ampliar a disponibilidade hídrica, garantindo o suporte necessário para a manutenção dos jardins do Jardim Botânico de Brasília (JBB).

Podemos também destacar os avanços significativos relacionados ao Decreto nº 39.736/2019, com especial atenção aos 13 pilares da governança, conforme descrito a seguir:

1. Mecanismos de Liderança (Comitê Interno de Governança): implantado – instituído pela Portaria nº 22, de 13/11/2023;
2. Área/Agente de Governança: implantado – ASPLAN/Agente de Governança designados pela Portaria nº 22, de 13/11/2023;
3. Planejamento Estratégico: implantado – Plano Estratégico Institucional finalizado;
4. Mapeamento de Processos: Implantado;
5. Controle Interno: o JBB não possui área de controle interno em sua estrutura administrativa, mas conta com o apoio da Coordenação de Unidades de Controle Interno – COUCI, da Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF, a qual estabelece as atividades a serem realizadas pelo Órgão;
6. Gestão de Riscos: implantado, conforme Nota Técnica nº 14/2025 - DICIR/CORIS/SUBCI/CGDF, processo nº 00480.00000730/2025-01;
7. Programa de Integridade: implantado, conforme Nota Técnica nº 61/2025 - DICIR/CORIS/SUBCI/CGDF;
8. Programa de Integridade das Empresas Contratadas pela Unidade: As contratações do JBB estão em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e sua aplicabilidade no Distrito Federal, em consonância com a Lei nº 6.112/2018 de aplicabilidade no Distrito Federal;
9. Transparência: implantado – o JBB disponibiliza informações/orientações no Sítio Eletrônico JBB, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação – LAI nº 4.990/12, tais como despesas, contratos, convênios, licitações, governança, agenda de compromissos públicos do Diretor-Presidente, como prevê a resolução CGOV nº 1, de 19/7/2021;
10. Ouvidoria: por meio da transparência ativa, o JBB exerce um trabalho que resulta em avaliações positivas de monitoramento pela CGDF. Assim, as informações disponibilizadas em nosso site ocorrem mensalmente, tendo recebido no ano de 2025 nota máxima em todos os requisitos;
11. Conformidade: Regimento Interno, publicado por meio da Portaria/SEEC nº 195, de 14 de março de 2025;
12. Governança de Pessoas: implantado - Publicado o Plano de Capacitação dos Servidores do JBB por meio da Portaria nº 59/2024 de 4 de outubro de 2024; e



13 MEG - Modelo de Governança e Gestão: em acompanhamento.

Em 2025, o Jardim Botânico de Brasília demonstrou elevado comprometimento com o planejamento estratégico e o fortalecimento da governança institucional, alcançando resultados expressivos e promovendo ações de relevante impacto para a comunidade e para o meio ambiente. As iniciativas implementadas refletem a busca contínua pela excelência na gestão e na conservação ambiental.

Os avanços na adoção dos princípios da governança pública reafirmam o compromisso da instituição com a transparência, a eficiência administrativa e a sustentabilidade, consolidando o papel do JBB como referência na gestão de espaços dedicados à preservação ambiental e à educação ambiental.

Principais dificuldades:

Em 2025, o Jardim Botânico de Brasília (JBB) enfrentou desafios relevantes, especialmente em decorrência da implementação da Lei nº 14.133/2021, que estabeleceu novas diretrizes para os processos de licitação e contratação na administração pública. A adequação a esse novo marco legal demandou ajustes internos significativos, incluindo a capacitação dos servidores — já em número reduzido — para a correta aplicação das novas normas nos procedimentos administrativos.

A complexidade das exigências legais impactou diretamente a tramitação das licitações, exigindo readequações frequentes e ocasionando atrasos na contratação de serviços essenciais ao funcionamento, à manutenção e ao desenvolvimento das atividades institucionais do Jardim Botânico.

Paralelamente aos desafios administrativos, o JBB também enfrentou demandas operacionais, como a necessidade de modernização da infraestrutura e de aprimoramento dos sistemas de atendimento ao público visitante. A conciliação entre o cumprimento das exigências legais e a manutenção das atividades finalísticas exigiu esforços adicionais da gestão, especialmente nas áreas de conservação ambiental e educação ambiental.

Apesar das dificuldades enfrentadas ao longo do exercício, o Jardim Botânico de Brasília manteve seu compromisso com a preservação do bioma Cerrado e com a promoção de ações educativas e de conscientização ambiental, adotando medidas para superar os entraves administrativos e operacionais e assegurar a continuidade de suas atividades institucionais.

Perspectivas para 2026:

Para o ano de 2026, estão previstas diversas iniciativas voltadas para a modernização e melhoria do Jardim Botânico de Brasília, visando oferecer mais conforto, acessibilidade e serviços aos visitantes. Entre as principais ações planejadas, destacam-se:

- Realização do processo de concessão onerosa de espaços públicos para novas atividades comerciais (quiosques).
- Construção de novos banheiros e revitalização dos existentes, com foco em acessibilidade e comodidade para os visitantes.
- Aquisição de armários deslizantes para o Herbário Ezechias Paulo Heringer (HEPH).
- Aquisição de caminhão pipa.
- Revitalização das estruturas de madeira, como pontes, pergolados e decks, trazendo mais segurança e beleza ao espaço do Jardim Botânico.
- Implementação de infraestrutura de link de internet, com rede cabeada e Wi-Fi, no Centro de Educação Ambiental do Cerrado, garantindo a conectividade necessária para atender aos visitantes e aprimorar os serviços prestados.

Essas medidas reforçam o compromisso do Jardim Botânico de Brasília com a preservação do bioma Cerrado, a promoção da educação ambiental e a qualificação da experiência do público, consolidando o papel da instituição como referência em conservação, pesquisa e sensibilização ambiental.



Contadoria
Geral

Secretaria Executiva de
Finanças, Orçamento
e Planejamento

Secretaria
de Economia

